

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

CLÓVIS LUIZ ALONSO JÚNIOR

GRAMÁTICA MOVIMENTAL:
ONTOGÊNESE DA FORMA

Versão revista

São Paulo
2023

CLÓVIS LUIZ ALONSO JÚNIOR

**GRAMÁTICA MOVIMENTAL:
ontogênese da forma**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, área de Filologia e Língua Portuguesa, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora:
Professora Doutora Marli Quadros Leite.

Versão revista

São Paulo
2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marli Quadros Leite
Orientadora

Prof. Dr. Marcelo Módolo
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Roberto Bolzani Filho
Departamento de Filosofia
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Solange Coelho Vereza
Departamento de Letras Estrangeiras Modernas
Universidade Federal Fluminense

Autorizo a reprodução e a divulgação totais ou parciais deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A454g ALONSO JÚNIOR, Clóvis Luiz
Gramática movimental: ontogênese da forma / Clóvis
Luiz ALONSO JÚNIOR; orientador Marli Quadros Leite -
São Paulo, 2023.
900 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Língua. 2. espaço. 3. metáfora. 4. parataxe. I.
Leite, Marli Quadros, orient. II. Título.

Dedico às pessoas que gostam de especular sobre Língua e entendem a especulação
não como ato leviano, mas como ação de liberdade e ato de amor.

Cometo aqui uma impropriedade, tão grande quanto deliberada.

Nós vivemos num mundo capaz de matar crianças. A injustiça social, a desfaçatez de ditadores, as próprias mãos de insanos matam crianças, desde o nível simbólico até a carnificina.

Ao longo do último ano de preparação deste estudo, tenho visto (de longe) uma invasão bélica a matar crianças. Há dez dias de entregar o estudo à Banca encarregada de julgá-lo, vi em nosso País (quase de perto) uma mãe que matou a própria criança e depois um louco que matou algumas no espaço escolar, que deveria ser-lhes porto seguro; seus corpinhos foram triturados como ousamos triturar formigas.

Essa última ocorrência me invadiu de uma tristeza que superou a que sentira quando perdi minha mãe. É por isso que precisei escrever esta página, por cuja impropriedade peço perdão.

Precisei escrever esta página também para estender a dedicatória. Não mais dedico este estudo apenas às pessoas que amam Língua. Dedico-o também às crianças que um dia — por quênão? — poderiam vir a lê-lo e odiá-lo ou amá-lo, mas jamais poderão. Não mais poderão amar.

É assim que dedico este estudo a quem ama e a quem, algum dia, poderia amar.

Meu coração agradece

a Fabiana,
minha companheira,
que me deu o seu coração e a quem dei o meu
e me dá lições que me trazem juízo
e me deu a paternidade, que me faz criança;

a Marli,
Orientadora cujo coração grande me dá liberdade;

a Angélica,
meu Anjo mentor
cordialmente encarnado entre nós;

a Tatiana,
a quem digo sem pudor que o coração da Língua é o Espírito Santo;

à vó Efigênia, minha Pretinha Velha,
à “Dona Vó”,
à tia Cleo,
a minha irmã, Cristina,
e a Lena,
que me tiram do coração de Morfeu;

a Aninha,
que me põe no coração de Morfeu;

a Laura, minha Titinha,
cujo coração puro me ensina Língua;

(ao modo de Bandeira)

a minha mãe,
a quem a Indesejada das gentes não lhe chegou caroável,
mas depois um Iniludível disse:
Entre albina, Albina!
Você não precisa pedir licença.

Sem a causa dessas tantas mulheres, eu não teria realizado este trabalho, cuja leitura agradeço
à Banca Examinadora de maneira particular, respeitosa, sincera.

Agradeço também

aos Professores Doutores

Lorenzo Mammì, do Departamento de Filosofia,

Maite Celada, do Departamento de Letras Modernas,

Mamede Mustafá Jarouche, do Departamento de Letras Orientais,

José Marcos Macedo, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas,

da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
pela consulta que atenciosamente me concederam;

a todos os Colegas do grupo de pesquisas *Gramáticas: história, descrição e discurso*,

em especial o Professor Doutor Jorge Viana de Moraes,

pela colaboração entusiasmada de quem acredita neste estudo;

a todos os Alunos por cuja vida passei,

em especial Bellinha, Luma (hoje Professor Doutor Luiz Marcos), Henrique,

dialogadores próximos

que se fizeram grandes Amigos.

Tudo que está posto neste estudo pretendo que esteja coadunado com os valores democráticos, prevalentes no Brasil muito apesar da cometida tragédia político-humanitária que aqui estivemos a viver nos últimos anos e esperamos jamais se volte a consentir.

RESUMO

Esta tese pretende ser um esboço de teoria. Como tal, imiscui-se de certo teor ensaístico, pautado numa intuição que se construiu aos poucos, a partir da verificável presença de elementos espaciais naquilo que denominamos “línguas” e que eu subsumo a “Língua” assim grafado, com maiúscula, em singular. A Língua teria sido e estaria sendo confeccionada segundo a condição do humano como ser peregrino, que *ab origine* se viu na possibilidade e na premência de deslocar-se através do espaço físico de um mundo que nos conduz ao deslocamento cinemático *de* um **ponto** *a* outro, passando *por* **pontos contíguos** e repousando *em* um **ponto estático**, ou seja, um mundo que nos *in-duz* e *con-duz* a realizar movimentos de *separação*, de *aproximação*, de *perambulação* e de *estagnação*, ora uma espécie de movimento em si mesmo, *ex opposito* do que é comumente entendido como “movimentar-se com mudança de espaço”; assim se configuram os movimentos de *lugar de onde*, de *lugar para onde*, de *lugar por onde* e de *lugar onde*. Nesse mesmo mundo, precisamos “dizer coisas” ao nosso semelhante, quiçá antes “formuladas” a nós mesmos, e a “*formulação*” tratou de *formalizar-se*. É naquele espaço e naqueles movimentos que, numa sorte de *imitação*, parece que fomos buscar a matéria-prima para representar porções de mundo e expressá-las. Antes de expressá-las e ainda antes de representá-las, precisamos entendê-las de maneira razoavelmente essencial, precisamos selecionar algo que de algum modo as essencializasse, de algum modo *desenhasse* seu ser e então as *designasse representativamente* e assim *representacionalmente*. Estávamos fadados à abstração. Aquelas “coisas” não eram e não são apenas coisas em si, mas, para *serem*, incluem suas relações e a *forma* como essas relações possam engendrar-se. Essa *forma*, segundo o que proponho, é a *forma do espaço* atualizado por nossos deslocamentos. Parece que enxergamos no espaço físico aquele modo de representação essencial das “coisas” e de suas relações abstratas, relações que foram subsumidas ao jogo de *separação*, de *aproximação*, de *perambulação* e de *estagnação*. A representação se deu *em termos de espaço*, e algo disso tudo não passou despercebido pelos modos de teorização da Língua, que, entretanto, não se têm dado conta da radicalidade que aí possa haver e que eu imprimo em minha proposição. No desenho da Língua, proponho a movimentalidade como fator fundante e por isso permanente em sua fisicalidade concreta, porque, desde o tecido léxico até as relações sintáticas — duas faces da mesma moeda —, é ela que continuamente irradia o mote principal para o re-desenhar da Língua, em seus desdobramentos semânticos, em suas atualizações sintáticas, (re)alimentados pelas imagens de *separação*, de *aproximação*, de *perambulação* e de *estagnação* que fazem da Língua um arsenal metafórico. Essas imagens estão arqueologicamente marcadas na etimologia, em toda a sedimentação histórica, como permanência na própria mudança, e estão ontogeneticamente indicadas pelo que parece ser-lhes o oposto ontológico: a **parataxe**. Em equacionado jogo de forças, a parataxe fundamenta a própria movimentalidade e, numa espécie de segredo relacional, colabora com ela no engendro último que pude alcançar, o espaço molecular da Língua, em que, de uma a uma, as relações verdadeiramente se dão e fazem a Língua *ser*, um espaço somente atingível mediante uma análise que denomino *ontogênica*, porque, para além dos fenômenos razoavelmente visíveis a olho nu, é uma análise que procura penetrar em espaços menores, relações menores, quase invisíveis, em que talvez possa estar o germe espiritual da Língua, certo sopro original que a faz possível para nós.

Palavras-chave: Língua; espaço; metáfora; parataxe.

ABSTRACT

This thesis is intended to be the sketch of a theory. As such, a certain essayistic content is involved, based on an intuition that has been gradually built and that, on its turn, is based on the verifiable presence of spatial elements in what we call “languages” and which I subsume “Language”, thus spelled, with capital letters, in singular. Language would have been and would be being made according to the human condition as a pilgrim subject, who *ab origine* saw himself in the possibility and urgency of moving through the physical space of a world that leads us to the cinematic displacement *from one point to another*, passing *through contiguous points* and resting *in a static point*, that is, a world that *in-duces* and *con-ducts* us though a way that allows us to carry out movements of *separation*, *approximation*, *wandering* and *stagnation*, sometimes a kind of movement in itself, *ex opposito* of what is commonly understood as “moving with a change of space”; this is how movements of a *place from where* [some entity is], of a *place where* [some entity is [going] to], of a *place through which* [some entity passes by], and of a *place where* [some entity is at] are configured. In that same world, we need to “say things” to our fellow man, perhaps previously “formulated” to ourselves, and the “*formulation*” *formalized* itself. It is in that space and in those movements that, in a sort of *imitation*, it seems we sought the raw material as to represent portions of the world and express them. Before expressing them and even before representing them, we need to understand them in a reasonably essential way, we need to select something that would somehow essentialize them, somehow design their being and then designate them *representatively* and thus *representationally*. We were doomed to abstraction. Those “things” were not and are not just things in themselves, but, in order to *be*, they include their relationships and the way in which these relationships can be engendered. This *form*, according to what I propose, is the *form of space* actualized by our displacements. It seems that we see in physical space that essential way of representing “things” and their abstract relationships, relationships that were subsumed into the game of *separation*, *approximation*, *wandering* and *stagnation*. Representation took place *in terms of space*, and something of all this did not go unnoticed by the ways of theorizing Language, which, however, have not been aware of the radicality that there may be and that I imprint in my proposition. In the design of language, I propose movementality as a founding factor and therefore permanent in its concrete physicality, for, from the lexical fabric to the syntactic relations — two sides of the same coin —, it is movimentality that continuously radiates the main motto for the Language re-design, in its semantic unfoldings, in its syntactic updates, (re)fed by images of *separation*, *approximation*, *wandering* and *stagnation* that make Language a metaphorical arsenal. Such images are archaeologically marked in etymology, throughall its historical sedimentation, as permanence in its own change, and are ontogenetically indicted by what seems to be their ontological opposite: **parataxis**. In an equated game of forces, parataxis paviments movementality itself and, in a kind of relational secret, collaborates with it in the ultimate engender that I could reach, the molecular space of Language, in which, one by one, relationships truly take place and make Language *be*, that is, a space that is reachable only through an analysis that I call *ontogenic*, because, in addition to the phenomena reasonably visible to the naked eye, it is an analysis that seeks to penetrate smaller spaces, smaller almost invisible relations, in which perhaps we can find the spiritual germ of Language, a certain original breath that makes it possible for us.

Keywords: Language; space; methaphor; parataxis.

PREFÁCIO PERSONALÍSSIMO

“(...) discerne em discurso controversa tese por mim exposta (...)”
[Parmênides, *Sobre a Natureza*, DK 28 b 1-19] (SOUZA, 1996, p. 123)

A origem deste trabalho tem mesmo que ver com a origem da minha vida. Lá — pouco depois da origem — eu me sentia intrigado com o que teria feito alguém dizer em determinado texto do cancioneiro popular brasileiro

“Ei, mãe! (...) nos meus planos não estão você (...)”,

de época em que, recém-alfabetizado, eu jamais poderia pensar em explicações causais como o fenômeno da contaminação. Anos depois eu presunçosamente desconsiderava qualquer possibilidade de estranhamento no “fenomenozinho”

“(...) as águas que banha (...)”,

percebido em outro texto de nosso cancioneiro; aí eu formalizava o desprezo sob o lema “Erram mesmo!...”. O fato é que eu *não percebia o que me fazia perceber* os fenômenos, solitária e imediatamente. Sem que me ocorresse a possibilidade de não atribuir “significado” a cada palavra presente na sequência frasal, eu entendia que cada palavra tinha significado e que cada uma ocupava o seu lugar na frase. Uma vez que a palavra tivesse significado próprio, esse mesmo significado contribuía para que nós entendêssemos “o lugar certinho” que a palavra ocupava na frase; a palavra “mandava” naquele “pedaço” da frase e “conversava” com a palavra do lado, que também tinha significado próprio. Assim, as relações entre o que as palavras queriam dizer e o lugar que ocupavam na frase não aconteciam à toa. Dito como entendo hoje, eu pensava em cada palavra como um **lugar sintático**, denso de significação; dito ao contrário, cada palavra seria densa de significação e, também, preenchedora de um lugar sintático ou, bem melhor, **formalizadora**, sobretudo **constituidora** desse lugar, desse **ponto semântico-relacional**, desse elemento que significa e, por significar, representa um polo de relação,

e, também, desse polo de relação que, por ser relacional, significa, uma vez que para mim inexiste relação assemântica. Então, sim, eu indagava como se podia não perceber o “excesso de palavras” em uma (des)construção linguística, como se podia não perceber o cruzamento sintático em

**a questão se trata de,*

excetuada a improvável leitura segundo a qual aí se teria determinada reflexividade subjetiva como

“a questão tratar-se”

mais a justificabilidade semântica do acionamento de

de,

entidade que proponho, e aqui defenderei, como inexceptionalmente indiciadora da imagem de movimento, nomeadamente movimento de separação, porquanto no comportamento de *tratar* está implicada a imagem segundo a qual se toma como **ponto de partida** o objeto de que se trata.

Talvez eu estivesse, naqueles momentos, germinando minha tentativa de proposição teórica de uma gramática “movimental”, adjetivo que formo, em lugar do que seria algo como *gramática motiva*, a bem da clareza da ideia de “movimento”: certa mimese empreendida sobre o espaço físico do mundo em prol da (formação da) Língua teria, segundo o que proponho, formalizado uma língua metafórica¹, cuja sequencialidade fônica da ordem linear, efeito colateral da nossa possibilidade e sobretudo da nossa necessidade de vocalização, pouco ou nada quer dizer, e pouco ou nada diz, sobre a estruturalidade semântica, semântico-**espacial**, semântico-**movimental** da ordem relacional. Sobre aquela mimese haveria, pois, outra, mais singela e nem por isso óbvia: o efeito da mimese espacial do mundo impressa na Língua aí se teria imprimido fazendo

¹ Veja-se no Glossário o sentido geral de *mimese*, “conceito amplo” (CAIMI, 2002/2003, p. 100) segundo o qual “a própria linguagem é imitação” (*idem*, p. 101).

constituir-se **espaços, lugares sintáticos**, *segmentos na expressão da Língua que ecoam movimentos na organização do mundo*, relações na organização da vida.

A mesma impressão do mundo sobre a Língua está na constituição do tecido léxico, haja vista a presença dos chamados prefixos, cristalização de “preposições”, entidade que, por sua vez, já no singular, então configuro aqui como elemento apontador, indiciador do movimento, ou seja, elemento linguístico que age como instrumento formalizador da metáfora espacial, mantida mesmo quando do poderoso fenômeno da gramaticalização² atuante na morfologia e na morfossintaxe da Língua. Em

“agradecer

v.

1. Expressar gratidão (a alguém) (por) (...) [ti. + a: ‘Meus companheiros também vão voltar / e a Deus do céu vamos agradecer.’ (Dorival Caymmi, ‘Suíte do pescador’)] [tdi. + a: Agradecei ao amigo a fineza que me fez.] (...)

(...)

3. Retribuir gestos ou carinhos recebidos [td.: Quero agradecer o carinho dando carinho também]

(...)

[F.: a-^(...) + grado + -ecer.]”

(DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital),

conforme se espera, explicita-se, no “significado” 3, o esmaecimento da “transitividade indireta” (“ti.”), acusando-se “transitividade direta” (“td.”), bem como, no apontamento da etimologia, se explicita aquilo que pode precisamente ser dito *gramaticalização* da “preposição” em “prefixo”³, grafando-se *a-*, hifenizado, o que lhe assegura a atribuição do

² Veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002 (Capítulo V: “E A GRAMATICALIZAÇÃO?”), a que aportei definições do termo, as quais procurei secundar de algumas relativizações minhas.

³ Ao uso das aspas, aqui e no decorrer do estudo, reservo o sentido de relativizar certas noções tradicionais, como consequência de reinterpretações que, pontualmente ou *passim*, procuro desenvolver. Quanto ao uso destinado a citações, estendo-o às citações de margem recuada, gerando a impressão de que haja redundância na associação entre o estabelecimento do recuo tipográfico e o uso de aspas; a intenção é discernir, fora das aspas, as interpolações e a pontuação minhas. Não reservo a utilização de margem recuada a segmentos textuais que perfaçam mais de três linhas, adotando como critério o grau de integração entre o segmento em cita e meu texto. Além do recuo da margem, acrescento o recuo de paragrafação, para reproduzir a paragrafação do trecho citado, excetuadas as citas de dicionários gerais, não paragrafadas, e as de textos radiofônicos, orais em princípio. Uso *idem* como referência a um só tempo ao(s) mesmo(s) autor(es) e à mesma obra (subentendam-se *īdem*, “o mesmo autor”, e, simultaneamente, *īdem*, “a mesma obra”) e *ibidem* como referência à(s) mesma(s) página(s).

estatuto de prefixo; nada disso, porém, oblitera o que me interessa como linha de força na exposição do dicionarista: “Expressar gratidão (a alguém)” é, e não deixa de ser, expressar, incoativamente (“-e[s]cer” < -sc-, infixo incoativo), bom grado **a / para** alguém, **dirigir** bom grado **a (ad) / para (per ad)** alguém, o que é emblematizado pela formulação entre colchetes “[ti. + a (...)]” e ora indicia a **imagem de movimento de a[ad]proximação**.

Já se percebe como crucial que eu explicito o ponto de vista a partir do qual estou falando. Estou falando, e aqui estarei a falar, de um ponto de vista a que não se aplicam as objeções

“*Tratar de um assunto* não é ‘separar nada de nada’!”

e

“*Agradecer* não é ‘aproximar nada de nada’!”,

ou, evitando-se a dupla negação,

“*tratar* não é ‘separar nada’”

e

“*agradecer* não é ‘aproximar nada’”.

Não se aplicam essas objeções porque essas objeções falam a partir do necessário e saudável ponto de vista do uso comum da Língua, um ponto de vista cabalmente discursivo, que atende à pragmática da organização (discursiva) do mundo. *Eu falo de um ponto de vista metafórico*, que pressupõe e faz pressupor a metáfora como constitutiva da Língua, ponto de vista segundo o qual a metafóricidade intrínseca da Língua tem de ser pressuposta em cada consideração aqui desenvolvida. É desse ponto de vista que devo falar, e muitas vezes devo *falar metaforicamente*, a prol mesmo da fidelidade à estrutura de cada argumento, na tentativa de construir alguma teorização sobre o que propugno

Ademais das aspas, utilizo em abundância os recursos *negrito*, *sublinha* e *itálico*, que deixam o texto visualmente carregado, mas, afora o papel metalinguístico do itálico, demarcam linhas de ênfase que devem conduzir a leitura.

como uma *Língua metafórica*, metafórica em si mesma, porque *metaforicamente gerada* pela metaforização inspirada pelo espaço. No processo de *ge(ne)ração* da Língua está, pois, a atuação *generosa* da metáfora, de que, segundo Hegel (1970 [1835], p. 181-3), é “imenso o domínio”:

“(…) Considerada em si mesma, a metáfora apresenta todos os caracteres de uma alegoria no sentido de que exprime uma significação que é clara em si mesma por meio de um fenómeno da realidade concreta que é próximo dela e lhe está relacionado. Mas_[,] enquanto na alegoria como tal existe nítida separação entre a própria significação e a imagem, na metáfora tal separação só existe de um modo virtual sem estar expressamente posta. É por isso que, segundo Aristóteles, a diferença entre a alegoria e a metáfora consistiria em que a primeira comporta um ‘como’ que a segunda não possui. **A expressão metafórica só tem um aspecto, o da imagem** [o negrito é meu]; quanto à significação *pròpriamente dita*, essa revela-se no conjunto de que a imagem faz parte e isso de um modo directo, sem que seja preciso abstrai-la da imagem. (...)

Se é **imenso o domínio da metáfora** [o negrito é meu] e infinita a variedade das suas formas, é no entanto simples a sua determinação. Constitui ela uma analogia, na qual, não se opondo ainda uma à outra a imagem e a significação, a imagem só é, no entanto, posta em relevo enquanto a significação *pròpriamente dita* fica, por assim dizer, abafada; mas_[,] não sendo embora expressa nítida e claramente, a significação é fácil e rapidamente reconhecida no conjunto a que pertence a imagem.”.

Por ser “imenso o domínio da metáfora” é que ela pode atuar *generosamente*, *ge(ne)rando* imagetivamente o que digo ser uma Língua metafórica *ab ovo*, uma Língua *natu* espaço-metafórica.

Para além de Hegel, apoio-me aqui em filósofos de orientações divergentes, como Immanuel Kant (1724-1804) e Ernst Cassirer (1874-1945) em relação a Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.), a respeito de que esclareço não haver aí nenhuma intenção de exegese dos pensamentos correspondentes; deles, interessadamente, apenas seleciono linhas de força que aproveitam ao que busco desenvolver no terreno da linguagem. Utilizo aqui palavras de fortuna filosófica muito grande, mas delas, também interessadamente, me aproprio e julgo estabelecer, no texto, a clareza da apropriação em sentido *ad hoc* para meu interesse em linguagem. Estou mesmo no terreno da linguagem: não a despeito do título deste estudo, centrado na palavra *gramática*, é mesmo sobre a gramática da Língua que me debruço, entretanto uma gramática que pretendo formadora, ontogenética, “arqueológica”,

de cunho especulativo. Proponho como amplamente gramatical a inspiração genético-metafórica não somente do que se entende como estrutura — morfológica, morfossintática, *gramatical* — da Língua, mas, em pé da mais absoluta igualdade, também daquilo que *veio a ser* o léxico (que, todavia, uma vez constituído, sempre se amplia, aberto que é, por definição); mais do que isso, não há, porque não pode haver, esquizofrenia entre gênese estrutural e lexicogênese: não são gêneses diversas; bem ao contrário, trata-se da mesma inspiração genético-metafórica, e é bem por isso que se tem a “reduplicação” de

a-grad(o)-ecer

em

a-gradecer a,

numa espécie de *iconicidade interna*, razão pela qual aqui trato “prefixo” e “preposição” rigorosamente como a mesma entidade. (Veja-se a nota 308.) Assim, neste estudo viso à proposição de certa gênese *gramatical* que, ao mesmo tempo, é, sem paradoxo, *lexicogênese gramatical*, em que se propugna, portanto, que a **gênese do léxico** (sempre em processo) seja uma **gênese gramatical**, porque **inspirada pelas mesmas relações de deslocamento no espaço físico que proponho como imagetizadas em relações morfossintáticas**.

O que acima nomeio *iconicidade interna*, e modalizo com a expressão “uma espécie de”, comunga francamente com a ideia de “iconicidade”, que me parece bem representativa do chamado Programa de Correspondência (SWIGGERS, 2004)⁴ e é contemporaneamente pressuposta pela teorização funcional-cognitivista:

⁴ “A historiografia linguística reconhece a existência daquilo que denomina programas de investigação (Swiggers, 2004), sistemas conceituais norteados pelos parâmetros ‘visão’, ‘incidência’ e ‘técnica’ relativamente à abordagem do objeto, que é a linguagem. Ao pé do Programa Sociocultural — caracterizador da Sociolinguística —, do Programa Descritivista — de que é exemplo o Estruturalismo —, do Programa de Projeção — exemplificado pela Semântica Formal e pela Linguística Computacional —, interessa-me, não apenas aqui, o Programa de Correspondência, assim chamado porque pressupõe, segundo o parâmetro ‘visão’, *correspondência* entre os elementos do tripé ‘língua, pensamento, realidade’, incidindo no que ali são relações entre estruturas morfossintáticas e conteúdos ou processos

“Em lingüística, *iconicidade* é definida [*sic*] como a correlação natural entre forma e função, entre o código lingüístico (expressão) e seu *designatum* (conteúdo). Os lingüistas funcionais defendem a idéia de que a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência. Como a linguagem é uma faculdade humana, a suposição geral é que a estrutura lingüística revela as propriedades da conceitualização humana do mundo ou as propriedades da mente humana.

As discussões em torno da motivação entre expressão e conteúdo na língua remontam à Antigüidade clássica, com a famosa polêmica que dividiu os filósofos gregos em convencionalistas e naturalistas. Enquanto os primeiros defendiam que tudo na língua era convencional, mero resultado do costume e da tradição, os naturalistas afirmavam que as palavras eram, de fato, apropriadas por natureza às coisas que elas significavam. Essas especulações filosóficas têm seus desdobramentos no debate posterior entre anomalistas e analogistas acerca da (ir)regularidade da estrutura lingüística.” (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 29-30);

“(...) o princípio de iconicidade manifesta-se em três subprincípios, que se relacionam à quantidade de informação, ao grau de integração dos constituintes da expressão e [dos constituintes] do conteúdo e à ordenação linear dos segmentos.

Segundo o *subprincípio da quantidade*, quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma, de tal modo que a estrutura de uma construção gramatical indica a estrutura do conceito que ela expressa. Isso significa que a complexidade de pensamento tende a refletir-se na complexidade de expressão (SLOBIN, 1980)⁵: aquilo que é mais simples e esperado expressa-se com o mecanismo morfológico e gramatical menos complexo.

O *subprincípio da integração* prevê que os conteúdos que estão mais próximos cognitivamente também estarão mais integrados no nível da codificação — o que está mentalmente junto coloca-se sintaticamente junto.

O *subprincípio da ordenação linear* diz que a informação mais importante tende a ocupar o primeiro lugar da cadeia sintática, de modo que a ordem dos elementos no enunciado revela a sua ordem de importância para o falante.” (*idem*, p. 32).

Ao dizer “uma espécie de *iconicidade interna*”, pretendo, porém, assinalar certa apropriação especificativa que empreendo. Aqui não me aproveitam aqueles subprincípios, sobretudo o da ordenação linear, que não desacredito mas não recobre meu interesse ontogenético: já a palavra *ordenação*, “ato de estabelecer certa ordem”, indicia uma incidentalidade que mais está para a realização do texto do que para qualquer sorte de gênese sistêmica; está para o uso da língua, não para a Língua, ela mesma, fato

mentais, em atendimento ao parâmetro ‘incidência’, e acionando como ‘técnica’ o estabelecimento de classes lógico-semânticas e de correlações entre processos mentais e regras gramaticais, de que proponho que advenha certa semantização das construções.” (ALONSO JÚNIOR, 2018b, p. 273-4)

compatível com a alta valoração funcionalista do uso. O que proponho aqui é a *figuração*, em *Língua*, daquilo que já é inspirado metaforicamente, bem como a reduplicação interna de elemento que ecoa algo do mundo tão coerentemente quanto se faz “redundante” no interior da Língua.

Objeto de preocupação de Aristóteles (2015 [século IV a.C.]; 2000 [século IV a.C.]), é bem consabido que a metáfora está no interior da língua — *Língua*, para mim —, haja vista a proposição contemporânea de Lakoff e Johnson (2002 [1980]) segundo a qual, no limite, não se pode falar sem utilizar metáfora. Esses autores negam que a metáfora seja figura *de linguagem*, deslocando-a para o âmbito do pensamento, denominando-a *metáfora conceptual* (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]) e atribuindo-lhe, pois, estatuto ontológico: o que eu aqui proponho é que, sobre estar na Língua, a metáfora seja **constitutiva** da Língua e, mais, constitutiva da **estrutura** da Língua, sentido exato por que proponho uma **estrutura semântica**, metaforicamente inspirada, **espaço-metaforicamente constituída**.

Sobre a maiusculização do constantemente singular *Língua*, veja-se o que afirmo na Introdução, aqui seguinte, em que, todavia, não cometo o que ora vai como confissão que sempre jurei não formular publicamente: para além da questão da analogia, sobre a qual a tradição muito se exercitou⁶, não entro a sério em discussões sobre diferenças entre

⁵ SLOBIN, Dan Isaac. *Psicolinguística*. São Paulo: Nacional / Edusp, 1980.

⁶ “(...) o fato de que a análise lingüística — unificada em seus padrões teóricos — tenha por objeto a diversidade empírica das línguas,^[sic] explica largamente as características das ciências da linguagem tal como as conhecemos hoje (...)” (AUROUX, 1992; 2001, p. 36); “(...) línguas diferentes, inseridas em práticas sociais diferentes, não são os mesmos fenômenos (...) [§] A riqueza do historicismo não deve, **entretanto** [o negrito é meu], conduzir ao mito da incomparabilidade de conhecimentos fechados em paradigmas específicos. Os fenômenos são o que são^[1,] e as estratégias cognitivas, por múltiplas e diferentes que sejam, não variam ao infinito. Por isso é que podemos reconhecer^[1,] para além da diversidade, *analogias*, que é melhor considerar como analogias que afetam a relação entre as situações cognitivas e a realidade dos fenômenos,^[sic] do que como simples analogias da experiência em geral, no sentido de Kant. [§] Se quisermos, por exemplo, determinar o valor fonético de um elemento ideográfico, a melhor estratégia é recorrer à acrofonia. É a ela que recorrem os *fanqie* [*fanquis*] chineses; mas^[1,] quando um informante maia, do tempo das conquistas, era levado, de algum modo, a pronunciar uma palavra de sua língua, ele recorria a ela igualmente (...). São essas **analogias**, e não as intuições de um precursor genial qualquer, que **explicam que certos elementos históricos parecem recorrentes a longo termo** [o negrito é meu]. (...)” (*idem*, p. 14-5)

o Português do Brasil e o de Portugal, entre esses e o Castelhana, entre todos esses e o Francês, entre todos esses e o Alemão, entre todos esses e o Árabe ou o Chinês. Entendo que diferenças entre variantes de uma mesma língua e, mais ainda, diferenças entre “as línguas” impressionem os corações, mas penso que impressionam os corações porque impressionam os ouvidos e os olhos: configuram o que eu denomino “casca das línguas”, e essa casca é mesmo espessa, tão espessa que sobre ela se constrói a obviedade de que se trate de línguas diversas (excetuados aí o Português do Brasil e o de Portugal). São obviamente diversas, na casca. Uma vez que se ouse afundar não os ouvidos nem os olhos, mas certa *per-cepção*, para além da espessa casca, a obviedade começa a ceder lugar ao que fora o magnífico delírio da postulação da língua adâmica:

“(...) a perspectiva lógica, como que sob uma coação metodológica, sempre desemboca no problema da linguagem universal (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 114).

Ora, *per-ceber* quê? (Já se entenda a pergunta “*Re-ceber* quê?”, a que equivalem “Abracar quê?”, “Abraçar quê?”.) Onde está o “para além da espessa casca”? Que é “afundar certa *per-cepção* para além da espessa casca”? Que se *per-cebe* “para além da espessa casca”?

Per-cebe-se a Língua. O que o abraço encontra é *stricto sensu* a alma daquele sistema que se ramifica em tantos braços e faz jurar que se vejam estruturas linguísticas particulares, as quais se prestam ao serviço de culturas próprias. Do fim ao começo: (2) prestam-se a culturas próprias *as línguas* entendidas como construtos historicamente já realizados, então já açambarcados pelo *a-cont-e-(s)cer* histórico e já banhados pelas várias culturas, de que são simultaneamente formadores; (1) as “estruturas linguísticas particulares”, que se realizaram e ato contínuo historicamente se realizam, propugno como *estruturas linguísticas particulares*, **atualizações** — como tais, particulares — de **potência** una, tão singular quanto abstrata, tão metaforizável quanto “metaforizanda”, pois que *tem de ser metaforizada* para que se faça Língua. Aqui, a Língua é, pois, um sistema metafórico: metaforicamente inspirado pelo concreto espaço físico, depois

sucessivamente abstratizado, em função, aí sim, da exigência de especificações históricas, injunção que faz criar especializações semânticas, especificidades construcionais. Aqui, a Língua é, portanto, *um sistema potencial*.

É fato que a percepção do rendimento metafórico exige certo esforço arqueológico, a começar necessariamente já pela percepção da presença de metáfora. Lembro-me de uma aula de Filosofia em que se lia, em *Categorias*, de Aristóteles, que a categoria “espécie” é *mais próxima* da substância primeira — sensível e particular — do que a categoria “gênero”, sendo ambas as categorias, tanto “espécie” quanto “gênero”, substâncias segundas; o Professor expressiu estranhamento diante da expressão *mais próxima*, aplicada à relação entre espécie e substância primeira: quando uma Aluna sugeriu que se trataria de metáfora, o Professor esboçou concordância e, com sotaque estadunidense, disse “Sou ruim em metáforas!”. Acrescento que um Aluno, em aproveitamento da deixa da colega, havia dito que seria “uma metáfora espacial”.

Não pretendo que, quando evoco aproximações “arqueológicas”, se entenda que eu procure situar-me em momento propriamente pré-histórico, quando os seres humanos estariam “escolhendo” sons para representar coisas. Procuro situar-me em momento posterior, talvez já caracterizável como *lógico*, em que as metáforas se fazem — e se reproduzem — sobre um *lóγος* já construído.

Também não pretendo que o esforço de perquisição arqueológica exigido pela percepção da metáfora e do rendimento da metáfora na confecção da Língua seja confundido com empirismo ou, ao invés, com redução a postulados arbitrários de cunho idealista. Perceber a metáfora e sobretudo seu rendimento na (onto)gênese linguística exige exatamente a constante lembrança de que estou a falar *de um ponto de vista metafórico*, em busca do processo metafórico que propugno que seja constitutivo da Língua, formulador de uma **estrutura linguística que então nasce já provida de semântica**, e esse processo é, pois, arqueológico. Trata-se de buscar, em método francamente especulativo, formulações por meio das quais eu faça (re)interpretar aquela gênese — aqui, *ontogênese* —, o que faz esperar a aceitação de certa metalinguagem arqueologizante e de proposições que, vistas pontualmente, possam semelhar o arbitrário,

mas justificam-se na condição, incontornável, de que toda afirmação lançada neste estudo parte de visão inteira que venho procurando construir sobre a Língua, motivo por que se confere a cada afirmação — invariavelmente imbricada em outra ao longo da composição do texto — um caráter irrevogável. Vê-se em Marcondes (2001), a propósito de Habermas (sobretudo: *The Theory of Communicative Action*. v. I. Boston: Beacon, 1984), a postulação de que,

“(...) Para analisar a linguagem tal como ela efetivamente é, necessitamos de um modelo de como a linguagem *deve ser*.” (p. 116); “(...) aparentemente, **sem a formulação de uma noção ideal de linguagem não é possível fundamentar uma metodologia de análise que não seja meramente descritiva**, mas que possa caracterizar-se como crítica. Por outro lado, os conceitos em termos dos quais nesta [*sic*] noção ideal se formula são bastante problemáticos, na medida em que se constituem em postulados, muito embora Habermas defenda a posição de que se trata de uma crítica imanente, derivada do que a própria linguagem pretende ser enquanto ação comunicativa e **não apenas enquanto conjunto de relações sintáticas e semânticas**.” (p. 114; os negritos são meus);

em caminho quiçá oposto ao da Teoria da Ação Comunicativa, de Habermas, também eu defendo que se trata de “uma crítica imanente, derivada do que a própria” *Língua* “pretende ser enquanto” **conjunto de relações imagético-sintáticas, portanto semânticas**, de uma semântica inspirada pela metáfora do espaço físico e pelos movimentos aí realizados, *postulado* inescapável para mim, malgrado a dificuldade que há na pretensão de formular um esboço de teoria: opero segundo uma apreensão assumidamente intuitiva, e pôr a intuição em discurso é tarefa submetida a claro limite, o limite intrínseco ao desafio de pôr em palavras as palavras (veja-se o Capítulo III, *caput*).

No corpo a corpo com esse limite, não somente ponho em palavras as palavras, mas sobejamente as ponho em esquemas, na exata intenção de empurrar pra bem longe daqui toda e qualquer *visão esquemática*: a construção de esquemas, de que uso e abuso, pretende desenhar os processos ontogênicos que idealizo como **imagens movimentais organicamente imbricadas com a parataxe fundamental da Língua**, relação dialética entre movimento cinemático linguisticamente metaforizado e a aparente imobilidade (veja-se HEIDEGGER, 2008 [1967], *passim*) que associo à parataxe, aparente ausência de

movimento que identifico àquele “pôr-se lado a lado” à guisa de estaticidade, um justapor-se aparentemente estático mas condizente com a movimentalidade relativa que há na *a(d)-posição*. Como tais, os esquemas tiram partido do espaço tipográfico de que disponho no suporte em que escrevo, mas são esquemas constituídos por palavras, cheias de aspas que lhes procuram enfatizar as imagens e me ajudam a dizer que estou *ex-plic*-ando intenções interpretativas, retirando dos vocábulos formais e do entendimento que se cristalizou sobre suas relações as *dobras* — **plek* — que a História tratou de impor-lhes, então (sonho meu?) estou restituindo-lhes a glória de uma semântica plena de si mesma. O que há de descritivo na tarefa de desenhar idealizações são, portanto, descrições que se pretendem evidenciadoras da tese; pretendem-se, pois, descrições argumentativas. O que há de ideal na idealização se pretende como a configuração de processos rigorosamente ontogênicos, que proponho como efetivamente constitutivos da Língua.

Posso, em relação à Língua, dizer-me *desassombrado*, quer quanto à incontornável franqueza que há em cada formulação que empreendo, quer quanto à também incontornável luz que existe em qualquer ato de franqueza. Algumas vezes, enfatizada a ocasião do Exame de Qualificação, a que submeti este estudo, fui advertido da possibilidade de que haja aqui mais característica de ensaio do que do modelo de tese tencionado a doutoramento. Quanto a isso me são bem-vindas as considerações de Severino (2000 [1975], p. 152-3), segundo as quais o ensaio consiste

“(...) em exposição lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal. No ensaio há maior liberdade por parte do autor⁷, no sentido de defender determinada posição sem que tenha de se apoiar no rigoroso e objetivo aparato de documentação empírica e bibliográfica, como acontecia nos tipos anteriores de trabalho [Tese de Doutorado e Dissertação de Mestrado]. Às vezes, são encontradas teses, sobretudo de livre-docência e mesmo de doutorado, com características de ensaio que são bem aceitas devido a seu rigor e à maturidade do autor. (...)”,

e a cuja expressão “maturidade do autor” prefiro, quanto ao caso, *maturidade das ideias*, porque, aqui, são mesmo ideias maturadas ao longo de uma vida durante a qual penso em Língua obsessivamente, de que não poderiam deixar de resultar um “nível de

interpretação” (*supra*) obsessivo e um “juízo pessoal” (*supra*)⁸ que, se semelha intolerância, é efeito da interpretação obsessiva, uma personalidade que se conformou observando-se Língua, conversando-se sobre Língua, pensando-se (obsessivamente) em Língua, na pressuposição invariável de que tudo, em Língua, guarde, por trás de si, uma explicação causal.

Foi em prol das explicações causais que decidi cursar Letras. Nutria a certeza de que ouviria a confirmação de todas as explicações que eu já havia formulado, mas isso não ocorreu. Tive excelentes Professores que eu amei e me amaram: eu ouvia-os avidamente, e eles me ouviam respeitosamente; quando, porém, lhes expunha minhas percepções e formulações mal-acabadas, alguns olhos brilhavam diante do pupilo inquieto, e não raro as bocas, receosas de magoar, pouco mais do que balbuciavam que eu estava sendo “impressionista”.

Devo reconhecer que houve alentado número de situações contrárias. Na primeira metade da década de 1990, pertenci à classe de Castelhana (na FFLCH sempre se disse “Espanhol”) da Professora Vera Lúcia do Amaral, de cuja biblioteca, com muita alegria e algumas lágrimas, “herdei” o que escolhi; isso ocorreu em janeiro de 2015: qual não foi minha surpresa quando, entre a capa e a página de rosto de *Questões Vernáculas*, de Napoleão Mendes de Almeida⁹, encontrei meia folha sulfite com minha letra, em que me pusera a desfilar o que “eu penso”:

“(…) ‘em nível’ e/ou ‘a nível’. No fim das contas, eu penso assim: a preposição ‘a’ marca direção, lugar para onde; secundariamente, lugar onde virtual — por isso ‘TV a cores’, que os puristas impugnam, talvez (pensando) lembrando que a TV funciona em cores, como se estivesse mergulhada nas cores —; em se admitindo o lugar onde, vale dizer ‘a nível’, entretanto tachado de erro; em se não admitindo, só vale ‘em nível’, já que ‘em’ marca legitimamente lugar onde, e o nível é um legítimos lugar onde, antes concreto e depois virtual. Penso que o sentido das preposições é muitíssimo mais construtivo do que em geral se cogita; por isso uso aspas e não grifo.”

⁷ “(…) uma alegre exploração do ego (...)”, em palavras presentes no documentário A ARTE DA FRANÇA (5 de março de 2023) sobre o gênero *ensaio*, em referência a Montaigne

⁸ “(…) um verdadeiro estudo não se pode demorar apenas no exame do que os outros fizeram mais ou menos bem nem apenas nisso procurar ensinamentos (...)” (HEGEL, 1952 [1835], p. 199)

⁹ ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Dicionário de Questões Vernáculas*. 3. ed., ampl. São Paulo: Ática, 1996.

Usava galicismos — “tachado” —, que depois me proibi e agora me permito, e lá estou eu, em redação mais simples e ênfases mais extravagantes. Também extravagante é a colocação pronominal metida a clássica — “em se não admitindo (...)” —, na qual reincido uma ou duas vezes ao longo deste estudo, mas o que me importa aqui é a colocação daquela folha sulfite: encontrei-a intrometida no discurso conservador (e sincero) de Napoleão Mendes de Almeida, no entanto entre *Questões Vernáculas*, com realce a caneta da Professora Vera sobre “só vale ‘em nível’, já que ‘em’ marca (...) lugar onde, e o nível é um (...) lugar onde”, em que ela desconsiderou meus extravagantes superlativos, considerando *questão vernácula* aquele meu fragmento de ensaio de especulação.

Eis que, anos após, já escritas duas centenas das páginas deste estudo, um Professor a quem destinei um trabalho de aproveitamento de curso me disse que nasci cognitivista. Não preciso jurar que não sei como eu mesmo nasci, mas (feito o gracejo), se é verdade que nasci cognitivista, a própria formulação daquela afirmação revela acentuado grau de inconsciência de meu próprio “cognitivismo”. O fato é que parece que passei das doces acusações de “impressionismo” para a acusação — indiretamente revelada — de ser cognitivista sem o saber: ainda nos anos de 1990, quando eu procurava compartilhar algumas das intuições que estão presentes neste estudo, estávamos, no Brasil ou, pelo menos, em São Paulo, em tempo de acentuada presença da parelha Estruturalismo e Gerativismo, o que fazia que meus ensaios de proposições soassem desprovidos do “espírito científico” requerido na época, fortemente descritivo, motivado por certo paradigma científico segundo o qual discutir causas não se coadunaria com a necessária cientificidade; mais de vinte anos depois, porque, em nossas paragens brasileiro-paulistanas, ingressaram e se sedimentaram ideias que ora se abrigam debaixo do extenso rótulo cognitivista, então, exatamente ao contrário do que ocorria antes, os meus **mesmos** ensaios proposicionais não apenas não soam esdrúxulos como, ao mais exato contrário, podem soar repetidores daquilo que já foi dito por pesquisadores

estrangeiros e, por isso, recebeu e recebe nossa colonizada atribuição de estatuto de validade e, mais do que isso, uma validade festejada com a aura do que deve ser festejado.

No limite, inescapavelmente somos repetidores, e isso nos condena à consolação de repetir *desassombrados*, palavra que aprendi a usar com Mário de Andrade, nosso grande formulador ideológico que agora cito para *desassombrar-me* do fantasma da repetição, fantasma de não ser o que somos ou o que gostaríamos de ser:

“(...) Em última análise tudo é influência neste mundo. Cada indivíduo é fruta de alguma coisa. Agora, tem influências boas e tem influências más. Além do mais se tem que distinguir entre o que é influência e o que é revelação da gente própria. Muita vezes [*sic*] um livro revela pra gente um lado nosso ainda desconhecido. Lado, tendência, processo de expressão, tudo. O livro não faz que apressar a apropriação do que é da gente. Digo isso pra você¹⁰ se sossegar nesse ponto. Eu sofri muito com isso (...). Mas aquela frase da *Paulicéia* não saiu ao atá, não. ‘Sinto que o meu copo é grande demais e ainda bebo no copo dos outros’. Não tem dúvida que você faz coisa da mesma *categoria* que a minha. Ora, mesma categoria implica uma identidade qualquer. O que carece é você não ver influência nessa identidade, mas **resultância da mesma categoria**. (...) Fuja dos processos muito pessoais de exteriorização dos outros. Nunca fuja de influências espirituais. Elas nos determinam a nossa categoria, desde que criticadas. (...)” (ANDRADE, 2002, p. 116; o negrito é meu).

“Resultância da mesma categoria” é expressão que não posso replicar — porque, aplicada a mim, seria de um pedantismo insuportável —, mas posso aproveitar, ajeitando-a para o caso: *resultância da mesma percepção*, um modo de perceber a Língua, uma rede de percepções de igual matriz que paira e enreda sem que se saiba. Se repeti os outros, não foi por ser colonizado, como todos nós somos, aqui nestas paragens; foi por ser *desassombrado*, e o *desassombro* me veio e vem com a leveza de quem diz o que julga perceber e ainda se esforça pra dizer com clareza, aquela clarezinha possível a quem se mete a dizer em Língua o que vê na Língua.

Se me tornei moderno sem saber, o fato é que eu não sabia onde me situasse, por onde começasse; passei anos espremido pelo senso de obrigação de agarrar, com as unhas, as pernas do mundo. Bem menos remotamente em relação àquele começo de vida cognitiva quando eu estranhava “erros” em letras de canções, uma querida e amada

¹⁰ Mário de Andrade, em carta, dirigindo-se a Carlos Drummond de Andrade

amiga, há pouco mais de uma década, amorosamente me enganou: propôs que, em coautoria que me lisonjeava, escrevêssemos ora um artigo sobre a “preposição” *de*, ora um sobre a maravilhosa poesia do maravilhoso poeta mato-grossense Manoel de Barros, que, com maravilha única, tratou da “infância da língua”¹¹. Comecei a rascunhar meu pequeno tratado sobre a “infância da Língua”, que minha angélica amiga, que é psicanalista (porque nasceu assim e construiu formação em Psicanálise), apelidou Rascunho K, em graciosa referência aos escritos de Freud¹². Os artigos — ora sobre *de*, ora sobre o maravilhoso poeta — por ora não saíram do rascunho, mas eu continuei a rascunhar meu tratadinho sobre a infância, porque meu coração acreditou que aquilo pudesse ser algum começo. Continuo a chamá-lo “Rascunho”; não agarrei as pernas do mundo. Não se há de empreender aí nenhum gesto de violência: a Língua é sutil, *divinatória, divina*.

É preciso (*a*)*divinhar* a Língua em suas crianças, porque as crianças da Língua, como as andorinhas, *divinam*.

¹¹ Veja-se “Canção do Ver”: BARROS, 2004.

¹² Ao contrário de Freud, quando, neste estudo, menciono Laura, minha filha, não lhe mudo o nome nem lhe escondo a identidade. É mesmo *Laura*, nome da minha criança, que aqui emblema algo da “infância da Língua”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: LÍNGUA, METÁFORA DO ESPAÇO.....	1
CAPÍTULO I. PRODUTIVIDADE VIRAL.....	90
I. 1. Produtividade viral à última instância.....	153
I. 1. 1. As instâncias da produtividade.....	160
I. 2. Sobre a natureza <i>paratática</i> do acusativo.....	175
I. 2. 1. Sempre movimento.....	240
I. 3. O sujeito visto de cima.....	242
CAPÍTULO II. TRADIÇÃO NÃO-ANALÍTICA: A UM PASSO DA ANÁLISE	265
II. 1. Apreciação analítica.....	334
II. 1. 1. Desconstrução 1, “O segredo egípcio”.....	334
II. 1. 2. Desconstrução 2, “Preenchendo o vazio”.....	387
II. 1. 3. Desconstrução 3, “Cumplicidade”.....	401
II. 1. 4. Desconstrução 4, “Preenchendo a casa”.....	406
II. 1. 5. Desconstrução 5, “É primavera”.....	412
II. 1. 6. Desconstrução 6, “Era inverno”.....	458
II. 2. Molecularidade: de elemento a elemento.....	463
II. 3. Iconicidade: subsunção ao olhar na corporeidade ontogênica e sua “desleitura”.....	476
II. 4. Apreciação analítica da imanência: análise do <i>continuum</i>.....	511
II. 5. Potência ontogênica; ato discursivo.....	641
II. 6. A arqueológica parataxe.....	655
II. 6. 1. Análise de “conjunções”, <i>scilicet</i> advérbios.....	663
II. 6. 1. 1. <i>Com tudo</i>	663
II. 6. 1. 2. <i>Toda via</i>	664
II. 6. 1. 3. <i>Entre tanto</i>	676
II. 6. 1. 4. <i>Em o: em tanto</i>	677
II. 6. 1. 5. <i>Em tão...</i>	678

CAPÍTULO III. DENSIDADE SEMÂNTICA, BASE “MATERIAL”.....	733
III. 1. A dialética entre a inspiração sensível-material e a imaterialidade da Língua.....	769
III. 2. A dialética entre a movimentalidade sintática e o estatismo <u>morfo-semântico</u>, <i>scilicet</i> PARATÁTICO.....	785
CONCLUSÃO ESSENCIALÍSSIMA.....	790
GLOSSÁRIO.....	803
REFERÊNCIAS.....	829
APÊNDICE	
ANEXO	

INTRODUÇÃO:

LÍNGUA, METÁFORA DO ESPAÇO

“(...) É como se a intuição da atividade propriamente dita não pudesse desprender-se da do estar aí puramente espacial (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 232)

Antropologicamente, o homem se movimenta — ser nômade —, anteriormente ao *a-cidente* da *sed-entarização*. O movimentar-se do homem no espaço físico do mundo implica vir de (um lugar), implica ir a/para (um lugar). Tais implicações, por sua vez, implicam passar por (um lugar). Gênero de movimento *ex opposito*, o “não-movimento” — que, se condição angariada por determinados grupos humanos, há de entender-se como estrutural resultado do acidente da sedentarização — é estar em (um lugar).

Há, assim, quatro movimentos que balizam as relações do homem com o mundo:

o movimento *de onde*,

o movimento *para onde*,

o movimento *por onde*

e

o movimento *onde* — que é não-movimento, então movimento *ex opposito*¹³.

A percepção e a incorporação dos movimentos realizados pelo homem no espaço físico proponho que tenham sido como que mimeticamente reproduzidas no engendro da expressão verbal, *scilicet* na confecção da Língua, não apenas como **consequência**

¹³ Aquilo que os objetos são é dado pela possibilidade de passagem entre os opostos: “(...) **Repouso é um gênero do movimento**; só o móvel pode repousar. (...)” (HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 259; o negrito é meu).

representativa do que fora percebido e incorporado, mas, sobretudo, como **recurso constitutivo do aparelho representativo**, hajam vista a criação de palavras entendidas como advérbios de lugar¹⁴, a formulação de locuções adverbiais de lugar¹⁵ e, aqui em pé de igualdade, o que interpreto como produtivíssima lembrança lexical do gesto realizador de cada movimento — trazida, por exemplo, por certos assim chamados prefixos —, bem como o que proponho ser estruturante lembrança sintática daquele gesto — objetivada, por exemplo, pelos assim nominados adjuntos e complementos adverbiais de lugar —. Balizadas as relações do homem com o mundo por aqueles quatro movimentos, deu-se na instância da representação o efeito da mimese empreendida sobre as realizações movimentais a ponto de que a “reprodução” imitativa daquelas realizações de deslocamento balizasse a constituição da Língua, asserção que equivale a propor que o dizer o mundo tenha mimetizado o movimentar-se no mundo, na concomitância de que o movimentar-se no mundo tenha metaforizado o dizer o mundo — ou, melhor, tenha configurado, *ab ovo*, um dizer metafórico.

Tome-se a rigor a expressão *consequência representativa*, realçada acima, na razão de que a mimese não constitui recurso fotográfico, não redundando em mera reprodução do objeto imitado¹⁶, mas contendo algo daquilo que o objeto é; trata-se não de valoração que se dê entre veracidade e inveracidade, mas de atribuição de verossimilhança¹⁷, *versus* inverossimilhança. Verossímil ao movimento imitado, a

¹⁴ e/ou, por metonímia, de tempo, fenômeno delatado em discursos gramaticais e linguísticos das mais variadas orientações teóricas, ainda que não tematizado como fenômeno; veja-se, a título de exemplo, o que se diz sobre o *caso locativo* em Ernout (1953 [1914], p. 8):

“(…) Le locatif indiquait dans quel lieu ou à quel moment l’action s’accomplissait: *domī, humī, rūrī* (...) *diē quīntī* (...)”

¹⁵ Veja-se a nota imediatamente anterior.

¹⁶ “(...) a palavra não é cópia do objeto em si, mas da imagem que este provocou sobre o espírito (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 357); “Um paralelo [platônico] entre (...) as imitações, a divina e a humana, mostra que há em comum nas duas produções miméticas a idéia de imagem enquanto semelhança que não reproduz todas as particularidades do objeto, pois, caso contrário, transformar-se-ia em seu duplo. O que as distingue é que a humana está (...) mais afastada das Idéias, produzindo imagens com imagens. (...)” (CAIMI, 2002/2003, p. 101)

¹⁷ ARISTÓTELES, 2015 [século IV a.C.], 1447a28-b13;

consequência representativa, já propriamente linguística, constitui como que um etos — metafórico — para o efeito da ação: da imitação do movimento, ou seja, da *mimese* da ação, advém a cunhagem em Língua do material morfológico-lexical e das construções sintáticas, o que significa, exatamente, que o *caráter* de cada um dos quatro movimentos — o movimento *de onde*, o movimento *para onde*, o movimento *por onde* e o “movimento” *onde* — se reflete no *etos* do próprio sistema linguístico; dito nos termos da passagem da ação para a Língua: o ἔργον é, iconicamente, refletido no λόγος. Quando do empreendimento da mimese, não se tem representação, tendo-se, precisamente, imitação, o ato (e o efeito) de imitar; a mimese não é, pois, representativa, mas constrói verossimilhança: construída a verossimilhança — movimental, gestual —, é **na confecção da Língua que se dá a representação**, por via metafórica. Ou seja, os movimentos realizados pelo homem no espaço físico do mundo se *percebem*, incorporam-se na *experiência* humana — mediante a *memória*, segundo apropriação que estou tentando sobre a preleção aristotélica presente no livro I de *Metafísica* (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.]) — e, embora não se tematizem, desdobram-se em *arte* — segundo apropriação mais larga daquela preleção —, isto é, desembocam na *técnica* de cuja formação primeva não se deduz tematização fácil, que é a técnica de engendro da Língua; em concomitância com a atuação da arte, e exatamente em prol dela, aqueles movimentos são mimetizados e **metaforicamente (re)desenhados¹⁸ na instância**, ora sim, **(re)presentativa que é a Língua**: esta, por conseguinte, aqui não se poderia tomar senão como *entidade onto*¹⁹-geneticamente metafórico-semântica, o que implica a proposição de uma **estrutura** provida, já por si, de **semântica**, uma **estrutura que significa**.

“(…) A necessidade e a verossimilhança devem estar presentes na representação dos caracteres, assim como na seqüência das ações, de maneira que seja necessário e provável, a determinado personagem, falar tais palavras e praticar tais atos; também é assim em relação ao ordenamento dos fatos.” (ARISTÓTELES, 2000 [século IV a.C.], p. 55), verossimilhança aristotélica que evoco como base da aproximação subjacente que aqui realizo entre a ideia tradicional de “mimese” e o que proponho como “mimese do espaço”

¹⁸ “(…) A metáfora, em último caso, é o poder de redescrever a realidade (…)” (RICOEUR, 2000, recurso digital)

¹⁹ A identificação da *linguagem* como *entidade* foi propugnada por Hjelmslev (1991 [1959], p. 29-31), com ênfase não aí, mas na proposição do caráter de autonomia relativamente a fatores externos:

Precisamente o que se imita é a ação — aqui, o movimento —, não o caráter, mas a imitação da ação diz algo sobre o caráter: o caráter do movimento, sua natureza de separação, de aproximação, de perambulação, de estatismo como movimento *ex opposito*, ou seja, o caráter do movimento *de onde*, o do movimento *para onde*, o do movimento *por onde* e o do “movimento” *onde*. Assim, aqui postulo, em precisa sequência, que a imitação incida sobre a ação representada pelo movimento e redunde no engendro do sistema ontogeneticamente metafórico que é a Língua, inspirado pela metáfora decorrente da mimese, o que indicia que a imitação da ação do movimento *caracterize* a Língua. Dito em miúdos: sistema representativo e por isso mesmo simbólico²⁰, a Língua emana de

“Entende-se por *lingüística estrutural* um conjunto de pesquisas que repousam em uma *hipótese* segundo a qual é cientificamente legítimo descrever a linguagem [*langage* no texto original (HJELMSLEV, 1959, p. 21)] como sendo *essencialmente* uma *entidade autônoma de dependências internas* ou, numa palavra, uma *estrutura*. [§] (...) O termo *linguagem* é aqui tomado no sentido técnico que usualmente lhe é atribuído na literatura científica de língua francesa e que foi precisado e codificado no *Cours de linguistique générale*, de F. de Saussure: a linguagem é a totalidade constituída pela língua e pela fala. Portanto, ao falar aqui de *linguagem*, falamos da linguagem humana em geral, e ao mesmo tempo de cada uma das línguas, consideradas em sua relação com a fala que serve para manifestá-la. A hipótese enuncia que qualquer que seja a língua considerada, isto é, qualquer que seja o conjunto de língua e fala, a linguagem *in abstracto* ou a espécie total, apresenta ela os caracteres que acabamos de indicar.”

²⁰ “(...) um antigo significado de **representação** — a corporificação visual de algo — especializou-se com o sentido de ‘reprodução exata’ e produziu, provavelmente não antes do S20 [“século” (WILLIAMS, 2007 [1983], p. 49, “ABREVIATURAS”)], a categoria distintiva de **arte representacional**. Contudo, não há nada no sentido geral de **representar** ou de **representação** que torne essa especialização inevitável. A rigor, sua ênfase na *reprodução* exata contradiz o principal desenvolvimento do sentido político. Hoje, porém, consolidou-se com vigor e é até (ironicamente em termos de sua história) contrastado com *simbólico* ou *simbolizante*. (*Símbolo* desenvolveu uma ambigüidade semelhante, desde os primeiros sentidos de marca, insígnia ou resumo de algum estado, condição ou doutrina geral, passando pelo sentido intermediário de algo que representa outra coisa, até chegar ao sentido tardio de algo significativo, mas autônomo — não uma **representação**, mas uma *imagem*, que indica algo não definido de outra maneira ou algo deliberadamente não definido segundo seus próprios termos.) (...)” (WILLIAMS, 2007 [1983], p. 355-6):

note-se que tomo a ideia de “representação” não no “sentido de ‘reprodução exata’ (...) ironicamente (...) contrastado com *simbólico* ou *simbolizante*” (*supra*), mas na chave de

“(…) uma gama de sentidos relacionados a tornar presente: no sentido físico de apresentar a si mesmo ou a outrem (...) mas também no sentido de tornar presente na mente (...) e de tornar presente aos olhos na pintura (...) ou em peças (...). Mas uma extensão crucial (...) ocorreu (...) quando **representar** foi usado no sentido de ‘simbolizar’ ou ‘significar’ (‘imagens que representam a pompa e a glória do mundo’, Wyclif [John Wycliffe (1328-1384)], c. 1380). (...)” (WILLIAMS, 2007 [1983], p. 353);

inspiração metafórica; ora, a materialidade do mundo e da experiência humana no mundo e sobre o mundo representa arsenal (metaforizável) fortemente físico-espacial, para um homem que tem os pés plantados sobre a Terra e nela fisicamente se movimenta; é, porém, necessariamente presumível a abstratização, porque a experiência humana transcende a materialidade do espaço físico, o que configura ponto de virada, dado o papel componente desempenhado pela abstratização no processo metafórico:

“(...) A sensualidade da percepção (...) se transforma em espiritualidade. (...)” (OSTROWER, *in* NOVAES, 2000, p. 182).

A abstratização é, pois, o que indicia, ela mesma, o caráter de cada movimento físico-sensível e configura o caráter essencialmente metafórico da Língua, dado o rendimento em cadeia do processo metafórico, em que o mais concreto gera o mais abstrato e uma metáfora gera outra metáfora.

Note-se que não adjetivo patriamente o substantivo *Língua*, pela mesma razão pela qual o grafo com inicial maiúscula: em última instância, não falo aqui de *uma* língua particular, rigorosamente percebida como específica manifestação eventual de historicidade (veja-se o “**Prefácio Personalíssimo**”); *Língua* aqui está por instituição que representa a atualização simbólica da potência de traduzir **i-materialmente** a materialidade do mundo, o que grandemente recai sobre a tradução mimética da materialidade espacial, físico-espacial, resultando o sistema estruturalmente metafórico que é a Língua, sistema alheio às realizações fonéticas, denotadoras de nossa corporeidade e, quiçá, da ocupação laboral de nossas mãos ²¹, bem como alheio ao

tomo a ideia de “representação” no sentido de “significar simbolicamente”, de modo a “tornar presente na mente”, ou seja, de modo a “*re-(a)presentar* ao espírito” aquilo que de alguma maneira já esteve *presente* como algo de que se tem referência e então é (*re*)evocado *in absentia*, é (*re*)evocado em linguagem. Assim é que qualifico a Língua como “sistema representativo e por isso mesmo simbólico”.

²¹ “(...) é lógico que quem por primeiro descobriu alguma arte [“técnica”, “ciência”, em oposição a “experiência”], superando os conhecimentos sensíveis comuns, tenha sido objeto de admiração dos homens, justamente enquanto sábio e superior aos outros, e não só pela utilidade de alguma de suas descobertas. E também é lógico que, tendo sido descobertas numerosas artes, umas voltadas para as necessidades da vida e outras para o bem-estar, sempre tenham sido julgados mais sábios os descobridores destas do que os daquelas, porque seus conhecimentos não eram dirigidos ao útil. Daí resulta que, quando já se tinham constituído todas as artes desse tipo, passou-se à descoberta das ciências que visam nem ao

artifício da grafia, indiciador de nossa historicidade. Para *Língua*, aqui, não está, pois, o aparato gráfico-fonético, que lhe considero adjacente, próprio de nós, de nossa aparelhagem material, de nossa condição de historicidade; **para o sistema cabalmente imaterial, de estrutura significativa**, que aqui proponho, **não está a sobreposição de representações: está a concatenação de metáforas**, que configura o que denomino *contiguidade semântica* e, em produtivo vir-a-ser, faz a Língua ser. Pretendo que isso esteja situado para além da categorização da Língua como “universal”, considerada a chave de que

“(…) o universal somente pode ser captado no particular, e o particular pode ser concebido tão-somente em relação com o universal (...)”
(CASSIRER, 2001 [1923], p. 31; o negrito é meu):

então, o que aqui procuro tematizar é nem *stricto sensu* uma língua particular, em sua aparente materialidade, nem *stricto sensu* “uma língua universal”, mas a *potência* de certa *gener*-alidade metafórica que se *atualiza* em Língua, que faz a língua *ser* Língua.

Nada disso se entenda como intenção de retirar a Língua da História; ao contrário, admita-se integralmente como histórico o momento inaugural em que a primeira mimetização do espaço se teria traduzido em Língua. O que tenciono aqui é relativizar certa historicidade entendida como forças externas que atuariam geneticamente sobre a Língua descoladas de forças internas à própria Língua, uma historicidade que, todavia, não hesito em definir como a operação da História — nossa história — sobre a Língua. Há uma apropriação da História sobre a estrutura linguística; a História impõe necessidades, porque é preciso nomear objetos e expressar relações. Nem por isso, entretanto, a História imprime semântica na estrutura linguística; o que a História faz é apropriar-se dessa estrutura e tirar partido da metáfora que já está lá, que é a metáfora que denomino primal, primeva, que considero ser generosa, ampla, prestando-se àquela

prazer nem às necessidades da vida, e isso ocorreu primeiramente nos lugares em que primeiro os homens se libertaram de ocupações práticas. Por isso as artes matemáticas se constituíram pela primeira vez no Egito. De fato, lá era concedida essa liberdade à casta dos sacerdotes.” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 7): nossas mãos têm estado ocupadas (pelo ancestral impulso de sobrevivência, pelo escravismo antigo, depois mercantilista, então capitalista); não fosse isso, talvez não precisássemos da aparelhagem fonadora

apropriação e submetendo-se a uma espécie de re-metaforização, não raro objetivada por toda uma série de remetaforizações, frequentíssimamente do mais concreto para o mais abstrato, guardando-se o traço semântico anterior e — por consequência segundo uma *ratio cognoscendi* e anterioridade segundo uma *ratio essendi*²² — guardando-se o teor metafórico “original”, dado pela metáfora primeva: na ordem da observação, parece conveniente apontar primeiro a manutenção do traço semântico imediatamente anterior ao ponto de observação em que se está e apontar depois a manutenção do teor metafórico “original”, mas, na ordem do que proponho como fenômeno, dada a natureza sequencial do próprio fenômeno, aquilo que se guarda em primeira instância e se mantém na série de remetaforizações é o teor metafórico “original”, primevo, teor que pretendo que seja entendido como genérico, singelo, fisicamente espacial, movimental. Indague-se, por exemplo, como é que entrou a ideia de “crise” (como em geral se entende) em estrutura linguística fundada em raiz que veicula a ideia de “separação”: **krei* > *crisis*, “crise”. Indague-se como é que a História acoplou nossa ideia de “crise” àquela metáfora espacial, espaço-movimental. Ora, na ideia de “separação” há uma acolhida possível para a ideia de “crise”, uma vez que a crise é situação em que se tem de **es(ex)-colher**, **separar** do conjunto o elemento escolhido (veja-se o item II. 3); a ideia de “crise” está potencialmente presente na ideia de “escolha”, assim como a ideia de “escolha” está potencialmente presente na ideia de “separação”: a ideia **espacial** de “separação” é que está impressa na estrutura linguística e acolhe aquelas outras ideias, que lhe são desdobramentos, especializações semânticas que se prestam à discursividade e por isso são necessárias à pragmática da vida, ou seja, a ideia dotada de certo estatuto primevo está a um passo atrás daquela atuação da historicidade; é ideia espacial, espaço-movimental, representativa de metáfora do espaço e dos movimentos fisicamente aí realizados; é, pois, ideia físico-concretivamente inspirada, porém mantida na abstratização; **é a ideia ontogênica.**

²² É indutivamente que se verifica a recorrência da metáfora do espaço nas línguas históricas; essa *ratio cognoscendi* permite averiguar a *ratio essendi* segundo a qual há anterioridade da estrutura linguística

Assim, já pela observação de palavra central do título deste estudo, também se note que, na busca de construção interpretativa de possível *onto-gênese* da Língua, atribuo determinado estatuto ontológico às *entidades* linguísticas. No capítulo 2º do livro IV de *Metafísica*, livro em que Aristóteles (2001 [século IV a.C.]) insiste na ideia de que “*ser se diz de vários modos*”, apresentam-se quatro sentidos da palavra grega equivalente ao adjetivo *salutar*:

“que denota saúde” (sentido em que a palavra pode aplicar-se à ideia de “aspecto físico”, o que, a título de exemplo, não-aristotélico, poderia fazer resultar o equivalente grego de *aspecto salutar*),

“que mantém a saúde” (com possível aplicação à ideia de “alimento”, resultando o possível equivalente de *alimento salutar*),

“que produz saúde (ou a restitui)” (aplicação possível à ideia de “remédio”, podendo-se ter a equivalência de *remédio salutar*),

“que recebe saúde (passível de a receber)” (aplicável à ideia de “corpo”, *corpo salutar*),

interligados sentidos da mesma palavra, o que afasta a hipótese de tratar-se de homonímia. O didatismo aristotélico tem como escopo a ideia de “ser” e por isso está relacionado a ela, cujos modos em que se diz também não se sujeitam a homonímia²³: se se diz

relativamente às próprias línguas constituídas, e essa anterioridade — ontológica — é a própria metáfora espaço-movimental, inspirada na mimese do espaço físico e dos deslocamentos aí realizados.

²³ “O ser se diz em múltiplos significados, mas sempre em referência a uma unidade e a uma realidade determinada. O ser, portanto, não se diz por mera homonímia, mas do mesmo modo como chamamos ‘salutar’ tudo o que se refere à saúde: seja enquanto a conserva, seja enquanto a produz, seja enquanto é sintoma dela, seja enquanto é capaz de recebê-la; ou também do modo como dizemos ‘médico’ tudo o que se refere à medicina: seja enquanto a possui, seja enquanto é inclinado a ela por natureza, seja enquanto é obra da medicina; e podemos aduzir ainda outros exemplos de coisas que se dizem de modo semelhante a estas. Assim também o ser se diz em muitos sentidos, mas todos em referência a um único princípio: algumas coisas são ditas ser porque são substância, outras porque afecções da substância, outras porque são vias que levam à substância, ou porque são corrupções, ou privações, ou qualidades, ou causas produtoras ou geradoras tanto da substância como do que se refere à substância, ou porque negações de

Sócrates é,

está-se afirmando absoluta, substancialmente, o “ser” de Sócrates, sentido de unidade, sentido primeiro de *ser*;

em

Sócrates é homem,

aquele “ser” é afirmado essencialmente, na intenção definitória de que a proposição enuncie *o que* Sócrates é;

no juízo

Sócrates é branco,

de caráter accidental para Sócrates²⁴, está-se afirmando o “ser” da brancura na presunção metafísica de que a brancura *é*, mas *é* em relação a algo ou alguém branco, *é* relativamente, dado que o branco é um tipo de ser que funciona relativamente a outro ser, o qual lhe serve como suporte, ὑποκείμενον. Ora, as *entidades* linguísticas *são*, e *são* independentemente de suporte material; não ocorrem em suporte material, mas tão apenas *são formalizadas* no próprio ato de sua cunhagem, imposição de nossa materialidade, como exigência para a possibilidade de comunicação, motivação pela qual *a forma se forma*; sem paradoxo, a formalização da ideia é condição para conferir-se-lhe a possibilidade de estatuto ontológico, sob *forma* linguística, fenômeno cujo corolário é a fonetização: a “ultra-materialização” fonética *da forma* é, pois, efeito colateral último da exigência de nossa própria materialidade. Não em função da “concretude” da fonetização, mas em realidade que é decerto mais abstrata e que reputo mais verdadeiramente

algumas destas ou, até mesmo, da própria substância. (Por isso até mesmo o não-ser dizemos que ‘é’ não-ser.) [§] Ora, como existe uma única ciência de todas as coisas que são ditas ‘salutares’, assim também nos outros casos. De fato, não só compete a uma única ciência o estudo das coisas que se dizem num único sentido, mas também o estudo das coisas que se dizem em diversos sentidos, porém em referência a uma única natureza: de fato, também estas, de certo modo, se dizem num único sentido. (...)” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 131-3)

²⁴ “(...) De fato (...) se distinguem a substância e o acidente: o ‘branco’ é acidente do ‘homem’, enquanto o homem é branco, mas não o é por sua natureza. (...)” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 153)

consistente, as entidades linguísticas são, assim, formalizadas num “suporte” sistêmico, que é a Língua como conjunto, conjunto sistêmico, que, como tal, implica a atuação de relações, contraídas pelos itens lexicais já sintagmatizados e representadas pelas construções: ora, as palavras — *vocábulos formais* —, de todo ilusoriamente “materializadas” como formas, ou seja, *formalizadas*, imateriais em verdade, *atuam* não como peças de engrenagem, mas propriamente como *entidades semânticas* que contraem relações; as **construções**, que, por definição, representam relações e, por proposição minha, **significam relações**, proponho igualmente como *entidades semânticas* não menos *atuantes* no sistema. Assim, do ponto de vista da proposição de *entidades* que *atuam* e atuam imaterialmente, independentemente de suporte hilemórfico, as entidades linguísticas — os itens lexicais, as formas tomadas como *formações* morfológico-lexicais em processo, as construções *stricto sensu* sintáticas (formações-construções propriamente abstratas, *representações* de **sua própria semântica**) — *são*, contêm estatuto ontológico superior ao estatuto ontológico do branco, da “brancura”, sujeita, esta sim, à exigência de sobrevir a um suporte material para ser.

Se é fato que as entidades linguísticas dependam da cognição humana para que haja contínuo re-conhecimento — apesar da aparente independência trazida pelo artifício da grafia, *representação de representação*, nomeadamente as inscrições em sua perenidade²⁵ —, a formalização da ideia, quer sob a forma de unidade lexical, quer sob o arcabouço de construção sintática, é fenômeno — *formal* — que confere estatuto ontológico ao *conceptum*. Ou seja, **o ingresso no sistema linguístico é o que ontologiza o conceito**, exatamente **porque o formaliza em prescindência de ὑποκείμενον**. É, sem nenhum paradoxo, **à imagem do espaço físico-material** — de estatuto ontológico tão evidente quanto, ao invés, problematizável para uma crítica da razão — que as entidades da Língua, segundo o que proponho aqui, são ontogeradas, e daí extraem sua realidade sistêmica, **i-material, abstrata, imageada pela concretude do movimento físico realizado no espaço concreto**:

“(…) a determinação da essência do ser não é possível sem uma visão essencial da **mobilidade**²⁶ em si (…)” (HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 256; o negrito é meu);

“(…) A μορφή [“forma”, segundo a tradição constituída pela tradução latina (*forma*) e reafirmada por Kant] (...) constitui a essência da φύσις [muito em princípio, “a natureza”; melhor, “modo de ser (por natureza)”]²⁷ ou, no mínimo, a *co*-constitui.” (*idem*, p. 290); “(...) Embora ὕλη²⁸ [“matéria”, segundo a tradição constituída pela tradução latina (“matéria” < *materia* > “madeira”)]²⁹ e

²⁵ “(...) percebemos algo sobre o sentido de imortalidade na permanência da matéria (…)” (OSTROWER, in NOVAES, 2000, p. 170)

²⁶ “(...) os gregos concebem a mobilidade a partir do repouso. Aqui é preciso distinguir entre mobilidade e movimento, assim como entre o estado de repouso e o repouso. Mobilidade refere-se à essência a partir da qual são determinados movimento e repouso. O repouso, então, é considerado como a ‘interrupção’ (παύεσθαι Met. Θ [ARISTÓTELES. *Metafísica*, Livro 9, Θ] 6, 1048 b 26) do movimento. A falta de movimento pode ser computada como caso limítrofe desse (= 0). Mas precisamente esse repouso concebido como uma variante do movimento possui mesmo assim a mobilidade como a sua essência. O mais puro desenvolvimento de sua essência deve ser procurado não onde o repouso significa a interrupção e a suspensão do movimento, mas onde a mobilidade se reúne no *manter-se em quietude*, e essa manutenção interior não exclui a mobilidade, mas a inclui, sim, não só a inclui mas abre-a em preparo (…)” (HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 296),

a atestar-se a proposição heideggeriana de “mobilidade” como aquilo que eu chamaria, graciosamente, “variável invariável”, espécie de variável teórica sob a qual se agasalha toda a questão do movimento e por meio da qual se pode, na esteira de Kant, afirmar a onipresença da questão na observação fenomênica

²⁷ “(...) [n]o primeiro início da filosofia ocidental (...) pensa-se o ser enquanto φύσις (…)” (HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 313),

ou seja, pensa-se o ser enquanto modo de ser

²⁸ Há, na edição ora adotada, recorrente erro de acentuação gráfica no vocábulo grego. Deliberei corrigir a bem de não apor quinau repetidas vezes.

²⁹ Na cadeia clássico-latina

māter > *māterīa* / *māterīēs* (alomorfes)

e nas cadeias latino-românicas

materia > *matéria* (português, por via erudita)

e

materia > *madeira* (português, por via popular),

note-se a contiguidade semântica que há no processo metafórico desde a inicial passagem da ideia de “**mãe**” para a ideia “**1. Etim.**” [etimológica] (TORRINHA, 1945 [1937]) de “Substância de que se fêz o tronco das árvores (***mater*** [o itálico é do autor; o negrito é meu]); o tronco da árvore (considerado como **produtor** [o negrito é meu] dos ramos e rebentos); substância, matéria (**de que alg. coisa é feita** [o negrito é meu]).” (*idem*), passando-se pela ideia concretiva de “**2. A parte dura da árvore (em oposição à casca e às fôlhas); **madeira** [o negrito é meu] de construção (em oposição a *lignum*); madeira (em geral).**” (*idem*), até as ideias abstrativas de “**3. Matéria** [o negrito é meu]; assunto; tema; objecto. **4. Ocasão; causa; pretexto. 5. Carácter; índole; recursos de espírito; talento; génio; modo de ser.**” (*idem*),

reafirmada por Kant] e μορφή³⁰, as duas, constituam a essência da φύσις, elas não possuem um peso eqüitativo. Ao contrário, a μορφή possui a precedência. (...)” (p. 294); “(...) a φύσις é um modo da οὐσία [muito em princípio, “a essência”]³¹; a μορφή, portanto, visto ser em essência ἐντελέχεια³², isto é, mais οὐσία, também é em si μᾶλλον φύσις (...)” (p. 300); “(...) a φύσις é οὐσία, uma espécie de entidade, quer dizer, de ganhar a presença (...) a μορφή satisfaz mais à essência da entidade do que a ὕλη (...) os φύσει ὄντα [muito em princípio, “os seres naturais”] são κινούμενα [“movidos”], seu ser é a mobilidade.

Importa agora, então, conceber a **mobilidade enquanto οὐσία** [o negrito é meu] (...)” (p. 295).

Alheias ao conjunto dos φύσει ὄντα, as entidades da Língua prescindem de ὑποκείμενον no sentido próprio de “suporte material”, tanto quanto desconhecem a materialidade da ὕλη, independentemente dela, e aí está, segundo o que proponho, a asserção de seu estatuto

processo segundo o qual a ideia de “matéria de que alguma coisa é feita” se põe a abstratizar-se na ideia de matéria como objeto que se tem em questão, *ob-jecto* imaterial que se lançou como que sobre a mesa para entrar em pauta, *a(d)sumpto*, que se *a(d)sumiu*, para se discorrer sobre ele; então se re-abstratiza na ideia de *o(b)casião*, que *in-cide* no espaço contextual em que se está e se utiliza como ocorrência ou situação explicativa de algo, servindo-lhe como pretexto ou se lhe atribuindo como causa — a *coisa* que *causa*, a matéria causal —, bem como se reabstratiza na ideia de matéria ou material interior do indivíduo com que se realiza a vida espiritual, “recursos de espírito” com os quais e por meio dos quais o ser se constitui — o “modo de ser”, o “carácter”, a “índole”, o “talento”, o “génio”, ou seja, a matéria abstrata que constitui o ser —. Aí se vê, pois, que, no processo metafórico, em que se vai do mais físico-concreto para o mais abstrato-espiritual e em que uma metáfora se desdobra em outra, sem que se apague a inicial inspiração concretiva, a *contiguidade semântica* é o elo entre os momentos, liame — metafórico — constitutivo da Língua.

³⁰ “(...) Ὑλη – μορφή foi traduzido pelos romanos por *materia* e *forma*; na interpretação feita por essa tradução, a distinção passou para a Idade Média e para a Modernidade. Kant a compreende como a diferença entre ‘matéria e forma’, asseverando que seria a diferença entre ‘determinável’ e sua ‘determinação’ (cf. *Crítica da razão pura* — A anfíbolia dos conceitos reflexivos, A 266, B 322). Com isto, alcançou-se o ponto mais distante possível da distinção grega feita por Aristóteles. [§] Na significação usual, ὕλη significa ‘floresta’, ‘bosque’, a ‘mata’ onde caça o caçador; mas também a ‘mata’ que fornece a madeira como material para construção; é daqui que a ὕλη se torna o material para toda espécie de construção e ‘produção’. Com isto, pelo retorno que se gosta de fazer ao significado ‘original’ da palavra, já estaria demonstrado que ὕλη significa o mesmo que ‘matéria’. Seguramente — mas, visto de mais perto, o que se fez foi apenas e somente impor a *questão* decisiva. Se ὕλη significa a ‘matéria’ *para* a ‘produção’, então a determinação da essência da assim chamada matéria depende da interpretação da essência da ‘produção’. Todavia, μορφή não significa ‘produção’, mas no máximo ‘configuração’; e **configuração é precisamente a ‘forma’ para a qual a ‘matéria’ é trazida por meio da cunhagem e da modelagem, isto é, pelo ‘formar’** [o negrito é meu]. [§] (...) a partir do modo como pensa a μορφή, Aristóteles felizmente diz na própria frase que introduz esse conceito decisivo para sua interpretação da φύσις (...): ἡ μορφή καὶ τὸ εἶδος τὸ κατὰ τὸν λόγον: ‘a μορφή, e isto quer dizer τὸ εἶδος, aquilo que é de acordo com o λόγος’. A μορφή deve ser compreendida a partir do εἶδος e esse em relação ao λόγος. (...) εἶδος, o qual Platão também chama de ἰδέα (...)” (HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 287)

³¹ “(...) O ente que é a partir da φύσις é οὐσία (...)” (HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 284)

sistêmico-ontológico, bem como justamente por aí perpassa seu caráter como que mimetizador do espaço, ou seja, seu caráter resultante da mimese do espaço físico-concretivo e do movimento também físico-concretivo nele realizado, caráter equivalente à *consequência representativa* do físico-concreto: estruturante do processo metafórico, a passagem do mais material para o mais abstrato realizou e realiza na gênese linguística sua dialética maior, configurada pela proposição de que **um elemento inspirador “material” e concretivo o mais possível, o espaço físico, tenha engendrado entidades que propugno que sejam da mais absoluta i-materialidade**. É como se aquela independência das *entidades* linguísticas relativamente à matéria fosse a mais exata demonstração de alforria quanto à gênese mimética empreendida sobre o espaço **físico**, como se o caráter representativo-**abstrativo** da Língua fosse justa consequência dialética da primeva inspiração material.³³

No decorrer de todo este estudo, tomo a palavra *dialética* no sentido de “contradição superada pela conservação do dado anterior”³⁴. Note-se que a superação advém exatamente da conservação, que não oblitera a contradição, mas supera-a; a superação de uma **contradição que se impõe** constitui o objeto dialético. Aqui, à inspiração **concretiva** do espaço físico se opõe o engendro do **i-material** sistema linguístico; mais ainda, esse engendro representa contradita daquela inspiração, porque esta é físico-concretiva e aquele é, já em si, imaterial, mas a manutenção desta supera a contradição: exposta à metaforização, a imagem gerada pela inspiração concretiva se abstratiza como que negando-se a si mesma, porém ao mesmo tempo a mesma inspiração concretiva **se mantém** no mais alto grau de abstratização. Esta é, aqui, a “dialética maior”

³² ‘ato’; talvez se possa traduzir como ‘ato efetivo’, como que resolutivo (< τέλος), de desempenho decisivo relativamente a ἐνέργεια, que eu traduziria como ‘ato potencial’ (< ἔργον)

³³ “(...) eu falo *inspiração*, que é uma palavra bastante antiquada, mas eu acho insubstituível (...)”, fragmento de entrevista concedida por Lygia Fagundes Telles à TV Cultura, da Fundação Padre Anchieta, de São Paulo, em 1983 (TV CULTURA / FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, entrevista reprisada em abril de 2022)

³⁴ “Em Platão a dialética diz respeito ao diálogo, a contraposição de dois (ou mais) *logoi* que, em confronto, estabelecem sucessivas mudanças de posições, possibilitando a ascensão do sensível para o inteligível.” (CAIMI, 2002/2003, p. 100, nota de rodapé); “(...) a forma de pensar em oposições é derivada da dialética platônica (...)” (*idem*, p. 114)

da abstratização: a constituição de um sistema o mais abstrativo inspirado o mais concretamente, inspiração que se conserva produtiva nas atualizações do sistema, por meio de re-metaforizações.

O que aqui proponho como imaterialidade da Língua é mesmo imaterialidade ontológica, de um sistema que nada tem além de si mesmo como “suporte” e que não guarda senão metaforicamente a concretude de sua inspiração. Em seu interior, porém, a abstração das unidades lexicais e das construções sintáticas não representa solução de continuidade daquela inspiração: a alta metaforização sobre a qual se pode constituir a significação de um item lexical e a abstratização que há na **semântica da estrutura linguística** não estão apartadas da inspiração primeira, físico-concretiva, mimética; todo ao contrário, na metaforização, e na abstratização que lhe é própria, está, aí mesmo, guardada a lembrança da inspiração primeira, de natureza material, representativa da concretude do mundo, **porque é sobre essa base — material — que se constitui a metáfora; a base — concretiva — da metáfora é que possibilita a própria metáfora, o próprio processo de metaforização.**³⁵ Ou seja, há algo de material no imaterial; permanece na abstratização metafórica o influxo concretivo, que a fundamenta.

Proponho, então, certa apologia da materialidade. Se, em prol da **imaterialidade**, insisto na proposição de que a Língua se *con-forme* como pura *forma* — por sua natureza simbólico-metafórica e pelo modo como, segundo o que proponho, se processa a metaforização na ontogênese da Língua, mais do que tão somente pelo caráter sistêmico, disciplinado pelo estruturalismo³⁶ de autores como Saussure (1955; 2006 [1916]) e

³⁵ “(...) ‘A alma deseja estar com o seu corpo, porque, sem os instrumentos orgânicos desse corpo, nada pode operar nem sentir’ (...)” (consideração de Leonardo da Vinci, *apud* BOSI, *in* NOVAES, 2000, p. 86); “As motivações mágicas esclarecem o estilo realista dos desenhos pré-históricos, pois era importante captar e reproduzir fielmente certos aspectos característicos do objeto para poder dominá-lo (**não se pode fazer magia numa abstração**). (...)” (OSTROWER, *in* NOVAES, 2000, p. 169; o negrito é meu)

³⁶ “(...) Trata-se de uma atitude metodológica presente em diversas disciplinas e orientações do pensamento contemporâneo. Suas origens se encontram na lingüística, segundo o sistema conceitual proposto por Ferdinand de Saussure, e numa corrente da psicologia, de procedência alemã, conhecida pelo termo gestaltismo. Sua noção-chave é a de *estrutura*, entendida como uma rede de relações entre unidades mínimas móveis e distintas entre si, cujos valores funcionais se instauram justamente na medida em que se estabelece a rede de relações. Esboçado na lingüística saussuriana e no gestaltismo, o estruturalismo

Hjelmslev (2013 [1953]) —, também insisto na **materialidade** do fator inspirativo da metaforização e na **manutenção da inspiração material**. Considere-se que a *saída* para a percepção e para a aquilatação do rendimento em cadeia do processo metafórico seja *entrar* a perceber que o rendimento se dá exatamente na concatenação entre significações, portanto na **manutenção** do significado “anterior” quando da formulação do “novo” significado, estando aí implicada, no limite, a manutenção da significação “de base”, a permanência do influxo da materialidade. Aqui, não é a forma que “determina” a matéria, postas em sentido metafísico (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.]), mas é a matéria do mundo que inspira a forma da Língua a formar-se; é a materialidade que, em cadeia, inspira a significação a “trans-formar-se”, em *contiguidade* que, como tal, não depõe nos elos da cadeia a semântica de cunho material, substantivo, físico-espacial; não depõe as imagens de movimentalidade físico-concreta.

Entenda-se o que denomino *contiguidade semântica* como a ausência de solução de continuidade entre os significados de um mesmo item e, analogamente, entre itens ligados por cognação. Em prol disso é bem manifesta uma tradição, de orientação funcional-cognitivista, que se contrapõe à proposição saussuriana da arbitrariedade:

“(...) para criar novos rótulos, o falante não inventa arbitrariamente seqüências novas de sons, mas tende fortemente a utilizar material já existente na língua, estendendo o sentido de palavras, no que Ullmann (1977)³⁷ chama *motivação semântica* (‘pé da mesa’, ‘coração da cidade’), ou criando palavras novas,^[sic] pelos processos de derivação (‘apagador’, ‘leiteiro’) ou composição (‘aguardente’, ‘para-quedas’), utilizando um mecanismo que Ullmann (1977) chama de *motivação morfológica*. A esses dois junta-se um terceiro mecanismo, chamado *motivação fonética*, caracterizado pelas onomatopéias (‘cocorocó’, ‘tilintar’), em que o som da palavra claramente imita a coisa designada.

Esses três mecanismos têm em comum o fato de serem motivados no sentido básico do termo: a palavra assume uma forma específica por um *motivo* determinado. Assim, a palavra *pé*, por exemplo, apresenta uma relação semântica com as partes da mesa, destinadas à sua sustentação (...). Esses mecanismos são (...) comuns porque funcionam bem do ponto de vista comunicativo e cognitivo, no sentido de que um processo baseado em decisões puramente arbitrárias seria mais custoso para o falante e, sobretudo, para o

passaria a ter depois decisiva presença não só na lingüística, mas também na antropologia e na psicanálise.” (SOUZA, 1986, p. 56)

³⁷ ULLMANN, Stephen. *Semântica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

ouvinte. (...)” (AREAS; MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 25-6),

considerações embaixo das quais eu gostaria de poder assinar, à forte exceção, porém, da conclusão do último parágrafo, ora transcrita:

“(...) Em muitos casos, essa motivação se perde quando a mudança semântica faz a palavra afastar-se de suas origens.” (*idem*, p. 26),

à qual sintomaticamente falta exemplo, quebrando-se o que, com o exemplário anterior, constituiria paralelismo textual: se, já de um ponto de vista discursivo, é à farta verificável que “a mudança semântica faz a palavra *afastar-se* de suas origens”, não é à medida disso que a motivação se perca; o que se perde é o que se poderia chamar *clara consciência* do modo como se opera aquele afastamento, um modo no qual, segundo o que proponho, o mesmo processo de motivação continuamente se replica, em desdobramentos semânticos que não poderiam ser senão pela motivação “inicial”, em esteira de *contiguidade*. **Assim como “o falante não inventa arbitrariamente seqüências novas de sons”, ele não inventa arbitrariamente seqüências novas de sentidos**; novos sentidos, solicitados pela dinâmica da vida, partem do sentido anterior, proposição cuja negativa supõe que partiriam do nada: a dinâmica da vida solicita sentidos, mas não os acopla a quaisquer seqüências fônicas, o que, de fato, “seria mais custoso para o falante e, sobretudo, para o ouvinte”. Há afastamento, não apagamento; segundo a dialética que proponho, há, sempre, afastamento **com manutenção, mudança na permanência**: o afastamento é condicionado pela novidade da reiteração da vida; **a manutenção é propiciada pela contiguidade que possibilita a mudança**. Se o falante “tende fortemente a utilizar material já existente na língua”, tende, com igual força, a “utilizar” a espiritualidade semântica que dá sentido àquele material, “estendendo o sentido de palavras”.

A *extensão se estende* nas construções. Aquela extensão semântico-metafórica presente no item *pé em pé da mesa* (*supra*) e a presente no item *coração em coração da cidade* (*supra*), extensões lexical-paradigmáticas, estão como que sintagmaticamente estendidas na própria construção representada pelas expressões

pé da mesa

e

coração da cidade,

não menos do que na construção

João veio de Paris;

o sentido de *lugar de onde* está presente nessas construções, altamente metaforizado em *pé da mesa* e em *coração da cidade*, porque aí esse sentido metaforicamente se estende do mais físico ao mais abstrato: para a ontogênese que proponho, o sentido de origem, separação, afastamento que está na enunciação da vinda de João, vinda expressa pelo verbo que indica o comportamento de vir, é, em igualdade, o mesmo sentido de origem, separação, afastamento que está na formulação sintagmática que enuncia que

“o pé é **parte da** mesa”

e na que enuncia que

“o coração é **parte da** cidade”;

a imagem segundo a qual do *frame* “Paris” se origina e também se separa e se afasta a vinda de João é, em igualdade, a imagem segundo a qual se destaca o elemento “pé” do que aqui chamarei *arqui-frame* “mesa”, bem como é aquela segundo a qual do *arqui-frame* “cidade” se destaca o elemento “coração”. (Em § seguinte não-imediato, veja-se a razão por que estabeleço o composto *arqui-frame*, que de ora em diante passo a utilizar.) Expressões largamente distintas, *pé da mesa* e *coração da cidade* são a mesma construção, complexificada em *João veio de Paris*, que não sobrepuja as outras expressões quanto ao caráter espaço-movimental separativo: a presença do topônimo, *Paris*, e a explicitação do “verbo de movimento”, *veio*, não representam maior força de expressão movimental do que a atuação da metáfora constitutiva das outras formulações, nas quais, no seio da abstratização, se mantém a imagem de movimento de *lugar de onde*,

ou seja, dialeticamente, na abstratização metafórica permanece a inspiração físico-concretiva; por atuação da *contiguidade semântica*, não se apaga a motivação inicial.

Associo o termo *contiguidade* à metáfora, porque, para além da imbricação com a ideia **espacial** de “extensão” trazida pela metonímia³⁸, entendo que a *ex-tensão* daquilo que denomino “inspiração”, “motivação inicial”, para aquilo que é o resultado da própria metáfora, ou seja, para aquilo que é já a confecção do material linguístico, implique exatamente a imagem de *contiguidade* de um para o outro, da “inspiração” para seu resultado metafórico, da “motivação” físico-espacial para seu motivado linguístico. Entendo que, em termos cognitivistas, a “projeção entre domínios” — “fundamental para a teoria [cognitivista]” (FERRARI, 2011, p. 109) — implique já a *contiguidade* entre eles para a constituição da metáfora, por sua vez constitutiva da Língua: **não houvesse já a contiguidade entre os “domínios”, certamente não haveria a possibilidade de projeção entre eles; o que possibilita a projeção é a contiguidade**, de que deduzo que a projeção é como que dada pela ontologia dos domínios e acionada pela percepção do homem. (Vejam-se considerações minhas no item II. 4.) Na relação mundo-Língua — mundo já construído e Língua em construção; mundo dotado de uma ontologia fundamental anterior ao homem e Língua servida de uma ontologia sempre em criação pela atuação humana —, aí algo de notável me parece acontecer, para além, pois, da projeção entre domínios existentes, porque aí se tem a **elaboração** intelectual de um sistema, cabalmente abstrato, inspirado pelas imagens de um mundo cabalmente concreto, à base do *trans-porte* dessas imagens do mundo existente para o sistema em criação, em **imaginação**. Aí situo uma razão prévia para minha postulação de uma Língua inteiramente espacial em sua base: tem-se aí um sistema **imaginado** do mundo para a Língua, à base do *trans-porte* de imagens

do lugar pétreo-ancestral do mundo

para o lugar abstrato-inaugural da Língua,

³⁸ Vejam-se no Glossário considerações sobre a imbricação entre metáfora e metonímia.

imagens já desenhadas pelo movimentar-se físico-espacial de um homem peregrino.

Efetivamente proponho a confecção da Língua como fenômeno — metafórico — cuja base esteja submetida a uma inspiração francamente espacial, numa espécie de *subsunção genérica* aos movimentos cinemáticos e às relações de espaço físico. Toda *especificação* daquela *generalidade* está guardada na própria generalidade, que, como tal, é ampla o suficiente para *ge(ne)rar* o processo de metaforização abstratizante e, como amplitude *ge(ne)radora*, é necessária o suficiente para manter-se nesse processo, o que contraria qualquer sorte de casuísmo:

“(...) a metáfora é, essencialmente, um mecanismo que envolve a conceptualização de um domínio de experiência em termos de outro. Sendo assim, para cada metáfora, é possível identificar um domínio-fonte e um domínio-alvo. O domínio-fonte envolve propriedades físicas e áreas relativamente concretas da experiência, enquanto o domínio-alvo tende a ser mais abstrato. Em exemplos como ‘Ele tem alta reputação na empresa’; ‘Ele despontou como o ator revelação este ano’; ‘João tem um cargo relativamente baixo’, o domínio-fonte é a dimensão vertical do espaço físico, e o domínio-alvo é o *status* social.” (FERRARI, 2011, p. 92).

Aí, o estatuto de teoria geral que se verifica na caracterização generalizante dos domínios se circunscreve, no limite, a certo casuísmo tipologizante, segundo o qual “**para cada metáfora**, é possível identificar um domínio-fonte e um domínio-alvo” (*supra*; o negrito é meu). Em consonância com o âmbito propriamente lexical, em que um sentido mais específico advém do mais genérico, é já na estrutura morfossintática que a especificação aparentemente se dá, quando se diz que “João veio *de* Paris”, afastando-se João **de** aquele *arqui-frame*, mas essa especificação é mesmo aparente quanto à estrutura, operando em verdade na ocorrencialidade do discurso-texto, uma vez que se poderia derivar de Roma a vinda de João, outro *arqui-frame* como ponto de origem, que também poderia ser o **lugar** “*mesa*”, em *pé da mesa*. O que há de específico é discursivo-textual; o que há de ontogênico é genérico, e genérico é o movimento, amplamente o **espaço**. No limite, “alto” e “baixo” são lugares discursivos, e, segundo exemplos (*supra*) dados pelas *lexias* “alta reputação” e “cargo baixo”, a metaforização de “alto” e “baixo” se subsume à

metaforização do espaço. Os lugares discursivos subsumem-se, pois, ao espaço ontogênico.

Corrente em estudos funcional-cognitivistas, o termo *frame* está fortemente associado à contextualização discursiva:

“A noção de *frame* pode (...) ser usada para descrever diferenças no domínio social de uso de uma palavra. Por exemplo, em contexto jurídico, os conceitos de INOCENTE e CULPADO são destacados a partir de um *frame* no qual inocência e culpa são resultados de um julgamento em tribunal. Fora desse domínio, as palavras indicam apenas que a pessoa cometeu ou não determinado crime (Fillmore, 1982³⁹: 127-129).

Outro aspecto importante do significado é o fato de **algumas palavras denotarem a mesma coisa no mundo, mas destacadas a partir de diferentes frames** [o negrito é meu] (Fillmore, 1982: 121). Tanto TERRA quanto SOLO designam a superfície seca de nosso planeta, mas TERRA denota a superfície seca em contraste com o mar. É o caso da expressão ‘Terra à vista!’, que pode ser emitida por tripulantes de um navio. SOLO denota a superfície seca em contraste com o ar, como ilustra a sentença ‘Os **aviões** percorrem uma [*sic*] certa distância em **solo** antes de decolar’.

Esse aspecto do significado das palavras é bastante importante quando se contrastam termos para designar as ‘mesmas coisas’ em línguas diferentes. As palavras inglesas FLESH e MEAT indicam carne, mas a primeira o faz a partir de um *frame* de anatomia (*substância macia localizada entre a pele e o osso no corpo dos animais*), e a segunda em relação a um *frame* de comida (*carne de animais usada na alimentação*). Em português, esse contraste não se mantém [*sic*: “esse contraste não existe”], e a designação CARNE pode ser relativizada tanto ao *frame* anatômico quanto ao culinário. Do mesmo modo, ESCADA, em português, denota uma estrutura que apresenta diferentes degraus, cuja função é ligar locais com diferença de nível vertical. Em inglês, essa estrutura é designada a partir de dois *frames* distintos: STAIRS (estrutura fixa em edifícios, casas etc.) e LADDER (estrutura móvel que pode ser deslocada para diferentes locais [*sic*]).

É interessante notar, ainda, que o mesmo termo pode apresentar significados distintos,^[sic] se estiver associado a diferentes *frames*. A expressão CONTROLE DE IMAGEM pode estar associada a um *frame* de medicina, indicando atividade de controle da imagem radiográfica, com o objetivo de obter maior nitidez; mas também pode estar associada a um *frame* de política, destacando o tipo de estratégia adotada por um grupo de candidatos para passar uma imagem de confiabilidade aos eleitores. É nesse sentido que se pode dizer que **o significado das palavras e expressões é, em parte, uma função do frame que lhes dá sustentação** [o negrito é meu].

Nota-se, portanto, que a noção de *frame* traz implicações ao entendimento de noções problemáticas como *significado* e *conceito*. A visão tradicionalmente aceita assume [*sic*] que palavras específicas correspondem a conceitos particulares, essencialmente idênticos na mente dos falantes. Sendo assim, esses conceitos são, muitas vezes, caracterizados em termos objetivos

³⁹ FILLMORE, Charles J. “Frame semantics”. In: THE LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (editora). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin, 1982, p. 111-37.

com base no estabelecimento de listas de traços semânticos. A noção de *frame* desafia essa suposição, na medida em que descarta a visão de significado como *entidade*, e aposta no tratamento do significado como *função*.” (FERRARI, 2011, p. 52-3);

“(…) embora Fillmore reconheça que os conceitos podem ser estruturados em termos de *frames* múltiplos, Langacker⁴⁰ argumenta que esse é de fato o arranjo típico, estabelecendo o conceito de domínio matriz e definindo-o como o conjunto de domínios estruturantes do mesmo item lexical. A palavra *pássaro*, por exemplo, ativa um domínio matriz composto de diferentes domínios, tais como OBJETO FÍSICO (ex. possui uma forma⁴¹), VIDA (ex. desempenha atividades como voar e comer), TEMPO (ex. apresenta um ciclo vital) etc. (...)” (*idem*, p. 69).

Não é esse, porém, o sentido que pretendo aqui; não me aproveita a ideia de *frame* como função discursiva relativamente à qual se possa definir o significado. Proponho, então, o composto *arqui-frame*, que grafo *arqui-frame* (somente o inglês italicizado), no intuito de sugerir a imagem de um “todo inteiro”, um “conjunto totalizante”, uma “totalidade absoluta” a representar um **lugar**, em franca des-contextualização discursiva, evocação de um momento discursivo original em que as especificidades se expressariam *em termos genéricos* (vejam-se *passim* considerações minhas, enfatizadas no item II. 4): quando, ao intentar minha teorização, digo *mesa*, não apenas não estou a falar de uma mesa específica, como também não estou a fazer imaginar nenhuma sorte de contextualização possível; ao contrário, quando digo *mesa* naquele intento, apelo para o relativo esforço imaginativo de que se conceba um arquétipo, ainda em frase que efetivamente exija alguma visualização de contexto. Se digo

da mesa de Bach vieram maravilhas do contraponto musical,

faço pensar naquela que seria ou teria sido a mesa do mestre alemão, mas o que me interessa é o “conjunto absoluto” representado por aquela mesa, o **lugar** que ela é no mundo, lugar do qual teoricamente podem advir infinitos elementos, desde lascas de

⁴⁰ LANGACKER, Ronald W. “Subjectification”. In: *Cognitive Linguistics*, 1: p. 5-38, 1990.

_____. *Foundations of Cognitive Grammar: descriptive applications*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

⁴¹ Por óbvio, na expressão “possuir uma forma”, dada como característica que evidencia tratar-se do domínio “OBJETO FÍSICO”, não se tem a palavra *forma* em sentido platônico-aristotélico.

madeira até maravilhas do contraponto musical, assim como, naquela frase, o contraponto musical é o **lugar** do qual teoricamente podem advir infinitos elementos, desde as regras que torturam os estudantes de Música até as maravilhas que encantam a humanidade. Assim é que a Língua acolhe, e pode acolher, as formulações

- *vir da mesa,*
- *cor da madeira,*
- *lascas de madeira,*
- *lascas de madeira vir(em) da mesa,*
- *regras do contraponto musical,*
- *maravilhas do contraponto musical,*
- *maravilhas do contraponto musical vir(em) da mesa,*
- *mesa de Bach,*
- *a mesa de Bach da qual vieram maravilhas do contraponto musical,*
- *maravilhas do contraponto musical vieram da mesa de Bach,*
- *maravilhas do contraponto musical vieram da mesa de trabalho de Bach.*

De todo o conjunto “Bach” se pode fazer **derivar** em tese qualquer elemento, desde o mais provável, no mais provável dos mundos, como o elemento “cabeleira” ou o elemento “genialidade”, até o inusitado de um mundo fantástico, quiçá indizível para nós; pode-se fazer derivar “trabalho”, aquele trabalho que advém do *arqui-frame* “Bach”, de tudo que se possa conceber como “Bach”, aquele trabalho que **daí** advém porque **daí** é concebido como **parte**. O mesmo se diga quanto ao *arqui-frame* “trabalho”, conjunto **do** qual, para *aquém* de todo contexto, se faz **derivar** o elemento “mesa”, porque esse elemento lhe é concebido como **parte**, e na Língua se formula a separação, o afastamento **da** parte relativamente ao todo, ainda que em qualquer entendimento discursivo-frasal não se pense nem em movimento nem em espaço: é o movimento no espaço o que inspira a gênese linguística para **aquém** de todo contexto, em *arqui-frames* **arquetipicamente** concebíveis; é sobre essa arquetipicidade genérica que se imprimem relações que reputo

igualmente genéricas, relações inspiradas no deslocamento físico-espacial, então **imaginadas como físico-movimentais**, assim **desenhadas em Língua**, e **aí mantidas** nas mais altas abstrações porque acolhedoras daquelas abstrações específicas que lhes possam corresponder. São bem altas as abstrações presentes na ideia de que “da mesa de Bach vieram maravilhas do contraponto musical”, e não há paradoxo em toda a movimentalidade física aí metaforicamente mantida, porque **é com essa movimentalidade genérica que se coadunam aquelas abstrações específicas**. (Vejam-se *passim* considerações minhas, enfatizadas no item II. 4.)

Muito embora o segundo parágrafo de “Estética transcendental”, primeira parte de “Teoria transcendental dos elementos”, tomo 1º de *Crítica da razão pura*, seja constituído pelo trabalho em que Kant (2012 [1781-1787]) realiza uma “Exposição metafísica” do conceito de espaço, não se trata de objeto cuja possível ontologia permita conceituação. Do empreendimento *discursivo* que ali se tem, depreende-se uma quadrilogia de aforismos interligados, segundo os quais, em certo epítome, (1) o espaço não pode ser discursivamente conceptualizado, não correspondendo conceito discursivo à ideia “espaço”, legitimando-se o espaço como (2) intuição pura, (3) um dado *a priori*, (4) **fundamento de todos os fenômenos, condição de toda intuição externa**, o que faço ecoar na preleção de Heidegger (2008 [1967], p. 260), ora uma preleção de escopo aristotélico, nem por isso menos reveladora para o que pretendo aqui:

“(…) Τόπος é o ποῦ, o onde e ali que indica o lugar a que pertence um [sic] determinado corpo; o ígneo pertence ao alto, o térreo ao baixo.⁴²
Os próprios lugares alto – baixo (céu – terra) são dotados de um caráter insigne:

⁴² “[Deus] locus noster. Amor illuc attollit nos (...) Corpus pondere suo nititur ad locum suum. Pondus non ad ima tantum est, sed ad locum suum. Ignis sursum tendit, deorsum lapis. (...) Minus ordinata inquieta sunt: ordinantur et quiescunt. Pondus meum amor meus (...)” [Augustinus. *Confessionum*, XIII, ix, 10] (AGOSTINHO, 2017 [séculos IV-V d.C.]),

“confissão” em que Santo Agostinho discrimina o lugar a que cada corpo tende segundo seu “peso”, quiça metáfora para dizer que cada entidade segue sua própria natureza, metáfora de inspiração físico-concretiva, espaço-movimental, percurso para metáfora maior: “(...) Pondus meum amor meus (...)”, confissão, também maior, em que Agostinho professa a própria quietude. Parece que professamos nossa quietude quando conseguimos dizer

“o meu ‘peso’ é o meu amor”.

é por eles que são determinadas distâncias e relações, e, portanto, aquilo que chamamos de ‘espaço’, aquilo para o que os gregos não possuíam nem uma palavra nem um conceito. Para nós, homens de hoje, não é o espaço que é determinado por lugares, mas todos os lugares [é] que são determinados como posições pontuais pelo espaço infinito, dotado por toda parte de um mesmo modo de ser e em lugar nenhum distinto de outro. (...)”.

Aí está o ponto de risco para o que aqui proponho: tomado a rigor o aforismo kantiano segundo o qual **o espaço é fundamento de todos os fenômenos, condição de toda intuição externa**, minha proposição de produção mimética sobre o espaço para a confecção metafórica da Língua não será mais do que sofisticada pela especificação de tratar-se de mimese do **movimento** físico-espacial, a não ser que se tome o rigor do aforismo kantiano como argumento de base, alternativa consoante a qual outra especificação se acrescenta àquela: trata-se do que aqui se chamará *produtividade viral* do processo de engendro metafórico da Língua, em função do recorrente desdobramento de uma metáfora em outra metáfora e, mais ainda, do recorrentíssimo rendimento do processo metafórico em todo o tecido linguístico, estendendo-se o etos de cada movimento desde as unidades morfológico-lexicais até as relações macrossintáticas, camadas, todas elas, aqui vistas como reveladoras da mesma inspiração metafórica.

Em agudo percurso teórico, Ernst Cassirer (2001 [1923]) desenvolve construção de raciocínio que, conforme se verá um tanto mais abaixo, aflui justamente para a centralidade do espaço — e, por conseguinte, do movimento — na experiência humana da constituição sujeito-mundo e na formação da linguagem.

Procedimento de base de Cassirer (*idem*, p. 40-2) — para cuja exposição peço licença, aditando, digressivamente, longa série de desdobramentos — é certa demonstração teórica do binômio sujeito-mundo como definidor da natureza mesma da linguagem:

“(…) Para Humboldt, o signo fonético, que constitui a matéria de toda formação da linguagem, é, por assim dizer, a ponte entre o subjetivo e o objetivo, porque nele se unem os momentos essenciais de ambos. [*sic*] Porque o som, por um lado, é falado e, portanto, produzido e articulado por nós mesmos; por outro lado, porém, enquanto som escutado, ele faz parte da realidade

sensível que nos rodeia. Por isso, nós o apreendemos e conhecemos ao mesmo tempo como algo ‘interior’ e ‘exterior’ — como uma energia do interior que se traduz e objetiva em algo exterior. ‘Na medida em que na linguagem a energia do espírito abre o seu caminho através dos lábios, o produto da mesma retorna ao próprio ouvido. A representação, portanto, é transposta para a objetividade real, sem, com isso, ser subtraída da subjetividade. Somente a linguagem é capaz disso; e sem esta transposição, ainda que silenciosa, para a objetividade que retorna ao sujeito — e que sempre ocorre quando há a participação da linguagem — torna-se impossível a formação do conceito e, portanto, de todo verdadeiro pensamento... [sic] Porque a linguagem não pode ser vista como um material que se encontra presente, que pode ser apreendido e abarcado como um todo ou paulatinamente comunicado; ela deve ser compreendida como algo que se está eternamente produzindo, em que as leis que regem a produção são definidas, enquanto o alcance e, de certa maneira, a natureza do produto permanecem totalmente indefinidos. Assim como o som constitui um elemento mediador entre o objeto e o ser humano, da mesma maneira a linguagem, como um todo, opera entre o homem e a natureza[.] que sobre ele age interna e externamente. Ele se rodeia de um mundo de sons, a fim de assimilar e elaborar o mundo dos objetos.’ [Humboldt: *Introdução à obra de Kawi*] Nesta concepção crítico-idealista da linguagem, Humboldt assinala um fator que é válido para toda espécie e toda forma de simbolização. Em cada signo que ele projeta livremente, o espírito apreende o ‘objeto’ e, ao mesmo tempo, apreende a si mesmo e a própria legalidade que determina a sua atividade formadora de imagens. E é somente esta interpenetração peculiar que prepara o terreno para a determinação mais profunda da subjetividade e da objetividade. No primeiro nível desta determinação, é como se os dois momentos antitéticos ainda estivessem simplesmente separados, justapostos e contrapostos. A linguagem, por exemplo, em suas formações primitivas, tanto pode ser interpretada como expressão pura do interior ou do exterior, como expressão da simples subjetividade ou da simples objetividade. No primeiro caso, o fonema parece não significar outra coisa além do som que expressa um excitação e uma emoção; no segundo, ele aparentemente significa apenas uma imitação onomatopéica⁴³. As diversas especulações sobre a ‘origem da linguagem’ movem-se, de fato, entre estes dois extremos, nenhum dos quais alcança o âmago e a essência espiritual da linguagem propriamente dita. [sic] Porque a linguagem não designa e não expressa nem uma subjetividade unilateral,[sic] nem uma objetividade unilateral, verificando-se, em vez disso, que nela ocorre uma nova mediação, uma correlação peculiar entre os dois fatores. Portanto, nem a mera descarga da emoção,[sic] nem a repetição de estímulos sonoros objetivos representam, por si, o sentido e a forma característicos da linguagem: estes somente surgem quando as duas extremidades se unem, produzindo, assim, uma nova *síntese* de ‘eu’ e ‘mundo’, que não existia anteriormente. (...)”.

⁴³ “(...) A filosofia da linguagem dos séculos XVI e XVII ainda acreditava em larga escala que as formas onomatopéicas lhe forneciam a chave para a língua básica e primeva da humanidade, para a *lingua adamica*. (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 196)

A falar de determinado ponto de vista da contemporânea Filosofia da Linguagem, Marcondes (2001) defende relação de causalidade entre a linguagem e aquele binômio, apresentando a linguagem como promotora da experiência do sujeito no mundo, no exato sentido

de linguagem

para sujeito-mundo —

“(…) A consciência individual encontra-se sempre diante de um mundo já constituído, já dotado de significado, e constitui-se [a consciência individual] por sua vez em interação com este mundo. É neste sentido que a linguagem é constitutiva da experiência humana enquanto dotada de significado.” (p. 144);

“(…) a linguagem ordinária é o elemento mais originário de nossa experiência, pois constitui seu horizonte e é um pressuposto de nosso comportamento.” (p. 39)

—, bem como o contrário (a afirmação de que nossa experiência seja o elemento “mais originário” da linguagem) torna circular a discussão se considerarmos determinada identidade entre experiência e linguagem —

“(…) ao investigarmos a linguagem estamos investigando igualmente a sociedade da qual ela é linguagem, o contexto social e cultural na [sic] qual é usada [sic⁴⁴], as práticas sociais, os paradigmas e valores, a ‘racionalidade’ desta comunidade; e desta forma pode-se dizer que não há uma separação radical entre ‘linguagem’ e ‘mundo’ já que a ‘realidade’ é constituída exatamente pelo modo como aprendemos a linguagem e a usamos [sic⁴⁵].” (MARCONDES, *idem*, p. 17-8);

“(…) pode-se dizer que linguagem e sociedade encontram-se numa relação de interdependência. Diferentes estruturas de relações sociais determinam a formação de diferentes contextos de interação e de diferentes formas de uso lingüístico e de distribuição de papéis aos falantes. Por outro lado, a linguagem forma o horizonte que condiciona a experiência que os indivíduos têm da realidade, e neste sentido é constitutiva da realidade.” (*idem*, p. 34)

—, assim como a “realidade” e, mais ainda, o modo como a apreendemos é o que há de ter constituído o modo como inventamos a Língua. A Língua (as construções

⁴⁴ Benveniste (1991 [1966]) nega que a linguagem possa ser *usada*, ao negar que seja instrumento.

⁴⁵ Veja-se a nota imediatamente anterior.

morfossintáticas, o caldo lexical) proponho que tenha como elemento originário a experiência, **porque é da experiência (fundamentada na concretude do mundo) — em sua imbricação com a linguagem — que advém a metáfora**, elemento originador da expressão e da expressão linguística, segundo o que proponho. Uma vez que o entendimento constrói epistemicamente os objetos, a linguagem, então, constrói o mundo, e a Língua o imita.

É traduzindo certa passagem de Austin (1961, em minhas Referências)⁴⁶ que Marcondes (2001, p. 17) introduz aquela relação de causalidade — precisamente causalidade final — entre a linguagem e o binômio sujeito-mundo:

“ (...) usamos [*sic*] uma consciência mais aguçada das palavras para aguçar nossa percepção (...) dos fenômenos’”⁴⁷,

afirmação que, *ex opposito*, aponta para que a percepção dos fenômenos haja inspirado a constituição das palavras e o arranjo das construções, ou seja, a formulação, **metafórica**, da Língua.

Ora, se há nas palavras um dispositivo de intelecção da vida, se funcionam como recurso para leitura do mundo, algo do mundo está aí encapsulado, está no todo da Língua projetado, metaforicamente “reproduzido”, já que é à metáfora que compete esse rendimento reprodutivo. A Língua replicou e replica o mundo, tendo-se modelado inspirada nele e assim modelando-se: mimetizou-o e mimetiza-o, pois. Dito ao contrário, o mundo modelou e modela a Língua, enviesadamente (porque metaforicamente) replicado nela: metaforizou-a e metaforiza-a, então; já a fez e faz, a rigor, nascer metafórica, exatamente porque o processo metafórico é ontogênico, dionisíaco, inspirativo, formulador da Língua. Ou seja: se o mundo está na Língua, a ponto de ela servir como arsenal para a compreensão dele, não foi e não é senão inspirada na régua do mundo que a Língua, entretanto à mão livre, se desenhou e desenha; não foi e não é,

⁴⁶ Edição citada por Marcondes (2001): AUSTIN, John Langshaw. *Philosophical Papers*. Oxford: Oxford University Press, 1970, p. 182.

⁴⁷ “ (...) as palavras não são meras etiquetas que sobrepomos à realidade, elas são uma forma de compreender e organizar essa realidade (...)” (SOUZA, 2021, p. 29)

especificamente, sem a inspiração “geométrica”, espacial, “movimental” do mundo que as *palavras* — e a própria Língua —, por *parábola*, se formaram e formam.

A palavra cria representações sensíveis que se “corporificam” nas imagens da poesia, no *ad hoc* fazer poético, mas, dialeticamente, em momento constitutivamente anterior, as imagens é que, segundo o que proponho, “corporificam” as palavras e são componentes das representações: são as imagens, nomeadamente as metáforas de cunho espaço-movimental, que, ontogeneticamente, inspiram as representações e modelam a Língua, *con-stituem o léxico, con-stroem a Sintaxe*. Ou seja, as imagens é que dão a *forma* da Língua, que — sendo, ela mesma, *forma* —, desse ponto de vista, é essencialmente imagética, ontogenicamente metafórica. (Vejam-se o Capítulo II, *caput*, e, numa espécie de epítome, o item II. 3.) A forma que aqui disciplino só é *forma* para desempenhar *função para alguém* do ato comunicativo, uma função prevista em sua estrutura, que é semântica, o que equivale a dizer que a forma é um construto semântico.

Aqui se trata, por conseguinte, de proposição segundo a qual a palavra-forma não está à plena disposição da função pretendida, assim como o corpo fônico não é nenhuma espécie de comentário sobre a palavra; trata-se de propor que a palavra, como construção, seja *representativa* de **seu próprio estatuto ontológico**, que é **necessariamente semântico**, assim como a construção sintagmática e a construção propriamente frasal — aqui, equivalentes entre si e equivalentes à construção da palavra — são necessariamente *representativas* de **sua semântica**, também própria: a **semântica da Sintaxe, da forma, da estrutura**, da abstração inspirada em concretude, de *representações* que não depõem **seu estatuto ontológico**, que é **ser o que significam**. Proponho, então, que a representação linguística seja uma instância cabalmente dotada de estatuto ontológico, dotada, pois, de uma essência que está para além do estatuto de representação, e isso me parece conformado com a dimensão da iconicidade que aí há; ou seja, a Língua é, ela mesma, icônica, e tamanhamente icônica, que aí mesmo está sua natureza ontológica: a natureza de **ser**, a natureza de ser um imenso arsenal *representativo*, a natureza de ser um imenso arsenal representativo que opera a representação necessariamente porque **significa segundo a constituição da própria representatividade**. Isso quer dizer: a **estrutura**

linguística são representações semântico-relacionais; as relações **estruturais** representadas são, por si mesmas, **semânticas**, por si mesmas **significam**, porque construídas por metáforas de inspiração físico-concretiva, indiciadoras do **sentido** do movimento concreto-espacial, entretanto abstratizado, e abstratizado sem deposição daquele concreto **sentido** primeiro, fenômeno que confere às relações **estruturais** sua natureza **semântica**. Acrescento, com intenção declaradamente peremptória, que, segundo proposição de Kant (2012 [1781-1787]), o espaço é, também ele, *representação* — necessária, como condição de toda intuição externa —, o que me faz estabelecer paralelismo entre a **representação espacial** e a **representação linguístico-estrutural**, ou seja, **a representação que é a estrutura da forma linguística**⁴⁸ espelha — **icônica, mimética, ontogenicamente** — **a representação que é o espaço**, justamente porque a este corresponde representação **sensível**, não intelectual, consoante proposição presente no Segundo Prefácio de *Crítica da razão pura* (KANT, 2012 [1781-1787]): as representações intelectuais estão para os conceitos, por meio dos quais se *entendem* os objetos; as representações sensíveis estão para as formas **espaço** e tempo, por meio das quais se *intuem* os objetos, postos como fenômenos, objetos *para nós*, e, como tais, indeterminados, porque então não pensados, essencialmente intuídos, proposição a que atribuo o caráter **físico-sensível** da inspiração do espaço (físico) para a confecção (metafórico-abstratizante) da Língua.

Pelo que denomino **semântica da estrutura linguística** se entenda uma semântica rigorosamente ontogenética, a cuja intelecção se chega mediante o que proponho como

⁴⁸ “(...) estrutura formal (...) *Forma* significa, sempre: *estrutura, organização, ordenação*.” (OSTROWER, in NOVAES, 2000, p. 174); “(...) a *forma* das línguas se acha no *sistema*, o qual é um todo fechado, de natureza social, que obriga [*sic: abriga?*] a consciência linguística individual e que se manifesta pelo conjunto coerente de fonemas, pelas desinências, pelos tipos de formação nominal e [de formação] verbal, pela ordem das palavras na frase, pelos processos de relacionamento entre as diversas partes do discurso, pela escolha e emprêgo das preposições, e, destacadamente, por uma série de linhas-de-fôrça chamadas *oposições*, que fazem de cada elemento linguístico uma peça, um corpo dentro de uma correlação (...)” (MELO, 1967a, p. 244), em que mais se define *sistema* do que *forma*; para minha proposição ontogênica, prescindindo da ideia de oposições sistêmicas, a bem da apreciação de imagens metafóricas inspiradoras d’ “os processos de relacionamento entre as diversas partes do discurso”, imagens que *onto*-geram as *entidades* linguísticas, incluídas as construções, incluída a estrutura. Bem mais do que a plástica, *forma*,

espécie de análise “molecular” da formalização linguística, análise que requer a apreciação da presença da inspiração físico-concretiva, dada pelo espaço físico, mantida na abstratização:

livro,
Filosofia Grega,
estar,
mesa

e

o livro de Filosofia Grega está sobre a mesa

não são estruturas que expressem semântica de estrutura; são palavras e sentença que expressam coisas do mundo, materiais ou imateriais, e declaração sobre um segmento do mundo, verdadeira ou falsa, mas *palavra* e *sentença* respectivamente são *parábola* e resultado de determinado *senso*, efeito de *sensação* (veja-se a nota 200), *parábola* e *senso* que atualizam a estrutura, guardadora de sua semântica. Aquilo que é estrutura e guarda sua semântica é a constituição-construção morfológico-morfossintática da palavra-sintagma e a constituição-construção propriamente sintática da sentença. É a metáfora o que constitui a semântica físico-abstrativa de

**st* > *star(e)*,

abstratização da ideia física de

“estar **en-fincado sobre**”

com manutenção da inspiração concretiva, de que resulta *estar* em todas as suas especificações semânticas, da

“*estátua* que *está*”

ao

para o que pretendo, é mesmo a **organicidade** da Língua, a interpretar-se em sua estrutura, *estrutura da forma*.

“estado em que se está”.

É, em pé de igualdade, a metáfora o que constitui a semântica físico-abstrativa de

x *de* y > livro *de* *Filosofia Grega*,

abstratização da ideia física de

“ x se⁴⁹-parar-se *de* y ” (veja-se Figura 3, Capítulo I, *caput*)

com manutenção da inspiração concretiva, de que resulta a ideia de “origem” em todas as suas especificações semânticas, da

“vinda *de* Paris”

ao

“livro *de* *Filosofia Grega*”,

uma vinda que

“se origina” do *arqui-frame* “Paris”

não mais do que um livro que

“se origina” do *arqui-frame* “*Filosofia Grega*”:

uma vinda que — já por si, segundo a semântica do ato e do efeito pragmático-separativos de “vir”, por isso mesmo sem prescindir da imagem metafórico-separativa desenhada pela Língua — corresponde ao movimento separativo de *lugar de onde*, em que o lugar é Paris; também assim, um livro que, por meio de alta metaforização, realiza o imagetivamente idêntico movimento separativo de *lugar de onde*, em que **o lugar é “Filosofia Grega”**, todo **do** qual **deriva** um elemento, entre teoricamente infinitos outros, o elemento “livro”, que abstratamente fala **de** *Filosofia Grega* porque, em metáfora de inspiração concretiva,

parte desse todo

e

é **parte desse** conjunto,

ou seja, **abstratiza-se o sentido porque se mantém a imagem concreta do movimento**, uma vez que **é da imagem concreta que advém a abstratização**. Poder-se-ia expressar a rubrica daquele mesmo livro mediante a formalização

x sobre y > livro sobre Filosofia Grega,

em que se teria a mesma imagem de

estar sobre a mesa,

aplicada a qualquer objeto, material ou imaterial, um “livro” ou uma “questão” ou um “assunto”:

“estar (i)materialmente posto **sobre**”,

“pôr-se (i)materialmente **sobre**”,

“**sobre**por-se (i)materialmente **a(d)**”,

“**a(d)**proximar-se à (*ad a*) posição **sobranceira a(d)**”,

estar um livro sobre a mesa,

pôr as cartas na (em a) mesa

>

“pôr-se tematicamente **sobre**”,

“pôr-se a versar, tematicamente, **sobre**”,

(*versar*) um livro **sobre** Filosofia Grega,

em que, em (não-)movimento de *lugar onde*, o livro metaforicamente **se põe sobre** o *arqui-frame* “Filosofia Grega” para versar **sobre** ele, bem como poderia **cercá-lo** para

falar a(d)cerca de le,

⁴⁹ A raiz indo-europeia **sē* indicia a ideia de *se*-paração.

(*versar*) um livro *a(d)cerca de Filosofia Grega*,

formalização em que se tem

- movimento de *lugar para onde*, em **a(d)**proximação **a(d)** o “cerco” do *arqui-frame* “Filosofia Grega”, **a(d)** o entorno desse *arqui-frame*, como que para abranger o objeto “Filosofia Grega”,

e

- movimento de *lugar de onde*, em **se**-paração **do** objeto “Filosofia Grega”, segundo a imagem a sugerir que **do** *arqui-frame* “Filosofia Grega” **de**-riva um elemento, entre teoricamente infinitos outros, o elemento “cerco”, que abstratamente representa o entorno do conjunto porque, em metáfora de inspiração concreta, **parte desse** todo e **é parte desse** conjunto, na proposição de que um elemento possivelmente extraível do *arqui-frame* “Filosofia Grega” é seu entorno

(veja-se ALONSO JÚNIOR, 2018b, p. 280-6, segmento aqui transcrito no item II. 2);

novamente **se abstratiza o sentido porque se mantém a imagem concreta do movimento**, uma vez que **é da imagem concreta que advém a abstratização**.

Efetivar-se a abstratização corresponde à constituição mesma da Língua, como sistema potencialmente representativo de relações altamente abstratas, propugnação por que reitero que a *forma* que aqui disciplino só é *forma* para desempenhar *função para **aquém do ato comunicativo***, uma função já prevista na estrutura formal, estrutura que é semântica, na equivalência de dizer que a forma é um construto semântico. A razão da reiteração é peremptória: o que estou a propor é que a função, aqui ontogênica, já está inscrita na estrutura formal, já está molecularmente inscrita na forma; essa função, ontogênica, é dada por relações *rigorosamente sintáticas*, o que aqui significa *rigorosamente semânticas*, mais uma vez aquela *semântica da Sintaxe, da estrutura formal, da própria forma*, não a semântica discursiva amparada pela sintaxe *ad hoc* de um enunciado (veja-se o Capítulo I, *caput*), ou seja, não a semântica específica de um ato comunicativo real, aquela semântica que realmente compõe a intenção desse ato,

importantíssima para uma apreciação discursiva do ato e dos enunciados componentes de sua sintaxe, mas situada para *além* da apreciação ontogênica que me empenho a discriminar. Trata-se, ora sim, da Semântica ontogênica que caracteriza a essência do que proponho como **Sintaxe ontogênica**, a Semântica da Sintaxe, inspiradas, uma e a outra, pela metáfora físico-espacial e, no limite, espaço-movimental. A *função* que aqui discrimino é, pois, a *função semântico-sintática* da *Semântica da Sintaxe*, função primeva, anterior à especialização discursiva, e acolhedora dessa especialização (fenômeno que *passim* tematizo). A *forma* aqui disciplinada *só é forma para desempenhar função* porque **já guarda em si o germe da função**, e é por isso que essa função está **para alguém do ato comunicativo**, função já prevista na estrutura formal, estrutura que é semântica, forma que é um construto semântico.

Essa postulação, que formulo e reitero, contraria o posicionamento funcionalista segundo o qual

“(...) a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Dessa maneira, para compreender o fenômeno sintático, seria preciso estudar a língua em **uso**, em seus **contextos discursivos específicos**, pois **é nesse espaço que a gramática é constituída**.” (AREAS; MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 23-4; o negrito é meu),

“O funcionalismo lingüístico contemporâneo difere das abordagens formalistas — estruturalismo e gerativismo — primeiro por conceber a linguagem como um instrumento de interação social e segundo porque seu interesse de investigação lingüística vai além da estrutura gramatical, buscando **no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua** [o negrito é meu]. (...) Ao lado da descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas lingüísticas e seus contextos específicos de uso. Segundo a hipótese funcionalista, **a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua** [o negrito e a sublinha são meus], ou seja, **a estrutura é motivada pela situação comunicativa** [o negrito é meu]. Nesse sentido, a estrutura é uma variável dependente, pois **os usos da língua**, ao longo do tempo, **é que dão forma ao sistema** [o negrito e as sublinhas são meus]. (...)” (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 29).

É bem verdade que “as estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva” (*supra*) conferem ao *discurso*, como “estrutura ou acontecimento”⁵⁰, a estrutura e sobretudo o “acontecimento” que lhe são próprios, mas não é em razão dessas estratégias que “a sintaxe tem a forma que tem” (*supra*) se se toma a ideia de “sintaxe” em qualquer sentido que ultrapasse o âmbito de uma “sintaxe discursiva”, denominação (veja-se o Capítulo I, *caput*) que atribuo àquela sintaxe sobre a qual se observam as estruturas sintáticas na busca do que elas, discursivamente, “querem dizer”, a bem da construção do sentido do texto, segundo o contexto — “(...) Ao lado da descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas lingüísticas e seus contextos específicos de uso. (...)” (*supra*) —, apreciação que de fato não ultrapassa a “descrição sintática”, porque opera com *procedimentos* sintáticos (como, por exemplo, a *análise em constituintes imediatos*⁵¹, de orientação estruturalista mas de escopo que me parece discursivo, na medida em que diz algo sobre a ordenação das “coisas” presentes no discurso; essa análise alcança a *constituição imediata* dos sintagmas, procurando recuperar a ordem de ingresso dos elementos na constituição sintagmática e, com isso, dando a impressão de algo beirante ao microscópico), mas não interpreta esses procedimentos além do nível propriamente procedimental, apenas os descreve como tais, ou seja, não se aproxima do nível molecular que aqui pretendo.

Em sentido circunscrito a uma Sintaxe discursiva,

“(...) a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em conseqüência das vicissitudes do discurso (...)” (AREAS; MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 23),

bem como a própria Língua

“(...) pode ser analisada (...) como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical (...)” (*idem*, p. 20),

⁵⁰ PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008. (Veja-se nas Referências.)

⁵¹ Veja-se o Capítulo I, *caput*.

afirmação que, embora mal formulada — “(...) estrutura (...) sujeita a pressões (...) que ajudam a determinar sua estrutura (...)” —, relativiza asserções categóricas como

“no contexto discursivo [está] a motivação para os fatos da língua”

e, mais,

“a estrutura é motivada pela situação comunicativa”

— em que a substituição de “os fatos da língua” por “a estrutura” torna de fato peremptória a asserção —, bem como, mais ainda,

“uso (...) contextos discursivos específicos (...)
é nesse espaço que a gramática é constituída”,

“a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua”,

“os usos da língua (...) é que dão forma ao sistema”,

contrariamente a que insisto: a forma só é *forma* para desempenhar *função* **porque já guarda em si o germe da função**, e é por isso que uma forma não desempenha qualquer função, razão por que a função desempenhável está **para *aquém do ato comunicativo***, função já prevista na estrutura formal, estrutura que é semântica, forma que é um construto semântico, de motivação não discursiva, mas metafórico-espacial. Segundo o que proponho, não são, pois, “os usos da língua (...) que dão forma ao sistema”, mas é, precisamente, a metáfora.⁵²

Em reflexão sobre o caráter universal de certa metalinguagem partilhada pela arte e por “todos os modos de comunicação humana” e sobre a identificação dessa metalinguagem com “a linguagem de *formas de espaço*”, veja-se em Ostrower (*in* NOVAES, 2000, p. 172-4) consideração do espaço físico-concretivo como “o mediador entre a experiência e a expressão”, mediador que se deve entender metaforizante:

⁵² Veja-se a nota 311.

“(...) que milagre é este, de na arte existir uma linguagem que é acessível a todos, independentemente do fato de as obras terem sido criadas em culturas e épocas diferentes, há 500 ou 5 mil anos atrás [*sic*]? Que tipo de linguagem seria?”

De fato estamos na presença de uma *metalinguagem*, que serve de referencial a todos os modos de comunicação humana: é a linguagem de *formas de espaço*. Talvez vocês se admirem: ‘mas que linguagem esotérica e estranha!’. Ela não tem nada de estranha. Ao contrário, é a expressão direta de vivências existenciais que todos nós fazemos de modo semelhante, todos os seres humanos, no Brasil ou na China, hoje ou há cinco milênios atrás [*sic*]. Cada pessoa passa pelas mesmas experiências do espaço, para poder crescer, tornar-se consciente e conquistar sua identidade pessoal.

Quando nasce uma criança, ela começa logo a movimentar-se. Mexe com os braços, as pernas, a cabeça, o corpo todo. Embora sejam aleatórios, estes movimentos já deixam um registro na musculatura e no sistema nervoso, no próprio ser da criança. O bebê ainda não está consciente, ele está se tornando consciente. O processo de conscientização é tão gradativo que não se pode dizer: neste dia aconteceu isto e naquele dia aquilo, o bebê sorriu e agora sorriu de novo, e daqui a dois meses ele terá atingido o limiar do consciente. De fato, o processo se inicia a partir do primeiro momento de vida. Já duas ou três semanas depois de nascer, o bebê começa a sincronizar os olhos, focalizando os objetos. Mais duas ou três semanas e ele poderá sincronizar o movimento dos olhos com o das mãos. Aos três meses, o bebê tenta apanhar coisas e segurá-las, e este segurar e apanhar as coisas vai ser acompanhado por todo um processo não só de conscientização mas também já de simbolização. Ele presta atenção às pessoas que chegam e saem, o seu olhar acompanhando-as nas várias distâncias. Ele observa os objetos com que lida. Já aos cinco meses é possível mostrar uma mamadeira ao bebê, talvez apenas o bico, pois o bebê não precisa ter o objeto inteiro diante de si para reconhecer uma [*sic*] determinada situação: ‘esta é uma mamadeira e eu vou comer’. Evidentemente, o bebê não se dá conta disto nestas palavras, mas já será possível acalmá-lo e dizer-lhe: ‘espere um instantinho, primeiro vou te limpar e em seguida você vai comer’. E o bebê já se torna capaz de esperar (um pouquinho) pela refeição — o que nenhum animal faria.

A multitude de formas espaciais será descoberta pelo bebê através do próprio viver: ele olha, pega, segura, apalpa, bota tudo na boca, a fim de saber se é uma coisa dura ou mole, lisa ou áspera, redonda ou pontuda, etc. Daqui a pouco, começa a brincar, escondendo os objetos e reencontrando-os. Aprende que_[,] mesmo quando desaparecem de seu campo visual, os objetos não deixam de existir. De qualquer modo, passam a existir em sua imaginação e na memória que se forma. Aos seis meses o bebê já senta; sua mobilidade cresce e com ela o tipo de experiência que pode fazer; as mãos exploram incessantemente o meio ambiente, os dedos ganham um toque firme, preciso e delicado ao mesmo tempo. Com um ano a criança fica de pé, assumindo a posição ereta, típica do homem. Começa a andar. E corre. Mexe em tudo e se mete em todas as situações possíveis e impossíveis, debaixo de tudo, subindo em tudo.

Assim, a criança está explorando o mundo em torno dela, descobrindo-se nele, ela própria sendo um espaço dentre espaços maiores. Brincando com os objetos, jogando-os para longe e depois correndo para apanhá-los — e sempre é ela que está no meio de tudo isso —_[,] há um contínuo processo de conscientização e identificação, que se dá através destas descobertas espaciais. Quando a criança começa a falar, ela já tem todo um acervo de experiências, a vivência de tamanhos e distâncias, da configuração de objetos, suas formas,

cores, feitios, tessituras, gostos e cheiros, se são grandes ou pequenos, alcançáveis ou inalcançáveis, prazerosos ou não. Ainda que as referências afetivas sejam da própria personalidade que está se formando, pois é em relação a ela mesma que a criança ganha a visão de mundo, este é um universo comum que se compõe de espaços vividos.

As primeiras experiências espaciais não podem ser abreviadas nem substituídas. Cada um as faz por sua vez, uma única vez. Mas todos passam por este processo da mesma maneira e com as mesmas referências biológicas. Embora mais tarde em nosso desenvolvimento possamos integrar outras experiências culturais, de acordo com o destino de cada um, antes de nos diferenciarmos individualmente e culturalmente, temos que aprender a sentar, engatinhar, andar, temos que tocar nas coisas e segurá-las junto ao nosso corpo para reconhecer o que são e como são, e para poder saber a respeito de nós. Neste primeiro estágio de conscientização, **as referências básicas são as mesmas para todos e também a língua é a mesma, pois as formas de espaço constituem tanto o meio como o modo de nossa compreensão. Fornecendo as imagens para nossa imaginação, o espaço se torna o mediador entre a experiência e a expressão. Só podemos mesmo pensar e imaginar mediante imagens de espaço.** [Os itálicos são da autora; o negrito é meu.]

Assim, o espaço será o referencial ulterior de todas as linguagens. Observem que_[,] quando falamos, isto é, quando nos comunicamos no nível verbal, **as palavras que usamos para transmitir o conteúdo de uma experiência sempre incorporam imagens de espaço** [o negrito é meu]. Se, por exemplo, digo que alguém é ‘profundo’ ou ‘superficial’, estou usando imagens espaciais. Alguém ‘desligado’ ou ‘concentrado’, novas imagens espaciais. Se digo ‘compreender’, estou usando uma imagem: ‘con = junto, prender = ligar uma coisa à outra’. E isto não só em português, em inglês também: *to comprehend* (as mesmas imagens), e_[,] ainda, *to understand*: ‘under’_[,] que significa embaixo, ‘stand’, estar de pé; então significa: ter uma base para poder entender. **Em qualquer língua, é preciso recorrer a imagens do espaço a fim de tomar conhecimento de algo e comunicá-lo a outros.** [O negrito é meu.] Vejam que isto se estende aos prefixos dos verbos, que são os modos de ação. **Todos os prefixos representam indicações de espaço.** [O negrito é meu.] Por exemplo, no caso de um verbo como ‘pôr’: *compor, expor, transpor, dispor, su(b)por, superpor, interpor, impor*, etc. Sempre o prefixo esclarece em que sentido devemos entender a ação: se as coisas se juntam ou se separam, se são contrárias ou afins, se estão orientadas para cima ou para baixo, se estão sendo atravessadas ou correm diretas; enfim, há cada vez uma indicação espacial definindo o ‘como’ desta ação.”.

Note-se que o espaço físico-concretivo, “mediador entre a experiência e a expressão”, se mantém como tal em sua simbologia, porque, em abstratizações de sentido, “a fim de tomar conhecimento de algo e comunicá-lo a outros”, se mantém a imagem concreta desse espaço e dos movimentos aí realizados; “as palavras que usamos para transmitir o conteúdo de uma experiência sempre incorporam imagens de espaço”, e essas imagens se mantêm, não a contrapelo da abstratização, mas em prol dela mesma: de fato, *to*

understand significa “ter uma base para poder entender” (*supra*), o que eu traduziria por “*sus-tentar*”, já que o *entendimento* é rigorosamente uma forma de *sustentação*, palavras, essas mesmas, em que permanecem as imagens físico-concretivas e cujos conceitos — “a fim de tomar conhecimento de algo e comunicá-lo a outros” — somente se puderam formular a partir dessas imagens, que produtivamente se mantêm na cadeia de abstratizações. Encontram-se em Torrinha (1945 [1937]) apontamentos confirmativos da intuição de que a ideia de “sustentação” está na construção da ideia de “entendimento”, construção incontornavelmente metafórica, de inspiração físico-concretiva a manter-se ali:

[*entendimento* < *entender* <] “**in-tendô**, tendī, tentum (*ou* tēnsūm), 3, *tr.* **1.** (...) estender; entesar; armar. (...) **3.** *I.* Dirigir-se; estar atento. *Tr.* e *i.* Aplicar-se a; ter a intenção ou a pretensão de; intentar; projectar. **4.** Dar intensidade a; aumentar; reforçar. **5. Sustentar** [o negrito no sinônimo é meu] (...)”,

segundo a percepção de que o entendimento é o alcance e a sustentação de uma ideia, alcance e sustentação que parecem partir de certo “armar”(*supra*)-se mentalmente, tendo-se “a in-*tenção* ou a pre-*tensão* de” (*supra*) “dirigir-se” (*supra*) ao alcance, “estender”(*supra*)-se ao alcance, no “[re-][es-]forçar”(*supra*)-se para “sustentar” (*supra*) o objeto compreendido, determinações de base concretiva/física/espacial/movimental abstratizada, não obliterada, ou, mais do que isso, de derivação abstratizada **porque** de natureza concretiva, produtivamente mantida.

Logo após aquela teorização do binômio sujeito-mundo caracterizador da natureza da linguagem, Cassirer (2001 [1923]), como que a corolário, propõe o trinômio linguagem-mundo-espaco — *scilicet* movimento:

“(...) podemos interpretar determinadas formas espaciais, determinados complexos de linhas e figuras, ora como ornamentos artísticos, ora como desenhos geométricos, atribuindo, assim, a um mesmo material um sentido completamente diferente. A unidade de espaço que construímos na contemplação e produção estéticas, na pintura, na escultura, na arquitetura pertence a um nível totalmente diferente daquele que se manifesta em determinados teoremas e axiomas geométricos. Aqui reina a modalidade do conceito lógico-geométrico, lá a modalidade da fantasia espacial artística: aqui o espaço é concebido como a essência mesma de relações interdependentes, como um sistema de ‘causas’ e ‘efeitos’, lá ele é compreendido como um todo, na

interpenetração dinâmica de seus momentos individuais⁵³, como uma unidade da intuição e da emoção. E com isso a série de configurações possíveis na consciência do espaço não está esgotada ainda, porque também no *pensamento mítico* encontramos uma concepção muito especial do espaço, uma **maneira de organizar e de ‘orientar’ o mundo de acordo com determinados pontos de vista espaciais** [o negrito é meu], que se distingue nitidamente e de forma característica do modo como o pensamento empírico realiza a organização espacial do cosmos (...)” (p. 47);

“(...) **o espaço**, na sua configuração e [na sua] articulação concretas, não é ‘dado’ como propriedade assentada da alma, mas, pelo contrário, **somente se constitui para nós no processo e, por assim dizer, no movimento geral da consciência** [o negrito é meu] (...)” (p. 52-3);

“(...) **os conceitos de espaço, tempo e número constituem a verdadeira estrutura fundamental da intuição objetiva, tal como ela se desenvolve na linguagem** [o negrito é meu]. Mas estes conceitos somente podem cumprir a tarefa que lhes cabe porque se mantêm, de acordo com a sua estrutura geral, em uma região média ideal e própria, e porque eles, **precisamente por sua aderência à forma da expressão sensível, progressivamente conferem ao sensível um conteúdo espiritual e o transformam em um símbolo do espiritual** [o negrito é meu].” (p. 296).

A afirmação de que “(...) os conceitos de espaço, tempo (...) constituem a verdadeira estrutura fundamental da intuição objetiva, tal como ela se desenvolve na linguagem (...)” é postulado da antropologia cultural em que o autor parece basear produtivíssima interpretação filosófica do estar do homem no mundo e, concomitantemente, é corolário da linha de sentido que persigo no texto, a bem de amparar minha intuição prévia segundo a qual o dizer o mundo tenha mimetizado o movimentar-se no mundo, isto é, seja *consequência representativa* daquele movimentar-se, o que equivale a que o movimentar-se no mundo tenha metaforizado o dizer o mundo; o dizer o mundo, em Língua, ter-se-ia constituído aproveitando-se, com estrutural largueza, a percepção e a incorporação do

⁵³ “Quando o artista começa a criar uma imagem, ele parte de um plano pictórico, uma superfície. Esta superfície ainda está vazia, não há nada dentro dela, mas ela já constitui uma forma espacial. (...)” (OSTROWER, *in* NOVAES, 2000, p. 174); “(...) O artista já parte de uma [*sic*] dada forma de espaço, cuja estrutura espacial já existe embora seja virtual. Esta estrutura é totalmente assimétrica: centro, lados, cantos, todos se diferenciando e com isto apontando uma série de definições e significados latentes. A elaboração artística consiste em transformar [*sic*] o espaço do plano pictórico em espaço expressivo. Quer dizer, o artista configura o conteúdo de seus sentimentos em formas de espaço, usando todas as virtualidades dinâmicas do plano pictórico. Assim, ele caminha da figura do plano para a figura de sua imagem. Jamais então a criação artística surge do nada. A obra de arte deve ser entendida como resultado de um processo de transformação, partindo de certos dados e chegando a outros dados. No caso, os dados iniciais são a pessoa do artista (sua personalidade dentro de um [*sic*] determinado contexto social e cultural) e os espaços latentes no plano pictórico.” (*idem*, p. 181)

espaço objetivo, bem como a percepção e a incorporação da gestualidade formalizada pelo deslocamento perscrutador desse espaço, de modo que o dizer tenha mimetizado — “imitado” — a gestualidade e seja *consequência representativa* daquela gestualidade, o que, por sua vez, implica que a gestualidade, desenhada pelo deslocamento no espaço físico, tenha conferido caráter metafórico ao ato e ao efeito de dizer o mundo, tenha, pois, metaforizado esse dizer ou, precisamente, configurado um “dizer o mundo” — (uma) Língua — estruturalmente metafórico: trata-se, aqui, da percepção e da incorporação humanas do espaço-tempo, ou da percepção e da incorporação que o homem desenvolveu sobre a própria interação estrutural com o espaço físico, e do aproveitamento metafórico dessa percepção e dessa incorporação na constituição da linguagem, da linguagem verbal, da Língua.

Pressupor a validade ontológica do movimento realizado no espaço físico não apenas exige pressuposição ainda anterior, que é a pressuposição da validade ontológica daquele espaço — uma vez que se trata de deslocamento propriamente cinemático, “movimento (...) considerado em abstrato como o deslocamento de um corpo no espaço” (MARCONDES, 2001, p. 140) —, mas também impõe, ao menos para observância epistemológica, a consideração do fator *tempo* aí imbricado: ora, é necessariamente no tempo que ocorre o movimento; o deslocamento de um ponto a outro do espaço físico implica o que entendemos como o transcorrer do tempo, assim como o deslocamento de um ponto a outro do painel de um relógio é maquinado *para* a verificação daquele transcorrer, funcionando-lhe como signo, ou seja, o passo de um ponto a outro no mundo guarda em si, já (de)codificadamente, o passar de um ponto a outro no tempo. Assim, quando digo “movimento realizado no espaço físico”, aí está que se entenda também “movimento empreendido no tempo cronológico”, a que se acrescenta o caráter metafórico do tempo, dada sua representação, dadas as metáforas pautadas por lugares-comuns associados ao tempo⁵⁴, mas é mesmo o espaço, não o tempo, o fator ontogênico

⁵⁴ Ouça-se, do compositor japonês contemporâneo Toshio Hosokawa (1955-), a obra *Na profundidade do tempo*, cujo título, como fator contextualizador, direciona a uma escuta sensível à imagem espacial de “profundidade” atribuída ao tempo.

da Língua, segundo o que proponho: dar ao tempo aquele *status* ontogênico decerto pareceria mais obviamente aceitável, já por se tratar de elemento culturalmente à farta metaforizado, já por ingênua associação entre o caráter imaginariamente prospectivo do tempo e o caráter prolativo da fala; o tempo evoca metáfora mais perceptível, entretanto aí se tem possibilidade caudatária de a percepção do tempo já ser desdobramento da percepção do espaço, circunscrevendo-se o tempo à inescapável abstratização em que qualquer modo de apreensão o situa, haja vista a necessidade de “concretizá-lo” espacialmente, na premência de o representar, como que o restituindo ao espaço:

“(...) tempo é um conceito abstrato que só pode ser capturado ao ser visualizado como algo mais tangível. Desse modo, pensamos o tempo como uma linha no espaço, em que o ‘agora’ é ‘aqui’, o passado é a parte que ficou ‘para trás’ e o futuro se projeta ‘diante de’ nós.⁵⁵ Um intervalo de tempo (como um ano) pode, portanto, ser visto como um segmento dessa linha, e isso nos permite, por exemplo, estar *dentro* dele ou passar *por* ele.

Esse elo entre espaço e tempo está tão arraigado em nossa cognição que se torna extremamente difícil nos separarmos dele e perceber que o tempo não pode ser literalmente ‘longo’ ou ‘curto’ (diferentemente de gravetos ou de pedaços de corda), ou que o tempo não pode literalmente ‘passar’ (como um trem). O tempo não pode nem mesmo ir para frente ou para trás, tanto quanto não pode ir para o lado ou para baixo. Na verdade, o tempo não vai para lugar nenhum. (...)” (DEUTSCHER, 2014 [2005], p. 194);

“(...) até o tempo Leonardo [da Vinci] saberá figurar no espaço, cobrindo o passado de claro-escuro e iluminando vividamente o presente (...) aquele olhar que ‘vê’ o tempo (...)” (BOSI, *in* NOVAES, 2000, p. 75),

“aquele olhar que ‘vê’ o tempo” como nosso olhar parece ver o espaço, quiçá dimensões igualmente abstratas em si mesmas, talvez insubsumíveis a “si mesmas”, porém divergentes segundo nossa percepção, que atribui ao espaço a concretividade que enxergamos nos pontos de referência (veja-se a nota 140). É nessa concretividade presumida — subsumível, ora sim, aos movimentos cinemáticos que realizamos entre aqueles pontos, bem como ao repouso que neles ou em um deles podemos depositar —, é nesse conjunto pontual-locativo, é nessa fisicalidade que então localizo a gênese linguística, não no “tempo”, elemento máxime abstrativo do par tempo-espaço, nem

naquilo que lhe seria um extremo oposto concreto e que representa o agente material experienciador do espaço, a saber, o nosso corpo:

“(...) relações espaciais como ‘em’, ‘através’ ou ‘atrás’ figura(...)m como a fonte da extensão metafórica aos domínios abstratos de tempo, causa e assim por diante. Porém, seriam os termos espaciais a fonte principal desse fluxo? Afinal de contas, as relações espaciais já envolvem um [*sic*] certo grau de abstração, dado que não se compõem de nenhuma substância visível — não podemos apontar para um ‘através’, por exemplo, do mesmo modo que não podemos observar diretamente um ‘em’. Logo, será que as palavras para os termos espaciais não se desenvolveram, na verdade, a partir de algo ainda mais simples e mais sólido? E_[i,j] se sim, do quê? Neste estágio, estamos começando a ficar sem lugares onde procurar, mas os seguintes exemplos do ewe, uma língua falada no Togo e em Gana, podem nos mostrar a direção certa:

Ewe (kwa, Nigéria-Congo)

- i. *épé megbé fá*
dele costas está.fria
‘as costas dele estão frias’
- ii. *é-le xɔ-á megbé*
ele-está casa-a⁵⁶ costas
‘ele está atrás da casa’
- iii. *é-ku le é-megbé*
ele-morreu foi dele-costas
‘ele morreu atrás (= depois) dele’
- iv. *é-tsí megbé*
ele-continua costas
‘ele continua atrasado’

Esses exemplos ilustram quatro estágios da corrente rumo à abstração, sendo que os últimos três já devem ser familiares, dado que vão do espaço (‘atrás’) para o tempo (‘depois’) e daí para o domínio abstrato das faculdades mentais (‘atrasado’). Mas o ewe mostra que o termo espacial ‘atrás’ é, ele

⁵⁵ Vejam-se abaixo a referência ao aimará, trazida por Núñez e Sweetser (2006; veja-se), e a crítica que procurei construir em face da desimportância que atribuo ao fator “direção” quanto à ontogênese da Língua.

⁵⁶ “(...) Nas línguas dos povos primitivos encontram-se determinados pronomes demonstrativos, que são usados exatamente no sentido do artigo definido; mas este uso não se mantém restrito, de modo inequívoco, à classe das palavras ‘substantivas’. Na língua ewe (ou eve), o artigo, posposto à palavra a que se refere, encontra-se não somente após os substantivos, mas também após pronomes absolutos, advérbios e conjunções (...). E_[i,j] mesmo nos casos em que ele se mantém na esfera da designação de coisas, da representação estritamente ‘objetiva’, pode-se observar claramente que a expressão geral da ‘objetivação’, que lhe é inerente, se desenvolve apenas gradualmente a partir de significações mais específicas. Quanto mais retrocedemos no tempo, em busca das origens do emprego do artigo, tanto mais ‘concreto’ parece tomar-se este emprego (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 219-20)

próprio, um produto da metáfora, e revela a origem última da palavra *megbé*: um substantivo para algo sólido, parte do corpo humano.” (DEUTSCHER, 2014 [2005], p. 198-9):

“o *ewe* mostra que o termo espacial ‘atrás’ é, ele próprio, um produto da metáfora”, ou seja, o termo espacial **correspondente** a *atrás* n“aquela língua” é produto da metáfora, assim como, em “outras línguas”, é produto da metáfora a própria formulação

atrás < *ad trans*,

imagem de

“para transportar”,

coerente redundância de *lugar para onde*, **ad**, mais igual *lugar para onde*, **trans**, porque o comportamento de *a(d)trans-versar*, ou seja, *versar ad trans*, implica sair de um ponto e passar por teoricamente infinitos pontos para alcançar o escopo mesmo desse comportamento, que é chegar *a(d)* um ponto, “lugar como efeito do transporte”, então “movimento para aquele **lugar**”, “para aquele **ponto** hipostático do mundo”, “o *trás*”, a circunstancializar-se a entidade *ad-trans* como advérbio, circunstância como imagem metaforizada da substância⁵⁷ (vejam-se minhas considerações no Capítulo III, *caput*).

Segundo relato pessoal de um colega de estudos, certa vez estava ele mesmo sentado almoçando⁵⁸, e um sobrinho, ainda criança (a idade não foi especificada), disse-lhe:

“Tio, eu tô no atrás seu.”.

A atitude linguística da criança foi hipostasiar o elemento que ora chamamos *advérbio* (que passa a compor a dita “locução prepositiva” *atrás de*), então de algum modo intuindo que essa entidade, como nome, contém substancialidade. O menino teria hipostasiado o “trás”, < *trans*, como algo que então nomearia certa coisa do mundo, quiçá

“as costas” do tio,

⁵⁷ Veja(m)-se no Glossário o(s) sentido(s) em que tomo a palavra *substância*.

“as costas” *suas*,
o *a(d)trás seu*,

algo que guarda uma referência, e essa referência apresenta propriedades possíveis, como alguém *de quem* possa ser, uma propriedade que em geral é associada a “posse” e eu proponho como localização espacial, relação entre lugares (veja-se, aqui, o Capítulo I, *caput*), assim

“as costas **a partir do tio**”,
“o ‘trás’ **a partir do tio**”,
o *[a(d)]trás do tio*,
“um **ponto** no espaço **a partir do tio**”,
“o **lugar** ‘trás’ **a partir do lugar** ‘tio’”,
então um *lugar de onde*;

isso configura a dita “locução prepositiva”,

atrás de,

essa espécie de rebaixamento classificatório pretensamente esvaziador de todo conteúdo, no esquecimento de que

a(d)trás

é

“para o ‘trás’”,
“para esse **lugar**”,

então

“para esse objeto do mundo”,

potencial movimento aproximativo ao objeto-lugar “trás”, denso de significação, pleno de sentido, contrário do vazio que a abstratização “imaterializante” faria sugerir, base

⁵⁸ Referência pessoal esperadamente se aporia em nota de rodapé. Apus ao corpo do texto para dar continuidade à discussão que ali está.

matéριο-espacial mantida no resultado linguístico, a prescindir do tempo, a reclamar o espaço.

Proponho certo enlaçamento entre a imaterialidade da Língua e a prescindência linguística do tempo. A Língua e, no limite, a poesia têm o poder de exprimir, em princípio, todo e qualquer conteúdo, porque guardam liberdade de expressão espiritual⁵⁹ justamente na medida em que têm rarefeita a materialidade, segundo proposição hegeliana (HEGEL, 2002 [1835], p. 286-7):

“(...) [a poesia e a música] se servem do mesmo material sensível, do som. Mas (...) entre estas artes se encontra (...) diversidade, tanto no que se refere à espécie do tratamento dos sons, como também no que toca ao modo da expressão.

(...) Na poesia (...) o som como tal não é emitido por meio de instrumentos variados, inventados pela arte, e configurado [*sic*] rica e artisticamente, mas o som articulado do órgão humano da fala é reduzido a mero signo do discurso e mantém, por isso, apenas o valor de ser uma designação de representações por si mesma destituída de significado. Desse modo, o som permanece, em geral, uma existência sensível autônoma (...). (...) a autêntica objetividade do interior como interior não consiste em sons e palavras, e sim no fato de que tenho *consciência* de um pensamento, de um sentimento etc., que faço deles um objeto para mim e assim os tenho na representação diante de mim ou então desenvolvo para mim o que reside em um pensamento, em uma representação, desdobro as relações exteriores e [as relações] interiores do conteúdo de meus pensamentos, relaciono mutuamente as determinações particulares etc. Certamente pensamos sempre com *palavras*, sem todavia necessitarmos da fala efetiva. Por meio desta indiferença do som verbal como sensível (...) diante do conteúdo espiritual das representações etc., para cuja comunicação eles [*sic*] são empregados, o som adquire aqui novamente autonomia. Na pintura, na verdade, a cor e a sua composição, tomada como mera cor, é igualmente por si mesma destituída de significado e [é] um elemento sensível autônomo diante do espiritual; mas a cor como tal ainda não constitui nenhuma pintura, e sim devem ser acrescentadas a forma [*Gestalt*] e sua expressão. Com estas Formas [*Formen*] espiritualmente animadas a coloração entra então em uma conexão muito mais estreita do que a possuem o som verbal e sua combinação em palavras com as representações. — Se olharmos para a diferença do *emprego* poético e [do *emprego*] musical do som, veremos que a música não oprime o som em som verbal, e sim faz do som mesmo por si seu elemento, de modo que ele, na medida em que é *som*, é tratado como finalidade. Desse modo, o reino dos sons, já que não deve servir apenas para a mera

⁵⁹ Tomo a palavra *espírito* e seus cognatos como oposição à História. Assim, não está em jogo aqui a parêntese Natureza e História (Natureza *versus* História), que faria associar História e Espírito — à maneira da formulação hegeliana (HEGEL, 1952 [1835]) do conceito de *espírito objetivo*, representado pelas instituições históricas —, em oposição a Natureza; ao contrário, aqui, para *História* está o processual acontecimental, em que se agasalha a “realidade”, e para *espírito* está o que eu traduziria como uma espécie de intuição produtiva, que perpassa a História e, de certo modo, se antecipa a ela.

designação, pode_[,] neste tornar-se_[,] chegar a ser um modo de configuração que permite à sua própria Forma, como configuração sonora [*Tongebilde*] ricamente artística, tornar-se sua finalidade essencial. (...)

Mas o que a poesia perde em objetividade exterior, na medida em que sabe eliminar seu elemento sensível, até onde somente é permitido à arte, ela ganha em objetividade interior das intuições e das representações, as quais a linguagem poética apresenta diante da consciência espiritual. Pois estas intuições, sentimentos, pensamentos, a fantasia tem de configurar em um mundo por si mesmo pronto de acontecimentos, ações, disposições do ânimo (...) e irrompimentos da paixão, e desenvolve deste modo obras nas quais toda a efetividade, tanto segundo o fenômeno exterior quanto segundo o Conteúdo interior, se torna intuição e representação para o nosso sentimento espiritual. A música deve renunciar a esta espécie de objetividade, na medida em que se quer manter autônoma em seu próprio campo. O reino dos sons tem (...) certamente uma relação com o ânimo e uma concordância com os movimentos espirituais dele; mas ele não chega a ir além de um simpatizar sempre mais indeterminado (...). — Nossos sentimentos (...) também já transitam de seu elemento da intimidade [*Innigkeit*] indeterminada para um Conteúdo [*Gehalt*] e um entretimento subjetivo com ele em direção à intuição mais concreta e à representação mais universal deste conteúdo [*Inhalt*]. Isto também pode acontecer em uma obra musical, tão logo os sentimentos que ela suscita em nós, segundo sua própria natureza e alma artística, se configurem em nós como intuições e representações mais precisas e, com isso, também levem à consciência a determinidade das impressões do ânimo como intuições mais firmes e representações mais universais. Mas isto é então a *nossa* representação e intuição, para as quais certamente a obra musical deu o primeiro impulso, mas ela mesma, todavia, não as produziu imediatamente por meio do tratamento musical dos sons. A poesia, em contrapartida, expressa os sentimentos, as intuições e as representações mesmos e também pode nos esboçar uma imagem dos objetos exteriores, embora, por seu lado, ela não possa nem alcançar a plástica nítida da escultura e da pintura nem a intimidade de alma [*Seeleninnigkeit*] da música e, por isso, deve invocar como complemento nossa intuição sensível restante e apreensão anímica destituída de linguagem.”.

A palavra, assim, não pode ser vista como dado material da poesia, porquanto ela mesma — a palavra — é produção não da natureza, mas do espírito humano: maneira de propugnar a imaterialidade da palavra e da Língua é a lembrança de que a poesia, à qual, todavia, não se nega o estatuto imaterial, **ocorre** no tempo, mas a Língua não; a prolação da fala é que ocorre no tempo. A Língua, como conjunto de **relações**, como entidade que proponho como **não ocorrencial**, prescinde do tempo, porque é sistema abstrato que *está aí* para nós, sendo ontogenicamente inspirada pela mimese e pela metáfora do espaço. Do espaço físico, sensível, concretivo advém a primeira figuração representativa (de que a própria concepção de tempo é corolário) e, sem solução de continuidade, provém a cadeia

de figurações abstratizantes em que a **significação da estrutura linguística**, guardando o caráter espaço-concretivo de sua inspiração “original”, se desdobra e mantém; do espaço é que brota a metáfora primeira, por isso ontogênica.

A natureza espacial que atribuo à motivação dessa “metáfora primeira”, metáfora inaugural da cadeia de metáforas subsequentes nos processos de remetaforizações em que a abstratização se replica, é consonante com a primazia ontogênica que confiro ao espaço e nego ao tempo, mas essa primazia, exclusiva, parece estar, entretanto, longe de ser pacífica:

“Alguns teóricos funcionalistas propõem que, semanticamente, a trajetória de gramaticalização manifesta-se na passagem do concreto para o abstrato. Entidades abstratas emergem da experiência humana com o mundo concreto. Traugott e Heine (1991)⁶⁰, por exemplo, propõem a seguinte escala para representar o processo de *abstratização* gradativa no percurso de gramaticalização dos elementos lingüísticos: *espaço* [o itálico é dos autores; o negrito é meu] > (*tempo*) > *texto*. Essa escala apresenta dois desdobramentos possíveis. Num dos casos, descreve a emergência de categorias gramaticais, que têm sua origem em itens lexicais de sentido concreto. Serve de exemplo, aqui, o processo de gramaticalização de *ir*, conforme ilustrado nos fragmentos 37 e 38 (...):

37) ...quando ele *vai* atrás ele vê apenas um gato... ele pega o gato... entra no carro e *vai* embora... (*corpus* D&G/Natal, p. 308).

38) bem, a minha opinião sobre o namoro é que está muito avançado, porque esses rapazes de hoje não pensa do amanhã que *vai* ser (*corpus* D&G/Natal, p. 363).

No exemplo 37, *ir* é usado como verbo principal, com o seu sentido primário de movimento físico. Já no 38, comporta-se como um verbo auxiliar marcador de tempo futuro, o que é enfatizado pelo uso do advérbio [*sic*]⁶¹ *amanhã*. Constata-se, portanto, que a trajetória de mudança de *ir* evolui do sentido mais concreto para o mais abstrato, representada pelo estágio *espaço* > *tempo* na escala de Traugott e Heine (1991).

O segundo desdobramento dessa escala diz respeito à abstratização progressiva de significado de um [*sic*] dado elemento lingüístico sem que haja, necessariamente, mudança de categoria gramatical. Para esse caso, servem de exemplo os fragmentos em 39-41 (...):

39) ...no banheiro nós vamos encontrar... uma prateleira... *onde* fica os utensílios pessoais... (*corpus* D&G/Natal, p. 309).

⁶⁰ TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (editores). *Approaches to grammaticalization*. v. I. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

⁶¹ substantivado no texto, o que se pode depreender ainda que da construção inortodoxa *não pensa do amanhã que vai ser*

40) ...depois disso... teve a noite *onde* foi escolhido o grupo de cinco pessoas mais ou menos... (*corpus D&G/Natal*, p. 304).

41) ...eu acho que ao invés das pessoas sair na rua... pedindo para... ser implantado a pena de morte no Brasil... deveria estar lutando por outras... por outros métodos... outros objetivos... de melhores condições de vida... de melhor educação para os seus filhos... *onde* as pessoas poderiam viver num país bom... certo? (*corpus D&G/Natal*, p. 314).

No exemplo 39, *onde* desempenha sua função-padrão de pronome relativo⁶², com sentido de espaço físico, remetendo a *prateleira*. No exemplo 40, o referente de *onde* é *a noite*, que não é espaço físico, mas espaço de tempo, ou melhor, é o tempo representado como se fosse espaço. *Onde*, então, por se referir a *a noite*, funciona como uma metáfora, representando, assim, um conceito mais abstrato a partir de um mais concreto. No 41, *onde* funciona como um mero marcador de pausas, ou seja, como meio de organizar e planejar internamente o turno. Por não ter referente recuperável, apresenta-se como um conector vazio de significado, podendo, portanto, ser omitido, sem prejuízo semântico para o enunciado.” (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 54-5);

“(...) De pronome⁶³ relativo, com sentido de espaço físico (ex. 39), *onde* passa a designar também espaço de tempo (ex. 40), evoluindo até a categoria de marcador discursivo, desprovido de significado lexical e utilizado como um recurso coesivo para organizar e planejar internamente o turno (ex. 41) (...)” (*idem*, p. 51),

considerações em que se nota um contraste entre a percepção da metaforização do espaço e a ausência de percepção do mesmo fenômeno. “Serve de exemplo [da “emergência de categorias gramaticais, que têm sua origem em itens lexicais de sentido concreto”, ou seja, exemplo do “processo de *abstratização*” metaforizante] (...) o processo de gramaticalização de *ir*”, mas, já aí, parece-me necessário propugnar que o que

⁶² Opto por considerar **advérbio** relativo, embora haja registro como pronome. Não se trata de papel pronominal; penso que ali classificar como pronome se deva, por um lado, à atuação anafórica da palavra e, por outro, à necessidade analógica do analista, em comparação com o pronome relativo prototípico. Em Alonso Júnior (2002), atribuo o estatuto de **parataxe** àquele pronome e à chamada oração subordinada adjetiva, o que aqui transfiro para o advérbio relativo e para a oração que ele “introduz”; a análise ontológico-movimental que proponho, sobre o desenho

no banheiro nós vamos encontrar uma prateleira

onde fica[m] os utensílios pessoais,

ora sugere a interpretação paratática

no banheiro nós vamos encontrar uma prateleira ;

onde (= “ali”, parataxe) fica[m] os utensílios pessoais.

ontogenicamente confere a esse verbo a possibilidade de “comporta[r]-se como um verbo auxiliar” seja uma abstratização específica, em que “a trajetória de mudança de *ir* evolui do sentido mais concreto para o mais abstrato, representada pelo estágio *espaço > tempo* na escala de Traugott e Heine (1991)”: a evolução “do sentido mais concreto para o mais abstrato” guarda a especificidade de “o estágio *espaço > tempo*” ser, mais bem, o estágio

movimento > movimento-tempo,

movimento cinemático > movimento cinemático no tempo,

ou seja,

movimento cinemático metaforizado para o tempo,

exatamente porque o “verbo de movimento” por excelência, *ir*, **mantém**, na abstratização temporal, “o seu sentido primário de movimento físico”; o que lhe confere a possibilidade de comportar-se como “marcador de tempo futuro” não é senão uma metáfora também específica, segundo a qual

“vir a realizar um comportamento”

se expressa

“*ir para esse comportamento*”,

em movimento de aproximação, ***lugar para onde***, uma vez que, em cultura largamente partilhada, o futuro não é o lugar de onde metaforicamente se vem em relação de afastamento — esse é o passado — nem é o lugar onde metaforicamente se está em relação de estagnação — esse é o presente —, mas é o lugar para onde metaforicamente se vai em relação de aproximação (vejam-se, mais abaixo, minhas considerações sobre a localização referencial do tempo). Aplicada a “o amanhã”, a proposição de

“vir a realizar o comportamento de ser”

⁶³ Veja-se a nota imediatamente anterior.

se expressa ontogeneticamente

“ir (o amanhã) para o comportamento de ser”,

em movimento de aproximação, *lugar para onde*, realizando-se

o amanhã vai ser.

Ao lado da fraseologia em que se realiza a “preposição” aproximativa — *a, para* —, remanescente em expressões como

vamos a ver,

a alta frequência da omissão daquele elemento, como em

vamos ver,

atesta a definitividade da gramaticalização que aí se deu, mas para além da qual **permanece** a imagem, ainda que esmaecida, de metafórica **aproximação** ao comportamento expresso pelo “verbo principal”, ou seja, permanece a metáfora do **movimento de lugar para onde**.

Por minha expressão

movimento cinemático no tempo,

já especificada por

movimento cinemático metaforizado para o tempo,

entenda-se rigorosamente

*“movimento **cinemático de metaforização estendida** ao tempo”,*

sem prescindência da imagem de movimento espacial, a não se confundir com a proposição de metáfora em que aparentemente se apaga a cinemática, o que se expressaria *movimento do tempo*, entendido como “movimento temporal”, entendimento que me parece partilhado por discursos que tematizam o tempo ou sua metaforização:

“(...) vou fazer
 (...) vou amar

No caso da estrutura atual *ir + infinitivo* (...) são verificadas alterações semânticas. O verbo *ir* como verbo pleno significa originalmente ‘deslocar-se no espaço’. Na construção em análise [*ir* + infinitivo], houve uma extensão semântica de ‘movimento no espaço’ para ‘movimento no tempo’ e o verbo *ir* passa a funcionar, nessa construção, como um verbo meramente auxiliar de tempo futuro. (...)” (LOPES, 2015);

aí parece evidenciar-se que, mesmo ao lado de considerações sensíveis à percepção do movimento, falta, à apreciação geral, a percepção do rendimento da metáfora, uma vez que **não é o movimento o que se estende de espacial para temporal**, mas **a metáfora é que se especializa, desdobra-se para funcionar no tempo, sem prescindir do caráter espaço-movimental**. O verbo *ir* não “passa a funcionar (...) como um verbo meramente auxiliar de tempo futuro” (*supra*; o negrito é meu), porque o que lhe permite empreender esse “auxílio” é justamente a **semântica** de “movimento no espaço” metaforicamente estendida **não** para “movimento no tempo” com abolição da cinemática, mas para movimento (ainda no espaço, sempre espaço⁶⁴) de **lugar para onde até a expressão de comportamento dada pelo infinitivo, em aproximação a essa expressão, até o lugar** designado por essa expressão, portanto até o **lugar** representativo da substância (comportamento e “coisa” substantiva nomeada pelo próprio comportamento)⁶⁵ que o infinitivo é. Ou seja, o que possibilita ao “verbo de movimento” por excelência atuar como elemento “auxiliar” para a expressão de futuro é, ao contrário de qualquer presunção de vazio semântico, exatamente o **sentido** de “movimento no espaço” configurado como um **movimento que vai ao lugar da substância infinitiva**,

⁶⁴ “(...) metáfora bastante recorrente é a que nos permite conceber TEMPO em termos de ESPAÇO ou de MOVIMENTO através do espaço (...)” (FERRARI, 2011, p. 92); “A categoria *dimensão* diz respeito a duas noções principais: espaço e tempo. (...) [§] (...) no âmbito da categoria dimensão, a gramática possibilita operações de **conversão** entre tempo e espaço (...)” (*idem*, p. 78); “Ao propor a Teoria da Metáfora Conceptual, os estudiosos observaram que as metáforas estabelecem correspondências entre um domínio-fonte e um domínio-alvo, mas não o contrário. Isso significa que uma das propriedades do processo é a unidirecionalidade. Podemos conceptualizar o tempo em termos de espaço, mas não o oposto.” (*idem*, p. 98): isso significa também que, coerentemente com as designações *domínio-fonte* e *domínio-alvo*, “as metáforas estabelece[re]m correspondências entre um domínio-fonte e um domínio-alvo” (*supra*) se diz precisamente *as metáforas estabelecerem correspondência de um domínio-fonte para um domínio-alvo*, estando aí a metáfora “tempo” a beber na fonte físico-concreta **espaço**.

especialização formal de movimento de **lugar para onde** em que o lugar é o lugar do comportamento em si mesmo, comportamento infinitivo como ato e como efeito, expressão de substância, por isso subsumível à imagem de lugar, **lugar para onde se vai**. Se, “na construção em análise [*ir* + infinitivo], houve uma extensão semântica de ‘movimento no espaço’ para ‘movimento no tempo’” (*supra*), se há aí alguma especialização funcional de “espaço” em “tempo”, isso há de ser entendido na exigência de que se conceba essa funcionalidade como possibilitada pela metaforicidade espaço-cinematográfica, uma espécie de extensão semântica de “espaço” em “tempo” segundo o efeito discursivo do desenho metafórico em que o movimento cinematográfico chega à substância-lugar. Em

vou amar,

há um **movimento de aproximação** (metáfora para a ideia de “futuro”), **metaforicamente espacial**, empreendida pelo *eu* sujeito em direção ao comportamento de amar, expresso pelo infinitivo-substantivo-**lugar amar**, como se se dissesse

“vou para o amar”,

“vou para o **lugar** amar”,

“vou para **aí**, para este **lugar**, o **lugar** metafórico ‘amar’”,

“vou metaforicamente para o **lugar** metafórico ‘amar’”;

é, portanto, movimento de lugar para onde:

- movimento cinematográfico metaforizado, sem deposição da motivação espacial físico-sensível;
- lugar que representa a substância para-a-qual-para-onde o movimento se encaminha.

⁶⁵ Veja(m)-se no Glossário o(s) sentido(s) em que tomo a palavra *substância*.

Esse lugar-substância, escopo do movimento, é, pois, no limite, o objeto do comportamento, conclusão com que prenuncio, aqui, minha proposição de que o “objeto direto” possa resultar da gramaticalização do lugar *para onde*. (Veja-se o item I. 2.)

Mais ainda, falta àquelas considerações (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 51 e 55) a percepção do fenômeno da metaforização espacial presente no uso do advérbio relativo *onde* quando ali considerado “um mero marcador de pausas”, “desprovido de significado lexical”, “um conector vazio de significado” “por não ter referente recuperável”. Reobserve-se a ocorrência (*Corpus D&G / Natal*, p. 314):

“(...) eu acho que [as pessoas] deveria[m] estar lutando por (...) outros objetivos... de melhores condições de vida... de melhor educação para os seus filhos... *onde* as pessoas poderiam viver num país bom (...)”.

Suposto que exista “um conector vazio de significado” — possibilidade que jamais endosso —, não lhe haveria exemplo aqui: em quadro opinativo (“eu acho que (...) deveria[m]”) em que se apresentam “objetivos” especificados (“melhores condições de vida”) e ultra-especificados (“melhor educação para os (...) filhos”), uma palavra em que, discursivamente, parecem caber aquelas especificações está preenchida, não vazia. O equívoco da suposição de “um conector vazio de significado” já está na pressuposição de sua causa, ou seja, é inverdade que “por não ter referente recuperável” *onde* possa ser “um conector vazio de significado”, fundamentalmente porque é inverdade que não tenha referente recuperável. Proponho uma interpretação estritamente ontogênica:

“especificações segundo as quais as pessoas poderiam viver num país bom”

é leitura plausível de

*especificações **onde** as pessoas poderiam viver num país bom,*

de que se extrai a formulação correspondente

*especificações **em que** as pessoas poderiam viver num país bom,*

expressão de **lugar onde**, ou seja, há aí determinada representação de lugar, ao contrário de vazio semântico. O que proponho, no entanto, como estrita ontogenia está ainda não aí, mas em determinada **parataxe**, à maneira do que procuro desenvolver em Alonso Júnior (2002, *passim*):

(...) especificações ; **aí** as pessoas poderiam viver num país bom

=

“(...) especificações ; **aí**,
em essas especificações,
as pessoas poderiam viver num país bom”,

que, mais lata e abstratamente, se radicaliza na leitura

“(...) especificações ; **aí**,
em esse **ponto**,
em esse **lugar** do discurso⁶⁶,
as pessoas poderiam viver num país bom”,

ou seja,

“(...) especificações ; **aí**, **em** esse **ponto**, **em** esse **lugar** do discurso, **em** o **lugar** discursivo **em** que se consideram aquelas especificações, segundo esse **lugar** discursivo, **em** que se consideram aquelas especificações, as pessoas poderiam viver num país bom”,

eu acho que [as pessoas] deveria[m] estar lutando por (...) outros objetivos... de melhores condições de vida... de melhor educação para os seus filhos... Onde, nesse ponto, as pessoas poderiam viver num país bom,

⁶⁶ Veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, p. 62.

interpretação que não exclui a sincrônica sensação de hipotaxe, mas, segundo Alonso Júnior (2002, *passim*), preconiza a ontogênica consideração de **parataxe**, como que restituindo ao **advérbio** relativo sua **densidade semântica**, por meio de análise parataxizante, radicalmente sensível à percepção do fenômeno da metaforização: a imagem de **lugar onde**, fortemente metaforizada na aplicação ao “lugar discursivo”, mantém o caráter físico-espacial de sua inspiração primeva, ou seja, mantém-se, ela mesma, como imagem espacial semanticamente densa, não menos do que quando “desempenha sua função-padrão (...), com sentido de espaço físico”.

A ideia de “vazio” parece não resistir a apreciações teóricas reconhecedoras do que, segundo uma parataxe ontogênica, proponho como “lugar discursivo”, em que

“(...) o elemento *onde* refere-se não a um espaço físico (cf. ‘A casa *onde* morei’), seu sentido canônico, mas a um espaço no discurso. Retomando o enunciado precedente, *onde* funciona como um elemento anafórico equivalente a *isto*, (...) [podendo ocorrer] inclusive depois de uma grande pausa prosódica. Passa a expressar no texto um outro lugar: o discursivo, conservando assim seu conteúdo semântico original de lugar, embora, ao mesmo tempo, assuma outros sentidos_[,] diferentes de lugar físico. (...)” (FERREIRA, in CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 76),

“(...) Assume valor anafórico-discursivo de espaço dentro do próprio texto (...)” (*idem*, p. 75),

a que se acrescenta:

“(...) chegando, em alguns contextos, a perder totalmente o sentido original de espaço físico, passando a ser utilizado como um marcador discursivo, vazio de significado, funcionando como um recurso para manter a continuidade do discurso (...)” (*idem, ibidem*),

o que me parece fazer indagar se é mesmo possível um elemento linguístico “manter a continuidade do discurso” sem significar nada: para além do âmbito prosódico, ali se propõe a atuação discursiva de um elemento segmental assemântico, “vazio de significado” (*supra*) — à semelhança de “palavra gramatical” —, que lograria o efeito de “manter a continuidade do discurso” então mediante uma força de origem integralmente externa, identificável com o uso linguístico, o que, no limite, atribuiria ao uso um poder criador mais do que arbitrário, capaz de fazer uma palavra agir discursivamente sem significar lexicalmente, imprimir continuidade ao discurso sem significar continuidade.

É feliz a afirmação de que “*onde* funciona como um elemento anafórico” (*supra*)⁶⁷ e ainda mais feliz a afirmação do modo como isso se dá, “Retomando o enunciado precedente” (*supra*), mas é preciso explicitar então o modo como esse elemento “retoma(...) o enunciado precedente”: “o elemento *onde* (...) retoma(...) o enunciado precedente” exatamente mantendo o próprio caráter locativo, precisamente **por** não depor o caráter semântico adverbial de *lugar onde*; faz-se “manter a continuidade do discurso” **porque** se mantém a metaforização do espaço.

O que se vê no conjunto das citações acima é novamente o contraste entre a percepção da metaforização do espaço e a ausência de percepção do mesmo fenômeno, ainda em se tratando de autora (FERREIRA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003) que, na esteira de Votre (2000), prima pela “Estabilidade e continuidade semântica e sintática”, segundo se titula o capítulo assinado pela autora em coletânea panorâmica sobre o Funcionalismo linguístico (CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003), a bem d’ “a hipótese de que a produção de extensões metafóricas ocorre simultaneamente e não de forma processual, ao longo do tempo” (FERREIRA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 87), em lide pelo enfraquecimento d’ “o princípio derivacionista, que prevê caminho unidirecional do concreto para o abstrato” (*idem*, p. 75):

“A comparação de enunciados representativos de diferentes sincronias do português e do latim indica que, ao lado de mudanças de ordem fonológica, morfológica, sintática e semântica, que muitas vezes podem ser diacronicamente atestadas, a língua apresenta também uma estabilidade que se manifesta em todos os níveis da sua estrutura. Diferentemente do fenômeno da mudança, no entanto, a estabilidade não tem recebido atenção por parte dos lingüistas. Conforme aponta Votre (2000⁶⁸, p. 86), estamos tão acostumados à tradição histórico-comparativa e neogramática, que privilegia a mudança, que ‘quase perdemos a capacidade de examinar o estável, o permanente, o duradouro’.” (FERREIRA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 73).

A questão, para mim, não se põe em possível dicotomia entre a ideia de que um sentido gere outro, na chamada “mudança linguística”, e a hipótese de um sentido já estar

⁶⁷ *supra*: “*onde* funciona como um elemento anafórico equivalente a *isto*”, equivalência que abaixo problematizarei

contido em outro, segundo a postulação da existência de polissemia em sincronias diferentes: proponho que **um sentido gere outro sem se perder**, jamais “chegando (...) a perder totalmente o sentido original de espaço físico” (FERREIRA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 75), jamais chegando a perder nem ao menos parcialmente esse sentido original, exatamente **porque os sentidos estão inter-contidos**.

Em proposição dialética, minha porfia pela abstratização mantenedora do caráter original concretivo pressupõe justamente o que denomino inspiração físico-concretiva primeva, de ordem espacial-movimental, segundo a concepção de um homem que falou antes de escrever e, muito primordialmente, peregrinou, movimentou-se experienciando o espaço físico do mundo:

“Caracteriza-se a oralidade, diferentemente da escrita, pelo uso de formas mais dêiticas que gramaticais, com referências ao espaço ou alusão a gestos (...)” (COELHO; OLIVEIRA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 116).

Mimetizar o espaço físico vivenciado e os movimentos aí realizados equivale, incontornavelmente, a evocar a fisicalidade que aí se contém, de que frutificam designações físico-concretivas, acordes com a vivência imediata — ainda que afirmar, inexatamente, que a oralidade se caracterize “pelo uso de **formas mais dêiticas que gramaticais**” (*supra*; o negrito é meu) se justifique apenas por força de expressão —, não obstante a vivência ser mediada pela necessidade simbólico-espiritual daquele homem peregrino. As designações abstrativas que daí provêm não se poderiam inspirar num universo invisível, já abstrato em si, descolado daquele mundo físico de peregrinação essencialmente corpórea; essas designações, inspiradas naquele mesmo mundo visível, então não parecem possíveis senão como desdobramentos das designações concretivas: justamente porque advenientes de designações físico-concretivas, as mais altamente abstratizadas designações contêm, nelas impressa como fator ontogênico, a matriz concretiva, que não se perde porque ali está encapsulada, assim como nela estavam e

⁶⁸ VOTRE, Sebastião Josué. “A integração das objetivas diretas”. *In: Cadernos do CNFL*, Rio de Janeiro, 2: p. 71-87, 2000. (Veja-se nas Referências.)

estão encapsulados os desdobramentos abstrativos, verificação condicionada à exigência de perceber o vínculo semântico entre matriz e desdobramentos, entre um sentido e outro, sentidos discursivamente diferentes, ontogenicamente unos. Sem dicotomia, um sentido gera outro **porque** já lhe contém a potência de ser.

À mimese e à metáfora do espaço⁶⁹, e — no limite do interesse da interpretação que pretendo — à mimese e à metáfora do movimento⁷⁰, na configuração da Língua, de fato corresponde uma espécie de produtividade viral na abstratização mantenedora do caráter original espaço-concretivo, dado o notável rendimento que se pode verificar no interior daquela cadeia de figurações abstratizantes em que a **significação concretivo-metafórica da estrutura linguística** se desdobra e mantém:

⁶⁹ Por (1) *mimese do espaço* pretendo que se entenda mimese realizada **sobre** o espaço (espaço mimetizado), “metaprocedimento” linguageiro, diretamente empreendido, pois, pelo homem e indiretamente resultante no sistema representativo que é a Língua; tenha-se o sintagma *do espaço* como complemento nominal, “genitivo objetivo”

— “(...) Emprega-se o genitivo: [§] (...) Para indicar a pessoa ou coisa,^[sic] sobre que recai a acção do substantivo regente – *genitivo objetivo*. Ex.: *Metus hostium* = o medo dos inimigos; o medo que nós temos dos inimigos (*nos metuimus hostes*) (...)” (ZENONI, 1961, p. 355) —.

Por (2) *metáfora do espaço* pretendo que se entenda metáfora relacionada ao espaço e inspirada **por** ele (espaço metaforizador); a alternativa permite pensar em adjunto adnominal, “genitivo subjetivo”

— “(...) Emprega-se o genitivo: [§] (...) Para indicar a pessoa ou a coisa,^[sic] em que se encontra ou **de que provém alguma coisa** [o negrito é meu] – *genitivo subjetivo*. Ex.: *Metus hostium* ‘o medo dos inimigos’ = o medo que os inimigos têm de nós (*hostes metuunt*) (...)” (*idem, ibidem*) —.

Assim, com a expressão (1) *mimese do espaço* pretendo fazer pensar no ato e no efeito de mimetizar o espaço, imitá-lo ou desenhá-lo gestualmente, para pré-constituir a Língua; pela expressão (2) *metáfora do espaço*, de graciosa alternativa *metáfora espacial*, entendam-se o ato e o efeito de a percepção e a incorporação do espaço produzirem metáfora, gerarem metáfora de caráter espacial, constituindo a Língua efetivamente. Proponho, com efeito, que se entenda que (1) a mimese do espaço, já realizada no dizer o mundo, seja permanentemente empreendida para a confecção da Língua, mimetizando-se o espaço e o próprio mundo e replicando-se o movimento, e que (2) a metáfora do espaço seja realizadora da Língua, que a réplica do movimento fez e faz nascer metafórica.

⁷⁰ Veja-se a nota imediatamente anterior. O aplicado a espaço transfira-se a movimento.

“(…) ‘A imagem é o produto da capacidade empírica da imaginação produtiva,^[sic][;] **o esquema dos conceitos sensíveis (como das figuras no espaço)** é um produto e, por assim dizer, um monograma da imaginação pura *a priori*, através da qual e de acordo com a qual, tão-somente, se tornam possíveis as imagens^[,] que, entretanto, sempre devem ser ligadas ao conceito por intermédio do esquema que indicam, e com o qual elas não são totalmente congruentes.’ [Kant: *Kritik der reinen Vernunft*. 2. ed. p. 177 ss.] **A linguagem, nas suas designações de conteúdos e relações espaciais, possui tal esquema, com o qual ela precisa, necessariamente, relacionar todas as representações intelectuais, para, assim, torná-las apreensíveis e representáveis pelos sentidos. É como se todas as relações intelectuais e ideais somente pudessem ser apreendidas pela consciência lingüística no momento em que a linguagem as projeta no espaço e nele as ‘copia’ analogicamente.** [O negrito é meu.] É somente através das relações de simultaneidade, justaposição e separação que a referida consciência lingüística adquire os meios para representar as mais diversas conexões, dependências e oposições qualitativas.

Tal relação já pode ser detectada e elucidada na **formação dos termos mais primitivos que a linguagem conhece para expressar o espaço. Eles ainda se encontram totalmente enraizados na esfera da impressão imediatamente sensível; por outro lado, entretanto, neles já está contido o primeiro germe do qual irão se [sic] desenvolver as expressões que designam puras relações.** Assim sendo, **estes termos^[,] indicativos do espaço^[,] estão voltados tanto para o ‘sensível’ como para o ‘intelectual’: porque, embora nos seus primórdios ainda sejam inteiramente materiais, por outro lado é neles que, verdadeiramente, se abre o mundo característico das formas da linguagem.** [O negrito é meu.] (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 211-2).

As ênfases cumulativas aí presentes em

“por outro lado, entretanto” (*supra*)

e em

“embora (...) por outro lado” (*supra*),

contrapondo-se materialidade e abstração —

“(…) Eles [“os termos mais primitivos que a linguagem conhece para expressar o espaço”] ainda se encontram totalmente enraizados na esfera da impressão imediatamente sensível; **por outro lado, entretanto** [o negrito é meu], neles já está contido o primeiro germe do qual irão se [sic] desenvolver as expressões que designam puras relações. (...) **embora** nos seus primórdios ainda sejam inteiramente materiais, **por outro lado** [o negrito é meu] é neles que, verdadeiramente, se abre o mundo característico das formas da linguagem. (...)”

—, são ênfases que não aproveitam à percepção da dialética, coerente como tal, que há na abstratização própria da metáfora inspirada no físico-concretivo: “os termos mais

primitivos que a linguagem conhece para expressar o espaço” encontram-se ainda, sim, “totalmente enraizados na esfera da impressão imediatamente sensível”, e **por isso mesmo** é que se pode e deve afirmar que “neles já está contido o primeiro germe do qual irão se [sic] desenvolver as expressões que designam puras relações”, na esteira do desdobramento metafórico, que propugno rendosíssimo na constituição da Língua; “nos seus primórdios [aqueles termos] ainda” são “inteiramente materiais”, e **por isso mesmo** “é neles que, verdadeiramente, se abre o mundo característico das formas da linguagem”, já que a materialidade é que apresenta o condão de fertilizar o terreno da metáfora, que, pela mesma razão — em dialética máxima —, mantém e faz manter, no processo metafórico em cadeia, o caráter primevo de denotação concretiva.

É preciso radicalizar a formulação de Ferreira (*in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 76), também em momentos em que lá todavia se verifica extrema percepção do fenômeno metafórico, sensibilidade da autora a retratar a acuidade da orientação teórica adotada. Reobserve-se a formulação:

“(...) o elemento *onde* refere-se não a um espaço físico (cf. ‘A casa *onde* morei’), seu sentido canônico, mas a um espaço no discurso. Retomando o enunciado precedente, *onde* funciona como um elemento anafórico equivalente a *isto*, (...) [podendo ocorrer] inclusive depois de uma grande pausa prosódica. Passa a expressar no texto um outro lugar: o discursivo, conservando assim seu conteúdo semântico original de lugar, embora, ao mesmo tempo, assuma outros sentidos_[,] diferentes de lugar físico. (...)”:

é verdade que “o elemento *onde*” (*supra*) não *se refere* “a um espaço físico” (*supra*), como ocorre em “A casa *onde* morei” (*supra*), mas, a bem de um entendimento ontogênico, é preciso rigorosamente coadunar essa ressalva com a afirmação segundo a qual aquele elemento “conserva(...) (...) seu conteúdo semântico original de lugar” (*supra*), não “**embora**, ao mesmo tempo, assuma outros sentidos_[,] diferentes de lugar físico” (*supra*; o negrito é meu), mas assumindo um sentido metafórico de lugar físico **porque** “conservando (...) seu conteúdo semântico original de lugar”, jamais depondo seu sentido primevo de lugar igualmente físico, sua semântica adverbial físico-concretiva de *lugar onde*. É essa semântica, adverbial, como tal substantiva (veja-se o Capítulo III, *caput*, deste estudo; veja-se também ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*), que lhe confere o

caráter ontogênico-paratático que proponho possibilitador da atuação como “lugar discursivo”; por sua vez é esse caráter, paratático, que lhe permite ocorrer “inclusive depois de uma grande pausa prosódica” (*supra*), bem ao largo da ideia de *subordinação* — que, *passim*, aqui negarei —, nem por isso à semelhança de “um elemento anafórico equivalente a *isto*” (*supra*): é com

nisso < *em isso*

que se dá a equivalência, não pela predileção normativa por *isso*, em vez de *isto*, em aderência ao comportamento anafórico, mas exatamente pelo caráter locativo do advérbio *onde*, sem deposição da substantividade que proponho ser a natureza última do advérbio (veja-se o Capítulo III, *caput*), uma substantividade, porém, aqui posta em **circunstância locativa**,

em isso.

Não há incoerência nem casualidade entre o fato de “o elemento *onde*” (*supra*) não *se referir* “a um espaço físico” (*supra*) e o fato de “conserva[r](...) (...) seu conteúdo semântico original de lugar” (*supra*); não há vicissitude em assumir “outros sentidos_[,] diferentes de lugar físico” (*supra*), para “expressar no texto um outro lugar” (*supra*): há **contiguidade semântica** entre o caráter adverbial físico-concretivo de *lugar onde* e a *referência* ao espaço discursivo, ambos **lugares**, processo de abstratização entre **lugares**, assim como são **lugares** o lugar apontado pela referência (ana)fórica⁷¹ e o lugar apontado pela atuação dêitica, estendendo-se a atuação dêitica em atuação fórica, desdobrando-se o

apontamento a espaço físico do mundo

em

apontamento a espaço discursivo do texto,

como que se replicando analogicamente o espaço da peregrinação pelo mundo no espaço da tessitura do texto, a exemplo do que proponho ocorrer no engendro da Língua, “no

⁷¹ Veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*.

momento em que a linguagem (...) projeta no espaço” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 212) “todas as relações intelectuais e ideais” (*idem*, p. 211) “e nele as ‘copia’ analogicamente” (*idem*, p. 212), para continuamente se constituir linguagem, perfazendo-se em Língua.

Se vale a apreciação segundo a qual “É como se todas as relações intelectuais e ideais somente pudessem ser apreendidas pela consciência lingüística no momento em que a linguagem as projeta no espaço e nele as ‘copia’ analogicamente” (*idem, ibidem*), então a linguagem as “copia” em si mesma, ou, mais ainda, na construção da Língua. Quanto a alguma meta-consciência sobre a natureza espaço-movimental da Língua, dizer

adjunto adverbial de lugar de onde

ou

adjunto adverbial de lugar para onde

é acionar jargão tradicional e não muito mais do que escolar, resultado, porém, de percepção de

movimento de onde

ou de

movimento para onde.

O que, sobretudo até o advento da Linguística Cognitiva, não parece ter-se tornado meta-consciência é, no entanto, a produtividade da inspiração espaço-movimental-cinemática em toda a tessitura lingüística, uma “produtividade viral”, de alcance antropológico, se não mesmo universal:

“Poderíamos escrever (e as pessoas escrevem) tratados de milhares de páginas a respeito da corrente de significado que parte do espaço e passa para os domínios abstratos, descrevendo cada sentido que ela assume em língua após língua. Porém, não é preciso passar por todos os detalhes para chegarmos a uma visão mais ampla da paisagem lingüística e perceber que o aparecimento de metáforas a partir do domínio do espaço se faz sentir em todas as partes da linguagem, e se infiltra nos mais profundos recantos de sua estrutura.” (DEUTSCHER, 2014 [2005], p. 198).

A fundamentalidade do espaço objetiva-se na fundamentalidade do mover-se aí e aí repousar, em movimento *ex opposito*. Aguçar a percepção do movimento e da “viralidade produtiva” com que ele ontogera a Língua me parece condição para entender a ontogênese, nomeadamente quanto às relações que, em alguma instância implicando movimento, muitas vezes são sintomaticamente demarcadas pela chamada preposição⁷², entidade cuja atuação sintática espelha, iconicamente, as realizações de deslocamento, **movimento cinemático**, no mundo.

Segundo o que proponho, não está em jogo aqui a referencialidade dada pela direção do movimento, a não ser que se entenda a direção como o lugar *em direção ao qual* se realiza o movimento de *a(d)proximação*, portanto movimento de *lugar para onde*, indiciado por “preposição” *a(d)proximativa*. O que está em jogo, então, é o **sentido do movimento** (veja-se o item II. 4), dado por sua natureza de

a(d)proximação

ou de

*se*⁷³-paração

ou de

per-ambulação

ou de

e-sta-gnação como movimento *ex opposito*,

⁷² “A ‘preposição’ — ou, menos mal chamada, *interposição*, ou, melhor, *elemento indicador do (tipo de) movimento* ou simplesmente *mimese do movimento*, gradação nomenclatória que aqui proponho — como que mimetiza as realizações de deslocamento e, então, as realizações dos quatro movimentos que balizam as relações do homem com o mundo: o movimento de *lugar de onde*, o movimento de *lugar para onde*, o movimento de *lugar por onde* e o movimento de *lugar onde* — não-movimento —. É marca da espacialidade — já que antigo advérbio —, portanto *entidade significativa*, não apenas elemento que se ‘prepõe’ na formalização do sintagma.” (ALONSO JÚNIOR, 2018b, p. 275)

⁷³ Veja-se a nota 49.

isto é, sua natureza de

movimento de *lugar para onde*

ou

movimento de *lugar de onde*

ou

movimento de *lugar por onde*

ou

“movimento” de *lugar onde*,

não importando, por exemplo, se se realiza movimento “para a frente” ou “para trás”, ainda que se façam as vezes de metáfora para a expressão de tempo, “tempo futuro”, “tempo passado”:

“(…) metáfora bastante recorrente é a que nos permite conceber TEMPO em termos de ESPAÇO ou de MOVIMENTO através do espaço.

Nesses casos, há duas perspectivas possíveis: o tempo é concebido como um local para onde o EGO se dirige ou como entidade que se desloca no espaço em direção ao EGO. Observemos:

I) Tempo como local

(...) Já estamos *perto do Natal*.

(...) Ele chegou *em cima da hora*.

(...) *Daqui para [a] frente* o curso vai ficar mais difícil.

(...) *Estamos nos aproximando* da minha estação do ano favorita.

II) Tempo como entidade

(...) O Natal *está chegando*.

(...) O tempo *voa*.

(...) O ano *está passando muito rápido*.

(...) O tempo *não para*.

(...)

No caso da concepção do tempo como um local para onde o EGO se dirige, é interessante notar que há variação interlinguística. Em pesquisa recentemente publicada sob o título ‘With the future behind them’ [O título pode ser traduzido como ‘Com o futuro atrás deles’.]⁷⁴, Núñez e Sweetser (2006)⁷⁵ demonstraram que em aymara [*sic: aimará*], língua indígena falada nos Alpes andinos, diferentemente do que acontece na grande maioria das línguas, o futuro

⁷⁴ nota da citação

⁷⁵ NÚÑEZ, Rafael E.; SWEETSER, Eve. “With the future behind them: convergent evidence from Aymara language and gesture in the crosslinguistic comparison of spatial construals of time”. *In: Cognitive Science*, 30: p. 401-50, 2006. (Veja-se nas Referências.)

é concebido como um local atrás do EGO, enquanto o passado é representado como um local à frente do EGO.

(...)

Núñez e Sweetser (2006) ressaltam que a maior parte das línguas privilegia as correlações metafóricas entre passado/atrás e futuro/frente por conceber o EGO em deslocamento por um caminho. Assim, o lugar por onde o EGO já passou é CONHECIDO; o lugar por onde o EGO ainda vai passar é DESCONHECIDO. Os falantes de aymara [*sic*] privilegiam uma concepção estática, em que o que é CONHECIDO está no campo visual do EGO e o que é DESCONHECIDO está fora do seu campo visual. Assim, o passado estaria à frente; o futuro estaria atrás.” (FERRARI, 2011, p. 92-4):

“Cognitive research on metaphoric concepts of time has focused on differences between moving Ego and moving time models, but even more basic is the contrast between Ego- and temporal-reference-point models. Dynamic models appear to be quasi-universal cross-culturally, as does the generalization that [*sic*] in Ego-reference-point models, FUTURE IS IN FRONT OF EGO and PAST IS IN BACK OF EGO. The Aymara language instead has a major static model of time wherein FUTURE IS BEHIND EGO and PAST IS IN FRONT OF EGO; linguistic and gestural data give strong confirmation of this unusual culture-specific cognitive pattern. Gestural data provide crucial information unavailable to purely linguistic analysis, suggesting that when investigating conceptual systems both forms of expression should be analyzed complementarily. Important issues in embodied cognition are raised: how fully shared are bodily grounded motivations for universal cognitive patterns, what makes a rare pattern emerge, and what are the cultural entailments of such patterns?” (NÚÑEZ; SWEETSER, 2006, p. 401);

veja-se, entretanto, que, mesmo em se concebendo que o passado esteja referencialmente à frente e o futuro esteja referencialmente atrás, não se implica aí “concepção estática” como quer Ferrari (2011, p. 94), na esteira de Núñez e Sweetser (2006, p. 401), que entendem tratar-se de “a major static model of time”, o que faria supor uma espécie de visão congelada dos fatos passados, postos à frente do sujeito como galeria de objetos estáticos, em oposição a certo vazio representativo do *invisível*, ou mesmo “*invidendo*”, porque desconhecido, já que ainda não ocorrido, e então posto atrás, fora do campo de visão, mas essa oposição não implica estaticidade, porque não abole o caráter necessariamente dinâmico de todo e qualquer evento, futuro ou passado. A dinamicidade dos eventos parece indissociável da dinamicidade que, segundo aqueles mesmos autores, “a grande maioria das línguas” atribui ao tempo na medida em que se faz “conceber o

EGO em deslocamento por um caminho” (FERRARI, 2011, p. 94).⁷⁶ O sujeito, enquanto efetivamente continua a existir,

cada vez mais *se distancia do* passado (que efetivamente ocorreu)

e, mesmo que continue a existir,

ainda não está no futuro (que efetivamente não é),

mas

poderá *chegar a* futuro possível, se continuar a existir;

em paralelo, pode-se conceber que o passado (que efetivamente ocorreu)

cada vez mais *se distancie do* sujeito (se este efetivamente continua a existir)

e que o futuro

ainda não esteja presente (porque efetivamente não é),

mas

possa *aproximar-se*, se o sujeito continuar a existir.

Então se veja que, “No caso da concepção do tempo como um local para onde o EGO se dirige” (FERRARI, 2011, p. 93), o próprio fato de “conceber o EGO em deslocamento por um caminho” (*idem*, p. 94) já por si exclui qualquer “concepção estática” (*idem, ibidem*), o que estendo para a concepção que não ponha o movimento no *ego*, ou seja, ainda que o foco não se ponha aí, ainda que se conceba o tempo não “como um local para onde o EGO se dirige” (*idem*, p. 93; *idem*, p. 92), mas “como entidade que se desloca no espaço em direção ao EGO” (*idem*, p. 92), ainda que se conceba não “o EGO”, mas *o tempo* “como entidade que se desloca no espaço”, ainda assim parece impor-se, sempre, a presença do movimento do *ego*, mais se tratando de uma conceitual *atribuição de foco* do que da fenomênica atuação do movimento; ainda que se pretenda um *ego* em si mesmo estático

⁷⁶ “(...) Dynamic models appear to be quasi-universal cross-culturally, as does the generalization that [*sic*] in Ego-reference-point models, FUTURE IS IN FRONT OF EGO and PAST IS IN BACK OF EGO. (...)”

em relação a um tempo sobre si movente, essa própria movência relacional, porque relacional, incide sobre o *ego*, que então experimenta solidariamente uma movência relativa, em verdade não estando estático, mas movendo-se relativamente ao tempo. Assim, é irrelevante, para a ontogênese que pretendo, o fato de que

“(...) há duas perspectivas possíveis: o tempo é concebido como um local para onde o EGO se dirige ou como entidade que se desloca no espaço em direção ao EGO (...)” (*idem, ibidem*),

irrelevante sobretudo porque a entidade que se toma por agente não importa para a ontogênese da formulação, ou seja, a entidade que se comporta não importa para a genética da expressão icônica do comportamento, não porque “agulhas” e “raposas” possam comportar-se e atuar como sujeito não apenas em ficção fabular, mas porque a metáfora da formulação de qualquer comportamento não se subordina à natureza de quem se comporta, mas se dá em função do deslocamento e do não-deslocamento, em função do espaço e da natureza do movimento. Conceber

distanciamento de tempo passado

é metaforizar

*distanciamento do **lugar** em que esse tempo é metaforicamente posto,*

ou seja, conceber

distanciamento (temporal) do passado

é metaforizar

*distanciamento **cinemático** desse **lugar**,*

então conceber

distanciamento do passado

é conceber que

se venha de algo passado

e não exclui conceber que

o passado esteja referencialmente à frente;

assim bem, conceber

aproximação a tempo futuro

é metaforizar

*aproximação ao **lugar** em que esse tempo é metaforicamente posto,*

ou seja, conceber

aproximação (temporal) ao futuro

é metaforizar

*aproximação **cinemática** a esse **lugar**,*

então conceber

aproximação ao futuro

é conceber que possivelmente

se vá a algo futuro

e não exclui conceber que

o futuro esteja referencialmente atrás.

Ora, pode-se

“vir da frente”,

bem como se pode

“ir para trás”:

discursivamente, “frente” e “trás” são concepções direcionais, não são concepções de sentido; são concepções locativas, não são concepções movimentais, e é isso o que possibilita as combinações

- *vir da frente,*
- *ir para a frente,*
- *vir de trás,*
- *ir para trás,*

nem redundantes nem incoerentes.

O que, exatamente, compõe o jogo linguístico-ontogênico, segundo o que proponho, não são as direções⁷⁷, mas são os sentidos; não são as localizações, mas são os movimentos: porque a vida o solicita, a Língua nomeia as localizações, mas, em si mesmas, por completo as desconhece — não há nada na Língua que reconheça o que seja

⁷⁷ Veja-se trecho de narrativa em *voice over* do filme *A chegada* (ARRIVAL, 2016), em que se ficcionaliza uma “língua escrita [que] não tem uma direção para frente ou para trás”:

“(…) diferente da fala, um logograma não se prende ao tempo. Como sua nave [de alienígenas visitantes na Terra] ou seus corpos_[i] sua língua escrita não tem uma direção para frente ou para trás. Os linguistas chamam isso de ‘ortografia não linear’. O que suscita a pergunta: é assim que eles pensam? Se você quisesse escrever uma frase com as duas mãos a partir de ambas as direções_[i] você teria que saber cada palavra que quisesse usar_[i] bem como o espaço que elas ocupariam. (...)”.

Cena em 1:4’56” do filme:

um alienígena lança, de forma difusa, um líquido preto sobre a parede transparente que está entre ele e a personagem humana. Ela encosta as mãos sobre a divisória, pensando no que se quer comunicar, e um logograma se forma mediante o ato de a personagem mimetizar um círculo com as mãos sobre a divisória, formando, assim, a mensagem.

“Paris”, localização do mundo **lexicalizada** *Paris* e seus congêneres, que **nós** reconhecemos (veja-se o item II. 4) —; sobre a dinâmica propriamente movimental das relações propostas e impostas pela vida é que se realiza a mimese *ab origine* metaforizadora da Língua, relações por natureza movimentais, iconizadas no jogo igualmente movimental

- *de Paris*,
- *a Paris*,
- *por Paris*,
- *em Paris*

e seus congêneres. Esse jogo é que, em franco reducionismo, emblema as relações fundamentais e fundantes da Língua, sistema de imagens essencialmente dinâmicas, como dinâmica é a essência das relações que o homem trava em sua existência.

Independentemente do que seja o lugar-propriadamente-dito “Paris”, independentemente do que seja o lugar-metaforicamente-concebido “Natal” e de quem sejamos “nós”, as formulações

*já estamos perto **do** Natal (supra)*

e

*o Natal já está perto **de** nós*

são igualmente inspiradas pela icônica imagem **movimental** de

separação,

dada pelo **movimento** de

lugar de onde,

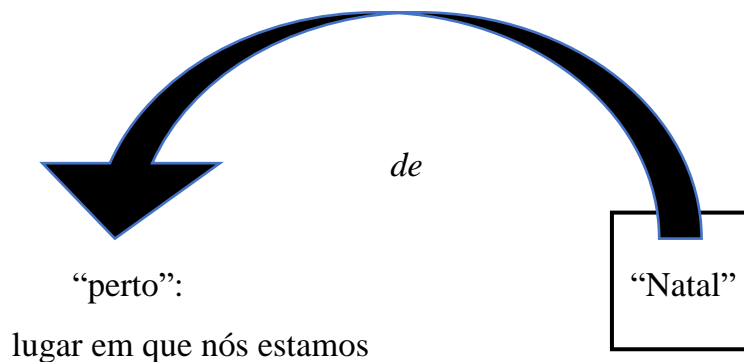
o que não se põe em função do agente selecionado, tão claramente quanto não se contrapõe à ideia de “proximidade entre nós e o Natal”, escopo discursivo daquelas formulações: o que linguisticamente se metaforiza é a imagem de *distanciamento* em relação a *um* *arqui-frame*, seja o *arqui-frame* “Natal”, seja o *arqui-frame* “nós”, a partir do qual, sem paradoxo, metaforicamente se realiza movimento de *separação*; o que o nosso pensamento aí realiza é de fato “conceber TEMPO em termos de ESPAÇO ou de MOVIMENTO através do espaço” (*idem, ibidem*), então é metaforizar o tempo em termos de espaço, mas o que ocorre intralinguisticamente, na gênese mesma da formulação linguística, na icônica *molecularidade* dessa ontogênese, é *certa forma de apropriação do espaço no arranjo sintático-molecular da forma-em-formação*, que é metaforizar o “estar perto de” em imagem espaço-movimental não porque a ideia de “perto” seja por si uma ideia de “espaço”, fazendo render o “perto-espaço” em “perto-tempo”, mas porque, para pôr a ideia de “perto” em relação a *qualquer* *arqui-frame*, seja o *arqui-frame* “Natal”, seja o *arqui-frame* “nós”, para essa relação *conceitual*, se *derivou do* *arqui-frame* um de seus teoricamente infinitos elementos, o elemento “perto”, aquele “estar perto” *relativamente a*, cuja proximidade conceitual se aquilata na medida do distanciamento metafórico entre o “perto” e aquilo perto do qual se está, entre o *arqui-frame* perto do qual se está e o próprio “estar perto” que dele se destaca, separa-se e afasta-se como medida relativa,

“separamo-nos do Natal como índice de quão perto lhe estamos”,

“estamos a esta distância **a partir do** Natal”,

“estamos ‘perto’ **a partir do** Natal”,

estamos perto do Natal:



(Figura 1);

“o Natal separa-se de nós como índice de quão perto nos está”,

“o Natal está a esta distância **a partir de** nós”,

“o Natal está ‘perto’ **a partir de** nós”,

o Natal está perto de nós:



(Figura 2).

A análise-interpretação que proponho parece hipostasiar o elemento linguístico

perto,

como que a tratá-lo como “entidade” em pé de igualdade com a entidade material “nós” e com a entidade imaterial “Natal”, entidades substantivais independentemente de sua materialidade ou imaterialidade. Ora, aquela *entidade linguística* é representativa de um “algo” circunstancial, a indicar a circunstância de “proximidade”, segundo a ideia mesma de “proximidade” que possa haver entre duas ou mais entidades propriamente ditas, como a entidade material “nós” e a entidade imaterial “Natal”, duas substâncias que, como tais, guardam a possibilidade de se espaçarem a esta ou àquela proximidade, a este ou àquele distanciamento entre si, e é aquela *entidade linguística*, é aquele “algo” o elemento que indicia a proximidade. Para indiciá-la, distancia-se de uma daquelas substâncias, metaforizando-se como uma de suas partes, como um de seus teoricamente infinitos elementos constitutivos, o elemento “perto”, a *entidade* “peito” segundo etimologia possível:

“F. duv. [formação duvidosa]”
(AULETE, 1958);

“F.: De or. incerta, talvez do lat. tard. *pectus, oris.*”
(DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital),

um *pectus* que, como “peito”, já está no latim clássico, não apenas tardio — “lat. tard.” (*supra*) —, então uma entidade propriamente dita, uma entidade material, “peito”, altamente metaforizada como algo central em nosso corpo a servir de baliza para a *imaginação* da “proximidade” relativa a outro corpo, a outra substância, a outra entidade, segundo aquela etimologia. Esse “algo” central, como o peito em nosso corpo, é centralizado em *qualquer* outro corpo, *qualquer* outra substância, *qualquer* outra entidade que então será o arqui-*frame* pertencedor, o arqui-*frame* do qual aquele “algo” será parte e, como parte, como um elemento seu, dali se afastará, separando-se, para, nesse exato movimento metafórico, pronunciar-se como índice da *imagem* de “proximidade”, uma imagem de *relação*, relação de pertencimento, como a dizer-se

“*relativamente* a este corpo, a esta substância, a esta entidade, a este *arqui-frame*,
 de que sou parte,
 represento a ‘proximidade’, o ‘estar perto’,
 porque,
 como um ‘algo’ seu,
 como um ‘peito’ seu,
 daí me afasto a indiciar a pertença,
 como um elemento seu;
 sou o ‘**estar perto**’ que *desse arqui-frame se destaca*,
 então sou o ‘**estar perto**’ *em relação a ele*,
 sou o ‘**estar perto**’ *derivadamente dele*,
estou perto dele”,

seja o *arqui-frame* “Natal”, seja o *arqui-frame* “nós”, seja *qualquer arqui-frame*. Seja ele qual for, em relação a ele é que a entidade “peito-perto” se pronuncia, indiciando, relativamente a ele, a possibilidade de que outra entidade, reconhecível como tal, lhe esteja “perto”, quiçá “perto do peito”, “perto de seu peito”, perto do “peito” que pertence ao *arqui-frame* e por isso pode separar-se dele. Isso é *imaginado* pelo movimento metafórico de separação, *lugar de onde*, movimento metaforicamente realizado pela entidade “peito-perto” como **substância** que então aparentemente se despoja do próprio estatuto de substância para indiciar a **circunstância** de “proximidade” que possa haver entre duas ou mais entidades propriamente ditas e reconhecidas como tais. É assim que a **substância**-“peito”, ou **substância**-“algo” — essa *entidade linguística* dotada, pois, de algum “ser” —, se põe em **circunstância**, ao *modo* de uma “proximidade” já tomada como *modo* do comportamento, portanto ao *modo* de *advérbio*, então integrante da chamada “locução prepositiva”,

perto de,

“preposição complexa” para os funcionalistas, nomenclatura sempre distante de uma apreciação do que possa mesmo ser a natureza do objeto linguístico, a natureza da *entidade*-“ser” que apenas aparentemente se despoja do próprio estatuto de substância, apenas na superfície da funcionalidade se esvazia da própria densidade semântica, para pôr-se como aquilo que denomino *substância circunstancializada* (vejam-se minhas considerações no Capítulo III, *caput*).

Antes, porém, da imagetização do movimento de separação, *lugar de onde*, configurado em Língua na formulação mesma da frase, a substância-“peito-perto” representa outra imagem, a imagem do não-movimento, *lugar onde*, exatamente quando se põe em circunstância. A formulação

estamos perto

é constituída sob a imagem de estagnação, em que a mobilidade intrínseca da Língua se atualiza ao modo do não-movimento, como a dizer-se

“estamos **aí**,
em esse **lugar**,
em essa **substância**,
nessa ‘peito’, **nessa** ‘algo’ que indicia ‘proximidade’”,

interpretação que não interdita minha propugnação pelo caráter substantival da entidade “peito-perto”, bem como pela manutenção desse caráter, mas, ao contrário, se coaduna com o fenômeno da **circunstancialização da substância**, fenômeno que opera justamente sobre o caráter substantival, uma vez que se põe em circunstância justamente aquilo que contém substância — a própria substância põe-se em condição de circunstância —; veja-se que *perto* não “significa” um “algo”, mas *representa* um “algo” significando “**em** lugar próximo”, ou seja, não significa “lugar próximo”, mas significa um “**aí**”, um circunstante-adverbial “**em** lugar próximo”. Ora, ao menos se acatada aquela etimologia possível, não parece haver nessa *parábola* nenhuma marca de circunstancialização; não há nada que indique passagem de um “algo” para um “**em** algo”, de uma significação

“lugar próximo” para a significação “*em* lugar próximo”, nada que linguisticamente marque circunstancialização locativa; não há nada que indique passagem porque não há passagem, não há migração da essência substantival para o que seria uma essência circunstancial, precisamente porque está mantida a essencialidade em sua íntegra, e isso nos reconduz ao minimalismo do não-movimento, que é dado pela **parataxe**. De fato, quando se formula

estamos perto,

o que se tem nesse possível

“estamos ‘peito’”

é a expressão mínima do que tem mesmo de ser expresso a bem da veiculação da mensagem de que “estamos relacionados a certa proximidade”. Essa percepção parece acentuar-se diante da formulação

estamos perto de x,

que efetivamente é constituída sob a imagem de estagnação a que então se extrapõe a imagem de separação, num compósito de dois movimentos, rigorosamente um não-movimento e um movimento de *lugar de onde*, então como a dizer-se

“estamos **aí**,

em esse **lugar**,

em essa **substância**,

nesse ‘peito’, ***ness***e ‘algo’ que indicia ‘proximidade’”,

+

“estamos ***em*** esse ‘algo *relativo a x*’,

algo que então se presta a indiciar a quanto estamos *relativamente a x*”,

ou seja,

“estamos *em* esse ‘algo’ que não pertence a nós,
 mas pertence a ‘x’
 e
 por isso
 se separa de ‘x’, indiciando que o ‘a quanto estamos’ é *relativo a* ‘x’,
 à imagem de que tenhamos os pés em um lugar pertencente a ‘x’,
 porque derivado do ‘peito’ de ‘x’:
 nós é que temos os pés sobre esse ‘algo’, sobre esse ‘peito-perto’,
 porque *estamos aí, em* esse ‘perto’, *estamos perto*,
 mas esse ‘aí’ é ‘de x’, *deriva de* ‘x’, é parte *de* ‘x’, por isso se refere a ‘x’,
 por isso é ‘algo *relativo a* x’,
 por isso é ‘*relativamente a* x’ que *estamos perto*,
estamos perto de x,
 estamos aí, em esse **lugar**, que é um lugar de ‘x’”

lugar onde mais *lugar de onde*, imagetizado movimentalmente o segundo, silenciado parataticamente o primeiro, combinação que proponho como parêntese verdadeiramente constitutiva da Língua, consoante a mobilidade se atualiza na movimentalidade propriamente dita ou no desenho aparentemente estático trazido pela economia da parataxe.

Outra aparência ora se impõe. Bem mais consensual e bem mais verossímil é a etimologia que parece subtrair à substância *perto* seu próprio estatuto de substância:

“(…) A hipótese mais provável é que se tenha originado do lat. **prettus*, ao lado de *pressus*, part. de *premere*.”
 (CUNHA, 1982);

“(…) Segundo J. Inês Louro, *perto* é metátese de **prettus* por *pressus*, part. pass. de *premere*, premir, apertar. De *prettus* teríamos *preto* e com metátese *perto*.”
 (SILVEIRA BUENO, 1968);

“(...) Pertence este a um grupo de vocábulos que bastante tem preocupado os investigadores. Salvo, porém, melhor opinião, parece-me que J. I. Louro se saiu com bastante felicidade no que a seu respeito escreveu (no *Boletim de Filologia*, IX, pp. 79-84): do lat. **prĕttu-*, ao lado de *pressus*, part. pres. [*sic*] de *prĕmĕre* (vj. *premir*), pois, ‘como se sabe, em latim os *supinos* (com as formas dele (*sic*)⁷⁸ derivadas) podem ser em *-tum* ou em *-sum* (com *t* ou *s*), e nada mais natural do que, no falar corrente, se tomarem às vezes umas formas pelas outras ou surgirem formas duplas, quer dizer, ao lado da forma normal (literária, principal) aparecer por vezes outra acessória (vulgar, acidental)...’ (...)” (MACHADO, 1952-9 (2 v.)).

Representada por provável “forma acessória” — **prettu-* — do participípio perfeito de *premere*, a entidade linguística *perto* teria então sido adjetival, uma vez participial (vejam-se mais adiante, *passim*, minhas considerações sobre a natureza adjetival do participípio, bem como sobre a natureza substantival do infinitivo e sobre a natureza adverbial do gerúndio), e isso lhe quitaria a substantividade que pretendo, mas note-se que o próprio destacamento da entidade em seu funcionamento como advérbio, em tese desprendido daquela origem verbal, requer, por si mesmo, a presença do caráter relativamente autônomo que há na formalização das circunstâncias. Não se trata, em absoluto, de nenhuma sorte de automatização acionada por mecanismo que se queira enxergar na Língua, nenhuma espécie de gramaticalização às avessas que atribuiria substantividade onde não haja. Trata-se daquilo que nomeio *irmandade entre os nomes* (o nome adjetivo, o nome substantivo e o nome advérbio) e aponta para a substantividade latente do advérbio em sua densidade semântica. Então se teria o adjetivo participial **prettus*, **prettā*, **prettum*, “apertado, comprimido”, tomado como “algo apertado, algo comprimido”, selecionado portanto o caráter de neutralidade daquele “algo” que estaria “estreitado”, “aproximado”, assim presente a substancialidade desse atributo, que em expressão singela se diz “adjetivo substantivado”. Já a semântica dessa substância, desse

“algo apertado”,

“algo comprimido”,

então “algo estreitado”

e então “algo aproximado”,

⁷⁸ presente na citação

é uma semântica prestes a entregar-se à circunstancialização dada por aquilo que entendemos como

“perto”,

um “perto” circunstancial porque um substantival “algo estreito”, “algo pouco espaçado” porque “algo comprimido”, estando a substância-“estreito-perto” a representar a imagem do não-movimento, *lugar onde*, a partir do exato momento em que se põe em circunstância.

Em considerações que ostensivamente replico, a análise-interpretação que ora proponho continua a hipostasiar a *entidade linguística*

perto,

como que a tratá-la como “entidade” em pé de igualdade com a entidade material “nós” e com a entidade imaterial “Natal”, entidades substantivais independentemente de sua materialidade ou imaterialidade. A representar um “algo” circunstancial, *perto* indica a circunstância de “proximidade”, segundo a ideia mesma de “proximidade” que possa haver entre duas ou mais entidades propriamente ditas, como a entidade material “nós” e a entidade imaterial “Natal”, duas substâncias que, como tais, guardam a possibilidade de se espaçarem a esta ou àquela proximidade, a este ou àquele distanciamento entre si, e é aquela *entidade linguística*, é aquele “algo” o elemento que indicia a proximidade. Para indiciá-la, distancia-se de uma daquelas substâncias, metaforizando-se como uma de suas *partes* a *apartar-se*, como um de seus teoricamente infinitos elementos constitutivos, o elemento “perto”, a *entidade* “algo estreito”, de inspiração concretiva, metaforizada como algo a servir de baliza para a *imaginação* da “proximidade” conforme se distancia. Esse “algo” é posto em qualquer uma daquelas duas entidades, quer seja a entidade material “nós”, quer seja a entidade imaterial “Natal”, bem como pode ser posto em qualquer outra entidade, quer seja material, quer seja imaterial, quer se denote “algo estreito” em suporte material, quer se conote “algo estreito” em suporte imaterial, em qualquer substância que então será o *arqui-frame* pertencedor, o *arqui-frame* do qual aquele “algo” será parte e,

como parte, como um elemento seu, dali se afastará, separando-se, para, nesse exato movimento metafórico, pronunciar-se como índice da *imagem* de “proximidade”, uma imagem de *relação*, relação de pertencimento, como a dizer-se

“*relativamente* a esta entidade, a esta substância, a este *arqui-frame*,
de que sou parte,
represento a ‘proximidade’, o ‘estar perto’,
porque,
como um ‘algo’ seu,
como um ‘algo estreito’ seu,
daí me afasto a indiciar a pertença,
como um elemento seu;
sou o ‘**estar perto**’ que *desse arqui-frame se destaca*,
então sou o ‘**estar perto**’ *em relação a ele*,
sou o ‘**estar perto**’ *derivadamente dele*,
estou perto dele”,

seja o *arqui-frame* “Natal”, seja o *arqui-frame* “nós”, seja *qualquer arqui-frame*. Seja ele qual for, em relação a ele é que a entidade “estreito-perto” se pronuncia, separando-se dele e com isso indiciando, relativamente a ele, a possibilidade de que outra entidade, reconhecível como tal, lhe esteja “perto”, lhe esteja “estreita”. Isso é *imaginado* pelo movimento metafórico de separação, *lugar de onde*, movimento metaforicamente realizado pela entidade “estreito-perto” como **substância** que então aparentemente se despoja do próprio estatuto de substância para indiciar a **circunstância** de “proximidade” que possa haver entre duas ou mais entidades propriamente ditas e reconhecidas como tais. É assim que a **substância**-“algo estreito” — essa *entidade linguística* dotada, pois, de algum “ser” —, se põe em **circunstância**, ao *modo* de uma “proximidade” já tomada como *modo* do comportamento, portanto ao *modo* de *advérbio*, então integrante da “locução prepositiva”,

perto de,

mantida a natureza da *entidade*-“ser” que apenas aparentemente se despoja do próprio estatuto de substância, apenas em superfície se esvazia da própria densidade semântica, para pôr-se como **substância circunstancializada**.

Reitera-se que a formulação

estamos perto

é constituída sob a imagem de estagnação, em que a mobilidade intrínseca da Língua se atualiza ao modo do não-movimento, *lugar onde*, como a dizer-se

“estamos **aí**,

em esse **lugar**,

em essa **substância**,

nesse ‘estreito’, **nesse** ‘algo’ que indicia ‘proximidade’”,

interpretação que novamente não interdita minha propugnação ora pela presença de substantividade na entidade “estreito-perto”, bem como pela manutenção dessa presença, mas, ao contrário, se coaduna com o fenômeno da **circunstancialização da substância**, fenômeno que opera justamente sobre a substantividade; por essa última etimologia, *perto* não “significa” um “alguém” adjetival, não “significa” um “algo” substantival, mas *representa* um “algo” substancial significando “**em** lugar próximo”, ou seja, não significa “lugar próximo”, mas significa um “**aí**”, um circunstante-adverbial “**em** lugar próximo”. Ora, ao menos se acatada essa última etimologia, não parece haver nessa *parábola* nenhuma marca de circunstancialização; não há nada que indique passagem de um “algo” para um “**em** algo”, de uma significação “lugar próximo” para a significação “**em** lugar próximo”, nada que linguisticamente marque circunstancialização locativa; não há nada que indique passagem porque não há passagem, não há migração da essência substantival para o que seria uma essência circunstancial, precisamente porque está mantida a essencialidade em sua íntegra, e isso nos reconduz mais uma vez ao minimalismo do não-movimento, que é dado pela **parataxe**. De fato, quando se formula

estamos perto,

o que se tem na semântica arqueológica traduzível por

“estamos ‘estritos’, estamos ‘no estrito’”

é a expressão mínima do que tem mesmo de ser expresso a bem da veiculação da mensagem de que “estamos relacionados a certa proximidade”. Essa percepção parece de novo se acentuar diante da formulação

estamos perto de x,

que efetivamente é constituída sob a imagem de estagnação a que então se extrapõe a imagem de separação, num compósito de dois movimentos, rigorosamente um não-movimento e um movimento de *lugar de onde*, então como a dizer-se

“estamos **aí**,
em esse **lugar**,
em essa **substância**,
nesse ‘estrito’, **nesse** ‘algo’ que indicia ‘proximidade’”,

+

“estamos **em** esse ‘algo *relativo a x*’,
 algo que então se presta a indicar a quanto estamos *relativamente a x*”,

ou seja,

“estamos **em** esse ‘algo’ que não pertence a nós,
 mas pertence a ‘x’

e

por isso

se separa de ‘x’, indiciando que o ‘a quanto estamos’ é *relativo a ‘x’*,
 à imagem de que tenhamos os pés em um lugar pertencente a ‘x’,
 porque derivado do ‘estrito’ de ‘x’:

nós é que temos os pés sobre esse ‘algo’, sobre esse ‘estreito-perto’,
 porque *estamos* **aí**, **em** esse ‘perto’, *estamos perto*,
 mas esse ‘**aí**’ é ‘**de x**’, *deriva de* ‘x’, é parte **de** ‘x’, por isso se refere a ‘x’,
 por isso é ‘algo *relativo a x*’,
 por isso é ‘*relativamente a x*’ que *estamos perto*,
estamos perto de x,
 estamos **aí**, **em** esse **lugar**, que é um lugar **de** ‘x’”,

lugar onde mais *lugar de onde*, imagetizado movimentalmente o segundo, silenciado parataticamente o primeiro, combinação que reproponho como parilha verdadeiramente constitutiva da Língua, consoante a mobilidade se atualiza na movimentalidade propriamente dita ou no desenho aparentemente estático trazido pela economia da parataxe.

Não há nada de direcional na entidade *perto* nem na substância que ela representa.
 O que há é

- alta metaforização em suas possíveis etimologias, segundo uma atualização paratática à maneira de *lugar onde*,
- metaforização do tempo em termos de espaço se “estamos perto do Natal” ou se “o Natal está perto de nós”,
- metaforicidade no movimento de separação — metafórica — realizado pela substância entregue à formulação *perto de*, a partir do *arqui-frame* a que ela pertence e então do qual se separa, a mesma metaforicidade que há em qualquer movimento de separação — metafórica — realizado por qualquer substância “x” a partir de qualquer *arqui-frame* “y” a que ela pertença e então do qual — metaforicamente — se separe,

ou seja, a metaforicidade que há no movimento da substância “perto” não guarda nenhuma relação com a espacialidade intrínseca da ideia trazida por essa substância, evidenciada pelo rendimento da metaforização “espaço-tempo”, mas é a mesma metaforicidade que há em qualquer movimento metafórico, quer de separação, quer de aproximação, quer de perambulação, quer de estagnação. Assim, quer “já estejamos perto do Natal”, quer “o Natal já esteja perto de nós”, quer ponhamos o futuro à frente, quer ponhamos atrás, as formulações correspondentes

já estamos perto do Natal

e

o Natal já está perto de nós

são igualmente inspiradas por icônica imagem movimental, segundo uma iconicidade que proponho como verdadeiramente fundante do arsenal metafórico “Língua”, um arsenal que não precisa representar a vida como ela é, mas precisa mimetizá-la conforme os nossos deslocamentos e o nosso não-deslocamento no espaço físico, inspiração que parece que encontramos para fazer suas relações dinâmicas dizerem outras relações, metaforicamente portanto. É porque a fisicalidade da inspiração se mantém nas cadeias de re-metaforizações abstratizantes, é porque a movimentalidade primeva não se depõe, mas, ao contrário, permanece em alto rendimento re-metaforizador, é por isso que essa dimensão de iconicidade proponho tomar-se como verdadeiramente fundante, na postulação de que se veja aí a iconicidade que busco (verifiquem-se § finais do item II. 4), uma iconicidade inevidente, justamente porque ontogênica, matriz a dizer a própria metáfora, dimensão *genérica* e *ge(ne)radora* a que se subsume a “produtividade viral” da Língua.

Essa é a iconicidade que busco. Já está encontrada a iconicidade que concebe tempo em termos de espaço, aquela que faz a Língua *dizer* coisas do tempo como se dizem coisas do espaço porque nós *concebemos* coisas do tempo como se concebem coisas do espaço. No limite disso, transportar o uso espacial do elemento *perto* para o uso temporal desse elemento já não é iconicidade, se o possível “peito” que aí haja é posto na

esfera do implausível ou se o provável “algo estreito” que aí possa haver é simplesmente olvidado. Fazer a Língua dizer coisas do tempo como nós concebemos coisas do espaço em se negando a manutenção da espacialidade, entendendo-se o transporte como abandono da concepção anterior, equivale antes a uma ruptura entre Língua e mundo, e o recurso à etimologia não promove nenhuma recostura se não ultrapassa a erudição formal. A iconicidade que busco é uma iconicidade escondida na Língua e ao mesmo tempo patente para um olhar sensível ao movimento ontogenicamente inspirador: é uma iconicidade “viralmente produtiva” na Língua, dentro da própria Língua, porque aí, nesse espaço interior, se mantém a lembrança do espaço externo, que construiu e constrói o arsenal metafórico que faz a Língua ser para si em sua interioridade molecular e a faz ser para nós em sua potência de sempre redizer o mundo. A iconicidade que me interessa aqui não está no transporte de “*perto-espaço*” para “*perto-tempo*” nem tampouco na extensão de “*perto-espaço*” para “*perto-espaço-tempo*”, mas está na permanência do espaço no tempo e na *imaginação* fundamentalmente espacial que ontogerou a Língua: essa imaginação é que, segundo o que proponho, nos permitiu dizer que

“‘x’ está perto de ‘y’”,

por meio da formulação

x está perto de y,

que é uma formulação espaço-movimental no mais rigoroso sentido, porque ela rigorosamente *formula*

de y,

ela rigorosamente *diz* que aquele “algo estreito” é

“*de y*”,

que aquela entidade “perto”, representada por *perto*, “pertence” a “y”, não porque “*de* indique posse”, mas porque

de

indicia

separação,

e só aquilo que de algum modo pertence a “y” pode separar-se de “y”, porque estava contido em “y”, é um elemento seu, é componente do aqui-*frame* que “y” constitui; é no separar-se

de y,

é nesse movimento metafórico porque simbolizante, é na imagem desenhada por esse movimento de separação, é aí que se aponta para “y” como aquilo *relativamente a que* se está perto, porque o “perto” é “perto de y”, é “perto de lá”, *desse lugar* do qual se afasta o próprio “perto” indiciando a relação.

É assim que proponho a Língua como um *natu* metafórico arsenal de metáforas, não porque as metáforas perpassem a Língua, mas porque a constituem como unidade fenomênica, que denomino *metaforicidade*. **A metáfora constitui a Língua na molecularidade de sua forma.**

O agente que se comporta “estando perto”, quer sejamos “nós”, quer seja “o Natal”, *sujeita-se* a “estar perto” como *sujeito*, que aí é “aquele que está perto”, e isso diz mais sobre a metalinguagem gramatical do que sobre a iconicidade da gramática, mas o modo como se formaliza o “estar perto *relativamente a*”,

o estar perto de,

indicando-se o “perto **de** que(m)” se está, é um modo que, segundo o que proponho, faz desse “que(m)” um aqui-*frame de* que se *deriva* um componente seu, o componente “perto”, um possível “peito” que *dali* deriva, um “algo estreito” que *dali* se afasta, em movimento de separação, *lugar de onde*, e, no afastar-se de lá, para lá aponta como referência que interessa ao discurso, ou seja, no afastar-se daquele **lugar**, para esse **lugar** aponta, então no afastar-se daquele *ponto* é que *aponta* para esse *ponto* acusando-o como

relação de interesse; é na *imaginação* do **movimento** posto em Língua que, em Língua, se formaliza um sentido posto na vida: a imagem de movimento físico realizável no mundo é

trans-portada meta-foricamente

para a Língua na razão de dizer algo sobre o mundo, não para relatar que nele se realizam quatro movimentos fundamentais, em quatro sentidos movimentais, mas para

trans-portar meta-foricamente

essa quadrilogia para uma infinita cadeia de reabstratizações, em que a possibilidade de infinitude é dada pela manutenção da lembrança física daqueles movimentos, segundo a Língua os representa na interioridade molecular de sua própria forma. A *forma* da Língua é a *forma* do mundo, porque aquela quadrilogia fundamental do mundo se mantém na Língua, na medida em que a movimentalidade fundamental do mundo *con-forma* a movimentalidade metafórica da Língua.

Não há nada de estático em pôr o passado à frente nem em pôr o futuro atrás, porque essas localizações não alijam daquilo que seja Língua a movimentalidade ontogênica; a inversão das posições espaciais do que se entende como “tempo” não implica inversão de dinamismo em estatismo. Em pé de igualdade, a concepção hegemônica de pôr o passado atrás e pôr o futuro à frente não é o que permite “vir do passado” nem é o que permite “ir ao futuro”, razão por que se concede à poesia “ir ao passado” e à ficção “vir do futuro”. A movimentalidade não está na concepção nem na especificidade desta ou daquela conceptualização; parece estar em algo de essencial que possa haver no humano, cuja Língua(gem) revela sua condição de peregrino.

Assim,

se dizer o mundo pressupõe percebê-lo,

se percebê-lo pressupõe o sujeito perceber-se⁷⁹,
 se perceber-se pressupõe circularmente perceber-se nele⁸⁰,
 se perceber-se nele pressupõe perceber-se em deslocamento⁸¹ nele
 — o ser humano é *per-egrino* —,

então dizer o mundo constituiu-se e constitui-se grandemente balizado pela expressão daquele deslocamento, o qual se realiza naqueles e exatamente naqueles movimentos. Aqui se propõe, assim, nível fundante da constituição da Língua como resultado da mimese do espaço e conseqüentemente da mimese do movimento, o que, então, permite conceber Língua — singular emblemático — como metáfora do movimento e, amplamente, metáfora do espaço.

⁷⁹ A representação do espaço diz respeito à nossa afecção, condição subjetiva (KANT, 2012 [1781-1787]): “(...) [Em] concepção típica da tradição moderna, tanto racionalista (Descartes) quanto empirista (Locke), o *sujeito* é o núcleo da constituição da experiência, isto é, da relação com o real, que se define como *objeto* exatamente *para* este sujeito (...)” (MARCONDES, 2001, p. 142).

⁸⁰ “(...) a criança está explorando o mundo em torno dela, descobrindo-se nele, ela própria sendo um espaço dentre espaços maiores (...) e sempre é ela que está no meio de tudo isso (...) há um contínuo processo de conscientização e identificação, que se dá através destas descobertas espaciais (...)” (OSTROWER, *in* NOVAES, 2000, p. 173)

⁸¹ “(...) a determinação da essência do ser não é possível sem uma visão essencial da mobilidade em si (...)” (HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 256)

CAPÍTULO I. PRODUTIVIDADE VIRAL

“(...) todo desenvolvimento da linguagem e do pensamento, de um modo geral, deve partir do intuitivo, do ‘vital-concreto’, para atingir o conceitual (...) assim, fica provado, por assim dizer, *a priori* o **caráter originariamente espacial** de **todas** as determinações dos casos (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 225, em referência à Teoria Localista dos casos; os negritos são meus)

Característica do pensamento gramatical do Ocidente é a hesitação entre considerar critérios formais e considerar critérios semânticos para o estabelecimento da análise. Mais do que a hesitação, a efetiva mistura de critérios é modernamente apontada como incoerência teórico-metodológica, sob a alegação de anarquia prática: não seria possível atender efetiva e simultaneamente aos dois tipos de critérios; o recobrir critérios formais e o recobrir critérios semânticos excluir-se-iam. A alegação talvez possa ser combatida pela réplica, ingênua em princípio, de que a Língua é “forma e conteúdo”⁸², isto é, sem alguma forma não se expressa nenhum conteúdo, ao mesmo tempo que toda formalização textual — toda formalização, aqui linguística, que seja texto — carrega algum conteúdo, ainda que incoerente com a chamada realidade, com (parte de) o texto ou com ambos. Decerto a tréplica seria que dessa possível característica do objeto não resulta nenhum compromisso da análise.

Localizo o problema diferentemente. Subjaz à mistura de critérios associar à Gramática, sobretudo à Sintaxe, uma implicação semântico-pragmática, propriamente discursiva, como as especificações dos adjuntos adverbiais, que potencialmente são tantas quantas potencialmente são as circunstâncias da vida. Aí está o que aqui denomino

⁸² “(...) Em uma acepção tradicional, a palavra *forma* opõe-se a *conteúdo*, a *sentido*; F. DE SAUSSURE fala, neste caso, de expressão oposta a conteúdo. A forma é então a estrutura da língua não interpretada semanticamente, que se opõe ao sentido, à significação.” (DUBOIS *et al.*, 1978 [1973], p. 288) e que se opõe também ao *sentido* em que eu tomo a palavra *forma* ao longo deste estudo: uma **forma**, **em si mesma**, **significativa**.

“desleitura da forma”, representada por aquela implicação extrínseca, em todo sentido extralinguística, bem como por seu oposto, que resulta da importância analítica atribuída à estrita — e *stricto sensu* aparente — “materialidade” linguística e faz inserir na mesma classificação sintática realizações antes percebidas como indicativas de papéis sintáticos diversos, ou seja, guardadoras de diferentes relações sintaticossemânticas⁸³ com o nóculo imediato. Ocorrência da primeira prática é tradicionalmente denominar *de Paris* complemento adverbial de lugar de onde em *João veio de Paris* e *de fome* adjunto adverbial de causa em *João morreu de fome*⁸⁴: a implicação semântico-pragmática prevalece sobre a Sintaxe, uma vez que, naquela abordagem, lugar e causa são noções semântico-pragmáticas e não propriamente sintáticas; sobre a mesma estrutura se imprimem denominações diversas porque à mesma estrutura se associam implicações semântico-pragmáticas diversas. Ocorrência da segunda prática é, em pé de igualdade, denominar objeto indireto *ao filho* em *João deu um presente ao filho e do colégio* em *João tirou o filho do colégio* — *João tirou do colégio o filho* —, como faz a Nomenclatura Gramatical Brasileira: a identidade estrutural e construcional prevalece sobre a anterior percepção de distinção sintaticossemântica, ou seja, sobre a consideração de que *ao filho* em *João deu um presente ao filho* seja “autêntico” objeto indireto e *do colégio* em *João tirou o filho do colégio* guarde relação sintaticossemântica adverbial com o nóculo imediato, nomeadamente o verbo. Em ambas as práticas, segundo o que pretendo, está-se “deslendo” a forma.

A distinção classificatória entre *de Paris* em *João veio de Paris* e *de fome* em *João morreu de fome* é produtiva e mesmo necessária para o tratamento de uma Sintaxe que dê conta das intenções discursivas efetivamente presentes em textos efetivos, uma Sintaxe

⁸³ Diferentemente de *semântico-sintático*, em que o fenômeno semântico pode não implicar o sintático, grafo sem hífen a composição *sintaticossemântico*, sugerindo unidade indissolúvel, porque nego o fenômeno sintático desprovido de semântica, quer a semântica que digo “discursiva”, quer, sobretudo, a que digo “sintática”, “semântica da Sintaxe”, “da forma”, “da estrutura” (veja-se abaixo).

⁸⁴ O teor da frase me faz dedicar este capítulo a todos os Joões que, fora da Língua, no mundo, de verdade morrem de fome.

que, sobre ser analítica, se preste à função instrumental de “explicação de texto”⁸⁵, na deposição de qualquer pretensão linguístico-arqueológica e na ereção de propósito exatamente aplicativo da sintaxe sobre o texto, recobrando-se o que bem seria denominado “Sintaxe discursiva”: eis aí a exata representação do momento em que a **estrutura** linguística, que proponho como **já provida de semântica**, se presta a acolher as intenções semântico-pragmáticas, discursivas, vestindo-as de “material” linguístico arqueologicamente já construído, fenômeno que não apenas desconvida a natureza da análise que proponho, como também legitima a aplicação funcional de meandros intencional-discursivos na formulação da “análise sintática”, sintático-discursiva; mais ainda, legitima, com propriedade, a convicção rigorosamente funcionalista de que as intenções discursivas conduzam a escolha do material linguístico, conduzam o ato da formulação sintática:

“(…) a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Dessa maneira, para compreender o fenômeno sintático, seria preciso estudar a língua em uso, em seus contextos discursivos específicos, pois é nesse espaço que a gramática é constituída.” (AREAS; MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 23-4, segmento supracitado na Introdução deste estudo).

Justamente por ser voltado à discursividade é que esse modo de propor a Sintaxe erigiu uma “Sintaxe discursiva” e muito parece haver ofuscado o acionamento de percepção aguda de uma semântica sintática *stricto sensu*, uma **semântica da Sintaxe, da forma, da estrutura**.

Por outro lado, a neutralização classificatória que se opera entre *ao filho* em *João deu um presente ao filho e do colégio* em *João tirou o filho do colégio* parece reagir à conceitual fragilidade de reservar a atribuição do *status* de objeto indireto a complementos de verbos de dação, reserva que, entretanto, talvez encontre justificativa no

⁸⁵ “(…) A partir de 1777, Frédéric-Auguste Wolff créait la critique comparative des anciens textes. Le but essentiel de ce mouvement était dès l’origine la reconstruction et l’interprétation des textes originaux. Autrement dit il ne pratiquait pas les études linguistiques pour la langue elle-même, mais pour les textes. On étudiait la langue d’un auteur pour découvrir ses secrets littéraires et mieux comprendre la genèse de ses œuvres. (...)” (WARTBURG, 1963, p. 2-3)

fato de que esses complementos representam polos de aproximação, portanto algo que parece semelhar-se à ideia de “objeto”, escopo para o qual se migra, imagem exatamente oposta à sugerida pelos verbos de separação, como *(re)tirar*; pressupõe-se nessa interpretação a associação entre “objeto” e “mira”, ou seja, entre “objeto” e *lugar para onde*, e sua contradita neutraliza efetivamente não só qualquer pretensão arqueológica, mas, já de plano, a possibilidade de associar estrutura e semântica.

Dito está que se propõe aqui uma leitura da forma por meio de uma “Semântica **da** Sintaxe”, uma **significação da Sintaxe**.

De Paris em *João veio de Paris* e *de fome* em *João morreu de fome* recebem, aqui, a mesma leitura, igualmente aplicada a *do colégio* em *João tirou o filho do colégio*, porquanto se tem a mesma estrutura sintagmática, o que equivale, aqui, a ter-se a mesma “semântica sintática”, cuja atualização se presta, sim, à diversidade semântico-pragmática da ordem discursivotextual mas não se confunde com a ontogênese da estrutura. Dada a atualização — discursivotextual mais do que gramatical —, não se defende aqui um princípio de absoluta imanência; propõe-se uma ontogênese estrutural imanente. O sintagma formado por

de + (pro)nome substantivo

guarda, ontogeneticamente, a imagem de movimento de lugar de onde: *fome* representa o **lugar** de onde procede a morte de João, não menos do que *o colégio* representa o lugar de onde procede a retirada do filho, assim como *Paris* representa o lugar de onde procede a vinda de João; *Paris*, *o colégio* e *fome* representam, em pé de absoluta “igualdade ontogenética” da construção, os **lugares** de onde partem os comportamentos de vir, tirar e morrer, representados pelos verbos homônimos. Ora, dizer **lugar de onde** é suficiente para a apreciação do engendro sintático daquelas realizações, suficiente porque exatamente reconhecedor da semântica que há naquela sintaxe, reconhecedor da mimese realizada sobre o movimento e sobre o espaço em prol da formulação da Língua, então reconhecedor da metáfora espacial e movimental constitutiva da Língua. O que denomino **semântica sintática**, radicalmente estrutural, ontogenética, não é *atribuída* àquelas

realizações, como se atribui a “semântica discursiva” de causa à realização *João morreu de fome*, atribuição profícua para a *ex-plic*-ação daquilo que a realização parece pretender dizer relativamente à maneira como o mundo parece (perversamente) organizar-se, mas improfícua para a percepção de que existe uma **Semântica da Sintaxe, da forma, da estrutura**; a atribuição discursiva da semântica de causa é possível tão somente porque a ideia de causa advém do arqui-*frame* representativo do lugar *de onde*, uma vez que a causa é o **lugar** onde nasce o comportamento, o que quer dizer que a fome é o lugar de onde provém o comportamento de morrer. Aí se vê a **estrutura** linguística, que é semântica, a acolher a intenção discursiva: a atribuição da semântica de causa àquela realização é possível tão somente porque a ideia de causa é uma ideia de lugar, outro modo de dizer que a necessidade de expressar a ideia abstrativa de causa fez buscar a construção *de* + (pro)nome substantivo, fez buscar a metáfora de lugar *de onde*, de natureza físico-material, a se abstratizar sem depor a inspiração inaugural de *origem, separação, afastamento* — lugar, físico, *de onde*.

A imagem do movimento oposto, lugar *para onde*, é guardada pelo sintagma formado por

a (*ad*) + (pro)nome substantivo:

em *João deu um presente ao filho*, *o filho* representa o **lugar** para onde se dirige a dação de João; de fato representa o destinatário do comportamento de dar, o que ensejou a legitimação do, por assim dizer, segundo objeto da ação verbal, “indiretamente” ligado a ela, como *status* que depois se generalizaria a elementos não destinatários da ação, mas em certa medida previsíveis relativamente ao núcleo semântico nela presente e formalizáveis por meio de sintagma preposicionado. Bem perceptível é a imagem de lugar *para onde* inscrita na generosa expressão

ad + *a(d)cusativo*,

o caso que *a(d)cusa*, *a(d)ponta para* o lugar de destino, imagem tão bem constante justamente no *dativo*, o caso que *dá*, o caso da *dação*. Dizer **lugar para onde** também é,

por sua vez, suficiente para a apreciação da constituição sintática que há em *João deu um presente ao filho*, *João atendeu ao filho*, não menos do que em *João levou o filho ao colégio* e *João foi a Paris*.

A oposição entre lugar *para onde* e lugar *de onde* encontra arqueologia recente na respectiva oposição entre, de um lado, o **a(d)**cusativo e o **dativo** e, do outro, o **ab**-lativo — ainda não confundido com o instrumental⁸⁶ — e o **genitivo**, sobre o qual Cassirer (2001 [1923], p. 323-4) emite opinião que aqui será relativizada:

“(...) a expressão homogênea da posse, tanto quanto a do número, constitui um produto relativamente tardio da formação da linguagem, e (...) também ela teve que desprender-se, primeiramente, da intuição do heterogêneo. Assim como o número somente vem a obter o caráter de ‘uniformidade’ ao passar progressivamente de expressão de coisas para a expressão pura de relações, da mesma maneira a simplicidade e a uniformidade das relações do eu vão gradualmente adquirindo a primazia sobre a diversidade de conteúdos que podem fazer parte destas relações. A linguagem, aparentemente, encaminha-se para esta designação puramente formal das relações de posse e, portanto, para a apreensão mediata da unidade formal do eu,^[sic] quando utiliza o genitivo, em vez dos pronomes possessivos, para expressar a posse. ^[sic] Porque o **genitivo**, embora também esteja **enraizado em intuições concretas, especialmente nas espaciais** [o negrito é meu], tende a transformar-se mais e mais, no decorrer do seu desenvolvimento, em um caso puramente ‘gramatical’, em uma expressão de ‘posse como tal’, sem limitar-se a uma forma especial de posse. Talvez possamos encontrar uma mediação e uma transição entre as duas intuições no fato de o genitivo ainda aparecer por vezes com um caráter possessivo específico, na medida em que um sufixo possessivo próprio o acompanha, constituindo uma complementação permanente e indispensável da relação genitiva (...)”.

Qualificar a ideia de posse como “designação puramente formal” parece decorrer do fato de Cassirer identificar a “expressão de ‘posse como tal’” com “um caso puramente ‘gramatical’”. O genitivo não se limita a nenhuma “forma especial de posse” porque “expressa posse” apenas por desdobramento metafórico, *representação sobre a representação*. Daquém de presunção ontogênica da Língua, o genitivo, segundo o que

⁸⁶ “(...) L’ancien instrumental, en plus du **moyen** proprement dit, exprimait l’**accompagnement** (*casus sociatiuus*), comme du reste en français la préposition ‘avec’: marcher *avec* qqn et frapper *avec* une épée. Mais,^[,] alors que le latin emploie l’ablatif seul dans la fonction d’instrument, il tend à le caractériser habituellement par la préposition *cum* dans celle d’accompagnement.” (ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. 86)

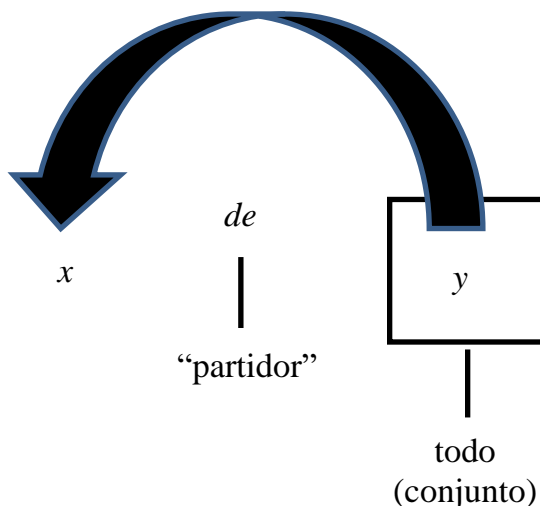
proponho, não se limita a nenhuma “forma especial de posse” porque rigorosamente não expressa posse; expressa, isto sim, aquilo de que a ideia de posse é metáfora: a relação de **origem, separação, afastamento**, ou seja, **movimento de lugar de onde**. A relativa fragilidade da expressão de Cassirer no último período da citação parece delatar o passo, singelo, que faltou para a intelecção do genitivo. O passo faltante é a lembrança perdida: dizer

“*Talvez* possamos encontrar uma mediação e uma transição entre as duas intuições no fato de o genitivo *ainda* aparecer por vezes com um caráter possessivo específico, na medida em que um sufixo possessivo próprio o acompanha, constituindo uma complementação permanente e indispensável da relação genitiva (...)”

é separar “as duas intuições”, a de “forma especial de posse” e a de “posse como tal”, ou seja, a do heterogêneo e a da pura relação — parelha que aqui traduzo como *intuição de posse* e *intuição de espaço* —, ao que parece sem considerar a intuição de posse como metáfora da intuição de espaço. Expressar

x de y

é expressar que **de** “ y ” se **deriva** “ x ”, **separa-se** “ x ”, **origina-se** “ x ”, **afasta-se** “ x ”, sendo “ x ” justamente elemento pertencente ao conjunto “ y ”, então como que “posse” de “ y ”:



(Figura 3).

Assim interpretar *x de y* é perceber o caráter de abstração secundariamente representativa da ideia de posse, abstração aí fundada exatamente na concretude veiculada pela imagem de **movimento de lugar de onde**, o que faz pressupor abstração resultante de mimese do espaço físico-concretivo e mimese do movimento aí realizado, então abstração resultante de constituição metafórica da Língua, ou seja, abstração que se realiza tendo-se realizado a mimese do espaço e do movimento e estando o espaço e o movimento a constituir o caráter metafórico da Língua: segundo a metáfora,

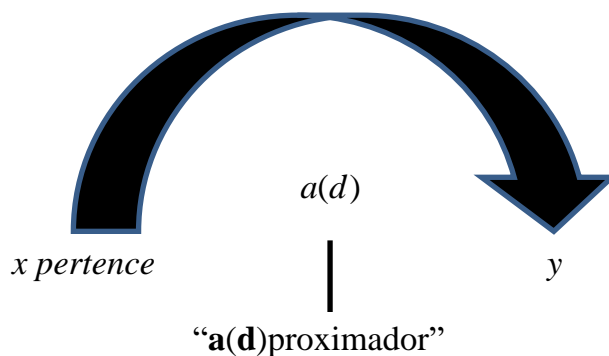
“x” migra **de** “y”.

De ponto de vista totalmente discursivo e nada sintático, realiza-se a dialética do retorno⁸⁷, interpretando-se que “x” pertença *a(d)* “y”.

A formalização

x pertence a(d) y

vem a positivar, ela sim, **movimento de lugar para onde** como movimento sintático⁸⁸, ecoada a semântica do verbo — formalizado com *per* — na chamada preposição *a(d)*:



(Figura 4).

⁸⁷ “A rota para cima e para baixo é uma e a mesma.” [Heráclito, Fragmento 60, DK 22 b 1-126] (SOUZA, 1996, p. 94)

⁸⁸ Veja-se no Glossário o que denomino *movimento sintático*.

Note-se que nesse esquema explícito o verbo, *pertencer*, apenas por força de assegurar que se está a falar, discursivamente, da ideia de pertença. No esquema anterior a ausência da explicitação de verbo se coaduna com o caso genitivo, cuja coadunação com as relações nominais não faz pressupor aquela explicitação: ora, nem a expressão de *lugar de onde*, de origem, separação, afastamento, *genitiva* e *ablativa*, nem a expressão de *lugar para onde*, de aproximação, *a(d)cusativa* e *dativa*, exigem explicitação de verbo, justamente porque ambas já pressupõem, isto sim, **movimento**, o comportamento — “verbal” — de deslocamento, inscrito no caráter de cada caso e na natureza da correspondente “preposição”.

Sobre a alternância dos coerentes opostos *lugar para onde* e *lugar de onde* na expressão latina da artificialíssima noção de “posse”, veja-se, em Clintock e Crooks (1918, p. 338), lição que, longe de tematizar o fenômeno, oferece, entretanto, generoso material para minha interpretação ontogênica:

“(...) *Dativo de Possessão*. O *dativo* é usado com *esse* para exprimir a pessoa que tem ou possui alguma coisa:

Eu tenho um livro. | *Est mihi liber.*

OBSERVAÇÃO. (1) *Eu tenho um nome*, *est mihi nōmen*; *mas*_[s] *si o nome* fôr expresso, elle pôde ser posto em *nominativo* ou *dativo*; e. g.: *Meu nome é Lelio*; *mīhi est nōmen Laelius* (ou *Laelio*).

(2) O possuidor é expresso por *dativo*_[sic] quando a alma se refere principalmente à *possessão*; e. g.: *Eu tenho um livro*, *est mihi liber*; *mas* pelo *genitivo*⁸⁹_[sic] quando a alma se refere principalmente ao *possuidor*; e. g.: *Este livro é de meu pai*, *hic liber est mei patris.*”

em que ao **movimento para onde**, “expresso por *dativo*”, se associa ênfase na “posse”, no “possuir”, construto conceitual baseado na imagem de que algo (ou alguém) ***está para***, imagem de movimento segundo a qual se aponta para o **lugar** da posse —

⁸⁹ “Os nossos documentos latinos da idade-média testemunham-nos a existência de um *genitivo*_[sic] usado só nos nomes próprios, *mas* com grande emprêgo: denotava a posse e a filiação (...)” (VASCONCELLOS, 1966, p. 38): a par da construção da ideia de “posse”, note-se a extensão dessa ideia à ideia de filiação, o que sugere conceptualização segundo a qual os filhos seriam vistos como posse dos pais, se não mesmo *do pai*, de maneira acorde com o patriarcado. Subsumo essa leitura a minha interpretação linguístico-ontogênica, que faz entender aquela extensão como desdobramento semântico mantenedor da metafóricidade espaço-movimental que, nos parágrafos seguintes, proponho como geradora da ideia de “posse” (vejam-se os § seguintes).

liber est mihi:

“um livro *é*⁹⁰ **para** mim”,

“um livro *é*, estando **voltado para** mim”,

“um livro *é*, estando **voltado para** o **lugar** ‘eu’”;

nomen Laelius est mihi:

“o nome Lélío *é* **para** mim”,

“o nome Lélío *é*, estando **voltado para** mim”,

“o nome Lélío *é*, estando **voltado para** o **lugar** ‘eu’”;

nomen est mihi Laelio:

“um nome *é* **para** mim, Lélío ([para] eu-Lélío [conjunto em dativo latino])”,

“um nome *é*, estando **voltado para** mim, Lélío ([para] eu-Lélío [conjunto em dativo latino])”,

“um nome *é*, estando **voltado para** o **lugar** ‘eu’, Lélío ([para] o **lugar** eu-Lélío [conjunto em dativo latino])”

—, e ao **movimento de onde**, expresso por genitivo, se associa ênfase no **lugar de origem**, imagem de movimento segundo a qual o objeto possuído se origina do lugar da posse, de lá se separa, se afasta, provém, sendo assim caracterizado (vejam-se os § iniciais do subitem I. 1. 1), imagem que, consoante o que proponho, é o que confere ênfase não ao possuidor, mas ao POSSUÍDO, CARACTERIZADO pelo **lugar de origem, que é o possuidor** segundo a chave do construto conceitual da posse, em que se diz que algo (ou alguém) ***é de*** —

hic liber est mei patris:

“este livro *é* **de** meu pai”,

“este livro *é*, sendo **de** meu pai”,

“este livro *é*, **originando-se de** o **lugar** ‘meu pai’”

⁹⁰ Vejam-se, nos Capítulos II e III, *capita*, minhas considerações sobre o “verbo essencial”.

—; ao revés de Clintock e Crooks (*idem, ibidem*), note-se que, em *hic liber est mei patris*, não é o pai que está enfaticamente caracterizado, mas é o livro, referente do sujeito ao qual se predica o pertencimento; o que a formulação faz não é informar sobre as posses do pai, mas é dizer a quem pertence o livro em questão; não é, portanto, do pai que enfaticamente se fala, mas é do livro, caracterizado a partir do lugar “pai”, do qual se origina. Daí também se note quão sintomática é a distinção entre, de um lado, *liber est mihi / est mihi liber* e, do outro, *hic liber est mei patris*: a determinação do sujeito, em *hic liber*, indicia, já de plano, que o que a formulação faz é dizer algo sobre “este livro”, o livro em questão, ênfase no objeto “possuído”, que é **dito vir de algum lugar**, e, de fato, o que se diz é que

“este livro é **de** meu pai”,

“este livro é e só é sendo **de** meu pai”,

“este livro é e só é **originando-se de o lugar** ‘meu pai’”, **movimento do lugar de onde se vem;**

em *est mihi liber* —

“um livro é **para** mim”,

“um livro é e só é estando **voltado para** mim”,

“um livro é e só é estando **voltado para o lugar** ‘eu’”,

“*existe* um livro **para** mim”,

“*existe* um livro **voltado para** mim”,

“*existe* um livro **voltado para o lugar** ‘eu’”

—, o que se faz é informar sobre a existência de *algum* livro que **está para** mim, ênfase na *existência voltada para*, por isso ênfase na “posse”, noção expressa em franca metáfora de **movimento do lugar para onde se está voltado**, pautada sobre a mimese do espaço, mediante a qual o espaço metaforicamente inspirou “material” linguístico.

É, pois, sobre a alternância, coerente, dos opostos *lugar para onde* e *lugar de onde* que se expressa na Sintaxe a noção de “posse”, alheia a qualquer intuição inicial:

“(...) essa idéia de propriedade, dependente de muitas idéias anteriores que só puderam nascer sucessivamente, não se formou de uma só vez no espírito humano. Foi necessário fazer-se muitos progressos, adquirir-se muito engenho e luzes, transmiti-los e aumentá-los de século em século, antes de se chegar a esse verdadeiro limite do estado de natureza. (...)” (ROUSSEAU, 1999 [1755], p. 203).

A construção cultural da noção componente d’“esse verdadeiro limite do estado de natureza” parece que se valeu da intuição primeva do espaço físico-concretivo e dos movimentos aí realizados, o que equivale a dizer que **a noção de “posse” é uma noção de espaço:**

o espaço *para onde* o objeto “possuído” metaforicamente se volta,
objeto que *está para*;
o espaço *de onde* o objeto “possuído” metaforicamente provém,
objeto que *é de*.

Ontogeneticamente constitutiva, a metáfora espacial *faz a Língua* e, então, faz da Língua uma entidade *natu* espaço-metafórica.

Dada, porém, a maneira como o mundo parece reger-se, a ideia de “posse” não deixaria de estar presente em diversíssimas culturas, representada lexicalmente já pelo substantivo homônimo. Na linhagem latina, o alto grau de abstração da ideia é ressaltado pela etimologia que associa essa ideia à ideia de “poder” —

potis/pote sum, “sou possuidor”, “sou poderoso”,

>

possum, “posso”,

potis/pote es, “és possuidor”, “és poderoso”,

>

potes, “podes”,

potis/pote est, “é possuidor”, “é poderoso”,

>

potest, “pode”, “pode-se, é possível”

—, associação operada na Língua porque decorrente da contiguidade entre a semântica de “posse” e a semântica de “poder” e “possibilidade”, uma vez que, neste mundo, a posse é apoderadora e mesmo possibilitadora. A ideia de “poder” é que se fixa em *possum*, *potes*, *potest*, *posse* (infinitivo latino, étimo do substantivo português), e a expressão própria para a ideia de “possuir” advém de outra contiguidade semântica, que ora parte da ultrafísica e concretiva ideia de “sentar-se” ou “estar sentado”, metaforizada —

“pot- (< potis, pote) + sedeo” (TORRINHA, 1945 [1937]), “sentar-me”⁹¹,

>

possidēō, *-sēdī*, *-sessum*, *possidēre*, “possuir”;

“pot- (< potis, pote) + sido” (*idem*), “sentar-me”⁹²,

>

possīdō, *-sēdī*, *-sessum*, *possidēre*, “possuir”,

>

possessīō, *-ōnis*, “possessão, posse”

—, contiguidade entre o ato físico-concretivo de tomar assento e o ato abstrativo de tomar posse, segundo a imagem de que o movimento de sentar-se e o resultante não-movimento de estar sentado, respectivamente metaforizados no movimento de *im-por*-se sobre um objeto e no resultante não-movimento de estar presente aí, indiciem o ato de tomar posse, como quem se aí *im-põe* para possuir, ali se instala e diz “Agora isto é meu!”⁹³. Então se vê que **em terreno lexical** se logrou forjar a expressão da ideia de “posse” mediante a

⁹¹ *sēdēō*, *sēdī*, *sessum*, *sēdēre* < **sēd-*, a par de **sēd-* > *sēdēs*, *-is*, “assento, sede”

⁹² *sīdō*, *sēdī/sīdī*, *sīdēre* < “**sed-*, no grau zero, com o redôbro do pres.: **si-zd-ō* > *sīdō*” (TORRINHA, 1945 [1937])

⁹³ “O primeiro que, tendo **cercado um terreno**, atreveu-se a dizer: *Isto é meu*, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinios, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, **arrancando as estacas ou enchendo o fosso**, houvesse gritado aos seus semelhantes: ‘Evitai ouvir esse impostor. Estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém!’ (...)” (ROUSSEAU, 1999 [1755], p. 203; os negritos são meus): vejam-se as demarcações espaciais presentes no texto de Rousseau, a propósito de possível intuição, já delineada aí, sobre a atuação de **movimentos que resultam em não-movimento-lugar-onde** na construção de uma gênese para a ideia de “posse”.

efetiva imagem de **estatismo**, trazida pelo **não-movimento**, o movimento *ex opposito* do *lugar onde*.

Assim, deduzo que, por outro lado, é mesmo na **Sintaxe** que a noção de “posse” não se objetiva a não ser por meio de **metáfora estritamente espaço-movimental**, caso emblemático de situação em que a Gramática parece resistir a significar senão pelo escancaro da expressão dinâmica de **movimento espacial**, evidência que apenas se deixa ver, entretanto, por meio de uma análise ontogênica. De altamente sofisticada, a ideia de que

“este livro é **de** meu pai”

ou

“pertence **a(d)** ele”

somente se positivou segundo metáfora de inspiração altamente singela, físico-concretiva, como que *se cristalizando sob a dinâmica de – a(d)*, sistematizando-se “gramaticalmente” sob essa parelha semântica, à guisa de especificação gramatical (veja-se *infra*) em *lugar de onde* e *lugar para onde*:

“Toda sentença tem dois subsistemas (o gramatical e o lexical), com funções semânticas distintas e complementares, que especificam diferentes porções da **Representação Cognitiva (RC)**: os elementos gramaticais determinam a maior parte da estrutura, e os elementos lexicais determinam seu conteúdo. Na verdade, as especificações gramaticais da sentença fornecem uma espécie de esqueleto imagético para o material conceptual lexicalmente especificado.

É importante ressaltar que há noções semânticas que costumam ser gramaticalmente especificadas nas línguas do mundo, enquanto outras nunca se apresentam gramaticalmente, mas apenas através do léxico. É comum, por exemplo, a especificação de quantidade em relação ao objeto referido por um nome,^[sic] em termos de ‘singular’ e ‘plural’ (– [sic, espaço tipográfico] Ø ou –s em português). Encontram-se, ainda, especificações de número do tipo *dual* (dois objetos), *trial* (três objetos) e *paucal* (alguns objetos [Nas línguas que estabelecem diferença entre plural e paucal, por exemplo, a referência às abelhas que compõem um enxame pode ser feita através do plural, enquanto o número de janelas de uma casa exigiria usar o paucal.]⁹⁴). Por outro lado, não se tem notícia de nenhuma língua que apresente flexões marcando a cor, o tipo de material ou a forma do objeto ao qual o nome se refere. Essas noções semânticas

⁹⁴ nota da citação

precisam ser especificadas por elementos lexicais: *vermelho* (cor), *alumínio* (material) e *oval* (forma).⁹⁵

O reconhecimento da existência de noções semânticas que tendem a ser sistematicamente especificadas nas línguas do mundo motiva outra [*sic*] indagação importante: o que essas noções têm em comum? Para dar conta dessa questão, Talmy (1988, 2006)⁹⁶ propôs um sistema integrado envolvendo quatro categorias de noções semânticas gramaticalmente especificadas: **dimensão, plexidade, delimitação e divisão**⁹⁷.

(...) tais categorias diferem, em muitos aspectos, das noções gramaticais tradicionalmente descritas (ex. número, aspecto etc.), à medida que visam **aprender o que há em comum entre as dimensões de espaço e tempo** [o negrito é meu], generalizando análises normalmente estabelecidas de modo separado.” (FERRARI, 2011, p. 77).

Não é que “os elementos gramaticais determin(...)[e]m a maior parte da estrutura, e os elementos lexicais determin(...)[e]m **seu** conteúdo” (*supra*; o negrito é meu): os elementos lexicais **não** determinam o conteúdo da estrutura nem mesmo d’“a maior parte da estrutura” (*supra*), porque, considerado o que proponho, o que determina o conteúdo da estrutura é a própria estrutura. É bem verdade que a estrutura linguística não é auto-evidente, necessitando ser interpretada e interpretada arqueologicamente não sem algum esforço, e o esforço corresponde a perceber a metáfora espaço-movimental que aí está como fator constitutivo; é, então, *aí, na própria estrutura*, que reside a determinação de seu conteúdo, o **conteúdo da estrutura**, que venho chamando *semântica da estrutura*

⁹⁵ “(...) The included categories are (...) directly evident across languages as the categories of concepts that are expressed by closed-class forms — or, broadly speaking, by *grammar* — such as inflections and particles, as well as grammatical categories, relations, and constructions (Talmy, 1987) [TALMY, Leonard. “The relation of grammar to cognition”. In: RUDZKA-OSTYN, Brygida (editora). *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1987.]. Many of these same notional categories play a prominent role as well in structuring lexicalization patterns for open-class lexical items (Talmy, 1985) [TALMY, Leonard. “Lexicalization patterns: semantic structure in lexical forms”. In: SHOPEN, T. (ed.). *LANGUAGE TYPOLOGY AND SYNTACTIC DESCRIPTION*. v. 3: *Grammatical categories and the lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.]. To illustrate, many languages have noun inflections that indicate the *number* of the noun’s referent, but they never have inflections that indicate this referent’s *color*. From similar observations, we can construct two sets, one consisting of notional categories like ‘color’ that never appear in languages’ closed-class forms, and the other of those that regularly do so and thus play a basic conceptual structuring role. (...)” (TALMY, 1988, p. 51)

⁹⁶ TALMY, Leonard. “Force dynamics in language and cognition”. In: *Cognitive Science*, 2: p. 49-100, 1988. (Veja-se nas Referências.)

_____. “Grammatical construal: the relation of grammar to cognition”. In: GEERAERTS, Dirk (org.). *Cognitive Linguistics: basic readings*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2006. (Veja-se nas Referências.)

linguística, da forma linguística, semântica da Sintaxe. Assim é que se deve entender a continuidade do segmento textual citado, que, encabeçada pelo modalizador *na verdade*, parece pretender exatificar a afirmação imediatamente anterior:

“Na verdade, as especificações gramaticais da sentença fornecem uma espécie de esqueleto imagético para o material conceptual lexicalmente especificado.” (*supra*).

Note-se que a omissão do adjetivo *imagético* permitiria filiar essa afirmação a alguma escola de orientação estruturalista, mas a presença daquele adjetivo define a vocação cognitivista da afirmação, conferindo-lhe prerrogativa de formulação lapidar. As especificações gramaticais de *lugar de onde* e de *lugar para onde* é que pontualizam o *esqueleto imagético para o material conceptual* discursivamente a ser especificado como “posse”, e não me parece cogitável outro meio, que não o meio escancaradamente metafórico-espaco-movimental, para expressar conceito tamanhamente anti-intuitivo como o conceito de “posse”, diante do qual a Gramática resiste a significar, à diferença d’“a especificação de quantidade em relação ao objeto referido por um nome,_[sic] em termos de ‘singular’ e ‘plural’” (*supra*): as coisas do mundo necessariamente ocorrem em determinada quantidade, fato experiencial para que proponho que esteja o grande *esqueleto imagético* da Língua que é o atualizado pelas *pessoas do discurso*, as quais, *na predicação*, permitem saber a quem cabe a realização do comportamento, permitem saber se o comportamento cabe a “um” ou a “mais de um”, aí se dando o fenômeno da concordância gramatical (“nominal” e “verbal”) como ultra-abstração do *esqueleto imagético*, posta como concretude, marcas linguísticas aparentemente palpáveis, mas verdadeiramente relacionais (como a dizer “aqui se tem um conjunto do mundo: elementos *con-cord*-antes na Língua”, “aqui se tem uma relação predicativa do mundo: relação denunciada pela *con-cord*-ância na Língua”). Poder-se-ia contra-argumentar que as coisas do mundo também necessariamente ocorram em determinada qualidade de “cor”, de “tipo de material” e de “forma” (*supra*), **a que eu decididamente responderia**

⁹⁷ Vejam-se em TALMY (2006, *passim*) as categorias “dimension”, “plexity”, “state of boundedness”, “state of dividedness”, bem como “degree of extension” e “pattern of distribution”.

em termos de predicação, com vistas ao poder organizador do discurso que é um poder contido na **Sintaxe**: sem pretender sobrepor o valor da quantidade ao da qualidade, é preciso admitir que valores qualitativos como cor, material e forma dos objetos do mundo não compõem a organização do pensamento no mesmo sentido em que o valor quantitativo das *pessoas do discurso* compõe, porque o valor quantitativo, se já foi adjacente ao jogo agentivo dessas *pessoas*, extrínseco ao esquema tripartite “eu/nós” *versus* “tu-você/vós-vocês” *versus* “ele-ela/eles-elas”, ora já não é senão componente desse mesmo esquema, intrínseco à especificação discursiva de “quem faz” e “quantos fazem”, “sobre quem se faz” e “sobre quantos se faz”, e assim por diante na esteira da especificação discursiva que configura a formalização sintática, fundamentalmente dada pela predicação. Ou seja, o valor quantitativo compõe a própria organização do pensamento, porque, no limite, incide sobre a distribuição dos papéis discursivos, de narrativa descrita pela Sintaxe e aí formalizada. É, pois, na Morfossintaxe que o valor quantitativo das *pessoas* dialeticamente *se cristaliza no jogo* da predicação, em analogia com o **movimento sintático** sobre o qual se forja, na Sintaxe, a ideia de “posse” formalizada em x *de* y e com o **movimento sintático** sobre o qual se forja, também na Sintaxe, a ideia de “posse” formalizada em x *pertence a(d)* y , “cristalizações sintáticas” do *movimento sintático de lugar de onde* e do *movimento sintático de lugar para onde*. No léxico a expressão homônima da ideia de posse está, de fato, forjada pela efetiva imagem de **estatismo, não-movimento, lugar onde** —

pot- + *sidĕre*, “**sentar-se**”,

>

possidĕre, “possuir”,

>

possessio, “possessão, posse”

—, bem como no léxico é que está a expressão da ideia de posse dada pelos “pronomes possessivos”, que nada representam de gramatical, a não ser pelo anseio categorizador de fazê-los compor um paradigma; o que, ao contrário, me parece haver de acertadamente gramatical na formalização da ideia de “posse” é a **especialidade movimental** presente

na **sintaxe separativa** de *lugar de onde* e na **sintaxe aproximativa** de *lugar para onde*, espacialidade mantida como índice ontogênico da metaforicidade da Língua:

“(...) **A linguagem**, aparentemente, **encaminha-se para esta designação puramente formal das relações de posse** e, portanto, para a apreensão mediata da unidade formal do eu,^[sic] **quando utiliza o genitivo, em vez dos pronomes possessivos**, para expressar a posse. (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 323; o negrito é meu);

“O paradigma [cognitivist] denominado Gramática de Construções propõe que as expressões linguísticas, desde as mais simples até as mais complexas, constituem unidades simbólicas baseadas em correspondências entre forma e significado.

O modelo proposto por Fillmore e colaboradores (1988)⁹⁸ e, posteriormente, por Kay e Fillmore (1999)^{99, [sic]} partiu da avaliação de que a abordagem da gramática baseada em ‘palavras e regras’ não consegue dar conta de um subconjunto significativo da linguagem, que envolve irregularidades. Assim, esses pesquisadores objetivaram explicar primeiro as construções irregulares, supondo que^[,] uma vez desenvolvidos os princípios explicativos dessas irregularidades, esses mesmos princípios seriam capazes de explicar os fenômenos regulares.¹⁰⁰

Esse modelo, centrado na noção de construção, retoma a tese saussureana de que o signo linguístico reflete uma relação estreita entre significante e significado, estendendo-a para construções complexas.” (FERRARI, 2011, p. 129-30):

atente-se ao fato de que a proposição de “correspondências entre forma e significado” (*supra*) remonta ao ora chamado, justamente, Programa de *Correspondência* (SWIGGERS, 2004), que “pressupõe (...) *correspondência* entre os elementos do tripé ‘língua, pensamento, realidade’, incidindo no que ali são relações entre estruturas morfossintáticas e conteúdos ou processos mentais (...) e acionando como ‘técnica’ o estabelecimento de classes lógico-semânticas e de correlações entre processos mentais e regras gramaticais, de que proponho que advenha certa semantização das construções” (ALONSO JÚNIOR, 2018b, p. 273-4) (veja-se a nota 4). Isso parece retrodatar “o paradigma denominado Gramática de Construções” (*supra*), dada a afinidade da proposição de “correspondências entre forma e significado” (*supra*) com a suposição de

⁹⁸ FILLMORE, Charles J.; KAY, Paul; O’CONNOR, Mary Catherine. “Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of let alone”. In: *Language*, 64 (3): p. 501-38, 1988.

⁹⁹ KAY, Paul; FILLMORE, Charles J. “Grammatical constructions and linguistic generalizations: the *What’s X doing Y?* construction”. In: *Language*, 75: p. 1-34, 1999.

“correspondência entre os elementos do tripé ‘língua, pensamento, realidade’” (ALONSO JÚNIOR, 2018b, p. 273), na esteira de uma iconicidade percebida e problematizada já pela Antiguidade Clássica, fenômeno que considero ser, *avant la lettre*, **aprofundamento imagético** d’“a tese saussureana de que **o signo linguístico reflete uma relação estreita entre significante e significado**” (*supra*; o negrito é meu), apercepção de que essa “relação estreita” entre elementos intralinguísticos se estende à presença imagética do objeto externo na tessitura lexical interna, bem como na estruturação sintagmático-sintática, em *generosa atuação metafórica* das relações de mundo no enredamento das construções da Língua.

Já mesmo o segmento de Cassirer transcrito acima (2001 [1923], p. 323) retrodata “o paradigma denominado Gramática de Construções” (*supra*): ao asserir que “a linguagem (...) utiliza o genitivo (...) para expressar a posse”, Cassirer (2001 [1923], p. 323) revoca a imagem do movimento de *lugar de onde* como fator ontogênico da expressão da ideia de “posse”, segundo a interpretação que propus sobre o caráter secundário dessa ideia relativamente à *imagem* daquele movimento na expressão genitiva. *Ex opposito*, quanto à expressão dativa, o mesmo segmento (CASSIRER, *idem, ibidem*) retrodata afirmações como

“(...) Goldberg (1995)¹⁰¹ defende que a construção dativa, associada à transferência de posse, herda estrutura sintática da construção de movimento causado [“X CAUSAR Y a MOVER Z (construção de movimento causado)” (FERRARI, 2011, p. 137)], que indica transferência física. Considera-se que isso é possível porque a semântica da construção dativa pode ser derivada da semântica da construção de movimento causado por metáfora. É o que representa o esquema seguinte:

¹⁰⁰ Vejam-se, no item II. 3, minhas considerações sobre regularidade linguística, a partir de Baratin (2000).

¹⁰¹ GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

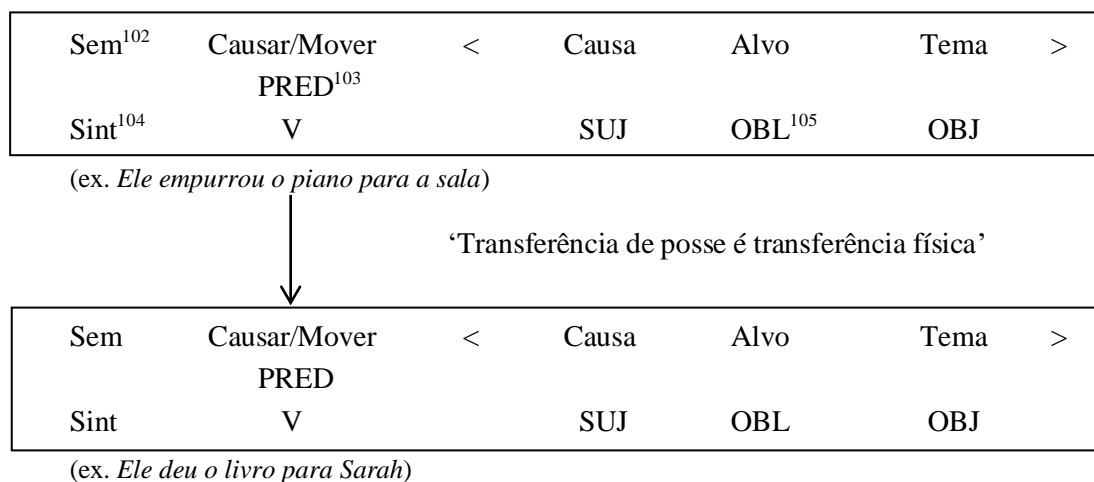


Figura (...) – Laço de herança metafórico entre as construções de movimento causado e ativa [*sic: dativa?*].

A representação anterior indica que a construção dativa herda a estrutura [SUJ V OBJ OBL] da construção de movimento causado, por força do laço de herança metafórico que permite a conceptualização de transferência de posse como transferência física.

Outro tipo de laço de herança metafórico entre construções é exemplificado com base na relação entre a Construção de Movimento Causado e a Construção Resultativa [“X CAUSA Y a FICAR Z” (FERRARI, 2011, p. 135)], que indica uma mudança de estado. Vejamos:

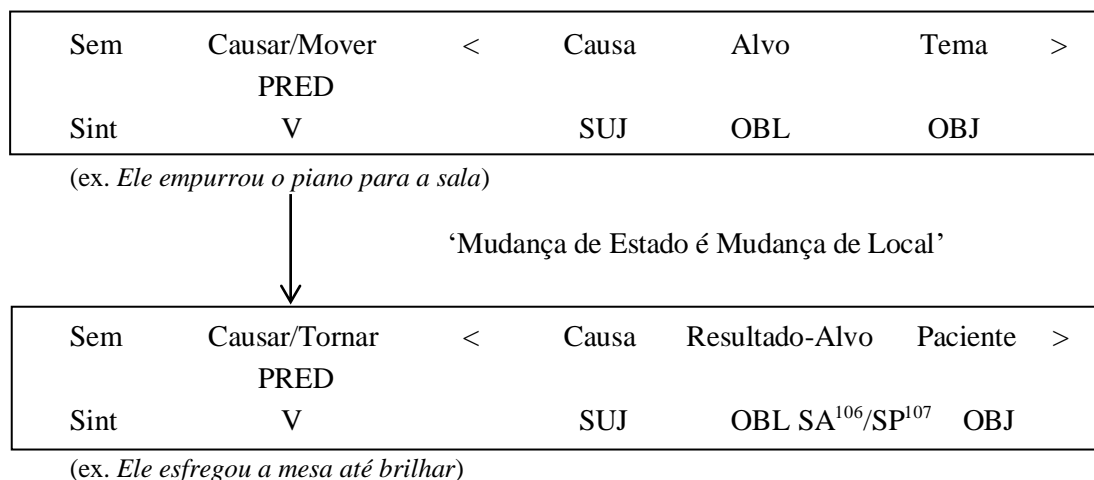


Figura (...) – Laço metafórico entre as construções de movimento causado e resultativa.

¹⁰² “representa a estrutura semântica da construção em termos de papéis argumentais [“associados às construções” (FERRARI, 2011, p. 134)]” (FERRARI, 2011, p. 136)

¹⁰³ “representa o potencial de que um verbo seja instanciado na construção” (*idem, ibidem*)

¹⁰⁴ “representa a estrutura sintática da construção em termos das funções gramaticais de sujeito e objeto(s)” (*idem, ibidem*)

¹⁰⁵ “(abreviatura de oblíquo) denota um sintagma preposicional [*sic: preposicionado*] direcional” (*idem*, p. 135)

¹⁰⁶ sintagma adjetival

¹⁰⁷ sintagma preposicionado

Como a Figura (...) [imediatamente acima] ilustra, o laço metafórico ‘Mudança de Estado é Mudança de Local’ explica a relação semântica entre as duas construções e, portanto, a relação de herança sintática estabelecida entre ambas.

Ainda no âmbito das relações entre construções aparentemente independentes, pode-se destacar um caso não abordado especificamente por Goldberg, mas plenamente explicável com base em seu modelo teórico: a relação de herança entre a construção dativa e a construção de discurso reportado, mediada pela metáfora do conduto. (...) a metáfora do conduto permite a conceptualização da comunicação verbal como transferência física¹⁰⁸. Vejamos:

Comunicação verbal		Transferência física de objetos
ideias/palavras	→	objetos
emissão de palavras	→	transferência de objetos
interpretação de palavras	→	recebimento de objetos

Em termos sintáticos, tem-se a seguinte relação de herança entre as construções:

¹⁰⁸ “(...) caso clássico de como um conceito metafórico pode estar associado à nossa experiência é observado no que Michael Reddy (1979) [REDDY, Michael. “The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language”. In: ORTONY, Andrew (editor). *Metaphor and Thought*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993 [1979].] denominou ‘metáfora do conduto’ (*conduit metaphor*). Reddy observou que a linguagem utilizada para retratar a comunicação verbal é estruturada, em linhas gerais, pelas seguintes metáforas:

IDEIAS (OU SIGNIFICADOS) SÃO OBJETOS
 EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES
 COMUNICAR É ENVIAR

(...)

(...) É difícil *passar aquela ideia para ela*.

(...) Eu *dei aquela ideia a você*.

(...) É difícil *colocar minhas ideias em palavras*.

(...) Você não pode sair *colocando ideias no papel* de qualquer maneira.

(...) Suas palavras parecem *vazias*.

Os exemplos ilustram o fato de que concebemos o falante como aquele que coloca objetos (ideias) dentro de recipientes (palavras) e as envia (através de um conduto) para o interlocutor, que, por sua vez, deve retirar esses objetos (ideias) dos recipientes (palavras) para chegar à interpretação da sentença.” (FERRARI, 2011, p. 94-5)

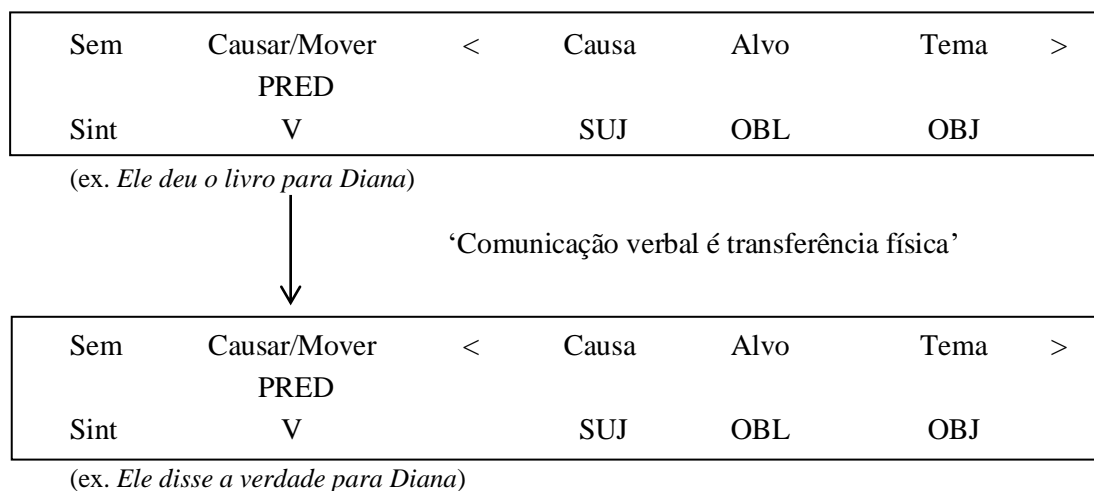


Figura (...) – Laço de herança metafórico entre a construção dativa e a construção de discurso reportado.

Ao tratar a comunicação verbal metaforicamente como transferência física, a metáfora do conduto autoriza a geração da construção de discurso reportado a partir da construção dativa.” (FERRARI, 2011, p. 139-41).

Nessa espécie de epítome de ponto fulcral da teoria cognitivista, encontro eloquente amparo à minha proposição do altíssimo rendimento da metáfora espaço-movimental na confecção metafórica da Língua, “produtividade viral” da “inspiração” exercida pelo espaço físico-concretivo e pelos movimentos cinemáticos nele realizados. Encontro, todavia, comparável amparo em discursos filosóficos, alguns dos quais imensamente anteriores, como, nomeadamente, a elaboração aristotélica daquilo que possa ser uma intelecção metafísica do fenômeno do movimento, retrodatação em certo sentido aqui epilogada na máxima “Mudança de Estado é Mudança de Local” (*supra*), por sua vez sofisticadamente tematizada por Heidegger (2008 [1967]) e, ao que me parece, convergentemente seguida por Talmy (2000b) — este, ao contrário daquele, não se faz apresentar como tematizador de problemas clássicos — quanto ao que, mais abaixo, denominarei “expansividade clássica da própria ideia de movimento” (veja-se, aqui, o item II. 4):

“(…) A number of the patterns looked at below are part of a single larger system for the expression of motion and location. We will here provide a sketch of this system. (...)”

To begin with, we treat a situation containing motion and the continuation of a stationary location alike as a **Motion event** (...). The basic Motion event consists of one object (the **Figure**) moving or located with respect to another object (the reference object or **Ground**). It is analyzed as having four components: besides **Figure** and **Ground**, there are **Path** and **Motion**. The **Path** (...) is the path followed or site occupied by the Figure object with respect to the Ground object. The component of **Motion** (...) refers to the presence per se of motion or locatedness in the event. Only these two motive states are structurally distinguished by language. (...) The Motion component refers to the occurrence (MOVE) or nonoccurrence (...) specifically of **translational motion**. This is motion in which the location of the Figure changes in the time period under consideration. It thus does not refer to all the types of motion that a Figure could exhibit, in particular excluding ‘self-contained motion’ like rotation, oscillation, or dilation (...)” (TALMY, 2000b, p. 25-6);

“(...) By the operation of very general cognitive processes that can be termed **conceptual partitioning** and the **ascription of entityhood**, the human mind in perception or conception can extend a boundary around a portion of what would otherwise be a continuum, whether of space, time, or other qualitative domain, and ascribe to the excerpted contents within the boundary the property of being a single unit entity. Among various alternatives, one category of such an entity is perceived or conceptualized as an **event**. This is a type of entity that includes within its boundary a continuous correlation between at least some portion of its identifying qualitative domain and some portion of the so-conceived temporal continuum — that is, of the progression of time. Such a correlation may rest on a primitive phenomenological experience that can be characterized as **dynamism** — a fundamental property or principle of activeness in the world. This experience is probably both foundational and universal in human cognition.” (*idem*, p. 215);

“(...) mobilidade e repouso são pensados uma vez em relação ao lugar, outra vez em relação a aumento e diminuição, outra vez ainda em relação à mudança (modificação)” (HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 258-9; segmento da tradução de *Física*, 192, de Aristóteles);

“(...) onde determina a φύσις como ἀρχὴ κινήσεως, Aristóteles não deixa de indicar diversos tipos de movimento: aumento e diminuição, mudança e deslocamento (*transporte*). (...)”

Nós, homens de hoje, sob o predomínio do pensar mecânico das ciências modernas da natureza, tendemos a considerar como a forma fundamental de movimento a mobilidade no sentido do movimento [por meio de] que [um corpo] se desloca de um lugar no espaço para outro e a ‘explicar’ por esse modelo tudo que é movido. Esse tipo de mobilidade — κίνησις κατὰ τόπον, mobilidade com vistas ao lugar ou à posição — é designado por Aristóteles como um entre outros tipos de movimento e não *como o movimento pura e simplesmente*.

(...) a ‘mudança de lugar’, em um [*sic*] certo sentido, é algo bem diferente do que [é] a modificação de posição de um ponto de massa no espaço, tal como é pensado modernamente. Τόπος é ο ποῦ, o onde e ali que indica o lugar a que pertence um [*sic*] determinado corpo; ο ἴγνεο pertence ao alto, o

térreo ao baixo. Os próprios lugares alto – baixo (céu – terra) são dotados de um caráter insigne: é por eles que são determinadas distâncias e relações, e, portanto, aquilo que chamamos de ‘espaço’, aquilo para o que os gregos não possuíam nem uma palavra nem um conceito. Para nós, homens de hoje, não é o espaço que é determinado por lugares, mas todos os lugares [é] que são determinados como posições pontuais pelo espaço infinito, dotado por toda parte de um mesmo modo de ser e em lugar nenhum distinto de outro. Aquele repouso que corresponde à mobilidade no sentido da mudança de lugar é o permanecer no mesmo lugar. A questão é: aquilo que, deste modo, *não* se move, na medida em que ocupa o mesmo lugar, pode mesmo assim estar na mobilidade, por exemplo, uma planta que, enraizada em seu ‘lugar de paragem’, cresce (aumenta) ou definha (decrece) / αὔξις — φθίσις. E vice-versa; aquilo que se movimenta no sentido de mudar de lugar pode igualmente ‘repousar’, ao modo de continuar sendo do mesmo modo que [sic] foi criado: a raposa repousa enquanto corre, na medida em que mantém a mesma coloração, ela possui o repouso da imutabilidade, sem ἀλλοίωσις. Ou então alguma coisa pode ser movida no sentido de perecer, mas ao mesmo tempo pode ainda mover-se de outro modo, a saber, tornando-se diferente: na árvore que está secando murcham as folhas, o verde torna-se amarelo. Isto que se move assim de dois modos (φθίσις — ἀλλοίωσις) ao mesmo tempo *repousa* enquanto a árvore que [sic] *está ali de pé*.

O vislumbrar de todos estes ‘fenômenos’ que se entrecruzam como tipos de mobilidade denuncia uma visão de seu traço fundamental, que Aristóteles fixa na palavra e no conceito de μεταβολή. Toda mobilidade é uma transformação de algo (ἐκ τινος) em algo (εἰς τι). Também nós falamos de uma transformação do tempo, do humor, e as pensamos como ‘mudança’; também falamos sobre pontos de virada, nos quais o que está em questão é o transporte de bens no trânsito. Todavia, só atingimos o núcleo essencial da μεταβολή pensada de modo grego,^[sic] quando observamos que na mudança aparece algo que estava oculto até o presente (‘e-rupção’ e ‘i-rupção’).” (*idem*, p. 260-1);

“(…) cama e roupa, escudo e casa são algo movido? Seguramente, só que [sic] na maioria das vezes encontramos-los no modo de movimento do que está em repouso, movimento difícil de ser visto; e seu ‘repouso’ possui o caráter do ter se [sic] tornado pronto, o caráter do ter-sido-produzido e do encontrar-‘aí’ e pré-jazer *desse modo* determinado. Nós, homens de hoje, passamos facilmente ao largo desse repouso característico e, com ele, da correspondente mobilidade; ou então, no mínimo, não o tomamos de modo suficientemente essencial como sendo a caracterização própria do ser desse ente. Por quê? Porque no embalo do moderno ser do homem, entregamo-nos ao costume de pensar o ente como *objeto*, permitindo que o ser do ente se esgote na objetividade do objeto. Para Aristóteles, contudo, o que importa aqui é mostrar que *o que são e como são*, os artefatos *o são* na mobilidade da pro-dução e, assim, no repouso do terem-sido-produzidos (...)” (*idem*, p. 262-3).

Dada a consideração de que “aquilo que (...) *não* se move, na medida em que ocupa o mesmo lugar, pode mesmo assim estar na mobilidade”, inverte daí a afirmação

segundo a qual “toda mobilidade é uma transformação de algo (ἐκ τινος) em algo (εἰς τι)”, de que resulta a proposição de que

toda transformação de algo (ἐκ τινος) em algo (εἰς τι) é uma forma de mobilidade,
é um modo efetivo de movimento,

in limite retrodatando-se, em muito, o axioma de que “Mudança de Estado é Mudança de Local”, ou seja, para o que me interessa estritamente, **mudança de estado é movimento**, a subsumir-se na síntese

“MUDANÇA É MOVIMENTO” (FERRARI, 2011, p. 95).

Em convergência com aquela espécie de subsunção geral ao “dinamismo” proposta por Talmy (*supra*), a sofisticação da “mobilidade” heideggeriana (*supra*) imporia determinada correção ao axioma “Mudança de Estado é Mudança de Local”, uma vez que “uma planta (...), enraizada em seu ‘lugar de paragem’”, “*não* se move, na medida em que ocupa o mesmo lugar”, mas “pode mesmo assim estar na mobilidade” e então “cresce (aumenta) ou definha (decrece)”, ou seja, **muda**; ora, **mudar** é um comportamento que prescinde de deslocamento, prescinde, pois, de movimento cinemático, mas o que o axioma pretende, ao dizer que “Mudança de Estado é Mudança de Local”, é dizer que, **para expressar “mudança de estado”, a Língua expressa algo objetivado em “mudança de local”**, algo que, fora da sofisticação propriamente filosófica verificada em Heidegger na busca da lição aristotélica, é algo *como que* “mudança de local”, algo *metaforicamente identificado com* “mudança de local”, algo que, na metaforicidade *como que* “pré-filosófica” que atribuo à ontogênese da Língua, então imagetiza “mobilidade” *como que* a imagetizar “mudança de local”; é algo que, naquela generalidade ampla com que caracterizo ora a infância da Língua, diz “mudança” dizendo “movimento”, um movimento também amplo e genérico, como se, ao formalizar-se

a planta mudou de verde para amarela,

então se expressasse “mudança de estado” expressando-se “mudança de local”, segundo a imagem de que, para mudar

do estado verde

para o estado amarelo,

a planta se *alterasse* não se tornando *outra*, mas separando-se do **lugar** em que metaforicamente estaria e dirigindo-se ao **lugar** em que metaforicamente viria a estar, ou seja, metaforicamente se afastando

de

o *arqui-frame* que a caracterizava e no qual estaria toda a “verdura” concebível e metaforicamente se aproximando

a(d)

o *arqui-frame* no qual estaria toda a “amarelidão” concebível e em cuja característica ela se imbuirá: movimentando-se, pois,

de um *arqui-frame-lugar*

a(d), *per a(d)* outro *arqui-frame-lugar*,

de um **lugar**

para outro **lugar**,

movimentando-se *metaforicamente* no **espaço**, *como que* aí se deslocando, *como se* “mudança de estado” fosse “mudança de local”, justamente porque **mudança de estado é movimento**.

Tidos como “laço de herança metafórico” em Ferrari (2011), os axiomas ali realçados, hoje reconhecíveis como cognitivistas, “explica[m] a relação semântica entre (...) duas construções e, portanto, a relação de herança sintática estabelecida entre ambas” (*idem*, p. 140). Estabelece-se clara sequência nos processos de herança, propondo-se

- (1) a *construção de movimento causado* como, por assim dizer, a “original”,
- (2) a *construção dativa* e a *construção resultativa* como consequentes daquela,
- (3) a *construção de discurso reportado* como consequente da *construção dativa*,

o que faz da *construção dativa* uma espécie de elemento de intersecção, ora consequente, ora geradora. Recobre-se aí um sentido de gradação do mais concreto para o mais abstrato, sendo a *construção de movimento causado* associada ao mais concreto, portanto a *construção dativa* e a *construção resultativa* associadas a algo menos concreto, e a *construção de discurso reportado* associada ao mais abstrato, circunscrito a “ideias/palavras” (*idem*, p. 141). A *construção dativa* representa algo menos concreto do que aquilo que a *construção de movimento causado* representa e, ao mesmo tempo, algo menos abstrato do que aquilo a que se associa a *construção de discurso reportado*; isso colabora a entender que esteja proposta aí certa permanência de motivação inicial físico-concretiva, “por força do laço de herança metafórico que permite a conceptualização (...) como transferência física” (*idem*, p. 140).

Ora, o mesmo movimento de *lugar para onde* fundante da formalização

João foi para Roma

está, em grau idêntico, presente na formalização

“*Ele empurrou o piano para a sala*” (*supra*),

“construção de movimento causado”,

não importando, em absoluto, a transitividade do verbo (vejam-se minhas considerações no item I. 2), uma vez que a intransitividade de *ir* não o faz mais movimental do que a transitividade direta de *empurrar*, em que a força apenas se transfere sem deixar de *encaminhar-se para*. Por outro lado, essa transitividade direta não contém, em si, nada daquela originalidade que a sequência de processos de herança estabelecida acima parece pretender. Formulo essa interpretação a fim de neutralizar a importância da ideia de *construção de movimento causado* para a apreciação da gênese metafórico-movimental da

Língua: ter de empurrar o piano para a sala (já que ele é incapaz de ir de moto próprio) ou mesmo delegar essa ação a que outras pessoas a executem não condena o objeto — aí, o piano — a estar menos perto do alvo; presume-se que, ao contrário, o piano tenha sido empurrado para dentro da sala, tanto quanto João se fora para dentro de Roma, que não é continente menos cerrado do que o continente “sala”, ou seja, se, em “empurrar”, a força se transfere, “empurrar” e “ir” dividem a força de sua movimentalidade, igualmente retratados na Língua os respectivos ingressos dos objetos em seus alvos, sempre movimento de *lugar para onde*.

Assim, proponho a causação agentiva do movimento como ontogenicamente irrelevante para a Língua. Em postura francamente reducionista (veja-se o item II. 2), concentro a relevância ontogênica do movimento no movimento em si mesmo, na generalidade da metáfora que parte do movimento e caminha para a confecção da Língua, na permanência do caráter físico-concretivo que aí há, fator produtor das posteriores remetaforizações abstratizantes. Essa generalidade — de proposição francamente reducionista, que reduz meu intento teórico a certo monismo, admitido aqui sem nenhum pudor — é partilhada por todas as formalizações movimentais; a única tipologia a que se atribua verdade ontológica é aquela que se dá entre o “movimento estático” de *lugar onde*, o movimento perambulante e irresoluto de *lugar por onde*, o movimento separativo de *lugar de onde* e o movimento aproximativo de *lugar para onde*.

Mais do que em contiguidade de “herança”, é em perfeita identidade ontogenética com as formalizações anteriores que a formalização

“*Ele deu o livro para Sarah/Diana*” (*supra*)

é ontogerada pela *imagem* de que *o livro caminha fenomenicamente para o lugar* “Sarah” ou *para o lugar* “Diana”, não menos do que *o piano caminhará* — porque fora encaminhado — *para o lugar* “sala”, não menos do que João se encaminhara — a si mesmo — *para o lugar* “Roma”. Veja-se que a afirmação de Ferrari (*idem*, p. 140) segundo a qual

“a construção dativa herda a estrutura [SUJ V OBJ OBL] da construção de movimento causado, por força do laço de herança metafórico que permite a conceptualização de transferência de posse como transferência física”

não explicita que a “construção dativa” estaria para a “transferência de posse” nem que a “construção de movimento causado” estaria originalmente para a “transferência física”, entimemas já neutralizados pela afirmação (*idem*, p. 139) segundo a qual

“a construção dativa, associada à transferência de posse, herda estrutura sintática da construção de movimento causado, que indica transferência física”,

o que me autoriza o epítome

*por força do laço de herança metafórico que permite a conceptualização de transferência de posse como transferência física,
a construção dativa, associada à transferência de posse,
herda a estrutura sintática [SUJ V OBJ OBL] da construção de movimento causado,
que indica transferência física,*

do qual o que verdadeiramente aproveita à apreciação ontogênica que procuro desenvolver é a associação entre a “construção dativa” e a “transferência de posse”. Ora, não é verdade que “a construção dativa, associada à transferência de posse, **herd(...)[e]** estrutura sintática da construção de movimento causado” (*supra*; o negrito é meu), ou seja, não é verdade que “a **construção dativa herd(...)[e] a estrutura [SUJ V OBJ OBL]** da construção de movimento causado” (*supra*; o negrito é meu), ainda que não se tome a expressão *construção dativa* no sentido tradicional de “construção com o *caso dativo*”, porque, em qualquer sentido, e em qualquer momento da Língua do qual se creia ter notícia, a “construção dativa” (“X CAUSAR Y a RECEBER Z”¹⁰⁹) é a construção sintática de “movimento causado” (“X CAUSAR Y a MOVER Z”¹¹⁰), no sentido de que “ambas” as construções — que são a mesma em seu núcleo movimental — são unamente moldadas,

¹⁰⁹ FERRARI, 2011, p. 137

¹¹⁰ *idem, ibidem*

ab origine, segundo a imagem una do movimento de *lugar para onde*, razão pela qual devo mesmo neutralizar a importância da ideia de “construção de movimento causado” para a apreciação de uma ontogênese linguística metafórico-movimental.

A aparente passagem de

“*Ele deu o livro para Sarah/Diana*” (*supra*)

a

“*Ele disse a verdade para Diana*” (*supra*)

objetiva sua aparência de passagem no preenchimento lexical, em que se tem, de uma parte, a ultra-materialidade de “livro” e o comportamento de “dar”, que, se contém algo de físico, o deve à natureza ultra-material do objeto dado, e, da outra parte, a absoluta imaterialidade de “verdade” e o comportamento de “dizer”, que, se, por sua vez, contém algo de físico, então o deve à natureza mecânica do comportamento de “falar”, secundariamente embutido em “dizer”. De uma parte se dá o livro, como se poderiam *dar virtudes*; da outra parte *se dá a verdade*, porque a dizer é dá-la àquele a quem se diz: assim como é ontogerada a imagem de que o livro caminha fenomenicamente *para* o lugar “Sarah” ou *para* o lugar “Diana”, ontogera-se a imagem de que *a verdade caminha* também fenomenicamente *para* um daqueles lugares. Já aí está fragilizada a proposição de “relação de **herança** entre a construção dativa e a construção de discurso reportado, mediada pela metáfora do conduto” (*supra*; o negrito é meu): a construção sintática de “discurso reportado” é a “construção dativa”, novamente no sentido de que “ambas” as construções — que são a mesma em seu núcleo movimental — são unamente moldadas, *ab origine*, segundo a imagem una do movimento de *lugar para onde*; a “construção dativa” **especializa-se**, isto sim, na construção sintática de “discurso reportado”, sem deixar de ser “construção dativa”, razão pela qual se verifica a construção clássica de “discurso reportado” a conter o *caso dativo*. Assim, devo neutralizar também a importância da ideia da mediação que seria empreendida pela *metáfora do conduto* na suposta “relação de herança entre a construção dativa e a construção de discurso reportado [mediada pela metáfora do conduto]” (*supra*), porque, para minha apreciação

de ontogênese linguística metafórico-movimental, há mais uma identidade, ora entre a *metáfora do conduto* e o que venho aqui propondo como metáfora inaugural da Língua, essencialmente espaço-movimental, **especializável** na *condução* da própria linguagem, no *conduto linguístico*, porque o “con-du(c)to” é a própria *metáfora*.

Neutralizada a importância da ideia de “construção de movimento causado” para uma apreciação ontogênica, “a relação [“laço de herança metafórico”] entre a Construção de Movimento Causado e a Construção Resultativa, que indica uma mudança de estado” (*idem*, p. 140) subsume-se à própria relação entre qualquer movimento e seu resultado, em nível ontológico; em nível representacional, aqui se subsume à *imagem do movimento de lugar para onde*, lugar que, uma vez atingido, configura a “mudança de estado” e caracteriza o resultado. Para a formalização

“*Ele esfregou a mesa até brilhar*” (*supra*),

ontogera-se a *imagem* de que o comportamento “esfregar” *caminha* metaforicamente *para* o **lugar** “brilhar”, e esse caminhar, ora metafórico, *até brilhar*, esse encaminhar-se ao lugar do brilho, esse dirigir-se *até* o lugar representado pelo nome-substantivo-infinitivo *brilhar*, é mesmo o alvo que define o resultado do movimento, portanto movimento de *lugar para onde*, cuja *imaginação* é suficiente para a formulação ontogênica.

A bem de perceber o **alcance** da *metáfora ge(ne)radora* da formalização da imagem de aproximação ao *lugar para onde*, por meio da qual se pretende fazer veicular a ideia de pertinência e mesmo a ideia de posse, ou seja, a ideia de que “x pertença a y” e então “y possua x”, lembre-se um tipo de categoria gramatical romena denominada “artigo possessivo” e recoberta pelas formas *al* (masculina singular), *a* (feminina singular), *ai* (masculina plural) e *ale* (feminina plural); usa-se grafada separadamente antes — ao contrário da normal posição romena — do núcleo de complemento/adjunto de substantivo indeterminado, podendo o núcleo do complemento/adjunto ser pronome possessivo:

un cal al vecinului;

un frate al meu.

Assim como “artigo partitivo”, a expressão “artigo possessivo” é largamente objetável: não há de conceber-se forma que funcione, ao mesmo tempo, como articuladora de termo e indicadora de posse, funções que me parecem incoadunáveis. De fato, não se tem aí forma simples; segundo Bourciez (1967 [1910], p. 587), “cet article paraît provenir d’une fusion entre la préposition *a* et le démonstratif *el* (illum)”. O acúmulo de funções deve ser, pois, explicado pela possível origem desse assim chamado artigo, mas essa mesma origem confirma a impropriedade do nome: não se trata de artigo; trata-se da chamada preposição mais aquilo que historicamente é pronome demonstrativo¹¹¹, e o traço possessivo proponho como **decorrente** da imagem de **movimento de lugar para onde**, noção de aproximação própria justamente da dita preposição *a* (*ad*), segundo a ideia de que aquele a quem algo é aproximado, ou para quem algo está, o “possua” (vejam-se minhas considerações logo atrás), assim como a semântica do caso dativo latino parece também ter servido de base “material” para a construção da ideia de posse — a ponto de falar-se em “dativo de posse”, “dativo de posse” —, noção de fato secundária, sofisticadamente elaborada pela acumulação cultural mas concretamente baseada na metáfora do movimento; esta, sopro inicial, entrega-se à especialização semântico-discursiva da História, das intenções pragmáticas aí recorrentes, porém se mantém como germe inspirador, ou seja, o traço semântico de movimento físico-concretivo não só não se apaga como, ao contrário, permanece exatamente como mote da abstratização.

Bourciez (*idem, ibidem*) aponta outro uso do “artigo possessivo” romeno:

“(…) [la langue littéraire] s’en sert d’une façon courante pour suppléer le nom précédemment exprimé, et c’est donc avec lui qu’elle le fait accorder: *Calul meũ și al regelui* ‘mon cheval et celui du roi’; *casele noastre sînt măi frumoase decît ale vecinului* ‘nos maisons sont plus belles que celles du voisin’ (...)”,

¹¹¹ assim como no caso do dito artigo partitivo se trata de preposição mais suposto artigo

de que se depreende que o chamado artigo possessivo também se usa antes do núcleo de complemento/adjunto de substantivo *determinado* no próprio texto; esse substantivo é recuperado pelo dito artigo, embora não seja explicitado imediatamente nem antes nem depois dele. Ora, a determinação parece coerente com a complementação/adjunção, o que não implica que o uso do “artigo possessivo” antes do núcleo de complemento/adjunto de substantivo indeterminado faça cogitar modo de compensação, na chave de “um qualquer, porém daquele específico” ou, melhor, “um qualquer, porém **para** aquele específico”. Não disponho, entretanto, de elementos que rigorosamente permitam examinar a possível relação semântica entre a (in)determinação do substantivo e a presença do “artigo possessivo” em seu complemento/adjunto: a concordância formal do “artigo possessivo” é o que há de fazer evocar — determinar — o substantivo, cuja elipse é, assim, possibilitada, à guisa de certa parataxe, que aqui defendo como importante latência na aparente materialidade linguística, imaterialidade de fato.

Para o uso do dito artigo possessivo romeno diante de pronome possessivo, núcleo do complemento/adjunto do substantivo, proponho não mais do que a hipótese de cruzamento de construções, em função, talvez, da afinidade entre a ideia de posse relacionada ao dito artigo e o caráter de posse próprio do pronome. A construção

un frate al meu

faz lembrar o latim

frater mihi, “há um irmão **para** mim”,

sendo *mihi* não pronome possessivo, “meu”, mas pronome pessoal em uso “exemplar” do que, verdadeiramente, **não** deveria ser chamado “dativo de posse”: reitero a proposição de que a *mihi* seja atribuída a ideia de posse pelo trabalho da acumulação cultural (veja-se ROUSSEAU, 1999 [1755]); em *mihi*, “**para** mim”, o que há é expressão de dação, expressão de **movimento de lugar para onde**, empreendidas a mimese da espacialidade e a metaforização da Língua (vejam-se minhas considerações anteriores, bem como a nota 116).

Em Francês e em Italiano, as contrações que envolvem as preposições respectivamente *de* e *di* e, em Francês, as sequências não contraídas *de la* ou *de l'* (para o feminino) e, em lugar de *du*, *de l'*¹¹² (para o masculino) comumente integram sintagmas que portam a ideia de parte abstraída de um todo ou conjunto; nesse caso, tais contrações e as referidas sequências são chamadas “artigos partitivos”:

Francês:

<i>du</i> ¹¹³ : <i>du gâteau</i>	_____	masculino singular
<i>de l'</i> : <i>de l'or</i>	_____	
<i>de la</i> : <i>de la peinture</i>	_____	feminino singular
<i>de l'</i> : <i>de l'eau</i>	_____	
<i>des</i> : <i>des platanes</i>	_____	masculino plural
<i>des</i> : <i>des pêches</i>	_____	feminino plural

Italiano:

<i>del</i> : <i>del burro</i>	_____	masculino singular
<i>dello / dell'</i> : <i>dello spirito / dell'ingegno</i>	_____	
<i>della / dell'</i> : <i>della paglia / dell'acqua</i>	_____	feminino singular
<i>dei</i> : <i>dei fiori</i>	_____	masculino plural
<i>degli</i> : <i>degli amici</i>	_____	
<i>delle</i> : <i>delle mele</i>	_____	feminino plural

As relações analógicas com o artigo definido e com o dito artigo indefinido¹¹⁴ — como o posicionamento sintagmático, a histórica presença formal do artigo definido embutido na

¹¹² Note-se a motivação estritamente fonética das variantes morfológicas, típicas das alterações plásticas da Língua, regularmente motivadas pelo contexto fônico, o que, na grafia de elementos do paradigma formal do partitivo francês e do paradigma formal do partitivo italiano, aqui expostos, se deixa delatar pela presença (gráfica) do apóstrofo, indicativo de elisão, mas, muito principalmente, também se note que o que se tem aí é fenômeno que não ultrapassa o nível plástico, exatamente porque se germina no *acionamento* da Língua, que é a fala, ou seja, naquilo que **não** é a Língua, sendo-lhe espécie de adjacência, atividade motora de que a Língua se serve para *acontecer* sonoramente e *funcionar* comunicacionalmente. Isso equivale a dizer que aquilo de que falam os compêndios de Fonética Histórica é **não** a história da Língua, mas a história de certa adjacência realizacional.

¹¹³ *de lo > del > deu > du*

contração com a preposição ou justaposto a esta, a proximidade entre o efeito semântico-pragmático trazido pela presença do “artigo partitivo” e a semântica do indefinido — talvez sejam a motivação para hoje considerar “artigos” essas formas e esses grupos de formas, o que não lenifica a impropriedade da consideração: efetivamente, o dito “artigo partitivo” não é artigo, porque não articula nada a nada; é “preposição” com histórico resquício formal de artigo (veja-se NYROP, 1924, p. 379-81), e é a “preposição” o elemento responsável pela expressão da ideia de partição, movimento de separação, afastamento, uma vez que essa ideia é própria das formas românicas provenientes da

¹¹⁴ Considerado o caráter articulante do artigo, a expressão “artigo indefinido” guarda contradição entre os próprios termos, pois não pode haver “articulação indefinida”, ou seja, o artigo não pode articular um termo com ocorrência(s) anterior(es) “indefinidamente”. Em

“Foi o caso que, alguns dias depois, indo eu a Botafogo, tropecei num embrulho, que estava na praia. Não digo bem; houve menos tropeção que pontapé. Vendo um embrulho, não grande, mas limpo e corretamente feito, atado com um barbante rijo, uma cousa que parecia alguma cousa, lembrou-me bater-lhe com o pé, assim por experiência, e bati, e o embrulho resistiu. (...)” (MACHADO DE ASSIS, 1992 [1881], p. 567),

um de tropecei num embrulho e *um de vendo um embrulho* não articulam nada a nada, assim como não parecem demonstrar nada; o artigo definido, antigo pronome demonstrativo, é que articula e demonstra, **articula porque demonstra**.

O Grego clássico apresenta apenas artigo definido — ó (masculino singular), ή (feminino singular), τό (neutro singular), οἱ (masculino plural), αἱ (feminino plural) e τά (neutro plural) —, assim como o Árabe — ا (masculino singular, feminino singular, masculino plural, feminino plural, masculino dual e feminino dual) —. Em relação ao Castelhana, dizem Llorach (1995, p. 66) e Roca-Pons (1976, p. 165), respectivamente: “Entendemos por *artículo* el que suele llamarse *definido* o *determinado*, cuyos significantes son *el, la, los, las, lo*. (...) la unidad conocida como ‘artículo indefinido o indeterminado’ (*un, una, unos, unas*) es magnitud completamente distinta por las funciones que desempeña (...)”; “(...) como explica muy bien A. Alonso [Amado Alonso] (...), en español no puede hablarse, en realidad, de otro artículo que el determinado [ou *definido*]. El llamado indeterminado [ou *indefinido*] ofrece todas las características de los indefinidos [pronombres indefinidos] y debe colocarse, pues, junto a alguno, etc. (...)”. De fato, à pergunta “Você possui joias?” é possível a resposta “Possuo umas.”, em que *umas* é percebido como pronome indefinido em Português — e também o seria em Castelhana —, estando longe da função de articulador e, em contrariedade a qualquer distinção artificializante, confundindo-se com o dito artigo indefinido, cuja etimologia, *unus, -a, -um*, localizada entre os numerais, aponta para especialização semântica de “indefinição do um”: trata-se de “um qualquer”, portanto **um**, uma vez que “um qualquer” não deixa de ser **um**, o que se faz ecoar na especialização semântica de “indefinição pronominal” do pronome indefinido *algun* (< *alicunus, -a, -um*).

Propõe-se aqui hipótese segundo a qual a **noção** de artigo indefinido tenha surgido por analogia com o paradigma do artigo definido; daí se têm *o* (não “um” qualquer) e *um* (não “aquele” específico ou todo o conjunto) postos, ambos, como artigos, mas isso não nega a incoerência da associação de termos na proposição da ideia de “artigo indefinido”.

preposição latina *de*. Para Nyrop (*idem, ibidem*), o uso do artigo definido junto à preposição partitiva se deve à expansão do uso geral desse artigo:

“(…)

A côté des constructions *mangier de pain, acheter de viande* on trouve de bonne heure au moyen âge *mangier del pain, acheter de la viande*. A partir du moment où les noms employés au sens général prennent l'article défini, ce même article s'introduit aussi après le *de* partitif. (…);

“**Originairement le soi-disant article partitif n'est pas un article.** [O negrito é meu.] (...) ce qu'on appelle maintenant article partitif est graduellement sorti d'un emploi particulier de *de*.”

O artigo definido usado com a preposição tinha de fato sentido de definido — o que não interferia na atuação da “preposição” —, e, pelo que se pode supor com base em Nyrop (*idem*, p. 379), esse sentido desgastou-se no decorrer do tempo:

“(…) Des phrases telles que *il mange du pain, elle cueille des fleurs*, avaient au moyen âge une signification notablement différente de celle qu'elles ont maintenant. Dans la langue actuelle *manger du pain* veut surtout dire se nourrir de la substance qu'on appelle pain; *du pain* est dit sans rapport à aucun pain déterminé. Au moyen âge il en était le plus souvent autrement; *mangier del pain* signifiait: manger une certaine quantité d'un pain déterminé, du pain, de ce pain-ci, de ce pain-là. (…)

Atualmente, nas orações *je mange du pain* e *mangio del pane*,

du pain

e

del pane

portam a ideia de **parte da** “coisa” pão, extração de quantidade indefinida dessa matéria, e, em *je mange des fruits* e *mangio dei frutti*, os plurais

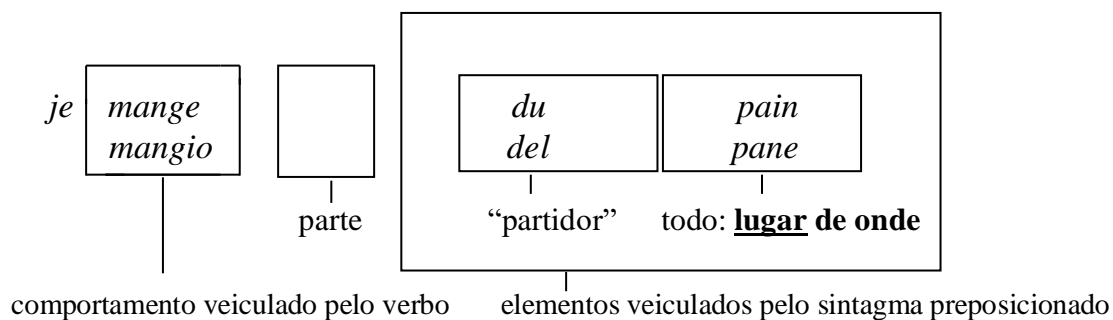
des fruits

e

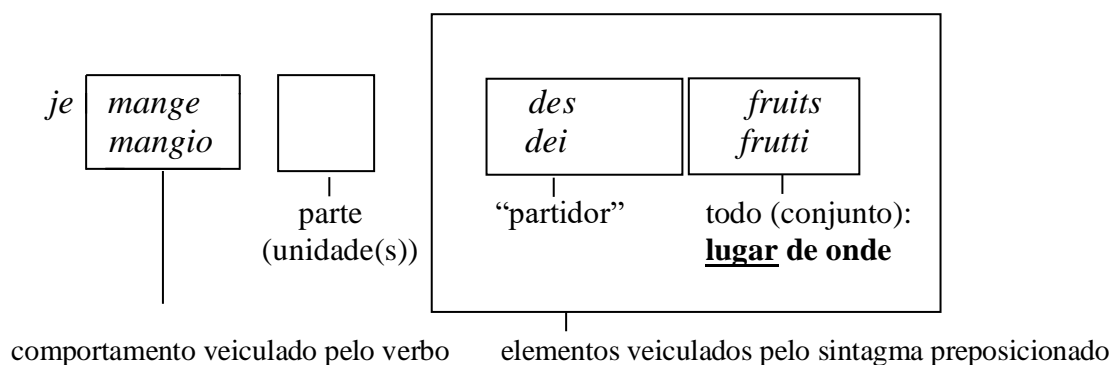
dei frutti

expressam **parte da “coisa”** fruta ou, especificamente, número indefinido de unidades de frutas, tomado ao conjunto inteiro desses elementos: a indefinição ora trazida pelos paradigmas permite dizer que o antigo definido usado com a chamada preposição já não é mesmo articulador e, portanto, não mais é *artigo* — ainda que considerado separadamente —, pois não mais opera articulação; pode considerar-se cristalização de forma até certo ponto esvaziada semanticamente ou, em leitura aqui largamente preferível, pode considerar-se uso do “artigo” generalizante, em que dizer *je mange du pain* ou *mangio del pane* já não implica a articulação dada pela referência a “une certaine quantité d’un pain déterminé, du pain, de ce pain-ci, de ce pain-là”, contudo mantém referência ao conjunto genérico daquela substância, genericamente disposta no mundo, o que faria categorizar o “artigo partitivo” como *referenciador* generalizante, não articulador. Assim, o dito artigo partitivo nem é nem tampouco contém artigo propriamente articulador, bem como não exatamente advém de um “emploi particulier de *de*” (*supra*), mas é partitivo, graças ao desempenho — movimental — da “preposição”.

O sintagma encabeçado pelo partitivo — tome-se aqui substantivado o termo *partitivo*, a bem de não dizer “artigo” — é frequentemente visto como objeto direto do verbo a que se liga, sendo o partitivo entendido como tipo de indefinido — acima falei em proximidade entre o efeito semântico-pragmático trazido pela presença do “artigo partitivo” e a semântica do indefinido —. Em interpretação mais analítica, todavia, proponho que se considere o partitivo como elemento propriamente “partidor”, expressivo de partição, de **movimento de lugar de onde**, sendo o núcleo do sintagma preposicionado tido como representativo do todo ou conjunto do qual se *ex*-traí parte, **lugar de onde** se *de*-riva parte, o que implica que a palavra não-expressa que representaria essa parte seja recuperável como objeto direto:



(Figura 5);

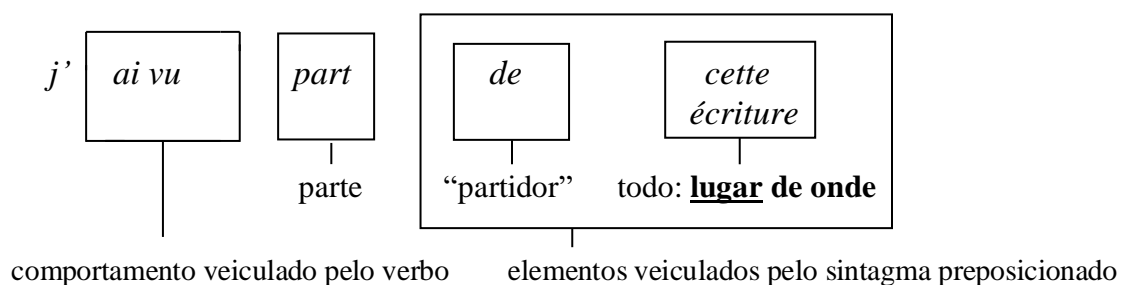


(Figura 5').

O que está posto acima satisfaz os termos da Sintaxe tradicional quando se diz qual seria a relação entre o verbo e a palavra que representaria a parte, mas não os satisfaz quanto à relação entre essa palavra e o sintagma preposicionado. Assim, pode-se “completar o quadro” com a seguinte ideia: o fato de a parte pertencer ao todo ou conjunto, representado pelo núcleo do sintagma preposicionado, não quer dizer que esse sintagma não possa, semântico-discursivamente, desempenhar o papel de “completar o sentido” da palavra que representaria a parte, e isso permite classificá-lo adjunto adnominal dessa palavra. Tal papel, aqui, todavia, tido como sintático-discursivo, bem mais do que sintático, parece muito claro na frase

j'ai certainement vu de cette écriture-là quelque part,

de Musset, que Nyrop (*idem*, p. 381) aponta para exemplificar o uso do partitivo e em que a explicitação da palavra *part* facilita que se perceba *de cette écriture-là* — “adjunto adnominal” — como **lugar de onde** e, ao mesmo tempo, evidencia o caráter partitivo da construção: não somente se averigüe que a tradicional consideração do papel de adjunto adnominal e também a do papel de complemento nominal não abolem o caráter partitivo, bem como se perceba que, pelo contrário, em adjunto adnominal com *de* e em complemento nominal também com *de* sempre há, ontogeneticamente, a noção de partição, **movimento de lugar de onde**, própria dessa “preposição”:



(Figura 6).

Segundo Nyrop (*idem*, p. 380),

“un régime partitif se trouve déjà en latin vulgaire, qui nous offre les constructions *edere de* [o negrito é meu] *pane*, *bibere de* [o negrito é meu] *vino* au lieu de *edere panem*, *bibere vinum*. Ex.: *et hic bibet de vino irae Dei* (Apocalypsis, 14, 10). *Omnis qui bibit ex* [o negrito é meu] *aqua hac* (St. Jean, 4, 13).”.

Na citação, a presença de ocorrência de partitivo com *ex* — *qui bibit ex aqua* —, em vez de *de*, reitera como válida a afirmação de que a “preposição” seja o elemento responsável pela expressão da ideia de partição, **movimento de lugar de onde**: trata-se de outra “preposição”, de semântica equivalente à da “preposição” *de*, a acionar o movimento.

Esses apontamentos sugerem a possibilidade de enfoque ontogênico sobre o partitivo, em relação tanto ao conceito como, por conseguinte, à sintaxe, enfoque a ser situado aquém do funcionamento discursivo da Língua, aquém do terreno fenomênico da semântica discursiva e de uma sintaxe a ela vinculada, ou da semântica discursiva e de uma sintaxe dela *representativa* — a que, por sua vez, se vinculam noções como a diferenciação entre adjunto adnominal e complemento nominal, diferenciação sintático-discursiva, não propriamente sintática —; o enfoque ontogênico sobre o partitivo deve situar-se no âmbito fenomênico de uma **semântica sintática** que há na *sintaxe representativa da semântica discursiva*: fenomenicamente, a semântica sintática, ontogênica, inspiradora e formalizadora das construções por atuação da metáfora, gera a sintaxe que se presta a formalizar discursos em suas especificidades, sintaxe que, assim, passa a vestir a semântica aqui denominada semântica discursiva; dito na ordem inversa, a semântica dos sentidos discursivos, das intenções discursivas, das camadas históricas, acidentais, é amparada pela estrutura propriamente linguística que é a (morfo)sintaxe, ou seja, é assim *formalizada*, e a sintaxe fora **imaginada**, imagetivamente constituída pelo sentido mimético, então já em origem metaforizada pelas impressões emanadas do mundo, pela percepção de um homem que aí se situa e movimenta, o que faz chegar ao que denomino Semântica **da** Sintaxe. Analisar o partitivo de um ponto de vista ontogênico implica focar não o que uma realização partitiva “quer dizer” em sua discursividade *ad hoc*, mas o que a construção, em si mesma, “*significa*” como construção, como expressão de “*parte ex-traída de*”; o que uma realização partitiva particular “quer dizer” é corolário da semântica da sintaxe daquilo que é dito “partitivo” e de qualquer expressão igualmente “particional”, porque **a semântica discursiva de uma construção sintática é fruto ontológico da semântica sintática da própria construção sintática**, construção que se há de *desconstruir* a cada intenção de inteligir a Língua em sua essência. Ostensivamente, proponho analisar a Língua de modo a desconstruí-la na molecularidade de suas imagens primevas, aquém de uma “Sintaxe discursiva”, aquém da consideração das camadas contextuais aí implicadas, e não além do que seja uma “Sintaxe ontogênica” na

suficiência de suas imagens. Desnudo a Língua e não peço perdão por desnudá-la. Desnudo-a com o despudor de quem a veste: desnudar a Língua é um ato de restituição.

Para Peirce (1990 [1931-1935]; 1940), as *imagens* são *signos* que “participam das qualidades simples” dos *objetos* representados, na atuação propriamente mimética em que um quadro que contém a representação de uma árvore representa uma árvore.¹¹⁵ Não é, pois, em sentido peirciano que, neste estudo, faço comparecer o termo *imagem* e seus cognatos, que aqui se prestam a *e-vocar* na Língua alguma sorte de *eco* de elementos do mundo, incluídos os comportamentos movimentais, que inspiram uma semântica espaço-movimental para a confecção da sintaxe.

Se percebida como movimento, a sintaxe, como tal, significa. Esse movimento, sintático, não se confunde com movimento em sentido discursivo, não se confunde com apontamento semântico-pragmático de determinado lugar do mundo, não se confunde com referência semântico-discursiva a determinado lugar do texto. Uma vez que é dêitico ou (ana)fórico, um advérbio como *lá* contém, mesmo etimologicamente, a ideia de lugar — e, por metonímia, de tempo¹¹⁶ —, operando apontamento dêitico ou referência

¹¹⁵ Para *signo* como *símbolo* em sentido peirciano, veja-se a nota 309.

¹¹⁶ Não há como representar primariamente a ideia de tempo, justamente porque ela não é espacial; a representação realizada por meio do desenho de uma linha reta é explicitamente analógica e, como tal, explicitamente sensível, o que, de certo modo, a reduz a *representação da representação*, hipótese segundo a qual o tempo é visto como metonímia ou, amplamente, metáfora do espaço (vejam-se no Glossário considerações sobre a imbricação entre metonímia e metáfora).

Assim, das duas representações sensíveis — tempo e espaço —, sobre o espaço é que incidiu e incide a mimese realizada pela Língua; ele, pois, é que a faz metafórica, não o tempo. O tempo, em Língua, é expresso morfemática ou perifrasticamente, mas não iconicamente, o mesmo a valer para a formulação sintática da difícil noção de posse, para a qual a Sintaxe de fato não encontrou metáfora, porque não pôde mimetizar a abstratíssima noção, a não ser secundariamente, mediante a mimese do espaço; a noção de posse é, também ela, expressa morfemática ou perifrasticamente, não *stricto sensu* iconicamente na Sintaxe: os pronomes possessivos carecem de iconicidade; a fraseologia latina *filius est mihi* expressa não posse sobre o filho, mas a existência deste **espacialmente voltada para** a referência dada por *mihi*, em expressão de **lugar para onde**, proposição que abole a mal chamada noção de “dativo de posse” (que desqualifiquei acima e guarda identidade de expressão com a — esta sim — defensável noção de “dativo de re-ferência”, que é o dativo que põe um elemento em re-**lação** referencial com outro, exatamente porque em expressão de **lugar para onde**), alternativa — secundariamente mimética, se se insiste na noção de “posse” — à expressão genitiva, indiciadora da ideia de **lugar de onde**, *representações de movimento* às quais se emprestou a noção de posse (vejam-se minhas considerações anteriores, sobremaneira a alternância entre a ocorrência de dativo e a de genitivo, disciplinada por

(ana)fórica; não gera, porém, o que denomino movimento sintático, tanto que se formam, sem redundância, as combinações *para lá, de lá, por lá*, essas, sim, **expressivas de movimento sintático, não pela espacialidade da palavra lá, mas pela atuação movimental das assim chamadas preposições**, mimese do movimento, geradoras e explicitadoras de movimento sintático, a atestar a histórica substantividade, aí atualizada, do advérbio: dizer

para lá

é dizer

“para **algo**”,

dizer

de lá

é dizer

“de **algo**”,

dizer

por lá

é dizer

“por **algo**”,

ou seja, dizer

para lá

é dizer

“**voltando-se para** algo”,

Clintock e Crooks (1918, p. 338), que ontogenicamente ressignifico como alternância entre a semântica do movimento de *lugar para onde* e a do movimento de *lugar de onde*).

dizer

de lá

é dizer

“partindo-se **de** algo”,

dizer

por lá

é dizer

“**per**passando-se **por** algo”, sendo *algo* “aquele **lugar**”;

então, dizer

para lá

é dizer

“voltando-se para aquele **lugar**”,

dizer

de lá

é dizer

“partindo-se daquele **lugar**”,

dizer

por lá

é dizer

“perpassando-se por aquele **lugar**”,

substantividade **morfo**-semântica, por assim dizer estatismo, que é justamente o que possibilita o movimento **sintático**, no exato sentido de que o encetamento de qualquer

movimento exige estatismo, uma vez que não se pode iniciar o que já se iniciou¹¹⁷. Longe de intenção tautológica, quero, aqui, explicitar a razão pela qual a chamada preposição necessariamente antecede um (pro)nome substantivo ou, por meio da translação¹¹⁸, uma oração substantiva — a grande substância¹¹⁹ que ela representa, um “isto”, complexa substancialidade que se presta a expressar o conjunto de um comportamento — ou um numeral substantivo ou um advérbio — substância circunstancializada, expressa sinteticamente, à maneira de parataxe (vejam-se minhas considerações no Capítulo III, *caput*) —, ou seja, a “preposição” se prepõe à expressão de substância, o que, para a interpretação que pretendo, se diz nos seguintes termos: o elemento linguístico gerador e explicitador de movimento sintático se prepõe, no plano da expressão, à expressão de substância, porque é relativamente à ideia da substância expressa que se dá o movimento em questão. Em

x de y,

é relativamente à ideia da substância expressa por *y* que, em metáfora, se dá o movimento linguisticamente gerado e explicitado por *de*, com incidência sobre a substância expressa por *x*. A substância expressa por *y* é como que um **lugar**, material ou não, relativamente ao qual a substância expressa por *x* metaforicamente se movimenta, separando-se por tratar-se de *de*; aproximar-se-ia em se tratando de *a* (*ad*), *para* (*per ad*); perambularia em se tratando de *por* (*pro, per*); estagnar-se-ia em se tratando de *em* (*in*). A possibilidade de a substância expressa por *y* ser representada por advérbio não a faz menos substancial, mas apresenta o advérbio como circunstancialização da substância (vejam-se minhas considerações no Capítulo III, *caput*).

¹¹⁷ Se, para Heidegger (2008 [1967], p. 259) (veja-se a nota 13), “só o móvel pode repousar”, estendo a proposição a seu oposto lógico, segundo a pressuposição de que só o que se encontra em “estado de repouso” (HEIDEGGER, *idem*, p. 296) possa movimentar-se.

¹¹⁸ Sobre translação, veja-se: CARONE, Flávia de Barros. “Translação de primeiro grau”. *In*: _____, 1988, p. 64-7. Para fins de meu interesse aqui, vejam-se minhas considerações logo abaixo.

¹¹⁹ Veja(m)-se no Glossário o(s) sentido(s) em que tomo a palavra *substância*.

“Uma das características dos *advérbios* e *locuções adverbiais* é conterem explícita ou implicitamente uma preposição. Em outras palavras, diríamos que a função de adjunto adverbial pressupõe um sintagma preposicional [*sic: preposicionado*] ou um advérbio no qual a preposição está implícita, como nos exemplos (...)

- (...) a) Procedeu *corretamente*.
- b) Procedeu *às claras*.
- c) Procedeu *com emoção*.

Essa peculiaridade deve-se ao fato de haver um íntimo relacionamento entre preposição e circunstância. (...)” (BOMFIM, 1988, p. 13),

porque há “um íntimo relacionamento” entre “preposição” e movimento, movimento metafórico que *des-loca* a substância *de* um ponto no espaço, *a(d)* um ponto no espaço, *por* um ponto no espaço, ou *loca* a substância *em* um ponto no espaço, remetaforizando-se o *(des)locamento* espaço-concretivo em especializações discursivo-abstrativas de sentido adverbial: o *modo emocional* que discursivamente se entende em *com emoção*, exemplificado por “Procedeu *com emoção*.” (*supra*), é abstratização de um “modo” (não-) movimental, movimento *ex opposito* de *lugar onde*, em relação espacial de lateralidade dada por *com*, à guisa de dizer-se que estejam metaforicamente lado a lado o procedimento e a emoção, “um *com* o outro”, o mesmo não-movimento de *lugar onde* dado pelo ablativo-locativo da etimologia de *correta-mente*, abstratizando-se o *lugar onde* se tem *correcta mente* em um *modo co-reto* de proceder, “Procedeu *corretamente*.” (*supra*), bem assim movimento de *lugar para onde* altamente remetaforizado na imagem de *a(d)*proximação à clareza franca com que se procede em “Procedeu *às claras*.” (*supra*). Atesta-se, pois, o caráter espaço-movimentalizador — circunstancializador — da “preposição”, a adverbializar, no plano representativo-expressivo, a expressão de substância, em representação de, no plano discursivo, se ter posto em circunstância a própria substância; assim se realiza o fenômeno da *translação*, que, portanto, explico mediante aquele caráter — espaço-movimentalizador, circunstancializador — da “preposição” como entidade que, ora dito em poucas palavras, põe a substância em movimento metafórico.

“(…) Diacronicamente pode-se atentar para o fato de que, no latim, os **advérbios** podiam formar-se, afora outros processos, a partir de um adjetivo no **ablativo** ou em casos arcaizados como o **instrumental** e o **locativo**. Nas diferentes fases do latim até sua diversificação nas línguas românicas, o emprego dos casos foi gradativamente substituído por construções com **preposição** e **acusativo**. Essas construções, com função de adjunto **adverbial**, algumas vezes aglutinaram-se, dando origem a **advérbios** como *amanhã* ([<] **ad** **maniana*), *ontem* (< **ad nocte**), *assaz* (< **ad satie**) e outros. (...)” (*idem, ibidem*; os negritos e a sublinha são meus),

de que depreendo a rede das relações

- **espaço — “preposição” — advérbio,**

no sentido histórico das constituições lexicais trazidas pelo texto citado,

e

- **espaço — advérbio — “preposição”,**

em sentido essencialmente ontogênico, dada a origem adverbial da “preposição”.

Observe-se, já por meio das palavras que negritei naquele texto, a imbricação entre

- **sentido espacial¹²⁰-movimental,**
- **adverbialidade como substancialidade posta em circunstância,**
- **movimentalidade a operar-se mediante os casos e as “preposições”:**

a “preposição” de *lugar para onde*, *ad*, indicativa de *a(d)*proximação, sintomaticamente recorrente nos três exemplos latinos trazidos pelo texto, marca a metáfora espacial-movimental de

(1) “aproximação prospectiva à **substância-lugar** ‘manhã’”,

a formar a representação adverbial *amanhã*,

(2) “aproximação retrospectiva à **substância-lugar** ‘noite’”,

a formar a representação adverbial *ontem*,

(3) “aproximação atemporal à **substância-lugar** ‘saciedade’”,

a formar a representação (pro)¹²¹nominal de abastamento posto em circunstância, *assaz*;

¹²⁰ Note-se (negritei e sublinhei no texto citado) a referência ao caso locativo.

¹²¹ “**assaz**”

nas três ocorrências, representativas de um romance em formação, já está deposta a marca do caso acusativo, indiciador de um *lugar para onde* então indiciado pela “preposição”:

*ad *manianam* > *ad *maniana*,

ad noctem > *ad nocte*,

ad satiem > *ad satie*.

Esses lugares, porém, são estáticos, ao largo do *pro-cesso* que possam representar (“manhã”, “noite”, “saciedade”) e ao largo de que poderiam ser *ad-vérbios*, ou seja, como **lugares-nomes-substantivos**, poderiam ser postos em circunstância, guardam a *potência* de ser **lugares-nomes-substantivos** postos em movimento; como **lugares**, por isso estáticos em *ato*, são de uma **substantividade** inescapavelmente exigida para que, relativamente a eles, se possa realizar movimento de *a(d)*proximação *a(d)*, ou para que se pudesse realizar movimento de *se*-paração *de*, ou seja, exige-se **estatismo morfo-semântico** como condição para **movimento sintático** (veja-se o item I. 2).

Atente-se a que, do ponto de vista de uma aceitabilidade ligada ao uso, seria redundante a efetiva formalização

(*)*em lá*,

dado que a semântica do constituinte *lá* já contém a semântica do constituinte *em*, que já está molecularmente embutida ali; traduzível por “**em** aquele lugar”, a semântica de *lá* faz vetar o estrito e desnecessário entendimento “**em em** aquele lugar”. A “efetiva formalização” (*)*em lá* mais o “entendimento” “**em em** aquele lugar” delatam a coerência da redundância, mas o entendimento, “ensaio” daquela formalização a título dos

adv.

1. Muito, demais: *Ficou assaz interessado no projeto*

2. Bastante, suficientemente: *Ela é assaz sincera para dizer o que sente*
pr.indef. [**pronome** indefinido]

3. P.us. Muito, demais: *O casal age com assaz complacência em relação aos filhos*

4. Bastante, suficiente: *O magistrado decidiu-se com assaz prudência*
(...)”

(DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital)

desdobramentos moleculares que empreendo aqui, faria supor caráter restritamente substantival para o elemento *lá*: uma vez necessário que discursivamente se entenda “em aquele lugar”, “em algo”, “em determinada substância”, a formalização ^(*)*em lá* faria associar *lá* exclusivamente a significado substantivo, “aquele lugar”, “algo”, “determinada substância”, para que se legitimasse a presença não-redundante de *em* —

^(*)*em lá* = “em aquele lugar”, “em algo”, “em determinada substância” →
 → *lá* = “^(*)restritamente, aquele lugar”, “^(*)restritamente, algo”, “^(*)restritamente, determinada substância”

—, e isso poria à prova minha asserção de que o advérbio seja a substância posta em circunstância (vejam-se minhas considerações no Capítulo III, *caput*), porque desse ensaio restaria apenas a substância, a essência da substância¹²², que necessitaria da junção de *em*, elemento circunstancializador. Ora, a desnecessidade do elemento circunstancializador *em* é o motivo por que não se efetiva a formalização ^(*)*em lá*, que seria presumível em função dos correlatos *para lá*, *de lá*, *por lá*, os quais, efetivamente realizados, põem diante dos olhos a substancialidade nuclear do advérbio, que tão somente *é posto* em circunstância, sem deposição do caráter de substância, a atestar a tríade dos nomes (nome substantivo — nome adjetivo — nome advérbio). O advérbio, “isolado”, é substância posta em circunstância no exato sentido de que é, essencialmente, substância que se põe, acidentalmente, em circunstância; *lá*, “isolado”, é substância que *funciona como circunstância*, porque a premência de as substâncias incontornavelmente poderem ser tomadas em si mesmas, como referência a seres, materiais ou não, em nenhum sentido é vetada pela possibilidade de poderem ser modalizadas, expressando o modo como a substância matiza um comportamento, uma qualificação, uma (outra) circunstância:

¹²² uma essência sujeita a determinações: “(...) Qualquer que seja a substância que consideremos, espiritual ou corporal (...) Deus lhe conferiu a medida, a forma e a ordem (*modus, species, ordo*). (...)” (GILSON, 2006 [1929; 1943 (edição aumentada pelo autor)], p. 272)

João canta belamente:

“João canta, sendo-lhe o comportamento de cantar circunstancializado pela substância ‘beleza’, o que se expressa por meio da metáfora segundo a qual o comportamento de cantar se faz *com/em mente bela*, ‘com/em belo espírito’, ou seja, a substância (‘beleza’), posta em circunstância (*com/em*), matiza um comportamento, o comportamento de cantar”;

João é belamente talentoso:

“João é talentoso, sendo-lhe o ‘ser talentoso’ circunstancializado pela substância ‘beleza’, o que se expressa por meio da metáfora segundo a qual o ‘ser talentoso’ se faz *com/em mente bela*, ‘com/em belo espírito’, ou seja, a substância (‘beleza’) matiza um ‘ser caracterizante’, ‘qualificante’ (‘ser talentoso’), uma caracterização, uma qualificação; em nível estritamente expressivo, a própria expressão da qualificação, *talentoso*, é matizada pela substância ‘beleza’, o que se expressa por meio da metáfora segundo a qual a própria expressão da qualificação, *talentoso*, é modalizada por se fazer ser *com/em mente bela*, ‘com/em belo espírito’, ou seja, a substância (‘beleza’), posta em circunstância (*com/em*), matiza um ‘ser caracterizante’, ‘qualificante’ (‘ser talentoso’); matiza uma qualificação, a qualificação de ser talentoso”;

João canta belamente bem:

“João canta bem, sendo-lhe o ‘modo bom’ de cantar circunstancializado pela substância ‘beleza’, o que se expressa por meio da metáfora segundo a qual o ‘modo bom’ de cantar se faz *com/em mente bela*, ‘com/em belo espírito’, ou seja, a substância (‘beleza’) matiza um ‘ser modalizante’, ‘circunstancializante’, um modo, uma circunstancialização, algo que já é matização (*bem*, ‘de modo bom’); em nível estritamente expressivo, a própria expressão da matização, *bem*, é matizada pela substância ‘beleza’, o que se expressa por meio da metáfora segundo a qual a própria expressão da matização, *bem*, é modalizada por se fazer ser *com/em mente bela*, ‘com/em belo espírito’, ou seja, a substância (‘beleza’), posta em circunstância (*com/em*),

matiza um ‘ser modalizante’, ‘circunstancializante’ (*bem*); matiza uma (outra) circunstância, a circunstância do ‘modo bom’ de cantar”.

Já pelas *ex-plicações*, longamente aspeadas, que procuro desenvolver acima, bem se vê que não estou a propor nenhum *modelo de análise*, rara vez em que essa expressão comparece neste estudo, exclusivamente para fins de negar-se a ela interesse aqui. Não se trata de *modelo*, algo a ser re(a)plicado, *molde* a ser adaptado a “outras línguas”, ou, dado o pequeníssimo alcance da minha voz, não se trata de esquema a ser estendido a diversas formulações, consoante o qual minha proposição teórica seria, de algo que deve ser interpretado segundo a validade das apercepções que aí possa haver, deslocada para aquilo que se valora conforme se re(a)plica. Trata-se, ao contrário, de *ex-plicações* “moleculares”, *ex-tra(c)ção* de *dobras* — **plek* — historicamente construídas, no intuito de alcançar alguma *inter-pretação* da ontogênese da Língua, *scilicet*, do que está por trás daquelas dobras e *per-manece* ali, procedimento que parece incontornavelmente conduzir à verificação da aposição, *stricto sensu* **paratática**, de elementos, cuja relação deve ser *inter-pretada* segundo a semântica daquela aposição, segundo a semântica do próprio ato ontogênico de realização da parataxe primeva, segundo a semântica **constitutiva** da estrutura linguística, **semântica da Sintaxe**.

Formalizar

para lá

faz entender a imagem da **substância** “*lá* = ‘aquele **lugar** em direção ao qual se realiza movimento de aproximação’ ”, imagem e entendimento necessários porque se realiza movimento de *a*-proximação necessariamente *a* algum ponto, fazendo sentido a ideia de aproximação apenas se se tem o ponto de aproximação como referência, porquanto aproximar(-se) é tornar(-se) mais próximo de um ponto relativamente à distância que se guardava entre o objeto aproximado e o ponto a que se aproximou; esse ponto é um lugar; esse lugar é uma substância. Em perfeita analogia, formalizar

de lá

faz entender a imagem da **substância** “*lá* = ‘aquele **lugar** a partir do qual se realiza movimento de separação’ ”, imagem e entendimento necessários porque só se pode realizar movimento de *se*-paração **a partir de** algum ponto, o ponto relativamente ao qual é dito que o objeto se separa; esse ponto é um lugar; esse lugar é uma substância. Ora em tão somente relativa analogia, irresoluto que seja o movimento de perambulação, formalizar

por lá

igualmente faz entender a imagem da **substância** “*lá* = ‘aquele **lugar** em torno do qual se realiza movimento de perambulação’ ”, imagem e entendimento necessários porque se pode realizar movimento de *per*-ambulação apenas relativamente ao ponto em torno do qual se perambula; esse ponto é um lugar; esse lugar é uma substância. Consideradas as análogas proposições, verifica-se a manutenção da essência substantival do advérbio, nome advérbio, *marcadamente posto em circunstância pela assim chamada preposição*, sem que se deponha a substantividade.

Não se trata, pois, da mera exigência de distinguir o que denomino *movimento sintático* do que denomino *movimento discursivo*¹²³; trata-se de perceber a necessidade de

substantividade,

de

estatismo morfo-semântico,

para a realização de

movimento sintático:

¹²³ Veja-se o Glossário.

o voltar-se implica voltar-se para **algo**,

o partir-se implica partir de **algo**,

o perpassar implica perpassar por **algo**,

sendo, então,

algo

o **lugar para onde** o sujeito se volta,

o **lugar de onde** se parte,

o **lugar por onde** se perpassa,

espaço físico do mundo ou espaço imaterial da experiência humana, substantivo, pois. O movimento discursivo, que é (ana)fórico ou dêitico, é diretamente ligado às intenções de texto e mundo. O movimento sintático é produto indireto disso¹²⁴: eis a metáfora, cristalização linguística do movimento discursivo, porque resultante de mimese das realizações de deslocamento no mundo, portanto mimese de movimento discursivo-experiencial. O que, no entanto, se tem aí é uma discursividade experiencial primeva, uma já-discursividade de um homem a ser concebido naquilo que teria sido a aurora de sua experiência no espaço do mundo, sob a premência de aí se deslocar

de um **ponto**

a outro **ponto**

e sob a necessidade (e o desejo) de comunicar-se em sua condição de peregrino; nessa discursividade parece já estar efetuada a mimese do deslocamento, uma mimese, como tal, já discursiva, deslocamento então sobre um espaço já metaforizado em Língua,

¹²⁴ Durante muito tempo mantive dúvida quanto a essa relação cronológico-causal. Talvez se lhe encontre respaldo em Givón (1979), segundo sua proposição geral de que a linguagem tenha evoluído do modo pragmático para o modo sintático, do Discurso para a Sintaxe, embora eu negue àquele e à casualidade contextual que lhe é inerente o *status* de gênese do sistema linguístico, que atribuo, ora sim como ontogênese, à metáfora espacial (vejam-se observações que teço no subitem II. 1. 3, uma vez circunstanciados os exemplos de minha proposta de apreciação analítica, que pretendo que apontem para a espacialidade metafórica, não para a casualidade discursiva).

uma Língua portanto metafórica: essa Língua, já construída, acolhe à farta as remetaforizações necessárias à continuação da experiência, e aí proponho estar o ponto de virada, em que a Língua construída pela discursividade primeva passa a acolher uma discursividade contínua, segundo a *contiguidade* que há entre

- **a semântica do deslocar-se no espaço,**
- **a metaforização dessa semântica na construção da Língua**

e

- **a remetaforização dessa mesma semântica na continuidade do discurso.**

Uma vez construída uma Língua inspirada pelo espaço, pelas imagens de deslocamento no espaço, a natureza espaço-imagética que nos rendeu a construção da Língua continua a render-nos a continuidade do discurso, na medida em que as especificidades que há nessa continuidade se possam coadunar com a natureza do movimento já metaforizado em Língua. A metáfora basta, e é nessa proporção que insisto em que a função desempenhável pela forma esteja **para *aquém da continuidade discursiva***, função já prevista na estrutura formal primevamente construída, estrutura que é semântico-espacial, forma que é um construto semântico inspirado pelo deslocamento no espaço.

Em necessária dialética, o caráter consequencial do movimento sintático relativamente a um movimento discursivo ancestral — e largamente anterior à inovação representada pela configuração, histórica, das línguas naturais, expressão plural da historicidade, a renovar-se nos processos de variação e de mudança linguísticas — imiscui-se com o caráter entretanto primevo da atuação metafórica constituidora da Língua, expressão singular de atualização de potência, de sistêmica ***representação imaterial da materialidade do mundo***, em jogo de forças imateriais, consequentes da percepção daquela materialidade, portanto consequentes da discursividade e do movimento discursivo, uma discursividade e um movimento discursivo de ancestralidade primal. O caráter “indireto” que acima atribuí ao movimento sintático como “produto

indireto” do movimento discursivo — este “diretamente ligado às intenções de texto e mundo”, um texto imponderavelmente nascente e um mundo infinitamente ancestral para nós — é um caráter dado pela mediação da experiência ancestral.

A frágil intelecção dessa dialética é uma das proposições centrais que procuro desenvolver ao longo de todo este estudo. Parece que, ainda hoje, não a entendemos bem, e talvez por isso é que as reflexões que se debruçam sobre o que seja a natureza da Língua, no próprio empenho de aí se debruçarem, vacilam entre a consideração de critérios semânticos e a consideração de critérios formais, como se verdadeiramente fossem dois. Não são. Essa dicotomia é nossa, produto da nossa necessidade de realizar triagens disfarçadas de refinamento, mas em si mesmas grosseiras na medida em que revelam nossa confusão: uma vez que pretendemos discernir o que seja formal do que seja semântico, aí mesmo confundimos

o rol de especificações *ad hoc* exigidas pela discursividade da vida
com
o que possa ser conformador da gênese linguística;
confundimos

a cristalização daquilo que foi *ad hoc* e ora se apresenta como unidade ocorrencial efetivada em construção

com

a unidade essencial que subjaz às construções-estruturas *stricto sensu* fundantes, que são aquelas que representam o espaço,

o dinamismo no espaço,

a imaginação *ab origine* concretiva que advém daí

e se remetaforiza em cadeia de reabstratizações

sem que se possa despojar de si mesma

porque se remetaforiza e se reabstratiza em função da própria natureza concretiva;

confundimos, por associação estreita, o semântico e o discursivo, como se a estrutura não fosse, ela mesma, semântica.

Quando um texto científico sobre língua(gem) anuncia que realizará um “refinamento de análise” e depois apresenta um engrossamento da lista de ocorrências, o que se faz aí, no desejo de bem realizar ciência e bem cumprir metodologia, é apenas engrossar a lista.

Muitas reflexões sobre língua(gem) me parecem aproximar-se muito daquela unidade essencial, a ponto de quase tocá-la (veja-se o título que conferi a ALONSO JÚNIOR, 2018b: “Grammatica philosophica: a um passo da forma”), mas permanecem “a um passo da forma” essencial.

A análise, de orientação estruturalista, que disciplina o fenômeno da *translação* em termos processuais está, por exemplo ela, “a um passo da forma” porque a um passo do processo; aí temos um passo bem largo entre o *procedimento* que essa análise representa e o alcance de alguma essencialidade. A própria cunhagem do termo *translação* tocaria a essência se considerasse o espaço; o sentido atribuído ao termo não seria o sentido do *procedimento* por meio do qual se faz um elemento de uma classe morfológica *trasladar* para outra classe morfológica numa espécie de mecanismo procedimental, mas seria o sentido da *intelecção* do movimento que a ontogenia da Língua aí opera. A formalização

menina de cabelos de ouro

não faz trasladar o sintagma preposicionado

de cabelos

para a classe dos adjetivos nem faz trasladar o sintagma preposicionado

de ouro

para a mesma classe dos adjetivos na função de se lhes haver preposicionado um “translator” operativo de uma engrenagem que simplesmente se descreve porque

simplesmente seja assim, como um *passee* mágico em que preposição e nome substantivo *passem* a funcionar como nome adjetivo. O que ali *se passa* é o *movimento* de

lugar de onde,

em que *do* *arqui-frame* “ouro” se *de*-riva um elemento possível, dentre teoricamente infinitos elementos possíveis, e esse elemento é o elemento “cabelos”, assim como poderia ser o elemento “riqueza”, e *do* *arqui-frame* “cabelos” se *de*-riva um elemento possível, dentre teoricamente infinitos elementos possíveis, e esse elemento é o elemento “menina”, assim como poderia ser o elemento “cor”. Ora, uma vez que “ouro não tem cabelos”, não há discursividade previsível segundo a qual se associe ao elemento “ouro” o elemento “cabelos” em se pensando em algo como “cabelos do ouro” à imagem de “barras de ouro encabeladas”, sendo, ao invés, previsível uma discursividade segundo a qual se associe, ora sim, ao elemento “cabelos” o elemento “ouro”, porque estamos num mundo em que se pensa nos cabelos como algo necessariamente portador de alguma cor, e uma cor possível neste mundo é a cor dourada, a cor do ouro, algo como “o ouro dos cabelos”, “a cor dourada dos cabelos”, à imagem de “uma cabeleira loira”, mas isso não empenha a Língua a derivar do elemento “cabelos” o elemento “ouro” nem veta que ela derive do elemento “ouro” o elemento “cabelos”, que é a derivação que proponho aqui. Semelhantemente, uma vez que “cabelos não contêm menina”, não há discursividade previsível segundo a qual se associe ao elemento “cabelos” o elemento “menina” em se pensando em algo como “menina dos cabelos” à imagem de “cabelos que, em seu emaranhado, contenham alguma menina”, sendo, ao invés, previsível uma discursividade segundo a qual se associe, ora sim, ao elemento “menina” o elemento “cabelos”, porque estamos num mundo em que se pensa em uma menina como previsivelmente portadora de cabelos, “os cabelos da menina”, à imagem de “uma menina encabelada”, mas isso não empenha a Língua a derivar do elemento “menina” o elemento “cabelos” nem veta que ela derive do elemento “cabelos” o elemento “menina”, derivação que proponho aqui. Ocorre que aquelas imprevisibilidades não guardam nenhuma importância, porque não são elas o que está em jogo; não está em jogo a discursividade do nosso mundo formado

por nós e para nós. Não importa a imprevisibilidade de associar ao elemento “ouro” o elemento “cabelos” para que a imagem formadora da Língua extraia “cabelos” de “ouro”, porque é exatamente extraindo o elemento “cabelos” do *arqui-frame* “ouro” que se imagetiza a pretensão de representar, em Língua, “cabelos tão dourados” que são *como que* advindos do ouro, *metaforicamente* retirados de todo o ouro que se possa conceber como aquilo que denomino *arqui-frame* “ouro”, cabelos **caracterizados pelo lugar** de onde provieram (vejam-se os § iniciais do subitem I. 1. 1), porque *como que* pertenciam a esse lugar, já que estavam ali, contidos num interior do qual foram afastados, interior-continente caracterizador de seu conteúdo, e é isso o que acima denomino “metáfora” como “cristalização linguística do movimento discursivo”, uma metáfora cristalizada em Língua **muito aquém** da metáfora que associa a cor dos cabelos à cor do ouro, uma metáfora **muito aquém** da lição discursivo-cognitivista segundo a qual haja uma “projeção entre domínios” (veja-se, aqui, minha Introdução), uma metáfora então constitutiva do arcabouço da Língua, aquela argamassa em que está sua alma. Ora identicamente, não importa a imprevisibilidade de associar ao elemento “cabelos” o elemento “menina” para que a imagem formadora da Língua extraia “menina” de “cabelos”, porque é exatamente extraindo o elemento “menina” do *arqui-frame* “cabelos” que se imagetiza a pretensão de representar, em Língua, “uma menina tão loira” que é *como que* advinda dos “cabelos de ouro”, *metaforicamente* retirada de todo o conjunto “cabelos de ouro” que se possa conceber como aquilo que denomino *arqui-frame* “cabelos (de ouro)”, uma menina **caracterizada pelo lugar** de onde proveio (vejam-se os § iniciais do subitem I. 1. 1), porque *como que* pertencia a esse lugar, já que estava ali, contida num interior do qual foi afastada, interior-continente caracterizador de seu conteúdo, e é novamente isso o que acima denomino “metáfora” como “cristalização linguística do movimento discursivo”, uma metáfora cristalizada em Língua **muito aquém** da metáfora que associa a cor dos cabelos da menina à cor das barras de ouro, uma metáfora então constitutiva do arcabouço da Língua, aquela argamassa em que está sua alma.

Ainda identicamente, não importa, para a intelecção da ontogênese da Língua, a realização de uma *análise formal em constituintes imediatos*, em que, em termos *imediatos*, se demonstre a *constituição* sintagmática

- *ouro*;
- *cabelos*,

não quaisquer “cabelos”, mas

cabelos de ouro,

fazendo-se preposicionado, *de ouro*, o sintagma nominal *ouro*, na constituição do sintagma nominal maior *cabelos de ouro*, mediante a acoplagem do sintagma preposicionado, *de ouro*, ao sintagma nominal *cabelos*; não quaisquer “cabelos de ouro”, mas

“*aqueles* cabelos de ouro” que serão atribuídos à “menina”,

articulando-se o sintagma nominal *cabelos de ouro*, mediante, pois, o acréscimo do *artigo* definido,

os cabelos de ouro;

- *menina*,

não qualquer “menina”, mas

menina dos cabelos de ouro,

fazendo-se preposicionado, *dos cabelos de ouro*, o sintagma nominal *os cabelos de ouro*, na constituição do sintagma nominal maior *menina dos cabelos de ouro*, mediante a acoplagem do sintagma preposicionado, *dos cabelos de ouro*, ao sintagma nominal *menina*. Veja-se que, ao demonstrar aquilo que seria a constituição meramente *sintagmática* que aí se tem, procuro inserir algumas interpretações *discursivas* da *constituição imediata* dos sintagmas, associadamente com a *ordenação das “coisas”* presentes no discurso veiculador da porção de Língua em questão, como, por exemplo, a função discursivo-demonstrativa do artigo definido — confirmada pela origem no

pronome demonstrativo —, mas a natureza dessa análise não propõe interpretação que ultrapasse a descrição dos procedimentos que ali se podem depreender como tais, por isso não importando para a intelecção da ontogênese da Língua. O que importa para essa intelecção não pode ser nenhuma sorte de contextual discursividade *ad hoc* nem um formalismo que pretenda explicar-se a si mesmo. O que importa é a perscrutação de uma semântica impressa na forma, constitutiva da própria forma, inspirada por uma percepção primeva daquilo que teria sido uma espécie de pré-contexto, o contexto espacial-concretivo *genérico* e *ge(ne)rador* de um já-discurso, daquilo que acima chamei “já-discursividade”, suficiente para mimetizar-se o espaço físico e os deslocamentos nele gestualizados, um espaço-movimento metaforizador da Língua nascente. Qualquer primariedade do movimento discursivo relativamente ao movimento sintático é a primariedade de um discurso primeiro em que o homem estaria a perceber sua condição de peregrino, uma condição que viria a matizar “nossas práticas sociais”:

“(...) a língua que realiza a nossa capacidade de linguagem tem íntimas vinculações com nossas práticas sociais e com os papéis que ocupamos na sociedade. Falar de língua portuguesa, no nosso caso, é mais do que falar de código linguístico, de estruturas gramaticais, de palavras; falar de língua é falar de atos significativos que ocorrem socialmente e que têm raízes históricas porque **há sempre uma razão para que uma estrutura sintática se organize de uma maneira e não de outra**, que uma palavra tenha tal pronúncia ou tal grafia, e não outra. Portanto, **estruturas gramaticais e palavras são situadas em práticas interativas de linguagem — e por elas moldadas e configuradas significativamente** em seus usos sociais e culturais. (...)” (COROA, 2015; o itálico é da autora; os negritos e a sublinha são meus)

Ora, “práticas interativas de linguagem” são herdeiras e reatualizadoras da percepção — ou *cognição*, termo evocador do viés teórico insinuado no excerto — do espaço; configuram e reconfiguram significativamente “estruturas gramaticais e palavras” em consonância com a inspiração conseqüente daquela percepção, estruturas, a rigor, de matriz já moldada, historicamente, por aquela inspiração: *stricto sensu*, as **estruturas**, quer estendidas sintagmática e sintaticamente, quer concentradas em palavras, oferecem-se à reconfiguração plástica solicitada por “usos sociais e culturais” — hajam vista os

neologismos e as inovações sintáticas de diferentes sortes de sedimentação na Língua¹²⁵ —, mas são prévias, arqueologicamente já moldadas porque já realizadas pela metáfora de cunho físico-espacial, esta, entretanto, conseqüente da percepção ancestral-discursiva do mundo.

Bem verdade é que “há sempre uma razão para que uma estrutura sintática se organize de uma maneira e não de outra”, no exato sentido de que essa “razão”, essa *ratio*, essa lógica mais propriamente analógica, se identifica com a necessidade de representação do mundo para dizê-lo, portanto mimetizá-lo em linguagem, erigindo *pontes incontornavelmente semânticas entre o objeto percebido e sua representação*, não na chave imanente de que algum objeto do mundo possa ser representado apenas por um único e necessário símbolo nem de que uma experiência possa ser objetivada em linguagem por uma única e necessária expressão, mas na chave da *possibilidade representativa trazida pela metáfora*. Para além da onomatopeia, de nível diretamente imitativo, a atuação em rigor metafórica é o que constitui a Língua, em seu caldo lexical — produtivo, aberto às “práticas interativas de linguagem” —, em sua fraseologia — moldada e configurada “significativamente em (...) usos sociais e culturais” —, conseqüentes da material inspiração motriz que é a metáfora do espaço e do movimento, geradora, conformadora do caráter semântico das estruturas linguísticas, nomeadamente a **semântica da Sintaxe**.

É a semântica da Sintaxe o que propicia que a imagem formadora da Língua extraia “cabelos” de “ouro” e extraia “menina” de “cabelos”, imagetizando a representação, em Língua, de “cabelos” *metaforicamente* retirados do *arqui-frame* “ouro” e a representação, em Língua, de “uma menina” *metaforicamente* retirada do *arqui-frame* “cabelos (de ouro)”, metáfora una, de movimento de *lugar de onde*, **movimento sintático** fundante da

¹²⁵ A força do uso é elemento sedimentador, não criador; é ato não de criação, mas de confirmação do que fora criado pela percepção semântica das possibilidades de constituição morfológico-lexical e de constituição frasal, possibilidades dadas pela relação semântica, conferida, por sua vez, pela atuação da metáfora, de inspiração espacial, e, na confecção — morfológica — do léxico, pelo desdobramento metonímico das relações de contigüidade. O que constitui, por exemplo, “regência” inovadora é, pois, a percepção das possibilidades de relação semântica entre “regente” e “regido”: a percepção, sim, é força criadora; o uso é força sedimentadora, de relevância histórica, bem mais do que filosófica.

Língua, igualmente uno, cristalização linguística do **movimento ancestral-discursivo**, uma metáfora então constitutiva do arcabouço-alma da Língua.

Admitir que é metaforicamente concebível que se extraiam “cabelos” de “ouro” em se pensando em “cabelos loiros”, a espriar-se o pensamento na facilidade da extensão metonímica “menina loira”¹²⁶, mas, por outro lado, objetar que é canhestro imaginar que se possa extrair “menina” de “cabelos”, acrescentando-se, com mais impertinência, que existe na língua portuguesa a lexia *firos de ouro*, em contrapartida com a inexistência de **menina de cabelos* como lexia, porque “firos”, análogos a “cabelos”, podem ser feitos de “ouro” enquanto “meninas” não são feitas de “cabelos”, mas são feitas de *carne e osso* — outra lexia da língua —, e também objetar que a formulação *menina de cabelos* ocorre apenas no sentido de “menina que tem cabelos” e na composição de expressões como *menina de cabelos de ouro* e que, ao contrário de extrair “menina” de “cabelos”, “cabelos” é que se extraem de “menina”, porque os cabelos são parte da menina e por isso pertencem a ela, é, tudo isso, uma articulação de um modo de admitir e de modos de objetar em termos alheios ao que proponho como semântica da Sintaxe, uma semântica configuradora da estrutura: “cabelos” é que se extraem de “menina” segundo a imagem pragmática do pertencimento dos cabelos às meninas, em que, sim, a parte se extrai do todo no nível fenomênico e não, aqui, no nível metafórico; igualmente, aqui, há “projeção entre domínios” (veja-se minha Introdução), segundo aplicação da proposição cognitivista de que um domínio-fonte, então “ouro”, se faz projetar para um domínio-alvo, então “cabelos”, ainda que, nesse caso, não ocorra abstratização na passagem da fonte para o alvo¹²⁷, resultando a formulação *cabelos de ouro*, mas não é essa “metáfora conceptual”, originalmente proposta por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), o que eu proponho aqui:

“Ao propor a Teoria da Metáfora Conceptual, os estudiosos observaram que as metáforas estabelecem correspondências entre um domínio-fonte e um domínio-alvo, mas não o contrário. Isso significa que uma das propriedades do

¹²⁶ “cabelos loiros” > “menina loira”

¹²⁷ “(...) a metáfora é, essencialmente, um mecanismo que envolve a conceptualização de um domínio de experiência em termos de outro. Sendo assim, para cada metáfora, é possível identificar um domínio-fonte e um domínio-alvo. O domínio-fonte envolve propriedades físicas e áreas relativamente concretas da experiência, enquanto o domínio-alvo tende a ser mais abstrato. (...)” (FERRARI, 2011, p. 92).

processo é a unidirecionalidade. Podemos conceptualizar o tempo em termos de espaço, mas não o oposto.” (FERRARI, 2011, p. 98);

essa metáfora é mesmo “conceptual”,

conceptualizando-se “tempo”

a partir da *conceptualização* “espaço”,

o que equivale a

conceptualizar “espaço” ou aproveitar essa *conceptualização* já constituída

para *conceptualizar* “tempo”,

e isso quer dizer que se vai mesmo

de o espaço

para o tempo,

assim como se vai

de o ouro

para os cabelos,

mas não se vai *conceitualmente* (ou *conceptualmente* ou à maneira de *conceptualização*)

de os cabelos

para a menina,

não se conceptualizando “menina” a partir de “cabelos”, uma vez que, em nosso mundo, não parece haver nenhuma sorte de proporcionalidade entre o domínio “cabelos” e o domínio “menina”. Ora, o que eu proponho aqui é a *imaginação* primeva, ancestral, de um movimento físico em que o elemento “menina” se desloca, cinematicamente, do *arqui-frame* “cabelos”, representado pelo **lugar** “cabelos”,

como que se ex-traíndo de esse lugar,

como que se de-rivando de essa **substância**,

como que se se-parando de esse **estatismo morfo-semântico**

em **movimento sintático** de *lugar de onde*,

indiciador, pois, de origem e afastamento **a partir de** um continente caracterizador de seu conteúdo,

então se imagetizando “uma menina” que *metaforicamente* veio **de** lá,

proveio **de** o *arqui-frame* “cabelos”, que, se é composto por “cabelos **de** ouro”, caracteriza a menina como portadora da “ouridade” componente do conjunto ao qual ela pertencia porque estava em seu interior, e aí não houve “projeção entre domínios” — a projeção se deu em outra instância, em atribuir a “ouridade” aos cabelos, não em atribuir os cabelos à menina —, mas o que houve foi a metaforização do espaço físico na confecção imagética da Língua, por via da *imaginação* de um **movimento sintático**, exitoso porque propiciado pelo **estatismo morfo-semântico**: o elemento “menina” pôde deslocar-se, metafóricocinematicamente, do *arqui-frame* “cabelos” porque aí se tem um **lugar-substância**, estado de repouso que permite a atualização da mobilidade, assim como a parataxe permite a atualização das relações movimentais (vejam-se os itens II. 6 e, sobretudo, I. 2, em que, amparado em Ernout e Thomas (1953 [1951], p. 17), atribuo à parataxe a fundamentação da relação acusativa).

A movimentalidade metaforicamente efetuada pelo elemento “menina” a partir do *arqui-frame* “cabelos” e a movimentalidade metaforicamente efetuada pelo elemento “cabelos” a partir do *arqui-frame* “ouro” é o que caracteriza os elementos “menina” e “cabelos” como “uma menina provida de cabelos” e “cabelos dotados da cor do ouro”, efetivamente se caracterizando “uma menina provida de cabelos dotados da cor do ouro”, “uma menina loura”. Era essa a teleologia da Língua. Era mister expressar algo como “uma menina loura”, e foi **para isso** que se mimetizou o movimento cinemático de derivação, formulando-se uma Língua em que se formaliza, metaforicamente, esse

movimento — *de cabelos de ouro* — para expressar caracterização, uma Língua em cuja formação se metaforiza exatamente esse movimento como modo de formular caracterização, porque é esse o movimento caracterizador, uma vez que os elementos derivados são, de algum modo, fenomenicamente marcados pela instância da qual se derivaram, o que se parafrasearia, com sotaque primal, dizendo-se que “cabelos derivados do ouro são de ouro” e “menina que saiu de um espaço em que tudo são ‘cabelos dourados’ é uma menina dourada nos cabelos, uma menina loura”. Intralinguisticamente, o sintagma *de ouro* “adjetiva” o sintagma *cabelos*, e o sintagma *de cabelos de ouro* “adjetiva” o sintagma *menina*, porque o “ouro” aí imaginado caracteriza os “cabelos” que caracterizam a “menina” em questão, o que, por sua vez, é gerado pela origem metafórica dos “cabelos” e pela origem metafórica da “menina”, metaforicamente advinda, ela, dos “cabelos”, e metaforicamente provindos, eles, do “ouro”: a gênese metafórica propiciadora de tudo isso é a ontogênese linguística, dada, pois, pela movimentalidade, segundo o que proponho.

I. 1. Produtividade viral à última instância

“(…) as metáforas deslizaram do domínio espacial para absolutamente tudo na linguagem (…)” (DEUTSCHER, 2014 [2005], p. 198)

Radicalização do que aqui proponho quanto a lugar *de onde* e lugar *para onde* é a proposição de que todas as relações morfossintáticas sejam movimentais.

Decerto são movimentais as relações de “recorte”, preposicionadas. *Re-lações*, em rigor, são já recortes, uma vez que se dão *relativamente a*, implicando-se determinado recorte a partir do todo do mundo; já nas palavras *relação* e *recorte* há metáfora de movimento, mas aqui se está, de fato, usando a palavra *recorte* com vista a certa “relação” específica, sugestivamente a ideia de separação, *recorte*, a partir de determinado objeto do

mundo, não mais do que a ideia de aproximação em *relação* a determinado objeto do mundo e não mais do que as ideias de perambulação por determinado objeto do mundo e estagnação em determinado objeto do mundo. Vistas separadamente, a ideia de recorte sugere movimento de lugar *de onde*, porque implica mesmo separação, e a ideia de relação sugere movimento de lugar *para onde*, sem contradição com a presença do assim chamado prefixo *re-*, porque relação implica justamente aproximação a algum elemento, a algum objeto, e, por sua vez, tal aproximação implica separação a partir de outro elemento, de outro objeto: têm-se exatamente os movimentos-eixo da Sintaxe, que são **lugar *de onde*** e **lugar *para onde***, já que lugar *onde* é não-movimento (então é **movimento**, por associação *ex opposito*) e lugar *por onde* é movimento “indefinido”, grandemente análogo ao movimento circular, que, para Aristóteles¹²⁸, é menos movimento — relativamente ao movimento de separação e ao movimento de aproximação —, é o menos completo, considerado sem paradoxo o qualitativamente superior, porque o menos carente de movimento, o menos carente de si mesmo, visto que percorre os mesmos pontos; é, pois, o que mais se aproxima da imobilidade, do lugar *onde*, do não-movimento, de que se entende certo parentesco ontológico entre o “movimento” de lugar *onde* e o movimento de lugar *por onde*. A forte analogia entre o movimento circular, àquele modo caracterizado, e o movimento de lugar *por onde*, então irmanado ao “movimento” de lugar *onde*, permite estabelecer tipologia que biparta os movimentos entre, de um lado,

- “movimento” de lugar *onde* e movimento de lugar *por onde*

e, do outro lado — seção produtivíssima —,

- movimento de lugar *de onde* e movimento de lugar *para onde*.

¹²⁸ ARISTÓTELES, 2003 [século IV a.C.], livros VII e VIII; ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], livro XII

É nesse lado que se percebe com alta clareza que as relações expressas por sintagmas encabeçados por preposição trazem a metáfora do movimento já inscrita na preposição, conquanto haver preposição não seja condição para haver relação; nas línguas sintéticas, nomeadamente o Latim, a preposição é coadjuvante, não estabelece a relação, apenas a explicita: a explicitação recorrente é dada pelos casos, mas a relação existe porque a Língua é relacional, uma vez que a experiência humana é solidária, fadada às relações de mundo.

“(…) La préposition a un moins grand rôle en latin qu’en français. Les cas (...) la rendent souvent inutile (à la nature, *naturae*); il lui reste d’être employée là où les cas ne suffisent pas (*selon la nature, secundum naturam*).” (CROUZET, 1936, p. 73);

“(…) Preposição é palavra invariável que se antepõe a um nome ou pronome para exprimir, mais clara e exactamente do que com o uso do simples caso, uma circunstancia de tempo ou de lugar, de instrumento ou de modo, de causa ou de origem.” (PUPPO; RAVIZZA, 1917, p. 213);

“(…) *Preposição* é uma parte invariável da oração que se antepõe geralmente ao substantivo para exprimir uma circunstância de **tempo, lugar, modo**, etc.” (FREIRE, 1956, p. 79):

“exprimir [uma circunstancia]” “mais clara e exactamente do que com o uso do simples caso” é consideração mais útil do que aquela segundo a qual os casos tornam a preposição inútil (*supra*); as circunstâncias, porém, ali permanecem na tipificação do esquecimento de que “causa” é “origem” e “origem” é “lugar”, tipificação acolá inteiramente negritada — **“tempo, lugar, modo,”** — e sintomaticamente desfechada com “etc.”. Ora, o papel propriamente gerador que cabe à chamada preposição é fazer operar a metáfora do movimento, fazer metaforizar a relação, ausentes os casos. Se a relação já existe na Língua, se nas línguas sintéticas a preposição apenas a explicita, na ausência dos casos a “preposição” é que faz operar a metáfora do movimento, ou seja, no campo da representação que é a Língua, o acontecimento daquela metáfora se deve à chamada preposição: “(…) para exprimir o mesmo fenómeno de determinação, uma língua pode utilizar casos ou preposições (...)” (AUROUX, 1992; 2001, p. 89), determinação *para* efeito discursivo e *como* efeito da indiciação — ontogênica — da movimentalidade. Concebida uma Sintaxe Movimental, a “preposição”, longe de ser acessória, é, portanto, condão constitutivo da Língua.

“(…) mesmo nos casos em que a língua já alcançou uma grande liberdade e clareza abstrata na expressão das relações puramente intelectuais, geralmente ainda **transparece nitidamente a antiga significação espacial e, portanto, indiretamente, a significação sensível-material da qual originariamente provieram os termos** [o negrito é meu]. Que também nas línguas indo-germânicas¹²⁹ as ‘preposições’ inicialmente devem ter sido palavras autônomas,^[sic] comprova-se, entre outras evidências, pelo fato de que elas, na sua composição com raízes verbais, se encontram ligadas a estas de maneira bem frouxa, de sorte que em tais composições o aumento e a reduplicação, por exemplo, se inserem *entre* a preposição e a forma verbal (...). (...) Também o desenvolvimento de determinadas línguas indo-germânicas, por exemplo das línguas eslavas, mostra como ainda podem surgir ‘falsas’ preposições mais recentes, cuja significação material ou permanece viva na consciência lingüística, ou pode ser demonstrada pelos estudos histórico-lingüísticos [(...) Também em outras línguas declináveis, por exemplo nas línguas semíticas, estas novas formações são freqüentes; cf. por exemplo nos *Grundriss II*, pp. 421 ss.^[1] de Brockelmann^[1] a lista das ‘novas preposições’ que se desenvolveram nas línguas semíticas a partir de nomes de partes do corpo.]¹³⁰. **De um modo geral mostra-se com clareza que as formas indo-germânicas da declinação sempre serviram para representar determinações exteriores de ordem espaço-temporal ou de outra natureza intuitiva, e que somente a partir daqui passaram a adquirir progressivamente o seu posterior sentido ‘abstrato’.** [O negrito é meu.] Assim, o instrumental foi originariamente o caso da simultaneidade ou coexistência (*Mit-Kasus*)¹³¹, que depois passa a indicar o meio ou o motivo de uma ação, na medida em que a intuição da coexistência espacial se transforma¹³² na intuição da circunstância que acompanha e modifica.¹³³ [O negrito é meu.] Do ‘de onde’ espacial desenvolve-se o ‘através do qual’ de conotação causal [o negrito é meu], a partir do ‘para onde’ surge a idéia geral do objetivo e da finalidade [o negrito é meu] (...). Certamente a *teoria localista dos casos* não foi combatida apenas por razões da história da linguagem, como por considerações epistemológicas gerais, na mesma medida em que considerações desta mesma natureza foram utilizadas para fundamentá-la e sustentá-la. Se no sentido da

¹²⁹ “**INDO-GERMÂNICO**, *adj.* que diz respeito a índios e a germanos. || Termo empregado pelos filólogos alemães como sinônimo de *indo-europeu*: as línguas *indo-germânicas*.” (AULETE, 1958), uso denotador da centralidade germânica própria do contexto em que estava inserido Ernst Cassirer

¹³⁰ nota da citação

¹³¹ Vejam-se as notas 86 e, logo abaixo, 133.

¹³² Entenda-se “dá lugar a”, exatamente por atuação metonímica.

¹³³ É assim que nego a afirmação de Ernout e Thomas (1953 [1951], p. 101) segundo a qual “L’instrumental se confondait avec le locatif”. Em sentido nenhum se trata de confusão. Em sentido ontogênico, trata-se de contiguidade semântica; trata-se da percepção de “simultaneidade” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 225) sincretizada com “a intuição da circunstância que acompanha e modifica” (*idem, ibidem*), na medida em que a “simultaneidade” representada pela *situação* de mais de um elemento no mesmo espaço-lugar-*onde* pode ser interpretada como simultaneidade que implica atuação modificadora de um elemento sobre outro, ou seja, trata-se de uma “coexistência espacial” (*idem, ibidem*) metafórico-metonimicamente estendida em *circun-stância* que imprime um *modo*: rendosa contiguidade semântica que, em lato percurso metonímico, atua entre o espaço-lugar-*onde* da *gener*-alidade, o espaço-lugar-*onde* especificado em *lateral*-idade e o espaço-lugar-*onde* abstratizado na *median*-idade que se metaforiza em instrumento.

concepção localista foi afirmado que **todo desenvolvimento da linguagem e do pensamento, de um modo geral, deve partir do intuitivo, do ‘vital-concreto’, para atingir o conceitual**, e que, **assim, fica provado, por assim dizer, a priori o caráter originariamente espacial de todas as determinações dos casos** [os itálicos são do autor; o negrito e a sublinha são meus] (...), por outro lado foi contestado este argumento, sustentando-se que, desta maneira, o conceito da intuição é injustamente restrito a um campo particular determinado, ou seja, ao campo da intuição *espacial*. De acordo com este raciocínio, não apenas o movimento no espaço, mas também outras relações dinâmicas, tais como vitória e derrota, ação e resultado da ação, são dados imediata e intuitivamente, constituindo algo que é visto com os olhos (...). No entanto, esta objeção, levantada por B. Delbrück, não é sustentável, pelo menos na forma como aqui foi formulada. [sic] Porque a partir da análise do conceito da causalidade, realizada por Hume, não há dúvida de que não existe uma impressão sensível e tampouco uma intuição imediata daquilo que chamamos de processo do ‘efeito’. **Tudo o que nos é ‘dado’ da relação entre causa e efeito resume-se na constatação de determinadas relações espaciais e temporais, reduz-se a relações de justaposição e sucessão.** [O negrito é meu.] Mesmo Wundt, que se opõe ao ponto de vista localista, argumentando que a espacialidade de maneira alguma esgota *todas* as características sensíveis e intuitivas dos objetos, vem a atenuar a sua própria objeção, na medida em que, logo em seguida, reconhece que as propriedades espaciais têm uma vantagem característica pela qual se distinguem de todas as outras: **todas as outras relações sempre são, também, espaciais** [o negrito é meu], enquanto apenas as relações espaciais podem, por si só, constituir o conteúdo de uma intuição (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 224-6)

Tomada a afirmação “do ‘de onde’ espacial desenvolve-se o ‘através do qual’ de conotação causal”, note-se o percurso: **lugar de onde > lugar por onde > lugar por onde** de conotação causal; **lugar de onde > lugar de onde** de conotação causal > **lugar por onde** de conotação causal. Vê-se que a perambulação por um lugar implica a separação a partir de outro e, mais, a separação a partir de um lugar pode redundar na perambulação por outro, percepções de deslocamento que, realizada a mimese, metaforizam originariamente a expressão linguística: é a atuação da metáfora, de inspiração físico-espacial, o que configura a conotação, discursiva, de causa em

João morreu de fome

e a conotação, discursiva, de meio¹³⁴ em

João ilustrou-se em Filosofia por meio de Aristóteles,

João ilustrou-se em Filosofia por intermédio de Aristóteles,

João ilustrou-se em Filosofia mediante Aristóteles,

de que decorre a especificação instrumental, entretanto perfeitamente exprimível pela manutenção do advérbio de denotação físico-espacial *através* (*ad trans-versu*), na locução dita prepositiva¹³⁵ *através de*, graças à atuação da metáfora; aí se nota, pelo desdobramento metafórico, a legitimidade da cadeia

a bola correu através do campo

>

o processo deu-se através da História

>

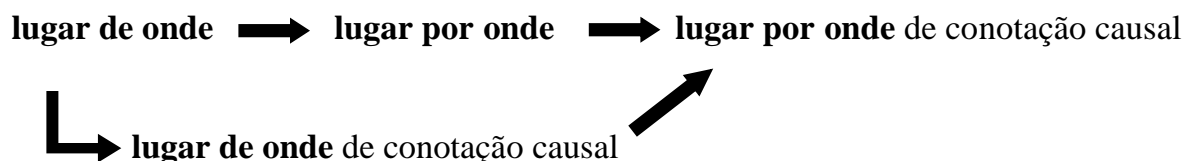
João ilustrou-se em Filosofia através de Aristóteles,

gradação da metáfora em que o ponto alto, grandemente metaforizado, acolhe a pretensão discursiva de que se possa tratar de “lugar por onde de conotação causal”, inteleccção segundo a qual Aristóteles, meio/instrumento, então **lugar por onde passa** o comportamento, justamente por isso haveria sido a causa eficiente da ilustração filosófica de João, ou seja, haveria sido o **lugar de onde se teria originado** aquela ilustração, o que, mais do que transcendência da discursividade **sobre a expressão**, *representa* exatamente a produtividade, viral, da metáfora **para a expressão**.

Note-se, pois, a produtividade em rede:

¹³⁴ “(...) Un complément de moyen apporte ainsi une détermination de lieu (...)” (ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. 101)

¹³⁵ “preposição complexa”, segundo a dicção funcionalista



(Figura 7),

em que a intuição da ideia de **lugar de onde** se desdobra, metafórica e *stricto sensu* metonimicamente, na intuição da ideia de **lugar por onde**, como extensão do ponto de origem a ponto(s) de continuidade, do **lugar** de origem a **lugar(es)** de continuidade; não menos, a mesma intuição da ideia de **lugar de onde** se desdobra, muito metaforicamente, na abstrata formulação da ideia de **causa**, segundo a percepção de que a causa seja o ponto de origem, o **lugar** da origem. Ainda que prescindir da possível gênese identificada com a intuição da ideia de lugar de onde, a intuição da ideia de **lugar por onde**, por sua vez, e também muito metaforicamente, desdobra-se na também abstrativa formulação da ideia de **meio**, ainda mais abstratamente sofisticada na ideia de **instrumento**, já que meio/instrumento é **lugar por onde** passa o comportamento que se realiza; não menos, a mesma intuição da ideia de **lugar por onde** se desdobra na abstrata formulação da ideia de **causa**, na chave de que a causa, *in medias res*, possa corresponder ao **lugar por onde** passa o comportamento, ou em consonância com a ideia de que meio/instrumento possa ser causa, uma causa ensejada pelo (meio)instrumento — em *João ilustrou-se em Filosofia por meio de / por intermédio de / mediante Aristóteles*, Aristóteles é a causa da ilustração de João, porque foi o instrumento por meio do qual a ilustração se deu, uma vez que a construção dessa ilustração passou por textos aristotélicos, então passando metonimicamente por Aristóteles, passando por aí, por esse **lugar**.

I. 1. 1. As instâncias da produtividade

Para a metáfora geradora de movimento sintático importam o lugar onde se está, o lugar por onde se perambula, o lugar de onde se sai e o lugar para onde se vai, mas de fato são os dois últimos os que propiciam os movimentos sintáticos decisivos para o que proponho como ontogênese movimental da Língua, uma vez que o movimento de *perambulação* é mesmo *frouxo*¹³⁶, irresoluto, “menos movimento” relativamente aos outros, e o “movimento da estaticidade” é movimento *ex opposito*, não-movimento para a percepção *a priori*¹³⁷, mimetizado, pois, como não-movimento. O paradoxo é que, em se estando em um lugar, relativamente a ele há três possibilidades: ou se permanece nele ou se perambula nele ou dele se sai; não se vai a lugar que seja ele mesmo, o que obriga a considerar **outro** lugar, que ainda “não é”. O lugar **para onde** é, pois, prospecção, projeção, busca, experiência ainda almejada¹³⁸, ao contrário exato do lugar **de onde**, que é experiência vivenciada, **caracterizadora**, então.

O rendimento imensíssimo da dita preposição *de* se deve, em grau que me parece bem seguro, à **caracterização** da substância sobre cuja ideia metaforicamente incide o movimento; deve-se, por assim dizer, à caracterização do objeto que “realiza” o

¹³⁶ Veja-se a etimologia *frouxo* < *fluxu*, como aquilo que se deixa passar, que se deixa *fluir*.

¹³⁷ Essa percepção passa por metaforizações altamente subjetivas, que resultam em expressões assim modeladas:

“Não é sensacional essa música? [Trata-se da Música francesa da primeira metade do século XVIII, “barroca” portanto.] (...) porém, essa execução [da peça que se acabara de escutar, “Entrada de Polymnie”, da ópera *Les Boréades*, de Jean-Philippe Rameau (1683-1764)] não faz jus à música: o **andamento** é bastante lento, quase **estático** (...)” (CULTURA FM / FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, maio de 2021; os negritos são meus).

¹³⁸ Veja-se, em

“*Mihi amanda est virtus.*”

(...) L’adjectif verbal en **-dus**, **-da**, **-dum** a son complément au *datif*.

Ex.: *Mihi amanda est virtus, la vertu doit être aimée par moi.*” (GEORGIN; BERTHAUT, 1942, p. 167),

a coadunação entre o dativo, lugar **para onde**, e a projeção deôntica própria do gerundivo, “adjectif verbal en **-dus**, **-da**, **-dum**”: o que deve ser experienciado ainda não foi, ainda não esteve no lugar da experiência, portanto ainda não voltou *de* lá, caracterizado por esse lugar; permanece, ao contrário, à espera dessa experiência, destinado **a(d)** esse lugar, voltado **para** lá, lugar **para onde**.

movimento sintático de separação, ou seja, o objeto que realiza o movimento **de onde**: *livro de João* é expressão metafórica de objeto — “livro” — que partiu do arqui-*frame* “João”¹³⁹, separou-se de tudo que representa a totalidade “João”, e essa totalidade caracteriza o objeto, porque, se, metaforicamente, ele se afastou dela, é no interior dela que metaforicamente estava ele, em relação de intimidade porque de pertinência — sendo ela como que hiperônimo dele —, o que permite caracterizá-lo relativamente a ela, experiência já vivenciada. Não me contradiz a posição de Heidegger (2008 [1967], p. 265-6):

“(…) A cama (…) não é madeira, mas apenas de madeira, *proveniente* da madeira; e é só algo diverso da madeira que pode ser de madeira; é por isto que jamais dizemos que um tronco de árvore é de madeira (…). Aquilo que é a cama segundo a *κατηγορία*, o utensílio que aparece desse e daquele modo, não possui [*sic*] uma relação absolutamente necessária com a madeira, poderia ser também de pedra ou de aço; o material de madeira é *συμβεβηκός*, só se *ajustou* àquilo que é ‘genuína’ e propriamente a cama (…).”

Ora, em *x de y*, “x” é **caracterizado** por “y”, o que já equivale a dizer que não se identifica a “y” — haja vista não se tratar da proposição *x é y* —; sem contradição, “x” é caracterizado por “y” **sendo-lhe diverso, porque dele se afasta**.

Exatamente ao contrário, a interpretação ou mesmo a validação do sintagma formado por nome substantivo + *para (per ad)* + (pro)nome substantivo parece apontar a percepção do que ainda não é realidade: *livro para criança* frequentemente se decodifica como “livro apropriado a criança”, “livro voltado a criança”, acrescentando-se a furtiva sugestão de fazer subentender um verbo posto no particípio perfeito e acorde com a ideia de lugar para onde (*apropriado, voltado* etc.); se a aposição (*) *livro para (criança)* é pouco aceita pelos mais radicais puristas da língua, a estruturação *livro destinado para (criança)* parece suprir a idealista ausência, uma vez que a inserção do particípio como que confere o que faltava ao entorno do núcleo linguístico *livro*, sobre cuja ideia referencial agora incide qualificação que a põe em movimento de aproximação à ideia

referencial do núcleo linguístico secundário (*criança*); a expressão participial de passado — como *destina-d-o*, *volta-d-o*, *apropria-d-o* —, exatamente expressão verbal de comportamento híbrida com expressão nominal de caracterização, promove caracterização advinda de comportamento já realizado, atribuição do efeito daquele comportamento: insere-se a sugestão de expressão de experiência já vivenciada — *destina-d-o*, *volta-d-o*, *apropria-d-o* — como suporte para a expressão de experiência ainda almejada — *para x* —, como suporte para a expressão da projeção. Quer dizer: a irrealidade do movimento *para onde*, sinteticamente materializável na Língua por meio daquele sintagma, requer a sugestão de expressão de experiência já vivenciada, um tipo de preenchedor imaterial daquela irrealidade, reponente imaterial da realidade.

Por isso é que — em continuidade da interpretação que proponho acima e com intenção de fundamentá-la demonstrativamente — não se aciona sintagma formulado ***pronome** substantivo + *para* (*per ad*) + (pro)nome substantivo: ora, exatamente a natureza vicária do **pro**-nome implica que ele ocorra na presunção de sua própria completude, o que impossibilita o acréscimo “*para* (*per ad*) + (pro)nome substantivo”, completação que pressuporia a incompletude do nome; *pronome + *para criança*, por exemplo, representa formulação em que o movimento *para onde*, sendo *onde* o lugar “criança”, deveria partir não de elemento vicário, (re)configurador referencial, ou seja, não de pronome, mas de **nome** cuja referência estaria, ao contrário, **para** configurar-se.

Na esteira da abstração que parece haver no movimento *para onde*, proponho específica relação de identidade entre o lugar *para onde* e o objeto direto. Classicamente expresso pelo **a(d)**cusativo, o dito objeto direto talvez resulte da gramaticalização do lugar *para onde*, uma vez que o elemento expresso por esse objeto é justamente o **lugar** para onde se volta o comportamento expresso pelo verbo, lugar depois entendido como “complemento” do “sentido” do verbo: conceba-se o processo

¹³⁹ Minha proposição de *arqui-frame* (veja-se a Introdução deste estudo) cabalmente se aplica a pronomes em geral, como representações de **lugares** com os quais se podem travar relações de deslocamento no espaço.

**admiror ad poetam*

>

(*ad*)*miror poetam*,

assim como sincronicamente em Português se tem

João a(d)tendeu a(d) o filho → *João a(d)tendeu o filho*.

Arqueologicamente, podem-se propor as seguintes imagens:

“envio olhar¹⁴⁰ de **admiração ao poeta**”,

“envio **admiração ao poeta**”,

“**dirijo-me** — note-se o sentido médio de *admiror*¹⁴¹ —(_(,) **admirado**(_(,) **ao poeta**”;

¹⁴⁰ “É no uso das palavras que os homens trançam os fios lógicos e os fios expressivos do olhar. *Contemplar* é olhar religiosamente (*con-templum*)

— “**contemplō**, ās, āre = contemplor. [§] **contemplor**, ātus sum, 1 [con- + templum], *tr. dep.* [Note-se a percepção do caráter médio (inserção minha).] Olhar atentamente para; contemplar (sent. próp. e fig.). (Obs.: *templum* = locus qui ab omni parte aspici, vel ex quo omnis pars videri potest).” (TORRINHA, 1945 [1937]) —.

Considerar é olhar com maravilha, assim como os pastores errantes fitavam a luz noturna dos astros (*con-sidus*).

— *Con-siderar algo ou alguém* interpreto como inseri-lo no *con*-junto dos *astros*, metáfora que não se oblitera no desdobramento *con-siderar algo ou alguém (como) x* (inserção minha). —

Respeitar é olhar **para** [o negrito é meu] trás (ou olhar de novo), tomando-se as devidas distâncias (*re-spicio*). E *admirar* é olhar com encanto movendo a alma **até** [o negrito é meu] a soleira do objeto (*ad-mirar*) [o negrito é meu]. (...)” (BOSI, in NOVAES, 2000, p. 78)

¹⁴¹ Exprimível sinteticamente pela forma passiva nas línguas sintéticas, analiticamente por pronome reflexivo nas línguas analíticas, o sentido médio — tradicionalmente dito “depoente” — eu considero (contra)exemplo de fenômenos pouco entendidos pela tradição gramática:

“(…) o normal é *alguém/ ri (de algo ou de outrem)*, i. é, padrão (...) [sujeito e verbo] (...) de verbo intransitivo (...) ou (...) [sujeito, verbo e objeto indireto] (...) de verbo transitivo indireto. Acrescentar aí um pronome reflexivo é acrescentar um objeto direto (...). Um objeto direto não lógico, natural, mas metafórico, figurado, para efeito expressivo (ênfase, efusividade da ação: cp. *sacudir-se*, *contorcer-se de riso*). [§] (...) *queixar-se* [“*Ninguém se queixou (do tratamento)*.”] (como *arrepender-se* e outros) não ocorre nunca sem pronome reflexivo. Este é difícil de interpretar como objeto direto (paciente da ação ou sentimento), mas a construção é idêntica (...) [a “*O caçador feriu-se*.”, “*Os amigos se cumprimentaram*.”, “*Eu me levanto cedo*.”, “*O corretor se riu (da proposta)*.”]: *x queixa-se*; *se se = x* (a mesma

“João **tendeu ao filho**”,

“João **dirigiu-se, a(d)tendente**,¹⁴² **ao filho**”,

“João **enviou a(d)tendimento ao filho**”.

peessoa, i. é, ‘reflexivo’), então *x/ queixa/ x* (...) [sujeito, verbo e objeto direto] (...) [oração] com verbo transitivo direto. Quanto ao objeto difícil de interpretar como tal, pode-se chamá-lo ‘objeto direto fossilizado ou obliterado’.” (LUFT, 1993, p. 12).

Ora, “chamá-lo ‘objeto direto fossilizado ou obliterado’” já é modo de interpretá-lo como objeto direto, “fossilizado” pela tradição de uso da Língua, cujos falantes decerto não o percebem à mesma maneira como percebem o pronome de *o caçador feriu-se* e o de *os amigos se cumprimentaram*, objetos diretos propriamente ditos, e isso significaria tratar-se exatamente de um “objeto direto obliterado” se não se tratasse de algo mais sutil: trata-se da voz verbal média, em que o sujeito realiza o comportamento, como na voz ativa, mas permanece nele, mergulhado nele, comprometido por ele, e o comprometimento no comportamento, nas línguas analíticas, pode ser iconicamente expresso por pronome reflexivo, correspondente ao sujeito — bem como por participio que caracteriza esse sujeito, como *ele é nascido, ela é nascida, lui è nato, lei è nata, il est né, elle est née* (em Francês, na grafia), e os respectivos plurais, também marcados (em Francês, na grafia), e *lui è morto, lei è morta, il est mort, elle est morte*, e novamente os respectivos plurais, também marcados (em Francês, na grafia), o que indicia os verbos *nascer/nascer/nâître* e *morrer/morire/mourir* como verbos de sentido médio, dada a natureza dos comportamentos designados —, aproximando-se o sujeito ao *status* de “paciente da ação (ou sentimento)”, paciente da *própria* ação (ou sentimento), porque nela *envolvido*. **Não se trata**, pois, simplesmente de “um objeto direto não lógico”, “não natural, **mas** [o negrito é meu] metafórico, figurado, para efeito expressivo (ênfase, efusividade da ação (...))”, como se se tratasse de um *procedimento*, contrário à natureza, artificioso, finalista *para* “efeito expressivo”, inexplicável a não ser estilisticamente; é fenômeno explicável ontogeneticamente, porque, não sendo procedimento “acrescentado aí”, é a icônica *imaginação*, em Língua, do envolvimento na própria queixa de quem se queixa, no próprio arrependimento de quem se arrepende: *imagina-se*, ontogeneticamente, o movimento de *lugar de onde* de quem, *envolvido* na própria queixa ou no próprio arrependimento, parte do lugar causador dessa queixa ou desse arrependimento, *de* lá se afasta, *queixando-se de, arrependendo-se de*.

Quem “se queixa de um tratamento” realiza “*x/ queixa/ x*” segundo certa hipótese etimológica que confere à semântica ontogênica do verbo *queixar-se* — verbo *essencialmente pronominal* — a ideia físico-concretiva de “**quassiare* (< lat. *quassare*, ‘mover; tremer (...)’ etc.)” (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital), como que “debater-se a si mesmo, inconformado por um incômodo”, tal quem *se contorce* de inconformidade — senão “*de riso*” —, a mesma reflexividade a se ver na etimologia dos verbos “*arrepender-se* e outros”. Coerentemente, a icônica expansão do sujeito em pronome que o reflete produz a imagem de alguém que parte do lugar causador do incômodo estando **envolvido** na inconformidade desse incômodo; segundo o exemplo dado, o sujeito parte **do** *arqui-frame* “tratamento”, **de** lá se afasta, *queixando-se do tratamento* ao qual fora exposto, “pronominalmente” marcando-se como sujeito comprometido pela realização do comportamento, metaforicamente realizando movimento de *lugar de onde*.

¹⁴² Aqui não uso parênteses em torno das vírgulas porque **dirigir-se atendente* é expressão etimologicamente redundante, o que requer a virgulação, rebaixadora do grau de coesão entre as partes: o rebaixamento do grau de coesão é fator lenitivo da redundância; note-se, por exemplo, a preconização de virgulação entre a oração (dita subordinada) adjetiva explicativa e seu nóculo sintático (veja-se o item II. 4 deste estudo; veja-se também ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*).

Consideradas as camadas semânticas da possível arqueologia, então se teria:

se envio olhar de **admiração** ao poeta,
 se envio **admiração** ao poeta,
 se me **dirijo**(,) **admirado**(,) ao poeta,
 então o poeta é objeto de minha **admiração**,
 então “**admiro** o poeta”;

se João **tendeu** ao filho,
 se João se **dirigiu**, **a(d)tendente**, ao filho,
 se João **enviou a(d)tendimento** ao filho,
 então o filho foi objeto do **a(d)tendimento** de João,
 então “João **a(d)tendeu** o filho”,

numa espécie de imissão entre lugar *para onde* e escopo do comportamento, metaforicizando-se “lugar” como “escopo”:

“(...) para a intuição concreta a finalidade¹⁴³ de uma ação sempre está estreitamente relacionada com a meta espacial que esta ação busca alcançar, assim como está intimamente ligada à direção na qual se desenvolvem os esforços para atingir a meta: conseqüentemente, são freqüentes as formas ‘finais’ ou ‘intencionais’ do verbo, construídas mediante o acréscimo de uma partícula, que, a rigor, serve para designar o lugar (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 210-1).

É de *lugar para onde* a imagem presente em

sum ad ecclesiam,

em que pese a uma tradição gramatical que parece pautar-se numa tipologia estreita para a qual é necessário separar do que se vê imóvel aquilo que efetivamente está em

¹⁴³ Arqueologicamente, aqui se está em segmento como que adverbial da Sintaxe, expressivo de circunstância de finalidade, metaforização do movimento de *lugar para onde*. Segundo o que proponho, esse *lugar para onde*, esse “para lá”, esse “relativamente a que”, esse elemento “em cuja função” se está (vejam-se, aqui, as páginas seguintes) é o que viria a ser interpretado como “objeto direto”.

movimento, como se o que se vê imóvel representasse uma espécie de norma fenomenológica e o que efetivamente está em movimento houvesse ingressado em estado de exceção:

“(…) Bien que *ad*, dans la plupart de ses emplois, implique une idée de mouvement, cette notion ne lui était pas nécessairement attachée, et il lui arrive de marquer la proximité avec repos: *stare ad ianuam* (Cic., *de Or.* [Cícero, *De Oratore*] 2, 353) ‘être debout à la porte’; *pons qui erat ad Genuam* (Cés., *B. G.* [César, *Bellum Gallicum*] 1, 7, 2) ‘le pont qui était près de Genève’. D’autre part, *apud* s’employait d’ordinaire sans mouvement, et avec des personnes: *apud nos est conuiuium* (Pl., *St.* [Plauto, *Stichus*] 663) ‘il y a banquet chez nous’; *apud populum loqui* ‘parler devant le peuple’.

Aussi des confusions se produisaient-elles. *Ad* était substitué à *apud*: *ad amicam potare* (Pl., *As.* [Plauto, *Asinaria*] 825) ‘boire chez son amie’; *agere ad populum* (Cic., *Ph.* [Cícero, *Orationes Philippicae*] 12, 17) ‘parler devant le peuple’, et aussi à *in* + *abl.*: *esse ad uillam* ‘être à la maison de campagne’ (locution usuelle); *ad Opis* (sc. *templum*) *manere* (Cic., *Ph.* [Cícero, *Orationes Philippicae*] 1, 17) ‘rester au temple d’Ops’; *ad exercitum manere* (Cés., *B. G.* [César, *Bellum Gallicum*] 5, 53, 3) ‘rester à l’armée’.

De son côté, *apud* s’employait au lieu de *ad* pour marquer la proximité avec des noms de choses: Pl., *Am.* [Plauto, *Amphitruo*] 350: *quid apud hasce aedis negoti est tibi?* ‘qu’as-tu à faire près de cette demeure?’; Cés., *B. G.* [César, *Bellum Gallicum*] 2, 7, 3: *paulisper apud oppidum morati* ‘étant restés quelque temps devant la ville’,^[sic] — parfois même avec mouvement (non class.): Sal., *H.* [Salústio, *Historiae*, fragmentos (edição Maurenbrecher, 1893)] 1, 119: *ille Conisturgim apud legiones uenit*; souvent en bas latin: Itala, *Gen.* [“(sc. *uersio*) (...) nom donné aux traductions latines de la Bible antérieures à celle de saint Jérôme” (ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. XVIII), *Gênesis*] 43, 9 (...): *si non adduxero eum apud te* (πρὸς σέ); Cassiod., *Hist.* [Cassiodoro, *Historia tripartita*] 5, 16: *ueniret apud eum*. Comme *ad*, enfin, il était substitué à *in* + *abl.*: *apud aedem* (S. C. Bac. [“*Senatus consultum de Bacchanalibus*” (ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. XIX)]) ‘dans le temple’ (= *in aede*); *apud emporium atque in macello* (Pl., *Am.* [Plauto, *Amphitruo*] 1012) ‘à la bourse et au marché’; *apud uillam* (Pl. [Plauto], *Tér.* [Terêncio]; Cic., *Ver.* [Cícero, *In Verrem*] 4, 48) ‘à la campagne’, à côté de *ad uillam* (...)” (ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. 34-5).

“Aussi des confusions se produisaient-elles.” (*supra*): a tipologia que se pretende não decorre das confusões pretendidas. Não é “na maior parte de seus empregos” (*supra*) “que *ad* (...) implique uma ideia de movimento” como “noção (...) acoplada” (*supra*), porque não se trata de noção que lhe tenha sido *atribuída*, sendo, antes, a noção definidora de sua natureza; sem paradoxo, “marcar a proximidade com repouso” (*supra*) não lhe toca acidentalmente, mas compõe-lhe a natureza movimental, uma vez que a noção de “proximidade” é uma noção de *tendência a movimento*, na exata medida em que aquilo

que está “próximo” é aquilo que se *ad*-proxima, segundo a imagem do movimento de *lugar para onde*.¹⁴⁴ O “estar próximo” guarda em si a imagem do “ter-se *ad*-proximado”, do “estar *ad*-proximando-se”, do “vir a *ad*-proximar-se”, ou seja, o “estar próximo”, ainda que visto “com repouso” (*supra*), não é o marco zero do movimento, mas é a potência da mobilidade:

“(…) os gregos concebem a mobilidade a partir do repouso. Aqui é preciso distinguir entre mobilidade e movimento, assim como entre o estado de repouso e o repouso. Mobilidade refere-se à essência a partir da qual são determinados movimento e repouso. O repouso, então, é considerado como a ‘interrupção’ (παύεσθαι Met. Θ [ARISTÓTELES. *Metafísica*, Livro 9, Θ] 6, 1048 b 26) do movimento. A falta de movimento pode ser computada como caso limítrofe desse (= 0). Mas precisamente esse repouso concebido como uma variante do movimento possui mesmo assim a mobilidade como a sua essência. O mais puro desenvolvimento de sua essência deve ser procurado não onde o repouso significa a interrupção e a suspensão do movimento, mas onde a mobilidade se reúne no *manter-se em quietude*, e essa manutenção interior não exclui a mobilidade, mas a inclui, sim, não só a inclui mas abre-a em preparo (...)” (HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 296; citação componente, aqui, das notas 26 e 197).

É nessa razão que “*apud* se empregava no lugar de *ad* para marcar (...) proximidade (...) às vezes mesmo com movimento” (ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. 35, *supra* no original), observadas, entretanto, as modalizações “parfois” (*idem, ibidem*), “même” (*idem, ibidem*), e a convicção com que se afirma a ideia de “substituição” — “était substitué à” (*idem, ibidem*), “s’employait au lieu de” (*idem, ibidem*) —, convicção que parece presumida num critério normativo ao arrepio da cronologia exemplificada: embora ao lado de exemplos tardios, a arcaicidade de autores como Plauto e Terêncio (*idem, ibidem*) não exemplifica nenhuma sorte de inovação linguística, em que algo se teria posto “no lugar de” outro; ora, *ad* e *apud* não se substituem nem normativa nem diacronicamente, mas comutam-se, ambos imersos em sua partilhada natureza

¹⁴⁴ Todavia se veja, em Torrinha (1945 [1937]), a forte presença daquela tipologia:

“**ad** (...) designa: *a) quietação*: junto de, nas proximidades de, ao pé de, em casa de; *b) movimento*: em direcção a, para, para casa de, a, contra; *c) tempo*: à aproximação de, até. (...)”,

em que, incluído o fator *tempo*, parece desconsiderar-se a movimentalidade de todos os fatores.

movimental de *lugar para onde*, a mesma natureza movimental do *caso acusativo* que a ambos atende em sua construção. Não há casualidade no fato “normativo” de ambas as “preposições” “regerem” o mesmo acusativo do *lugar para onde*, sempre aí *lugar para onde*, a despeito do “repouso” que se visualize a olho nu; não há fortuidade naquela comutação, em que a especialização semântica de cada unidade não oblitera sua natureza partilhada, em comunhão com a imagem ontogênica do sempre **movimento** de *lugar para onde*, mesmo com aparência de “repouso”; não “se geravam confusões”, mas cada unidade se *con-fund*-ia na unidade maior da ontogênese.

Essa proposição de unidade reputo confirmada por todas as ocorrências do exemplário acima (*idem*, p. 34-5). Ali se pretende exemplificar diferenças; aqui pretendo ilustrar a unidade. Ali, diferenças descritas, não tematizadas; aqui, uma unidade essencial. Não é casual nem fortuita a identidade da tradução

“parler devant le peuple” (*idem*, p. 35)

para ambas as formulações

agere ad populum (*idem*, *ibidem*)

e

apud populum loqui (*idem*, *ibidem*),

em que não há evasão “d’autre part” (*idem*, *ibidem*) para o emprego ordinário de *apud* “sem movimento” (*idem*, *ibidem*), porque há movimento-*devant* partilhado entre

apud

e

ad,

há movimento metafórico em direção *a(d)* o povo *a(d)* quem se fala, há a imagnetização de movimento de *lugar para onde*, sendo o “povo” o **lugar**-meta do falar, o lugar *para* onde se *dirige* o comportamento cujo escopo é atingir esse mesmo lugar e *agir* sobre ele, assim como, em

ad exercitum manere (idem, ibidem)

e em

ad templum Opis manere (idem, ibidem),

há o movimento do “*manter-se em quietude*”, em que “essa manutenção interior não exclui a mobilidade, mas a inclui” e “*abre-a em preparo*” (HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 296), ou seja, a presença do próprio verbo da “*quietude*” não exclui, ela mesma, a presença da mobilidade, na coerência ontogênico-movimental da construção

manere ad,

“*rester au temple d’Ops*” (ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. 35), “*rester à l’armée*” (*idem, ibidem*), em um

“*rester à*”

que parece negar que “*ad était substitué à (...) in + abl.*” (*idem, ibidem*), porque pressupor a quietude essencial do ablativo-locativo não é exigência para que se tenha a movimentalidade potencial do acusativo, então pressupor a coerência ontogênico-paratática da construção

in + ablativo-locativo

é apenas congênere a pressupor a coerência ontogênico-movimental da construção

ad + acusativo,

pressuposições paralelas, centradas na coerência ontogênica; é sobre essa mesma coerência que se formaliza a imagem de

manere ad exercitum

e a imagem de

manere ad templum,

“permanecer no exército, então *como que* diante dele, para ele voltado”,

“permanecer no templo, então *como que* diante dos elementos que o compõem,
como que se voltando para suas unidades”,

na medida em que se concebe “templo” como um todo, mas isso não exclui a concepção de suas unidades, imagetizando-se o

“estar no conjunto-templo, dentro desse conjunto, ali como que imerso”

e aí mesmo se pressupondo a imagetização do

“estar em relação não de imersão,
mas de lateralidade com os elementos que já internamente compõem o conjunto,
então estar *como que* diante desses elementos,
como que se voltando para essas unidades”.

Assim é que se formaliza o

movimento *ex opposito* de *lugar onde*,

in + ablativo-locativo,

sendo o *lugar* o conjunto “templo”, aparente concretude, entretanto quase-abstração se considerada a ontologia de suas unidades; bem assim se formaliza o

movimento de *lugar para onde*,

ad + acusativo,

sendo o *lugar* a subsunção de cada unidade componente desse mesmo lugar, subsumindo-se ao templo as paredes e as estátuas que lhe são componentes, unidades diante das quais se está, voltando-se *para* elas, como se está voltado para as unidades componentes de todo e qualquer lugar-conjunto:

▪ “*esse ad uillam (...)* (locution usuelle)” (*idem, ibidem*), estando-se no campo ou “na casa de campo”, “*à la maison de campagne*” (*idem, ibidem*; o realce é meu),

imersão-*lugar-onde* no conjunto(-casa)-campo,

lateralidade-*lugar-para-onde* relativamente aos elementos que compõem o conjunto, como que se estando diante desses elementos, voltando-se para essas unidades;

▪ “*apud uillam* (Pl. [Plauto], Tér. [Terêncio]; Cic. (...) [Cícero (...)]) ‘à la campagne’” (*idem, ibidem*), à também “usual” equivalência *avant la lettre* do contemporâneo *être à Paris*,

imersão-*lugar-onde* no conjunto-campo,

lateralidade-*lugar-para-onde* relativamente aos elementos que compõem o conjunto, como que se estando diante desses elementos, voltando-se para essas unidades;

▪ *paulisper apud oppidum morati* (*idem, ibidem*),

imersão-*lugar-onde* no conjunto-cidade,

lateralidade-*lugar-para-onde* relativamente aos elementos que compõem o conjunto, como que se estando diante desses elementos, voltando-se para essas unidades, imagetização expressa na decodificação “*étant restés quelque temps devant la ville*” (*idem, ibidem*);

▪ *quid apud hasce aedis negoti est tibi?* (*idem, ibidem*),

imersão-*lugar-onde* no conjunto-casa,

lateralidade-*lugar-para-onde* relativamente aos elementos que compõem o conjunto, como que se estando diante desses elementos, voltando-se para essas unidades, imagetização expressa na decodificação “*qu’as-tu à faire près de cette demeure?*” (*idem, ibidem*), tradução discursivamente competente, entretanto encobridora das relações originais, de ontogenia triplamente movimental, em que se têm

(1) movimento de *lugar de onde* metaforicamente realizado pela entidade substantiva representada por *quid*, que está em *pró* do *nome* que discursivamente responderá à *interrogação* que se formula, ou seja, na expressão linguística o *pronome*

interrogativo representa a entidade substantiva que se separa do *arqui-frame* “assunto”, “atividade”, “negócio”, perguntando “quê?” do conjunto “negócio” está em jogo, “que parte?” daquele “todo” recobrirá a questão, *quid* de todo o *negotium* efetivamente *est*, sendo *negotium* o *lugar de gênese* de *quid*, lugar de pertencimento e então caracterização dessa substância, “*quid negot-i est?*”, *lugar de onde*, lugar **de** onde a substância **se afasta**,

(2) movimento de *lugar para onde* metaforicamente realizado pela essencialidade intransitiva representada por *est*, verbo essencial que corresponde ao comportamento por sua vez realizado por aquela entidade substantiva representada por *quid*, indagando-se “*quid est?*”, ou seja, indagando-se “quê?” esse mesmo sujeito *quid* “é”, assim bem se representando aproximação da essencialidade intransitiva ao *arqui-frame* “tu”, então se expressando o lugar-escopo da essencialidade, o ponto de *interesse* ao qual a essencialidade *se dá*, “que é para ti?”, *dativo de interesse, tibi*, em movimento de *lugar para onde*, lugar **para** o qual **se vai** em busca do interesse almejado mas ainda não alcançado, lugar de prospecção,

(3) movimento de *lugar para onde* que metaforicamente pode haver sido realizado pela essencialidade intransitiva representada por *est*, bem como pode haver sido realizado pela entidade substantiva representada por *quid*, ou seja, movimento metafórico incidente sobre toda a sentença, uma vez que indicia o lugar em direção ao qual se volta a entidade representada por *quid* mas então se volta sendo o que é, somente *é* se voltada para esse lugar, representando-se aproximação ao *arqui-frame* “esta casa”, *has aedis*¹⁴⁵, em movimento de lugar **para** o qual **se vai**, lugar de prospecção, lateralidade-*lugar-para-onde* relativamente aos elementos que compõem o conjunto, como que se estando diante desses elementos, voltando-se para essas unidades, ou relativamente ao conjunto inteiro, estando-se diante desse conjunto, voltando-se para ele, *lugar para onde*;

¹⁴⁵ Aí se tem a forma arcaica *aedis* do acusativo plural clássico *aedes*: entenda-se *has aedes*, excluída a “partícula demonstrativa” *-ce* da formulação original *hasce aedis*. (Vejam-se, no subitem II. 1. 4, minhas reflexões sobre o falso jogo entre plural e singular que há em *aedes*, plural, “casa”, “singular”.)

▪ *apud aedem (idem, ibidem),*

imersão-*lugar-onde* no conjunto-templo, singular *aedem*, “dans le temple” (*idem, ibidem*), “= *in aede*” (*idem, ibidem*) sem exclusão da lateralidade-*lugar-para-onde*,

lateralidade-*lugar-para-onde* relativamente aos elementos que compõem o conjunto, como que se estando diante desses elementos, voltando-se para essas unidades;

▪ *apud emporium atque in macello (idem, ibidem; os negritos são meus),*

imersão-*lugar-onde* no conjunto-empório e no conjunto-açougue, sem exclusão da lateralidade-*lugar-para-onde* na imagetização específica do conjunto-empório, em função de possível especificidade semântico-pragmática na concepção espacial de um conjunto relativamente ao outro e consequente especialização na imagetização de cada um, então consequente especialização *ad hoc* em suas formalizações,

lateralidade-*lugar-para-onde* relativamente aos elementos que compõem o conjunto-empório, como que se estando diante desses elementos, voltando-se para essas unidades, bem como estendida lateralidade-*lugar-para-onde* expressa na decodificação “à la bourse et *au* marché” (*idem, ibidem; os realces são meus*).

É, pois, mesmo de *lugar para onde* a imagem presente em

sum ad ecclesiam,

assim como em

pons qui erat ad Genuam (idem, p. 34),

stare ad ianuam (idem, ibidem),

ad amicam potare (idem, p. 35),

aí sob intransitividade verbal não maior do que a dos verbos *esse* e *stare*, intransitivos por excelência, segundo o que proponho,

apud nos est conuiuium (idem, ibidem),

si non adduxero eum apud te (idem, ibidem),

aí verbo de transitividade satisfeita por seu “objeto direto” propriamente dito, *eum*, à mesma imagem movimental de *lugar para onde* de *apud te* e de *apud nos*,

ueniret apud eum (idem, ibidem),

ille Conisturgim apud legiones uenit (idem, ibidem),

sempre imagem, sempre movimento, sempre aproximação, *lugar para onde*, então sempre sendo *ecclesiam* o lugar **per a(d)** onde se está **voltado**, ao qual se está **voltado**, em **direção** ao qual se está, em frente **ao** qual se está, lugar expresso pelo **a(d)**cusativo formalizador do “objeto direto”, aqui lugar expresso pelo **a(d)**cusativo formalizador do “objeto” **per a(d)** onde se está **voltado**, **objeto-lugar** que propugno originador do “objeto direto”, por extensão que emblema a gramaticalização que então proponho, segundo a passagem do que é mais propriamente *locativo* para o que é mais propriamente *efetivo*, no sentido estrito daquilo que recebe o *efeito* de um comportamento e é mesmo seu objeto: aí, não bem “a trajetória de gramaticalização [que se] manifesta (...) na passagem do concreto para o abstrato” (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 54), já que não estão em jogo ali a natureza referencial do objeto nem a natureza referencial do lugar, que pode ser lugar imaterial, mas, cabalmente bem, a trajetória de gramaticalização que se manifesta na passagem da *expressão* concreta de **lugar**, o qual pode ser referencialmente material ou não, para a *expressão* abstrativa do **lugar como escopo da atuação do comportamento, objeto** tencionado pela realização de um comportamento cuja natureza de algum modo implica atuação sobre um objeto, o qual pode ser referencialmente i-material ou material. À abstratização da expressão corresponde a abstratização não da “passagem” (*supra*), mas do acrescentamento semântico

objeto-*lugar* mais propriamente *locativo* →

→ objeto-*lugar* mais propriamente *efetivo*,

ou seja,

objeto-*lugar* “complemento/adjunto adverbial para onde” →

→ objeto-*lugar* “objeto direto”,

sem que se *passse* da semântica locativa à sua ausência, sem que se deponha a inspiração concretiva, sem que, portanto, o “objeto direto” deixe de ser **lugar**. Veja-se o rendimento dessa possibilidade nas expressões **adverbiais** em “**acusativo** regido pela preposição *ad*” e em “**acusativo** regido pela preposição *in*”, expressões abstrativas que, uma vez adverbiais, indicam circunstância sem deposição da inspiração concretiva, sem obliteração da primeira semântica locativa — metaforizada — que pressupõe a presença de uma substância, categorialmente a mesma substância, material ou não, redundada no “objeto direto” que se pode enxergar no acusativo.

I. 2. Sobre a natureza *paratática* do acusativo

“(…) Todas as imagens estão ausentes, o céu está vazio, mas o movimento está ali, vivo, sem embate, ritmado — é o movimento quase imóvel, silencioso. (...)” (BACHELARD, 1998 [1942], p. 136)

Sobre a natureza do acusativo, a leitura do primeiro parágrafo do capítulo “**L’acusatif**” de Ernout e Thomas (1953 [1951], p. 17) parece nada revelar de surpreendente:

“(…) L’acusatif (*accusatiuus casus*) est par excellence le cas du **complément direct d’objet**: *urbem statuo, epistulam scribo*, et les verbes qui se construisent avec un régime à l’acusatif sont dits transitifs, parce qu’ils font ‘passer’ (lat. *transire*) l’action du sujet sur l’objet.”

A impressão é desfeita se se atenta à afirmação de que os verbos que se constroem em acusativo são *ditos* transitivos, ponderação que ganha sentido no segundo parágrafo:

“Toutefois, avant d’avoir la forme d’un complément grammatical, l’accusatif a dû être employé comme **une détermination autonome**: à l’origine, dans une phrase comme *urbem statuo*, il n’était pas ‘régé’ par le verbe; celui-ci indiquait l’acte de *construire*, et la forme *urbem* lui était ‘apposée’ comme précisant en vue de quoi la *construction* était faite (= quant à une ville). Aussi, par survivance de cet état, l’accusatif se rencontre-t-il encore pour apporter une qualification auprès de verbes intransitifs (*uiuere uitam tutiorem*), ou pour marquer la relation, que le verbe soit intransitif (*id gaudeo*) ou transitif (*id cogo omnes*). Ailleurs, la détermination était d’ordre spatial ou temporel: accusatif d’étendue (*tria milia recessit*); accusatif de durée (*tres annos regnavit*); accusatif caractérisant le terme du mouvement (*eo Romam*), d’ordinaire avec préposition (*eo in urbem*). Les différents emplois, qui, à l’époque historique, subsistent ainsi à côté de l’accusatif complément d’objet direct, sont les restes d’une fonction ancienne de caractère plus général. Ils se laissent ramener à une idée commune d’extension.” (*ibidem*).

O que aquela ponderação parece fazer é pôr em plano irrelevante a “transitividade” do verbo, categoria criada para postular como **característica** a previsibilidade segundo a qual certos e muitos verbos “**fazem** ‘passar’ (...) [*trans-itar, trans-ir*] a ação do sujeito *sobre* e, então, *para* o objeto” (*supra*; a “tradução” e o negrito são meus). A categorização que bipolariza os verbos em *transitivos* e *intransitivos*, de acordo com a previsibilidade **característica** de, eles mesmos, **fazerem** a ação transitar e então “regerem” acusativo ou não fazerem a ação transitar e então não “regerem” acusativo, afirmando-se que um verbo “é transitivo” ou “é intransitivo”, teria sido uma categorização já descolada de certo momento arcaico da Língua, uma categorização estabelecida em função do aquilamento daquela previsibilidade já então característica, por sua vez resultante de um processo de gramaticalização, conceito formulado fora do âmbito de Ernout e Thomas (*idem, ibidem*) e por mim acatado justamente para proveito do que proponho como formulação do “objeto direto” segundo a permanência do caráter de *lugar para onde*. Aqui, *passim* neste estudo, tomo em consideração o núcleo semântico do verbo e a conseqüente *transição* do comportamento aí expresso, *trans-ição para* um polo de *ad-proximacão*, escopo para o qual se migra, para onde o movimento se dirige, para onde expressamente se destina o comportamento que atua sobre algo, portanto algo que parece mesmo semelhar-se à ideia

de “objeto” buscado e pressuposto — é aproximadamente assim que ao longo deste estudo, *passim*, me exprimo —, e aí bem se vê, então, que assumo a transitividade como fator provido de validade ontológica. Não se esqueça, entretanto, que “polo” ou “escopo” é **ponto** metafórico no espaço, é um **lugar** que, na formulação da Língua, metaforicamente representa o elemento, material ou não, relativamente *a(d)* o qual se realiza *ad-proximação*, *para* o qual se *trans-ita*, **para onde** o movimento se **dirige**. Assim, na negativa de uma apreciação mecanicista do fenômeno da “regência” em acusativo — mecanicismo já sugerido pelas aspas de Ernout e Thomas (*idem, ibidem*) na palavra *régi* (*supra*), em “il [o acusativo] n’était pas ‘régì’ par le verbe” (veja-se, aqui, à nota 125, o exemplo com que ilustro o conteúdo de minha propugnação ali presente) — e ao contrário de negar a movimentalidade ontogênica que proponho, a validade ontológica do que veio a ser entendido como “objeto” semântico do comportamento expresso pelo verbo, “objeto” previsto pelo núcleo semântico daquele comportamento, é uma validade ontológica que é mesmo corolário expressivo da movimentalidade, porque essa movimentalidade, cinemático-metafórica ou, igualmente bem, metafórico-cinemática (jamais deposto o caráter cinemático), é o que *formaliza*, ou seja, expressa em *forma* de Língua, a ontologia segundo a qual o comportamento de “construir” pressupõe um “objeto” que se constrói.

O que estou fazendo aqui — agora eu mesmo — não é propor uma dupla natureza para aquele objeto, a natureza de lugar fixo e a natureza de lugar para onde o movimento vai. O objeto em si mesmo é o que ele é — uma casa se for uma casa, uma cidade se for uma cidade — e precisa ser representado em Língua, incluídas aí suas relações com outros elementos; é na *representação* em Língua que o objeto é *representado* como um lugar fixo, **lugar onde** em si mesmo, que é precisamente o que denomino **estatismo morfo-semântico**; para a expressão de suas *relações* é que, *relativamente* ao objeto, se metaforiza o movimento, um movimento metafórico-cinemático, um movimento *sintático-relacional* que se pode conceber se, e apenas se, aplicado sobre aquele **estatismo** morfo-semântico, uma vez que se pode metaforizar o movimento se, e apenas

se, aplicado sobre elementos estáticos¹⁴⁶, relativamente aos quais, apenas doravante, se dá o movimento metafórico, e é por essa razão que propugno um **estatismo morfo-semântico** como condição para **movimento sintático**. Têm-se, portanto, dois estatutos em jogo, um estatuto de **estatismo** e um estatuto de **movimento**, um **estatismo** correspondente à natureza do elemento representado pelo item lexical e sua plástica representativa, ou seja, um **estatismo morfo-semântico**, e um **movimento** que preconizo como *formalizador* da sintaxe, um **movimento sintático**, que, em *forma* de Língua, expressa *relações*. Não proponho, assim, eu mesmo, uma dupla natureza para o ponto a que se dirige o comportamento verbal, ponto *relativamente* ao qual se metaforiza o movimento cinemático, ao modo de uma *aplicação metafórica*, mas o qual é, em si, representativo de um lugar fixo, dotado do estatismo próprio do **lugar onde**. É, porém, à guisa de propor uma dupla natureza do que veio a ser entendido como “objeto direto” que Ernout e Thomas (*idem, ibidem*) atribuem ao acusativo o *status* primevo de “uma determinação autônoma” “aposta” ao que seria a expressão do comportamento em si mesmo, por exemplo o comportamento de “construir”, e, ao mesmo tempo, propõem a **aposição** como definidora de **relação**, “forme (...) ‘apposée’ comme précisant en vue de quoi la *construction* était faite (= quant à une ville) (...) pour marquer la relation” (*supra*), ou seja, uma **aposição para a qual os olhos se voltam quando buscam aquilo relativamente a que o comportamento se dá**. Ora, isso que interpreto como dupla natureza proposta por Ernout e Thomas (*idem, ibidem*) parece mais do que contemplar os dois estatutos que eu mesmo proponho, o estatuto de **estatismo** e o estatuto de **movimento**; para a relação acusativa, parece apontar o modo como esses estatutos tenham interagido, segundo uma relação movimental de lugar para onde impressa pela “marca” de acusativo na expressão estática daquilo em relação a que está o comportamento em si mesmo, o que parece evocar o assim chamado “acusativo de relação”¹⁴⁷, expressão, entretanto, cuja redundância está no próprio caráter relacional dos

¹⁴⁶ Veja-se a nota 117.

¹⁴⁷ “Na prosa pós-clássica e sobretudo na poesia (mesmo clássica), em vez do ablativo de limitação, encontra-se o **acusativo usado à maneira grega**, mormente com os adjetivos ou participios passivos, para

casos. **Está inscrita nos casos a metáfora movimental promotora das relações.**

Em linguagem já tradicional,

“*Caso* é uma **categoria** gramatical associada ao sintagma nominal, cuja função sintática na frase ele traduz. (...)” (DUBOIS *et al.*, 1978 [1973], p. 99; o negrito é meu);

a virtude dessa definição me parece estar no fato de se entender “caso” não como marca, mas como **categoria**, uma “**categoria** gramatical” (*supra*; o negrito é meu), para mim sobretudo uma categoria metafórica, metafórico-movimental. É isso que se particulariza na proposição de “une fonction ancienne de caractère plus général” (ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. 17), “une idée commune d’*ex-tension*” (*idem, ibidem*; os realces são meus): uma ideia geral de uma *ex-tensão* generalizadora, ou seja, uma ideia geral de movimento.

Essa ideia geral de movimento é o que proponho como condão promotor da relação entre o comportamento expresso pelo verbo e o objeto sobre o qual incide esse comportamento. Aí está o ponto nevrálgico do que proponho aqui: o que estabelece aquela relação não é a marca de acusativo, ausente nas línguas analíticas, bem como não é a posição frasal do vocábulo ou da locução ou de toda a expressão a representar aquele objeto, posição altamente móvel nas línguas sintéticas; o que estabelece aquela relação não é nada *stricto sensu* formal, não é nada segmentável, mas é a metaforização do movimento, um movimento de *lugar para onde* metaforicamente empreendido entre o verbo, expressão do comportamento, e o vocábulo ou a locução ou toda a expressão a representar o objeto sobre o qual incide esse comportamento. Nas línguas sintéticas, o que

designar a relação, a parte material ou o ponto de vista a que se restringe uma afirmação: **Femur ictus**, ferido na coxa; **Romanus genus**, romano de origem; **feminae nudae brachia**, mulheres de braços nus (lit.: nuas quanto aos braços): **os humerosque deo similis**, semelhante a um deus no rosto e nos ombros. Êsse acusativo chama-se **acusativo de relação**.” (LIPPARINI, 1961, p. 45), “(...) indiquant non pas l’objet, mais l’étendue de l’action, auprès de verbes transitifs ou intransitifs (...) [§] Ce sont surtout des verbes de sens abstrait (de sentiment, d’effort, etc.): Tér., An. [Terêncio, *Andria*] 362: *id gaudeo* ‘je m’en réjouis (quant à cela)’, en face de *gaudere aliqua re* (...)” (ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. 27),

pluralidade de usos que há de subsumir-se a uma generalidade abarcadora, segundo a abrangência da expressão *em relação a*: “o ponto de vista a que **se restringe** uma afirmação” (*supra*; o negrito é meu) é a **extensão** em que ela se alarga, “l’*étendue*” (*supra*; o negrito é meu) em vista de que o comportamento se realiza

a *marca* de acusativo faz é *marcar*, apenas marcar, a relação *ad*-cusativa de *lugar para onde*, apenas indiciar o movimento de *lugar para onde* empreendido metaforicamente pela ontogênese da Língua, metafórica por excelência, fenômeno que identicamente ocorre quando da formalização de expressões *stricto sensu* adverbiais em “acusativo regido por *ad*” e em “acusativo regido por *in*”. Nas línguas analíticas, o que a posição frasal faz é *demarcar*, apenas demarcar, a conveniência da proximidade imediata, no espaço da frase, entre a expressão do comportamento verbal e a expressão do objeto sobre o qual incide esse comportamento, na mesma relação “*ad*-cusativa” de *lugar para onde*, em movimento (sempre movimento) de *ad*-proximação do comportamento *a(d)* o objeto, *ad*-proximação da expressão do comportamento *a(d)* a expressão do objeto. O que estabelece a relação acusativa é, pois, a metaforização do movimento, é a própria metaforicidade intrínseca à ontogênese da Língua, é o movimento em si mesmo, aí movimento metafórico de *lugar para onde* que vai do comportamento (e sua expressão) a(a expressão d) o ponto de incidência, vai do comportamento (e sua expressão) a(a expressão d) o lugar-objeto ao qual se dirige o comportamento, vai do comportamento de “construir” (e sua expressão, congênere de *construir*) ao lugar-objeto “casa” (e sua expressão, *casa*), bem como vai do mesmo comportamento, “construir” (e sua expressão, congênere de *construir*), ao lugar-objeto “um poema” (e sua expressão, *um poema*) se ora o que se constrói é um poema, assim como se poderia construir “a ficção dos cabelos de Medusa”, alijando-se do rol de possibilidades motivadoras a previsibilidade discursivo-pragmática que faz pensar que se construam casas e não os cabelos de Medusa. Assim, o que estabelece a relação acusativa, segundo o que proponho, não é a “materialidade” morfológica, não é o hábito de colocação frasal, não são as presunções discursivo-pragmáticas, mas é a metaforicidade movimental da Língua.

Há aí, todavia, a exigência de indagar como essa metaforicidade efetivamente se atualiza, acionando-se como movimento entre verbo e “objeto”, já de plano sem o subsídio “material” representado pelas desinências verbais que asseguram a atribuição do comportamento ao sujeito, sem nenhum subsídio “material” rigorosamente específico,

além da marca “polissêmica” que *acusa* alguma relação “acusativa”, sem nenhum elemento que assegure a atribuição do comportamento ao objeto. É a dupla natureza que entendo proposta por Ernout e Thomas para o acusativo (*idem, ibidem*), ou seja, o *status* primevo de “uma determinação autônoma” “aposta” ao que seria a expressão do comportamento em si e, ao mesmo tempo, a aposição como aquilo em vista de que o comportamento se faz, é essa natureza dupla e, como tal, cumulativa, é essa espécie de intuição de ambiguidade o que ora me conduz, uma vez mais, à consideração da **parataxe** como fator primal constitutivo das relações. A expressão da determinação está ali, autonomamente *aposta*, então *posta* como *lugar onde*, a reclamar um olhar também autônomo, como que vindo de fora da frase, invadindo-a num movimento de *lugar para onde* estabelecedor da relação que ali estava em germe paratático. Adiante neste estudo (veja-se o Capítulo II, *caput*), definirei *parataxe* como aquilo que, em si mesmo, é *ausência* de relação, à maneira de autonomia dos elementos, precisamente *ausência de explicitude relacional*, segundo a qual “os elementos lexicalmente fundantes da mensagem estão ali [assim como está ali a expressão da determinação acusativa], entregues em sua própria explicitude, mas suas relações não se doam àquilo que se diz, como que bastando-se a si mesmas, travando-se sobre autonomias ali presentes numa espécie de intercomunicação silenciosa (...) um arranjo que, ao contrário da evidência, requer ser interpretado, *arranjo de autonomias*”, definição reconhecidamente pessoal a que cheguei (e aqui prenuncio entre aspas) segundo minha intuição prévia de uma notável ambiguidade ora caracterizadora da parataxe, como aquilo que firmemente faz travar as relações sem as explicitar, como se *relacionasse sem relacionar*, ou, rigorosamente, sem dizer as relações as estabelecesse em profundidade. **A parataxe é que, segundo o que proponho, fundamenta a relação acusativa**, porque na ambiguidade da parataxe é que se dá a dialética de um estatismo morfo-semântico ser entendido como receptor de movimento sintático, sendo polo desse movimento, lugar fixo correspondente àquela determinação autônoma sobre a qual se lança o olhar caminhante que vai do verbo ao “objeto”, caminha da expressão do

comportamento em si à expressão do lugar-objeto que parece acolher a incidência desse comportamento.

É na parataxe que está a possibilidade de engendrar, sobre verbos “intransitivos”, formulações como

id gaudeo (supra)

e aquelas que considero correlatas vernáculas, como

correr touros (HOUAISS, 2001):

tomada a sério a intransitividade do verbo *correr* — expressão de um comportamento que não transita para nenhum polo, uma vez que cessa nas próprias pernas do sujeito que o realiza —, o que se tem aí é a expressão do comportamento em si mais a expressão de um elemento relativamente ao qual se efetiva a intenção do comportamento, um elemento posto ali para que *em relação ao que ele expressa* se efetive aquela intenção. O que se pretende dizer por meio da expressão inteira, *correr touros*, é que, factivamente, se põem touros a correr, em deslizamento semântico que me parece muito pequeno, porque se trata mesmo de uma corrida, do ato e do efeito de correr — ou do ato e do efeito de executar passos próprios do toureio, que são passos ágeis, análogos à corrida, ou são passos que induzem o touro a correr —, estando o interesse da construção na própria construção sintática, não no possível deslizamento semântico entre “correr” e “fazer touros correr”, em que a semântica do comportamento “correr” em verdade não “desliza” e mais bem se mantém: a construção sintática, aqui sempre semântica, indicia haver aí algo de adverbial, à feição mesmo de circunstancial, porquanto a intenção do comportamento se efetiva segundo a circunstância de *estar para algo*, ou seja, a intenção do comportamento se completa *em relação* ao elemento cuja expressão se apõe à expressão do comportamento. Há mesmo aí uma espécie de irmandade vernácula com o “acusativo de relação”, que defino como um elemento apostado para que *em relação ao que ele expressa* se enuncie a maneira como o comportamento se efetiva ou o modo como a

caracterização se dá, uma aposição representativa “pour indiquer la relation, c’est-à-dire sous quel rapport vaut l’affirmation énoncée” (ERNOUT; THOMAS, *idem*, p. 27) (veja-se meu comentário às citações presentes na nota 147); a redundância entre os termos *acusativo* mais *relação*, que apontei acima, resolve-se na coerente ambiguidade do elemento por eles nomeado: o caráter nominal-substantivo do *acusativo* é posto na circunstância relacional da *relação*, ou seja, o estatismo morfo-semântico daquilo que expressa a “determinação autônoma” é um estatismo posto em movimento de *circunstância* pela intenção de relação, uma **circun-**stância como que adverbial, e tudo isso é operado pela parataxe, uma vez que a própria **aposição** é definidora da **relação**. Pouco me aproveita, porém, reiterar o *status* ambíguo entre o que se passou a entender como complemento verbal, objeto direto, *correr touros*, e o que teria sido algo adverbial, “realizar o comportamento de correr **relativamente a touros**”, ambiguidade em que a parataxe que proponho haja cedido passo à sentença de hipotaxe que parece assegurar ora tratar-se de um verbo “transitivado”, *correr*, e de seu claro objeto direto, *touros*; pouco me aproveita porque pouco ultrapassa a descrição do que aí se vê: a possibilidade da formulação *correr touros* está na ontogenia do acusativo, uma ontogenia que diz que aquele “algo adverbial” é, segundo o que proponho, exatamente o que define o *status* genérico de tudo que se veio a entender como objeto direto, no rigoroso sentido de que se tem aí um **ponto ad quem**, um **lugar para onde se volta** a atenção do olhar, um **polo ao qual se aproxima** a intenção do comportamento. **O interesse ontogênico não está na dita “transitivação” do verbo; está na arqueológica aposição do nome, na medida em que essa aposição, paratática, foi, já por si, condição suficiente para que se estabelecesse a relação.** Ou seja, de acordo com minha interpretação, **não é que o verbo se “transitive”, mas o nome é que se apõe; parataticamente, apõe-se, e entra em** **RELAÇÃO ESPAÇO-MOVIMENTAL SEGUNDO A DIALÉTICA DA PRESENÇA DE MOVIMENTALIDADE (RELACIONAL) NA PRÓPRIA ESTATICIDADE (SUBSTANTIVA) DA PARATAXE.** Assim é que se tem o caráter eminentemente espacial do que se passou a entender como objeto direto, que, então, é essencialmente **lugar**, precisamente resultado

do movimento metafórico de *lugar para onde*, a atestar a essencial movimentalidade da Língua.

Para minha hipótese de que todo e qualquer “objeto direto” seja originalmente *lugar para onde*, solicito acima que se veja o que chamo “rendimento dessa possibilidade” nas expressões **adverbiais em acusativo**, expressões que indicam a *espacialidade* que considero própria da *circun-stância* adverbial com manutenção da primeva semântica *substantiva* que faz pensar no acusativo como “*objeto*”. Antes disso, observar esse “rendimento” aproveita-me tanto para minha proposição da permanência de traço substantival no advérbio quanto para minha ampla e totalizante postulação de uma “produtividade viral” da “inspiração” linguístico-ontogênica exercida pelo espaço físico-concretivo e pelos movimentos cinemáticos aí realizados, motivação substantiva no engendro abstrativo da Língua.

Também proveitoso para minha hipótese do caráter espaço-movimental daquilo que se passou a entender como objeto direto é lembrar o que tradicionalmente se chama “duplo acusativo”, mais proveitoso ainda para minha interpretação de que haja ali, naquele caráter espaço-movimental, uma **fundamentação paratática**: o “duplo acusativo”, que não é entidade de faceta dupla, razão por que prefiro dizer *dois acusativos*, são mesmo dois acusativos respondentes a um único verbo, porém um co-respondente ao que se passou a entender como objeto direto e um co-respondente ao que se passou a entender como objeto indireto, ou seja, um acusativo corresponde propriamente ao objeto sobre o qual incide o comportamento verbal, e o outro acusativo corresponde propriamente ao destinatário desse comportamento, ambos, entretanto, *acusativos*, como se foram dois objetos equivalentes, o que considero notável fenômeno, tão notável quanto inexplicado pela tradição que conheço, e para o que proponho uma interpretação também por via da parataxe.

A tradição que conheço e reconheço como disciplinadora dos pontos que ela mesma entende relevantes para a inteligência da Língua confere a esses pontos um tratamento que lhes não ultrapassa a superfície de ocorrência, porque os concebe como pontos relativamente isolados e porque não os concebe ontogenicamente. Isso equivale a

dizer que essa tradição colabora não para a inteligência da Língua, mas para sua descrição, como que esquemático-fotográfica, em se tratando da tradição descritivista, ou para o manejo de seus usos, em se tratando da tradição pedagógica, que, para ensinar, não prescinde também de certo descritivismo. De cunho fortemente pedagógico, Lipparini (1961, p. 37-40) assim descreve

“§ (...) O DUPLO ACUSATIVO.

**1. Numa Pompilius a Romanis rex creatus est.
Numam Pompilium Romani regem creaverunt.**

Os verbos que na construção passiva têm, como sabemos, duplo nominativo,^[sic] na construção ativa têm **duplo acusativo**, i. é, um acusativo do objeto (*Numam*) e um do predicativo (*regem*).

2. Os verbos que têm duplo acusativo são:

a) os verbos que significam nomear, chamar, eleger e semelhantes (*creo, eligo, declaro, renuntio, etc.*): **Ancum Marcium** *populus regem creavit* [*sic: regem*, não itálico, mas negrito, segundo o padrão tipográfico aqui adotado (predicativo do objeto)];

b) os verbos fazer, tornar (*facio, efficio, reddo*): **Neminem pecunia beatum fecit**, o dinheiro jamais fez alguém feliz;

c) os verbos dizer, nomear, chamar (*dico, voco, appello, nomino*): *Romulus urbem ex nomine suo Romam vocavit* [item assimilável ao item a];

d) os verbos considerar, julgar, reputar, ter em conta de (*habeo, puto, existimo, arbitror, duco, numero, iudico*): *Senatus Antonium hostem iudicavit*,^[sic] (mas: *habere alqm. pro*¹⁴⁸ *hoste*, considerar alg. como inimigo);

e) os verbos ter, tomar, dar, receber (*habeo, addo, do, accipio, adiungo, summo*): *Cicero collegam habuit Antonium*;

f) os verbos *cognosco, agnosco, invenio, video, me praebeo, me praesto* (mostro-me): **Me tuae dignitatis fautorem agnosces.**

(...)

4. Uma forma especial de duplo acusativo encontra-se usada com os verbos de movimento,^[sic] compostos com *trans* (...). Temos assim o acusativo da pessoa ou coisa transportada, e o do lugar para além do qual foi feito o transporte: *Caesar exercitum Rhenum transduxit*, César levou o exército para o outro lado do Reno.

5. Repete-se a preposição quando é expresso o lugar para onde o objeto é transportado: *Caesar exercitum trans Rhenum in Germaniam transduxit*. [Vejam-se observações que teço quanto à ocorrência “3” de minha “Apreciação analítica**”, subitem II. 1. 3 deste estudo, em que trato a redundância como “desenho harmônico da redundância, que, em Língua, explicita coerência”. Aqui, a coerência está em explicitar a ideia de “trans-porte” tanto na expressão do próprio comportamento de “trans-portal”, “**transduxit**”, como na expressão**

¹⁴⁸ Vejam-se, nos § finais do item II. 4 e no item II. 6, minhas reflexões sobre o **advérbio** *prō*.

do lugar para além do qual se realiza esse comportamento, “**trans Rhenum**”. Compõe a coerência a explicitação do lugar *para onde* se realiza, “*in Germaniam*”, ora mediante a “preposição” *in*, distribuindo-se as “preposições”, *trans* e *in*; são ambas, aqui, “preposições” de *lugar para onde*, por isso ambas acompanhadas de *a(d)*cusativo, lugar para onde se realiza *trans*-porte e lugar para onde propriamente se realiza *a(d)*proximação, uma *a(d)*proximação que se pode efetivar em *in*-gresso. Se há aí redundância, o que se tem é uma espécie de redundância altamente especificativa, em que as intenções da mensagem não obliteram as conformações ontogênicas.]

6. O acusativo de lugar persiste também na construção passiva: *Exercitus Rhenum a Caesare transductus est*. [Rigorosamente isso não precisaria ser diferente, porque o papel do acusativo não muda em função da voz verbal, o que em princípio tomaria inoperante este inciso. Explicitar a persistência da presença do acusativo revela, porém, a percepção de um particular estranhamento, que eu atribuo à ausência da relação, emergente na frase, entre o verbo na voz ativa e algum aparato de complementação, em alguma medida esperado; o verbo na voz ativa faria mesmo esperar algum complemento sobre o qual incidiria o comportamento ativo-transitivo, e o verbo na voz passiva não gera essa expectativa e bem parece rechaçá-la, por não haver atividade a transitar para nenhum elemento, não incidindo sobre elemento algum. Ora, a combinação entre a voz passiva e a presença de um elemento “completivo”, aí a expressar em acusativo “o lugar para além do qual foi feito o transporte”, é uma combinação que atesta a **autonomia, paratática, do acusativo**, segundo o que proponho. Vejam-se abaixo minhas considerações interpretativas da presença de *um* acusativo — não *duplo acusativo* — em contexto passivo.]

(...)

§ (...) DUPLO ACUSATIVO COM DOCEO, EDOCEO, CELO.

1. Os verbos **doceo, edoceo, celo**,^[sic] têm dois acusativos: um da pessoa a quem se ensina ou se oculta algo, outro da coisa que se ensina: *Doceo te grammaticam*, ensino-te a gramática; *hanc rem te celavi*, ocultei-te esta coisa.

2. Com *doceo* e *edoceo* o acusativo da coisa permanece também na construção passiva: *grammaticam a me doceris; discipuli docentur latine loqui*¹⁴⁹; *haec a te docemur*. [Vejam-se abaixo minhas considerações interpretativas da presença de *um* acusativo — não *duplo acusativo* — em contexto passivo.]

Mas^[,] se a coisa ensinada vem expressa por substantivo, é melhor usar, em vez de *doceor*, um sinônimo (*instituo* ou *imbuo* com o ablativo; *disco* com o acusativo). Assim, em vez de se dizer: *grammaticam a te doceor*, é preferível dizer *grammaticam a te instituo* ou *grammaticam a te disco* (aprendo gramática contigo).

(...)

¹⁴⁹ Veja-se Torrinha (1945 [1937]): “na *pass.*, *ac. de coisa* **ou inf.**” (o negrito é meu); cito abaixo.

4. Quando *doceo* e *edoceo* significam ‘informar, fazer saber, tornar ciente’, levam a coisa para o ablativo com *de*: *doceo aliquem de aliqua re*¹⁵⁰, informo alguém de alguma coisa.

(...)

(...)

Nota. — Se a coisa em que alguém é instruído é um instrumento ou objeto material, coloca-se no ablativo: *docere aliquem armis*¹⁵¹, *fidibus*, *equo* (ensinar alguém a esgrimir, a tocar lira, a andar a cavalo), etc.”.

Parece que aí se tem como “duplo acusativo” qualquer uso de dois acusativos não-coordenados, incluído o acusativo predicativo do objeto direto, posto numa espécie de relação de espelhamento com o nominativo predicativo do sujeito, percepção que rejeitarei aqui (veja-se, no Capítulo II, *caput*, minha reflexão sobre os predicativos); quanto à generalização do uso da rubrica “duplo acusativo”, note-se a ressalva de Ernout e Thomas (*idem*, p. 35):

“(…) Parmi les faits qui entrent sous cette rubrique, est à mettre à part le double accusatif ‘attribut’, c’est-à-dire celui d’un accusatif d’objet et de l’attribut qui s’y rapporte, auprès des verbes ‘faire, appeler, nommer, estimer’, etc.: *creare aliquem consulem* ‘nommer qqn consul’ (...)”.

em que se considera que se deva “pôr à parte” o “duplo acusativo” correspondente a objeto direto mais seu predicativo. Por sua vez, o fenômeno do “**duplo acusativo**” **objeto direto mais destinatário**, ou seja, “objeto direto” mais “objeto indireto”, é, no 2º § de Lipparini (*supra*; *idem*, p. 39-40), tão somente descrito como se não representasse nenhuma incongruência sintática segundo o partilhado entendimento daquelas funções, tais quais invariavelmente as concebemos.

A coexistência dos dois acusativos parece mesmo exigir alguma tematização, uma vez tomada a sério a incongruência que há entre a identidade dos acusativos e a aparente disparidade de suas funções. O que em verdade aí estaria tomado a sério é o modo como nós interpretamos essas funções, sobremaneira quando uma é entendida como função de “objeto direto” e a outra é entendida como função de “objeto indireto”. Em

¹⁵⁰ Veja-se Torrinha (1945 [1937]); cito abaixo.

¹⁵¹ Veja-se Torrinha (1945 [1937]); cito abaixo.

doceo te grammaticam,

exemplo useiro e vezeiro de “duplo acusativo”, interpretamos o acusativo *grammaticam* como um acusativo de fato correspondente ao objeto sobre o qual incide o comportamento verbal, um “objeto direto” esperado, previsto pelo núcleo semântico do comportamento de “ensinar”, porque esse comportamento é o que é na medida em que incide sobre um “objeto”, que é “diretamente” aquilo que se ensina, *objeto* do comportamento de expor a modo didático um *objeto*, ainda que não denunciado na explicitude da formulação; consoante a maneira como o mundo se organiza, não menos esperado é o que logo acima identifiquei como aquilo que “corresponde propriamente ao destinatário” do comportamento, muito propriamente a seu *beneficiário*, aquele que dele se beneficia porque é aquele em função de quem ele se realiza, aquele que, segundo a mensagem de *doceo te grammaticam*, representa uma espécie de *objeto para quem* o comportamento de “ensinar” é executado, considerando-se, em nosso mundo, uma atitude lamentavelmente esquizofrênica a atitude de “ensinar a *ninguém*” (ainda que o “alguém” a quem se ensine também possa não ser denunciado na explicitude da formulação), pressupondo-se, pois, a existência daquele *a quem* se ensina, aquele *objeto para quem* e em função de quem outrem se empenha no comportamento de versar a modo didático sobre um *objeto*, ou seja, aquele *objeto para quem* alguém ensina um *objeto*, atuando diretamente sobre esse *objeto* (e modificando-o como “objeto ensinado”) e atuando como que indiretamente sobre o *objeto para quem* se ensina (e relacionando-se com ele ao torná-lo “objeto beneficiário”), algo equivalente a um “*dativo* de interesse” que se poderia dizer “*dativo* de benefício”, *tibi*, expresso em *acusativo*, *te*, o que parece gerar a sensação de que algo esteja errado na construção, por faltar a expressão esperadamente dativa, por sobejar a expressão acusativa. Ora, se, em vez de pensar no verbo *docere* como “o comportamento de versar a modo didático sobre um *objeto*”, pensarmos como “o comportamento de instruir alguém sobre um objeto”, decerto o *objeto do comportamento* “instruir” será percebido como aquele que é instruído, fazendo-se-lhe associar um acusativo de fato correspondente ao objeto sobre o qual incide o comportamento verbal,

um “objeto direto” esperado, previsto pelo núcleo semântico do comportamento de “instruir”, porque esse comportamento é o que é na medida em que incide sobre um “objeto”, que é “diretamente” aquele que se instrui, *objeto* do comportamento de instruir alguém sobre um objeto, ou seja, o acusativo que antes se esperava para “a coisa ensinada”, dito mesmo “acusativo de coisa”, satisfeito pela expressão *grammaticam*, agora se esperará para “a pessoa instruída”, dito “acusativo de pessoa”, ora satisfeito pela expressão *te*, e a expressão *grammaticam* é que causará espécie, gerando a sensação de que algo esteja errado na construção, por sobejar a expressão acusativa, por faltar uma expressão iconicamente *ablativa*, que indiciasse circunstancialmente aquilo *sobre que* a pessoa é instruída, o objeto sobre o qual alguém é instruído, aquilo *em que* a pessoa é instruída, o objeto no qual alguém é instruído, em metafórica expressão de *lugar onde*. Assim é que se percebe o interesse de uma pesquisa, todavia nem sempre exitosa, sobre o que venho chamando “núcleo semântico do comportamento”, “núcleo semântico do verbo”, pesquisa arqueológica sobre o núcleo semântico do verbo componente da formulação sob análise, porque a aproximação à significação arqueológica, *etimológica*, é capaz de irrigar a intelecção das funções arqueologicamente possíveis.

Ainda aí, porém, se está longe de uma intelecção do fenômeno dos dois acusativos, uma vez que, sob qualquer entendimento do verbo ali presente, parece incontornável a sensação de que falte lugar sintático para um dos dois acusativos, porque já se tem o lugar sintático do “objeto direto” preenchido por um deles, e essa sensação, como tal, não se confunde com nenhum tipo de pensamento esquemático, mas fundamenta-se na intuição de que um comportamento incide sobre um objeto cuja natureza de algum modo se coaduna com a natureza do comportamento, o que talvez exclua incidência sobre qualquer outro objeto com cuja natureza a natureza do comportamento não se coadune; segundo a formulação *doceo te grammaticam*, o comportamento, uma vez entendido como “ensinar”, incide sobre um *objeto* sobre o qual se possa versar didaticamente, como, por exemplo, “gramática”, *grammaticam*, uma “coisa”, que pode ser “ensinada”, “explanaada”, satisfazendo-se aí o *acusativo-objeto-direto sem que reste lugar sintático para qualquer acusativo de natureza semântico-sintática diversa*, como, por exemplo,

“você”, “tu”, *te*, uma “pessoa”, que não pode ser “ensinada” no sentido próprio daquilo sobre que se versa, não pode ser “explanada” — por natureza, o que se *ex-plana*, o que se *ex-plica*, são objetos epistêmicos, são narrações, são “coisas” —, assim como o “mesmo” comportamento, uma vez entendido como “instruir”, incide sobre um *objeto* que se possa informar sobre algo, ser informado sobre algo, ser “instruído” a respeito de algo, como, por exemplo, ora sim, o objeto “você”, “tu”, *te* — “instruir-te em gramática” —, uma “pessoa”, que pode ser “instruída”, “informada”, igualmente se satisfazendo o *acusativo-objeto-direto* **sem que reste lugar sintático para qualquer acusativo de natureza semântico-sintática diversa**: disso se excluem situações em que se tenham acusativos “coordenáveis”, à maneira de

doceo te grammaticam, rhetoricam, dialecticam,

a que se poderiam acrescentar *musicam, mathematicam* e exatos infinitos elementos, porque todos se resumem e resumiriam ao mesmo elemento como categoria, uma categoria reduplicada a bem da exigência discursiva, *o objeto direto como categoria reduplicado como discursividade*; ora, isso não é o que se tem entre

te

e

grammaticam (rheticam, dialecticam, musicam, mathematicam...),

porque, embora *grammaticam* e *te* sejam, ambos, acusativos e, portanto, segundo o que proponho, representem a mesma entidade linguística inspirada pelo movimento metafórico de *lugar para onde*, guardam intenções sintaticosseânticas diversas, conforme procurei demonstrar aqui, e a divergência sintaticosseântica patenteia a impossibilidade de que se tenham como termos “coordenados” ou mesmo “coordenáveis”, definindo-se a impossibilidade de que dividam o mesmo lugar sintático, impondo-se a aparente impossibilidade de que partilhem o mesmo estatuto de acusativo.

É isso o que fundamenta a intuição presente nos parágrafos de Lipparini (*idem*, p. 39),

“(…) Com *doceo* e *edoceo* o acusativo da coisa permanece também na construção passiva: **grammaticam a me doceris** (...)”

Mas_[,] se a coisa ensinada vem expressa por substantivo, é melhor usar, em vez de *doceor*, um sinônimo (*institutor* ou *imbuor* com o ablativo; *disco* com o acusativo). Assim, em vez de se dizer: *grammaticam a te doceor*, é preferível dizer **grammaticā a te institutor** ou **grammaticam a te disco** (aprendo gramática contigo).”,

em que a sensação de ausência de iconicidade daquilo que seria equivalente a

“eu sou ensinado gramática”,

do latino

doceor grammaticam,

mesmo sob a acomodação

“eu sou ensinado em gramática”

do mesmo

doceor grammaticam,

se propõe substituir pela conformidade semântica do que seria equivalente a

“eu sou instruído em gramática”,

do latino

institutor grammaticā,

em que *institutor* não é “um sinônimo” (*supra*) de *doceor* — se fosse, a substituição não precisaria ser “preferível” (*supra*) —, mas evoca a iconicidade que há na formalização da imagem de “alguém ser ‘instruído’ *em* algo”, passiva correspondente a “‘instruir’ alguém *em* alguma coisa”, *instituire aliquem aliquā rē*, incidindo-se sobre um *objeto* que possa ser informado sobre algo, ser “instruído” a respeito de algo, como, por exemplo, o objeto “eu”, *ego* — “instruir-me em gramática” —, uma “pessoa”, que pode ser “instruída”, “informada”, iconicamente *em* um objeto de instrução, *em* um objeto de informação, metaforicamente como que **dentro** desse objeto, então objeto-*lugar-onde*,

ou se propõe substituir pela solução *ex opposito* representada pelo que seria equivalente a

“eu aprendo gramática”,

do latino

disco grammaticam,

em que *disco* simplesmente evoca a iconicidade que há na formalização da imagem de “alguém aprender algo”, em que o comportamento de “apoderar-se de algo”, como que o *apreendendo*, metaforicamente “agarrando-o com as mãos”, incide sobre um *objeto* que se possa *apreender* didaticamente, como, por exemplo, “gramática”, *grammaticam*, uma “coisa”, que metaforicamente pode ser tida com as mãos, “*a(d)*garrada” por metafórico movimento de *a(d)*proximação, *lugar para onde*. Ora, a sensação de ausência de iconicidade de

doceor grammaticam,

“eu sou ensinado gramática”,

é a mesma sensação de ausência de iconicidade de

doces me grammaticam,

“ensinas me gramática”, “ensinas-me gramática”,

doceo te grammaticam,

“ensino você gramática”;

essa sensação parece perturbar o discurso que apenas relata que

“o acusativo da coisa permanece também na construção passiva:

grammaticam (...) *doceris*”

(*supra*),

embora se ressalve que, diante da expressão de uma substância, “se a coisa ensinada vem expressa por substantivo” (*supra*), então se deve proceder a outros usos, mas a perturbação que aí se vislumbra não se resolve, porque não se tematiza, e não se tematiza porque não penetra no que decerto é aí o ponto central, o necessário estranhamento que

deve haver diante daqueles dois acusativos ou de sua equivalência passiva, representada pela coexistência de um nominativo e de um acusativo em que um deles parece não caber no lugar semântico-sintático já ocupado pelo outro; se “eu sou ensinado”, se assim é, estando expresso ou não o *ego* nominativo, já está dito que o “ensinado” sou eu e não pode mais ser outra coisa, não mais pode ser “uma coisa”, não só porque já é “uma pessoa”, mas sobretudo porque já se tem *o que* é ensinado, emblemando-se o que parece mesmo ser impossibilidade de coexistência.

Muito entretanto, de um ponto de vista estritamente ontogênico, tudo isso se desfaz. Desfaz-se a sensação de que falte lugar sintático para um dos dois acusativos, uma vez que a sensação de falta de lugar sintático é uma sensação do espírito de um falante já formado na *hipotaxe*. Do ponto de vista da *parataxe*, não tem importância o faltar lugar sintático, e efetivamente não falta, porque o lugar sintático é como que um só, lugar essencial, lugar da substância, atualizado em pontos substanciais. Ora, a coexistência dos dois acusativos emblema precisamente a existência da *parataxe*, e essa interpretação é, toda ela, uma elaboração que me empenho em realizar não somente em prol de uma intelecção da coexistência dos acusativos, mas sobretudo para a proposição de uma fundamentação paratática do caráter espaço-movimental da própria Língua. Não bastaria que eu apenas dissesse que formalizar em **acusativo** a expressão do **destinatário** do comportamento — *te* em *doceo te grammaticam*, *te*-acusativo mesmo em se tomando *docere* como “ensinar”, “ensinar algo a ti” — indicie a semântica original de *lugar para onde* constitutiva do que se passou a entender como categoria geral de “objeto direto”, como o pacífico acusativo *te* em *uideo te*, “vejo te”, “vejo-te”, em que *te* representa o lugar sobre o qual diretamente incide o comportamento de “ver” e por isso mesmo não deixa de ser **destinatário** desse comportamento, ***lugar para onde o comportamento se dirige para diretamente incidir ali***; não bastaria porque isso não dissolveria a sensação de incongruência relativamente à mesma formalização em acusativo da expressão daquilo sobre que em *doceo te grammaticam* o comportamento diretamente incide —

grammaticam, também se tomando *docere* como “ensinar” —; é necessário um terceiro elemento, denominador comum, e esse papel é cumprido pela parataxe, assim desenhável:

$$grammaticam \leftarrow doceo \rightarrow te$$

ou

$$te \leftarrow doceo \rightarrow grammaticam$$

ou

$$doceo \rightarrow grammaticam$$

$$\Downarrow$$

$$te ,$$

em que a espacialidade que tematizo não guarda relação nenhuma com a espacialidade gráfica, tardia *representação da representação*, espelhando, isto sim, o espaço físico do mundo mimetizado na ontogenia da Língua, icônica porque sensível não à ordenação linear dos elementos linguísticos em formação, mas a seu arranjo já sintático, puramente relacional, em movimentos sintáticos incidentes sobre “determinações autônomas”, as quais, por sua vez, são pontos substanciais que *representam* aquele estatismo morfo-semântico imerso na parataxe primeva. **Cada acusativo é “uma determinação autônoma” “aposta” à expressão do comportamento, e relativamente a cada acusativo-determinação-aposição é que o comportamento se realiza, metaforicamente voltado para cada determinação, para cada ponto, para cada lugar**, como que *acusando* cada expressão *acusativa*, em movimento metafórico de *lugar para onde*, primariamente condicionado, ainda, pela *generalidade* paratática, *generosamente inespecífica*, potencialmente *ge(ne)radora* das especificidades a atualizar, em “une idée commune d’extension” (ERNOUT; THOMAS, *idem*, p. 17), ou seja, um movimento metafórico de *lugar para onde* primariamente condicionado pela primariedade da parataxe, “une fonction ancienne de caractère plus général” (*idem*,

ibidem), função ampla, *genérica*, posteriormente especializada no que se passou a entender como “objeto direto”, por via da gramaticalização, mas, até então, assim decodificável:

“ensino ; ensino em relação a gramática ; ensino em relação a ti”,

“instruo ; instruo em relação a ti ; instruo em relação a gramática”;

“ensino , em relação a gramática , em relação a ti”,

“instruo , em relação a ti , em relação a gramática”,

o que permite interpretar, *em termos simplesmente arqueológicos, ontogênicos*, a possibilidade de coexistência dos dois lugares sintáticos acusativos, para os quais se dispensa a observação de que não possam estar “coordenados”, ressalva que ora se mostra improfícua, tão apenas porque são, ambos, em pé da mais absoluta igualdade, tacitamente relacionados ao verbo pela atuação da parataxe. Os lugares estão ali, apostos como lugares, e serão lugares sintáticos no momento em que receberem o olhar que se movimenta do verbo até eles *acusando-os* como elementos que, de algum modo, a esse verbo respondem. A própria imposição de satisfazer-se o *acusativo-objeto-direto* **sem que reste lugar sintático para qualquer acusativo de natureza semântico-sintática diversa**, de que resulta a intuitiva limitação da “ocupação” do lugar sintático do “objeto direto”, indicia a conveniência de aspear essa expressão metalinguística, no sentido de relativizar a certo momento tardio o *status* de “objeto” como produto de gramaticalização, então no sentido mesmo de relativizar a um momento tardio a sensação de hipotaxe. A existência do “duplo acusativo”, aquela coexistência que parece contrariar a intuição, é sintoma de que a carência de interpretação do fenômeno talvez se relacione à ausência de intelecção da parataxe como fator fundante.

O fruto de pesquisa arqueológica sobre o núcleo semântico do comportamento expresso pelo verbo, propiciadora de aproximação à significação etimológica aí embutida, pode desfazer o estranhamento da coexistência dos acusativos, parecendo prescindir-se da

parataxe. Veja-se, na composição do verbete de *docere* elaborada por Torrinha (1945 [1937]), o que ali se aponta, reiteradamente, sobre a significação etimológica do verbo:

“**docēō**, docūī, doctum, 2, tr. **1.** Ensinar; instruir; informar. **2.** Ensaiar (uma peça para o teatro); exhibir, apresentar em cena. **3.** *Etim.* Fazer aprender. || *docere aliquem armis*: ensinar alguém a manejar armas.¹⁵² (**Obs.** – Tem significação causativa em relação a *disco*. **Constr.:** a) geralmente *dois ac.*, um de pess. e o outro de coisa; e, na *pass.*, *ac. de coisa* ou *inf.*¹⁵³; b) *ac. de pess. e inf.*; c) *ac. de pess. e abl.* regido de *de*¹⁵⁴; d) *ac. de pess. e propos. interr. indir.*; e) *ac. de coisa*; f) *ac. e inf.*; g) *absol.*).”.

Note-se que, primeiramente, o dicionarista apresenta significados discursivamente funcionais, como “ensinar”, “instruir”, “informar” — sintomaticamente apostos como significados “1”, aqueles que correntemente “traduzem” a palavra, porque lhe correspondem à sincronia dos *corpora* latinos que nos chegaram e aos quais somos afeitos —, seguidos do que me parece ser uma parêntese sequencial de significados secundários, “ensaiar uma peça teatral”, tornando-a “aprendida”, e, por metonímia dada por contiguidade semântica, “apresentar a peça ensaiada e aprendida”, parêntese que, por sua vez, é mesmo conseguinte ao significado anterior, na chave da contiguidade que pode haver entre “apresentar” e “ensinar” a quem assiste. Como terceiro significado, entretanto, numa espécie de recuo na exposição do verbete, um recuo etimológico — “*Etim.*” (*supra*) —, aponta-se a “significação causativa”, factitiva, como a etimologia que convida a entender aquele “ensinar” como “fazer aprender”¹⁵⁵, o que é reiterado pela observação que perfaz o par de opostos *docere*, “ensinar”, “fazer aprender”¹⁵⁶, e *discere*, “aprender”: “**Obs.** – Tem significação causativa em relação a *disco* [“aprendo”].” (*supra*). Essa observação é posta entre parênteses, assim como a descrição das possibilidades de construção do verbo, que parecem pretender abonar a observação e que, em ordem crescente não de aparente complexidade, mas de apelo à lembrança da parataxe, assim reorganizo:

¹⁵² Veja-se Lipparini (1961, p. 40).

¹⁵³ Veja-se Lipparini (1961, p. 39).

¹⁵⁴ Veja-se Lipparini (1961, p. 40).

¹⁵⁵ Em Gaffiot (1970 [1934]; o último negrito seguinte é meu), assim se inicia o verbete: “**docēō**, *cūi*, *ctum*, *ēre*, tr., enseigner, instruire, montrer, **faire voir** (...)”.

¹⁵⁶ “(...) faire répéter ou représenter une pièce (...)” (GAFFIOT, 1970 [1934])

- construção absoluta:

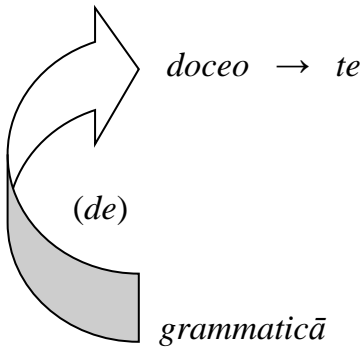
acionado o verbo como intransitivo, a lembrança da parataxe parece improfícua, uma vez pressuposta como característica sabidamente primeva, dada a imobilidade presente no verbo que não transita, imobilidade associada ao estatismo paratático. Já mesmo aí, porém, faço lembrar o papel da parataxe como fator fundante: aquela imobilidade se revela *relativa* no momento em que um “acusativo *de relação*” se apõe ao verbo “intransitivo”; é no que chamo “ambiguidade da parataxe” que está o germe do movimento que se imprime sobre a estaticidade.

- construção com acusativo de pessoa e ablativo regido de *de*,

a qual é imagetizada pelo metafórico movimento que parte do *lugar de onde metaforicamente se extrai* o conhecimento que se ensina, mas para a qual solicito que se reobserve minha anterior demanda por expressão ablativa, que afirmo indiciar “circunstancialmente aquilo *sobre que* a pessoa é instruída, o objeto sobre o qual alguém é instruído, aquilo *em que* a pessoa é instruída, o objeto no qual alguém é instruído, em metafórica expressão de *lugar onde*”, possibilidade em que considero suficiente a expressão ablativa, em seu matiz locativo, não-movimento de *lugar onde*, a prescindir de “preposição”, conforme se denuncia na única ocorrência do uso do verbo trazida em todo o verbete, “*docere aliquem armis*: ensinar alguém a manejar armas” (*supra*), sem “preposição”, que se pode traduzir simplesmente “ensinar alguém nas armas”, **aí**, metaforicamente **dentro** do *arqui-frame* “armas”, “*armis*”, confiada a circunstancialidade à atuação do próprio caso ablativo.

Em

“ensino alguém a respeito de alguma coisa”,



(Figura 8),

o esquema parece complicar-se quando se considera a significação etimológica “fazer aprender”, porque, em

“faço alguém aprender a respeito de alguma coisa”,

a determinação trazida por “a respeito de alguma coisa” — *grammaticā* — se liga diretamente à ideia de “aprender”, não à ideia de “fazer”, o que mantém o aparente acordo com a hipotaxe equivalente a

“faço alguém aprender,

aprender a respeito de alguma coisa”,

parecendo dispensar-se qualquer exigência de parataxe, mas é preciso conceber as duas ideias, a de “aprender” e a de “fazer”, como um único comportamento, aquele comportamento “fazer aprender” que estaria etimologicamente embutido em *docere*; as duas ideias concebidas como comportamento uno, expresso por um único verbo, talvez façam pensar na economia da solução paratática, entretanto parecem, ainda, dispensar a exigência de parataxe, como se “fazer aprender” equivallesse a “ensinar”, ambos os sentidos subsumidos a *docere*, incidindo a um só tempo sobre o equivalente a “alguém” — *te* — e sobre o equivalente a “a respeito de alguma coisa” — *grammaticā* —, complexidade como que dissolvida pela distribuição de formas e funções entre acusativo e ablativo.

- construção com acusativo de coisa,

para a qual solicito que se reobservem meus anteriores esquemas e explicações aspeadas, que, todavia, ora parecem desnecessários, dado o acionamento de apenas um acusativo, que, visto em si, passa como exemplo de termo “regido”, em consensual hipotaxe, para mim sempre *lugar para onde*:

“ensino alguma coisa”,

doceo → *grammaticam*,

simplicidade que se aplica à significação etimológica “fazer aprender”:

“faço (alguém) aprender alguma coisa”,

subsumível ao mesmo esquema

doceo → *grammaticam*,

uma vez que “fazer aprender” implica necessariamente a existência de “alguém” que aprenda mas não implica sua expressão. A omissão do que aí seria um *aliquem*, “alguém”, não permite antecipar o problema dos dois acusativos, mas a antecipação faria preannunciar a exigência de parataxe:

“ensino ; ensino em relação a gramática”,

“ensino , em relação a gramática”,

doceo → *grammaticam*;

“faço (alguém) aprender ; faço (alguém) aprender em relação a gramática”,

“faço (alguém) aprender , em relação a gramática”,

doceo → *grammaticam*;

“ensino ; ensino em relação a gramática ; ensino em relação a ti”,

“ensino , em relação a gramática , em relação a ti”,

grammaticam ← *doceo* → *te*

te ← *doceo* → *grammaticam*

doceo → *grammaticam*

↘

te ,

esquema que parece complicar-se quando se considera a significação etimológica “fazer aprender”, porque, para a concepção

“faço-te aprender gramática”,

o objeto “gramática” — *grammaticam* — se liga diretamente à ideia de “aprender”, não à ideia de “fazer”, mas novamente é preciso conceber as duas ideias, a de “aprender” e a de “fazer”, como um único comportamento, aquele comportamento “fazer aprender” que estaria etimologicamente embutido em *docere*; as duas ideias concebidas como comportamento uno, expresso por um único verbo, parecem e, todavia, apenas parecem dispensar a exigência da seguinte parataxe:

“faço (alguém) aprender ; faço (alguém) aprender em relação a gramática ;

faço aprender em relação a ti”,

“faço (alguém) aprender , em relação a gramática , em relação a ti”,

grammaticam ← *doceo* → *te*

te ← *doceo* → *grammaticam*

doceo → *grammaticam*

↘

te ,

conforme o que procuro demonstrar diante da coexistência dos dois acusativos e esquematicamente apenas adiantei aqui.

- construção com acusativo e infinitivo,

em que o acusativo tem de ser “objeto” desse infinitivo, e não de *docere*, para que esta construção não se confunda com a seguinte, abaixo descrita como “construção com acusativo de pessoa e infinitivo”. Aqui se tem:

“ensino o fazer alguma coisa,
ensino o realizar alguma coisa,
ensino o comportar-se relativamente a alguma coisa”,

“ensino o amar gramática”,

doceo → *amare* → *grammaticam*,

simplicidade que se aplica à significação etimológica “fazer aprender”:

“faço (alguém) aprender o fazer alguma coisa,
faço (alguém) aprender o realizar alguma coisa,
faço (alguém) aprender o comportar-se relativamente a alguma coisa”,

“faço (alguém) aprender o amar gramática”,

subsumível ao mesmo esquema

doceo → *amare* → *grammaticam*,

porque “gramática” é o “objeto” do “amar”, tanto em se entendendo “ensino o amar gramática” como em se entendendo “faço (alguém) aprender o amar gramática”, sempre *amare grammaticam*. Nada impede que se tenha apenas um único acusativo, *grammaticam*, “objeto direto” daquele infinitivo, daquele “amar”, daquele *amare*, uma vez que “fazer aprender” implica necessariamente a existência de “alguém” que aprenda mas não implica sua expressão, que seria também uma expressão acusativa, um *aliquem* que seria “objeto direto” desse “fazer” e não se expressa, parecendo dispensar-se, mais uma vez, a exigência de parataxe, por não se enxergarem dois acusativos e não se antever o problema de sua coexistência. Tem-se a legítima sensação de uma grande hipotaxe, porque de fato se tem um grande complemento do verbo *docere*: o “objeto direto” do

“ensinar” e do “aprender” é o que se chama *oração*, que defino como “expressão de um comportamento”, o comportamento de “amar gramática”, *amare grammaticam*, todo ele “objeto direto” do comportamento de “ensinar” e do comportamento de “aprender”, oração a complementar oração, porque comportamento a complementar comportamento; o comportamento “amar gramática” é centrado em “amar”, *amare*, porque o que centralmente se ensina e se aprende aí não é “gramática”, mas é “amar”, é um “isso” que representa a parte nominal da *forma nominal do verbo* que é o infinitivo, *amare*, substancial o suficiente para ser “objeto” de um comportamento; dentro do objeto direto inteiro, que é *amare grammaticam*, existe um objeto direto “particular”, que é *grammaticam*, avolumando-se a sensação de estrutura hierárquica, plena de relações hipotáticas. Novamente a omissão do que aí seria um *aliquem*, “alguém”, não permite antecipar o problema dos dois acusativos, mas a antecipação faria prenunciar a exigência de *parataxe* em

“faço alguém aprender o amar gramática”,

se não se concebessem as duas ideias, “aprender” e “fazer”, como um único comportamento, o comportamento “fazer aprender” que estaria etimologicamente embutido em *docere*; as duas ideias concebidas como comportamento uno, expresso por um único verbo, parecem dispensar a exigência de *parataxe*, embora o objeto “amar gramática” — *amare grammaticam* — esteja ligado diretamente à ideia de “aprender”, não à ideia de “fazer”, segundo a distributividade

“faço o aprender,

aprender o amar gramática”.

Este grau de complexidade, porém, não mais permite sequer a sugestão de que se possa dispensar a exigência de *parataxe*, dada a identificação com o que abaixo é descrito como “construção com acusativo de pessoa e infinitivo”, em que a prevista presença do “acusativo de pessoa” sujeito do infinitivo impõe que se admita a necessidade de duas relações: a relação do comportamento expresso por *docere* com a pessoa “acusada” e a

relação desse mesmo comportamento com o comportamento expresso pelo infinitivo, como “faço alguém aprender o amar (gramática)”, ou seja, a relação de um mesmo e único elemento, *docere*, com dois elementos de naturezas semântico-sintáticas diversas, fenômeno cuja inteligência não prescinde da dialética paratática.

Já identificada, portanto, com aquela “construção com acusativo de pessoa e infinitivo”, assim desenho esta “construção com acusativo e infinitivo”:

“ensino ; ensino em relação a amar gramática”,

“ensino , em relação a amar gramática”,

doceo → *amare* → *grammaticam*;

“faço (alguém) aprender ; faço (alguém) aprender em relação a amar gramática”,

“faço (alguém) aprender , em relação a amar gramática”,

doceo → *amare* → *grammaticam*;

“faço alguém aprender ; faço alguém aprender em relação a amar gramática”,

“faço alguém aprender , em relação a amar gramática”,

aliquem ← *doceo* → *amare* → *grammaticam*,

em desenho paratático que não nega a *aliquem* o *status* de sujeito de *amare*, função que sugeriria o desenho

doceo

aliquem amare grammaticam,

em que *aliquem amare grammaticam* é um grande objeto de *doceo*, parecendo desfazer-se qualquer estranhamento relativo à coexistência de acusativos, mas o entendimento

“faço alguém aprender o amar gramática”

recondiciona o estranhamento, porque é preciso que as partes “fazer” e “aprender” caibam no mesmo *docere*, como se tem abaixo:

- construção com acusativo de pessoa e infinitivo:

“ensino alguém relativamente a fazer (alguma coisa),
 ensino alguém relativamente a realizar (alguma coisa),
 ensino alguém relativamente a comportar-se (relativamente a alguma coisa)”,
 “ensino te o amar (gramática)”,

te ← *doceo* → *amare* (→ *grammaticam*),

em que o estatuto de grande objeto direto de tudo aquilo que se ensina, “te-amar(gramática)”, poderia, entretanto, sugerir a simplicidade do desenho aparentemente hipotático

doceo → *te amare (grammaticam)*,

“ensino te-amar(gramática)”,

simplicidade que se aplicaria à significação etimológica “fazer aprender”,

“faço te-aprender-amar(gramática)”,

e esse entendimento comportaria o mesmo desenho, uma vez atribuído o estatuto de objeto direto ao conjunto “te-aprender-amar(gramática)”,

doceo → *te amare (grammaticam)*,

se não houvesse incongruência entre a distribuição funcional que há no entendimento

“faço te-aprender-amar(gramática)”

e a que há na formalização que desenho

doceo → *te amare (grammaticam)*:

naquele entendimento, a ideia de “aprender” compõe o objeto da ideia de “fazer”; nesta formalização, a mesma ideia, “aprender”, compõe a entidade linguística *docere* como “fazer aprender”, estando ali como que embutida, e não compõe objeto, mas, ao contrário, reclama um objeto para si. Isso me reconduz à *parataxe* original e à ambiguidade de sua substantividade dinâmica, aquele estatismo movimental em que as posições substantivais

“tu”

e

“amar (gramática)”

se fazem determinações relacionais,

“relativamente a ti”

e

“relativamente a amar (gramática)”,

na medida em que recebem o olhar dinamizante que parte do verbo:

te

;

amare (grammaticam):

→ *te*

;

→ *amare (grammaticam),*

→ *te* ; *amare (grammaticam)* ← .

A simplicidade do desenho aparentemente hipotático

doceo → *te amare (grammaticam)*

ora se veja equivalente à complexidade do desenho

te ← *doceo* → *amare* (→ *grammaticam*),

uma complexidade que ponho na chave do que propugno haver de menos óbvio naquela parataxe tradicionalmente vista como arcabouço incipiente, quase grosseiro, de um momento ancestral da Língua, aqui uma parataxe sofisticadamente ambígua, arsenal estático de potência movimental, em aposições substantivas que entram em relações sintáticas:

“faço alguém aprender o fazer (alguma coisa),
faço alguém aprender o realizar (alguma coisa),
faço alguém aprender o comportar-se (relativamente a alguma coisa)”

<

“faço alguém aprender relativamente a fazer (alguma coisa),
faço alguém aprender relativamente a realizar (alguma coisa),
faço alguém aprender relativamente a comportar-se (relativamente a alguma coisa)”

<

“ajo relativamente a alguém, relativamente a fazer (alguma coisa),
fazendo-o aprender,

“ajo relativamente a alguém, relativamente a realizar (alguma coisa),
fazendo-o aprender,

“ajo relativamente a alguém, relativamente a comportar-se
(relativamente a alguma coisa),
fazendo-o aprender,

progressivo recuo arqueológico, por meio do qual pretendo bem configurar o desenho

te ← *doceo* → *amare* (→ *grammaticam*),

amare (→ *grammaticam*) ← *doceo* → *te*,

doceo → *amare* (→ *grammaticam*)

↘
te ,

doceo → *te*

↘
amare (→ *grammaticam*),

falsas diferenças dispositivas do mesmo desenho, cuja semelhança com a “hipotaxe” deve, ao contrário, emblemar momento anterior à sensação hipotática de hierarquia, o momento de uma *parataxe* que, entretanto, se prolonga e mantém-se em seu caráter *a(d)positivo* como condição para o movimento relacional.

- construção com dois acusativos:

sintomaticamente, o que sói chamar-se “duplo acusativo” é a primeira construção apontada pelo dicionarista (TORRINHA, 1945 [1937]), que diz “geralmente *dois ac.*, um de pess. e o outro de coisa” (*supra*), isto é, geralmente *dois acusativos*, um de *pessoa* e o outro de *coisa*, porque o comportamento de “ensinar” é mesmo o comportamento de expor didaticamente a alguém um objeto explanável, assim como o comportamento de

“instruir” é mesmo o comportamento de informar didaticamente alguém sobre um objeto daquela natureza:

1. *ensina-se/instrui-se alguém/algo*

“ensino a alguém alguma coisa”,

“instruo alguém sobre alguma coisa”,

doceo te grammaticam :

“ensino ; ensino em relação a gramática ; ensino em relação a ti”,

“instruo ; instruo em relação a ti ; instruo em relação a gramática”;

“ensino , em relação a gramática , em relação a ti”,

“instruo , em relação a ti , em relação a gramática”,

grammaticam ← doceo → te

ou

te ← doceo → grammaticam

ou

doceo → grammaticam

↘

te .

2. *faz-se aprender algo*

Na significação etimológica “fazer aprender”,

“faço alguém aprender alguma coisa”,

subsumível à mesma formulação

doceo te grammaticam :

“faço (alguém) aprender ; faço (alguém) aprender em relação a gramática ;
faço aprender em relação a ti”,

“faço (alguém) aprender , em relação a gramática , em relação a ti”,

por sua vez subsumível ao mesmo desenho aparentemente hipotático, que faço entender como *paratático* na chave de interpretar a coexistência dos acusativos, segundo a parataxe da aposição movimental que proponho:

$$grammaticam \leftarrow doceo \rightarrow te$$

ou

$$te \leftarrow doceo \rightarrow grammaticam$$

ou

$$doceo \rightarrow grammaticam$$

$$\Downarrow$$

$$te .$$

Na voz passiva, o dicionarista aponta *acusativo de coisa* ou *infinitivo*, entendendo-se que a *pessoa* é o sujeito passivo, ensinando-se ou fazendo-se aprender *relativamente a alguma coisa* expressa em *acusativo*, ou ensinando-se ou fazendo-se aprender *relativamente ao comportar-se* que se expressa em *infinitivo* (*comportar-se relativamente*

a *alguma coisa* expressa também em *acusativo*, se se apõe algo em relação ao comportamento):

3. *alguém é instruído relativamente a algo*

“alguém é instruído relativamente a alguma coisa”,

subsumível à formulação

doceris grammaticam :

“és ensinado ; és ensinado em relação a gramática”,

“és instruído ; és instruído em relação a gramática”;

“és ensinado , em relação a gramática”,

“és instruído , em relação a gramática”,

por sua vez, subsumível ao desenho

doceris → *grammaticam*

ou

grammaticam ← *doceris* ,

que ora me parece, já por si, sugerir parataxe, a bem de que se possa inteligir a presença de um *acusativo* que **não** representa o “objeto direto” de um comportamento, à maneira de “faço algo”, em que “algo” seria portanto aquilo *que faço*, aquilo sobre que diretamente incidiria o comportamento de “fazer”, mas, ora sim, à maneira de “age-se sobre alguém”, em que “alguém” é, portanto, aquele sobre quem se age, aquele sobre quem diretamente incide o comportamento de “agir”, um “agir” especificado pela enunciação do verbo; ora, esse verbo expressa um específico comportamento cujo núcleo semântico pode solicitar um único objeto, como o grandioso comportamento de “amar”,

que, se fosse decodificável, se vislumbraria como “depositar o coração em algo ou alguém”,

amaris, “és amado; alguém age sobre ti, pondo em ti o próprio coração”,

mas o verbo pode também expressar um específico comportamento cujo núcleo semântico solicita mais de um “objeto”, como o comportamento de “instruir”, porque “instruir” é, por si, “informar didaticamente *alguém* sobre um *objeto explanável*”,

doceris, “és instruído; age-se sobre ti, fazendo-te aprender algo”,

o que facilmente faz indagar o que seja esse “algo”, faz indagar o que seja aquilo que se aprende, aquilo sobre que se dá a instrução, aquilo *relativamente a que* se perfaz o comportamento:

doceris grammaticam, “és instruído em gramática;

age-se sobre ti, fazendo-te aprender gramática”,

formulação decerto anti-intuitiva, parecendo resultar do cruzamento sintático entre a construção que diz “quem é que se instrui” e a que diz “que é que se ensina”, ou seja, cruzamento entre a construção passiva que diz que “és instruído, estás sendo instruído” e a construção ativa que diz que “alguém ensina gramática”. *Cruzamento sintático* é, porém, explicação acidental, mais descrição do que explicação. O que proponho como ontogênese explicativa da formulação *doceris grammaticam* é a *parataxe* ontogênica, em que à construção passiva que diz que “és instruído” não se apõe a construção ativa que diz que “alguém ensina gramática”, mas se apõe a construção propriamente apositiva que diz que “é *em relação a gramática* que o outro comportamento se dá”; no âmbito da representação, o comportamento de “seres instruído”, *doceris*, metaforicamente se volta à aposição representativa daquilo *em relação a que* “és instruído”, *acusando* a informação aposta, “gramática”, *grammaticam*, como a determinação do comportamento.

Ou

4. *alguém é instruído relativamente a fazer (algo)*

“alguém é instruído relativamente a fazer (alguma coisa),
 alguém é instruído relativamente a realizar (alguma coisa),
 alguém é instruído relativamente a comportar-se (relativamente a alguma coisa)”,

subsumível à formulação

doceris amare (grammaticam):

“és ensinado ; és ensinado em relação a amar (gramática)”,

“és instruído ; és instruído em relação a amar (gramática)”,

“és ensinado , em relação a amar (gramática)”,

“és instruído , em relação a amar (gramática)”,

por sua vez, subsumível ao desenho

doceris → amare (grammaticam)

ou

amare (grammaticam) ← doceris ,

que igualmente me parece, já por si, sugerir parataxe, a bem de que se possa inteligir a presença de um infinitivo apostro a verbo conjugado na voz passiva, exatamente à maneira de parataxe. Ora, o verbo conjugado na voz passiva expressa um comportamento experimentado por alguém, perfazendo a ideia de que “alguém realiza o comportamento de experimentar um comportamento específico”, e aí parece não haver espaço para a expressão do *nome substantivo* representado pela *forma nominal do verbo* que é o infinitivo, porque não haveria lugar para a inserção de substância: a substância-alguém realiza o comportamento de experimentar um comportamento específico, e a isso não se conectaria mais nenhuma substância, porque a especificidade do comportamento experimentado está dada pela enunciação do verbo — *docere* — não como expressão de

um comportamento em si, que requereria a revelação do objeto sobre o qual se incide — *amare*, “a substância amar, objeto do aprender” —, mas como expressão de que alguém efetivamente experimenta esse comportamento, *doceris*, resultando a sensação da desconexão * “és ensinado amar”, * “és instruído amar”, sensação do espírito hipotático que desaprendeu a enxergar a suficiência relacional que há em *doceris amare*, mas talvez não tenha desaprendido a lidar com a insuficiência expressiva própria da estrutura paratática, insuficiência expressiva que se impõe e mantém, porque carrega em si a suficiência relacional. A substância representada pelo nome substantivo *amare* não é menos substância do que aquela representada por qualquer nome substantivo exposto em acusativo, o que põe na mais absoluta identidade as construções

doceris amare (grammaticam)

e

doceris grammaticam,

apenas carecendo a primeira de qualquer marca que oponha categorias como sujeito e objeto ou, talvez esperadamente, carecendo da marca ablativa de circunstância por meio da qual *amando* se substituiria a *amare*, “és instruído *no amar*”, carência anti-intuitiva porém inócua, a abonar minha proposição segundo a qual **o que estabelece a relação não é a marca da relação, mas é a metaforização do movimento**, mais uma vez movimento de *lugar para onde* metaforicamente empreendido entre o verbo (conjugado), expressão do comportamento, e o elemento (verbo infinitivo) a representar o “objeto” *relativamente ao qual* incide esse comportamento, a um modo tão apositivo e paratático quanto é apositivo e paratático o modo como a expressão acusativa está para o verbo: movimento de *lugar para onde* empreendido metaforicamente pela ontogênese da Língua em sua parataxe primeva, em que as determinações se apõem e bastam.

5. *alguém é feito aprender algo*

Na significação etimológica “fazer aprender”,

“alguém se faz aprender relativamente a alguma coisa”,

subsumível à mesma formulação

doceris grammaticam :

“faz-se que aprendas ; faz-se que aprendas em relação a gramática”,

“faz-se que te instruas ; faz-se que te instruas em relação a gramática”;

“faz-se que aprendas , em relação a gramática”,

“faz-se que te instruas , em relação a gramática”,

por sua vez subsumível ao mesmo desenho

doceris → *grammaticam*

ou

grammaticam ← *doceris* ,

em que a “parte” “aprender” que estaria embutida em *docere* poderia sugerir que se entendesse *grammaticam* como indubitável “objeto direto”, se esse entendimento não fosse complicado pelo caráter cumulativo que se pretende para *docere* segundo a significação etimológica “fazer aprender”; “és feito aprender gramática” sugere previsível hipotaxe, mas a ideia de “aprender” não é segmentavelmente uma “parte” do verbo *docere*, senão um elemento do que se pretende como compósito ideológico. Necessário seria, então, entender *grammaticam* como “objeto direto” de uma unidade formal a que corresponde o compósito semântico “fazer (alguém) aprender”; isso constrangeria a acatar a própria significação etimológica como promotora da hipotaxe, configurando-se hipótese historicamente dificultosa, em que se teria um fator arcaico, que é a significação etimológica, a sustentar a interpretação inovadora representada pela hipotaxe. Ora, acatar

a significação etimológica faz, antes, promover um olhar associativo entre a própria cumulação pretendida para *docere* e a natureza como que *antissegmental* da *parataxe*, em que as relações entre as partes não estão explícitas, e isso então reconduz à interpretação arcaizante representada pela parataxe, lendo-se o desenho

doceris → *grammaticam*

ou

grammaticam ← *doceris*

como espécie de potência silenciosa a atualizar-se entre os elementos efetivamente presentes na economia da expressão paratática:

doceris ; *grammaticam*

ou

grammaticam ; *doceris*,

expressão que se reduz às referências verbal e substantival do que tem de ser explicitado a bem da veiculação da mensagem, ao mesmo tempo que se expande ao marcar o acusativo, acrescentando-se aquela marca formal — *-m* —, como que a dizer-se “aqui está a expressão mínima do que tem de ser explicitado, já se anunciando a intenção relacional”; apõem-se

doceris e *grammatica-m*,

mescla de tácita aposição e relação anunciada, ambiguidade paratática que se traduz por aquilo que venho chamando *aposição movimental* ou *aposição como definidora de relação*, equacionando-se numa *relação movimental* de lugar para onde tacitamente esclarecida e subsumível à tradução

“faz-se que aprendas **para** gramática”,

“faz-se que te instruas **para** gramática”,

“és ensinado **para** gramática”,

“és instruído **para** gramática”,

por

“faz-se que aprendas ; faz-se que aprendas **em relação a** gramática”,

“faz-se que te instruas ; faz-se que te instruas **em relação a** gramática”,

“faz-se que aprendas , em relação a gramática”,

“faz-se que te instruas , em relação a gramática”,

“és ensinado ; és ensinado **em relação a** gramática”,

“és instruído ; és instruído **em relação a** gramática”,

“és ensinado , em relação a gramática”,

“és instruído , em relação a gramática”,

do mais explicativo para o mais sucinto, desde o mais acorde com o limite da intenção acusativa — *para*, movimento de *lugar para onde* — até o mais acorde com a expressão paratática: se o “objeto” do “fazer aprender; ensinar” é o **lugar** “gramática”, então “faz-se que aprendas *para* gramática; és ensinado *para* gramática”, estando-se **voltado para** esse lugar, a modo que parece imiscuir o “objeto” do comportamento com a “finalidade” dele mesmo, mas apenas reflete a irmandade entre “objeto” e “finalidade”, segundo a unidade da imagem de *lugar para onde*, também a mesma presente na determinação de “estar em relação *a*”, porque “estar em relação *a* um objeto” é “estar **voltado para** ele” (veja-se o subitem II. 1. 1). Apõem-se

doceris e grammaticam

na ambiguidade da parataxe apositivo-movimental.

Ou

6. *alguém é feito aprender relativamente a fazer (algo)*

“alguém se faz aprender relativamente a fazer (alguma coisa),
 alguém se faz aprender relativamente a realizar (alguma coisa),
 alguém se faz aprender relativamente a comportar-se
 (relativamente a alguma coisa)”

doceris amare (grammaticam) :

“faz-se que aprendas ; faz-se que aprendas em relação a amar (gramática)”

“faz-se que te instruas ; faz-se que te instruas em relação a amar (gramática)”

“faz-se que aprendas , em relação a amar (gramática)”

“faz-se que te instruas , em relação a amar (gramática)”

doceris → amare (grammaticam)

ou

amare (grammaticam) ← doceris ,

o mesmo desenho que parece sugerir parataxe, em prol de que se possa inteligir a presença de um infinitivo apostro a verbo conjugado na voz passiva, à maneira mesma de parataxe, parecendo não haver espaço para a expressão do *nome substantivo* representado pela *forma nominal do verbo* que é o infinitivo, não havendo lugar para a inserção de substância — a substância-“alguém” realiza o comportamento de experimentar um comportamento específico, e a isso não se conectaria mais nenhuma substância, porque a especificidade do comportamento experimentado está dada pela enunciação do verbo (*docere*) não como expressão de um comportamento em si, que requereria a revelação do objeto sobre o qual se incide (*amare*), mas como expressão de que alguém efetivamente experimenta esse comportamento, *doceris* —; agora, porém, não resulta aquela sensação de desconexão antes dada por *“és ensinado amar”, *“és instruído amar”, porque agora se está considerando a significação etimológica “fazer aprender”, de que resulta o

entendimento “faz-se que aprendas amar”, em que a ideia representada por aquele infinitivo, *amare*, parece cumprir o claro papel de objeto sobre o qual incide a parte “aprender” do compósito “fazer aprender”, e aí está novamente o problema de a ideia “aprender” não ser segmentavelmente uma “parte” do verbo *docere*, senão um elemento do que se pretende como compósito ideológico, fazendo-se necessário entender *amare* como “objeto direto” de uma unidade formal a que corresponde o compósito semântico “fazer (alguém) aprender”; acatar a significação etimológica como promotora da hipotaxe configura, mais uma vez, a hipótese historicamente dificultosa segundo a qual se teria um fator arcaico, que é a significação etimológica, a sustentar a interpretação inovadora representada pela hipotaxe. Ao contrário, acatar a significação etimológica faz, antes, associar a própria cumulação pretendida para *docere* e a natureza como que *antissegmental* da *parataxe*, em que as relações entre as partes não estão explícitas, e isso novamente então reconduz à interpretação arcaizante representada pela *parataxe*, lendo-se o desenho

doceris → *amare (grammaticam)*

ou

amare (grammaticam) ← *doceris*

como silenciosa potência relacional a atualizar-se entre os elementos efetivamente presentes na economia da expressão paratática:

doceris ; *amare (grammaticam)*

ou

amare (grammaticam) ; *doceris*,

expressão que se reduz à referência verbal, que é *doceris*, e à referência verdadeiramente substantival, porque verbo-nominal, que é *amare*; apõem-se

doceris e amare (grammaticam),

mescla de tácita aposição e relação germinal dada pela própria aposição, subsumível à tradução

“faz-se que aprendas ; faz-se que aprendas **em relação a** amar (gramática)”,

“faz-se que te instruas ; faz-se que te instruas **em relação a** amar (gramática)”,

“faz-se que aprendas , em relação a amar (gramática)”,

“faz-se que te instruas , em relação a amar (gramática)”,

tão bem como

“és ensinado ; és ensinado em relação a amar (gramática)”,

“és instruído ; és instruído em relação a amar (gramática)”,

“és ensinado , em relação a amar (gramática)”,

“és instruído , em relação a amar (gramática)”,

de acordo com a expressão paratática: o “objeto” do comportamento “fazer aprender; ensinar” é o **lugar** “amar”, e a expressão desse lugar é tão simplesmente aposta à expressão daquele comportamento, na determinação de “estar em relação a”, segundo a economia paratática empreendida entre o verbo (conjugado), expressão do comportamento, e o elemento (verbo infinitivo) a representar o “objeto” *relativamente ao qual* incide esse comportamento, a um modo tão apositivo e paratático quanto é apositivo e paratático o modo como a expressão acusativa está para o verbo: movimento germinal de *lugar para onde* em estado de não-movimento, próprio da parataxe primeva, em que as determinações se apõem e sempre bastam.

Ou seja, ao contrário de se prescindir da parataxe, a pesquisa arqueológica sobre o núcleo semântico do comportamento expresso pelo verbo, justamente por propiciar aproximação à significação etimológica, faz requerer a parataxe a bem de inteligir a presença de infinitivo aposto a verbo conjugado na voz passiva, bem como a prol de interpretar a coexistência de dois acusativos.

Não se entenda que eu esteja simplesmente misturado construções, as construções portuguesas *ensinar* e *fazer aprender* e a construção latina *docere*. O que estou fazendo é procurar interpretar a construção latina *docere* e seus desdobramentos acusativos segundo a duplicidade dos entendimentos “ensinar” e “fazer aprender”, afastando a facilidade do entendimento hipotaxizante

“fazer alguém aprender algo”

como

fazer *alguém*
aprender algo,

em que *fazer* incide sobre *alguém aprender algo*, “fazer tudo isto: que alguém aprenda algo”, e *aprender* incide sobre *algo*, ou seja, o equivalente latino de *fazer* incidiria sobre um objeto-direto-acusativo-infinitivo-acusativo *aliquem discere aliquid*, “fazer tudo isto: que alguém aprenda algo”, e o equivalente latino de *aprender* incidiria sobre um objeto-direto-acusativo *aliquid*: não existe aí o equivalente latino de *fazer*, não existe aí o equivalente latino de *aprender*; o que existe é o verbo-construção latino *docere*, expressão de um comportamento cujo grau de complexidade — “ensinar” ou “fazer (alguém) aprender” — não é o que define minha interpretação. O que define minha interpretação é o fato de que se tem **uma entidade linguística**, *docere*, a incidir sobre **duas entidades linguísticas**, *aliquem* e *aliquid*, como *te* e *grammaticam*, de **naturezas semântico-sintáticas diversas**, sobrecarregando-se a “ocupação” do lugar sintático do “objeto direto” de maneira pouco intuitiva e nada icônica. Descrito assim, esse fato é uma ilusão:

inexiste “o lugar sintático” do “objeto direto” como polo de determinada “natureza semântico-sintática” que satisfaça o travamento relacional do verbo em termos de uma relação unívoca; inexiste esse tipo de relação hierárquica no sentido de uma verdade ontogênica da Língua; inexiste “subordinação”. O que existe, segundo o que proponho para (re)constituir o *lugar* daquela intenção de verdade, são pontos, são posições, são *lugares*. Como tais, esses lugares estáticos são estáticos para que possam ser profundamente dinâmicos, movimentais, iconicamente relacionais, e a iconicidade que proponho é a iconicidade fundamentada na ambiguidade da parataxe, porque é lá, na parataxe primeva, que as posições atuam como *ad*-posições dinâmicas, movimentais, relacionais, na ontogenia de uma Língua que revela a peregrinação da nossa existência.

Assim, proponho que se tenha

doceo te grammaticam

como

“faço te aprender(es) gramática”

para além da ilusão de hipotaxe descrita acima, em que *doceo* incidiria sobre *te discere grammaticam*, “faço tudo isto: que tu aprendas gramática”, e *discere* incidiria sobre *grammaticam*, ou seja, o equivalente latino da ideia “faço” incidiria sobre um objeto-direto-acusativo-infinitivo-acusativo que seria a ideia “tu (*te*, acusativo) aprenderes (*discere*, infinitivo) gramática (*grammaticam*, acusativo)”, “faço tudo isto: que tu aprendas gramática”, e o equivalente latino da ideia “aprender(es)” incidiria sobre um objeto-direto-acusativo que seria a ideia “gramática” (*grammaticam*, acusativo): ora, não existem essas equivalências, inexitem ali aquele “equivalente” de “faço” e aquele “equivalente” de “aprender(es)”, não se vê ali nenhum *ago* (“faço”), não se vê ali aquele hipotético (e aparentemente hipotático) *discere*. Proponho que se tenha

doceo te grammaticam

como

“faço te aprender(es) gramática”

segundo a parataxe em que

para doceo (1) esteja *te* e (2) esteja *grammaticam*

em aposição determinativa, por isso *movimental* já que a determinação é uma espécie de comando relacional *para o qual se está* e que *está para*, mas, sim, em **aposição** de fato, como tal **paratática**, ausente qualquer explicitude de relação, sendo a ausência aquilo que possibilita a coexistência dos dois acusativos, das duas determinações que, uma a uma, se apõem à expressão do comportamento sem precisar responder a nada, sem representar aquilo que *nós* entendemos claramente como função sintática esta ou aquela — se esta, não aquela —, sem “ocupar” nenhum “lugar sintático” decodificado como função específica, mas **sendo lugares sintático-paratáticos em si mesmos relacionais**, tão simplesmente para os quais e para cujas determinações está o comportamento. É assim que me parece fazer-se inteligível a significação não-etimológica de *docere*:

· *doceo te grammaticam*

como

“ensino ; ensino em relação a gramática ; ensino em relação a ti”,

“instruo ; instruo em relação a ti ; instruo em relação a gramática”;

“ensino , em relação a gramática , em relação a ti”,

“instruo , em relação a ti , em relação a gramática”,

grammaticam ← *doceo* → *te*

ou

te ← *doceo* → *grammaticam*

ou

doceo → *grammaticam*

↘

te ;

· *doceris grammaticam*

como

“és ensinado ; és ensinado em relação a gramática”,

“és instruído ; és instruído em relação a gramática”;

“és ensinado , em relação a gramática”,

“és instruído , em relação a gramática”,

doceris → *grammaticam*

ou

grammaticam ← *doceris* ;

· *doceris amare (grammaticam)*

como

“és ensinado ; és ensinado em relação a amar (gramática)”,

“és instruído ; és instruído em relação a amar (gramática)”;

“és ensinado , em relação a amar (gramática)”,

“és instruído , em relação a amar (gramática)”,

doceris → *amare (grammaticam)*

ou

amare (grammaticam) ← *doceris* ;

· *doceo te amare (grammaticam)*,

como

“ensino ; ensino em relação a amar (gramática) ; ensino em relação a ti”,

“instruo ; instruo em relação a ti ; instruo em relação a amar (gramática)”;

“ensino , em relação a amar (gramática) , em relação a ti”,

“instruo , em relação a ti , em relação a amar (gramática)”,

doceo → te amare (grammaticam),

equivalente a

te ← doceo → amare (→ grammaticam)

ou

amare (→ grammaticam) ← doceo → te

ou

doceo → amare (→ grammaticam)

↘

te

ou

doceo → te

↘

amare (→ grammaticam),

segundo a parataxe primeva das posições determinativas.

- construção com acusativo de pessoa e proposição interrogativa indireta,

para que, valendo-me do que se encontra disciplinado em Gaffiot (1970 [1934]), proponho particular interpretação paratática:

“(…) [av. int. indir.] *aliquem docere qui... fuerit* CIC. Amer. [Cícero, *Pro Roscio Amerino*] 25, apprendre à qqn¹⁵⁷ quel a été..., cf. Att. [*Ad Atticum epistulae*] 8, 2, 2; Fam. [*Ad familiares epistulae*] 3, 6, 5 (...)”,

“ensino/informo alguém relativamente a quem fez (alguma coisa),
 ensino/informo alguém relativamente a quem realizou (alguma coisa),
 ensino/informo alguém relativamente a quem se comportou
 (relativamente a alguma coisa)”,

“ensino/informo te quem amou (gramática)”,

te ← *doceo* → *qui amavit* (→ *grammaticam*),

em que à expressão do comportamento “ensinar/informar” parataticamente se apõe a expressão do comportamento “alguém amar / ter amado (gramática)”, uma aposição paratática explícita, sem nenhum elemento que se possa entender como “subordinativo”, “hipotaxizante”, sendo *qui* um elemento reconhecidamente referencial, cuja natureza

¹⁵⁷ Veja-se, em Larousse (LAROUSSE DICTIONNAIRE DE FRANÇAIS Digital), a significação “faire savoir” para o verbo *apprendre*:

“apprendre

verbe transitif

(latin *apprehendere*, saisir, prendre)

(...) Enseigner à quelqu'un quelque chose, lui faire acquérir une connaissance, un savoir-faire, une expérience: Il essayait de leur apprendre le dessin.

SYNONYMES:

enseigner - exercer à - expliquer - initier - instruire - montrer

(...) Communiquer une information à quelqu'un, lui faire savoir quelque chose: Il nous a appris qu'il avait réussi.

SYNONYMES:

avertir - aviser - communiquer - faire savoir - indiquer - instruire de - révéler (...)”,

o que parece emblemar reciprocidade entre *apprendre* como “fazer saber”, amplamente porque é “fazer aprender”, então “ensinar”, e *docere* como “fazer aprender”, em que *apprendre*-“ensinar” semelha uma espécie de reverberação românica *ex opposito* da etimologia *docere*-“fazer aprender”.

possivelmente cumulativa (“o que”, “aquele que”) está, como tal, concentrada internamente no próprio elemento, não se espraiando à maneira do que se interpretaria como “conectivo”. A formulação, concentrada em si mesma,

quem fez,
quem realizou,
quem se comportou,
quem amou (gramática)

simplesmente se apõe à expressão

ensino,
informo,

em pé da mais absoluta igualdade com o modo como a expressão

te

ali simplesmente se apôs:

te doceo qui amaui (grammaticam):

“informo ; informo em relação a ti ; informo em relação a quem amou
 (gramática)”,

“informo , em relação a ti , em relação a quem amou (gramática)”,

te ← doceo → qui amaui (grammaticam)

ou

qui amaui (grammaticam) ← doceo → te

ou

doceo → te

↘

qui amaui (grammaticam);

“ensino alguém se se deve fazer (alguma coisa),
 ensino alguém se se deve realizar (alguma coisa),
 ensino alguém se se deve comportar-se (relativamente a alguma coisa)”,

ou seja,

“se se deve fazer (alguma coisa) ensino alguém,
 se se deve realizar (alguma coisa) ensino alguém,
 se se deve comportar-se (relativamente a alguma coisa) ensino alguém”,

o que arqueologicamente é

“assim: quanto a dever-se fazer (alguma coisa)
 ensino alguém,

assim: quanto a dever-se realizar (alguma coisa)
 ensino alguém,

assim: quanto a dever-se comportar-se (relativamente a alguma coisa)
 ensino alguém”,

em que

“**assim** : quanto a dever-se (...)”

pretende indiciar minha interpretação segundo a qual a expressão da ideia “quanto a dever-se” **se apõe parataticamente ao arcaico *sei* > *sī* = “**assim**”** (vejam-se minhas considerações no Capítulo III, *caput*), “assim, a esse modo, modo da questão quanto a dever-se realizar (alguma coisa)”, arqueologicamente resgatado o caráter primordial de *sī*, que é seu *status adverbial*, entendendo-se *sī* na equivalência de “**assim**”:

sei (...) ← *doceo* → *te*,

desenho igualmente configurado pela significação etimológica “fazer aprender”, em que a cumulação não-distributiva das partes “fazer” e “aprender” não permite associar a determinação “*quanto a que se ensina*” exclusivamente a “aprender”, uma vez que “fazer”

também se embute no verbo latino; novamente aí está a parataxe como solução, ademais da aposição

“faço alguém aprender se se deve fazer (alguma coisa),
faço alguém aprender se se deve realizar (alguma coisa),
faço alguém aprender se se deve comportar-se (relativamente a alguma coisa)”

ou seja,

“se se deve fazer (alguma coisa) faço alguém aprender,
se se deve realizar (alguma coisa) faço alguém aprender,
se se deve comportar-se (relativamente a alguma coisa) faço alguém aprender”

o que arqueologicamente é

“assim: quanto a dever-se fazer (alguma coisa)
faço alguém aprender,

assim: quanto a dever-se realizar (alguma coisa)
faço alguém aprender,

assim: quanto a dever-se comportar-se (relativamente a alguma coisa)
faço alguém aprender”

em que

“**assim** : quanto a dever-se (...)”

indicia minha mesma interpretação, firmada no resgate arqueológico do caráter primordial de *sī*, **advérbio** diante do qual, propriamente como “aposto” em *juxta*-posição, se apõe a expressão da dúvida “x” “‘assim’ formulada”:

sei : x *doceo* → *te*,

sendo “x” = “(alguém) ter amado (gramática)”:

sei : x *doceo* → *te*,

“**assim** : (alguém) ter amado (gramática) faço que aprendas”

>

“se (alguém) amou (gramática) faço que aprendas”

>

“faço que saibas se Quintiliano amou gramática”,

em que a natureza circunstancializante da ideia adverbial equivalente a “assim” não precisa ser vista como “subordinada” à ideia comportamental correspondente a *doceo*, mas, segundo o que proponho, deve ser ontogenicamente interpretada como um “modo” especificado por um comportamento cuja expressão se lhe apõe,

“**assim** : Quintiliano ter amado gramática”,

um modo, uma circunstância, não uma afirmação, e então, como “maneira hipotética”, deve ser vista como algo a emprestar sua substância ao que pode ser uma determinação para aquela ideia comportamental, uma determinação para *doceo*, depois entendida como um complemento seu, um “objeto” equivalente a um hipotético comportamento,

“Quintiliano poder ter amado gramática”,

um “objeto direto” comportamental, então uma *oração objetiva direta* de teor hipotético e, como tal, interrogativo, ora chamada *interrogativa indireta* por sugerir a hipótese, a dúvida, a questão não formulada diretamente. Ora, a aposição da expressão especificativa, em

(*ad*)*si* < *sī*: *Quinctilianus grammaticam amauisse*,

“**assim** : Quintiliano ter amado gramática”,

é uma *ad*-posição paratática, em que a especificação ostensivamente se *juxta*-põe, segundo minha interpretação. Justapõe-se

Quintilianus grammaticam amauisse

a

(*ad*)*si* < *sī* < *sei* (vejam-se minhas considerações no Capítulo III, *caput*),

bem como se justapõe todo esse conjunto à expressão comportamental *doceo*, não se lhe “subordinando”, mas se *a(d)*proximando ao jogo movimental-paratático, pondo-se ali como que à disposição de ser algo relativamente ao qual o comportamento expresso por *docere* se faz, assim como se *a(d)*proxima a esse jogo a determinação *te*, igualmente se pondo ali como que à disposição de ser algo relativamente ao qual o comportamento expresso por *docere* se dá:

sī : *Quintilianus grammaticam amauit* ← *doceo* → *te*

ou

te ← *doceo* → *sī* : *Quintilianus grammaticam amauit*

ou

doceo → *te*

↘

sī : *Quintilianus grammaticam amauit*.

O que procuro empreender aqui é radicalizar a primariedade da parataxe como fundamentação da movimentalidade da Língua, considerada a dialética segundo a qual o carácter substantivo das posições é permeado pelas relações movimentais, na medida em que a estaticidade morfo-semântica dos pontos substantivos nos quais se dá a parataxe é justamente condição para que se realize o movimento sintático. Já bem consabida como característica primeva da Língua, a parataxe que proponho ultrapassa largamente o

estatuto de estádio primeiro, de uma simplicidade que teria dado lugar à grande compleição hipotática, e assim simplesmente descrito, como simplesmente a se dar notícia de um arcaísmo pitoresco; ultrapassa porque se me apresenta como fator fundante da Língua, de caráter essencialmente mantido na Língua, de relevância intelectual para a inteligência da Língua. Pretendo, porém, vislumbrar naquele parágrafo de Ernout e Thomas (1953 [1951], p. 17) o prenúncio de uma atribuição de importância maior:

“(...) avant d’avoir la forme d’un complément grammatical, l’accusatif a dû être employé comme **une détermination autonome** (...)”,

viés especulativo — vejam-se o sentido denso em que se toma a palavra *forme*, para além do construto segmentável, e a cuidadosa assunção de hipótese na expressão *a dû être* — em que parece faltar pouco para que se estabelecesse associação clara entre “autonomia” e “parataxe”. O que, entretanto, se faz bem claro na continuidade do parágrafo é a falta, aquela ausência de inteligência da parataxe como fator fundante:

“(...) par survivance de cet état, l’accusatif se rencontre-t-il encore pour apporter une qualification auprès de verbes intransitifs (*uiuere uitam tutiorem*), ou pour marquer la relation, que le verbe soit intransitif (*id gaudeo*) ou transitif (*id cogo omnes*) (...)”,

em que “marquer la relation” se reserva a uma parte do que seria o papel do acusativo, então se estabelecendo uma espécie de tipologia que, como não raro ocorre, se presta a uma interpretação discursiva, secundária relativamente ao que seria um momento inaugural, momento-incunábulo da semântica das relações de uma sintaxe estritamente ontogênica. É fato que Ernout e Thomas (*supra*) estendem o “marcar a relação” ao acusativo que esteja diante de qualquer tipo de verbo, reservando o “aporte de qualificação” para o acusativo que se põe a “verbos intransitivos”, mas a imposição tipológica de que o “aportar qualificação” tenha de excluir o “marcar relação” denota que os autores, como sói, estão em momento ulterior a minha busca ontogênica, não muito ultrapassando a preocupação discursiva da qual considero infelizmente ali se fazer ancilar a especulação *stricto sensu* ontogênica, de vocação arqueológica. Note-se o pouco paralelismo que há entre a noção de “qualificação” e a de “relação”, sendo aquela

fortemente comprometida com a discursividade; quanto ao teor do exemplo que lhe serve — “*uiuere uitam tutiorem*” (ERNOUT; THOMAS, *supra*) —, percebe-se que, para além da intenção de ênfase, o que motiva a opção por formular a aparente redundância de *uiuere uitam* parece ser a intenção discursiva de especificação, tratando-se não somente de dizer algo como “viver uma vida”, mas de pretender dizer que a vida (que se vive) é a vida mais prudente, estando a ênfase, a bem da verdade, em *tutiorem*, parte não redundante do conjunto. Tal consideração, que, dita assim, é uma consideração de natureza discursiva, não diz nada sobre o acusativo, como se não fosse ele o que está em jogo no próprio discurso de Ernout e Thomas (*supra*); veja-se que a “qualification” está não em toda a expressão acusativa, mas apenas em uma parte dela, nem sequer estando em seu núcleo. O que se tem aí, do ponto de vista de sua possível ontogênese, é um procedimento sintático que não há de se ter motivado pela opção de replicar o núcleo semântico do verbo em seu “objeto”, atribuindo explicitamente ao comportamento de “viver” o “aquilo que se vive”, “viver uma vida”, nem mesmo em se concebendo o comportamento em sentido não intransitivo, algo como “experimentalizar a vida”, “*experientiar* a vida” (em dicção cognitivista), hipótese que pareceria caracterizada exclusivamente pela falta de economia, consoante a singeleza descritiva caracterizadora dos manuais gramáticos:

“(…) Há alguns verbos intransitivos que por vêzes são usados transitivamente (i. é, seguidos de objeto direto), quando o objeto direto é formado por um nome que tem a mesma raiz ou o mesmo sentido que o verbo: *vivere vitam* (...) *vivere aetatem* (**acusativo de objeto interno**).” (LIPPARINI, 1961, p. 32),

em que se propõe o que se diz “transitivização” do verbo, como fenômeno de uso — “verbos intransitivos (...) usados transitivamente” (*supra*) —, à guisa de que a “internalidade” do “objeto” fosse causa suficiente para que, “por vêzes” (*supra*), se realizasse sua explicitação. De um ponto de vista *stricto sensu* ontogênico, o que se tem em

uiuere uitam tutiorem,

segundo o que proponho, é a expressão do comportamento em si, “viver” — aquilo que se possa entender como “viver” —, mais a expressão *daquilo relativamente a que se vive*, “a vida mais prudente”, expressão daquilo em função de que se está falando em “viver”. Esse procedimento sintático ultrapassa, *avant la lettre*, a hipotática dicotomia entre “coordenação” e “subordinação” (veja-se o Capítulo II, *caput*, deste estudo), no sentido de uma parataxe que desfaz outra dicotomia, então aquela presente na proposição disjuntiva da tipologia de Ernout e Thomas (*idem, ibidem*; o negrito abaixo é meu),

“l’*accusatif* se rencontre-t-il

(...)

pour apporter une qualification auprès de verbes intransitifs (*uiuere uitam tutiorem*),

ou

pour marquer la relation (...),”

porque o modo de “apporter une qualification”, “*uiuere uitam tutiorem*”, é o mesmo modo de “marquer la relation”, que há em “*id gaudeo*” ou “*id cogo omnes*” (ERNOUT; THOMAS, *idem, ibidem*), invalidando-se a disjuntividade, ou seja, o modo como se aduz aquela qualificação é o modo que marca a mesma relação de todo e qualquer “acusativo de relação” e, no limite, a mesma relação de todo e qualquer acusativo.

É assim que, pelo que proponho, todo e qualquer acusativo é um “acusativo de relação”, o que reforça minha imputação de redundância a essa expressão. Se estou correto em vir a definir o “acusativo de relação” como “um elemento aposto para que *em relação ao que ele expressa* se enuncie como o comportamento se efetiva ou como a caracterização se dá”, o que estou realizando aqui não é nada além de, corretamente, estreitar para o “acusativo de relação” a definição que se deve estender a todo e qualquer acusativo, porque todo e qualquer acusativo é “um elemento aposto para que *em relação ao que ele expressa* se enuncie como o comportamento se efetiva”, definição que, longe de me dar créditos, está ancorada em Ernout e Thomas (*idem, ibidem*), discurso cujo

aspecto tipologizante relativizo como falta, mas cuja intenção arqueológica aproveito como amparo.

Daí, então, é que se me impõe a indagação que formulei acima sobre como a metaforicidade movimental entre verbo e “objeto” efetivamente se haja atualizado, indagação que se desdobra em indagar acerca daquilo que teria encetado a relação entre o verbo e o acusativo propriamente como relação, relação “direta” entre esses elementos, (1) redundando na efetiva sensação de hipotaxe segundo o entendimento gramaticalizante do acusativo como “objeto” do comportamento e (2) estabelecendo-se como característica do verbo sua “transitividade” para o acusativo: ora, tudo isso não está senão em potência naquele arqueológico “estar *em relação a*”, portanto um ontogênico movimento sintático que se atualiza e atua no estatismo morfo-semântico da substantividade paratática. Se os fatores que aqui indexei como “(1)” e “(2)” representassem verdades ontogênicas, se, ao contrário, não constituíssem uma espécie de inovação, talvez mais metalinguística do que linguística, então não seriam possíveis os fenômenos

“duplo acusativo”

e

“acusativo de relação”,

em que, respectivamente,

- os dois acusativos não poderiam coexistir, dividindo um espaço que não poderia ser duplamente ocupado,

e

- o acusativo “de relação” também não poderia dividir espaço com aquilo que seria o acusativo propriamente dito, como ocorre a *id* em

“*id cogo omnes*” (ERNOUT; THOMAS, *idem, ibidem*),

em que *omnes* é que seria o acusativo propriamente dito, “objeto direto”,

ou

- o mesmo acusativo “de relação” não poderia responder a verbo a que não se responde, que é o verbo categorizado como “intransitivo”, como ocorre a *uitam tutiorem* em

“*uiuere uitam tutiorem*” (*ibidem*),

e como também ocorre a *id* em

“*id gaudeo*” (*ibidem*),

em que *uiuere* e *gaudeo*, verbos “intransitivos”, não se poderiam construir com acusativo. Embora ingênuas, um olhar não-arqueológico sobre esses fenômenos legitima as perguntas: “Como se pode, segundo a formulação *doceo te grammaticam*, ensinar ‘gramática’ e ensinar ‘te’? Ou instruir-te e instruir gramática?”, “Em *id cogo omnes*, que é que se obriga? Obrigam-se ‘todas as pessoas’, *omnes*, ou se obriga o referente trazido por *id*?”, “Como se traduz *id gaudeo*, se *gaudeo* significa ‘eu me alegro’ e é verbo intransitivo? Que se faz com aquele *id*, expresso em acusativo?”. Ora, o que fundamenta a ingenuidade dessas perguntas é a pretensão, não menos ingênuas, de *entender* as formulações sem as *estender* a um momento arqueológico em que o *sentido* (aqui dito *Semântica*) das relações (digam-se *sintáticas*) se estaria engendrando e forjando em moldes que não poderiam ser arbitrários nem casuais, a preço de certo *nonsense*, mas não de ter sido inspirados pelo mundo, o mundo em que o homem está e sobre cujo espaço físico realiza os necessários movimentos singelamente cinemáticos, mimetizados e imagetizados na (e para a) gênese de outra necessidade premente, a necessidade de falar para relatar os passos realizados, para descrever o mundo experienciado. Assim, sem lhes negar validade ontológica, deponho em segundo plano os fatores acima indexados como

caracterização de transitividade,

gramaticalização do acusativo como “objeto”,

sensação de hipotaxe,

um segundo plano desprovido, ora sim, de validade ontogênica: o que possibilita os fenômenos “duplo acusativo” e “acusativo de relação” é a sua validade ontogênica e, mais, a necessidade igualmente ontogênica daquilo que proponho como semântica da Sintaxe, engendrada e forjada em moldes inspirados pela imagnetização do espaço físico e dos movimentos nele realizados pelo homem, movimentos formuladores de uma Língua metafórica na medida em que se constitui à imagem (e semelhança) do espaço movimental do mundo, movimentos formulados na estaticidade das representações, na substantividade da parataxe. É preciso pensar em parataxe para inteligir os fenômenos “duplo acusativo” e “acusativo de relação” e ora entendê-los como um fenômeno só: assim como o “acusativo de relação” em nada difere de todo e qualquer acusativo, também o “duplo acusativo” em nada lhe(s) difere, porque **todo e qualquer acusativo**, incluídos os dois acusativos ditos “duplo acusativo”, é “um elemento aposto para que *em relação ao que ele expressa* se enuncie como o comportamento se efetiva”; **todo e qualquer acusativo** é aquela “determinação autônoma” parataticamente “aposta” à expressão do comportamento, **aposição** que parataticamente define a **relação**, relação que é movimento de *lugar para onde* latente na ambiguidade estático-movimental da parataxe:

“ensino ; ensino em relação a gramática”,

“ensino , em relação a gramática”,

doceo → *grammaticam*

“ensino ; ensino em relação a ti”,

“ensino , em relação a ti”,

doceo → *te*

“ensino ; ensino em relação a gramática ; ensino em relação a ti”,

“ensino , em relação a gramática , em relação a ti”,

grammaticam ← *doceo* → *te*

te ← *doceo* → *grammaticam*

doceo → *grammaticam*

↘

te

“instruo ; instruo em relação a ti”,

“instruo , em relação a ti”,

doceo → *te*

“instruo ; instruo em relação a gramática”,

“instruo , em relação a gramática”,

doceo → *grammaticam*

“instruo ; instruo em relação a ti ; instruo em relação a gramática”,

“instruo , em relação a ti , em relação a gramática”,

te ← *doceo* → *grammaticam*

grammaticam ← *doceo* → *te*

doceo → *te*

↘

grammaticam

“obrigo ; obrigo em relação a todas as pessoas”,

“obrigo , em relação a todas as pessoas”,

cogo → *omnes*

“obrigo ; obrigo em relação a isso”,

“obrigo , em relação a isso”,

cogo → *id*

“obrigo todos a isso”,

“obrigo ; obrigo em relação a todas as pessoas ; obrigo em relação a isso”,

“obrigo ; obrigo em relação a isso ; obrigo em relação a todas as pessoas”,

“obrigo , em relação a todas as pessoas , em relação a isso”,

“obrigo , em relação a isso , em relação a todas as pessoas”,

omnes ← *cogo* → *id*

id ← *cogo* → *omnes*

cogo → *omnes*

↘

id

cogo → *id*

↘

omnes

“alegro-me ; alegro-me em relação a isso”,

“alegro-me , em relação a isso”,

gaudeo → *id*

Por meio das interpretações que apresento como explicações aspeadas, pretendo demonstrar a razão por que estão postos em plano irrelevante a transitividade do verbo, o caráter de “objeto” que a gramaticalização trata de incorporar no acusativo, bem como a sensação de hipotaxe, que se fazem, todos, categorias de análise, três categorias da mesma chave de interpretação; a razão por que estão postos em plano irrelevante é a razão de uma ontogenia que me parece impor-se à intelecção de toda formulação acusativa, da própria ontologia do “caso” aí presente, daquilo mesmo que seja sua natureza: a natureza paratática de uma *a-posição* a um tempo estática e movimental.

O que teria encetado a relação entre o verbo e o acusativo propriamente como relação, relação “direta”, é, portanto, o condão segundo o qual na parataxe está a metaforicidade movimental da Língua.

Se, em princípio, parece haver relação “direta” entre o verbo e o acusativo — objeto “direto” —, se parece não haver movimento aí, talvez se deva, então, recuar arqueologicamente para o encontro do **lugar para onde**, semantizador da produtividade do acusativo, amparo de minha proposição de totalidade do caráter movimental das relações morfossintáticas. A produtividade parece dissolver o germe do conflito: uma vez semantizada pelo recuo arqueológico, ela faz redundar na ideia de que “(...) no verbo transitivo o objeto ao qual a ação se refere sempre está dado de maneira imediata na consciência (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 317), não por arbitrariedade ou acaso da construção, mas, todo ao contrário, por adesão da consciência ao referimento da ação; esta de fato se refere ao objeto, transita para ele, dirige-se a ele, realiza movimento até ele, **movimento para onde**; constitui, pois, **lugar para onde**.

I. 2. 1. Sempre movimento

Há diferença ontológica entre o polo para onde um movimento se dirige e o objeto modificado por um comportamento. O movimento que é o comportamento de ir a Paris não modifica Paris no mesmo sentido em que o comportamento de pintar de azul uma parede branca a modifica; ir a Paris aporta a esse espaço do mundo todas as implicações do comportamento de ir até lá, a começar pelo fato de que passa a estar ali um elemento agente que antes ali não estava, mas nada disso está expresso em *João foi a Paris*, formulação que, por excelência, exprime o comportamento de ir e nem exprime nem constrange a pensar em suas consequências, à diferença da implicação imediata trazida por *João pintou de azul a parede branca*, formulação que, por excelência, exprime o comportamento de agir sobre um objeto, no sentido exato de modificá-lo, imprimir-lhe certa modificação, dar-lhe certo modo, que antes não lhe havia, aí tornando azul a parede que antes era branca, modificando-a de branca para azul, conferindo-lhe um “modo azul”¹⁵⁸, e tendo-a — a parede — como o objeto do comportamento modificador, o objeto sobre o qual atua o comportamento, portanto **o objeto para o qual se dirige o comportamento**. Aí está: a parede não é o polo para onde expressamente se destina o comportamento de ir, como Paris o é, mas é **o objeto para o qual se dirige o comportamento** de pintar, o que implica a existência de identidade ontogênica entre aquilo a que venho sinteticamente referindo-me como *lugar para onde* e aquilo que tradicionalmente se diz *complemento verbal* do tipo *objeto direto*, proposição para a qual, de plano, converge o fato de que a atuação sobre um objeto implica, de algum modo, não raro físico, aproximação a esse objeto; pintar de azul uma parede branca implica a exigência — imagetivamente verificável no mundo — de aproximação entre aquele que tenciona realizar o comportamento e o objeto visado para aquela tenção.

¹⁵⁸ Veja-se, em *Categorias*, de Aristóteles (2016 [século IV a.C.]), a categoria *qualidade* como *modo* de ser de substâncias.

A diferença ontológica entre

João foi a Paris

e

João pintou de azul a parede branca

está na própria diferença ontológica entre os comportamentos, assim como a diferença ontológica entre o polo para onde um movimento se dirige e o objeto modificado por um comportamento está, pois, exclusivamente no mundo, não na Língua. Precisamente por isso, a análise ontogenética que proponho para a formulação *João pintou de azul a parede branca* recebe atribuições acordes com a ontologia de uma realização movimental, em estrita identidade com a formulação *João foi a Paris*: em *João pintou de azul a parede branca*, tem-se a representação de

(1) movimento de *lugar de onde*, segundo o qual se extrai uma porção **de** todo o azul que exista, movimento de separação entre o *arqui-frame* “azul” e a porção extraída, que será utilizada no comportamento de pintar,

e

(2) movimento de *lugar para onde*, segundo o qual o comportamento de pintar implica movimento de aproximação entre o agente visante e o objeto visado.

João pintou de azul a parede branca

ontogeneticamente é

“**a partir de** todo o azul existente,

[João pintou] → [a parede branca]”,

em que proponho haver, portanto, o que denomino *iconicidade interna* à Língua, determinada “ultra-iconicidade”, em que, para além da semantização das estruturas, ontogeneticamente permanece uma semanticidade espaço-movimental na integralidade da

plástica linguística, permanência concentrada no acionamento da “preposição” separativa *de* e na retidão presente na expressão da relação — direta — entre o comportamento de pintar e o objeto a ser pintado. Aí se vê, pois, na plástica da Língua, a manutenção da movimentalidade ontogenética; vê-se na própria espacialidade segmental da formulação linguística a manutenção da espacialidade movimental da organização do mundo.

I. 3. O sujeito visto de cima

O que, tradicional e filosófico-gramaticalmente, compõe o termo de contrapartida do objeto, isto é, o *sujeito*, desempenha papel categorial e representa metalinguagem que muito aproveitam à apreciação da iconicidade que aqui proponho.

Há possibilidade de definição de *sujeito* que me parece secundária, porque negativa e parcial: sujeito é o que *não* pode a rigor predicar se, em sentido aristotélico, representa substância, portanto algo particular, dotado de existência separada. O termo *Sócrates*, representação da substância Sócrates, compõe predicação em

Sócrates (sujeito) *é homem*,

não propriamente em

homem é Sócrates (“predicativo”),

porque aí o particular *Sócrates* não confere ao universal *homem* nenhum predicado. Se se diz

isto/este é Sócrates (“predicativo”),

há dêixis e não propriamente predicação, uma vez que *Sócrates* não propriamente predica *este/isto*, mas tão só preenche o apontamento dêitico. Aquilo que predica é algum universal, que não pode estar contido em nenhum particular; o particular, sim, está contido no universal e é, pois, predicado por ele, ou seja, é *sujeito* da predicação. De ocorrência fartamente verificável quanto a seus equivalentes, é bem possível a formulação

homem é Sócrates (“predicativo”)

(que, como predicação, desqualifiquei logo acima), na intenção discursiva de atribuir a Sócrates a prerrogativa de representar exemplaridade do que seja “ser homem”, de equivalente reformulação explicativa

Sócrates é que é homem

ou — a bem de manter *Sócrates* como “predicativo” — de acrescentamento também explicativo

homem é Sócrates, não qualquer outro;

trata-se, no entanto, de formulações que não dizem *o que é* homem, porque um particular, contido, pois, num universal, não o predica, não lhe atribui nenhum predicado.

O que se dá aí é certa descrição histórico-justificativa da cunhagem do termo *subiectum*, decalque de ὑποκείμενον, “substrato”, componente da “substância” aristotélica, *pari passu* com cujo estatuto ontológico se cunhou o termo nominador da categoria gramatical: ὑποκείμενον/*subiectum* representa a substância da qual algo é predicador (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. livro VII, capítulo 3º). Assim, ὑποκείμενον/*subiectum/sujeito* é aquilo que recebe a predicação; como substrato, não pode predicar, mas, como que ao contrário, está sujeito a receber a predicação.

Não contraria essa descrição certa expansão dela mesma, que aqui formulo, em sentido que me parece, ora sim, positivo e imagético: espaço-metaforicamente, sujeito é aquilo que **se lançou para baixo**, então se pôs e está aí posto, como que debaixo de nossos olhos, *sub*-metido a receber as “determinações” conferidas por um predicado; está aí vulnerável a ser *con-formado* pelo que se lhe atribui, *sujeito* a ser *assunto*, a receber, pois, um predicado, que o predique. Mais uma vez, a metáfora de movimento, como tal, gera abstratização sem depor a motivação primeva, que aí é a imagem movimental de “lançar-se para baixo”: na construção do conceito “sujeito gramatical”, não se depôs a imagem de substrato ontológico, por sua vez construída por aquela imagem de movimento, “lançar-se para baixo”; é *sobre* o que está *sob*, é sobre o ὑπο-κείμενον, é sobre o *sub-iectum*, é sobre o *su(b)-jeito* que se imprime o conteúdo da predicação; *sobre* a *sub-stância*, que ora representa algo material ou não, é que se *formaliza* o próprio enunciado, em iconicidade emblemática daquilo que se opera sobre o sujeito, *sujeitando-o* a receber o que é determinado pela predicação, ou seja, emblemática *daquilo que é* ser sujeito, e emblemada pela metalinguagem que o nomeia.

Na instância talvez a mais estritamente *orgânica* sobre a qual se realiza a *formalização* da Língua, uma instância propriamente fundante porque ali se funda a relação *organizadora* da atribuição essencial em que se afirma que “algo *é*” e se diz “o *que* ele seja”, uma instância na qual, entretanto imaterialmente, se *plasma* o que denomino “*plástica* da Língua” (veja-se o final do item imediatamente antecedente), então uma instância no interior da qual se travam as puras relações, é aí que se dá, pois, a predicação, *sujeitando-se* o sujeito a um predicado, aproximando-se-lhe a atribuição que o predica. Na aproximação ilusoriamente física entre as partes dispostas na formalização da sentença é que se tem a representação da aproximação — aí sim — propriamente física ou conceitual entre as entidades (do mundo) que aquelas partes (da Língua) representam, mas a aproximação “física” das partes sentenciais é mesmo de todo ilusória, haja vista a ordenação sintagmática livre própria das línguas casuais. Também na relação acusativa

João pintou a parede,

a aproximação ontológica entre aquele que tencionou realizar o comportamento de pintar e o objeto visado para a realização desse comportamento e mesmo a aproximação ontológica entre o próprio comportamento de pintar e o objeto que havia de ser pintado são representadas não pela proximidade sintagmática entre a expressão do comportamento e a expressão do objeto, proximidade pouco frequente nas línguas clássicas, guarnecidas de casos, mas pela retidão presente na expressão da relação — direta — entre o comportamento de pintar e o objeto a ser pintado, e essa retidão de expressão é, segundo proponho, a retidão do movimento que ali houvera, *lugar para onde*, movimento então metafórico quando da confecção da Língua; com isso me furto ao singelo subprincípio funcionalista da singelamente icônica *integração* —

“O *subprincípio da integração* [manifestação do princípio de iconicidade] prevê que os conteúdos que estão mais próximos cognitivamente também estarão mais integrados no nível da codificação — o que está mentalmente junto coloca-se sintaticamente junto.” (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 32)

—, que é um subprincípio devotado à proximidade sintagmática que aqui desconsidero, de estatuto hesitante entre certa inverdade histórica delatada pelo sintetismo das línguas casuais e, sem paradoxo, certo truísmo já dado pelo analitismo das línguas analíticas, em relação direta entre proximidade cognitiva e colocação sintática; ademais, embora a presença do verbo, iconicamente vicária do comportamento, seja imprescindível justamente para que o comportamento seja expresso, também não é esse o truísmo de iconicidade que aqui proponho: **ontogenicamente, a mera sequencialidade**

pintou a parede

não constitui nenhuma relação; o movimento que arqueologicamente aí subjaz é que é relacional, aquele movimento dialeticamente embutido na arqueológica parataxe (vejam-se, aqui, os itens II. 6, titulado exatamente “**A arqueológica parataxe**”, e I. 2); **pela metáfora do movimento é que as relações se constituem**, haja vista que é dessa metáfora que advêm as especializações semânticas, a serviço da discursividade.

Na relação predicativa

Sócrates é homem,

a representação da aproximação ontológica entre o “ser Sócrates” e o “ser homem” prescinde, agora sim, do acionamento do verbo essencial¹⁵⁹ segundo a parataxe das línguas clássicas, sobretudo em período arcaico, em que aquela aproximação parece, também ora sim, iconicizada pela aproximação sintagmática dos termos na formulação da sentença, porém, bem mais do que isso, iconicizada pela identificação casual desses termos, expressos, ambos, pelo caso que *nomeia* as entidades a representar:

Socrates homo,
nominativo, nominativo.

Uma vez, contudo, acionado o verbo, em

Socrates homo est,

é exatamente seu caráter essencial (vejam-se os Capítulos II e III, *capita*, deste estudo) que corresponde à ontogenia que aí se deu, alheia à ideia de mera cópula; note-se que o que se faz aí não é dizer que “Sócrates *é*”, no sentido absoluto e substancial próprio do verbo *ser* (veja-se a Introdução deste estudo); o que se faz é afirmar a humanidade de Sócrates, mais bem a humanidade *para* Sócrates, *aproximando-se* ontologicamente o “ser Sócrates” e o “ser homem”, mas, para isso, igualmente se afirma, sim, o “ser” de Sócrates, mais bem o “ser” *para* Sócrates, absoluta, substancialmente, em sentido de unidade, sentido primeiro de *ser*, *aproximando-se* ontologicamente o “ser Sócrates” e o “ser *ser*”. Aí está: a parataxe da formulação

Socrates homo

¹⁵⁹ Vejam-se, nos Capítulos II e III, *capita*, minhas considerações sobre o “verbo essencial”.

é como que dada por si mesma na aproximação justapositiva dos termos, não na singela proximidade, efeito direto do fenômeno, mas no próprio fenômeno da *ad*-proximação que *juxta*-põe; a mesma força paratática se mantém, segundo minha proposição, se considerada a parataxe que proponho para

Socrates homo est,

formulação emanante de uma parataxe duplamente escalonada, desdobramento da formulação anterior,

(1) parataticamente se afirmando o “ser” para Sócrates

(2) sob condição de parataticamente se lhe afirmar a humanidade

(veja-se, no Capítulo II, *caput*, minha reflexão sobre os predicativos):

Socrates, si¹⁶⁰ homo, est

>

Socrates, homo, est:

“Sócrates é (absoluta, substancial, intransitivamente) *se* homem”,

“Sócrates é (absoluta, substancial, intransitivamente) apenas *se* homem;

senão, não é (absoluta, substancial, intransitivamente)”;

Sócrates, se homem, é

>

Sócrates, homem, é,

ou seja, a formulação *Socrates homo est / Sócrates é homem*, ao contrário do que semelha, é profundamente paratática e, como que pressupondo a formulação *Socrates homo*, é duplamente paratática numa espécie de escalonamento, porque representa, iconicamente, duas aproximações ontológicas, aproximando-se, no plano da representação, ao “ser

¹⁶⁰ Veja-se, no Capítulo III, *caput*, a etimológica evocação da natureza adverbial-**paratática** da dita conjunção *se*.

Sócrates” o “ser homem” e ao “ser Sócrates” o “ser *ser*”. O “ser Sócrates” e o “ser homem” precisam ser expressos para que sejam representados; exatamente por já estar expresso e portanto representado, o “ser Sócrates” não requer a expressão-representação do “ser *ser*” — é arcaicamente inconcebível a enunciação do não-ser, porque o não-ser é concebível apenas relativamente como “não ser outro ser” —, mas, uma vez acionada, a expressão-representação do “ser *ser*” então parece determinar o lugar da predicação, a instância em que a Língua efetivamente se formula ao formular conceitos. É aí, no momento-lugar em que se equiparam *A* e *B*, *a*-tribuindo-se um *a*-o outro, *a*-proximando-se iconicamente, no arsenal representativo que é a Língua, entidades que se *a*-proximam em algum mundo possível, é aí, no momento-lugar em que se diz

A é B,

que a Língua se põe a cumprir papel *stricto sensu* lógico e, em certo sentido, filosófico, se se considera a permanência da própria questão fundante da Filosofia, que é a questão do Ser. À permanência de noção tão densa, quase concretiva, quase em si mesma “paratática”, se associa outra permanência: ainda para a expressão dos conceitos mais trabalhosos, das aproximações insólitas, das ideias mais abstrativas, mesmo para esses escopos, a Língua manteve e mantém a produtividade semântica físico-concretiva da primeva imagem de aproximação e o teor igualmente denso da parataxe; naquele momento-lugar fundante, que é o momento da predicação e que é mesmo lugar da própria Língua, também ali permanece a parataxe, em sua densidade produtiva.

É, pois, na instância da predicação que se dá a relação que talvez seja fundante do fenômeno proposicional. A bem da indagação do que seja um verbo e do que é que assegura que um verbo esteja em relação com um sujeito, não se deve apelar para critérios formais (veja-se o item I. 2), haja vista às línguas isolantes, em que há isomorfia entre verbo e nome, bem como entre funções verbais e funções nominais; não está expressa *stricto sensu* movimentalmente a relação entre o verbo e o sujeito, não podendo aí haver nenhuma iconicidade que formalize nenhum movimento estrito. Por outro lado,

simplesmente categorizar essa relação como extralinguística, na inconsistente chave de que somente determinada entidade de um mundo conhecido possa realizar determinado comportamento componente desse mesmo mundo, pouco ou nada ajudaria no entendimento da relação entre o comportamento e a entidade que se comporta, pouco ou nada ajudaria no entendimento da *formalização* dessa relação, devendo-se, isto sim, considerar o caráter ontológico da necessária exigência que se impõe a um comportamento a buscar uma entidade que se comporte, caráter tão ontológico quanto prévio ao engendro da Língua: tal o modo como a vida se organiza, uma entidade realiza um comportamento, podendo o núcleo de sentido do comportamento prever a incidência sobre um objeto, e tais relações é que fundam o fenômeno da proposição:

expressão da entidade que se comporta,
 expressão do comportamento
 (expressão do predicativo daquela entidade);

expressão da entidade que se comporta,
 expressão do comportamento
 (expressão do objeto sobre o qual incide o comportamento).

Se aquele “núcleo de sentido” de fato prever a incidência sobre um objeto, então a “determinação” representacionalmente aposta à expressão do comportamento, embutido aí o movimento de *lugar para onde* latente na ambiguidade da parataxe, será, a um só tempo, estatismo e movimento a emblemar iconicamente aquela incidência, será o entendimento daquela “determinação” como o “objeto” do comportamento, será uma espécie de objetivação da determinação apositiva e da antiga autonomia acusativa lembrada por Ernout e Thomas (1953 [1951], p. 17; *supra*). Essa objetivação traduz a busca empreendida por aquele “núcleo de sentido”, segundo o modo como a Língua iconiciza o próprio modo como a vida se organiza. Nada disso, porém, vale para a relação entre um verbo e seu sujeito, porque não há estrito movimento entre um e o outro, não há o estrito movimento de *lugar para onde* que há na relação entre um verbo e seu objeto,

uma vez que não há no verbo nenhum “núcleo de sentido” que busque o sujeito, havendo apenas o fato ontológico de um comportamento requerer alguma entidade que se comporte; observe-se que, para verbos como *chover*, falsamente ditos “sem sujeito” (vejam-se minhas considerações no subitem II. 1. 5; veja-se também ALONSO JÚNIOR, 2023, *passim*), a própria ontologia do comportamento aí expresso já confere ao verbo o sujeito que lhe é ontologicamente necessário a ponto de não se manifestar, por não precisar manifestar-se, dada sua inequivocidade denotativa. Há, no entanto, o que proponho como *certo movimento de aproximação* entre verbo e sujeito, não aquele movimento estrito que digo “embutido” na ambiguidade da parataxe, um movimento “em germe” que aflora em *lugar para onde* entre verbo e então objeto, mas uma aproximação rigorosamente justapositiva, segundo a qual a expressão-representação do “ser *ser*” se apõe à expressão-representação do sujeito, daquele ou daquilo *que é*,

A é,

Socrates est,

não mais do que a expressão-representação do “ser homem” também se aproxima imagetivamente a Sócrates, ou seja, à expressão-representação subjetiva do “ser Sócrates” se apõe a expressão-representação do “ser homem” como expressão-representação predicativa,

Socrates homo,

Socrates homo est,

A é B,

então parecendo determinar-se o lugar da predicação como essência da parataxe.

É sobre as relações essencialmente paratáticas entre verbo e sujeito e entre predicativo e sujeito, é sobre a aproximação rigorosamente justapositiva aqui imagetizada entre eles, é nessa espécie de arcaísmo arqueológico-paratático que se há de ter desenvolvido a especificidade discursiva que pretende que a função de sujeito e a de predicativo sejam funções inter-distintas e não-comutáveis, asseverando-se que um comportamento seja “predicar A por meio de B” e outro comportamento seja “predicar B por meio de A”. Isso conduz a uma análise que, diante da formulação

A é B,

arcaicamente *A B,*

se empenha em decidir qual seja seguramente o sujeito e qual seja seguramente o predicativo:

“(...) ¿Haverá oração predicativa substantiva?

Oiticica propõe duas orações como tais:

‘A verdade é *que ninguém o tolera*’

‘O mais certo é *tentarmos a fuga*’ (Manual de Análise, p. 206).

Essas porém são, parece, os sujeitos de ‘é’, enquanto ‘a verdade’, e ‘o mais certo’ são os predicativos.

Num caso como:

‘Meus votos são *que Você passe no exame*’

é aceitável que a oração subordinada seja predicativa. Mas o caráter adjetivo é evidente, e é perfeitamente possível trocar a oração adjetiva numa palavra adjetiva:

‘Meus votos são *estes*’;

‘Meus votos são *propícios*’.

Outro exemplo de natureza adjetiva:

Fulano é *quem sabe fazer isso*;

Fulano é *sabido*.” (JUCÁ [filho], 1958, p. 130),

em que se tem uma enfiada de equívocos decerto relacionada à crença em que se tenha de decidir entre sujeito e predicativo. As brevíssimas formulações do autor, com marcas de dúvida não tematizada (veja-se *supra* o intercalado “parece”, entre vírgulas) e afirmações não sustentadas (veja-se *supra* a asseveração peremptória “é evidente”), estão, porém, acordes com toda uma tradição que acata aquela especificidade segundo a qual a função de sujeito e a função de predicativo sejam necessariamente distintas e distinguíveis, tradição que evoco quando trago acima a definição de *sujeito* que, entretanto, qualifiquei

como negativa e parcial: “sujeito é o que *não* pode a rigor predicar”. Ora, é bem verdadeiro que **um comportamento** seja

“**predicar A** mediante B”

e **outro comportamento** seja

“**predicar B** mediante A”,

mas, no limite de uma ontogênese pretendida, isso está para a **discursividade**, como comportamentos que são, e a maneira como se deu a formalização em Língua não me parece haver chegado a tal especificidade discursiva, não me parece haver chegado à pretensão comportamental-discursiva de predicar isto e não aquilo, mas teria havido, naquela *formalização*, uma limitada e suficiente *conformidade* com a espécie de quadro sucinto desenhado pela

“aproximação rigorosamente justapositiva”

entre verbo e sujeito

e

entre predicativo e sujeito,

expressão que formulo na tentativa de imagetizar aquilo que acima italicizei como

certo movimento de aproximação,

um silencioso aproximar-se do verbo ao sujeito e do predicativo ao sujeito, redundando-se em justaposição. O que há nesse desenho é uma via de mão dupla entre

“isto predicar aquilo”

e

“aquilo predicar isto”,

mão dupla sustentada pela linearidade do desenho

A é B,

que permite a inversão de si mesmo,

B é A,

linearidade, por sua vez, configurada pelo próprio fato ontológico de

“B ser A”

se

“A é B”.

Ora, já o fato metalinguístico de eu continuar a falar de *sujeito* e de *predicativo* (que, nas últimas ocorrências, grafo sem aspas) não nega a inegável e “ineganda” atribuição do predicativo ao sujeito, a(d)tribuição acorde com toda a metalinguagem aqui mantida e com a própria realidade ontológica de alguém, no mundo, pretender “atribuir B a A”, e não “A a B”, mas a pretensão faz-se imponderável em face de sua formulação, e é isso que exime a análise de ter de decidir qual o sentido “movimental” da atribuição: uma vez realizada a aproximação *de B a A* ou a aproximação *de A a B*, estabelecida está a rigorosa justaposição entre ambos, o que sustenta a equivalência, grandemente ontológica, entre eles; se “uma coisa está para a outra”, então “a outra está para uma”, e o que proponho é justamente a iconização dessa equivalência mediante aquele “*certo movimento de aproximação*” entre essas “coisas”, que, então, passam a equivaler-se, porque foram postas em relação de equivalência pelo movimento de aproximação mútua, um movimento imagetivamente realizado na formulação da Língua, propriamente na predicação, em que a representação de uma daquelas “coisas” é aproximada à representação de outra daquelas “coisas”, tornando-se mútuas as representações, fazendo-se mútuas as coisas.

O que logo acima descaravelmente qualifiquei como “uma enfiada de equívocos” (JUCÁ [filho], *idem*) são equívocos teóricos e conseqüentemente classificatórios, a refletir a compartilhada crença em que se tenha de classificar acertadamente algo como *sujeito* e o que lhe é “outro” como *predicativo*; à dependência disso está ali a tentativa de associar à ideia de “predicativo” determinado caráter adjetivo. Não há nenhuma “evidência” de que, em

meus votos são que você passe no exame (supra),

“a oração (...) predicativa” (*supra*)

que você passe no exame

guarde caráter adjetivo; ao contrário, se há evidência, está no caráter substantivo do comportamento de “passar no exame”, naquele “isto” que, segundo a ontogenia que proponho, está iconizado pela substantividade **demonstrativa** daquele *que* (veja-se o Capítulo II, *caput*, deste estudo; veja-se também ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*), um elemento linguístico que claramente ontologizo como um “isto”, ao largo de qualquer entendimento hipotático trazido pela ideia de “conjunção”, uma “conjunção” que, em clara mecanicidade, se diz tão somente “integrar” aquilo que vem depois na sequenciação da frase, ou seja, passo ao largo de qualquer sensação hierárquica associada à ideia de subordinação; para aquém da atuação gramaticalizante que teria incidido sobre o elemento pronominal demonstrativo, a densidade semântica desse elemento-entidade é o que, “predicando”, se aproxima àquilo que são “meus votos”, “meus votos” que “são”, *são* sendo *que*, “são” sendo “isto”, e a esse genérico “isto”, *quod*, formalizado *que*, se apõe sua própria especificação, que é o comportamento de “você passar no exame”, uma aposição de natureza *stricto sensu* paratática:

meus votos, sendo *que* [= “isto” (“você passar no exame”)], *são*,

meus votos, se *que* = “isto” : “você passar no exame”, *são*

>

meus votos, *que* = “isto” : “você passar no exame”, *são*,

meus votos, *que* : “você passar no exame”, *são*

>

meus votos, *que* : *você passe no exame*, *são*,

ou seja,

meus votos são que : você passe no exame,

à semelhança da ontogênese que proponho para

Socrates homo est:

meus votos que são,

em que interpreto *que* como entidade provida da mesma substantividade de que é provida a entidade *homo*, o que não veta o desdobramento especificativo de *que*, a cuja densidade substantiva se apõe a expressão do comportamento especificativo “você passar no exame”, exatamente como um “aposto” parataticamente justaposto.

Em

meus votos são que você passe no exame (supra),

não há nada de adjetivo, excetuados o pronome “possessivo” e o elemento mórfico *voss-*, da etimologia “possessiva” do pronome de tratamento. É, em qualquer sentido, substantiva a oração que Jucá [filho] (*idem, ibidem*) ali chama “oração adjetiva” e substitui pelo que chama “palavra adjetiva” ao se referir ao pronome demonstrativo *estes* em

meus votos são estes (supra),

demonstrativo, como tal, a funcionar foricamente (veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*) ou, em imaginário contexto de maior probabilidade, a atuar deiticamente, possibilidades em que não há “caráter adjetivo” (*supra*), a não se confundir com o caráter *designativo* próprio da demonstração. Também não há “natureza adjetiva” (*supra*) em

quem sabe fazer isso,

da formulação

fulano é quem sabe fazer isso (supra),

uma vez efetivada a cumulação no elemento *quem*, então substantivo, a não se comutar a complexa estrutura

quem (< “aquele que”) sabe fazer isso

com o particípio — então, sim, adjetivo — *sabido*, “que sabe”, por atuação metonímica entre resultado do comportamento em sentido propriamente passivo e resultado do mesmo comportamento em sentido ativo, contiguidade semântica entre o objeto que se soube e o agente que sabe; a única comutação que me parece possível ali é uma espécie de comutação semântica entre

fulano é quem sabe fazer isso (supra)

e

*fulano é sabido nisso (supra, em que acrescento **nisso**),*

formulações altamente diversas que se equivalem apenas semanticamente, se acrescida a especificação “*em que se é sabido*”, correspondente a “*o que se sabe fazer*”; muito provavelmente, a motivação para enxergar “natureza adjetiva” em

quem sabe fazer isso

é a contraparte fortemente substantiva representada pelo arabismo *fulano*, sob a crença, ali presente (*supra*), de que aquilo que se admite como predicativo contenha aquela natureza,

mas não há nada de necessariamente adjetivo no predicativo, bem como não há nada de necessariamente certo no discernimento entre a função predicativa e a função subjetiva: o predicativo de

fulano é quem sabe fazer isso

bem pode ser a oração dita subordinada, *quem sabe fazer isso*, grande conjunto **substantivo**, assim como pode ser o **substantivo** *fulano*, concebido um contexto em que se esteja a falar de “quem sabe fazer isso”, em que já se tenha como pauta “aquele que sabe fazer isso”, e então se informe que “quem sabe fazer isso”, esse já *sub*-metido como assunto, *su(b)*-jeito à predicação, é “fulano” e não “beltrano”, em situação oral aí se enfatizando entonacionalmente *fulano*, a predicar — este, sim, não outro — o sujeito *quem sabe fazer isso*, o que aponta para a possibilidade de oscilação entre esses papéis sintáticos, uma oscilação genética, dada pela equivalência entre os termos equivalentemente aproximados e justapostos, à maneira paratática.

O que me parece mesmo um equívoco teórico-metodológico, ora da escola de Port-Royal (vejam-se ARNAULD; LANCELOT, 1660; 2001 [1992] [1660]), segundo o qual é de bom alvitre, a bem da inteligência do “verbo substantivo”, propor a recorrência desse verbo, seguido de um particípio presente, na chave de que

“tudo é realiza-nte”,

parece estar calcado justamente na dificuldade em assegurar a relação que há entre o verbo e seu sujeito. Na esteira desse possível equívoco, esteve a operação proposta por Frege (2009 [1879], *passim*), em sua *Conceitografia*, com motivação dada pelo que se considerou certa incompatibilidade entre a proposição clássica e determinadas especificações como

A é maior do que B:

a singeleza da proposição clássica não recobriria uma especificidade relacional que ultrapasse o “ser x” e abarque relações como “ser maior do que x”, contudo já previstas pela categoria aristotélica da *relação*. Segundo o que propugno, a proposição clássica tem incorporada em si toda a gama de especificações, como aquela dada pela *categoria da relação* (veja-se o item II. 4), desde que se considere a estrita essencialidade que funda a estrutura da proposição: há aí a exigência de considerar a manutenção da primeira intransitividade do verbo essencial, em certa medida desconsiderando aquilo que se tem como mudança de foco do verbo para o predicativo (veja-se o Capítulo III, *caput*); pretendo que isso embase a interpretação que proponho abaixo (veja-se o Capítulo II, *caput*) relativamente ao estatuto do predicativo do sujeito e ao, difícil, estatuto do predicativo do objeto, no sentido de que é preciso considerar a essencialidade do verbo *ser*, a bem da interpretação da relação entre os predicativos e o sujeito, no conjunto da proposição. Assim, em

A é B,

o que se tem é a afirmação quer da existência, quer da essência, sumamente da essencialidade de A, **contanto que seja B**; em

considero A como B,

o que se tem é a incidência do comportamento verbal sobre A — *considero A* —, **contanto que considerado como B**.

O problema de Frege é que, uma vez que se reduza

A é maior do que B

a

D é E (sendo A substituído por *D*, e *maior do que B* substituído por *E*),

uma vez que se reduza

B é maior do que C

a

F é G (sendo *B* substituído por *F*, e *maior do que C* substituído por *G*),

e uma vez que se reduza a conclusão

A é maior do que C

a

D é G (sendo *A* substituído por *D*, e *maior do que C* substituído por *G*),

então estaria demonstrada a impossibilidade de compatibilizar a proposição clássica com certa operação lógica aplicada à especificação relacional da categoria da *relação*; veja-se que o propósito intermediário é substituir

ser maior do que

por

X,

ou seja, igualar uma categoria relacional a uma variável, para que, como propósito final, se possa demonstrar a pretendida incompatibilidade, asseverando-se determinada limitação da proposição clássica:

$$\left\{ \begin{array}{l} A = \mathbf{D} \quad [> B] = \mathbf{E} \\ \hline B = \mathbf{F} \quad [> C] = \mathbf{G} \\ \hline A = \mathbf{D} \quad [> C] = \mathbf{G} \end{array} \right\} \neq \left\{ \begin{array}{l} \mathbf{D} \text{ é } \mathbf{E} \\ \mathbf{F} \text{ é } \mathbf{G} \\ \vdots \\ \mathbf{D} \text{ é } \mathbf{G} \end{array} \right\}$$

(Figura 9).

Ora, a re-atribuição do *status* intransitivo ao verbo essencial *e*, em pé de igualdade, a percepção da movimentalidade de *lugar de onde* que há em

(*A ser*) maior **de** *o* (= *que*) (*B [é]*)

devolvem essa formulação ao lugar da proposição clássica, porque o que se faz aí é afirmar, em termos proposicionais, a essencialidade de *A*, pressuposta relativamente a essa essencialidade a categoria “maior”, expressando-se metaforicamente um movimento de separação entre os termos de comparação — representados por *A* e *B* —, imagem que figura um movimento de separação entre a categoria “ser grande” — expressa pelo pronome demonstrativo *o* (“que *B* é”) — e a categoria “ser maior” — expressa pela oração *A é maior de (o)* —, tendo-se aí duas proposições:

(1^a) “*A é*”,

estendida em

(1^a) “*A é* sendo maior (do que *B* é)”;

(2^a) “*B é*”,

extensível a

(2^a) “*B é* sendo grande”;

essas duas proposições são postas em relação exatamente pelo movimento de separação expresso pela “preposição” **de**, ou seja, a **partir de** *o* (grande) que *B* é, metaforicamente se separa o “ser maior” de *A*, que intransitivamente também é; dito em outros termos, do *arqui-frame* que representa tudo que *B* é, por sua vez representado pelo pronome demonstrativo *o*, se extrai um elemento, entre teoricamente infinitos outros possíveis elementos, que é o elemento da categoria da *relação*, “maior”, afirmada sobre o “ser *ser*” de *A*, resultando

“A é (mais) grande relativamente a o que B é, relativamente a o grande que B é”,

“a partir **de** aquilo que B é, **de**-riva-se um elemento, que é a categoria da *relação*, expressa pela formulação *A é maior*”,

“a partir **de** o que B é, a partir **de** o grande que B é, A é (mais) grande”,

o que se expressa

de o que B (é)_(,) A é mais,

de o que B (é) (grande)_(,) A é mais (grande),

A é mais (grande) **de** o

↓

que B é,

A é MAGIS (grande) **de** o

↓

que B é,

A é MAG-IOR **de** o

↓

que B é,

A é maior **de** o

↓

que B,

análise que formulo para fazer entender a estrutura molecular que proponho haver aí. Veja-se em momento anterior da (mesma) Língua a (mesma) metáfora movimental de separação, *lugar de onde*, entre os termos comparados:

“(…) O comparativo de **superioridade** forma-se fazendo-se comparativo o adjectivo positivo. O segundo termo da comparação pode-se pôr no ablativo sem preposição, se o caso do primeiro termo fôr o nominativo¹⁶¹ ou o accusativo¹⁶² (...). Por ex.: (...) *praeceptor est DOCT-IOR* [o itálico é dos autores; os realces são meus] *discipulo* (...)

(...)

O termo de comparação, no superlativo relativo, exprime-se em latim com o *genitivo partitivo* ou com o *ablativo* acompanhado das preposições *e, ex, de*, p. ex.: Varro foi *o mais sabio* dos Romanos,

Varro fuit { *Romanorum omnium*
ex (e, de) Romanis omnibus } eruditissimus”

(PUPPO; RAVIZZA, 1917, p. 72-3),

em que a expressão *ab*-lativa, secundada ou não pelas “preposições” separativas¹⁶³, e a expressão *gen*-itiva, *scilicet* expressões *part*-itivas, iconizam o movimento de separação, afastamento, a partir de um ponto de origem, movimento de *lugar de onde*. Na mesma esteira, veja-se a explicitude da manutenção da metáfora de *lugar de onde* na construção italiana

*A è più grande **di** B,*

em que se prescinde de pronome demonstrativo — (*quel*)*lo* — como intermédio dos termos de comparação — ^(*)*A è più grande di quello che B è* —, metaforizando-se movimento de separação, afastamento, *lugar de onde*, empreendido relativamente à categoria “ser maior, *essere più grande*” **a partir de B**, a partir do que o próprio conjunto do arqui-frame B é, em cabal equivalência com a metaforização de movimento de separação, afastamento, *lugar de onde*, empreendido relativamente à categoria “ser maior” **a partir de o** que B é, a partir de *aquilo* que B é.¹⁶⁴

¹⁶¹ em oração “principal”, em que se *nomeiam* as entidades a representar, como
praeceptor est (...)

¹⁶² em oração infinitiva, objetiva direta, em que se *acusa* todo o objeto do comportamento da oração “principal”, como
(dico) praeceptorem esse (...)

¹⁶³ “(...) En ce qui concerne l’emploi du cas [“ablatif”] avec ou sans préposition, on ne peut formuler que des observations particulières.” (ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. 83)

¹⁶⁴ A construção “francesa”

Assim, muito embora eu abaixo desqualifique categorias opositivas, como “coordenação e subordinação” (veja-se o Capítulo II, *caput*), a parêntese *sujeito-predicado* deve ser entendida como imprescindível na formulação da Língua, porque retrata a possibilidade de formular asserções: uma entidade, *sub*-metida a uma declaração, ou seja, a entidade representada pelo *su(b)-jeito*, é que realiza determinado comportamento, expresso pelo verbo e linguisticamente expressivo do predicado, linguisticamente

ne + expressão de comportamento + *que* “x”,

Laura n'a que cinq ans,

não me parece que se possa entender, como estrutura, como imagética engrenagem de Língua, como *forma*, a não ser por meio da percepção de *que*, também aí, está em jogo a espacialidade, em relação espaço-movimental inequívoca ao olhar nu, o olhar comum que não enxerga a molecularidade da estrutura porque ouve o discurso, não enxerga o movimento metafórico porque esse movimento requer ser percebido como metáfora ontogênica. Estão acumuladas nessa estrutura a imagem espacial de movimento de *lugar de onde* e a imagem espaço-frasal da aposição paratática, duas imagens escondidas, a primeira porque **dispensa a expressão** de *lugar de onde*, a segunda porque **representa a própria economia de expressão**. Não se pretende ali dizer que “Laura não tenha cinco anos”; para dizer que

“Laura tem somente cinco anos”,

expressa-se o equivalente a *que*

“Laura *não* tem ***que*** cinco anos”,

e aí estão as imagens escondidas, à equivalência de

*Laura não tem MAIS (do) **que** = “isto”: cinco anos,*

porque, se “Laura tem **somente** cinco anos”, então ela “*não tem MAIS (do) **que** isso*”:

*Laura ne a PLUS **que** cinq ans,*

*Laura ne a PLUS **de** que cinq ans,*

*Laura ne a PLUS **de** CE que cinq ans,*

*Laura ne a PLUS **de** CE : que : cinq ans,*

metaforizando-se, implícita a “preposição” *de*, o movimento de separação, afastamento, *lugar de onde*, empreendido a partir do *que* seria um *ce* também implícito, a partir do *que* seria esse *arqui-frame*, a partir de *o* que seria, a partir de *aquilo* que seria o segundo termo da comparação, e esse “aquilo”, esse *ce*, é “especificado”, em sua inespecificidade pronominal, pelo **pronome demonstrativo substantivo *que*** (estenda-se ao “francês” o que se vê em ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*), na medida em que esse ***que* parataticamente se apõe** àquele *ce* implícito, sendo ***que*** rigorosamente especificado pela expressão propriamente lexical *cinq ans*, que também **parataticamente se apõe** a esse ***que***, segundo a **economia da expressão paratática**.

Veja-se que o *que* que estou fazendo aqui não é subentender palavras, não é preencher vazios com itens lexicais ausentes, porque não há nenhum vazio. O *que* que estou fazendo é explicitar uma estrutura presente, mediante operadores imagéticos ausentes: as imagens estão ali, potência já posta em ato, cujo resultado é a construção em sua atualidade.

definidor daquilo que predica o sujeito. Por isso na instância da predicação é que parece dar-se determinado problema fundante da própria Língua. O que se há de fazer é propor algum modo de interpretar a maneira como se realiza a relação entre o predicado e seu sujeito; previamente à formulação linguística, ou seja, ontologicamente, há uma entidade que realiza um comportamento, mas isso não é representacionalmente expresso; parece que o que permite identificar o pertencimento de um verbo a seu sujeito, não sendo marcas formais, é justamente o fato de que se sabe, ontologicamente, que uma entidade realiza um comportamento. Por outro lado, a relação entre o comportamento e o objeto sobre o qual esse comportamento incide está, de algum modo, dada linguisticamente pela aposição paratático-movimental; por isso é que afirmo acima que, na formulação

João pintou a parede,

em *pintou a parede* não há relação alguma se não se considera a arqueológica relação movimental, de *lugar para onde*, que há entre a expressão do comportamento e a expressão do objeto, porque, ontologicamente, entre a realização do comportamento e a incidência sobre o objeto houve movimento de busca, de aproximação, portanto *de lugar para onde*, que a formulação da Língua iconicamente mimetiza e arqueologicamente contém.

Síntese do que aqui proponho talvez se possa exprimir assim: a aderência da imagem do movimento à expressão metafórica da experiência humana compôs — e compõe, em “produtividade viral” — a constituição da Língua, do sensível-concreto ao abstrato-espiritual. A expressão do mais sensível-concreto já é metafórica porque já é *representação*; ao mesmo tempo, o gradativo desenvolvimento da expressão do mais abstrato-espiritual mantém o germe da inicial metáfora, resultante da mimese do movimento “concreto” de cuja percepção se **abstrai**: o mais abstrato-espiritual resulta do desdobramento daquela metáfora, mas enraíza-se na percepção da inserção do homem no espaço experienciado pelo movimento.

CAPÍTULO II. TRADIÇÃO NÃO-ANALÍTICA: A UM PASSO DA ANÁLISE

“(...) todos começam por admirar-se de que as coisas sejam tais como são, como, por exemplo, diante das marionetes que se movem por si nas representações, ou diante das revoluções do sol e da incomensurabilidade da diagonal com o lado de um quadrado. Com efeito, a todos os que ainda não conheceram a razão disso, causa admiração que entre uma [a diagonal de um quadrado] e [o] outro [o lado desse quadrado] não exista uma unidade mínima de medida comum. Todavia é preciso chegar ao estado oposto e também melhor (...). E assim acontece, efetivamente, (...) uma vez que se tenha conhecido a causa: nada provocaria mais admiração num geômetra do que se a diagonal fosse comensurável com o lado.

(...)

Portanto, é preciso adquirir a ciência das causas primeiras. Com efeito, dizemos conhecer algo quando pensamos conhecer a causa primeira [ἡ αἰτία]. (...)” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 13-5)

Encabeça o título deste capítulo palavra cuja amplidão referencial é apenas minimamente relativizada quando circunscrita: as expressões *tradição gramatical*, *tradição filológica*, *tradição linguística*, em que a “tradição” anunciada se representa bem circunscrita a determinadas áreas das preocupações teóricas — ou mesmo teórico-normativas —, parecem, entretanto, pretender abarcar algo tão amplo quanto a própria palavra *tradição*, incircunscrita. À amplidão do termo se associa a dificuldade da abordagem: já se entende que, ao longo de todo este estudo, não me posso furtar a falar *contra* uma tradição que, representativa de certo modo influente de pensar, incontornavelmente percebo como “desledora da forma”, porquanto algo há de tê-la conduzido a não alcançar a semântica que aí há — a **semântica da estrutura linguística**, a **semântica da forma** —, desalcance que resulta em insuficiência de análise, ao arrepio da proposição aristotélica segundo a qual

“(...) não se pode possuir o saber antes de ter alcançado o que não é mais divisível (...)” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 77).

Quando digo “uma tradição”, apenas busco modo eufêmico de me referir a toda “a tradição” que se me apresenta, referência ousada e difícil.

Em passos diversos em que a reflexão gramatical fala sobre si mesma, não faltam apontamentos sobre sua própria *limitação*, palavra que não pluralizo porque pluralizar a palavra equivaleria a esmaecer a generalidade estrutural do problema. Mesmo, porém, em momentos de autocrítica, o teor aí presente não parece mais do que aproximar-se do vislumbre daquela semântica — a **semântica da forma** —, cuja configuração permanece de fato irrealizada; não raro se ingressa em considerações que indiciam que o vislumbre não ultrapassa a si mesmo.

“El nivel de adecuación mínimo de una descripción gramatical es el nivel observacional. (...)”

Pero una gramática que alcance solamente el nivel observacional no tiene ningún interés: una simple lista de los enunciados del corpus cumpliría con este objetivo. La adecuación observacional es necesaria, sin duda, pero no suficiente. Desgraciadamente, **gran parte de la labor del lingüista se queda a menudo en este nivel elemental de adecuación** [o negrito é meu]. La labor dialectológica, por ejemplo, en cuanto consiste en gran parte en recolección de materiales y sólo en ínfima medida en mostración de reglas de capacidad lingüística, constituye un claro ejemplo de esta adecuación mínima de que hablamos. Tampoco es difícil encontrar ejemplos de adecuación mínima e insuficiente entre los llamados esbozos estructurales [*structural outlines*]. El esbozo estructural típico, que se limita a hacer una lista de fonemas y morfemas con sus variantes y distribución, dista mucho de reflejar adecuadamente la capacidad lingüística del hablante, y ha de considerarse, por tanto, como un ejemplo de descripción que alcanza sólo el nivel observacional.” (CONTRERAS, *in* _____, 1976, p. 7)

A boa consideração que se vê acima — boa porque sensível ao problema —, assinada pelo compilador de coletânea de artigos sobre Gramática gerativo-transformacional (CONTRERAS, *in* _____, 1976), mostra-se, contudo, fortemente comprometida por perspectiva descritivista, de que advém certa tautologia, então sintomática:

“De una **descripción** que refleje adecuadamente la capacidad lingüística del hablante se dice que tiene adecuación **descriptiva**, además de adecuación observacional.” (*idem*, p. 7; os negritos são meus).

A limitação da descrição é que ela é somente uma espécie de fotografia consciente de si mesma; descrever é realizar uma fotografiação que se tematiza, mas é apenas isso: ainda que diferente de uma fotografia tirada a esmo, a descrição não prescinde de certa “narrativa” lógica, que, no entanto, diz mais a respeito de si mesma do que a respeito do objeto descrito, exatamente porque o *de-screve*, não o *inter-pret*a. Efetivamente, no bojo da crítica ali desenvolvida está a expressão da limitação, na medida em que a “mostración de reglas” (*supra*; citação penúltima) é delatada como o ideal pretendido. Mesmo a proposição de um procedimento explicativo não ultrapassa o nível descritivista:

“Hay un nivel todavía superior de adecuación, el explicativo. Una teoría lingüística alcanza este nivel si está formulada de tal modo que, dados un corpus y diversas **descripciones** del mismo, permita seleccionar la **descripción** que tenga el grado más alto de adecuación **descriptiva**. (...)” (*idem*, p. 8; os negritos são meus).

Ao distinguir três progressivos níveis de adequação “en las distintas **descripciones** gramaticales y en las diversas teorías lingüísticas” (*idem*, p. 7; o negrito é meu) — (1º) o nível observacional, (2º) o nível **descritivo** e (3º) o nível explicativo —, o autor explicita a superioridade do nível explicativo relativamente ao observacional e mesmo ao descritivo, mas preconiza como a melhor teoria, que seria dotada de densidade explicativa, aquela que “permita **seleccionar la descripción** que tenga el grado más alto de adecuación **descriptiva**”, ou seja, a superação do nível descritivo aí está na escolha da melhor descrição, o que nivela a explicação com a melhor descrição possível, em que explicar é descrever.

A inocuidade da orientação descritivista é, de todo involuntariamente, exemplificada por Contreras (*idem*, p. 7-8):

“(...) una gramática española que agrupe los verbos *querer* y *poder* en la misma clase por darse ambos delante de infinitivos, como en *quiero cantar* y *puedo cantar*, no es descriptivamente adecuada, ya que no explica ni que la primera oración se relacione con *lo que quiero es cantar* mientras que la segunda no tiene una correspondiente **lo que puedo es cantar* [Esta observación no se aplica a todos los dialectos del español, ya que en algunos es posible decir

lo que puedo es cantar.]¹⁶⁵, ni muchos otros hechos semejantes¹⁶⁶. Solamente asignando estructuras distintas a las oraciones aparentemente semejantes *quiero cantar* y *puedo cantar* se puede llegar a una descripción que corresponda a la intuición del hablante y que explique el distinto comportamiento de los verbos *querer* y *poder*.”.

Não se trata de “orações aparentemente semelhantes” (*supra*); *quiero cantar* e *puedo cantar* são orações idênticas. A questão não está na suposta diferença entre as orações nem no também suposto “distinto comportamento de los verbos *querer* y *poder*” (*supra*), ou seja, a questão não está na natureza do “material” linguístico observado, mas está em certo aspecto da organização da vida: a fácil aceitabilidade de *lo que quiero es cantar* é dada pelo fato — pragmático — de que, em se tratando de “querer”, pressupõe-se a disposição de um leque de escolhas, do qual o falante seleciona um elemento, o representante do seu querer — *lo que quiero* —, aponta-o linguisticamente por meio de um **pronome demonstrativo** — *lo* —, “qualifica” a referência desse pronome como o **que se quer** — *lo que quiero* — e diz **o que é** aquilo que se quer — *lo que quiero es cantar* —, e é a mesma organização da vida o fator pouco ou nada beneficiador da aceitabilidade de *lo que puedo es cantar*, porque “poder” **não pressupõe leque de escolhas** para que dali se aponte o que se pode entre elementos que se poderiam escolher e não se escolhem, mas pressupõe limitação, fazendo menos aceitável *lo que puedo es cantar* do que *puedo cantar*, formulação em que simplesmente se enuncia um “poder”, sem o apontar em um leque pouco provável; beneficiaria a aceitabilidade de *lo que puedo es cantar* um contexto em que se tivessem explícitos elementos vetados, em contraste com os quais se apontaria o elemento de possibilidade — *lo que puedo es cantar, no caminar y bailar* —. Ora, o que estou fazendo aqui é descrever não língua, mas certo aspecto da vida; menos ainda estou interpretando Língua, porque não há nada de verdadeiramente linguístico aí para ser interpretado: aquela suposição de diferença linguística (CONTRERAS, in _____, 1976, p. 7-8) reflete o que considero extrapolação

¹⁶⁵ nota da citação, de conteúdo contraditório: se em alguns “dialetos” do “castelhano” a realização se dá, a impugnação, meramente afirmada, invalida-se

¹⁶⁶ Seria de bom alvitre que se tivesse explicitado quais seriam os (muitos) “fatos” semelhantes, sobretudo considerada a invalidação do “fato” a que esses se assemelhariam.

de análise de Língua, produto de um desfoque, sucedâneo de uma carência mesma de análise daquilo que, ontogenicamente, é Língua.

Ora mais do que boa, a consideração abaixo transcrita, do mesmo autor (CONTRERAS, *in* _____, 1976), reputo excelente — pela mesma sensibilidade ao problema da limitação da tradição que evoco —:

“La lingüística estructural moderna por lo general ha subestimado los esfuerzos de gramáticos anteriores, como por ejemplo los gramáticos de Port Royal, para desarrollar una gramática universal. Es indudable que estos esfuerzos padecían de muchos defectos. Pero es también indudable que limitar la teoría lingüística de modo de excluir la investigación relativa a la gramática universal — que es lo que muchos lingüistas estructurales hacen — es una decisión inmotivada y perniciosa.

Las investigaciones de los pioneros de la lingüística norteamericana, como Franz Boas, pusieron de relieve la gran diversidad que ofrecían las lenguas indígenas americanas con respecto a las demás lenguas conocidas, y la insuficiencia de los modelos gramaticales existentes para describirlas. Igualmente, la reacción contra las tendencias latinizantes de los gramáticos medievales en Europa tuvo el efecto de destacar las peculiaridades de los diversos idiomas y de promover la búsqueda de modelos descriptivos que no falsificaran su estructura.

Pero este hincapié tan saludable en las diferencias entre las diversas lenguas tuvo el efecto negativo, especialmente entre algunos lingüistas norteamericanos, de hacer olvidar y hasta negar la existencia de rasgos universales.

Es verdad que_[,] si consideramos sólo la estructura superficial de las lenguas, encontraremos semejanzas sólo entre lenguas genéticamente muy próximas; pero_[,] al considerar las estructuras subyacentes y las reglas empleadas por las diversas lenguas, aparecen semejanzas sorprendentes que la teoría lingüística debe necesariamente tomar en cuenta.” (*idem*, p. 9-10).

A bem de meu interesse, o já grandioso problema da universalidade não se esgotaria na averiguação do que pode ser comum às várias línguas, uma vez que tratar desse problema inclui, segundo o que proponho, observar **a Língua** na chave da **semântica de sua estrutura molecular**, mas a defesa da universalidade muito aproveita a meu escopo.¹⁶⁷ O

¹⁶⁷ “To talk about space and spatial relations (...), languages make use of a relatively small number of elements. By virtue of the size of the group, and the fact that new members to the group are a product not of derivation from other elements, but rather evolution from a similarly small group of elements, they are said to belong to a closed-class, and, consequently, are grammatical elements to a greater or lesser degree. Moreover, their ‘relational content’, as opposed to the ‘material content’ of lexical items (...), constitutes one more reason for considering them as part of the grammar of a language. Thus, adpositions, affixes, case inflections, and even spatial adverbs form part of the grammars of natural languages. From now on, I

autor (*idem*), entretanto, põe-se a lançar hipóteses teóricas ingênuas para, *ex opposito*, ilustrar escolhas que as línguas naturais já estudadas *não* realizaram, regras *logicamente* possíveis que nenhuma língua aciona:

“Consideremos, por ejemplo, las reglas empleadas por las distintas lenguas para la formación de oraciones negativas.¹⁶⁸ Típicamente, se trata de la inserción de partículas o afijos. La semejanza entre las diversas lenguas se hace patente cuando consideramos el gran número de reglas lógicamente posibles que ninguna lengua utiliza. Por ejemplo, bien podría expresarse la negación de este modo:

a. Insértese la partícula negativa en la mitad de la oración, si ésta tiene un número par de palabras;

b. Si el número de palabras es impar, insértese la partícula negativa después de la palabra que ocupa el centro de la oración.

will refer to all these grammatical forms of language which express primarily spatial relations as *spatial grams*. [§] (...) [§] The semantic structure of polysemous spatial grams is neither random nor arbitrary in any sense. There are principles that govern the configuration of senses in that structure. I assume that the semantic structure of spatial grams is motivated by general cognitive mechanisms and cultural beliefs, both in the narrow sense of individual cultures and the broad sense of culture of our species. In fact, these mechanisms are so general that one may claim that they are universal.” (SVOROU, 1993, p. 31-2)

¹⁶⁸ A atenção dada à formação de orações negativas certamente se deve a seu caráter marcado, assim disciplinado por Cezario, Costa e Cunha (*in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 35):

“(...) o contraste entre afirmação e negação ilustra bem a atuação dos critérios de marcação [estabelecidos pelo “princípio de *marcação* (...) para a distinção entre categorias marcadas e categorias não-marcadas, em um contraste gramatical binário: a) complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) que a estrutura não-marcada correspondente; b) distribuição de frequência: a estrutura marcada tende a ser menos frequente do que a estrutura não-marcada correspondente; c) complexidade cognitiva: a estrutura marcada tende a ser cognitivamente mais complexa do que a estrutura não-marcada correspondente (...)]” (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 34)]. Como afirmar algo é cognitivamente mais simples e esperado, portanto mais frequente na interação verbal, isso se reflete também na estrutura linguística, representando a forma não-marcada. A negação, ao contrário, por ser mais complexa em termos cognitivos e menos esperada, é também menos frequente e estruturalmente maior (tem, no mínimo, um morfema a mais que a afirmativa), constituindo o caso marcado. (...)”.

Postular que “afirmar algo é cognitivamente mais simples e esperado, portanto mais frequente na interação verbal” supõe a aceitação de que algo ser cognitivamente mais simples o faça mais esperado e ser mais esperado o faça mais frequente, cadeia de relações causais intuitivamente aceitáveis, mas, em objeção, eu postularia que o fato de algo ser frequente é que o faça esperado e que a frequência advenha de certa tautologia própria das relações sociais e discursivas, uma vez que, não raro, afirmamos reforçativamente o que, portanto, não precisaria ser afirmado, ao contrário da negação; essa, que, segundo aqueles autores, “por ser mais complexa em termos cognitivos e menos esperada, é também menos frequente”, também há de encaixar-se na chave de que ser menos frequente é que a faça menos esperada e que a menor frequência provenha da pontual necessidade de negar algo: a atitude de negar algo é que é marcada, e, por isso mesmo, a ela corresponde alguma marcação linguística.

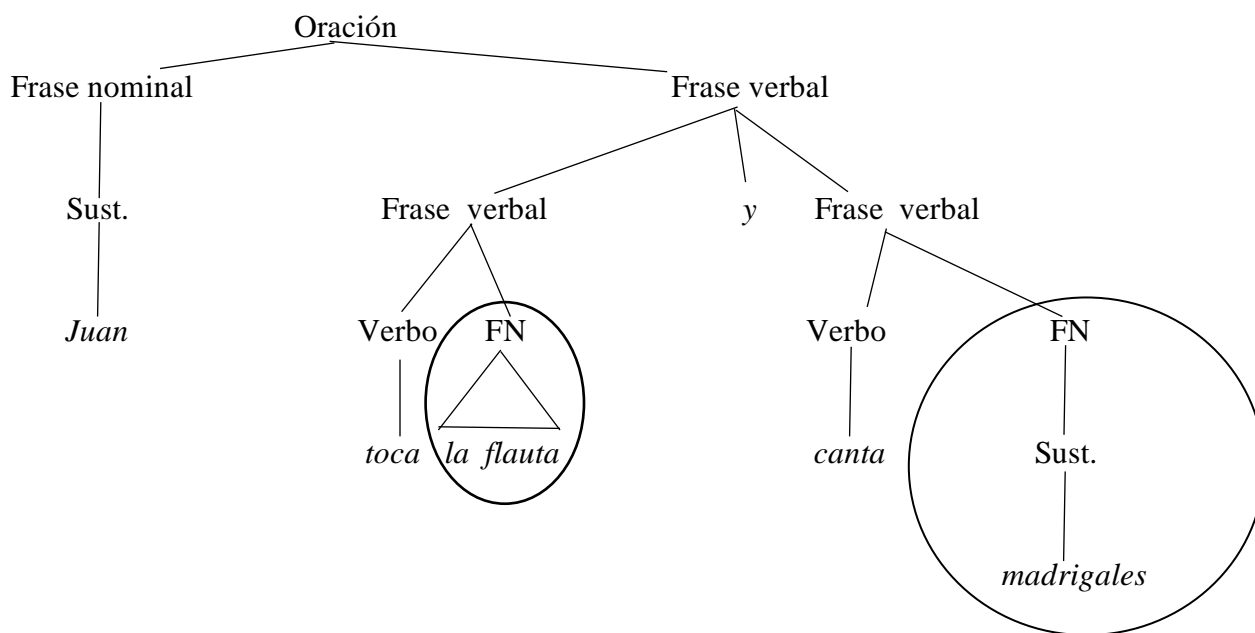
O podría expresarse la negación insertando una partícula después de cada dos palabras, o después de la palabra más larga, o después de la primera y la última palabra, etc.

Algunos estudios recientes han sugerido restricciones universales bastante específicas. Una de ellas es la restricción sobre estructuras coordinadas, señalada por J. R. Ross (*Constraints on Variables in Syntax*, tesis doctoral, M. I. T., 1967). Esta restricción explica que_[,] mientras las oraciones o frases (1) al (5) son perfectamente gramaticales, las secuencias (6) al (9) no lo son.

- (1) Juan toca la flauta y canta madrigales.
- (2) ¿Qué toca Juan?
- (3) ¿Qué canta Juan?
- (4) Lo que Juan toca es...
- (5) Lo que Juan canta es...
- (6) *¿Qué toca Juan y canta madrigales?
- (7) *¿Qué canta Juan y toca la flauta?
- (8) *Lo que Juan toca y canta madrigales es...
- (9) *Lo que Juan canta y toca la flauta es...

En las oraciones (2) al (5) hay representados dos procesos que tienen en común el trasladar un elemento de la oración a la posición y reemplazarlo por una expresión pronominal (*qué* o *lo que*). Esta operación, o cualquiera otra que implique traslación¹⁶⁹, no es posible cuando el elemento por trasladar está incluido en una estructura coordinada, como lo indica la agramaticalidad de las secuencias (6) al (9).

Esquemáticamente, la estructura de la oración (1) es la siguiente:



¹⁶⁹ Aqui não se trata da *translação* morfosintática, fenômeno segundo o qual um conjunto funciona como determinada classe gramatical sem que contenha nenhum elemento pertencente a essa classe, o que eu explico segundo a metáfora do movimento (veja-se o Capítulo I, *caput*), mas é canonicamente explicado em: CARONE, Flávia de Barros. “Translação de primeiro grau”. In: _____, 1988, p. 64-7.

La restricción que nos ocupa prohíbe la traslación de las frases nominales encerradas en un círculo fuera del dominio de los elementos coordinados respectivos, es decir, las frases verbales que las dominan. Ross ha propuesto esta restricción como una característica universal del lenguaje humano.” (*idem*, p. 10-1).

O que me parece ingênuo naquelas hipóteses teóricas não é a atribuição de *possibilidade lógica*, a que talvez não se possa imputar a consideração de ingenuidade nem a de argúcia, tratando-se tão só do que *logicamente pode* ocorrer. Há ali, todavia, a visão de língua como engrenagem cujas peças se *podem* combinar ao sabor de uma espécie de análise combinatória, insensível a qualquer motivação semântica e a qualquer necessidade ou conveniência discursivas. Por que alguma língua inseriria a partícula negativa exatamente na metade da oração, em anseio de equilíbrio de rodas? Que língua seria agraciada com falantes tão hábeis não apenas em contagem de palavras, mas também na aritmética previsão dessa contagem, a ponto de cravar a partícula bem no meio da oração em processo, no momento certo entre a metade já produzida e a metade a espontaneamente produzir? Se não se têm exatas metades, que falantes, cônscios de tal manquejar, alvejariam a palavra do meio, presenteando-a com a partícula? Que falantes seriam tão obcecados pela negativa repetindo-lhe a expressão linguística a cada duas palavras, desconsiderando-se o valor semântico e o papel gramatical das palavras “negativadas”? Nessa desconsideração, que língua imporia como critério para marcação da *ideia* de negativa o tamanho do *corpo fônico* do vocábulo?¹⁷⁰ Ora, “la semejanza entre las diversas lenguas se hace patente” (*supra*) não “cuando consideramos el gran número de reglas lógicamente posibles que ninguna lengua utiliza” (*supra*) nem tão singelamente *porque* consideramos aquele grande número de regras inutilizadas, espécie de método *ex opposito*; a verificação de que nenhuma língua utiliza aquelas regras imaginadas se deve ao fato de que são imaginadas anti-intuitivamente e, bem mais grave, são imaginadas em chave antilinguística porque em viés asemântico: “al considerar las estructuras

¹⁷⁰ “(...) aunque haya reglas de inserción de segmentos al principio de un morfema, no existen reglas que inserten, digamos, una /e/ después de cada consonante o después de cada dos segmentos (...)”

subyacentes y las reglas [positivamente] empleadas por las diversas lenguas, aparecen semejanzas sorprendentes que la teoría lingüística debe necesariamente tomar en cuenta” (CONTRERAS, *in* _____, 1976, p. 10), pois que a “semelhança” entre “as diversas línguas” dimana da unidade ontológica, necessariamente semântica, que faz a Língua ser.

A restrição universal apontada acima é uma restrição estrutural de justificação cabalmente semântico-discursiva, apreciação que, se correta, assinala relação entre a intenção da mensagem — apofântica ou não — e o arrançamento sintático, ou seja, entre o que é semântico-discursivo e o que considero semântico-estrutural. Em

(6) *¿*Qué toca Juan y canta madrigales?*,

o arrançamento sintático do segmento *¿Qué toca Juan?* está completo quanto à intenção da mensagem e fechado quanto ao jogo dialógico, fazendo esperar-se nada além da resposta que informe o que Juan toca, ou seja, não conferindo “espaço sintático” a nenhuma sorte de continuidade. Abaixo intentarei demonstrar por quê, tarefa a que “a tradição” não se consagra, a não ser descritivamente.

Na modalidade apofântica,

Juan toca la flauta.,

veja-se a correspondência entre (a) a intenção de falar de um comportamento e (a’) a expressão do comportamento (*toca*); entre (b) a intenção de propor um agente para aquele comportamento e (b’) a expressão do agente (*Juan*); entre (c) a intenção de propor um objeto para aquele comportamento e (c’) a expressão do objeto (*la flauta*). Veja-se, pois, a correspondência entre (a) a pretensão de falar de um comportamento e, no limite, (b-c) a necessidade de apresentar os dois elementos pressupostos em tal comportamento, (b) aquele que age, *tocando, tocando la flauta*, e (c) aquilo sobre que se age, *la flauta*

(CONTRERAS, *in* _____, 1976, p. 12): aqui também, que língua seria fonologicamente tão obcecada, especialmente pela vogal /e/, destruindo a morfologia com a repetição de elemento anti-histórico?

(*tocada*). Cabe aí o acréscimo de outro(s) objeto(s), porque nada, na organização do mundo, impõe que se toque um único instrumento, o que possibilita a formulação

Juan toca la flauta y el piano.;

paralelamente, cabe o acréscimo de outro(s) agente(s), porque nada, na organização do mundo, impõe que se tenha um único instrumentista para um instrumento, o que possibilita a formulação

Juan y María tocan la flauta (y el piano).,

com ou sem ambiguidade.

Na modalidade interrogativa,

¿Qué toca Juan?,

veja-se a correspondência entre (a) a necessidade de mencionar um comportamento e (a') a expressão do comportamento (*toca*) e entre (b) a necessidade de mencionar um agente para aquele comportamento e (b') a expressão do agente (*Juan*), tudo isso disposto para (c) a intenção de indagar sobre o objeto daquele comportamento em correspondência com (c') a expressão da indagação, realizada por meio de pronome interrogativo (*qué* = “la flauta”). Veja-se, então, a correspondência entre (a) a necessidade de mencionar um comportamento e, no limite, (b-c) a necessidade de apresentar os dois elementos pressupostos em tal comportamento, (b) aquele que age, *tocando*, e (c) aquilo sobre que se age e que não se sabe o que seja, razão pela qual é expresso sob a forma de um *pro*-nome (interrogativo). Cabe o acréscimo de outro(s) agente(s), porque nada, na organização do mundo, impõe que se tenha um único instrumentista para um instrumento, o que possibilita a formulação

¿Qué tocan Juan y María?,

mas não cabe o acréscimo de outro(s) objeto(s), porque não há objeto nomeado, uma vez que é ignorado; há aí um jogo dialógico premente: a formulação da pergunta exige a

intervenção de uma resposta que pragmaticamente preencha o pronome interrogativo, e é isso o que interrompe a possibilidade de continuação da formulação frasal, invalidando-se a hipótese da formulação

(6) *¿*Qué toca Juan y canta madrigales?*,

em que, em certo sentido, não há quebra de paralelismo, porque o que se espera não é paralelismo (no interior da frase), mas é a *e*-missão (*ex*-terior) de uma resposta. Veja-se que não seria irrealizável a formulação

La flauta (y el piano) toca(n) Juan (y María) y canta(n) madrigales.,

mas a formulação interrogativa concentrada no pronome exige resposta imediata **a ele**; pode-se frustrar a dação de alguma resposta, bem como se podem formular outras perguntas sem solução de continuidade, mas a formulação de *uma questão* é concentrada em si mesma, e aí se vê correspondência sintático-imagética entre mundo e Língua.

Esse teor de explicação, contudo, não basta; contrariaria toda minha proposição sobre Língua se proposto em solitude, desacompanhado de consideração sobre a **natureza semântica dos elementos morfossintáticos**: a natureza semântico-discursiva do pronome interrogativo é substantiva, resumitiva; concentra-se no próprio pronome todo o conjunto referencial de coisas do mundo que podem preenchê-lo no texto, e, agora sim, aí está o fator de restrição universal, porque, dada a natureza substantivo-resumitiva do pronome, ele atrai para si o foco da indagação, ou seja, o que o segmento *¿Qué toca Juan?* opera é solicitar que se responda **o que** Juan toca, pressupondo-se que toque algo, nomeadamente um instrumento musical; não se indaga **se** Juan toca algo, nomeadamente um instrumento musical, mas, sabendo-se que toca, indaga-se **o que** toca, **qual** instrumento musical toca, e isso rechaça que aí se coordene o segmento *¿(Juan) canta madrigales?*, cuja operação é indagar **se** Juan canta madrigais, desfocando-se a indagação do objeto para o comportamento. *¿*Qué toca Juan y canta madrigales?* não é uma pergunta, mas são duas, cujas respostas seriam *la flauta e sí* (*La flauta y sí.*) —

– *¿Qué toca Juan y canta madrigales?

– *La flauta* [para ¿**Qué** toca Juan?] y *sí* [para ¿Canta (Juan) madrigales?].

—, respostas que, formuladas em coordenação (dada pela conjunção *y*) entre conjunto nominal (*la flauta*) e advérbio (*sí*), carecem, elas sim, de paralelismo, por razão, pois, morfossintática, então aqui semântica, semântico-discursiva, uma vez que o conjunto nominal representa substância, de pleno conteúdo referencial, característica apenas embutida no advérbio porquanto circunstancializada por ele (vejam-se minhas considerações no Capítulo III, *caput*), ou seja, o sintagma nominal expressa substância e o sintagma adverbial expressa circunstancialização da substância, naturezas distintas que, portanto, não se coordenam paralelamente e cujas expressões, então, assim também não se coordenam; o atendimento ao paralelismo —

– *Toca la flauta y, sí, canta madrigales.*

— pressupõe a formulação como duas perguntas —

– ¿*Qué* toca Juan? ¿*Canta (Juan) madrigales?*

—, duas formulações, uma sobre **que** Juan toca e a outra sobre **se** Juan canta madrigais, rigorosamente paratáticas, formulações que poderiam ser inúmeras. Alternativamente, na formulação coordenativa *¿*Qué* toca Juan y canta madrigales?, a sequência ¿*Qué* toca Juan y canta? prenuncia, muito indesejavelmente, que se venham a atribuir a *canta* dois objetos, o objeto *qué* e o objeto *madrigales* —

¿*Qué* toca Juan y canta?



=

¿*Qué* toca Juan y *qué* canta?

>

*¿Qué toca Juan y qué canta *madrigales?*

>

* *¿Qué canta Juan madrigales?*

—, hipótese em que não há “espaço sintático” para *madrigales*, porque o objeto sobre o qual incide o comportamento de cantar já está inteiramente indagado pelo pronome interrogativo substantivo, resumitivo, dada, pois, a natureza **semântico**-discursiva dessa entidade considerada gramatical.

A mesma indesejável sugestão de atribuição de dois objetos se faz forte em

(8) **Lo que Juan toca y canta madrigales es...*,

dada a sintaxe

lo

que Juan toca y canta (...)

es

>

lo

*que Juan toca y canta *madrigales*

es

>

lo

*que Juan canta *madrigales*

es,

ou seja,

*Juan canta “que” *y madrigales,*

em que o pronome relativo, *que* — *lo que Juan canta* —, representa o objeto do comportamento de cantar, o qual, por sua vez, tem como referente o elemento inespecificamente apontado pelo pronome demonstrativo *lo*, sujeito da predicação dada por *es* mais predicativo não explicitado, ou seja, “aquilo o qual Juan canta é ‘x’”, o que não confere “espaço sintático” a *madrigales*, carente de função na mensagem; o que a mensagem opera é predicar o que Juan canta e não informar que cante madrigais. A mensagem original predica o que Juan toca — *Lo que Juan toca es...* —, delatando-se a mesma carência de função sintático-discursiva para *madrigales* e, segundo a intenção discursiva de predicar o que Juan toca, delatando-se a carência de função discursiva para *canta madrigales*. Aí se vê que não uma engrenagem casualmente petrificada, mas o engendro sintático e, portanto, as relações sintaticosseânticas é o que estabelece a restrição universal, “característica universal da linguagem humana”.

Ora, ao limitar a apreciação do fenômeno à **descrição** da “proibição” de trasladar uma frase nominal (sintagma nominal) para fora do limite de sua frase verbal coordenada com outra, a voz da tradição aí presente apenas enuncia, em palavras, aquilo que seria uma espécie de fotografia resultante do fenômeno; fotografa-se o produto de um processo não interpretado, por isso não analisado, o que não raro redundava em insuficiência de análise linguística, insuficiência de análise sintática.

É verdade que a tradição gramatical do Ocidente parece percebida como um dos grandes depósitos da obsessão analítica que, por sua vez, parece caracterizar essa metade do mundo. A obsessão deve perpassar pela expressão Análise Sintática Tradicional, marcada por dicotomias constantes já em noções “básicas” como as de sujeito e predicado ou as de coordenação e subordinação; estas últimas se arrogam resumir os expedientes gramaticais, que “são dois”.

A noção de subordinação, a título de profícuo exemplo, pouco ou nenhum sentido faz para o entendimento de Língua que proponho aqui, uma vez que, embora produtivamente componha quadro sincrônico, resultante, como tal, de processo de formação, não desempenha **na formação**, ontogênica, papel estruturante, tão simplesmente porque, segundo minha pretendida teorização, não compõe o processo metafórico de ontogênese linguística. Ora, é exigência que esse processo, porque calcado em mimese do espaço e do movimento aí realizado, tenha sido, necessariamente, analógico, como que construção horizontal de formulação linguística repetidora da inspiração dada pelo movimento, certa reposição — formuladora de “material” linguístico — daquela inspiração, atividade na qual um gesto inspirador é mimetizado por meio de confecção de “material” linguístico, não cabendo aí a sofisticação inovadora da subordinação. Veja-se que, já em “período simples” como *eu ando*, a consideração de que o verbo seja elemento central ultrapassará determinado convencionalismo sintático apenas se se propuser que o proferimento da mensagem haja tencionado informar, precipuamente, sobre a realização de um comportamento, cujo agente, ademais, teria sido o enunciador, mas veja-se também que há aí certa deliberação teórica, descolada de um real momento discursivo em que o falante tenha, por exemplo, pretendido dizer que ele mesmo, não outrem, haja realizado ou venha realizando o comportamento de andar, o que, discursivamente, “deslocaria” a centralidade frasal do verbo para o sujeito e, sintaticamente, devolveria ao lugar do convencionalismo teórico, vocacionado à montagem de quadro esquemático, a consideração, sintática, de que o verbo seja elemento central.

Não paralelamente, a noção de coordenação, que aqui não se opõe a parataxe — por pressuposta adequação a meu viés teórico, reconhecidamente particular, porém diacrônico em essência¹⁷¹ —, compõe, ela sim, o entendimento de Língua aqui proposto, a ponto de se apresentar a parataxe como ontogenicamente definidora, em consonância com o consabido reconhecimento de seu caráter primevo:

“(…) Nas primeiras etapas da formação da linguagem, que podemos reconstituir de um ponto de vista psicológico, a simples *parataxe* constitui a regra básica para a construção da frase. (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 401);

“Na linguagem primitiva, empregavam os homens proposições umas apoz outras, que tinham todas as formas de orações principaes. O discurso tinha feição paratáctica. Nesta série de proposições havia com certeza umas que eram subordinadas a outras, que as completavam, que as determinavam. Percebia-se a diferença pelo sentido, não pela forma. A oração principal não tinha a acepção que tem hoje. Era, antes, sinônimo do que agora conhecemos como oração absoluta, e, embora a ‘forma fosse de oração principal’, a noção de subordinação [da(s) oração(-ões) discursivamente considerável(-is) subordinada(s)] é apresentada em relação ao sentido, em função do discurso.” (RIBEIRO, 1957¹⁷², *apud* ALI, 1964, p. 53);

“(…) La syntaxe de **subordination** représente un état de la langue relativement récent, instituant, entre des propositions à l’origine autonomes, des rapports comparables à ceux qui se sont établis dans la syntaxe du nom au détriment de la construction appositionnelle.

Le latin laisse entrevoir encore dans certains tours l’ancienne autonomie des propositions: des constructions comme *caue cadas* ‘prends garde de tomber’, *uolo facias* ‘je veux que tu fasses’ signifiaient proprement ‘prends garde, tu pourrais tomber’, ‘fais-le, je le veux’. Les subjonctifs *cadas*, *facias* se justifiaient par eux-mêmes comme marquant la possibilité ou la volonté, et ils étaient simplement juxtaposés. De cet état, qui est celui de la **parataxe** (gr. *παρατάσσειν* ‘placer auprès’), il subsiste des traces dans des formules; et la langue parlée ne s’en est jamais entièrement départie.” (ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. 291).

¹⁷¹ “(…) O olhar atento se exerce no tempo: colhe, por isso, as mudanças que sofrem homens e coisas. Todos os seres, vistos uma só vez, em corte sincrônico, parecem mais simples, coesos e homogêneos do que o são quando contemplados no curso da sua própria história. Só a visão diacrônica revela o processo, tantas vezes conflituoso, que formou a aparência.” (BOSI, *in* NOVAES, 2000, p. 85)

¹⁷² RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Estudos Gramaticais e Filológicos*. 4. ed. Salvador: Progresso, 1957.

Note-se o esforço de Ernout e Thomas (*supra*) para demonstrar a justaposição própria da parataxe, no momento em que reformulam as traduções, “contraindo”

prends garde de tomber

em

prends garde, tu pourrais tomber

e

je veux que tu fasses

em

fais-le, je le veux,

eliminando as formulações “subordinadas”, ou seja, eliminando ora a “preposição” de efeito translativo, em *de tomber*, ora a “conjunção integrante”, em *que tu fasses*, levando os períodos compostos por “subordinação” a dar lugar elucidativo a períodos compostos por orações coordenadas, ali separadas por vírgulas. Ora, *caue cadas* “significava propriamente” “toma cuidado; poderias cair”, bem como *uolo facias* “significava propriamente” “quero-o; faze-o”; com propriedade ontogenética, a primeira perífrase significa

“toma cuidado; cairias”,

“toma cuidado; [senão] caias”

[*sub-juntivo hipo-tético*: até o momento da fala, não houve queda],

e a segunda,

“quero; faça”

[*sub-juntivo hipo-tético*: até o momento da fala, o interlocutor não agiu]:

o que proponho aqui é a efetiva assunção da parataxe na própria formulação da análise, no propósito mesmo de que a obsessão analítica não se realize nem em apelo a sentidos gerais que se atribuam a elementos discretos ou artificialmente inseridos em textos reais nem, ao contrário, em apego estrito às unidades segmentais *in praesentia*.

O pendor analítico do Ocidente gramatical, embora obsessivo, é contrabalançado pelo axioma segundo o qual toda regra contém exceção, espírito presente quando algo é dito “inanalísável”, como se aí se chegasse ao limite do poder da análise. Talvez se chegue ao limite do poder de uma análise semântico-sintaticamente insuficiente.

Note-se curiosa — e altamente representativa — ocorrência em Fernandes (1947):

“*Fazer conta* — ou — *fazer de conta*,^[sic] — supor, imaginar: ‘Fizesse conta que êle a casava’,^[sic] (Sousa¹⁷³, apud M. Barreto, *Fatos da língua*¹⁷⁴, 253). ‘Eu, se fôsse tu, *fazia* de conta que não tinha mulher’,^[sic] (Camilo, *Regicida*, 78). — Observa Laudelino Freire: ‘A-pesar-de usual, não é legítima a expressão *fazer de conta*. *Fazer* é transitivo e *conta* é complemento direto, que não deve ser regido da partícula *de*. A verdadeira expressão é *fazer conta*’,^[sic] (L. Freire, *Sint. da língua portuguesa*¹⁷⁵, 112).”.

Considerar *conta* objeto (“complemento”) direto sabota a análise. As “expressões” *fazer conta* e *fazer de conta* associam-se a oração dita subordinada substantiva objetiva direta, como “que êle a casava”, em “Fizesse conta que êle a casava” (*supra*), e “que não tinha mulher”, em “Eu (...) fazia de conta que não tinha mulher” (*supra*); ora, considerar *conta* objeto direto “rouba” o “espaço sintático” de outro objeto direto, ou seja, do objeto direto representado pela oração. Paralelamente, *fazer conta* e *fazer de conta* são “expressões” diversas e, como tais, requerem análises diversas: o fato de o gramático rejeitar uma das expressões com a simplicidade vista acima fecha caminho para uma análise que procure fazer entender sintaticamente uma expressão que, ademais, é mesmo “usual” (*supra*). Mais do que isso, procurar entender o marginal elucidada, muito, o sistema em que ele se atualiza e a que consequentemente pertence, porque, se pertence, algo **sistêmico** o possibilitou, certo viés da **natureza do sistema** o inspirou, hipótese que deve ser cogitada antes da desqualificação purista, antes da mera atribuição ao uso, atitudes mediante as quais o analista como que se exime da análise e faz configurar, então, um caso de não-análise.

¹⁷³ Cf. Frei Luís de Sousa.

¹⁷⁴ BARRETO, Mário. *Fatos da Língua Portuguesa*. 3. ed., reimpr. da 1. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1982 [1916].

Analisar naquele uso sintático-discursivo as “expressões” *fazer conta* e *fazer de conta* não admite segmentá-las apenas internamente, nada menos do que se esquecendo o contexto frasal em que entram em função. Disso é que resulta a análise citada acima, que, de insuficiente, é mesmo equivocada, haja vista o fato de que todo o resto do contexto frasal é alijado de possível análise. A bem de inteligência propriamente sintática — o que, para mim, equivale a dizer *sintaticosseântica* (vejam-se as notas 83 e 188) — do todo frasal, proponho considerar objeto direto apenas a oração “subordinada” substantiva (objetiva direta).

1. *Fazer conta que (...)*

Para *fazer conta que (...)*, considere-se *conta* **predicativo** do objeto direto, termo sintático que se põe em relação de lateralidade com o objeto, como que um desdobramento deste, mantendo com o verbo a mesma relação — acusativa, de *lugar para onde* — que este mantém, muito embora modulada pela lateralidade ou, melhor, mediada pela predicação:

“fazer conta ‘isto’ (= *que*), fazer ‘isto’ (= *que*) conta”,

assim como

julgar inocente o réu / julgar o réu (como) inocente

e

considerar herói uma pessoa / considerar uma pessoa herói,

bem como

considerar um problema que algo se faça de determinada maneira,

considero tratar¹⁷⁶ burocraticamente a Língua um problema,

¹⁷⁵ FREIRE, Laudelino. *Sintaxe da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: ABC, 1937.

¹⁷⁶ Sobre translação, veja-se: CARONE, Flávia de Barros. “Translação de primeiro grau”. In: _____, 1988, p. 64-7. Para fins de meu interesse aqui, vejam-se minhas considerações no Capítulo I, *caput*.

em que a própria frase atribui, *ad hoc*, o predicativo ao objeto, ou seja, **o predicativo é predicado** ao objeto, como que vindo do nada, como se somente o objeto representasse a meta da atuação verbal — julga-se o réu, não o inocente; considera-se uma pessoa, não um herói; considera-se o fazer-se algo, não um problema — e o predicativo abstratamente adviesse da intenção semântica prevista no verbo e concretamente se justapusesse na formulação sintagmática. Ora, o predicativo justapõe-se, no limite **parataticamente**, porque a predicação é prevista no núcleo semântico do verbo tanto quanto a transição para um objeto e a eventual formalização deste, o que indicia relação acusativa e de *lugar para onde* entre o verbo e o predicativo, sem que se possa prescindir do objeto — explicitado ou não —, uma vez que é ele que o predicativo predica, ou seja, é em função discursiva do objeto que seu predicativo se faz.

A presunção do objeto predicado e, ao mesmo tempo, a relativamente ilusória independência sintática entre ele e o predicativo permitem interpretação arqueológica segundo a qual a **predicação**, realizada pela frase, pelo proferimento da frase, pelo próprio ato de a proferir, é realização sofisticada em relação à atribuição já trazida pelo **adjunto**: recurso por meio do qual se tem o sofisticado trabalho intelectual de tematizar identidades ou atribuições, de explicitar que um conceito se identifica a outro ou se atribui a outro, a predicação é certo desdobramento histórico da adjunção, cuja expressão se entendeu como própria do adjunto, embora nas línguas clássicas, sobretudo em período arcaico, e em línguas modernas como o “árabe padrão” se tenha prestado e se preste à intenção predicativa. Em situação nominal como

ars longa, uita brevis,

parece indiscutível a intenção predicativa, mas esta pressupõe a reiterada consideração dos sintagmas: precisa-se pensar, adjuntivamente, em “arte longa” e em “vida breve” para propor, predicativamente, que a arte **seja** longa e que a vida **seja** breve; em notável gradiente, a expressão nominal, em frases nominais, pode dar conta (como que adjuntivamente) de fazer presumir (como que predicativamente) a completa enunciação referencial, bem como atua a enunciação injuntiva, à guisa da linguagem gestual do

apontamento, sinteticíssima, que talvez se possa conceber como atitude não-verbal primeva —

“(…) El mundo era tan reciente, que muchas cosas carecían de nombre, y para mencionarlas había que señalarlas con el dedo. (...)” (MÁRQUEZ, 1973 [1967], p. 9)

—, atitude geradora do procedimento verbal primevo que é a parataxe. No necessário alcance discursivo da síntese expressiva, a expressão paratática talvez já não tenha exigido distinção entre a intenção propriamente adjuntiva e a intenção propriamente predicativa, e isso, por via da reiterada consideração dos sintagmas — é preciso pensar em “arte longa” e em “vida breve” —, possibilita a relação aqui proposta entre o predicativo e o verbo, incluído o predicativo adjetival, que, por sua natureza carente de substancialidade, não se coadunaria com a possibilidade de relação acusativa, de *lugar para onde*, já que não constitui lugar. Assim, em

julgar inocente o réu / julgar o réu (como) inocente,

pressupõe-se

“julgar o réu tomando-o como réu inocente”

>

“julgar o réu depois tomado como réu inocente”:

julgar o réu e julgá-lo (como) (ser)¹⁷⁷ réu inocente

>

julgar o réu e julgar réu inocente

(relação acusativa e de *lugar para onde* entre o verbo e o predicativo)

>

julgar o réu (como) réu inocente

>

julgar o réu inocente,

em que o arqui-*frame* “(réu) inocente”, se não é propriamente objeto do julgamento — este é recoberto pelo arqui-*frame* “o réu” —, compõe o conjunto sobre o qual incide o ato de julgar, assim como em

considerar herói uma pessoa / considerar uma pessoa herói

o arqui-*frame* “herói” compõe o conjunto sobre o qual incide o ato de considerar, e em

fazer conta que ele a casava

o arqui-*frame* “conta” compõe o conjunto sobre o qual incide o ato de fazer, mas não é propriamente objeto do fazer, bem como o termo *conta* não é objeto direto, segundo a interpretação e a análise que proponho, na busca de uma intelecção ontogenicamente satisfatória da natureza do predicativo do objeto, o que pressupõe a consideração de parataxe.

Compõe a parataxe outra relativa indistinção, dada por identidade nominal: está-se aqui falando de expressão nominal sem desconsiderar a possibilidade da circunstancialização, própria do nome advérbio. Quando proponho a explicação “julgar o réu **tomando-o como** réu inocente”, com apelo ao gerúndio — advérbio — e à conjunção “subordinativa” — adverbializadora —, a qual faço comparecer parenteticamente nas formulações *julgar o réu e julgá-lo (como) réu “ente” réu inocente*¹⁷⁸ e *julgar o réu e julgá-lo (como) (ser) réu inocente*, metalinguisticamente abro espaço a interpretar a relação entre o verbo e o predicativo como permeada por caráter circunstancializante, algo como “julgar o réu **assim** [**tomando-o como** réu inocente]”, o que prefigura o advérbio como circunstancialização da substância, ou seja, o nome advérbio como circunstancialização do (pro)nome substantivo, ou, ainda, o nome advérbio como o próprio (pro)nome substantivo posto em expressão de circunstância ou em intenção de circunstancialização não-marcada, exatamente como se dá a formulação paratática do predicativo do objeto — note-se que, na hipotética pretensão da ideia “julgar como

¹⁷⁷ Presumir o verbo essencial (*esse > essentia*) aqui equivale a presumir funcionamento participial: *julgar o réu e julgá-lo (como) réu “ente” réu inocente*. Vejam-se, no corpo do texto, minhas considerações imediatamente anteriores ao segmento “2. Fazer de conta que (...)”.

inocente o réu” ou “julgar o réu como inocente”, formula-se *julgar inocente o réu* —, lateralidade carente de marcação, carência que representa fenômeno constante na Língua, hajam vista expressões como *ato contínuo*¹⁷⁹, de funcionamento adverbial não-marcado, sem formulação característica, à feição de parataxe.

Toda a interpretação aqui proposta para a relação entre o verbo e o predicativo do objeto pode ser sintetizada pela analogia com a relação entre o verbo e o predicativo do sujeito. Em correlação com o processo segundo o qual o centro oracional migrou do verbo da identificação, verbo *essencial* (*esse*), para o nome, o predicativo do sujeito passou a ser percebido como central mas depôs seu caráter enfático de aposição: o ora chamado aposto predicativo, melhor dito predicativo em aposição, representa exatamente o que era o predicativo do sujeito, ou seja, a expressão da condição de existência do sujeito:

Deus, si bonus, est

>

Deus, bonus, est:

“Deus é — intransitivo — se bom”, “Deus é — intransitivo — apenas se bom; senão, não é — intransitivo”.

A intenção de que o elemento representado pelo sujeito seja considerado apenas se considerada a ideia veiculada por seu predicativo é igualmente o que estrutura a expressão do predicativo do objeto e a relação desse predicativo com o verbo:

julgar inocente o réu / julgar o réu (como) inocente

= “julgar o réu apenas concebido ele como inocente”;

¹⁷⁸ Veja-se a nota imediatamente anterior.

considerar herói uma pessoa / considerar uma pessoa herói

= “considerar tal pessoa apenas concebida ela como herói”;

considerar um problema que algo se faça de determinada maneira

= “considerar que algo se faça de determinada maneira apenas concebido isso como problema”,

considero tratar burocraticamente a Língua um problema

= “considero tratar burocraticamente a Língua apenas concebido isso como problema”.

É precisamente esse o viés das explicações

“julgar o réu tomando-o como (réu) inocente”

>

“julgar o réu depois [e já antes] tomado como (réu) inocente”

e das formulações

julgar o réu e julgá-lo (como) (ser) réu inocente

= “julgar o réu apenas concebido ele como réu inocente”,

“julgar o réu já concebido ele como réu inocente e apenas concebido ele como réu inocente”,

>

julgar o réu e julgar réu inocente

(relação acusativa e de *lugar para onde* entre o verbo e o predicativo)

= “julgar o réu apenas concebido ele como réu inocente”,

“julgar o réu já concebido ele como réu inocente e apenas concebido ele como réu inocente”,

¹⁷⁹ variante de *em ato contínuo*, aqui realizada a translação para o funcionamento adverbial pelo encabeçamento da “preposição”, em formalização marcada

sem contradição com a discursividade segundo a qual não há concepção prévia, anterior ao comportamento expresso pelo verbo; exatamente em função do núcleo semântico caracterizador do verbo, o comportamento já faz prever a concepção: “julgar inocente um réu” divide espaço com “julgá-lo culpado”, mas, precisamente porque se diz *julgar inocente um réu*, já se está dizendo que o réu em questão é julgado apenas concebido ele — no ato da fala — como réu inocente, de maneira que

julgar inocente um réu

ontogeneticamente equivale a

“julgar tal réu se se julgar inocente”, “julgar tal réu apenas se se julgar inocente; se não, não há julgar-se”

>

julgar , inocente [o réu] , um réu

ou

inocente [o réu] , julgar um réu

e também de maneira que

fazer conta que (...)

estruturalmente equivale a

“fazer conta ‘isto’ (= *que*), fazer ‘isto’ (= *que*) conta”

e ontogeneticamente equivale a

“fazer ‘isto’ (= *que*) apenas concebido isso como conta; se não, não há fazer-se”

>

fazer , conta , isto (= que)

ou

conta , fazer isto (= que),

ou seja,

“uma vez se tendo feito ‘conta’, ‘configurar’ isto (= *que ele a casava*)”,

então

“‘tornar’ isto ‘conta’,

‘tornar’ isto (= *que ele a casava*), *objeto direto*,

‘*conta*’, *predicativo do objeto direto*”.

Exigência é a percepção da contiguidade semântica entre o sentido “avaliar” [“avaliar o réu”], a que apelo para a proposição ontogenética, e o sentido “considerar como” [“considerar o réu como (...)”] do mesmo verbo *julgar*, na passagem

julgar, inocente, o réu

ou

inocente, julgar o réu

(formalizações que artificializo, a bem da proposição ontogenética)

= “tomado o réu como inocente, avaliá-lo”

>

julgar inocente o réu

(formalização que rechaça a ambiguidade de *julgar o réu inocente*, em que se poderia tender a interpretar *inocente* como adjunto e se manteria o sentido “avaliar” [“avaliar o réu”])

= “considerar o réu como inocente”,

bem como é exigência a percepção da contiguidade semântica entre o sentido “configurar” [“configurar isto”], que se presta à proposição ontogenética, e o sentido “tornar” [“tornar isto conta”] do mesmo verbo *fazer*, na passagem

fazer , conta , isto (= que)

ou

conta , fazer isto (= que)

(formalizações que artificializo, a bem da proposição ontogenética)

= “tomado isto como conta, configurá-lo”

>

fazer conta isto (= que)

ou

fazer isto (= que) conta

= “torná-lo conta”;

fazer , conta , que ele a casava/casasse

ou

conta , fazer que ele a casava/casasse

(formalizações que artificializo, a bem da proposição ontogenética)

= “tomado como conta que ele a casasse, configurar o fato”

>

fazer conta que ele a casava/casasse

= “tornar conta que ele a casasse, tornar seu casamento algo ‘contável’, considerável, torná-lo uma ‘conta’ (em toda a *coerente polissemia* da palavra, dada por *contiguidade semântica*)”.

Segundo a possibilidade interpretativa que aqui proponho, seja (1) a consideração de sintagmas — é preciso supor a consideração do sintagma *arte longa*, o que pressupõe a concepção da ideia “arte longa”, para afirmar que a arte **seja** longa; é preciso supor a consideração do sintagma *vida breve*, o que pressupõe a concepção da ideia “vida breve”, para afirmar que a vida **seja** breve; é preciso supor a consideração do sintagma *réu inocente*, o que pressupõe a concepção da ideia “réu inocente”, para julgar que o réu **seja** inocente —, seja (2) a admissão do caráter circunstancializante na relação entre o verbo e o predicativo, seja (3) o reconhecimento do predicativo como a expressão da condição de existência do objeto, todos (1, 2 e 3) caracterizam a lateralidade da aposição do predicativo como permanência da **parataxe** constitutiva da Língua. Há parataxe em

(1) *julgar* [[[réu]]] *inocente o réu*,

em

(2) *julgar* [[[como]]] *inocente o réu*,

em

(3) *inocente o réu*,

julgar [lo]

>

inocente o réu,

julgar o réu

>

inocente

julgar o réu

/

julgar inocente o réu.

Ao predicativo do sujeito não se nega “lugar sintático”, porque esse predicativo expressa condição **já dada** ao sujeito, segundo a ontogênese que pretendo, embora o papel discursivo da formulação frasal seja exatamente informar a predicação: à condição já dada se reserva lugar sintático já dado, algo como que posto à parte, à semelhança da circunstancialização própria do ablativo absoluto¹⁸⁰ latino. Corolário dessa “*posição à parte*” é o *aposto* predicativo — predicativo em *aposição* —, em que se toma por dada a caracterização predicativa e, como que **iconicamente**, se lhe reserva **lugar** sintático na frase, o que se expandiria em equivalência adverbial:

Virgem, ela se casou.



“Assim — ‘ente’ virgem / sendo virgem —, ela se casou.”

O predicativo do objeto, por sua vez, expressa **atribuição** ao objeto, empreendida exatamente por aquilo que faz que o objeto seja objeto, então empreendida pelo verbo, pelo núcleo semântico do verbo. Não há, contudo, estrito **movimento** de atribuição, de destinação, *stricto sensu* lugar para onde, uma vez que há, exclusivamente, incidência do comportamento expresso pelo verbo em um objeto, mas **incidência é aproximação**; é, efetivamente, **lugar para onde** no sentido arqueológico que aqui proponho, segundo o qual o **objeto** direto é *lugar para onde*, dada a imagem de aproximação. Isso restitui ao predicativo do objeto o *status* arqueológico de condição já dada, à maneira do que aqui proponho como ontogênico.

A consideração de que um termo exerça a função de *aposto* predicativo ou predicativo *em aposição* se justifica do ponto de vista daquilo que denomino “*Sintaxe discursiva*” (veja-se o Capítulo I, *caput*); bem se presta a descrever o comportamento de um *aposto* que predica ou, melhor, o comportamento de um predicativo que *meramente se apõe* ao elemento predicado ou ao conjunto formado pelo elemento predicado mais a expressão de comportamento, dada pelo verbo —

¹⁸⁰ Veja-se a nota 357.

a menina, bonita, nasceu / bonita, a menina nasceu

ou

a menina nasceu bonita

—, distinguindo-o do comportamento do predicativo useiro e vezeiro na Língua, que não estaria aposto a nada, porque, mediante um verbo *de ligação*, estaria *ligado* ao elemento predicado —

a menina é bonita

—, entendendo-se que a função do “verbo de ligação” seja mesmo ligar, estando ele ali à espera do termo predicativo para ligá-lo ao termo predicado, ou seja, estando ali aquele useiro e vezeiro verbo *ser* para dizer “o que” a coisa é, para informar se “a menina” é “minha filha” ou se é “bonita” ou se é “(dotada) de franco sorriso”. Isso faz entender que o verbo frequentemente intransitivo a que o predicativo em aposição se apõe não esteja ali à espera de nada, mas, todo ao contrário, passe ao largo da informação trazida pela predicação que se apõe ou pela aposição que predica, estando ali aquele verbo *nascer* para dizer que a menina nasceu e não que a menina é bonita, cabendo necessariamente à sequência *a menina nasceu bonita* a informação de que a menina em questão nasceu bonita e não que tenha nascido feia, ou a informação de que a menina em questão já nasceu bonita ao contrário de se ter embelezado depois, uma vez proferido com ênfase o verbo, como se se dissesse “a menina já nasceu bonita”, “a menina é bonita desde que nasceu”. Ora, bem se vê que a distinção incide sobre o verbo e não sobre o nome predicativo; apenas se diz *predicativo em aposição* ou mesmo *aposto predicativo* para dizer que esse predicativo não está esperado pelo verbo, mas se apõe como que intrusamente, de sorte que a diferença entre ele e o predicativo devidamente “ligado” não existe a rigor, porque a rigor inexistente diferença entre as predicações em si, ou seja, a distinção entre

a menina nasceu bonita

e

a menina é bonita

em nenhum sentido está em *bonita*, mas estaria nos verbos, e em sentido ontogênico nem aí está: a distinção entre a intransitividade de *nascer* e a copulatividade de *ser* é uma espécie de construto teórico-discursivo *aplicado* à Sintaxe, uma Sintaxe que extrapola os muros do que pretendo como apreensão das **relações semânticas primeiras desenhadas em Língua**. Aquela distinção importa para o que *se pretende dizer* com a construção “intransitiva” e importa para o que *se pretende dizer* com a construção “copulativa”; importa, pois, para o *discurso*. Não importa para a ontogênese uma das duas “construções discursivas”, que se entendam como “intenções discursivas” isonomicamente cristalizadas em Língua: trata-se da **mesma construção** *stricto sensu* sintático-ontogenética — apenas modalizada por discursividades distintas —, porque o verbo presente em cada “intenção” é sempre e incontornavelmente portador de “conteúdo lexical”, muito frequentemente intransitivo, bem como a ele sempre e incontornavelmente *se apõe* o predicativo, à guisa de *parataxe*. As formulações

a menina nasceu bonita

e

a menina é bonita

são, pois, ontogeneticamente idênticas, representando uma única construção, *paratática*, em que ao ser menina se apõe o ser bonita, seres que, segundo a verdade aí afirmada, se *a(d)proximam* ontologicamente, expressando-se a afirmação mediante a *aposição* icônica dos termos, ou seja, a *a(d)proximação* dos conceitos é desenhada em Língua por meio da *aposição* das representações, e àquela *a(d)proximação* — *movimental*, por definição — se acrescenta a afirmação absoluta e substancial do “ser” da menina bonita, em sentido de unidade, sentido primeiro de *ser*. Quer dizer: a atuação primária do verbo essencial, em

a menina é bonita,

desconhece por completo a tarefa de ligar o que já está parataticamente ligado; o que aquele verbo faz ali é afirmar absoluta e substancialmente o ser da “menina bonita”, unidade já constituída pela *a(d)proximação* movimental dos conceitos representacionalmente apostos em Língua. Com isso pretendo interidentificar, sem restrição ontogênica, os verbos *ser* e *nascer* postos ali, ontogenicamente idênticos em sua igual intransitividade:

a menina , bonita , nasceu

=

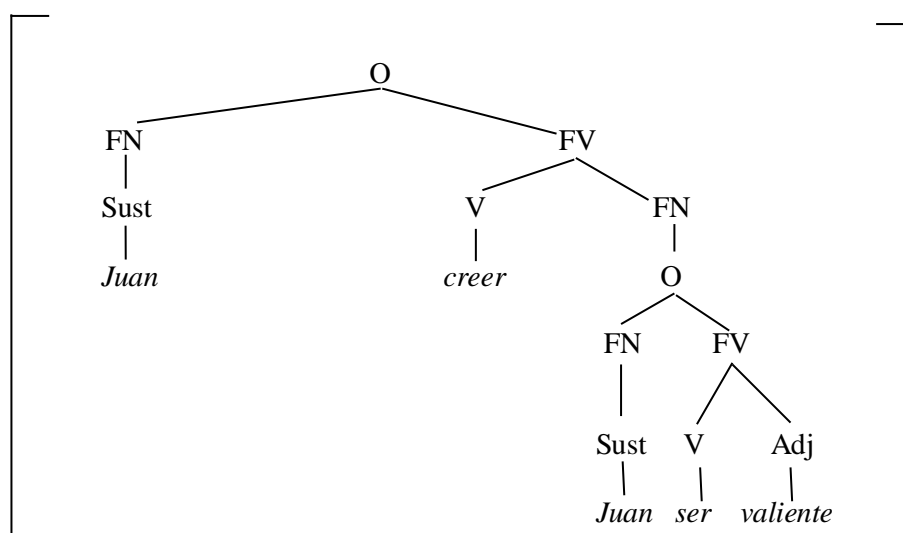
a menina , bonita , é.

Sem paradoxo, a “hipotaxização” de *a menina é bonita* se vê acolhida exatamente por aquela *parataxe* primeva, cujo peso ontológico simplesmente permanece sensível na formulação em que se diz que aquela menina-bonita nasceu, sem que se tenha deposto o reconhecimento da intransitividade do verbo.

Em conexão com o que proponho para o predicativo do sujeito, aquelas três interpretações que acima propus para o predicativo do objeto não se excluem, porquanto (1) a consideração de sintagmas é pressuposta na estrutura profunda, bem como (2) o caráter circunstancializante na relação entre o verbo e o predicativo é amparado pela afinidade entre os nomes (nome substantivo, nome adjetivo, nome advérbio), assim como (3) a condição mesma do predicativo como a expressão da condição de existência do objeto (apenas assim considerado, sintagmaticamente composto o conjunto sobre o qual incide o comportamento expresso pelo verbo) é a própria condição da lateralidade da aposição predicativa, manifestação da *parataxe ontogênica*.

Atente-se ao fato de que as correntes reflexões linguísticas debruçadas sobre o problema do predicativo do objeto pouco ou nada me aproveitam, porque não parecem perceber que a relação entre esse predicativo e o verbo está longe da obviedade; estão, elas mesmas, longe de intrigar-se com a intrigante lateralidade da aposição predicativa, antes atribuindo ao fenômeno explicações historicamente invalidáveis¹⁸¹. A tradição gerativo-transformacional, na esteira de suas regras precisamente *transformacionais*, propõe o mecanismo de traslado e de obliteração de elementos sintáticos, ao arripio da História e ao largo de uma interpretatividade que ultrapasse a descrição de um quadro de mecanismos:

“(...) La oración (...) [*Juan se cree valiente.*, à comparação com *Juan cree ser valiente.* e com *Juan cree que es valiente.*, todas de mesma estrutura subjacente] (...) se deriva por dos reglas de traslación y una de elisión de la cópula. [Asumiendo que la cópula está incluida en la estructura subyacente, y no es insertada transformacionalmente. Véase Fillmore, ‘The Case for Case’, en Bach y Harms, *Universals in Linguistic Theory*, Nueva York: Holt, Rinehart and Winston, 1968, p. 44, y Bach, ‘Have and Be in English Syntax’, *Language* 43, pp. 462-485. (1967.)]¹⁸² La primera regla de traslación, que podemos llamar de ALZAMIENTO DEL SUJETO, **traslada el sujeto de la cláusula subordinada a la posición de objeto del verbo principal** [o versalete é do autor; o negrito é meu] y hace derivar el resto de la cláusula subordinada directamente de la frase verbal principal. Después de las operaciones de ‘poda’, la estructura (...) [subjacente]

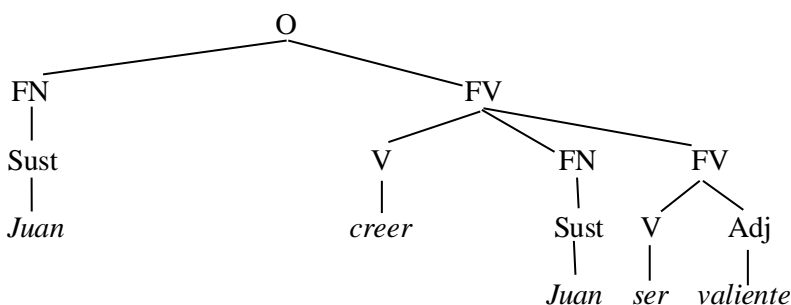


¹⁸¹ Veja-se a nota 186.

¹⁸² nota da citação

se transforma así:

(...)



En este punto de la derivación, el objeto se pronominaliza, y luego se aplica la segunda regla de traslación, que prepone el objeto.”

(CONTRERAS, in _____, 1976, p. 33, com interpolações minhas extraídas da p. 32.).

Decididamente não se traslada o sujeito da oração “subordinada” à “posição” de objeto do verbo da oração “principal”, operação que, expressa com tal simplicidade mecanicista, faz supor a existência de um gênio caprichoso dedicado a manipular pequenas peças de um jogo linguístico; a descrição segundo a qual sujeito passe a objeto nada diz sobre Língua, além de resvalar em inversão histórica¹⁸³ — consideradas as várias fases do Latim, a que, como realidade histórica, não se pode tergiversar sob pretexto metodológico — e absurdo filosófico, desmotivado de uma teleologia linguística, que propugno que não possa ser concebida desvinculadamente de motivação semântica a materializar-se metaforicamente na formulação da Língua. Note-se que apenas se *desenha* a lateralidade entre *creer*, *Juan* e *ser valiente*, todos gerados a partir do mesmo nóculo FV; *desenha-se* porque se impõe a presença da “cópula”, que depois seria elidida; essa imposição exime o analista de interpretar a lateralidade entre *creer*, *Juan/se* e *valiente*, sem “cópula” imposta e obliterada; assim, apenas se *desenha*, não se interpreta. Veja-se que, na formulação

¹⁸³ Veja-se a nota 186.

julgar o réu e julgá-lo (como) (ser) réu inocente,

a presunção do verbo da identificação, verbo da essência (*esse > essentia*), que não se restringe, pois, a atuar como mera cópula, aqui equivale, entretanto, à presunção de funcionamento participial, nominal, do verbo:

julgar o réu e julgá-lo (como) réu “ente” réu inocente,

em corrupção que não arqueologicamente se expressaria

julgar o réu e julgá-lo (como) sendo réu inocente.

Tal funcionamento atribui ao verbo-nome papel propriamente interno na composição frasal, intraoracional, ou seja, **não** é com ele que se trava diretamente a relação acusativa de *julgar*, porque o réu é que é mesmo o objeto do julgamento, mais do que a condição de *ser inocente*, **diferentemente da construção clássica chamada acusativo com infinitivo**, o que penso que melhor se diria “macroacusativo”, como

mandei-o vir,

eum venire iussi,

em que, de fato, o que se ordena é o ato de vir, núcleo do objeto da ordem, aí núcleo da totalidade da ideia de “ele vir” — dada a improbabilidade de a ênfase estar no agente, o que implicaria realização tônica do pronome átono português —, fazendo-se do verbo-nome homônimo o núcleo da totalidade da expressão da ideia de “ele vir”, por isso o núcleo do grande substantivo expresso pela oração objetiva direta, razão por que aí se tem infinitivo, substantivo, nome do comportamento, cujo agente, sujeito, é expresso em acusativo porque pertence à expressão do objeto da ordem. Assim,

julgar inocente o réu

não é simples redução de

julgar ser inocente o réu

= “julgar ‘isto’ (= ser inocente o réu)”,

“julgar um agente realizar um comportamento”,

“julgar um agente realizar o comportamento de ser caracterizável por determinado perfil”;

ser simples redução desfaria o problema da justaposição paratática de objeto e seu predicativo, porque se teria apenas um grande objeto, composto pela expressão de um comportamento, o comportamento de um agente sujeito ser caracterizado por determinado perfil, sendo o perfil expresso por **predicativo do sujeito** — não de objeto —, **classicamente postos em acusativo o sujeito e seu predicativo por serem partes da expressão do grande objeto**. A construção

julgar inocente o réu,

ontogeneticamente interpretada como “julgar o réu e considerá-lo inocente”, requer, pois, apreciação do papel linguisticamente constitutivo que caracteriza a parataxe.

Veja-se a confessa aporia de Luft (1993, p. 9), que, na Introdução a seu *Dicionário*, a bem de esclarecer-lhe a organização, apresenta, para isso, considerações teóricas de uma orientação que me parece estar entre a gramática dita tradicional e pressupostos estruturalistas:

“Há (...) estruturas mistas, com dois núcleos no predicado, um verbal e outro nominal. Exemplos:

(...) *A criança acordou febril (ou com febre).*

(...) *Os professores consideram aquele aluno um gênio.*

(...) *Ele gosta da sopa bem quente (ou sem legumes).*

(...) *Ela devolveu as redações aos alunos devidamente anotadas.*

Frases assim resultam da combinação de padrões verbais com padrões nominais¹⁸⁴: *a criança acordou (...)* [sujeito e verbo] + *a criança estando febril (...)* [sujeito, “verbo de ligação” e predicativo (sintagma nominal) adjetivo] ou *com febre (...)* [sujeito, “verbo de ligação” e predicativo (sintagma nominal) preposicionado]; *os professores consideram algo (...)* [sujeito, verbo e objeto direto] + *que aquele aluno é um gênio (...)* [sujeito, “verbo de ligação” e predicativo (sintagma nominal) substantivo]; *ele gosta da sopa (...)* [sujeito, verbo e objeto indireto] + *a sopa estando bem quente (...)* [sujeito, “verbo de ligação” e predicativo (sintagma nominal) adjetivo]; *ela devolveu as redações aos alunos (...)* [sujeito, verbo, objeto direto e objeto indireto] + *as redações estando devidamente anotadas (...)* [sujeito, “verbo de ligação” e predicativo (sintagma nominal) adjetivo].

(...)

É verdade que algumas construções complexas são difíceis de explicar a partir dos padrões básicos. Se em *Os professores consideram (que) aquele aluno (é) um gênio* as transformações de redução são evidentes, o mesmo não se aplica a *O policial chamou o cidadão de subversivo*, já que **O policial chamou (que) o cidadão (é) de subversivo*, ou algo parecido, é inviável.”,

ponto em que cessa a discussão, e o autor abre novo parágrafo com novo assunto. Ora, não é verdade que, em

“*Os professores consideram (que) aquele aluno (é) um gênio*”,

“as transformações de redução” sejam “evidentes”¹⁸⁵; ao contrário, reputo mesmo equivocada a proposição de “transformações de redução”, o que amparo com a **distinção ontológica e por isso ontogênica** que propus acima entre

julgar inocente o réu

e

julgar ser inocente o réu,

¹⁸⁴ “A língua prevê moldes sintáticos segundo os quais se constrói toda e qualquer frase efetiva. Tais moldes, aqui chamados padrões, são constituídos de quatro posições básicas correspondentes às funções primárias da oração: 1. *Sujeito (...)*, 2. *Verbo (...)*, 3. *Complementos (...)* verbais ou *Predicativo (...)*, 4. *Adjuntos (...)* adverbiais. (...)” (LUFT, 1993, p. 6)

¹⁸⁵ Opositivamente, a Linguística Cognitiva propõe “uma visão não derivacional, que explica a regularidade da gramática com base em esquemas abstratos gerais, e não em regras algorítmicas de manipulação de símbolos, como fazem os modelos gerativos” (FERRARI, 2011, p. 129).

ou seja, entre o predicativo do objeto propriamente dito e o que denomino “macroacusativo”, do qual aquele **não** resulta¹⁸⁶; se o “macroacusativo” é assim facilmente desenhável,

julgar → [*ser inocente o réu*],

dada a relação de complementaridade entre o verbo, *julgar*, e o **conjunto** formado pelo verbo essencial mais o predicativo **do sujeito** mais o sujeito desse conjunto, *ser inocente o réu* — conjunto objeto direto daquele verbo —, por outro lado é “indesenhável” a relação paratática entre o predicativo do objeto propriamente dito e seu entorno, ainda que se apresente alguma imagem de segmentação parataxizante,

julgar | *inocente* | *o réu*,

porque, mais do que relação, a *parataxe* é, **em si mesma**, *ausência* de relação, à guisa de autonomia dos elementos; dito a rigor, a parataxe representa *ausência de explicitude relacional*: os elementos lexicalmente fundantes da mensagem estão ali, entregues em sua própria explicitude, mas suas relações não se doam àquilo que se diz, como que bastando-se a si mesmas, travando-se sobre autonomias ali presentes numa espécie de intercomunicação silenciosa; configura-se, por conseguinte, um arranjo que, ao contrário da evidência, requer ser interpretado, *arranjo de autonomias*, se assim posso dizer, em expressão patentemente dialética. Se “É verdade que algumas construções

¹⁸⁶ Observe-se a ordenação histórica verificável em Ernout e Thomas (1953 [1951], p. 35), ao falarem da ocorrência de dois acusativos, “duplo acusativo”:

“Double accusatif

(...) Parmi les faits qui entrent sous cette rubrique, est à mettre à part le double accusatif ‘attribut’, c’est-à-dire celui d’un accusatif d’objet et de l’attribut qui s’y rapporte, auprès des verbes ‘faire, appeler, nommer, estimer’, etc.: *creare aliquem consulem* ‘nommer qqn consul’ (...). La simple adjonction de *esse* transformait beaucoup de ces tournures en proposition infinitive. (...)”,

em que se dá por pacífica a posterioridade da “adjonction de *esse*”, como inovação.

complexas são difíceis de explicar a partir dos padrões básicos.” (*supra*), é preciso explicá-las para além desses padrões.

O intento de reconstrução

**o policial chamou que o cidadão é de subversivo*

é mesmo inviável porque *chamar A (de) B* não é “dizer que”, não é afirmar um *que* substantivo (veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*), um “*quod*” referencialmente preenchível como objeto da afirmação; também não é, na formulação, “dizer que A seja B”. Formular

o policial chamou o cidadão de subversivo

representa a afirmação de que alguém *clamou* alguém e buscou o teor do chamamento no *arqui-frame* “subversivo”, no **lugar** que recobre o que é “subversivo”, assim chamado, e trouxe **de lá** esse teor nomeado, representado em Língua; à semelhança do que proponho logo abaixo, realizou-se, em metáfora, o movimento de **lugar de onde**.

2. *Fazer de conta que (...)*

Para *fazer de conta que (...)*, considere-se *de conta lugar de onde*:

“fazer **de/da** conta ‘isto’ (= *que*), fazer ‘isto’ (= *que*) **a partir da** conta”,

equivalente a

fazer de alguém gato e sapato, “fazer gato e sapato **a partir de** alguém”, compor “gato e sapato” com matéria-prima **derivada do** *arqui-frame* “alguém”¹⁸⁷, matéria-prima **derivada do lugar** ocupado por esse *arqui-frame* e representado por esse alguém, **lugar**

de onde, lugar **a partir do** qual metaforicamente se realiza o movimento de **origem**, **separação**, **afastamento**.

Uma vez que, para a “expressão” acatada, considera *conta* objeto direto, Laudelino Freire (1873-1937), representante do pensamento normativista tradicional, **não analisa**, haja vista que fala de “a (verdadeira) expressão”, ou seja, pensa mesmo em uma expressão lexical, que depois se diria *lexia* (cristalizada), algo cujo fechamento traria legitimidade de uso (e aprovação de “bom uso”), justificando-se a carência de análise sintática. Mesmo aí, resta inanalizado (inanalisável?) o fragmento de Sousa (*supra*); resta sintaticamente não interpretada “a verdadeira expressão” *fazer conta*, a não ser que se proceda a uma análise semântico-sintática, uma “Semântica da Sintaxe”, que, como visto acima, não contraria a discursividade das ocorrências, mas, todo ao contrário, acolhe-a ontogeneticamente, permitindo **leitura para a sintaxe** ali tramada.

Trabalho igualmente não-analítico é o que se vê em passos consecutivos de Gladstone Chaves de Melo (1967b), componentes de capítulo sintomaticamente denominado “ALGUNS CASOS PARTICULARES” (p. 139 ss.), em que se tratam mesmo como *casos* fenômenos bem representativos de minha proposição ontogênica. O primeiro passo é item também sintomaticamente chamado “**A expressão ‘é que’**”:

“Estou que a maneira mais razoável e autêntica de analisar uma oração em que apareça a expressão *é que* expletiva é dar-lhe a esta seu verdadeiro valor de elemento de ênfase, que distingue mais, separa mais o sujeito do predicado, para afirmar êste daquele com vigor e com exclusão de outros. ‘Nós é que trabalhamos’ = ‘Nós trabalhamos de fato, nós, sim, e não outros, que podem ter feito alguma coisa, o que, no entanto, é pouco, não merece consideração diante do nosso trabalho’.

Portanto, em ‘nós é que trabalhamos’ há uma única oração, um sujeito e um predicado, oração em que figurou um elemento estilístico e idiomático de ênfase.” (p. 143).

¹⁸⁷ Minha proposição de *arqui-frame* (veja-se a Introdução deste estudo) cabalmente se aplica a “pronomes indefinidos”, como representação de **lugar** com o qual se podem travar relações de deslocamento no espaço.

Aqui transcrito na íntegra, o item nomeado “**A expressão ‘é que’**” de fato versa sobre o que Melo (1967b), ao modo de Laudelino Freire, entende exclusive como uma “expressão”, “um elemento estilístico e idiomático de ênfase” (*supra*), inanalísável se visto assim. Ora, uma vez composta por dois elementos, um verbal e um que interpreto como pronominal, a “expressão” *é que* não é, ela mesma, “um elemento” (*supra*), se não considerada a pretendida exclusividade de sua natureza expressional, de ordem exclusivamente “idiomática” — entenda-se “peculiar ao idioma enfocado” —, “estilística”, “enfática”, “um elemento estilístico e idiomático de ênfase”. Não haveria incoerência aí se não se houvesse iniciado a redação do item com a promessa de “**analisar** uma oração em que apareça a expressão *é que*” e de fazê-lo segundo “a maneira mais razoável e autêntica”¹⁸⁸: “dar” à expressão “seu verdadeiro valor de elemento de ênfase” (*supra*) **não é analisar** a oração em que a expressão comparece, ainda que se considere que o “verdadeiro valor de elemento de ênfase” seja fator que “distingue mais, separa mais o sujeito do predicado” (*supra*), porque, se é que se possa cogitar que separar “mais” o sujeito do predicado seja pressuposto aceitável — hipótese tão débil quanto é forte o veto normativo de separá-los graficamente, dado o altíssimo grau de coesão entre o que *é sujeito* (a receber o que lhe é predicado) e o que *é predicado* (ao sujeito) —, de

¹⁸⁸ Note-se, em boa concepção do que seja análise, a identificação que o autor opera entre o que seja entender e o que seja analisar:

“Realmente a análise sintática (...) [é] a própria inteligência da linguagem. Quer dizer: quem entendeu o que leu ou o que ouviu analisou sintaticamente as frases que apreendeu, embora não o tenha feito refletidamente. [§] A análise sintática é a análise do pensamento expresso pela linguagem articulada. É a interpretação dos valores ou das funções sintáticas. (...) Consiste em traduzir, em transformar um processo psíquico intuitivo em processo racional. Quem entendeu esta frase — ‘Paulo casou-se ontem’ — percebeu o nexo entre o predicado ‘casou-se ontem’ e o sujeito ‘Paulo’, percebeu que o predicado se referiu ao sujeito, ao mesmo passo que notou que ‘ontem’ se reporta ao verbo, exprimindo uma circunstância da ação ou do fato que êle indica. Não importa que o leitor ou o sujeito-ouvinte desconheça aquela nomenclatura — sujeito, predicado, etc. Se entendeu a frase, analisou-a. [§] Daquí decorre imediatamente que deve haver perfeita correlação entre a análise e a expressão, de tal modo que a primeira não possa exceder a segunda. (...)” (MELO, 1967a, p. 226),

em que, entretanto longe de minha intenção ontogênica, se atende ao normal interesse discursivo, no qual, em certo sentido, se baseia a tradição da “explicação de texto”, tratando-se, pois, do que denomino “Sintaxe discursiva”, alheia a um *entendimento sintático* arqueológico.

todo modo não é tal separação o que promove a “exclusão de outros [sujeitos]” (*supra*). Assim, em

nós é que trabalhamos,

o que enfatiza o sujeito e realiza a “exclusão de outros” não é a “separação” entre ele e o predicado, pretensamente empreendida pela efetiva intercalação de *é que*, mas é o “vigor” (*supra*) ontogênico-semântico de um elemento dessa “expressão”, que é o elemento *essencial*, o verbo *ser*, intransitivo. Segundo minha interpretação ontogênica, por isso mesmo *stricto sensu* analítica, a sintaxe aí presente é

que nós trabalhamos é,

“**isso é**”,

assim desenhada:

que = nós trabalhamos

é,

ou seja,

que = “isto”

é,

ou seja,

é

que: nós trabalhamos,

é

que [“isto”] (veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*),

estrutura que acolhe a formalização efetivamente ocorrente, cuja ordem linear — *nós é que trabalhamos* — permite a **sensação** de segmento intercalado, *é que*, como que vindo de fora da sintaxe, desprovido, pois, de estatuto sintático: a possibilidade de sensação de intercalação é que talvez confira ao “segmento” *é que* a frequente — e errônea — atribuição de *status* de conjunto, configurando-se tratamento de conjunto hipo-sintático equivalente a sintagma; se há conjunto aí, tem-se conjunto discursivo, certo operador discursivo, conjunto modalizador — consoante a tradição percebe —, não conjunto sintagmático, dada aquela sintaxe que propus acima, segundo a qual se depreendem

- **sujeito** = *que*,

que destituo da possível classificação como conjunção integrante, a que minha análise **não** deve conduzir, e interpreto como **pronome demonstrativo substantivo** (veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*), a que arqueologicamente propugno que **se aponha** (veja-se *idem*), em **parataxe**, a oração *nós trabalhamos*,

e

- **predicado** = *é*,

verbo pleno de sua ontogênica intransitividade,

sendo

que [= *nós trabalhamos*] *é*,

“isto é”,

uma oração, não um sintagma,

e devendo-se de fato entender, muito arqueologicamente,

que é.

Visto que uma oração seja a expressão de um comportamento, razão de centrar-se na classe gramatical dos verbos, que por excelência expressam comportamento, a formalização

nós é que trabalhamos

contém duas orações, porque expressa dois comportamentos, o comportamento de trabalhar e o comportamento de ser:

que

/

*nós **trabalhamos***

/

é

>

nós é que trabalhamos.

A possibilidade de sensação de intercalação equivale à fortemente provável sensação de separação da própria “expressão” *é que* e, mais, corresponde à percepção de realce dado por ela — consoante a tradição faz notar —, de tal maneira que a concentração, efetivamente intercalada — *é que* —, como que sustentaria a sintaxe à guisa de estar em suas extremidades:

nós é que trabalhamos,

o que ontogeneticamente se entenda

que nós trabalhamos é,

ou seja,

nós trabalhamos: que é,

[nós trabalhamos] que é,

ou seja,

que [nós trabalhamos] é,

que é,

ou seja,

é que [nós trabalhamos],

é que,

é
que [“isto”/”isso”].

Discursivo, aí sim, é o estatuto motivacional da formalização efetivamente ocorrente — *nós é que trabalhamos* —, em que o modo de enfatizar o sujeito discursivamente reconhecido — *nós* — e de então realizar a “exclusão de outros [sujeitos]” (MELO, 1967b, p. 143) é dado *stricto sensu* pelo “vigor” (*idem*) ontogênico-semântico do verbo *ser*, intransitivo, que se apõe imediatamente àquele sujeito e por isso o enfatiza, ou seja, ao sujeito a ser enfatizado se apõe a expressão da essencialidade que se afirma sobre ele:

nós é que = “nós trabalhamos”,

ou seja,

“a nós (não a outros) se associa o comportamento de trabalhar”,

“para nós (não para outros) está o comportamento de trabalhar”,

“para nós (não para outros) é o comportamento de trabalhar”:

[“para”] *nós é que* = “nós trabalhamos”,

[“para”] *nós é* “isto”,

nós é que: trabalhamos,

e aí se divisa, segundo a formalização efetivamente ocorrente, a **parataxe ontogênica** que propugno mantida na Língua, como as construções constituídas por *que*, entidade a que pugno por restituir determinada compleição semântica, substantival, demonstrativa, e que de fato interpreto como **pronome demonstrativo substantivo** (veja-se o item I. 3 deste estudo; veja-se também ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*), a que arqueologicamente se pospõe a oração ou prepõe o sintagma cujo conteúdo o preenche especificadoramente no texto (veja-se, *idem*, ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*). Rigorosamente nesse sentido, admita-se parataxe em

nós é que: trabalhamos

>

nós é que trabalhamos,

bem como em

que: nós trabalhamos é

>

que nós trabalhamos é,

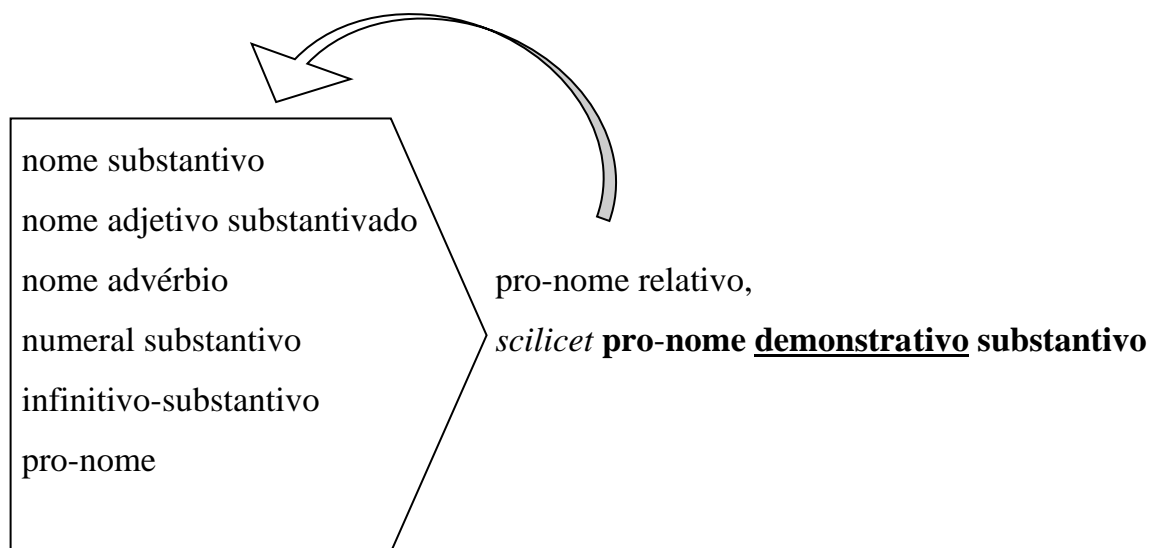
dado o que proponho como aposição da oração ao pronome, mantida a aposição — e mantida minha interpretação — em sequencialização efetivamente ocorrente, como

que nós trabalhamos (que nós trabalhamos é),

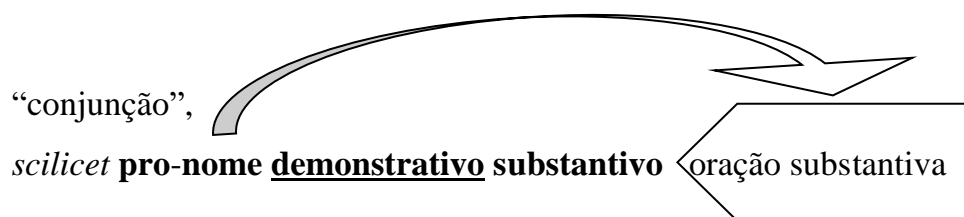
em que a canonicidade da sintaxe não abole, pois, a parataxe representada por aquela aposição, propriamente *justaposição*, parataxe aqui vista como constitutiva da Língua.

A tese defendida em Alonso Júnior (2002) é a **substantividade do pronome relativo**, conferidora do que ali denomino *densidade semântica*, expressão com que aqui nomeio à larga os elementos linguístico-frasais que proponho representativos da parataxe, nos quais se apoie esse fenômeno, ou seja, pontos semanticamente densos o suficiente para neles atuar a suficiência minimalista da parataxe. Por via da atribuição de densidade àquele pronome, o que lhe equipara o estatuto de **demonstrativo**, afasto ali a consideração da ideia de subordinação, ontogenicamente improfícua, em prol da percepção de uma parataxe primeva, fundante, ontogênica. Todo o mesmo faço valer para a forma *que* interpretada como conjunção: a proposição de parataxe é exatamente o que confere possibilidade de interpretação ontogênica à entidade “conjuncional” *que*, tradicionalmente entendida como “palavra gramatical” tão vazia quanto a entidade

pronominal relativa. O conteúdo de preenchimento textual de *que* pode ser retomado pelo pronome relativo não mais do que “integrado” pela “conjunção integrante”, mas esse conteúdo referencial, seja qual for, é preenchedor de *que* precisamente porque é acolhido pelo caráter semântico que há nessa entidade, quer entendida como pronome, quer sincronicamente entendida como conjunção, e o que denomino *caráter semântico* é mesmo um etos específico, o etos de um “isso” ou “isto”, o etos de uma substância a definir-se no texto, a especializar-se no discurso, a especificar-se no contexto, porém um etos semanticamente já denso, semantizado, *per se*, como “um *quê*” inespecífico, “um isto” a ser preenchido pelo “isto” do texto, havendo, portanto, dois “istos” que discursivamente se fazem idênticos, duas substâncias que discursivamente se fazem uma. Em relação de espelhamento, equivalem-se o pronome e a assim chamada conjunção, um retomando o já dito — e nas línguas clássicas poderia predizer o não-dito —, a outra renunciando o novo, um olhando para o espaço frasal “à esquerda”, a outra olhando para espaço frasal “à direita”:



(Figura 10);



(Figura 11);

*nós, **que** trabalhamos, somos felizes*

ontogeneticamente se entenda

nós

/

“**esses**” *trabalhamos*

/

somos felizes;

*nós realizamos trabalhos **que** nos sustentam*

ontogeneticamente se entenda

nós realizamos trabalhos ;

“**esses**” *nos sustentam;*

*digo **que** nós trabalhamos*

ontogeneticamente se entenda

digo “isto” : nós trabalhamos.

É parataxe o que ocorre no recobrimento do nome pelo pro-nome, na acolhida da **substantividade** específica pela **substantividade** inespecífica, genérica, ampla, por isso mesmo acolhedora. É paratático o movimento linguístico-representacional em que uma representação substantiva como que aponta para a outra, não porque uma substantividade mecanicamente se acople à outra, mas porque ambas se harmonizam em relação de *simpatia* ontológica, *em-patia* semântica, no momento em que, na espacialidade da frase, se aproximam parataticamente as duas representações de substâncias.

Não estendo a consideração da parataxe que venho nominando ontogênica a formulações como

isso, nós o fazemos,

em que é menos provável a sintaxe

isso, o, nós fazemos —

isso, o [aposto],

nós fazemos,

ou seja,

nós fazemos isso, o [aposto]

—, dadas a completude da sintaxe de *nós o fazemos* e a, inócua, incompletude da sintaxe exercida por *isso*, em *isso, nós o fazemos*, bem caracterizada como topicalização:

isso,

nós o fazemos,

em que não parece descrição equivocada o entendimento de que o objeto direto, *isso*, se reduplique pronominalmente, no acionamento pleonástico de um “segundo” objeto direto, mas não ultrapassa a descrição do que aí talvez se verifique em nível meramente segmental; propor certo desarraigamento sintático de *isso*, pronome a cumprir função discursiva, não sintática, é mais eloquente para com a formulação que de fato aí se dá, admitindo-se para a topicalização certa incompletude ou mesmo disfunção sintática que em nada compromete o exercício de ênfase. Atribuir nulidade sintática àquele pronome *isso* o equipara à frase nominal, na chave da atuação discursiva, não sintática, de ambos. Todo o contrário proponho aqui para o pronome *que*, o qual propugno sempre **demonstrativo substantivo**. Veja-se a substantividade inerente a ele, embora inexplícita em Aulete (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital, verbete *que*):

“**Que de**

1 Quanto(s); quanta(s): *Que de imaginação se revela nesse livro!*; *Que de voluntários atenderam ao apelo!* [Us. ger. para dar ênfase, em exclamações, indicando admiração etc. Cf.: *quede.*]”,

discriminação da “expressão” *que de*, também esta corretamente posta na chave da atuação discursiva — “Us. ger. para dar ênfase, em exclamações, indicando admiração etc.” (*supra*) —, sem nenhuma tematização da natureza da **entidade que**, avaliação que estendo a toda a redação do verbete:

“**que**¹

pr.indef.

1. Qual coisa (em interrogação direta e indireta): *Que barulho é esse?*; *Não sei que barulho é esse.*; *O que é isso?*. [a) Antes de um subst. só se usa ‘que’ (*Que barulho é esse?*). b) Antes de um verbo, podem ocorrer ‘que’ ou ‘o que’, sendo este último o mais usado (*O que é isso?*). c) Na linguagem oral é comum ser repetido, apenas por expressividade: *Em que (é) que você trabalha?*. d) Por ser us. em frase interrogativa, é tb. chamado de *pronome interrogativo*.]

2. Us. tb. em frase exclamativa: *Que maravilha!*.

pr.rel.

3. O qual, a qual: *A cidade, que chamam de Paraíso, é linda.* [Nesta acp., é invariável, ao contrário do seu correspondente *o qual*_[,] que varia em gênero (*a qual*) e em número (*os quais, as quais*).]

[F.: Do lat. *quid*. Hom./Par.: *quê* (pr.indef., sm.).]

É que

1 Us. para dar ênfase, junto a uma parte da frase (um nome, uma expressão, etc.) para a qual se quer chamar a atenção (p.ex., para contrastar ou distinguir algo ou alguém em relação a outros).¹⁸⁹: *Ela ajudou muito; ele é que atrapalhou.; Isso é que não está certo!.* [Não confundir com o emprego de *que* como conjunção subordinativa integrante: *O fato é que até agora ela não chegou.* Não confundir, também, com o uso de *que* = ‘porque’ (conjunção subordinativa causal), ao se apresentar uma explicação, as razões, causas ou motivos de algo: *Se não chegou até agora, é que não vem.*]

[Veja-se minha interpretação logo atrás.]

Por que

1 Us. para perguntar qual a causa, motivo ou razão para algo. [A expr. equivale a ‘por que razão/motivo’, ‘qual a razão/o motivo para’. Us. a) em interrogações diretas: *Por que o céu é azul?*; b) em interrogações indiretas (em frases afirmativas que têm valor de interrogação), ou para nomear ou expressar dúvida, ignorância etc.: *Perguntou ao filho por que ele chorava.; Não sei por que desistiram.* Cf.: *porque, porquê* e *por quê*.]

Que de

1 Quanto(s); quanta(s): *Que de imaginação se revela nesse livro!; Que de voluntários atenderam ao apelo!* [Us. ger. para dar ênfase, em exclamações, indicando admiração etc. Cf.: *quede*.]

Que nem

1 Us. para comparação, para dar ideia de equivalência ou semelhança: do mesmo modo ou da mesma maneira que; como se fosse; tal qual; que só: *Ela é que nem*

¹⁸⁹ Veja-se a afinidade com as considerações de Melo (1967b), igualmente não-analíticas.

a mãe: preocupa-se com todos. [Não confundir com justaposição sintática de *que* e *nem*: *Garantiu que nem ele nem ninguém jamais quebrariam o acordo.*]

Que tal

1 Ver no verbete *tal*.

que²

conj.

1. Introduz oração com função de sujeito, complemento, predicativo de outra oração (p.ex.: em *Pensei que hoje fosse chover*, que *hoje fosse chover* é o complemento de *pensei*). [a] No português corrente, substitui: 1) prep. *de*: *Tenho que sair agora*. 2) prep. *a*: *Prefiro ouvir que falar*. b) Por omissão de verbos como *espero*, *desejo* etc., inicia frases que expressam estímulo, invocação etc.: *Que vença o melhor!.*]

conj.comp.

2. Introduz o segundo termo da comparação, podendo ser precedido ou não da prep. *de*: *Era mais alto (do) que qualquer outro de sua idade*.

conj. [consecutiva?]

3. Introduz oração que é consequência do que foi dito na oração principal: *Estava tão atrasado, que esqueceu os documentos*.

conj.expl.

4. Porque; devido a: *Não lhe ofereça carne, que ela é vegetariana*.¹⁹⁰

No que

1 Assim que; quando: *No que ele saiu, começou a chover*.”

(DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital),

em que é patente o viés descritivista, segundo o gênero *dicionário*, sem laivos de interpretação. Em

que de x,

o movimento sintático operado, na representação linguística, por *de* — movimento, pois, de *lugar de onde* — é propiciado pelo **estatismo morfo-semântico** de *x*, denominação

que venho cunhando justamente para qualificar a **substantividade** necessária para que o movimento de aí parta ou até aí se aproxime ou por aí perambule ou aí se situe, substantividade que representa mesmo uma substância, material ou não, adverbialmente circunstancializada ou propriamente substantiva. É apenas em relação a uma substância — “casa” ou “amor”, “aí” ou “(nesse) lugar” — que se pode dar o movimento, pois o movimento se dá em função de “lugares do espaço” e os lugares são substanciais; é em relação à substância “x”, em *que de x*, que se dá o movimento de separação. Ora, o estatismo morfo-semântico que atribuo a *x* não posso atribuir a *que*, na formalização *que de x*, porque aí *que* realiza o movimento; sem contradição, no entanto, a substantividade que atribuo a *x* é exatamente a substantividade que tem de haver em *que*: assim como *x* representa a **substância de que algo se separa** (“de *x*”), *que* representa a **substância que se separa** (“de *x*, *que*”), é aquele “algo” que, metaforicamente, realiza o movimento de separação, “algo” inespecífico em sua semântica discursiva, por isso expresso **pro-nominalmente**, e expresso **pro-nominalmente** porque específico em sua “semântica morfossintática”, na semântica de sua estrutura; a inespecificidade semântico-discursiva historicamente acolhe valor de ênfase, talvez motivado pela largueza do inespecífico, e à especificidade da semântica substantiva da estrutura **pro-nominal** eu atribuo valor demonstrativo, certo modo de apontar o que discursivamente deve ser enfatizado. Em “*Que de imaginação se revela nesse livro!*; *Que de voluntários atenderam ao apelo!*” (*supra*), *que* representa um “algo” dinâmico, um “isso” dinâmico, certa substância dinâmica, que, em **movimento de lugar de onde**, posto em operação por *de* na representação linguística, se separa do lugar estático representado ora pela “imaginação”, ora pelo grupo de “voluntários”; o *que* dinâmico separa-se do *x* estático, ambos representativos de **substâncias** relativamente às quais se realiza o movimento, proposição de ontogênese por meio da qual se interpreta a construção *que de x*, (re)atribuindo-se a *que* a densidade semântica que lhe propugno própria, sem a qual a interpretação não seria possível, limitação profunda em que os discursos linguístico-gramaticais parecem situar-

¹⁹⁰ No subitem II. 6. 1. 5, veja-se a comparação entre a oração explicativa e a causal.

se, percebendo a ênfase, mas não entendendo e então não fazendo entender o que a possibilitou:

de

o conjunto de tudo que seja “imaginação”

se-para-se, **ex-trai-se**, **de-riva-se**

“um *quê*”, que historicamente acolhe valor de ênfase,

e esse “*quê*”, enfático, “revela-se no livro” em questão;

de

o conjunto de tudo que sejam “voluntários”

se-para-se, **ex-trai-se**, **de-riva-se**

“um *quê*”, que historicamente acolhe valor de ênfase,

e esse “*quê*”, enfático, é quantidade,

alta,

de “voluntários” que “atenderam ao apelo” em questão.

No falso conjunto *que nem (supra)*, veja-se a forte **substantividade** de *que*, pronome relativo, ou seja, **demonstrativo substantivo**, na pouco abonada (porque pouco compreendida) formulação em que ele **parataticamente se apõe** ao conteúdo anterior, sendo o conteúdo seguinte modificado pelo advérbio *nem*, gerando-se ênfase para dizer que “ela é **como** a mãe”:

ela é (“tal”) :

que nem a mãe (é)

(supra),

“ela é ‘x’ :

isso,

tal **coisa**

nem a mãe é”,

entendimento que abole o modo de apresentação segundo o qual a entidade *que* e a entidade *nem* comporiam conjunto, que seria um conjunto de difícil interpretação como todo falso conjunto, quiçá um conjunto “inanalísável”, de partes incongruentes entre si porque não são partes, mas são entidades interindependentes, segundo a **autonomia substantiva** de *que*, segundo mesmo a semântica que há na *formação* e na *forma* da Língua.

Patente é a substantividade em

no que ele saiu, começou a chover (supra),

delatada já pela presença do pronome demonstrativo *o*:

“*em o* (= “aquilo”, “esta coisa”) :

que (= “isso”, “essa coisa”),

aí,

nesse momento,

em esse **ponto** do tempo,

em esse **lugar,**

começou a chover,

ele saiu”,

substantividade própria de **ambos os pronomes demonstrativos substantivos**, segundo o que proponho (veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*), em que a substantividade de *que* **parataticamente se apõe** à substantividade de *o*, ao passo que esta substantividade acolhe aquela, e a expressão do comportamento de “ter começado a chover” **parataticamente se apõe** à substantividade de *que*, ao passo que esta substantividade acolhe o teor daquele comportamento, conforme atua a parataxe no desenho coerente que é a Língua, uma coerência desenhada metaforicamente no fundamento primal da parataxe.

O segundo passo de Melo (1967b), também componente do capítulo “ALGUNS CASOS PARTICULARES” (p. 139 ss.), é item chamado “**Elementos enfáticos nas exclamativas**”:

“É muito comum aparecerem nas orações exclamativas um *que* ou um *não* sem qualquer função sintática, apenas com valor estilístico. É claro que tais elementos não se analisam, uma vez que não têm papel nem interferência na estrutura da oração.

Exemplos:

‘Oh! que saudades *que* tenho
Da aurora da minha vida,’

(CASIMIRO DE ABREU, *As Primaveras*,
fac-símile da edição original, Imprensa Nacional, Rio, 1945, pág. 33)

‘Que doce a vida *não* era
Nessa risonha manhã!’

(ID., *Obras de...*, ed. de SOUSA DA SILVEIRA,
2.^a edição, melhor., MEC, Rio, 1955, pág. 94)” (p. 144).

Também na íntegra aqui transcrito, o item dá por óbvio que “tais elementos não se analisam” (*supra*) por se pressupor que “não têm papel nem interferência na estrutura da oração” (*supra*), admitindo-lhes “apenas (...) valor estilístico” (*supra*), mas não tematiza o que seja desempenhar papel na estrutura da oração nem o que seja interferir ali, rigorosamente o que seja desempenhar papel na estrutura da oração *por* interferir ali.

Integrantes da redondilha maior, os elementos acima desempenham papel, porque interferem, na estrutura métrica do verso, talvez se reservando a isso o papel e a interferência estruturais do advérbio de negação, classe de palavras a que não se nega aquele *não*, mesmo em “Que doce a vida *não* era”: parece suportável afirmar que, como *circun-stante* da estrutura da oração, o advérbio aí não *inter-fira*. É, porém, justamente quanto à palavra tida como “vazia de sentido” que não se pode tergiversar em admitir que interfira na estrutura: a segunda ocorrência de *que*, em *que saudades **que** tenho*, impõe a admissão de *que*, na presença da palavra, *inter-calada* entre o substantivo e o verbo, haja o exercício de papel sintático, advindo da *inter-ferência* na estrutura da oração.

Não apenas à inserção na forma poética se deve o caráter exclamativo dos versos “Oh! que saudades que tenho / Da aurora da minha vida”, caráter discursivo-entonacional com que se coaduna o caráter discursivo-sintático daquilo que se realiza como *frase nominal*; note-se que

Oh! Que saudades da aurora da minha vida!

não é realização a que se deva imputar a consideração de incompletude sintática, dada a completude discursiva que aí há, para a qual é bastante a formulação nominal, ou seja, a consideração de completude sintática não faz necessária a presença do verbo; necessária fosse, a sintaxe seria

*que saudades
tenho
da aurora da minha vida,*

ou seja,

*que saudades da aurora da minha vida
tenho,*

submissível à seguinte análise tradicional:

- “eu” = sujeito;
- *que saudades tenho da aurora da minha vida* = predicado;
- *tenho* = núcleo do predicado;
- *que saudades da aurora da minha vida* = objeto direto;
- *saudades* = núcleo do objeto direto;
- *da aurora da minha vida* = adjunto adnominal do núcleo do objeto direto¹⁹¹;

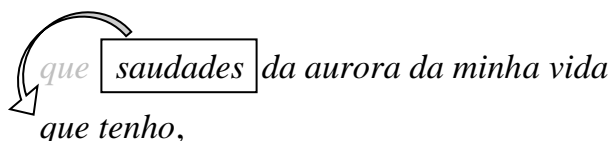
¹⁹¹ Veja-se o desdobramento, em análise em constituintes imediatos:

- *que* = segundo adjunto adnominal do núcleo do objeto direto,

o que sustentaria chamar “expletiva” a segunda ocorrência de *que* na formulação original. A formulação nominal — *Oh! Que saudades da aurora da minha vida!* —, alternativa da análise que evidenciei acima, demonstra, no entanto, a possibilidade de alheação do verbo relativamente àquela sintaxe, e isso equivale, agora, à possibilidade de que esse verbo forme sintaxe exatamente com o que, na formulação original, é a segunda ocorrência de *que*:

que saudades
/
que tenho
/
da aurora da minha vida,

ou seja,


que saudades da aurora da minha vida
que tenho,

submissível à seguinte análise tradicional:

- “eu” = sujeito;
- *que tenho / tenho que* = predicado;

- *aurora* = núcleo do adjunto adnominal do núcleo do objeto direto;
- *da minha vida* = adjunto adnominal do núcleo do adjunto adnominal do núcleo do objeto direto;
- *vida* = núcleo do adjunto adnominal do núcleo do adjunto adnominal do núcleo do objeto direto;
- *minha* = adjunto adnominal do núcleo do adjunto adnominal do núcleo do adjunto adnominal do núcleo do objeto direto;
- *a* = adjunto adnominal do adjunto adnominal do núcleo do adjunto adnominal do núcleo do adjunto adnominal do núcleo do objeto direto.

- *tenho* = núcleo do predicado;
- *que* = objeto direto;

◆ *que saudades da aurora da minha vida* = frase nominal,

constituindo-se **plena sintaxe** no conjunto *que tenho*, no qual a palavra *que*, **pronome**, exerce a plena função de objeto direto de *tenho*, referindo-se ao nome substantivo *saudades*, ou seja, comportando-se morfossintaticamente como pro-nome relativo, *scilicet* **pro-nome demonstrativo substantivo**, segundo o que proponho.

De fato, o que realizo aqui é (re)atribuir semântica a elementos considerados “formais”, a ponto mesmo de atribuir-lhes **substantividade**, uma substantividade sobre a qual se apoia a **parataxe** ontogênica que propugno: a densidade, substantiva, que atribuo ao pronome relativo “imagetiza”, para o nível da apreciação, a parataxe da formulação linguística —

a menina | *que* = “essa” *eu vi* | *é bonita*

—, o mesmo a valer para a densidade que atribuo à “conjunção” e a seu estatuto adverbial (veja-se o subitem II. 6. 1. 5), sendo **substantiva** a entidade circunstancializada que é o advérbio —

*odeio, embora ame*¹⁹²

=

“odeio | **em** boa **hora** ame”

¹⁹² mote culturalmente partilhado, sob a expressão coordenativa *odeio e amo*, consubstanciada no Poema 85 do *corpus catullianum*:

“Odi et amo. Quare id faciam, fortasse requiris.
Nescio, sed fieri sentio et excrucior.” (CATULLO, 1989 [século I a.C.], p. 366)

entenda-se ontogenicamente

“odeio ; (digo que) amo **aí**,
 nesse momento de ressalva,
 nesse lugar discursivo de frustração de expectativa,
 em que amo *embora* odeie”

—, sem que a circunstancialização adverbial imponha solução de continuidade à natureza densamente substantiva do núcleo histórico-semântico que ali há (“aí, nessa **hora**” > *em(b)ora*), ou seja, o núcleo densamente **substantivo** do advérbio.

Na leitura da *forma*, a intenção de minha proposta de subsunção da ontogênese da Língua à percepção e à incorporação do espaço físico e dos movimentos aí realizados não é apologizar essa percepção nem essa incorporação, não é apologizar o espaço nem como fenômeno nem como objeto de crítica, nem tampouco apologizar a cinemática, mas é sobretudo maneira de *localizar* a gênese — *ontogênese* — do sistema-*entidade* que proponho necessariamente como tal, haja vista que o postulo também necessariamente como **semântico já em sua estrutura**, estrutura que o hipostasia fazendo-o *ser por significar*, em uma semântica consistente nas relações propriamente **movimentais**, sobretudo de separação e de aproximação, e na relação de **estatismo**; trata-se mesmo de *relação*, entre o elemento metaforicamente separado e aquele de que (metaforicamente) se separa, entre o elemento metaforicamente aproximado e aquele a que (metaforicamente) se aproxima, entre o elemento metaforicamente estagnado e aquele em que (metaforicamente) se estagna.

Desde o título deste estudo, faz-se perceber que o objeto de que trato é o arcabouço de relações puras, não sua expressão. Se para a possibilitação discursiva da vida cognoscente estão as ideias, e para a possibilitação linguística da vida discursiva está a expressão como verdade paralela, não se extraia daí, como dedução redutora, que a língua

se defina enquanto gama possível de expressão da consciência. Segundo o que proponho, **o que define a Língua não é sua dimensão expressiva, mas é sua dimensão imagética, porque a expressão formaliza as imagens, mas as imagens é que desenham as relações, e as relações compõem o mundo, um mundo relacional, solidário, em que a diversidade se subsume à unidade.** Precisamos formalizar em Língua as coisas do mundo como maneira de expressá-las em termos cognoscíveis a nós mesmos e a nossos semelhantes, mas isso parece que está em função da *nossa possibilidade* de cognoscibilidade, uma possibilidade constantemente desafiada pelas exigências especificativas impostas pelas especificações discursivas atreladas à vida; quando vencido, o desafio discursivo não depõe, no nível da expressão, as **marcas imagéticas** de sua **inspiração concretiva, responsáveis, elas mesmas, pela possibilidade de sofisticções expressivas a dar conta de satisfazer as exigências de especificações discursivas.** Ou seja,

(5) precisamos dizer as coisas do mundo;

para isso

(4) as formalizamos e re-formulamos em expressões linguísticas que satisfaçam as relações do mundo;

para isso

(3) buscamos no mundo *imagens* amplas e *génér-icas* que possam comportar aquelas relações,

(2) *ge(ne)rando* metáforas que transportem aquelas imagens de seu incunábulo primal físico-concretivo para a figuração abstrativa exigida pela vida espiritual;

para isso

(1) mimetizamos o mundo naquilo que lhe há de mais imediato e portanto acessível a nós, que é a (nossa) mobilidade, segundo a própria condição de ser e estar nesse mundo, um mundo essencialmente móvel e mobilizante, de aparente estabilidade em não-

movimento, e de movimento em *lugar de onde*, em *lugar por onde*, em *lugar para onde*. Esse é o incunábulo, um incunábulo físico-concretivo que metaforicamente se abstratiza em sua própria manutenção, um incunábulo de *imagens* de movimento igualmente físico-concretivo que se figuram em *metáforas*, que são metáforas a re-abstratizar-se em re-metaforizações segundo a permanência da inspiração primeva físico-concretiva, espacial, movimental. No momento em que se esboça a confecção da Língua, esse incunábulo já não é o espaço nem são os movimentos, mas ainda não é a expressão: naquele momento inaugural de *trans-porte mundo-Língua-a-dizer-as-imagens-do-mundo*, o incunábulo são, pois, as *imagens relacionais* do mundo, que se *formalizam* para ser Língua, mas **permanecem** como *imagens* metaforizadas por nosso espírito; precisamos dizer o mundo e, para isso, antes de o *formalizar* em sistema representativo, nós o *imaginamos*.

Assim, a *forma* de que trato — dialogante que seja com a forma saussuriana —, ao contrário das formas de expressão, é a *forma* como *relação*, *relação* que ultrapassa qualquer prenúncio de expressão nesta ou naquela língua, *relação* que está aquém de qualquer contexto discursivo especificativo, *relação* que representa a própria relação físico-concretiva do homem peregrino com o espaço físico, inspiração primevo-ontogênica que se mantém na abstratização exigida ora por *nossa relação* com a dimensão espiritual da vida.

O par dialético dessa *abstratização-pró-espiritualidade* é a aparente materialização da Língua, esta *materialização-pró-corporeidade* que nos faz emitir sons para que nossos semelhantes mais ou menos nos entendam. Por um lado, a possível formalização daquilo que é mais abstrativo do que concretivo — e mais espiritual do que terreno — exige uma espécie de superação de nós mesmos e um desdobramento do caráter físico-concretivo do que proponho como inspiração primal, e aí tratamos de *expressar* o que seria inexpressável segundo os padrões grosseiros da vida utilitária, imediata, não mediada por algo que intermedeie entre nós e Deus; por outro lado, a essa mesma necessidade de *expressão-como-formalização* se associa a necessidade de *expressão-como-veiculação*, e então desabamos no extremo oposto e nos cercamos do aparato físico dos sons. Há aí

mais engano do que dialética. Aqueles lados não são dois: as *re-metaforizações* que produzem aquele *des-dobramento* do inicial caráter físico-concretivo não somente se coadunam com esse caráter, como também são por ele mesmo propiciadas, o que lhe atribui a ele o estatuto de *permanência*, e nada disso se subsume à necessidade de *expressão-como-veiculação*, porque a veiculação da mensagem pretendida absolutamente não se confunde com a Língua como entidade hipostática. Ou seja, **a abstratização é a própria manutenção da concretividade, e a concretização representada pela fonetização não é a Língua**, assegurada por sua essência; não há superação na abstratização, porque não há nada a ser superado, e não há verdade na concretização, porque a Língua prescinde de ser veiculada, frustrando-se-lhe a causa final mas preservando-se-lhe a essência de ser Língua, assim como uma obra de arte prescinde de ser apreciada, frustrando-se-lhe a possível causa final mas preservando-se-lhe a essência de ser Arte.

As “diferentes línguas” fonetizam-se diferentemente porque a fonetização é tão somente a aparência de suporte material. A distância plástica entre um aparente suporte e outro se dá em função óbvia do parentesco histórico das línguas, e aí está uma das importantes operações da História, uma operação entretanto localizada em certa adjacência do que a Língua é; esse *ser* é desenhado pelas imagens. As mesmas imagens bem parecem recorrentemente produtivas para “diversas línguas”, e aí agora está outra aparência desconcertante: o que há não é apenas rendimento partilhado, à guisa de coincidência feliz das “diversas línguas” sobre as mesmas imagens essenciais, mas é a própria atualização da unidade que faz a Língua ser, *unidade essencial* que se transveste em diversidade aparente. As imagens são as mesmas, porque a Língua *são* as imagens, Língua una, como uno é o espírito que a faz santa. Sua santidade se irmana com o caráter diabólico de seu poder, verdadeira inviolabilidade não daquilo que simplesmente não pode ser tocado (veja-se *sacer, sacra, sacrum*, item II. 4), mas daquilo que não se esparge nas contingências da História, sentido em que a Língua sempre muda e não muda jamais, numa sorte de fidelidade inescapável à própria essência. Nessa essência é que está aquela unidade que se traduz pela singela ideia de recorrência das imagens, essa espécie de

sintoma terreno do que nós localizamos no Olimpo porque nos desconectamos dele, na mesma medida em que a Língua é o que há de mais Humano no homem, a mesma medida, a mesma alma, o mesmo espírito, a mesma divindade que nos humaniza.

Efetivamente, aos esboços de interpretação de cunho espaço-concretivo que empreendo não lhes nego o caráter arqueologizante, uma vez que pretendem explicitar o que se fez implícito, não se negando, por seu turno, a transfiguração a que se deu lugar na passagem da motivação espaço-concretiva à formalização linguístico-expressiva e, como tal, abstrativa: as relações que ali proponho são relações metafórico-movimentais que se efetuaram na dialética de um ambiente linguístico primeiramente paratático, e já essa minha maneira de expressão aponta para o truísmo de que as relações são, em si mesmas, algo abstrato que se formaliza de algum modo, num mundo em que a comunicação parece de alguma forma ter de configurar-se. Ora, é vão limitarmo-nos a procurar a real forma anterior que teria dado lugar à real forma atual de qualquer sincronia em que se esteja, porque a *trans-formação* segmentável, detectável pela Gramática Histórica, não passa mesmo de *trans-figuração*; é vão simplesmente procurarmos a forma real “latina” da forma real “portuguesa” da locução

gracias a, < *gratias ad* (veja-se o contexto motivador da nota 261),

porque ambas as formas reais não são ambas, mas resultam do mesmo processo imaginativo, que desconhece ordenações como subordinação e hierarquia, apenas desenhando *imagens* que, como tais, de algum modo se (trans-)figuram, mas se mantêm em sua importância a um só tempo inspirativa e re-ge(ne)radora.

É assim que, intralinguisticamente, não disciplino nem sequer explícito minha indiferença ao lidar com a construção casual “latina” e com a construção preposicional “portuguesa”, lado a lado. Ocorre que as ponho mesmo lado a lado como *expressões diversas das mesmas relações*, por isso expressões ontogenicamente equivalentes, iconizadoras daquelas relações, relações de natureza espaço-movimental.

É essa natureza que, segundo o que proponho, faz a Língua ser o que é e que defino como *sistema imagético*, imagens movimentais primevas que se mantêm. O entendimento estruturalista de que a Gramática deva ser descrição sincrônica penso que guarde relação com o pressuposto saussuriano de que, ora ao revés do que proponho, um *sistema* seja necessariamente *sincrônico*, sob o argumento, de lastro pré-aristotélico, segundo o qual a descrição se circunscreva à estabilidade:

“(…) vendo que toda a realidade sensível está em movimento e que do que muda não se pode dizer nada de verdadeiro, (...) concluíram que não é possível dizer a verdade sobre o que muda, pelo menos que não é possível dizer a verdade sobre o que muda em todos os sentidos e de todas as maneiras. Dessa convicção derivou a mais radical das doutrinas [aqui] mencionadas, professada pelos que se dizem seguidores de Heráclito e aceita também por Crátilo. Este acabou por se convencer de que não deveria nem sequer falar, e limitava-se a simplesmente mover o dedo, reprovando até mesmo Heráclito por ter dito que não é possível banhar-se duas vezes no mesmo rio: Crátilo pensava não ser possível nem mesmo uma vez.” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 169),

o que, ora circunscrito ao terreno da linguagem, encontra guarida mesmo no raciocínio linguístico de teor historiográfico, preocupado com mudança.

“(…) Contra esse raciocínio diremos que o que muda, quando muda, oferece (...) algum motivo para crer que não seja¹⁹³, mas isso é contestável. De fato, o que perde algo conserva sempre elementos do que vai perdendo e, simultaneamente, já deve ser algo daquilo em que está se transformando. E, em geral, se algo está em vias de corrupção, deverá ter uma certa realidade; e_[,] se advém, é necessário que exista também aquilo do qual advém e aquilo por obra do qual advém. (...)

(...)

(...) essa [*sic*] região do mundo sensível que nos circunda é a única que se encontra continuamente sujeita à geração e à corrupção; todavia ela é, por assim dizer, parte insignificante do todo; portanto, seria muito mais justo, em atenção às outras, absolver as coisas daqui de baixo em vez de condenar aquelas por causa destas.” (*idem, ibidem*)

Ora, se podemos conhecer apenas o que não se movimenta, então não podemos conhecer a língua (com inicial minúscula), que se reconhece como elaboração dinâmica, assim como em verdade é dinâmico qualquer *recorte temporal* que se estabeleça como *um momento sistêmico*, por isso mesmo arbitrário; isso força a categorizar o “sistema” como

¹⁹³ Note-se aí a intransitividade do verbo essencial.

inexistente, porque só poderia *ser* se fosse estático. Talvez se possa, entretanto, conceber uma espécie de sistema *latissimo sensu*, em que, para além de cada “estado de língua”, se privilegie a **apreciação do que há de sistêmico na continuidade da Língua**, e o que há de sistêmico aí é a “produtividade viral” das *imagens* “inspiradas” pelo espaço físico-concretivo e pelos movimentos cinemáticos nele realizados — **“Produtividade viral à última instância”** (veja-se o título do item I. 1 deste estudo) —, então imagens de natureza espaço-movimental. Isso, por sua vez, abole o “motivo para crer que não seja” (*supra*), uma vez que se afaste do olhar a “realidade sensível [que] está em movimento” (*supra*), essa aparente realidade sensível das línguas, que, como realidades históricas, realmente variam e verdadeiramente mudam, dimensão do real sujeita à cognoscibilidade quiçá na condição de antes se sujeitar ao estabelecimento de um recorte temporal, mas sujeita a uma cognoscibilidade metafísica apenas se subsumida à sua própria dimensão metafísica, apenas se o conjunto de mudanças se entender como movimento ontológico de um único ser, entidade-Língua *con-formada* na coerência de sua própria *forma*. É na contiguidade semântica da lexicogênese, é na “produtividade viral”-construcional das imagens espaço-movimentais formadoras da Língua, é no caráter metafórico desse *sistema-em-contiguidade*, **Língua-em-continuidade-de-elementos-contíguos**, é aí que a forma está. Não se trata, pois, da língua como aparência variante e mutante nem da Língua como maravilha sobranceira, que viva num olimpo, acima de nós; trata-se da Língua como entidade coerente em si mesma, cuja mudança atesta a própria unicidade, Língua como arsenal metafórico, por isso mesmo imagético, potência autorizada a prescindir do ato (veja-se o item II. 4 deste estudo) na medida em que seu poder de iconicidade se desdobra na própria contiguidade coerente, “potência imagética” de forma-construção a acolher a premência de dizer o mundo.

Toda essa minha expressão luxuriante, decerto a parecer demasiada, justifica-se em face da minha sensação de estar em luta de gigantes, em que eu não sou um deles e os vejo serem gigantes desde (antes de) Heráclito; confesso-me na pretensão de desconstruí-los a base equivocada, que me parece desdirecionar-lhes o olhar, fazendo-os “desler a forma”. Para a Língua, não importa o desdobramento da *potência* em *ato* porque esse

desdobramento é *potencialmente* infinito, consequência factual de uma verdade ontológica maior, e pretender abarcar a infinitude nos cega e angustia: angustia porque é impossível, dada a finitude da *nossa potência*; cega porque nos empece de enxergar o que está por trás do ato, que é a *própria potência*:

“(...) nada do que não tem potência para ser pode vir a ser (...)”
(ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 125).

A potência de um significado dar lugar a “outro”, exemplo de mudança linguística, é a potência de um significado *desdobrar-se* em “outro”, passando a conviver com ele ou dando-lhe lugar — diferença que, para a Língua, não quer dizer absolutamente nada —, mas a *potência* de um significado *poder* dar lugar a “outro” e a *potência* de um significado *poder desdobrar-se* em “outro” é o que atesta a *contiguidade semântica*, segundo a qual o “novo” significado não é verdadeiramente novo porque não é verdadeiramente outro; vejam-se minhas considerações no início do item III. 1 deste estudo, e veja-se uma vez mais a ponderação de Aristóteles quanto ao (*supra*) “raciocínio” de Heráclito, daqueles que “se dizem” seus seguidores e ora destes que são ditos nossos gramáticos:

“(...) Contra esse raciocínio diremos que o que muda, quando muda, oferece a eles algum motivo para crer que não seja, mas isso é contestável. De fato, **o que perde algo conserva sempre elementos do que vai perdendo e, simultaneamente, já deve ser algo daquilo em que está se transformando** [o negrito e a sublinha são meus]. E, em geral, se algo está em vias de corrupção, deverá ter uma certa realidade; e_[,] **se advém, é necessário que exista também aquilo do qual advém e aquilo por obra do qual advém** [o negrito e a sublinha são meus]. (...)” (*idem*, p. 169).

Aristóteles está versando sobre Língua, porque está versando sobre todo *ser* — “(...) todo gênero de realidade é ser¹⁹⁴ (...)” (*idem*, p. 141); “(...) de fato, o ser é o que é comum a

¹⁹⁴ “(...) de Anaxágoras refere-se uma afirmação feita a alguns de seus discípulos, segundo a qual os seres seriam para eles tais como eles os considerassem ser. E dizem também que Homero teve essa mesma opinião, pois representou Heitor, delirante por causa do ferimento, que ‘jazia com pensamentos mudados em sua mente’, como se os que deliram conhecessem, mas não as mesmas coisas de quando estão em pleno juízo. É evidente, portanto, que_[,] se ambos são conhecimentos verdadeiros, também os seres são, ao mesmo tempo, assim e não assim. Mas note-se a consequência mais desconcertante: se os que mais investigaram a verdade que podemos alcançar (e estes são os que mais a buscam e a amam), se justamente eles têm opiniões desse tipo e professam tais doutrinas sobre a verdade, como não poderão desanimar, e

tudo (...)” (*idem, ibidem*) —, e o que venho aqui, eu mesmo, a acrescentar é a insistência na permanência ontogênica, não como absoluta imanência, mas como ontogênese estrutural imanente (veja-se o início do Capítulo I deste estudo), porque **“o que perde algo” é “algo daquilo em que está se transformando”** (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 169, *supra*; o negrito é meu), e o “novo”, que não é verdadeiramente novo, **“advém (...) por obra”** do velho (*idem, ibidem, supra*; o negrito e a sublinha são meus), e já desde aí se obtém subsídio para a intuição segundo a qual a **“geração” advém não da “corrupção”, mas justamente da permanência**, uma *geração que gera o não-novo* e, dialeticamente, é em máximo grau produtiva *stricto sensu* **porque** não faz obliterar-se a *generosa inspiração metafórica inicial*. É essa imanência relativa o que relativiza a necessidade de estabilidade no sistema para que seja sistema, porque essa imanência, ontogênica e “viralmente produtiva”, corresponde à permanente contiguidade semântica da lexicogênese, em que um significado se desdobra em “outro”, e à também permanente “produtividade viral” da atuação metafórico-movimental na *gênese ge(ne)ral* das formas-construções, da palavra à sintaxe: a aparência dinâmica da *con-tiguidade* e da *produtividade* encobre a mais profunda estabilidade deste arcabouço que, então, podemos, sim, conhecer e conhecer não como objeto sensível e corruptível, não como *uma língua*, mas como um *ser* que se engendra em sua própria significação, um *ser* que se constrói igualmente na sintaxe e na sintaxe da *morfologia* das palavras segundo as imagens que emanam do mundo e que evocam o mundo, imagens que, portanto, iconizam esse mundo e fazem da Língua arsenal uno de potência imagético-metafórica. Podemos, pois, conhecer a Língua como *forma* de um sistema ultra-lato, apreciável à maneira de estabilidade dinâmica ou de um dinamismo subsumido à sua própria e constante unicidade.

com razão, os que começam a filosofar? Buscar a verdade seria como correr atrás de um pássaro voando. [§] Ora, a razão pela qual esses filósofos formaram essa opinião está em que buscavam a verdade sobre os seres, mas acreditavam que só as coisas sensíveis eram seres. (...)” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 167)

Vou doravante a exemplos circunstanciados de minha proposta de apreciação analítica, para acentuar a radicalidade do que proponho a fim de acentuar a *radic*-alidade *molecular*, espaço-movimental, que, de acordo com o que propugno, *onto*-gerou, **iconicamente**, a Língua, segundo a iconicidade que aqui pretendo.

II. 1. Apreciação analítica

II. 1. 1. Desconstrução 1, “O segredo egípcio”

1. “(...) Desde tempos imemoriais, estudiosos, filósofos e pensadores têm quebrado a cabeça com o problema do tempo e do espaço, raramente percebendo que a linguagem com que esperavam resolver o problema era ela própria organizada de modo a dar suporte à evidência dos sentidos.” (WEST, 2009 [1979], p. 78-9);

1a. “(...) From time immemorial, scholars, philosophers and thinkers have stubbed their brains against the problem of time and space, seldom realising that the language in which they hoped to solve the problem was itself ordered in such a way as to support the evidence of the senses.” (WEST, 1993 [1979], p. 43)

Trata-se de segmento do texto *A serpente cósmica*, de subtítulo “a sabedoria iniciática do Antigo Egito revelada¹⁹⁵”, do autor norte-americano John Anthony West (1932-2018), em que se entende que a organização da linguagem verbal contém alguma revelação sobre o tempo e sobre o espaço, de que deduzo, para a Língua, o estatuto

constitutivo próprio do fator espaço, estando o espaço presente ali, na estrutura molecular da Língua, estando os movimentos físico-espaciais ali mimetizados, tendo eles mesmos constituído uma Língua *natu* metafórica, de funcionamento *stricto sensu* movimental.

Esse funcionamento parece ser, de vários modos, intuído por distintas áreas da expressão do pensamento humano. O matemático francês René Thom (1923-2002) postulou que “há sempre, no conteúdo de uma significação, um elemento de localização espacial” e sugeriu que “se veja nas estruturas sintáticas da linguagem (...) uma imagem, simplificada e empobrecida, das interações dinâmicas usuais sobre o espaço-tempo”. Esse revelador epítome, que, visto como tal, parece, ele mesmo, “simplificado e empobrecido”, está evocado, muito figuradamente, em cena fundamental do filme *Interestelar* (INTERSTELLAR, 2014), em que o protagonista se encontra em labirinto dinâmico de infindáveis estantes de livros que se movem e se cruzam nos eixos x e y , experienciando-se a epifania de que aquela configuração espacial é que estrutura o tempo; essencialmente, tal conformação ali se pode realizar somente por meio de estantes de livros, engenhosa metáfora de que tempo e espaço são dinamicamente estruturados e postos em movimento pela linguagem e pelo conhecimento humanos, linguagem realizada pela Língua que o movimento engendrou. Não soluciono aqui a dialética segundo a qual um dispositivo do grande eixo tempo-espaço, que é o movimento, tenha construído a Língua, dispositivo maior da linguagem¹⁹⁶, a qual, por sua vez, seria estruturante do tempo e mobilizante do espaço, em função do qual está o movimento. Mantida a circularidade, e a bem de algum esboço do que teria sido e seria a construção molecular da Língua, empreendo, de ora em diante, a desconstrução de alguns fragmentos de sua realização, da realização propriamente dita ao possível germe de sua inspiração, do maior ao menor, do já construído ao que teria sido o mote de construção, numa espécie de *desconstrução* metodológica ancilar da grande *construção* ontológica.

¹⁹⁵ O qualificador *revelada* restringe-se à tradução brasileira (WEST, 2009 [1979]).

¹⁹⁶ “(...) Language is the principal instrument of expression of the intellectual faculty. (...)” (WEST, 1993 [1979], p. 43)

Em movimento inverso relativamente àquela construção, é justamente o segmento de West (2009 [1979], p. 78-9; 1993 [1979], p. 43) que aqui procuro molecularmente desconstruir, distintos textos a dizerem “o mesmo” texto, distinguíveis tessituras que pretendem veicular a mesma mensagem, originalmente expressa em língua “inglesa” (1993 [1979]) e re-expressa em língua “portuguesa” (2009 [1979]), diferentes expressões que efetivamente constituem diferentes textos em diferentes línguas, entretanto, ao que parece, sob a mesma égide metafórica, a partir das mesmas imagens proto-inspiradoras, na mesma matriz espiritual. Imbuídos em diferentes culturas, com diferentes discursividades moldadas em “diferentes línguas” (agora já entre aspas, ressaltada a letra minúscula) advindas de diferentes “famílias linguísticas”, diferentes seres humanos ali se comportam como diferentes falantes da mesma metafóricidade de inspiração físico-espacial, como se um decalcasse do outro a espacialidade do próprio texto, não por tecer sua própria mensagem decalcada na mensagem do outro, *tra-duz-into-a* para um código particular, mas por estarem ambos submetidos a certo código matricial comum, de uma divindade pouco alcançável para nós como objeto cognoscível, todavia generosa como fonte irradiadora das mesmas luzes que apontam para o mesmo *lugar de origem*, o mesmo *lugar de escopo*, o mesmo *lugar de perambulação*, o mesmo *lugar de situação*, os mesmos *lugares metafóricos* que imagetizam as mais abstrativas experiências humanas, de expressão ancorada no mesmo corpo físico, no mesmo espaço concreto, nas mesmas relações entre céu e terra, nos mesmos movimentos denotativos que aí ousamos abstratizar, sem licença para obliterar a concretividade. É essa concretividade, subsumida à parêntese movimentabilidade-repouso, ou seja, ao fator *movimentabilidade* em toda a sua dimensão¹⁹⁷, é essa fisicalidade que mimetizamos, abstraímos sem “desconcretizar” e

¹⁹⁷ Aquilo que os objetos são é dado pela possibilidade de passagem entre os opostos: “(...) **Repouso é um gênero do movimento**; só o móvel pode repousar. (...)” (HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 259; o negrito é meu); “(...) os gregos concebem a movimentabilidade a partir do repouso. Aqui é preciso distinguir entre movimentabilidade e movimento, assim como entre o estado de repouso e o repouso. Movimentabilidade refere-se à essência a partir da qual são determinados movimento e repouso. O repouso, então, é considerado como a ‘interrupção’ (παύεσθαι Met. Θ [ARISTÓTELES. *Metafísica*, Livro 9, Θ] 6, 1048 b 26) do movimento. A falta de movimento pode ser computada como caso limítrofe desse (= 0). Mas precisamente esse repouso concebido como uma variante do movimento possui mesmo assim a movimentabilidade como a sua essência. O mais puro desenvolvimento de sua essência deve ser procurado não onde o repouso significa a interrupção

meta-forcamente trans-figuramos em Língua; é essa a matriz que nos une e nos diviniza em nossa humanidade.

A primeira palavra do segmento “em português” talvez não seja *uma palavra*. O que seja *palavra* não sabemos exatamente (veja-se o item II. 4), portanto não sabemos exatamente o que seja *uma palavra*. Ali, tomado o critério etimológico, aquela palavra podem ser três:

desde < de ex de,

“(...) Combinação da antiga prep. *des* (< lat. *de ex*), já documentada no séc. XIII, com a prep. *de*.” (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital),

mas, tomado o mesmo critério, também podem ser duas, dada a existência histórica da “antiga prep. [“preposição”] *des*” (*supra*), uma “única” palavra. Tomado, contudo, o critério de uma *ontogênese da forma*, ou seja, tomada como critério a ontogênese da forma da Língua em suas relações, que considero sempre metafóricas, relações linguísticas *formalizadas* a partir das relações espaço-movimentais, espaço-repousantes, relações pautadas portanto na mobilidade¹⁹⁸, então se tem ali uma única palavra em todo o seu “conjunto” construído historicamente, uma única palavra construída como única forma relacional, não porque sincronicamente se considere uma unidade lexical, mas porque solidariamente se tem ali uma única imagem espaço-relacional, uma única *parabola* imaginativa de um único movimento de separação, movimento de *lugar de onde*. A solidariedade entre as partes originais,

de ex de,

atesta a coerência da redundância que caracteriza a Língua como grande **unidade ontológica**, uma **solidariedade apositiva**, cujo distanciamento de relações hierárquicas se patenteia em momentos de reconfiguração, como o momento da gênese portuguesa a

e a suspensão do movimento, mas onde a mobilidade se reúne no *manter-se em quietude*, e essa manutenção interior não exclui a mobilidade, mas a inclui, sim, não só a inclui mas abre-a em preparo (...)” (*idem*, p. 296; veja-se, aqui, a nota 26).

¹⁹⁸ Veja-se a nota imediatamente anterior; amplamente, veja-se HEIDEGGER, 2008 [1967], *passim*.

redizer a dicção latina. Não me parece possível, em hipótese alguma, o vislumbre de relações hierárquicas entre aquelas partes, na expectativa de alguma *ratio* segundo a qual possa haver relações de “subordinação” de um elemento a outro, ascendência de um elemento sobre outro, tampouco se podendo postular que esses elementos se “coordenam” conforme se entende que as unidades se “coordenam” sincronicamente, à maneira dos substantivos compostos pela reiteração da forma verbal em 3ª pessoa do singular, como a dizer-se que um comportamento se faz e refaz, realiza-se e depois se realiza de novo, em sentido iterativo,

“alguém corre e depois corre de novo”

ou

“alguém corre, e outrem corre também”,

para dizer-se que

Foi um corre-corre!,

formulação que se tem mesmo de categorizar como coordenativa se se tem o espírito imerso no paradigma hierárquico da hipotaxe, em que a *análise em constituintes imediatos* não ultrapassa a si mesma, porque não ultrapassa a verificação de uma possível *constituição* frasal, ordem de entrada dos *constituintes* segundo o comando do já *constituído*, sem especulação das relações travadas em algum sentido ontogênico (vejam-se, aqui, a Introdução, o Capítulo I, *caput*, e o subitem II. 1. 2), entendendo-se a língua como um sistema de relações binárias que redundam em centro solicitante e periferia solicitada; ao revés, segundo o que proponho, as partes originais do composto *desde* se justapuseram em **parataxe**, como semanticamente se justapõem elementos inter-redundantes, sob o distenso esquecimento de que a intenção semântica de um novo elemento ingressado na frase já foi cumprida por outro elemento, ali já inserido, o que equipara os elementos a um só. Mais do que residualmente, a força semântica daquela redundância permanece na funcionalidade do par

desde x até y,

em oposição à disfuncionalidade de

* *desde* x *a* y,

em que a “preposição” *a(d)* parece insuficiente para correlacionar-se com *desde*, requerendo-se a “preposição” *até*, não em função de um corpo fônico maior, mas em reconhecimento de uma intenção semântica mais densa, a coadunar-se com o peso acumulado em *desde*, em sua redundância coerente.

É o peso desse ultra-indiciador de movimento de *lugar de onde* que naquele início de segmento se presta à mais reconhecida abstratização desse movimento cinemático, que é a abstratização temporal:

“(…) metáfora bastante recorrente é a que nos permite conceber TEMPO em termos de ESPAÇO ou de MOVIMENTO através do espaço (...)” (FERRARI, 2011, p. 92),

a mesma abstratização operada sobre a “preposição” *from* da expressão “inglesa”, uma abstratização-segundo-passo-da-metáfora, porque a expressão do movimento de *lugar de onde* para relações denotativamente locativas já é expressão do espaço mimetizado e representado em Língua como imagem de origem, separação, afastamento, e, se não ainda em viés propriamente metafórico, todavia já em ultra-produtiva cadeia de re-metaforizações abstratizantes.

Passo seguinte dessa cadeia é empreendido pela mesma base preposicional *de*, em

a linguagem (...) era (...) organizada de modo a dar suporte,

em que a inserção da ideia de “modo” se faz como expressão de um lugar de onde provém alguma coisa; esse **lugar** é a **ideia** de “a linguagem ser organizada”, segundo a imagem de que a “organização da linguagem” advenha do arqui-*frame* “modo”, separando-se dele, dele se afastando como um elemento seu.

Veja-se a notável diferença discursiva entre a imagem ontogênica separativa presente em

desde tempos imemoriais / from time immemorial

e a imagem ontogênica separativa presente em

(...) *era (...) organizada de modo a dar suporte,*

em que a ideia de afastamento (temporal) presente no primeiro inciso está de todo ausente no segundo, mas, conforme o que proponho, ambos são moldados à mesma imagem ontogênica, imagem igualmente separativa, espacial, bastando afirmar-se a congruência entre ontogenia e discurso no primeiro, e, para o segundo, havendo-se de interpretar a necessária relação entre ontogenia e discurso como relação igualmente congruente, na chave de que a imagem ontogênica separativa se presta à discursividade pretendida, sendo-lhe co-(onto)gênica, uma vez que a ontogenia da Língua, jamais obliterada, lógica e analogicamente com-põe a gênese do discurso: o movimento de separação metafórico-ontogenicamente realizado pela representação do comportamento de “(a linguagem) ser organizada”, ou seja, empreendido pela representação linguística do próprio comportamento de “organizar-se”, **a partir do** *arqui-frame* “modo”, é movimento que caracteriza o comportamento como algo pertencente àquele “modo”, algo que estava inserido naquele quadro configurado como um “modo” e, tendo-lhe estado inserido, havendo-lhe sido parte, tendo conhecido a intimidade de seu interior, de lá metaforicamente se destaca portando características desse “modo” (vejam-se os § iniciais do subitem I. 1. 1), e de lá metaforicamente se destaca **para apresentar essas características**, portando-as, ou seja, de lá metaforicamente se destaca **para assim ser caracterizado**, o que implica dizer que proponho o movimento ontogênico precisamente como criador dos sentidos linguísticos, co-criador dos sentidos discursivos, aqui como a dizer-se

“a linguagem era organizada **a partir daquele modo**”,

a confundir-se com

“a linguagem era organizada *desde* aquele modo”;

veja-se que a afinidade com a construção anterior,

desde tempos imemoriais / from time immemorial

(esta eu já apresento como construção una,

imageticamente irmanadas as “preposições”),

mais do que afinidade, é mesmo identidade ontogênica a subsumir tudo a uma construção só. É aquela separação metafórica, é aquele movimento imaginado ontogeneticamente, é aquele destacamento entre a ideia de “a linguagem ser organizada” e a ideia do *arqui-frame* “modo”, é o desenho de afastamento da representação linguística daquela ideia comportamental **a partir do lugar** linguisticamente representado por este *arqui-frame* — *desde aí, desde esse lugar* —, é essa mobilidade metafórica o expediente que nosso espírito parece haver inventado para que pudéssemos inventar a eficácia do nosso verbo. É aquele

de modo a

o que faz dizer

“*de que modo*”

a linguagem era organizada. No limite da ontogenia a que posso chegar, é o movimento o que gera o sentido.

Em cada movimento, de um a um, em cada elemento linguístico a dizer algo sobre alguma ontologia do mundo, de um a um, de uma a uma, em cada traço individualmente designado no grande desenho que compõe a rede de relações, aí se compõe também o sentido. De um a um, cada traço individualmente designado designa uma relação, e nisso cada traço se faz entretanto menos solitário, conforme põe em função os dois elementos

relacionais a que se devotara, e conforme se põe a si mesmo em função com outro traço na plenificação do sentido e na tessitura do texto. O movimento não é solitário, porque ser

de um a um

significa ser

de um a outro,

o que não se assimila ao “fato” pressuposto por Svorou (1993, p. 31-2; os negritos são meus):

“To talk about space and spatial relations (...), languages make use of a relatively small number of elements. By virtue of the size of the group, and the fact that new members to the group are a product not of derivation from other elements, but rather evolution from a similarly small group of elements, they are said to belong to a closed-class, and, consequently, are grammatical elements to a greater or lesser degree. Moreover, their ‘relational content’, as opposed to the ‘material content’ of lexical items (...), constitutes one more reason for considering them as part of the grammar of a language. Thus, adpositions, affixes, case inflections, and even spatial adverbs form part of the grammars of natural languages. From now on, I will refer to all these grammatical forms of language which express primarily spatial relations as *spatial grams*.

Together with other parts of grammar, spatial grams interact with the rest of language in such a way as to structure and organize it. (...)

(...) linguistic elements do not ‘mean’ by virtue of their direct relation to the external world. Rather, they ‘mean’ by virtue of their relation to the experience of the external world by human beings (...). Thus, I assume that the semantic content of spatial grams is structured by the relation between the morphosyntactic and phonological conventions of a particular language and the human experience of spatial arrangements of entities. A theory of meaning of spatial grams will have to specify that relation, providing a description of its structure and the mechanisms that motivate that structure.

The need to specify the structure of the relation between the form of spatial grams and the experiential situations they are used to describe arises from the fact that this relation is not a one-to-one correspondence. Objectivist theories of meaning have postulated that forms of language are characterized by a collection of features which are abstracted from its different uses describing several situations in the world. Consequently, the meaning of a form is a list of arbitrary, abstract, binary meaning components representing what is common to the different senses (e.g. Bennett’s approach to English prepositions (1975)¹⁹⁹). Non-objectivist approaches to the meaning of spatial grams (e.g. Brugman 1981) have shown, however, that **such forms are in fact polysemous**, presenting structure in the relation among senses, which is much

¹⁹⁹ BENNETT, David C. *Spatial and temporal uses of English prepositions: an essay in stratificational semantics*. London: Longman, 1975.

more complex than what can be accounted for by binary meaning components which are unrelated with each other. (...):

segundo o que proponho, a plurivocidade entre motivação experiencial e resultado linguístico é “fato”; veja-se aqui minha argumentação no subitem II. 1. 5, em cujo arremate postulo que os “movimentos que pretendo ontogênicos, e nos quais insisto ao longo de todo este estudo, são movimentos metafóricos porque não ocorrem segundo uma ontologia evidente, mas são por mim postulados como *índices* do que teria sido a ontogênese da Língua”; é nessa inevidência que está aquela plurivocidade — “**not a one-to-one correspondence**” (*supra*; o negrito é meu) —, mas nesse “fato” se imiscui a polissemia das formas não porque a polissemia esteja na própria forma de cada item formal, mas porque está na amplitude da motivação experiencial, sendo essa amplitude exatamente igual a seu reducionismo. É na singularidade do “sopro inicial”, daquela espécie de “pincelada original” que simplesmente varreu o espaço

de lá,

aqui,

por aqui,

para lá,

em imaginação nada além do que concretiva, a formular não mais do que a *univocidade* das imagens de

movimento a partir de lá,

não-movimento aqui,

movimento por aqui,

movimento para lá,

é nesse monobloco de intenção e sentido que está o incunábulo da forma, e essa, apenas essa, é a *semia* original, a *monossemia* grávida da multiplicidade que advém da unicidade. Essa unicidade é a unicidade *de um a um* que proponho caracterizar cada movimento, cada elemento linguístico mimetizante de alguma ontologia movimental do mundo, cada traço individualmente desenhado no desenho das relações e na configuração dos sentidos, relação de um elemento linguístico com um elemento linguístico segundo o movimento ou o não-movimento traçado entre eles, segundo a mobilidade que os une.

Para dizer que

“a linguagem era organizada de modo a dar suporte à evidência dos sentidos”,

àquele movimento de separação se segue um movimento de aproximação, e outro, e depois outro. O que especifica o “modo **a partir do** qual” “a linguagem era organizada” é o fato de ela “dar suporte à evidência dos sentidos”, e esse fato é expresso apoiando-se em quatro substâncias imateriais na expressão “portuguesa”, três na “inglesa”:

- o ato e o efeito de “dar”, expressos pelo substantivo homônimo, *dar*, forma nominal substantiva — *infinitivo* — do comportamento também homônimo, *dar*;
- o ato e o efeito de “*su(b)portar*”, expressos pelo substantivo deverbais *suporte*, *support*, aquilo que é como que o efeito e o próprio empenho de “carregar por baixo”, por metonímia “aquilo que carrega por baixo, aquilo que *su(b)porta*”, material ou imaterialmente;
- o efeito de “ver **a partir de** algum lugar além de nós”, imagem de separação expressa no substantivo *e-vidência*, *e-vidence*, < *ē-uidentiā* < *ē-uidens*, prerrogativa daquele que “vê **a partir de** algum lugar além de nós, vê *desde* lá”, *ē-uidens*, por metonímia “aquilo que é visto **a partir de** algum lugar além de nós, é visto *desde* lá”, transferência da atividade do agente, *ē-*

uidens, para a passividade do objeto substantivo, material ou imaterial, *e-vidência*, *e-vidence*, em contiguidade semântica;

- o ato e o efeito de “sentir”, expressos “portuguesamente” pela forma nominal adjetiva — *particípio* — do comportamento homônimo, *sentir*, por transferência da passividade do objeto, *sentido*, para a atividade dos agentes “órgãos dos sentidos”, em substantivação e em contiguidade semântica que se desdobra no processo de (re)metaforização abstratizante, a redundar em “aquilo que se *sente* como ‘significado’ e como ‘*sentido*’”²⁰⁰.

²⁰⁰ *Sentir*, sob a aparência “latina”, *sentire*, também é base para *sentença*, sob a aparência “latina” *sententia*.

Em nosso “vernáculo”, veja-se o significado 8 de Aulete (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital):

“sentença

sf.

1. Máxima, frase ou palavra que encerra um pensamento moral ou um julgamento de grande alcance.
2. Pensamento sucinto que traduz um sentido geral ou um preceito de moral; ANEXIM; PROVÉRPIO; RIFÃO.
3. Julgamento ou decisão final de qualquer juiz ou tribunal: *Foi libertado por sentença*. [À sentença dos tribunais de segunda instância dá-se o nome de acórdão.]
4. P.ext. Qualquer despacho ou decisão.
5. Teol. Julgamento de Deus acerca dos homens.
6. Fig. Protesto, juramento, palavra ou frase que encerra uma resolução inabalável: *Quando disse que não o amava, foi para ele uma sentença fatal*.
7. Lóg. Qualquer proposição declarativa, verdadeira ou não.
8. Antq. Gram. Frase, oração.
[F.: Do lat. *sententia*, ae.]”.

O apontamento *antq.*, “antiquado”, surpreende-me, porque eu julgava que dizer *sentença* por “oração” fosse anglicismo mais ou menos recente. *Sentença* vem de *sententia*, que é deverbal de *sentire*, o que faz pensar que *sentença* seja uma formulação conceitual resultante de percepção (*sensus*), ou seja, **ideia**, mais do que forma, “**frase**”, mais do que “oração”. Note-se que, por exemplo, em “inglês”, a palavra *sentence* significa muito amplamente, assim como *sentença* e *sententia*.

Para Prisciano, em suas *Institutiones grammaticae*, II, 4, 15 (PRISCIANI, 1855 [séculos V-VI d.C.], p. 53), a *oração* é um **arranjo** (de palavras) que *de-monstra* o pensamento:

“Oratio est ordinatio dictionum congrua, sententiam perfectam demonstrans (...)”,

ou seja, *oratio* é formal *ordinatio* que, se bem se urdiu, se então se faz *côn-grua*, põe diante dos olhos, à perfeição, a *sententia*, o que se *con-cebe* (*concupere* < *cum* + *capere*) e se *con-cebe* *com-pletamente* (“à *per-feição*”) porque se *per-cebeu* (*percipere* < *per* + *capere*); põe-se diante dos olhos o que se *com-preendeu*, isto é, *tomou-se* ao mundo sensível ou ao mundo espiritual (que, segundo o que proponho, equivale ao mundo sensível em abstração). Noutras palavras, a oração é a expressão da compreensão, é a

Ora, essas quatro substâncias, imateriais que sejam ali, são quatro **lugares** entre os quais se travam as relações movimentais, rigorosamente a mesma relação movimental de *a(d)*proximação, *lugar para onde*, sequencialmente reiterada, de um lugar ao outro. É aquele

de modo a(d)

o que enceta o movimento, aí delatado por *a(d)*:

de modo a(d) dar,

em que aquela ideia de “modo” é também substância imaterial, altamente imaterial segundo o sentido que se lhe atribui *ab origine*, um sentido de “modo”, < *modus*, exatamente pautado pela “medida” adveniente da razão, < **med*, “pensar, medir, julgar”²⁰¹, todavia mantida a substancialidade, e, como substância, é também um **lugar**, é o *arqui-frame* de que metaforicamente se havia separado o comportamento equivalente à ideia de “a linguagem ser organizada” e agora é o *arqui-frame* que metaforicamente se *a(d)*proxima, ele mesmo, à substância imaterial “dar”, como tal também um **lugar** e também um *arqui-frame*, ou seja, o *arqui-frame-lugar* “modo” realiza movimento metafórico de *a(d)*proximação *a(d)* o *arqui-frame-lugar* “dar”. Isso aponta para uma conformação ontogênica profundamente embasadora do funcionamento adverbial daquilo

“oralização” (“formalização” [a Língua é fala]) da *sentença*. Daí, proponho *sentença* exatamente como “proposição” (veja-se o significado 7 de Aulete (*idem*)), aquilo que, formalizado pela *oração*, se *pro-põe*, uma vez *re-tirado* ao mundo; ali em Prisciano, é mesmo o *pensamento*, para Platão [séculos V-IV a.C.] “diálogo interno da alma”, nossa *ponderação* sobre o mundo.

Assim se veja que interpreto a “sentença” como a **ideia** instrumentalizada pelo **arranjo** trazido pela *oração*, uma **ideia formada**, subsumida à *forma* linguística que o espaço concretivo inspira (observem-se as marcas de espacialidade que, reiteradamente, assinalo neste texto e ao longo de todo este estudo, na intenção de uma metalinguagem a indiciar relações espaciais). A *sentença* é desenhada pelo *sentimento* do espaço em suas determinações *sensíveis*, das quais a abstratização não prescinde, porque delas se forma.

²⁰¹ “**modus**, ī [*med- ‘pensar, medir’ *com o vocal. o*: cf. *medeor*] (...)” (TORRINHA, 1945 [1937]), “**medēor**, ēris, ēri [*med- ‘pensar, medir, julgar, tratar (um doente)’] (...)” (*idem*):

a decodificação semântica da raiz acusa a imaterialidade do sentido que se atribui ao substantivo, entretanto uma imaterialidade ancorada na fisicalidade das relações mensurais

que se passou a considerar “locução adverbial de modo”, então um “adjunto adverbial de modo”, a indiciar “de que *modo*” a linguagem era organizada — “de modo a dar suporte à evidência dos sentidos” —, a ponto de confundir-se a formalização com a formalização do “adjunto adverbial de meio/instrumento”, porque “dar suporte à evidência dos sentidos” é comportamento que advém daquele “modo” cuja expressão “portuguesa” está entre *de* e *a*, “*de modo a*”, um “modo” que está no “meio” de alguma coisa, entre duas vertentes, ingênua impressão que se faz mais do que impressão quando se pensa naquele “modo” como algo cuja expressão vai de uma vertente à outra, a sair de um entorno e a desembocar em outro, sendo, ele mesmo, o “meio” pelo qual se tem de passar para atingir um fim, ou seja, uma *circunstância* que tem de ser experimentada, em encaminhamento de **substância** a **circunstância**, condução à circunstancialização da substância sem deposição da substancialidade, uma substância-arqui-*frame-lugar* que é o “modo” do qual metaforicamente se separa o comportamento equivalente à ideia de “a linguagem ser organizada” e a partir do qual “se dá suporte à evidência dos sentidos”; ora, a passagem por esse meio, iniciada por “*de – a*”, é um movimento metafórico de *lugar por onde*, desenhado como dois movimentos metafóricos, o de *lugar de onde* — *de modo* — e o de *lugar para onde* — *a dar* —, **lugares** entre os quais metaforicamente se realiza a movimentalidade físico-primeva que, re-metaforizando-se em abstratização, acolhe a intenção discursiva a dizer que

“o modo **a partir do** qual
a linguagem era organizada
é
um modo **a(d)**
dar suporte à evidência dos sentidos”,

conformação que embasa porque ontogenicamente acolhe o funcionamento advérbio-circunstancial segundo a imaginação pautada na movimentalidade entre substâncias representadas por lugares metafóricos.

Depois, o *arqui-frame-lugar* “dar” realiza movimento metafórico de *a(d)*proximação *a(d)* o também **lugar** e também *arqui-frame* “suporte”, substância imaterial à qual metaforicamente se *a(d)*proxima a substância imaterial “dar”, ou seja,

arqui-frame a se *a(d)*proximar metaforicamente *a(d)* *arqui-frame*,

lugar a metaforicamente *a(d)*proximar-se *a(d)* **lugar**,

lugar para onde, sempre movimento metafórico de *a(d)*proximação entre **pontos** de um espaço representativo do mundo, de um **lugar** *a(d)* outro, de um quadro representativo de uma porção do mundo *a(d)* outro, aqui a prescindir-se da entidade *a(d)* e de qualquer marca equivalente, porque o movimento está lá, no terreno da metáfora, na imagética da Língua, não na exigência de nossos sentidos, mas na invenção de nossas imagens:

dar suporte,

exato movimento de *a(d)*proximação segundo minha hipótese do “objeto direto” como um *lugar para onde*, em si mesmo estático, *aposto* em *parataxe* como determinação autônoma *relativamente à qual o verbo está* (veja-se o item I. 2, “**Sobre a natureza paratática do acusativo**”).

Depois, o mesmo *arqui-frame-lugar* “dar” realiza movimento metafórico de *a(d)*proximação *a(d)* o também **lugar** e também *arqui-frame* “evidência”, substância imaterial à qual metaforicamente se *a(d)*proxima a substância imaterial “dar”, ou seja,

arqui-frame a se *a(d)*proximar metaforicamente *a(d)* *arqui-frame*,

lugar a metaforicamente *a(d)*proximar-se *a(d)* **lugar**,

lugar para onde, sempre movimento metafórico de *a(d)*proximação entre **pontos** de um espaço representativo do mundo, de um **lugar** *a(d)* outro, de um quadro representativo de uma porção do mundo *a(d)* outro,

dar suporte à evidência,

construção *bitransitiva*, aquela *construção dativa* da qual a Linguística Cognitiva pretende distinguir a assim chamada “construção de movimento causado” (veja-se, aqui, minha objeção no Capítulo I, *caput*); para essas construções, que considero **ontogenicamente idênticas**, a **mesma** construção em sua inspiração espaço-movimental, ora prenuncio a apreciação analítica que proponho no item II. 4 (denominado, justamente, “**Apreciação analítica da imanência: análise do *continuum***”), à guisa da seguinte *ex-plicação* ontogênica:

a linguagem (...) dar suporte à evidência:

“a linguagem atuar sobre algum ‘suporte’, ***a(d)*proximando *a(d)*** ele o **comportamento** de ‘dar’ — então dando ‘suporte’ —”, movimento de *lugar para onde* emblemático da atuação direta sobre um objeto, ou seja, movimento voltado para o lugar-objeto — “suporte” — que é o escopo do comportamento, isto é, movimento ontológico-fenomênico de *lugar para onde* linguisticamente formalizado por meio da expressão de um verbo — aquilo que, por excelência, expressa um comportamento — e da expressão diretamente ***aposit-iva*** — ***para-tática*** — do objeto sobre o qual atua o comportamento, então movimento de *lugar para onde* “gramaticalizado” na expressão *verbo – objeto direto*,

“e tendo a evidência como o destinatário de ‘dar’, então ***a(d)*proximando esse comportamento *a(d)*** o objeto ‘a evidência’”, movimento voltado para o lugar-objeto — “a evidência” — que é o destinatário do comportamento — “dar” — que, por sua vez, potencialmente já se voltara para o lugar-objeto que é seu escopo — “suporte” —, ou seja, estrito movimento de *lugar para onde*, como tal formalizado representacionalmente na Língua, representativo de sua própria denotatividade de deslocamento físico a desembocar em lugar abstrativo, que, entretanto, é quadro representativo de uma porção concretiva do mundo, aqui-*frame* a receber o comportamento, e, como tal, é **ponto** de um espaço representativo do mundo, é um **lugar** componente da galeria de lugares entre os quais se dá a movimentalidade da Língua, movimentalidade incessante que a ontogerou e a faz ser o arsenal de mobilidade que ela é.

Minha maneira de expressão pretende mesmo enfatizar a “produtividade viral” que, para o que proponho como ontogênese da Língua, bem parece caracterizar uma mobilidade incessante, em que os movimentos se reiteram construindo os sentidos. Reiteram-se porque obedecem a uma tipologia mínima, restrita

1. à **estagnação**

do *não-movimento*,

2. à **perambulação**

do *movimento irresoluto* (veja-se o Capítulo I, *caput*),

3. à **caracterização**

do *movimento separativo* (veja-se o § 2º do subitem I. 1. 1),

4. à **hesitação entre movimento próprio e aposição paratática**

do *movimento aproximativo*,

reducionismo acorde com a natureza *genérica* e *ge(ne)radora* da inspiração inicial. Esses quatro movimentos ontológicos bastam para a ontologia da mobilidade da Língua (veja-se o § 1º do subitem I. 1. 1) e representam potência ali imanente a atualizar-se numa espécie de turbilhão produtivo.

Alheia à perífrase “portuguesa”

dar suporte a,

de

dar suporte à evidência,

a expressão “inglesa” realiza, entretanto, idêntico movimento de *lugar para onde*:

to support the evidence,

de

the language (...) was (...) ordered in such a way as to support the evidence,

imagem de prospecção reiteradamente marcada no infinitivo,

to,

que interpreto como uma espécie de projeção de todo e qualquer comportamento não-desenvolvido, não-conjugado em nenhuma determinação frasal, então tomado em sua nominalidade de substância como algo potencial. Por óbvio, rejeito, quanto a essa “preposição”, explicações correntes como

“(…) *prep* used before a verb to show that it is in the infinitive (…)”
(CAMBRIDGE INTERNATIONAL DICTIONARY OF ENGLISH, 1995),

de fato mais descrição de “uso” do que explicação, mas o procedimento descritivo parece fazer as vezes de uma explicação finalista, espécie de finalismo didático segundo o qual afirmar *para que é usada* uma entidade linguística equivaleria a explicitar sua causa final, todavia sem entrever *por que é usada* e sobretudo sem indagar *o que ela é*. Esse procedimento, recorrente para os discursos gramaticais e para os discursos lexicográficos, reduz a equivalência do que seria a causa final a uma **causa final secundária**, aqui “para mostrar que a **outra entidade linguística** — o verbo — *está em infinitivo*”, passando-se ao largo de qualquer especulação ontogênica, muito ao largo de qualquer revelação sobre a linguagem e sobre a natureza da Língua. Sintomaticamente, essa revelação é esboçada como realidade possível:

“(…) To is used after some verbs, especially when the action referred to in the infinitive is to happen later: *She agreed to help. (...)*” (*idem*),

texto que segue imediatamente o anterior (*idem*) e é mesmo sintoma da intuição que podemos desenvolver sobre a Língua, quase ultrapassando a limitação do procedimento descritivo, mas permanecendo “a um passo” da ultrapassagem (veja-se o título deste capítulo), cuja barreira é sempre o mesmo *passo*, o próprio *passo* de ingresso para o

interior da Língua, o que reputo como *um grau faltante*, apenas *um grau*, fundamental porém para a intelecção das relações realmente travadas naquela realidade, relações de elemento a elemento, de um a um, segundo a natureza de cada um, segundo a semântica das relações. Ali, a “postergação da ação referida ao infinitivo” não é um acaso, mas é coadunação entre ela mesma e o que proponho como carácter prospectivo daquela “preposição”, numa iconicidade atribuída pelo discurso à expressão linguística, iconicidade em que a semântica discursiva parece convidar a expressão linguística a emoldurá-la. Em West (1993 [1979], p. 43), o infinitivo anunciado por *to* é sempre um *arqui-frame-lugar*, “suportar”,

(to) support,

que aí realiza movimento metafórico de *a(d)*proximação *a(d)* o também **lugar** e também *arqui-frame* “evidência”,

(the) evidence,

substância imaterial à qual metaforicamente se *a(d)*proxima a substância imaterial “suportar”, ou seja,

arqui-frame a se *a(d)*proximar metaforicamente *a(d)* *arqui-frame*,

lugar a metaforicamente *a(d)*proximar-se *a(d)* **lugar**,

lugar para onde, sempre movimento metafórico de *a(d)*proximação entre **pontos** de um espaço representativo do mundo, de um **lugar** *a(d)* outro, de um quadro representativo de uma porção do mundo *a(d)* outro, aqui a prescindir-se da entidade “*a(d)*”, *to*, e de qualquer marca equivalente, porque o movimento está lá, no terreno da metáfora, na imagética da Língua, não na exigência de nossos sentidos, mas na invenção de nossas imagens:

to support the evidence,

exato movimento de *a(d)*proximação segundo minha hipótese do “objeto direto” como um *lugar para onde*, em si mesmo estático, *aposto* em *parataxe* como determinação autônoma *relativamente à qual o verbo está* (veja-se o item I. 2, “**Sobre a natureza paratática do acusativo**”).

Essa substância “*evidence*”, idêntica àquela substância “*evidência*”, ou seja, esse (único) *arqui-frame-lugar*, para o discurso destacado não é qualquer *arqui-frame-lugar*, mas é um *arqui-frame-lugar* que deve ser **caracterizado** por outro *arqui-frame-lugar*, e isso busca e encontra na ontogenia da Língua o movimento metafórico a desenhar a imagem de separação, afastamento, origem, movimento imaginativo do lugar de onde proveio aquela substância “*evidence*”/“*evidência*”, movimento metafórico de *lugar de onde*. Esse lugar é o lugar “dos sentidos”; é da substância imaterial “sentido(s)”,

(*os*) *sentido(s)* / (*the*) *sense(s)*,

é desse também *arqui-frame-lugar*, é daí que metaforicamente provém a substância-*arqui-frame-lugar* “*evidence*”/“*evidência*” para que, **a partir daí**, essa substância seja caracterizada no discurso veiculado pela Língua, a explicitar-se de qual “*evidence*”/“*evidência*” se trata, a “*evidence*”/“*evidência*” que pertencia ao lugar “dos sentidos”, a “*evidence*”/“*evidência*” que estava no interior desse *arqui-frame-lugar* e **de lá** se afastou carregando-lhe as características e assim se caracterizando a si mesma, co-função discursiva da ontogenia linguística, função linguística de uma ontologia possível,

a evidência dos sentidos,

the evidence of the senses,

em

dar suporte à evidência dos sentidos,

ou seja,

to support the evidence of the senses,

isto é, de todo o conjunto “sentido(s)” que possa existir, desse *arqui-frame* inteiro, daí metaforicamente se extrai um de seus teoricamente infinitos elementos possíveis, que é o elemento “evidência”, extração metafórica a fazer aflorar no texto a especificidade da “evidência” em questão.

Essa “evidência”, metaforicamente extraída e então discursivamente definida, pode, do ponto de vista do que denomino “Sintaxe discursiva” (veja-se o Capítulo I, *caput*), ser entendida propriamente como o *efeito* de “ver os sentidos a partir de algum lugar além de nós”, à equivalência de “prova (material)” daquilo que pode “ser visto a partir de algum lugar além de nós”, entendimento que faz atribuir ao sintagma *dos sentidos* a função sintática de adjunto adnominal do sintagma *evidência*, mas, do mesmo ponto de vista, aquela mesma “evidência” pode ser entendida como o *ato* de “ver os sentidos a partir de algum lugar além de nós”, à equivalência de “evidenciação” daquilo que pode “ser visto a partir de algum lugar além de nós”, o próprio ato de “evidenciar os sentidos”, entendimento que então faz atribuir ao sintagma *dos sentidos* a função sintática de complemento nominal do sintagma *evidência*. Essa distinção é improfícua do ponto de vista da ontogenia que pretendo, porque se trata aí de duas possíveis especificações semântico-discursivas alocadas na **mesma formulação “sintática”**; ora, essa formulação é sempre **mesma** porque não depõe sua própria ontogenia, cuja semântica estrutural permanece, e permanece para acolher as semânticas discursivas que se lhe possam coadunar; observem-se, no item II. 5 deste estudo, minhas considerações justamente sobre **“Potência ontogênica; ato discursivo”** (veja-se o título do item). Para a apreciação da formulação, basta a inteligência da ontogenia, basta inteligir que as especificações semântico-discursivas estão em sutil relação com as injunções contextuais e cabem na imaginação primeva da Língua. Meu procedimento *ana-lítico – ex-plic-ativo* procura mesmo desnudar a Língua de suas camadas discursivas, porque essas camadas não são verdadeiramente suas, mas são-lhe incorporadas na legitimidade das injunções históricas e na coerência entre a semântica atrelada a essas injunções e a semântica da imaginação primeva, legitimidade e coerência entretanto acessórias ao que há de estreitamente

molecular na Língua. Essa estreiteza, reducionista, alarga-se às demandas residuais daquelas injunções, às solicitações que incidem sobre o funcionamento da Língua a serviço do funcionamento da vida; não é nesse alargamento que se deve centrar o olhar que indague sobre a Língua, porque a Língua não está aí, estando, ao invés, naquela *estreiteza generosa*, por isso mesmo *ampla*, que não só resiste à História, mas generosamente a nutre a cada uma das incessantes demandas especificativas. É nessa estreiteza, nessa redução da Língua a si mesma, nessa espécie de ossatura aparentemente antiestética, é aí que está a beleza minimalista do que a Língua, ela mesma, é.

Novamente a **mesma formulação “sintática”**, novamente sobre a **mesma base** preposicional *de* na expressão “portuguesa”, *of* na expressão “inglesa”, novamente a **mesma imagem movimental de lugar de onde**, rigorosamente o **mesmo movimento de lugar de onde**, ele mesmo, é o que caracteriza o problema em questão, que é o problema

do tempo e do espaço,

of time and space,

em

o problema do tempo e do espaço,

ou seja,

the problem of time and space,

uma vez derivado o “problema” de cada interioridade em que ele estava, a que ele metaforicamente pertencia e com que partilhava características, então assim se caracterizando a si mesmo, ou seja, de todo o conjunto “tempo” e de todo o conjunto “espaço” que possam existir, de cada um desses *arqui-frames* inteiros, daí metaforicamente se extrai um de seus teoricamente infinitos elementos possíveis, que é o elemento “problema”, extração metafórica a fazer aflorar no texto a especificidade do “problema” em questão, **a partir da** também substância imaterial “tempo”, desdobrada da

substância concretiva “espaço”²⁰², as duas apresentadas como duas — “tempo” e “espaço” —, divisão que já prenuncia “o problema”. Ali, “ambas” representam **lugares**, **pontos** de um espaço representativo do mundo, o “tempo” a representar um **ponto** do espaço, e o “espaço” a representar um **ponto** do próprio espaço, **pontos** de origem, separação, afastamento, **a partir dos** quais metaforicamente se separa e afasta o também **lugar**-*arqui-frame* “problema”, assim como o comportamento de

“*quebrar a cabeça*” / “*stubb the brain*”

(note-se a irmandade das metáforas, quase uma só,

considerada a relação metonímica entre

“bater” e “quebrar”

e entre

“cabeça” e “cérebro”)

se afastara do **lugar**-*arqui-frame* “tempo(s)”,

ora

“*tempos i(n)-memoriais*”,

“*time im-memorial*”,

“tempo(s) sem memória”, porque remoto(s), afastado(s) de nós, em plural na expressão “portuguesa” a imagetizar, segundo minha interpretação, o grande conjunto de unidades temporais sucessivas que nós imaginamos que componham “*o(s) tempo(s)*”:

desde *tempos imemoriais* / *from* *time immemorial*

(“construções” que já apresentei como construção una,

imgeticamente irmanadas as “preposições”),

²⁰² Este me é momento oportuno para explicitar minha cunhagem do adjetivo *concretivo*: o espaço não é substância propriamente *concreta*, mas, como conjunto de coordenadas referenciais locativas, também não é propriamente substância abstrata, imaterial, como entendemos o tempo. Atribuo, pois, ao espaço a “*concretividade*” segundo o percebemos como conjunto de lugares físicos inter-referenciados.

desde tempos imemoriais,
estudiosos, filósofos e pensadores têm quebrado a cabeça,

from time immemorial,
scholars, philosophers and thinkers have stubbed their brains,

tendo-se dado esse afastamento segundo aquele igual movimento metafórico de *lugar de onde*, **caracterizador** do comportamento (considerada a relação metonímica entre o comportamento e o lugar de onde ele provém),

“*quebrar a cabeça*” / “*stubb the brain*”,

um comportamento encetado remotamente, em tempo(s) remoto(s),

desde tempos imemoriais / from time immemorial,

desde quando os agentes que se comportam “**(de)têm**” **algo**, muito metaforicamente — e, para mim, em alta iconicidade — “seguram” algo, < *tenent*²⁰³,

têm / have,

e, na aparência da frase, o que metaforicamente “*têm*”, como que nas mãos, é o próprio núcleo do comportamento,

quebrado (a cabeça) / stubbed (their brains),

núcleo expresso em particípio perfeito a imagetizar, segundo minha interpretação, o resultado particípio-adjetival do comportamento, como a caracterizar-se o próprio objeto do comportamento por meio de sua adjetivação participial, à guisa da expressão “francesa” que regularmente faz o particípio perfeito qualificador do “objeto direto” concordar com o próprio objeto, na esteira de uma dedução analógica segundo a qual

²⁰³ *ter* < “**tenēō**, *tenūi*, *tentum*, 2 [*ten-: cf. *tendo* (...)], *tr.* e *i.* **1.** Ter, segurar (com idea de continuidade ou duração). (...) **2.** Possuir; ocupar; ser senhor de; obter; adquirir (...) **3.** Manter imóvel; parar; manter; reter; conter; suspender; estancar; fazer parar. **4.** Ter na mente; lembrar-se; conservar na mente. **5.**

“se tenho quebrado a cabeça,
então a tenho quebrada”,

construção em que o *predicativo do objeto* — *quebrada* — o predica participialmente e afasta a hipótese de que aí se trate de “locução verbal”, tratando-se, ao invés, de plena sintaxe, com plenas relações sintaticosseânticas de elemento a elemento, apenas *desmarcadas* no esmaecimento de concordância da expressão “portuguesa”. Assim, segundo a leitura que pretendo, o que os agentes do comportamento “(de)têm”, para além da aparência da frase e na efetividade de uma ontogenia possível, é o componente “objeto direto”, ali

a cabeça,

their brains,

“objeto” fenomênico sobre o qual diretamente incide o comportamento de

“*quebrar*” / “*stubb*”.

Por sua vez, categorizar as representações da substância material

“*cabeça*” / “*brain(s)*”

como “objetos (diretos)” daquilo que seria a “locução verbal” na expressão linguística correspondente me parece altamente insatisfatório para uma ontogenia pretendida, por ser vago para a iconicidade almejada. Ser “objeto” de uma “locução” não iconiza na Língua aquilo de que uma entidade é objeto no mundo, porque a “locução”, sendo um compósito, carece, ela mesma, de iconicidade, se vista como locução; rigorosamente, carece de uma semântica própria, ontogenicamente válida, uma vez que não se atribua a cada componente seu uma semântica ontogenicamente satisfatória, atribuindo-se ao conjunto uma semântica “global” que não permite postular funções correlatas. Ou seja, se, em

estudiosos, filósofos e pensadores têm quebrado a cabeça,
scholars, philosophers and thinkers have stubbed their brains,

se entende(m)

têm quebrado,
have stubbed,

como “locução” (“locuções”), a pretensão do conjunto encampa o que poderia ser a semântica de cada parte e neutraliza a vocação sintática aí disposta. Segundo o que proponho, naquela(s) realização(-ções) o componente

têm,
have,

guarda a semântica que lhe é própria e realiza o movimento sintático de incidir não sobre o componente participial *quebrado / stubbed*, que meramente se lhe segue na linearidade da frase, mas sobre o componente

a cabeça,
their brains,

“objeto direto”, de que

quebrado,
stubbed,

é **predicativo**, *desmarcada* a concordância na expressão “portuguesa”, esmaecida por um processo de gramaticalização relativamente profundo, segundo a hipótese que proponho, mas já minha maneira de caracterizar tal processo como “relativamente profundo”, expressão que beira incoerência, indicia uma “relativa descrença” no processo, não como

processo real, mas como processo realmente bastante para re-direcionar a Língua e conformar as análises, processo que, aqui, em minha “**Conclusão Essencialíssima**”, qualifico como algo “que muito não ultrapassa a cristalização de certo acidente de uso”:

“(...) **o escopo não pode ser a gramaticalização**, que muito não ultrapassa a cristalização de certo acidente de uso, cuja possibilidade apenas indicia a ontogenia que busco; mais luminoso é **partir da gramaticalização e então recuar a seu possível fundamento ontológico (...)**”,

considerações com que não pretendo nem rebaixar o processo nem quitar-lhe a natureza de fenômeno, razão mesma por que busco “**seu possível fundamento ontológico**” e o busco dentro da Língua, relativizando a importância que temos dado ao fenômeno como fenômeno em si mesmo e procurando realocar essa importância no interior da própria Língua, “em sua natureza molecular, em sua dimensão intra-motivacional”:

“Perceber a gramaticalização foi importante como acontecimento teórico porque equivaleu a perceber a mudança acompanhada de suas consequências rigorosamente morfossintáticas,
mas isso ainda não é entender a Língua em sua natureza molecular,
em sua dimensão intra-motivacional,
a prescindir de forças externas como uso e condições discursivas. (...)”,

ora considerações que esboço no Capítulo III, *caput*, deste estudo, e também prenuncio aqui, na convicção de que “**o escopo não pode ser a gramaticalização**”, mas, ao contrário, devemos “**partir da gramaticalização e então recuar a seu possível fundamento ontológico**”, e assim

“(...) propor a gramaticalização como ponto de partida
e não como ponto de chegada (...)”,

exortação que formulo no mesmo contexto do Capítulo III, na intenção de que se aproveite o fenômeno não como pista daquilo que na Língua seja suscetível de gramaticalizar-se — aquilatação difícil e improvável —, mas como índice da coadunação entre estádios sucessivos, entre mutante e mudado, entre a natureza sintaticosseântica de um e a do outro, ou seja, como índice da *natureza semântica da sintaxe da Língua*.

Assim se categorizem as representações da substância material

“*cabeça*” / “*brain(s)*”

como “objetos (diretos)” do componente

têm,

have,

que guarda a semântica que lhe é própria não por cristalização de uma imanência imune à mutabilidade, mas por força de um núcleo semântico imanente que, justamente por ser imanente, acolhe o mote da mudança com braços fortes e com a receptividade produtiva daquilo que se presta à (re)abstratização que a vida espiritual requer. Observe-se que, na composição do verbete de *tenēre* elaborada por Torrinha (1945 [1937])²⁰⁴, parece perpassar um fio de sentido concretivo que confere ao étimo da resultância românica uma ideia de “permanência”, já prenunciada pela raiz **ten*, sintomaticamente presente também em *tendere*, “tender para” (*idem*), movimento de avanço-*lugar-para-onde* — oposto ao abandono-*lugar-de-onde* —, um avanço que se pode es-*tender* em permanência,

“**tenĕo**, tenŭi, tentum, 2 [*ten-: cf. *tendo* (...)], *tr.* e *i.* **1.** Ter, segurar (com idea de continuidade ou duração). (...) **2.** Possuir; ocupar; ser senhor de; obter; adquirir (...) **3.** Manter imóvel; parar; manter; reter; conter; suspender; estancar; fazer parar. **4.** Ter na mente; lembrar-se; conservar na mente. **5.** Compreender; saber; perceber. **6.** Conservar; guardar; manter,^[sic: vírgula por ponto e vírgula] observar. **7.** Afirmar; sustentar. (...)” (TORRINHA, 1945 [1937]):

²⁰⁴ Veja-se a nota imediatamente anterior.

- “segurar”
- ↓
- “re-ter”
- ↓
- “man-ter”
- ↓
- “guardar”
- ↓
- “con-servar (na mente)”

- “ob-ter”
- ↓
- “con-ter”
- ↓
- “com-preender”
- ↓
- “ocupar” → “possuir”
- ↓
- “sustentar”

ideias ligadas ao “ter” físico-concretivo, extensíveis a um “ter” espiritual-abstrativo, desde o “segurar (com as mãos)” até o “conservar (na mente)”, desde a imagnetização patentemente física de “ob-ter” até a noção altamente culturalizada de “ocupação e posse”, passando-se pela amplitude da *preensiva* ideia de “com-preender”, chegando-se à ultra-física e, a um tempo, ultra-abstrativa ideia de “*su(b)s*-tentar”, sempre “com ideia de continuidade ou duração” (*supra*), jamais olvidada a ideia de “permanência”, como a refletir a própria permanência da concretividade na abstratização. É sobre essa

abstratização que, já no seio de uma abstratização “metalinguística”, se vê efetuada a *forma* presente em

ter quebrado a cabeça,

have stubbed the brain,

em que o “ter” físico-concretivo se abstratiza no “*de-ter-se* sobre o componente ‘objeto direto’”,

a cabeça,

their brains,

meta-abstratiza-se no “*con-ter* o objeto”, e, então, como que secundariamente, à guisa mesmo de predicção, *a(d)*proxima-se *a(d)* esse objeto, *a(d)* essa substância material, que é também um *arqui-frame* e representa um **lugar** na formulação linguística, aí metaforicamente se *a(d)*proxima o resultativo comportamento de

“*quebrar*” / “*stubb*”,

mais uma vez em movimento de lugar para onde

(*estudiosos, filósofos e pensadores*) *têm a cabeça* (*quebrad-*),

(*scholars, philosophers and thinkers*) *have their brains* (*stubbed*),

exato movimento de *a(d)*proximação segundo minha hipótese do “objeto direto” como um *lugar para onde*, em si mesmo estático, *aposto* em *parataxe* como determinação autônoma *relativamente à qual o verbo está* (veja-se o item I. 2, “**Sobre a natureza paratática do acusativo**”), um objeto *predicado* por seu(s) *predicativo(s)* participial(-is) (veja-se, no segmento inicial deste capítulo, minha reflexão sobre os predicativos).

O mesmo exato movimento de *a(d)*proximação, *lugar para onde*, é a metáfora por meio da qual se explicita no texto o que é que “estudiosos, filósofos e pensadores esperavam resolver”, que é “*o problema*” com o qual “*têm quebrado a cabeça*”. Para explicitar a completa relação

resolver o problema,

(to) solve the problem,

novamente segundo minha hipótese do “objeto direto” como um *lugar para onde*, em si mesmo estático, *aposto* em *parataxe* como determinação autônoma *relativamente à qual o verbo está* (novamente se veja o item I. 2, “**Sobre a natureza paratática do acusativo**”), novamente se imagetiza na Língua o movimento (novamente e sempre movimento) de *lugar para onde*, em que a ideia fundamentalmente concretiva de “*des*”²⁰⁵-

²⁰⁵ “**des-**
pref.

(...) De grande vitalidade na língua, exprime, entre outras, as seguintes ideias: **a**) ‘ação contrária àquela expressa pelo termo primitivo’ (*desfazer, desabituar, desabrigar, desiludir, despentear*); **b**) ‘oposição ou valor contrário ou oposto ao indicado pelo termo original’ (*desafeto, desfavorável*); **c**) ‘cessação de um estado ou uma situação anterior’ (*desaparecido, desaparecer*); **d**) ‘coisa ou ação malfeita’ (*desgoverno*); **e**) ‘negação’ (*desleal, descortês*); **f**) ‘ausência ou falta’ (*desconforto, descontrole, destemor*); **g**) ‘**separação ou afastamento**’ (*desmembrar, desterrar*) [os negritos são meus]; **h**) ‘mudança de aspecto’ (*desfigurar*). Serve ainda para reforçar a ideia expressa pelo termo a que se liga (*desinfeliz, desinquieta*).

[F.: De or. contrv[.]; posv. do lat. *dis-* ou da junção das prep. lat. *de* e *ex*. Cf.: *de-*.]

(DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital);

“**de-**
pref.

(...) Ocorre em inúmeros vocábulos, muitos dos quais formados no próprio latim, ou no português ou em outra língua moderna, ger. com o sentido de: ‘movimento de cima para baixo’ (*defluxo*); ‘**afastamento, separação**’ (*demover*) [o negrito é meu]; ‘**extração**’ (*depenar*) [o negrito é meu]; ‘redução, diminuição’ (*deduzir, decrescer*); ‘intensidade, continuidade ou progressão’ (*dessudação; decair*); ‘oposição ou negação’ (*decompor*).

[F.: Da prep. lat. *de*, ‘de cima de’; ‘fora de’; ‘**originário ou procedente de**’ [o negrito é meu]; ‘em’; ‘sobre’, etc.]”

(*idem*):

note-se que todas as decodificações semânticas da **entidade una** representada pelos “prefixos” *des-* e *de-* se subsumem à ideia geral de “**separação ou afastamento**” (*supra*; o negrito é meu): “oposição ou contrariedade” ao sentido anterior como **afastamento** a partir desse sentido; “cessação” do sentido anterior como **afastamento** a partir desse sentido; “negação” do sentido anterior como **afastamento** a partir desse sentido; “ausência [< *abs-entia*] ou falta” do sentido anterior como **afastamento** a partir desse sentido; “redução, diminuição” do sentido anterior como **afastamento** a partir desse sentido na chave de

membrar algo”, abstratizada em “*des*-manchar algo”, *dis*-*solvendo*-o, *dis*-*sipando*-o, *dis*-*persando*-o, *re*-*solvendo*-o, é uma ideia que pode ser concebida como substância imaterial, assim como qualquer ideia pode ser concebida como tal, porque, segundo o que proponho, imagetizar uma “substância imaterial” é um modo de conceber qualquer ideia que se possa subsumir à substância de um “isto” relacional para a representação linguística, aqui uma substância que metaforicamente se *a(d)*proxima àquele “objeto”, incide e atua sobre ele para que ele saia do emaranhado em que estava e no qual as partes que lhe são constitutivas não se viam como tais porque não se viam com clareza; uma vez *re*-*solvido*, um “problema” entendido como obscuridade²⁰⁶ talvez deixe de ser “um problema” e passe a ser clareza, efetuada a *aná*-*lise*, efetivada a *re*-*solução*. É preciso que o comportamento *re*-*solutivo* fenomenicamente se *a(d)*proxime ao emaranhado, e um modo possível de *dizer* isso em Língua é *imagetizar* a *a(d)*proximação, aí a *a(d)*proximação metafórica do comportamento substância-infinitiva, que é também *arqui*-*frame*, representado por

resolver,

certo “*ex*-gotamento” de sua essência, então “reduzida”, “diminuída”, “esgotada”; “intensidade, continuidade ou progressão” do sentido anterior como **afastamento** a partir desse sentido ora na chave de certa “**extração**” de sua essência, então “continuada”, “intensificada”; o “malfeito” como **afastamento** a partir do “bem-feito”; “mudança de aspecto” como **afastamento** a partir do aspecto anterior, decodificação sintomaticamente exemplificada pela ideia de “figura”, “*desfigurar*” (*supra*). Ou seja, todas as especificações semânticas se desdobram da ideia geral de “**separação ou afastamento**” (*supra*; o negrito é meu), incluídas as altamente desdobradas decodificações etimológicas “em” e “sobre”, graciosamente seguidas de vírgula e de “etc.” (*supra*), e incluída a função de “reforçar a ideia expressa pelo termo a que [o “prefixo”] se liga (*desinfeliz, desinquieta*)” (*supra*), reforço que rigorosamente incide não sobre “a ideia expressa pelo termo a que [o “prefixo”] se liga”, mas sobre o próprio “prefixo”, em coerente redundância, **afastamento** a partir do sentido do “termo original”, sempre, pois, ideia de “**separação ou afastamento**” (*supra*; o negrito é meu), ideia *ge(ne)*ral, *ge(ne)*radora, ampla, ontogênica, desenhada pelo metafórico movimento correspondente, **movimento imaginativo de origem, separação, afastamento**, movimento de *lugar de onde*

²⁰⁶ “Πρόβλημα, ατος, s. n. (προ-βάλλω [étimo; veja-se, no item II. 4, minha interpretação acerca de *prō*, em expressão “latina”]) || saliente, cabo, promontório, cúspide || obstáculo || protecção, armadura, abrigo || pretexto || questão controvertida, problema.” (PEREIRA, 1961 [1951]):

note-se a *contiguidade semântica*, de “acidente geográfico” que se interpõe, especializado em “obstáculo” propriamente dito e remetaforizado em “problema”, à inversão dessa remetaforização ora como “protecção”, por sua vez reabstratizada em “pretexto”, espécie de “protecção discursiva”, sem deposição da imagem físico-concretiva de “algo interposto” que estorva ou protege, para mal ou para bem

(to) solve,

ao também *arqui-frame* substância-substantiva, representado por

(o) problema,

(the) problem,

ou seja, *a(d)*proximação de uma substância *a(d)* outra, *a(d)*proximação entre substâncias linguisticamente representadas por substantivos, o substantivo infinitivo *resolver* / *(to) solve* e o substantivo propriamente dito *(o) problema* / *(the) problem*, substâncias do mundo como tais representadas por **pontos** do mundo, **lugares** do mundo, então movimento metafórico entre lugares metafóricos, ou seja,

arqui-frame a se *a(d)*proximar metaforicamente *a(d)* *arqui-frame*,

lugar a metaforicamente *a(d)*proximar-se *a(d)* **lugar**,

lugar para onde, sempre movimento metafórico de *a(d)*proximação entre **pontos** de um espaço representativo do mundo, de um **lugar** *a(d)* outro, de um quadro representativo de uma porção do mundo *a(d)* outro, aqui a prescindir-se parataticamente da entidade “*a(d)*”/to entre o verbo e o “objeto”, e de qualquer marca equivalente, porque o movimento está lá, no terreno da metáfora, na imagética da Língua, não na exigência de nossos sentidos, mas na invenção de nossas imagens.

A mesma imagem é a ontogênese de

esperavam resolver,

hoped to solve,

em que ora o comportamento substância-infinitiva *resolver* / *(to) solve* representa o objeto da espera instrumentalizada pela linguagem,

“a linguagem
 com que
 estudiosos, filósofos e pensadores
 esperavam resolver o problema”,

uma espera exatificada como o *ato* de esperar, um comportamento que tem como agentes “estudiosos”, “filósofos” e “pensadores” e cuja expressão, marcadamente em “português”, então *con-corda* com a pluralidade dos agentes, *esperavam*, assim bem um comportamento que tem como escopo outro comportamento, que é aquela substância-infinitiva *resolver / (to) solve*, **ponto** do mundo, **lugar** para onde se dirige o ato da espera, à mesma imagem segundo a qual essa mesma substância-infinitiva *resolver / (to) solve* é **lugar** que se dirige, ele mesmo, ao *arqui-frame* substância-substantiva (*o*) *problema*. Quando entifico um infinitivo, não estou fazendo algo diverso de entificar qualquer outro substantivo, porque o infinitivo, representando um comportamento em si mesmo, representa exatamente um “isto”, um “isso”, assim como qualquer outro substantivo, ou seja, o infinitivo *é* exatamente um substantivo. No limite, entificar qualquer substantivo — abstrat(iv)o que seja, infinitivo que seja — é um ato de desnecessidade representacional, porque qualquer substantivo — abstrat(iv)o que seja, infinitivo que seja — representa exatamente um “isso”; como tal, representa, segundo o que proponho, uma entidade móvel, dotada de mobilidade, uma entidade que só se concebe assim dotada, cujo *ser* só *é* mediante a concepção da mobilidade essencial:

“(…) a determinação da essência do ser não é possível sem uma visão essencial da mobilidade em si (...)” (HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 256).

É assim que proponho o movimento e a estagnação²⁰⁷ como imagetizações possíveis para a intelecção da Língua e necessárias para a inteligência de suas relações.

²⁰⁷ Veja-se, aqui, a nota 26.

Na movimentalidade da expressão “portuguesa”, na mesma movimentalidade da expressão “inglesa”, temos ali um comportamento escopo de outro comportamento, e parece que nada de estranho encontramos nisso, porque o fim de um comportamento é um “algo” *qualquer* em função do qual o comportamento se realiza, é a causa final sua, seja ela qual for, então é um “isto” que pode ser uma substância material, uma substância imaterial, uma substância imaterial comportamental, bem como uma substância imaterial pronominal como o “isto” formalizado *que* e seus equivalentes em “outras línguas”, entidade que destituo da classificação de “conjunção integrante” e interpreto como **pronome demonstrativo substantivo** (veja-se, *passim* neste estudo, especialmente este capítulo; veja-se também ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*), a que arqueologicamente propugno que **se aponha** (veja-se *idem*), em **parataxe**, a oração que se lhe segue, ou seja, o fim de um comportamento é absolutamente *qualquer* objeto em qualquer sentido possível, desde

*estudiosos, filósofos e pensadores
esperavam os livros,*

*scholars, philosophers and thinkers
waited for the books,*

ou

*estudiosos, filósofos e pensadores
esperavam a resolução da questão,*

*scholars, philosophers and thinkers
waited for / hoped the matter to be solved,*

até

*estudiosos, filósofos e pensadores
esperavam resolver o problema,*

*scholars, philosophers and thinkers
hoped to solve the problem,*

ou

*estudiosos, filósofos e pensadores
esperavam que os cabelos de Medusa fossem penteados,*

*scholars, philosophers and thinkers
hoped that Medusa's hair could be combed,*

*percebendo que a linguagem era organizada,
realising that the language was ordered.*

Ora, a mesma relação que há entre

esperavam / waited

e

os livros / the books

é a que há entre

esperavam / waited / hoped

e

a resolução / the matter to be solved,

“o ser resolvida a matéria”,

“(para) (o) ser resolvida a matéria”,

e entre

esperavam / hoped

e

resolver / solve

e entre

esperavam / hoped

e

que :

os cabelos de Medusa fossem penteados

/

that :

Medusa's hair could be combed,

igual a

percebendo / realising

e

que :

a linguagem era organizada

/

that :

the language was ordered,

em que a

que,

that,

se apõe **parataticamente** não a continuidade de cada expressão oracional, mas cada expressão oracional inteira, de que excluo o pronome, porque o considero **substância** (imaterial) em si mesma, **demonstrativa** e pré-resumitiva daquilo que se lhe aporá (veja-se, *passim* neste estudo, especialmente este capítulo; veja-se também ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*), ou seja, a relação entre comportamento e “objeto” concreto é imagetivamente igual à relação entre comportamento e “objeto” abstrativo, imagetivamente igual à relação entre comportamento e “objeto” comportamental, imagetivamente igual à relação entre comportamento e “objeto” pronominal, sempre a mesma natureza relacional componente de *qualquer* sentido possível, sempre a mesma relação de $a(d)$ proximação, seja $a(d)$ um “objeto” pronominal, seja $a(d)$ um “objeto” concreto, seja $a(d)$ um “objeto” abstrativo, seja $a(d)$ um “objeto” comportamental, aí $a(d)$ proximação de um comportamento $a(d)$ outro comportamento, sempre em movimento de *lugar para onde*, regularmente marcado na expressão “inglesa” por “preposição” $a(d)$ proximativa,

for, “in relation **to**” (CAMBRIDGE INTERNATIONAL DICTIONARY OF ENGLISH, 1995; o negrito é meu),

to, “in the direction of” (*idem*),

passo em que o *Dictionary* de Cambridge explicita o sentido movimental de *to*, “in the direction of”, um sentido entre outros, como sói nos textos de referência, em princípio jamais fazendo que os outros sentidos se subsumam àquele, como se não lhe fossem, todos, desdobramentos especificativos; ali, a intelecção

“esperavam **para**”,

waited for (the books),

hoped to (solve (the problem)),

é mesmo uma intelecção ontogenicamente válida, dispensando-se, mais uma vez, a exigência desta ou daquela natureza semântico-pragmática da referência correspondente

ao objeto da espera, nada importando se se esperam “*livros*” ou se se espera “*resolver* algo” ou se se espera(m) “*pentear cabelos impenteáveis*”, mas não se dispensando a observação da natureza semântica da referência correspondente ao verbo “regente”, ou seja, a natureza semântica do comportamento que metaforicamente se *a(d)*proxima: o verbo da espera, *esperavam*, é, por natureza, um verbo de semântica prospectiva, porque “esperar” é carecer no momento presente e então *pro-jetar* (a momento futuro) a satisfação daquilo de que se carece, fazendo-se em certa medida confundir

a finalidade *para que* se espera

com

o próprio objeto *que* se espera,

uma vez que aquilo que se espera é a finalidade do comportamento de “esperar”. Segundo o que proponho, isso não é o que motiva a imaginação do movimento *a(d)*proximativo, que já é motivada pela relação paratático-apositiva entre o comportamento, ali representado, e seu possível “objeto”, ali apostado como determinação autônoma *relativamente à qual o verbo está* (veja-se o item I. 2, “**Sobre a natureza paratática do acusativo**”), mas é o que motiva o acionamento da “preposição” como índice de que há ali a potência de um movimento *a(d)*proximativo, dada aquela relação paratático-apositiva entre o comportamento e seu possível “objeto”, uma relação propícia para acolher a imagnetização do movimento. Aí está, mais uma vez, um fenômeno ontogênico, não restrito à expressão “inglesa” e a nenhuma expressão particular. Na expressão “portuguesa”

pedir para

que prossegue com a declinação de um “objeto direto” comportamental correspondente ao comportamento cuja realização se *espera*, com sinceridade ou hipocrisia, e então se *pede*, com efetividade, em prospecção à dependência da ação ou da permissão de outrem,

pedir para pentear os cabelos de Medusa,

o objeto do pedido é precisamente “pentear os cabelos de Medusa”, o que faz categorizar o sintagma correspondente,

(para) pentear (os cabelos de Medusa),

como “objeto direto”, um “objeto direto” substantivo-infinitivo, portanto comportamental — uma *oração “subordinada” substantiva objetiva direta* impropriamente dita “reduzida”²⁰⁸ *de infinitivo* —, mas o acionamento da “preposição”

para

indicia que esse “objeto” semântico-sintaticamente se imiscui com a *finalidade* do próprio pedido, na chave de que o comportamento pede a própria finalidade, ou seja, o objeto substantivo do comportamento é a circunstância adverbial que o faz ser objeto do comportamento, ou a circunstância adverbial em função da qual está o comportamento é o objeto substantivo que a faz ser circunstância. Nisso penso haver chegado a uma inteligência filosoficamente razoável acerca da afinidade entre os nomes,

- nome *substantivo*,
- nome *adjetivo*,
- nome *advérbio*,

busca inquietante quanto ao fundamento ontogênico que tem de haver aí, sobretudo quanto ao aparelhamento que une e irmana *substantivo* e *advérbio*. Ora, circunscrever uma substância como circunstância não a despoja de sua substancialidade — ponto em que insisto ao longo deste estudo —, mas, no momento em que uma substância é posta em circunstância, ela já não é *tomada como* objetividade substancial em si, já não é apenas substância, mas é *tomada como* circunstância sem deixar de *ser* substância, então é circunstância e é substância, e isso se sustenta na própria ontologia do que é ser substância e do que é ser circunstância, porque já a substancialidade de uma substância é

o que lhe permite, substancialmente, circunstanciar-se, e já a circunstancialização de uma substância não pode dar-se desprovida de algum suporte substancial, material ou não, então só pode dar-se se for mesmo *de uma substância*, só pode dar-se sobre si mesma.

Assim,

para pentear os cabelos de Medusa,

em

pedir para pentear os cabelos de Medusa,

ora grafo sem negritar a “preposição” *para*, porque, na formulação, essa entidade guarda rigorosamente o mesmo peso semântico e o mesmo peso sintático da entidade *pentear* — que se *a(d)*proxima a *(os) cabelos*, que, por sua vez, se afasta de *Medusa* —, entidades diversas que, na formulação, como que se interpenetram numa espécie de neutralização sintaticossemântica, em que a atuação da “preposição”, no campo imagético, é indiciar que

pedir

se *a(d)*proxima a

pentear

e, no campo representativo, é imbuir de circunstancialidade o objeto daquela *a(d)*proximação, ou seja, é impregnar

pentear

de um caráter finalista. Com essa interpretação, proponho a intelecção da irmandade entre

- objeto e finalidade

a bem de inteligir a irmandade entre

- substância e circunstância,

²⁰⁸ Trata-se de erro nomenclatural, que acuso em função de não se tratar de “redução”, haja vista a anterioridade histórica da formulação infinitiva, em face da inovação românica.

“segundo a unidade da imagem de *lugar para onde*, também a mesma presente na determinação de ‘estar em relação *a*’, porque ‘estar em relação *a* um objeto’ é ‘estar **voltado para** ele’”, consideração que formulei no item I. 2 (veja-se) e replico aqui. Observe-se que, se à minha proposição cabe algum espaço de verdade, ora está postulada a seguinte cadeia de causalidade:

o movimento metafórico de *lugar para onde*

impregna

de um caráter finalista

o “objeto” substancial



essa impregnação

é que

irmana

substancialidade

e

circunstancialidade



essa irmanação

é

a irmanação

entre

nome substantivo

e

nome advérbio



logo,
 aqui,
 o fator ontogênico
 que irmana
nome substantivo
 e
nome advérbio
 é
 o movimento metafórico de *lugar para onde*,

atuação fundante de um fenômeno estruturador da própria Língua. Para além de certa aparência da superfície da frase, em suas relações aparentemente horizontais, como a relação apreendida entre um verbo e seu “complemento/adjunto adverbial de lugar para onde”, a irmandade entre *nome substantivo* e *nome advérbio* é fenômeno categorial, componente mesmo do que a Língua é em suas categorias estruturadas, e, segundo o que proponho, também aí está a importância fundante da *movimentalidade* para a ontogênese da Língua, na *fundação sintática* do *movimento sintático*, na *fundação léxica* da *contiguidade semântica*, na *fundação representacional* das *categorias*, na própria disposição das potências que constituem o grande arsenal imagético que a Língua é.

Mais uma vez, também aí está a importância fundante do *repouso*, subsumido, ao lado do *movimento*, ao *denominador comum* que venho *denominando* “*movimentalidade*” ou, com razão heideggeriana, “*mobilidade*” (veja-se HEIDEGGER, 2008 [1967], *passim*), à inclusão do que digo “**não-movimento**” ou “**movimento ex opposito**”, *repouso*, **lugar onde** (veja-se, aqui, a nota 26; veja-se também o Glossário). É de *lugar onde* a imagem presente em

estudiosos, filósofos e pensadores têm quebrado a cabeça
com o problema *do tempo e do espaço*

e em

era organizada a linguagem

com que *estudiosos, filósofos e pensadores esperavam resolver o problema*

e também em

estudiosos, filósofos e pensadores têm quebrado a cabeça

*raramente **percebendo** que a linguagem era organizada,*

e esse **lugar onde** é exatamente o *lugar* do gerúndio em

percebeNDo / realisING,

“no perceber,

aí,

em esse lugar”,

no lugar dessa substância imaterial que é “o perceber”, *arqui-frame* no qual o comportamento de “perceber” é posto, coerente fusão entre

comportamento

e

maneira de a substância atualizar-se,

ou seja, coerente fusão entre

verbo

e

nome advérbio,

na forma verbo-nominal *gerúndio*, um “assim”-advérbio que é um modo de atualização da substância imaterial, coerência dada pelo fato de que um modo de atualização pode ser um comportamento, um “assim” pode ser “um ‘assim’ que se comporta”,

*estudiosos, filósofos e pensadores têm quebrado a cabeça
(raramente) **percebeNDo** que a linguagem era organizada,*

*scholars, philosophers and thinkers have stubbed their brains
(seldom) **realisING** that the language was ordered,*

“têm quebrado a cabeça **ASSIM: percebeNDo** (ou não percebendo) algo”,

“têm quebrado a cabeça **AÍ: EM O perceber** (ou no não perceber) algo”,

enlaçando-se circunstância e comportamento na representação do lugar, e verificando-se, mais uma vez, a manutenção da essência substantival do advérbio, substância posta em circunstância. Ou seja, a substância imaterial

“o perceber”,

que é um comportamento, o comportamento de

“captar completamente”, *per-ceber*,

uma vez posta em circunstância,

“assim”, *percebe-nd-o*,

é uma substância–*arqui-frame*–**lugar-onde**, em que se irmanam

substância

e

circunstância,

ou seja,

nome substantivo

e

nome advérbio,

ora se postulando a seguinte cadeia de causalidade:

a ambiguidade da entidade *gerúndio*
 faz mais do que dizer sobre
 a ambiguidade entre
 comportamento, *verbo*,
 e
 substância, *nome substantivo*,
 irmanando
 esses dois,
 que estão ali, dentro do gerúndio



a ambiguidade da entidade *gerúndio*
 impregna
 de um caráter circunstante
 o *comportamento substancial*

que seria o *infinitivo* — verbo e nome substantivo, comportamento e substância —



essa impregnação
 é que
 irmana
 substancialidade
 e
 circunstancialidade



essa irmanação

é

a irmanação

entre

nome substantivo

e

nome advérbio



ora,

o *gerúndio*

é

um *lugar onde* verbal



logo,

aqui,

o fator ontogênico

que irmana

nome substantivo

e

nome advérbio

é

o movimento metafórico de *lugar onde*,

novamente, atuação fundante de um fenômeno estruturador da própria Língua, para além de certa aparência da superfície da frase; a irmandade entre *nome substantivo* e *nome advérbio* é mesmo fenômeno categorial, componente mesmo do que a Língua é em suas categorias estruturadas, e, segundo o que proponho, também aí está a importância

fundante da *movimentalidade* para a ontogênese da Língua, *mobilidade* na inclusão do *não-movimento*, *movimento ex opposito* segundo a dialética que faz a Língua ser, na própria disposição das potências que constituem o grande arsenal imagético que a Língua é.

Assim, se o gerúndio é em si mesmo ambíguo por ser verbo e nome a um só tempo, é, ele mesmo, à prescindência de qualquer “preposição”, o fator-responsável da circunstancialização da nominalidade essencial que nele existe, ou seja, ele mesmo se adverbializa a si mesmo na medida em que adverbializa o que seria um *infinitivo* em sua nominalidade essencial de verbo e nome *substantivo*, devendo-se notar a profunda coerência que aí há, uma coerência que bem me aproveita para legitimar minha insistência na manutenção da substancialidade quando do fenômeno da circunstancialização, manutenção da substantividade na circunstancialidade. A substancialidade-substantividade está dentro do gerúndio, que, verdadeiramente, é a “declinação” do infinitivo-substantivo, e é *parti pris* dessa substancialidade-substantividade que então o gerúndio se faz, pondo em circunstância a própria substância, assim irmanando substância e circunstância por meio dessa posição – *lugar-onde*, porque o gerúndio é um *lugar onde*, e por isso

percebendo

é um

“**assim**” – “no perceber”,

“**assim**” – “aí, nesse **lugar**”.

É o *lugar onde* o que faz mudar de “lugar” a substância. É a *mobilidade* o fator ontogênico.

Ora por atuação daquilo que considero “‘preposição’ de *lugar-onde*-lateralidade” por excelência, a “preposição”

com,

“preposição” da *com*-panhia, do “estar ali, naquele lugar, *junto com* outro(s) elemento(s)”, dá-se o desenho de lateralidade que se presta ao sentido depreensível de

era organizada a linguagem

com *que estudiosos, filósofos e pensadores esperavam resolver o problema,*

um sentido de meio/instrumento, o *instrumento* por *meio* do qual “estudiosos, filósofos e pensadores” *pensavam* no problema do tempo e do espaço, deixando-o *penso*, *suspense*, como que “dependurado” no ato de *pensar*²⁰⁹ por meio da linguagem, o que metaforicamente faria *perpassar pelo* espaço-*meio* entre a indagação e uma possível resposta, e tradicionalmente traz, para o “sintagma preposicionado”

com que,

o enquadramento sintático de “adjunto adverbial de meio/instrumento” da oração “subordinada” adjetiva restritiva,

com que esperavam (resolver o problema),

²⁰⁹ Veja-se a raiz “*pend-” (TORRINHA, 1945 [1937]) > “**pendō**, pependī, pēsum, 3 [*pend-], *tr.* **1.** Suspendere; pendurar. **2.** Pesar. (...)” (*idem*), sentido metaforizado em “(...) *Fig.* Pesar, examinar, ponderar (...)” (*idem*), sentido incluído no significado “**2**” e altamente metaforizado em “(...) estimar, prezar.” (*idem*), sentido também incluído no significado “**2**”, > “**pēsus**, a, um [*pendtos < pendo], *part. de* pendo: **1.** Pesado.” (*idem*), sentido metaforizado em “**2.** *Fig.* Pesado, examinado, ponderado.” (*idem*) e altamente metaforizado em “**3.** Apreciado; estimado; respeitado.” (*idem*), > “**pēsum**, ī [pensus], *n.* **1.** Pêso de lã para fiar distribuído às criadas (...); rocada.” (*idem*), sentido metonimicamente estendido em “(...) tarefa (duma fiandeira) (...)” (*idem*), sentido inserido no significado “**1**” e generalizado em “**2.** *Fig.* Tarefa; obrigação; dever.” (*idem*), > “**pēnsō**, āvī, ātum, 1 [pensum], *tr.* **1.** Suspendere. **2.** Pesar.” (*idem*), sentido metaforizado em “**3.** *Fig.* Pesar; ponderar; examinar; meditar.” (*idem*) e desdobrado em “**4.** Pagar; dar o equivalente de; compensar; corresponder a; recompensar. **5.** Comprar; pagar com (...)” (*idem*), sentido altamente metaforizado em “(...) resgatar, remir.” (*idem*), sentido incluído no significado “**5**” e altamente especializado em “**6.** Espiar [*sic*].” (*idem*) se (e somente se) se trata da grafia *espiar* por *expiar*, sempre por contiguidade semântica.

mas, para esse sentido, a imagem ali desenhada não foi essa; poderia ter sido esse o desenho da espera *pensativa* durante a qual se estaria a *pesar* o problema, meditando-se sobre ele, medindo-se-lhe os componentes, *ponderando-se*²¹⁰, mas, na expressão “portuguesa”, não se optou pela metáfora de *lugar por onde* trazida pelo movimento de *per-passar por* algum lugar, formalizando-se o sentido de *meio/instrumento* com a matéria-prima da lateralidade-*lugar-onde*, suficiente como

“**estar ali, em** aquele **lugar**, *junto com* outro(s) elemento(s), **em meio** a ele(s)”,

“estar **ali**, **naquele lugar**, **naquele meio**”,

“meio” como “*companhia*” **com** que se *pensava* no problema, deixando-o *penso*, *suspense*, como que “dependurado” no ato de *pensar* por meio da linguagem, ora segundo a metáfora de *situação em* um espaço, *lugar onde*, em companhia da linguagem como que posta ali, em lateralidade, *lugar-onde-lateralidade*. Também essa não foi rigorosamente a imagem desenhada na expressão “inglesa”,

the language

in which *scholars, philosophers and thinkers hoped to solve the problem was ordered,*

ora se formalizando aquele sentido de *meio/instrumento* com a exclusiva matéria-prima do *lugar onde*, suficiente como

“**estar ali, naquele lugar**”,

metafórico lugar em que se *pensava* no problema, deixando-o *penso*, *suspense*, como que “dependurado” no ato de *pensar* por meio da linguagem segundo a metáfora de *situação*

²¹⁰ Veja-se a raiz “*pend- *com o* *voc,*_[sic] *o*” (TORRINHA, 1945 [1937]) > “**pondus**, ěris [*pend- *com o* *voc,*_[sic] *o* (...)], *n.* **1.** Pêso, gravidade (dos corpos); pêso (com que se pesa) (...)” (*idem*), sentido metonimicamente estendido em “**2.** Carga; volume pesado; grande quantidade, grande número.” (*idem*), sentido por sua vez metaforizado em “**3.** *Fig.* Pêso; fardo; cuidados.” (*idem*) e altamente metaforizado em “**4.** Pêso, autoridade, valor, importância;_[sic: ponto e vírgula por vírgula] influência,_[sic: vírgula por ponto e vírgula] apreciação, juízo. **5.** Constância; firmeza. **6.** Gravidade; seriedade.” (*idem*), > “**pondērō**, āvī, ātum, 1 [pondus], *tr.* **1.** Pesar.” (*idem*), sentido metaforizado em “**2.** *Fig.* Ponderar; examinar; considerar; apreciar; julgar; calcular; avaliar.” (*idem*), sempre por contiguidade semântica.

em um espaço no qual se esperava resolver o problema, *lugar onde*. Quer se imagetize “a linguagem” como o **lugar lateralmente ao qual** se está, à espera de “resolver o problema”, metaforicamente se utilizando esse *lugar-lateralidade* como meio de realizar a espera, quer se imagetize “a linguagem” como o **lugar no qual** se está, à espera de “resolver” o mesmo “problema”, metaforicamente se utilizando esse *lugar onde* como meio de realizar a mesma espera, ou seja, quer se formalize esta imaginação, quer se formalize aquela, é sempre uma *imagem* de cunho físico-espacial o mote para glosar a abstratização que faz aflorar o sentido pretendido, permanecendo na glosa a fisicalidade essencial do mote. Quer se imagetize *lugar onde*, quer se imagetize *lugar onde-lateralidade*, o *não-movimento* fundamental é entretanto o mesmo, *lugar onde*, especializado ou não no desenho de lateralidade, sempre na também mesma configuração sintática em que a dita preposição, “*elemento indicador do (tipo de) movimento* ou simplesmente *mimese do movimento*” (veja-se a nota 72), aí *não-movimento*, a “preposição”

com,

ou a “preposição”

in,

essa ou aquela “preposição” incide sobre o pronome relativo, que interpreto como **demonstrativo substantivo**, seja

que,

seja

which

(veja-se, *passim* neste estudo, especialmente este capítulo; veja-se também ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*),

a que **se apõe parataticamente** a expressão comportamental, seja

esperavam resolver o problema,

seja

they hoped to solve the problem,

assim como a expressão comportamental maior (“(não) perceber que a linguagem era organizada (...)”) **também parataticamente se apusera** à dita conjunção integrante, que identicamente interpreto como **demonstrativo substantivo**, seja

que,

seja

that

(veja-se, *passim* neste estudo, especialmente este capítulo; veja-se também ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*):

*raramente percebendo **que** : a linguagem era organizada*

↓

*com **que** : esperavam resolver o problema,*

*seldom realising **that** : the language was ordered*

↓

*in **which** : they hoped to solve the problem,*

sempre **demonstratividade substantiva**, sempre **aposição paratática** — uma substância imaterial comportamental a apor-se parataticamente a uma substância imaterial pronominal como o “isto/isso” formalizado *que* e seus equivalentes em “outras línguas” —, sempre **lugar onde**.

O mesmo *lugar onde*-lateralidade é a imagem presente na expressão “portuguesa”

estudiosos, filósofos e pensadores têm quebrado a cabeça
com o problema,

que ora não se presta ao sentido de meio/instrumento, mas perfaz o sentido discursivo de objeto do “quebrar a cabeça”, tradicionalmente categorizado como “adjunto adverbial de assunto”, *tema* em cuja circunstância “estudiosos, filósofos e pensadores” vêm porfiando; esse *tema* é o *lugar onde*-lateralidade, um metafórico **lugar em que se está** circundado por um assunto, um lugar particularmente *lateralizado* pelo caráter de *circunstância* impresso pela “preposição”, *com*, formalizando-se o sentido de assunto/tema com a matéria-prima da lateralidade-*lugar-onde*, suficiente como

“**estar ali, em** aquele **lugar, junto com** seu conjunto, **em** sua *circunstância*”,

“**estar ali, naquele** lugar, **naquela** *circunstância*”,

“circunstância” como “**companhia**” **com** que se porfia no problema, segundo a metáfora de *situação em* um espaço, *lugar onde*, em *com-panhia-circun-stância* do problema como que posto ali, em lateralidade, *lugar-onde*-lateralidade:

“**estar ali, naquele** lugar, **naquela** *circunstância* de lateralidade **com o problema**”,

lateralidade metafórica **com** a substância imaterial “o problema”, formalização em que a substância imaterial comportamental “quebrar a cabeça” metaforicamente se põe ao lado da substância imaterial substantival “o problema”, põe-se ao lado desse metafórico *lugar onde*, configurando-se a imagem de *lugar onde*-lateralidade. Essa não foi a imagem desenhada na expressão “inglesa”,

scholars, philosophers and thinkers have stubbed their brains

AGAINST the problem,

ora se formalizando aquele sentido discursivo de objeto do “bater o cérebro” com a imagem de *lugar para onde*, porque *lugar contra o qual* se avança, portanto em movimento de *a(d)proximação* à substância imaterial “problema”, arqui-*frame* ao qual a porfia se aproxima violentamente, *contra* o qual se dirige, lugar metafórico *a(d)* o qual se *a(d)proxima* a substância imaterial comportamental “bater o cérebro”, movimento de *lugar para onde*. Quer se imagetize “o problema” como o **lugar lateralmente ao qual** se está, na porfia de “quebrar a cabeça”, metaforicamente se utilizando esse *lugar-lateralidade* como lugar de realizar a porfia, quer se imagetize “o problema” como o **lugar para o qual** se está, na porfia de “bater o cérebro”, metaforicamente se utilizando esse *lugar para onde* como lugar de realizar a mesma porfia, ou seja, quer se formalize esta imaginação, quer se formalize aquela, é sempre uma *imagem* de cunho físico-espacial o mote para glosar a abstratização que faz aflorar o sentido pretendido, permanecendo na glosa a fisicalidade essencial do mote, assim como permanece no sentido “bi-idiomático” de *quebrar a cabeça / stubb the brain* a fisicalidade graciosamente inspiradora. Quer se imagetize *lugar para onde*, quer se imagetize *lugar onde-lateralidade*, o fator ontogenicamente fundamental é, entretanto, sempre o mesmo, o (*não-*)*movimento*, ou seja, a *mobilidade* fundamental na ontogênese da Língua.

II. 1. 2. Desconstrução 2, “Preenchendo o vazio”

2. “Há certa tendência a considerar as preposições vazias de sentido. Se isso vale para *amar a Deus, a cidade de Brasília, cumprir com o dever, uma coisa implica em outra*, certamente somos todos sensíveis à semântica de *ante, após, com/sem, contra, sob/sobre*, etc.” (LUFT, 1993, p. 14)

Ao contrário da hipótese do vazio, aí lembrada por Luft (*supra*), observem-se as possibilidades de interpretação ontogênica que proponho (vejam-se minhas considerações à nota 356):

2. 1. *amar a Deus:*

“amar *a(d)* Deus(-*m*), *a(d)*proximar *a(d)* Deus(-*m*) o sentimento do amor”, em movimento de **lugar para onde** — veja-se, no item I. 2 (“**Sobre a natureza paratática do acusativo**”), a relação de identidade que proponho haver entre o lugar *para onde* e o objeto direto (sinteticamente expresso em *acusativo*).

2. 2. *a cidade de Brasília:*

“aquela cidade representada como elemento derivado do arqui-*frame* ‘Brasília’, sendo ‘Brasília’ o **lugar** — lugar porque arqui-*frame*, não porque ‘cidade’ — onde se origina aquela cidade, **lugar de onde** se separa um elemento dentre infinitos elementos possíveis: esse elemento é o elemento ‘cidade’, bem como poderia ser o elemento ‘pôr-do-sol’, *o pôr-do-sol de Brasília*, ou o elemento ‘calamidade moral’, *a calamidade moral de Brasília*; o elemento ‘cidade’ se (re)tira do arqui-*frame* teórico ‘Brasília’, do **lugar físico-concretivo representado** em Língua — ‘Brasília’ —, de lá se afastando metaforicamente e como que sendo posto aqui, no lugar de sua determinação demonstrativa — [(il)l]a cidade, ‘aquela cidade’, não ‘uma cidade qualquer’, mas ‘aquela cidade denominada Brasília’”. O resultado final do processo ontogênico-metafórico é, pois, a formalização *a cidade de Brasília*, que se entende e se deve entender justamente como “a(que)la cidade denominada Brasília”, “a(que)la cidade que é Brasília”, “a(que)la cidade-Brasília”, o que enseja a tradicional classificação sintática do sintagma *de Brasília* como *aposto de cidade*. Ora, essa “classificação” é exemplar do que designo “*Sintaxe discursiva*”, segundo a qual (1) o já constituído sintagma preposicionado *de Brasília* se apõe ao sintagma nominal *cidade*, formando-se o sintagma nominal maior *cidade de Brasília*,

(2) a que se agrega o determinante *a*, formando-se o sintagma nominal ainda maior *a cidade de Brasília*, ou seja, (1) trata-se não de qualquer cidade, mas da *cidade de Brasília*, e (2) não de qualquer “cidade de Brasília”, mas *daquela* “cidade de Brasília” que conhecemos, *a* (< *illa*) *cidade de Brasília* (lembrem-se a origem demonstrativa e a **manutenção** do sentido demonstrativo — por isso “definidor” — do que se veio a entender como “artigo definido”): essa *análise em constituintes imediatos* é suficientemente *analítica*, mas insuficientemente interpretativa, apenas procedimentalmente descritiva da ordem de ingresso — *constituição imediata* — dos *constituintes* no sintagma (vejam-se, aqui, a Introdução, o Capítulo I, *caput*, e o subitem II. 1. 1), análise alheia ao sentido ontogênico último daquela ordem, haja vista a ausência de interpretação da constituição interna do sintagma preposicionado, não se indagando a motivação da “escolha” da “preposição” nem o modo essencial como esta e o “núcleo” se relacionam, bem como não se problematiza essencialmente o modo como se daria a aposição preposicionada. A rigor, a atribuição do estatuto de aposto patenteia tratar-se de apreciação forçosamente mais discursiva do que sintática, dada a identificação — semântico-discursiva — entre o “aposto” em questão e aquilo a que ele se apõe: em *a cidade de Brasília*, está-se fazendo entender que a cidade em tela *é* Brasília, diversamente da relação adjuntiva expressa em *o pôr-do-sol de Brasília* ou em *a calamidade moral de Brasília*, formalizações em que “o pôr-do-sol” e “a calamidade moral” rigorosamente não se confundem com “Brasília”, mas se lhe atribuem; o viés discursivo daquela apreciação é que parece permitir tergiversar-se para o fato de que, para além da ordem linear do sintagma em sua aparência, a construção “preposicionada” **não se apõe** ao elemento com que contrai relação, mas constitui essa relação mediante uma espécie de recorte travado internamente (vejam-se os § iniciais do item I. 1), operação metafórica que configura o sintagma *de Brasília* em *a cidade de Brasília*, porque, metaforicamente, **a partir de** “Brasília” se derivou “a cidade”, recortando-se um elemento do *arqui-frame* “Brasília”, um elemento de tudo que esse *arqui-frame* teoricamente pode comportar, de “pôr-do-sol” a “calamidade moral”, podendo ser recortado o elemento “cidade”, **es-colhendo-se** esse elemento, afastando-se daquele **lugar**

esse elemento, não malgrado a cidade seja Brasília, não porque Brasília seja um lugar, mas porque “a cidade de Brasília”, de expressão homônima (*a cidade de Brasília*), *imageticamente se constitui a partir daquele lugar*. A identificação entre “a cidade” e “Brasília” não veta que, imageticamente, aquilo derive disto: a identificação dá-se no mundo, não nas representações. A derivação, por sua vez, não se deve ao estatuto objetivo de “lugar do mundo” atribuído a Brasília: também no mundo é que se dá esse estatuto, não nas representações; nestas, o arqui-*frame* “y” de que deriva o elemento “x” proponho invariavelmente como um **lugar** metafórico relativamente ao qual se tenha realizado o movimento, aí de separação, segundo apreciação que pretendo arqueologicamente ontogênica, obsessivamente molecular, reveladora de uma **semântica da Sintaxe**.

2. 3. *uma coisa implica em outra:*

“uma ‘coisa’ metaforicamente põe alguma ‘coisa’ dentro de outra ‘coisa’, porque metaforicamente põe alguma ‘coisa’ nas dobras de outra ‘coisa’, metaforicamente põe alguma ‘coisa’ em as dobras de outra ‘coisa’; veja-se o étimo ‘latino’ *implicare* do românico *implicar* — também *implicar* na expressão ‘castelhana’; *impliquer*, na expressão ‘francesa’; *implicare*, na expressão ‘italiana’ —, e assim se veja naquele étimo a raiz **plē*, > *-pli-* (por vocalismo, fenômeno plástico), que traz a ideia de ‘encher’ — **plē* > *-che-* (por palatalização, fenômeno igualmente plástico) —, então ‘pôr lá dentro, em(-) < in(-), até encher’”. Quando digo “*então* ‘pôr lá dentro, (...) até encher’”, estou pensando retroativamente, a certo modo molecular e sobretudo ontológico, em que a ideia de “encher” pressupõe a ideia de “pôr lá dentro, até encher”, porque a ideia de “encher” contém a ideia de “pôr dentro”, uma vez que não se enche um objeto por fora, em atenção à lei da gravidade, função de termos inventado os “contêineres”, *continentes* (pra quem insiste em falar em expressão “portuguesa”), “aquilo (ou aquele (ou aquela (pra quem atenta aos gêneros))) que contém algum *conteúdo*, ‘contido’”. Essa retroatividade é eloquente em, de cá para lá, exemplificar a *contiguidade semântica* (fenômeno ontológico, por isso ontogênico) que une, de lá para cá, as duas ideias que se irmanam em

uma só, extensão de “pôr” a “encher”, “pôr lá dentro, até encher”. Daí se note a profunda coerência semântica presente na aproximação arqueológica entre a raiz indicativa de “pôr” porque “encher”, “pôr nas dobras”, “pôr nas entranhas”, **plē*, e a entidade ora dita “prefixo” *in(-)*, por excelência indicativa de *lugar-onde-in-terioridade* e, assim, altamente significativa, bem ao contrário do vazio semântico admitido por Luft (*supra*): “enche-se lá dentro, desde dentro; põ-se desde ‘lá dentro’ até encher”, *implica-se*, “redundância” etimológica que nossos olhos “desetimologizados” não enxergam e nosso espírito discursivo não interpreta a olho nu, “redundância” coerente, assim como é coerente a cadeia de remetaforizações abstratizantes aí experimentada:

“**IMPLICAR**, v. tr. enredar, embaraçar, enlear, tornar perplexo: *implicar* o ânimo com questões. || Envolver, enrascar, comprometer (alguém) em processo ou negócio embaraçoso. || Fazer supor, dar a entender: os precedentes daquele juiz *implicam* grande honestidade. || Produzir como consequência infalível: a queda daquele governo *implica* para o país grandes transtornos. || Tornar necessário, indispensável: o estudo das ciências *implica* a prévia aquisição de múltiplos conhecimentos. || —, v. intr. ser incompatível, não se harmonizar: êstes dois princípios *implicam* recíprocamente. || Contender; armar pegadinhas; promover desordens ou rixas; chasquear: (...) V. Excia... acusa-me, entre lágrimas de furor, de estar sempre a *implicar* consigo! (Eça, *Últ. Págs.*, p. 443, ed. 1917). || —, v. pr. meter-se, enredar-se, ter parte, comprometer-se: *implicar-se* em negócios arriscados. || Proceder incoerentemente, com incoerência. || Ser incompatível, encerrar contradição, repugnar. || (Fam.) Contender, intrometer-se; armar desordens ou pegadinhas: *implicar-se* com alguém. || F. lat. *Implicare*.”
(AULETE, 1958),

de

“enredar(-se), embaraçar(-se), enlear(-se) (...) meter(-se) (...) comprometer(-se)”

a

“tornar(-se) perplexo” porque “enredado, embaraçado, enleado, (compro)metido”, com especificação em “envolver, enrascar, comprometer (alguém) em processo ou negócio embaraçoso”;

“fazer supor [alguma “coisa”], dar a entender [alguma “coisa”]”

porque a “coisa” é posta no “enredo”,

quicá “produzi(...)[da] como consequência infalível”

ou “torna(...)[da] necessári(...)[a], indispensável”;

“proceder incoerentemente, com incoerência” porque na confusão do “enredo”;

“ser incompatível, não se harmonizar (...) encerrar contradição, repugnar”
na confusão do “enredo”;

“contender (...) promover desordens ou rixas (...) armar desordens ou pegadinhas”
porque “intrrometer-se” desarmonicamente;

“chasquear” porque “intrrometer-se” zombeteiramente,
à guisa de uma desarmonia brincalhona.

A aparente diversidade de sentidos se calça numa cadeia de especializações talvez mais metonímicas do que propriamente metafóricas, dado o desdobramento por circunvizinhança de um significado em outro, certamente em clara abstratização do “enredo” físico a “enredo” moral, conceitual ou lúdico, e essa abstratização eu circunscrevo no rótulo abrangente de *remetaforização*, desde

a ideia concretiva trazida pela etimologia

metaforizada

no “en-redar” físico em *lugar-onde-in-terioridade*

até

o “en-redar” físico em *lugar-onde-in-terioridade*

re-metaforizado

no “en-redar” moral, conceitual ou lúdico no mesmo *lugar-onde-in-terioridade*,

sempre uma *rede*, física ou abstrata, sempre *lugar-onde-in-terioridade*, físico ou abstrato, sempre a manutenção da fisicalidade primordial, fator incontornável da remetaforização.

É nessa primordialidade que também se calça minha “explicação” de

uma coisa implica em outra,

A implica em B,

por

“uma ‘coisa’ metaforicamente põe alguma ‘coisa’ dentro de outra ‘coisa’”,

“A metaforicamente põe C dentro de B”,

sob a aparência de incongruência entre a formulação e a “explicação” quanto àquilo *que se implica*. Por meio da formulação

A implica em B,

sem clara expressão de “objeto direto”, pretende-se todavia dizer que aquilo *que se implica* é B, e não que se implique C *em* B; há de ser essa a razão da impugnação normativista incidente sobre o uso da “preposição” (não contemplado na versão impressa de Caldas Aulete, *supra*, para aquilo que seria a construção com “objeto indireto” sem “objeto direto”²¹¹), talvez acrescida da lembrança de que se pode mesmo (e também) dizer que

²¹¹ O mesmo vale para a versão digital, que também omite a “regência” inovadora, mas que, entretanto, inicia a construção do verbete apontando os sentidos decerto mais inovadores, altamente abstratizados:

“implicar

v.

1. Provocar, amolar [tr. + com: *Meu irmão gosta de implicar comigo.*] [int.: ‘Ah, isso foi uma brincadeira. Só para implicar mesmo.’ (*O Globo*, 27.07.2005.)]

2. Ficar contrariado [int.: *O patrão implica quando ela chega atrasada.*]

3. Ter como consequência; ACARRETAR; PROVOCAR [td.: *O despreparo dos jogadores implicou a derrota.*]

4. Envolver (alguém ou [a] si mesmo) em; COMPROMETER [tdr. + em: *Implicou o namorado no assalto.*] [td.: *O suspeito implicou-se ao mentir o tempo todo.*]

5. Fazer parecer; PRESSUPOR [td.: *O estudo implicava um senso crítico excepcional.*]

6. Exigir, requerer [td.: *Dirigir na chuva implica maior atenção do motorista.*] [Antôn.: dispensar, prescindir.]

7. Antipatizar com; HOSTILIZAR; CISMAR [tr. + com: *Implicou desde o início com o aluno.*]

8. Ser incompatível, não se harmonizar [int.: *São princípios que implicam reciprocamente*] [tr. + com: *O projeto implica com o cronograma.*]

A implica B em C,

e aqui não lançarei mão da esquemática descrição segundo a qual, “sob a ausência de um elemento, outro pode tomar-lhe o lugar na frase”, *A implica em C > A implica em B*, descrição que, como sói, não ultrapassa a *ilusão* de um *lúdico* câmbio de posição frasal. A questão é ontológica, subsumida à ontologia do comportamento de “implicar”:

“implicar uma ‘coisa’, qualquer ‘coisa’, concreta ou abstrata,
na interioridade de um *lugar-onde*, qualquer *lugar-onde*, concreto ou abstrato”,

é um comportamento que incide diretamente sobre a “coisa” *que se implica*, a “coisa” *implicada*, o objeto do comportamento, “objeto direto”, como tal discursivamente imprescindível, com existência pressuposta, mas “implicar uma ‘coisa’” pressupõe também a ‘coisa’ na qual se implica, pressupõe as “dobras” componentes da implicação, e aquele objeto, a *implicar-se* nas “dobras”, a implicar-se na interioridade do *lugar-onde*, a ser posto “ali dentro”, a tal ponto aí se subsume, em face da ontologia do próprio comportamento de “implicar”, a tal ponto aí se enreda, em tal grau se compromete, que então **se ofusca sua existência como objeto** em face da relevância discursiva que se constitui para o “enredo”, lançando-se luz **não** sobre aquilo *em que se implica*, mas sobre a própria ontologia do comportamento de ***im-plicar em***,

“***im-plicar*** (algo) ***em*** algo”,

permanecendo, ao mesmo tempo, a imprescindibilidade daquilo *que se implica*, e resultando na **omissão** da expressão daquilo que se implica *como objeto implicado* e na realização de sua expressão como “enredo” comprometedor, a involucrar, ele mesmo, o *lugar-onde* em que se compromete. Segundo minha interpretação, isso é assim iconicizado em Língua:

9. Tomar perplexo, confuso; EMBARAÇAR; ENREDAR [td.: *Tantas perguntas implicaram-lhe o raciocínio.*]

[F.: Do lat. *implicare.*]

(DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital)

A implica C em B

é intenção discursiva que, dada a ontologia do próprio comportamento, pode ser expressa sob a intelecção

“*A implica C em ‘B-em-que-se-compromete-C’*”,

“*A implica C em ‘B-involucrado-por-C’*”,

“*A implica, em ‘B-involucrado-por-C’, C*”,

“*A implica, em (‘B-involucrado-por-C’ =)C, C*”,

“*A implica em C*”,

efetivamente se expressando

A implica em C,

em dialética notável, em que o “enredado” passa a “enredar” justamente porque, em alto grau, se compromete no *lugar-onde* do “enredo”.

É assim que, independendo-se da coerção normativista, a formulação

isto implica naquilo

é portadora de uma ambiguidade coerente, em que a especificidade semântico-discursiva

“isto implica alguma ‘coisa’ naquilo”, por *isto implica naquilo*,

e a especificidade igualmente semântico-discursiva

“isto implica aquilo”, também por *isto implica naquilo*,

são especificidades que se calçam, ambas, na mesma imaginação ontogênica, por isso mesma etimologia, mesma rede, mesmo *lugar-onde* – *in*-terioridade, mesma manutenção da fisicalidade primordial. Formular

isto implica naquilo

para dizer

“isto implica aquilo”

não é acidente de um uso que deva ou não ser abonado, não é resultado de jogo sintático interno à linha da frase, não é vicissitude da língua, mas é indicação eloquente de como a Língua é aberta ao “novo” quando a inovação ecoa alguma verdade na ontologia dos fenômenos. A Língua iconiza a possível verdade, lançando mão do material inspirador que é o próprio mundo em sua dimensão física, concretiva, e por isso mesmo prestes a, *generosamente*, *ge(ne)rar* abstratização, lá se mantendo e frutificando em forma prene de sentido.

2. 4. *cumprir com o dever*:

“*com-ple-t-ar* aquilo que se toma para si *a partir de* alguma instância do mundo, aquilo que se *de-riva* dessa instância e se assume como algo tido, *de-tido*, deontológico, algo então *havido* como próprio, que se *de-habet*, então *hábito de-tido*, que, como tal, *de-ve* ser *com-ple-t-a* e redundantemente *locu-ple-t-ado*”. A lembrança da etimologia do verbo e da etimologia arcaica do verbo “substantivado”, ambas patentemente espacial-movimentais, é preâmbulo de uma apreciação analítico-ontogênica do conjunto, em que a “preposição” parece “expletiva”, mas já a primeira lembrança, de cunho fortemente físico-concretivo — *com-ple-re*, supino *com-ple-t-um*, “*en-che-r com-ple-t-amente*” —, sugere a motivação semântica da reduplicação do “prefixo” em “preposição” (veja-se, abaixo, o subitem II. 1. 3). Aqui, a iconicidade que proponho ultrapassa a “iconicidade” assim denominada por orientações funcional-cognitivistas e já canonicamente concebida pelo chamado Programa de Correspondência (SWIGGERS, 2004)²¹²; o “princípio de iconicidade” que, em *cumprir o dever*, me faria equacionar *objeto direto e movimento de lugar para onde* aqui parece sabotado, porque, por um lado, também em *cumprir com o dever* “o dever”

em questão parece representar inescapavelmente o objeto do cumprimento em pauta, o que equivale à proposição da imagem do ato de “cumprir” posto em direção ao objeto a “ser cumprido”, posto em movimento “objetivo direto” rumo a esse objeto, em movimento de *lugar para onde*, mas, por outro lado, e em aparentes incoerência e arbitrariedade idiossincrática, a presença da imagem de lateralidade inscrita na “preposição” *com*, aí imiscuída, obnubila aquela clareza, e a solução mediana recai sobre a atribuição de “vazio” àquela “preposição”, anti-icônico vazio em elemento presente; então, aqui, a ocorrência de *com* deporia a imagem de lateralidade reconhecível em ocorrências pacíficas como *ferir-se com a faca*, exemplo useiro e vezeiro de meio/instrumento, em que a lateralidade do objeto-instrumento iconiciza, aí sim, exatamente seu papel instrumental de meio de realização do comportamento²¹³. A iconicidade que, alternativamente, proponho aqui é ultrapassante porque é cumulativa: o objeto a “ser *cum-pr-i-d-o*”, objeto a “*cum-pr-i-r*” — *com-ple-re*, supino *com-ple-t-um*, “*en-che-r com-ple-t-amente*” —, é expresso *com* a marca da *com-ple-t-ude* lateralizante, uma completude que é mesmo lateralizante porque, como tal, constrói a imagem do **lugar** de açambarcamento, de en-volvimento que secunda o objeto a ser *cum-pr-ido*, *com-ple-t-ado*, entretanto sem que o faça deixar de ser objeto do cumprimento. Assim, *cumprir com o dever* é expressão **icônica** de “*com-ple-t-ar com-ple-t-a* e redundantemente o que *de-ve* ser *locu-ple-t-ado*”, iconicidade decerto impacífica, porquanto exigente de interpretação, uma interpretação ontogênico-molecular.

Afirmo que a lembrança etimológica é “preâmbulo de uma apreciação analítico-ontogênica do conjunto” porque é apenas preâmbulo, não condição. Ora, lembrar, por sua vez, a formulação

faltar com o dever

não seria simplesmente lembrar a existência do outro termo de um “par de opostos”, o que, até aí, nada diria sobre Língua e lançaria por terra minha proposição. Também aqui

²¹² Veja-se a nota 4.

²¹³ Vejam-se as notas 86 e 133.

“o dever” é objeto ora da falta, e também aqui, não por simples analogia *ex opposito*, mas pela mesma “iconicidade ultrapassante”, o objeto da falta, que é “o dever”, *deveria* ser à farta locu-*ple-t-ado*, “*com-ple-t-a* e redundantemente *cum-pr-i-d-o*”, se se atendesse à deontologia aí pressuposta. Também aqui, portanto, o objeto que *deveria* “ser *cum-pr-i-d-o*” — *com-ple-re*, supino *com-ple-t-um*, “*en-che-r com-ple-t-amente*” — é expresso *com* a mesma marca da *com-ple-t-ude* lateralizante, que, novamente como tal, constrói a mesma imagem do **lugar** de açambarcamento, de en-volvimento que secunda o objeto que *deveria* ser *cum-pr-ido*, *com-ple-t-ado*, entretanto sem que o faça deixar de ser objeto do descumprimento, isto é, da falta. Assim, *faltar com o dever* é expressão **icônica** de “falta do que se *deveria com-ple-t-ar com-ple-t-a* e redundantemente”, iconicidade também impacífica, porque também exigente de interpretação ontogênico-molecular.

A tradição filológico-gramatical lusófona — sintomaticamente incluída aqui uma tradição de preocupação estilística — parece *faltar com* a realização de uma interpretação ontogênica que, por ontogênica, ultrapasse a percepção semântico-discursiva de afetividade:

“**FALTAR** (...) *Faltar (a alguém) com...*; *faltar(-lhe) com...* (...) ‘O posvérbio *com* traz a carga afetiva de a coisa não ser dada, apresentada ou feita em tempo competente: ‘*Não lhe faltar com a fidelidade...*’ (Rui)’ (Nascentes, 1960: 116-7)²¹⁴ (...)” (LUFT, 1993);

“**CUMPRIR** (...) **TD:** *cumpri-lo*. **TI:** *cumprir com algo* (...) *Cumprir algo (o dever, etc.) e cumprir com algo* não dizem exatamente o mesmo: *cumprir com* é forma enfática, tendo o *com* valor enfático-afetivo, a exprimir ‘boa-vontade, dedicação, zelo’ (cf. Nascentes, 1960: 79-81)²¹⁵ (cf. tb. Rodrigues Lapa: 136²¹⁶; Graça: 107-14²¹⁷). (...)” (*idem*).

A consideração da presença de “carga afetiva” e de “valor enfático-afetivo” é fruto da percepção de matiz semântico-discursivo daquilo que já se engendrou na Língua, mas **não perscruta o modo de engendro**, a ontogenia da associação entre os elementos

²¹⁴ NASCENTES, Antenor. *O problema da regência: regência integral e viva*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960.

²¹⁵ Veja-se a nota imediatamente anterior.

²¹⁶ RODRIGUES LAPA, Manuel. *Estilística da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1965.

²¹⁷ GRAÇA, Heráclito. *Fatos da linguagem*. 2. ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1968.

sintaticamente aproximados porque semanticamente postos em relação segundo sua natureza. Ora, essa natureza é a natureza de uma semântica genética, jamais deposta, densa de sua metafóricidade primeva, por seu turno acolhedora das especializações *stricto sensu* semânticas, *lato sensu* semântico-sintáticas: a inspiração metafórica do não-movimento de *lugar onde*, característica da lateralidade essencial da “preposição” *com*, permanece aí — inscrita que aí é —, e ela é que atua na formalização “*comportar-se*” ***com*** “x”; é ela o condão constitutivo da formalização, é essa semântica que constitui essa mesma sintaxe, uma **semântica da sintaxe**. A lateralidade de *ferir-se com a faca* permanece em *cumprir com o dever* e é por isso que acolhe as especializações “boa-vontade, dedicação, zelo” (*supra*), matizes que a-***com***-panham também lateralmente o comportamento; exatamente em função da permanência da imagem fundante é que a “preposição” parece “ligar” elementos representacionais, à guisa de *interposição* na plástica da formalização linguística²¹⁸; o que ela opera de fato é inter-relacionar semânticas, engendrando a sintaxe.

O uso considerado “enfático-afetivo” de uma “preposição”, sintomaticamente de interpretação difícil, creio que me dê aqui oportunidade de demonstração bastante cabal de uma linha de força componente deste estudo, que é a propugnação pela continuidade. A **manutenção** da semântica inscrita em *com*, já de todo pressuposta a existência dessa semântica, é que confere alguma inteligibilidade à gênese da formulação sintática *cumprir/faltar com o dever*, **contiguidade semântica** que proponho como **condição para o engendro sintático**. Sobre contraditar a consideração de vazio semântico, sobre alijar drasticamente a hipótese de arbitrariedade na constituição sintática, sobre relembrar o consabido *continuum* entre Semântica e Sintaxe, emblema-se aqui a essência semântica — largamente pré-discursiva — das relações (morfo)sintáticas, a natureza mesmo semântica da Sintaxe, dela inteira constitutiva, a configurar-se o espírito da *forma*, a própria **Semântica da Sintaxe**.

Ora, a admissão do vazio semântico da “preposição” implicaria a admissão da arbitrariedade da construção, ao vazio semântico-morfológico fazendo-se equivaler o

²¹⁸ Veja-se a nota 72.

vazio semântico-sintático, e isso me seria inescapável se eu não propusesse um conteúdo espiritual para a forma da “preposição”, não por preencher o suposto vazio de elemento presente, mas por restituir à apreciação desse elemento o conteúdo ali ontogeneticamente impresso, como negação fundamental daquele vazio, afirmação de que o vazio em elemento presente o faria ausente. A restituição do conteúdo como valor em si traz aquilo que para mim, mais do que um ganho adicional, é a consequência analítica e a condição ontológica representadas pela proposição de uma iconicidade sintática: supor arbitrariedade na formulação *cumprir/faltar com o dever* é supor casualidade no uso dessa e não de outra “preposição” e já no fato de se usar aí *alguma* “preposição”, de aí ingressar um elemento a que se reconhece “valor enfático-afetivo” (*supra*) sem se associar a esse “valor” nenhum sentido que lhe seja próprio, desdobrando-se daí que a Língua seja um acaso. Ao contrário, segundo mero raciocínio por eliminação, a formulação *faltar com o dever* não poderia comutar-se com *faltar o dever*, em que o sujeito é *o dever*, uma vez que se teria querido falar de um dever faltante, acionando-se a construção *sujeito mais verbo intransitivo*, “algo mancar”, ou seja, em real situação comunicativa, a intenção, de ordem discursiva, aí teria predeterminado a formulação sintática, consideração satisfatória de caro pressuposto funcionalista; em *faltar com o dever*, o que se quer fazer é falar de alguém que descumpre o dever ou não o cumpre “em tempo competente” (*supra*), “alguém mancar relativamente ao dever” (“em tempo competente” (*supra*)), então se acionando uma “preposição” — expediente do qual, a princípio, se afasta a formulação do sujeito (veja-se, no item II. 6, minha ressalva quanto a isso, relativamente à “preposição”-“conjunção” *ad*) —, mas **não** uma “preposição” **qualquer**; em

alguém faltar com o dever a alguém,

o que se aciona é a iconicidade do metafórico não-movimento sintático de *lugar onde*, caracterizador da lateralidade essencial da “preposição” *com* — à imagem do **lugar** de açambarcamento, de en-volvimento que secunda o objeto que *deveria* ser cum-pr-ido, com-ple-t-ado, entretanto sem que o faça deixar de ser objeto do descumprimento, da falta

—, mais a iconicidade do metafórico movimento sintático de *lugar para onde*, segundo o qual o “alguém” *a(d)* quem se falta é o **lugar para** (*per ad*) onde se dirige o comportamento de faltar, bem se espelhando a inteira iconicidade que se pode inteligir em

alguém cumprir com o dever para (com) alguém,

“preposições” plenas de semântica icônica, ao contrário do vazio que a Língua desconhece.

II. 1. 3. Desconstrução 3, “Cumplicidade”

3. “*cúmplice/com marginais/num crime*” (LUFT, 1993, p. 5)

Na reduplicação do outrora “prefixo” *cum-*, “ant. [“antigo”] *com*” (TORRINHA, 1945 [1937]) > *complex*²¹⁹, em “preposição” *com* — *cúmplice com* —, já se pode intuir o desenho harmônico da redundância, que, em Língua, explicita coerência. Não se trata, pois, de “regência” como expediente formal identificado com “subordinação” (vejam-se minhas considerações no início deste capítulo), na chave de um automatismo determinado por “base” anterior conforme leciona Luft (1993, p. 5; os negritos são meus; replico integralmente a citação na nota 268 e muito parcialmente na nota 334):

“Em sentido restrito [em oposição a “sentido amplo”, disciplinado no texto] (...), **regência é a subordinação** especial de complementos às palavras que os prevêm na sua significação.

Assim, *cúmplice*, na sua significação, implica ‘co-autoria’ ou ‘envolvimento’ e[m?] ‘ato (negativo)’: em *cúmplice/com marginais/num crime*, o (nome) adjetivo *cúmplice* rege dois ‘complementos nominais’, *com marginais* e *num crime*; é um caso de ‘regência nominal’.

Pôr, na sua significação, implica ‘objeto (a movimentar)’ e ‘lugar-meta’: em *pôr/o livro/na estante*, o verbo *pôr* rege dois ‘complementos verbais’, *o livro* e *na estante*; é um caso de ‘regência verbal’. **O verbo *cumpliciar*** (ou *acumpliciar*), derivado do citado adjetivo *cúmplice*, **rege complementos**

²¹⁹ *cúmplice* < *complice(m)*, lexicogênico acusativo de *complex*, *-icis*, < *com-/cum-* + **plek*: note-se, para além da mera plástica da cadeia, a alta metaforicidade que há na formação da palavra, *parabola* adveniente da imagem de um “*con*-junto de **dobras**, **plek*”

verbais precedidos das mesmas preposições regidas pela base adjetiva:
 (a) *cumpliciar-se/com alguém/em algo*.

Outros nomes e verbos dispensam complemento(s): *casa, corpo, mesa, rosa...*; *azul, eterno, moreno...*; *bocejar, chover, dormir, morrer...*

Regência em sentido restrito é, pois, a necessidade ou desnecessidade de complementação implicada pela significação de nomes (substantivos, adjetivos, advérbios) e verbos. (...).

Apesar do automatismo que acuso, saliento aí a virtude conceitual que há em associar “complementos” às “palavras que os prevêm na sua significação” (*supra*). Parece que no uso comum associamos a ideia de “complemento” à ideia de algo que “vem depois” do objeto em questão, algo que se pospõe ao objeto, à maneira de “su(b)-plemento”, como se tivéssemos um objeto essencialmente carente daquilo que inteiraria sua unidade. Não de todo equivocada, essa ideia pode, entretanto, dar lugar a certa precisão trazida pela etimologia: *com-ple-mento* é aquilo que (pre-)en-*che* o objeto — veja-se a relação etimológica **plē*, “encher”, > *-che-* —; em Língua, é aquilo que corresponde a algum (pre-)en-*ch-i-mento* discursivo de um componente aberto do próprio núcleo semântico da palavra em questão, como “um livro”, bem como “na estante”, para o comportamento de “pôr”, então o sintagma *um livro*, bem como o sintagma *na estante*, para o verbo *pôr*, que “na sua significação, implica ‘objeto (a movimentar)’ e ‘lugar-meta’” (*supra*).

Todavia, quando versam sobre “complemento” em língua, os textos representativos da tradição gramatical situada sobretudo entre o normativo e o escolar, em vez de dizer *o* que é “complemento”, costumam imediatamente pospor à questão aí embutida certa tipologia do tipo “isto se usa assim, segundo esta partição”:

“COMPLEMENTOS (...)

1. O lugar

- **Onde** (*ubi*) (...)
(...)
- **Para onde** (*quo*) (...)
(...)
- **Donde** (*unde*) (...)
(...)
- **Por onde** (*qua*) (...)

(...)

2. A distância

(...)

3. A medida

(...)

4. O tempo

(...)

5. Complementos de causa, meio, modo, companhia, ponto de vista, preço, valor, qualidade, matéria e origem

(...)

6. As várias expressões de fim

(...)"

(ALMENDRA; FIGUEIREDO, 1982, p. 189-200);

“COMPLEMENTOS CIRCUNSTANCIAIS

1. QUESTÕES DE LUGAR

A) Lugar onde

(...)

B) Lugar donde

(...)

C) Lugar por onde

(...)

D) Lugar para onde

2. QUESTÕES DE TEMPO

(...)

(...)

3. INSTRUMENTO

(...)

4. PREÇO

(...)

(...)

6. CAUSA

(...)

7. MODO

(...)

8. LIMITAÇÃO OU PARTE

(...)

9. DISTÂNCIA

(...)

10. EXTENSÃO E MEDIDA

(...)

11. MATÉRIA

(...)

(...)

13. QUALIDADE

(...)

14. FIM

(...)

15. COMPANHIA

(...)

16. ORIGEM

(...)"

(FREIRE, 1956, p. 153-83)²²⁰.

Vê-se aí recorrente prática expositiva que não diz *o* que *é* a categoria linguística em pauta, talvez entendendo e decerto fazendo entender que a pauta deva ser descritiva, não propriamente explicativa, menos ainda especulativa. Ora, isso sabota a pergunta socrática “*o* que *é*?”, τὸ “τί ἐστί;”, que está embutida em todo discurso expositivo porque indaga sobre a **natureza do** que **seja**, e por isso é uma pergunta imprescindível; é a partir dela que se abre caminho para a pergunta que decerto tornaria menos angustiosos os estudos linguísticos se fosse formulada em sentido metafísico: a pergunta “por quê?”.

A razão de falarmos em “complemento” há de estar mesmo relacionada à percepção daquela correspondência entre um (pre-)en-*ch*-i-mento discursivo e um componente aberto do núcleo semântico da palavra, correspondência que deve ser acatada para a inteligência desangustiada do que seja “complemento” e para a conseqüente distinção entre “complemento” e “adjunto”, mas nada disso nos informa sobre a ontogenia das formulações candidatas a ser entendidas como “adjuntos” ou então candidatas a ser entendidas como “complementos”, nada disso nos informa sobre a ontogenia da Língua, porque nada disso nos informa sobre as imagens que desenham as formulações. Até aí estamos numa “*Sintaxe discursiva*”, já no âmbito de relevante apercepção das relações, mas bem ainda a alguns passos da molecularidade na qual a Língua se engendra. É nessa molecularidade que a pergunta “por quê?” talvez encontre sua resposta última, segundo o fenômeno primeiro da metaforicidade espacial que constitui a Língua.

É nessa metaforicidade, então, que se encontra desenhada a motivação do que acima chamei “reduplicação do outrora ‘prefixo’ *cum-*, ‘ant. [‘antigo’] *com*’ (TORRINHA, 1945 [1937]) > *complex*, em ‘preposição’ *com* — *cúmplice com* —, já se

²²⁰ Replico segmentos dessas citações, estendendo-os e acrescentando-lhes críticas, no item II. 4.

pode[ndo] intuir o desenho harmônico da redundância, que, em Língua, explicita coerência”; antes, é mesmo na metafóricidade da Língua que se encontra a motivação da escolha do antigo “prefixo” *com-* > *cum-* e da escolha das “preposições” *com* e *em* — *cum-plice com marginais em um crime* —, escolha imagética, de cunho físico-espacial, movimental *ex opposito*:

- imagem de lateralidade-*lugar-onde* em

com marginais,

metafórico ladeamento, *lugar onde*, a abstrair-se na ideia de “envolvimento” que, por sua vez, a ideia de “*co(m/n)*-autoria” implica em sua semântica fundamental; essa imagem replica, a bem de a reiterar, coerentemente, a mesma imagem de lateralidade-*lugar-onde* formadora da própria palavra

cum-plice,

ou seja, é imagem que se auto-replica, numa espécie de redundância que formaliza a *con*-gruência das *con*-struções, atestando a *co(n)*-erência formal da Língua; veja-se, na formação dessa palavra, o produtivo amálgama que há entre a imagem de “*con*-junto”, dada por *com*, e a imagem de “dobramento”, “enlaçamento”, “envolvimento”, dada pela raiz **plek*, que guarda a ideia de “dobra”, resultando a imagem altamente metafórica do “*con*-junto de **dobras**, **plek*”, da “profusão de fios enlaçadores” a caracterizar a cumplicidade;

- imagem de *lugar onde* em

num crime < em um crime,

metafórica estaticidade, não-movimento, a abstrair-se propriamente na ideia do “lugar”, virtual, em que aquela cumplicidade se dá, “ali”, naquele lugar, no “lugar” do crime, no “lugar” onde o crime acontece, no **lugar metafórico** representativo do crime,

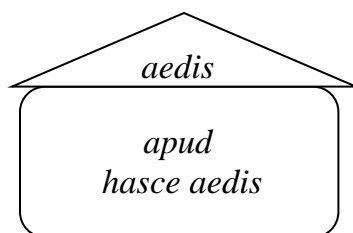
mais uma vez **lugar**, mais uma vez movimento ou não-movimento, mais uma vez **espaço** a *localizar* a ontogênese da Língua.

II. 1. 4. Desconstrução 4, “Preenchendo a casa”

4. “Pl., *Am.* [Plauto, *Amphitruo*] 350: *quid apud hasce aedis negoti est tibi?* ‘qu’as-tu à faire près de cette demeure?’”
(ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. 35)

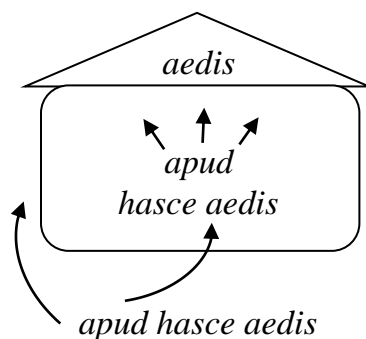
Aqui, como ponto de partida, replico a análise que realizei sobre verso de Plauto no subitem I. 1. 1, em que, sobre certa natureza ambígua da “preposição” *apud*, discrimino

(a) imagem de imersão-*lugar-onde* no conjunto “casa”, expresso pelo “latim” *aedis* em *apud hasce aedis*,



(Figura 12),

(b) imagem de lateralidade-*lugar-para-onde*, igualmente expressa em *apud hasce aedis*, relativamente aos elementos que compõem aquele conjunto, elementos que estão imagetivamente dentro da “casa” dentro da qual se está ou diante da qual se está, então como que se estando diante desses elementos, voltando-se para essas unidades,



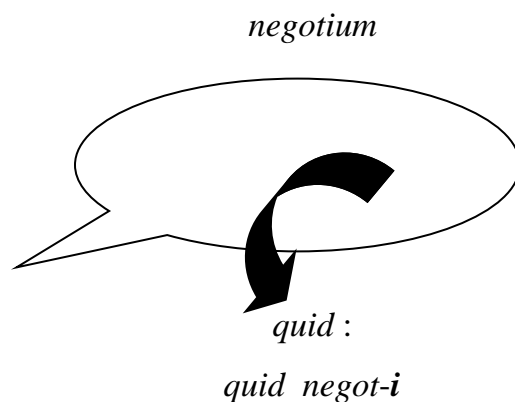
(Figura 13),

imagnetização expressa na decodificação “qu’as-tu à faire près de cette demeure?” (ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. 35), tradução discursivamente competente, entretanto encobridora das relações originais de

quid apud hasce aedis negoti est tibi?,

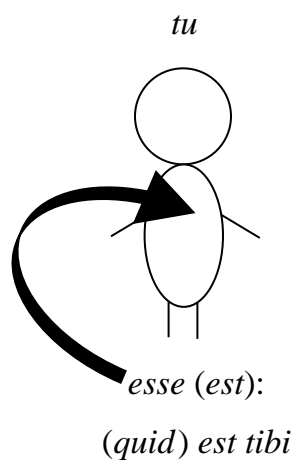
de ontogenia triplamente movimental, em que se têm

(1) movimento de *lugar de onde* metaforicamente realizado pela entidade substantiva representada por *quid*, que está em *pró* do *nome* que discursivamente responderá à *interrogação* que se formula, ou seja, na expressão linguística o *pronome interrogativo* representa a entidade substantiva que se separa do *arqui-frame* “assunto”, “atividade”, “negócio”, *negotium*, perguntando “quê?” do conjunto “negócio” está em jogo, “que parte?” daquele “todo” recobrirá a questão, *quid* de todo o *negotium* efetivamente *est*, sendo *negotium* o *lugar de gênese* de *quid*, lugar de pertencimento e então caracterização dessa substância, “*quid negot-i est?*”, então *lugar de onde*, lugar *de* onde a substância *se afasta*,



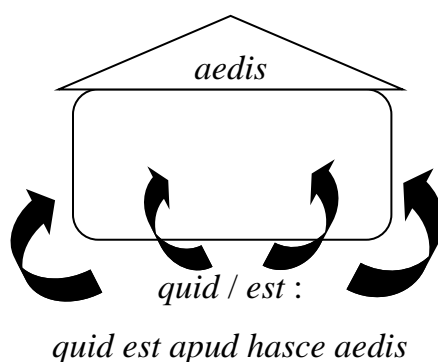
(Figura 14),

(2) movimento de *lugar para onde* metaforicamente realizado pela essencialidade intransitiva representada por *est*, verbo essencial, *esse*, que corresponde ao comportamento por sua vez realizado por aquela entidade substantiva representada por *quid*, indagando-se “*quid est?*”, ou seja, indagando-se “quê?” esse mesmo sujeito *quid* “é”, assim bem se representando aproximação da essencialidade intransitiva ao arqui-*frame* “tu”, então se expressando o lugar-escopo da essencialidade, o ponto de *interesse* ao qual a essencialidade *se dá*, “que é *para ti?*”, *dativo de interesse, tibi*, em movimento de *lugar para onde*, lugar-“tu” *para* o qual *se vai* em busca do interesse almejado mas ainda não alcançado, lugar de prospecção,



(Figura 15),

(3) movimento de *lugar para onde* que metaforicamente pode haver sido realizado pela essencialidade intransitiva representada por *est*, bem como pode haver sido realizado pela entidade substantiva representada por *quid*, ou seja, movimento metafórico incidente sobre toda a sentença, uma vez que indicia o lugar em direção ao qual se volta a entidade representada por *quid* mas então se volta sendo o que é, somente é se voltada para esse lugar, representando-se aproximação ao *arqui-frame* “esta casa”, *has aedis*, em movimento de lugar *para* o qual *se vai*, lugar de prospecção, lateralidade-*lugar-para-onde* relativamente aos elementos que compõem o conjunto “esta casa”, como que se estando diante desses elementos, voltando-se para essas unidades, ou relativamente ao conjunto inteiro, “esta casa”, estando-se diante desse conjunto, voltando-se para ele, sempre *lugar para onde*:



(Figura 16).

Atente-se à forma arcaica *aedis* do acusativo plural clássico *aedes*; entenda-se ali *has aedes*, excluída a “partícula demonstrativa” *-ce* da formulação original *hasce aedis*. O sentido “casa” da forma plural é, segundo o que proponho, não um sentido singular, mas um sentido conjunto, na medida em que uma casa é constituída por cômodos, *edifícios* articulados como unidades conjuntas, o mesmo processo metonímico que entendo haver ocorrido, por exemplo, para a gênese do sentido “carta” formalizado pelo plural *litterae*. Esse processo metonímico, no entanto, proponho que se deva entender em viés conceitualmente abstrato o mais possível, sob o risco do anacronismo centralizado em nós

mesmos que ocorre quando olhamos para o passado: o que *nós* chamamos *casa*, porque, segundo uma História que nos toca mais de perto, *nós* enxergamos como objeto uno, talvez os antigos latinos enxergassem como um conjunto de *edificações*, articuladas como unidades conjuntas, porém **unidades**, vistas como vários elementos, algo então nem singular — “casa”, que expressamos *casa* — nem entretanto conjunto, mas propriamente plural e por isso iconicamente expresso em plural — *aedes* —, o mesmo a valer para o que *nós* chamamos *carta*, porque o enxergamos como *uma* folha ou *um* conjunto de folhas, objeto uno que os antigos latinos talvez enxergassem como um conjunto de *letras*, articuladas como unidades conjuntas a formar o que *nós* com alguma clareza entendemos como palavras, porém **unidades**, vistas como vários elementos, algo então nem singular — “carta”, que expressamos *carta* — nem entretanto conjunto, mas propriamente plural e por isso iconicamente expresso em plural — *litterae*.

Não formulo essa hipótese a fim de invalidar o que para mim mesmo são bons exemplos de contiguidade semântica, a contiguidade entre

aedes(-es) (nominativo singular (e nominativo plural) corrente(s) no período clássico) a entender-se como “edificação(-ões)” e *aedes* (nominativo plural corrente naquele período) a entender-se como “conjunto de edificações interarticuladas / casa”

e a contiguidade entre

littera(e) a entender-se como “letra(s)” e *litterae* a entender-se como “conjunto de letras interarticuladas / carta”.

Ao contrário de invalidar a apreciação de contiguidade semântica, entender *aedes* como “conjunto de edificações interarticuladas” e entender *litterae* como “conjunto de letras interarticuladas” é mesmo prescindir da ideia de contiguidade, porque apenas se acrescenta aí a ideia de conjunto, que já está na ideia de plural e por isso já está na expressão plural; o que há então é o acréscimo extralinguístico de que “um conjunto de edificações interarticuladas” possa ser, no mundo, “uma casa” e o acréscimo extralinguístico de que “um conjunto de letras interarticuladas” possa ser, no mundo,

“uma carta”, ou seja, o acréscimo extralinguístico de que “um conjunto de edificações interarticuladas” possa ser, em *nosso* mundo, o que *nós* enxergamos como “*uma casa*” e o acréscimo extralinguístico de que “um conjunto de letras interarticuladas” possa ser, em *nosso* mundo, o que *nós* enxergamos como “*uma carta*”, e aí está a exigência de entender esse processo metonímico no que acima chamei “viés conceitualmente abstrato o mais possível, sob o risco do anacronismo centralizado em nós mesmos que ocorre quando olhamos para o passado”: a visão de que ali haja “conjunto” é uma visão nossa, e então a metonímia é estabelecida por *nós*.

Ora, é concebível que, na expressão “latina” correspondente, um romano antigo dissesse algo como

“*enviarei estas letras a César*”

pensando mesmo em

“letras interarticuladas”,

assim como nós dizemos

“*enviarei estas flores a João*”

e pensamos em

“flores arrançadas”,

sem precisar pensar no arranjo.

Não precisamos pensar no ramalhete para pensar nas flores, mas precisamos pensar na carta para conceptualizar aquele “conjunto de letras interarticuladas” que enviamos a alguém como unidade de mensagem. Igualmente concebível, então, é que a diferença que possa haver entre

enviarei esta carta a César

e

has litteras Caesari mittem

seja uma diferença entre conceptualizações mais do que entre realizações divergentes, uma diferença que verdadeiramente não se manifesta na Língua, mas que se esconde em nós.

Assim, a lição precípua que extraio da hipótese que aí esbocei diz pouco sobre *contiguidade semântica*, mas diz muito sobre a **iconicidade** *contínua* que há na língua, entre “as línguas” e na Língua una que pretendo.

II. 1. 5. Desconstrução 5, “É primavera”

5. “(...) Foi há anos, foi há tempos, foi ontem que as vi? Não, ontem não foi. Era **quase primavera** [o negrito é meu], bem me lembro, e ao tempo que não é **quase primavera** [o negrito é meu]! Vi-as, portanto, um dia qualquer (...)” (CARVALHO, 2020, recurso digital)

Ao arrepio da normatividade canônica, o substantivo é que é o modificado em *quase primavera*, segmento extraído da reunião de crônicas *Diários de Emília Bravo*, de Maria Judite de Carvalho. A construção seria

quase era/é²²¹ primavera

se a intenção da autora fosse fazer o advérbio modificar o verbo, distanciando advérbio e substantivo, rara vez neste estudo em que enfatizo a ordenação dos constituintes, fazendo ademais pensar no fator entonação, elementos importantíssimos para a discursividade,

²²¹ Relativamente ao trabalho característico da autora na utilização dos tempos verbais, veja-se, em Barahona (1968, p. 153-75), estudo estilístico sobre o romance *As palavras poupadas*, de 1961.

os quais, entretanto, afasto de minha análise molecular-ontogênica, por considerá-los afetos à realização do texto mais do que à ontogenia da Língua, mais atinentes à tessitura emergencial do *tecido-em-ação*, veiculador da mensagem, do que concernentes ao engendro molecular do *sistema-em-potência*, re-gerador das metáforas.

Na oração

era quase primavera (supra),

note-se aquilo que considero **absoluta intransitividade** do verbo essencial, tendo-se, segundo minha análise,

quase primavera

como **sujeito**,

e aproximando-se o advérbio ao estatuto de *determinante*, estatuto daquilo que *determina*, portanto de algum modo *caracteriza*, à típica maneira, pois, do adjetivo. A hipótese de imbricação entre nome advérbio e função tipicamente adjetival se reitera no segmento

ao tempo que não é quase primavera (supra),

em que o sujeito do verbo essencial é o pronome relativo — não se coaduna com o estilo da autora a omissão de preposição, na realização da chamada “relativa cortadora”, *ao tempo que não é quase primavera* por *ao tempo em que não é quase primavera*, o que me reconduziria à análise anterior, *quase primavera* como sujeito —; daí se deduz função predicativa a

quase primavera,

sob a mesma aproximação do advérbio ao estatuto de determinante.

Ora ao arrepio de certo consenso classificatório, reservo, exclusivamente, a segmento como *ao tempo que não é quase primavera*, ou *este tempo não é quase primavera*, a consideração de *quase primavera* como predicativo do sujeito — sujeito pronominal *que*; sujeito “lexical” *este tempo* —, não simplesmente por estar

“ocupada a posição de sujeito”, conforme se diria à maneira formalista ou mesmo à funcionalista, mas justamente por considerar a formulação segundo nela se revelam as relações estabelecidas. Em

(a) o tempo que (não) é (quase) primavera

ou

este tempo (não) é (quase) primavera,

o que se realiza, no primeiro segmento, é predicar (negativamente) o ser “primavera” ao pronome relativo, **substantividade** (vejam-se passos anteriores neste estudo, bem como ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*) que retoma e incorpora o ser “tempo”, *sujeitando-se que-tempo* à predicação, ou é, no segundo segmento, predicar (negativamente) o ser “primavera” diretamente ao ser “tempo”, *sujeitando-se tempo* à predicação:

<i>que</i> :	sujeito,
<i>(não) é (quase) primavera</i> :	predicado,
<i>(quase) primavera</i> :	predicativo do sujeito,
<i>é</i> :	verbo essencial, intransitivo ,

ou seja,

“*que-tempo*, tomando-se como (quase) primavera, (não) é”;

<i>este tempo</i> :	sujeito,
<i>(não) é (quase) primavera</i> :	predicado,
<i>(quase) primavera</i> :	predicativo do sujeito,
<i>é</i> :	verbo essencial, intransitivo ,

ou seja,

“*este tempo*, tomando-se como (quase) primavera, (não) é”.

Em

era (quase) primavera,

o que se realiza, entretanto, não é predicar, mas é afirmar absoluta, substancialmente, o ser “primavera”, em sentido de unidade, sentido primeiro de *ser*, como se afirma que “Sócrates *é*” (veja-se a Introdução deste estudo) ou que “Deus *é*” (igualmente, veja-se no presente capítulo), *sujeitando-se primavera* àquela afirmação:

(quase) primavera: sujeito,

era: predicado, composto exclusivamente pelo verbo essencial, **intransitivo**,

ou seja,

“(quase) primavera tomava-se absoluta e substancialmente,

em sentido de unidade,

sentido primeiro de *ser*”,

ou seja,

“(quase) primavera **era**”,

(quase) primavera **era** e não se predicava a nada, propugnação em função da qual, se argumento formal me é solicitado, basta argumentar a inexistência daquilo a que se predicaria. Isso é sumariamente desconsiderado por toda tradição gramatical que dê voz ao que acima chamei “certo consenso classificatório”, tradição que aqui é bem representada por Luft (1993, p. 7-9):

“São as posições (...) sujeito, verbo e complemento ou predicativo (...) que determinam os padrões de oração [“moldes sintáticos segundo os quais se constrói toda e qualquer frase efetiva” (LUFT, 1993, p. 6) (veja-se a nota 184)], já que os adjuntos adverbiais (...), facultativos, podem ocorrer igualmente em qualquer oração [*sic: posição?*]. Abstraindo pois de (...) [a posição correspondente à função de adjunto adverbial], passamos a relacionar os diversos padrões particulares deriváveis dos dois padrões gerais ou abrangentes: dois grupos, *verbais* e *nominais*, pelo critério da natureza do verbo (...), cada um com dois subgrupos, *pessoais* e *impessoais*, pelo critério da presença ou ausência de sujeito.

1 - Padrões verbais

1.1 - *essoais*

1.1.1 - O [S V]²²²

1.1.2 - O [S V OD]²²³

1.1.3 - O [S V OI]²²⁴

1.1.4 - O [S V OI¹ OI²]²²⁵

1.1.5 - O [S V OD OI]²²⁶

1.1.6 - O [S V OD OI¹ OI²]²²⁷

Exemplos de frases (dois para cada padrão):

(...) *A criança dorme.*

(...) *As águas tremulam.*

(...) *A menina apanhou a boneca.*

(...) *“A verdade tem asas” (Prov.).*

(...) *Os filhos obedecem ao pai.*

(...) *“Todo passarinho gosta do seu ninho” (Prov.).*

(...) *O professor falou aos alunos sobre educação.*

(...) *O zelador foi da portaria (até) à garagem.*

(...) *João entregou os recibos ao gerente.*

(...) *A faxineira atirou os papéis à (na) cesta de lixo.*

(...) *O bedel transportou as malas da portaria para o carro.*

(...) *Luísa traduz cartas do alemão para o português.*

1.2 - *impessoais*

1.2.1 - O [V]²²⁸

1.2.2 - O [V OD]²²⁹

1.2.3 - O [V OI]²³⁰

Exemplos de frases (dois para cada padrão):

(...) *Chove (ou Está chovendo, Tem chovido).*

(...) *Tem estado ventando.*

(...) *Houve problemas.*

(...) *Está fazendo calor (ou frio).*

(...) *Basta (ou Chega) de improvisações.*

(...) *Passava das oito (horas).*

²²² Leia-se “a oração é formada por sujeito e verbo”.

²²³ Leia-se “a oração é formada por sujeito, verbo e objeto direto”.

²²⁴ Leia-se “a oração é formada por sujeito, verbo e objeto indireto”.

²²⁵ Leia-se “a oração é formada por sujeito, verbo e dois objetos indiretos”.

²²⁶ Leia-se “a oração é formada por sujeito, verbo, objeto direto e objeto indireto”.

²²⁷ Leia-se “a oração é formada por sujeito, verbo, objeto direto e dois objetos indiretos”.

²²⁸ Leia-se “a oração é formada apenas por verbo”.

²²⁹ Leia-se “a oração é formada por verbo e objeto direto”.

²³⁰ Leia-se “a oração é formada por verbo e objeto indireto”.

2 - Padrões nominais

2.1 - *personais*

2.1.1 - O [S V_{pred} Pvo¹]²³¹

2.1.2 - O [S V_{pred} Pvo²]

2.1.3 - O [S V_{pred} Pvo³]

2.1.4 - O [S V_{pred} Pvo⁴]

Exemplos de frases (dois por padrão):

(...) *Aquele menino é um gênio.*

(...) *Maria está uma mulher.*

(...) *A vida é bela.*

(...) *As frutas estão maduras.*

(...) *A praia é (ou fica) longe (ou perto).*

(...) *A reunião será amanhã.*

(...) *O saco era de plástico.*

(...) *A criança estava com gripe.*

Como se observa, aqui a especificação dos padrões se fez com base na classe do predicativo: sintagmas nominal substantivo (Pvo¹), adjetivo (Pvo²), adverbial (Pvo³) e preposicional [*sic: preposicionado*] (Pvo⁴). O padrão 2.1.3 mostra que também advérbios funcionam como predicativo (ao da frase (...)) [*A praia é (ou fica) longe (ou perto)*] se pode chamar de ‘predicativo locativo’).

2.2 - *impessoais*

2.2.1 - O [V_{pred} Pvo¹]²³²

2.2.2 - O [V_{pred} Pvo²]

2.2.3 - O [V_{pred} Pvo³]

2.2.4 - O [V_{pred} Pvo⁴]

Exemplos de frases (dois por padrão):

(...) *É primavera. São duas horas.*

(...) *Estava calor.*

(...) *Está quente (ou frio).*

(...) *Está (ou Ficou) nublado.*

(...) *Era cedo.*

(...) *Foi ficando tarde.*

(...) *Era à noite.*

(...) *Foi em janeiro (ou no verão passado).”,*

em que, no primeiro exemplo do último subgrupo, se pretende ligar a primavera ao que não existe, ligar o improvável predicativo *primavera* por intermédio do pretense “verbo predicativo” *é*, “verbo de ligação” que ligaria o predicativo do sujeito a um sujeito que não existe. Curiosamente, na mesma linha em que a “primavera é”, Luft põe um segundo

²³¹ Leia-se “a oração é formada por sujeito, verbo predicativo [“verbo de ligação, na nossa nomenclatura tradicional” (LUFT, 1993, p. 7)] e predicativo do sujeito”.

²³² Leia-se “a oração é formada por verbo predicativo [“verbo de ligação, na nossa nomenclatura tradicional” (LUFT, 1993, p. 7)] e predicativo do sujeito”.

exemplo, em que as “horas são”, como a pretender mostrar a efetividade da concordância, haja vista à concordância verbal em *são duas horas*, relativamente à qual, entretanto, não se há de dizer que se trate de concordância com o “predicativo” por falta de sujeito: assim como *primavera*, também *duas horas* **é o sujeito** do verbo essencial, porque se predica a esse sujeito o comportamento de ser. “Duas horas” **são** e estão **sujeitas** à predicação de sua essência, no exato sentido de que lhes é intransitivamente predicado o próprio ser; não são, elas mesmas, predicadas a nada, mas, como sujeito, afirmam-se absoluta, substancialmente. O ser “duas horas” a partir do consenso do que teria sido “zero hora”, “a hora zero”, afirma-se em sentido de unidade — a *unidade* “duas horas” —, sentido primeiro de *ser*, como a dizer-se

“duas horas se fazem, porque já passaram desde a hora zero;
aqui estão elas constituídas em seu ser”.

Em

são duas horas,

assim como em

é primavera,

a concordância do verbo essencial é mesmo com o sujeito, cujo ser lhe é predicado pelo verbo que diz a essência.

Segundo a postulação da existência de “oração sem sujeito”, que seguiria o “padrão impessoal” (*supra*), “pelo critério da (...) ausência de sujeito” (*supra*), ou seja, um tipo de oração que seria composta apenas por um predicado que predicaria um sujeito que não existe — ou então um predicado que não predica —, nega-se aí a efetiva predicação que há em orações como “*Chove*” (*supra*), que expressam comportamentos correspondentes aos chamados “fenômenos da natureza”, sendo os fenômenos realizações verdadeiramente agentivas, executadas, aliás, por agentes inequívocos se se trata de mensagens denotativas: “chover” é o comportamento realizado pela água que se precipita do céu, então denominada *chuva*, e negar isso é negar ao comportamento seu agente

natural, é negar que “chover” é um comportamento necessariamente predicável à “chuva”, motivo exato pelo qual não se costuma expressar o agente inequívoco. (Veja-se ALONSO JÚNIOR, 2023, *passim*.) *Está chovendo não* é “oração sem sujeito porque o sujeito nunca ou quase nunca se expressa”, mas é oração cujo sujeito nunca ou quase nunca se expressa porque é denotativamente inequívoco, um **sujeito** inequívoco; talvez o mesmo se desse na expressão

está derretendo

se flocos de gelo *a derreter* fossem uma visão tão comum entre nós quanto a visão de gotas de chuva a cair do céu, e talvez se cunhasse um nome singular para os inúmeros flocos “derretentes”, como se cunhou para as inúmeras gotas de *chuva*, como se cunhou para os inúmeros flocos de *neve* depois de muito se ver *nevar*.

Observe-se, em Pereira (1945 [1907], p. 224-5), veemente negativa do que proponho quanto à inexistência de sujeito, ali se dizendo “indeterminação” sob rótulo genérico:

“Indeterminação do sujeito

(...) O SUJEITO e o PREDICADO são têrmos correlativos, m utuamente se reclamam, e a coordenação de ambos nos dá o conceito da proposição gramatical. São, por isso, chamados membros *essenciais* da proposição, que sem êles não se concebe.

Entretanto, as proposições de verbos *impessoais* não têm sujeito gramaticalmente conhecido. Quando dizemos — *contam cousas espantosas*, evidentemente existe algures um sujeito-agente responsável pela ação expressa no verbo *contam*, empregado impessoalmente. êsse sujeito-agente, lógicamente afirmado,   gramaticalmente indeterminável, e, portanto, *indeterminado*. Essa indeterminação do sujeito de modo nenhum nega a sua existência real.

Além dêsse processo, a que se prestam os verbos — *contar, dizer, referir, falar* e outros, de se impessoalizarem eventualmente na 3.à pessoa do plural, a cada passo aparecem na frase verbos, mormente no modo infinitivo, com indeterminação do sujeito-agente, p. ex.: *Convém ESTUDAR para APRENDER, pede-se não CUSPIR no chão, aqui SE ENTRA e SE SAI sem licença*.

A dificuldade de se conhecer um sujeito refere-se apenas aos impessoais *próprios* (*chover, trovejar*, etc.) e certas expressões verbais *neutras* (*ser tarde, fazer calor*, etc.).^[1] De fato, mais por analogia do que pelo sentido, supomos um sujeito indeterminado nas seguintes *proposições*: *Chovia a cântaros, trovejou t oda a noite, amanheceu cedo, fêz calor, ficou tarde,   cedo, há homens*. A natureza d esses predicados não reclama com a mesma clareza a existência algures de um sujeito. Todavia, os gramáticos romanos imaginavam, para os

impessoais próprios, *Júpiter* ou o *céu*: *Jupiter pluit = Júpiter chove*. Seguindo-lhes a traça, nossos velhos gramáticos vão buscar na fantasia um sujeito adequado a tôdas as orações de verbos impessoais: *o céu* ou *a nuvem chove*, *o tempo faz frio*, *a sociedade há homens*, *a mesa tem iguarias*. Análise esta artificial e absurda; êstes sujeitos são meras ficções. Impelida, contudo, por essa corrente analógica, há a tendência, no português popular, como sucede normalmente no francês e no inglês, de dar o pronome pessoal *êle* como sujeito fictício: — *Êle é muito dia* (A. P. [Padre Antônio Pereira]), *êle vai chover* (vide *Gr. Histórica*, 401-406.)^[1] O sujeito de tais verbos é *indeterminado*, e qualquer determinação nos leva a uma análise rebuscada, artificial e bárbara.

(...)

Trata-se de segmento da *Gramática expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), noto representante da gramaticografia brasileira do final do século XIX e do início do XX, posterior ao que ali se qualifica como “nossos velhos gramáticos”, que teriam ido “buscar na fantasia um sujeito adequado a tôdas as orações de verbos impessoais”, “seguindo-lhes a traça” aos “gramáticos romanos[, que] imaginavam, para os impessoais próprios, *Júpiter* ou o *céu*”. “Imaginavam” porque teriam sido tão fantasiosos quanto fantasiosos teriam vindo a ser “nossos velhos gramáticos”, que então coabitavam com “a tendência, no português popular, como sucede normalmente no francês e no inglês, de dar o pronome pessoal *êle* como sujeito fictício”. Partilho dessa ficção, que não resulta em análise nem “absurda” nem “bárbara” em sentido nenhum, mas é mesmo “*re-buscada*”, porque *busca*, em certo *re-cuo* temporal e metodológico, a ontogênese da formalização dos comportamentos que vieram a ser expressos pelos “impessoais próprios (*chover*, *trovejar*, etc.)” e dos comportamentos que vieram a ser cunhados segundo “certas expressões verbais *neutras* (*ser tarde*, *fazer calor*, etc.)”; é também uma análise “*arti-ficial*”, porque se vale de *fazer* uma *arte* que se pretende reconstitutiva daquela ontogênese. O que des-*artificializa* o *re-cuo técnico* é aquela “**tendência** (...) **popular**, (...) [que] **sucede normalmente** no francês e no inglês, de dar o pronome pessoal *êle* como sujeito fictício”, permitindo-se entender que eu, “nossos velhos gramáticos” e os imaginativos gramáticos romanos estejamos e tenham vindo a estar bem-acompanhados por certa **normalidade**, certa naturalidade delatada por uma “**tendência** (...) **popular**”. Segundo o que proponho, não é “(...) mais por analogia do que pelo sentido (...) [que] supomos um sujeito indeterminado nas (...) *proposições* (...) *Chovia a*

cântaros, trovejou tôda a noite, amanheceu cedo (...)”, mas, **acima da analogia formal, é pela própria logia sob a qual formulamos os comportamentos**, é pela própria intuição de que

“O SUJEITO e o PREDICADO são têrmos correlativos, m utuamente se reclamam, e a coordenação de ambos nos dá o conceito da proposição gramatical. São, por isso, chamados membros *essenciais* da proposição, que sem êles não se concebe.” (*supra*, p. 224),

ou seja, “supomos um sujeito” pela própria intuição de que a realização de um comportamento pressupõe a existência de um agente que se comporte, qualquer que seja o comportamento. Ora, “A natureza d(...)[aqueles] predicados não reclama com a mesma clareza a existência algures de um sujeito” (*supra, ibidem*) exatamente porque ali o sujeito   contextualmente presumível, conotativamente livre, denotativamente inequívoco.

Reclamar “a existência algures de um sujeito” à necessidade que está na Língua, porque está no mundo a exigência de que todo e qualquer comportamento *se atualize* em função de algum ente ou de algum elemento entific vel que seja *eficiente* para aquilo que *se faça*, necessário ponto de origem do comportamento, uma das causas aristotélicas (vejam-se considerações no item II. 4) de intuição que me parece inegável. Ora, todo e qualquer comportamento é o próprio *ato da atualização* e requer “alguém” que de algum modo *aja* para que se tenha algum modo de *agir*, ou seja, para que se tenha um comportamento. O que não   exigência é o desvelamento daquela causa; não   exigência a *expressão* do sujeito.

O “processo(...) a que se prestam os verbos — *contar, dizer, referir, falar* e outros(...) de se impessoalizarem eventualmente na 3.^a pessoa do plural” (*supra, ibidem*) semelha expediente singelo do qual lançamos mão quando não queremos ou não podemos enunciar a identidade do sujeito, não raro ignorada ou muito coletivamente partilhável e atribuível a vários entes, recorrendo na experiência humana o comportamento de pessoas que

“*contam cousas espantosas*” (*supra, ibidem*),

verdadeiramente “*espantosas*” — o espanto bem frequenta nossa experiência — ou ficcionalmente “contadas”, exemplo que poderia dar lugar a exatamente qualquer outro, dada a absoluta irrelevância do conteúdo do comportamento; em tese, qualquer comportamento humano pode ser realizado por qualquer humano, assim como ficcionalmente qualquer humano pode realizar qualquer comportamento divino, bem como os deuses olímpicos mitologicamente podem realizar e os animais ditos irracionais fabularmente realizam qualquer comportamento imaginável. Acionar uma *pessoa* do discurso como expediente para *impessoalizar* os verbos, nomeadamente acionar para isso a 3ª pessoa do plural, faz entender que associar o comportamento a uma coletividade é uma simulação; ainda que somente Júpiter pudesse assumir o aspecto de Anfitrião — o que leva a supor que ele pudesse também “chover” —, podemos atribuir aquele comportamento a qualquer agente que se comporte, e é assim que, sem desvelar a identidade desse agente, formalizamos a expressão do comportamento simulando a partilha entre agentes indeterminados,

assumem o aspecto de Anfitrião os que desejam enganar,

uma 3ª pessoa do plural capaz de evocar

“todas as pessoas”,

“elas todas”,

“eles”,

então

“quaisquer”

ou

“muitos”

ou

“alguns”

ou

“somente um, como potencialmente todos”,

indeterminação que se vale da generalidade, focalizando-se a formalização exatamente aí.

Focaliza-se a formalização no próprio comportamento quando “a cada passo aparecem na frase verbos, mormente no modo infinitivo, com indeterminação do sujeito-agente, p. ex.: *Convém ESTUDAR para APRENDER, pede-se não CUSPIR no chão, aqui SE ENTRA e SE SAI sem licença*” (*supra, ibidem*), uma vez que o “modo” infinitivo, forma *nominal* do verbo, é o próprio *nome* substantivo do comportamento e ao comportamento lança luz, não ao agente, e a 3ª pessoa do singular com “índice de indeterminação do sujeito” para verbos em expressão desenvolvida, espécie de decalque da forma passiva “latina”, parece um modo de iconização disfarçada, em que se simula um apassivamento pessoal, focalizado numa 3ª pessoa que receberia o comportamento, à maneira propriamente passiva ou reflexiva, para configurar um comportamento como que voltado para si mesmo, como se a aparente reflexividade incidisse sobre o comportamento em si mesmo considerado.

Assim se indeterminam os sujeitos “determinandos”, aqueles que normalmente devem ser determinados a bem da esperada completude da mensagem pautada em comportamentos atribuíveis a vários agentes, esperando-se, pois, que se explicito o agente a quem o comportamento se atribui. Não se espera, entretanto, que se explicito o agente a quem se atribui o comportamento de “chover”, porque, rigorosamente por natureza, esse comportamento já está atribuído ao único agente que o pode realizar em sua natureza denotativa.

Também “era quase primavera” em belo texto de Paulo Mendes Campos, em que o clima (quase) primaveril é ressaltado pelo momento em que “Era bem de manhãzinha”:

5a. “Na inelutável necessidade do amor (era quase primavera) pombo e pomba marcaram um encontro galante quando voavam e revoavam no azul do Rio de Janeiro. Era bem de manhãzinha.” (CAMPOS, 1962, p. 93).

O amor *ne-cess-ário*, que *não* se pode *ceder*, a que *não se destina* a possibilidade de *cessão* — mais ou menos como ao *arm-ário se destinam* as *armas* e ao *banc-ário se destinam* os terríveis trabalhos do *banco*, que, como arsenal de riqueza, *se destina* ao *banqu-eiro* por mera metátese —, aquele amor é um amor cuja necessidade é alimentada pelo impulso (quase) primaveril (que o texto revela entre parênteses), “(era quase primavera)”, e pelo frescor da tenra manhã, “Era bem de manhãzinha”.

Essa é uma versão modificada do texto que o autor publicara, em jornal, dois anos antes. Ali, não “era quase primavera”, e a “manhãzinha” já se fazia “manhã”, “Era de manhã”:

5a’. “Na necessidade do cio (outono de abril) pombo e pomba marcaram um encontro de amor a voar no azul. Era de manhã.” (CAMPOS, 1960),

“manhã” que estava presentificada na canção “Estrada do Sol” (JOBIM; DURAN, 1958), porque, no momento da canção, “É de manhã”:

5b. “É de manhã
Vem o Sol
Mas os pingos da chuva
Que ontem caiu
Ainda estão a brilhar
Ainda estão a dançar
Ao vento alegre
Que me traz esta canção

É de manhã
Vem o Sol
Mas os pingos da chuva
Que ontem caiu
Ainda estão a brilhar
Ainda estão a dançar
Ao vento alegre
Que me traz esta canção

Quero que você
 Me dê a mão
 Vamos sair por aí
 Sem pensar
 No que foi que sonhei
 Que chorei, que sofri
 Pois a nossa manhã
 Já me fez esquecer
 Me dê a mão
 Vamos sair pra ver o Sol

É de manhã
 Vem o Sol
 Mas os pingos da chuva
 Que ontem caiu
 Ainda estão a brilhar
 Ainda estão a dançar

Me dê a mão
 Vamos sair pra ver o Sol
 Me dê a mão pra ver o Sol”.

“É de manhã” — já não “Era de manhã” nem “Era bem de manhãzinha —, portanto “Vem o Sol”, “mas” ele ainda não evaporou “os pingos da chuva que ontem caiu”:

a chuva (que) caiu

é formulação que não nega ao comportamento, “cair”, o referimento do agente que se comporta, “a chuva”,

“a chuva caiu”;

ora,

“a chuva cair”

significa exatamente a chuva cumprir a determinação que a sua natureza e a Natureza em si mesma lhe destinam, que é o comportamento de

“a chuva chover”,

podendo ser “*a nuvem chove[r]*” (PEREIRA, 1945 [1907], *supra*, p. 224), porque “a nuvem” é a chuva antes de ser chuva, e podendo ser “*o céu (...) chove[r]*” (*idem, ibidem; supra*), por relação metonímica entre “céu”, “nuvem” e “chuva”, no desenho único de um movimento que, visto daqui da terra, é um modo de “vir para baixo”, em Jobim e Duran (1958) textualizado verbalmente por

caiu

e *iconizado musicalmente* pelo desenho melódico em tercinas descendentes,

Estrada do Sol

(Bossa) Tom Jobim &
Dolores Duran

The musical score for "Estrada do Sol" consists of several systems of staves. The first system shows the piano introduction with a descending triplet melody in the right hand and a bass line with chords Gm7 and C9. The second system continues the piano introduction. The third system shows the main melody with a descending triplet and a bass line with chords Fmaj7, Gm7, Am7, and Gm7. The fourth system is the first ending, marked with a first ending symbol and a repeat sign. The fifth system is the second ending, marked with a second ending symbol and a "D.C. à Coda" instruction, with a bass line containing chords Fmaj7, Bbm7 Eb9, Am7, D9, and Abm7 C#9. The sixth system is the Coda, marked with a Coda symbol, with a bass line containing chords Fmaj7, Cm7, Fmaj7, and Cm7. The seventh system is a film ending, marked with "(Film)", with a bass line containing chords Fmaj7 and D7#9. The eighth system is a final bass line with chords Fmaj7 and D7#9.

(Figura 17),

cujas duas notas mais baixas coincidem com as duas sílabas do verbo da “queda”,

ca-ii,

e depois coincidirão com as duas sílabas do verbo do “carregamento *pra baixo*”, do “estar a *su(b)portar* lá embaixo”,

so-fri,

so-frer < **suf-ferere* (forma românica, analógica) < *suf-ferre* < *sub-ferre*,

expediente retórico altamente codificado, hajam vista, por exemplo, as cantatas barrocas, como as de Johann Sebastian Bach (1685-1750), em que a descendência melódica conduz ao mal e a ascendência ao Bem Supremo; aqui, o bem supremo é a alegria do eu lírico metonimizada metalinguisticamente n’“o vento alegre que (...) [lhe] traz esta canção”, alegria do eu poeticamente transferida a’“o vento”, metonimicamente a ele estendida, **iconizada** pela coincidência da nota mais alta do texto com a sílaba tônica do adjetivo “alado”,

*a le gre*²³³ < **alicer* < *alacris*,

e depois com a sílaba, tônica, do substantivo monossílabo tônico da ideia de “aproximação cúmplice”,

mão,

em “Me dê a mão | Vamos sair pra ver o Sol | Me dê a mão pra ver o Sol”, à distância de mais de uma oitava entre a nota mais baixa e a mais alta²³⁴, entretanto uma iconicidade

²³³ Esse padrão codificativo foi diariamente ouvido na televisão brasileira durante aproximadamente três décadas, a partir de 1950, mediante a canção “Não espere mamãe mandar” (FANUCCHI; CHAVES, 1950), que exortava as crianças a irem dormir, para que tivessem “um alegre despertar”, preparado pela nota aguda coincidente com a sílaba tônica do adjetivo.

²³⁴ Iconicidade análoga se verifica em “Valsinha” (HOLLANDA; MORAES, 1971; veja-se no Anexo), outra peça do cancionário brasileiro, na qual as personagens se põem “pra rodar” no compasso ternário característico do gênero que, metalinguisticamente, se explicita no título.

Em “L’heure exquise” (HAHN, *in* _____, 1893; veja-se no Anexo), de Reynaldo Hahn (1874-1947), componente do cancionário *Chansons grises*, sobre poemas de Paul Verlaine (1844-1896), a sensação docemente rotativa do acompanhamento pianístico, dada pelo compasso binário composto, emoldura a melodia principal, em que as ocorrências da nota mais alta iconizam as ideias trazidas pelas palavras

aimée,

em “O bien aimée.”,

direta, consensualmente estabelecida, revelada em sua quase-explicitude re-ocorrencial, distante da iconicidade propriamente linguística que me interessa como implicitude a perscrutar.

Veja-se que caracterizo como “iconicidade” o efeito textual da imitação, em que o texto musical parece imitar o texto verbal, numa representatividade estereotipada em que a descendência melódica do texto musical funciona como uma espécie de comentário imitativo da descendência conceitual do texto verbal, e a ascendência melódica de um funciona igualmente para a ascendência conceitual do outro, como se a música desabasse ao inferno e voasse ao paraíso evocados pelo verbo. A execução do texto verbo-musical é em si mesma imitativa, assim como a dramatização de qualquer texto; em execução a duas vozes de “Estrada do Sol” (ESTRADA DO SOL, 2016), as intérpretes cantam juntas, em uníssono, o segmento “me dê a mão” do período “quero que você me dê a mão”, como que a celebrar a união amiga, em iconicidade performática, portanto ultraconsciente, deliberada, artística, artefactada.

Em produção de receptividade menos fácil — nem por isso menos bela, nem por isso mais erudita —, *Un lado, otro lado* (PARASKEVAÍDIS, 1984), da compositora e musicóloga argentina Graciela Paraskevaídis (1940-2017), é, por sua vez, uma obra em que se trabalha, quase sempre alternativamente, ora sobre o extremo agudo, ora sobre o extremo grave do piano; a iconicidade constrói-se em regiões sonoras diferentes, opostas, “lados” opostos, explicitando-se isso no título como referência, explícita, àquelas regiões sonoras, e abrindo-se, ao mesmo tempo, a leituras abstratizantes do que seriam os “lados” aí tematizados, leituras indagadoras do que seria a própria oposição entre “um lado” e o “outro lado”. Ora, a Língua também se constrói, também se explicita

rêvons,
em “Rêvons, c’est l’heure.”,

exquise (veja-se, no item II. 4, minhas considerações etimológico-semânticas),
em “C’est l’heure exquisite.”,

re-alçando, na sílaba tônica de *aimée*, *rêvons*, *exquise*, a sublimidade essencial do texto.

— uma vez que ela é a própria explicitude de referências, não raro sendo ela mesma referencial — e também se abre a leituras abstratizantes e indagadoras, mas “esconde os andaimes”; não revela, de modo simplesmente ofertado, as imagens que inspiraram sua construção, e é aí, nessas imagens, que está a matéria-prima que se presta à abstratização.

A iconicidade que busco é uma iconicidade linguístico-ontogênica e aqui pode ser representada pela positiva existência de sujeito de verbos como *chover*, circunscritos em sua própria denotatividade, bem como pela intransitividade essencial do verbo da essência, que se atribui à subjetividade da “manhã” em

é(ra) (bem) de manhã(zinha),

em que a “manhã(zinha)” não se atribui a nada e nada predica, mas *compõe aquilo a que se atribui essência*, compõe aquilo que *é(ra)*, então compõe o **sujeito**, sendo certa adjacência estrutural do que seria seu núcleo, algo que se *adjuntaria* ao que seria o núcleo do sujeito, *adjuntar-se-ia* como um *adjunto*,

de manhã(zinha),

portanto não precisamente o que se entende como *adjunto adverbial*, à maneira mesmo de uma locução adverbial de tempo, mas, muito a princípio, o que se entende como *adjunto adnominal*,

“tempo” *de manhã(zinha),*

é(ra) (bem) “tempo” de manhã(zinha),

categoria que evoco a bem de instruir o nóculo sintático, algo como “tempo”, do sintagma preposicionado

de manhã(zinha)

e, mais ainda, a bem de explicitá-la como noção improfícua para mim (veja-se o item II. 5), assim como me é improfícuo todo o conjunto dessas noções —

“nódulo sintático”,

“sintagma preposicionado”,

“adjunto adnominal”

—, que servem, umas, a formalismo estrito e, a outra, à tradição gramatical associada àquilo que considero “Sintaxe discursiva”, alheia à atuação do **espaço**, que proponho como fator ontogênico, rigorosamente inspirativo das relações puras que fazem a Língua ser um arsenal imagético.

Ora, segundo o que proponho, **o modo como se formaliza aquele “adjunto” é um modo espacial**. O modo como o *ad-junto* se *ad-junta a(d)* aquilo *a(d)* que se *ad-junta* é sugerido como algo *a(d)proximativo* na superfície da frase, como um satélite que estaria *voltado para* o centro, então o satélite *de manhã(zinha)* voltado para o centro “tempo” (algo como “tempo”), mas a ontogenia foi desenhada imagetizando-se o movimento oposto, não aproximação da periferia ao centro, mas separação do “centro” a partir da “periferia”, então o “centro” “tempo” (algo como “tempo”) separando-se da “periferia” *de manhã(zinha)*, em movimento de derivação, magnífica derivação do que se considera “central” a partir do que se considera “periférico”, ou seja, para mim não se trata de uma aproximação realizada da periferia em direção ao centro, empreendida por um elemento considerado “periférico” (noção que não me aproveita) rumo ao elemento considerado “central” (noção que igualmente não me aproveita), mas, segundo a interpretação que proponho no seio da tentativa de uma elaboração teórica, trata-se de uma separação realizada pelo “centro”, pelo elemento que veio a ser considerado hipotaticamente “central” (noção que, mesmo aí, não me aproveita), a partir da “periferia”, a partir daquele lugar da frase que então se passou a considerar hipotaticamente “periférico”, ou, melhor, a partir daquele **lugar** que faço corresponder ao que então se passou a considerar um lugar frasal “periférico” (noção que só me aproveitaria se também me aproveitasse a noção de hierarquia, que absolutamente descarto), um movimento de *lugar de onde* realizado por certa ideia geral equivalente a “um tempo da manhã(zinha)”, então

“um segmento”, “uma parte” (uma “parte” semântica que seria o “centro” sintático), que se origina de “um todo” que é a “manhã(zinha)” (um “todo” semântico que seria a “periferia” sintática), a “manhã(zinha)” que, por sua vez, pragmaticamente também representa uma parte, ora uma parte do dia da qual metaforicamente se extrai uma parte menor (aquele “segmento”, aquela “parte”, a “parte” semântica que seria o “centro” sintático), mas imagetivamente a “manhã(zinha)” corresponde a um **ponto**, um **lugar**, o lugar-“manhã(zinha)”, *arqui-frame* de onde se afasta um elemento possível que é aquele “segmento”, aquela “parte”, “certa parte” mais ou menos confundível com a própria “manhã(zinha)”, uma vez que a própria “manhã(zinha)”, segundo sua definição partilhada, já é uma parte do dia, daí aquela parte não se explicitar. Isso equivale a admitir que estou propondo um movimento de *lugar de onde* realizado por elemento ausente da explicitude da frase, ausente da emergência que resulta em sua superfície, mas presente em potência e no próprio *ato da formalização*, presente na *forma*: assim como nego que a *Língua* seja definida por sua dimensão expressiva (veja-se atrás, Capítulo II, *caput*), absolutamente não tomo a *forma* como “expressão”, mas proponho-a como potência que se atualiza *con-forme* a imagem que a ontogera. Quando dizemos

na parte da manhã,

não estamos falando de “um pedaço da manhã”, “uma *parte da manhã*”, mas estamos falando da “manhã como um todo”, porque a manhã é uma parte do dia, e então a parte *é* a manhã; o que fazemos ali não é, porém, anadir uma espécie de aposto, à equivalência de

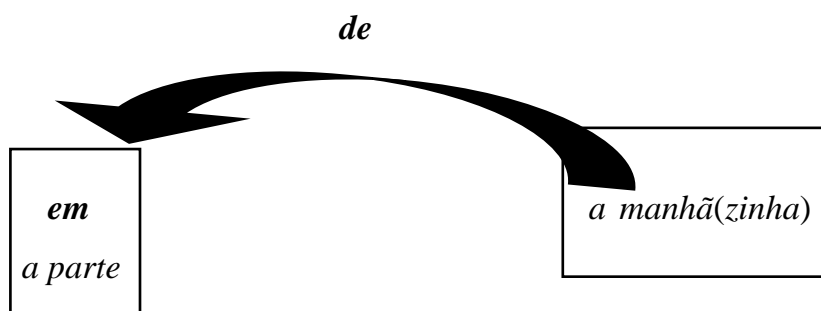
na cidade de Brasília,

em que a cidade expressa *é* Brasília, e se atribui ao sintagma *de Brasília* a qualificação de “aposto de *cidade*”, na desconsideração de que a imagem ontogênica, após o *lugar onde* a que corresponde a formalização *em a cidade*, é então a imagem de *lugar de onde* a que corresponde a formalização *de Brasília*, não porque a cidade “pertença a Brasília”, “seja *de Brasília*”, mas **porque pertence ao *arqui-frame* “Brasília” e *dele*** metaforicamente

se afasta, em imagem de separação, *de Brasília* (veja-se o subitem II. 1. 2). Então quando formulamos

na parte da manhã,

expressamos o *lugar onde* a que corresponde a formalização *em a parte* e depois expressamos o *lugar de onde* a que corresponde a formalização *de a manhã*, um *lugar de onde* segundo o qual a parte pertence ao arqui-frame “manhã” e *dele* se afasta metaforicamente, imagem não vetada pelo fato de a parte coincidir com o todo:



(Figura 18).

Assim, em

era bem de manhãzinha,

em

era de manhã,

em

é de manhã,

(*bem*) *de manhã(zinha)* é o **sujeito** em sua explicitude, **compondo o sujeito** na implicitude do que lhe seria o núcleo segundo a imagem ontogeneticamente motivadora do movimento de *lugar de onde*:

era “a parte” / “o período” bem de manhãzinha,

era “a parte” / “o período” de manhã,

é “a parte” / “o período” de manhã,

formalização-explicação artificializada justamente pela inserção do que seria o núcleo do sujeito, uma inserção que, nuclear, não poderia corresponder a um artifício que gera a estranheza da dicção que aí há, mas a dicção não é mesmo essa, precisamente em função da coincidência entre parte e todo. Ora, essa coincidência é pragmática, dada pela consideração de que a “manhã(zinha)” já é um período, já é uma parte do dia, e assim dizemos sucintamente

era bem manhãzinha, com advérbio a modificar substantivo,

era manhã,

é manhã,

em que (*bem*) *manhã(zinha)* é **sujeito**, assim como

Deus

é **sujeito** em

é Deus

ou

Deus é,

sem nenhum acréscimo “predicativo” ao intransitivo verbo essencial,

É Deus.

ou

Deus é.,

sem nenhuma controvérsia que escape à blasfêmia. Isso exige perscrutar a motivação do acionamento de “preposição” em

é de manhã,

(é) pela manhã,

é de tarde,

é à tarde,

é de noite,

“Era à noite” (LUFT, 1993, *supra*, p. 9),

para além do equívoco fonético que seria gerado por

à manhã ≠ amanhã

e para além da polissemia do substantivo/advérbio *tarde*,

equívoco fonético e *equí-voco* semântico que, respectivamente, fazem inconvenientes a possível formulação oral

é à manhã

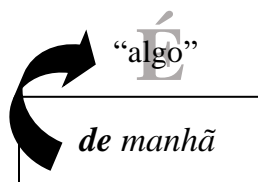
e a possível formulação

é tarde na intenção de dizer “é à tarde”.

A motivação do acionamento de “preposição”, segundo o que proponho, está justamente na atuação movimentalizante daquelas “preposições”, segundo o desenho que imagetizam ora como *lugar de onde*, ora como *lugar por onde*, ora como *lugar para onde*:

“está-se em uma parte da manhã;
 essa parte é genérica, é uma parte qualquer, é um ‘algo’,
 mas se faz, existe, *é*;
 como tal, pertence à manhã,
 é um elemento desse grande quadro, quase a confundir-se com ele,
 pertence ao arqui-*frame* ‘manhã’
 e então pode ser **destacado** desse **lugar** como um elemento seu,
 daí **se afastando** em movimento sintático-metafórico de *lugar de onde*”,

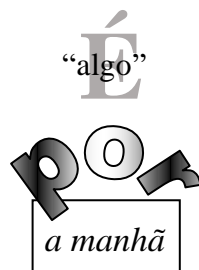
é de manhã:



(Figura 19);

“está-se metaforicamente passando por um caminho que metaforicamente compõe a manhã,
 um caminho que, por sua vez, e como tal, é composto por pontos,
 pontos que se fazem, existem, *são*,
 então um caminho que se faz, existe, *é*;
 como conjunto de pontos que metaforicamente estão sendo percorridos,
 esse caminho é um ‘algo’, um **lugar**, que metaforicamente **se está atravessando**,
 em movimento sintático-metafórico de *lugar por onde*”,

é pela manhã:



(Figura 20);

“algum evento se faz passando-se metaforicamente por um caminho que metaforicamente compõe a manhã, um caminho que, por sua vez, e como tal, é composto por pontos; como conjunto de pontos que metaforicamente estão sendo percorridos, esse caminho é um ‘algo’, um **lugar**, que metaforicamente **se está atravessando**, em movimento sintático-metafórico de *lugar por onde*”,

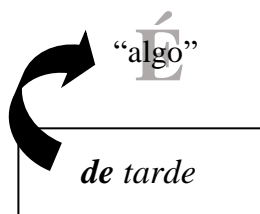
pela manhã:



(Figura 21);

“está-se em uma parte da tarde;
essa parte é genérica, é uma parte qualquer, é um ‘algo’,
mas se faz, existe, *é*;
como tal, pertence à tarde,
é um elemento desse grande quadro, quase a confundir-se com ele,
pertence ao *arqui-frame* ‘tarde’
e então pode ser **destacado** desse **lugar** como um elemento seu,
daí **se afastando** em movimento sintático-metafórico de *lugar de onde*”,

é de tarde:



(Figura 22);

“está-se em uma parte do tempo;
 essa parte é genérica, é uma parte qualquer, é um ‘algo’,
 mas se faz, existe, *é*;
 como tal, metaforicamente **pode ser projetada** a qualquer tempo específico,
 vindo a ser um elemento seu, quase a confundir-se com ele;
 ele,
 como tempo, pode ser a ‘tarde’
 e,
 como dimensão à qual algo será projetado, é um **lugar** metafórico,
 um grande quadro recebedor,
 o *arqui-frame* ‘tarde’,
 em **direção** ao qual então se realiza movimento sintático-metafórico de *lugar*
para onde”,

é à tarde:



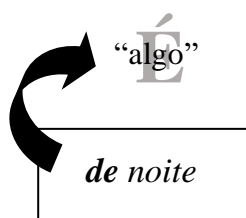
(Figura 23),

movimento sintático-metafórico essencialmente potencial, prospectivo, que, entretanto, metaforicamente já se realiza, a bem de expressar uma *localização temporal* como que já efetivada, na chave do caráter ambíguo do movimento de aproximação, que pode efetivar-se como chegada e ingresso, imagem de uma “aproximação à tarde” a construir a ideia de uma “localização na tarde”, como a estar-se “dentro da tarde”, não por alternativa acidental e arbitrária, mas por contiguidade necessária porque produtiva da própria Língua; estar-se próximo à tarde, “nos arredores da tarde”, é estar

a um passo de estar dentro dela, um passo que não precisa efetivar-se quanto à exatidão da mensagem, porque está na potência da imagem o passo entre “aproximação” e “ingresso”, ambiguidade de um passo que constrói a Língua segundo a *contiguidade semântica*; no passo de um ponto a outro do *continuum* está o caráter ambíguo, na passagem de uma especificidade semântica a outra está aquilo que se estende desdobrando-se metaforicamente, na cadeia de re-metaforizações está a manutenção do velho que se renova no interior da própria senectude essencial;

“está-se em uma parte da noite;
 essa parte é genérica, é uma parte qualquer, é um ‘algo’,
 mas se faz, existe, *é*;
 como tal, pertence à noite,
 é um elemento desse grande quadro, quase a confundir-se com ele,
 pertence ao *arqui-frame* ‘noite’
 e então pode ser **destacado desse lugar** como um elemento seu,
 daí **se afastando** em movimento sintático-metafórico de *lugar de onde*”,

é de noite:



(Figura 24);

“está-se em uma parte do tempo;
 essa parte é genérica, é uma parte qualquer, é um ‘algo’,
 mas se faz, existe, *é*;
 como tal, **pode ser projetada** a qualquer tempo específico,
 vindo a ser um elemento seu, quase a confundir-se com ele;
 ele,
 como tempo, pode ser a ‘noite’
 e,
 como dimensão à qual algo será projetado, é um **lugar** metafórico,
 um grande quadro recebedor,
 o *arqui-frame* ‘noite’,
 em **direção** ao qual então se realiza movimento sintático-metafórico de *lugar*
para onde”,

“*Era à noite*” (LUFT, 1993, p. 9; o negrito é meu):



(Figura 25),

movimento sintático-metafórico essencialmente potencial, prospectivo, que, entretanto,
 metaforicamente já se realiza, a bem de expressar uma *localização temporal* como que
 já efetivada, na chave do caráter ambíguo do movimento de aproximação, que pode
 efetivar-se como chegada e ingresso, imagem de uma “aproximação à noite” a
 construir a ideia de uma “localização na noite”, como a estar-se “dentro da noite”,
 não por alternativa acidental e arbitrária, mas por contiguidade necessária porque

produtiva da própria Língua; estar-se próximo à noite, “nos arredores da noite”, é estar a um passo de estar dentro dela, um passo que novamente não precisa efetivar-se quanto à exatidão da mensagem, porque está na potência da imagem o passo entre “aproximação” e “ingresso”, ambiguidade de um passo que constrói a Língua segundo a *contiguidade semântica*; no passo de um ponto a outro do *continuum* está o caráter ambíguo, na passagem de uma especificidade semântica a outra está aquilo que se estende desdobrando-se metaforicamente, na cadeia de re-metaforizações está a manutenção do velho que se renova no interior da própria senectude essencial, uma senectude dinâmica que essencializa a Língua.

Veja-se que a distinção entre a formulação

é pela manhã

e a formulação

x *pela manhã*, como, por exemplo, “(...) Adriano prefere namorar **pela manhã**.” (LINGUATECA; o negrito é do *site*),

segundo o que proponho está no elemento a que se atribui o comportamento em questão, ou seja, está no **sujeito**. O que a formulação *Adriano prefere namorar pela manhã* faz, no próprio ato de formular-se, é dizer o que Adriano prefere, suposto algum contexto em que se saiba quem seja o Adriano de quem se fala, e em que se saiba também que esse Adriano namora; o que a formulação faz não é informar quem seja ele nem é informar que ele namora, informações já dadas por dadas; o que a formulação faz é informar que ele, *Adriano*, (abre mão dos encantos da noite e) *prefere* namorar pela manhã. Isso quer dizer que essa formulação explicita de que comportamento se está falando, o comportamento de “preferir”, e explicita quem se comporta, que é o “Adriano” dado pelo contexto; sabemos que isso quer dizer também que todos reconhecem e reconhecemos essas explicitudes, uma das quais equivale a que *Adriano* seja *sujeito* para o reconhecimento de quem

reconhece a metalinguagem gramático-tradicional. O que a formulação *é pela manhã* faz, no próprio ato de formular-se, é, por sua vez, dizer que **algo é**, sendo dispensado qualquer contexto em que se soubesse qual seja “a manhã” de que se fala, porque se fala da manhã coincidente com o momento exato em que se fala, que pode ser qualquer momento, o que implica que possa ser qualquer manhã, sendo, portanto, uma manhã qualquer de “todas as manhãs do mundo”, então uma manhã qualquer do arqui-*frame* “manhã”, e aí está: pensar nesses termos é pensar discursivamente, mas, segundo o que proponho, é não pensar linguisticamente, é “desler a forma” quanto à inteligência da Língua, à exceção da ideia que se possa associar ao que seria o arqui-*frame* em questão, ainda assim uma exceção fora de lugar se antes de tudo não se percebe que não é “a manhã” que se comporta ali, mas é aquele “algo”, aquele “algo” que *é*, aquele “algo” que se comporta *sendo*, em sentido absoluto de “ser” (veja-se a Introdução deste estudo); o que a formulação faz não é informar qual seja a manhã nem é informar qual seja aquele “algo”, tarefa impossível quanto a um “algo” não mencionado; o que a formulação faz é informar que

“[se] está(...) metaforicamente passando por um caminho que metaforicamente compõe a manhã,

um caminho que, por sua vez, e como tal, é composto por pontos,

pontos que se fazem, existem, *são*,

então um caminho que se faz, existe, *é*;

como conjunto de pontos que metaforicamente estão sendo percorridos,

esse caminho é um ‘algo’, um **lugar**, que metaforicamente **se está atravessando**,

em movimento sintático-metafórico de *lugar por onde*”.

Isso quer dizer que aquela minha formulação, que aqui replico, explicita de que comportamento se está falando, o comportamento de “ser” — *é pela manhã* —, mas não explicita quem se comporta, não explicita aquele “algo” que não é dado por nenhum contexto, porque não é contextual-discursivo, mas é ontogênico-imagético; é por isso que

não reconhecemos essa implicitude e não reconhecemos que algo como um “algo” seja “núcleo” do *sujeito*, não reconhecemos que *pela manhã* componha um sujeito que não é predicado por nada nem é um predicado que não predica nada, mas é nucleado em algo afirmado como “ente”, é afirmado absolutamente como “algo” que *é*, afirmado absolutamente como **sujeito**. Esse “ente” não guarda ontologia objetiva e, como tal, não guarda ontogenia, mas representa o núcleo do que proponho como *ontogenia da formulação*, representa o metafórico **lugar** por onde se realiza a imaginação do movimento sintático-metafórico de *lugar por onde*, lugar-“manhã” *por* onde se *perambula* na efetividade produtiva da metáfora, então lugar que *é*.

A ausência de reconhecimento daquele “algo” é ausência de reconhecimento do que está mesmo presente *in absentia*, “elemento ausente da explicitude da frase, ausente da emergência que resulta em sua superfície, mas presente em potência e no próprio *ato da formalização*, presente na *forma*”, segundo réplica da expressão que acima formulei. Minha porfia por essa “ausente presença” não equivale, porém, à intenção de pretender a existência de “subentendidos” disseminada por entre lexias cristalizadas. O que está em jogo para o que proponho não é a existência de “núcleos” em suas possíveis formas de presença, mas é a existência da parêntese movimento-repouso em sua necessidade ontogeradora, ou seja, é o caráter fundante do fator *mobilidade*. Veja-se que, por exemplo, a lexia

de fato

é ontogerada pelo movimento de *lugar de onde*, marcado pela presença explícita da “preposição” separativa por excelência e, sim, realizado, ou a realizar-se, pelo elemento tomado como “verdade *de fato*”, ou a tomar-se como tal, mas o grau de casualidade do que seja esse elemento indicia que o foco não está nele, mas está mesmo no movimento. É por isso que, ao longo deste estudo, recorrentemente enfatizo a ilimitação do elenco de elementos possíveis, “em tese infinitos”, que podem pertencer ao que chamo “arqui-frame” e daí se afastar, em movimento de *lugar de onde* (veja-se o “ouro” dos cabelos da menina, Capítulo I, *caput*), ou aí podem projetar-se, em movimento de *lugar*

para onde (veja-se, aqui, e *passim*, aquele “algo” qualquer que se projeta para a noite, para a tarde, e poderia ser para a manhã). A própria formulação

verdade de fato

não exige o ingrediente “verdade”, assim como não exige ingrediente nenhum além do movimento que aí se operou, bastante para a ontogênese. Mais se trata do contrário do que seria aquela exigência: *o fato de, em tese, qualquer elemento poder tomar-se como um fato possível* atesta que **a metáfora já estava aí, e está sempre, e é sempre a mesma**, porque, a não importar absolutamente o que é que se toma *de fato*, aquilo que assim se toma realiza um movimento metafórico a partir do *arqui-frame* “fato”, daí se separando, daí se afastando, segundo a imagem de um “algo” que pertence àquele *arqui-frame* e é assim caracterizado por ele, por tudo aquilo que possa ser “fato”, e, no afastar-se, carrega em si todo o caráter do que seja “fato”, caracterizada “factualmente” uma “verdade”, se for *verdade de fato*, caracterizada “factualmente” uma “questão”, se for *questão de fato*. É então que se veicula a ideia pretendida, seja a ideia de “verdade de fato”, seja a ideia de “questão de fato” ou qualquer ideia abstrata ou altamente abstrata que possa ganhar a expressão de sua abstratividade a partir da imaginação formal da concretividade já impressa na imagem do movimento cinemático de um corpo físico que se afasta de um ponto do espaço:

“(…) Para Ptolomeu, isso [o céu parecer mover-se, não a Terra] não era uma questão de perspectiva; era uma questão de fato. (...)” (O PASSADO ATRAVÉS DOS CÉUS, 10 de fevereiro de 2023);

aí se vê que a ligação do sintagma

de fato

com o sintagma

questão

é paralela com a ligação do sintagma

de perspectiva

com o (mesmo) sintagma

questão.

Isso põe o sintagma

de fato

em paralelo com o sintagma

de perspectiva,

assim como põe o próprio sintagma

de fato

em paralelo consigo mesmo, quer esteja claramente ligado a outro sintagma, quer não esteja. Ora, segundo o que proponho, nisso está sugerida a ideia — senão a imagem — de que haja aí algum movimento *de* separação a partir do *arqui-frame* “fato”, um movimento realizado por algo, certo “algo”, seja o elemento “questão”,

uma questão de fato,

seja um elemento *qualquer*, explícito ou não,

seja “uma questão” caracterizada pelo *arqui-frame* “fato”, porque nele contida e dele separada, seja qualquer elemento caracterizado pelo mesmo *arqui-frame* “fato”, porque nele também contido e dele também separado, à dispensa de que esse elemento esteja explícito e seja explicitamente configurado como sintagma, o que não significa pretender qualquer sorte de autonomia para a formalização *de fato*, à guisa de libertá-la da hierarquia que rejeito; ao contrário, as relações se estabelecem na frase, porque a função

da frase é justamente veicular relações, as relações que travamos em nossa existência, que tem de ser uma existência solidária, mas essas relações não implicam subordinação de um elemento a outro, não implicam periferia e centro, não implicam a hierarquia que me parece desenhada por nós, e não pela Língua, ou seja, essas relações se estabelecem efetivamente na frase, e não na ontogenia da Língua como estrutura semântica. O que se desenhou espacialmente na ontogenia da Língua foi aquela formalização que discriminamos claramente como um *sintagma, de fato*, e que eu sigo denominando assim, não por entender o sintagma como estrutura hierárquica, mas por percebê-lo como um *desenho espacial, como forma imagética*. O que ontogerou a *forma*

de fato < *de facto*, com o ablativo separativo,

foi o movimento de separação a partir do arqui-*frame* “fato”, separação que, como tal, exige um elemento que se separe, elemento realizador da separação, mas o fator propriamente operativo, fator verdadeiramente ontogênico enquanto fenômeno, fator que se confunde com a própria metáfora, não é o elemento que se separa, mas é *stricto sensu* a separação, ou seja, é o movimento em si mesmo como fator fundante, é a mobilidade em si como fator ontogênico, a imagetizar a semântica como fator espiritual.

Quanto à natureza de seu espírito,

de facto

e

de noite

“significam” o mesmo para uma inteligência arqueológica da construção da Língua. Há aí a mesma inspiração físico-espacial para a mesma abstratização metafórico-espiritual; mantém-se aí a mesma concretividade ontogênica, proveitosa para o desdobramento metafórico, como condição mesmo necessária para a re-metaforização, que advém da manutenção da imagem concretiva; desenha-se aí o mesmo movimento metafórico-sintático de *lugar de onde*. A oposição imagética está entre

de noite

e

à noite,

“antônimos” arqueológicos que expressam “o mesmo significado” porque não há univocidade entre motivação e seus resultados possíveis. Aí há opostas inspirações físico-espaciais para opostas abstratizações metafórico-espirituais; aí se mantêm opostas concretividades ontogênicas, proveitosas para os desdobramentos metafóricos, como condição mesmo necessária para as re-metaforizações, que advêm da manutenção das imagens concretivas, porém opostas; aí se desenham opostos movimentos metafórico-sintáticos, ora de *lugar de onde*, ora de *lugar para onde*. Esses são verdadeiros antônimos para um entendimento arqueológico da arquitetura Língua, e não há nenhuma incoerência no logro de resultados semântico-discursivamente sinônimos, em face da *coerência* que se constrói entre a intenção de *um significado* e a busca de *um desenho metafórico-inspirativo*, sem exigência de univocidade, e com acionamento de uma dialética que opera entre

- inspirações opostas,
- manutenção de cada inspiração

e

- significações sinônimas,

sob a organicidade segundo a qual, por exemplo, um movimento de aproximação física se metaforiza necessariamente em movimento metafórico-sintático de aproximação espiritual, mas o modo como uma aproximação espiritual se re-metaforiza não está predeterminado, porque já se está no campo polissêmico da alta metaforização, e aqui uma intenção de significado virá buscar sua imagem motivadora, uma imagem com cuja semântica a sua semântica pretendida se coadune, uma imagem primeva, por isso aberta, ampla, rendosa. Por outro exemplo, um movimento de separação física se metaforiza

necessariamente em alguma forma de movimento metafórico-sintático de separação espiritual, mas não necessariamente se re-metaforizará na ideia de “discórdia”; a ideia de “discórdia” é que há de buscar uma plástica possível no campo fértil das motivações ontogênicas.

Ora, veja-se que esses movimentos que pretendo ontogênicos, e nos quais insisto ao longo de todo este estudo, são movimentos metafóricos porque não ocorrem segundo uma ontologia evidente, mas são por mim postulados como *índices* do que teria sido a ontogênese da Língua; são sintáticos porque essa ontogênese é essencialmente sintática, uma vez que é essencialmente relacional e solidária, mesmo em seu aspecto lexical, já que o léxico também é *con-strução*. É assim que esses movimentos são propiciadores do próprio acontecer da Língua, como instrumento efetivamente veiculador de mensagens. Quando digo que um elemento “pertence ao arqui-*frame* ‘manhã’ e então pode ser **destacado desse lugar** como um elemento seu, daí **se afastando** em movimento sintático-metafórico de *lugar de onde*”, não pretendo apenas dizer que o elemento apenas “**pode** ser destacado” (porque “pertence ao arqui-*frame*”), mas pretendo dizer sobretudo que o destacamento **deve** realizar-se como fator produtivo, porque o pertencimento ao arqui-*frame* caracteriza o elemento pertencido e mesmo o identifica referencialmente, ou seja, estou a propugnar o **destacamento como fenômeno ontogeneticamente funcional**, e aí está uma proposição central da minha tentativa de empreendimento teórico: a movimentalidade sintático-metafórica e o próprio caráter metafórico-espacial que faço corresponder à essência da ontogênese é, muito fundamentalmente, o que essencializa a Língua como o arsenal imagético segundo o qual a defino, mas é também o que a configura como potência geradora de sentidos, o mais abstrativos que sejam, numa abstratização que somente se faz como fruto da movimentalidade sintático-metafórica e do caráter metafórico-espacial, abstratização que se desdobra, por meio metafórico, somente a partir do físico-concretivo. Duas faces da mesma moeda: os sentidos, o mais abstrativos que sejam, advêm da espacialidade concretiva, e o encampamento dessa espacialidade é finalista, com escopo nos sentidos. Os sentidos são ideias especializadas no interior do processo de desdobramentos

metafóricos, de incunábulo concreto; a espacialidade, aqui, são as relações físicas de deslocamento e estagnação mimetizadas e metaforizadas em sistema de representações, mediante imagens. As ideias somente podem ser ideias porque são imagens. A Língua, que representa ideias, somente pode ser Língua porque é um arsenal imagético.

Ainda no campo semântico do tempo sazonal, em que “era quase primavera”, veja-se Torrinha (1945 [1937]):

“**sūdus**, a, um [se- (cf. sed) + udus²³⁵], *adj.* Sêco; sem chuva; limpo; sem humidade. (**Obs.** — Emprega-se falando do tempo e é freqüente na express. *cum sudum est* ‘quando está tempo sêco’).”

de etimologia *se-* + [desusado *uueo* > *ūuidus*, -a, -um >] *ūdus*, -a, -um > *sūdus*, -a, -um: aquilo que está *se-*parado — **sē*, raiz indo-europeia que indicia a ideia de *se-*paração — do estado de *ūdus*, “molhado” (ou “‘molhado’ de álcool, embriagado”)²³⁶, em emblemático movimento separativo, movimento de *lugar de onde*; assim, aquilo que está em estado de *sēūdus* > *sūdus*, “seco”, pode ser o “tempo”, que, então, como **sujeito**, *est sudum*, “está seco”, o que se pode expressar em “português” por

(quando) *está tempo seco*,

formulação tradicionalmente percebida como carente de sujeito, considerando-se-lhe predicativo *tempo seco*, o que equivale a propor *predicativo do sujeito* de um *sujeito* que **não exista**, um *predicativo* que, como tal, tem de *predicar*, então tem de predicar algo, algo que não exista — veja-se “*Estava calor*” (LUFT, 1993, p. 8) e “*Está quente* (ou *frio*)” (*idem, ibidem*) —. Ora, o que “está seco” é “o tempo”; **ele** é que está seco e seria *predicado* pela “*secura*”, esta, sim, então de função predicativa, o que conduziria à formulação-análise

²³⁵ étimo

²³⁶ “**ūdus**, a, um [uvidus], *adj.* 1. Humedecido; molhado; banhado; húmido. 2. Chuvoso. 3. Que bebeu demais; embriagado. (...)” (TORRINHA, 1945 [1937]);

“**ūuidus**, a, um [*do des.* uveo], *adj.* 1. Húmido; lento; molhado. 2. Regado; refrescado; fresco. 3. Que bebeu; ligeiramente embriagado.” (*idem*), em que se nota a extensão semântica “refrescado; fresco” a partir de “húmido; (...) molhado”, bem como a inserção da ideia de “lento”, que também parece derivar da imagem de estar molhado, estar imerso em água, preso pela água

(quando) (o) tempo está seco,

(o) tempo sujeito à predicação de “estar seco”, na qual *seco* efetivamente predica “o tempo”, segundo a arqueologia

(cum) *sudum est*,

então aplicado o verbo de essência, *est*, àquilo que, no mundo natural, em grandioso panorama, pode estar seco, “o tempo”, este ambiente em que estamos no aqui-agora. Veja-se que *sudum* é forma de nominativo neutro: *nominativo* por *nominar* predicando, *nominar* aquilo que, como *su(b)jeito*, já tem mesmo de estar nominado e “posto aí” ainda que não se explicita, ora estando a ser predicado *em termos de* seu próprio nome, segundo a morfossintaxe que aí é própria²³⁷; *neutro* não necessariamente por concordar com *tempus*, que é substantivo neutro **não** explicitado na formulação, mas por adjetivar esta espécie de “*neutralidade* genérica” que acima nomeei “grandioso panorama” do “aqui-agora”, que inescapavelmente nos envolve, quase a dispensar nomeação, *neutrum nomen*, “considéré en lui-même” (ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. 11)²³⁸. O mesmo poderia postular-se para

está quente

e

está frio,

em que aquilo que está em estado de “quente” e aquilo que está em estado de “frio” também pode ser o “tempo”, que, então, como **sujeito**, *está quente*, *está frio*, formulações também percebidas como carentes de sujeito (veja-se *supra*), considerando-se-lhes predicativos respectivamente *quente* e *frio*, o que, mais uma vez, equivale a propor “*predicativos do sujeito*” de *sujeitos* que não existam, *predicativos* que, como tais, têm de *predicar*, então têm de predicar algo, algo que não exista. Ora, o que “está

²³⁷ “(...) Le nominatif ou *nominatiuus casus* (ή ὀνομαστική πτῶσις), habituellement défini comme le cas du sujet, a, en réalité, une fonction plus large: c’est **le cas du nom** (*nomen*, ὄνομα) **considéré en lui-même**, lorsqu’on veut l’énoncer sans le décliner. (...)” (ERNOUT; THOMAS, 1953 [1951], p. 11; o último negrito é meu)

quente” e o que “está frio” é “o tempo”; **ele** é que está quente ou frio e seria *predicado* pela “quentura” ou pela “frialdade”, estas, sim, então de função predicativa, o que conduziria às formulações-análises

(o tempo) está quente,

(o tempo) está frio,

(o) tempo sujeito à predicação de “estar quente” e à predicação de “estar frio”, nas quais *quente* e *frio* efetivamente predicam “o tempo”,

então aplicado o verbo de estado àquilo que, no mundo natural, em grandioso panorama, pode estar quente, pode estar frio, “o tempo”, este ambiente em que estamos no aqui-agora. Ocorre, porém, que, diferentemente da formulação *(quando) (o) tempo está seco* — e diferentemente da análise que daí decorre —, para a formulação

(quando) está tempo seco,

tradicionalmente percebida como carente de sujeito, **não** lhe é predicativo *tempo seco*, porque nada aí está sendo predicado: o que “está seco” é “o tempo”, mas isso já está dito na própria formulação *tempo seco*, estando *seco* a funcionar como adjunto adnominal de *tempo*; **o tempo** é que está seco e por isso é centro do **sujeito**, que, uma vez mais, afirmo existir, já bastando para isso postular que toda oração seja a expressão de um comportamento e que não possa haver comportamento sem que haja uma entidade que se comporte, identificável com o **sujeito**, qualquer que seja ele — um sujeito passivo que sofra o comportamento de “amar” também realiza um comportamento, ou seja, um sujeito passivo que sofra o comportamento de “alguém o amar” também realiza um comportamento, que é o comportamento de “ser amado”, argumento que construo em prol da completa desqualificação da ideia de “oração sem sujeito” —; o que se realiza na formulação

(quando) está tempo seco

²³⁸ Veja-se a nota imediatamente anterior.

é afirmar o ser “tempo seco”, em sentido de unidade:

tempo seco: sujeito,

está: predicado, composto exclusivamente pelo verbo do estatismo, **intransitivo**,

ou seja,

“tempo seco toma-se em sentido de unidade”,

ou seja,

“tempo seco **está**”,

tempo seco **está** e não se predica a nada, propugnação em função da qual, se argumento formal me é solicitado, basta, novamente, argumentar a inexistência daquilo a que se predicaria. Ou seja, o que se realiza na formulação

(quando) está tempo seco

não é nem predicar a secura ao tempo nem predicar a secura do tempo a um sujeito que não exista, não podendo, por truísmo lógico, o sintagma *tempo seco* ser entendido como predicativo componente de um predicado que não predica. O que é realizado pela formulação

quando está tempo seco

é um enquadramento circunstancial, pondo um comportamento “x” em função do comportamento de o ser “tempo seco” estar presente no panorama do aqui-agora — a formulação *quando está tempo seco, sentimos sede* circunstancialmente enquadra o comportamento “sentir sede”, pondo-o em função do comportamento de o ser “tempo seco” estar presente no panorama do aqui-agora —; o que é realizado pela formulação

está tempo seco

é a afirmação daquele comportamento desempenhado pelo ser “tempo seco”, e para isso simplesmente se anuncia aquele ser, designando-se; enuncia-se sua “estada” no panorama do aqui-agora, segundo a arqueologia

(*cum*) *sudum* *est*,

em que, ora por esta análise, se tem clara substantivação do adjetivo *sudum*, então posto no *nominativo neutro* por *nominar*, como **sujeito**, “o seco”, a “coisa” “secura” presente no panorama do aqui-agora, ou seja, a “coisa” “tempo seco”, “considéré en lui-même” (*supra*), não por concordar com o gênero (neutro) do substantivo *tempus*, ausente da formulação, mas por iconizar substantivamente a “neutralidade” da “coisa” representativa do fenômeno visualizado naquele panorama, segundo o qual “algo” está seco, “está-se seco”, então “o seco é, *est*”:

sudum: sujeito,

est: predicado, composto pelo **verbo essencial** por excelência, **intransitivo**,

ou seja,

“o seco toma-se absoluta e substancialmente,

em sentido de unidade,

sentido primeiro de *ser*”,

ou seja,

“o seco é”.

Uma vez mais se observa a irmandade entre os nomes, quer nome adjetivo e nome substantivo segundo o entendimento que ora proponho para (*cum*) *sudum est*, quer nome advérbio e nome adjetivo segundo a formulação *quase primavera*, formulação em que é própria ao adjetivo a função de determinante desempenhada pelo advérbio, havendo aí imbricação de difícil interpretação.²³⁹ Com escopo na molecular ontogenia que pretendo,

e sem desdizer aquela imbricação, reelaboro etimologicamente meu próprio discurso por ora apenas esboçado sobre a identidade nominal, analisando, tanto quanto me é possível, a entidade *quase*:

quase < *quasī* < *qua sī*:

sei (antigo) > *sī* [por resolução do ditongo], “conjunção”, “se”,
mas “primordialmente **significa ‘assim’**”

(TORRINHA, 1945 [1937]; o negrito é meu),

advérbio (veja-se, aqui, o § 1º do Capítulo III);

então, *qua sī* = “como se”, “como se primavera”,

primordialmente, “como **assim** : primavera”,

ou seja, o caráter **adverbial**, “assim”, é primordial, o que me evoca a primordialidade ainda anterior da **parataxe**. Veja-se que entender *qua sī* na equivalência de “como se”, “como se primavera”, conduz, no limite, ao subentendimento de um verbo, “como se primavera fosse”, ou seja, conduz a uma estrutura ainda mais gramaticalizada do que aquela em que se estava em *quase primavera*, agora munida de “conjunção” em oração “subordinada”, efeito contrário daquilo que minha análise pretende. É preciso, pois, chegar ao caráter primordial de *sī*, que é seu estatuto **adverbial**, entendendo-se *qua sī* na equivalência de

“como **assim**”,

²³⁹ Discursivamente diversa da formulação *quase primavera* me parece ser a formulação

Vivement dimanche,

título de programa dominical da TV5MONDE, televisão francesa (VIVEMENT DIMANCHE, 2022), em que o nome advérbio não parece propriamente qualificar o nome substantivo, à maneira de determinante, mas parece modalizar a ideia de “domingo”, à maneira de um modificador do que seria a “vivência dominical”, algo que se vivencia não somente como “domingo”, mas que *se vivencia **vivamente*** como “domingo”, como a dizer-se

“domingo *com **mente*** dominical”,

“domingo *com **espírito*** de domingo”,

lateralizando-se a expressão advérbio-modificadora à expressão da substância imaterial “domingo”, apondo-se lado a lado, em certa parataxe, a expressão da substância, *dimanche*, e a expressão da substância circunstancializada, *vivement*.

“como **assim** : primavera”,
em que *primavera se apõe parataticamente a sī = “assim”*,

“como assim, como a esse modo, modo de primavera”,
prenunciado o sentido aproximativo do advérbio *quase*, “ainda não se tendo chegado a”,
“não completamente”, “não completamente primavera” porque “(mais ou) menos
primavera, como que primavera, como ao modo de primavera, como **assim** : primavera”:

[verbo essencial]	<i>erat</i>
[sujeito implícito]	[‘aliquid’, ‘algo’]
	<i>qua sī :</i>
	<i>uer</i> , “primavera”

>

[verbo essencial]	<i>era</i>
[sujeito implícito]	[‘algo’]
	<i>quasi :</i>
	<i>primavera</i>

>

verbo essencial:	<i>era</i>
sujeito:	<i>quase primavera</i>

ou seja,

“era algo mais ou menos assim: primavera”,

arqueologicamente,

algo assim : primavera

era,

sujeito,

predicado,

quase primavera: sujeito,

era: predicado, composto pelo verbo essencial, **intransitivo**,

quase primavera como sujeito, um sujeito de núcleo modificado por advérbio segundo o percurso arqueológico descrito acima, em que se tem a arqueologia do advérbio *quasi* a centrar-se na arqueologia do advérbio *sī*, arqueologias densas de **substantividade**, aquela substantividade que propugno própria ao advérbio, em coadunação com a substantividade que propugno própria à **parataxe**. Em última instância, não é por si mesmas que aquelas arqueologias me interessam aqui, mas é pelo que possam revelar da substantividade que caracteriza um jamais-vazio na Língua, um sempre-denso da semântica que inspira e conforma a sintaxe. É nessa espécie de densidade significativa, e por isso ontogênica, conformadora da própria Língua, é aí mesmo, e sempre aí, que se apoia a parataxe primeva, fundamental e fundante, minimalista, desguarnecida de nexos explícitos, abastecida por si mesma segundo os pontos substantivos essenciais à infância da Língua.

É assim que proponho uma interpretação ontogênica para o problema da afinidade entre os nomes. O que possibilita algum modo de neutralizar-se a especificidade da natureza de cada nome — nome substantivo, nome adjetivo, nome advérbio — seria, justamente, a parataxe característica de um perene momento de infância, segundo a qual os nomes se podem apor e primevamente se apuseram. São paratáticas as construções morfossintáticas “coordenativas” como

corre-corre,

de natureza verbal nominalizada, equivalente a

lufa-lufa,

anglicismo de natureza nominal,

e

língua-padrão / língua padrão,

em que a possibilidade de omissão do hífen patenteia a naturalidade que há em apor um nome a outro nome de mesmo estatuto morfossintático. (Vejam-se minhas considerações no subitem II. 1. 1.) Nada de estruturante falta à parataxe, não simplesmente porque a parataxe seja representativa dos primórdios da Língua, mas centralmente porque, nessa representatividade, está imagetizada certa suficiência das posições substantivas, das aproximações de elementos substanciais e como tais suficientes para a própria veiculação da mensagem, aproximações no espaço da frase a emblemar aproximações no espaço do mundo.

II. 1. 6. Desconstrução 6, “Era inverno”

6. “O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual.” (FREYRE, 2003 [1933], p. 161)

O mesmo arrepio da normatividade canônica do ambiente em que “era quase primavera” também se encontra no inverno tenebroso da nossa história colonial. Também aqui, o substantivo é que é o modificado em

quase intoxicação sexual,

segmento extraído do clássico da sociologia brasileira *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre. A construção seria

quase foi de intoxicação sexual

se a intenção do autor fosse fazer o advérbio modificar o verbo, distanciando advérbio e substantivo adjetivado, ou seria

foi quase de intoxicação sexual

sob a mesma intenção de fazer o advérbio modificar o verbo no que seria o sintagma verbal formalizado nessa ordem, *foi quase*, em provável entonação correspondente, mas improvável escolha, dada a hipótese de a intenção ser fazer o advérbio modificar o substantivo adjetivado sob o aspecto de sintagma preposicionado,

foi

quase de intoxicação sexual,

o que faria pensar num sintagma adjetival à maneira dos sintagmas preposicionados, formalizados por “preposição + substantivo”, submetidos, pois, à translação adjetivadora, como

a menina dos cabelos de ouro

por

“a menina loira”,

então

ambiente de intoxicação sexual

por

“ambiente sexualmente tóxico”,

o que, mais uma vez, afirmo como fenômeno a interpretar ontogeneticamente (veja-se aqui o Capítulo I, *caput*), subsumindo-se a visão de “preposição + substantivo” a um olhar

ontogênico, que busque na metáfora do espaço físico o metafórico movimento de separação, *lugar de onde*, que metaforicamente extrai do *arqui-frame* “intoxicação sexual” um de seus teoricamente infinitos elementos possíveis, aí o elemento “ambiente”, um “ambiente” caracterizado como “sexualmente tóxico” porque derivado daquele *arqui-frame*, sendo a substância-“ambiente” metaforicamente separada do lugar-“intoxicação sexual”. O olhar que proponho conduz, por sua vez, a interpretar a atuação do advérbio como incidente sobre esse lugar, a partir do qual metaforicamente se realiza a extração sob a semântica de “quase”,

“um ambiente *qua-se* extraído do *arqui-frame* ‘intoxicação sexual’”,

“um ambiente *como se* extraído do *arqui-frame* ‘intoxicação sexual’”,

um ambiente qua-si : de intoxicação sexual,

e essa incidência se realiza por meio da parataxe, uma vez que, segundo o que proponho, a formalização do movimento separativo, indiciado por *de*, se apõe, parataticamente, à formalização da circunstância relativizadora, indiciada por *qua-si*: mais uma vez **parataxe**, a parataxe primeva que entendo fundamentar a Língua em sua mobilidade intrínseca.

Na oração

o ambiente foi de quase intoxicação sexual (supra),

note-se, uma vez mais, aquilo que considero **absoluta intransitividade** do verbo essencial, tendo-se

o ambiente

como sujeito e

foi de quase intoxicação sexual

como predicado em que se aproxima o advérbio ao estatuto de *determinante*, estatuto daquilo que *determina*, portanto de algum modo *caracteriza*, à típica maneira, pois,

do adjetivo, novamente uma aproximação que submeto à interpretação ontogênica baseada na semântica primeva do advérbio, ainda incidente sobre o lugar-arqui-*frame* “intoxicação sexual”, a partir do qual metaforicamente se realiza a extração sob a semântica de “*quase*”, de maneira que afirmar função predicativa para

de quase intoxicação sexual

compõe sentido ontogênico sob a exigência de conceber esse termo sintático fundamentalmente nominal como permeado uma vez mais pela imaginação ontogênica em que co-atuam a imagem movimental de separação, *lugar de onde*, e a imagem apositiva de justaposição, *parataxe*,

“um ambiente extraído do *qua-se* arqui-*frame* ‘intoxicação sexual’”,

“um ambiente extraído do *como se* arqui-*frame* ‘intoxicação sexual’”,

um ambiente de qua-si : intoxicação sexual,

o ambiente de qua-si : intoxicação sexual

foi,

ou seja, “o ambiente” — não qualquer, mas *aquele* assim determinado pelo pronome demonstrativo que veio a ser entendido como “artigo definido” — “*foi*”, *o ambiente foi*; esteve para ele seu próprio *ser*, **intransitivamente**, apondo-se à representação da intransitividade a representação do predicativo, “expressão da condição de existência do sujeito” segundo minha interpretação aqui constante neste capítulo, *caput* (veja-se), e “*foi*” sob a imagem movimental de separação, *lugar de onde*, a partir do lugar-arqui-*frame* “intoxicação sexual”, em co-atuação com a imagem apositiva de justaposição dada pela *parataxe*.

Antes de ter seu *ser* afirmado, antes de ser predicado como “de quase intoxicação sexual”, antes ainda (na esteira da *análise em constituintes imediatos*) de ser determinado pelo “artigo definido”, o “ambiente” que então se sujeitará à predicação, ou seja, o *sujeito*

(o) *ambiente*,

é restringido pela expressão de comportamento

em que começou a vida brasileira,

por sua vez expressa pela imagem ontogênica de *lugar onde*, não porque “*ambi-ente*” seja um lugar, um lugar en-*volt*-ório (mais imaterial do que material), mas porque, na imaginação aí acionada pela ontogenia, a ideia de “ambiente” — poderia ser qualquer ideia, desde “angústia” até “alegria” — foi *tomada como um lugar*, um *ponto* do mundo *em* que se situa o “começo da vida brasileira”. Com essa imagem de espacialidade (mais uma vez, espacialidade) co-atua a parataxe (mais uma vez, parataxe), na medida em que a expressão do comportamento se apõe, parataticamente, ao pronome relativo, **demonstrativo substantivo** (veja-se, *passim* neste estudo, especialmente este capítulo; veja-se também ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*):

o ambiente

“aí,

em esse lugar”,

em que : começou a vida brasileira

foi,

o ambiente de qua-si : intoxicação sexual

“aí,

em esse lugar”,

em que : começou a vida brasileira

foi,

desenho ontogênico, em movimento de *lugar de onde*, depois movimentos *ex opposito*, o *lugar onde*, associado à parataxe primeva, com relações elementares de um a um, de elemento a elemento, a manter-se na molecularidade da Língua.

II. 2. Molecularidade: de elemento a elemento

Rigorosamente, a análise molecular que proponho opera opostamente à suposição da parêntese *função-relação* cunhada por Nichols (1984) e, no limite, atribuída por essa autora ao Círculo Linguístico de Praga. Aí se propõe *função* como *relação* no sentido de que um elemento linguístico-estrutural entraria em funcionamento dentro e — segundo o que entendo — apenas dentro de uma unidade estrutural maior. “Sincrônica” e “diacronicamente” é imprecisa a escolha dos termos — *function* e *relation* —, porque *função*²⁴⁰ é um tipo de *relação*, o que permitiria falar de relação especificada como função (não de função especificada como relação), mas não é por isso que me oponho à suposição ali proposta. A análise molecular que procuro desenvolver pressupõe a relação movimental de um elemento com outro elemento, relação movimental de um a um, no estrito sentido de que, na ontogênese da estrutura linguística, no desenho imaterial dessa estrutura, um único elemento (1) se direciona a outro único elemento ou (2) se afasta de outro único elemento ou (3) perambula por outro único elemento ou (4) em outro único elemento permanece, porque essa ontogênese é metaforicamente inspirada pelo espaço físico e pelos movimentos mimetizados segundo a percepção

²⁴⁰ “**functiō**, ōnis [fungor], *f.* **1.** Acção de cumprir ou de se desonerar dum encargo; cumprimento; execução. **2.** Exercício; trabalho. (...)” (TORRINHA, 1945 [1937]) < “**fungor**, functus sum, 3, *i. dep.* (...) Cumprir; executar; desempenhar (uma função). (...)” (*idem*), de que se depreende que *função* é o trabalho por meio do qual um elemento cumpre uma *relação* com outro, imagem segundo a qual *dēfunctus*, -a, -um é “Que desempenhou, que cumpriu, que experimentou” (*idem*) a existência, na qual estava envolvido enquanto a desempenhava — observe-se a voz média de *fungor*, assim chamada “depoente” (“*dep.*”)

humana, cada movimento dando-se de um único ponto a outro único ponto ou perambulando-se num conjunto de pontos decodificados como um único elemento ou permanecendo-se num ponto único. Metaforicamente, o elemento referencial representado por um elemento linguístico (1) *se direciona a*, (2) *afasta-se de*, (3) *perambula por* ou (4) *permanece em* outro elemento referencial também representado por um elemento linguístico. Em algum momento da ontogênese da Língua com mais marcação, em outro momento com menos marcação, com menos gramaticalização ou com mais gramaticalização, a operação movimental é marcada pela “preposição”, quer se entenda como tal, quer se entenda como “afixo”: é à operação movimental de (1) aproximação ou de (2) afastamento ou de (3) perambulação ou de (4) permanência que essencialissimamente se subsume cada relação ontogênico-linguística; de toda metafórica, é a essa ou àquela operação movimental que se seguem outra e depois outras operações movimentais, igualmente metafóricas e igualmente unitárias em cada ocorrência, bem como unitário é o termo de cada relação. Eis aqui uma proposta reducionista segundo a concepção de um quadro múltiplo porque sistêmico, porém desguarnecido em sua composição, desprovido de materialidade em sua substância e de pluralidade em suas arqueológicas relações.

Configurada pelo desenho de setas em feixe de relações, a imaginação de que as palavras caminhem na superfície da frase e assim se relacionem umas com as outras é equivocada já porque inexistente plano físico sobre o qual se pudesse caminhar. Quando, neste estudo, utilizo setas a expressar relações, estou sugerindo relações ontogênicas, de ordem primeva e imagética, material apenas em sua inspiração físico-espacial. Não é na linearidade visual da grafia da frase que os movimentos ocorrem, porque essa linearidade inexistente, produto de representação — gráfica — do que já é representação sonora; tampouco é na sequencialidade sonora da prolação da frase que os movimentos estão, porque essa sequencialidade existe apenas como efeito colateral de nossa materialidade, que nos fez e faz vocalizar e vocalizar como podemos.

(veja-se a nota 141) — e da qual se desincumbiu quando dela se afastou — veja-se, em *dē-functus*, o movimento de *lugar de onde*, indicativo de origem, separação, afastamento

Os movimentos estão imaterialmente impressos na **gênese** das relações linguísticas — que por isso mesmo são metafóricas —, e essas relações são justamente **movimentais de elemento a elemento**: as relações as mais abstratizadas aí chegaram e chegam exatamente porque, advindas do físico-concretivo, mantiveram e mantêm essa inspiração primeva na movimentação metafórica de um elemento relativamente a outro. Veja-se, em Alonso Júnior (2018b, p. 280-6), a formulação de análise ontogênica de “locuções prepositivas”²⁴¹ nas quais se embasam locuções adverbiais; note-se a intenção de chegar mesmo ao nível molecular representativo de meu interesse ontogênico:

“(...) sobre o nome substantivo, representação da “coisa”²⁴², atua a preposição, realizando relativamente a ele, em caráter metafórico, o movimento — espacial — quer de separação, quer de aproximação, quer de perambulação, quer de estagnação — que é não-movimento, movimento *ex opposito* —; a circunstancialidade constituída pelo movimento é o que, por sua vez, constitui a adverbialidade, ou seja, trata-se da estagnação expressa por um nome substantivo posta em movimento e, assim, circunstancializada:

‘abaixo’²⁴³, ‘debaixo’, ‘acima’, ‘decima’ (grafia antiga),

sendo ‘a baixo’, ‘de baixo’, ‘a cima’, ‘de cima’,

são “para o baixo”, “do baixo”, “para a cima” (“para o cimo”), “da cima” (“do cimo”), ou seja,

“para tal lugar (físico ou virtual) [nome substantivo], que é o baixo”, movimento de *lugar para onde*,

“de tal lugar (físico ou virtual) [nome substantivo], que é o baixo”, movimento de *lugar de onde*,

“para tal lugar (físico ou virtual) [nome substantivo], que é o alto”, movimento de *lugar para onde*,

“de tal lugar (físico ou virtual) [nome substantivo], que é o alto”, movimento de *lugar de onde*,

formas-construções (e suas respectivas “explicações”, aqui em aspas duplas) cuja *semântica* proponho que mentalmente se abarque construindo-se a imagem

²⁴¹ “preposições complexas”, segundo a dicção funcionalista

²⁴² Mantive aspas duplas, dentro de citação (que já entre aspas duplas sistematicamente transcrevo), porque no texto original usei esse recurso diferenciadamente das aspas simples. Veja-se a nota abaixo.

²⁴³ Usei aspas (simples) em função metalinguística, em respeito a normas da revista *Filologia e Linguística Portuguesa*, em que publiquei o artigo. Veja-se a nota acima.

de um frame²⁴⁴ que represente o baixo ou o cimo relativamente ao qual se realiza movimento de *lugar de onde* ou movimento de *lugar para onde*, movimento que, metaforicamente, se desdobra na formalização das estruturas:

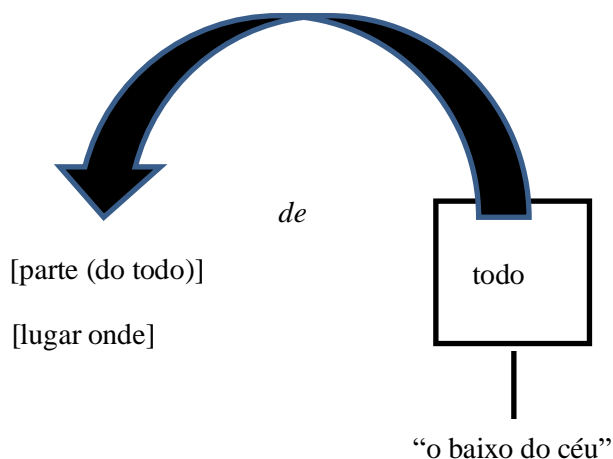
1. ‘debaixo de’,

em que o ‘de-’ prefixal sofreu gramaticalização — para mim, jamais em esvaziamento total —, muito provável motivação da união gráfica, fenômeno (gramatical) e convenção (meramente gráfica) que não obliteram a lembrança do movimento de *lugar de onde*, e o ‘de’ prepositivo opera plenamente esse movimento, de modo que a formalização de expressão como

‘nuvens que estão debaixo do céu’,

em que discursivamente se designam nuvens que estão no céu, precisamente na “parte baixa” do céu, na parte do *baixo* do céu, é, metaforicamente, motivada pela mimese de dois movimentos:

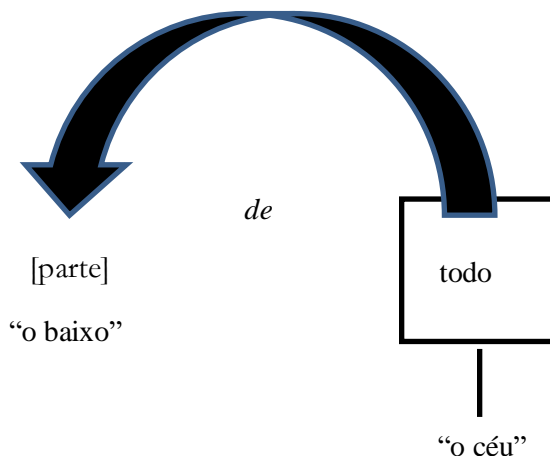
- um movimento de *lugar de onde* realizado *por uma parte*²⁴⁵ (que pode ser identificada como um ponto, um lugar) *a partir de* o *baixo* do céu [‘o baixo’, nome substantivo], e essa parte, que metaforicamente partiu do baixo do céu (em movimento de *lugar de onde*), representa, como ponto de chegada, o *lugar onde* as nuvens estão, resolução da metáfora de movimento:



²⁴⁴ Na ocasião da publicação do artigo, eu ainda não havia estabelecido o composto *arqui-frame* como forma de expressão. A ausência de itálico em *frame* segue norma da revista.

²⁴⁵ Veja-se o movimento *partitivo*, próprio do *lugar de onde*.

- outro movimento de *lugar de onde* realizado *pelo baixo* [‘o baixo’, nome substantivo] **a partir de** o céu:



movimentos imageticamente operados por ‘de’, que conduz **do baixo do céu** a “parte” e **do céu** o baixo, em metáforas segundo as quais uma parte se separa do baixo e o baixo se separa do céu, ou seja, de todo o frame “baixo” se separa uma parte, inominada porque elíptica, resultante no *lugar onde* as nuvens estão, e de todo o frame “céu” se separa, destaca-se, deriva outra parte, identificada como “o baixo”, “o baixo do céu”, interpretação que assim *ex-plico* arqueologicamente:

nuvens
(que)²⁴⁶
estão em lugar
↓
que *partiu de* “o baixo”
↓
que *partiu de* “o céu”

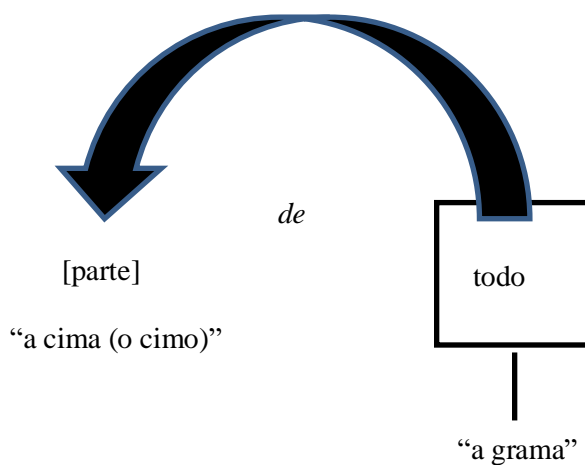
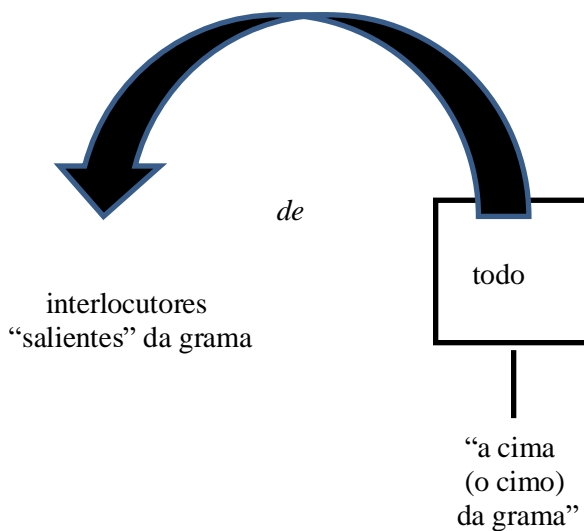
2. ‘de cima de’,

em que, sem gramaticalização, se realizam também dois movimentos de *lugar de onde*, desdobrando-se na formalização de expressão como

‘saiam de cima da grama’,

injunção na qual se ordena que os interlocutores realizem movimento de *lugar de onde* **a partir de** a cima da grama, o alto da grama, formalizada a expressão ‘cima da grama’ com base na imagem de movimento de *lugar de onde* ora realizado *pela cima* [‘a cima’, nome substantivo, ‘o cimo’, ‘o alto’] **a partir de** a grama, ambos os movimentos de *lugar de onde* operados por ‘de’:

²⁴⁶ Veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002.



de “a cima” saiam
 ↓
 que *partiu de* “a grama”

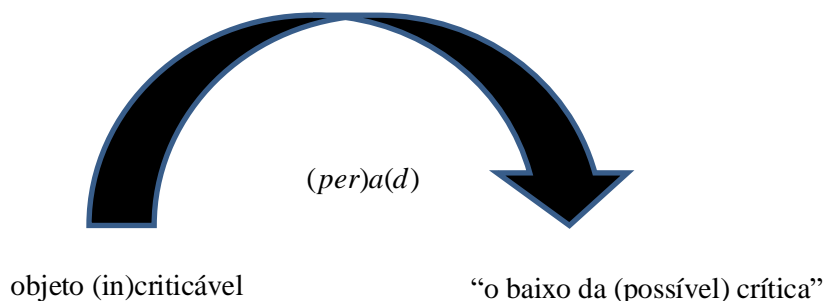
veja-se que a semântica do verbo ‘sair’ já contém a ideia de movimento de *lugar de onde*, o que escusa esforço para que se visualize esse movimento pragmaticamente realizável a partir da cima da grama, mas não há correspondência pragmática ao esforço arqueológico necessário para formar a imagem mental do metafórico movimento de *lugar de onde* realizado pela cima a partir da grama, metáfora segundo a qual a *parte* da grama que é correspondente à cima se separa da grama, destaca-se da grama;

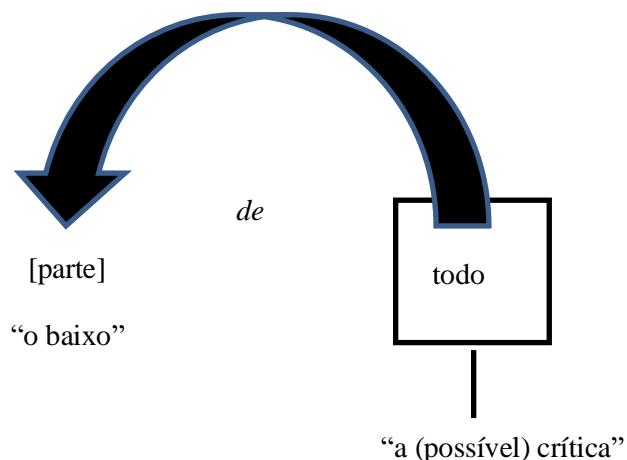
3. ‘abaixo de’,

em que, não obstante a ocorrência de gramaticalização, se mantém a imagem do movimento de aproximação ao baixo, movimento de *lugar para onde*, operado pela “preposição” ‘a’ (*ad*), aqui “mudada” para “prefixo”, ‘a-’, resultado da gramaticalização — jamais esvaziamento total —, ao passo que a “preposição” ‘de’ opera movimento de *lugar de onde*, conjunto de que se desdobra, por exemplo, a formalização da expressão

‘abaixo de crítica’,

na qual discursivamente se quer dizer que algo seja tão ruim que é como se estivesse em lugar mais baixo do que o âmbito de alcance de toda e qualquer crítica, em patamar tão baixo — metáfora, socialmente partilhada, para a ideia de má qualidade — que mesmo a crítica mais rebaixada não alcança; a expressão é resultado formal da imagem por meio da qual, em movimento de *lugar para onde*, se fez ir tal objeto *para o baixo* de toda e qualquer crítica, e se determina o baixo como “baixo da crítica”, mediante a imagem segundo a qual se realiza movimento de separação entre “crítica” e “baixo”, movimento de *lugar de onde* realizado *pele baixo, a partir do frame* “crítica”, sendo o baixo como que uma *parte* da crítica, a separar-se dela por operação metafórica empreendida por ‘de’:





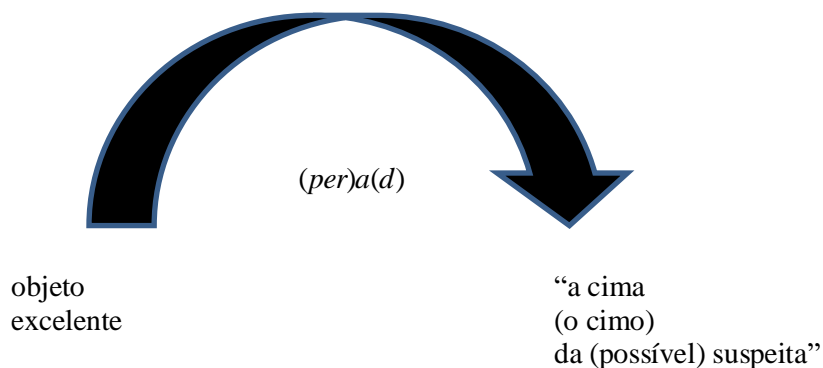
objeto (in)criticável
 ↓
 que *se dirigiu para* “o baixo”
 ↓
 que *partiu de* “a crítica”

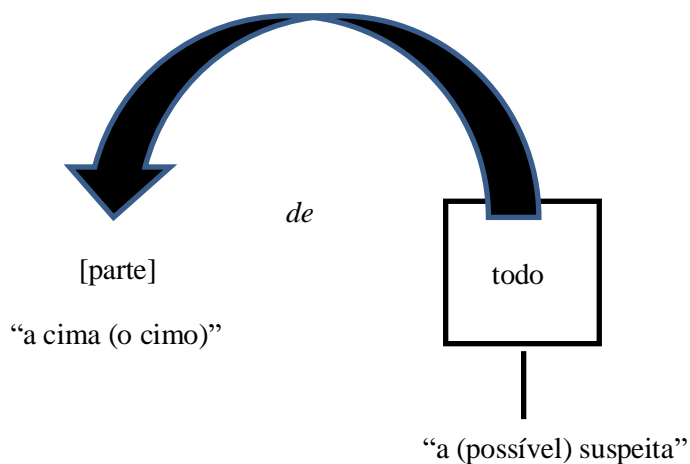
4. ‘acima de’,

em que também se mantém a imagem do movimento de *lugar para onde*, operado pela “preposição” ‘a’ (*ad*), na mesma “mudança” para “prefixo”, ‘a-’, resultado da mesma gramaticalização, movimento de aproximação à cima, ao cimo, ao alto, enquanto a “preposição” ‘de’ opera movimento de *lugar de onde*, desdobrando-se o conjunto na formalização da expressão

‘acima de toda e qualquer suspeita’,

lexia por meio da qual se pretende dizer que algo esteja situado em ponto superior ao alcance de toda e qualquer suspeita, em ponto alto — metáfora, partilhada, para a ideia de boa qualidade —, inalcançável para toda e qualquer suspeita, imagem em que, metaforicamente, ao frame “suspeita” se associa como que uma parte, correspondente à cima, ao cimo, “o cimo da suspeita”, “o cimo de toda e qualquer suspeita”, *parte* que, por meio do movimento de *lugar de onde*, se destaca da suspeita, que é o todo:





objeto excelente
 ↓
 que *se dirigiu para* “a cima”
 ↓
 que *partiu de* “a suspeita”

note-se que proponho como processo de formação da estrutura e da expressão a ideia de que se enviou o objeto excelente *para* o cimo — então ele está no cimo, discursivamente não bem uma parte da suspeita, mas um ponto superior a ela, *acima* dela, *a que se chega indo-se **para** cima* — e esse cimo é *parte* que *metaforicamente* se destacou da suspeita.”.

Proponho, assim, que de um a um, de movimento a movimento, desde uma relação concretivo-movimental que depois se abstratiza (e, em cadeia, se re-abstratiza) até outra relação concretivo-movimental que depois também se abstratiza (e, em cadeia, se re-abstratiza), se dê a gênese da Língua, na dialética da manutenção da inspiração físico-concretiva em formalização absolutamente imaterial. Não é, pois, na “função” de um elemento posto em “relação” com um todo já formado, bem como não é em nenhuma estrutura como que materializada na *ocorrência* da frase, não é em nada disso, nem aqui nem ali, que se encontra a ontogênese da Língua, mas é no interior das relações de um a um, na molecularidade das relações puras.

A estrutura dessa molecularidade requer análise e interpretação arqueologicamente ontogênicas, numa espécie de resgate filosófico de algo que não está diretamente dado aos homens, porque foi por eles mesmos engendrado à maneira divina. O Fragmento 93, DK²⁴⁷ 22 b 1-126, do filósofo pré-socrático Heráclito de Éfeso (c. 540-470 a.C.), refere-se à fala da divindade, sucinta e enigmaticamente, como é próprio àquele filósofo — já os antigos alcunhavam-no “o obscuro” —; a fala divina, também enigmática para os homens, deve ser decifrada:

“O senhor,^[sic] de quem é o oráculo em Delfos,^[sic] nem diz nem oculta, mas dá sinais.” (SOUZA, 1996, p. 97).

Ora, a estrutura linguística, metaforicamente inspirada, nem propriamente silencia, porque está, é e é **semântica**, nem diz claramente, porque é *metafórica* e, assim como a fala divina, precisa ser interpretada. Julgar que a estrutura silencie é julgá-la apenas estrutura, espécie de engrenagem que, como tal, funciona, mas pode não *significar* nada, julgamento que equivale a não perceber a **semântica** que ali é imanente, ouvindo-se exclusivamente a voz do discurso: é esse o ponto a que a tradição chega, ouvindo o discurso, verbalmente textualizado, sendo o texto verbal, por sua vez, ancorado na estrutura linguística, formalmente sustentado por ela, todavia em relação, em última instância, considerada arbitrária entre texto e língua, porque estritamente arbitrária entre texto-língua e estrutura da língua. Esse julgamento neutraliza a questão inicial, quanto à voz própria da estrutura linguística, uma vez que julgar que a estrutura silencie se iguala a julgar que ela diga claramente *o que ela não é*, iguala-se a julgar que ela diga o que a **discursividade** parece pretender, no limite se iguala a julgar que ela diga o texto; julgar que a estrutura diga o texto é, em pé de igualdade, julgar que ela silencie sobre si mesma, ou seja, é **não ouvir a estrutura**: a estrutura deve ser ouvida e ouvida metaforicamente, porque é mesmo metafórica; ela *significa a metáfora*, metáfora espaço-movimental, e a significação metafórica se ramifica em especificações *ad hoc* discursivas,

²⁴⁷ iniciais dos sobrenomes dos filólogos alemães Hermann Diels (1848-1922) e Walther Kranz (1884-1960), adotadas na referência aos documentos dos filósofos pré-socráticos

em significados *ad hoc* textuais, gerados pelo desdobramento metafórico da primeva **semântica da estrutura**.

Também enigmático foi meu próprio discurso quando, na intenção de produzir reforço positivo, certa vez eu disse a minha filha, Laura,²⁴⁸ que eu estava contente porque ela deixaria a chupeta. Ela me corrigiu:

— Não, papai! A mamãe me disse que, se eu parar de chupar chupeta, eu vou ganhar um lindo presente.

Tentei dizer-lhe que estávamos falando da mesma coisa:

— Sim, Laura, então você vai deixar a chupeta.

Seu rosto obnubilou-se. Poucas vezes a vi tão intrigada, e também eu me intriguei até que entendi a razão da intriga: *deixar* é coisa boa, que ocorre quando a mamãe *deixa* que Laura faça o que tem vontade de fazer, e “parar de chupar chupeta” é coisa dolorosa, que só pode ser compensada por “ganhar um lindo presente”. *Deixar a chupeta e parar de chupar chupeta* não poderia ser “a mesma coisa”; não se poderia tratar aí de dois arranjos de palavras que se remetessem ao mesmo comportamento. Laura operou discursivamente, segundo um modelo discursivo aprendido, em que *deixar* é mesmo coisa boa, e uma coisa boa não pode ser ruim. Esse modelo não nega, porém, sua própria ontogenia: num mundo em que prazer e dor costumam opor-se, o que se busca em princípio é exclusivamente o prazer, e então o que se *deixa passar* é o prazer; o que se *lascia passare*, o que se *laisse passer*, o que se *leixa, laxa*, lasciva ou frouxamente, permissiva ou permitidamente, é o prazer, em terreno hedonista, mas em terreno prudencial também *deixamos* o prazer *para trás* ou o *deixamos de lado* a bem de alguma necessidade ou de um bem maior. Em

a mamãe deixa Laura brincar,

está dito que a mamãe “solta” o prazer, “solta” a *permissão* desejada por Laura e *re-mete* a ela o objeto de prazer em movimento de *lugar para onde*, mas em

*Laura **deixa** a chupeta,*

está dito que Laura também “solta” o prazer, *deixando-o para trás*, o que também configura movimento de *lugar para onde*, segundo a gênese que proponho para o objeto direto (veja-se o item I. 2), e configura movimento de *lugar de onde*, a traduzir-se por *deixar de lado*, emblematado pela formulação

*Laura **deixa de** chupar a chupeta,*

em que se metaforiza afastamento do **lugar** “chupar a chupeta”, separação empreendida a partir desse lugar de origem, *lugar de onde*. “Prazer” e “dor” são sensações ou emoções ancestrais que se tiveram de expressar em Língua, mas “bem” e “mal” talvez sejam inovações conceituais que estão para a discursividade que construímos; ao largo dessas inovações possíveis, o que está no verbo *deixar*, < *laxare*, é a imagem concretiva da *frouxidão*, do que se *deixa passar*²⁴⁹, do re-*laxa*-mento, da *lass*-idão de “permitir” alguma coisa, “coisa boa” ou “coisa ruim”, e também a mesma imagem concretiva da *frouxidão*, do que se *deixa (para) trás*, do re-*laxa*-mento, da *lass*-idão de “abandonar” alguma coisa, “coisa boa” ou “coisa ruim”; o que está no verbo *deixar* é a imagem de movimento, é a imagem físico-concretiva de um *laxus* que se metaforiza linguisticamente e se especializa discursivamente:

***deixar** brincar,*

***deixar** roubar,*

***deixar** a chupeta,*

***deixar** o crime,*

***deixar** de chupar a chupeta,*

***deixar** de praticar o crime*

²⁴⁸ Referência pessoal esperadamente se aporia em nota de rodapé. Apus ao corpo do texto para dar continuidade à discussão que ali está.

²⁴⁹ Veja-se a nota 136.

são formulações que, iconicamente — segundo a iconicidade que aqui me interessa (vejam-se § finais do item II. 4) —, se calcam numa fisicalidade que jamais se depõe e sempre se aproveita e reaproveita para as especializações discursivas, especializações que metaforizam aquela fisicalidade.

Laura aprenderá, assim como nós aprendemos, que podemos dizer

*se a mamãe não mais **deixar** Laura chupar chupeta,
Laura terá de **deixar** esse hábito,
terá de **deixar** a chupeta,
terá de **deixar** de praticar aquele comportamento,*

porque o comportamento de “*deixar* alguém fazer alguma coisa” e o comportamento de “*deixar* alguma coisa” ou “*deixar de* fazer alguma coisa” são comportamentos discursivamente diversos, quiçá opostos, mas ontogenicamente calcados na mesma imagem físico-concretiva de *lassidão*, de *frouxidão*, do *fluxo* que se faz *flu-ir* para a frente ou para trás²⁵⁰, imagem igualmente metaforizada em

per-mitir algo

e em

de-mitir algo

para um lugar

e

de um lugar,

a legitimar-se a coerência ontogênica entre discursividades diversas, quiçá opostas, segundo a iconicidade que há na metaforização da imagem.

²⁵⁰ Veja-se a nota 136.

II. 3. Iconicidade: subsunção ao olhar na corporeidade ontogênica e sua “desleitura”

“(…) ou todas as aparências são enganosas, ou o ato em que resulta o estado afetivo não é daqueles que poderiam rigorosamente ser deduzidos dos fenômenos anteriores como um movimento de um movimento, e com isso ele acrescenta verdadeiramente algo de novo ao universo e à sua história. Atenhamo-nos às aparências; vou formular pura e simplesmente o que sinto e o que vejo: *Tudo se passa como se, nesse conjunto de imagens que chamo universo, nada se pudesse produzir de realmente novo a não ser por intermédio de certas imagens particulares, cujo modelo me é fornecido por meu corpo.*” (BERGSON, 1999 [1939], p. 12)

A propugnação pela iconicidade está mesmo implicada na proposição de uma ontogênese linguística substanciada na metáfora, fenômeno imagético por excelência, mediado pelo olhar.

“Uma teoria completa do olhar (sua origem, sua atividade, seus limites, sua dialética) poderá coincidir com uma teoria do conhecimento e com uma teoria da **expressão** [o negrito é meu]. Entretanto, até mesmo uma filosofia drasticamente empirista sabe que a coincidência de olhar e conhecer não pode ser absoluta, porque o ser humano dispõe de outros sentidos além da visão: o ouvido, o tato, o paladar e o olfato também recebem informações que o sistema nervoso central analisa e interpreta. O vínculo da percepção visual com os estímulos captados pelos outros sentidos é um dos temas fundantes de uma fenomenologia do corpo. O olhar não está isolado, o olhar está enraizado na **corporeidade**, enquanto sensibilidade e enquanto **motricidade** [os negritos são meus]. (...)” (BOSI, *in* NOVAES, 2000, p. 66)

Pressuposto da consubstanciação metafórica é a realização da mimese, o que constringe a considerar — para excluir de minha proposição — a imitação sonora, onomatopaica: ora, a onomatopeia é imitativa, mas não propriamente metafórica, porque é tentativa, lúdica, de reprodução do objeto *diretamente empreendida sobre a produção sonora* emitida por esse objeto, realizando-se *outra produção sonora* na intenção de *e-vocar* aquela, o que significa que não se ultrapassa o nível sônico, não se chegando ao nível *stricto sensu* conceitual, ou seja, o que se “reproduz” é não o objeto em seu todo aproximativo, mas um aspecto desse objeto, que é o aspecto sonoro. A metáfora pode ser sinestésica, incluída a percepção sonora, mas a metáfora que proponho como fator ontogênico da Língua é *desenhada no espaço físico-concretivo*, ou seja, em algo que é

visto (e não ouvido nem tocado — não se toca o espaço), e é isso que faz dessa metáfora uma metáfora visual, pautada, ela sim, em relação de aproximação essencialmente conceitual entre objetos, uma vez que a imagem, como sentido geral das figuras de linguagem, possui algo de essencial do conceito a que se relaciona, algo de essencial do conceito de cuja *im-itatio* a *im-ago* advém: veja-se a raiz **im*, comum à etimologia de uma *im-agem im-itativa* —

“(…) Há uma provável relação da raiz [de *imago*] com o desenvolvimento de *imitate* [imitar]²⁵¹ (...)” (WILLIAMS, 2007 [1983], p. 219)

—, etimologia abonada por Torrinha (1945 [1937])²⁵² e abonadora da ideia de que a *imitação* cria *im-agem*. O que, por sua vez, faz metafórica a Língua é, segundo o que proponho, exatamente o efeito da mimese das realizações de deslocamento no espaço físico do mundo, o efeito da imitação do comportamento de

vir de um ponto daquele espaço

ou do comportamento de

ir a um ponto daquele espaço,

efeito *imagneticamente inscrito* na Língua, *scilicet iconicamente impresso* aí. O fato de se tratar de *corporeidade* de um sujeito que *desenha* no mundo e na Língua o vaivém de uma existência necessariamente peregrina ora aponta para a subsunção do trabalho mimético ao sentido da visão, pois que circunscrito à espacialidade:

“A intuição de que o olhar é um movimento vital que irrompe à superfície do corpo aparece nítida no verbo quando usado na acepção de ‘brotar’, ‘deitar olhos’, como nesta descrição sertaneja de Rodrigues de Melo: ‘O chão parece um tapete verde, *as árvores começam a olhar* (...)’.” (BOSI, in NOVAES, 2000, p. 78-9);

“O olhar conhece sentindo (desejando ou temendo) e sente conhecendo. Está implantado na sensibilidade, na sexualidade: a sua raiz mais profunda é o inconsciente, a sua direção é atraída pelo ímã da intersubjetividade. O olhar

²⁵¹ inserção já presente na tradução do texto

²⁵² “**imāgō**, īnis [*im-: cf. *imitor*] (...)” (TORRINHA, 1945 [1937]);

“**imītor**, ātus sum, 1 [da raiz *im-: cf. *imago*] (...)” (*idem*)

condensa e projeta os estados e os movimentos da alma. Às vezes a expressão do olhar é tão poderosa e concentrada que vale por um ato.” (*idem*, p. 78);

“(…) **O ato de olhar significa** um dirigir a mente para um ‘ato de in-tencionalidade’ [a segmentação é do autor], **um ato de significação que**, para Husserl, **define a essência dos atos humanos** [o negrito é meu].” (*idem*, p. 65);

“(…) No seu bojo pode o olhar exercer ações fastas ou nefastas, e **produzir uma linguagem.**” (*idem*, p. 78; o negrito é meu),

bem como pode, germinalmente, produzir a Língua, que é, em tal sentido, “visual”, não sonora, de confecção mediada pela faculdade da visão, paradigmática já para os gregos antigos:

“A cultura grega, acentuadamente plástica, enlaçava pelos fios da linguagem o ver ao pensar. *Eidos*, forma ou figura, é termo afim a *idea*. Em latim, com pouca diferença de sons: *video* (eu vejo) e *idea*.²⁵³ E os etimologistas encontram na palavra *historia* (grega e latina) o mesmo étimo *id*, que está em *eidos* e em *idea*. A história é uma visão-pensamento do que aconteceu.” (*idem*, p. 65);

“Todos os homens, por natureza, tendem ao saber. Sinal disso é o amor pelas sensações. De fato, eles amam as sensações por si mesmas, independentemente da sua utilidade e amam, acima de todas, a sensação da visão. Com efeito, não só em vista da ação, mas mesmo sem ter nenhuma intenção de agir, nós preferimos o ver, em certo sentido, a todas as outras sensações. E o motivo está no fato de que a visão nos proporciona mais conhecimentos do que todas as outras sensações e nos torna manifestas numerosas diferenças entre as coisas.” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 3).

A visão é que “vê” o espaço e, então, o mimetiza:

“No *Timeu* (28c-32c), quando discute a relação entre o mundo sensível e o mundo das formas, Platão apresenta a mimese como princípio criador do mundo sensível, pois as coisas se formaram no mundo sensível através da imitação que o Demiurgo (Deus), ao contemplar a beleza das idéias já existentes, fez à imagem e semelhança das mesmas. Nesse conceito amplo, que aparece

²⁵³ “(…) A p.r. [“última palavra rastreável, da qual se derivam os significados de raiz” (WILLIAMS, 2007 [1983], p. 49, “ABREVIATURAS”)] grega *idea* vem do verbo ‘ver’ e tem uma gama de significados que vai desde aparência e forma até o tipo ou modelo platônico. (...)” (WILLIAMS, 2007 [1983], p. 210),

“uma gama de significados” que subsumo à ideia de “imagem”, assim ligada à ideia de “visão”, portanto “significados” de uma base visual etimologicamente estendida à

forma modelar platônica,

segundo a *contiguidade semântica* tal qual proponho.

nessa obra da maturidade de Platão, está presente a concepção positiva de mimese enquanto imagem e semelhança em relação ao modelo, bem como uma dimensão visual do conceito. Melberg (1995²⁵⁴, p. 22-3) observa que as metáforas usadas nesse diálogo são notadamente visuais e dão a impressão do primeiro criador como um artista pictórico (...)

Anteriormente, no *Sofista* (234a,b,c), Platão aproxima a mimese da imagem, quando considera a [*sic*] mimética a arte das imagens, podendo essas ser produzidas pelos homens através da pintura ou da palavra. Nesse texto, a dimensão visual também pode ser decorrente da linguagem, pois através do discurso constroem-se imagens. (...)” (CAIMI, 2002/2003, p. 100-1),

a que acrescento a inversão segundo a qual

por meio das imagens se constrói o discurso,

por meio das imagens se construiu e constrói a Língua.

Da mimese empreendida no espaço é que se ontogera a Língua, metafórico-espacialmente *desenhada*. Sem paradoxo, a Língua, segundo o que aqui proponho, não pode jamais “ser escrita”, dado que a grafia, *representação de representação*, é sistema (gráfico) que tão só *registra* atualizações da potencialidade que é o sistema-Língua, sem prescindir, ademais, da mediação de paralela referência aos fonemas, que já não são a Língua nem propriamente pertencem a ela, mas compõem pequeno segmento de uma ontologia muito maior, dada pelo modo como uma língua se atualiza em última instância; constituem sistema (de elementos distintivos) que não muito mais do que sequencializa, em prolação contínua, os mínimos elementos mórficos, formulação que proponho a bem de definir a fala, por sua vez, como *ato* que oraliza *atualizações* da potencialidade que é o sistema-Língua. Também, portanto, não pode a Língua jamais “ser falada”, assim como, por exemplo, uma “preposição” não se pronuncia, podendo apenas o *vocábulo que lhe é representativo* ser pronunciado. Ora, a Língua, como conjunto absolutamente **i-material** de potencialidades, **é muda**, quanto ao que *para ela*²⁵⁵ há de elementos sonoros, e o que de fato *lhe* há de elemento visual também não está nela, mas *para ela* serviu e serve como **ontogênica inspiração físico-espacial**, se se trata do **espaço físico** tomado como objeto fenomênico *em si*, ou, então

²⁵⁴ MELBERG, Ame. *Theories of mimesis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

sim, está nela como **efeito metafórico** se se trata do **resultado da mimese daquele espaço**. Estou dizendo que o que há de visual *para a Língua e na Língua* não guarda relação alguma com a possibilidade de grafiação, mas é, de todo, algo que se subsume ao fenômeno do espaço, do espaço visto, algo que,

para a Língua,

atuou como *inspiração* e,

na Língua,

permanece como *metáfora*.

O *efeito* metafórico propugno, pois, como *efetivamente* constitutivo da Língua, em *resultado* da mimese do espaço e dos movimentos aí realizados segundo uma corporeidade fartamente tematizada por teorizações propostas pela Linguística Cognitiva:

“(...) Os cognitivistas propõem (...) que o pensamento provém da constituição corporal humana, apresentando características derivadas da estrutura e do **movimento** do corpo e da experiência física e social que os humanos vivenciam por meio dele. Além disso [*sic*], o pensamento é imaginativo, o que significa dizer que, para compreender [*sic*] conceitos que não são diretamente associados à experiência física, emprega metáforas e metonímias que levam a mente humana para além do que se pode ver ou sentir. Sendo assim, a sintaxe não é autônoma, mas subordinada a mecanismos semânticos que nossa mente processa durante a produção linguística em determinados contextos de uso.” (AREAS; MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 23; o negrito é meu),

mas, segundo o que proponho aqui, “a *constituição* corporal humana”, *constitutiva* do pensamento, é, em última instância, constitutiva mesmo da Língua, e, assim, não é “além disso” (*supra*) que o pensamento é imaginativo, mas é *imaginativo a partir* da experiência corpórea, **físico-movimental**; o pensamento é *inspirado* inteiramente por ela, que gera *imagens do próprio deslocamento, então metaforizado* e remetaforizado, não para “com-preender conceitos” (*supra*; o realce é meu), mas para **formalizá-los em Língua**. As metáforas e metonímias “que levam a mente humana para além do que se

²⁵⁵ Veja-se ALONSO JÚNIOR, 2021, p. 304-5.

pode ver ou sentir” brotam da própria mente humana impressionada com o que se viu e sentiu, com o que se percebeu e incorporou das investidas sobre o espaço físico; brotam da conexão do corpo com esse espaço, conexão ressignificada imagetivamente e transfigurada no (i)material linguístico, à equivalência de propor a inspiração metafórica como a gênese concreto-movimental de todo o aparato, entretanto imaterial, da Língua.

As “metáforas e metonímias” brotam, pois, do próprio espaço mimetizado, da relação do nosso corpo com o espaço físico do nosso mundo, posta em chave exatamente genética: essa relação, em última instância o próprio espaço físico, é o que ontogera as significações que construímos para esse mundo, então significações geneticamente concretivas anteriores ao estabelecimento de qualquer contexto abstrativo-especificativo, significações concretivas que se mantêm na própria abstratização posteriormente solicitada pela discursividade. O nosso corpo é que faz o espaço ser espaço, a nossa mobilidade atualizada em movimentos é que mimetiza o espaço físico, os nossos deslocamentos nesse espaço é que imagetizam as significações, as imagens é que ontogeram a Língua: é assim que temos uma Língua *imaginária* no mais radical sentido, **abstrativa** em si mesma, **concretiva** em sua gênese, cabalmente **metafórica** na medida em que a inspiração físico-concretiva permanece no caráter abstrativo de representação que dá à Língua o estatuto de Língua, assim como essa mesma inspiração permanece em cada traço de especialização que dá à Língua a prerrogativa de funcionalidade, na possibilidade de se prestar a qualquer contexto sem deposição da gênese concretiva pré-contextual. Nisso contrario apreciações teóricas que atribuem a gênese linguística ao contexto discursivo, retroalimentado pela língua, para mim *re*-alimentado pela Língua segundo a contiguidade semântica que está na própria Língua e que atua nas cadeias de reabstratizações especificativas:

“A lingüística cognitiva caracteriza-se por adotar alguns pressupostos contrários à tradição formalista. Entre esses pressupostos está, por exemplo, a idéia de que a significação não se baseia numa relação entre símbolos e dados de um mundo real de vida independente, mas no fato de que as palavras e as frases assumem seus significados no contexto, o que implica a noção de que os conceitos decorrem de padrões criados culturalmente. (...)” (*idem*, p. 22); “(...)

[Para o Funcionalismo²⁵⁶] não há como separar a *langue* da *parole*: o acidental ou casual que caracteriza o discurso passa [na visão funcionalista] a ser a gênese do sistema, que, por sua vez, alimenta o discurso. (...)” (*idem*, p. 27):

ora, visto que são inteiramente culturais, os conceitos não poderiam decorrer senão de padrões criados culturalmente, mas isso não é implicado pela proposição de que a significação se baseie no suposto “fato” de que as palavras e as frases assumam seus significados no contexto. Minha proposição versa o *contrário*: as palavras e as frases *não* assumem seus significados no contexto, e, por isso, *não* é em hipótese contextualista, *negada* por mim, que a significação se baseia. Afirmar que as palavras e as frases assumam seus significados no contexto equivale a afirmar um contexto inaugural para a Língua a cada situação dialógica, afirmação de uma língua sempre nascitura, o que não se confunde com sua renovabilidade e constante renovação; a Língua é sempre renovada e sempre velha, dialética que proponho a despeito da consideração de Yaguello (2001, p. 279) segundo a qual

“(...) [a língua] não é nem jovem nem velha, mas constantemente renovada (...)”;

ora, o que se renova é velho relativamente à própria renovação, e justamente na senectude da Língua é que está *estruturada* sua capacidade de renovar-se para a dinâmica da vida. O que se assume a cada novo contexto é *não* “o significado”, mas a especialização agregada a um significado de base. Há um significado de base que é de todo imanente, inspirado pela metáfora inaugural físico-concretiva e mantido na abstratização especializadora.²⁵⁷ A assunção incide sobre a especificidade; o que se

²⁵⁶ “Salomão (1999) [SALOMÃO, Maria Margarida Martins. “A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem”. *In: Veredas*, Juiz de Fora, 4: p. 61-79, 1999.] admite que a ênfase na acessibilidade da linguagem a seu uso aproximaria o enfoque cognitivista à tradição funcionalista (...)” (AREAS; MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 22)

²⁵⁷ “(...) segundo Frege [Gottlob Frege (1848-1925) (veja-se, aqui, menção a sua *Conceitografia* no item I. 3)] não faz sentido querer determinar o significado de um termo,^[sic] a não ser em um contexto sentencial, pois somente aí ganha esse conteúdo significativo a possibilidade de vir a ser definido. Tal modo de encarar o significado se apóia na concepção segundo a qual o significado de uma palavra pode vir a ser estabelecido mediante a noção de contribuição (*Beitrag*) da palavra ao contexto em que ela ocorre. Isto **não implica dizer que as palavras, quando isoladas, careçam de significado**, mas que seu significado só é conhecido mediante a função que desempenha em contextos mais complexos. (...)” (FREGE, 2009 [1879], *Introdução*, de Paulo Alcoforado, p. 23-4; o negrito é meu)

“assume” é a especialização. A casualidade contextual do discurso *não* é “a gênese do sistema” (*supra*): **a gênese última do sistema é a metáfora espacial** (veja-se a Introdução deste estudo). É, pois, na metáfora, não no contexto, que está o condão inaugural da Língua. É na visualidade imagética propiciada pelo espaço físico no qual nos (des)locamos, é na mimese de nossa gestualidade e de nosso (des)locamento, é no desenho linguístico-metafórico resultante disso, é aí que “as palavras e as frases assumem seus significados”, ou seja, é na espacialidade física na qual reside nossa mobilidade, e não nos eventos discursivos nos quais exercitamos a linguagem, é naquele desenho concreto que a Língua é desenhada.

Daquele desenho não prescindem as chamadas “expressões idiomáticas”. Em tipologia estabelecida por Fillmore, Kay e O’Connor (1988)²⁵⁸, pretende-se uma dicotomia entre “expressões gramaticais” e algo que seriam “expressões extragramaticais”, que Ferrari (2011, p. 131) procura exemplificar em nosso vernáculo:

“As expressões idiomáticas **gramaticais** obedecem às regras da gramática de uma língua. A expressão *cortar um dobrado* apresenta uma estrutura gramatical produtiva em português, em que o verbo é seguido por um complemento direto. Por outro lado, expressões idiomáticas **extragramaticais** são aquelas que não obedecem às regras usuais da gramática. A expressão ‘de mais a mais’, por exemplo, é bastante idiossincrática, não reflete uma regra sintática geral da língua.”

A crença na “extragramaticalidade” parece fazer a autora substituir o itálico da expressão *cortar um dobrado* pelas aspas apostas à expressão *de mais a mais* — “de mais a mais” (*supra*) —, que então não seria nem “agramatical” nem propriamente “gramatical”, reservando-se-lhe o pretendido caráter “extragramatical”, ou seja, a “gramática da língua” não estaria aí nem contrariada nem plenamente contemplada, porque, diferentemente da expressão anterior, que “apresenta uma estrutura gramatical produtiva em português” (*supra*), esta expressão “não reflet(...) [iria] uma regra sintática geral da língua” (*supra*), refletindo então uma regra sintática minoritária. Ora, a gramática da Língua de fato

²⁵⁸ FILLMORE, Charles J.; KAY, Paul; O’CONNOR, Mary Catherine. “Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of let alone”. In: *Language*, 64 (3): p. 501-38, 1988. (Veja-se a nota 98.)

não está contrariada, exatamente porque, de todo ao contrário, está plenamente contemplada em sua generalidade fundante. Não há nada de “idiossincrático” na construção

de “x” a “y”,

podendo “y” equivaler a “x” — *mais (...) mais* —, e podendo a parêntese “x-y” ter sua **nominalidade** indeterminada à maneira dos *pronomes*, que, como *nomes*, representam **substâncias**. O “algo” substancial que “significa” um “acréscimo”, um “avantajamento”, um “mais”, está aí representado pelo **ponto do** qual se parte para chegar **ao** outro **ponto** a “significar” um “acréscimo”, um “avantajamento”, um “mais”; **de** um **ponto ao** outro, **de** um **lugar ao** outro, realiza-se o desenho concretivo da frase em

movimento de *lugar de onde*

e

movimento de *lugar para onde*,

movimentos metaforicamente realizados pelo comportamento cuja expressão é objetivada na frase, um comportamento que, seja ele qual for, seja em que contexto for, migrará

de um **ponto-lugar-substância** “algo mais”

a um **ponto-lugar-substância** “algo mais”,

pontos-lugares-substâncias que representam a substantividade própria do nome-pronome, mantida em fraseologia aparentemente “idiossincrática”, *extra-ordinária*, *extra-vagante*, “*extra-gramatical*”, que entretanto proponho como atualização do que há de mais *intra-ontogênico* na Língua, que é sua movimentalidade primeva, estrutura imagética produtiva das cadeias re-metaforizantes que engendram a mais alta abstratização.

Assim se note que as lexias complexas não precisam encontrar sua origem em contexto externo à Língua, por mais que se possa recuar no tempo. Expressões como

coração leve

e

coração pesado,

centradas no “coração” de nossas emoções, não se devem à pesagem do coração diante do deus Osíris, imaginada pelos antigos egípcios²⁵⁹. Tanto a simbologia que haveria naquela pesagem quanto a figuratividade que está naquelas expressões se devem à fisicalidade abstratizada na “leveza emocional” que se deseja e no “peso emocional” que se rejeita, uma fisicalidade que se mantém na abstratização. Nós não pensamos em “coração leve” por inconsciente lembrança de prática ancestral, histórica ou mítica; tanto nós como nossos ancestrais acolhemos e acolhiam a possibilidade de que um coração metaforicamente leve seja um coração livre do abstrativo peso da angústia, mas acolhemos e acolhiam essa possibilidade porque nossa e sua consciência não se desprende e não se desprende da ideia subjacente de um peso físico e da imagem de um *pesar* físico, de um *pender* concretivo, a produzir um “pesar moral” e a se manter na *pro-dução* como condição *re-pro-dutiva* da metáfora, imagem físico-movimental de um “pender para baixo” que nos “comprime” e “angustia” na medida do desenho de seu *deslocamento* no *espaço físico*.

Não concebemos o tribunal de Osíris quando concebemos a imagem de angústia de um “coração pesado” e ainda menos quando utilizamos a própria expressão que a formaliza, na mesma medida em que não concebemos a imagem de lateralidade-*lugar-onde con-formadora* da palavra

con-ceber, na equivalência de um “*captar com-preensivo*”,

²⁵⁹ O mítico trabalho cerimonial, denominado *psicostasia*, era descrito no chamado Livro dos Mortos e consistia em pesar o coração do morto, à medida que se lhe formulavam questões morais, com o fito de se lhe julgar a alma. O coração, sede da *psique*, deveria ser leve para que se perpetuasse a vida pós-morte.

quando concebemos a ideia mesma de “conceber” e ainda menos quando utilizamos a própria palavra que a nomeia, mas isso é assim porque as imagens primevas de espacialidade motivadora já estão ontogenicamente preconcebidas, inclusive aí a imagem ontogênica de lateralidade-*lugar-onde* que, em pé de igualdade com a ideia de “re-*ceber*”, proponho conformar a palavra *conceber*. Trata-se de preconcepção subjacente, não simplesmente porque prévia, mas porque constitutiva do que se concebe como produto da metáfora. Independe da simples ordenação temporal a distinção que ora proponho: conceber o ancestral tribunal de Osíris para conceber a imagem de angústia de um “coração pesado” seria uma espécie de lembrança colateral de natureza rigorosamente extralinguística, mas preconceber as imagens primais de espacialidade geradora já está dado pela própria geração ontológica da Língua, encoberta lembrança genética de um material constitutivamente contido em seu próprio produto. Trata-se, pois, de uma distinção ontológica entre elementos de naturezas distintas, a natureza histórico-ocorrencial e a natureza espaço-metafórica segundo a mimese que a Língua realiza sobre a espacialidade física em *imaginação* que **se abstratiza porque mantém a própria fisicalidade primeva**.

Para conceber um “coração leve” em oposição a um “coração pesado” e então pôr a concepção em palavras, não é preciso pensar na mitológica pesagem do coração, julgadora da alma, mas é preciso preconceber determinações físico-espaciais. Para conceber um “*captar com*-preensivo” e então formalizar algo como a palavra *conceb-e-r*, igualmente é preciso preconceber determinações físico-espaciais, ora à imagem de lateralidade-*lugar-onde* — *com* — em associação com a ideia de “re-*ceber*”, “*co(n)*-lher”. Assim, quer para o “ônus do coração”, quer para a “concepção” desse ônus, a ontogênese linguística está na própria Língua, na interioridade da Língua, porque é mesmo ali dentro que estão as determinações do espaço que lhe são constitutivas. Com sua fisicalidade inerente, com suas determinações de mobilidade (veja-se HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 296), em movimentos e não-movimento, o espaço é a dimensão que se presta à mimese empreendida pela Língua-em-formação e à conseqüente metaforização aí impressa, de que resulta a Língua *natu* metafórica que

atualiza em “material” linguístico a potência “material” do espaço, fator que assegura a presença das determinações espaciais no interior da Língua, configurada, pois, como arsenal de metáforas constitutivas dela mesma, metáforas produtivas na medida em que se mantém sua motivação concretiva na mais inovadora abstratização.

Modo de afinar radicalmente a ideia que aqui formulo é minha proposição de que a metáfora linguística não precise passar por aquilo que, na esteira de Lakoff e Johnson (2002 [1980]), se entende por metáfora conceptual. Não é preciso pensar que

“DISCUSSÃO É GUERRA”

para formular algo como

minhas palavras derrotaram o adversário;

ao invés, pode-se pensar que

“GUERRA É DISCUSSÃO”

para formular algo como

os feitos de Napoleão Bonaparte emudeceram o mundo,

entendendo-se

“GUERRA É UMA ESPÉCIE DE DISCUSSÃO ARMADA”,

stricto sensu armada. Ou seja, a *metáfora linguística*, que é como a Linguística Cognitiva denomina uma possível formulação metafórica — propriamente linguística —, não precisa passar por uma correspondente *metáfora conceptual*, que é como a Linguística Cognitiva denomina a conceptualização de “x” em termos de “y”, mas passa necessariamente por uma inspiração primal, ela mesma imediata, que a visão e a experimentação do mundo nos sugerem imediatamente, e que é aquilo que denominamos *espaço*, aquilo em que nos movimentamos, aquilo que é o próprio *deslocamento*, então mimetizado, segundo suas imagens físico-concretivas, e linguisticamente metaforizante,

por exemplo *em termos de* “de-rrota” e “con-vencimento”. Um “ataque verbal”, formalizável

a(d)taque verbal,

não faz necessariamente pensar num campo de batalha propriamente dito, mas faz pensar num **movimento o(b)fensivo**, em que o **a(d)tacante** des-**fere in-sultos**²⁶⁰ *contra* o **a(d)tacado**, trazendo-se à evidência discursiva aquela imagem geral de uma **gestualidade a(d)gressiva** em que se **a(d)tiram** objetos, quaisquer objetos, materiais ou não, tacapes ou palavras que **a(d)tingem** o **a(d)versário**. A ultra-imagética formulação

a(d)taque a(d)

não implica verdadeiramente uma imagem de guerra, mas contém em si, na própria ontogênese, uma *imagem de espaço*, do *lugar a(d) onde se a(d)taca*, um *lugar para onde*²⁶¹, um **movimento de a(d)proximação**, em si mesmo sem nenhuma marca de “agressividade” que se possa verificar na formulação, nenhuma marca propriamente formal que seja propriamente simbólica de aproximação ameaçadora ou agressiva — as marcas linguísticas aqui realçadas são marcas de **espacialidade**, de uma **visualidade físico-espacial**, não de “agressividade” —, a não ser aquela “marca” discursivo-imaterial e residual que a nossa discursividade agrega, porque nós somos seres frágeis, destrutíveis e perecíveis, traumatizados por um mundo essencialmente agressivo. A imagem de guerra é uma associação possível e altamente provável porque estamos num mundo bélico, mas

²⁶⁰ Veja-se a cadeia *insulto < insultu(s) < insilīō*, “**1.** Saltar a ou sobre. **2.** Assaltar; atacar; lançar-se sobre (...)” (TORRINHA, 1945 [1937]), < *in* + *salīō*, “saltar”,

em que a movimentabilidade física, moralmente abstratizada, diacronicamente se recupera, não por mero fato diacrônico, mas por manutenção ontogênica, segundo a qual o ato e o efeito de “insultar” é ato e efeito de “precipitar-se” sobre o então insultado, sobre quem o insultante “salta” com o corpo, com objetos materiais, com *in-vectivas* verbais.

²⁶¹ Veja-se a cadeia *ataque < atacar < attaccare* (“italiano”): “(...) Trova la sua origine (...) nella *rad. celto-germanica TAC*, che ha il senso di *agganciare, fermare, aderire* (...). La stessa radice sembra ricomparire anche nel *lat. TÀNG-ERE - p. p. TÀC-TUS - toccare* (v. *Tatto*). — Appiccare, Affiggere, Unire qualche cosa ad un'altra (...)” (BONOMI, Digital), imagem de não-movimento, *lugar onde* — *fermare*, “firmar *em*”, *tangere* (/ *tactus*)/ *toccare*, “tocar *em*” —, estendido em movimento de *lugar para onde* —

não está marcada na formulação, e a ausência de marca formal não é apenas um dado “material”, mas aponta para outra *imaginação*, previamente dada pelo *espaço* que nos circunda como condição de toda intuição externa (na Introdução deste estudo, veja-se KANT, 2012 [1781-1787]).

Pensamos em “atirar palavras que ferem” porque pensamos em “atirar objetos materiais que ferem”, não porque pensemos necessariamente em guerra estrita — assim como não pensamos no tribunal de Osíris para desejar ter o “coração leve” —, uma vez que, antes de ser feito bélico, nosso mundo é essencialmente físico-matério-espacial, e é por isso que formalizamos

a(d)taque a(d)

com marcas que imagetizam a materialidade do *espaço físico* e que não precisam evocar a guerra.

Bem assim, na formulação

lutar contra uma doença,

com suas variações formais *ad hoc*, põe-se a ideia de “doença” não como “guerra”, mas como “inimigo”, ou seja, como um **ponto** no *espaço físico*, um **lugar contra** o qual se luta; a “luta” se trava entre dois lugares, o lugar-doente e o lugar-doença, dois **lugares** a partir dos quais se empreendem movimentos de *a(d)taque*, em que a doença *a(d)tinge* a vítima, e a vítima *re-age* e *e-mite a(d)* o lugar-doença as armas possíveis. Se se pensa na ideia de “doença” como “guerra”, talvez já se esteja tomando “doença” não por si, mas como “situação de doença”, numa espécie de relação metonímica entre “doença” como ponto atacante e “doença” como situação de ataque, em que, por contiguidade, se toma a parte pelo todo que ela compõe; essa parte, todavia, está mesmo no quadro imagético, no *arqui-frame* aí configurado, e é entre ela, “doença” como parte, como “inimigo-atacante”, e a outra parte, “doente” como “inimigo-atacado-e-então-atacante”, ou seja, é entre essas duas partes do quadro, é entre esses dois **lugares** que se

*ag(< -d- / ad)ganciare, ap(< -d- / ad)piccare, af(< -d- / ad)figgere, “unire qualche cosa **ad** un’altra”, “unir*

dá o jogo de imagens movimentais de lugares para onde se *a(d)*taca, imaginação físico-concretiva metaforizada em experiência humana com suas dores e reações, e aí mantida — sempre mantida — a primeva, generosa, produtiva inspiração espaço-movimental, ontologicamente presente, essa sim, e inescapavelmente mantida porque é nela que está o germe mimético-imagético-metafórico da Língua, um germe anterior à mais arcaica construção discursiva, subsumido à mais primeva visão e apercepção do espaço.

Ora, também não é mesmo preciso entender que

“(...) uma DISCUSSÃO pode ser caracterizada como:

(...) um prédio (*Isso sustenta o que eu estou dizendo; Seu argumento desmoronou*)

(...)” (FERRARI, 2011, p. 92),

fazendo-se recorrer à imagem cultural de um “prédio” como mediadora que ancore formulações como

sustentar o que se diz

e

um argumento desmoronar,

pondo-se aquela imagem a mediar entre a inspiração espaço-movimental e as formulações linguísticas, mediação desnecessária porque forjada. Novamente, não é necessário conceber um “prédio”, e parece que não pensamos nesse artefato, para “sustentar um argumento”, que poderá “desmoronar”, mas, novamente, é preciso preconceber determinações físico-espaciais no sentido de que as imagens primevas de espacialidade motivadora já estão ontogenicamente preconcebidas, segundo a “preconcepção subjacente” que proponho como fundante, nomeadamente, aqui, (1) a imagem ontogênica de *lugar onde*, dada por

su(b)s mais *tenere*, “ter²⁶² algo **em**”, “suster algo **em**”, *sustentar em*,

algo *a(d)* algo”.

²⁶² Veja-se a nota 203.

conforme a cadeia

“su(b)s- + -tento < teneo” (TORRINHA, 1945 [1937]),

de que *sustento*, *sustentare*, é resultado frequentativo, “*freq. intensivo*” para Torrinha (1945 [1937]),

portanto inovação a partir do perfeito *-tent-*, de

“**tenēō**, tenūī, tentum, 2 [*ten-: cf. *tendo* (...)] (...)” (*idem*)

(extensível a *lugar para onde* pelo congêneres *tendo*, *tendere*, “tender **para**”),

bem como (2) a imagem ontogênica de dispersão-*lugar-de-onde*, dada pela etimologia

desmoronar (português)

< (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital; AULETE, 1958)

desmoronar (castelhano)

< (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, Digital; 1992)

desboronar (castelhano antigo)

< (*idem*; *idem*)

des- + *borona*, “milho”,

que parece fazer entrever o desenho tridimensional de uma espiga debulhando-se, em movimentos de separação entre os grãos e a casca, entre a espiga e a palha, múltiplos movimentos de *lugar de onde*, em que as partes do objeto se espargem e o todo se dispersa e desintegra, como um prédio desmorona, em imagem secundária relativamente ao movimento em si mesmo. A “*borona*” “*se des-borona > des-morona*”, *des-fazendo-se*, como um “*milho*” “*se des-milhar*” e um “*passarinho*” “*se des-passarinha*” quanto à integralidade de seu ser “passarinho” em sendo *de(s)*-penado, tendo sua “passarinhidade” *des-figurada*, *des-manchada* como figura integral, segundo a mesma icônica imagem ontogênica de dispersão-*lugar-de-onde*; o que dizemos *desmoronar* poderíamos dizer *desmilhar*, e isso apenas faria a etimologia mais evidente para nós quanto à base lexical, se não quanto à imagem movimental, mas a contígua extensão semântica seria rigorosamente a mesma e a manutenção da completa inspiração

concretivo-movimental guardaria idêntica possibilidade de resgate etimológico-ontogênico:

la borona se desboronó / se desmoronó,

o prédio desmoronou(-se),

o argumento desmoronou(-se);

o milho “desmilhou(-se)”,

o prédio “desmilhou(-se)”.

o argumento “desmilhou(-se)”.

Claro esteja que não proponho a etimologia como fator determinante, mas o encontro de uma etimologia possível indicia aqui a iconicidade da motivação espaço-movimental ontogênica *em termos de uma apercepção que promana **diretamente** da experiência físico-visual do espaço*. Ou seja, tanto a imagem de

“um prédio que desmorona”

quanto a imagem de

“uma espiga que se debulha”

são atualizações do movimento como fenômeno primário, ainda desprendido de qualquer determinação contextual; são imagens coirmãs, colaterais entre si, em pé de igualdade diretamente dimanadas do movimento primário, inspirativo, ontogênico. Igualmente, tanto a imagem de

“um prédio que se sustenta, parando em pé”,

quanto a imagem de

“uma afirmação que se sustenta, sem se negar”,

ou seja, tanto a imagem de

“um prédio que se sustenta, parando em pé fisicamente”,

quanto a imagem de

“uma afirmação que se sustenta, parando em pé discursivamente”,

são atualizações do não-movimento como concreto fenômeno primário, ainda desprendido de qualquer determinação contextual, imagens coirmãs, colaterais entre si, em pé de igualdade diretamente dimanadas da cena física do não-movimento primário, tão inspirativo e ontogênico quanto o movimento propriamente dito; são imagens que diferem entre si quanto à concretude literal da primeira,

“um prédio que se sustenta, parando em pé fisicamente”,

e à abstração metafórica da segunda,

“uma afirmação que se sustenta, parando em pé discursivamente”,

mas aqui não se tem abstração desimbuída de concretude, da lembrança da concretude inspiradora, e essa lembrança advém não da imagem de “um prédio”, senão da imagem do **espaço**: a sustentação de uma afirmação não está ancorada na sustentação de um prédio, assim como uma afirmação não se ancora num prédio; para a ancoragem basta o espaço, porque é lá que estão os movimentos e o não-movimento, é lá que está a primariedade ancestral mimetizada para a confecção da Língua, é lá que está o fator metaforizante desse arsenal então *natu* metafórico, é de lá que provém a concretividade inspirativa que se mantém nas re-metaforizações abstratizantes, segundo a contiguidade semântica. A sustentação de uma afirmação e seu desmoronamento não passam pela imagem artesanal de “um prédio”, mas brotam diretamente da imagem ancestral do espaço.

Não estou sugerindo aí que não se possam categorizar elementos do mundo natural ou da esfera fenomênica ou fenomênico-discursiva a partir de elementos típicos do mundo propriamente cultural. Aos cinco anos e três meses e meio de idade, minha filha, Laura,²⁶³ categorizou como “recheio” a polpa de uma ameixa que ela comia em dias de Natal. Laura partiu de um elemento que se deve associar ao mundo culturalmente estabelecido, no qual realizamos a prática de entretecer elementos entre outros elementos, *re-en-chendo* vazios, “*re-cheando*” lacunas, com-pletando espaços — lembre-se a relação etimológica **plē*, “encher”, > -*che-* —, e parece haver transferido para o mundo natural o resultado dessa prática. Não pretendeu ser metafórica, porque, para ela, se tratava muito propriamente de um recheio, mas um recheio análogo àquele de um bolo fabricado em nossa cozinha²⁶⁴, então se efetivando um processo metonímico: o que mediou a transferência metonímica do “recheio do bolo artesanal” para o “recheio da ameixa natural” não foi, todavia, o artesanato do bolo, à maneira de

“POLPA É RECHEIO”,

mas foi a imagem espacial de lugar intermediário, camada entre duas camadas, portanto lugar entre dois lugares, ou seja, *lugar onde*, mais uma vez não se passando pela imagem artesanal ora de “um recheio”, mas colhendo-se categorização diretamente advinda da imagem ancestral do espaço.

Igualmente, não é preciso pensar que

“(…) a metáfora ESTADOS SÃO LOCAIS justifica a existência de nomes abstratos como *depressão* e *crise* (…)” (FERRARI, 2011, p. 71),

²⁶³ Referência pessoal esperadamente se aporia em nota de rodapé. Apus ao corpo do texto para dar continuidade à discussão que aí está.

²⁶⁴ Veja-se em Aulete (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital; o negrito é meu) o significado culinário atribuído ao já substantivo *recheio* — a versão impressa (1958) aponta como étimo a formação “*Re + cheio*”, portanto de base “lexical” adjetiva —, a notar-se o viés teleológico, que, para a Modernidade, é um viés cultural:

“(…) Cul. Tudo o que **se destina a** se colocar no interior de carnes, legumes, massas, bolos, tortas etc.: *O pastel tem recheio de carne; Adoro bolo com recheio de chocolate.*”.

não simplesmente porque a etimologia do que fora o deverbais *status*, *-us*, imponha certa redundância à proposição que associa “estado” a “local”, uma vez que, no limite de uma ontogenia que propugno sempre mantida, a forma *local* já está para a forma *estado*, pois que o “*estado*” é mesmo o “local” em que se *está*,

sto, stare, statum > estar,

a par de

*sto, stare, statum > status > estado*²⁶⁵,

assim como o “*estádio*” é propriamente o local em que se *está* não necessariamente para assistir a um jogo de futebol, razão por que, ao longo deste estudo, venho preterindo o galicismo *estágio*, a bem de enfatizar que um “*estádio* de língua” é um *estado*, momento em que a Língua *está*. Não se trata apenas disso. Não é preciso pensar que

“ESTADOS SÃO LOCAIS”

porque a etimologia novamente se impõe a indicar a permanência da inspiração ontogênica, agora não da palavra *estado*, < *status*, mas das *parabola*e que imagetizam e nomeiam os estados específicos, ou seja, as *palavras* mediante as quais os estados são conceptualizados e então designados. Nas palavras

depressão

e

crise

está presente, e mantida, a imagem espaço-movimental de

lugar de onde,

²⁶⁵ *estado* < *status*, *-us* (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital),
status, *-ūs* < *stō, stās, stāre, stēī, stātum* (TORRINHA, 1945 [1937])

e essa imagem tem atestada sua ontogênese na etimologia de cada uma daquelas palavras, não por casuísmo etimológico, mas, ao contrário, por uma espécie de denominador comum, que se confunde com a movimentalidade da Língua.

Em

de-pressão,

a manutenção ontogênica está “sincronicamente” marcada pelo assim chamado “prefixo”, esse bom comportamento “sincrônico” — nesta ou naquela sincronia — da também assim chamada “preposição”, cuja fama de indiciar “movimento *de* cima para baixo” aí parece confirmar-se, na medida em que a “*de-pressão*” é precisamente o “estar *para baixo*”, o “estar *em baixo* local”, o “*estar em baixo estado*”, resultado coerente com a ontogenia separativa que imagetiza aquilo que advém, como efeito, do ato de “premir”, *premere*, a *pressio(n-e-m)* que metaforicamente se exerce sobre nossa alma e nos *confrange*, como que nos despedaçando e nos fazendo *frágeis*, em movimento que advém de algum lugar, o lugar da *pressão*, tomado como “alto” apenas porque nos dejeta para baixo, “*de* cima para baixo”. A imagem do ato e sobretudo do efeito de “*de-jetar o o(b)primido*” permanece na presença plasticamente explícita da entidade *de*, inserida no item lexical *de(-)pressão*, cujo elemento reconhecidamente “lexical”, *(-)pressão*, guarda etimologia que se parece poder intuir segundo a ideia de um movimento físico abstratizado, a que acrescento minha insistência quanto à manutenção do caráter físico-concretivo na extensão moral-abstrativa, e já mesmo quanto a sua possibilitação, na chave de que oprimir uma alma difere de oprimir um corpo quanto ao objeto, não quanto ao comportamento. É assim que na *configuração plástica, morfológica, da forma*

depressão

está como que desvelada a iconicidade segundo a qual se imagetizou-*desenhou-designou* e então se expressou e nomeou a ideia do ato e do efeito de “oprimir-se uma alma” como se dilacera um corpo, confrangendo-se o corpo e a alma, alijando-se para a terra a alma e o corpo, da dignidade à prostração, do alto ao ínfero, em não obliterada inspiração físico-concretiva, espaço-movimental de *lugar de onde*.

Em

crise,

a imagem do movimento de *lugar de onde* está entranhada na raiz **krei*, que indicia a ideia de “separação”, a imagetizar a ideia de “escolha” imposta pela situação de “crise” (veja-se a Introdução deste estudo), uma vez que a crise exige a escolha de um caminho a seguir, e a imagem do comportamento de “*es(ex)*-colher” é a imagem de um ato separativo, em que separamos do conjunto o elemento escolhido e deixamos cair por terra os preteridos, desenho do movimento gestual que realizamos no espaço, movimento de separação, afastamento, *lugar de onde*.

Assim, “a existência de nomes abstratos como *depressão* e *crise*” não precisa ser justificada “[pel]a metáfora ESTADOS SÃO LOCAIS” (*supra*). Não é necessária nenhuma justificação advinda de uma metáfora conceptual específica que associe “estado” a “local”, uma vez que a imagetização dos “estados” parece recorrer a um desenho não exatamente locativo, mas amplamente movimental, parece desenharse ao molde de uma metáfora em que o espaço não prescinde de instâncias locais nem do repouso conferido pelo não-movimento, mas é um espaço concebido precipuamente em função de suas atribuições dinâmicas. Ou seja, a imagem espacial inscrita naquelas *parabola*e não se deve a fato genérico dado por metáfora específica, segundo a qual “ESTADOS SÃO LOCAIS”, mas deve-se ao fato *ge(ne)rador* dado pela metáfora que proponho fundante da própria Língua e que faz a Língua ser, ela mesma, metáfora do espaço.

Negativa da pressuposição da iconicidade espaço-movimental em que insisto, a apreciação linguística que denomino “desleitura da forma”, representativa de mecanicidade²⁶⁶, e que proponho como condicionamento da não-análise, é, muito amplamente histórica, bem apresentada por Marc Baratin em artigo de coletânea que ele co-organizou (BARATIN, Marc. “Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação”. *In*: _____; JACOB, Christian, 2000, p. 227-33), no qual se aponta o acúmulo de materializações de “o mesmo” texto, ocorrido na Biblioteca de Alexandria, como o nascedouro da necessidade — doravante filológica — de chegar a “o verdadeiro” texto e da subsequente necessidade — doravante gramatical como hoje se entende²⁶⁷ — de apreender a regularidade da língua. Baratin entende que a obsessão pela regularidade se perde na pluralidade das ocorrências. Eu entendo que a obsessão pela regularidade se perca na própria regularidade a que se chega, uma vez que, **interpretada como produto da ocorrencialidade**, da reiteração de ocorrências, ora se satisfazendo o critério “grau de ocorrência”, essa regularidade é tão só verificada, eventualmente “elevada” à categoria de norma prescritível e não percebida como índice de possíveis inspirações semânticas quanto à constituição do arcabouço (morfo)sintático da Língua:

“(…) na trajetória dos processos de regularização do uso da língua, tudo começa sem regularidade, exatamente por estar no seu começo, mas se regulariza com o uso, com a repetição, que passa a exercer uma pressão tal que faz com que o que no começo era casuístico se fixe e se converta em norma, entrando na gramática (gramaticalização) (...)” (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 50).

A consideração da norma linguística como produto do que se reitera ou como produto de escolha arbitrária perpassa por aquilo que parece constituir a quase-totalidade dos discursos que tocam a questão da normatividade, marcadamente os de orientação

²⁶⁶ “(...) Em matéria de linguagem, a forma especulativa (...) nunca foi suficientemente dominante para que se possa rigorosamente pensar sua relação com a prática, sob o modo da *aplicação*, como é o caso das ciências da natureza. Isto se prende, sem dúvida, profundamente ao fato de que_[e,] se um saber linguístico especulativo pode evidentemente ser de natureza empírica — sendo que no que concerne às línguas naturais ele geralmente o é —, sua natureza experimental raramente ultrapassa a manipulação das formas.” (AUROUX, 1992; 2001, p. 17)

sociolinguística e os de preocupação educacional. A sensação de (quase-)unanimidade talvez se avolume se observadas certas considerações sub-reptícias que perpassam os discursos:

“(…) como se trata de um texto dissertativo-argumentativo [o texto ali estudado], acrescenta-se a exigência de que ele seja escrito na modalidade formal do português brasileiro contemporâneo **porque** é esta que as tradições discursivas aliam ao texto dissertativo-argumentativo (…)” (FARACO, 2014; o negrito é meu).

A modalidade formal é aquela que as tradições discursivas aliam ao texto dissertativo-argumentativo, mas **não é por isso** que se exige que esse tipo de texto seja escrito nessa modalidade. A escolha das tradições discursivas não foi aleatória nem arbitrária: “modalidade formal” é a expressão por que aqui se nomeia a modalidade normativa dita culta, que também não é nem aleatória nem arbitrária; todo ao contrário, é motivada por histórica intenção de clareza e de precisão, virtudes em função das quais os “bons autores” moldaram e moldam seu leque de escolhas, que apenas nessa inserção causal constituíram e constituem as normas. Quer dizer: as normas são normas não simplesmente porque correspondem às escolhas dos autores tomados como modelares, muitas vezes circularmente tomados como modelares porque realizaram aquelas escolhas; certas possibilidades são autoralmente escolhidas, e as escolhas são tomadas como normas, porque correspondem àquela histórica intenção de clareza e de precisão.

No texto dissertativo-argumentativo, o esforço de clara e precisamente construir a argumentação se ampara na clareza e na precisão pretendidas pelas escolhas *cult(ivad)*as, “modalidade formal” que procura *formalizar* aquelas virtudes. A título de exemplo, a concordância gramatical é trabalho plástico a que a Língua se dá para *explicitar* relações de mundo, relações que, entretanto, não se apagam — no mundo — tão só porque não se explicitaram — na Língua —, e isso permite dizer que se trata mesmo de trabalho plástico (*representativo*, portanto) que pretende assegurar àquelas relações clareza e precisão em sua expressão linguístico-representativa, *explicitando* (na *representação*, que é a Língua)

²⁶⁷ “La comparaison critique des textes donna naissance enfin à la comparaison des langues (…)” (WARTBURG, 1963, p. 3)

relações mundanas, sem pretensão de *estabelecê-las*, no mundo. É, então, procedimento que se pode dizer *meta-fórico*, porém agora não metáfora equivalente a mimese do espaço, do espaço do mundo, do movimento no mundo, transporte do espaço-mundo para a Língua, segundo uma imaginação construída pelo olhar, mas metáfora resultante do procedimento intralinguístico que é marcar componentes do sintagma (e o verbo em instância maior) redundantemente com a sinalização linguística evocadora da mesma informação no limite extralinguística (o que potencialmente inclui a noção de gênero). Ora, esse procedimento pretende, a bem da clareza, assegurar que ao sintagma corresponde mesmo um conjunto de seres, materiais ou não, e que a oração é mesmo a expressão una de um comportamento: sintagma e oração que, como tais, representam — na Língua — relações de mundo, havendo aí **não aleatoriedade nem arbitrariedade**, mas **procedimento metafórico apenas em última instância**, no exato sentido de que determinada plástica da Língua representativamente metaforiza determinada ordem do mundo em relação direta o mais possível, já no limite da iconicidade que me interessa aqui (vejam-se § finais do item II. 4).

Segundo a oposição

música é bom

≠

a música de Bach é boa, linda, transcendente, divina,

ou seja,

“música, essa ‘coisa’ neutra, *isso, é bom*”

≠

“*a(que) música, a(que) música de Bach, não qualquer música, mas aquela,*

a música de Bach,

é boa, divina”,

vê-se que o artigo (*definido*), historicamente pronome *demonstrativo*, é de acionamento discursivo, porque propicia a articulação da palavra ao texto, propiciando a articulação da ideia ao discurso, uma vez que *demonstra* a coisa do mundo sobre a qual se está falando (veja-se a nota 114), como que apontando para ela; aponta aí para a música sobre a qual se está falando, *definindo* que não se trata de música como algo tomado em geral, a “‘coisa’ neutra” que não convida a *concordar* com algo específico, mas se trata da música bachiana, a música criada por Bach, *aquela* música. Trata-se, portanto, de questão discursiva, traduzida em Língua, em *forma* de Língua. Ora, o que afirmei acima equivale a dizer que toda *con-cord*-ância também seja algo discursivo — as impressões do “*coração*” estão aí, haja vista a possibilidade de silepse, uma *con-cord*-ância “*cord*-ial”, que dá liberdade a nossas conceptualizações —, mas a concordância nominal evidenciada pela oposição

música é bom

≠

a música de Bach é boa, divina

é discursiva essencialmente, uma vez que

música é bom

é formalização desprovida de concordância formal por estar plena de concordância ideológica, *discursiva*, segundo a ideia que aí se tem de “música em geral”, “música como ‘algo’”, ideia que desconvida a concordância com o elemento patente *música* e convida a concordância com o elemento discursivo “algo”, de *ne-utralidade* formal compatível com sua indeterminação ideológica, hipótese que “formalmente” me autoriza a postular como *ne-utro* o gênero ali impresso em *bom*. Mais ainda, o que há de sistêmico em

a música de Bach é boa

é o que chamo iconicidade **diretamente** traduzida em forma de Língua, “limite da iconicidade que me interessa aqui”, porque é uma iconicidade de representação direta, a prescindir de instância propriamente metafórica.

Por sua vez, espécie de normatizada obsessão pela clareza daquilo que discursivamente se pretende dizer, a insistente marcação de gênero e também a de número em cada ponto da formulação

a música bachiana é boa, divina

diz que “a música bachiana” é um conjunto e que é dele que se está falando e que ela é que é boa e divina, e isso é realizado assim, diretamente assim, conjunto estabelecido no mundo, conjunto marcado na Língua, relação estabelecida no mundo, relação marcada na Língua, *pari passu*.

O que afirmo mais atrás, Capítulo I, *caput*, ao falar de concordância,

“ultra-abstração do *esqueleto imagético*, posta como concretude,
 marcas linguísticas aparentemente palpáveis, mas verdadeiramente relacionais
 (como a dizer ‘aqui se tem um conjunto do mundo: elementos *con-cord*-antes na Língua’,
 ‘aqui se tem uma relação predicativa do mundo:
 relação denunciada pela *con-cord*-ância na Língua’),”

ora se entenda como **marcas verdadeira e diretamente relacionais**,

(1) *verdadeiramente relacionais* porque subsumíveis ao que ali chamei “jogo agentivo” das pessoas do discurso, “*jogo da predicação*”, sendo o jogo algo necessariamente relacional,

e

(2) *diretamente relacionais* porque representativas *pari passu* de conjuntos do mundo por meio da formalização de conjuntos na Língua. É, pois, nesse sentido que faço entender a afirmação de Luft (1993, p. 5) segundo a qual “a concordância é efeito da regência”:

“Derivado de *reger* ‘governar, comandar, dirigir’, é natural que *regência* signifique ‘governo, comando, direção’.

Em Gramática, emprega-se o termo em sentido amplo e [em sentido] restrito. Em sentido amplo, regência equivale a subordinação em geral. Em *chuva grossa*, p. ex., o substantivo *chuva* rege, i. é, subordina, o adjetivo *grossa*,

e₁] em *trabalha muito*, o verbo *trabalha* subordina o advérbio *muito*. *Chuva e trabalha* são as palavras regentes (subordinantes); *grossa e muito*, as palavras regidas (subordinadas).²⁶⁸

Artigos, pronomes adjetivos, numerais e (nomes) adjetivos são regidos pelos substantivos, que lhes comandam a forma pelo processo da concordância nominal: *o seu primeiro LIVRO encadernado / a sua primeira OBRA encadernada, os seus primeiros LIVROS*²⁶⁹ *encadernados*. Quando sujeito, o substantivo (nome ou pronome) rege ainda o número e a pessoa do verbo pelo processo da concordância verbal: *o LIVRO ensina / os LIVROS ensinam, EU ensino, TU ensinas, NÓS ensinamos*, etc. Como se vê, a concordância é efeito da regência.”,

não por comando arbitrário, mas por orquestração interna à Língua a **replicar diretamente** conjuntos centrados nas substâncias do mundo, nem por isso uma orquestração verdadeiramente centrada nos substantivos da Língua: de fato não me aproveitando a uma interpretação linguístico-ontogênica, a ideia de hierarquia, bifurcada em “coordenação” e “subordinação”, faz-se cabalmente improfícua para a apreciação dos conjuntos que a Língua formaliza ao evocar os conjuntos que o mundo apresenta. Para a interpretação que procuro construir, na intenção de uma ontogenia que se pretende reveladora, a oposição entre

eu ensino

e

tu ensinas

²⁶⁸ “Em sentido restrito, e mais habitual, regência é a subordinação especial de complementos às palavras que os prevêm na sua significação. [§] Assim, *cúmplice*, na sua significação, implica ‘co-autoria’ ou ‘envolvimento’ e[m?] ‘ato (negativo)’: em *cúmplice/com marginais/num crime*, o (nome) adjetivo *cúmplice* rege dois ‘complementos nominais’, *com marginais* e *num crime*; é um caso de ‘regência nominal’. [§] *Pôr*, na sua significação, implica ‘objeto (a movimentar)’ e ‘lugar-meta’: em *pôr/o livro/na estante*, o verbo *pôr* rege dois ‘complementos verbais’, *o livro* e *na estante*; é um caso de ‘regência verbal’. O verbo *cumplciar* (ou *acumplciar*), derivado do citado adjetivo *cúmplice*, rege complementos verbais precedidos das mesmas preposições regidas pela base adjetiva: *(a)cumplciar-se/com alguém/em algo*. [§] Outros nomes e verbos dispensam complemento(s): *casa, corpo, mesa, rosa...*; *azul, eterno, moreno...*; *bocejar, chover, dormir, morrer...* [§] Regência em sentido restrito é, pois, a necessidade ou desnecessidade de complementação implicada pela significação de nomes (substantivos, adjetivos, advérbios) e verbos. (...)” (LUFT, 1993, p. 5; texto seguinte ao que citei acima, ambos à mesma página de Luft (1993), mas componentes de itens distintos; vejam-se observações que apus, aqui, ao subitem II. 1. 3, em que já comparece a citação)

²⁶⁹ letras minúsculas na edição, por lapso

nada revela além de si mesma se posta na chave de que se formalize *ensino* porque o pronome substantivo *eu* o determine e de que se formalize *ensinas* porque o pronome substantivo *tu* o exija; não há nem determinação nem exigência nem “regência” no sentido de “subordinação”, não simplesmente porque os pronomes possam estar apenas implícitos, ausentes da superfície do texto — *ensino, ensinas, ensinamos* —, mas porque aqueles pronomes representam uma entidade linguística enquanto o verbo e sua plástica representam outra entidade linguística que se *con-jugam* em relação de lateralidade — *eu ensino, tu ensinas, nós ensinamos* —, não de *sub-ordinação*; é nas desinências verbais que está a determinação necessária à expressão suficiente, não nos pronomes nem em pretensa injunção que eles exerçam. Igualmente, para minha intenção ontogênica, a oposição entre

o primeiro livro encadernado

e

os primeiros livros encadernados

nada revela além de si mesma se posta na chave de que se formalizem a redundante marcação de gênero masculino e a redundante marcação de número plural porque o substantivo o determine e exija; também não há nem determinação nem exigência nem “regência” no sentido de “subordinação”, não simplesmente porque, em modalidade linguística dita anormativa, a marcação de plural possa estar apenas no determinante artigo, ausentes da explicitude todas as outras marcações, ausente a marcação do próprio substantivo — **os primeiro livro encadernado*²⁷⁰ —, mas porque cada palavra do grande sintagma representa uma entidade linguística que se “*con-juga*” com as outras em relação de lateralidade, não de *sub-ordinação* —

o-s primeir-o-s livr-o-s encadernad-o-s

²⁷⁰ Anteponho asterisco à formulação para admitir a consideração de anormatividade, não para indicar qualquer sorte de invalidade ontológica: a formulação existe, existe porque é possível, é possível porque é

—; é na desinência de plural que está a determinação necessária à expressão suficiente, não no substantivo nem em pretensa injunção que ele exerça. Embora no mundo se fale de substâncias, embora ali se fale da substância “livro”, não é o substantivo *livro* o que impõe a marcação de plural, redundante ou não, mas é a noção de conjunto, o mesmo a valer para a marcação de masculino.

Ora, os substantivos não “comandam a forma pelo processo da concordância nominal” (*supra*), mas o processo da concordância nominal se distribui generosa e redundantemente pelo sintagma. Tanto em

eu ensino

como em

tu ensinas,

tanto em

o primeiro livro encadernado

como em

os primeiros livros encadernados,

o que determina as marcações é a *coerência lateralizante* que há na redundância, tendência a replicar o mesmo, coerente em si mesmo.

Se, todavia, em prescindência de redundância, um feirante apregoa que

Os limão verde tá bão!,

poderá não os vender por estarem caros ou por não estarem realmente bons, mas não porque os fregueses se tenham ofendido com a formulação linguística, ainda menos por não a haverem compreendido: todos haverão compreendido que se estará a falar de limões, que eles é que deverão estar verdes e que eles é que deverão estar bons; todos os fregueses conceberão “limões verdes” como um conjunto, e todos poderão acreditar

suficiente para a cabal veiculação da mensagem — veiculação econômica, razão da alta frequência na fala espontânea brasileira.

que eles — os limões verdes, todo aquela conjunto — estejam bons, e, muito entretanto, não deixará de ser a formulação linguística o fator que haverá assegurado a clareza e, portanto, a eficácia da mensagem, porque a mensagem conterà a sequenciação de conjuntos, precisamente o estabelecimento sequenciado do conjunto *os limão verde* — já aí adjuntivamente atribuído o estado de verdura — e a atribuição do estado de boa qualidade a esse conjunto por meio da predicação; ninguém deixará de conceber mesmo um conjunto, não unitário, “mais de um limão”, porque também isso estará suficientemente anunciado já pelo determinante encabeçador do sintagma *os limão verde*, segundo a habilidade do falante que já de plano haverá anunciado o plural. Ora, o que a concordância realiza, em

os limões verdes estão bons,

é “assegurar à(...)s relações [de mundo] clareza e precisão em sua expressão linguístico-representativa, *explicitando* (na *representação*, que é a Língua) relações mundanas, sem pretensão de *estabelecê-las*, no mundo”, retomada minha própria expressão; a ausência de explicitação (linguística) não coíbe a intelecção de relações (mundanas), mas a explicitação (linguística, sistêmica em modalidade culta) somente está ali como a dizer “isto é mesmo um conjunto, é mesmo àquilo que se atribui isto”, esforço de explicitar clareza em iconicidade direta, uma espécie de iconicidade denotativa, que facilmente se entrega à própria tematização a quem se interesse por tematizá-la.

Com isso pretendo dizer que, em

os limão verde tá bõ,

simplesmente se prescinde de concordância formal e de qualquer grau de iconicidade, bem assim pretendo dizer que, entre

música é bom

e

a música de Bach é boa,

é na primeira formalização, “*ne-utra*”, que está realizada uma iconicidade forte: ao contrário do que talvez pareça imediatamente intuitivo, a redundante reiteração da concordância posta na emergência da formulação, como *a música de Bach é boa*, apenas replica diretamente relações de conjunto do mundo; **é na aparente privação daquele recurso que está, segundo o que proponho, seu reverso de notável realização icônica**, porque

(1) ali se resgata, da discursividade do pensamento para a emergência da formulação, o sentido amplo da palavra (*música*) e da ideia (“música”), amplidão de sentido entranhada no escancarado da palavra, na explicitude que parece não guardar nada e não revelar nada além de si mesma, entretanto acionada na inespecificidade que é o lugar da amplidão;

(2) ali se resgata, ora do arqueológico gênero neutro para a mesma emergência da formulação, a possibilidade, também arqueológica, de normativamente não realizar a marcação de gênero, sem incorrer em “anormatividade”, justamente realizando a “materialização” do gênero neutro, de categoria oficialmente negada na gramatização²⁷¹ do vernáculo, mas verdadeiramente presente no espírito da Língua;

(3) tão antiga quanto a concordância propriamente dita, ali se resgata uma espécie de concordância sub-reptícia, que é a concordância que se realiza

ad sensum,

“pelo sentido”,

concordância ideológica,

nomeações que parecem condenar a concordância formal

— *a música de Bach é boa* —

às categorias do “sem sentido” e do “não-ideológico”, injustiça todavia reparada pelo que proponho ser o sentido superlativo e o poder ideologicamente sintético da concordância não-marcada, *silepse*, σύλληψις, nome que *sin-tetiza*, com felicidade, a *com-munhão*

de pensamento e plástica, iconicidade, esta sim, aqui de interesse maior para mim, porque, em sentido amplo, a plástica não é sem o pensamento; *música é bom*, formalização efetivamente siléptica, não é mais Língua do que *a música de Bach é boa*, mas diz mais sobre Língua, porque diz sobre aquela comunhão.

Assim, a formalização *os limão verde tá bão* carece de concordância (formal) e, por conseguinte, carece da iconicidade que **seria** representada por aquela concordância, sem, entretanto, carecer de nada que lhe fosse verdadeiramente essencial como realização de Língua, porque, exatamente por não ser desintegradora do conjunto, a ausência de concordância não é essencialmente impeditiva de intelecção, e a iconicidade que sua presença representaria não é essencialmente metafórica, limitando-se essa iconicidade a trazer para a Língua um eco de relação *ad hoc* estabelecida no mundo: “eis aqui um conjunto de limões, este conjunto”, acidental no mundo, acidental na Língua, espelhamento, sim, mas um espelhamento acidental, razão por que a concordância e sua iconicidade débil tão bem se prestam a evitar ambiguidade, exercendo um poder não *meta-linguístico*, mas *meta-textual*. Isso me parece validar o anormativo não do ponto de vista da normatividade, mas do ponto de vista daquilo que qualquer (des)valoração linguística possa dizer sobre a natureza mesma da Língua.

O problema parece-me estar, pois, não na pluralidade das ocorrências, mas na leitura que se realiza sobre a regularidade das construções e da forma, redundando-se essa leitura em descrição fotográfica — não raro quantificadora — das construções, assim se aniquilando essa leitura em “desleitura” da forma. Ao que parece, a própria tradição teórica entende a regularidade sintática como *produto* da ocorrencialidade do que *viria a ser* entendido como regular e, depois, circularmente, como *causa* da manutenção daquela ocorrencialidade, em relação difícil que implica certa cronologia de mão dupla. Sobrevinda do seio da diversidade, a regularidade então se faria à força de repetição imotivada ou motivada por imperscrutável sorte e, uma vez eleita, afirmativamente

²⁷¹ Veja-se AUROUX, 1992; 2001, *passim*.

continuar a repetir-se, a ocorrer e recorrer, assegurando, ela mesma, a manutenção de sua própria ocorrencialidade. Penso que a **sematicidade** da regularidade sintática — uma **semântica da Sintaxe** — é que seja, ela sim, para qualquer construção, causa da ocorrencialidade, que por legitimidade semântica se mantém, sem, pela mesma legitimidade, alijar a diversidade, a pluralidade da manifestação de outras construções e de variantes da mesma construção²⁷², diversidade que faz desvirtuar-se a antiga obsessão apontada por Baratin (2000), na conclusão de que a pluralidade das ocorrências se imponha e — ingênuo desdobramento —, em seara teórica, devore a validade do interesse especulativo pela regularidade, então se entendendo ocorrencialidade como sinônimo de uma regularidade dessemantizada.

Dessemantização da regularidade, *scilicet* qualquer sorte de atitude teórica que — ao largo de uma Semântica da Sintaxe — proponha a dessemantização ou mesmo a assematicidade da estrutura linguística, é, em todo sentido, questão temporal. O usuário do sistema da Língua é ator inserido na temporalidade, não raro imediata²⁷³, que o leva a agir e a agir discursivamente, talvez se fazendo imponderável qualquer lembrança da arqueologia da Língua. Ora, considerar a dessemantização ou a assematicidade da Sintaxe na formulação da *análise* linguística se justifica a bem da discursividade, mas é atitude histórica repleta de efeitos colaterais, resumidamente a cristalização da mecanicidade (não-)analítica. Emblemático exemplo é a gramaticalização do pronome ora considerado parte integrante do verbo, este tratado simplesmente como pronominal, ao lado, por exemplo, do transitivo direto, o que evidencia que a categorização apresenta critérios desiguais. Arqueologicamente, a frase

“(...) por aí uns doze contos já se pode garantir, creio (...)”²⁷⁴

²⁷² “‘Que o pensamento esteja sem cessar a ponto de perder-se na diversidade, e sem cessar salvo pela regularidade’ (...) — é uma exigência que só se satisfaz por meio de uma contemplação detida que vai do uno inicial ao múltiplo, e vem do múltiplo ao uno final. (...)” (WEIL, Simone [*Cahiers*, I, Paris, Plon, 1970; II, 1972; III, 1974], *apud* BOSI, in NOVAES, 2000, p. 84)

²⁷³ excetuadas, quiçá, as situações de ação mediata, de finalismo alargadamente prospectivo

²⁷⁴ Acompanhada de uma questão sobre análise sintática, essa frase me foi sugerida por um colega acadêmico, há mais de dez anos. Rascunhei minha análise, que repassei a ele, sem intenção de utilizá-la, razão por que não indaguei acerca da autoria da frase, que, posteriormente, não pude descobrir.

comporta a seguinte análise, minimamente ontogênica:

garantir uns doze contos: sujeito; oração “subordinada” substantiva subjetiva;

se pode: predicado; oração “principal”;

garantir: verbo transitivo direto;

uns doze contos: objeto direto;

pode: verbo transitivo direto;

se = garantir uns doze contos: objeto direto “arqueológico”, depois gramaticalizado e visto como parte integrante do verbo, o que, em “desleitura da forma”, indicia a impercepção da relação sintática, aqui sempre sintaticosseântica (vejam-se as notas 83 e 188).

Ora, perceber que aí o pronome *se* não seja objeto direto como é em *João se ama* é dignamente infantil; é movimento do falante que, com a legitimidade que lhe cabe, percebe a língua como *conjunto de sentidos discursivos* ou como *produção de sentidos discursivos*, e esse falante assim procede sem aparelhagem que lhe permita perceber a **Língua** como *sistema a ser inteligido em sua natureza*. É movimento que não percebe a infância da Língua, momento em que ela estava — ou está — repleta de sua alma, antes do relativo esvaziamento resultante de a consciência humana não ter suportado a metáfora. A metáfora inicial, sopro das relações, *permanece* ainda que não suportada pela História, que é ocorrencial, acontecimental, e tende a esvaecer relações imanentes. A questão não é, pois, se se deve oficialmente atribuir ao pronome aquilo que, por razão ontogênica, lhe é próprio. A atribuição é procedimento político mais do que filosófico; é negócio, espécie de burocracia linguística, que rouba a voz de qualquer tentativa de especulação sobre Língua. Insistir em questões dessa linha colabora para o equívoco da tradição esquizofrênica que separa “forma e conteúdo”. A questão, *filosófica*, é a *imanência*, atualizada ou não — “(...) não é necessário que o que é em potência chegue a ser em ato (...)” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 125) —, recorrente ou não,

ocorrente ou não, sistematizada ou não, porém sistêmica, semanticamente inspirada, metafórica, espiritual, acidentalmente encarnada.

Parece acorde com intenção mercadológica, relativamente a objetos utilitários, a ideia (veja-se FLAM, 1996) de que a rede do signo se tenha tornado tão densa que tenha passado a ser uma crosta sobre a qual se possa correr livremente. Quando se visualiza determinado objeto, a atitude normativa é não *imaginar* sua estrutura, que é uma estrutura encoberta por aquela rede externa, fenômeno cuja extensão para o (legítimo) uso utilitário da língua é difícil negar: o problema está mesmo na atitude do teórico, não quando da abordagem (também legítima) daquele uso, mas quando do tratamento da forma. O adensamento da rede, feita crosta, encobre mas não anula o que considero o estatuto ontológico do objeto e a imanência que aí se deve arqueologicamente perceber, segundo a mediação do olhar.

II. 4. Apreciação analítica da imanência: análise do *continuum*

A imanência das relações sintáticas sobre a qual insisto é a mesma imanência sobre a qual devo insistir quanto às entidades lexicais, porque essas entidades é que, guarnecidas de sua morfologia, entram, umas, em relação funcional com outras, tomada como certa a inexistência de uma sintaxe-fantasma, desprovida de palavras. Propor uma grande imanência morfossintático-lexical é propor uma imanência para toda a Língua, não pelo desejo de uniformizar uma técnica de análise ou de estabelecer um “modelo” — os “modelos de análise” e a uniformidade de suas técnicas já estão à farta estabelecidos —, mas pelo modo de aqui se entender a Língua como *conjunto* no mais radical sentido, porque conjunto de relações metafóricas de rendimento em todo o tecido linguístico, produtivas em todo o sistema, produtoras de toda a Língua; replicada expressão que formulei na Introdução deste estudo, “trata-se do que aqui se chamará *produtividade viral*

do processo de engendro metafórico da Língua, em função do recorrente desdobramento de uma metáfora em outra metáfora e, mais ainda, do recorrentíssimo rendimento do processo metafórico em todo o tecido linguístico, estendendo-se o etos de cada movimento desde as unidades morfológico-lexicais até as relações macrossintáticas, camadas, todas elas, aqui vistas como reveladoras da mesma inspiração metafórica”. Se “aqui, a Língua é (...) um sistema metafórico: metaforicamente inspirado pelo concreto espaço físico, depois sucessivamente abstratizado, em função, aí sim, da exigência de especificações históricas, injunção que faz criar especializações semânticas, especificidades construcionais”, se “aqui, a Língua é, portanto, *um sistema potencial*” — ora replicadas expressões consequenciais que formulei, aqui, no “**Prefácio Personalíssimo**” —, então a imanência há de estar para além de questões metodológicas; trata-se mesmo de uma imanência acionada pela metaforicidade que, por exemplo, constrói o sentido que entendemos para o advérbio

quase

a partir da natureza profundamente adverbial do que viemos a entender como a conjunção

se,

segundo a cadeia

qua sī > quasī > quase,

que é uma cadeia de natureza morfológica, mas também lexical, assim como também sintática, de rendimento para aquela sintaxe que procuro caracterizar como essencialmente paratática.

De ora em diante procederei a uma série de análises lexicais em busca da imanência que há no *continuum* da *contiguidade semântica*, assim se vendo que, já no estrato lexical, está a imanência tal qual proponho aqui, ainda que cedente à mudança linguística:

“(…) um elemento linguístico com êxito comunicativo *x* numa língua qualquer deve seu mesmo êxito à sua transmissão temporal e à sua difusão espacial. Do ponto de vista do tempo, esse elemento pode conservar ou alterar tanto seu significado quanto seu significante. Cumpre lembrar que estamos entendendo por *significado* de uma palavra o conjunto de relações — associadas a uma referência qualquer ou a uma imagem mental e depreensíveis em contextos de uso distintos — que um mesmo conjunto de realizações sonoras (ou visuais), numa sequência inalterável (ou seja, o *significante* dessa mesma palavra), pode representar. Toda atualização de um signo linguístico, portanto, dispõe, além da sua relação específica entre significado e significante, de uma vinculação com o tempo e com o espaço em que foi produzido. Se não alterarmos a relação entre significante e significado, mas mudarmos o tempo ou o espaço, não diremos que estamos diante de signos distintos, mas_[,] mudados significado ou significante, não há propriamente consenso se *[sic]* estamos diante do mesmo signo ou não. Por exemplo, o significado de *transar* é sensivelmente distinto desde a sua criação até hoje. Inicialmente significava ‘negociar’, depois ‘conversar’, ‘curtir’ e por fim obteve o sentido atual:

(…) ‘essa modificação não ocorreu graças a um projeto autônomo das classes médias. Essas puderam ‘*transar*’ com as classes dominantes graças à existência de dissidências internas’ (HOLANDA; CAMPOS; FAUSTO, 1960)²⁷⁵;

(…) ‘Portanto o empregado *transa* o que? *[sic]* O direito à indenização que adquiriu pelo trabalho regular’ (TEIXEIRA, 1970)²⁷⁶;

(…) ‘Tostão *transa* com Clodô’ (MANCHETE, 1972);

(…) ‘o signo verbal forma um sistema dominante de comunicação. Quer dizer: todo mundo *transa*, todo mundo usa, todo mundo trabalha com o signo verbal’ (PIGNATARI, 1977)²⁷⁷.

Outras ocorrências semelhantes, como ‘*transar* em família’, ‘*transar* com Deus’, ‘*transar* com empregado’, ‘*transar* tóxicos’, não têm a interpretação sexual atual, pois o novo sentido se tomou mais frequente apenas em meados da década de [19]80. Normalmente se entende isso como uma mudança do significado da palavra, no entanto se o signo é o mesmo, como explicar — sem incorrer num paradoxo — que o significado primitivo já não existe ou está em vias de extinção e que só o significante se mantém? Parece ser mais razoável entendermos que se trata da *mesma* palavra (e, portanto, do *mesmo* signo) apesar do *[sic]* significado se ter alterado.” (VIARO, 2012).

Muito certamente “se trata da *mesma* palavra (e, portanto, do *mesmo* signo)” com *alteração* de significado, admitindo-se mesmo o sentido etimológico de “passagem a outro”, “outração”, “outramento” — evocada a lembrança “fingidora” de Fernando Pessoa²⁷⁸ —, mas sem apagamento de traço anterior, para que se não diga “primevo”,

²⁷⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr; FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

²⁷⁶ TEIXEIRA, João Régis Fassbender. *Direito do trabalho*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1970.

²⁷⁷ PIGNATARI, Décio. *Comunicação poética*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

²⁷⁸ Veja-se PESSOA, 1965, p. 164.

ou seja, com alteração da semântica *ad hoc* mas sem apagamento das camadas anteriores. Não “só o significante se mantém”; mantêm-se as camadas, como se se acrescentassem costelas à coluna vertebral, especificações aparentemente muito diferenciadoras apostas ao eixo semântico. O verbo em questão — *transar* — é denominal do substantivo *transa* (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital), por sua vez redução do substantivo *transação* (*idem*), advindo de *trans-actio*, formação “latina” deverbal de *trans-igere* (< *trans-agere*), étimo de *trans-igir*, “Originalmente, efetuar transação, conseguir acordo. [(...) Não transige com policiais.] (...)” (*idem*): veja-se em *trans-actio* e em *trans-agere* a significação metafórica “agir transindo”; ora, no verbo em pauta está e **mantém-se** a ideia movimental de “passagem, trans-passamento, ação ou efeito de trans-passar, de trans-ir”, atualizada em “troca”, aí especializada em negocial, interpessoal, carnal. O acrescentamento semântico não é fortuito, sob o risco da esquizofrenia própria da arbitrariedade; todo ao contrário, há aí a exigência da organicidade própria da metáfora, visto que, a bem da coerência, é metafórico o alinhavo entre as camadas, bastando que se entenda *metáfora* como *ex-tensão* semântica, que não pode nem precisa ser arbitrária, porque o acrescentamento semântico atualizado no sentido estendido é resultado mesmo da *ex-tensão* do que já estava e está ali, contido, em germe, naquele ponto *ex quo* adveio o acrescentamento, potencialmente presente naquela base “primeva” da qual se estendeu: percebida a metáfora, percebem-se as camadas como extensão, não como desvio, ou, inversamente dito, percebida a extensão, dada pela perceptível contiguidade semântica das camadas — não restrita ao apontamento de “sentido figurado” —, percebe-se a metáfora.

Muito entretanto, segmentos da tradição linguística que se mostram sensíveis à relação motivacional entre sentidos parecem, pouco coerentemente, estancar-se em percepções mal-acabadas. Na mesma coletânea de textos sobre Linguística funcionalista (CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003), um capítulo (AREAS; MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 26) é defensor de que “(...) um processo baseado em decisões puramente arbitrárias seria mais custoso para o falante

e, sobretudo, para o ouvinte (...)", e outro (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 31) defende posição exatamente contrária:

“(...) Na língua que usamos diariamente, especialmente na língua escrita, existem por certo muitos casos em que não há uma relação clara, transparente, entre forma e conteúdo. Há contextos comunicativos em que a codificação morfossintática é opaca em sua função. Tomadas sincronicamente, determinadas estruturas exibem acentuado grau de opacidade em relação aos papéis que desempenham. Assim, encontramos correlação entre uma forma e várias funções, ou entre uma função e várias formas. O uso do sufixo *-inho* ilustra o primeiro caso. Essa forma, que originalmente indica tamanho diminuto, como em *criancinha*, desenvolveu-se para marcar afetividade, como em *paizinho*, pejoratividade, como em *gentinha*, ou ainda um valor de superlativo, como em *devagarzinho* (R.J. SILVA, 2000²⁷⁹). (...)”.

O “sufixo” *-inho*, “que originalmente indica tamanho diminuto”, de fato “desenvolveu-se para marcar afetividade” — averiguação (*supra*) pouco ou nada condizente com a postulação de estruturas “tomadas sincronicamente” (*supra*) —, mas o desenvolvimento abstrativo para marcar afetividade não foi, positivamente, “um processo baseado em decisões puramente arbitrárias[, que] seria mais custoso para o falante e, sobretudo, para o ouvinte” (AREAS; MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 26); foi, ao contrário, um processo baseado justamente na indicação original de “tamanho diminuto”, característica física culturalmente associada *stricto sensu* à afetividade; o desenvolver-se rumo à afetividade não precisou apagar a carga semântica de “pequeno tamanho físico”, porque aí já está contido o germe de ternura que a cultura enxerga nos seres em cuja pequenez física estão os traços afetivos de delicadeza, de meiguice e de uma inofensibilidade que se perfaz em submissão. É a submissão, ou o que se pretende como tal, que, desta vez tomada à malíssima parte, conduz, por outro lado, à “pejoratividade”, agora na chave de que ao pequeno tamanho físico pode corresponder um pequeno tamanho moral, coerente inversão da chave anterior, processo em que os opostos não se atraem, mas se coadunam: o tamanho físico que escapa à faixa da mediocridade, para mais ou para menos, contém um tamanho moral que não lhe é

²⁷⁹ SILVA, Romerito José. “Mecanismos alternativos de superlativação”. *In*: CUNHA, Maria Angélica Furtado da (org.). *Procedimentos discursivos na fala de Natal: uma abordagem funcionalista*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2000.

correspondente, mas lhe guarda a lembrança de alguma metáfora, positiva ou negativa, porém desordinária. Quando se diz *criancinha*, é improvável a ausência de uma afetividade já contida na ideia e na visão de “tamanho diminuto”, de um pequeno tamanho físico que entenece; pelo outro lado (da mesma moeda), à proferição de *paizinho*, por fisicamente altíssimo que seja o pai nominado, não se negue a *forja* de uma figura igualmente enternecedora à *maneira* dos pequenos seres, figura então delicada, quase *vista como se* pequena fosse; ora em forte e coerente oposição, na invariavelmente desdenhosa pronúncia de *gentinha*, a expressão de *pequenez* moral é decalque da imagem de *pequenez* física, viés diverso da mesma base; agora em falso paradoxo, “um valor de superlativo” (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 31) pode entender-se expresso pela forma diminutiva *devagarzinho*, tão simplesmente porque com essa forma se proporciona um escape do âmbito da normalidade não-marcada. Eis então: são 3 vieses diversos da mesma base os matizes (1) “afetividade” — (1’) *pequenez física focalizada* no que ali se vê de enternecimento —, (2) “pejoratividade” — *pequenez física metaforizada* em *pequenez* moral, por via metonímica, segundo a contiguidade que há entre o concretivo e a abstratização dele mesmo²⁸⁰ —, (3) “um valor de superlativo” *coadunado* com a forma diminutiva, e aí bem se tem falsa oposição porque, não sendo aumentativo, o *super*-lativo é intensificação; se é exato que *devagar(z)inho* signifique “bem devagar”, “*grandemente* devagar”, permanece a afetividade relacionável à tranquilidade do vagar, à doçura motivadora do advérbio “francês” *doucement*, de coerente polissemia entre “docemente”, “lentamente” e, ainda, “silenciosamente”, sentido proposto também para o vernáculo por Aulete (1958) —

“**DEVAGARINHO**, *adj.* [*sic*: *adv.* (advérbio); o erro está corrigido na versão digital] dimin. fam. e muito usual de devagar: o menino come *devagarinho*; Sentámo-nos *devagarinho* e pusemo-nos a olhar (Mont.^o Lobato, *Cidades Mortas*, p. 117, ed. 1920). || Sem ruído: aproximou-se *devagarinho*. || F. *Devagar*.”

²⁸⁰ Veja-se ALONSO JÚNIOR, 2018a.

—, numa espécie de sinestesia entre lentidão e silêncio, atuando a contiguidade que alia uma ao outro, por meio do traço “mansidão”, a mansidão que há na ausência de pressa e a mansidão que há na ausência de ruído, ainda que o vagar e o silêncio possam envolver tensão sub-reptícia. **O que, todavia, promove a afetividade de *devagar(z)inho* é a marcação da ideia de diminutivo**, conformadora da imagem de gestos pequenos; “aproximar-se *devagarinho*” é aproximar-se em passos lentos, vagarosos, desapressados, *como que* pequenos, miúdos, *então* delicados, *então* silenciosos, a notar-se que a afetividade que permanece em

devagarinho = “silenciosamente”

é a afetividade do diminutivo, sem — nenhuma — solução de continuidade; a inteira semântica do diminutivo, ela mesma, permanece aí: “pequeno tamanho físico”, ideia que, em *contiguidade semântica*, não se perde na abstratização.

Aqui, não se trata de relações diretas como aquelas dadas pelo pressuposto de que se reserva *uma forma para um sentido e um sentido para uma forma*, segundo Bolinger (1977), ou pelo que Peirce (1990 [1931-1935]; 1940) propõe como a “iconicidade imagética” encontrada na estatuária e na pintura figurativa²⁸¹; trata-se de relações entre os sentidos construídos precisamente naquilo que denomino *contiguidade semântica* no propósito de enfatizar a coadunação de um “novo” sentido ao sentido que ali já estava, **impresso na forma porque dela mesma constitutivo**. É nessa constitutividade que talvez resida a forja poética sobre a Língua, da alta poesia às associações conceituais.

Em situação informal, que não pude registrar²⁸², ouvi o relato de certa mãe que, como exercício, frequentemente indagava o nome das cores ao filho, de aproximadamente quatro ou cinco anos de idade; o menino costumava responder canonicamente, até que a mãe indagou sobre o cor-de-rosa, que ele nomeou “vermelho *devagarinho*”:

²⁸¹ Para *signo* como *imagem* em sentido peirciano, veja-se, aqui, no Capítulo I, o § seguinte a minhas considerações sobre o chamado artigo partitivo. Para *signo* como *símbolo*, também em sentido peirciano, veja-se a nota 309.

aqui, o nome advérbio modifica o nome substantivo²⁸³, atenuando a intensidade visual da cor nomeada por meio de uma imagem de movimento lento, dada pelo diminutivo *devagarinho*; para *expressar* a *atenuação* da cor, o menino acionou a *imagem* de um *movimento atenuado*, formalizada pelo diminutivo; tal qual um poeta inaugural da Língua, criou a metáfora²⁸⁴ que fez a intensidade de uma cor **ser** a intensidade de um movimento, permanecendo a imagem do movimento na expressão da cor.

Apontada como “sentido figurado” (“Fig.”), vê-se em Aulete (1958; DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital) a extensão metonímica de um significado ultra-concretivo:

“alfenim

sm.

1. Massa branca preparada com óleo de amêndoas e açúcar, com a qual se fazem doces delicados, ger. em forma de animais ou flores.

2. Fig. Pessoa delicada, muito sensível: ‘... aquele alfenim se mata de amores...’ (Antônio Feliciano de Castilho, *O Outono*.)

3. Fig. Muito branco: ‘... rosto de alfenim!’ (Gil Vicente, *Velho da horta*.)

[F.: do ár. *al-fanid*.]”;

a nomeação de determinada matéria branca, associada ao sabor doce, às formas de animais e de flores e, segundo a avaliação do dicionarista, à delicadeza, subsume-se, de fato, a esse último item, dadas as associações culturais entre, por um lado, a delicadeza e, por outro, a brancura, a doçura, as flores e certos animais; a imagem estende-se à designação de “pessoa delicada, muito sensível”, a que a versão impressa de Aulete (1958) — que intensificara a indicação da brancura dizendo “massa de açúcar **muito** branca” (o negrito é meu) — acrescentara a designação de “Indivíduo efeminado. ||

²⁸² Apontamento contextual esperadamente se aporia em nota de rodapé. Apus ao corpo do texto para introduzir discussão que ali deve estar.

²⁸³ Vejam-se os primeiros § do subitem II. 1. 5.

²⁸⁴ “(...) Se (...) [os dogons, que habitam o Mali, África Oriental] têm consciência de uma diferença entre a fala ordinária e a fala poética, eles não têm palavras para nomear esta última. Seu saber metalingüístico lhes permite apenas dizer que ela tem ‘mais óleo’ que a outra, mas não explicar como fazer uma estrofe ou um refrão, cujos domínios permanecem no campo epilingüístico. (...)” (AUROUX, 1992; 2001, p. 19):

basta o epilingüístico às expressões altamente metafóricas (*ter*) *mais óleo*, para “a fala poética”, e *vermelho devagarinho*, para “o cor-de-rosa”; a **intuição** da metáfora dispensa a metalinguagem como saber consciente.

Casquilho, janota.”. A metonímia aí opera de matéria inanimada para matéria personificada, transferindo-se de uma para a outra o caráter de delicadeza e acrescentando-se a especificação do caráter de afeminamento, bem como transferindo-se de uma para a outra o caráter cosmético, segundo a adjacência

“formas de animais e de flores → casquilho, janota”.

A formulação do significado 3 da versão digital de Aulete (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital) estabelece significação substantival (“sm.”, indicação posta no início do verbete, extensiva a todo ele) com descrição adjetival (“Muito branco”), mas, embora francamente equivocada na demasia classificatória e semântico-especificativa que me parece caracterizar os dicionários, denota entretanto focalização na imagem de brancura — “Muito branco” —, o que, por sua vez, parece reforçar essa imagem como componente forte daquela subsunção metafórico-metonímica à ideia de delicadeza. Boa formulação seria o apontamento da locução adjetiva *de alfenim*, “muito branco”, porque, consoante o significado 1, o alfenim é branco, então *alfenim não significa* “branco” nem “muito branco”: assim como o alfenim é branco, também branco tem de ser o que é **de** alfenim, aquilo que, metaforicamente, como que provém **do** alfenim, **se-para-se**, **ex-trai-se**, **de-riva-se de** todo o arqui-*frame* “alfenim”, sendo

rosto de alfenim

um rosto que, em **movimento sintático de lugar de onde**, metaforicamente proveio do imaginário conjunto de todo o alfenim existente, fato que caracteriza esse rosto (veja-se o § 2º do subitem I. 1. 1), dado que a totalidade da qual metaforicamente adveio o objeto o caracteriza relativamente a ela, porque é no interior dessa totalidade que metaforicamente ele estava, em caracterizadora pertinência. Fenômeno discursivo, a caracterização é um modo de informatividade, é um modo de referência, e a caracterização àquele modo realizada, segundo um modo de **movimento sintático**, propugno como emblemática da imbricação entre sintaxe e discurso, porquanto se tem a imagem metafórica talvez arquetípica da ontogênese da Língua, que é o movimento

sintático, a atuar como promotora de sentidos *ad hoc* discursivos. Um rosto *alfenina-d-o* é um rosto que, discursivamente, assim significa porque é um rosto que, metafórico-morfossintaticamente, segundo o *particípio perfeito*, experimentou o comportamento de *alfeninar-se* e lhe mantém, *per-feito*, o *resultado*; um rosto *de alfenim* é um rosto que, discursivamente, assim significa porque é um rosto que, metafórico-sintaticamente, **partiu do** arqui-*frame* “alfenim”: esse modo de conceituação que proponho aponta para o fato de que quaisquer matizes significativo-discursivos, em função dos quais se realce a distinção semântico-discursiva entre *alfeninado* e *de alfenim*, não estão neste modo de perquirir a ontogênese da Língua, porque, aqui, perquirir essa ontogênese se identifica a perquirir a ontogênese de uma **estrutura molecular, essencialmente semântica**, da qual, entretanto e **por isso mesmo**, dimana o leque, em tese infinito, de especificações significativo-discursivas; a inspiração metafórica da gênese dessa **estrutura** é, pois, a inspiração metafórica da gênese da cadeia de **abstratizações** significativo-discursivas.

Veja-se, contudo, num viés cabalmente discursivo, em Aulete (1958, alomorfe *alfeni*; DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital), o registro do ponto de exclamação junto à expressão *rosto de alfeni(m)*. Aposto por Gil Vicente ao verso que contém a expressão, o ponto exclamativo encerra frase nominal iniciada interjetivamente, que, posta na boca do Velho, personagem da farsa *O Velho da Horta*, serve-lhe de elogio em proveito próprio, a bem do cortejo à Moça, de quem se enamorou: “Ó meu rosto d’alfeni!” (verso 156, edição de 1968)²⁸⁵. Desprovido de atrativos viris presentes na juventude²⁸⁶, o Velho atribui ao próprio rosto a qualificação de delicadeza trazida pela

²⁸⁵ “*Vel.* [Velho] Senhora, eis-me eu aqui,
que não sei senão amar.
Ó meu rosto d’alfeni!
Qu’em forte ponto vos vi
neste pomar!” (GIL VICENTE, 1968 [1512], p. 148, versos 154-8)

²⁸⁶ “*Mul.* [Mulher do Velho] Que peçonha!
Havei ma ora vergonha
a cabo de sessenta anos,
que sondes já carantonha.” (GIL VICENTE, 1968 [1512], p. 156, versos 340-3);

“*Moç.* [Moça] E essa tosse?
Amores de sobreposse
serão os da vossa idade:

locução adjetiva *de alfeni*, que, em nota de rodapé, o anotador da edição (1968) traduz intralinguisticamente por “Ó meu rosto delicado!” (GIL VICENTE, 1968 [1512], p. 148, nota de rodapé). Uma vez que a pretensa delicadeza do rosto não pode alegorizar nenhum encanto da juventude perdida, parece evocar, por precisa metonímia, a delicadeza a que se pode associar a fragilidade senil, havendo aí dupla metaforicidade: a contiguidade entre o rosto da personagem e a personagem inteira, e a contiguidade entre o branco do alfenim, a delicadeza associada ao branco e a fragilidade senil associada à delicadeza, a atestar-se o desdobramento da atuação metafórica. Em leitura menos ingênua, o que o Velho faz é atribuir a qualificação de delicadeza não ao próprio rosto, mas ao rosto da Moça, sentido em que, novamente por metonímia, a expressão *meu rosto*, em referência ao rosto da Moça, explicita o desejo do Velho de possuir a possuidora do rosto, como se a posse já lhe fora galardão. Então o frescor juvenil é que se associa à delicadeza dada por *rosto d’alfeni* — “Ó meu rosto d’alfeni!” (GIL VICENTE, 1968 [1512], p. 148, verso 156); “Ó meu rosto delicado!” (*idem, ibidem*, nota de rodapé) —, na mesma dupla metaforicidade: a contiguidade entre o rosto da personagem e a personagem inteira, e a contiguidade entre o branco do alfenim, a delicadeza associada ao branco e o frescor juvenil associado à delicadeza, a atestar-se o mesmo desdobramento da atuação da metáfora.

Observações muito sensíveis à relação motivacional que possa haver entre sentidos se verificam em Ferrari (2011, p. 25), que, todavia, também se estanca, talvez não em percepção mal-acabada, mas em expressão insatisfatória do que se percebeu:

“Na morfologia, vários estudos atestam características polissêmicas de afixos. É o caso, por exemplo, do sufixo aumentativo -ão, analisado por Gonçalves et al. (2009)²⁸⁷. Vejamos alguns exemplos apresentados pelos autores:

o tempo vos tirou a posse.” (*idem*, p. 144, versos 64-7)

²⁸⁷ GONÇALVES, C. A.; BAPTISTA JR., A. O.; CÂNDIDO, B. F. F.; VIEIRA, R. S. A. “Para uma estrutura radial das construções x-ão do português do Brasil”. In: ALMEIDA, M. L. L.; FERREIRA, R. G.; PINHEIRO, D. et al. (org.). *Linguística Cognitiva em foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

- (5)
- | | |
|-----------------------|------------------------------|
| (a) bigodão, barrigão | TAMANHO MAIOR OU AVANTAJADO |
| (b) sopão, pratão | QUANTIDADE (DE COMIDA) |
| (c) abração, tapão | INTENSIDADE |
| (d) resmungão, pidão | ITERATIVIDADE/PEJORATIVIDADE |
| (e) solzão, filmão | AVALIAÇÃO POSITIVA |

Cada um dos exemplos demonstra que o sufixo -ão pode adicionar sentidos ligeiramente diferentes às suas bases. Em 5(a), o sufixo adiciona o significado de tamanho maior ou avantajado aos nomes *bigode* e *barriga*. Já 5(b) não se refere necessariamente ao tamanho físico de *sopa* ou *prato*, mas sim à quantidade de legumes ou de comida, respectivamente. Em 5(c), há um aumento de intensidade em relação a *abraço* e *tapa*, enquanto 5(d) associa o aumento de intensidade à iteratividade e, em determinados contextos, ao aspecto pejorativo: aquele que *resmunga/pede* repetidamente pode ser avaliado de forma negativa socialmente. Por outro lado, 5(e) indica uma intensificação de qualidade, que é avaliada positivamente.

Apesar dessas diferenças, **os sentidos podem ser intuitivamente relacionados por compartilhar**, em maior ou menor grau, **algum tipo de aumento** [o itálico é da autora; o negrito é meu]: de tamanho, de quantidade, de intensidade. Além disso, a noção de aumento agrega inferências positivas ou negativas ao sentido da base, conferindo maior especificidade a certos significados.”.

Ora, “os sentidos podem ser intuitivamente relacionados por compartilhar (...) algum tipo de *aumento*”, mas não “apesar d(...)as diferenças” (*supra*), porque essas diferenças são especializações motivadas justamente pela extensão metafórica da ideia físico-concretiva de “tamanho maior ou avantajado” propriamente dito: a grandeza do tamanho se especializa na grandeza da quantidade, na grandeza da intensidade, na grandeza do número de (re)iterações, na fortemente abstratizada grandeza da avaliação moral, todas “grandezas”; não se sabe exatamente o que seria “o tamanho físico de *sopa* ou *prato*” (*supra*), mas sabe-se que, se se aumenta uma quantidade (de legumes, comida ou absolutamente qualquer coisa), de alguma forma também se lhe aumenta o tamanho. A grandeza da avaliação, de fato fortemente abstratizada, não é menor se negativa, razão por que não basta dizer “Além disso, a noção de aumento agrega inferências positivas ou negativas ao sentido da base, conferindo maior especificidade a certos significados.” (*supra*), encerrando-se a consideração com a generalidade aí vista, sem apontamentos causais. Os apontamentos causais estariam circunscritos na *contiguidade semântica* entre o “tamanho maior ou avantajado” e “algum tipo de

aumento” (*supra*), ambos marcados pelo aumentativo. Veja-se que a “AVALIAÇÃO POSITIVA” (*supra*) impressa nos aumentativos *solção* e *filmão*, em paralelo com a metaforicidade trazida pelo diminutivo, é processo igualmente baseado na indicação original de “tamanho extraordinário”, aí “tamanho aumentado”, característica física associável a uma “valoração aumentada”, na chave de que o que é grande fisicamente, ou é assim *focalizado*, é também grande moralmente, quer em sentido de alta moralidade, quer em sentido de uma amigabilidade folgazã, entre o bonachão e o prazenteiro; há aí certa afabilidade depreendida de uma prodigalidade física *metaforizada* em abundância moral, por via metonímica, segundo a contiguidade que há entre o concreto e a abstratização dele mesmo²⁸⁸, sem precisar apagar-se a carga semântica de “grande tamanho físico”, porque aí já está contida a potência abstratizante. Essa chave pode ser coerentemente invertida, associando-se ao grande tamanho físico certo abrutamento moral, configurando-se a pejoratividade atribuível aos entes cuja excedente proporção física é estendida a uma desproporção indecorosa²⁸⁹ — assinale-se a dupla

²⁸⁸ Veja-se ALONSO JÚNIOR, 2018a.

²⁸⁹ “(...) o aumentativo *poetastro* (...) [é] formação (...) depreciativa que emblema recurso por meio do qual se parece fazer redundar a ideia de grande tamanho na ideia de tamanho excessivo, desproporcional, sobejo, desqualificação de que resulta o **aumentativo depreciativo**, por processo metafórico. [§] Note-se que problematizo a posição de Pharies [PHARIES, D. “The Origin of Suffixes in Romance”. In: MÜLLER, P. *et al.* (editores) *Word-Formation: an International Handbook of Languages of Europe*. V. III. Berlin: De Gruyter Mouton (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft / Handbook of Linguistics and Communication Science), 2015, p. 1854-66.] segundo a qual o aumentativo depreciativo seja motivado metonimicamente — ‘(...) In general, both diminutive and augmentative suffixes may be expected to develop pejorative overtones through metonymy (...)’ (p. 1858) —: é de fato tênue a linha que divisa o grande conjunto figurativo composto por metonímia e metáfora [no Glossário do presente estudo, vejam-se considerações sobre a imbricação entre metonímia e metáfora], sendo talvez a primeira certa especificação da segunda, mas é preciso observar que o processo metafórico parece fazer empenhar certa proposição de similitude entre os objetos aproximados, não *ex nihilo*, mas a partir de alta subjetividade que estabelece, ela mesma, a analogia; o movimento propriamente metonímico prescinde, por sua vez, de percepção que ultrapasse o nível da contiguidade como que já dada pela adjacência. A pouca habilidade de um jovem poeta ainda não deu lugar ao passo linearmente seguinte, que é a habilidade que se avizinha e há de atualizar-se em momento subsequente; tal poeta é pequeno e é pequeno como poeta, e sua dupla pequenez está presente na juventude e na conseqüente pouca habilidade, fato que legitima a indulgência e faz constituir o diminutivo afetivo. A inabilidade do mau poeta é carência, resultante do malogro daquele passo seguinte; aí está a pequenez que equivale a insuficiência e faz constituir o diminutivo depreciativo. Parece que, assim, estão lado a lado a figura do pequeno poeta menino, a do pequeno poeta ainda graciosamente pouco hábil e a do pequeno poeta indesejavelmente inábil. Não parecem, por outro lado, inserir-se em sequência de contiguidades a figura de um poeta corporeamente grande e a de um poeta ruim; não é à ideia de ‘grandeza’ que se associa a desqualificação,

marcação diminutivo/aumentativo já na formação do adjetivo-substantivo *bon-ach-ão* (que utilizei acima), marcação viva da coerência entre opostos, absolutamente não-arbitrária:

“A proposição de que a linha diminutiva — ‘pequeno poeta’ > ‘poeta iniciante’ / ‘mau poeta’ — represente processo metonímico contradiz, segundo o que proponho aqui, a aparente arbitrariedade que há na formação dos opostos discursivos representados pelo diminutivo afetivo e pelo diminutivo depreciativo, fenômeno que bem parece corroborado pelo **aumentativo afetivo**, que se dá por via de valorização da grandeza, em que a contiguidade da metonímia se faz — diferentemente do que proponho para a constituição do aumentativo depreciativo — mais presumível do que o acionamento da metáfora propriamente dita, por via da adjacência vislumbrável entre avantajada dimensão física e avantajada dimensão moral, na chave da ausência de toda carência e da presença de grandeza imaterial. Desfaz-se, uma vez mais, a presunção de arbitrária desconexão ora entre os aumentativos figurativos: para processos e formações morfológicos que aí se situem, é insuficiente falar de mudança semântica desassociadamente da figuração, seja em processo metonímico, seja em processo metafórico, porquanto a mudança semântica é fenômeno que, já por si, convida a cogitar na atuação figurativa.” (ALONSO JÚNIOR, 2018a, p. 59).

Novamente para Cezario, Costa e Cunha (*in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 44),

“A questão da informatividade é abordada na lingüística funcionalista principalmente a partir da classificação semântica e da codificação de referentes no discurso, demonstrando que a forma como um referente é apresentado no discurso é determinada por fatores de ordem semântico-pragmática. Segundo Lyons (1981)²⁹⁰, a *referência* é a relação que se estabelece entre expressões lingüísticas e o que elas representam no mundo ou no universo discursivo.

Muitos lingüistas utilizam a noção de referência. No entanto, o conceito é de difícil formulação, porque a relação entre referente e denominação envolve questões de diferentes ordens como questões de ordem psicológica e [questões de ordem] social. Quando, por exemplo, uma criança chama gato e cachorro de *au-au*, ela está tomando como parâmetro para a denominação o traço ‘quadrúpede’; ou, quando a criança usa um só nome para se referir a frutas como maçã e laranja, ela tem como parâmetro os traços ‘forma’ (círculo) e ‘tamanho’. A categorização dos objetos ou dos eventos não depende apenas da percepção, mas também da interpretação e do desenvolvimento cognitivo. O adulto, devido às suas experiências, utiliza outros traços para dar nomes a diferentes seres.”

mas é à ideia de dimensão desajeitadamente grande, então indesejável, daí desqualificável, processo que não parece caber nos limites da metonímia, fazendo recorrer ao engajamento representado pela metáfora, para a constituição do aumentativo depreciativo. (...)” (ALONSO JÚNIOR, 2018a, p. 56-8)

²⁹⁰ LYONS, John. *Language, meaning and context*. Londres: Fontana / Collins, 1981.

Os autores parecem hesitar na circunscrição teórica do conceito de *referente*: a expressão “a forma como um referente é apresentado no discurso”, constante no primeiro parágrafo transcrito, não parece ser exatamente especificada pela expressão “a relação entre referente e denominação”, do parágrafo seguinte, uma vez que a segunda expressão compõe aquilo que, no contexto, a primeira pode significar — a relação entre referente e denominação pode ser componente da forma como um referente é apresentado no discurso —, mas, de qualquer modo, a primeira expressão é mais ampla do que a segunda, no sentido de poder (con)tê-la como componente, e, no entanto, é associada a uma única ordem de fatores, “ordem semântico-pragmática”, ao passo que a segunda expressão, naquele sentido mais restrita, é associada a “questões de diferentes ordens como questões de ordem psicológica e [questões de ordem] social” — “a forma como um referente é apresentado no discurso é determinada por fatores de ordem semântico-pragmática” (1º § transcrito); “a relação entre referente e denominação envolve questões de diferentes ordens como questões de ordem psicológica e [questões de ordem] social” (§ seguinte) —. Essa espécie de quiasma defeituoso, em que o hiperônimo recebe menos associações do que o hipônimo, parece, por sua vez, prenunciar certa insuficiência na atribuição de possíveis causas aos fenômenos que ali servem de exemplos de *equi-vocos* de referência: “quando (...) uma criança chama gato e cachorro de *au-au*, ela está tomando como parâmetro para a denominação o traço ‘quadrúpede’”, mas talvez também haja aí, para a criança, motivações menos concretivas e mais simbólicas, como a familiaridade dividida entre cão e gato e tudo aquilo que ambos os animais representam na vida afetivo-relacional da criança; o mesmo vale para a univocidade entre as frutas, ambas associáveis a momento de comer, ambas associadas a sabores, ainda que diversos, ainda que a criança considere doce o sabor da maçã e possa considerar azedo o sabor da laranja, sabores opostos, porém ambos sabores, hipótese em que, uma vez mais, compareceria a intuição de coerência entre opostos. Segundo essa intuição, verdadeiramente se poderia haver construído o consenso histórico de fazer qualquer um dos itens, quer a expressão *maçã*, quer a expressão *laranja*, referir-se tanto à “doce maçã” quanto à “azedada laranja”,

em esteira de contiguidade semântica entre opostos, redução dos contrários à coerência que os une:

“(…) o um não é algo diferente além do ser.

(…) a substância de cada coisa é uma unidade, e não de maneira accidental; do mesmo modo, ela também é essencialmente um ser.

Segue-se, portanto, que tantas são as espécies de ser quantas são as do um. Conhecer o que são essas espécies pertence a uma ciência que é a mesma quanto ao gênero; por exemplo, pertence à mesma ciência o estudo do idêntico, do semelhante e das outras espécies desse tipo, assim como dos seus contrários. E quase todos os contrários se reduzem a esse princípio (…)” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 135),

em que está considerada a unidade substancial de cada ser, segundo o “um” que o essencializa, na mesma medida em que “quase todos os contrários se reduzem” à apreciação da “ciência” metafísica, o que, no sentido dessa “ciência”, subsume os contrários em contiguidade semântico-ontológica.

Aos dois anos de idade, minha filha, Laura,²⁹¹ chamava “quente” tanto o que, de fato, estava (muito) quente como o que estava (muito) frio. A referência corriqueira era a temperatura do leite, relativamente ao qual incidia nossa preocupação de “que não estivesse *quente*, pra não queimar”, pouco se mencionando a palavra *frio*; aquele, não este, foi o qualificativo assimilado pela bebê, que o *interpretou* como indicativo de “sensação térmica indesejável”. Muito certamente o parâmetro para a referência que depois Laura passou a realizar veio a ser o desequilíbrio de temperatura, *quente* ali significando “destemperado”, para mais ou para menos do que o agradável ou para mais ou para menos do que o aprendido como desejável, ou seja, não importando se para mais ou para menos: a oposição ontológica entre a sensação de calor e a sensação de frialdade foi neutralizada pelo fator unitivo dos opostos — e de suas respectivas sensações —, que lhes é o caráter comum de ausência de medianidade. Isso confere coerência ao caráter de neutralidade daquela referência *ad hoc* e, mais uma vez, retrata processo que pode historicizar-se linguisticamente, o que equivale a dizer que se poderia haver construído o consenso de fazer referir-se o item adjetival *quente* a “objetos quentes” e a

“objetos frios”; tal consenso não seria nem arbitrário nem incoerente, porque, ao contrário, resultaria da plena coerência que há em associar o mesmo nome a objetos que guardam, entre si, a **identidade da oposição**, mantendo-se, em toda associação, certo significado primeiro, uno. Não se trata de item lexical que possa significar “x” mas possa, também, significar o antônimo de “x” como se isso tão simplesmente se constituísse assim, em devir casual das línguas. Trata-se, todo ao contrário, da verificável *organicidade que há na contiguidade semântica necessária à urdidura da Língua*²⁹², contiguidade cuja negação implica a admissão de “um processo baseado em decisões puramente arbitrárias[, que] seria mais custoso para o falante e, sobretudo, para o ouvinte” (AREAS; MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 26). Essa negação, por sua vez, não se confunde com outra, frequentemente posta como pacífica, que é a negação da imanência:

“(…) se a teoria gerativa postula que o significado de uma sentença é definido pelas condições sob as quais se pode interpretá-la como falsa ou verdadeira (e, portanto, o significado é concebido como reflexo da realidade), a Linguística Cognitiva defende que a relação entre palavra e mundo é mediada pela cognição. Assim, o significado deixa de ser um reflexo direto do mundo,

²⁹¹ Referência pessoal esperadamente se aporia em nota de rodapé. Apus ao corpo do texto para dar continuidade à discussão que ali está.

²⁹² Aos três anos, após muitas vezes se ter apropriado às escondidas do estojo de maquiagem da mãe, Laura ganhou um “de mentirinha”. Pôs-se a proferir convicta a expressão *minha maquiagem* e logo a estendeu, em clara metonímia, ao estojo de laços de cabelo que já possuía. A expressão tem-se aplicado solidariamente aos dois estojos, não por serem igualmente estojos — os estojos de livros não passaram ao estatuto de “minha maquiagem” —, mas por analogamente serem interpretados como itens de embelezamento, itens mediante os quais Laura se põe mais bela. A assimilação entre os itens não lhes retirou a identidade nem a identificação nem a designação própria, o que Laura demonstrou quando se pôs a nomeá-los de acordo com a relação hiperônimo-hipônimos que ela mesma estabeleceu, segundo a categorização criada: “essa [neutralização de *esta*] é a minha maquiagem-laço, essa é a minha maquiagem-pente, essa é a minha maquiagem-maquiagem”, todos coerentemente *maquiagem*, porque todos coerentemente embelezadores.

O fato lembrou meus primeiros anos de estudo de Música, em que a professora de instrumento, adotando linguagem infantil, chamava *maquiagem* a dinâmica musical. Bem lidas as notas e postas em ritmo aceitável, era mister embelezar-lhes as frases, em *crescendi* e *diminuendi*, propiciadores de um gradiente que, no limite, evidencia a própria estrutura do discurso musical.

É assim que Frei Caneca, preocupado com Retórica, aqui sinestésicamente define o “ornato”, uma das “virtudes da elocução”: “tudo o que acrescenta mais **luz**, força e graça á enunciação já clara e correcta das nossas idéas, feita por meio de palavras” (CANECA, 1876, p. 70; o negrito é meu).

Corretas as notas e sua duração, ilumine-se o colorido estrutural das frases musicais; correta a enunciação verbal das ideias, ilumine-se a elocução. Mais cor, mais som, “mais luz” — mais ornato — compõem gradiente uno que, por metonímia, parece caber nos dois estojos de Laura.

e passa a ser visto como uma construção cognitiva através da qual o mundo é apreendido e experienciado. Sob essa perspectiva, as palavras não *contêm* significados, mas orientam a construção do sentido. (...)” (FERRARI, 2011, p. 14),

considerações que reconheço muito atraentes e sedutoramente expressas, mas que me parecem não cogitar nenhuma valoração do que está *inscrito* na palavra e que, por minha vez, postulo como *marca da contiguidade semântica*, índice para o analista, motivação viva do desdobramento metafórico. Esse *inscrito*, marca de ontogenia, não indicia uma etimologia esvaziada de si mesma; a etimologia está presente, a *con-formar* a palavra, e aí se mantém, não por cristalização de uma forma que se repete, mas por força de uma matriz semântica, condição para a re-metaforização da palavra e, portanto, para sua ressignificação²⁹³.

A atuação daquele núcleo significativo, que, como tal, permanece impresso no desdobramento metafórico, não nega, porém, sua própria subsunção às injunções discursivas, configuradoras de enquadramentos pragmáticos; ou seja, a contiguidade semântica não nega as especificações discursivamente implicadas, exatamente porque são especificações previsíveis segundo aquela matriz. Impõe-se-me, entretanto, uma negativa quanto à visão que privilegia o contexto, simplesmente porque aí parece negar-se qualquer possibilidade de imanência ontogênica:

“(...) a Linguística Cognitiva reconhece a arbitrariedade da dicotomia entre semântica e pragmática: assim como o conhecimento linguístico não pode ser adequadamente separado do conhecimento de mundo, o conhecimento semântico não pode ser separado, de forma rígida, do conhecimento pragmático. A visão enciclopédica [“conhecimento enciclopédico (conhecimento de mundo ou não linguístico)” (FERRARI, 2011, p. 15)] assume [*sic*] que os significados convencionalmente associados às palavras são abstrações a partir de uma vasta gama de contextos de uso associados a um [*sic*] dado item lexical. Além disso, as palavras são muitas vezes usadas de formas apenas parcialmente sancionadas por esses significados convencionais: o uso da linguagem é, em grande parte, inovador.

O significado convencional da preposição *em*, por exemplo, indica a relação entre uma entidade e um objeto de referência que tem a propriedade de conter o primeiro. Entretanto, observemos os enunciados a seguir:

²⁹³ “(...) o memorável não pertence ao passado, é antes um saber presente, exposto a reinterpretções (...)” (CAIMI, 2002/2003, p. 110)

- (1) O doce está *na* caixa.
- (2) Coloquei as flores *no* vaso.
- (3) Tem um risco *na* porta da geladeira.

Embora todas as frases acima envolvam cenas espaciais, há diferenças sutis entre elas. Em (1), presume-se que a entidade, *o doce*, está totalmente contida no objeto de referência, *a caixa*; em (2), a relação de pertencimento entre *as flores* e *o vaso* é apenas parcial; finalmente, no exemplo (3), não há uma relação de pertencimento do tipo observado nos exemplos anteriores, já que o risco se encontra na parte externa da geladeira. Esses exemplos demonstram que não há um significado fixo para a preposição *em* e sugerem que o sentido dessa preposição deriva, em parte, do significado dos elementos linguísticos circundantes. Tendo em vista que as palavras sempre ocorrem em contexto, o significado convencional representa uma idealização baseada no sentido prototípico_[,] emergente do uso contextualizado das palavras. O significado associado às palavras sempre envolve o significado pragmático. O significado convencional é, na verdade, uma afirmação desse significado prototípico a partir de várias interpretações situadas pragmaticamente. Portanto, o significado pragmático é considerado *real*, e o significado convencional é visto como abstração.” (FERRARI, 2011, p. 17-8).

Afirmar que “o significado convencional é visto como abstração” vale como mirada teórica aí posta; afirmar, no entanto, que “o sentido d(...)a preposição deriva, em parte, do significado dos elementos linguísticos circundantes” vale para certa apreciação do uso “real” da “preposição” a ligar os elementos “circundantes”, mas contraria a pretensão de uma apreciação ontogênica da “preposição”. O que pretendo aqui, relacionado ao que denomino percepção primeva, passa ao largo de especificações essencialmente pragmáticas como continência total e continência parcial, ou seja, passa ao largo do fato de um elemento estar totalmente contido em um recipiente ou estar ali apenas parcialmente contido; a ontogenia que pretendo para a “preposição” *em* diz sobre a *indicação de não-movimento inscrita nessa “preposição”*, isto é, indica movimento *ex opposito* de lugar onde, alheia à totalidade da continência. São pragmáticos o fato de doces estarem completamente contidos em caixas e o fato de flores estarem parcialmente contidas em vasos, talvez porque se costuma guardar doces em caixas e porque se costuma exibir flores em vasos; o ato de guardar implica certa totalidade, quase a esconder o objeto guardado, e o ato de pôr flores em vasos, exatamente ao contrário, implica deixá-las à mostra, o mais das vezes na intenção mesma de exibi-las, pondo-as no vaso como elemento-suporte. Tanto os doces como as flores realizam *não-*

movimento, e sua *situação* indicia *lugar onde*. O mesmo *lugar onde* é indiciado na expressão de um risco estar na porta de uma geladeira, havendo aí o mesmo não-movimento, igualmente inscrito na “preposição”. Haver um risco numa porta não suscita a questão de totalidade ou parcialidade, vista, sim, a natureza do objeto pragmático “porta”; trata-se de uma superfície, e pragmaticamente se sabe que o risco está ali, naquela superfície, “na parte externa [da porta] da geladeira” (*supra*), “na parte externa” daquela superfície, mas a **expressão na porta**, necessariamente indicativa de *lugar onde*, baseia-se na imagem de continência, precisamente penetração, porque o risco está **ali**, **na** porta, exatamente porque foi sulcado **ali**, desenhado penetrantemente **na**quela superfície, sendo depositado **ali**, como que **ali interiorizado**: o uso dessa “preposição” no sintagma *na porta* indicia *lugar onde* não menos do que em *no vaso* e aí não menos do que em *na caixa*. Então, “o significado dos elementos linguísticos circundantes” não faz derivar “o sentido dessa preposição”; os elementos do mundo correspondentes àqueles elementos linguísticos geram certa impressão visual, que, entretanto, não depõe a percepção de base segundo a qual haja, no mundo e na expressão linguística, *não-movimento*, movimento *ex opposito* de *lugar onde*, esse, sim, inscrito na dita “preposição”, prenunciado em sua ontogenia e **mantido**, ainda que sub-repticiamente, nos usos dessa entidade.

Assim, embora em Linguística Cognitiva, bem como em Funcionalismo e em Análise do Discurso, recorrentemente se defenda a “construção do significado”, eu proponho, ao invés, uma **imanência** etimológica, por isso mesmo semântica, **atualizada na contiguidade entre os “significados diversos” e, justamente, atualizadora deles mesmos**.

A análise vista em Ferrari (2011) (*supra*) parece-me excelente epítome, muitíssimo bem expresso em nosso vernáculo, daquilo que é veiculado por textos fundadores de certa visão sensível à relação entre mundo e Língua, **do mundo para a Língua**, necessário saneamento de um formalismo linguístico meramente descontextualizador. Parece tratar-se de visão equilibrada, que absolutamente não retira a Língua de sua historicidade ocorrencial e, ao mesmo tempo, não deixa de examinar aspectos importantes da natureza

da Língua. Ocorre, porém, o que entendo como certo limite de interpretação: aquele sentido do mundo para a Língua, marcadamente funcional-cognitivista, faz sobrepor, na análise, a percepção de sutilezas pragmáticas àquilo que proponho ser a consubstanciação da natureza da Língua, que é a semântica metafórica de sua estrutura — sejam as construções lexicais, sejam as construções sintagmáticas, sejam as construções propriamente frasais —, uma semântica físico-espacialmente inspirada e **mantida** nas cadeias de re-metaforizações espiritual-abstrativas. Dizer que na formulação

um risco na porta da geladeira

“não há uma relação de pertencimento (...), já que o risco se encontra na parte externa da geladeira”, que “não há um significado fixo para a preposição *em*” e que “o sentido dessa preposição deriva, em parte, do significado dos elementos linguísticos circundantes” (*supra*) é dizer algo sobre a língua-em-uso; é perceber a Língua em sua discursividade, não em sua forma semântica; é, já no princípio de um anseio ontogênico, realizar uma “desleitura da forma”. Não há incongruência entre discursividade e ontogenia; apenas se trata de instâncias analíticas diversas, aqui se concebendo a ontologia da discursividade como atualização última das potências ontogênicas: o fato extralinguístico de que “o risco se encontra na parte externa da geladeira” não só **não** é incongruente com a natureza da “preposição” *em*, como também é acolhido por essa natureza e, no limite, é justamente por essa natureza ensejado, não casualmente formalizado por meio dessa “preposição”; a natureza de continência e então de *interioridade* dessa “preposição” é exatamente o que objetiva a *exterioridade* do risco, porque sulcar um risco ***em*** uma superfície é o que permite que, ***n***ela, ele apareça, como que se estendendo para a superfície a partir de uma interioridade rasa, aparecendo na **exterioridade** por estar na **interioridade superficial da superfície**.

Essa “interioridade rasa”, essa “interioridade da superfície”, “a **interioridade superficial da superfície**”, é dimensão espacial que de algum modo parece que já pôde ser

apreendida por Laura, minha filha,²⁹⁴ que, aos cinco anos e um mês de idade, vinha chorando pelas manhãs no momento de acordar para ir à escola; certa manhã eu lhe disse:

— Laura, essa choradeira que você faz de manhã no fundo é sono.

Ela indagou:

— E fora?

Eu dissera *no fundo*; Laura indagou quanto ao espaço de “fora”. Não pude verificar se a locução

no raso

já estava no vocabulário de Laura, como *par* exatamente *oposto* de

no fundo,

mas justamente a oposição me faz supor que Laura poderia haver indagado quanto ao “raso”, *no rasilho*, como “no rasilho da piscina” que proibimos Laura de ultrapassar, entretanto já se estando **dentro** da piscina; talvez Laura soubesse que indagar

E no raso?

não a livraria da acusação de manha, porque, se *no fundo*, que é “dentro”, ela estaria sendo manhosa, então **no raso**, que **também é “dentro”**, ela estaria sob a mesma acusação. A interioridade presente na ideia de “raso” não é menor do que a interioridade presente na ideia de “fundo”, sugestão que me é dada já pela etimologia

raso < *rasus*, -a, -um, “raspado”, particípio perfeito de

radere, “raspar”,

em que se entrevê como que mergulhado em sua restante inteireza o objeto de que se “raspou” algum segmento, ou seja, uma vez *raspado* algum segmento, o conteúdo restante do objeto de que se raspou permanece em si mesmo, interiorizado em si mesmo, “dentro” de si mesmo, como um bolo permanece dentro da própria forma depois de

²⁹⁴ Referência pessoal esperadamente se aporia em nota de rodapé. Apus ao corpo do texto para dar continuidade à discussão que ali está.

raspadas algumas lascas de sua superfície. O “raso”, então, não é externo, mas é interno, permanece dentro do espaço a partir do qual se externalizou o segmento “raspado”, passando-se a dizer *raspado* também o objeto *de que* se raspou, como *cabeça raspada*, a par de *cabelo raspado*, por atuação metonímica, assim como o particípio e então adjetivo *rasu-*, “raspado”, ora se diz *raso*, substantivado ou não, para dizer “(o) raspado” enquanto objeto *de que* se raspou e que entendemos como “raso”, por isso um objeto tão superficializado quanto mantido em sua interioridade; o “*raso*”, por mais que fique *arrasado, des-bastado* de sua integridade original, permanece em espaço interior relativamente ao espaço exterior para o qual o segmento extraído foi alijado. Ao que parece, Laura não se equivocou quanto ao par de opostos “*no fundo versus no raso*”, como que alargando o par com o elemento *fora*, opondo

fora

ao par já formado

no fundo versus no raso,

em que a oposição “*fundo versus raso*” é uma oposição ontológica, acatada pela ontogenia da Língua segundo as etimologias respectivas, como a que reporto acima, e, sem contradição, o caráter de “interioridade” partilhado por ambos os elementos, “fundo” e “raso”, é igualmente um caráter acorde com a ontologia de cada um, acatada pela mesma ontogenia linguístico-representacional segundo as mesmas etimologias; esse caráter, ontológico, não é dado nem representado pela “preposição” com que se formalizam ambas as locuções adverbiais, *no fundo* e *no raso*, que, com propriedade, se podem dizer *locuções adverbiais de lugar onde*, imagetizadas pela “preposição” *em*, cuja natureza é uma natureza de continência e então de *in-ter-ioridade* justamente por ser a “preposição” que por excelência indicia não-movimento, movimento *ex opposito*, o mesmo movimento de *lugar onde* que há em qualquer imagem de estagnação, como a imagem de “estagnação na exterioridade”, formalizável por

na exterioridade,

“ali, *em* aquele lugar, **dentro** daquele lugar, na interioridade do lugar ‘exterioridade’”,

a não importar absolutamente a ontologia do lugar, porque em qualquer lugar de um mundo possível se pode estar estagnado, “na Terra” e “no Céu”, “na alegria e na tristeza”, “no ódio” e “em Cristo”, em qualquer um desses **lugares**,

lugar-Terra,

lugar-Céu,

lugar-alegria,

lugar-tristeza,

lugar-ódio,

lugar-Cristo,

mas a importar essencialmente a iconicidade empreendida pela Língua a imagetizar o não-movimento de estar *em* esses **lugares**, concreta ou abstratamente, física ou espiritualmente, em não-movimento, movimento *ex opposito*, movimento de *lugar onde*. Ou seja, não é o caráter de “interioridade” contido em *fundo* e também contido em *raso* o que convida ao acionamento da “preposição” *em*, mas é a natureza mesma dessa “preposição”, a formalizar a imagem de “interior continência” *em* qualquer lugar, o lugar da profundidade, o lugar da superfície, o lugar da própria interioridade, o lugar da oposta exterioridade segundo a possibilidade imagética de “estar *dentro da exterioridade*”, “estar *na exterioridade*”, estar ali. Foi mesmo a “interioridade rasa da superfície” o que parece haver motivado Laura a estabelecer a oposição

“*no fundo* versus *fora*”,

porque a oposição

“*no fundo* versus *no raso*”

Ihe seria insuficiente para o interesse discursivo, dada a afinidade ontológica entre “fundidade” e “rasura”, dimensão espacial em que os opostos não se opõem.

Para o mundo de Laura, foi conveniente aventar o espaço de *fora* para estar *fora* do espaço da acusação, porque o “raso” partilha com o “fundo” a circunstância ontológica de estarem *dentro*, circunstância de afinidade entre opostos.

Talvez as crianças se equivoquem menos do que nossa escuta superficial nos faz supor. Na mesma época, aos cinco anos e dois meses, Laura estava triste dizendo que a mamãe havia falado “escuro” com ela. Indaguei o que era “falar escuro”. Ela respondeu que era “falar preocupada”. Então perguntei:

— E quando a mamãe fala claro?

— É quando ela fala como eu tô falando e como você tá falando.

Para Laura, “escuridão” estava para “preocupação”, e “claridade” estaria para “normalidade”, de que se deduz que a preocupação não possa ser norma. Ao associar “preocupação” com “escuridão”, Laura demonstrou sua inserção numa cultura que, muitas vezes, associa “escuridão” a valores tidos como negativos, como a preocupação, mas, sobretudo, deu mostras do que seja a premência discursiva de lidar com o simbólico. É porque lidamos com o simbólico, é porque já em tenra idade lidamos com o simbólico com a facilidade que advém da espontaneidade, é por isso que falamos uma Língua metafórica, uma vez que nos é dada a possibilidade de dizer uma coisa para dizer outra. *Ad hoc* Laura estabeleceu a *contiguidade semântica* entre “preocupação” e “escuridão”, “preocupação” como *uma forma* de “escuridão”, e isso poderia ser contiguidade partilhada nesta ou naquela comunidade linguística, nesta **e também** naquela língua, porque está **na Língua** a potência de que a ausência de luz da escuridão se metaforize na ausência de brilho de um olhar preocupado, assim como a clara “brancura” do alfenim se metaforiza em “delicadeza” e “afeminamento” (veja-se atrás). É desse modo que se constitui a contiguidade semântica; não por fortuidade, mas por contiguidade linguístico-ontogênica, na esteira de contiguidade ontológica de uma possível organização das coisas do mundo, é desse modo que “preocupação” como forma de “escuridão” poderia tornar-se Língua.

É a organicidade da contiguidade semântica o que deve desfazer a simplista crença no desenvolvimento e no estabelecimento fortuitos — ou supostamente resultantes de motivação extralinguística — de significados opostos para o mesmo significante. Fartamente seguro é o concatenamento semântico que se proponha para os opostos significados do adjetivo latino *sacer, sacra, sacrum*, “sagrado” e “maldito”: o significado “etimológico” é “que não pode ser tocado, sem ser manchado ou sem manchar” (TORRINHA, 1945 [1937]); ora, o “que não pode ser tocado” está ou deve estar **se-**parado sob pena de ser comprometido — para isso está a sacralidade, a santidade, aquilo ou aquele que é inviolável²⁹⁵ — ou sob risco de comprometer — para isso está a maldição, o que é repudiável, aquilo ou aquele que é execrável²⁹⁶ —, na unidade segundo a qual o sagrado não pode ser tocado porque, uma vez tocado, é maculado, não mais do que o maldito não pode ser tocado porque, uma vez tocado, macula, o que impõe tanto ao sagrado quanto ao maldito a condição de estar ou dever estar **se-**parados, **a-**partados, ou seja, ao adjetivo latino **se atribuem significados opostos porque há ali um significado anterior que acolhe opostas especificações, acolhe a própria oposição que advém de núcleo comum.**

A insistência naquele significado “primeiro” e no próprio caráter espacial da **se-**parabilidade presta-se-me como interpretação com que justifico o fato de que se atribui ao adjetivo latino *profānus, -a, -um* o estatuto de antônimo de *sacer, sacra, sacrum*: *profānus, -a, -um* apresenta o não pouco intervalado gradiente de significados que vai de “profano”, “ímpio” e “sacrílego”, especifica-se em “sinistro”, especializa-se em “incestuoso” e em “usado, velho (fal. de vestuário)” e, sintomaticamente, também se traduz por “não purificado” (TORRINHA, 1945 [1937]), *scilicet* “não protegido”, “exposto”, iconizando aquilo que está *a-*diante (*prō, pro-*) do templo (*fānum*), ou seja,

²⁹⁵ *sanctītās, -ātis*, < *sanctus, -a, -um*, participio perfeito de *sancĭō, -xī/-cīuī, -ctum/-cītum, -īre*, “sacralizar”, “prescrever”, “sancionar” *versus* “proibir”, “punir”: note-se a mesma dialética vista em *sacer*, “sagrado” e “maldito”, a atestar exatamente a contiguidade semântica

²⁹⁶ *ex-sēcr-ābilis, -e*, < *ex-sēcr-or, -ātus sum, -āri*, < *ex- + sacrō, -āuī, -ātum, -āre* [“consagrar” *versus* “amaldiçoar”], < *sacer, sacra, sacrum*: interprete-se, pois, *execrável* como “**se-**parado do sagrado”, a notar o assim chamado prefixo *ex-* a imagnetizar o ontogênico movimento de *lugar de onde*

aquilo que não está dentro do templo, que não está aí resguardado, que não está, pois, separado do entorno, à comparação com *ex-quīsītus*, *-a*, *-um*, “tirado de fora”, então “buscado” (*quaesītus*, *-a*, *-um*) e “rebuscado”, “*es*-colhido”, então “*ex*-cepcional”, “*ex*-terno à ordem comum”,

para o bom, como se cristalizou em “castelhano”, *ex-quisito*, “De singular y extraordinaria calidad, primor o gusto en su especie.” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, Digital; 1992), também em “francês”, *ex-quis*, “Qui est recherché, choisi parmi ce qu’il y a de plus délicat pour le goût” (LAROUSSE DICTIONNAIRE DE FRANÇAIS Digital), e em “italiano”, *s-quisito*, “eccellente” (DIZIONARIO ITALIANO OLIVETTI Digital),

ou

para o mau, como se fez decodificar em “português”,

assim se neutralizando a consideração de fortuidade.

É bem exato que *sacer* não significa “sagrado” e “maldito” por obra de um deus do acaso, porque *sacer* **não significa nem** “sagrado” **nem** “maldito”, ou seja, não foi sobre a ideia de “sagrado” nem sobre a ideia de “maldito” que se tenha construído alguma metáfora; construiu-se a imagem formalizada por *sacer* sobre a ideia físico-concretivo-espacial de “algo *separado*”, portanto “algo que não pode ser tocado”, porque “está lá, separado daqui”, ou “algo que não deve ser tocado” e por isso “está lá, separado daqui”, então algo que, se vier a ser tocado, terá gerada ou gerará sua própria ruptura, uma vez que terá gerada ou gerará a ruptura da *separabilidade* definidora de sua essência, permeabilizando-se, *deixando de ser algo separado*, então sendo maculado ou maculando, vindo a ser então “sagrado ou maldito”, “sagrado” porque não poderia ser maculado, “maldito” porque não deveria macular, “sagrado ou maldito” dito assim mesmo:

“vindo a ser, então, ‘sagrado ou maldito’”,

em relação de **decorrência** de ter sido tocado, rompida a separabilidade, decorrência em que “**sagrado** ou **maldito**” se dizem dentro do mesmo par de aspas, disjunção alternativa, dada por *ou*, em função de o objeto “ser maculado *ou* macular”, passando a ser *definido, então*, como “sagrado *e* maldito”, porque, se tocado, será maculado *e* maculará.

Note-se que o que trato como relação *ex opposito* há de ser fulcrado em algo bastante específico, ultrapassante da relação de oposição em si mesma. Há aí um terceiro elemento, que é o próprio elemento fundante da relação entre os dois opostos, um elemento “original”, um “sentido original” e originador das designações opostas, um “sentido etimológico”, que guarda em si o germe dos dois opostos, e esse terceiro elemento é endógeno aos dois, é endógeno à própria contiguidade semântica que há e se fará atualizar entre eles. O que ontogera

“*sacer*, sagrado e maldito”

é

“*sacer*, separado, *in-tocável*”,

condição já sujeita à sua própria negativa, que é o comportamento positivo de “tocar”, mas a sujeição é acidental e então não pode ser pressuposta, ou seja, a oposição a “*in-tocável*”, que é “tocar”, não é exigência exógena para a ontogeração dos opostos, e aí me parece que esteja o fundamento propriamente ontológico da interpretação que procuro construir: há uma imagem primeva sobre uma ideia físico-concretivo-espacial, a ideia de “algo *separado*”; a oposição à *separabilidade* que aí define *o que é*, que aí define o “ser”, parece, e apenas parece, gerar os opostos, mas não é ela o que os gera, não é a oposição à condição de “*intocável*” o que gera a oposição entre “sagrado” e “maldito”, porque aquela oposição representa um comportamento externo à metáfora fundante daquilo que se forjou *na Língua* para *designar a ideia a designar* e que não guarda em si mesmo nada que faça pressupor sua própria ruptura; o que há de essencial é a própria imagem construída sobre a ideia físico-concretivo-espacial de “algo *separado*”, algo que efetivamente *é separado* e, por isso, por essa condição essencial, é *intocável*, não lhe

convindo imiscuir-se, assim como ao “sagrado” não lhe convém que se profane, imiscuindo-se no comum, e ao comum não lhe convém que se macule, imiscuindo-se no “maldito”. Isso não faz que, na organização do mundo, o sagrado e o maldito sejam o mesmo, mas aquela categorização de “sagrado” e aquela categorização de “maldito” advêm do mesmo, porque já estão ali, em núcleo comum aos dois opostos, guardador do embrião de cada um deles, a se atualizarem mediante cada metaforização especializante: um “separado” que se metaforiza para ser “sagrado”, um “separado” que se metaforiza para ser “maldito”; um “sagrado” que assim é porque é metaforicamente “separado”, um “maldito” que assim é porque é metaforicamente “separado”; um “sagrado” que assim é porque se mantém metaforicamente “separado”, um “maldito” que assim é porque se mantém metaforicamente “separado”. O sagrado está mesmo lá, separado de nós, distante de nossa condição partilhada entre os comuns, e a aproximação exige alguma forma de conexão transcendente. O maldito também está lá, separado por nós, que o odiamos e fazemos solitário. Sobre cada metaforização, **mantém-se**, pois, a imagem “inaugural”, primeva, fundante até onde sabemos, potência grávida de atualizações necessitadas pela vida, desejadas por nós e ancoradas, cada uma, numa semântica especializada, de especialização acorde com aquela semântica-mãe, que é relativamente inespecífica porque é metaforicamente geradora.

De modo largamente análogo à exemplificação anterior, o significado “etimológico” do substantivo latino *nefas* permite a dedução de certo corolário cultural que alinhava os significados “violação da lei divina”, daí “impiedade” e “o que é ímpio” — por metonímia, em função da qual a significação se estende da nomeação do ato e do efeito de ser impiedoso para a nomeação daquilo e daquele que o são —, daí “[o que é] injusto, ilícito”, daí “crime” e “pessoa criminosa” — novamente por metonímia, de mesmo efeito, já se constituindo cadeia em ato da potencial contiguidade semântica —, de um lado, e, do outro lado, os opostos “prodígio”, “maravilha” (TORRINHA, 1945 [1937]): a impressão de tratar-se de significados inconciliáveis não é sanada pelo significado *etimológico*, “negação da determinação divina” — que se vê na segmentação *ně-fās* —, incompatível, já por sua negatividade, com a positividade eufórica de

“prodígio” e de “maravilha”, mas decorre daquele significado a ideia de “impossibilidade”, realização do impossível, ápice da excepcionalidade, cume do que é alheio à ordem comum do mundo antigo, em que, sobretudo em período arcaico, “a determinação divina” é tomada *sine qua non*, não se podendo negá-la; decorre, então, o ponto máximo do extraordinário, daí “prodígio”, “maravilha”. Da altamente inesperável “negação da determinação divina” provém, como corolário cultural, certa extraordinariedade que, por contiguidade semântica, enseja “prodígio” e “maravilha”, necessariamente extraordinários e, ao mesmo tempo, componentes da extraordinariedade, estando guardada na polarização a coerência *ex opposito* da contiguidade semântica.

Ao campo semântico do maravilhamento se estende a significação do adjetivo “grego” δεινός, -ή, -όν, a partir do campo semântico do temor:

“δεινός, -ή, -όν: **A** qui inspire la crainte, *et, p. suite*, l'étonnement (...) *particul.*: **I** que l'on craint, *au sens relig.* (...) || **II** que l'on craint, terrible, effrayant (...) || **III** qui peut inspirer de²⁹⁷ la crainte, dangereux (...) || **IV** *p. ext.* mauvais, malfaisant, funeste (...) || **V** qui frappe l'imagination, étonnant, extraordinaire, *d'où*: **1** fort, puissant (...) || **2** extraordinaire, étrange (...) || **3** *en parl. de pers.* merveilleusement doué, extraordinairement habile (...) || **B** qui craint (...)” (BAILLY, 1950),

gradação que caminha de “amedrontador” — e “amedrontado”, por metonímia que faz migrar-se de “causador de um efeito” (“**A** qui inspire la crainte”) para “afetado” (“**B** qui craint”) —, com extensão para “surpreendente” e especialização em sentido religioso, intensificação em “terrível” e efetivamente “perigoso” e “mau” (sentido a cuja

²⁹⁷ Em divergência relativa a *qui inspire la crainte* (*supra*, na mesma citação), a construção partitiva *qui peut inspirer de la crainte* diz algo a respeito não simplesmente da facultatividade do uso do partitivo, mas do fenômeno aí representado. A modalização dada por *qui peut inspirer*, indicativa de certa ponderação, se coaduna com a desabsolutização trazida pelo partitivo; trata-se não de “inspirer la crainte”, em sentido absoluto, mas de “**pouvoir** inspirer de la crainte”, possibilidade de atualizar **algo de** aquele sentimento, **parte dele**: note-se a construção sintática, em sua ontogênica movimentalidade, a prestar-se a matiz bastante sutil da discursividade, sem que se perca absolutamente nada da primariedade ontogênica da estrutura linguística, ou seja, sem que se perca nada — e em nada seria necessário perder — da semântica **ontogeneticamente ali presente**, formuladora da Língua, uma semântica precisamente partitiva, movimental, segundo a expressão de *lugar de onde*. Essa semântica **mantém-se** ali, abonando a iconicidade que me interessa aqui: mantém-se porque é com ela, é com a semântica de “separação”, “afastamento”, “partição”, à imagem de movimento **sintático** de *lugar de onde*, que se coaduna a especificação **discursiva** da ideia de “ponderação”, de “ausência de totalidade”, de tomar-se “algo de”, “parte de”. Aquela ponderação é, pois, partitiva, espaço-movimental, imagem de uma Língua imagética.

menção o dicionarista confere a explicitação da expressão “*par extension*”); a gradação desdobra-se em “que abala a imaginação”, dada a configuração terrificante, de que se deduz tratar-se de algo “extraordinário”, daí “estranho”, tomando-se à má parte, e “forte”, “possante”, “dotadíssimo”, “hábilimo”, tomando-se à boa parte, uma vez mais resultando polarização por juízo de valor em mau e bom, novamente guardada na polarização a coerência *ex opposito* da contiguidade semântica.

Aos três anos e meio de idade, Laura, minha filha,²⁹⁸ que, relativamente a sua ração diária de leite, antes chamava “quente” tanto o que, de fato, estava (muito) quente como o que estava (muito) frio, decidiu-se pela temperatura média como aquela que seria de seu agrado e pôs-se a dizer que queria o leite “gelado quentinho”. À mesma época, expressou realização de par de opostos imbricado em metalinguagem. Estava brincando com massinha de modelar e anunciou que “faria um bolo de verdade”. Nossa preocupação era que não ingerisse a massinha; isso nos fez adverti-la, “não pode comer”, a que respondeu que seria um bolo “*de verdade* de mentirinha”. Como sói ocorrer entre as crianças, é difícil dissuadir Laura de qualquer intento anunciado; verdadeiramente “faria um bolo”, manuseando os objetos em miniatura que lhe compõem a “cozinha”, realizando gestos próprios do comportamento “fazer bolo”, de que resultaria “um bolo de verdade”, algo material, palpável e colorido, uma coisa do mundo designada *bolo* e qualificada como *de verdade* — linguístico-ontogeneticamente, para mim, qualificação construída mediante a imagem de algo *de*-rivado *do* *arqui-frame* “verdade” no campo representacional, por movimento metafórico de *lugar de onde* —, mas esse “bolo de verdade” seria “*de verdade* de mentirinha”, porque não portaria as mesmas características da verdade presente no bolo feito pela mãe, manuseados ali os objetos em tamanho “normal” componentes da cozinha-sem-aspas. Provavelmente os objetos da “cozinha” de Laura se aproximem do mesmo estatuto “*de verdade* de mentirinha”, porque a colher e a faca “de mentirinha” não são rigorosamente nem colher nem faca mas também não são

²⁹⁸ Referência pessoal esperadamente se aporia em nota de rodapé. Apus ao corpo do texto para dar continuidade à discussão que ali está.

outra coisa, ao passo que o bolo “de mentirinha” é massinha de modelar mas também não deixa de ser objeto de existência própria; veja-se que, no conjunto

de verdade de mentirinha,

a qualificação *de mentirinha* não modifica *bolo*, não se aplica aos objetos, mas incide sobre a outra qualificação, *de verdade*, relativizando ao âmbito da “mentirinha” o estatuto da “verdade” ali em pauta, ou seja, referindo-se metalinguisticamente à expressão *de verdade*, “*de verdade de* **de** *mentirinha*” — linguístico-ontogeneticamente, para mim, uma “verdade” **de**-rivada **do** *arqui-frame* “mentirinha” no campo representacional, por movimento metafórico de *lugar de onde* —, coerência *ex opposito* entre opostos.

Em data próxima, Laura veio contar sobre um novo amiguinho, com quem havia brincado. Percebi que se tratava de um menino mais velho do que ela; perguntei se ele era grande. Hesitou um pouco e assim resolveu a hesitação:

“É pequeno junto com grande!”.

Para além do que logo acima chamei “coerência *ex opposito* entre opostos”, o que Laura fez foi *construir* a expressão da oposição coerente de modo a hipostasiar as qualidades, imediatamente tratando como ser o “ser grande”, por força da expressão *junto com grande*, “junto com algo”, sendo “**algo**” o **ser** “ser grande” junto ao qual outro elemento se apôs, embora inicialmente se mantenha o caráter atributivo de *pequeno*, por força da expressão *é pequeno*, que atribui, ela mesma, a qualidade àquele que se *sujeita* a essa atribuição; o que há aí é certa ambiguidade de *pequeno* como espécie de migração do *status* atributivo para o *status* substancial, mas o conjunto da formulação requer análise que considere a fixação da substancialidade hipostática, segundo a premência de que se aponha **algo** ao lado de **algo**, uma coisa do mundo ao lado de outra coisa do mundo, uma **substância** *junto com* outra **substância**,

“ele é pequeno (atribuição de qualidade a hipostasiar-se como substância) junto com o ser ‘ser grande’ (qualidade hipostasiada como substância)”.

apondo-se, lado a lado, em relação espacial de lateralidade, a atribuição de “pequeno” e a assunção do ser “ser grande”, então efetivamente se tomando as duas qualidades como seres, porque o que ontologicamente se pode apor lado a lado são seres, não qualidades de seres; qualidades somam-se na expressão, à maneira de *pequeno e grande*, mas não se apõem lado a lado no mundo extralinguístico, o que condenaria a expressão de Laura à carência de iconicidade. Quando diz

é pequeno junto com grande,

Laura está imagetizando o ser “ser pequeno” e o ser “ser grande”, apostos lado a lado no espaço do mundo e **por isso** *expressos* em relação de lateralidade — *com, junto com* — no espaço da Língua. Laura parece ter visualizado pequenez e grandeza como seres presentes ali, lado a lado apostos no ser “novo amigo”; o ser “ser pequeno” e o ser “ser grande” estariam lateralmente apostos e postos naquele único ser, o **lugar** “novo amigo”, *lugar onde*, segundo a relação estática representada pela lateralidade, lugar **onde** o ser “ser pequeno” e o ser “ser grande” teriam sido **postos**, lugar **no** qual esses seres teriam sido visualizados, em efetiva relação espacial de estaticidade, não-movimento, movimento *ex opposito* de *lugar onde*:

“ele é : pequeno junto com grande”,

“ele é : *x* junto com *y*”,

“ele é : ‘isto’ junto com ‘aquilo’”,

“ele é : ‘isto’ :

o ser ‘ser pequeno’

junto com ‘aquilo’ :

o ser ‘ser grande’”,

o que, em princípio, aloca *pequeno* em estatuto de ambiguidade nominal entre atribuição de qualidade e assunção de substância (nome adjetivo e nome substantivo), mas,

efetivamente, hipostasia as duas qualidades em dois seres, substancializando-os hipostaticamente, em relação espacial.

Dias depois, falando com a mãe, que é portadora de nanismo diastrófico, Laura denominou-a “pequena grande”, oximoro cujo caminho de construção talvez tenha sido aberto por ocorrência anterior, quando se dera o seguinte diálogo:

— Mamãe, você já é grande?

— Sim, eu já cresci.

Hesitou e agora resolveu assim:

— Mas, mamãe, você é um pouco grande, mas você é um pouco pequenininha também.,

em que grandeza e pequenez pareceram dividir espaço no coração de Laura, porque não se tratava de qualquer grandeza nem de qualquer pequenez, mas, assim como na categorização do novo amigo “pequeno junto com grande”, a grandeza e a pequenez da mãe compunham, juntas, um ser em si mesmo coerente, grande *em relação* a Laura e pequeno *em relação* à maioria dos outros seres, portanto “um pouco grande mas um pouco pequenininho”,

um pouco grande

MAGIS

um pouco pequenininho,

um pouco grande

+

um pouco pequenininho,

um pouco grande

E

um pouco pequenininho,

equação evocadora da *categoria da relação* (veja-se o item I. 3), coerentemente aristotélica tanto quanto dispensadora de qualquer esforço interpretativo em prol da coerência entre opostos, porque, longe de frustrar o *princípio da não-contradição* ou qualquer outro princípio, simplesmente representa a legitimidade que há em conferir aos seres o direito de exercer sua complexidade, na *relativa* autonomia de sua própria coerência.

Veja-se a especulação que Santo Agostinho, platônico então neoconverso ao Cristianismo, realiza sobre a *categoria da relação*, em ficcional diálogo com a Razão, posta como personagem dialogante:

“(…) Nam quod simul una res,^[sic] et vera et falsa est,^[sic] non nimis curo. Etenim video unam rem^[,] diversis comparatam, simul et maiorem et minorem esse. Sed ex eo istud contingit,^[sic] quod nihil per se maius aut minus est. Comparationis enim sunt ista nomina.” [Augustinus. *Soliloquiorum libri duo*, II, v, 8] (SANT’AGOSTINO, Digital [séculos IV-V d.C.]): “(...) Não me preocupo tanto se ^[sic] uma coisa seja verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Pois noto que uma coisa, comparada com várias outras, é maior e menor ao mesmo tempo. Disso resulta que nada é maior ou menor por si mesmo, pois estes são termos comparativos.” [Agostinho. *Solilóquios*, II, v, 8] (AGOSTINHO, 1998 [séculos IV-V d.C.], p. 67),

“termos comparativos”, “comparationis nomina”, o que está como “termini d’un **rapporto**” (o negrito é meu) na tradução italiana [Agostino. *I Soliloqui*, II, v, 8] (SANT’AGOSTINO, Digital [séculos IV-V d.C.]), mesmo sítio em que se encontra o original latino:

“(…) Non mi preoccupa tanto il motivo che una medesima cosa possa insieme esser vera e falsa. Penso infatti che una medesima cosa, messa a confronto con oggetti diversi, può esser insieme maggiore e minore. Appunto da questo principio deriva che nessun oggetto, in sé considerato, è maggiore o minore, poichè questi sono termini d’un rapporto.”,

“termos de uma *relação*”, “termos *relativos*”, *relação* como *categoria* segundo a qual — “ao mesmo tempo” (*supra*) — “uma coisa” (*supra*), “**una** res” (*supra*; o negrito é meu), ou seja, uma **única** coisa, portanto **uma mesma coisa**, pode, coerentemente, ser seu exato contrário. Essa possibilidade **ontológica** não é o que assegura a possibilidade **linguística** de um mesmo termo abrigar exatos significados contrários, mas ambas as possibilidades se subsumem ao *olhar* que se lança ora sobre o objeto do mundo, ora sobre o termo que possa designar objeto(s) do mundo, quiçá objetos já vistos como opostos: a subsunção ao olhar faz a *discursividade* sobrelevar à ontologia, porque uma mesma coisa poder ser seu exato contrário é, rigorosamente, uma mesma coisa poder ser *vista*, e por isso *dita*, como seu exato contrário. A questão está para além do caráter essencialmente comparativo de termos como *maior* e *menor*, *maius* e *minus*, uma vez que esses termos já apontam, eles mesmos, para a subsunção ao olhar conceptualizador, olhar segundo o qual o objeto é percebido e então nomeado, também segundo o qual o termo é percebido e então nomeia. Ora, o que assegura a possibilidade **linguística** de um mesmo termo abrigar exatos significados contrários é, pois, algo que é abarcado por aquele olhar mas o ultrapassa em sua própria imanência, imanência mesma que o olhar reconhece como “um terceiro elemento, que é o próprio elemento fundante da relação entre os dois opostos, um elemento ‘original’, um ‘sentido original’ e originador das designações opostas, um ‘sentido etimológico’, que guarda em si o germe dos dois opostos, e esse terceiro elemento é endógeno aos dois, é endógeno à própria contiguidade semântica que há e se fará atualizar entre eles”, retomada aqui a expressão que formulei acima para configurar um terceiro elemento que está na própria essencialidade dos contrários e na unidade que aí há.

A mãe de Laura não é, rigorosamente, nem pequena nem grande, porque o ser “ser pequeno” se subsume ao ser “ser grande” e o ser “ser grande” se subsume ao ser “ser pequeno”, o que fundamenta a possibilidade de um ser “ser menor” do que outro e fundamenta a possibilidade de um ser “ser maior” do que outro, segundo a *categoria da relação*. Também assim não é nem pequeno nem grande o novo amigo de Laura, amigo-ser-**lugar onde** teriam sido postos o ser “ser pequeno” e o ser “ser grande”,

porque o olhar de Laura os teria posto ali. O que se tem na pequenez e na grandeza da mãe de Laura e na pequenez e na grandeza do novo amigo são possibilidades ontológicas subsumíveis ao olhar discursivo de Laura e ao olhar discursivo de qualquer outro ser que olhe discursivamente, categorizando as coisas do mundo e estabelecendo designações. Igualmente não está na ontologia do ser “ser sagrado” a oposição representada pelo ser “ser maldito”, e não está na ontologia do ser “ser maldito” a oposição representada pelo ser “ser sagrado”, mas está na ontologia do ser “ser sagrado” e está na ontologia do ser “ser maldito” a ontologia do ser “não poder ser tocado”, e essa ontologia, esse ser, é o que assegura a possibilidade linguística de o mesmo termo *sacer*, *sacra*, *sacrum*, abrigar os exatos significados contrários representados pelo ser “ser sagrado” e pelo ser “ser maldito”, algo que foi abarcado por algum olhar primevo — que se fez também um olhar discursivo — mas, em sua própria imanência, ultrapassa aquele olhar, imanência de “um terceiro elemento, que é o próprio elemento fundante da relação entre os dois opostos, um elemento ‘original’, um ‘sentido original’ e originador das designações opostas, um ‘sentido etimológico’, que guarda em si o germe dos dois opostos, e esse terceiro elemento é endógeno aos dois, é endógeno à própria contiguidade semântica que há e se fará atualizar entre eles”, novamente retomada aqui a expressão que formulei acima para configurar um terceiro elemento que está na própria essencialidade, uma, dos opostos.

A oposição e a divergência de significados, tematizadas em si mesmas, operam *radicalmente*, entre *raízes* do léxico, em termos **não sub**-reptícios porque historicamente explicitados por discursos que, ainda que exemptos de “comprovação” científica e de juízo filosófico quanto a suas proposições, não se eximem de representar uma tradição de algum modo sensível à contiguidade semântica — esta, sim, sub-reptícia — que há ou, de igual interesse para mim, se arroga haver entre “significados diferentes”. Numa mesma obra de Cícero, *Tusculanas*, em páginas do Livro II próximas entre si, estão as seguintes considerações morais que, vistas em conjunto, buscam amparo na Língua:

“Conqueri fortunam aduersam, non lamentari decet.
Id uiri est officium, fletus muliebri ingenio additus.” (CICÉRON, 1931 [século I a.C.], p. 106);

“(…) Atqui uide ne, cum omnes rectae animi adfectiones uirtutes appellentur, non sit hoc proprium nomen omnium, sed ab ea quae una ceteris excellebat,^[sic] omnes nominatae sint. **Appellata est enim ex uiro uirtus;** uiri autem propria maxime est fortitudo, cuius munera duo sunt maxima, mortis dolorisque contemptio. (...)” (*idem*, p. 101; o negrito é meu).

É tradicionalmente rendoso o procedimento que busca na Língua evidências de verdades para a vida, o que decerto é imponderável, mas indiciante de alguma intuição sobre vida e Língua, e, se é entregue ao que ora se enquadra como prejulgamento, é mais ainda proveitoso quanto à intuição imagética, desarmada, primeva e, nesse sentido, infantil. À mulher — em palavras postas por Cícero na boca de Ulisses — cabe o pranto, não ao varão, a quem cabe a força, no texto *fortitudo* (*supra*), “sinônimo” de *uis*, “**vīs** (...) e *pl. vīrēs*, ĩum: (...) Fôrça (...)” (TORRINHA, 1945 [1937]), que a etimologia popular associa a *vir*, “varão”²⁹⁹. Ao varão é permitido cabal envolvimento na queixa,

²⁹⁹ “A investigação etimológica, com o sentido geral de busca do significado das palavras em algo como um estágio anterior de seu percurso na evolução das línguas, constituiu um dos aspectos privilegiados pelo pensamento dos antigos no tocante às especulações teóricas que se deram em torno de questões lingüísticas no período[?]. Ao longo de séculos de abordagem teórica de temas afins à faculdade humana em questão, autores gregos e romanos antigos retornaram com frequência e especial interesse ao tratamento do que podemos chamar apenas com ressalvas de ‘etimologia’. [§] Essa cautela, é preciso esclarecer, relaciona-se à necessidade de diferenciarmos as concepções dos antigos a respeito do que seria tal busca de sentido das palavras daquilo que atualmente entendemos pelo termo ‘etimologia’. Como se sabe, referimo-nos a ele para indicar um procedimento de investigação lingüística regido por métodos bem definidos (entre eles, poder-se-ia incluir a observância das leis de mudança fonética que operam na passagem de uma mesma raiz de um estágio a outro de determinada língua ou, em se tratando de um lapso temporal maior, de uma língua àquelas que dela se originaram posteriormente [*sic*]), e que tem como objetivo sobretudo a busca das origens de um vocábulo considerado, entendendo por isso os pontos de partida que é possível associar a ele no passado. Tais pontos de partida, observemos, devem guardar com as formas posteriores ‘parentescos’ morfológicos e de sentido objetivamente comprováveis na história das línguas. Assim, uma forma de etimologia popular como a que se verifica em ‘sombancelha’ (em que muitos falantes de português associam a palavra usada para designar os supercílios à palavra ‘sombra’, julgando que a primeira proviria de algum modo dessa última) não corresponde ao que é possível depreender cientificamente da história de nossa língua e justifica a forma ‘sombancelha’ como a única correta do ponto-de-vista da norma culta.” (TREVIZAM, 2002/2003, p. 179-80),

entendimento que pode ceder o passo a visão expandida do que seja etimologia popular:

“(…) L’*étymologie* populaire est (...) un mode de groupement des mots en familles, entrepris, à une époque déterminée, par l’instinct linguistique du peuple. (...) [§] Ce que révèle l’*étymologie* populaire, c’est un souci d’expression parfaite, le besoin et le désir de faire coïncider les mots aussi exactement que

a ponto mesmo de expressá-la em voz média — vejam-se as marcas **con-querī** —, que se faz ecoar na pronominalidade essencial de *queixar-se* (veja-se a nota 141), mas não é próprio a ele *carpir-se* em voz média — *lamentarī* —, que se tem como pusilanimidade feminil — veja-se a lexia *muliēbris luctus*, “queixumes **pusilânimes**” (*idem*; o negrito é meu)³⁰⁰ —. É da ideia de varonilidade e da própria palavra *uir* que retiram sua formação a ideia de virtude e a própria palavra *uirtus* — “Appellata est enim ex uiro uirtus” (*supra*); “**virtūs**, ūtis [vir³⁰¹: cf. *senectus senex, iuventus iuuenis*], f. **1. Etim. Fôrça (própria do vir)** [o negrito é meu], vigor. **2. (...)** coragem (...) **4. Virtude (...)**” (TORRINHA, 1945 [1937]) —, em que a extensão metonímica de “virilidade” a “virtude” une, na Língua, “significados diferentes”, porque, no mundo, inter-relaciona “coisas diferentes”, fazendo entrever para elas uma única **raiz ontológica**, então imprimindo, na **ontogênese linguística**, a contiguidade semântica na qual o ponto de partida da inspiração permanece no ponto de chegada.

Pouco sentido faz apontar como previsível a coletânea de alterações semânticas e fraseológicas do sempre longo percurso linguístico. Daquele ponto de partida (que se consegue vislumbrar) até o ponto de chegada (em que se julga estar), o longo percurso apenas existe porque existe o acontecimento da vida e a consequente experiência com a linguagem, com a linguagem verbal, com a Língua; essa experiência mimetiza o acontecer da vida porquanto não se cria do nada, e aí está sua metafóricidade intrínseca, aí está a cadeia de metáforas do pensamento que fazem ecoar a cadeia de

possible avec les concepts qu’ils traduisent. De là on passe aussitôt à la question de la valeur expressive des mots en général. Cette valeur expressive résulte généralement pour nous du fait que, depuis notre enfance et pendant tout le cours de nos expériences linguistiques, un certain contenu s’est toujours trouvé associé à un certain mot. (...)” (WARTBURG, 1963, p. 136); “(...) ce qui fait l’étymologie populaire, c’est la tendance à associer à un mot un sens déterminé (...) Mais la puissance de l’étymologie populaire peut aussi s’exercer vers le dedans; au lieu de tendre à une expression linguistique, c’est alors la représentation conceptuelle qui est modifiée par l’étymologie que nous associons au mot, de telle sorte que l’objet lui-même acquiert une physionomie différente. (...)” (*idem*, p. 133).

³⁰⁰ “femineus ululatus” em Ovidio (1988 [século I a.C. - século I d.C.]); também se veja, ora na tradição lusófona, o graciosíssimo provérbio, espécie de semidesagravo: “As mulheres onde estão sobejam, onde não estão faltam.”

³⁰¹ étimo

acontecimentos da vida, **metáforas do pensamento fundantes da Língua**, na medida em que o homem realiza a existência, transporta apercepções e de algum modo as codifica, ainda que as esqueça:

“Herencia indirecta

Es curioso que nuestro castellano de hoy, tan hijo del latín, haya recibido voces de éste — y no pocas — por intermedio de otros idiomas no latinos. Así tenemos **deporte**, forma española ya de vieja data pero que hemos resucitado modernamente para traducir la idea del inglés **sport**, que en última instancia y por intermedio del francés procede de **disportare**, es decir dis-traer (no otra cosa es o debería ser el deporte: una distracción). Tenemos también el moderno **implementar**, ‘regalito’ que nos pasó el inglés. **Implere** significa en latín llenar, cargar, saciar, pero no es esto lo que expresa en el inglés de hoy ni entre nosotros sino ‘instrumentar’, ‘proveer de elementos’.

En cambio casi hemos perdido **espelunca**, voz de origen greco-latino, que vive hoy con mucha fuerza en el alemán **Spelunke**. Originariamente fue una cueva tenebrosa (latín **spelunca**) y en el alemán de hoy suele significar una taberna de mala fama. ¡Cuánto nos enseñan los idiomas.”³⁰².

Ali se esquece que “proveer de elementos” e mesmo “instrumentar” são modos de locu-**ple**-tar, de preen-**che**-r, de “**lle**-nar”, então “cargar” até “saciar” (veja-se, aqui, o subitem II. 1. 2), bem como se esquece que “una taberna de mala fama” pode ser uma “cueva tenebrosa”, segundo os preconceitos partilhados, sobre os quais também atua a contiguidade semântica, por atribuição de valores. Ora, os (pre)conceitos e os valores são construídos e designados mediante alta abstratização do influxo linguístico-ontogênico, eminentemente concreto, corpóreo, sensível, posto em continuidade abstratizante por via da contiguidade semântica:

³⁰² Colhido de pequeno recorte de jornal que encontrei dentro de livro de biblioteca que herdei, não pude datar. Corominas (1961) assim se manifesta sobre o primeiro vocábulo:

“DEPORTE ‘placer, entretenimiento’, ant. h. 1440 (y *depuerto*, S. XIII). Deriv. del antiguo *deportarse* ‘divertirse, descansar’, h. 1260, y éste del lat. DEPORTARE ‘trasladar, transportar’ (pasando quizá por ‘distraer la mente’); en el sentido moderno de ‘actividad al aire libre con objeto de hacer ejercicio físico’ *deporte* fué resucitado en el S. XX para traducir el ingl. *sport* íd. (que a su vez viene del fr. ant. *deport*, equivalente del cast. *deporte*). [§] DERIV. *Deportivo, deportista, deportismo*, S. XX. Del cultismo *deportar*, en el sentido latino: *deportación*. [§] (...)”

expressando-se, ainda que parenteticamente, esboço de interpretação do percurso “trasladar, transportar” > “divertirse, descansar”: “(pasando quizá por ‘distraer la mente’)”, provavelmente na chave do tra(n)slado do lugar-comum, do rotineiro, para o esparecimento, *transportando*-se “a mente” para o descanso, em contiguidade semântica entre *trans-porte* e *dis-tração*.

“(…) nous disposons du travail de Hans Sckommodau *Der französische psychologische Wortschatz der 2. Hälfte des XVIII^e Jahrhunderts (Le Vocabulaire psychologique français de la seconde moitié du XVIII^e siècle)* [Leipziger Romanistische Studien, I. Sprachwissenschaftliche Reihe, Heft 2.]³⁰³. Ce livre nous montre entre autres comment le relâchement de tous les concepts éthiques a pour conséquence d’abaisser d’un degré toutes les expressions de la vie affective. **La sensibilité morale devient de la sensualité physique**, l’extase religieuse du délire affectif, etc. **C’est tout l’ensemble du monde de la sensibilité humaine qui se trouve transformé, entraînant dans cette transformation l’expression linguistique.**” (WARTBURG, 1963, p. 175; os negritos são meus).

A contiguidade semântica pode dar-se em nível desdobradamente valorativo, como opera o significado 2 da entrada abaixo (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital):

“libambo

sm.

1. N. NE. Corrente de ferro que prendia condenados e escravos pelo pescoço, ger. durante seus deslocamentos.
2. Ajuntamento de várias pessoas; BANDO; TURBA
[F.: Do quimb. *libambu*. (...)]”,

em que o preconceito humano pode imagnetizar-se ao tomar a visão ruim da corrente de ferro presa ao pescoço de condenados e de escravos, e incandescida pelo sol ardente da África ou do Norte-Nordeste do Brasil, por exemplo, e associá-la à desqualificação que há na ideia de “bando”, “turba” — aí implicada certa analogia reducionista entre a imagem da acorrentada turba de condenados e de escravos e a imagem de uma turba qualquer, o que transfere os escravos do lugar de vítimas em que frequentemente são postos para o lugar de seres quaisquer, ao lado dos condenados, de estatuto hesitante entre a culpabilidade e a comiseração —, mas a associação semântica parece encontrar imagística precisa no desenho físico da corrente, a cujos elos se associa a imagem das pessoas enfileiradas em turba, identificando-se pessoas e correntes de ferro, precisamente pessoas a correntes de ferro, em reificação evocadora de nossos preconceitos, mas amparada no fenômeno da contiguidade semântica, linguisticamente produtivíssimo, **con-stitutivo da Língua**.

Em nota etimológica à entrada verbal *chancelar*, Houaiss (2001) acusa o étimo francês *chanceler*, simplesmente assim decodificado:

“‘cobrir com uma grade, dispor em forma de grade’, hoje ‘vacilar, cambalear’, do lat. *cancellāre* ‘cobrir com grades, fechar com rótula’”.

A linearidade da expressão “‘cobrir com uma grade, dispor em forma de grade’, hoje ‘vacilar, cambalear’”, sugestiva de acaso, faz requerer interpretação que relacione, talvez, não o ato de gradear com o de vacilar — em sentido ainda não figurado — ou cambalear, mas o ato de cambalear ou vacilar com a imagem da grade, ou seja, interpretação que relacione o desenho tortuoso do ato de cambalear ou vacilar com o desenho da grade e suas hastes entrelaçadas, em busca da percepção metonímica encontrada na etimologia latina: *cancello*, *cancellare*, significa “gradear” e, também, “riscar; inutilizar (riscando)” (TORRINHA, 1945 [1937]), cadeia semântica imediata, em que se encontra metonímia propriamente imagética, do desenho da grade ao desenho resultante do ato de riscar, daí ao ato de inutilizar, *cancelar*, por meio do ato de riscar, do qual resulta o desenho do risco. O verbo “latino” provém do substantivo *cancelli*, *cancellorum*, plural do raro *cancellus*, *cancelli*, que significa “grades; gradaria; balaustrada” (*idem*) e, também, “limites; barreira” (*idem*), cadeia semântica particularmente imediata, em que se encontra metonímia físico-espacial quase a renunciar à atuação metafórica, sendo a natureza coletiva do ultrafísico significado de base — “grades; gradaria; balaustrada” — justificadora da prevalência do plural. Por sua vez, o étimo do *plurale tantum* é o substantivo *cancer*, *cancri* (ou *cancēris*), que significa “caranguejo” e, também, “Câncer (constelação)”, “cancro” e, ainda, “pinça; fórceps” (*idem*), cadeia semântica em que novamente se encontra metonímia imagética, cujo início é um elemento do mundo natural, “caranguejo”, desenhado à maneira como aproximativamente as grades o serão, entrelaçadas, hasteadas, a agarrar o olhar de quem olha de fora pra dentro como as pinças do caranguejo agarram a presa, em desenho análogo³⁰⁴; analogia há também entre o

³⁰³ nota da citação

desenho formado pelo andar “atabalhoado” do caranguejo, segundo descrição de Aulete (1958) —

“**ATÁ**^(...), *elem.* da expressão brasileira *andar ao atá*, andar ao acaso, àtoa [*sic*]³⁰⁵, sem rumo certo. Diz-se particularmente dos caranguejos_[s] que andam atabalhoadamente na época da desova. || F. tupi.”³⁰⁶

—, desenho que risca o chão de areia em coreografia sinuosa, bem como o desenho formado pelas hastes das grades, que riscam a visão de quem vê. O “português” *chancelar* e seu deverbal *chancela* apresentam o mesmo fenômeno abstrativo: o substantivo significa desde “ato ou efeito de chancelar”, “selo aplicado em documentos”, “assinatura oficial”, “carimbo que reproduz aquela assinatura” até “aprovação”, havendo, pois, uma série de relações metonímicas e o desemboque metafórico; o verbo significa “selar, assinar, carimbar”, ou seja, “fechar com chancela”, e “aprovar”, amparando-se na imagem do *fechamento* trazido pela chancela, com produtividade em *cancela* e *cancelo*, e estendendo-se ao fechamento resolutivo, aprobativo, aquele que *ad-pröbat*, *abre*

³⁰⁴ Veja-se nas extensões da palavra *carapinha* dadas por Aulete (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital) o significado 4, que indicia a conceptualização do “caranguejo” segundo um desenho análogo ao de “fios eriçados”, expressão componente dos significados 3 e 5, no jogo de contiguidade semântica:

“**carapinha**

(...)

sf.

1. Cabelo muito anelado, crespo, de pessoas negras; PIXAIM [Tb. us. como adjetivo: *cabelo carapinha*.]

2. O arranjo ou penteado que se dá a esse tipo de cabelo, deixando-o formar uma cobertura mais ou menos espessa em torno do alto da cabeça: *cabeleira crespa*, em *carapinha*

3. Algo que se assemelhe a esse cabelo (p.ex., na consistência, por ter elementos que lembram fios eriçados, etc.): *reboco tipo carapinha*

4. Bras. Zool. **Aratu (espécie de caranguejo)** [o negrito é meu]

5. Tecido lanoso, de fios eriçados [Tb. us. como adjetivo: *tapete em tecido carapinha*.]

6. Em gorros, barretes, abrigos, agasalhos etc., orla reforçada ou adornada com tecido diferente, ger. mais eriçado ou lanoso

7. Bot. Andiroba (gên. *Carapa*)

8. Carapeta (parte seca da flor da esteva, us. como pião)

[F.: De or. contrv.]”.

³⁰⁵ provavelmente, gralha resultante do cruzamento da locução adverbial à *toa* com o adjetivo *atoa*, este bastante emblemático de uma gramaticalização que, para além do aspecto gráfico, diz algo sobre a afinidade entre os nomes, aqui nome (locução nominal) advérbio e nome adjetivo; para além da mera convenção (gráfica) segundo a qual a realização cumulativa à se tem de grafar *a-* como sílaba, o aspecto gráfico, como unidade, põe diante dos olhos a noção de que se tem aí uma unidade semântica, que funciona como elemento adjetivador

caminho *para* a resolução porque *encerrou* a dúvida. Quer dizer: vai-se da referência direta ao animal e ao desenho de sua forma e de seu andar à referência a objeto cultural que gradeia, fecha, limita e cancela, daí ao fechamento *a(d)*probativo, organicamente *ex opposito*, como o “fechamento de uma questão”, que chancela. Desfaz-se, pois, a sugestão do acaso, descartada pela organicidade que é a contiguidade semântica a permear as camadas históricas.

Como nome de animal descrito como “Pequeno **caranguejo** escuro”, entre outros significados, Aulete (*idem*; o segundo negrito é meu) realiza uma das entradas do vocábulo *gafa*, compondo então o verbete com aquele significado:

“**GAF**A^(...), *s. f.* (ant.) espécie de gancho que se metia na besta de noz para armá-la. || Vaso que serve nas salinas para transporte do sal. || Fungo parasito. || (Prov. port.) fome. || Pequeno **caranguejo** escuro. || O mesmo que *garra*. || Gafeira. || Doença da azeitona que a amolenta, fazendo-a cair da árvore. || (Fig.) Doença, defeito, moléstia: Língua tão natural como estética... em cuja trama não se denuncia a baixa infiltração das *gafas* envolventes (Af. Lopes Vieira, *Diana*, p. XXXV, ed. 1924). || F. inc.”.

Também compõem o verbete significados que evocam elementos concretivos ameaçadores — “garra”, “parasito” — e fenômenos indesejáveis — “doença”, “gafeira”, “defeito”, “fome” —, conjunto que parece perfazer movimento metonímico do concreto ameaçador ao abstrativo indesejável, com desemboque propriamente metafórico em “defeito” e sobretudo em “fome”. É com o significado físico-imageticamente mais próximo de “garra”, que é o significado “espécie de gancho”, que Aulete relaciona a formação do substantivo *gafanhoto*, aí contido o substantivo *gafa* quando significa “espécie de gancho que se metia na besta de noz para armá-la”, o que a versão digital de Aulete interpreta como “alusão às pernas [do gafanhoto] em forma de gancho”:

“gafanhoto

[ô]

sm.

1. Zool. Denominação comum a diversas spp. de insetos ortópteros, ger. da fam. dos acridídeos, em sua maioria saltadores, com pernas e asas longas, que vivem em bandos, altamente nocivos para a agricultura.

³⁰⁶ forma paralela: *aguatá*

2. Bot. Planta euforbiácea, *Jatropha elliptica*, nativa da América tropical, de folhas denteadas e rizoma lenhoso, tido como antiofídico e antissifilítico; JALAPÃO; RAIZ-DE-COBRA; RAIZ-DE-LAGARTO
 [F.: *De gafa*^(...), em alusão às pernas em forma de gancho.]”
 (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital; o negrito acima, os itálicos e as letras garrafais são do dicionário; os negritos abaixo e a sublinha são meus).

As *gafas* do *gafanhoto*, vistas como uma “espécie de gancho”, compõem o desenho que parece motivar o nome do ameaçador inseto “saltador(...), com pernas e asas longas, que vive(...) em bandos, altamente nocivo(...) para a agricultura” — e também o nome da menos conhecida planta “de folhas denteadas”, alternativamente dita *raiz-de-lagarto* e *raiz-de-cobra*, evocada, então, por meio das pouco acolhedoras imagens de “dente”, “lagarto” e “cobra” —; assim também, as mesmas *gafas* parecem compor o desenho do “Pequeno **caranguejo** escuro”, dito exatamente *gafa* —

“**GAF**A^(...), *s. f.* (...) Pequeno **caranguejo** escuro. (...)”
 (AULETE, 1958; o segundo negrito é meu)

—, o que aproveito como endosso dicionarístico para minha interpretação imagética da contiguidade semântica que propus acima e reproduzo abaixo:

referência ao animal → referência ao desenho de sua forma e de seu andar →
 → referência a objeto cultural que gradeia, fecha, limita e cancela →
 → referência ao fechamento *a(d)*probativo, que abre caminho,
fechamento que **abre**, organicamente *ex opposito*,
 “fechamento de uma questão”, que *chancela*,

cadeia metonímico-metafórica a atestar, pela via da contiguidade semântica, a coerência entre possíveis opostos, calcada na manutenção da unidade. Essa manutenção, permanência de uma unidade fundamental, é também permanência de uma unidade fundante, porque é ela o que possibilita o próprio estabelecimento da cadeia. As “gafas envolventes” do caranguejo não estão visíveis no ato de chancelar, mas sua imagem está ali escondida, a gerar desdobramentos, a produzir Língua.

O empreendimento de análise lexical que ultrapasse não apenas a “materialidade” segmental mas também a sujeição cultural — dada pelo “significado” esperado — e faça perceber a manutenção de significações arqueológicas é meio, pois, de aquilatar o rendimento do processo metafórico na constituição léxica, rendimento que se desdobra dessa constituição para a constituição sintática. A título de exemplo, note-se o acionamento, na formalização sintagmática, de “preposição” já presente no vocábulo formal componente do sintagma, ali chamada prefixo (veja-se o “**Prefácio Personalíssimo**” deste estudo); a reduplicação “prefixo – preposição” testemunha a estrutural legitimidade da *redundância*, fato genético da Língua que atesta — porque explicita — a coerência que a organiza³⁰⁷ (tende ao infinito listagem exemplificadora de construções como *de-gustar de* e *a-proximação a*).³⁰⁸ Trata-se de análise que, no eixo paradigmático, decomponha a significação em significados metaforicamente concatenados e, no eixo sintagmático, faça apreciar a extensão da metáfora.

³⁰⁷ Não é rara a inconsistência do tratamento tradicionalmente dispensado à questão da redundância. Neste segmento de texto, em que se analisa o estilo da língua cesariana em *Bellum Ciuile*, esse tratamento é inconsistente e obscuro, em função da associação arbitrária entre “pleonasma” e “simplicidade”:

“**Le style et la langue.** (...) Le style du *Bellum ciuile* n’est pas spécifiquement différent de celui du *Bellum Gallicum*. Ici et là, la phrase de César présente en général la même sobriété, la même brièveté; elle ne se déroule guère en longues périodes; images, comparaisons, métaphores, on y chercherait en vain des figures de ce genre. Les seules que César se permette, et de façon très réservée, sont les ‘figures de mots’ les plus courantes, allitérations, anaphores, antithèses: et si le pléonasma se rencontre assez fréquemment chez lui, c’est celui qui donne au style un caractère non pas d’emphase, mais de simplicité. Bref, le style des *Commentaires* est tout voisin, *mutatis mutandis*, du *tenue dicendi genus* tel que le définit Cicéron [em *Orator*, XXIII, 76 ss.]” (CÉSAR, 1947 [século I a.C.], p. XXXIII-IV).

³⁰⁸ “Caso interessante de regência preposicional é o de verbos portadores de prefixos: um condicionamento morfossemântico entre prefixos e preposições. O prefixo da palavra regente volta sob forma de preposição: *acorrer a*, *conviver com*, *derivar de*, *embarcar em*, *peregrinar por*, etc. [§] É uma espécie de tautologia ou redundância gramatical, a comprovar a natureza preposicional dos prefixos (...)” (LUFT, 1993, p. 14-5): para além d’“a natureza preposicional dos prefixos” e muito além de mero “**condicionamento morfossemântico**” (o negrito é meu), o que se comprova aí é mesmo a natureza daquela “espécie de tautologia ou redundância gramatical”, uma natureza linguístico-ontogenética a atestar — por explicitar — a coerência que organiza a ontogênese linguística.

A extensiva apreciação da contiguidade semântico-metafórica não se confunde, porém, com universalidade motivacional.³⁰⁹ Derivado do original literário francês *Un bal masqué*, o verdiano título operístico *Un ballo in maschera* se diz em “português” *Um baile de máscaras*, metáforas diversas para a mesma intenção discursiva. Não se pretende aqui que *un bal masqué* se entenda exatamente como “um baile mascarado”, conquanto seja exatamente essa a imagem que gerou a metáfora segundo a qual um baile repleto de máscaras, porque repleto de bailantes mascarados, seja **como que** um baile — ele mesmo — mascarado, motivação metafórica propriamente configuradora de sinédoque. Do mesmo modo, não se pretende que *un ballo in maschera* **signifique** “um baile em meio a máscaras”; denotativamente mais aceitável seria “máscaras em meio a um baile”, porém a metáfora se deu com base exatamente naquela imagem: a presença de (muitas) máscaras equivale ao ato de realizar o baile em meio a máscaras, **em** máscara(s), imagem que se presta à significação de um baile a que se vai portando-se máscara, um baile em que se veem (muitas) máscaras, um baile repleto de máscaras, resultando, *ex opposito*, máscaras **em** o baile. Por outra metáfora, o **lugar onde** “dá lugar” ao **lugar de onde** de *um baile de máscaras*, metáfora segundo a qual do *arqui-frame* “máscara(s)” se extrai o elemento “baile”, elemento possível entre infinitos elementos possíveis, porque, em contexto, a potencialidade se justifica *ad hoc*: a profusão de máscaras como que constitui o baile, **como se feito de** máscaras, composto por

³⁰⁹ “(...) O que está por trás da palavra *gastro*? De início, digamos que o signo lingüístico é sempre um símbolo no sentido peirceano da palavra símbolo, quer dizer, aquele sinal representante de uma realidade em que a relação entre os significantes [*sic*], isto é, a corrente sonora *gastro*_[,] e o significado, uma víscera do homem, o estômago, não é uma relação lógica e necessária, é uma relação puramente convencional como o sinal de trânsito: convencional que o vermelho seja a parada e o verde a permissão de passagem. [Para *signo* como *imagem* em sentido peirciano, veja-se, aqui, no Capítulo I, o § seguinte a minhas considerações sobre o chamado artigo partitivo.] Poderia ser o contrário, quer dizer, o signo lingüístico é de natureza arbitrária e, no entanto, isto não quer dizer que ele não seja secundariamente motivado. Que quer dizer isso? Ele não é de uma arbitrariedade absoluta, ele entra num sistema que é mais amplo que a língua, e de que a língua é uma das partes: ele entra no conjunto da cultura. A cultura é o conjunto de sistemas simbólicos que mantêm entre si uma [*sic*] certa homologia.” (GIORGI, *in* NOVAES, 1999, p. 125),

homologia, portanto, não universal, mas iconicamente efetivada entre o sistema lingüístico e outros sistemas simbólicos, bem como produtivamente efetivadora do engendro do próprio sistema lingüístico, da extensão de suas partes, *scilicet* do desdobramento de uma palavra em outra, de um significado em “outro”.

máscaras, qual *mesa de madeira*, expressão resultante da imagem de uma mesa feita **de** madeira, então **derivada de** aquela *matéria*, entendendo-se “mesa composta *por* madeira”, aí entendimento metafórico em que se tem o ato de compor a passar *pela* matéria, o que proponho como resultado de certo entrelaçamento entre as aristotélicas *causa eficiente* — tomado como agente da passiva o sintagma *por madeira*, na efetiva formalização *mesa composta por madeira* — e *causa material*, a *matéria*, ela mesma, como que a compor *eficientemente* o objeto. O que denomino aqui “aristotélicas *causa eficiente* e *causa material*” não se entenda como denominações cunhadas por Aristóteles, que, no capítulo 4º do livro I de *Metafísica* (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.]), formalizou a expressão

ἡ ἀρχὴ τῆς κινήσεως, “**princípio/origem do movimento**”,
para o que tradicionalmente se consagrou como *causa eficiente*,

e a expressão

τὴν ὕλην καὶ τὸ ὑποκείμενον, “(matéria e substrato) **a partir de** que”,
para aquilo que se perpetuou como *causa material*:

veja-se a identificação de “causa” como **lugar de onde**, o que pressupõe movimento de onde (veja-se o item I. 1), ou seja, a concepção da abstratíssima ideia de causa como a *abstratização que faz ser*

- **a partir do** agente que faz,
- **a partir da** matéria **de** que se faz,
- **a partir da** determinação da matéria pela forma,

τὸ τί ἦν εἶναι, “o que é”, *causa formal*,

- **a partir da** finalidade que orienta e portanto *causa* a ação,
τὸ οὗ ἕνεκα καὶ τὰγαθόν (τὸ ἀγαθόν), “fim/bem do **movimento**”, “em vista de que”, *causa final* ou *teleológica* (de τέλος, “escopo”).

À notória e não contraditória exceção do “italiano”, que, em exata imagem de **lugar de onde**, habitualmente expressa o agente da passiva acionando a “preposição” *da* [*< de + a(b)*, “preposições” **ab**-lativas, **lugar de onde**], é hábito românico, igualmente não contraditório, expressá-lo mediante a “preposição” *por* e suas formas distributivamente equivalentes em “cada língua”, o que indicia a identificação do agente como o **lugar por onde** *passa* o comportamento expresso pelo verbo — identificação que se pode ver aplicada à formalização *mesa composta por madeira* —; em diversidade novamente isenta de contradição, a construção **ab**-lativa, em “latim”, e a construção **genitiva**, em “grego”, ambas acionadas para expressão do agente da passiva, indiciam aquela imagem de **lugar de onde** segundo a qual se cunhou a expressão propriamente aristotélica, ἡ ἀρχὴ τῆς κινήσεως, “**princípio/origem do movimento**”, para o agente de qualquer voz verbal, *causa eficiente*. Ora, o *ag-e-nte* (de qualquer voz), (*causa*) *e-fic-i-e-nte*, é, pois, noção *stricto sensu* discursiva linguisticamente formalizável, sem nenhuma incongruência, quer pela imagem do **lugar de onde provém o comportamento**, quer pela imagem do **lugar por onde passa o comportamento**, imagens diversas, metáforas diversas, guardada a unidade ontogênica da inspiração metafórica, de cunho físico-concretivo-**espacial**, abstratizado: justamente essa unidade ontogênica é que proponho como equacionadora daquele entrelaçamento entre *causa eficiente* e *causa material* na formalização *mesa composta por madeira*, inspirada em que o ato de compor haja *passado por* aquela matéria, o que abriga a imagem do **lugar** pelo qual o ato de compor haja passado,

(1) lugar-agente que realizou o comportamento, *causa eficiente* desse comportamento, dado que a realização de um comportamento metaforicamente *passa pelo* lugar-agente que se comporta, atribuindo-se ali *metafórica* personificação à matéria, e

(2) lugar-matéria mediante o qual se realizou o comportamento, *causa material* desse comportamento, dado que o comportamento de confeccionar um objeto material

metaforicamente *passa pelo* lugar-matéria mediante o qual esse objeto é confeccionado.

Em pé de igualdade, a formalização *mesa composta de madeira*, inspirada em que o ato de compor *provenha* daquela matéria, abriga a imagem do **lugar** do qual o ato de compor advenha,

(1) lugar-agente que realizou o comportamento, *causa eficiente* desse comportamento, dado que, em pé de igualdade, a realização de um comportamento metaforicamente *provém do* lugar-agente que se comporta, atribuindo-se ali *metafórica* personificação à matéria,

e

(2) lugar-matéria a partir do qual se realizou o comportamento, *causa material* desse comportamento, dado que, em pé de igualdade, o comportamento de confeccionar um objeto material metaforicamente *provém do* lugar-matéria a partir do qual esse objeto é confeccionado;

a formalização *mesa composta de madeira*, bem como as interpretações aqui propostas, tão arqueologizantes quanto improváveis de um ponto de vista discursivo-pragmático, ecoam a formulação das definições aristotélicas de *causa*, exatamente porque frutificadas pela metáfora espacial do **lugar de onde**.

Ora, não se pretendem aqui aquelas significações discursivas, reconhecido que *mesa de madeira* significa “mesa feita com madeira” e que *um baile de máscaras* significa “um baile a que se vai portando-se máscara, um baile em que se veem máscaras”, significações recobertas pelas respectivas metáforas formadoras de “material” linguístico, como *ter um livro em duplicata*, que não é **logicamente** ter um livro dentro do ato ou efeito de duplicar, em meio ao ato ou efeito de duplicar, mas **metafórico-imageticamente** é de fato isso, imagem que se presta à significação — discursiva — de ter dois exemplares do mesmo livro, ter o mesmo livro **em** dois exemplares; o ato ou a ideia de estabelecer fisicamente a presença da duplicata de um livro teria ensejado a

imagem de inserir o livro dentro do ato ou efeito de duplicar, em meio ao ato ou efeito de duplicar, dentro da imagem resultante desse efeito, em meio à própria imagem resultante desse efeito, como o baile na(s) máscara(s)³¹⁰, assim como o ato ou a ideia de confeccionar fisicamente um objeto *com* matéria **ex**-traída **de** o manancial que representa o arqui-*frame* dessa matéria tem habilitado a tendência de formalizar em “português” sintagmas como *mesa em madeira* e *sapato em couro* — em lugar de *mesa de madeira* e *sapato de couro* —, aqueles artefatos como que confeccionados dentro daquelas matérias, **em** meio a elas, paralelamente à imagem do movimento **de onde** da **ex**-tração de parte do todo: para a realização extralinguística — diga-se *discursiva* — de confeccionar uma mesa de madeira e um sapato de couro, **ex**-traiu-se parte de toda a madeira que há e parte de todo o couro que existe, mas não incide sobre isso a metáfora geradora dos sintagmas *mesa em madeira* e *sapato em couro*; pauta-se na imagem de estatismo do não-movimento, imaginados os artefatos como que confeccionados *lá*, dentro da madeira extraída da madeira que há no mundo, dentro do couro derivado do couro que aí existe, **lugar onde**, de feição análoga à lateralidade da “preposição” *com*, em *mesa feita com madeira* e *sapato feito com couro*, exigido o elemento participial (*feit-* e equivalentes semânticos) porque em *mesa com madeira* e *sapato com couro* se teria o entendimento de se tratar de uma mesa acompanhada de acessório de madeira e de um sapato acompanhado de acessório de couro, o que talvez denote a fundamentalidade das

³¹⁰ Em transmissão radiofônica da ópera, empreendida pela Rádio Cultura FM, da Fundação Padre Anchieta, de São Paulo, em 6 de dezembro de 2015, anunciou-se o título “Um baile **em** máscaras” e depois se reformulou alternativamente para “Um baile **de** máscaras”, pronunciando-se com ênfase o vocábulo representativo da “preposição” *de*: “(...) *Um baile em máscaras* ou *Um baile de máscaras* (...)” (CULTURA FM / FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA). A provável motivação da reformulação alternativa — não corretiva — há de ter sido nada mais do que a lembrança do habitual modo de dizer em “português”, mas o fato de se ter proferido “Um baile **em** máscaras” talvez se tenha devido não apenas a decalque do título operístico original, mas a certa intuição da possibilidade semântica da formulação do *lugar onde*, estabelecida em “italiano”. Em Ostrower (*in* NOVAES, 2000, p. 170), vê-se, no curso do texto, “(...) Nesta pequena estátua cicládica, **de** mármore (Ilust. 20), acompanhamos a transição para a arte grega. (...)” [o negrito é meu], e, no anexo de ilustrações a que se fizera referência (OSTROWER, *in* NOVAES, 2000, Ilustrações), vê-se “20. Estatueta cicládica **em** mármore (2200 a.C.). Atenas, Museu Nacional Arqueológico” [o negrito é meu], o mesmo fenômeno de flutuação entre *de* e *em*, entre *lugar de onde* e *lugar onde*, em aplicação à matéria concreta do mármore, o que, se não evidencia, bem sugere intuições diversas — provavelmente inconscientes —, portanto metaforizações diversas sobre mimeses

“preposições” *em* e *de*, que dispensam a expressão participial de passado, suportando-se a aposição de “preposição” a nome substantivo, no limite subentendidas a ideia da realização do comportamento associável ao estatismo do não-movimento, **lugar onde** (*em*), e a ideia da realização do comportamento associável ao movimento de **lugar de onde** (*de*), imagens diversas, metáforas diversas, que, sem contradição, podem prestar-se à nomeação do mesmo objeto, à expressão do mesmo fenômeno.

O fato de o trinômio *un bal masqué* / *un ballo in maschera* / *um baile de máscaras* representar sistemas linguísticos “diversos” não ultrapassa aqui expediente de facilitação demonstrativa, uma vez que a mesma intenção discursivo-pragmática pode fazer acionar metáforas diversas no mesmo sistema linguístico: não há divergência de intenções entre as expressões vernaculares *blusa de inverno* e *blusa para inverno*, fora de contexto que promova tal divergência e seus possíveis efeitos, também discursivo-pragmáticos, se não estilísticos, de consecução indedutível das expressões como tais, mas nelas estão impressas metáforas e metáforas diversas, segundo as quais, em uma expressão, o elemento “blusa” se extrai do arqui-*frame* “inverno” e, em outra, o elemento “blusa” se destina àquele arqui-*frame*; ora, um elemento metaforicamente derivado de um arqui-*frame* não apenas é relacionado a ele, por ele caracterizado, uma vez que metaforicamente o compunha (e pragmaticamente o compõe), dele podendo partir por ser-lhe “pertencente” (veja-se o § 2º do subitem I. 1. 1), como também pode realizar dialético retorno, sendo, ao mesmo tempo e “por natureza”, voltado para ele, no exato sentido de que uma vestimenta que é **parte** do arqui-*frame* “inverno” dialeticamente **para** ele se presta, o que impõe a consequência discursivo-pragmática de que um objeto representativamente denominado *blusa de inverno* se preste **para** o inverno, em pé de igualdade com um objeto representativamente denominado *blusa para inverno*. A identidade dos objetos não desqualifica, pois, como arbitrária, a alteridade das expressões, exatamente porque essa alteridade guarda a unidade do processo metafórico, em que, na abstratização, se mantém o resultado imitativo da gestualidade físico-espacial,

diversas: “estátua **derivada de** a (concreta) matéria-lugar mármore”; “estátua plasmada **aí, em** essa matéria, **em** esse lugar”.

e é esse mesmo fenômeno, no qual *passim* insisto, que, segundo o que proponho, é corolário demonstrativo da atuação icônica resultante da percepção e da incorporação do espaço físico na confecção da Língua.

Invertidos os fatores, acima propostos, componentes da equação em que o mesmo objeto possa receber expressões nomeadoras diversas e em que expressões sintáticas diversas possam indiciar o mesmo fenômeno, a estabilidade que há em atribuir a mesma expressão a objetos e a fenômenos diversos parece pôr em suspeita a recorrência, bem mais óbvia, representada pela atribuição da mesma expressão a “o mesmo” objeto e a “o mesmo” fenômeno, ou seja, deve-se mesmo suspeitar da recorrência dos objetos/fenômenos e, sobretudo, da uniformidade de sua apreensão. Plenamente acatada a hipótese de que, a título de exemplo, diversos indivíduos enxerguem diversamente “a mesma” cor, o fato de “essa” cor ser *nominada* partilhadamente pelos diversos falantes do mesmo sistema linguístico diz algo a respeito da necessidade de existência de determinada verdade ontológica presente em “a” cor ou presente nas diversas apreensões de “essa mesma” cor, mas a necessidade de existência de alguma verdade ontológica não implica univocidade de “tradução” linguística do mundo. Mais ainda, o fato de “o mesmo” objeto ou fenômeno ser *nominado* partilhadamente diz algo, também, a respeito da necessidade de existência de determinada verdade ontológica presente não na palavra como representação nem na estrutura como portadora de uma semântica também representativa, mas na *relação icônica entre palavra e mundo e entre estrutura linguística e mundo*, e, por *extensão*, nas relações de *extensão metonímica* de significado para significado: provida aquela estrutura linguística de sua própria semântica — uma semântica **da estrutura** —, a aplicação da estrutura se estende à formulação e à atribuição de especificações semânticas, já que a semântica **da estrutura** se presta à discursividade, ou seja, a **semântica estrutural**, primeva, físico-espacialmente inspirada, metaforicamente constituída, acolhe as especificações semântico-discursivas, acordes com ela, não se tratando nem se podendo tratar de especificações quaisquer, arbitrariamente apostas ao “significado primeiro”, mas tratando-se de especificações que,

por contiguidade semântica, correspondam a desdobramento metafórico da semântica inscrita na estrutura.

Veja-se aqui argumentação — tocante ao universo jurídico — que parece desenhar exatamente a sujeição **discursiva** do imaterial linguístico ao discurso:

“De um lado, a compreensão do significado como o conteúdo conceptual de um texto pressupõe a existência de um significado intrínseco que independa do uso ou da interpretação. Isso, porém, não ocorre, pois o significado não é algo incorporado ao conteúdo das palavras, mas algo que depende precisamente de seu uso e interpretação, como comprovam as modificações de sentido dos termos no tempo e no espaço e as controvérsias doutrinárias a respeito de qual o sentido mais adequado que se deve atribuir a um texto legal. Por outro lado, a concepção que aproxima o significado da intenção do legislador pressupõe a existência de um autor determinado e de uma vontade unívoca fundadora do texto. Isso, no entanto, também não sucede, pois o processo legislativo qualifica-se justamente como um processo complexo que não se submete a um autor individual, nem a uma vontade específica. Sendo assim, a interpretação não se caracteriza como um ato de descrição de um significado previamente dado, mas como um ato de decisão que constitui a significação e os sentidos de um texto.” (ÁVILA, 2011, p. 31).

Discursivamente, “o significado não é algo incorporado ao conteúdo das palavras [, mas algo que depende precisamente de seu uso e interpretação], como comprovam as modificações de sentido dos termos no tempo e no espaço”, mas o próprio *modo* de efetivação dessas *mod*-ificações de sentido atesta a existência e a manutenção de núcleo significativo comum aos vários sentidos, evidenciação produtivamente propiciada pelo rendimento metafórico. Invalida-se a pressuposição de que não haveria modificações de sentido se o significado fosse algo incorporado ao conteúdo das palavras, ou seja, no limite, invalida-se a pressuposição de que o significado deixaria de ser se fosse algo em si mesmo; ora, as *mod*-ificações semânticas são mesmo *mod*-ulações que se dão sobre um núcleo, como tal sempre mantido, *mod*-alizações dele mesmo, à guisa de variações sobre um tema; o efeito acumulativo das variações não raro obscurece o tema, que, entretanto, subjaz a elas: ainda que discursivamente percebidas como profundas, as modificações não obliteram o núcleo semântico, porque **dele** mesmo advieram, **sobre** ele é que se construíram, em relação de produtiva contiguidade; a contiguidade indicia a analogia; a analogia produz a metáfora. Por um lado, **discursivamente**, quer no

tempo — modificações diacrônicas, objetivadoras da História —, quer no espaço — modificações em princípio sincrônicas, atualizadoras da maleabilidade atemporal que, alheia à “linha do tempo”, possibilita as extensões semânticas —, as modificações de sentido realizam a mudança e, antes, a variação **do mesmo**; por outro lado, **ontogenicamente**, as próprias modificações **do mesmo** testemunham o núcleo comum, dada a contiguidade metafórica que as possibilita. Trata-se, portanto, de dois lados do mesmo fenômeno: a alteridade é possível porque mantém coesão com a identidade que lhe subjaz, ou seja, as modificações de sentido podem realizar-se *porque* se mantêm aderentes a núcleo significativo comum, processo possibilitado pela atuação da metáfora, que é compatível com a discursividade, tanto quanto é constitutiva da Língua.

Observe-se caso de especialização semântica, promovida, como tal, pela discursividade, nada a despeito da ontogênese: faça-se lembrar a ausência de nota negativa no núcleo semântico da palavra *discriminação*; o significado que se possa dizer primeiro é “separação”, ideia já veiculada pela raiz **krei* — resolve-se o ditongo, *ei*, em vogal longa, *ī* —, ocorrente em *discernir* (raiz em grau zero), *discreto* (“separado”, “isolado”), *secreto* (“separado”, “silencioso”), *segredo* (“algo separado”). Ora, a ideia de separação pode tomar-se, discursivamente, à má ou à boa parte; a cristalização do sentido negativo talvez se relacione à negatividade culturalmente presente na ideia de exclusão — por descaso ou perversidade de quem exclui —, isolamento, solidão: essa cristalização, discursiva, veja-se que não apaga a ideia trazida pela raiz, mas, bem ao contrário, mantém-na produtivamente intacta, ademais se permitindo sua manutenção, coerente, em possíveis orientações semânticas opostas entre si. Assim, quer se trate de previsível uso “negativo” da palavra, como em *discriminação social*, quer se trate de possível uso “positivo” (ou de uso “neutro”, se é que existe), como em *discriminação do bem* (ou como em *discriminação de unidades*), a ideia de separação mantém-se “discreta”, ao resistir a qualquer análise, e necessariamente há de ter sido a base da metáfora — especializadora de sentido — que gerou o passo contíguo que há entre “se-parar” e “des-prezar”.

A propósito de formulação sintática, note-se a total aderência à discursividade como definidora da distinção entre o caráter restritivo e o caráter explicativo da oração dita subordinada adjetiva. Sobre entidade sintática una — dada a unicidade da estrutura linguística —, escapa ao âmbito das relações propriamente sintáticas a especificidade de cada comportamento **discursivo** da chamada oração adjetiva, *scilicet* o comportamento *restritivo*, já que a atuação do pronome *restringe* a identificação do objeto nomeado pelo termo para o qual o pronome aponta, e o bem nomeado comportamento *explicativo*, já que se *expande*, desdobra-se, então se *ex-plic-a* a discursiva construção da imagem do objeto nomeado pelo termo para o qual o pronome igualmente aponta, uma vez que **se acrescenta informatividade** sobre esse objeto. É pouco defensável a ideia de que esses comportamentos discursivos sejam também sintáticos, exatamente porque não tocam as relações *stricto sensu* sintáticas, que são — acate-se a singularidade da definição tradicional — as relações dos termos na frase: sintagmas na oração, orações no período, *termos na frase*, o que inclui a discursividade, visto que se fala de “frase”, mas, para a oração “adjetiva”, trata-se de uma discursividade **conferida** por relações pragmático-textuais **sobre as relações sintáticas, de fora para dentro do ambiente linguístico** — possibilidade que, em sentido amplo, é ilustrada pelo fato geral de uma Sintaxe de orientação funcionalista considerar a discursividade como critério de análise linguística, em que efetivamente se lhe atribui o estatuto de motriz das relações sintáticas³¹¹, adendo contrário, entretanto, à minha proposição ontogênica, segundo a qual

³¹¹ Quanto a “o aspecto funcionalista do estruturalismo praguense [do Círculo Linguístico de Praga]” (FONTAINE, 1978, p. 43), Fontaine (*idem*, p. 22) afirma que, para o Círculo de Praga, “A língua deve ser concebida como um ‘sistema funcional’. Ela possui caráter de finalidade como os demais produtos da atividade humana, quer dizer, os meios por ela utilizados o são em vista de um fim. (...) **a intenção do locutor apresenta-se como a explicação ‘mais natural’ em análise linguística** [o negrito é meu]: essa intenção do locutor é que fundamenta o discurso. [§] **Como complemento do aspecto funcional da língua, surge seu aspecto sistemático** [o negrito é meu] (...)”. Decerto a sistematicidade sucede à funcionalidade, mas não se trata de relação complementar, como se a discursividade funcional é que motivasse a esculturação da Língua e a fixação de sua sistematicidade. O que motiva a esculturação da Língua são as metáforas de base físico-concretiva, genéricas a ponto de se remetaforizarem à farta, acolhendo as emergências discursivas e as funções que se lhes anadem. Muito antes de se atualizarem as infinitas remetaforizações acolhíveis pelas imagens espaciais de *lugar onde*, *lugar de onde*, *lugar para onde*, *lugar por onde*, já se tem — já aí — a sistematicidade suficiente para a escultura imagético-metabólica da Língua. (Veja-se, na Introdução deste estudo, minha objeção à ideia de que “os usos da língua (...) é que dão forma ao sistema” (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA;

a motriz das relações sintáticas, fenomenicamente muito antes de ser a discursividade, são mesmo os movimentos cinemáticos, primeiramente mimetizados —. Quer dizer : a distinção, **discursiva**, entre o caráter restritivo e o caráter explicativo da oração “adjetiva” não advém de elemento presente entre as relações rigorosamente definidoras de que *um termo esteja para outro*, relações como que travadas *na espacialidade da própria frase*, ou seja, *relações sintáticas*; tanto é assim, que de fato é uma a estrutura da dita oração adjetiva, são unas as relações segmentais ali presentes, uma é a incidência do pronome sobre o termo “antecedente”. Trata-se, pois, de unicidade estrutural que se presta a duplicidade discursiva, então conferida, como que *a posteriori*, pela intenção discursiva ancorada no contexto. A necessidade de a distinção ser discursiva bem se vê no fato de que, muitas vezes, é preciso **decidir** se a oração adjetiva deva ser entendida como explicativa ou se deva ser entendida como restritiva, e tal decisão é de natureza discursiva. (Veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*.) Em Redação de concurso público (CEBRASPE, 2015), verifica-se a construção

“A escravidão, o preconceito racial e a intolerância religiosa aos cultos de cunho afro foram correntes, em sua maior parte, rompidas, que hoje refletem o peso cultural da África no Brasil.”,

na qual, entre o pronome relativo (*que*) e o antecedente (*correntes*), há adjunto adnominal **ou** aposto predicativo do antecedente (*rompidas*), modalizado por longo (virgulado e anteposto) adjunto adverbial (*em sua maior parte*):

(...) *correntes*,
em sua maior parte,
rompidas,
que (...),

não se podendo saber se a intenção foi construir adjetiva explicativa ou adjetiva restritiva: se o particípio se pretende adjunto, a vírgula anterior ao relativo indica, necessariamente, explicação, configurando-se adjetiva explicativa, espécie de “iconicidade gráfica” a retratar não alto grau de coesão entre o relativo e seu antecedente, “são correntes rompidas, *as quais*, aliás, (...)” —

correntes

rompidas ,

que (...)

—; se se pretende aposto predicativo — ou, melhor, predicativo em aposição —, então já se esperam vírgulas, exatamente em função da aposição predicativa —

correntes

, rompidas ,

que (...)

—, o que impede saber se a vírgula anterior ao relativo acumula a função de colaborar (com a anterior ao particípio) para demarcar aposição predicativa **mais a função de indiciar explicação**, novamente se configurando adjetiva explicativa, ou se somente colabora (com a anterior ao particípio) para demarcar aposição predicativa, configurando-se adjetiva restritiva, leitura segundo a qual “não são quaisquer correntes, mas são ‘restritas’ *correntes que (...)*”, altíssimo grau de coesão entre o relativo e seu antecedente, portanto “gráfico-íconicamente” sem solução de continuidade, o que em tese geraria a grafação

correntes que

se não houvesse o particípio em aposição predicativa a ser demarcado. Ou seja, pode-se estar falando de “correntes rompidas”, mediante particípio adjunto, a fazer pressupor que

as correntes das quais se fala já são tomadas como rompidas, e dizendo, quase como acréscimo, que “as correntes rompidas das quais se fala refletem hoje o peso cultural da África no Brasil”, todas elas, “todas as correntes rompidas das quais se fala”, “todas essas correntes rompidas, aliás, refletem hoje o peso cultural da África no Brasil”, como se se dissesse “foram ‘correntes rompidas’, é disto que estou falando, ‘correntes rompidas’, e elas hoje refletem o peso cultural da África no Brasil”,

correntes rompidas , que hoje refletem o peso cultural da África no Brasil

(adjetiva explicativa, desdobradora),

mas também se pode estar falando de “correntes” em sentido geral e informando agora que “as correntes em questão foram rompidas”, dizendo agora, no próprio ato de enunciar, na própria formulação, que “as correntes em questão foram rompidas”,

correntes , rompidas,

mediante participio em aposição predicativa, como que a demarcar o altíssimo grau de informatividade, ora num tipo de aposição icônica que destaca a informatividade proeminente,

e também dizendo que “as correntes, rompidas”

(1), quase como acréscimo, “hoje refletem o peso cultural da África no Brasil”, todas elas, “todas as correntes” que foram “rompidas”, “todas as correntes, rompidas, hoje refletem, aliás, o peso cultural da África no Brasil”, como se se dissesse “foram ‘correntes’, é disto que estou falando, ‘correntes’; elas foram, todas elas, ‘rompidas’ e hoje refletem, todas elas, o peso cultural da África no Brasil”,

correntes , rompidas , , que hoje refletem o peso cultural da África no Brasil

>

correntes , rompidas , que hoje refletem o peso cultural da África no Brasil

(vírgula de função cumulativa)

(adjetiva explicativa, desdobradora),

ou

(2) “são aquelas que hoje refletem o peso cultural da África no Brasil”, “as correntes” que foram “rompidas”, “as correntes, rompidas, são correntes que hoje refletem o peso cultural da África no Brasil”, como se se dissesse “estou falando de ‘correntes’; as correntes das quais estou falando foram ‘rompidas’ e são correntes ‘que hoje refletem o peso cultural da África no Brasil’; não são quaisquer correntes, mas são correntes que foram rompidas e que são ‘restritas’ *correntes que* hoje refletem o peso cultural da África no Brasil”,

rompidas,

correntes

que hoje refletem o peso cultural da África no Brasil

(adjetiva restritiva)

//

correntes

, *rompidas*,

que hoje refletem o peso cultural da África no Brasil

(adjetiva restritiva).

Vê-se que, dada a falta de fluência do segmento redacional (CEBRASPE, 2015) — justamente por causa da escolha construcional —, gera-se ruído intelectual e por isso estilístico, mas, apesar da imposição da dúvida, a construção é sintaticamente perfeita: a dúvida não é, pois, de natureza sintática; não somente é de natureza discursiva, como, também, implica decisão — discursiva — a tomar em função da mais provável intenção — discursiva — do texto. Note-se que “a escravidão”, “o preconceito racial” e “a intolerância religiosa aos cultos de cunho afro” não exatamente “foram correntes (,) rompidas”; mais provavelmente sejam “correntes (,) mantidas”, grilhões historicamente persistentes no Brasil; daí se presume que de fato não sejam “correntes”, mas *representem* “correntes rompidas” ou, melhor, *representem o*

rompimento de correntes positivas, “que hoje refletem o peso cultural da África no Brasil”, elos de uma felicidade original depois rompida pela escravidão, pelo preconceito racial e pela intolerância religiosa. Também se note que, em

“foram correntes, em sua maior parte, rompidas” (*supra*),

a intercalação do adjunto adverbial (*em sua maior parte*) muito favorece o entendimento do particípio como predicativo, quiçá nem mesmo em aposição, já que se impõe a intercalação justamente entre o substantivo (*correntes*) e o particípio (*rompidas*), ou seja, afastado este daquele, não se pode vislumbrar entre eles alto grau de coesão, mas ainda aí entendo que não se tenha fator verdadeiramente sintático, a não ser que se considere uma sintaxe eminentemente *ad hoc*, de todo vocacionada para as vicissitudes do texto, ao gosto de um funcionalismo sensível à imbricação língua-texto, porém ao sabor de uma ocorrencialidade largamente pós-ontogênica.

Muito embora eu fale de “grau de coesão entre o relativo e seu antecedente”, expressão que talvez contenha aroma de consideração sintática, de fato não é a Sintaxe o que está em jogo aí. Trata-se da coesão semântico-discursiva entre o pronome relativo, que interpreto como **demonstrativo** (veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*), e aquilo a que ele se relaciona, que interpreto como aquilo que ele demonstra, ou seja, segundo minha interpretação, o que está em jogo é precisamente o **jogo fórico da demonstração** (veja-se *idem*), não as relações sintáticas. Se se formaliza a frase

conversei com funcionárias da loja que me aconselharam a comprar

em contexto em que a loja em tela apresente em seu quadro mais de duas funcionárias, está-se efetivamente dizendo que se conversou com pelo menos duas funcionárias **que aconselharam a comprar, não com funcionárias que tenham deixado de aconselhar a compra** — ainda que se possa, fora da declaração, ter conversado com funcionária(s) ou com funcionário(s) que não tenha(m) formulado o conselho —, mas também pode simplesmente pretender-se enfatizar o encaminhamento para compra, contextualmente

previsível. Se se formaliza a mesma frase em contexto em que a loja em tela apresenta em seu quadro exatamente duas funcionárias, a mensagem pode fazer-se menos informativa, porque todas as funcionárias já estão incluídas na informação veiculada pela oração “principal”, situação em que o pronome relativo não diz verdadeiramente de quais funcionárias se está falando: se se conversou com funcionárias (no plural), com todas se há de ter conversado, porque só há duas, o que invalida o efeito — **discursivo** — do poder restritivo da oração “subordinada”; o interesse informativo, não residual, é que **todas** as funcionárias da loja hão de ter formulado o conselho, porque só há duas, não se podendo ter conversado com funcionária(s) nem com funcionário(s) que não tenha(m) aconselhado a compra, o que nem por isso descontextualiza possível ênfase sobre o conselho ou sua ausência. Se se formalizam as frases

conversei com funcionárias da loja , que me aconselharam a comprar,

estão-se veiculando duas informações (por isso duas frases): (1) que se conversou com as funcionárias da loja (se se conversou com tantas funcionárias quantas há na loja) e (2) que elas, todas, aconselharam a compra, a princípio excluída **desse contexto** a hipótese de se ter conversado com funcionária(s) ou com funcionário(s) que não tenha(m) formulado o conselho. Ora, vê-se que é mesmo a aderência à discursividade o que define a distinção entre o caráter restritivo e o caráter explicativo da oração que “adjetiva” o objeto nomeado pelo termo para o qual o pronome aponta, circunscrevendo-se as realizações propriamente sintáticas ao apontamento aí empreendido pelo pronome e à formulação da estrutura, una, da oração. Essas “realizações” é que, elas sim, guardam a possibilidade de interpretação sintático-ontogênica, interpretação da estrutura percebida como arcabouço semântico, re-semantizado quando co-constrói o discurso: a re-semantização, que está para a discursividade em sua dimensão histórica, é tão discursiva quanto historicamente se sobrepõe à ontogênese da estrutura, mas realiza-o exatamente **sobre** a estrutura, mantendo-lhe intocada a semântica, a semântica **da Sintaxe** — prévia, primal, ontogênica —, uma semântica que, em sua e para sua dimensão ontogênica, não precisa mais do que fazer realizar-se o apontamento empreendido pelo pronome, não precisa mais do que

realizar-se a si mesma em sua formulação **paratática** (veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*):

conversei com funcionárias da loja

(,) (solução de continuidade de natureza discursiva, para estabelecer caráter explicativo)

que me aconselharam a comprar

<

conversei com funcionárias da loja ; (pontuação que artificializo,

a bem da proposição paratático-ontogênica)

que me aconselharam a comprar

<

conversei com funcionárias da loja ; que [“essas”] *me aconselharam a comprar;*

correntes

(,) (solução de continuidade de natureza discursiva, para apor o particípio)

rompidas

(,) (solução de continuidade de natureza discursiva, necessariamente associada à anterior, para apor o particípio)

(,) (solução de continuidade de natureza discursiva, para estabelecer caráter explicativo)

que hoje refletem o peso cultural da África no Brasil

<

correntes(,) rompidas(,) ; (pontuação que artificializo,

a bem da proposição paratático-ontogênica)

que hoje refletem o peso cultural da África no Brasil

<

correntes(,) rompidas(,) ; que [“essas”] hoje refletem o peso cultural da África no Brasil.

Metodologicamente não se entenda minha utilização de ponto e vírgula³¹², nessas e em outras tentativas de explicação ontogênica, senão como artifício sinalizador da parataxe. Aí, a ausência de pontuação gráfica em se tratando de adjetiva restritiva não difere de sua presença em se tratando de explicativa, porque, por óbvio, não aciono intenção normativa e, sobretudo, porque, ao postular a mesma sintaxe para ambas as modalidades de oração adjetiva, igualmente postulo a mesma parataxe, que sinalizo ao grafar ponto e vírgula no bojo da explicação. Entre a dita subordinada adjetiva, quer explicativa, quer restritiva, e seu dito nódulo sintático, há uma parataxe ontogênica que põe à parte a ideia de subordinação e afasta a imagem de um “nódulo” sintático: subordinação é sensação (veja-se segmento inicial do presente capítulo) ainda desconhecida pela essencialidade substantiva das relações primevas; a imagem esquemática de um “pequeno nó” linguístico com o qual se enlaça alguma porção de língua é dispensada pela imagem metafórica de que a espacialidade do mundo seja mimetizada pela iconicidade da Língua.

Entenda-se aqui a alta consideração da forma e da formalização linguísticas necessariamente em viés interpretativo delas mesmas, estritamente uma Semântica da forma, Semântica da Sintaxe se se está na Sintaxe, invalidando-se, aqui, a dicotomia esquizofrênica separadora de forma e conteúdo. Análise “puramente” formal, que exclua consideração semântica, talvez aproveite metodologicamente; análise que se debruce sobre uma Semântica discursiva decerto aproveita a escopo discursivo; aí e ali não me parece poder-se chegar, porém, a uma interpretação ontogênica do “material” linguístico, procedimento que permite e exige que se aprecie a metáfora como fator primevo, estruturante da Língua, em distinção da *atribuição* de sentido discursivo à forma. Quando distingo, eu mesmo, o que denomino “Sintaxe discursiva”, “semântico-discursiva”, e o que representaria minha pretensão de chegar a uma Sintaxe ontogênica, a uma ***Semântica da Sintaxe, da forma, da estrutura***, estou trabalhando exatamente

contra o que chamo “dicotomia esquizofrênica separadora de forma e conteúdo”, porque a ontogenia da forma é precisamente o que acolhe as exigências e conseguintes especificações discursivas, semântico-discursivas, que incidem sobre a Sintaxe, sobre a forma, sobre a estrutura; incidem porque “procuram” naquela semântica — primeva, inaugural — a base metafórica, físico-concretiva, com que possam coadunar-se. Ora, nossas experiências e a renovação de nossas experiências a expressar-se — e a expressar-se em Língua — encontram sua expressão num mundo já construído³¹³, construído como potência simbólica porque construído físico-concretivamente; é somente nele que nossas experiências se podem inspirar enquanto possibilidade a ser posta em discurso, é nele que se podem metaforizar a si mesmas para ser representadas, é inspiradas nele que podem fazer nascer, já metafóricas, suas esperadas representações. É, pois, na fisicalidade concretiva e, como tal, movimental do mundo (veja-se HEIDEGGER, 2008 [1967], *passim*), é na já constituída representação, metafórica, da movimentalidade, é aí que as exigências e conseguintes especificações discursivas encontram a representação com cuja semântica sua semântica se coaduna, e aí está a qualificação de “esperadas” que atribuo às representações renovadoras, abstrativas especificações re-metafóricas da generalidade metafórica físico-concretiva, que se mantém para ser e fazer ser.

Na defesa de convicção cisão entre conhecimento de mundo e formulação de língua, Perini (*in* ABRALIN AO VIVO, 2020) reclama a elaboração de uma teoria linguística suficiente para explicar a linguagem em sua totalidade, sem jogar pra baixo do tapete ocorrências para as quais não se encontre explicação, acusadas situações em que, nesta ou naquela teoria adotada, os linguistas não dispõem de elementos por meio dos quais se possam recobrir ocorrências imprevistas. Ao discorrer sobre papéis temáticos, Perini (*idem*) afirma que “paciente é o elemento que sofre uma mudança de estado”,

³¹² grafia carente de hifens, estabelecida pelo Acordo Ortográfico de 1990, da qual (e do qual) discordo, porque *ponto e vírgula* constitui unidade lexical

³¹³ “(...) A consciência individual encontra-se sempre diante de um mundo já constituído, já dotado de significado, e constitui-se [a consciência individual] por sua vez em interação com este mundo. (...)” (MARCONDES, 2001, p. 144), citação já inserida na Introdução deste estudo

razão por que, segundo a frase *O Edu aplaudiu minha decisão*, “minha decisão” poderia categorizar-se como a coisa aplaudida mas, ali, o segmento linguístico *minha decisão* não poderia ser categorizado como representativo do paciente, uma vez que não teria havido mudança de estado:

“(...) agente e paciente são partes da gramática portuguesa porque aparecem em regras da língua, mas existem relações temáticas que não figuram em nenhuma regra da língua (...) *minha decisão* não é nada; isso é o que a Língua Portuguesa nos diz (...) quanto a *minha decisão*, a Língua Portuguesa não tem o que dizer. Isso não entra em regra nenhuma; o objeto fica em branco, e é tudo o que a língua consegue dizer (...) Essa ‘minha decisão’ tem que ser a coisa aplaudida: já que o Edu aplaudiu, sobrou *minha decisão*; ‘minha decisão’ tem que ser a coisa aplaudida, senão essa frase não encaixa no bom senso (...)”.

Ora, não porque “sobrou” (*supra*), mas porque representa a coisa aplaudida, *minha decisão* corresponde, sim, ao paciente do comportamento de aplaudir, àquele que recebeu esse comportamento. O *paciente* é aquele ou aquilo que metaforicamente recebe o comportamento expresso pelo verbo, sendo o lugar para onde o comportamento se dirige; em

O Edu aplaudiu minha decisão,

minha decisão representa a coisa aplaudida e corresponde ao paciente do comportamento porque a coisa aplaudida, sim, muda de estado, espécie de caução de que recebeu o comportamento, uma vez que lhe experimenta o efeito: antes dos aplausos de Edu, “minha decisão” não estava *aplaudida*, não havia sofrido a atuação do comportamento de “aplaudir”; depois dos aplausos de Edu, “minha decisão” passou a estar aplaudida, passou a haver sofrido a atuação do comportamento de “aplaudir”, o que absolutamente não precisa implicar mudança física, e a Língua expressa isso fazendo o comportamento de

“aplaudir” aproximar-se, metaforicamente, ao **lugar** “minha decisão”. Há, sim, coincidência entre funcionamento de mundo e formulação da Língua, porque o mundo é que, metafórica e então iconicamente, molda aquela formulação, por meio da atuação da metáfora que diz o que o mundo é, então uma metáfora físico-concretivo-movimental, suficiente para a metaforização que houver: a movimentalidade física, aí movimento de *lugar para onde*, é o que molda a expressão do comportamento de “aplaudir”, bem como é o que molda a relação que há de haver entre esse comportamento e o objeto a ser aplaudido, movimento metafórico de *a(d)proximar* o ruidoso louvor *a(d)* o objeto louvado.

A formulação — ontogênica — de um *esquema*, que é um esquema *imagético*, categoria cognitiva adotada por Perini (*idem*; o título da conferência em tela é “Gramática: esquemas e atribuição de relações temáticas”), não considera e, como *esquema imagético*, não pode nem precisa considerar a casualidade pragmática concernente a situações como o fato de se tratar, por exemplo, de “um bolo” ou, por exemplo, de “minha decisão” ou, por exemplo, de “Carmen Miranda”, elementos postos, “situados”, na função sintático-discursiva de paciente. O *esquema imagético* tão só *imagnetiza* (1) a expressão de um *agente*, que “age” o comportamento, (2) a expressão de um *comportamento* que incide sobre um lugar, (3) a expressão desse *lugar*, sobre o qual incide o comportamento, que é o lugar representativo *daquele* ou — na mais absoluta indiferença — *daquilo* que então, *pacientemente*, como que *passa*, “*patitur*”, por esse comportamento recebendo-o, porque o comportamento se dirige a ele, a esse *paciente*, a esse ponto-escopo do comportamento, a esse **lugar para onde o comportamento se dirige**, em **movimento**, pois, de *lugar para onde*. Ou seja, o que o *esquema imagético imagnetiza* é o **movimento** como fator essencial, um movimento que, como tal, requer uma entidade que o promova, um *agente*, bem como faz prever um ponto de chegada que o receba, um *paciente*. Isso basta. Basta porque qualquer **lugar** pode receber o movimento, pode ser-lhe ponto de chegada, *terminus ad quem*, e qualquer **lugar** pode representar *qualquer entidade* recebedora — nesse sentido, entidade *paciente* —, seja “um bolo”, entidade físico-concretiva que, se receber o comportamento de “comer”,

ficará fisicamente modificada como *comida*, seja “minha decisão”, entidade abstrativa que, se receber o comportamento de “aplaudir”, ficará valorativamente modificada como *aplaudida*, seja a graciosa “Carmen Miranda”, entidade físico-concretivo-animado-humana-e-portadora-de-toda-a-complicação-humano-discursiva-que-se-possa-cogitar que, se também receber o comportamento de “aplaudir”, também ficará valorativamente modificada como *aplaudida*, emocionalmente satisfeita se se satisfizer com aplausos, fisicamente surda se os aplausos forem realizados pelo Monstro da Lagoa Azul, mas nada disso poderia nem precisaria ter sido considerado pelo *esquema imagético*, não apenas porque o *esquema imagético* precede Carmen Miranda, mas porque Carmen Miranda, um bolo e minha decisão podem, igualmente, receber qualquer comportamento; podem, igualmente, representar lugar-ponto-escopo de qualquer comportamento — o Monstro da Lagoa Azul pode aplaudir o bolo e devorar Carmen Miranda, mas pode devorar também minha decisão, que ficará *pacientemente* modificada —. Um bolo, Carmen Miranda e minha decisão podem, igualmente, representar lugar-ponto-escopo de qualquer movimento.

Perini (*idem*) busca uma teoria recobridora de caso a caso porque pode buscar, uma vez que tudo parece buscável — desde um livro de capa azul até um ipê de flores amarelas, desde as forças do mal até as forças do bem, desde o demônio até Deus —, mas não encontra, porque o que busca não é encontrável. Busca o buscável; não encontra o inencontrável. Bem se veja a criação da lexia “portuguesa”

em busca de

e da homônima lexia “castelhana”

en busca de,

em que o *lugar onde se está* é o **lugar** da busca ou é o **lugar de la búsqueda** (em conveniente abreviação do corpo fônico a compor a lexia, *en busca de*), lugar que será como que preenchido pelo objeto da busca se esse objeto for encontrado, e, se assim

for, será encontrado a partir do lugar onde estiver, em movimento metafórico de *lugar de onde*: na formulação

*em busca do asfalto perfeito*³¹⁴,

realiza-se movimento metafórico de *lugar de onde* a partir do *arqui-frame* “o asfalto perfeito”, bem como se realiza não-movimento metafórico de *lugar onde*, estagnação no *arqui-frame* “busca”; está-se aí, nesse **lugar onde**, o lugar-*arqui-frame* “busca”, a busca cujo conteúdo corresponde àquele **lugar ali**, **lugar de onde**, o lugar-*arqui-frame* “o asfalto perfeito” de onde se afasta a busca, *aproximação* segundo o sentido discursivo de busca, *derivação* segundo a metáfora linguístico-ontogênica de movimento de *lugar de onde*, lugar de onde se deriva um dos teoricamente infinitos elementos componentes do *arqui-frame* “o asfalto perfeito”, em coerência *ex opposito* (vejam-se, aqui, no Capítulo I, *caput*, minhas considerações associadas às Figuras 3 e 4, ali presentes). É exatamente porque pode ser buscado que o *arqui-frame* “o asfalto perfeito” contém o (possível) elemento “busca”, uma busca que está ali contida como possibilidade e, metaforicamente, dali se afasta, no nível da representação, em movimento separativo. Não importa a existência do asfalto perfeito no mundo que se tem como real e certo, razão por que se pode dizer

*em busca do tempo perdido*³¹⁵,

formulação igualmente inspirada por movimento de *lugar de onde*, *do tempo perdido*, e por um não-movimento — movimento *ex opposito* — de *lugar onde*, *em busca*, que se pode alternar com a motivação metafórica do movimento de *lugar para onde*,

*à la recherche du temps perdu*³¹⁶,

³¹⁴ DETOFOLI FILHO, Antonio Bento. *Em Busca do Asfalto Perfeito*. Ribeirão Preto: edição do autor, 2021.

³¹⁵ PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido*. São Paulo: Globo, ano a depender da edição de cada volume.

³¹⁶ PROUST, Marcel. *À la recherche du temps perdu*. Paris: Gallimard, 2019.

em que se têm movimento de *lugar de onde*, *du temps perdu*, e um movimento de *lugar para onde*, *à la recherche*, frequentemente interpretado como *lugar onde*, o que enseja a “tradução” *em busca* e indicia uma discursividade que, discursivamente, se impõe sobre a ontogenia: discursivamente, está-se “em busca”, “na busca do tempo perdido”, e o estar aí, nesse lugar, o lugar da busca, é uma apercepção de realidade que encontra ontogenia própria e motiva a formulação iconicamente correspondente, *em busca*, mas não contraria a realidade a apercepção de que se esteja “**voltado para** a busca”, “volt-ado para a busca do tempo perdido”, motivando-se a formulação iconicamente correspondente *à la recherche*³¹⁷, num interesse pelo tempo perdido e num pressuposto interesse voltado para a busca, bem como numa espécie de ambiguidade entre o estar em um lugar, propriamente o lugar da busca, e o estar voltado para um lugar, que também é o lugar da busca, não a busca em que se está, mas aquela que se almeja para chegar-se ao tempo perdido, a busca para a qual se está voltado, *à la recherche*. Assim é que a lexia

ao encontro de

guarda movimento de *lugar de onde* (*de* + “aquilo que se encontrar”, se se encontrar) e um movimento de *lugar para onde*, *ao encontro*, frequentemente interpretado como *lugar onde*, o que indicia a discursividade sobreposta à ontogenia: discursivamente, está-se “em encontro”, “no encontro daquilo que se encontrar, se se encontrar”, e o estar aí, nesse lugar, o lugar do encontro, é uma apercepção de realidade provida de ontogenia própria e motiva a formulação iconicamente correspondente, *em encontro*, *no encontro de*, mas não contraria a realidade a apercepção de que se esteja “**voltado para** o encontro”, motivando-se a formulação iconicamente correspondente *ao encontro*³¹⁸, num interesse por aquilo que se encontrar, se se encontrar, e num pressuposto interesse voltado para o encontro, bem como numa espécie de ambiguidade entre o estar em um lugar, propriamente o lugar do encontro, e o estar voltado para um lugar, que também é o lugar do encontro, não o encontro em que se está, mas aquele que

³¹⁷ Vejam-se, logo atrás, minhas considerações sobre a coerente alternância entre as formulações *um baile em máscaras* e *um baile de máscaras*.

³¹⁸ Veja-se a nota imediatamente anterior.

se almeja, o encontro para o qual se está voltado. Também essa lexia pode guardar qualquer objeto, existente ou não no “mundo real”, tão simplesmente porque a Língua pode representar tudo aquilo que nossa *imaginação* possa *imaginar*, tudo aquilo sobre que nossa *imaginação* possa construir *imagem*. O que ocorre é que, mesmo no “mundo real”, as expectativas não precisam respeitar limite, e é isso que faz que tudo seja buscável, mas, nesse mesmo mundo, a efetividade dos encontros se sujeita à existência daquilo que se constitui aí, e a cisão entre conhecimento de mundo e formulação de língua não guarda existência possível, porque a Língua tem de ser um sistema econômico, para que seja possível para nós: ora, sua economia se faz por meio das extensões semânticas, não menos sintáticas do que lexicais, e é para isso que prodigamente atua a metaforicidade, da Sintaxe ao Léxico, do Léxico à Sintaxe. Bem assim, é por isso que Perini (*idem*) busca e não encontra: pode buscar o tudo-buscável que o limitante “mundo real” permite, mas não encontra o não-encontrável na relação mundo-Língua.

A patente angústia de Perini (*idem*; veja-se <https://www.youtube.com/watch?v=iQ8KLgqF3n0&t=850s>) está relacionada à crença naquela cisão entre conhecimento de mundo e formulação de língua, que é mesmo uma “crença”, resiliente às mais diversas orientações teóricas, em dependência da qual não pode mesmo haver teoria linguística suficiente para explicar a linguagem humana em face da totalidade da vida, não pode mesmo haver teoria capaz de desvelar o que as infinitas ocorrências da Língua aparentemente velam, porque a expectativa de que se estabeleça uma categoria teórica para cada ocorrência linguística equivale a criar uma teoria casuística, que talvez não seja teoria, ou pressupor uma vida teórica, que decerto não seria vida. Contra isso está o sentido francamente reducionista do que proponho, ao postular uma movimentalidade a que “essencialissimamente se subsume cada relação ontogênico-linguística; de todo metafórica, é (...) [a uma] operação movimental [fundante] que se seguem outra e depois outra operações movimentais, igualmente metafóricas (...). Eis aqui uma proposta reducionista segundo a concepção de um quadro múltiplo porque sistêmico, porém desguarnecido em sua composição: desprovido de materialidade em sua substância e de pluralidade em suas arqueológicas relações” (veja-se no item II. 2 o contexto do

segmento de autoria própria que aqui reproduzi). Desse ponto de vista, em todo sentido são de fato equivocadas as dicotomias “mundo *versus* língua”, “língua *versus* mundo”, “forma *versus* conteúdo”, “conteúdo *versus* forma”.

A hesitação entre a adoção de critério formal e a adoção de critério semântico também se localiza na apreciação da cognação lexical. As transformações radicais na *forma* — e superficiais no âmago semântico —, ou seja, as transformações da raiz, que podem gerar radicais tidos como diversos, não raro geram hesitação quanto à cognação. Não se deveria, porém, tratar de privilegiar concepção sincrônica que divorcia da linhagem histórica qualquer palavra ou grupo de palavras que contraiu radical inovador nem concepção diacrônica que labuta pela continuidade³¹⁹; não se deveria tratar de privilegiar um olhar ou o outro porque não deveriam ser dois, sob pena de que se delata a esquizofrenia já na proposição da questão. As transformações da raiz são fônicas; localizam-se na “materialidade” aparente, sujeição da semântica. Se há contraposição entre as transformações “evidenciais” da raiz — rigorosamente físico-auditivas — e a manutenção semântica pretendida aqui, essa contraposição circunscreve-se aí, em si

³¹⁹ mas também acentua diferenças, sobretudo sintáticas, comumente calçadas em hábitos realizacionais:

“(...) vejamos o texto:

Quis fuit horrendōs prīmus quī prōtulit ēnsēs?

Dispondo segundo a nossa lógica de pensamento, temos:

Quis fuit quī prīmus prōtulit horrendōs ēnsēs?

= ‘Quem foi o que primeiro fez as horríveis espadas?’

Veja-se como a nossa língua mantém a correspondência perfeita da sintaxe *quis fuit prīmus quī* = ‘quem foi o primeiro que’ (...)” (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA; BUESCU, 1980, p. 184-7 [intermeadas de páginas ilustrativas]),

em que parece pretender-se justificar o expediente didático apelando-se para “a nossa lógica de pensamento”, de que teria sido diversa “a lógica de pensamento” dos coetâneos e compatriotas do latino Tibulo [século I a.C.], autor do verso original (Elegia 10ª do Livro I; veja-se TIBVLO, 1983 [século I a.C.], p. 138). Incontestáveis que sejam a existência e a frequência de hábitos de pensamento e de correspondentes hábitos de formulações linguísticas, presumir “a nossa lógica de pensamento” é mais do que presumir hábitos; é presumir que diversas comunidades linguísticas obedecem a diversas *lógicas* cognitivas. Curiosamente, admite-se que “a nossa língua mantém a correspondência perfeita da sintaxe *quis fuit prīmus quī* = ‘quem foi o primeiro que’”, mantendo-se, portanto, a ordem e a sequência imediata *prīmus quī* — a ordem havia sido alterada no expediente didático —, o que parcialmente desdiz a presunção de diversidade.

mesma, jamais ultrapassante de si mesma, o que a faz inconsistente: a plasticidade da superfície “material”, efeito colateral da materialidade, não dialoga, em instância alguma, com o eixo espiritual constituído pela coerência semântica, invariavelmente mantida, ainda que encoberta pela historicidade. Mais ainda: o que encobre a coerência semântica é a historicidade que, no campo morfológico, se manifesta nos metaplasmos, bailar articulatório, também coerente, por isso fartamente regular³²⁰, recorrente, ponte entre articulação fonética e resultado mórfico; o que encobre a coerência semântica **não** é a derivação, **não** são as composições, que, também historicidade “materializada”, é *realização da potência*, guardada a coerência e, mais, guardada a contiguidade semântica, manifestável na metonímia ou, em termo amplo, na metáfora³²¹, o amplo fenômeno da metáfora aqui tomado com particular amplitude, sem necessária dependência da motivação espacial, porém muitas vezes, ainda aqui, amparado por ela e, sempre, físico-concretivamente motivado.

A inspiração físico-concretiva original, marcadamente espaço-movimental, mantém-se na abstratização característica da lexicogênese e é mesmo constitutiva da estruturação sintagmático-sintática, o que equivale a dizer que a Sintaxe seja, ela mesma, movimental. A etimologia — que, segundo o próprio termo, é lexical — está manifesta no **léxico componente das estruturas sintáticas**.

“A Linguística Cognitiva assume [*sic*] que léxico e sintaxe não constituem módulos rigidamente separados, mas formam um *continuum* de **construções** [o negrito é meu], partindo de elementos muito específicos, como o item lexical *janela* ou a expressão idiomática *esquentar a cabeça*, até padrões mais abstratos, como a categoria *adjetivo* ou a *Construção Transitiva*.

A continuidade léxico-sintaxe está ancorada na hipótese de pareamento entre forma e significado nos níveis lexical, morfológico e sintático. Esse pareamento pode ocorrer de acordo com padrões gerais (ou esquemas), que captam as características compartilhadas por várias instanciações específicas. (...)” (FERRARI, 2011, p. 129)

³²⁰ “(...) Seria fácil demais e, sobretudo, inexacto e injusto desprezar estes gramáticos [“os gramáticos precoces”, responsáveis pelo início do processo de gramatização, que o autor faz recuar ao Renascimento] que parecem não reconhecer plenamente que aquilo que uma gramática descreve são as regularidades intrínsecas à própria realidade das trocas linguísticas e que **nenhuma mudança deixa de ter regularidade**. De início, a descoberta dessas regularidades é um problema intelectual considerável, que eles enfrentam e resolvem como podem (...)” (AUROUX, 1992; 2001, p. 68; o negrito é meu)

É por isso que os significados etimológicos indiciam, ao mesmo tempo, a contiguidade semântico-lexical e a semanticidade essencial da Sintaxe. Veja-se que, ao dizer “léxico componente das estruturas sintáticas”, não pretendo fazer pensar num léxico preenchedor *ad hoc* daquelas estruturas nem num léxico que simplesmente lhes sirva como elemento *a posteriori* no sentido de subsequente índice de uma existência que o precedia, espécie de verificador aparentemente material da realidade daquela abstração caracterizadora da estrutura; pretendo, ora sim, fazer pensar num léxico que *com-ponha* as estruturas sintáticas no exato sentido de certa *con-comitância* genética entre Léxico e Sintaxe, razão pela qual o que denomino “inspiração físico-concretiva original, marcadamente espaço-movimental” é mesmo uma “inspiração” originadora de toda construção linguística, quer lexical, quer propriamente sintagmático-sintática, na chave da movimentalidade física que o espaço físico-concretivo inspira.

Ao que me parece, os discursos circulantes de clara orientação cognitivista não tocam a questão da etimologia como fator constitutivo da imagética da Língua; o que talvez seja grande mérito desses discursos é, de certo modo, a sistematização de percepções antigas, organizando-se essas percepções *em termos sistematizantes*. Por outro lado, não me parece suficiente atribuir o que considero insensibilidade da tradição ao fato de tratar-se de uma tradição em grande parte anterior ao *advento* da orientação funcionalista-cognitivista, porque essa orientação *adveio* da própria tradição clássica, incorporada no Programa de Correspondência (SWIGGERS, 2004)³²². Quando um linguista afirma que uma semente de tangerina já é uma tangerina, ele está dizendo Aristóteles, cuja metafísica elabora a parelha *potência e ato*. Esse dizer o já dito me serve duplamente: emblema a continuidade de ideias precisamente filosóficas, que se fazem ciclicamente perenes, e, ao mesmo tempo, aponta a imbricação, para mim necessária, entre reflexões sobre a linguagem e indagações — filosóficas — sobre a existência ou, com mais propriedade, sobre o ser. Ora, atualizadora da linguagem, a Língua *é* e nos faz ser.

³²¹ Vejam-se no Glossário considerações sobre a imbricação entre metonímia e metáfora.

³²² Veja-se a nota 4.

Há aí uma propugnação pela imanência como fator ontológico que assumo que se deva largamente considerar na apreciação de uma ontogênese da Língua, passo faltante mesmo a discursos verdadeiramente sensíveis à ontogênese que busco:

“(…) Observemos as seguintes instanciações da construção de movimento causado [“X CAUSAR Y a MOVER Z (construção de movimento causado)” (FERRARI, 2011, p. 137)]:

(…) [1] O jogador mandou a bola para o gol.

(…) [2] O jogador chutou a bola para o gol.

(…) [3] O jogador cabeceou a bola para o gol.

Em (...) [1], o verbo *mandar* apresenta três papéis participantes [“associados aos verbos” (FERRARI, 2011, p. 134)] (aquele que manda, o que é mandado e o lugar que é destino da ação). Esses papéis participantes são compatíveis com os papéis argumentais da construção [“**papéis argumentais**, associados às construções” (FERRARI, 2011, p. 134)] (agente, paciente e alvo) e, por isso, se fundem perfeitamente com eles. Já no exemplo (...) [2], o verbo *chutar* requer apenas dois papéis participantes, de modo que o papel argumental *alvo* é uma contribuição da construção; por fim, em (...) [3], o verbo *cabecear* exige apenas um papel participante (aquele que cabeceia). Sendo assim, nesse caso há duas contribuições da construção de movimento causado: o tema e o alvo.

Uma das principais vantagens desse modelo na análise de construções de estrutura argumental [Goldberg (1995, 2006)³²³] é a possibilidade de descartar o estabelecimento de vários sentidos distintos para um mesmo verbo, como fazem as abordagens lexicalistas de base gerativa (Pinker, 1989)³²⁴. De acordo com Goldberg, a proliferação de sentidos verbais é indesejável, porque acaba por atribuir ao verbo sentidos implausíveis. Consideremos os seguintes exemplos:

(…) [4] O urso panda espirrou.

(…) [5] A baleia espirrou água para dentro do barco.

O verbo *espirrar* é um verbo prototipicamente intransitivo, apresentando normalmente um único papel participante (em (...) [4], o sujeito ‘o urso panda’). Seu sentido básico é ‘lançar o ar fora, repentina e involuntariamente, pela boca e pelo nariz’. Entretanto, o verbo *espirrar* pode ocorrer em construções como (...) [5], com uma semântica ligeiramente diferente, que poderia ser descrita como [X (a baleia) causar Y (a água) a mover Z (para cima do barco), por meio do espirro]. O problema é que_[,] se essa semântica fosse característica do próprio verbo, deveríamos esperar encontrar uma ou várias línguas com um item lexical especializado para esse sentido, e não é esse o caso. Do ponto de vista de Goldberg, o sentido global resulta da associação entre o significado da

³²³ GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

_____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

³²⁴ PINKER, Steven. *Learnability and cognition: the acquisition of argument structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

construção de movimento causado e o significado dos itens lexicais que compõem a construção.

Outra vantagem do modelo construcional é a economia semântica. Em uma abordagem baseada no léxico, por exemplo, o verbo *jogar* teria pelo menos quatro entradas lexicais ou sentidos diferentes. Vejamos:

- (...) [6] O menino jogou a bola.
- (...) [7] O atleta jogou a bola no cesto.
- (...) [8] O apresentador jogou brindes para a plateia.
- (...) [9] Só gosta de cassino quem joga.

Na perspectiva da Gramática de Construções³²⁵, não é necessário estabelecer uma proliferação de sentidos verbais para explicar a diferença entre as construções [de] (...) [6] a (...) [9]. Postula-se que o verbo mantém o mesmo sentido em todas as construções, e a diferença de significado resulta de semânticas construcionais distintas, que podem ser representadas das seguintes formas, respectivamente:

- (...) [6'] X AGIR Y (construção transitiva)
- (...) [7'] X CAUSAR Y a MOVER Z (construção de movimento causado)
- (...) [8'] X CAUSAR Y a RECEBER Z (construção dativa)
- (...) [9'] X AGIR (construção intransitiva)

Desse modo, a Gramática de Construções coloca o foco da explicação na construção sintática em si, e não apenas no verbo. Dentro dessa perspectiva, as construções têm significado próprio, convencional e esquemático, independentemente dos verbos e outros itens lexicais que as compõem. Assim, assume-se que as palavras contribuem para o significado das sentenças, mas não são responsáveis por *todo* o significado. Este também é ativado por unidades

³²⁵ “O paradigma [cognitivist] denominado Gramática de Construções propõe que as expressões linguísticas, desde as mais simples até as mais complexas, constituem unidades simbólicas baseadas em correspondências entre forma e significado. [Veja-se, aqui, no Capítulo I, *caput*, minha crítica em prol da possibilidade de retrodatação desse paradigma.] [§] O modelo proposto por Fillmore e colaboradores (1988) [FILLMORE, Charles J.; KAY, Paul; O’CONNOR, Mary Catherine. “Regularity and idiomacity in grammatical constructions: the case of let alone”. *In: Language*, 64 (3): p. 501-38, 1988. (Veja-se a nota 98.)] e, posteriormente, por Kay e Fillmore (1999) [KAY, Paul; FILLMORE, Charles J. “Grammatical constructions and linguistic generalizations: the *What’s X doing Y?* construction”. *In: Language*, 75: p. 1-34, 1999.],^[sic] partiu da avaliação de que a abordagem da gramática baseada em ‘palavras e regras’ não consegue dar conta de um subconjunto significativo da linguagem, que envolve irregularidades. Assim, esses pesquisadores objetivaram explicar primeiro as construções irregulares, supondo que^[,] uma vez desenvolvidos os princípios explicativos dessas irregularidades, esses mesmos princípios seriam capazes de explicar os fenômenos regulares. [Vejam-se, no item II. 3, minhas considerações sobre regularidade linguística, a partir de Baratin (2000).] [§] Esse modelo, centrado na noção de construção, retoma a tese saussureana de que o signo linguístico reflete uma relação estreita entre significante e significado, estendendo-a para construções complexas. [§] O significado das construções gramaticais passou, desse modo, a ser visto como independente, em parte, das palavras que as constituem. Adota-se um compromisso de generalização que prevê um conjunto de princípios comuns para explicar todas as unidades presentes na composição de uma língua, incluindo som, significado, léxico e gramática.” (FERRARI, 2011, p. 129-30, citação já inserida no Capítulo I, *caput*, em que esboço a possibilidade de retrodatação desse “modelo”)

simbólicas de nível sentencial (...), que podem ser preenchidas lexicalmente de modos variados.” (FERRARI, 2011, p. 136-7).

Por sedutora que seja a proposição, a rigor do que pretendo é inexato afirmar que “as palavras contribuem para o significado das sentenças, mas não são responsáveis por *todo* o significado (...) **também** (...) ativado por unidades simbólicas de nível sentencial” (*supra*; o itálico é da autora; o negrito é meu): não se trata de divisão de responsabilidades entre palavras e unidades sentenciais, estando umas a colaborar e as outras a colaborar “também”; não se trata disso porque tanto umas como as outras são, por sua vez, igualmente engendradas no molde inspirativo da metáfora de caráter físico-concretivo a abstratizar-se, e é desse molde que advém a gênese. Cognação lexical e cognação sintática são congêneres; minha afirmação de um léxico *com*-ponente das estruturas sintáticas é a afirmação de que “unidades simbólicas de nível sentencial” (*supra*) não prescindem de palavras, e não estou aí afirmando que as palavras, atualizadas na frase, é que a compõem, o que seria irrisório truísmo; estou afirmando que aquilo que compõe a Sintaxe é a mesma metafóricidade que compõe o Léxico, ou seja, o (*supra*) “convencional e esquemático” significado das construções advém das convencionais e esquemáticas relações que compõem tanto o esquema sintagmático-sintático como o esquema vocabular, um estendido na explicitação do pensamento e o outro contraído na espécie de pílula sintática que é a palavra.

Veja-se que, não como inventário lexical — discursivamente aberto —, mas como arsenal imagético, tomo as palavras como entidades que são mesmo *partes do discurso*, bem mais do que como elementos representativos de suas *classes*, então *classes de palavras*, *classes morfológicas* ou mesmo *classes gramaticais*, isto é, bem mais do que como elementos que se *classificam* paradigmaticamente, a preencher categorias teórico-paradigmáticas em que se organizam os elementos lexicais e os elementos “gramaticais”, que então compõem, todos, o estrato paradigmático da língua, segundo sua μορφή, segundo as funções gramaticais que possam desempenhar. Como quadro teórico, que recua aos vinte parágrafos fundadores que perfazem a Τέχνη γραμματική, de Dionísio da Trácia (veja-se LALLOT, 1985), não há erro propriamente aí; o que

postulo haver, então sim, é *erro de concepção* ao negar-se aos elementos considerados “gramaticais” a densidade que me parece ser-lhes ontogenicamente própria, *erro de imagem*, dada a falta de percepção do peso semântico-sintático que esses elementos verdadeiramente portam no desenho relacional que compõem, podendo ser-lhe mesmo **espaço-imagetivamente centrais** (vejam-se considerações minhas no subitem II. 6. 1. 5).

Proponho, então, para as palavras — todas as palavras, à possível exceção das interjeições de motivação onomatopaica — a (re)atribuição de seu estatuto de *parabola*, partes simbólicas *stricto sensu* componentes do discurso, tomado como totalidade de mensagem e como sequencialidade da formalização da mensagem: as *partes* que *particularizam* o discurso são, todas, elementos densos que verdadeiramente desenharam as imagens relacionais da Língua.

O desenho *vocabular* das “imagens relacionais da Língua”, que eu chamaria “desenho *parabólico*”, nas línguas sintéticas é um desenho potencialmente inscrito nas *palavras*, nas *parabola*, arqueologicamente *in parabolis*, potencialmente sem “preposição”, *parabolis* (veja-se o início do item I. 1), ou seja, sem o “*elemento indicador do (tipo de) movimento* ou simplesmente *mimese do movimento*” (veja-se a nota 72), aí não-movimento, como *Athenis*, “em Atenas”, “lugar ‘onde’ corresponde[nte] ao ablativo sem preposição: *Athenis*” (MARTINS, 2008, p. 91), já presente dentro da própria palavra sua potência de desenhar relação, dado o peso semântico-sintático que lhe é inerente³²⁶: a relação estritamente mórfica entre a plástica da marca casual e o grupo formal declinativo em que o vocábulo se insere, por exemplo *-is* para o ablativo da primeira declinação, *Athen-is*, diz algo sobre o que estou chamando “desenho *vocabular* das imagens relacionais da Língua” ou “desenho *parabólico*” dessas imagens como “um desenho potencialmente inscrito nas *palavras*”, não no que elas possam significar sobre o mundo, mas no que elas possam, elas mesmas, indiciar sobre “as imagens relacionais da Língua”. Aí está o que me parece haver de linguisticamente interessante na consideração do caráter sintético das línguas sintéticas: o fato de um vocábulo

assumir diversas plásticas, mantendo sua base “semântica” e fazendo sua coda “gramatical” brincar de gangorra, alçando uma desinência à “altura da vez” e mandando outra para baixo, fazendo-a *de-clinar*, é um fato não mais do que pitoresco se visto apenas em si mesmo, entretanto revelador da força de atuação da palavra no desenho imagético da Língua; aquela relação entre a plástica da marca casual e o grupo formal declinativo, que de fato é uma relação estritamente mórfica, sugere que a marca casual é mesmo parte da palavra, estando na palavra sua prerrogativa de atuação no desenho da imagem que então lhe compete, e compete-lhe na frase em que ela está, segundo a relação que *ad hoc* ela trava, mas uma relação que nela mesma se inscreve, ou seja, está aí mesmo, na palavra, no interior da palavra, sua força construtiva da *imaginação* da Língua. O mesmo vale para as palavras ditas “gramaticais”: assim como *Athenis* não significa “Atenas”, mas significa **também** alguma relação travada por “Atenas”, assim bem, por exemplo, o pronome relativo *quibus* não “significa” “que”, mas significa **também** alguma relação travada por esse “que”, por essa substância demonstrativa representada por *qu-ibus* (veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*), antes de significar qualquer relação travada por aquilo para o qual esse “que” aponta em sua demonstratividade, aquilo para o qual a representação desse “que” (e de sua relação), *qu(ibus)*, aponta em sua intenção discursiva, porque antes disso a entidade *quibus* = “em isso / em isto³²⁷”, demonstração de *lugar(es) onde*, significa o “isso/isto” ontogenicamente demonstrado e significa **também** a relação travada por esse “isso/isto”, **significa o lugar**, não por ser aí ablativo, não necessariamente lugar do mundo, mas um lugar metafórico, relacional. Não é “gramatical” a parte *-is* de *Athen-is*, assim como não é “gramatical” a parte *-ibus* de *qu-ibus*, justamente porque essas partes são as partes relacionais da “Atenas” posta em relação e do “isso/isto” (“esses/estes”, “essas/estas”) posto em relação, e as relações metaforicamente desenhadas na Língua são relações

³²⁶ “Na expressão do lugar *ubi* existem ainda resquícios do antigo caso locativo (...)” (MARTINS, 2008, p. 91), sem “preposição”, pouco necessária aí porque o locativo, impresso na palavra, é suficiente como expressão relacional.

³²⁷ O pronome relativo clássico pode atuar cataforicamente, solicitando-se minha “tradução” — particularmente ontogênica — segundo o paradigma normativo *este(s)*, *esta(s)*, *isto*.

fenomenicamente vivenciadas no mundo, os *lugares onde* metaforicamente desenhados na Língua são *re-lações* fenomenicamente alocadas no mundo; é da mesma forma que, em sua totalidade, não é “gramatical” a palavra *quibus*, justamente porque essa palavra é palavra relacional por excelência, e as relações representadas na Língua são relações vivenciadas no mundo, a demonstração dos *lugares onde* metaforicamente desenhada por *quibus* é demonstração de *re-lações* fenomenicamente alocadas no mundo. Estão, pois, na totalidade formal das palavras *Athenis* e *quibus* a totalidade semântica de sua significação e a totalidade sintática de sua relação. O “desenho *parabólico*” que imagetiza a totalidade sintática é o que a faz uma totalidade necessariamente *sintaticossemântica*, é o que perfaz a *semântica da sintaxe* como o arsenal ontogênico de imagens paratático-movimentais que proponho.

Para maior exemplo do que pretendo dizer, retomo a chamada “construção de movimento causado”, ideia cuja importância para uma apreciação ontogênica procurei neutralizar no Capítulo I, *caput*, deste estudo. O esquema “X CAUSAR Y a MOVER Z” (FERRARI, 2011, p. 137) não é uma “unidade simbólica de nível sentencial” que ative o significado da própria sentença, por exemplo a sentença *o atleta jogou a bola no cesto*, porque não é preciso pensar agentivamente na bola para ativar o significado que exista na sentença e, mais ainda, não é a agentividade o que gera a formulação: o que gera a formulação é a gestualidade — movimental — presente no verbo, *jogar*³²⁸, com que se coaduna o *jogo* dos movimentos de *lugar para onde*, quiçá gramaticalizado em objeto direto, *a bola* (veja-se minha hipótese no item I. 2), e de *lugar onde*, movimento *ex opposito*, não-movimento, resultado da *aproximação-lugar-para-onde* que obteve *ingresso*, *no cesto*. Note-se aí a concomitância das imagens movimentais, a atuar diretamente da matriz metafórico-movimental sobre toda a formulação, numa espécie de verticalidade,

³²⁸ “**jocor** ou **iocor**, ātus sum, 1 [jocus], *i.* e *tr. dep.* Gracejar; zombar; escarnecer. || *in faciem permulta iocatus*: tendo-lhe dirigido muitos gracejos (...)” (TORRINHA, 1945 [1937]): veja-se a movimentalidade no exemplo, bem traduzível por “tendo-lhe lançado à cara muitos gracejos”

de metáfora



para a gênese linguística,

esquema *genérico de uma gênese linguística* que não se particiona entre palavras e unidades sentenciais, sem prescindir de uma etimologia do verbo associada a uma arqueologia de toda a formulação.

O que ontogera formulações como *o atleta jogou a bola no cesto*, segundo o que proponho, não é, pois, a construção de movimento causado, podendo-se prescindir, aí, de sua elaboração teórica; não é preciso considerar que “x cause y a mover z” para a intelecção da ontogênese de formulações como aquela; não é preciso passar pela instância da agentividade, porque, para efeito daquela intelecção, considerar que o elemento que efetivamente se move até o cesto é a bola, em *o atleta jogou a bola no cesto*, é considerar um dado pragmático alheio à ontogênese linguística. Assim como, em

(1) *João levou o filho ao colégio,*

dizer *movimento de lugar para onde* é suficiente para a apreciação da constituição sintática que aí há (vejam-se os § iniciais do Capítulo I, *caput*, deste estudo), também o é para a apreciação da constituição sintática que há em

(2) *João levou Maria ladeira abaixo,*

(3) *João levou Maria para o vício,*

(4) *João levou o computador ao looping,*

(5) *a bola desceu ladeira abaixo,*

em que é, respectivamente, irrelevante considerar que,

- (1a) levado pelo pai, efetivamente o filho *foi* ao colégio,
- (2a) levada por João, efetivamente Maria *foi* ladeira abaixo,
- (3a) levada por João, efetivamente Maria *foi* para o vício,
- (4a) “levado” por João, efetivamente o computador *foi* a *looping*,

assim como é irrelevante considerar a concretividade de “colégio” e de “ladeira” e a abstratividade de “vício” e de “*looping*”. Veja-se que a possibilidade de realizar as transformações

- (1') *o filho foi levado ao colégio pelo pai,*
- (2') *Maria foi levada ladeira abaixo por João,*
- (3') *Maria foi levada ao vício por João,*
- (4') *o computador foi levado a looping por João,*

todas aceitáveis, não revela possíveis diferenças de agentividade, podendo-se, entretanto, pensar que

(1'a) o filho tenha sido passivamente levado ao colégio pelo pai, sem dar nenhum passo até lá,

mas que, por outro lado,

(2'a) embora levada por João, Maria tenha efetivamente caminhado até o fim da ladeira (em sentido literal ou não),

(3'a) embora influenciada por João, Maria tenha efetivamente realizado ações e assumido posturas encaminhando-se ao vício (em qualquer sentido para o que se considere “vício”),

(4'a) embora manipulado por João, o computador tenha efetivamente “experimentado” fenômenos “encaminhando-se” ao *looping*,

o que aponta a inocuidade da ideia de “construção de movimento causado” para a **formulação, ontogênica**, quer das expressões ativas, quer das passivas, não menos do que para a formulação da expressão (5) *a bola desceu ladeira abaixo*, intransitiva. Para a formulação, *stricto sensu* ontogênica, a metáfora *imaginada* pelo **movimento de lugar para onde** é, de fato, suficiente e, mais do que isso, é, de fato, o que atua geneticamente.

Proponho, então, as seguintes *ex-plic*-ações ontogênicas:

(1) *João levou o filho ao colégio*:

“João atuou sobre o filho, ***a(d)*proximando *a(d)* ele o comportamento** de ‘levar’ — então levando-o —”,

movimento de *lugar para onde* emblemático da atuação direta sobre um objeto, ou seja, movimento voltado para o lugar-objeto — “o filho” — que é o escopo do comportamento, isto é, movimento ontológico-fenomênico de *lugar para onde* linguisticamente formalizado por meio da expressão de um verbo — aquilo que, por excelência, expressa um comportamento — e da expressão diretamente apositiva — paratática — do objeto sobre o qual atuou o comportamento, então movimento de *lugar para onde* “gramaticalizado” na expressão *verbo – objeto direto* (veja-se o item I. 2),

“e tendo o colégio como o destinatário de ‘levar’, então ***a(d)*proximando esse comportamento *a(d)* o objeto ‘colégio’**”,

movimento voltado para o lugar-objeto — “o colégio” — que é o destinatário do comportamento — “levar” — que, por sua vez, potencialmente já se voltara para o lugar-objeto que é seu escopo — “o filho” —, ou seja, estrito movimento de *lugar para onde*, como tal formalizado representacionalmente na Língua, entretanto representativo de sua própria denotatividade de deslocamento físico a desembocar em lugar físico-concretivo, movimento apto a acolher metáforizações abstratizantes.

(2) *João levou Maria ladeira abaixo:*

“João atuou sobre Maria, ***a(d)*proximando *a(d)*** ela o **comportamento** de ‘levar’ — então levando-*a* —”,

movimento de *lugar para onde* emblemático da atuação direta sobre um objeto, ou seja, movimento voltado para o lugar-objeto — “Maria” — que é o escopo do comportamento, isto é, movimento ontológico-fenomênico de *lugar para onde* linguisticamente formalizado por meio da expressão de um verbo — aquilo que, por excelência, expressa um comportamento — e da expressão diretamente apositiva — paratática — do objeto sobre o qual atuou o comportamento, então movimento de *lugar para onde* “gramaticalizado” na expressão *verbo – objeto direto* (veja-se o item I. 2),

“e tendo o baixo da ladeira como o destinatário de ‘levar’, então ***a(d)*proximando esse comportamento *a(d)*** o objeto ‘o baixo da ladeira’”,

movimento voltado para o lugar-objeto — “o baixo da ladeira” — que é o destinatário do comportamento — “levar” — que, por sua vez, potencialmente já se voltara para o lugar-objeto que é seu escopo — “Maria” —, ou seja, estrito movimento de *lugar para onde*, entretanto formalizado, aqui, em notável **parataxe**. A expressão *ladeira abaixo* é necessariamente interpretável como paratática, porque, no nível da expressão, não há explicitude de vínculo entre ela e o restante da formulação. A interpretação parataxizante não me parece, no entanto, poder prescindir de alguma verdade ontológica que há de haver no jogo dos movimentos cinemáticos; veja-se que a formulação

“*X levar Y Z abaixo*”

não explicita nenhum vínculo entre os nomes substantivos Y e Z

nem entre “(X) levar (Y)” e Z,

haja vista à desconexão em **Maria ladeira* (“Y Z”)

e à inadequação de **levar ladeira* (“levar Z”) ao sentido da formulação, na qual se pretende dizer “levar Maria”, não “levar ladeira”, *João levou Maria ladeira abaixo*.

A verdade ontológica que há no jogo cinemático dessa formulação é

“João ter levado Maria ao baixo da ladeira”,

verdade que, entretanto, não está formulada nos termos

João levou Maria ao baixo da ladeira,

os quais fariam entender que João (e Maria) teria(m) partido de um lugar que poderia não ser uma ladeira e então se teria(m) encaminhado ao baixo da ladeira de que se fala, em movimento de *lugar para onde, a(d) o baixo*; a formulação

João levou Maria ladeira abaixo

faz entender que João (e Maria) tenha(m) partido de algum ponto da ladeira que não o seu “baixo” e se tenha(m) encaminhado a esse baixo, ainda que no mesmo movimento de *lugar para onde, a(d) o baixo*; note-se que Aulete (1958) decodifica a expressão idiomática *ir ladeira abaixo* como “descê-la, ir de cima para baixo”, o que implica já se estar ali, na ladeira, e aí está delatada a parataxe:

a formulação

João levou Maria ladeira abaixo

demanda interpretação ontogênica segundo a qual

“João estava (com Maria) na ladeira a cujo baixo se encaminhou levando Maria”,

portanto

“na ladeira João levou Maria ao baixo”,

“João levou Maria ao baixo da ladeira”,

mas essa interpretação ainda não recobre a intelecção da formulação — *João levou Maria ladeira abaixo* —, porque não preenche a lacuna que há entre a expressão *ladeira abaixo* e o restante da formulação, não respondendo ao estranhamento gerado pelo inusitado encontro **Maria ladeira* (“Y Z”). Ora, a sequenciação **Maria ladeira abaixo* (“Y Z *abaixo*”), em si mesma ainda inusitada, guarda a composição

ladeira a baixo,

que se vai decodificando em

“ladeira para baixo”,

“ladeira para o baixo” (*o baixo*, nome substantivo) (no item II. 2 deste estudo, veja-se transcrição de Alonso Júnior (2018b, p. 280-4)),

“ladeira, de um ponto considerável ‘médio’ ou ‘alto’, para um ponto considerável ‘baixo’”,

“na ladeira em questão, desde um ponto considerável ‘médio’ ou ‘alto’ até um ponto considerável ‘baixo’”,

e então se tem

“na ladeira, do alto ao baixo”,

“na ladeira, de alto a baixo”,

porque, uma vez que se expressa

ladeira abaixo (“*Z abaixo*”),

composto por

ladeira a baixo (“*Z a baixo*”, “*Z para baixo*”, “*Z para o baixo*”),

movimento explícito de *lugar para onde*,

então se entende, incontornavelmente, ter-se partido de cima ou de algum ponto acima do ponto a que se chega abaixo, o que requer, para a formulação

João levou Maria ladeira abaixo,

a intelecção

“João levou Maria, na ladeira, de alto a baixo”,

uma intelecção que pressupõe **expressão paratática** do “movimento” de *lugar onde*, movimento *ex opposito* ou não-movimento,

“*em a ladeira*” > *ladeira*, **expressão paratática**,

e do movimento de *lugar de onde*,

“*de alto*”, “*de o alto da ladeira*” > *ladeira*, **expressão paratática**,

ponto exato da parataxe que pretendo: na ultra-sintética expressão

ladeira

estão concentrados

o “movimento” de *lugar onde*, “*em a ladeira*”,

e

o movimento de *lugar de onde*, “*de o alto da ladeira*”,

ambos atualizando-se tão simplesmente na expressão *ladeira*, ou seja, a expressão acumula essas duas imagens, e justamente por isso é sintética. Em magnífica dialética que somente a linguagem parece capaz de realizar, a complexidade ali embutida se traduz em simplicidade, na medida do que há de **genérico** no **simples**: em uma única reentrância (*sem-plek-s*, “simples”: vejam-se as raízes **sem*, “um, um único”, e **plek*, “reentrância”, “dobra”) cabem os desdobramentos, porque a inespecificidade guarda a potência de todos os específicos; a generalidade de um sentido e do sentido de uma construção contém em si a potência das especificidades cuja natureza se coaduna com a natureza daquela generalidade. O ato de simplicidade de expressar *ladeira*, em *ladeira abaixo* (“*Z abaixo*”), contém a potência daquelas imagens; justamente por acumular imagens é que, no sentido daquela construção, a expressão *ladeira* é sintética, ultra-sintética a ponto de representar a parataxe primeva, que é minimalista por definição. É essa primariedade o que, no uso atualizante da Língua, não nos faz perceber como lacunar o enlaçamento da expressão *ladeira abaixo* com o restante da formulação, embora o que há de lacunar aí esteja na evidência do que está segmentalmente expresso, e isso não faz que a Língua também seja lacunar em si mesma, porque a Língua não é expressão, mas são imagens paratático-movimentais. A parataxe é fator propriamente ontogênico, razão por que proponho considerá-la determinante na formulação da análise linguística; nela se tem a expressão ultra-econômica e minimalista de pontos “substantivos”, intuitivamente imprescindíveis para a veiculação da ontologia que se pretende enunciar, e é em tal substantividade, aparente materialidade, que está o sopro linguístico-gênico, físico-concretivamente

inspirado, a metaforicizar-se na *i-materialidade* da Língua e, entretanto, a manter-se aí como índice da *materialidade* inspiradora.

(3) *João levou Maria para o vício:*

“João atuou sobre Maria, ***a(d)*proximando *a(d)* ela o comportamento** de ‘levar’ — então levando-*a* —”,

movimento de *lugar para onde* emblemático da atuação direta sobre um objeto, ou seja, movimento voltado para o lugar-objeto — “Maria” — que é o escopo do comportamento, isto é, movimento ontológico-fenomênico de *lugar para onde* linguisticamente formalizado por meio da expressão de um verbo — aquilo que, por excelência, expressa um comportamento — e da expressão diretamente apositiva — paratática — do objeto sobre o qual atuou o comportamento, então movimento de *lugar para onde* “gramaticalizado” na expressão *verbo – objeto direto* (veja-se o item I. 2),

“e tendo o vício como o destinatário de ‘levar’, então ***a(d)*proximando esse comportamento *a(d)* o objeto ‘vício’**”,

movimento voltado para o lugar-objeto — “o vício” — que é o destinatário do comportamento — “levar” — que, por sua vez, potencialmente já se voltara para o lugar-objeto que é seu escopo — “Maria” —, ou seja, estrito movimento de *lugar para onde*, em que os lugares-objeto escopo e destinatário, “Maria” e “o vício”, são igualmente **lugares**, a completo despeito da pessoalidade de “Maria” e da abstratividade de “vício”, que em sentido nenhum os fazem menos “lugares”, *lugares para onde* igualmente se volta o comportamento de “levar”, lugares aos quais igualmente **se aproxima esse comportamento**, metafórico **movimento de lugar para onde**, *imagem* suficiente para a formulação ontogênica. Para a ontogênese que pretendo, a observância da imbricação entre “papéis participantes” e “papéis argumentais” excede residualmente a observância da movimentalidade; aquela imbricação é econômica a bem de “descartar o estabelecimento de vários sentidos distintos para um mesmo verbo (...) indesejável, porque acaba por atribuir ao verbo sentidos implausíveis” (FERRARI, 2011, p. 136), mas já a natureza da movimentalidade que caracterize o verbo, indiciada por sua etimologia, é

suficiente para formular a ontogenia do próprio verbo e de suas possibilidades de construção, duas faces da mesma moeda. Aquém do risco de “atribuir ao verbo sentidos implausíveis” (*supra*), observar que o verbo *levar* expressa um comportamento essencialmente movimental é suficiente para prever-lhe a relação com um *lugar para onde* se possa transportar um objeto e também a relação com um *lugar de onde* se possa afastar esse objeto ou outro, bem como a fixação de certo caráter médio próprio do sentido de “tomar para si um objeto (veja-se *infra*, TORRINHA, 1945 [1937]), carregá-lo consigo”, sentido que não faz incompleto o título *E o vento levou* (GONE WITH THE WIND, 1939), diante do qual não se indaga o que o vento teria levado (objeto do contexto³²⁹) nem se indaga *de onde* (lugar do próprio contexto) nem *para onde* (certo “lugar nenhum” culturalmente associado à imponderabilidade do vento), mas não se nega a *mudança* de contexto, não se nega a percepção de *movimento*. No limite retroativo da ontogênese que pretendo, aqueles “papéis participantes” — *o* que se teria levado, *de onde*, *para onde* — recategorizam-se como “papéis argumentais” em face da generalidade de uma etimologia aqui vista em sua dimensão ontogênica:

“(…) **levō**, āvī, ātum, 1 [(…) levis³³⁰], *tr.* **1.** Levantar; erguer; elevar; sustar; apoiar. **2.** Tirar, tomar (própr. e fig.). **3.** Desonerar, aliviar (própr. e fig.); libertar; reanimar; confortar; curar; sarar; divertir; encantar. **4.** Minorar; diminuir; afastar. || *membra levare humo*: levantar-se do chão (...) *l. aliquem metu*: tirar o medo a alguém, dar-lhe coragem || *l. suspicionem*: afastar a suspeita.” (TORRINHA, 1945 [1937]);

“(…) **levis**, e, *adj.* **1.** Leve (fís. e mor.), ligeiro (em opos. a *gravis*). **2.** Ligeiro; veloz; rápido. **3.** De pouca importância; ligeiro; fácil; passageiro; fraco; fútil; sem importância; frívolo. **4.** Inconstante; pouco firme; pérfido; perjuro. **5.** Doce; agradável; bom. || *levis terra*: terra fraca, magra || *ut ad motus essent leviores*: para que tivessem os movimentos mais livres (...)” (*idem*).

A generalidade aí perfaz um gradiente que parece ir da leveza de “encantar” ao peso de “apoiar” (*supra*), mas esse gradiente subsume-se de fato à ideia de “leveza”, condição para que se possa “apoiar” um objeto, que tem de ser “levantado”, “erguido”, “elevado”,

³²⁹ Veja-se a tradução corrente em Portugal, *E tudo o vento levou*, em que se explicita o objeto levado segundo o que denomino “vaguidão totalizante” do pronome indefinido *tudo*.

³³⁰ étimo

“*su(b)s-tido*³³¹”, para que se lhe possa *sub*-por então um apoio. Também à ideia de “leveza” se subsume, por sua vez, a ideia de “liberdade” — “*ut ad motus essent leviores*: para que tivessem os movimentos mais livres” (*supra*; as sublinhas são minhas); note-se que o adjetivo *livre* não compõe a decodificação do verbete *lêuis* proposta pelo dicionarista, mas se presta a traduzir aquela expressão —, porque a ideia de “liberdade”, espécie de desdobramento da ideia de “leveza”, parece não prescindir da imagem do que é “leve (fís. [física] e mor. [moralmente])” (*supra*), então “ligeiro” (*supra*), “veloz” (*supra*), “rápido” (*supra*)³³², “passageiro” (*supra*) porque móvel, isento de estagnação, “de pouca importância” (*supra*) ou mesmo “sem importância” (*supra*) porque isento de gravidade, então “fác-il” (*supra*) porque cede, não resiste a moldar-se, deixa-se *faz-er* e “se move facilmente” (TORRINHA, 1945 [1937]), sendo “pouco importante (fig.)” (*idem*), mesmo “fútil” (*supra*) ou “frívolo” (*supra*) porque isento de compromisso, então “pouco firme” (*supra*) (“física e moralmente”), “*in-con-stante*” (*supra*) porque *não está* preso, mesmo “*pér-fido*” (*supra*) porque *per*-passa a *fides*, “*per-juro*” (*supra*) porque *per*-passa o *jura*-mento, mas também “doce” (*supra*), “agradável” (*supra*), e então “bom” (*supra*), porque “fác-il” e “leve”, circularidade coerente, porque atesta a **contiguidade semântica** que aí bem parece existir, neutralizando-se, uma vez mais, a singela ideia de “significados opostos” atribuídos à mesma palavra ao sabor do acaso: logo após encerrar com o adjetivo *bom* a decodificação do verbete *lêuis*, o dicionarista apresenta a expressão *levis terra* decodificada como “terra fraca, magra” — “bom. || *levis terra*: terra fraca, magra” (*supra*) —, o que faz pensar em “terra ruim, má terra”, “bom” e “mau” simplesmente apostos, como opostos, mas, se aquela “terra” é ruim porque é “fraca” — veja-se em “magra”,

³³¹ “(...) *sub*- pode ser reforçado com um *s*, de que resultou *sus*-, que ocorre antes das oclusivas surdas *c*, *q*, *t*, *p* (...)” (TORRINHA, 1945 [1937])

³³² Em Música, vê-se a relação entre passagens muito rápidas e a costumeira pressuposição de sua execução “com leveza”, *con leggerezza*, cujo contrário se costuma assinalar com indicações como *marcato*, ou seja, o contrário daquela pressuposição é *marcado*, porque desacorde à intuição que relaciona agilidade e leveza. Trata-se de uma intuição estética e no limite semântica que atesta a **contiguidade** entre a sensação e o sentido de *leveza* e a sensação e o sentido de *agilidade*, como que a leveza desdobrando-se em agilidade, assim como se desdobra em liberdade: sensorio-motoramente, a leveza (e a flexibilidade) confere(m) liberdade ao fazer passar de uma nota a outra com agilidade; semanticamente, a ideia de “liberdade” e a ideia de “agilidade” estão em germe na ideia de “leveza”; linguístico-ontogenicamente,

posto como “fraca”, a rarefação da concretude vinculada ao adjetivo, já em “latim” “(...) **macer**, cra, crum, *adj.* Magro.” (TORRINHA, 1945 [1937]), sentido físico-concretivo, entretanto metaforizado na própria exemplificação do dicionarista: “(...) **macer**, cra, crum, *adj.* Magro. || *macra aqua*: água baixa || *si me palma negata macrum reducit*: se a derrota me faz voltar magro, se a derrota me faz sucumbir.” (*idem*; as sublinhas são minhas) —, então aquela “terra” é ruim porque é “leve” *demais*, como aquilo que ultrapassa o limite do que é virtuoso e, na ultrapassagem, se torna vicioso, relação não de casualidade, mas de **contiguidade semântica, entre opostos**.

Quanto à oposição entre os movimentos, note-se que o movimento de *lugar para onde* implica $a(d)$ crécimo de um elemento $a(d)$ o *lugar para onde* o comportamento se dirige, constituindo-se um adensamento representado pela soma do que era aquele lugar mais o que se lhe $a(d)$ cresceu, sendo contrário o movimento de *lugar de onde*, que implica afastamento de um elemento, o que constringe a pensar na subtração desse elemento $a(b)$ seu lugar de origem. Assim os movimentos modificam os lugares e no-los dão a conhecer segundo as intenções do texto. Quando João leva o filho ao colégio, o lugar “colégio” se adensa com a aproximação e a chegada do filho, assim como o lugar “vício” se adensa com o ingresso de Maria quando João a induz para lá, o lugar “looping” se adensa com o ingresso do computador, e o lugar “o baixo da ladeira” se adensa com o ingresso de Maria ou da bola. Esses lugares então se adelgaçariam se João retirasse o filho do colégio, se Maria se afastasse do vício, se o computador se livrasse do *looping*, se Maria se distanciasse do baixo da ladeira, se a bola subisse ladeira acima. A movimentalidade é o que modifica os lugares-objeto referenciais — destinatários do movimento de *lugar para onde*, originais do movimento de *lugar de onde* —; em sentido amplo, a movimentalidade, aproximadora de comportamentos, é o que ontogera a relação, essencialmente movimental, entre o comportamento-verbo e o que lhe é complemento, lugar-objeto escopo. É, pois, a movimentalidade o que especifica no texto os lugares-objeto e constitui na Língua as suas relações.

aquele mesmo “estar em germe”, aquele “já estar ali”, é, por sua vez, potência de uma ontogenia que se subsume, pois, à ideia de **movimento**, *ut ad motus essent leviores*.

(4) *João levou o computador ao looping*:

“João atuou sobre o computador, ***a(d)*proximando *a(d)*** ele **o comportamento** de ‘ir a *looping*’ — então levando-o —”,

movimento de *lugar para onde* emblemático da atuação direta sobre um objeto, ou seja, movimento voltado para o lugar-objeto — “o computador” — que é o escopo do comportamento, isto é, movimento ontológico-fenomênico de *lugar para onde* linguisticamente formalizado por meio da expressão de um verbo — aquilo que, por excelência, expressa um comportamento — e da expressão diretamente apositiva — paratática — do objeto sobre o qual atuou o comportamento, então movimento de *lugar para onde* “gramaticalizado” na expressão *verbo – objeto direto* (veja-se o item I. 2),

“e tendo o *looping* como o destinatário de ‘levar’, então ***a(d)*proximando esse comportamento *a(d)*** o objeto ‘*looping*’”,

movimento voltado para o lugar-objeto — “o *looping*” — que é o destinatário do comportamento — “levar” — que, por sua vez, potencialmente já se voltara para o lugar-objeto que é seu escopo — “o computador” —, ou seja, estrito movimento de *lugar para onde*, em que os lugares-objeto escopo e destinatário, “o computador” e “o *looping*”, são igualmente **lugares**, a completo despeito da abstratividade de “*looping*”, que em sentido nenhum o faz menos “lugar”, *lugar para onde* igualmente se volta o comportamento de “levar”, lugar ao qual igualmente **se aproxima esse comportamento**, metafórico **movimento de lugar para onde**, *imagem* suficiente para a formulação ontogênica. Para a ontogênese que pretendo, a observância da imbricação entre “papéis participantes” e “papéis argumentais” residualmente excede, mais uma vez, a observância da movimentalidade, imbricação econômica mas superada pela natureza da movimentalidade que caracteriza o verbo, suficiente para formular a ontogenia do próprio verbo e de suas possibilidades de construção, duas faces da mesma moeda. Aquém do risco de “atribuir ao verbo sentidos implausíveis” (*supra*), observar que o verbo *levar* expressa um comportamento essencialmente movimental é suficiente para prever-lhe a relação com um

lugar para onde se possa transportar um objeto, bem como a relação com um *lugar de onde* se poderia afastar esse objeto ou outro.

(5) *a bola desceu ladeira abaixo*:

“a bola atuou sobre si mesma”,
 não sobre a ladeira, como a sequenciação *desceu ladeira* poderia sugerir. Prevalece a força lexical da “expressão idiomática”, *ladeira abaixo*, lexia identificada como tal por decodificações dicionarísticas — por exemplo, Aulete (1958) (veja-se atrás) —; mantida a integralidade da lexia, é mesmo intransitivo o sentido do verbo, *desceu*, não se fazendo transitar nenhum comportamento para nenhum polo, não se imagetizando no desenho metafórico da Língua nenhum movimento, nem mesmo de aproximação — não se expressa “aproximação à ladeira” —, razão por que não se indicia aí nenhum lugar. A movimentalidade que há está inscrita na etimologia do verbo:

“**dēscendō**, dī, sum, 3,_[sic] [de- + scando³³³], *i.* e *tr.* **1.** Descer. **2.** Dirigir-se; ir. **3.** Entrar; espetar-se, afundar-se. **4.** Descer, baixar; chegar a; recorrer a; aproximar-se de; humilhar-se. **5.** Penetrar. **6.** Tirar a origem, provir. (...) (**Constr.:** *a*) *abl.* regido de *ex*, *de* ou *ab*, ou *abl. sem prep.*; *b*) para designar o *terminus ad quem*, emprega-se o *ac.* regido de *in* ou *ad* (...).” (TORRINHA, 1945 [1937]),

em que o sentido que aí parece ser o primeiro, “descer”, é aquele ao qual “descem” as altas metaforizações que constituem os sentidos secundários

“tirar a origem, provir” (*supra*)

e

“humilhar-se” (*supra*),

nas equivalências segundo as quais

“*pro-vir*”

³³³ étimo

pode ser desenhado pela imagem de

“*ir re-visitar* seu lugar de origem,
re-montando até lá,
 como que *de-scendo* até lá,
 e então *de* lá *re-tirando* a origem e trazendo-a pra cá”,

e

“*hum-ilhar-se*”

pode estar para a imagem de

“*de-scer* até a terra, até a *hum-us*,
 e lá se *pro-strar*, fazendo-se *pro-stratus*, *hum-ilis*,
 em sinal de *sub-missão*”;

o primeiro sentido, “descer”, é conformado segundo a própria conformação da palavra, *dē-scendĕre*, a partir de seu exato oposto,

“**scandō**, is, ĕre,^[sic] (sem *perf.* nem *sup.*), *i.* e *tr.* **1.** Subir; trepar; escalar.
2. Escandir. (...)” (*idem*),

scandĕre, “subir”, espacialmente modificado pela entidade *de*, que, para a tradição ora representada pelo dicionarista (TORRINHA, 1945 [1937]), “Como *prep.* [“preposição”] (...) designa origem, afastamento, geralmente com a idea acessória [de] de cima para baixo”, entidade aí tradicionalmente entendida e então categorizada como “prefixo”, motivador da apofonia *scandĕre* > *dē-scendĕre*. Note-se que, ao longo deste estudo, não privilegio “a idea acessória [de] de cima para baixo” (*supra*) “geralmente” associada à entidade *de*, porque a considero mesmo “idea acessória”, embora pareça indubitável ao fazer “transformar” *scandĕre*, “subir”, em *descendĕre*, “descer”; aqui é preciso tomar em conta o aspecto opositivo que há no fenômeno, que ponho na chave da seguinte interpretação: efetuado o comportamento de “subir”, o que gera sua inversão é o necessário **afastamento do** ponto a que se chegara, ou seja, tendo-se efetuado aquele comportamento e tendo-se então chegado ao ponto antes pretendido, *terminus ad quem*

da subida, é precisamente o **movimento de lugar *de onde***, em **separação a partir *daquele*** ponto, o que gera a passagem do “subir” — aí “haver subido” — ao “descer”, *scandĕre* > *descendĕre*. A atuação de *de* não está, pois, em *designar* “origem, afastamento, geralmente com a idea acessória [de] de cima para baixo”, mas está em *desenhar* aquilo que atesta a natureza mesma dessa entidade, a indiciação do **movimento de origem, separação, afastamento**, apenas o **movimento**, desguarnecido de qualquer “idea acessória” que o secunde, apenas o **movimento de lugar *de onde***, fundante na *imaginação* da Língua. Até onde vejo, o *terminus ad quem* do comportamento de “subir” — *sub-ire* em “latim” — não está inscrito na plástica do verbo *scandĕre*, mas em certa medida está previsto no núcleo semântico do comportamento, na medida exata em que “subir” é “ir a *algum* ponto mais alto do que o ponto em que se está”, e é a ontologia desse *terminus* o que constitui o ponto a partir do qual se há de realizar movimento de afastamento para que o “subir” dê lugar ao “descer”, e então para que *scandĕre* dê lugar a *descendĕre*, inscrevendo-se aí, em *de-scendĕre*, o indício formal de seu *terminus a quo*; esse *terminus* pode ser imagetizado na construção do verbo, sintomaticamente “*abl. regido de ex, de ou ab, ou abl. sem prep.*” (*supra*), o ablativo na plenitude de sua atuação locativa, “sem preposição”, ou coadjuvado por *de* ou pelos equivalentes *ex* e *ab* (quanto à coadjuvação da “preposição” nas línguas sintéticas, veja-se o item I. 1 deste estudo), bem como, “para designar o *terminus ad quem* de *descendĕre*, emprega-se o *ac. regido de in ou ad*” (*supra*), o *a(d)*proximativo *a(d)*cusativo com a *a(d)*proximação de *ad* ou com a *a(d)*proximação acrescida de *in*-gresso dada por *in*. Tudo isso está aí, inscrito na conformação de *de-scendĕre* ou posto em preparo em suas possíveis construções, o mesmo a valer, em equivalências, para o vernáculo *de-scer*, aí encapsulada a mesma entidade *de*, que é a própria inscrição de movimentalidade, mas na formulação

a bola desceu ladeira abaixo

não há imagetização, a não ser numa espécie de desenho escondido pela intransitividade do verbo,

“intransitividade que, sem contradição consigo mesma, tem o baixo da ladeira como destinatário, então se *a(d)*proximando o comportamento de ‘descer’ *a(d)* o objeto ‘o baixo da ladeira’”,

e, aí sim, realizando-se movimento voltado para o lugar-objeto — “o baixo da ladeira” — que é o destinatário do comportamento — “descer” (que, por sua vez, não se voltara para nenhum lugar-objeto que lhe fosse escopo) —, ou seja, estrito movimento de *lugar para onde*, entretanto formalizado, aqui, em notável **parataxe**. Mais uma vez se vê que a expressão *ladeira abaixo* é necessariamente interpretável como paratática, porque, no nível da expressão, não há explicitude de vínculo entre ela e o restante da formulação. A interpretação parataxizante de fato não me parece, no entanto, poder prescindir de alguma verdade ontológica que há de haver no jogo dos movimentos cinemáticos; veja-se que a formulação

“*X comportar-se Z abaixo*”

não explicita nenhum vínculo entre “(X) comportar-se” e Z,

haja vista à frágil relação de **descer ladeira* (“descer Z”) com o sentido da formulação, na qual se pretende dizer que “a bola deslizou até o baixo da ladeira”, com ênfase no deslizamento como comportamento em si, não na ladeira como o que seria lugar-objeto escopo do comportamento, cujo lugar-objeto destinatário é *o baixo* da ladeira, segundo a ideia de que a bola se precipitou e está lá embaixo, *a bola desceu ladeira abaixo*.

A verdade ontológica que há no jogo cinemático dessa formulação é

“a bola ter descido ao baixo da ladeira”,

verdade que, entretanto, não está formulada nos termos

a bola desceu ao baixo da ladeira,

os quais fariam entender que a bola teria partido de um lugar que poderia não ser uma ladeira e então se teria encaminhado ao baixo da ladeira de que se fala, em movimento de *lugar para onde*, *a(d) o baixo*; a formulação

a bola desceu ladeira abaixo

faz entender que a bola tenha partido de algum ponto da ladeira que não o seu “baixo” e se tenha encaminhado a esse baixo, ainda que no mesmo movimento de *lugar para onde, a(d) o baixo*; reobserve-se que Aulete (1958) decodifica a expressão idiomática *ir ladeira abaixo* como “descê-la, ir de cima para baixo”, o que implica já se estar ali, na ladeira, e aí está delatada a parataxe:

a formulação

a bola desceu ladeira abaixo

demandando interpretação ontogênica segundo a qual

“a bola estava na ladeira a cujo baixo se encaminhou”,

portanto

“na ladeira a bola desceu ao baixo”,

“a bola desceu ao baixo da ladeira”,

mas essa interpretação ainda não recobre a intelecção da formulação — *a bola desceu ladeira abaixo* —, porque não preenche a lacuna que há entre a expressão *ladeira abaixo* e o restante da formulação, não respondendo ao possível engano gerado pelo encontro **desceu ladeira* (“*descer Z”). Ora, a sequenciação *desceu ladeira abaixo* (“*descer Z abaixo*”) guarda a composição

ladeira a baixo,

que se vai decodificando em

“ladeira para baixo”,

“ladeira para o baixo” (*o baixo*, nome substantivo),

“ladeira, de um ponto considerável ‘médio’ ou ‘alto’, para um ponto considerável ‘baixo’”,

“na ladeira em questão, desde um ponto considerável ‘médio’ ou ‘alto’ até um ponto considerável ‘baixo’”,

e então se tem

“na ladeira, do alto ao baixo”,

“na ladeira, de alto a baixo”,

porque, uma vez que se expressa

ladeira abaixo (“Z abaixo”),

composto por

ladeira a baixo (“Z a baixo”, “Z para baixo”, “Z para o baixo”),

movimento explícito de *lugar para onde*,

então se entende, incontornavelmente, ter-se partido de cima ou de algum ponto acima do ponto a que se chega abaixo, o que requer, para a formulação

a bola desceu ladeira abaixo,

a intelecção

“a bola desceu, na ladeira, de alto a baixo”,

uma intelecção que pressupõe **expressão paratática** do “movimento” de *lugar onde*, movimento *ex opposito* ou não-movimento,

“*em* a ladeira” > *ladeira*, **expressão paratática**,

e do movimento de *lugar de onde*,

“*de* alto”, “*de* o alto da ladeira” > *ladeira*, **expressão paratática**,

ponto exato da parataxe que pretendo e cuja interpretação, que formulei acima, ora replico *ipsis litteris*: “na ultra-sintética expressão

ladeira

estão concentrados

o ‘movimento’ de *lugar onde*, ‘*em* a ladeira’,

e

o movimento de *lugar de onde*, ‘*de* o alto da ladeira’,

ambos atualizando-se tão simplesmente na expressão *ladeira*, ou seja, a expressão acumula essas duas imagens, e justamente por isso é sintética. Em magnífica dialética que somente a linguagem parece capaz de realizar, a complexidade ali embutida se traduz em simplicidade, na medida do que há de **genérico** no **simples**: em uma única reentrância (...) cabem os desdobramentos, porque a inespecificidade guarda a potência de todos os específicos; a generalidade de um sentido e do sentido de uma construção contém em si a potência das especificidades cuja natureza se coaduna com a natureza daquela generalidade. O ato de simplicidade de expressar *ladeira*, em *ladeira abaixo* (*‘Z abaixo’*), contém a potência daquelas imagens; justamente por acumular imagens é que, no sentido daquela construção, a expressão *ladeira* é sintética, ultra-sintética a ponto de representar a parataxe primeva, que é minimalista por definição. É essa primariedade o que, no uso atualizante da Língua, não nos faz perceber como lacunar o enlaçamento da expressão *ladeira abaixo* com o restante da formulação, embora o que há de lacunar aí esteja na evidência do que está segmentalmente expresso, e isso não faz que a Língua também seja lacunar em si mesma, porque a Língua não é expressão, mas são imagens paratático-movimentais. A parataxe é fator propriamente ontogênico, razão por que proponho considerá-la determinante na formulação da análise linguística; nela se tem a expressão ultra-econômica e minimalista de pontos ‘substantivos’, intuitivamente imprescindíveis para a veiculação da ontologia que se pretende enunciar, e é em tal substantividade, aparente materialidade, que está o sopro linguístico-gênico, físico-concretivamente inspirado, a metaforicizar-se na *i-materialidade* da Língua e, entretanto, a manter-se aí como índice da *materialidade* inspiradora.”.

Para que se tenha a presença ontogênica da parataxe que então proponho como fundante, não é exigência que se ostentem lacunas tão facilmente perceptíveis como a que há em (*ir*) *ladeira abaixo*. Se se observam, por exemplo, expressões idiomáticas centralizadas no verbo *pôr*, como

pôr em evidência,

pôr em xeque,

pôr em ação,

pôr à venda,

a mais inicial análise contrastiva *põe em evidência* a escolha da “preposição”, quanto a que não se pode decidir por uma arbitrariedade cristalizada, que teria mesmo de ser *posta em xeque* por insatisfatória; se não paratática, é bem icônica a imagem locativa do lugar onde se põe algo “*em evidência*”, “*em xeque*”, “*em ação*”, que é o **lugar da “evidência”**, o **lugar do “xeque”**, o **lugar da “ação”**, uma ação encetada no exato momento em que se põe algo ali, sem imagem de separação derivativa nem imagem de aproximação prospectiva, mas *em* aquele lugar, movimento *ex opposito* ou **não-movimento metafórico de lugar onde**; por outro lado, entretanto, no **movimento metafórico de lugar para onde** da formalização

pôr à venda,

indiciado pela “preposição” *a(d)*, aí se tem expressa a imagem de aproximação a um lugar-evento que ainda não se presentifica, o lugar da “venda” que ainda não ocorreu e é o exato destino daquele “pôr”, todavia o mesmo “pôr” que implica o lugar onde se põe, e então se veja aí a parataxe que há na **omissão da expressão do lugar onde**: a omissão é mesmo da expressão, porque a **noção** do lugar onde se põe algo é uma noção que está ali, parataticamente embutida. Ora, a ideia de “pôr” pressupõe o lugar onde se põe, porque “pôr” é exatamente “de-*posit*-ar algo *em* algum lugar”, ideia imagetizada pelo **não-movimento de lugar onde**, fenomenicamente antecedido, sim, pelo movimento de levar o objeto até lá, até o lugar onde será posto³³⁴, mas o que se imagetiza é mesmo o **não-movimento de lugar onde**, essência de “pôr algo”, e, contudo, na **expressão pôr à venda** o não-movimento **não** está expressamente imagetizado, estando, pois, subsumida à parataxe a imagem de *lugar onde*. Na formalização

pôr x em y,

³³⁴ “*Pôr*, na sua significação, implica ‘objeto (a movimentar)’ e ‘lugar-meta’ (...)” (LUFT, 1993, p. 5)

nada parece estar elíptico, dada a não-presunção de outros lugares além de “y”, em nada importando, por exemplo, se “x” é posto sobre “a” ou sob “c” (podemos entender que o céu não exista), mas na formalização

pôr x à venda

está presumido o lugar **onde** “x” é posto, porque esse lugar tem de existir — do contrário não se poria “x” ali, e não se poderia “**pôr** ‘x’” —, e a pressuposição basta, porque é ancorada na parataxe, que é nossa primariedade linguístico-ontológica. Está pressuposta a inteireza

“pôr ‘x’ em ‘y’ a ‘z’”,

“pôr ‘x’ em ‘y’ para ‘z’”,

“pôr algo em um lugar para a venda”,

“pôr algo em um lugar — o lugar da venda — para a venda”,

mas aí o “pôr **em** ‘y’” **não precisa expressar-se**, justamente porque é pressuposto pela própria ontologia do (não-)movimento de “pôr algo” e secundariamente porque o que interessa ao discurso *ad hoc* é dizer que “x” é posto ali — um “ali” desimportante para o discurso e limitado à sua pressuposição ontológica — **para que se volte à intenção de vender-se**. É assim que a inteireza “pôr ‘x’ em ‘y’ a ‘z’” se expressa

pôr x a z,

pôr (x) à venda,

uma venda qualquer, tão “qualquer” que poderá ser a primeira que venha a oferecer-se, **a venda**, “**aquela** que vier”, e então uma venda *pro*-spectiva, que ainda não ocorreu, esperando-se que ocorra, portanto no futuro, no lugar *a(d)* que imagetivamente chegamos, *lugar para onde*, lugar *a* que se põe algo, *ao* qual se volta³³⁵. O resultado expresso é, então,

³³⁵ Veja-se, nos § finais da Introdução deste estudo, minha reflexão sobre aproximação cinemática ao tempo futuro e distanciamento cinemático do tempo passado.

pôr (x) à venda,

migalho aparentemente material do processo imagético, explicitado o movimento de *lugar para onde* e **implicado o não-movimento de *lugar onde*, por via da parataxe.**

Qualquer consideração que se acrescente aqui me parecerá residual se não couber no espaço minimalista da parataxe, o mesmo a valer para indagações de cunho classificatório, como a inquietação de pretender decidir sobre o estatuto sintático da lexia *ladeira abaixo*. Indagar se se trata de “adjunto adverbial”, como expressão compacta aparentemente isolada, ou se se tem ali uma boa representação do que fora chamado “complemento adverbial” (veja-se o item II. 5), dado o caráter destinatário daquilo que seria “o baixo da ladeira”, que acima chamei “lugar-objeto destinatário”, ou se se tem algo ainda mais satisfatório para uma discursividade mais plausível, tudo isso é indagar sobre o que é importante para uma “Sintaxe discursiva”, “semântico-discursiva”, paralela ao meu lugar de fala e, segundo o que entendo, pouco sensível à minha intenção ontogênico-molecular, perscrutadora de uma arqueologia fundante. Decidir se algo “se adjunta” ou “complementa” é olhar para um termo sintático e perguntar o que ele faz ali, é indagar sobre o que ele “quer dizer” quanto a um papel sintático-discursivo no limite do texto, mas não é penetrar os liames pouco visíveis das relações moleculares, aquelas que se dão entre as palavras, *parabolaes*, de uma a uma, então não é inteligir os fios, presentes *in absentia*, que levam à contiguidade semântica *inter parabolas* no tecido léxico e conduzem às metafóricas relações puras na *imaginação* processual do pensamento, passo faltante para inteligir a Língua e amá-la como se ama a Deus.

Notem-se a contiguidade semântica e a recorrência da metáfora do espaço, especificamente metáfora de movimento, a do movimento de *lugar de onde*, em atualizações lexicais latinas da raiz indo-europeia **sē*, que indicia justamente a ideia de “*se*-paração”:

sē-paro, sē-parare;

sēmen

(< *serimen*

< *sērō* — < **si-sō*, antiga forma com redobro —,

sēui,

sātum — < **sē* no grau reduzido —,

serēre,

“semear”, “**pro**-criar”),

elemento que se **e**-jacula, separa-se,

>

sēmino, sēminare, “**es**-palhar”, “dis-seminar”,

bem como o ato igualmente espargidor, separador, que é “semear”;

soluo (< **sě* ou **sō*), *solui, solūtum, soluěre*,

“solver”, que,

como *dis-solver* e *re-solver*,

é ato desaglomerador porque separador;

saluus, -a, -um, “salvo” porque “protegido”, “protegido” porque “separado”,

>

saluo (< **sěluo* ou **sōluo*), *saluare*, “salvar” já que “proteger”,

“proteger” já que “separar”;

sēd (< *set*), “conjunção” adversativa, “mas”, ideia de frustração de expectativa porque de **ad-versão**,
 ideia de **ad-versão** justamente porque de afastamento da expectativa,
 separação da expectativa,
 separação que, por imagem oposta, é o voltar-se contra a expectativa,
 “**ad-verter-se**” contra ela;

sē, < *sēd*, “preposição” arcaica “sem”, equivalente a *sine*,
 ideia de privação ou subtração porque de afastamento ou separação;
 por continuidade histórica, provável gramaticalização para o estatuto conjuncional,
 mantida, entretanto, a contiguidade semântica
 da metáfora do movimento de separação.

Todo o mesmo se diga quanto à raiz **krei*, que também indicia a ideia de “separação”:

**crino* (arcaico) > *cerno* (por metátese), *crēui*, *crētum*³³⁶, *cernēre*,
 “separar”, então os atos separativos de “distinguir”, “dis-**cernir**”, “**es-colher**”,
 bem como “peneirar”, ato escolhedor porque igualmente separador,

> *crībrum* (*ī* resultante do ditongo radical), “crivo”,
 instrumento escolhedor porque separador,

também > *crīmen* (*ī* resultante do ditongo radical),
 “crime”, ato, por metonímia derivada da ideia de “objeto da decisão judicial”,
 por sua vez metonímia derivada da ideia de “decisão”, objeto imaterial,
 efeito ou ato de **de-cidir**³³⁷ < *de-cīdēre*,

³³⁶ > *dis-crētus*, em qualquer sentido “distinto”, “separado”

“decidir”, ato metafórico de **de-rivar do** conjunto caudaloso do *riuus*
 a **de-liberação**,
 então “cortar”, “separar”,
 < *caedĕre*, “matar”, “ferir”, “cortar”,
 especializado com a ideia de movimento de **lugar de onde**
 mediante a anteposição, exatamente, de *de*.

Uma vez que, em Língua, redundância é tão só explicitação de coerência, formou-se, coerentemente, o verbo

sē-cerno, sē-crēui, sē-crētum,
 “*se*-parar”, “distinguir”, “dis-*cernir*”,
 “justa posição” das raízes **sē* e **krei*,
 fixado propriamente como adjetivo o particípio perfeito *sēcrētus*,
 “secreto” porque “separado”,
 depois substantivado em *sēcrētum*,
 “**re**-tiro”, “segredo”, “coisa secreta” porque “coisa separada”.

Vê-se aí a atuação da metáfora do espaço, precisamente metáfora de movimento, a produtiva metáfora do movimento de *lugar de onde*, indiciadora de *se*-paração, origem, afastamento, como que seguida e amparada pela contiguidade semântica, no exato sentido de que aquela metáfora se manteve e mantém, ao mesmo tempo que recebeu e recebe, acolheu e acolhe as especializações semântico-discursivas, agregadas pela historicidade sem ruído: também na agregação histórica há contiguidade semântica, da mais física, “concreta”, espacial, movimental imagem de separação à mais figurada, desdobradamente metafórica imagem de uma a uma daquelas especializações. Da metáfora inicial se *ex-*

³³⁷ A par da cadeia analógica de minha tentativa de exposição, Gaffiot (1970 [1934]) constrói o verbete de “**crīmĕn, ĩnis**” caminhando do mais abstrato para o talvez menos abstrato: “1 accusation, chef d’accusation, grief (...) ¶ 2 la faute, le crime même que l’on accuse (...) || faits criminels (...)”.

plic-am outras metáforas, que não obliteram aquela nem poderiam obliterá-la, necessariamente porque sobre ela e a partir dela é que se constroem, sobre o “original” núcleo semântico ali contido é que se realizam, sendo congruentes à primariedade do núcleo primal, à primariedade da metáfora primeira; do bojo daquela primariedade caudalosa de *gener*-alidade advêm especificidades³³⁸, especializações semântico-discursivas congruentes a ela, que, então, em contiguidade semântica, se mantêm. A própria palavra aqui realçada se presta a exemplo: *explicar* algo é dar-lhe alguma *elucidação*; *ex-plic*-á-lo é *e-luc(-)id*-á-lo porque é como que *ex-tra(h)ir dele as dobras* (**plek*) metafóricas que o caracterizam e descrevem, já que estão ali contidas, como “dobras” características de certa natureza configuradora de sua semântica, *dobr*-as que contêm o que lhe é congruente e então se *des-dobr*-am em possíveis especializações, potencialmente infinitas, na esteira da contiguidade dada pela congruência; é da primeva imagem físico-espacial “*re*-tirar fios do seio do objeto, puxando-os, arrastando-os (*ad sensum*, **trah*, raiz de *trazer*, *tração*, *trator*) para fora”, é dessa primeva imagem físico-espacial que metaforicamente se *des-dobr*-a — *ex-plic*-a-se — a ideia de *elucidação*, também essa *palavra* sendo, por sua vez, *parábola*, **representação da imagem físico-espacial de “*ex-tra(h)ir luz de*”, *e-luc(-)id*-ar, **imagem que se mantêm:****

“(…) é na estrutura das ‘formas da intuição’ que primeiramente se manifestam o tipo e a orientação da síntese espiritual que opera na linguagem, e é somente por intermédio destas formas, somente através da veiculação das intuições de **espaço** [o negrito é meu], tempo e número que a linguagem pode realizar a sua função essencialmente lógica: a de transformar impressões em representações.

Este **entrelaçamento da expressão sensível e [da expressão] espiritual na linguagem evidencia-se sobretudo na intuição do espaço. O papel decisivo da intuição espacial ressalta com a máxima nitidez justamente nas expressões mais gerais que a linguagem cria para designar processos espirituais.** [O negrito é meu.] Até mesmo nas línguas altamente desenvolvidas encontramos esta **reprodução ‘metafórica’ de determinações espirituais através de representações espaciais** [o negrito é meu]. (…)

³³⁸ “(…) é precisamente na indeterminação que ainda predomina na linguagem, na elaboração e diferenciação insuficientes de suas diversas categorias, que se encontra um fator de sua própria maleabilidade e da essencial capacidade criadora que lhe é inerente. A expressão indeterminada ainda contém todas as possibilidades de fixar determinações (…)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 335)

(...) **Também as configurações mais abstratas da linguagem ainda revelam claramente a conexão com a base intuitiva primeva, na qual se encontram originariamente as suas raízes. (...)** [O negrito é meu.] (CASSIRER, 2001 [1923], p. 208).

Excetuado o procedimento *ex opposito*, parece haver determinada carência epistemológica na tentativa de chegar à definição especializada de certos conceitos: vida é o que não é morte, claro é o que não é escuro, uma nota musical é o que não é outra nota, um fonema é o que não é outro fonema. Se há frustração aí, também há no procedimento meramente descritivo. A não ser descritivamente, a Linguística não encontrou metalinguagem “definitiva” para definir *palavra*. É preciso, de qualquer modo, considerar a etimológica, e mantida, *parabola* da arqueologia:

“Fácil se toma estabelecer o contraste entre a apreciação puramente musical de uma sinfonia e a de ouvintes para quem ela constitui principalmente, ou unicamente, o ponto de partida para coisas tão inaudíveis (ou conseqüentemente não musicais) como emoções e imagens visuais. Mas, no mesmo sentido, nunca poderá haver uma apreciação puramente literária da literatura. Cada peça literária é uma seqüência de palavras. Os sons (ou os seus equivalentes gráficos) são palavras precisamente porque transportam a mente para além deles próprios. É isso que significa ser uma palavra. Ser transportado mentalmente através e para além de sons musicais, até algo de inaudível e não musical, pode ser a maneira errada de abordar a música. Mas ser igualmente transportado através e para além de palavras, até algo que não é verbal nem literário, não é uma maneira errada de ler. É, simplesmente, ler. (...) A primeira nota de uma sinfonia só exige atenção para uma coisa, ela própria. A primeira palavra da *Ilíada* remete-nos a mente para a ira, algo com que estamos familiarizados fora do poema e fora da literatura em geral.” (LEWIS, 2003, p. 43-4).

Dizer que em *sēmen* o que há é ideia de junção e não de separação delata “a maneira errada” não somente de entender o que proponho aqui, mas também de conceber Língua, porque é restringir Língua a acontecimento imediato, na melhor das hipóteses imediatamente sujeito à historicidade. Todo e qualquer falante distingue significados, matizes significativos e intenções discursivas, porque todo e qualquer falante, legitimamente, opera *ad hoc*, e porque distintos significados, matizes significativos e intenções discursivas, legitimamente, operam na Língua. Operam, entretanto, naquilo que há de justamente discursivo na Língua, sem abolir, da Língua, aquilo defendido aqui como imanência, quer na semântica das metáforas

constitutivas do estrato lexical, quer na semântica das metáforas constitutivas da Sintaxe.

Instância da *representação* por excelência que, na linguagem, é a palavra, “os sons (ou os seus equivalentes gráficos) são palavras [*scilicet*: os fonemas, ao compor morfemas, podem gerar palavras] precisamente porque transportam a mente para além deles próprios” (*supra*), mas também precisamente porque **mantêm** algo da *parabola* inicial, para nós primeira da cadeia de *parabola*e atualizadas pelas relações de similitude, ou seja, metáfora primeva do potencialmente incessante processo de desdobramento metafórico, movimento feito presumível pelo dinamismo da História. Sem contradição entre os termos, o dinamismo é que deposita camadas de semântica especializadora sobre a semântica do “primeiro” sopro metafórico, da “primeira” *parabola* constitutiva de uma *palavra*; sem paradoxo, aquela *parabola*, fixada, mantém-se e, produtivamente, perpassa o dinamismo.

A especificidade do sentido dinâmico-cinemático com que aqui sempre se toma a palavra *movimento* inclui, justamente por relação de contiguidade semântica, a definição aristotélica como “passagem da potência ao ato”: um objeto que se desloca de um ponto a outro do espaço realiza a passagem da potência do movimento ao ato de movimentar-se. A proposição guarda, porém, seu inverso, ora propriamente por metáfora: um objeto que realiza a passagem da potência ao ato, de qualquer potência ao ato correspondente, “movimenta-se” dinamicamente, **como que** cinematicamente, do estado da potência à realização do ato. (Veja-se, aqui, o Capítulo I, *caput*.)

Essas proposições, nas quais busquei articular a ideia de movimento à de ato, aproximo à preleção de Heidegger (2008 [1967]) sobre a expansividade clássica da própria ideia de movimento (veja-se, aqui, o Capítulo I, *caput*):

“(…) mobilidade e repouso são pensados uma vez em relação ao lugar, outra vez em relação a aumento e diminuição, outra vez ainda em relação à mudança (modificação)” (p. 258-9; segmento da tradução de *Física*, 192, de Aristóteles);

“(...) onde determina a φύσις como ἀρχὴ κινήσεως, Aristóteles não deixa de indicar diversos tipos de movimento: aumento e diminuição, mudança e deslocamento (*transporte*). (...)”

Nós, homens de hoje, sob o predomínio do pensar mecânico das ciências modernas da natureza, tendemos a considerar como a forma fundamental de movimento a mobilidade no sentido do movimento [por meio de] que [um corpo] se desloca de um lugar no espaço para outro e a ‘explicar’ por esse modelo tudo que é movido. Esse tipo de mobilidade — κίνησις κατὰ τόπον, mobilidade com vistas ao lugar ou à posição — é designado por Aristóteles como um entre outros tipos de movimento e não *como o movimento pura e simplesmente*.

(...) a ‘mudança de lugar’, em um [*sic*] certo sentido, é algo bem diferente do que [é] a modificação de posição de um ponto de massa no espaço, tal como é pensado modernamente. Τόπος é o ποῦ, o onde e ali que indica o lugar a que pertence um [*sic*] determinado corpo; o ígneo pertence ao alto, o térreo ao baixo. Os próprios lugares alto – baixo (céu – terra) são dotados de um caráter insigne: é por eles que são determinadas distâncias e relações, e, portanto, aquilo que chamamos de ‘espaço’, aquilo para o que os gregos não possuíam nem uma palavra nem um conceito. Para nós, homens de hoje, não é o espaço que é determinado por lugares, mas todos os lugares [é] que são determinados como posições pontuais pelo espaço infinito, dotado por toda parte de um mesmo modo de ser e em lugar nenhum distinto de outro. Aquele repouso que corresponde à mobilidade no sentido da mudança de lugar é o permanecer no mesmo lugar. A questão é: aquilo que, deste modo, *não* se move, na medida em que ocupa o mesmo lugar, pode mesmo assim estar na mobilidade, por exemplo, uma planta que, enraizada em seu ‘lugar de paragem’, cresce (aumenta) ou definha (decrece) / αὔξεισις — φθίσις. E vice-versa; aquilo que se movimenta no sentido de mudar de lugar pode igualmente ‘repousar’, ao modo de continuar sendo do mesmo modo que [*sic*] foi criado: a raposa repousa enquanto corre, na medida em que mantém a mesma coloração, ela possui o repouso da imutabilidade, sem ἀλλοίωσις. Ou então alguma coisa pode ser movida no sentido de perecer, mas ao mesmo tempo pode ainda mover-se de outro modo, a saber, tornando-se diferente: na árvore que está secando murcham as folhas, o verde torna-se amarelo. Isto que se move assim de dois modos (φθίσις — ἀλλοίωσις) ao mesmo tempo *repousa* enquanto a árvore que [*sic*] *está ali de pé*.

O vislumbrar de todos estes ‘fenômenos’ que se entrecruzam como tipos de mobilidade denuncia uma visão de seu traço fundamental, que Aristóteles fixa na palavra e no conceito de μεταβολή. Toda mobilidade é uma transformação de algo (ἐκ τινος) em algo (εἰς τι). Também nós falamos de uma transformação do tempo, do humor, e as pensamos como ‘mudança’; também falamos sobre pontos de virada, nos quais o que está em questão é o transporte de bens no trânsito. Todavia, só atingimos o núcleo essencial da μεταβολή pensada de modo grego,^[sic] quando observamos que na mudança aparece algo que estava oculto até o presente (‘e-rupção’ e ‘i-rupção’).” (p. 260-1);

“(...) cama e roupa, escudo e casa são algo movido? Seguramente, só que [*sic*] na maioria das vezes encontramos-los no modo de movimento do que está em repouso, movimento difícil de ser visto; e seu ‘repouso’ possui o caráter do ter se [*sic*] tornado pronto, o caráter do ter-sido-produzido e do encontrar-‘aí’ e pré-jazer *dessa modo* determinado. Nós, homens de hoje, passamos facilmente

ao largo desse repouso característico e, com ele, da correspondente mobilidade; ou então, no mínimo, não o tomamos de modo suficientemente essencial como sendo a caracterização própria do ser desse ente. Por quê? Porque no emalo do moderno ser do homem, entregamo-nos ao costume de pensar o ente como *objeto*, permitindo que o ser do ente se esgote na objetividade do objeto. Para Aristóteles, contudo, o que importa aqui é mostrar que *o que são e como são*, os artefatos o *são* na mobilidade da pro-dução e, assim, no repouso do terem-sido-produzidos (...)" (p. 262-3).

Se o movimento é a aristotélica passagem da potência ao ato, a constituição da Língua faz atualizar a mimese do movimento. Assim, se a Língua, quando vista como arcabouço constituído, é a passagem da potência da mimese ao ato da formulação, ou seja, se é, precisamente, o “movimento” de **a potência da mimese do movimento espacial tornar-se *representação sistêmica***, então a Língua é, ela mesma, movimento. Uma vez mais sem paradoxo, no interior do movimento que é a Língua a potência não precisa tornar-se ato (vejam-se minhas considerações neste mesmo capítulo, nos § logo anteriores ao item II. 1): a “inexistência” de certa unidade lexical, a absoluta não-ocorrência de certa sintaxe não necessariamente dizem algo sobre a Língua, entidade imaterial, muda, quando vista como essência potencial, coerente em sua organicidade metafórica; resultante de ato formulador, metafórico-espacial, que, por sua vez, resulta da potência de mimetizar o movimento realizado no espaço, a Língua se constitui como organização de potências que não exigem atualização — a não ser para o nível histórico-discursivo, para o nível do acontecimento —, dado ser a Língua não estritamente identificável a objeto-meio de comunicação, mas interpretável como algo inescapavelmente sistêmico, relacional, potencialmente generativo:

“(...) De fato, mesmo o que ainda não é é em potência para ser. (...)” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 125);

“(...) fala-se (...) da ‘natureza’ do espírito, da ‘natureza’ da história e da ‘natureza’ do homem, e, com isto, se tem em mente não só o corpo ou mesmo o sexo, mas seu ‘ser’ pleno. É assim, em geral, o discurso a respeito da ‘natureza das coisas’, isto é, a respeito **daquilo *que elas são na ‘possibilidade’ e como são, não importando se elas são e em que medida são ‘realmente efetivas’***.” (HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 251; os itálicos são do autor; os negritos são meus).

Em se tratando não do escopo discursivo, mas do propriamente linguístico, não ultrapassa o nível classificatório a análise que exclusivamente considera a unidade “existente”, a sintaxe ocorrente, a semântica adicionada pelas camadas históricas ou *ad hoc* satisfatória do discurso em questão e da pragmática presente. É de pressupor que a classificação assim nunca se esgote. Ora, para reduzir a classificação a certa coerência desejada, é exigência ampliar o olhar para a consideração de unidades potenciais, sintaxes potenciais, com inspiração em semântica arqueológica, que se preste à percepção da “pincelada” inicial da metáfora espacial, movimental: pincelada necessariamente inicial, não sujeita às vicissitudes históricas, às especializações discursivas. Trata-se mesmo de ampliação desejavelmente reducionista, porque pretendidamente ontogênica.

“(...) é precisamente na indeterminação que ainda predomina na linguagem, na elaboração e diferenciação insuficientes de suas diversas categorias, que se encontra um fator de sua própria maleabilidade e da essencial capacidade criadora que lhe é inerente. A expressão indeterminada ainda contém todas as possibilidades de fixar determinações (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 335)³³⁹

A essa “maleabilidade” e a essa “essencial capacidade criadora que (...) é inerente [à linguagem]” — expressão que, no limite de sua redundância, consubstancia a primariedade ontogênica que aqui se busca — é que associa aquela pincelada necessariamente inicial, promotora de um *continuum* entre a generalidade da inspiração físico-espacial e a diversidade de resultados linguísticos abstrativos, o que se pode entender como espaço gerador, *continuador* da cadeia metafórica, no sentido exato dessas palavras indicadoras de continuidade, segundo o qual o diverso não é um qualquer, mas é algo em cuja diversidade permanece a metáfora inaugural, ampla, genérica, abarcadora, por isso mesmo suficiente para manter-se.

³³⁹ Veja-se a nota imediatamente anterior.

“Em linhas (...) gerais, a teoria contemporânea da metáfora fornece evidências para o tratamento sistemático dos seguintes fenômenos:

- (a) generalizações sobre polissemia, envolvendo o uso de palavras com significados relacionados
 - (b) generalizações nas quais padrões de inferência atuantes em um domínio são transferidos para outros
 - (c) generalizações envolvendo linguagem metafórica nova”
- (FERRARI, 2011, p. 99);

“A intuição de que conceitos mais abstratos ‘reclamam’ conceptualização metafórica resulta da observação do caráter mais difuso desses conceitos, os quais carecem de delimitação mais precisa. Assim, a metáfora permitiria que um tipo de estrutura mais concreta e bem definida do domínio-fonte fosse projetada para o domínio-alvo³⁴⁰, estruturando-o.” (*idem*, p. 98),

mas, segundo o que proponho, não se trata de “delimitação mais precisa” do domínio-fonte *versus* “caráter mais difuso” dos conceitos pretendidos para o domínio-alvo, porque, uma vez observada a generalidade do domínio-fonte, a generalidade que proponho caracterizar a fonte é justamente a *generalidade* “difusa” e difusora que *se especifica* no alvo; assim, o domínio-alvo é que é mais precisamente delimitado, porque *especificado*, à maneira de *espécies* que frutificam de um *gênero* comum, em cadeia de desdobramentos metafóricos.

Vou, pois, em sentido contrário ao das “generalizações” e proponho *especificações, especializações* abstratizantes, **mantenedoras do sentido primevo exatamente porque nele contidas.**

A ideia de projeção (*supra*) já está em Cassirer (2001 [1923], p. 211-2),

³⁴⁰ “Entre os modelos teóricos que integram o arcabouço geral da Linguística Cognitiva, a Teoria dos espaços mentais desempenha papel destacado. A principal premissa da pesquisa com espaços mentais é que as mesmas operações de correspondência entre domínios (*mappings*) atuam na semântica elementar, na pragmática e no raciocínio abstrato. No âmbito da linguagem, essas operações são indicadas por estruturas linguísticas específicas. Nos termos de Fauconnier (1997: 1) [FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.], ‘a linguagem visível é a ponta do *iceberg* da construção invisível do significado que tem lugar enquanto falamos e pensamos’. [§] A Teoria dos espaços mentais (Fauconnier 1994, 1997) [FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.] propõe que **espaços mentais são criados à medida que o discurso se desenvolve. Tais espaços são domínios conceptuais** que contêm representações parciais de entidades e relações em um cenário percebido, imaginado ou lembrado. Assim, **o espaço que ancora o discurso na situação comunicativa imediata (falante, ouvinte(s), lugar e momento da enunciação) é a BASE. A partir da BASE, outros espaços são normalmente criados** para alocar informações que extrapolam o contexto imediato (...)” (FERRARI, 2011, p. 109; os negritos são meus)

“(...) ‘A imagem é o produto da capacidade empírica da imaginação produtiva,^[sic][;] o esquema dos conceitos sensíveis (como das figuras no espaço) é um produto e, por assim dizer, um monograma da imaginação pura *a priori*, através da qual e de acordo com a qual, tão-somente, se tornam possíveis as imagens^[,] que, entretanto, sempre devem ser ligadas ao conceito por intermédio do esquema que indicam, e com o qual elas não são totalmente congruentes.’ [Kant: *Kritik der reinen Vernunft*. 2. ed. p. 177 ss.] **É como se todas as relações intelectuais e ideais somente pudessem ser apreendidas pela consciência lingüística no momento em que a linguagem as projeta no espaço e nele as ‘copia’ analogicamente.** [O negrito é meu.] É somente através das relações de simultaneidade, justaposição e separação que a referida consciência lingüística adquire os meios para representar as mais diversas conexões, dependências e oposições qualitativas.

Tal relação já pode ser detectada e elucidada na formação dos **termos mais primitivos que a linguagem conhece para expressar o espaço. Eles ainda se encontram totalmente enraizados na esfera da impressão imediatamente sensível; por outro lado, entretanto, neles já está contido o primeiro germe do qual irão se [sic] desenvolver as expressões que designam puras relações.** Assim sendo, **estes termos^[,] indicativos do espaço^[,] estão voltados tanto para o ‘sensível’ como para o ‘intelectual’: porque, embora nos seus primórdios ainda sejam inteiramente materiais, por outro lado é neles que, verdadeiramente, se abre o mundo característico das formas da linguagem.** [O negrito é meu.] (...)”³⁴¹,

aí projeção do mundo para a linguagem. Em nível de perfeita analogia, equiparo a projeção do mundo para a linguagem-Língua à projeção entre domínios da experiência, ambas realizações do mesmo processo metafórico; na projeção do mundo para a linguagem e para a Língua, o domínio-fonte é o próprio mundo, como integralidade genérica vivenciada, e o domínio-alvo é a própria Língua, como integralidade específica representativa. Vejam-se, na Introdução deste estudo, minhas observações sobre a ideia cognitivista de “projeção entre domínios”, à qual sobreponho minha proposição de *contiguidade semântica*.

Uma vez que proponho a atuação da contiguidade semântica, pressupõe-se que eu devesse falar de metonímia, mais do que de metáfora, dada a associação entre metonímia e contiguidade. Ocorre, porém, que, como princípio teórico, compactuo com a noção cognitivista dos “domínios conceptuais” sobre os quais opera a metáfora, o que equivale a dizer que trato a transposição entre domínios — isto é, a própria metáfora — como

³⁴¹ Citação já inserida em segmento final da Introdução deste estudo. Vejam-se os comentários que apus à esteira daquela discussão.

fenômeno pautado, exatamente, na contiguidade semântica entre os domínios a transportar. Isso se coaduna com minha proposição de que a transposição entre domínios seja possível somente porque o domínio a transportar e aquele a que se transporta já sejam domínios contíguos segundo certa percepção de relações de sentido, ou seja, **o que possibilita a transposição é a contiguidade semântica**, razão por que à ideia de “projeção entre domínios” sobreponho minha proposição de uma *contiguidade semântica* já dada por uma percepção de sentidos ontologicamente constituída.

Mais do que em prol da Semântica, que trata propriamente do significado e da evocação das especializações do significado, é mesmo em prol da Sintaxe que se deve atentar à ontogênese metafórica da Língua, ou seja, em instância analítica, deve-se atentar ao movimento sintático e à manutenção da metáfora que há aí, precisamente à manutenção da primariedade dessa metáfora. Somada à necessidade de perceber a esteira metafórica, há, decerto, a exigência do esforço contemporâneo que é imaginar a ausência de contexto na infância ontogênica da Língua —

“(…) A liberdade que possuía Adão quando criou as primeiras denominações para concepções complexas, não dispondo de nenhum modelo além daquele que lhe era sugerido pelos seus próprios pensamentos, esta mesma liberdade existiu e continua a existir para todos os homens (…)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 116)

—, mais realistamente a exigência de forjar em teoria o isolamento de momentos formadores. Estou aqui apartado da inclinação antropológica e do viés pragmatista presentes, a título de exemplos, respectivamente em largos passos do monumento filosófico deixado por Ernst Cassirer (2001 [1923]) e em grande extensão da ultrassensível obra de Soteria Svorou (1993):

“Students of language have called the user’s dependence on context for the interpretation of language the *deictic anchorage* of the linguistic event (...). Linguistic events are anchored with respect to three dimensions representing the Who, Where and When of the event, the intersection of which has been called the *deictic center* (...)” (SVOROU, 1993, p. 4);

“In our everyday interactions we talk about situations locating them in space. The locus of situations together with the participants and their characteristics, and the time during which they occur constitute the three dimensions along which we understand and talk about them. We may say ‘here’, ‘over there’, ‘behind’, ‘in front of the TV’, ‘to the left as you go towards downtown’, ‘the back door’, etc., when we locate situations and entities spatially. Each of these expressions carries a different *degree of explicitness* in the encoding of referents in the world. Explicitness incorporates the weighted relevance of various conceived elements of the situation with respect to the communicative intent of the speaker. (...)” (*idem*, p. 6);

“People are interested in describing not only the location of entities in their environment, but also the orientation of the movement of entities in space. Movement in space is perceived as having directionality. The perception of directionality of movement is always relative to the background against which it is seen. The visual perception of motion, in general, is also dependent on the background. Motion is the perception of recurrent changes of spatial relations, such as changes of location, orientation, and shape of objects, or change in the angle of regard from which objects are seen (...)” (*idem*, p. 24);

“Directionality is inherent in movement. (...)” (*idem*, p. 25).

Mesmo Cassirer (2001 [1923]), no entanto, faz prescindir da exigência de observar determinadas especificações contextuais:

“Nos seus estudos sobre a teoria da visão, que constituem um ponto de partida da moderna óptica fisiológica, Berkeley comparou o desenvolvimento da percepção do espaço com a evolução da linguagem. No seu entender, a intuição espacial somente pode ser adquirida e consolidada através de uma espécie de linguagem natural, ou seja, uma relação estável entre signos e significações. Ainda segundo Berkeley, o mundo do espaço no sentido de um mundo de percepções sistematicamente interligadas e inter-relacionadas não se constitui para nós quando configuramos em nossas representações um modelo material preestabelecido do ‘espaço absoluto’, e sim quando aprendemos a utilizar, como representantes e signos umas das outras, as diversas e, em si, incomparáveis impressões das múltiplas esferas sensíveis, particularmente da visão e do tato. De acordo com os seus pressupostos sensualistas, Berkeley procurou compreender a linguagem do espírito — que ele demonstrou ser uma condição da percepção espacial — no sentido exclusivo de uma linguagem dos sentidos. Mas, analisada mais de perto, esta tentativa se auto-invalida. [*sic*] Porque no próprio conceito da linguagem está implícito que ela nunca pode dizer respeito apenas aos sentidos, representando, ao invés, uma interpenetração e uma interação específica de fatores sensíveis e [fatores] conceptuais, na medida em que nela se pressupõe sempre que os signos sensíveis e individuais sejam impregnados de uma significação intelectual universal. O mesmo vale para todas as outras espécies de ‘representação’ — ou seja, para todos os casos em que um elemento da consciência é *representado* em e através de outro. Se imaginarmos encontrar o fundamento sensível da idéia do espaço em determinadas sensações da visão, do **movimento** [o negrito é meu] e do tato, verificaremos que a soma

destas sensações não contém nada daquela forma de unidade característica que chamamos de ‘espaço’. Esta somente se manifesta em uma coordenação que permita a passagem de cada uma destas qualidades para a sua totalidade. Assim sendo, **em cada elemento que estabelecemos como espacial já pensamos uma infinidade de direções possíveis, e é somente o conjunto destas direções que constitui o todo da percepção espacial** [o negrito é meu]. A ‘imagem’ espacial que temos de um objeto empírico, de uma casa, por exemplo, se configura, tão-somente, quando ampliamos neste sentido uma perspectiva individual relativamente limitada, e na medida em que a utilizamos apenas como ponto de partida e como estímulo para construir, a partir dela, um todo altamente complexo de relações espaciais. Entendido neste sentido, o espaço de modo algum é um receptáculo imóvel que recolhe as ‘coisas’ prontas e acabadas, representando, ao invés, um conjunto de funções ideais que se complementam e determinam mutuamente para formar um resultado unificado. Assim como no simples ‘agora’ do tempo encontramos simultaneamente expressados o antes e o depois, ou seja, as direções fundamentais do processo temporal, da mesma forma em cada ‘aqui’ estabelecemos um ‘lá’ e um ‘acolá’. O local particular não existe antes do sistema topológico, mas tão-somente em referência a ele e em correlação com ele.” (p. 53-5);

“(…) Para o ‘aqui’ e para o ‘lá’ no espaço existe apenas uma simples relação de distância; trata-se, aqui, simplesmente do afastamento, da separação de dois pontos no espaço, enquanto na passagem de um para o outro, em geral, **inexiste a preferência por uma direção**. Como momentos do espaço, ambos os pontos possuem a ‘possibilidade da coexistência’ e, por assim dizer, resistem um ao outro; mediante um simples movimento, o ‘lá’ pode transformar-se em um ‘aqui’, e o ‘aqui’, ao deixar de sê-lo, pode voltar à sua forma anterior através do movimento inverso. (...)” (p. 240; o negrito é meu).

Para a Sintaxe Movimental que aqui proponho, agora tanto quanto para uma Gramática Movimental, a direção do movimento — “direcionalidade” para Svorou (1993) — absolutamente não compõe exigência de observação, porque não compõe a metafóricidade constitutiva da Língua, dada a proposição de que “(…) em cada elemento que estabelecemos como espacial já pensamos uma infinidade de direções possíveis, e é somente o conjunto destas direções que constitui o todo da percepção espacial (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 54) (vejam-se § finais da Introdução deste estudo). É o **sentido** cinemático do movimento o que compõe aquela exigência, uma vez que ele corresponde a determinado ponto de vista relativamente ao qual se realiza a metáfora ontogênica, como se o ponto de observação do movimento naturalizasse “seu” sentido, ou seja, **o sentido é que constitui a natureza do deslocamento**, quanto ao ponto espacial a partir do qual se observa o movimento. Entenda-se por *direção do movimento*

a localização da reta no espaço, uma reta que não opere mais do que interligar um ponto “x” e um ponto “y”, sem a determinação de que se vá do ponto “x” ao ponto “y” nem a determinação de que se vá do ponto “y” ao ponto “x”, pontos integrantes da construção de uma fenomenologia do espaço, irrelevantes para a construção de uma fenomenologia da Língua: para a Língua e para a construção de uma epistemologia que seja de interesse aqui, à identidade de cada um daqueles pontos corresponde um passo narrativo da descrição do mundo, apenas *transportável* para uma Língua de aparelhagem representativa já constituída. Para a constituição daquela aparelhagem, se se vai de Paris a Roma ou se se vai de Atenas a Lisboa não é questão possível; para o **sistema** representativo que é a Língua, não é questão relevante, porque o sistema desconhece aqueles pontos, que não apenas lhe são externos, como também não lhe são sistemicamente internalizáveis, elementos *pontuais* do mundo. O que há de fenomênico na parêntese espaço-movimento e que seja fundante aqui, mais do que a *indeterminação do espaço*, é a **determinação do sentido**, porque o comportamento de ir (de Paris) **a** Roma **ou** de ir (de Roma) **a** Paris buscou, para a formulação de sua própria expressão, determinada inspiração metafórico-espacial, e o comportamento de vir **de** Paris (a Roma) **ou** de vir **de** Roma (a Paris) buscou, para a formulação de sua própria expressão, outra inspiração metafórico-espacial, oposta àquela, a bem de espelhar-se iconicamente, na representação linguística, a oposição que há entre aqueles comportamentos, que, por natureza, se opõem, uma vez que representam sentidos cinemáticos opostos: a “natureza” desses sentidos, *scilicet* a natureza de cada “modo” de deslocamento, é o que, na confecção da Língua, é mimetizado e “traduzido” em metáfora, a metáfora ontogênica, que, nesse momento, já é Língua, uma Língua *natu* metafórica. Veja-se em Kant (2012 [1781-1787]) a proposição de espaço como uma **representação única**, cujas partes são as suas limitações. Analogamente, quanto a tempo, a ideia de infinitude significa que todas as grandezas temporais determinadas são possíveis apenas por meio de **limitações de um único** tempo que lhes serve de fundamento. Para o tempo, o “diverso”, dado pela forma, é sucessivo; para o **espaço**, é **simultâneo**:

“(...) não é o espaço que é determinado por lugares, mas todos os lugares [é] que são determinados como posições pontuais pelo espaço infinito, dotado por toda parte de um mesmo modo de ser e em lugar nenhum distinto de outro. (...)” (HEIDEGGER, 2008 [1967], p. 260).

Para uma fenomenologia do movimento, a inerência da direcionalidade, proposta por Svorou (1993), é consideração de exigência incontornável, alheia, porém, à formulação da epistemologia que pretendo. Todo o mesmo vale para o quadro situacional de atores determinados, tempo determinado, **lugar determinado**, elementos igualmente alheios à metáfora formadora, porque já aderentes à historicidade *ad hoc*, ou seja, elementos componentes do acontecer situacional, portadores de **especializações situacionais, excessivas para a configuração do que proponho como metáfora inicial, resultante de pincelada original suficientemente imagética, porque sensível ao movimento.**

Aqui se está falando, pois, de determinado **excesso** que gera **insuficiência**. A consideração de especializações semânticas em terreno propriamente semântico e de especificações sintaticossemânticas em terreno sintático muito aproveita a análises preocupadas com a discursividade, mas desfavorece a aqui pretendida apreciação ontogênica, porque, no limite, — efeito colateral que não poderia ser diferente — oblitera a metáfora inicial e sua manutenção, então recôndita. Na medida em que focalizam especificidades discursivas, as análises linguísticas preocupadas com a discursividade não vislumbram nenhum processo verdadeiramente ontogênico, exatamente porque não iluminam a operação metafórica; não apontam a gênese físico-espacial, porque não indiciam o movimento cinemático fundante; então não aclaram a ontogenia, porque obscurecem a metáfora, constitutiva da Língua. Paralelamente com o interesse metodológico aqui presente, proponho que o desfavor da apreciação ontogênica seja base provável de determinadas carências de análise. O problema tradicional da ausência de análise suficiente diz respeito não só à insuficiente segmentação, pouco sensível à percepção da relação **das partes**; diz respeito também à ausência da percepção da semântica metafórica que há **nas partes**, sendo esta carência justamente a ocasião

daquela, uma vez que **a relação das partes é dada pela semântica que nelas há** — a despeito de análises discursivas — e, bem mais ainda, **pela semântica construtora daquela relação**: relação sintática sempre semântica; formação semântica sempre metafórica; realização metafórica sempre movimental para a Sintaxe; Sintaxe, pois, movimental.

A carência de análise que acuso não advém de simples confusão entre língua e discurso, confusão pouco frequente porque muito grosseira. A carência advém da confusão entre a discursividade a que a Língua se presta e o intento de identificar aquilo que seria a natureza da Língua, um intento que não ultrapassa a si mesmo porque encontra o obstáculo teórico-epistêmico representado justamente pela carência de intelecção ontogênica, espécie de surdez arqueológica que fragiliza a análise intentada. É essa a carência de base, que se há de superar a bem de inteligir a Língua em sua dimensão generosa e sem mistérios que transcendam a mera falta de informação, uma Língua que se entrega em sua coerência, que, entretanto, deve ser interpretada. A ontogenia requerida por essa interpretação é a ontogenia espaço-metafórica da Língua, uma ontogenia que, como tal, está mesmo inscrita nessa Língua de inspiração físico-concretiva e a caracteriza como sistema imagético.

A par da singela suficiência da metáfora primeva, o que há de imensamente produtivo e não confundível com a sobreposição de camadas históricas, mas pertencente à atuação da mimese, é o fato de que a imagem do movimento, de base concretiva, metaforiza-se e remetaforiza-se em extensão grandemente abstrativa, incluída a especialização semântico-discursiva de sentido ético, não por substituição de uma metáfora por outra, mas, novamente, por manutenção da metáfora original, a cuja imagem movimental se associa o matiz ético. O advérbio *prō*, gramaticalizado no que se chama “preposição” e no que se chama “prefixo”, categorias em que se fez mais rendoso em “latim”, é, nessas categorias, assim traduzido por Torrinha (1945 [1937]):

“(…) **prō**, *prep.* de *abl.*, *adv.* e *pref.* **1. Prep.:** *a)* diante de, defronte de, em presença de (com a ideia acessória de alguma coisa que está da parte de trás); *b)* no alto de, sobre, do alto de; *c)* por, a favor de (em opos. a *contra*), por amor de, no interesse de; *d)* por causa de (em vez de *ob*); *e)* em vez de, em lugar de; *f)* por, como *habere pro certo* ‘ter como certo’ [*sic*, fechamento de parêntese não aberto]; *g)* à maneira de, a título de, à laia de; *h)* pelo preço de, por; *i)* segundo, conforme, em proporção com, proporcionalmente a, consoante, em virtude de, em atenção a; *j)* durante, em, por. **2. Adv. Só ocorre nas loc.:** *pro quam* ou *proquam*, *pro ut* ou *prout*³⁴² e *proinde*. **3. prō-, prō- ou prōd-, pref.** Designa: *a)* posição fronteira, **movimento** [o negrito é meu] **para** [o negrito é meu] diante; *b)* proteção, defesa; *c)* ação de tornar público, de dar publicidade; *d)* anterioridade; *e)* descendência; *f)* substituição. || *pro castris*: defronte do acampamento (...) **Obs.:** (...) o *abl.* regido por *pro* é um verdadeiro ablativo³⁴³ e não um locativo³⁴⁴, pois *pro castris* significa ‘diante do acampamento, mas para quem parte do mesmo acampamento’ (...).”

Aí se nota a passagem de sentido concretivo-espacial para sentido imaterial, mantenedor, porém, da imagem espacial — “posição fronteira” — ou, melhor, da imagem movimental — “movimento para diante”.

A exposição do dicionário gera, como sói, a impressão de desmaterialização dos sentidos sequenciados e de arrolamento de acepções diversas, “ressemantizações”, como “reativação” ocorrente no sistema semântico, segundo Castilho (2016 [2010], p. 133), impressão semântico-discursivamente válida, não equivalente, contudo, a qualquer sorte de esquizofrenia: o que denomino “desmaterialização”, resultante de remetaforização,

³⁴² *Prōquam* e *prōūt / prout* (monossilábico) são “conjunções”, e, respeitado critério gráfico, *prō quam* e *prō ut* são locuções “conjuntivas”: é sintomático o fato de o dicionarista dizer que *prō* como advérbio ocorra em expressões conjuntivas, a atestar a adverbialidade aí presente; ao mesmo tempo, dizer que “só ocorre nas loc.” determinadas aponta para certa remanência arqueológica. Mais sintomático é o equívoco componente da entrada “**prōquam** ou **prō quam**” (TORRINHA, 1945 [1937]), decodificada por meio exclusivo das locuções conjuntivas “à proporção que” e “à medida que” mas categorizada como advérbio.

³⁴³ “um verdadeiro ablativo” (TORRINHA, 1945 [1937]): “ablatif proprement dit” em Ernout e Thomas (1953 [1951], p. 79 ss.), “*ablatius casus* du lat. *aufferre (ablatum)* ‘ôter, enlever’ — marque **le point de départ, l’éloignement, la séparation**. Au sens local, comme complément des verbes de mouvement, c’est l’ablatif de la question *unde: Caesar e Gallia profectus est.*” (*idem*, p. 79),

em oposição ao “locatif” (*idem*, p. 79 ss.), ali não definido; veja-se a imprecisão em falar de “sens local” para o “ablatif proprement dit” oposto ao “locatif”: não menos do que o locativo, o ablativo (propriamente dito) tem mesmo de tomar-se em sentido local, espacial

³⁴⁴ Veja-se a nota imediatamente anterior.

proporciona-se com a metáfora inicial, justamente por ser-lhe desdobramento, remetaforização dela mesma.

À sequência, aqui vista como processo,

“diante de”, “defronte de”, “em presença de”

(com a ideia acessória de algo que está na parte de trás)

>

“no alto de”, “sobre”, “do alto de”

corresponde deslocamento espacial da frente para o alto, determinada especialização do movimento de *lugar para onde* gerador da ideia de “posição fronteira” —

“movimento para diante” > “posição fronteira”

—, o que configura o processo, ainda totalmente movimental-espacial,

“movimento para diante” > “(em) posição fronteira” > “em presença de”

>

“no alto de”, “do alto de” (agora com matiz de *lugar de onde*, dado por *de em do alto*),

especialização espelhada, *ex opposito*, na imagem de “descendência”.

A (re)metaforização se dá no momento em que se estabelecem os sentidos resumíveis pelo *terminus ad quem* “português” *por*, desdobrável no farto, e harmônico, conjunto

“por, a favor de, por amor de, no interêsse de”;

“por causa de”;

“em vez de, em lugar de”, em “substituição” de;

“por” como *ter por certo, habere pro certo*;

“à maneira de, a título de, à laia de”;

“pelo preço de, por”;

“segundo, conforme”;

“em proporção com, proporcionalmente a, consoante”;

“em virtude de”;

“em atenção a”;

“durante, em, por”.

Tem-se aí a constituição de sentidos “figurados” alinhados pela imagem inaugural do movimento *para onde*, movimento da **pro**-jeção: *agir por alguém* é realizar movimento de aproximação a(o interesse de) esse alguém, em / “a (para) favor” dele, “por amor” dele, “no interesse” dele, “por causa” dele, “em virtude” dele, “em atenção” a ele, e, por especialização, é, também, agir “em lugar/vez” dele, em relação de substituição, que implica aproximação; *agir por um tempo* é, arqueologicamente, agir “em perambulação nesse tempo”, “em” esse tempo, “durante” esse tempo, o que implica aproximação a esse tempo; *ter algo por certo* é ter esse algo “para o certo”, “à maneira” do certo, “a título” de certo, “à laia” do certo, implicando-se aproximação a esse certo; *tocar por música, tocar por partitura* é tocar “segundo, conforme, consoante” a partitura do texto musical em questão, como que “em proporção” com ela, “proporcionalmente” a ela, o que exige aproximação a ela; *vender por um preço* é vender na exigência de aproximação a esse “preço”, tratando-se aqui de noção jamais expressa pela Sintaxe, haja vista a incongruência entre o caráter eminentemente histórico da noção e uma expressão pretensamente metalinguística como *genitivo de preço*, que indicia *lugar*

de onde, a partir do qual se deriva o preço, ou seja, para expressar a abstratíssima noção de “preço”, bem como a de “posse”, a Língua aciona a imagem do movimento concreto físico-espacial, quer de aproximação, quer de separação, e mimetiza-o (veja-se, aqui, o Capítulo I, *caput*).

A estreitura da relação *ex opposito* entre separação e aproximação, entre *lugar de onde* e *lugar para onde*, é dada pelo funcionamento de *prō*, o que enseja ao dicionarista a observação “(...) o abl. regido por *pro* é um verdadeiro ablativo e não um locativo, pois *pro castris* significa ‘diante do acampamento, mas para quem parte do mesmo [a sublinha e o negrito são meus] **acampamento**’ (...)”, pouco coerente, porém, com a descrição inicial expressa parenteticamente “(...) diante de, defronte de, em presença de (com a ideia acessória de **alguma [outra] coisa que está da parte de trás** [o negrito é meu]) (...)”. A imagem que há na formalização dita ablativa *prō castris* é, assim, a de separação, origem, afastamento³⁴⁵: “a partir do acampamento”, “[tendo-se) partido] do acampamento”. Decorre dessa imagem a consequência pragmática: se se realizou movimento de *lugar de onde*, afastamento do acampamento, então se está realizando movimento de *lugar para onde*, aproximação a algum ponto, e — eixo da metáfora da construção —, em anterioridade espacial, está-se como que voltado para o acampamento a partir do qual, em anterioridade temporal, se realizou distanciamento. O movimento de **se**-paração, origem, afastamento é mimetizado pelo **ab**-lativo; o aspecto de **ante**-rioridade é mimetizado por *prō*. A efetiva construção, entretanto, solicita ensaio de

³⁴⁵ Graciosamente, a própria palavra *castra*, *-orum*, neutro plural de *castrum*, *-i*, encerra a ideia de separação, origem, afastamento, relacionável que é com *castro*, *-are*, “cortar”, “separar”; gerou *castellum*, *-i*, “fortaleza” porque “lugar alto, separado do todo”, onde se pode encastelar alguém para o *castigare*, fazê-lo casto, < *castus*, *-a*, *-um*, + *ago*, *ēgi*, *actum*, *-ēre*, composição emblemática da atuação metafórica. O campo semântico-metafórico estende-se a *carēo*, *-ui*, *-itum*, *-ēre*, “carecer **de**”, “carecer de” por “estar afastado de, separado de”, sintomaticamente construído com **ab**-lativo e por vezes **genitivo** ou acusativo, aí provável consequência de gramaticalização ou mesmo de desdobramento, *ex opposito*, da ideia de carência, afastamento — **ab**-lativo e **genitivo** —, que implica a ideia de aproximação para satisfação — **a(d)**cusativo —; ao supino alternativamente lhe corresponde, segundo Prisciano [séculos V-VI d.C.], *apud* SARAIVA (*s. d.*), a entidade *cassus*, *-a*, *-um*, “vazio [**de**]” (TORRINHA, 1945 [1937]) porque “privado **de**” (*idem*), “privado de” porque “afastado de, separado de”, étimo de *casso*, *-are*, “anular” (*idem*), “destruir” (*idem*), na esteira semântico-metafórica de “privar **de**” (*idem*), “privar de” porque “afastar de, separar de”, notável sendo a acepção antiga do “português” *cassar*, “quebrar, romper”, de sentido propriamente sensível-concreto a gerar metáfora espacial-movimental.

interpretação de sua gênese, que o dicionário não tematiza, não mais do que explicitando o “verdadeiro ablativo”, declaradamente **separativo**, que ali comparece, diante do caráter **aproximativo** de *prō*, evidenciado por decodificações do próprio dicionário e aqui talvez demonstrado por meu esforço interpretativo, que se pretende mesmo ontogenético, bem se vendo problemática a pacificada categorização “preposição de ablativo” na qual se insere *prō*. Ao que parece, trata-se de construção cumulativa, em cujo conteúdo estaria gênese equivalente a

castris pro castris,

que é *a(b)/de castris*-ablativo + ***pro castris-dativo***, “a partir do acampamento, [(tendo-se) partido] **do** acampamento, e (estando-se) como que voltado **para** — *prō* — ele mesmo”, hipótese em que a cumulação estaria na cristalização da “regência” ablativa para “preposição” a que se associam, concomitantemente, as apercepções de separação³⁴⁶ e de aproximação, numa espécie de ablativo pressuposto a contaminar a formalização; acorde com a expressão efetiva (*pro castris*), estaria gênese equivalente a

pro castris castris,

que é *a(b)/de/pro castris*-ablativo + *castris*-dativo, hipótese em que a cumulação estaria na lembrança semântica do dativo a ecoar na formalização ablativa; efetivamente em *pro castris*, formulação tomada como ablativa, se à “preposição” se associa a intuição de aproximação, **então o movimento de separação, origem, afastamento prescinde da expressão de “preposição” que o indicie**, o que não causa espécie do ponto de vista histórico, dada a expressão de caso (aí, ablativo) que corresponda ao movimento — movimento para auxílio de cuja expressão historicamente, *tarde*, apenas advieram certas “preposições” —, e **o movimento de aproximação aí prescinde da expressão de caso**

³⁴⁶ “Para o principio, *d’onde* começa qualquer movimento e acção, temos tres preposições, que são *De, Desde, e Por*, que tem a mesma força que as Latinas *De, A, Ab, Pro, e Propter.*” (BARBOSA, 1822, p. 329; os itálicos são do autor; o negrito é meu)

o **ponto de chegada**, escopo da passagem,

uma vez que

“(...) nenhum movimento é infinito, mas todos os movimentos têm um termo (...)” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 109),

mas, como todo movimento de *lugar por onde*, aquela mesma ideia, a ideia de “passagem”, pressupõe também

o **ponto de partida**,

interpretação com que procuro formular certo equacionamento.

Todas as formulações que aqui propus são interpretações dificultadas pela economia do resultado formal, exemplificável por *pro castris*, em que se tem a pretendida expressão de conjunto ablativo, empiricamente verificável, a encerrar, também, segundo seu próprio rendimento, a apercepção de aproximação, em rede sutil de metáforas espaciais, espaço-movimentais.

Note-se em **per*, > “latim” *per*, o núcleo semântico veiculador da ideia de “passagem”, síntese do movimento de *lugar por onde*:

“COMPLEMENTOS CIRCUNSTANCIAIS

1. O lugar

- **Onde** (*ubi*) (...)
 - (...)
- **Para onde** (*quo*) (...)
 - (...)
- **Donde** (*unde*) (...)
 - (...)
- **Por onde** (*qua*) — **Iter feci per urbem**: exprime-se em *acusativo* regido de *per*:

Iter feci per urbem — Vim pela cidade.

OBS. — **Via** por **per viam**. Com os nomes que significam *via*, *caminho*, *estrada*, *ponte* e *porta* este complemento vem em *ablativo*:

Iter feci Sacra via — Vim pela via Sagrada.

(...)”

(ALMENDRA; FIGUEIREDO, 1982, p. 189-91);

“COMPLEMENTOS CIRCUNSTANCIAIS

1. QUESTÕES DE LUGAR

- (...) A) **Lugar onde**
- (...) B) **Lugar donde**
- (...) C) **Lugar por onde**

(...) 1) Os **nomes de lugares maiores** e os *apelativos* põem-se geralmente no **acusativo** com **per**.

Ex.: **Per Cappadociam iter feci** (Cic. *Fam.* [Cícero, *Ad familiares epistulae*] 15, 2), Fiz viagem pela Capadócia. (...)

(...) 2) Os **nomes de lugares menores**, bem como **via**, **porta**, **iter** põem-se no **ablativo** sem preposição, e algumas vezes também no *acusativo* com **per**.

Ex.: **Iter Laodicea faciebat** (Cic. *Att.* [Cícero, *Ad Atticum epistulae*] 5, 15), Fazia viagem por Laodiceia. — **Te hortor ut via Appia iter facias** (Pomp. *Ap. C. Att.* 8, 11), Exorto-te a que vás pela via Ápia. — **Per [Carinas] Esquilias contendit** (Liv. [Tito Lívio, *Ab urbe condita*] 26, 10), Dirige-se através de Esquilias.

(...)”
(FREIRE, 1956, p. 153-7)³⁴⁸.

A associação da “preposição” *per* com o caso acusativo proponho interpretar-se como indiciadora do caráter *pro*-spectivo do movimento de lugar *por onde*, que, em si mesmo, não guarda ponto de chegada, já que pode jamais cessar e não ensejar que *stricto sensu* se chegue a ponto algum, o que alijaria a expressão daquele caso, mas a mesma potencial perpetuidade desse movimento faz, por natureza, pressupor algum *terminus ad quem*, ainda que indeterminado; como se se reiterasse a si mesmo, o movimento de *lugar por onde* parece forjar, continuamente, um ponto de chegada, cuja existência potencial está expressa no *a(d)cusativo*, *lugar para onde* ao qual se simula chegar.

³⁴⁸ Notabilíssima é, entre diversos manuais gramáticos, a semelhança de concepção e de apresentação da matéria, a dar-se a sensação de que um realize decalque de outro — no caso em tela, até mesmo um decalque tipográfico —, o que diz sobre a maneira como a mais corrente tradição escolar e certa tradição acadêmica concebem, ou deixam de *conceber*, Língua.

A alternativa em ablativo “com os nomes que significam *via, caminho, estrada, ponte e porta*” é fortemente representativa do sentido de *iconicidade* que me interessa aqui. O *status* de “**nomes de lugares menores**” não responde a questão alguma e contradiz a imensidade da Via Ápia, figurada no exemplo trazido por Freire (1956); evocar a generalidade dos substantivos comuns, *apelativos*, bem como a aparente especificidade dos substantivos que nomeiam “**lugares maiores**” e associá-las à expressão em “**acusativo com per**”, de um lado, e, de outro, evocar “**nomes de lugares menores**” e associá-los à expressão em “**ablativo sem preposição**” parece pôr tais associações na chave de certa naturalidade não tematizada e não tematizável, própria ao modo de apresentação da tradição manualesca, dando-se a entender que a natureza tenha excretado uma relação, naturalmente arbitrária, entre coisas do mundo, como “lugares grandes” e “lugares pequenos”, e casos gramaticais (des)acompanhados de suas preposições favoritas, ou, ainda pior, dando-se a entender que haja relação acidental entre certas palavras, “como **via, porta, iter**”, e certos casos, ou seja, uma relação acidental entre léxico e gramática; falar de “**nomes de lugares menores**” semelha tentativa pouco consciente e mal-acabada de falar de nomes de lugares que são, eles mesmos, os próprios espaços a *per-correr inteiramente*: o que os faz ditos “**menores**” não é seu tamanho, mas é o fato de que — não por serem “**menores**” (característica possivelmente coadjuvante, seguramente não determinante) — eles *inteiros* são *per-corridos* se o movimento de *lugar por onde* neles se realiza, se se realiza **aí, em** esses lugares, em sua totalidade, não havendo lugar residual por onde o movimento não passe, como se se tratasse de lugares pequenos; tem-se movimento de *lugar por onde* então expresso em ablativo, à guisa de *lugar onde*, o que propugno como fenômeno de uma *iconicidade* altamente sofisticada, em que não rigorosamente com a natureza dos lugares, mas precipuamente com o *caráter do movimento*, se coaduna a *imagem desse movimento plasmada em Língua*. Realiza-se o movimento *por aí*, mas, por ser por *todo* esse “aí”, percebe-se — e expressa-se — o movimento como se se realizasse **em** esse “aí”, expressão de lugar **onde**. Em *per Cappadociam* (acusativo com *per*) *iter feci*, não se indica passagem por toda a Capadócia, por todo o espaço da Capadócia, mas, em *te hortor*

ut Via Appia (ablativo) *iter facias*, indica-se que *toda* a Via Ápia — imensa que seja — deverá ser *per*-corrida, todos os seus pontos deverão ser pontos de passagem, exatamente porque se trata de uma “via”, imagem que se potencializa em se tratando de uma “ponte” e, máxime, em se tratando de uma “porta”, aí, sim, “lugar menor” por cuja **totalidade** dos pontos se passa, imageticamente lugar **em** que se passa, à maneira de **lugar onde**, iconicamente expresso em **ablativo**, findo o locativo, sem contradição com a ultra-imagética etimologia **per* > *porta* (vocalismo em -o-), **per* > *portus* (o mesmo vocalismo), na esteira de **per* > *prae*, *prō*, ideia de “passagem”, *lugar por onde*.

O corolário da cadeia metafórica de *prō* são as ideias de “**pro**-tecção” e “acção (...) de **dar** publicidade” (Torrinha, 1945 [1937]; os realces são meus), ambas realizadoras da metáfora de *lugar para onde*, porque ambas perpassadas pelo movimento de ir ou fazer ir à frente, para cobrir ou para **lançar a** público. Mais ainda, a extensão metafórica propriamente ética da entidade se explicita em composição como

prōbus, -a, -um, “probo” porque “bom”, “bom” porque “que brota bem”,
 < * *prō*- + -*bhos*
 < **bhu* / **bho*, “nascer”, “brotar”,

a que acrescento

“que brota bem” porque “que brota para a frente”, *prō*-,
 eticamente percebido como **bom** o caminhar **para a frente**,
 o movimentar-se **para a frente**,

sobrelevado por

* *super*- + -*bhos*
 >
superbus, -a, -um,
 “magnífico” e “soberbo” porque “que está ou julga estar por cima”, *super*-,

delatado o entrelaçamento de juízo de valor com o sentido concretivo-espacial que inaugura a cadeia de metáforas ou, melhor dizendo-se, delatado o embasamento da cadeia de metáforas — até o sentido mais propriamente ético — no sentido concretivo-espacial.

O verbo denominal *prōbo* — < *prōbus* —, *prōbare*, é parcialmente cognato com *dubo*, *dubare*, e com o frequentativo *dubĭto*, *dubĭtare*, destes sendo o primeiro elemento a raiz **du*, que ocorre em *duo*, *duae*, *duo*:

* *prō-* + *-bhos*
 >
prōbus, *-a*, *-um*,
 >
prōbo, *-are*,
 “(a)provar” porque “fazer brotar bem”,

a que acrescento

“fazer brotar bem” porque “fazer brotar para a frente”, *prō-*,
 eticamente percebido como **bom** o caminhar **para a frente**,
 o movimentar-se **para a frente**;

* *du-* + *-bho*
 >
dubo, *-are*, > *dubĭto*, *-are*,
 “duvidar” porque “fazer brotar em duplicidade”, *du-*.

Explicita-se aí a formação muito imagetivamente metafórica da ideia de (a)provar e da ideia de duvidar, calçada a imagem comum — **bhu* / **bho*, “brotar” — na experiência do sensível-concreto, e inspirada na movimentalidade de *prō/prō-* a metáfora de (a)provar,

ação que se pode irmanar consecutivamente com a de duvidar: talvez se tenha mesmo de “duvidar” para que depois se possa “(a)provar”, discursivamente pressuposta na (a)provação a duplicidade da dúvida —

[*ad* (gerador do movimento de *lugar para onde*)] *prōbare* > [*a(p)*]*provar*;

dubare > *dubitare* > *duvidar*

—, restando no par vernáculo — [*a(p)*]*provar*, *duvidar* — um único fonema comum — /v/ — na composição do segmento lexical de cada verbo, a lenização /v/ da consoante de **bhu* / **bho*, migalho “material” da estruturante imagem comum, “brotar”, imaterialmente mantida pela potência da semântica primeva, e coerentemente associada — em *prōbare* > [*a(p)*]*provar* — à imagem inscrita em *prō* / *prō-*, igualmente movimental, movimento de *lugar para onde*. Toda a gama de (re)metaforizações semântico-especializantes que se acrescentam a [*a(p)*]*provar* (e à própria palavra *brotar*), requeridas por injunções discursivas, é acolhida por aquelas imagens inaugurais físico-concretivas, “brotar”, “para a frente”, “fazer brotar para a frente”, que a potência semântico-ontogênica mantém, porque necessárias, geradoras, produtivas.

II. 5. Potência ontogênica; ato discursivo

A proposição de imanência não nega a necessidade de atualização.³⁴⁹ Não se atualizasse, a Língua não lograria positivar-se no plano da humanidade, incluídos aí a temporalidade e os acidentes materiais. A tarefa não é, pois, decidir entre abstração e ocorrencialidade, entre regularidade e diversidade. Também não se trata de

³⁴⁹ Veja-se a nota 311.

permanecer no conflito, que não deveria haver.³⁵⁰ Trata-se de **interpretar** quer as ocorrências, quer a estrutura do sistema, quer a pluralidade, quer a motivação da regularidade, quer o canônico, quer — e sobretudo — o marginal: a par da oposição que proponho aqui, em certo sentido tudo isso é um só, porque um não é sem o outro ou — mais verdadeiramente — um é o outro como faces da mesma moeda, no exato sentido de que a abstração é síntese da ocorrencialidade, bem como a ocorrencialidade contém a validade semântico-estrutural que permite a síntese; a regularidade é tendência semântica da diversidade, assim como as ocorrências são atualizações da estrutura e a pluralidade é permissão das brechas do sistema; o canônico é o potencial marginal consagrado, bem como o marginal é o potencial canônico não interpretado em sua validade mais uma vez semântico-estrutural; a motivação da regularidade, linha mestra de todo o elenco, é desdobramento da inspiração semântica originadora e ao mesmo tempo mantida. A **interpretação** há de ser semântica e há de ser necessariamente distinta do que é discursivo-pragmático para que se chegue à Semântica **da** Sintaxe, a uma **significação da Sintaxe**, engendro inspirado pela metáfora do movimento.

A interpretação haver de distinguir-se do que é discursivo-pragmático não se confunde com a legítima imbricação que há entre intenções discursivas e formalizações sintáticas. Essa imbricação, que é o que se considera no estabelecimento de análises já partilhadas, encontra situações de iluminação, como o contexto discursivo que resultou na formalização

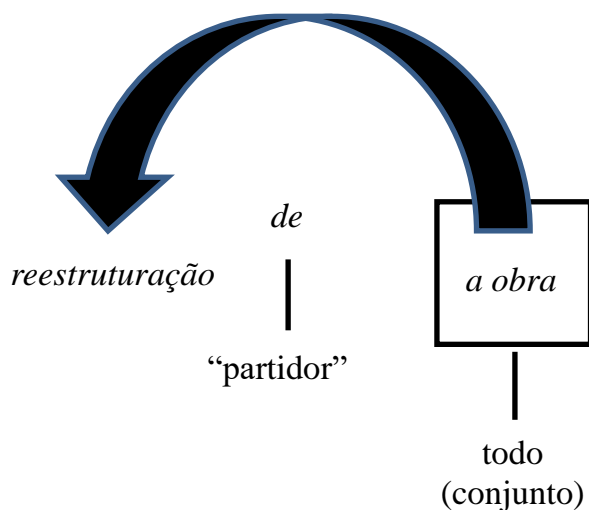
“(...) essa reestruturação da obra [Sinfonia nº 9 de Beethoven] (...)”
(CULTURA FM / FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, agosto de
2012),

³⁵⁰ “Não compreendem como o divergente consigo mesmo concorda; harmonia de tensões contrárias, como de arco e lira.” [Heráclito, Fragmento 51, DK 22 b 1-126] (SOUZA, 1996, p. 93): no pensamento heraclítico, à recorrente tematização dos contrários subjaz a preconização da existência de profunda unidade no seio da diversidade. É essa unidade, profunda, que preconizo para a Língua e sua ontogênese, como superação, já ontogênica, das pretendidas oposições, das aparentes incongruências.

em que *da obra*, ao contrário do presumível, não desempenha função de complemento nominal de *reestruturação*, porque a obra em tela não foi reestruturada, não sofreu processo de reestruturação, não sofreu efeito do ato de reestruturar-se, ou seja, a obra não foi objeto de reestruturação; segundo o próprio texto a que pertence o sintagma em pauta, a obra, a Sinfonia nº 9 de Beethoven, foi estruturada reestruturando-se o padrão clássico das sinfonias, ou reestruturando ela mesma esse padrão, já na macroestrutura — a “Nona Sinfonia” contém o *scherzo* na posição de segundo movimento, não na de terceiro, e apresenta um terceiro movimento lento, em lugar de um *allegro* —, entendimento eminentemente contextual que faz considerar *reestruturação da obra* “reestruturação ligada à obra, relacionada à obra”, “reestruturação que a obra representou para outras obras”, “reestruturação que a obra representou relativamente a obras congêneres”, e, então, faz classificar *da obra* adjunto adnominal. Vê-se que se está diante de análise sintática que, no sentido aqui proposto, reclama, entretanto, o nome de análise sintático-discursiva, muitas vezes bem mais discursiva do que sintática, segundo a convicção, aqui presente, da possibilidade de chegar à Semântica da Sintaxe, percepção sustentada pela força da manutenção semântica propriamente dita, nomeadamente a substantividade, e pelo rendimento da metáfora do movimento. Segundo essa orientação, distinguir complemento nominal e adjunto adnominal é tarefa que a Sintaxe não deve propor; trata-se de questão exatamente alheia à “análise sintática” pretendida aqui, porque pertence a procedimento mais intelectual e classificatório do que *stricto sensu* analítico e porque evoca intelecção e classificação em tudo discursivas, em nada ontogênicas; para uma Sintaxe ontogênica, é questão que não deve ser formulada, porque nada diz sobre ontogênese sintática, nada diz sobre a semântica que possa haver na constituição do tecido relacional da Língua. Nos dizeres de Cassirer (1973 [1925], p. 74),

“(…) Définissant le concept de ‘réalité’ en appelant ‘réel’ tout contenu de l’intuition empirique qui est déterminé par des lois universelles et qui, par conséquent, se range dans le ‘contexte unifié de l’expérience’, Kant a déterminé de façon exhaustive le concept de réalité de la pensée discursive. Mais la pensée mythique et la pensée linguistique primaire ne connaissent pas tout d’abord un tel ‘contexte de l’expérience’. (...)” (a sublinha é minha),

simplesmente porque, em momento primevo, as especificações discursivas, que são impostas pela complexificação da vida, exigidas pelos desejos e trazidas pela experiência em acúmulo, não constituíram exigência porquanto não estavam constituídas; não constituíram Língua porque não estavam lá. As especificações não compõem primariedade e, então, não compõem a estrutura linguística; a estrutura é primeva, e as especificações são históricas. Só se pode pretender uma Sintaxe discursiva, com a precisão especificativa que lhe é própria, se já não se está em momento primevo, uma vez que a estrutura e sua primariedade guardam as especificações discursivas como potência, não como ato. Assim, quer se venha a entender complemento nominal, quer se venha a entender adjunto adnominal, a estrutura do sintagma *da obra* é a mesma, havendo, então, de ser a mesma a “semântica sintática” aí presente, havendo, então, de ter sido a mesma a inspiração semântica aí constitutiva da formalização sintática, alheio qualquer “contexte de l’expérience” (*supra*): do *arqui-frame* “a obra” se separa a reestruturação em tela; de tudo que possa emanar daquele *arqui-frame* — representante da totalidade “a obra” — retira-se um elemento, que é “reestruturação”. Essa metáfora, espacial, movimental, absolutamente não conflita com a classificação — talvez mais classificação do que análise — aqui chamada sintático-discursiva; todo ao contrário, a metáfora do movimento comporta as aposições de matizes discursivos, porque é abarcadora tanto quanto possível: a imagem de o elemento “reestruturação” ser parte do conjunto “a obra”, a imagem de aquele elemento metaforicamente partir daquele conjunto é imagem que fartamente comporta e grandemente ampara a ideia “adjuntiva” de “reestruturação ligada à obra, relacionada à obra”, bem como é imagem que comporta e mesmo ampara a ideia “completiva” de “reestruturação ligada à obra, relacionada à obra, voltada à obra”, agora no sentido mesmo de uma reestruturação que tem a obra por objeto, em **imagem discursiva** de aproximação, sintonia construída exatamente *ex opposito* à **imagem sintática** de separação e ao movimento sintático de afastamento.



(Figura 26)

A metáfora presente na **imagem sintática** é a de um conjunto — “a obra” — **de** que **se se-para** um elemento — “(essa) reestruturação” —, elemento **do** conjunto, para veicular a ideia de que se trata de um elemento **daquele** conjunto, então pertencente àquele conjunto, ligado a ele, relacionado a ele, o que já constitui a **imagem discursiva** formalizável pelos elementos de aproximação próprios da ideia de ligação, relação, pertencimento, e demais elementos discursivos que confirmam os matizes também discursivos especificativos da intenção *ad hoc*.

Todo o mesmo vale para o sintagma

plantação de cana,

quer em

João pratica plantação de cana,

quer em

João machucou o pé na plantação de cana.

Pouco provável seria João praticar um objeto; praticam-se comportamentos, o que faz entender *plantação (de cana)* a expressão de um comportamento, objeto da prática de João, de que, por sua vez, *de cana* é complemento, objeto do plantar. Por outro lado, não é pouco provável João machucar o pé num comportamento, por exemplo o comportamento de plantar cana, se não o de jogar bola, mas pode-se julgar mais provável João machucar o pé num local, por exemplo uma área de plantação de cana, o que faz entender *plantação (de cana)* a expressão de um local, totalidade expressiva em que *de cana* é adjunto, especificativo do tipo de “plantação” como efeito, não ato.

João vive da plantação de cana

guarda a ambiguidade própria das reais situações discursivas: pode-se entender que João sobreviva por meio da prática de plantar e vender cana, mas, ainda que secundariamente, pode-se conceber a ideia de que João extraia sua sobrevivência do local em que se realiza aquela prática. Mais uma vez se vê tratar-se de análise necessariamente sintático-discursiva.

Dito está aqui que a distinção entre complemento nominal e adjunto adnominal é defensável se tomada de ponto de vista sintático-discursivo, bem mais discursivo do que sintático. A irrelevância para a Sintaxe que aqui pretendo configurar não se deve a objeção nem de ordem política nem mesmo de ordem pedagógica, a não ser que se propusesse uma pedagogia grandemente reestruturada e reestruturadora; trata-se de objeção metodológica, uma vez que contributiva para a configuração daquela Sintaxe, em atitude, por assim dizer, metalinguística. Determinada radicalização dessa atitude é, a bem de total coerência, afirmar a mesma irrelevância sintática para a distinção sintático-discursiva entre, de um lado, o complemento nominal e o adjunto adnominal e, de outro, o agente da passiva construídos, todos, com *de* + (pro)nome substantivo:

da mãe

é a mesma entidade sintática em

o amor da mãe

e em

amado da mãe,

porque, bastante para a Sintaxe, expressa *lugar de onde*, assim como *de cana* em todas aquelas sentenças. Entenda-se quer como genitivo objetivo³⁵¹, quer como genitivo subjetivo³⁵², ou seja, quer como complemento nominal, quer como adjunto adnominal, *da mãe*, em *o amor da mãe*, sempre o mesmo *matris* latino, em *matris amor*, expressa o lugar de onde procede o amor, ou seja, **a mãe é o lugar** de onde procede o amor, quer porque, sendo amada, ou seja, discursivamente recebendo o amor, apenas discursivamente é objeto do amar, já que **no plano representativo**, *sintático*, é o lugar de onde procede o elemento “amor” posto em questão no plano discursivo, quer porque, sendo amante, ou seja, discursivamente dando o amor, é o lugar de onde procede o elemento “amor” em ambos os planos, no representativo e, de certa maneira, no discursivo, bastando que se utilize a singeleza do argumento “se a mãe ama, é dela que o amor provém”; em pé de absoluta igualdade sintática, se se entende *amado* substantivado, o adjunto adnominal *da mãe*, em *(o) amado da mãe*, representa o lugar de onde procede o elemento “amado”, ou seja, **a mãe é o lugar** de onde procede o elemento “amado”, e, se se entende *amado* propriamente particípio perfeito, o agente da passiva *da mãe*, em *amado da mãe*, representa o lugar de onde procede o ato de amar, ou seja, **a mãe é o lugar** de onde procede o ato de amar, interpretação que acredito iluminar semanticamente a constituição e a sedimentação da expressão com *de* do agente da voz passiva, outrora chamado,

³⁵¹ “(...) Emprega-se o genitivo: [§] (...) Para indicar a pessoa ou coisa,^[sic] sobre que recai a acção do substantivo regente — *genitivo objectivo*. Ex.: *Metus hostium* = o medo dos inimigos; o medo que nós temos dos inimigos (*nos metuimus hostes*) (...)” (ZENONI, 1961, p. 355)

com propriedade, *complemento adverbial*³⁵² *de causa eficiente*, ou seja, expressão circunstancial da causa que faz, do lugar em que nasce o comportamento expresso na voz passiva, conseqüentemente o **lugar de onde** procede aquele comportamento, o lugar onde ele se origina e de onde se afasta para atingir o sujeito passivo, isto é, o **lugar de onde** procede, (**de**) onde se origina e **de onde** se afasta o **movimento**, a *causa movente*, a causa que move, sinônimo latino da concepção aristotélica de *causa pro-dutiva*, *causa eficiente*, a causa que *produz* e *faz* porque é o **lugar de onde** provém a determinação impressa pelo movimento: sintomaticamente, aquele **gen-itivo** “latino” ecoa no **ab-lativo** que em “latim” reveste o agente da passiva, em “grego” expresso também pelo genitivo, inexistente o ablativo. A proposição do caráter subjetivo pode estender-se à intelecção do sintagma *da obra* como adjunto adnominal em *reestruturação da obra*, segundo o viés metafórico, particularmente prosopopáico, de que a obra em questão haja, ela mesma, reestruturado as obras congêneres; sendo reestruturante, ou seja, discursivamente

³⁵² “(...) Emprega-se o genitivo: [§] (...) Para indicar a pessoa ou a coisa,^[sic] em que se encontra ou **de que provém alguma coisa** [o negrito é meu] — *genitivo subjetivo*. Ex.: *Metus hostium* ‘o medo dos inimigos’ = o medo que os inimigos têm de nós (*hostes metuunt*) (...)” (ZENONI, 1961, p. 355)

³⁵³ Como um dos itens do gracioso subtítulo “Notas suplementares à 26.^a lição [§] (*Só para docente, ou adulto*)”, Goes (1965, p. 91-2), em jus do tradicional pensamento linguístico de cunho louvavelmente filosófico, entretanto alheio, por óbvio, à minha proposição de ontogênese, adverte da distinção *ad hoc*:

“(...) Não se confunda *adjunto adverbial de meio, ou de causa com agente da passiva*. Ao passo que êste corresponde ao fator primacial da ação do verbo (ação que foi recair sobre outro indivíduo, que, na espécie, é o sujeito), aquêle corresponde meramente ao *meio*, de que se serviu o agente, ou à *causa*, fortuita e eventual, de um fato que se limitou ao sujeito, ex.: João foi morto *por Paulo* (o grifo corresponde ao agente da passiva); *Paulo* foi o agente da ação, que recaiu sobre o paciente-sujeito *João*. — Na frase João foi morto *a punhal* — ou João foi morto *com uma cacetada*,^[sic] — ou — João foi prostrado *por um tiro*, — [mantive o indisciplinado uso dos travessões] os termos em grifo são meros *adjuntos adverbiais de meio* (meio de que [se] serviu o agente, que está indeterminado ou subentendido e que seria na espécie o agente da passiva) — Na frase ‘Pedro morreu *de fome*’, — o termo em grifo é mero adjunto adverbial de causa, pois a ‘fome’ foi a causa eventual do fato (a morte), que recaiu sobre o sujeito (Pedro), sem que êste a houvesse recebido de outrem.”

Aí se vê que o autor se empenha em fazer distinguir (1) “o fator primacial da ação do verbo”, fator que pode ser representado pelo agente da voz passiva, e (2) aquilo que “corresponde meramente ao *meio*, de que se serviu o agente, ou à *causa*, fortuita e eventual, de um fato”, ou seja, o empenho está em fazer distinguir um *termo integrante* da oração e um “mero” *circunstante* do verbo, distinção que se apõe à identificação do agente da passiva como complemento adverbial (de causa eficiente): a flutuação da consideração sintática indicia tratar-se de ponto de vista discursivo, não propriamente sintático.

realizando a reestruturação, é o **lugar de onde** procede o elemento “reestruturação” em ambos os planos, no representativo e, de certa maneira, mesmo no discursivo, ora bastando que se utilize a singeleza do argumento “se a obra como que reestrutura as outras obras, é dela que a reestruturação provém”: *da obra* expressa, pois, o **lugar de onde** procede a reestruturação, ou seja, a obra é o **lugar de onde** procede a reestruturação, o que, mais uma vez, emblematiza o rendimento da metáfora do espaço.

Novamente sem sabotar a intenção discursiva, não importa para a semântica da sintaxe que há em *João ilustrou-se em Filosofia mediante Aristóteles* o fato discursivo de que a Aristóteles, meio da ilustração de João, se tenha reservado papel passivo; ora, o papel sintático é tão ativo quanto é ativo qualquer participio presente, ainda que gramaticalizado:

João ilustrou-se em Filosofia mediante Aristóteles

é

“João ilustrou-se em Filosofia estando Aristóteles a mediar”,

“João ilustrou-se em Filosofia **estante** Aristóteles no meio”,

assim como

João ilustrou-se em Filosofia mediante Platão e Aristóteles

é

“João ilustrou-se em Filosofia estando Platão e Aristóteles a mediar”,

“João ilustrou-se em Filosofia **estantes** Platão e Aristóteles no meio”,

“João ilustrou-se em Filosofia **mediantes** Platão e Aristóteles”,

estando sendo nome adverbial em alinhavo com o caráter de nome adjetival de *estante(s)*, não mais participio presente do que *mediante(s)*. Na esteira da metonímia, o papel discursivamente passivo cabe aos textos do(s) filósofo(s) em tela — dada a relação de

contiguidade entre autor(es) e textos —, podendo-se acionar argumento como “João é que se ilustrou; foi ele quem agiu; (os textos de) o(s) autor(es) foi apenas meio”, a que se responderia, ainda discursivamente, que também os textos podem ser vistos como ativos, mais ainda o(s) autor(es). Emblemática da ontogênese sintática é a abstratização metafórica do **lugar onde** expresso no sintagma *em Filosofia*; ao lado disso, aqui genericamente também tratada como metáfora³⁵⁴, a metonímia da expressão de autor pela expressão de obra é apenas ancilar do seguinte processo:

se João se ilustrou em Filosofia estando (os textos de) Platão e Aristóteles a mediar,

então “João se ilustrou em Filosofia **estantes** (os textos de) Platão e Aristóteles no meio”,

“João se ilustrou em Filosofia **mediantes** (os textos de) Platão e Aristóteles”,

gramaticalizado em

*João ilustrou-se em Filosofia **mediante** (os textos de) Platão e Aristóteles.*

Uma vez efetivada a gramaticalização, é impertinente a oposição entre passividade e atividade; permanece, entretanto, a latência do papel ontogenicamente ativo, que assim radicalizo:

“João ilustrou-se em Filosofia . Platão e Aristóteles **mediavam**.”

>

“João ilustrou-se em Filosofia . Eram **mediantes** Platão e Aristóteles.”

>

“João ilustrou-se em Filosofia, **mediantes** Platão e Aristóteles.”,

³⁵⁴ Vejam-se no Glossário considerações sobre a imbricação entre metáfora e metonímia.

desvanecida a parataxe, o que me parece sustentante da gramaticalização, após a ontogênese da formulação.

Quanto ao imbricamento entre discursividade e classes morfológicas, a análise do **acionamento** da inteira classe morfológica do *artigo* deve ser cabalmente discursiva (veja-se o Capítulo I, *caput*), incluído o tratamento da ambiguidade, também discursiva, a qual pode resultar daquele acionamento (ou de sua ausência), perceptível em

“(...) [Reclama-se de] cobranças indevidas, produtos com defeitos, produtos comprados pela Internet que não chegam. São muitas as [a sublinha é minha; não houve ênfase] reclamações. (...)”
(CULTURA FM / FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, março de 2019):

após o rol que discrimina teores de reclamações, a expressão

“São muitas as reclamações.”

pode querer dizer que, no contexto de que se trata, simplesmente haja grande número de reclamações, bem como pode querer dizer que ali haja reclamações de diferentes teores, além dos discriminados, leitura talvez preferível, em função do acionamento do artigo propriamente chamado *definido*, historicamente pronome demonstrativo. Entender que simplesmente haja grande número de reclamações (de qualquer teor ou de qualquer um dos teores mencionados) é promover certo entendimento dêitico do acionamento do artigo,

“são muitas *as* (‘aquelas’) reclamações que há *ali*”,

o que equivale à eximicção do acionamento do artigo, segundo a formulação

são muitas reclamações,

de análise sintática pouco pacífica. Por sua vez, entender que haja reclamações de diferentes teores (além dos discriminados) parece produzir curioso entendimento anafórico do acionamento do artigo, aí se interpretando não

* “são muitas *as* (‘aquelas’) reclamações de teor aqui discriminado”,

mas

“são muitos os tipos de reclamações como *aquelas*”,

“há muitos outros tipos de reclamações semelhantes *àquelas*”,

“discriminadas *as* (‘aquelas’) reclamações, há muitos outros tipos de reclamações semelhantes”.

Note-se a alteridade sintática entre

são muitas as reclamações,

em que se têm o consensual estatuto de copulação (de cuja consideração não partilho) e, para *muitas*, o de predicativo do sujeito (*as reclamações são muitas*),

e

são muitas reclamações,

em que se assume a intransitividade do verbo essencial (*muitas reclamações são*) (vejam-se, aqui e no Capítulo III, *caput*, minhas considerações sobre o “verbo essencial”)

e se tem

muitas reclamações

como sintagma,

o que implica a

muitas

o estatuto de adjunto adnominal (do núcleo do sujeito *muitas reclamações*),

mas a opção pelo **acionamento** do artigo é de ordem inteiramente discursiva (veja-se o Capítulo I, *caput*), e com isso se deve coadunar análise que tal.

O posicionamento que aqui assumo, de caráter que talvez se aproxime a certo funcionalismo, bem se aplica a uma análise sintático-discursiva, aqui aderente a minha proposição de apreciação ontogênica se se admitir a indiferença, estritamente ontogênica, entre o estatuto de adjunto e o de predicativo (veja-se, no segmento inicial deste capítulo, minha reflexão sobre os predicativos), e se (apenas se) se assumir a intransitividade do verbo essencial para ambas as análises, tanto para a que faz considerar o estatuto de adjunto, como, igualmente, para a que faz considerar o estatuto de predicativo:

são muitas as reclamações

<

são , muitas , as reclamações

<

são , muitas , as reclamações

<

são , se muitas , as reclamações

<

são , se muitas , aquelas re(iteradas)-clamações:

“aquelas re-clamações, se entendidas como muitas, ***sunt***”:

as reclamações são muitas,

são muitas as reclamações;

são muitas reclamações

<

são *muitas reclamações*

<

muitas reclamações **são**

<

muitas re-clamações **são**:

“muitas re-clamações **sunt**”:

muitas reclamações são,

são muitas reclamações.

Desfazer a mecanicidade, realizar a desmecanização do que se pretende que seja análise, ou seja, *analisar*, entendo que pressuponha considerar a manutenção semântica no grau exigido pela Semântica da Sintaxe, em cuja constituição atuam imprescindivelmente a **parataxe** e o **movimento sintático**, que ontogeram formulações como

*ilustrar-se **mediante** Aristóteles*

e

*viver **da** plantação **de** cana,*

a acolherem-se, todavia, os encaminhamentos discursivos, já comportada aí a discursividade. Analisar pressupõe, então, reconhecer a manutenção da movimentalidade e a latência de arqueológica parataxe.

II. 6. A arqueológica parataxe

A hipotaxe, sofisticada forja engendrada pelo espírito humano, guarda algo de despropositado, apenas possibilitado pela construção histórica. As camadas dessa construção, uma vez desmontadas, reconduzem à parataxe; lá se evidenciam os vácuos próprios da parataxe, das construções paratáticas, que, sobrepostas, geram o sentimento da completude aparentemente proporcionada pela hipotaxe.

O preenchimento das lacunas “materiais” da parataxe parece identificar-se com a explicitação das relações que já há, parece poder ser diretamente associado à geração de metáfora. Ora, operada a metaforização, explicitadas as relações, permanece o que havia de elemento paratático, minimalista, ao mesmo tempo que nunca parece suficiente o grau de explicitude, reconhecida alguma lacuna componente da condição humana.

“(…) Such contextual information need not be specified in discourse, but it is assumed. Linguistic utterances, therefore, are incomplete, in the sense that they do not offer all the information needed to communicate. In fact, we should not be surprised by this incompleteness. (...)” (SVOROU, 1993, p. 4)

Lidar com a insuficiência expressiva própria da estrutura paratática parece que não se desaprendeu, permanecendo a relativa, e decisivamente importante, densidade semântica que há nos elementos presentes.

Densidade. Essa é a base substantiva da metáfora. Se o preenchimento aparentemente desfazedor da parataxe é expressão de relações, se é o que parece haver de mais abstrato, se a geração de metáfora parece ser o corolário da abstração aí acionada, o ponto de partida do procedimento metaforizante são os pontos presentes na parataxe, expressão da essência substantiva. Operadora por excelência da metáfora do movimento, ou seja, da metáfora que é o movimento sintático, é a “preposição” a entidade que expressa, então, o comportamento de movimentar-se fundamentalmente de um lugar

para outro, ou seja, de uma substância para outra. Sintomático é o que dizem Meillet e Vendryes (1966 [1927]):

“En même temps que le préverbe se soudait au verbe, la préposition s’employait de plus en plus devant le nom, **notamment quand il s’agissait d’indiquer un rapport concret**. (...)” (p. 575; os realces são meus);

“Les prépositions ont pris dans toutes les langues une importance de plus en plus grande. Elles tendent à y devenir la marque de tous les rapports que la flexion nominale exprimait en indo-européen. **Le développement des prépositions est donc parallèle à la réduction de la déclinaison. Ce développement a commencé dans l’expression des rapports concrets (de lieu, de temps, d’instrument, de cause, d’origine, etc.): les cas qui servaient à exprimer ces rapports s’affaiblissent les premiers, au point même de disparaître. Dans l’expression des rapports abstraits, tels que ceux de régime direct ou indirect de verbe ou de régime du nom, les prépositions n’étaient pas employées à date ancienne.** (...)” (p. 526; os realces são meus).

Recorrente parece a desidentificação das noções “de lugar, de tempo, (...) de causa, de origem etc.”, acima parenteticamente expressas para especificar “relações concretas”, delatando-se a desconsciência da **identidade sintática** daquelas noções, ontogenicamente recobertas as noções de tempo — eixo espaço-tempo —, de causa, de origem pela noção de lugar-espaço.

“(…) Assim como a fronteira entre os sons naturais e afetivos essencialmente sensíveis e as palavras mais simples referentes ao espaço se apresenta como algo inteiramente fluido, da mesma forma evidencia-se a mesma transição contínua e imperceptível entre a esfera lingüística que abrange as determinações espaciais e a que compreende as determinações temporais. Até mesmo em nossas línguas cultas modernas, ambas ainda constituem freqüentemente uma unidade intacta, sendo comum que **uma e a mesma palavra sirva para expressar relações espaciais e [relações] temporais** [o negrito é meu]. Exemplos ainda mais numerosos que comprovam esta interdependência encontram-se nas línguas dos povos primitivos, que, em muitos casos, parecem não dispor de outro meio, além deste, para expressar a representação do tempo. **Os simples advérbios de lugar são empregados indistintamente também em sentido temporal, de sorte que por exemplo a palavra que designa o ‘aqui’ se funde com o termo que indica o ‘agora’, assim como a designação do ‘lá’ coincide com a de ‘antes’ ou ‘depois’** [o negrito é meu] (...). Procurou-se explicar o fato, argumentando que, objetivamente, a proximidade ou distância espacial e [a] temporal se condicionam mutuamente; que aquilo que ocorre em regiões distantes no espaço habitualmente também constitui algo passado e remoto, do ponto de vista temporal, quando se fala do ocorrido. Ao que tudo indica, porém, aqui não se trata primordialmente de correlações reais e objetivas desta espécie, e sim de correlações de ordem puramente ideal — trata-se de um nível de consciência

ainda relativamente indiferenciado e ainda insensível às diferenças específicas das formas de espaço e [de] tempo como tais. **Até mesmo relações temporais relativamente complexas, para as quais as línguas cultas desenvolvidas criaram expressões específicas, também são frequentemente designadas, nas línguas dos povos primitivos, pelos mais rudimentares meios de expressão indicativos do espaço** [o negrito é meu] [As línguas do Sudão, geralmente, expressam o fato de que um sujeito está *envolvido* em uma ação por intermédio de uma estrutura que, a rigor, significa que ele se encontra *no interior* desta ação. Mas_[,] como também este ‘interior’ na maioria das vezes é designado de modo inteiramente material, resultam formulações como ‘eu sou o interior do andar’, ‘eu sou a barriga do andar’, para indicar ‘eu estou andando’. (...)]³⁵⁵.

Enquanto persistir este vínculo material, a peculiaridade da forma verbal, como tal, não pode se [*sic*] manifestar de maneira pura na linguagem. Até mesmo as relações estruturais do tempo transformam-se agora, involuntariamente, em relações espaciais. Para o ‘aqui’ e para o ‘lá’ no espaço existe apenas uma simples relação de distância; trata-se, aqui, simplesmente do afastamento, da separação de dois pontos no espaço, enquanto na passagem de um para o outro, em geral, inexistente a preferência por uma direção. Como momentos do espaço, ambos os pontos possuem a ‘possibilidade da coexistência’ e, por assim dizer, resistem um ao outro; mediante um simples movimento, o ‘lá’ pode transformar-se em um ‘aqui’, e o ‘aqui’, ao deixar de sê-lo, pode voltar à sua forma anterior através do movimento inverso. Mas o tempo, ao contrário, além da separação e do distanciamento recíproco de seus diversos elementos, mostra um [*sic*] determinado ‘sentido’ peculiar e irreversível no qual transcorre. A direção do passado para o futuro ou do futuro para o passado constitui algo próprio, inconfundível. Onde, porém, **a consciência ainda permanece preferencialmente no âmbito da intuição espacial e capta as determinações temporais somente na medida em que pode apreendê-las e designá-las por meio de analogias espaciais** [o negrito é meu] — neste caso, necessariamente, também esta peculiaridade das orientações temporais permanecerá inicialmente obscura. Tal como no espaço, também aqui tudo se reduz à simples distinção entre distância e proximidade. (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 238-41)

A singularidade da desconsciência da identidade sintática daquelas noções é bem seguramente associada à desconsciência do papel metafórico desempenhado pelos casos e pelas “preposições”. Singelamente vista como cimento gramatical³⁵⁶, mesmo aí

³⁵⁵ nota da citação

³⁵⁶ “Há certa tendência a considerar as preposições vazias de sentido. Se isso vale para *amar a Deus, a cidade de Brasília, cumprir com o dever, uma coisa implica em outra*, certamente somos todos sensíveis à semântica de *ante, após, com/sem, contra, sob/sobre*, etc.” (LUFT, 1993, p. 14), preposições de espacialidade patente, haja vista a etimologia de *após*, bem como a presença da imagem de lateralidade em *com*, interpretação com cujo viés pretendo tornar causalizada a asserção de que “certamente somos todos sensíveis à semântica” daquelas preposições. Não há, entretanto, princípio de causalidade para a hipótese do vazio, a não ser a legítima desconsciência da comunidade falante, o que não confere a “certa tendência” **teórica** substrato suficiente para assim postular; observem-se, ao contrário, as possibilidades de interpretação ontogênica que proponho no subitem II. 1. 2.

a preposição une duas *representações de substâncias*. Talvez por meio da observação do desempenho da assim chamada preposição se possa perceber a exigência de um caráter de substantividade dos elementos cujas representações ela une, a exigência de estatismo morfo-semântico, para a realização do movimento sintático, que a “preposição” imagetiza.

Indiciadora (ela mesma) do movimento (por ela mesma) imagetizado, a “preposição” se vê a funcionar como *advérbio* em estádios arcaicos da Língua, o que promove afirmações equivocadas como

“(…) Muitas preposições empregam-se adverbialmente sem caso.

Ad: pouco mais ou menos. **Adversus:** contra. **Ante:** diante. **Circa, circum:** à roda. **Contra:** de frente, contra. **Coram:** na presença. **Extra:** fora. **Citra:** para aquém. **Infra:** debaixo. **Intra:** dentro. **Iuxta:** perto, igualmente. **Post:** detrás. **Prope:** perto. **Propter:** junto, perto. **Subter:** por baixo. **Supra:** por cima.

Ex.: *Occisis ad hominum milibus quattuor:* mortos cerca de quatro mil homens.” (FREIRE, 1956, p. 345),

ad corrigendum por

“(…) Primitivement adverbess de lieu, (...) [les prépositions] expriment d’abord un rapport de *lieu*, puis, par analogie, elles en sont arrivées à exprimer un rapport de *temps*, et enfin, par extension, un rapport *figuré*.

En outre, un certain nombre d’entre elles s’emploient à la fois comme *prépositions* et comme *adverbess*.” (GEORGIN; BERTHAUT, 1942, p. 119),

em que a enunciação “un certain nombre [dentre as preposições] s’emploient à la fois comme *prépositions* et comme *adverbess*” não contradiz o segmento inicial “Primitivement adverbess de lieu”, predicativo em aposição que afirma a essencialidade adverbial da “preposição”, ontogenicamente advérbio:

occisis ad hominum milibus quattuor

é construção centrada em ablativo absoluto, portanto grande advérbio, circunstância de oração “principal”,

hominum,
quattuor, ad, milibus occisis,

“dos homens,
aproximadamente quatro mil mortos”,

“dos homens,
mortos aproximadamente quatro mil”,

a que confiro interpretação ontogênica segundo a qual

(1) **a partir de** o conjunto dos homens, **de**-riva-se o número de homens mortos, metaforicamente se **de**-rivam os mortos, expresso o conjunto em **gen**-itivo, *hominum*, porque expressa a origem, o ponto-lugar de partida, a **gên**-ese do movimento, **lugar de onde**;

(2) tem-se o grande advérbio que é o ablativo absoluto, construção verbo-nominal — nominal como construção ablativa, adverbial; verbal como construção absoluta, formulada como que à parte da oração “principal”, da qual rigorosamente expressa circunstância —: como tal, o particípio, *occisis*, já configura caráter verbo-nominal, uma vez que o particípio é, a um só tempo, verbo e nome adjetivo; posto no caso da circunstância, que é o ablativo, o particípio se faz absoluto, “absolvido” da oração “principal”, porque predica nome — aqui, nome numeral substantivo, *milibus*, por sua vez determinado por *quattuor* — alheio àquela oração, interno à própria construção em ablativo absoluto³⁵⁷: *occisis quattuor milibus*, “mortos quatro mil”, “tendo sido mortos quatro mil”, “estando mortos quatro mil”, estrutura predicativa em que o adjetivo participial *occisis* compõe o predicado do sujeito *ad milibus quattuor*,

³⁵⁷ “**ABLATIVO ABSOLUTO.** — Se llama así en latín a una construcción de oración subordinada (en griego de genitivo absoluto) cuando ésta tiene un sujeto propio, que no aparece en la oración principal, y que se pone en ablativo, reduciéndose el verbo de la oración subordinada a su participio, que también se construye en ablativo (...)” (LOS QUINCE MIL VERBOS ESPAÑOLES, 1984, p. 11)

“dos homens,
 tendo sido mortos aproximadamente quatro mil,
 [veicula-se o conteúdo da oração ‘principal’:]
reliqui in oppidum reiecti sunt (CESAR, G, II, 33)”;

(3) o advérbio *ad* incide sobre o sintagma nominal *milibus quattuor*, o que, ademais da incidência de advérbio sobre substantivo³⁵⁸, desdiz da indisposição contra o encabeçamento preposicional do sujeito: pretende-se, a princípio, que o sujeito não possa ser “preposicionado”, talvez sob a intuição de que algo de absoluto o compõe, o que, então, significaria que ele não possa ser marcadamente ligado a nada, como por meio de uma preposição. Ora, a ressalva aqui não se limita a dizer que se trata de advérbio e não de preposição, mas estende-se a preconizar que aquilo que veio a ser considerado “preposição” não simplesmente liga uma palavra a outra, mas, segundo o que propugno, indicia movimento metafórico, e é por isso que, na plástica configurativa da Língua, gera a sensação de ligar os elementos envolvidos no deslocamento e efetivamente inter-relaciona representações. Teria sido miraculosa a passagem do denso *status* de advérbio para a funcionalidade estreita de ligar palavras: no advérbio-“preposição”, a densidade se mantém, porque se mantém aí inscrita a primeva carga semântica físico-concretiva de espacialidade, e a imagem de movimento de *a(d)*proximação, *lugar para onde*, está inscrita no advérbio *ad*, não mais do que na “preposição” *ad*, *a(d)*proximação ao *lugar para onde* se vai, *a(d)*proximação ao lugar do *a(d)*proximado, lugar daquilo *a* que se chega incertamente, porque se pode haver chegado *a* ponto contíguo, circunvizinho, “pouco mais ou menos” ali, “cerca de” aquilo que se pretendia, tendo-se, entretanto, *a(d)*cercado o chegante ao ponto a chegar, movimento metafórico de *lugar para onde* inscrito em *ad*, aí permanente e mantido nas especializações.

³⁵⁸ Vejam-se os primeiros § do subitem II. 1. 5.

Essa interpretação propicia entendimento radicalmente ontogênico à construção exemplificável por *pro castris*, que tematizei acima (item II. 4). Na esteira da tradição que preconiza a posição daquele substantivo em ablativo e segundo a afinidade daquela “preposição” com o movimento aproximativo, lá admito haver coerente ambiguidade em *prō*, ideia de “passagem”, *lugar por onde*, como tal evocadora do ponto de chegada, *lugar para onde*, e do ponto de partida, *lugar de onde*, mas o procedimento teórico que restitui a natureza adverbial a essa “preposição” reequaciona a questão em termos singulares: estando em ablativo aquele substantivo ou qualquer outro, historicamente dispensando a coadjuvação de “preposição” (veja-se o item I. 1), não é mister que o **advérbio** *prō* ocorra exclusive nas locuções discriminadas por Torrinha (1945 [1937]) (item II. 4)³⁵⁹, ainda historicamente podendo compor também, entre outras, a realização *pro castris*,

castris , pro,

“a partir do acampamento, [(tendo-se) partido] **do** acampamento — *castris*, ablativo, *lugar de onde* —, e (estando-se) como que voltado **para** ele mesmo — *prō*, **advérbio**, ideia de aproximação, *lugar para onde*”,

pro , castris,

“(estando-se) como que voltado para o acampamento — *prō* —, (tendo-se) partido dele mesmo — *castris*”,

“(estando-se) diante do acampamento do qual se partiu”,

tradução subordinativa com que contraste exatamente a **parataxe** implicada em considerar a **natureza adverbial da “preposição”**, ontogênese que aparta a pressuposição de “regência” e acolhe a proposição de movimentalidade.

O caso em foco se presta a mirada estritamente arqueológica da atuação movimental da chamada preposição, que efetivamente atua como que “pondo as partes em movimento”, fazendo “ir **de um lugar a outro lugar**”, mas aí já parece estar-se em momento sofisticado em que a Língua então já trata de preencher o que, em sinceridade,

³⁵⁹ Veja-se a nota 342.

denomino “lacunas paratáticas”, para além de minimalismo; não apenas percebemos nós, hoje, como “lacunas” os espaços frasais próprios da parataxe, mas são mesmo *lacunas representacionais* as relações que a parataxe *não designa*, e não designa porque está aparelhada a *restringir minimalistamente a designação àquilo que é substantivamente essencial*, o que faz desconhecer no campo da representação o trabalho de expressar relações ali como que embutidas e assim satisfeitas. Com isso se coaduna o **caráter adverbial da “preposição”**, averiguado em sua história e então extensivo ao **caráter substantival do advérbio**: aí se vê, pois, um caminhar retroativo do “mais gramatical” — “preposição” — ao “mais referencial” — substantivo —, ou seja, um caminhar retroativo rumo à **parataxe**. Em termos “pós-paratáticos” é que a “preposição” gera a metáfora do movimento sintático; essa potência geradora já está presente em todo aquele caminho, já está presente no advérbio, que caracterizo como *substância posta em movimento*, razão pela qual aqui falo de “imagem espacial” ou propriamente de “imagem movimental”, imagens arqueologicamente já inscritas na “preposição”, a refletir a mimese do movimento, a germinar a metáfora, portanto a gerar o movimento sintático.

Todo aquele caminho rumo à parataxe, espécie de “teleologia paratática” — teleologia analítica para mim, em procedimento todavia retroativo —, parece estar apontado na semântica cumulativa de *prō*: a imagem movimental é a imagem equivalente ao “movimento para diante” (TORRINHA, 1945 [1937]), “lançar algo para diante”, em pé de igualdade com *ad*, **movimento de lugar para onde**, mas, ao mesmo tempo, há aí uma imagem amplamente espacial, além de propriamente movimental, que parece refletir a intenção de “reter o objeto lançado”, como que a fazer lembrar que “o objeto foi lançado *daqui*”, numa sorte de esforço em prol da lembrança de todo o caminho percorrido, função do *percurso* movimental “daqui até lá” em quase evocação de *pertencimento*, reevocando-se o étimo **per* a *perfazer* o *percurso*: “o abl. regido por *pro* é um verdadeiro ablativo e não um locativo, pois *pro castris* significa ‘diante do acampamento, mas para quem parte do mesmo acampamento’” (*idem*), “diante de, defronte de, em presença de (com a idea acessória de alguma coisa que está da parte de trás)” (*idem*).

À diferença da expressão de Freire (*idem, ibidem*) — autor que versa sobre preposições em capítulo titulado curiosamente “**PREPOSIÇÕES E ADVÉRBIOS DE MODO**” (*idem*, p. 79) (veja-se BOMFIM, 1988, p. 13) —, as “muitas preposições” “sem caso” (*supra*) *não se empregam* “adverbialmente”, *não se empregam* ao modo de advérbio: as preposições, “primitivamente” (GEORGIN; BERTHAUT, *idem, ibidem*), **são, pois, advérbios**, ontogênese que é precisamente o que lhes atesta a natureza espaço-temporal — movimental —, já bem sabido que, ao menos segundo o que proponho, a *circunstancialidade* do advérbio se subsume ao eixo *espaço-tempo*.

II. 6. 1. Análise de “conjunções”, *scilicet* advérbios

Sobrepõe-se à historicidade da autonomia adverbial da dita preposição a mesma natureza espaço-temporal, **de todo adverbial**, ora da chamada *conjunção*. À provável exceção de *e* (*et*) e de *ou* (*aut*), **também as “conjunções” são advérbios**, fenômeno bem exemplificável pela observação das “conjunções” adversativas, e o que as faz entender-se como conjunções não me parece muito ultrapassar certo nível consuetudinário, consequência tardia da parataxe:

II. 6. 1. 1. *Com tudo*

Choveu . Com tudo

(= “com tudo que foi dito”,

“con-siderada a totalidade do con-teúdo veiculado”,

“ao lado [*cum*] de tudo que foi dito”)

[*ainda assim*]

[“ainda **aí**, nessa lateralidade”],

João saiu.

>

*Choveu , con-tudo João saiu.*II. 6. 1. 2. *Toda via**Choveu . Toda via*[resquício de ablativo, *totā uiā*, a prescindir de preposição]

(= “por toda via que se considere”,

[*ainda assim*][“ainda **aí**, nesse percurso”],*João saiu.*

>

Choveu , toda-via João saiu.

Essa interpretação, que construo centralizada no fator *espaço*, abstrai o fator *tempo*, imbricado na história da lexicalização de *toda via*, por isso tematizado pelos estudos de diacronia e de mudança linguística, mas no fator *tempo* já se imbrica, por sua vez, o fator *espaço*, que propugno mantido na semântica da especialização temporal (vejam-se § finais da Introdução deste estudo), constituindo-se a natureza **espaço-temporal**, **movimental**, adverbial, que proponho para a “conjunção”:

“**Todavia**. Da aglutinação da locução *toda via* (v. *Cancioneiro Geral*, IV, 295 [não datado pelo autor]). Significou primeiro ‘em todo o caminho, completamente’. Depois, ‘sempre, constantemente, a cada passo’. Depois tomou valor adversativo, como o it. *tuttavia*, o esp. *todavía*, o fr. *toutefois*. De tanto as duas palavras apareceram [*sic*] num sintagma, acabaram soldando-se naturalmente (V. de Saussure, *Cours*, pg. 242 [não datado pelo autor]).”

em que, em seu *Dicionário etimológico*, Nascentes (1966) parece pressupor o que acima configurei como “caminho discursivo pelo qual se vá”, na medida em que diz “em todo o caminho” [o negrito é meu], fazendo pensar num caminho que já se tenha em contexto imaginário, aquele caminho percorrido por completo, daí a significação “completamente”, dada pelo autor, o que desembocaria no “valor adversativo” que “a locução (...) depois tomou”, por alta metaforização mas já diretamente, do valor físico-concretivo do *lugar* (*por*) *onde* para a discursividade do “valor adversativo”, em prescindência do fator *tempo*:

“Considere-se ‘x’. Por toda **via** que também se considere,
 considerado todo **caminho** pelo qual se vá,
 ‘completamente’ considerado todo e qualquer **caminho**,
 ‘completamente’ considerado todo ‘o’ **caminho**,
 ainda **aí, em** esse **percurso**,
 considere-se ‘y’.”,

por metaforização, >

“Considere-se ‘x’. Por toda **via discursiva** que também se considere,
 considerado todo **caminho discursivo** pelo qual se vá,
 ‘completamente’ considerado todo e qualquer **caminho discursivo**,
 ‘completamente’ considerado todo ‘o’ **caminho discursivo**,
 ainda **aí, em** esse **percurso discursivo**,
 considere-se ‘y’.”,

ou seja,

“considerado cada ponto do espaço físico,
 considerado cada ponto do discurso”,
 “considerado cada passo dado no espaço físico,
 considerado cada passo dado no discurso”,

abstraído, assim, o fator *tempo*, que, se aí posto, não oblitera o fator *espaço*:

“Considere-se ‘x’. Por toda **via** que também se considere,
 considerado todo **caminho** pelo qual se vá,
 ‘completamente’ considerado todo e qualquer **caminho**,
 ‘completamente’ considerado todo ‘o’ **caminho**,
 ainda **aí, em** esse **percurso**,
 considere-se ‘y’.”,

por metaforização, >

“Considere-se ‘x’. Por toda **via** que também se considere,
 considerado todo **caminho** pelo qual se vá,
 ‘completamente’ considerado todo e qualquer **caminho**,
 ‘completamente’ considerado todo ‘o’ **caminho**,
 ‘completamente’ considerado ‘cada passo’ desse **caminho**,
 ‘completamente’ considerado ‘cada passo’ ‘temporal’ desse **caminho**,
 ‘sempre’,
 ainda **aí, em** esse **percurso**,
 considere-se ‘y’.”,

por metaforização, >

“Considere-se ‘x’. Por toda **via discursiva** que também se considere,
 considerado todo **caminho discursivo** pelo qual se vá,
 ‘completamente’ considerado todo e qualquer **caminho discursivo**,
 ‘completamente’ considerado todo ‘o’ **caminho discursivo**,
 ‘completamente’ considerado ‘cada passo’ desse **caminho discursivo**,
 ‘sempre’, em todo o tempo do discurso,
 ainda **aí, em** esse **percurso discursivo**,
 considere-se ‘y’.”,

mantida, pois, a metáfora do espaço físico — aquela inspirada pelo espaço que se percorre físico-concretivamente — no processo de abstratização, de (re)metaforização abstratizante, que faz formular a imagem do espaço discursivo.

“(…) Traugott e Heine (1991)³⁶⁰ (...) propõem a seguinte escala para representar o processo de *abstratização* gradativa no percurso de gramaticalização dos elementos lingüísticos: *espaço* [o itálico é dos autores; o negrito é meu] > (*tempo*) > *texto*. (...)” (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 54),

em que a grafiação parentética do vocábulo *tempo* o faz, aí, uma palavra de referente prescindível. (Vejam-se, nos § finais da Introdução deste estudo, minhas considerações sobre o fator temporal na remetaforização do espaço.) Mais prescindível é a utilização de um contexto de correlação entre “conjunções” para “explicar” o fenômeno que incide sobre uma delas:

“(…) [o étimo latino de *todavia*] primeiramente significou *constantemente, sempre, a cada passo*; depois, *não obstante ainda* [(...) a palavra *via*, que significa *estrada, caminho*, remete a uma origem espacial da expressão_[,] que, em português arcaico, passou a assumir valor temporal, significando, de acordo com Machado (1977)³⁶¹, *constantemente, sempre*, passando depois a assumir função de conjunção adversativa (...)]³⁶².

A passagem a seguir (...) ilustra o mecanismo de pressão de informatividade. Said Ali (1971, p. 223)³⁶³ apresenta o contexto do qual surge o novo uso contrastivo, ao demonstrar que se pode encontrar *todavia* empregado como correlato enfático de conjunções concessivas:

(...) E_[,] ainda que alguns sejam de obscura geração, *todavia* são venerados e acatados.

Nesse caso, o valor de tempo indeterminado do elemento *todavia* (= sempre) apresenta-se como simultâneo à idéia concessiva expressada pela sentença anterior. Esse é o contexto que gera, por pressão de informatividade, o uso contrastivo atual de *todavia*.” (MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 67).

³⁶⁰ TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (editores). *Approaches to grammaticalization*. v. I. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

³⁶¹ MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1977 [1956]. (Veja-se a edição citada nas Referências.)

³⁶² nota da citação

³⁶³ SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971. (Coleção Biblioteca Brasileira de Filologia.)

Segundo essa proposição, o “uso contrastivo atual de *todavia*” corresponde ao “valor contrastivo (adversativo (...))” (*idem, ibidem*) assumido por “elementos indicadores de concomitância ou coocorrência entre fatos” (*idem, ibidem*), em contexto em que atua a “pressão de informatividade”, mecanismo, proposto por Traugott e König (*in* TRAUGOTT; HEINE, 1991, *supra*, p. 190)³⁶⁴, em função do qual,

“por convencionalização de implicaturas conversacionais, o elemento lingüístico passa a assumir um valor novo, que emerge de determinados contextos em que esse sentido novo pode ser inferido do sentido primeiro, independentemente do valor textual das sentenças envolvidas no processo” (MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 66).

Ora, em

ainda que alguns sejam de obscura geração, todavia são venerados e acatados ,

ainda que e todavia não são “elementos **indicadores** de concomitância ou coocorrência entre fatos” (*idem*, p. 67; o negrito é meu); o que fazem ali não é indicar simultaneidade, fenômeno indicado simplesmente pela enunciação dos dois segmentos do período, sem marca de exclusão; independente um do outro, o que fazem é indicar o que sua semântica indica, afirmação com que reafirmo a manutenção de uma semântica ontogênica e amparo com reformulação como

Alguns são de obscura geração. São venerados e acatados, porém. ,

que, sobre ser equivalente, não seria menos enfática, desfechada pelo **advérbio** *porém*. Essa fácil reformulação, manifestamente adverbial, coaduna-se com a formulação original na medida em que a adverbialidade de *todavia* é simplesmente estrutural, e estruturalmente demonstrável, em

“E (...) *todavia* são venerados e acatados.” (*supra*),

³⁶⁴ TRAUGOTT, Elizabeth Closs; KÖNIG, Ekkehard. “The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited”. *In*: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (editores). *Approaches to grammaticalization*. v. I. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

em que a supressão da oração “subordinada” patenteia, de maneira mesmo escancarada, o caráter cabalmente adverbial de *todavia*, elemento interposto na oração já introduzida pela conjunção *e*, que seria redundantemente replicada pela “conjunção” *todavia* se *todavia* conjunção fosse. São patentes advérbios *porém*, na reformulação acima, e *todavia*, na formulação original; nesta, *ainda* (em *ainda que*), na difícil etimologia desse advérbio, algo ligada ao advérbio latino *inde*, “desse lugar”³⁶⁵ — *lugar de onde* —, e *todavia*, na semântica ontogênica “em toda via (pela qual se vá)”, “por todo caminho (que se considere) [, mesmo assim (...)]”, são advérbios que assim “significam” porque essa é sua semântica ontogênica, receptiva às especializações histórico-discursivas, não por “pressão” de uma informatividade acionada “por convencionalização de implicaturas conversacionais” (*supra*), não pela concomitância que não é indicada por aqueles advérbios. Não é, pois, “esse (...) o contexto que gera, por pressão de informatividade, o uso contrastivo atual de *todavia*” (*supra*), que não é “uso contrastivo”, mas é uso especializado e, como tal, **mantenedor** “do sentido primeiro”, **amalgamador do sentido temporal no sentido espacial**, haja vista a espacialidade presente na metalinguagem — aparentemente decalcada em Nascentes (1966; o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* publicou-se em 1932) — usada acima para traduzir o “valor temporal”: ***con-st-antemente, a cada passo, sem-pre,***

“**semper** [sem- + -per, *partic. pospositiva que forma adv. de tempo*], *adv.* Sempre; duma vez **para** [o negrito é meu] sempre; sem cessar; **para** [o negrito é meu] sempre.” (TORRINHA, 1945 [1937]);

“(...) **sem-**, *raiz* que significa ‘um’ (**Obs.:** *a*) ocorre como 1.º elemento de pal. compostas, como *simplex*³⁶⁶; *b*) junta-se a partículas, como *semper*; *c*) forma pal.

³⁶⁵ “**inde** [is], *adv.* **1.** Daí; dêsse lugar; de lá. **2.** Disso; donde; dêles; de entre êles. **3.** Por êsse motivo; por isso; assim. **4.** Desde então; desde êsse momento. **5.** Depois; em seguida. (...) (**Obs.:** *a*) indica origem ou ponto de partida no espaço ou no tempo; *b*) é correlativo de *unde*, correspondendo a um *abl.* regido de *ex* (*inde* = *ex eo*) (...)” (TORRINHA, 1945 [1937])

³⁶⁶ “(...) **simplex**, *icis* [*sem- ‘um’ + -plex, *de* *plek (> plecto)], *adj.* **1.** Que não é duplo; simples; singelo; só; único. **2.** Não complicado; simples; sincero; inocente; franco. **3.** Simples; natural; puro; não rebuscado. **4.** Simples (fal. da linguagem); claro, que não é obscuro. **5.** Simples; absoluto. **6.** Direito (que não é sinuoso). **7.** Seguro (sem perigo). **8.** Isolado; tomado à parte. (...)” (TORRINHA, 1945 [1937]),

em que a associação imagética entre a ideia de “unidade”, dada por **sem*, e a ideia de “enlaçamento”, “dobra”, dada por **plek*, resulta na imagem concretiva de algo que contém uma única reentrância, na singularidade de “uma dobra”, a especializar-se nas ideias abstrativas, daí advenientes, de “ausência

derivadas com suf. especiais, como *semel*³⁶⁷, *similis* [**semilis*]³⁶⁸, etc.)” (*idem*),

raiz que, indicativa de unidade, aduz a imagem de uma lateralidade suplantada pelo estreitamento, em metáfora espacial; o advérbio *sempre*, discursivamente inteligível como emblemático da noção de tempo, não depôs a noção de espaço, segundo a qual *para sempre* indica **direção ao** “sempre”, **rumo ao lugar** “sempre”, ao lugar dessa *unidade*, **sem*, ontológica ou não, porém de inseparabilidade inquestionável consoante nossa elaboração mental de um tempo, um lugar-tempo, que, como espécie de bloco maciço, *nunca* se desagregará. São patentes advérbios **de lugar con-st-antemente**, *a cada passo*, *sem-pre*, respectivamente “ao modo daquilo que *con-st-a* em algum lugar”, “*a/em cada passo* que os pés realizam no chão”, “**em** a unidade do infinito ou **para** a unidade do que infinitamente se reitera(rá)”. Se em *todavia* e *ainda que* há de fato “valor temporal” (para *ainda [que]*, veja-se a nota 365), não está obliterada a **espacialidade**, suficiente, por si mesma, como imagem alusiva ao **caminho discursivo** considerado, em prescindência do fator *tempo* e em afastamento de uma ontologia da categoria *conjunção*, a prol da natureza adverbial que aí há.

Observe-se a proposição de ontogênese do “castelhano” *todavía*, que, sintomaticamente classificado como advérbio, também sintomaticamente significara

“**siempre** (|| en todo tiempo)” (discriminado como “desusado” pela versão digital do dicionário da Real Academia Española e como “anticuado” ou “antiguo” pela versão impressa (1992)) (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, Digital; 1992³⁶⁹),

de sinuosidade e de perigo”, “inocência”, “sinceridade”, “pureza”, “isolamento”, “existência absoluta”, na chave do que é desguamecido de adjacências não-essenciais, sentidos alinhavados pelo sentido fundante, que, acolhendo-os, se mantém.

³⁶⁷ “**semel** [sem-], *adv.* **1.** Uma vez; uma só vez. **2.** Uma primeira vez. **3.** Uma vez por tôdas; definitivamente; para sempre. **4.** Duma vez; dum jacto. (...)” (TORRINHA, 1945 [1937])

³⁶⁸ “**similis**, e [**semilis*, da raiz **sem-* ‘um’], *adj.* **1.** Semelhante (...)” (TORRINHA, 1945 [1937]), em que a ideia de “unidade”, dada por **sem*, permanece no sentido de “similitude”, na chave analógica de “similitude como que identidade”, “similitude como que unidade”

³⁶⁹ Ambas as versões apresentam o mesmo conteúdo, havendo basicamente divergências tipográficas.

delatando-se a relação entre tempo (“todo tempo”) e espaço (“toda via”, já segundo o étimo). Usualmente significa

“Hasta un momento determinado desde tiempo anterior. *Está durmiendo todavía.*” (*idem*),

desdobramento metonímico de

“sempre, considerado todo o tempo”

e sentido que, por seu turno, se desdobra metonimicamente em

“ainda assim, ainda **aí**, nesse **percurso discursivo**”,

“ainda assim, ainda **aí**, mesmo considerado todo o **espaço** percorrido, mesmo considerado todo **caminho discursivo** pelo qual se vá”,

“Con todo eso, no obstante, sin embargo. *Es muy ingrato, pero* [“conjunção”] *todavía* [advérbio] [os negritos são meus] *quiero yo hacerle bien.*” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, Digital; 1992), “Sin embargo o a pesar³⁷⁰ de algo: *Es muy rica, pero*

³⁷⁰ Note-se, na dita “locução prepositiva” ou, em dicção funcionalista, “preposição complexa” castelhana *a pesar de*,

a segmentação gráfico-vocabular de

a pesar,

que, balizando a semântica de cada unidade, sintomatiza a manutenção da metáfora de caráter físico-concretivo do “pesar” que há na ideia de

“*a despeito de*”,

movimento de

aproximação ao despeito,

aproximação ao pesar,

lugar para onde.

O português

apesar de,

igualmente dito “locução prepositiva” ou, em dicção funcionalista, “preposição complexa”, comutável por *pesar de* (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital),

e sua extensão à chamada “locução conjuntiva”

apesar de que

são, muito sintomaticamente, classificados por Aulete como locuções adverbiais:

[“conjunção”] **todavía** [advérbio] [os negritos são meus] *quiere tener más dinero.*”
(AVANZADO, 2000),

“ainda assim, por toda via que se considere”:

“por todo espaço” → “por todo tempo” → “ainda **em** este tempo” →
→ “considerada esta **via** discursiva”,

desdobramentos em que se vê a manutenção da natureza espaço-temporal na especialização adversativa, já **mantida a natureza da inspiração espacial na especialização temporal**, não simplesmente “porque se pasó de la idea de *por todos los caminos o vías a en todo tiempo*” (*idem*). Ainda que se atualize o fator *tempo* da escala de Traugott e Heine (1991) —

“*espaço > (tempo) > texto*”

—, nele está imbricado o fator **espaço**, *lugar onde* que acolhe o *tempo quando* e, já por si, acolhe as intenções discursivas concessiva e adversativa, aí na chave de que,

ainda que x, todavia y,

inde que: *x* (a **que** se apõe *x*³⁷¹; *que = x*), **totā uiā** *y*:

“**a partir de**³⁷² ‘*x*’,

mesmo assim,

mesmo considerado todo o **caminho** ‘*x*’,

concede-se ‘*y*’”.

“**apesar**

adv. [**advérbio**]

1. Us. nas loc. adv. [**locuções adverbiais**] *apesar de* e *apesar de que.*”,

espécie de ato falho que sugere alguma percepção da adverbialidade ali mantida.

³⁷¹ Veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*.

³⁷² Veja-se a nota 365.

Dito está, pois, que as ideias concessiva e adversativa são, também elas, de um ponto de vista arqueológico, *expressas espacialmente*, inspirações físico-concretivas que se mantêm na abstratização.

Sintomática da intuição de espacialidade é a formação “castelhana”

entodavía,

que, segundo Andrés, Ramos e Seco (2000), também se grafa

en todavía,

formação classificada por esses autores como advérbio sinônimo de *todavía* e categorizada como “popular”, em que a presença do assim chamado “prefixo” ou, menos mal dizendo-se, da “preposição” *en*, sobretudo grafada com o realce da segmentação — *en todavía* —, faz ecoar, não longinquamente, o leque das apercepções “populares” da manutenção do concreto-adverbial-paratático, aí *lugar onde*. Por trás da sensação de hipotaxe que há em

ainda que x, todavia y

está, segundo o que proponho, o ontogênico reduto à parataxe:

(Parte-se) *de que (x)*

(*que: x*).

Por todo caminho, y . .

ponto fundante a que se chega por meio de análise arqueológica, molecular, que depõe toda comodidade de entendimento discursivo a bem de um entendimento ontogênico —

“Acata-se ‘x’ .

Mesmo **aí**, ‘y’ .”

—, radicalmente semântico se se admite tratar-se da semântica **da forma**, uma semântica primeva, que acolhe as intenções discursivas e nelas se mantém.

Segundo essa semântica que invariavelmente denomino primeva — aquela primariedade até onde nosso olhar julga alcançar —, é inócuo rejeitar a postulação do fator *tempo* como intermediário entre a inspiração físico-espacial e a abstratização discursiva trazida pelo “valor adversativo”; é tão simplesmente inócuo, porque *tempo* é mesmo *espaço*. A gradação

“‘a cada passo’ do **caminho**,
 ‘a cada passo’ ‘temporal’ do **caminho**,
 ‘sempre’,
 ‘a cada passo’ do **caminho discursivo**”

está contida na gradação

“‘a cada passo’ do **caminho**,
 ‘a cada passo’ do **caminho discursivo**”,

porque “cada passo” necessariamente ocorre no tempo à mesma necessidade em que se realiza no espaço; **realiza-se no espaço**, e daí *de-corre*, então, o lapso temporal construído mentalmente, mais do que efetivado ontologicamente, razão pela qual reevoco minha proposição de não haver *passagem* da metáfora espacial para a metáfora temporal; o que há é especialização da concretividade da primeira na abstratividade da segunda ou, melhor, agregação da abstratividade da segunda na concretividade da primeira, que, portanto, se mantém.

O que não me é inócuo é rejeitar a utilização de relacionamento contextual entre “conjunções” interessada em explicar o fenômeno que incide sobre uma delas, uma vez que essa utilização se lhes sobrepõe à natureza própria, cuja validade ontológica postulo e proponho como ali mantida. Para

“E_[,] ainda que alguns sejam de obscura geração, *todavia* são venerados e acatados.” (*supra*),

é pouco mais do que truísmo afirmar que

“Nesse caso, o valor de tempo indeterminado do elemento *todavia* (= sempre) apresenta-se como simultâneo à idéia concessiva expressada pela sentença anterior.” (MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 67),

mas é ontogeneticamente rejeitável fazer decorrer daí que

“Esse é o contexto que gera, por pressão de informatividade, o uso contrastivo atual de *todavia*.” (*idem, ibidem*),

porque não há relação semântica entre “o valor de tempo indeterminado do elemento *todavia* (= sempre)” e “a idéia concessiva expressada pela sentença anterior”; não há, absolutamente, nenhuma relação de sentidos entre indeterminação e concessão, configurando-se uma contextual casualidade do discurso, que propugno que, como tal, não possa ser sistemicamente genética. A intervenção, fundante, do fator semântico é exigência para uma apreciação ontogênica da Língua, uma Língua que, longe de ser acidente, é essência de sentidos: a natureza da “conjunção”, profundamente semântica porque densamente paratática, e assim porque mantidamente adverbial, é o fator que ontogera, em si e para si mesmo, o processo de metaforização, sem depor a inspiração primeira, físico-concretiva, acolhedora da abstratização que dela mesma advém.

II. 6. 1. 3. *Entre tanto*

Choveu . Entre tanto

(= “entre tanto quanto foi dito”,
 “entre tudo que foi dito”,
 “considerado tanto quanto foi veiculado”)

[*ainda assim*]

[“ainda **aí**, nesse ínterim”],

João saiu.

>

Choveu , entre-tanto João saiu.

“(…) A origem d(…)[o] uso [adversativo] [de *entretanto*] está na antiga expressão *entre tanto*, que, segundo Said Ali (1971)³⁷³, desempenhava função de circunstanciador temporal com valor de *entrementes, enquanto isso sucede*. (…) vislumbra-se a motivação espacial que implica a utilização da preposição *entre* e o desaparecimento do valor temporal da expressão, o que alterou, com o tempo, a configuração da polissemia que a caracterizava.” (MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 67)

A ambiguidade da construção

vislumbra-se a motivação espacial que implica a utilização da preposição entre e o desaparecimento do valor temporal da expressão

permite supor que se esteja a dizer que “a motivação espacial implique o desaparecimento do valor temporal da expressão *entre tanto*”, mas isso contraria a escala de Traugott e Heine (1991), que preconiza, ao contrário, que o valor espacial redunde em valor temporal. Supõe-se, então, que se pretenda afirmar que “se vislumbre o desaparecimento do valor temporal da expressão”, mas a continuação

o que alterou, com o tempo, a configuração da polissemia que a caracterizava,

ao dizer apenas que o desaparecimento do valor temporal da expressão foi o que alterou a configuração da polissemia que a caracterizava, não somente não esboça qual teria sido a motivação do desaparecimento do valor temporal como também não indaga qual teria sido a motivação do aparecimento do valor adversativo; a coordenação entre a ideia de “vislumbre de motivação espacial” e a ideia de “vislumbre de desaparecimento de valor temporal” guarda, já por si, frouxidão lógica na relação entre as partes, sugerindo-se sequencialidade improcedente, ainda que não contradiga minha proposição de que não tenham desaparecido nem o valor temporal nem o valor espacial da expressão, haja vista o registro adverbial de *entretanto*, já efetuada a união gráfica, em Aulete (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital)³⁷⁴:

“entretanto

(...)

adv.

2. Nesse ínterim; ENTREMENTES [Us. como subst. nas locs. *no entretanto*, *neste* ou *nesse entretanto*.]”,

dada a natureza espaço-temporal desse advérbio, abarcadora da especialização adversativa, de cunho discursivo, mantida a inspiração espacial.

II. 6. 1. 4. *Em o: em tanto*

Choveu . Em o: em tanto

(= “aí no tanto quanto foi dito”,

“aí [reiteração do *lugar onde*] em tudo que foi dito”,

“considerado tanto quanto foi veiculado”)

³⁷³ SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971. (Coleção Biblioteca Brasileira de Filologia.)

³⁷⁴ Também de *todavia* a versão impressa de Aulete (1958) apresenta registro adverbial.

[*ainda assim*]

[“ainda **aí**, nesse lugar discursivo”],

João saiu.

>

Choveu, em o: em tanto, João saiu.

>

Choveu, no: em tanto, João saiu.

>

Choveu, no-en-tanto, João saiu.

II. 6. 1. 5. *Em tão...*

A interposição do advérbio (> “conjunção”), na cadeia sintagmática, entre o já dito (a ser “contradito”) e sua ponderação é fator associado ao fluxo frasal e, por isso mesmo, gerador da sensação de continuidade, de ligação, de “conjunção”. Propugno que a alta frequência dessa interposição, empiricamente verificável no uso comum da Língua, esteja longe de ser fortuita: a própria formação etimológica das “conjunções” acima desmembradas, que inclui os componentes totalizantes *tudo* e *toda*, configura a necessidade de que se expresse o advérbio (> “conjunção”) depois de já se ter expressado *todo* o dito a ser contra-dito; como advérbio que é, a palavra expressiva da informação adversativa não contrai posição fixa no interior da oração em que está, mas é mesmo necessário que se expresse **depois** da oração a cujo conteúdo represente oposição, na chave de se ter admitido *todo* aquele conteúdo, para se lhe opor informação adversativa mesmo “com *tudo* que foi dito”, “por *toda* via pela qual se vá”; ora, a exata interposição do advérbio entre as duas orações o fez ser percebido como ligador, nexos, “conjunção”. Interpretar o advérbio como conjunção, entretanto, não o desadverbializa, haja vista a formalização, puristamente preconizada, em que se pospõe o advérbio no

interior da oração em que está, fazendo-o como que nela se dissolver, e mantendo-lhe, a rigor, todo o caráter adverbial:

Choveu; João, contudo, saiu.;

Choveu; João, todavia, saiu.;

Choveu; João, entretanto, saiu.;

Choveu; João, no entanto, saiu.,

podendo-se, sem risco de anormatividade, com pontuação gráfica menos tensa, associar o advérbio à (então já) conjunção *mas*³⁷⁵, adversativa por excelência:

Choveu, mas João, contudo, saiu. / Choveu, mas, contudo, João saiu.;

Choveu, mas João, todavia, saiu. / Choveu, mas, todavia, João saiu.;

Choveu, mas João, entretanto, saiu. / Choveu, mas, entretanto, João saiu.;

Choveu, mas João, no entanto, saiu. / Choveu, mas, no entanto, João saiu.,

demonstrada aí a plena adverbialidade do que se passa a interpretar como conjunção, mas, se aí fora, estaria conjugada com outra conjunção, esbarrando-se na anormatividade, por desnecessidade, de formalizar dois elos para uma única corrente.

De fato, a conjunção *mas* parece já despida de adverbialidade; a gramaticalização que se deu no processo

magis > mais > mas

não oblitera, porém, o traço “original” de soma³⁷⁶, sendo bastante a lembrança de que

³⁷⁵ Vejam-se, acima, as observações que interpus, entre colchetes, na formulação castelhana “*Es muy ingrato, pero* [“conjunção”] *todavía* [advérbio] [os negritos são meus] *quiero yo hacerle bien.*” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, Digital; 1992), “*Es muy rica, pero* [“conjunção”] *todavía* [advérbio] [os negritos são meus] *quiere tener más dinero.*” (AVANZADO, 2000).

³⁷⁶ “(...) *But* (‘mas’) vem do inglês antigo *be-utan*, ‘do lado de fora’.” (DEUTSCHER, 2014 [2005], p. 195),

A mas B

não deixa de ser

A mais B,

ou seja, ao se opor *B* a *A*, está-se acrescentando *B* a *A*; mais ainda, só se pode opor *B* a *A* se a *A* se acrescenta *B*, uma vez que o próprio ato de oposição implica o ato de acrescentamento, implica o ato de considerar **também** aquilo que se opõe, ou seja, só se pode opor *B* a *A* se se considera *B* na mesma medida em que se considerou *A*, de sorte que dizer

odeio mas amo

é dizer

odeio mais amo,

odeio + amo,

*odeio e amo*³⁷⁷,

em situação em que o acrescentado implica frustração de expectativa, em face do modo como o mundo parece organizar-se, perfazendo-se o processo até “> *mas*”:

portanto a indiciar, também na expressão “inglesa”, algo adveniente, “do lado de fora”, então algo a acrescentar-se, a somar-se. Veja-se a nota inquietada dos tradutores (*idem, ibidem*, nota de rodapé):

“N.T.: A palavra *but* do inglês tem acepções diferentes daqueles [*sic*] que o ‘mas’ em português tem, mas é impossível capturá-las todas aqui.”,

impossibilidade discursiva que se subsumiria à possibilidade necessária que há em alinhar, mesmo entre “diferentes línguas”, a pluralidade das especificações, “acepções diferentes”, na chave da *contiguidade semântica*.

Choveu . Mais

(= “+”,

“considerado o que foi dito, acrescente-se o que se disser,
ainda que se frustre a expectativa de organização do mundo”)

[*ainda assim*] [:]

João saiu.

>

Choveu , mas João saiu.

A formulação

Choveu . Mais

(+)

João saiu.

difere da formulação arcaizante

João mais

(+)

Pedro

saíram.

exclusivamente quanto ao ponto de incidência do advérbio gramaticalizado, fazendo-se incidir ora sobre inteira expressão de comportamento, ora especificamente sobre expressão nominal, mas o corolário da gramaticalização, materializado em

³⁷⁷ Veja-se a nota 192.

Choveu, mas João saiu.,

não representa solução de continuidade de certa parataxe original, dada pelo acrescentamento de informação, vinda de fora, quase distopicamente:

+ *x*

não pode expressar relação lógica, “advinda de”, porque não ultrapassa o procedimento somatório de trazer de fora “+ *x*”, como que do nada, em se prescindindo de engendro sintático que o encaminhe sintaticamente, ou seja, em se mantendo a expressão + *x* circunscrita à parataxe; *A + B* não é senão parataxe, sejam *A* e *B* itens nominais, sejam expressões de comportamento, em que *mais* não se liga rigorosamente a nada, não se liga rigorosamente a *A*, pois que não há aí ligação lógica, em sensível discriminação de

A somado a B,

expressão nominal (*A*) caracterizada (*somado*) pela aproximação a outra expressão nominal (*B*), em movimento de *lugar para onde* (*somado* *a*),

ou

Soma-se A a B.,

expressão de comportamento (*soma-se*) em que se aproxima uma expressão nominal (*A*) a outra (*B*), no mesmo movimento de *lugar para onde* (*soma-se* *a*),

formalizações em que as relações estão engendradas no tecido sintático, no λόγος discursivo aí desenvolvido, no desenvolvimento vestido e revestido de λόγος.

A parataxe de *A mais B* se mantém, pois, em *A mas B*, aparentemente “resolvida” pela “coordenação sindética”. Aí está o sentido estritamente paratático da “oração coordenada sindética”, cuja “independência sintática” relativamente àquela a que se coordena é *parti pris* da própria ontologia:

Choveu . Com tudo, João saiu.

Choveu . Toda via, João saiu.

Choveu . Entre tanto, João saiu.

Choveu . Em o: em tanto, João saiu.

*Choveu . Por [lo] tanto*³⁷⁸

(= “por [pelo] tanto quanto foi dito”,
 “por tudo que foi dito”,
 “considerado tanto quanto foi veiculado”)
 [*en-tão*],

João não saiu.

>

Choveu , por-tanto João não saiu.

Choveu . Logo

[*loco*, ablativo, a prescindir de preposição]
 (“**ai**, nesse *locus* discursivo, nesse **lugar da fala**”)
 [*tão já se conclui*],

João não saiu.

>

Choveu , logo João não saiu.

³⁷⁸ *Por lo tanto*: grafia sintomaticamente cristalizada em “castelhano”, balizada a semântica de cada unidade por meio da segmentação gráfico-vocabular, com o sentido conclusivo que se estabeleceu em “português”. Em grafia gramaticalizada — *pourtant* —, note-se o sentido *ex oppositione* cristalizado em “francês”, adversativo, sendo, no entanto, a palavra classificada como advérbio, também sintomaticamente, haja vista a lexia *mais pourtant*, composta por um elemento “conjuncional” e um elemento assumidamente adverbial.

Choveu . Mais : João saiu.

>

Choveu, mas João saiu.

O que proponho como sensação de continuidade dada pelo advérbio, gramaticalizado como “conjunção”, recebe esboço de explicação amplamente acalentado por Martelotta (*in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003) em termos funcional-cognitivistas. Embora afeiçãoada como adstrita ao âmbito intraoracional, minha proposição coaduna-se com aqueles termos na medida em que os relativizo:

“(...) existem fatores que levam os elementos lingüísticos a cumprir trajetórias unidirecionais relativamente específicas, que tendem a se repetir com elementos diferentes, mas de natureza semelhante. É o que levou Heine, Claudi e Hünemeyer (1991)³⁷⁹ a propor um **processo analógico chamado *espaço* > *discurso*, para caracterizar um tipo de mudança muito comum nas línguas humanas, que leva elementos de valor espacial a assumir funções típicas de conjunção. Na base desse processo está o fato de que a expressão de dados espaciais é mais elementar e concreta do que a indicação das relações textuais.** [Os negritos são meus.]

Essa extensão analógica serve de fundamento para a organização do universo textual em termos de referentes espaciais externos e se manifesta basicamente por meio da anáfora e da catáfora, em que elementos originalmente dêiticos espaciais são utilizados para fazer alusão a dados já mencionados ou por mencionar:

1) Eu não sei matemática. *Isso* vai me atrapalhar no exame.

2) Eu digo *isso*³⁸⁰: não sei matemática.

Em casos como esses, a organização espaciotemporal do mundo físico é usada analogicamente para caracterizar o universo mais abstrato do texto. Esse procedimento revela-se mais produtivo quando se percebe a regularidade da utilização de elementos alusivos a pontos no espaço ou no tempo para designar pontos no texto: ‘como foi dito *anteriormente*’; ‘como será desenvolvido *adiante*’; ‘ver o exemplo *abaixo*’; entre outras possibilidades.

A partir desses usos alusivos a trechos do texto, o elemento pode desenvolver função de conjunção. É o que ocorre com *isso*, que também pode ser usado como conjunção conclusiva, associado à preposição *por* [Além da

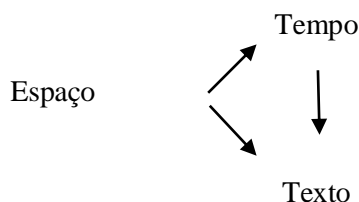
³⁷⁹ HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

³⁸⁰ equivalente a *isto*, por neutralização

construção *por isso*, conjunções portuguesas como *porém* e *portanto*, entre outras, originam-se de construções anafóricas.]³⁸¹:

3) Caiu, *por isso* se machucou.

Como, em muitos casos de desenvolvimento de conjunções, a polissemia do elemento envolvido no processo apresenta também um valor temporal, Heine, Claudi e Hünne Meyer (1991) propuseram uma trajetória de mudança semântica que um elemento lingüístico tenderia a cumprir até atingir o *status* de conectivo:



Esse esquema representa uma **trajetória unidirecional de mudança, muito comum nas línguas humanas, que leva advérbios de lugar a assumir funções típicas de conjunção, tendo ou não apresentado intermediariamente valor temporal. O argumento básico é semelhante ao que está subjacente à idéia da metáfora *espaço > discurso*: a expressão de dados espaciais é mais básica e concreta do que a expressão de dados temporais, que, por sua vez, é mais básica e concreta do que a indicação das relações textuais. A metáfora, nesse caso, ocorre em função da extensão analógica do uso espacial do termo para valores temporais e [para valores] textuais. [Os negritos são meus.]**

O termo *logo* constitui um bom exemplo de como essa trajetória dá-se em português. Atualmente, encontramos apenas os valores textual (conjunção conclusiva) e temporal, exemplificados respectivamente em 4 e 5:

4) Penso, *logo* existo.

5) Ele vai chegar *logo*.

De acordo com Machado (1977)³⁸², a origem está no latim *loco*, ablativo [de] *locu-* [*locus*], que significa *no lugar, no sítio, no momento, logo*. O valor espacial do termo pode ser encontrado no português arcaico, na forma de dois usos distintos, que já não ocorrem em português:

6) Lançados som fora do mudo e descenderõ aos jnfernos e outros se leuãtarõ ã seu *logo* (*Orto do esposo*).

7) A primeira natureza da poonba he que en *logo* de cantar geme (*Livro das aves*).

³⁸¹ nota da citação

³⁸² MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1977 [1956]. (Veja-se a edição citada nas Referências.)

Esses usos, registrados em dois textos arcaicos portugueses, apresentam valor espacial. No exemplo 6, o termo assume valor de substantivo, indicando especificamente *lugar* ('leuãtarõ ã seu *logo*'); no exemplo 7, apresenta valor correspondente ao da expressão atual *em lugar de* (*em vez de* > *ao invés de* [*sic*])." (p. 62-4);

"(...) na polissemia de alguns elementos, desapareceram usos característicos de início de trajetória, ou seja, hipoteticamente os mais antigos. Esse fenômeno, que ocorreu com *logo*, (...) [que] perdeu seu valor espacial, pode ser também constatado em elementos como *então, já, ainda, agora*, entre outros, em que a origem espacial também se perdeu (MARTELOTTA, 1994)³⁸³." (p. 65);

"(...) embora a polissemia do elemento *mal* ["usos como substantivo (o *mal*), como adjetivo (*mau*), como advérbio (cantar *mal*) e como prefixo (*malcheiroso*)"] presente, desde o latim, uma regularidade impressionante, dados históricos demonstram que essa polissemia mudou, uma vez que surgiram usos novos. E, o que é mais importante, esses novos usos têm valor mais gramatical, o que ratifica a hipótese da unidirecionalidade." (*ibidem*); "(...) O *mal* como conjunção temporal é um desses novos usos. Eis um exemplo:

8) *Mal* saí de casa, começou a chover." (*ibidem*);

"(...) No caso de *mal*, conforme atesta Sequeira (1943)³⁸⁴, p. 183), o advérbio passou a desempenhar o papel de conjunção ('*Mal* saiu de casa, começou a chover'), o que não ocorria em latim. Mas, (...) nesse caso, pode-se observar uma regularidade, desde que se olhe o fenômeno por outro ângulo. O português, ao se ver privado de conjunções latinas, preencheu as lacunas com a utilização de advérbios (ou expressões adverbiais), de preposições e até de verbos, que passaram a ligar cláusulas. Nessa época [?], portanto, foi comum a passagem de determinados tipos de advérbio para conjunção. Além de *mal*, são exemplos de passagem de advérbios de modo para conjunção *apenas* [O termo *apenas*, segundo Machado (1977), resulta da formação *a + penas*, sendo este proveniente do latim *poena* (expição, castigo). Originalmente, *apenas* funcionava como advérbio de modo, que equivalia à atual expressão *a duras penas*.]³⁸⁵ ('*Apenas* saiu de casa, começou a chover') e *bem* (em construções do

³⁸³ MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional* [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

³⁸⁴ SEQUEIRA, F. J. Martins. *Aspectos do português arcaico*. Lisboa: União Gráfica, 1943.

³⁸⁵ nota da citação

Não é só "Originalmente" que "*apenas* funcionava como advérbio de modo"; contemporaneamente ainda funciona:

"apenas
adv.

1. Exclusivamente, só, somente: *A chuva caiu sobre todos, e não apenas sobre alguns.; Ingressou no grêmio apenas para obter prestígio.; Tem apenas duas mudas de roupa para usar.*

2. Penosamente, com dificuldade, a custo: *Estava com tanto sono, que apenas podia abrir os olhos.*

tipo *se bem que*)³⁸⁶. Além disso, foram muitos os elementos adverbiais de valor espacial que se tomaram conjunções.” (p. 61-2);

(...)”
(DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital),

observando-se que, se se associa o significado 1 à categoria “advérbio de exclusão”, o significado 2, francamente associável à categoria “advérbio de modo”, é o que abre o verbete na versão impressa de Aulete (1958). O caráter semântico-discursivo dessas especificações categóricas está para elas como fator de desqualificação de seu próprio estatuto de categoria, haja vista que o exemplo do significado 2 serviria ao significado 1: o que se realiza “penosamente, com dificuldade, a custo” não se realiza à farta; realiza-se pouco, no limite do possível, como que *somente* ao mínimo; quem não pode abrir os olhos senão “penosamente, com dificuldade, a custo” não pode senão abrir os olhos, como quem nada mais pode, como quem possa “exclusivamente, só, somente” abrir os olhos, cabal contiguidade semântica do significado 2 (primeiro na versão impressa de Aulete) para o significado 1.

Não é preciso pôr o **advérbio** *apenas* em equivalência com “a atual expressão *a duras penas*”, como se o adjetivo *duras* tivesse por mister acentuar a severidade da expiação e do castigo e como se a simples ocorrência da palavra *penas* legitimasse a equivalência. As *penas* estão em *apenas*, mantidas aí integralmente e aproximadas pela “preposição” *a(d)* ao elemento **adverbiaismente** a modificar, ainda uma vez construído o estatuto de conjunção. Para

Apenas saiu de casa, começou a chover.,
A penas saiu de casa ; começou a chover.,
A penas saiu de casa : começou a chover.
(“para seu sofrimento saiu de casa: começou a chover”),

comutação possível é

Somente saiu de casa, começou a chover.,
Somente saiu de casa; começou a chover.,
Somente saiu de casa: começou a chover.,

clara adverbialidade em *apenas* — não menos do que em *somente* —, clara parataxe entre as orações.

³⁸⁶ Mesmo de um ponto de vista compartilhado, não é que o elemento *bem* se faça conjunção, mas a “construção do tipo *se bem que*” é que é considerada “locução conjuntiva”, dado o que se considera funcionamento conjuncional de *se*. Sobre isso, proponho análise ontogênica segundo a qual é pacífico o caráter substantivo-adverbial de *bem* e se mantém a arqueologia do **advérbio** *se*:

sei > *sī*, “assim”, > “se” (veja-se o § 1º do Capítulo III) *bem que* = *x* (a **que** se apõe **x**; *que* = *x*)
(veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*), *y*,

“assim bem *que*: ‘x’ (a **que** se apõe **x**; *que* = *x*), mesmo assim ‘y’”,
ou

y, *sei* > *sī*, “assim”, > “se” *bem que* = *x*,
“y, assim bem *que*: ‘x’”,

ou seja,

“vale ‘y’;

(as)si(m) bem, vale *que* (= *x*)”,

mantida, pois, a adverbialidade de *se*, em parataxe interna à “locução”.

por outro lado,

“Essa visão de que os usos do elemento adquiriram, de maneira sucessiva e unidirecional, os valores espacial, temporal e textual, entretanto, deve ser analisada com cuidado. Quando se observa o verbete referente ao termo *logo* em Machado (1977), nota-se que, com exceção do valor espacial, hoje em desuso, o elemento apresentava polissemia semelhante à que caracteriza seus usos atuais, ou seja, exibia valores temporais e [valores] textuais. É o que revela também o verbete do substantivo latino *locus*, *-i*, apresentado em Faria (1975)³⁸⁷, que demonstra já haver, em latim, os três sentidos — espacial, temporal e textual³⁸⁸. Isso, sem dúvida, enfraquece a visão tradicional de que os elementos mudam de valor com o tempo. Tal constatação, de que existe uma [*sic*] certa regularidade no conjunto de usos de um elemento em sincronias diferentes, não é incomum (...)” (p. 64).

Afirmar “um processo analógico chamado *espaço* > *discurso*, para caracterizar um tipo de mudança muito comum nas línguas humanas, que leva elementos de valor espacial a assumir funções típicas de conjunção” (*supra*, p. 62), epítome de “uma trajetória unidirecional de mudança, muito comum nas línguas humanas, que leva advérbios de lugar a assumir funções típicas de conjunção, tendo ou não apresentado intermediariamente valor temporal” (*supra*, p. 63), não me faria interpor objeção se não se tomasse a ideia de “conjunção” como categoria inequívoca. O problema está na insuficiência de explicação para o que levaria “elementos de valor espacial a assumir funções típicas de conjunção”; apontar o que está “na base desse processo” (*supra*, p. 62) não é apontar-lhe a causa, fragilidade expressiva que prenuncia a exclusão do apontamento de uma causalidade rigorosamente interior à natureza dos “elementos de valor espacial”; “o fato de que a expressão de dados espaciais é mais elementar e concreta do que a indicação das relações textuais” (*supra*, p. 62), fato que estaria “na base” do processo, poderia possibilitá-lo, mas não lhe basta como causa, uma vez que elementaridade e concretude não implicam seus opostos, não gerando nenhum processo.

³⁸⁷ FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro: MEC-Fename, 1975.

³⁸⁸ Veja-se em Torrinha (1945 [1937]):

“**locus**, ī (...) [*ant.* stlocus] (...) **1.** Lugar (...) pôsto (...) **3.** Passo (de um livro ou discurso). **4.** Fundamento dum raciocínio; pontos principais duma demonstração; assunto dum discurso. **5.** Categoria; posição; situação; condição; estado (...) emprêgo. **6.** *Fig.* Ocasião; ensejo; oportunidade; época; tempo (...)”.

Também não basta estender o argumento, desdobrando-o à guisa de *regressão ao infinito*; a formulação segundo a qual “O argumento básico é semelhante ao que está subjacente [cf. “na base de(...)” (*supra*, p. 62)] à idéia da metáfora *espaço* > *discurso*: a expressão de dados espaciais é mais básica e concreta do que a expressão de dados temporais, que, por sua vez, é mais básica e concreta do que a indicação das relações textuais.” (*supra*, p. 63) também não alcança, pois, especulação causal. Ora, sobre a abstratização, passagem “do sentido mais concreto para o mais abstrato, [trajetória] representada pelo estágio *espaço* > *tempo* na escala de Traugott e Heine (1991)” (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 55), também sobre “a (...) escala para representar o processo de *abstratização* gradativa no percurso de gramaticalização dos elementos lingüísticos: *espaço* [o itálico é dos autores; o negrito é meu] > (*tempo*) > *texto*” (*idem*, p. 54) e ainda sobre a ideia de que um dê lugar a outro, o que se há de considerar é a proposição de que um *se mantenha* no outro, em *contiguidade semântica* segundo a qual o que possibilita a abstratização é exatamente a manutenção do concreto.

Bem verdade é que, “na polissemia de alguns elementos, desapareceram usos característicos de início de trajetória” (*supra*, p. 65). Desaparecimento de *usos* não se confunde, porém, com obliteração da motivação fundante; afirmar que “*logo* (...) perdeu seu valor espacial” (*supra*, p. 65) guarda aceitabilidade em sentido não-ontogênico, entendendo-se *valor* como a discursividade imediata do que está na unidade do uso e na superfície da análise. Na afirmação “O valor espacial do termo [*logo*] pode ser encontrado no português arcaico, na forma de dois usos distintos (...)” (*supra*, p. 64), a legitimidade da distinção preconizada está na palavra *usos*; a afirmação seguinte, “Esses usos (...) apresentam valor espacial.” (*supra*, p. 64), cabalmente abonada aqui e coadunada com a que a segue, “o termo [*logo*] assume valor de substantivo, indicando especificamente *lugar*” em *leuãtarõ ã seu logo*, é, entretanto, fragilizada por “[o termo *logo*] apresenta valor correspondente ao da expressão atual *em lugar de* (*em vez de* > *ao invés de* [*sic*])” em *a poonba (...) en logo de cantar geme*: aí corresponde ao *valor* do termo *logo* o das expressões atuais *em lugar de*, *em vez de* (que não origina *ao invés de*), expressões tão

substantivamente centralizadas quanto a correspondente expressão *ẽ seu logo*, o que torna injustificada a falta de paralelismo entre as formulações

“o termo [*logo*] assume valor de substantivo, indicando especificamente *lugar*” em *leuãtarõ ẽ seu logo*,

em que se define o valor do termo, “valor de substantivo, indicando especificamente *lugar*”,

e

“[o termo *logo*] apresenta valor correspondente ao da expressão atual *em lugar de* (*em vez de > ao invés de [sic]*)” em *a poonba (...) en logo de cantar geme*,

em que apenas se lhe confere correspondência, como se

en logo de cantar, “em *lugar de cantar*”,

fosse expressão menos substantivamente centralizada do que

(leuãtarõ) ẽ seu logo, “(levantaram) em seu *lugar*”,

como se o termo *logo* assumisse valor menos substantivo numa expressão do que na outra, tão somente porque, nas expressões *ao invés* (“*para o in-verso*”) *de, em vez de, em lugar de, en logo de*, o “*logo*” aí representado é um “*logo*” abstrativo, expresso segundo a abstratização — metafórica — operada sobre a imagem concreta do lugar físico, imagem que **se mantém** para, produtivamente, (re)operar-se a metaforicidade da abstratização.

Minha proposição de “viralidade produtiva” — “**Produtividade viral à última instância**” (veja-se o item I. 1 deste estudo) — constrange a “naturalizar” a “constatação (...) de que existe uma [*sic*] certa regularidade no conjunto de usos de um elemento em sincronias diferentes” (*supra*, p. 64), porquanto as proponho como “sincronias diferentes” de uma mesma Língua, da Língua, tomada como grande fenômeno metafórico, de cadeias

de remetaforizações mantenedoras da inspiração de base. Segundo tal, não se trata, pois, d’“a visão tradicional de que os elementos **mudam** de valor com o tempo” (*supra*, p. 64; o negrito é meu), bem como não se trata propriamente de polissemia, como “conjunto de usos” de causalidade também não tematizada. Daí não se há de estranhar a coexistência de “polissemias” em “português atual”, em “português arcaico” e em “latim”, “sincronias diferentes” de uma única pancronia, epifenômenos do fenômeno Língua, que aqui proponho não como construto romanceado, mas como unidade espiritual incontornável.

Afirmar que “a polissemia do elemento *mal* [“usos como substantivo (o *mal*), como adjetivo (*mau*), como advérbio (cantar *mal*) e como prefixo (*malcheiroso*)”] presente, desde o latim, uma regularidade impressionante” (MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 65) recebe aqui ampla abonação, entretanto relativizada pela afirmação de que “dados históricos demonstram que essa polissemia mudou, uma vez que surgiram usos novos” (*idem, ibidem*), a que se acrescenta “E, o que é mais importante, esses novos usos têm valor mais gramatical, o que ratifica a hipótese da unidirecionalidade.” (*idem, ibidem*). A relativização não está na preconização de “usos novos” / “novos usos”, porque é mesmo sobre os usos que se dá a mudança linguística; está na ausência de ênfase sobre a manutenção da inspiração de base, fagulha inicial da cadeia de remetaforizações; essa ausência aponta uma polissemia de fato entendida como “conjunto de usos” de causalidade não tematizada, em que o “valor mais gramatical” corre o risco de representar esvaziamento semântico tendente a zero. Em

“*Mal* saí de casa, começou a chover.” (*idem, ibidem*),

“‘*Mal* saiu de casa, começou a chover’” (*idem*, p. 61),

ainda uma vez construído o estatuto de conjunção, a ideia de “mal” não só não está obliterada, como, todo ao contrário, vivamente se encontra posta em analogia com a ideia de que determinado evento ocorreu a tal ponto recentemente, tão pouco antes de outro, que é como se não houvesse ocorrido *bem*, como se *mal* houvesse ocorrido, como se houvesse ocorrido “de **modo** imperfeito” (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital; o negrito é meu), “de modo ligeiro, de leve; pouco; rapidamente” (*idem*), “com dificuldade,

a custo” (“Com dificuldade, a custo: *Ele mal conseguia abrir os olhos*”) (*idem*; veja-se a nota 385), ideias exatamente *análogas*, exemplo da *contiguidade semântica* a operar em **advérbio, parataticamente**:

Mal saiu de casa, começou a chover.,

Mal saiu de casa ; começou a chover.,

Mal saiu de casa : começou a chover.

(“há tão pouco saiu de casa, como se não houvesse saído: começou a chover”),

a comutar-se com

Nem bem saiu de casa, começou a chover.,

Nem bem saiu de casa; começou a chover.,

Nem bem saiu de casa: começou a chover.,

clara parataxe entre as orações, clara adverbialidade em *mal* — não menos do que em *bem* —, sem mudança de valor.

A impropriedade ontogênica que há em declarar *mudança de valor*, mais do que na ideia de “valor”, está na ideia de “mudança”, porque, centrada nessa ideia, a declaração prenuncia o que seria sua própria consequência fenomênica, que *seria*, e não *é*, a *perda de função*: “desenvolver função de conjunção” (*supra*, p. 63) desabrigaria a manutenção da função anterior, então, sim, despojando-se de seu próprio “valor” os “elementos de valor espacial” (*supra*, p. 62), o que representaria desfavor da ontogenia. A *mudança de valor*, “mudança linguística”, é fenômeno inquestionável e “inquestionando” de um ponto de vista histórico-funcional, mas isso não alija determinada solução “histórico-ontogênica”, cujo preço é o afastamento de uma historicidade de *usos*. Declarar que “a origem espacial (...) se perdeu (MARTELOTTA, 1994)” (*supra*, p. 65) é formulação que se deve entender como improdutivo esboroamento não da origem, que está ali, no lugar histórico que lhe é próprio, mas da latência semântica e, aqui por conseguinte, da latência funcional de uma

origem que, ao contrário, **se mantém** como produtiva inspiração primeva, a produzir remetaforizações.

Nesse sentido, a postulação de “funções típicas de conjunção”, sintomaticamente não discriminadas (*supra*, p. 62 e p. 63), aqui equivale ao que proponho como “sensação de continuidade dada pelo advérbio”, provida da ontologia das percepções “reais”, mas desguarnecida para uma epistemologia ontogenética, para a qual se impõe o procedimento radical de afastar a ideia de “conjunção” como categoria inequívoca, debilitando-se-lhe a suposição da existência de “funções típicas”.

O construto explicativo que procura caracterizar a passagem de “elementos de valor espacial” à assunção de “funções típicas de conjunção”, “a passagem de determinados tipos de advérbio para conjunção” (*supra*, p. 61), construto de acordo com o qual, “A partir de(...) usos alusivos a trechos do texto, o elemento pode desenvolver função de conjunção.” (*supra*, p. 63), “em função da extensão analógica do uso espacial do termo para valores temporais e [para valores] textuais” (*supra, ibidem*), ou, precisamente, “em muitos casos de desenvolvimento de conjunções, a polissemia do elemento envolvido no processo apresenta[ndo] também um valor temporal” (*supra, ibidem*), é, todo ele, um construto do qual relativamente se distancia minha proposição, que acima caracterizei “afeiçoada como adstrita ao âmbito intraoracional”, na medida em que prescindindo quer da analogia que estende metáfora de espaço a metáfora de tempo, quer da analogia que estende “a utilização de elementos alusivos a pontos no espaço ou no tempo” (*supra*, p. 62) — utilização dêitica — aos “usos alusivos a trechos do texto” — utilização fórica —. Em

Choveu, logo João não saiu.,

que prefiro grafar

Choveu; logo, João não saiu.,

dada a clareza de que há aí duas frases, porque há duas declarações, ditas “coordenadas sindeticamente”, (1) “choveu” e (2) “de haver chovido se conclui que João não saiu” — ou seja, não se dá por dada a informação de que tenha chovido nem a informação de que João não tenha saído; o que a formulação faz é informar a extração de conclusão, mas é também informar o que se conclui (o fato de que João não saiu) e aquilo de que se conclui (o fato de haver chovido) —, propugno aí a prescindência ontogênica de uma análise que passe pela instância temporal na pretensão de chegar ao estatuto conjuncional; não é mister pensar em

“Choveu; nesse momento

ou

a partir desse momento

ou

a partir do que nesse momento se disse

se conclui que João não saiu.”,

porquanto basta pensar em

“Choveu; nesse ponto,

nesse **lugar do discurso**,

ou

desse **lugar do discurso**,

a partir do que **aí** se disse

se conclui que João não saiu.”,

Choveu . Logo

[*loco*, ablativo, a prescindir de preposição]

(“**aí**, nesse *locus* discursivo, nesse **lugar da fala**”)

[*tão já se conclui*],

João não saiu.

>

Choveu , logo João não saiu. (veja-se a interpretação que mais acima propus),

espécie de *terminus ad quem* a que a própria fonética sintática não poderia deixar de fazer chegar, ancorada numa conjuntividade já conferida pela “semântica discursiva” do ato mesmo de conjungir uma informação (o fato de que João não saiu) à outra (o fato de haver chovido), o que equivale a dizer que o *ato* da “conjunção” é temático, é *discursivo*, construído sobre a *parataxe* sobre que, por sua vez, se constrói a “independência sintática” das declarações autônomas, mantendo-se *logo* como plenamente adverbial. Também paratática é a foricidade, tida — com propriedade — como desdobramento da dêixis e pretendida como origem da conjunção; em

João caiu, por isso se machucou.,

que, por razão idêntica, prefiro grafar

João caiu; por isso, machucou-se.,

é cabal a manutenção da substantividade, paratática, do pronome demonstrativo (substantivo), não menor do que em

João caiu; isso o machucou.;

lá, o comportamento de machucar-se é metaforicamente expresso como tendo *passado pela substantividade* daquele “isso”, substantividade daquele **lugar** para o qual se aponta e *pelo qual* o comportamento metaforicamente *per-ambulou, lugar por onde*, porque

ontologicamente o machucamento se deu passando-se pelo **lugar** representado por *isso*, pela substância representada por *isso*, sendo *isso* igual a “cair”, “ter caído”, ou seja, sendo aquele lugar, aquela substância, igual ao comportamento de “cair”, “ter caído”:

João caiu . Por isso

(“por **aí** = ‘isso’ = o comportamento de cair,

por esse **lugar** = ‘isso’ = o comportamento de cair,

*per-ambulando-se por esse **lugar** = ‘isso’ = o comportamento de cair”*),

não saiu.,

em que, por sua vez, é cabal a manutenção da adverbialidade — substantividade posta em circunstância — de *por isso*, expressão de *lugar por onde*, que, incidente que seja sobre um comportamento, é *paratática*, mantendo a primariedade da inspiração inicial, físico-concretiva, a bem da abstratização produtiva.

Altamente paratática é a formalização da “oração coordenada sindética explicativa”, cuja enunciação não incide sobre o *dictum* da “assindética”, o qual muitas vezes inexistente, haja vista a oração injuntiva, carente de referência, mas incide sobre o *modus* do falante que a profere, o que já aponta para a imensa lacuna — paratática — que há na formalização:

João tem dedos , porque toca flauta.,

formalização que se confunde com

João toca flauta (,) porque tem dedos.,

de fato mesma estrutura aparente, entretanto diversa estrutura profunda no **arranjo discursivo dessa estrutura**. O fato de João ter dedos é causa de ele (poder) tocar flauta — não tivesse dedos, não tocaria flauta, segundo a maneira como o mundo normalmente

se organiza —, o que faz a expressão *porque tem dedos* veicular conteúdo causal relativamente ao conteúdo veiculado pela expressão *João toca flauta*, de que, portanto, *porque tem dedos* é expressão de *circunstância*, aí contraída a função adjuntiva adverbial, ou seja, *porque tem dedos* é, em já tradicional linguagem estruturalista, *circunstante* do verbo da outra oração, então é tido como parte da outra oração, “*suborninado*” a ela; ora, sendo expressão de comportamento, é uma oração, *oração suborninada*, tão “subordinada” quanto qualquer advérbio, quanto qualquer adjunto adverbial, portanto *oração suborninada adverbial* de sentido causal, *oração suborninada adverbial causal*. Se, **muito discursivamente**, se pretendem veicular duas informações, a informação de que

(1) João toca flauta

e a informação de que

(2) João toca flauta porque tem dedos,

a virgulação separa, então **demarca**, as *duas frases*, papel cumprido na oralidade pela entonação e na escrita pela pontuação gráfica,

João toca flauta , porque tem dedos.;

se, também **muito discursivamente**, já se dá por dada a informação de que João toca flauta e apenas se pretende dizer por quê, tem-se uma *única frase*, cujas orações não se tem por que demarcar nem entonacional nem graficamente, pela exata razão de que se trata de uma única frase, no interior da qual se veicula uma única ideia nova, uma única informação propriamente dita, a informação de que é por ter dedos que João toca flauta, informação que não se tem de balizar, pois a outra afirmação já está dada e então não é informativa,

João toca flauta porque tem dedos.,

sempre se expressando a *circunstância de causa* do outro comportamento, *scilicet* da outra oração, *João toca flauta*, dita *principal*, denominação que faço entender como

espécie de *princípio* sintático, no sentido de um comportamento-*oração* expresso sob a feição morfológica daquilo que, em sua superfície, nada apresenta que semelhe incompletude ou dependência sintática. Sempre se expressa na “subordinada” causal a circunstância de causa do *dictum* da “principal”, à independência discursiva de se tratar de um dito já dito ou de um dito propriamente informativo.

Não há, porém, expressão de causa em

João tem dedos , porque toca flauta.,

uma vez que o fato de João tocar flauta, expresso em *porque toca flauta*, não é causa de ele ter dedos — ter dedos não decorre de tocar flauta —, o que prenuncia uma espécie de alienação sintática de *porque toca flauta* relativamente a *João tem dedos*, alienação demarcada pela pontuação gráfica, ao mesmo tempo não se presumindo para uma expressão encabeçada por *porque* outra função senão a circunstancial de causa, ou seja, outra função senão a adjuntiva adverbial de causa³⁸⁹, já que a ideia de “explicação” não se coaduna com a ideia de circunstância, o que atribuo à proposição de que a *circun-stância* seja a *circun*-scrição em que *está* o comportamento, seja o enquadramento, a *mod*-ificação, a *mod*-ulação, a *mod*-alização ontológicos **do comportamento**, segundo os quais se lhe imprime um *modo* de ser, referentemente ao *dictum* da oração, ao passo que a *explicação* seja uma atitude discursiva, referente ao *modus do falante*, ao envolvimento do falante com o ato da fala. A ideia de explicação como atitude discursiva não preenche, pois, nenhuma função ontológico-sintática, o que elimina a hipótese de “subordinação” *in praesentia*, elimina a possibilidade de pertencimento sintático de *porque toca flauta* a *João tem dedos*, restando a *porque toca flauta* classificar-se como oração (porquanto é

³⁸⁹ É relativamente artificiosa a classificação de *porque* como “conjunção subordinativa adverbial final” — *João toca flauta porque se sinta feliz* —, dado que a finalidade de um comportamento é causa de sua realização, precisamente *causa final*. Defensável que seja a categoria gramatical de finalidade — como “oração subordinada adverbial final” —, circunscreva-se a formalizações concordes, como a construção translativa *João toca flauta para sentir-se feliz* e a grafia não-gramaticalizada *João toca flauta por que se sinta feliz*.

expressão de comportamento) *coordenada*, malgrado se formalize em estrutura aparente idêntica à da *suborninada* adverbial causal.

Ora, em

João toca flauta (,) porque tem dedos.,

a enunciação de *porque tem dedos* incide sobre o *dictum* de *João toca flauta*, mas, de fato, em

João tem dedos , porque toca flauta.,

a enunciação de *porque toca flauta* incide **não** sobre o *dictum* de *João tem dedos*, mas sobre o *modus* do falante que profere o conjunto — *João tem dedos , porque toca flauta.* — como se, **sob tal estrutura linguística**, o falante realizasse o seguinte **arranjo discursivo**:

Eu digo que

João tem dedos

porque eu vejo que

(João) toca flauta.;

Eu digo[:]

João tem dedos

porque eu o vejo

tocar flauta.;

[*Eu digo*]

*João tem dedos*_(,)³⁹⁰

porque

[*eu vejo*]

(João) toca flauta.;

João tem dedos .

Eu o digo

porque

eu vejo que

(João) toca flauta.;

João tem dedos .

[*Eu o digo*]

Porque

[*eu vejo que*]

(João) toca flauta.,

em que o uso de inicial maiúscula em *Porque* (como se depois de pontuação forte) pretende aqui emblemar a lacuna paratática embutida na superfície da expressão, lacuna que acima denominei “alienação sintática”, graficamente demarcada por vírgula (ou travessão) na visualidade daquela superfície, o que ontogeneticamente se grafaria

João tem dedos . Porque toca flauta.,

³⁹⁰ Na formalização *Eu digo [que] João tem dedos(,) porque eu vejo [que] (João) toca flauta.*, a virgulação, “facultativa”, dá-se em função da intenção de veicular duas frases ou da intenção de veicular uma única frase. Na formalização *João tem dedos , porque toca flauta.*, a virgulação deve-se à lacuna paratática.

sob que se teria “subordinação” em

eu digo (que João tem dedos) porque eu vejo (que João toca flauta),

eu digo (...) porque eu vejo (...),

a mesma “subordinação” que há em

João toca flauta (,) porque tem dedos.,

razão de se ter a mesma estrutura linguística aparente, a mesma estrutura de formalização, sendo

porque eu vejo (...)

expressão da causa de

eu digo (...)

— o ver é a causa do dizer —, assim como

porque tem dedos

é expressão da causa de

João toca flauta.

A lacuna paratática recuperável em

eu digo (que João tem dedos) porque eu vejo (que João toca flauta)

está precisamente na ausência de expressão como *eu digo* e na ausência de expressão como *eu vejo*, porque é entre essas ausências que opera a efetiva expressão de causa, efetivamente formalizada em *porque* —



 ((*eu digo que*)) *JOÃO TEM DEDOS, PORQUE* ((*eu vejo que*)) *TOCA FLAUTA*

—, “conjunção” que, portanto, verdadeiramente **não coordena nada a nada**, não representa “coordenação de elementos equivalentes”; **representa estrita parataxe**.

O falante formalizador dessa parataxe nada diz sobre o conteúdo referencial de nenhuma oração; o que ele faz, ao enunciar a assim chamada “oração coordenada sindética explicativa”, é *ex-plic-ar*, ou seja, *des-dobr-ar*, justificar o fato de ele mesmo haver *proferido* a oração a que supostamente aquela se coordena; trata-se de atitude altamente *discursiva* e cabalmente *metadiscursiva*, se não metalinguística — já que não incide sobre referencialidade —, mas a efetiva formalização do período que contém a oração explicativa não aciona nenhum recurso plástico diverso daquilo que é acionado na formalização do período que contém a causal: há entre ambos os períodos a mesma estrutura aparente — *A porque B* —, diversas estruturas profundas no **arranjo discursivo daquela estrutura** — “*A porque B*” ≠ “*digo A porque vejo B*”³⁹¹ —, entretanto, segundo o que proponho, **A MESMA ESTRUTURA PROFUNDA NA ONTOGÊNESE DAQUELA ESTRUTURA**, em que se tem

³⁹¹ Acumulo o uso de aspas e o de itálico para sugerir a imbricação entre as estruturas profundas que ali proponho e a estrutura superficial ali presente.

$A_{(,)}$

por: movimento de lugar por onde

que: pronome demonstrativo, substantivo³⁹²

B: aposto de *que*³⁹³,

proposição que me colabora a afirmar a identidade entre a estrutura linguística e sua (própria) semântica:

$A \text{ por } que:B$,

por = “passando-se por *que*”, sendo *que* pronome substantivo, cujo aposto é *B*,

que = “isto” = *B*,

interpretação que proponho (veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*) na razão da ontogênese que pretendo, sem contraditar a proposição de uma “subordinação” *in absentia* — entre os ausentes *eu digo* e *eu vejo* ou expressões equivalentes —, que satisfaz o arranjo discursivo da estrutura ausente, mas **não** satisfaz a ontogênese da estrutura presente.

Basta para essa ontogênese a interpretação preconizadora de que a expressão

$A_{(,)} \text{ porque } B$

se tenha gerado segundo a metáfora

“A passando-se por *que*”,

sendo

A

a expressão de um comportamento

³⁹² Veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*.

³⁹³ *idem*

e

que

a expressão de outro comportamento,

o que confere à entidade linguística *que* o estatuto de *pronome demonstrativo*, **substantivo**, representação linguística de **substância** metaforicamente apontada no espaço, substância-lugar **por onde** — **por que** — passa A,

“A passando-se por ‘isto’ = *que*”;

a essa substância corresponde um comportamento, razão por que, na Língua, à expressão dessa substância — ou seja, à palavra *que* (= “isto”) — se *apõe* a expressão referencial desse comportamento, o que atribui a B o estatuto de *aposto de que* —

“A passando-se por ‘isto’: B”,

“A metaforicamente passando-se por ‘isto’: B”,

“A metaforicamente passando-se por *que*: B”,

“[Afirma-se] A em se passando metaforicamente por *que*-B”,

ou seja,

*João toca flauta*_(,) *porque tem dedos*.:

“A (*João toca flauta*)_(,) passando-se por ‘isto’: B (*tem dedos*)”,

“A (*João toca flauta*)_(,) metaforicamente passando-se por ‘isto’: B (*tem dedos*)”,

“A (*João toca flauta*)_(,) metaforicamente passando-se por *que*: B (*tem dedos*)”;

João tem dedos, porque toca flauta.:

“[digo] A (*João tem dedos*), passando por ‘isto’: [vejo] B (*toca flauta*)”,

“[digo] A (*João tem dedos*), metaforicamente passando por ‘isto’: [vejo] B (*toca flauta*)”,

“[digo] A (*João tem dedos*), metaforicamente passando por *que*: [vejo] B (*toca flauta*)”

—, o que reconduz à formulação interpretativa

A por que:B

e à intelecção da **parataxe** como matriz substantiva da presença de gramática, uma gramática espaço-metafórica, espírito de uma Língua espaço-metaforicamente inspirada.

Ao formular

A_(,) porque B,

o que se faz é

veicular “A”,

já dito ou não, ou seja, informativo ou não,

vinculando-o ao metafórico *passar pelo* comportamento expresso pelo lugar-substância *que*,

lugar-substância preenchido pelo comportamento expresso por *B*,

motivação pela qual *B* **parataticamente** se apõe a *que*,

ou é

dizer que

se veicula “A”,

já dito ou não, ou seja, informativo ou não,

referencial ou não,

vinculando

o dizer

ao metafórico *passar pelo* comportamento expresso pelo lugar-substância

que,

lugar-substância preenchido pela

verificação

do comportamento expresso por *B*,

motivação pela qual *B* **muito parataticamente** se apõe a *que*.

B é, por excelência, expressão de comportamento, espécie de “substância desenvolvida”, de conteúdo imprevisto e imprevisível para a pronominalidade de *que*, mas acolhido pela natureza genérica e ampla, por isso mesmo sucinta, dessa pronominalidade substantiva que aí está para expressar sucintamente o lugar-substância por onde metaforicamente passa “A”, ao mesmo tempo lugar-substância resumitivo de “B”, a acolher os termos desenvolvidos necessários à expressão igualmente desenvolvida do comportamento “B”:

(João) tem dedos,

em

João toca flauta(,) porque tem dedos.,

em que “João ter dedos” se desenvolve segundo a complexidade da morfologia verbal, situando-se o comportamento no tempo e, iconicamente, concordando-se a expressão do comportamento com a expressão da entidade que se comporta, então se perfazendo a predicação;

(João) toca flauta,

em

João tem dedos, porque toca flauta.,

em que “João tocar flauta” se desenvolve segundo a mesma complexidade.

O compósito

“A

movimentalmente passar *por que*,

a que B

parataticamente se apõe”

é proposição que formulo a bem de que se entenda a parêntese **movimento-parataxe** como necessária e suficiente para interpretar e analisar a formulação essencialmente una que se superficializa nas orações causal e explicativa, ontogeradas por movimento e parataxe primais, parêntese necessária e suficiente para inteligir a própria Língua.

Parece que, de algum modo, aprendemos cedo a lidar com as lacunas representadas pela parataxe, na medida em que, por sua vez, a parataxe é constituída como possível fundamento essencial da Língua, segundo o que proponho. Para análise de ocorrência, relato aqui situação na qual, aos quatro anos e meio de idade, minha filha, Laura,³⁹⁴ sentia-se ansiosa para usar o novo material escolar, e assim tentei acalmá-la:

— A mamãe levou o material à escolinha hoje, dia da reunião de pais e mestres. A professora precisa organizar o material. Talvez amanhã você já use. Seu nome está escrito em todo o seu material.

Laura completou:

— Por isso que é meu.

³⁹⁴ Referência pessoal esperadamente se aporia em nota de rodapé. Apus ao corpo do texto para dar continuidade à discussão que ali está.

Indaguei se não seria o contrário:

— Ao invés de o material ser seu porque seu nome está escrito nele, eu acho que seu nome está escrito nele porque ele é seu.

Laura explicou-se:

— Se um coleguinha for pegar o meu material, ele vai ver o meu nome e vai saber que é meu.

Laura estava sofisticadamente correta, segundo uma sofisticação primeiramente paratática. Ela não pensou que o material seria dela *por* causa de seu nome estar ali escrito; pensou que o coleguinha viria a **saber** que o material é dela *por* causa de **ver** o nome ali. Observe-se a *sintaxe a dois* que formulamos:

— *Seu nome está escrito em todo o seu material.*

— *Por isso que é meu.,*

em que seria dispensável e mesmo equivocado suprimir aquele *que*, ao qual confiro estatuto de *pronome demonstrativo*, **substantivo**; o equívoco resultaria em

por isso é meu,

espécie de higienização normativa a não compreender a natureza ontogênica do que aí se opera, uma natureza paratática. A parataxe aí não é revelada pela “reconstituição”

“— Seu nome está escrito em todo o seu material.

— Por isso **o coleguinha vai saber** que é meu.”,

inserção meramente linear que se distancia do que Laura efetivamente formulou e não representa nenhuma interpretação das relações então travadas. Está justamente na **substantividade** daquele *que* a **concentração da parataxe** que Laura de fato realizou, segundo a interpretação que pretendo ontogênica:

*O nome está escrito em todo o material. Por isso, **que: é meu.***

Parece que, já na primeira parataxe da *forma*

que-demonstrativo-substantivo + seu aposto *x (é meu)*,

esteja embutida também a parataxe do **arranjo discursivo**

“*x = o coleguinha vai saber ‘ser’ meu*”,

“*x = o coleguinha vai saber que é meu*”,

estando mesmo naquele *que* toda a síntese paratática conveniente à intenção de Laura em expressar a **consequência** de seu nome estar escrito no material; a consequência seria

o coleguinha saber que o material é dela,

consequência que se dá *por causa* de se ver o nome ali, mas o que seria uma formulação dita “subordinada” em termos de expressão causal — *por isso* (advérbio e adjunto adverbial são ditos “subordinados”) — deveria ser posto na categoria da “coordenação” segundo a efetiva intenção de Laura, coerente com uma discursividade acorde com a organização do mundo, em que **se conclui** pela pertença em função do registro nominal do pertencedor, ou seja, esse registro é **índice** que leva a formular algo análogo às “orações coordenadas” assindética e sindética explicativa:

A,

porque

B.

para dizer

“Eu digo

*A*_(,)³⁹⁵

porque

eu vejo

B.”

ou

“Ele diz

*A*_(,)³⁹⁶

porque

vê

B.”,

“[Eu digo]

*A*_(,)³⁹⁷

porque

[vejo]

B.”,

“[Ele diz]

*A*_(,)³⁹⁸

porque

[vê]

B.”,

³⁹⁵ Na formalização *Eu digo que João tem dedos(,) porque eu vejo que (João) toca flauta.*, a virgulação, “facultativa”, dá-se em função da intenção de veicular duas frases ou da intenção de veicular uma única frase. Na formalização *João tem dedos, porque toca flauta.*, a virgulação deve-se à lacuna paratática.

³⁹⁶ Veja-se a nota imediatamente anterior.

³⁹⁷ Veja-se a nota imediatamente anterior.

então

A,

porque

B.

ou

Porque

B,

A.;

Porque meu nome está escrito no material,

ele é meu.,

para dizer

“*Porque*

eu vejo que

meu nome está escrito no material^(,)³⁹⁹

eu digo que

ele é meu.”,

“*Porque*

eu vejo

B^(,)⁴⁰⁰

eu digo

A.”,

³⁹⁸ Veja-se a nota imediatamente anterior.

³⁹⁹ Veja-se a nota imediatamente anterior.

⁴⁰⁰ Veja-se a nota imediatamente anterior.

então

Porque

B,

A.;

Meu nome está escrito no material.

Por isso é meu.,

para dizer

“Veja-se que

meu nome está escrito no material.

Por isso

se saiba que

é meu.”,

então

Meu nome está escrito no material.

Por isso

[se saiba] **que**

é meu.,

Meu nome está escrito no material.

Por isso

que: “saiba-se ser meu”.,

Meu nome está escrito no material.

Por isso

que: *é meu.*

Para esse *que*, afasto absolutamente o entendimento protocolar de que se trate de “conjunção integrante”, que então seria uma espécie de conjunção integrante “expletiva” que conjungiria a oração *é meu* à não-oração *por isso*, naquela *sintaxe a dois* que Laura compôs comigo em nossa formulação

— *Seu nome está escrito em todo o seu material.*

— *Por isso que é meu.*

Não há nada a conjungir porque não há desenvolvimento oracional em *por isso*; em termos meus, não há expressão de comportamento, sendo muito artificioso e pouco ontogênico pressupor algo como “é por isso”, para satisfazer a expectativa normativa

É por isso que é meu.,

o que me leva a entender que aquilo que há de *ex-ple-tivo* aí, em sentido próprio de *pre-chen-che-dor* — veja-se a relação etimológica —, é o preenchimento máximo que me permite conceber justamente a parataxe que pretendo.

Assim proponho que, em

Por isso que é meu.,

não há nada a suprimir nem a acrescentar, não há “subordinação” nem propriamente “coordenação”; há sofisticada **parataxe**, cuja ontogenia desenho dialeticamente a partir do **movimento** associado ao lugar **por onde passa** a consequência pretendida por Laura, lugar expresso pelo pronome devidamente já entendido como demonstrativo substantivo, de funcionamento anafórico, *isso*, ou seja, o lugar-causa correspondente a “ter-se visto o nome escrito no material” é o lugar *por* onde passa a consequência “saber-se que o material pertence a Laura”; concentra-se a parataxe no que eu proponho como também demonstrativo, o **substantivo** *que*, mais aquilo que proponho como seu **aposto**, rigorosamente **paratático**, *é meu*, que é a expressão sintética do comportamento de

“saber-se da pertença”, “o coleguinha saber que o material pertence a Laura”, sentido revelado pela pequena falante na declaração

“Se um coleguinha for pegar o meu material,
ele vai ver o meu nome
e
vai saber que é meu.”,

mas não é *stricto sensu* naquela síntese que está a parataxe, exuberante, que pretendo — o que há na síntese é o comedimento em palavras mais do que sua justaposição —; a parataxe está na interpretação lateralizante que proponho para aquele *que*, na dependência de (re)atribuir-se-lhe o caráter densamente substantivo que lhe permite pôr-se ali, diretamente ao lado do outro pro-nome substantivo, *isso*, e na igual dependência — igualmente parataxizante — de atribuir-se-lhe o aposto *é meu*, um aposto propriamente dito e propriamente paratático, como a formular-se

Por isso isto: é meu.,

Por isso que=“isto” : é meu.,

Por isso que : é meu.,

efetiva e parataticamente formulando-se

Por isso que é meu.

É paratática, e rigorosamente paratático-movimental, minha atribuição de densidade semântica (demonstrativo-)substantiva ao *que*-“isto” que, no nível da expressão, se lateraliza com a expressão de *circum*-stância *por isso*, sendo-lhe **espaço-imageticamente central** — é desnecessário dizer sintaticamente “subordinante”, com relação ao “subordinado” adjunto adverbial *por isso* —, em substantividade tão densa quanto a substantividade reconhecida em *isso*:

por isso “isto”=*que* (*é meu*),

retomado aí pelo pronome demonstrativo-anafórico substantivo *isso* o conteúdo referencial que antes se veiculara — “o nome estar escrito no material de Laura” —, aí se aproximando, no espaço da frase lado a lado com *isso*, o **pronome DEMONSTRATIVO SUBSTANTIVO** *que*, iguais pro-nominalidades, análogas demonstratividades, idênticas substantividades entre *isso* e *que*; ao mesmo tempo, também no nível da expressão, **propriamente se APÕE** a expressão comportamental *é meu* à expressão substantiva *que*, preenchendo-lhe a significação com conteúdo referencial discursivamente satisfatório, *é meu*, “saber-se-á ser meu”, então discursivamente se identificando a expressão *é meu* com a expressão *que*, representativa da grande substância que metaforicamente **PASSA POR** *isso*,

— *Seu nome está escrito em todo o seu material.*

— ***Por*** *isso* ***que*** : *é meu.*,

— *Seu nome está escrito em todo o seu material.*

— ***Por*** *isso* ***que*** *é meu.*,

em **movimento de lugar por onde**: **QUE** realiza metaforicamente esse movimento sintático de *per*-ambulação ao redor de *isso* — conforme lado a lado se lhe aproxima no espaço da frase —, e **POR** imagetivamente o indicia, interpretação mediante a qual remanejo o jogo de centralidades, deslocando a centralidade da semântica de *isso* e da semântica de *é meu* — discursivamente plena — para a semântica que imprimo em **QUE**, expressão da substância que se move, e em **POR**, índice do movimento.

Configura-se a centralidade do pronome substantivo **QUE**: bem longe de ser meramente expletivo, trata-se de entidade dialética, que metaforicamente se movimenta ao passar por *isso*, a que se aproxima no espaço da frase, lado a lado, sendo densa estaticidade substantiva a ladear outra, pela qual metaforicamente passa, e, nessa mesma estaticidade, acolhe a aposição da expressão *é meu*, que lhe preenche a significação.

É justamente a **estaticidade morfo-semântica** de *que* o que lhe permite a realização do **movimento sintático** de passar por *isso*, e é a mesma estaticidade que, sem resistência e ora sem movimento, recebe a expressão preenchedora, *é meu*, em aposição justapositiva.

Atente-se ao fato de que não estou inadvertidamente mesclando as construções

A.

Por isso

(que) B.

e

B_(,)

porque

A.,

O nome está escrito em todo o material.

Por isso

(“se conclui”) (que) é de Laura.

e

O material (“se conclui”) é de Laura ,

porque

(“se vê”) o nome está escrito nele.,

O material é de Laura.

Por isso

(que) o nome está escrito nele.

e

O nome está escrito no material_(,)

porque

o material é de Laura.,

João toca flauta.

Por isso

(“se conclui”) (que) tem dedos.

e

João (“se conclui”) tem dedos ,

porque

(“se vê”) toca flauta.,

João tem dedos.

Por isso

(que) toca flauta.

e

João toca flauta(,) ,

porque

tem dedos.,

A. Por-isso QUE : B.

e

B(,) por-QUE : A. ,

em que não há distinção entre o que seja a natureza das declarações *A* e *B* em uma construção e o que seja na outra, nem entre o que seja a atuação do índice movimental *por* em uma construção e o que seja na outra, mas aí há alteridade no jogo de imagens:
em

por isso QUE ,

o demonstrativo substantivo *QUE*, em **movimento de lugar por onde**, na medida em que aí se aproxima, imagetivamente **passa** pelo demonstrativo substantivo *isso*, porque este

retoma o conteúdo referencial que antes se veiculara — “A” — e é por esse conteúdo-causa que passa o conteúdo-consequência sintetizado em *QUE*, síntese que precisa ser desenvolvida discursivo-referencialmente, desenvolvimento que se **apõe** a *QUE* em **parataxe** — “B” —,

A. Por isso QUE : B. ;

em

B(,) por QUE A. ,

pelo demonstrativo substantivo *QUE*, em igual **movimento de lugar por onde**, é que imageticamente ora **passa** a declaração *B*, porque esta é expressão de uma consequência, que, como tal, passa pela causa, e agora o que está sintetizado em *QUE* é justamente a causa “A”, em síntese que precisa ser desenvolvida discursivo-referencialmente, desenvolvimento “A” que se **apõe** a *QUE* em igual **parataxe**,

B(,) por QUE : A.

Ou seja, há uma espécie de jogo de espelhos entre uma construção e a outra, entre *QUE*-consequência e *QUE*-causa, porque para *QUE*-consequência a causa está declarada por *A* e para *QUE*-causa a consequência está declarada por *B*: uma vez que *A* declare a causa, é preciso formular a consequência *QUE-B* que passa **por** aquela causa; uma vez que *B* declare a consequência, é preciso formular a causa *QUE-A por que* passa aquela consequência. Muito entretanto, o que prevalece nesse jogo é a **identidade**, uma **identidade essencial**, dada pela **natureza** de seus constituintes:

- a natureza indicativo-movimental de **POR**;
- a natureza pronominal-demonstrativo-**substantiva** de *QUE*, seja entidade que se move, seja entidade em torno da qual se realiza movimento, variação que se dá em função da imagética de cada construção e é propiciada exatamente pela natureza substantiva que proponho, a natureza de uma substância potencialmente móvel ou

relativamente à qual se empreende movimento, ou seja, uma natureza de **estaticidade morfo-semântica**, como tal a permitir o **movimento sintático**;

- a própria natureza do movimento sintático posta em relação com a natureza da **parataxe**, duas faces da mesma ontologia linguística, da mesma ontogenia segundo a qual proponho a identificação de **representações apostas**.

Assim se têm as relações, tão dialéticas quanto produtivas, entre **movimento** metafórico e **parataxe** expressiva, ambos igualmente fundantes, ambos ontogênicos, ambos suficientes para propor uma inteligência da Língua.

Note-se que a interpretação que procuro desenvolver já está *dita* em cada estrutura.
Formular

A. Por isso que B.

é *dizer* que se diz “A”, expresso por *A*, e que *por* “A”-isso se faz passar **QUE** e que esse mesmo **QUE** é identificado com *B*, de conteúdo referencial “B”. Em iconicidade igualmente direta entre formulação e imagem, formular

B_(,) porque A.

é *dizer* que se diz “B”, expresso por *B*, e que se faz “B” passar *por* **QUE** e que esse mesmo **QUE** é identificado com *A*, de conteúdo referencial “A”. Evidencia-se aí a possibilidade de tomar a sério a formulação como algo em si mesmo motivado, no engendro de uma estrutura que significa, e significa rigorosamente, sem espaço a ser preenchido por expletivo assemântico. Trata-se de significação que se doa a uma análise molecular, segundo uma *forma* que se *con-forma* em conjunto coerente, na semântica de sua sintaxe, na contiguidade de sua semântica, na fidelidade às apercepções humanas.

Veja-se que estou tentando aqui certa molecularização da análise, por via de uma interpretação molecular da construção, a partir de um entendimento obsessivamente relacional da forma. Está “a um passo” da forma (veja-se o título deste capítulo) a segmentação

João toca flauta_(,) | porque tem dedos.,

porquanto nada se operou até aí além de discernir comportamentos, o comportamento de “João tocar flauta” e o comportamento de “João tocar flauta por ter dedos”, expressos, um,

João toca flauta_(,)

e, o outro,

(João toca flauta_(,)) porque tem dedos.,

discernimento macrossintático, que apresenta partição esquemática do que venho denominando “Sintaxe discursiva”, de que me parece congênera a tradição que veio a ser conhecida como *explication de texte* (“explicação de texto”; veja-se o § 3º do Capítulo I), espécie de *notice* sobre o que, discursivamente, se esteja a dizer num texto com atenção ao modo como, sintaticamente, se formalize o dizer. É assim que se descreve o entendimento segundo o qual a oração

porque tem dedos

seja “introduzida” pela “conjunção” *porque*, como se houvesse um rol de vocábulos cuja missão na língua fosse mesmo introduzir orações, desencadeando a expressão de comportamentos como se abrem comportas para a vazão de água, e como se aí se tratasse de uma aglutinação casual da entidade *por* com a entidade *que* — à guisa do que seria um fenômeno verdadeiramente morfológico —, resultando uma “palavra gramatical”, “gramatical” por conectar as duas orações, mas ao mesmo tempo “indicativa da noção de ‘causa’”, um tipo de acúmulo mágico de naturezas díspares e de funções diversas, satisfazendo-se nosso anseio utilitário de ter mais por menos. Assim também se teria, contudo, mais forma por menos semântica, porque também a forma(ção) aí é cumulada,

por + que,

em que *por* talvez indique a noção de “causa” e *que* não indicaria noção nenhuma, mas apenas estaria aí compondo o vocábulo mágico. Isso deveria disparar em nosso espírito a sensação de que a Língua seja uma senhora oitocentista, de ancestralidade medieval, a comprazer-se com exhibições pirotécnicas já desgastadas pela repetição.

Não há nenhum sentido ontogênico na segmentação

João toca flauta(,) | porque tem dedos.,

porquanto não há aí **nenhuma possibilidade semântica para a sintaxe** consagrada pelo entendimento

porque (= “palavra gramatical”) *tem dedos,*

delatada a fragilidade do que seria a relação entre

porque

e

tem dedos

já pela fragilidade implicada por aquilo que seria a natureza “gramatical” de *porque*, uma natureza artefactada pela gramaticalização. Se houve gramaticalização, e se isso nos parece inquestionável, é possível reconhecer que o inquestionável é a *nossa sensação de hipotaxe*, dado o próprio caráter hipotático da gramaticalização como fenômeno semântico-vaziador, **parcialmente** vaziador, e vaziador **apenas quanto àquela *nossa sensação*** de vazio do que nos é ofertado pronto a funcionar, segundo a sensação de um papel estritamente funcional, nomeadamente conector.

Pouco mais se operaria numa segmentação sintagmática sobre a expansão

O menino João toca flauta lindamente(,) | porque tem dedos talhados para o instrumento.,

segmentação que se poderia realizar em termos tradicionais, em análise em constituintes imediatos, em apreciação a minuciar as relações sintagmáticas, mas em carência de uma

ontogenia reveladora de alguma semântica relacional-constitutiva se se mantivesse aquele (des)entendimento de *porque*, (des)entendimento que “deslê a forma”.

Entender que a língua necessite de elementos conectores, ainda que guarnecidos de alguma semântica, é entender por língua uma espécie de engrenagem esburacada e então carente de que se lhe acrescentem peças-estepe, como um piano a faltar teclas, lacunas preenchidas por teclas-ponte que decerto apresentariam corpo irregular em relação ao teclado. A Língua não é essa engrenagem carente; ao contrário, é um construto em si mesmo pleno de semântica própria, porque se construiu para significar, e é por isso que sempre pode re-construir-se para re-significar. Muito sobretudo quanto às relações propriamente sintáticas, aquilo que se concebe como “palavra gramatical” é aquela tecla-ponte de natureza não inteligida, ou seria aquela tecla-ponte de natureza não inteligente se assim fosse. Não é. A palavra *porque* não é uma pequena ponte pré-construída e, em certo sentido, não é *uma* palavra, mas são *duas*, plenas de suas semânticas, a semântica de *por* e a ainda mais densa semântica de *que*, mais densa porque substantiva, segundo o que proponho. Em

João toca flauta(,) por-que tem dedos.,

novamente na substantividade de *que* é que se concentra a relação entre

João toca flauta

e

(João) tem dedos ,

na medida em que

(1) **por aquela substantividade passa o comportamento** de “João tocar flauta”, **por aquele lugar-substância-causa passa o comportamento**, imagetizando-se na formulação da Língua a verdade ontológica segundo a qual o comportamento passa por sua causa,

e

(2) esse lugar-substância se constitui mesmo como o lugar imagético da causa no momento em que à sua expressão sintética, *pro*-nominal — *que* —, **parataticamente se apõe** a expressão propriamente designativa da causa — *(João) tem dedos* —, imagetizada na formulação da Língua a verdade ontológica segundo a qual a expressão do hiperônimo *pronominal-genérico* — *que* — possa acolher a expressão do hipônimo discursivo — *(João) tem dedos* —; essa relação hiperonímica, em que a *forma* acolhe o discurso, não reduz a entidade *que* nem reduz a falsa entidade *porque* a estatuto que as faça descritas como “palavras gramaticais”, mas, ao contrário, (re)confere a *porque* a identidade de suas partes justamente ao (re)conferir a *que* a substantividade de sua ontologia.

Assim, de fato na substantividade de *que* é que se concentra a relação entre

João toca flauta

e

(João) tem dedos,

na medida em que se realizam

(1) **movimento metafórico de lugar por onde** empreendido pelo comportamento de “João tocar flauta” em perambulação pela entidade *que*

e

(2) **aposição paratática** da expressão do comportamento de “João ter dedos” à expressão da mesma entidade *que*,

o que confere a esse lugar-substância — *que* — o estatuto de lugar central da relação.

Ou seja, para o que proponho como *leitura da forma*, um modo de inteligência da relação entre

João toca flauta

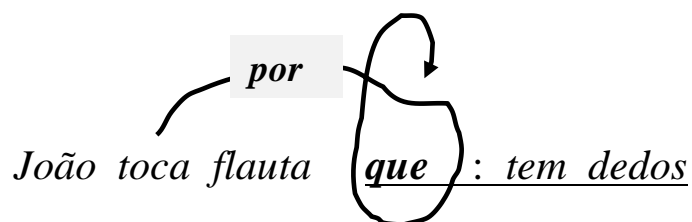
e

(João) tem dedos

é um modo que afasta, por desnecessária, a dicotomia subordinação-coordenação, é um modo que alija, por redutora, a concepção “gramaticalizante” das “palavras gramaticais”, é um modo que procura desassombrar-se da evidência da *expressão*, em prol da *imaginação*. O que proponho para aquela inteligência é outra forma de redução, segundo o reducionismo que assumo em termos que pretendo ontogênicos; é uma interpretação que re-substancializa a plenitude das “palavras gramaticais”, re-atribuindo-lhes um peso *tático*, em lugar de “hipotático”, e é exatamente essa re-atribuição de densidade, espécie de autonomia substantiva, o que permite lançar um olhar ontogênico àquelas palavras e a quaisquer outras que possam comportar certo “isto” substancial; é o que permite, pois, minha proposição de **estatismo morfo-semântico** como condição para o **movimento sintático**; é o que possibilita, então, a proposição da parêntese

movimento sintático — **aposição** paratática,

em análise que se possa dizer molecular:



(Figura 27),

em que aquilo que qualifico como movimento “irresoluto” (veja-se o Capítulo I, *caput*), movimento de *lugar por onde*, é mesmo *irresoluto* porque *não se resolve* quanto à exatidão do ponto de partida, como o *lugar de onde*, assim como *não se resolve* quanto à

exatidão do ponto de chegada, como o *lugar para onde*, não se focando nem no *terminus a quo* nem no *terminus ad quem*, mas é decisivo no estabelecimento da relação entre

João toca flauta

e

(João) tem dedos,

porque ao passar **por QUE**, percorrendo metaforicamente todos os pontos desse lugar-substância como que o sorvendo como causa, é que o comportamento de “João tocar flauta” se enlaça com o comportamento de “João ter dedos”, uma vez que a expressão deste último comportamento se apõe a **QUE**, identificando-se a ele em termos designativos, e assim se efetivando o enlace, mediante movimento metafórico e (just)aposição paratática, segundo o desenho da frase, segundo a frase desenha o mundo.

É ao desenhar o mundo que a Língua se faz um jogo de forças, jogo de forças centrípetas. Não se trata de jogo competitivo, como talvez se pense quando se imagina um jogo. Trata-se de jogo cooperativo, em que as partes co-operam no momento em que entram em relação de uma a uma, um elemento em aparente relação com o conjunto em que se está, rigorosamente em efetiva relação com um elemento desse conjunto. Esse é o momento da atualização da Língua, e é nesse momento que o jogo se faz jogo: a potência da estrutura está ali, indeterminada como ato, como que congelada na própria indeterminação, mas efervescente na possibilidade de atualizar-se; atualiza-se quando *pede o centro* da ação de forças *centrípetas*. Ainda que aí se expresse adversatividade ou concessividade, como a formulação

ainda que,

presente aqui nesta frase, ainda aí a relação é *centrípetas*, porque a imagética ação pedida, central no momento em que se concede, é uma ação harmônica, jamais agônica. A frustração agônica dada pela adversatividade e a humildade prostrada ora dada pela concessividade são noções próprias da vida, que a Língua trata de expressar, mas a expressão tem de ser construída pela imagem que lhe dê forma. Ora, a **forma** dada pela

construção *ainda que* não é um conjunto, assim como a *forma* dada pela construção *porque* não é uma palavra: **a forma é a relação** contraída pelas partes *por* e *que*, assim como é a **relação** contraída pelas partes *ainda* e *que*, e a relação tem de ser harmônica porque é, em si mesma, a co-operação entre aquelas partes, que formam uma imagem simples: a aproximação, paratática, da substância demonstrativa *que* à substância circunstancializada *ainda*, circunstancialização dada pela imagem movimental de *lugar de onde*

ainda < *inde*, “**a partir de**”⁴⁰¹,

a que se aproxima, pois, um “isto”, uma substância representada por *que*, um “isto”-*que* propriamente substancial, um *que* = “isto”, demonstrativo **substantivo**,

ainda que,

inde que :

“a partir de” *que* = “isto” = **substantivo**,

a que se apõe, então por sua vez, a expressão do conteúdo que preencherá discursivamente a generalidade de *que*, em identificação de representações apostas,

ainda que x,

inde que: x (a *que* se apõe *x*⁴⁰²; *que* = *x*):

“a partir de” *x*, prenunciado por *que* = “isto” = **substantivo**,

ainda que x, todavia y,

inde que: x (a *que* se apõe *x*; *que* = *x*), *totā uiā y*:

“a partir de *x*,

mesmo assim,

mesmo considerado todo o caminho ‘*x*’,

concede-se ‘*y*’”,

⁴⁰¹ Veja-se a nota 365.

em que a concessividade é noção que se tratou de expressar assim, tomado um *lugar de onde*, a partir do qual se esperaria uma conclusão harmônica, uma dedução daí retirada, mas se conclui *ex opposito*, em termos de “mesmo assim”, *totā uiā*. O que as imagens fazem, no entanto, não é imagetizar “concessividade”, em sua expressão subjuntiva; é, isto sim, imagetizar **lugares**, um lugar, *inde*, de onde se conclui *ex opposito*, e também um lugar por onde se percorre, lugar que, “mesmo assim”, *totā uiā*, “aí”, se perfaz em *lugar onde*, o qual permite concluir-se *ex opposito*. Em produtiva dialética, ao lado desses lugares de movimento (*ainda* < *inde*: *lugar de onde*) e de não-movimento (*todavia* < *totā uiā*: ablativo de *lugar onde*), está a aproximação da substância demonstrativa *que* à substância circunstancializada *ainda*, e está a paratática aposição à substância *que* da expressão do conteúdo que lhe preencherá discursivamente a generalidade. Ou seja, tem-se aí um jogo de movimento e estatismo, imagens de um movimento propriamente dito e de um não-movimento, uma imagem de singela aproximação entre duas substâncias — *inde que* —, uma imagem de simples aposição paratática — *que: x* (a *que* se apõe *x*; *que* = *x*) —, parataxe que imagetiza como deve ser a *imaginação* da Língua, porque o que possibilita aproximações e aposições é justamente a congruência, harmônica, entre as partes, aí a congruência entre substantividades, a substantividade *ainda* e a substantividade *que*, uma circunstancializada — *ainda* —, e a outra preservada em sua densidade substantiva — *que* —, bem como a substantividade *que* e a substantividade do preenchimento discursivo, uma preservada em sua densidade substantiva — *que* —, e a outra subsumida na possível expressão de um comportamento oracional:

Ainda que João tenha dedos, não toca flauta.,

em que o conteúdo discursivo-referencial veiculado é *representado* por *imagens relacionais* que não evocam nem dedos nem flautas, mas, na premência de expressar e veicular *relações*, mimetizam aquilo que encontram como certo termo de analogia e que é o próprio mundo em que estamos, nosso mundo em sua fisicalidade espacial, espaço-

⁴⁰² Veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*.

movimental, espaço-estática, a abstrair-se e re-abstrair-se metaforicamente. O lugar de onde se conclui a “concessividade” é, pois, um lugar metafórico, e assim é que a Língua não é nem veiculação nem mesmo expressão, mas é arsenal de metáforas possíveis, recorrentes em sua unidade essencial, no reducionismo dos sentidos cinemáticos, segundo a essencialidade do espaço. A Língua é, então, uma potência imagética.

A atualização ontogênica da Língua não se dá a cada momento em que se profere(m) o(s) vocábulo(s) representativo(s) da forma nem no momento em que se grava o que aproximadamente seria o proferimento; esses são momentos discursivos, e o que se atualiza aí é a própria vida, em sua emergência de ser vivida. A atualização ontogênica da potência imagética que é a Língua se dá no momento *formal* em que a *forma*-construção se faz forma porque se constrói: é no momento do rendoso encontro entre *ainda* e *que*, quando a substância expressa por *que* “pede” relação com a substância circunstancializada expressa por *ainda*, quando a substância expressa por *ainda* “concede” a relação pedida pela substância expressa por *que*, quando então as forças substanciais centrípetas se fazem jogo, é nesse momento que a potência se faz ato; é nesse momento que a Língua constrói as imagens que constroem formas; é nesse momento que a Língua se faz Língua, *imaginação* necessariamente harmônica porque propiciada pela congruência da ontologia divina que parece haver aí.

Diante de todo esse construto que aqui busco elaborar, posso dizer que a tradição linguística que procuro compreender permanece “a um passo” da inteligência da forma (veja-se o título deste capítulo; veja-se também o título que conferi a ALONSO JÚNIOR, 2018b: “Grammatica philosophica: a um passo da forma”) porque é assombrada com o “conteúdo” e tende a imaginar que ele não esteja ali dentro, muitas vezes dando a entender como ultrapassada a visão de que o *conteúdo* de fato esteja *contido* na forma. Essa tradição **atribui** *algum* sentido à forma individual, na esteira discursivo-funcional de que no contexto comunicativo é que se construa o sentido. Ora, constrói-se ali *algum* sentido **discursivo**, emergente para o que é discursivamente necessário e interessante, segundo as implicações dinâmicas da vida, segundo as determinações da parêntese

estrutura-acontecimento da organização do mundo, que é às vezes justa e tantas vezes injusta, cheia de alegrias e amores, repleta de nossas dores. Não há esquizofrenia entre isso e algo que o antecede como estrutura, que é certa apercepção do mundo físico-espacial, desassombrada da aquilatação avaliativa entre amores e dores, mas suficientemente sensível ao horizonte do espaço físico e à possibilidade e à necessidade de explorá-lo, vivenciando-o e vivenciando-o discursivamente. De algum modo codificada em Língua — porque somos seres simbólicos —, tal vivência espaço-discursiva parece que não poderia ser isenta das impregnações espaciais, do “ir àquele lugar”, do “ter voltado daquele outro”, do “estar passando por aqui”, do “aqui estar”, depois “aconchegando-se àquele colo”, “fugindo de medo daquele lugar apenumbado por seus (nossos) monstros”, “*per*-manecendo em *per*-egrinações *por* todo o mundo”, “*per*-manecendo aqui, onde me *fixo*, onde *estou*, onde *in*-struo morada”. É o comprometimento da Língua-em-formação com o espaço-em-percepção que onto-gerou essa Língua *natu* espacial-metafórica, e essa foi a base de sua simbologia, que o tempo não precisa nem pode obliterar porque dela tira proveito e re-proveito, a título de cujo exemplo estão as espacialidades de *lugar para onde* e de *lugar onde*-lateralidade combinadas na formulação ultra-afetiva

a-con-chegar-se *a-os* *com*-panheiros *para* um *sim*-pósio,

em que se têm movimento e espacialidade físico-concretivos então abstratizados na formulação/formalização **metafórica** da Língua.

Quando digo *aconchego-me*, invariavelmente o faço não para dizer que me aproximo de um ponto, mas para dizer que me sinto afagado; para dizer que me sinto afagado, expresso então o **resultado metafórico** da imagem de aproximação a um ponto: a imagem está no movimento físico-concretivo de aproximação; essa imagem é mimetizada *para o* e *no engendro da Língua*, que é, assim, um construto mimético, porque se valeu da imagética dos movimentos cinemáticos para ser o que é; a Língua então se forma como arsenal imagético para servir às especificidades situacionais que a

vida solícita, da ideia mais concretiva à mais abstrativa, desde aquela em que é mais perceptível a lembrança da imagem até aquela em que essa lembrança parece esmaecida e requer esforço de interpretação, e aí já está acionada a cadeia metafórica, de (re)metaforizações abstratizantes a refletir a complexidade da experiência humana, uma experiência que, entretanto, não prescinde da própria fisicalidade como condição de origem e como exigência de manutenção.

Assim, o sentido não é atribuído à forma, mas **dela é constitutivo**. O que se constrói e *co-con*-strói são as especificações discursivas, tão dinâmicas quanto a dinâmica da vida, mas estruturais em sua base semântica: a semântica de base já está na estrutura, que é, pois, uma **estrutura semântica**; é na forma que está inscrito o sentido, não havendo, assim, “forma e sentido”, nem ao menos quanto às especializações. Se o sentido é discursivamente sempre re-con-struído, é sobre a forma-sentido-base que isso se faz.

Ao largo da preocupação que se vê em artigo de Wittgenstein (1929, p. 163) quanto ao uso de “um único termo numa infinidade de sentidos diferentes” —

“(…) The idea [proposta no presente artigo] is to express in an appropriate symbolism what in ordinary language leads to endless misunderstandings. That is to say, where ordinary language disguises logical structure, where it allows the formation of pseudopropositions, where it uses one term in an infinity of different meanings, we must replace it by a symbolism which gives a clear picture of the logical structure, excludes pseudopropositions, and uses its terms unambiguously. (...)”

—, o que empreendo aqui é tirar partido da ambiguidade, não pela ambiguidade em si, mas pelo que ela informa sobre a presença de muitos em um. Amplamente entendida como presença constante na Língua, a ambiguidade se mostra como resultado *equí-voco* de sua motivação ontogênica, que proponho ser a motivação ontogênica da própria Língua em sua ambiguidade onipresente: uma vez mais, trata-se do que denomino “inspiração” metafórica físico-concretiva, que é tão inicial quanto permanente, porque se mantém na geração de uma metáfora e nas gerações de outras metáforas, ou seja, permanece no contínuo processo de re-metaforizações abstratizantes, em chave de

contiguidade semântica. Mais do que “presença de muitos em um”, a ambiguidade é, pois, a *existência de um em muitos*, aquele *um* resultante do sopro inicial representado pelo *trans-porte meta-fórico* do movimento físico-cinemático *na e para a formulação da Língua*.

A tradição linguístico-explicativa pouco ou nada explica porque de fato permanece “a um passo” da forma a que ela *atribui* um sentido (veja-se o título deste capítulo; veja-se também o título que conferi a ALONSO JÚNIOR, 2018b: “Grammatica philosophica: a um passo da forma”), como se esta e aquela formas tivessem, cada uma delas, *contraído* este ou mais aquele sentidos, numa espécie de encontro casual que o uso linguístico promoveria e que o observador empírico simplesmente vê, escolarmente enuncia e teoricamente procura explicar, mas não ultrapassa os dois termos da equação que nunca se fecha.

Nenhuma forma procura nenhum sentido, porque isso não pertence à sua ontologia, bem como não há “encontro casual”, porque isso pressupõe um esforço aleatório pouco suportável porque nada econômico. Trata-se do contrário: a especialização de sentido é que procura uma *forma* que a *formalize*, porque ela tem de ser formalizada para ser expressa na limitação de nossa materialidade, e essa é a *intelecção* de uma causalidade materialmente premente, mas o que importa para minha proposição ontogênica é a *intelecção* de uma causalidade semanticamente solicitante: a forma na qual a especialização de sentido se veste é uma forma que já contém em si, molecularmente, um sentido primevo, largo, inespecífico porque metaforicamente inspirado pela mimese de um movimento no espaço, imagem tão ampla quanto, então, acolhedora de alta gama de especializações; a especialização de sentido se veste em uma forma com cujo sentido fundante se coaduna o sentido especializante. É rigorosamente aí que está o passo faltante; é esse o vínculo que *re-solve* a dualidade da equação aberta. Não há “forma e sentido”, atribuído o segundo à primeira por obra de um uso linguístico assombrado com as vicissitudes da vida. Há uma forma e **seu** sentido primal, segundo a chave de uma metaforicidade sintética e bem-vindamente reducionista: as imagens do “de lá”, do “para

lá”, do “por ali” e do “aqui” parece que deram conta da cadeia de re-metaforizações, produtivíssima justamente porque não se oblitera a generosa inspiração metafórica inicial. Eis a unidade: a metáfora-semântica **da forma, da estrutura**, é a unidade que acolhe nossas dores, nossos amores, nossa vida.

CAPÍTULO III. DENSIDADE SEMÂNTICA, BASE “MATERIAL”

Não a despeito da gramaticalização, processo real que, todavia, não faz chegar a grau zero o esvaziamento semântico, parece crescer a possibilidade de encontrar tanto maior carga semântica quanto mais se recua no tempo.

Análogo à irmandade entre *sed*, “conjunção”, e *sē/sēd*, “preposição” arcaica (veja-se, no item II. 4, a contiguidade semântica apontada na cadeia etimológica), percurso bem ilustrador da carga semântica das “conjunções” é apresentado por Torrinha (1945 [1937]):

seice (antigo), **advérbio**, >

> *seic* ([por apócope] ainda antigo), **advérbio**, >

> *sīc* [por resolução do ditongo em vogal longa], **advérbio**, “assim”;

sei (antigo) >

> *sī* [por resolução do ditongo em vogal longa], “**conjunção**”, “se”,

mas “primordialmente **significa ‘assim’**” (o negrito é meu)

(vejam-se minhas considerações no item I. 2).

Ora, dizer

se A, (então) B

contém dizer

“**assim A, (assim) B**”, “(assim) admitido A, (impõe-se) B”,

o que diz algo não só a respeito da vinculação semântica entre a chamada conjunção e o advérbio, mas também, e como consequência, a respeito da plena existência, arqueologicamente perscrutável, do arcabouço semântico da “conjunção” e, então, a

respeito da entranhada permanência, arqueologicamente resgatável, da carga semântica, apenas soterrada por camadas do tempo. A carga semântica — por exemplo, “assim”, que é “primordial” sentido de advérbio — está ali, porque ali permanece, como denso ponto semântico a sustentar o entendimento paratático que proponho: a sensação de hipotaxe advinda da gramaticalização que aí operou sobre aquela carga de sentido — e que então parece impor-se a nós como fator *sine quo non* de análise — é uma sensação moldada sobre a compleição paratática. A sequência explicativa

- “**assim** A, (assim) B” >
- > “assim admitido A, impõe-se B” >
- > “admitido A, B” >
- > “se A, então B” >
- > “se A, B”

é tentativa que empreendo para desenhar ideologicamente o processo “gramaticalizante” responsável pela efetiva expressão

se A, B,

expressão “*hipo-tática*”, uma vez “gramaticalizado” aquele

sei > sī

pelo esmaecimento de seu peso semântico, um peso que parecia equilibrar a balança, ora se *mandando pra baixo* o elemento que se enfraqueceu e tudo que ele carrega, ou seja, mandando-se pra baixo da balança toda a expressão de comportamento — toda a oração — encabeçada pelo elemento outrora forte que agora se encontra fraco, como se apenas conjugisse a expressão de outro comportamento à expressão do comportamento que ele encabeça, mas de minha tentativa de desenhar ideologicamente o processo de hipotaxização se pode extrair uma efetiva expressão *para-tática*,

assim A, B,

expressão cujo entendimento prescinde daquele desenho *sub-ordinante* contrário à ontogenia, por isso contrário à iconicidade. A hierarquia que se vê na subordinação não deixa de ser imagem, uma imagem de “*de-pend-ência*”, de “algo estar como que *de-pend-urado* em outro”, mas essa imagem é fotográfica, não processual, refletora de uma interpretação comprometida com a inovação “hipotática”, não com a primariedade paratática; naquele sentido de *iconicidade* que aqui pretendo, essa imagem não é icônica, porque está afastada da molecularidade ontogênico-movimental primeva e geradora: aquele “estar dependurado em” é fotográfico e não movimental exatamente porque é imagem que aloca segmentos linguísticos em “lugares” de um esquema representativo de certo limite da Morfossintaxe, que é o limite discursivo, aquilo que denomino “Sintaxe discursiva”, ao arrepio de qualquer pretensão formalista; a imagem icônica tem de ser movimental, porque a Língua é movimental, e tem de ser movimental segundo a potência que há na estaticidade densa e substantiva da parataxe, a potência de uma movimentalidade embutida ali, em germe, a acionar-se entre as aposições que determinam relações. É nessa complexa ambiguidade da parataxe que cabe o desenho, singelo, em que se apõem, lado a lado, horizontalmente, “na mesma linha”, a declaração

“assim A”

e a declaração

“B”,

assim A | B,

sob a efetiva formalização *para-tática*

assim A, B,

sem nenhuma carência conjuncional, nenhuma prevalência subordinante, nenhuma relação hierárquica, nenhuma “oração principal”, nenhum vazio semântico, sejam quais forem as palavras ali preenchedoras. O que há naquela formalização é a lateralidade

que se verá na própria emergência da frase, lateralidade fundamentada na aposição de elementos significativos, que entram em relação a partir de si mesmos, segundo a densidade de sua própria semântica.

Bem se vê que o que empreendo, aqui e *passim*, é reduzir a análise à mais constrangedora simplicidade, em que pese a minha patente dificuldade de dizer essa simplicidade em termos simples:

“(...) as coisas mais universais são, para os homens, exatamente as mais difíceis de conhecer por serem as mais distantes das apreensões sensíveis. (...) E as mais exatas entre as ciências são sobretudo as que tratam dos primeiros princípios. De fato, as ciências que pressupõem um menor número de princípios são mais exatas do que as que pressupõem o acréscimo de <ulteriores princípios > (...)” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 9),

a emblemar-se minha busca não por exatidão, mas por princípios primeiros.

Penso, entretanto, que, aqui, a dificuldade e o propósito de reducionismo não poderiam ser diferentes. A dificuldade decorre do desafio de falar de palavras por meio de palavras (veja-se o “**Prefácio Personalíssimo**”), falar das *parabola*e que são as palavras, bem como da semelhante iconicidade que engendra seu arrançamento, e fazê-lo mediante léxico e sintaxe, expediente que

“(...) não reproduz as idéias de forma pura, já que isto não é possível quando as idéias são representadas por um meio [de expressão] exterior [à inteligência]⁴⁰³ (...)” (FREGE, 2009 [1879], p. 48; os colchetes estão na edição do texto),

uma vez que, em que ora me pese considerar o léxico e a sintaxe absolutamente intrínsecos à inteligência e à intuição, não se confundem com o pensamento em si mesmo. O reducionismo, já diversas vezes admitido por mim ao longo deste estudo, decorre da tentativa de chegar a momento primevo da Língua, em que o espírito humano talvez estivesse menos comprometido por certo modo de realizar a complexificação cognitiva que teria promovido a hipotaxe. O espírito hipotático do comum usuário da Língua decerto não vê aí nada além do ato e do efeito de condicionar B a A, mas a atenção

⁴⁰³ Frege (2009 [1879], p. 48) refere-se a certa limitação de sua conceitografia.

analítica que seja também interpretativa com algum viés metafísico há de indagar o que teria possibilitado algo tão aparentemente simples como

se A, B

e ao mesmo tempo tão verdadeiramente sofisticado como a postulação de dependência

do conteúdo de *B*

ao conteúdo de *A*,

uma dependência semântico-pragmática representada por seu exato oposto sintático, que é a postulação de dependência

da expressão *se A*

à expressão *B*,

a mais das vezes dita “subordinação da oração *se A* à oração *B*”, uma *subordinação* propiciada por uma palavrícula *subordinativa* que também esconde na própria manga o poder de *conjungir* a seu entorno o conjunto da outra oração, por isso se chamando **conjunção subordinativa**, e o poder de exprimir a ideia de “condição”, então se denominando *conjunção subordinativa adverbial condicional*, uma vez que a ideia de “condição” é uma ideia de “circunstância”, portanto uma ideia *adverbial*. A indagação há de estender-se ao que significaria

se,

não bastando dizer que “indica condição”, se o que se indagar de fato não for qual seja a *indicação*, mas for qual seja a *significação* da palavra *se*. Ora, a palavra

se

significa

“assim < *ad sic*”,

“para (*ad*) *sic*”,

“*a(d)* este/esse modo”,

“em esta/essa condição”

— vejam-se, em Aulete, já segundo o espírito hipotático, as decodificações “na condição de” (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital) e “no caso de” (AULETE, 1958) —, em que se põe a substância que é “esta/essa condição”, “este/esse modo”, em circunstância, ou seja, põe-se em **circun-stância adverbial** o **lugar substantivo** representado pela **substância** que é “esta/essa condição”, “este/esse modo”, > “**a(d)** esta/essa condição”, “**a(d)** este/esse modo”, “**em** esta/essa condição”, “**em** este/esse modo” — à semelhança da substantividade, posta em circunstância, que há, por exemplo, no advérbio *lá*, “**em** aquele **lugar**” (vejam-se minhas considerações no Capítulo I, *caput*) —, e isso constrange inexoravelmente ao entendimento paratático:

se não chover, nós vamos pescar:

“*assim* :

não chover,

nós vamos pescar”,

ou seja,

“**em** esta **condição** :

não chover,

nós vamos pescar”,

“*ad-sic*:-não-chover, nós vamos pescar”,

entendimento que se formaliza

se | *não chover*, *nós vamos pescar*,

nós vamos pescar, *se* | *não chover*,

embutida em

se

a gênese

“assim”,

a que se lateraliza o conteúdo do modo que *ad hoc* lhe corresponde, ou seja, embutido em

se

um “assim” genético, a que *se apõe*, como *aposto* arqueológico, *stricto sensu* **paratático**, o conteúdo do modo que será especializado em condição. É essa genética, é a gênese da entidade

sei->-*sĩ*-“assim”-“se”,

é essa **ontogênese** o *terminus a quo* daquilo que, para um olhar indagativo, semelha um feixe mágico contido no hipotático desempenho da “conjunção subordinativa adverbial condicional”: há que prescindir da ideia de conjuntividade e da ideia de subordinação para inteligir a natureza do **advérbio** *se*, que é a natureza paratática de uma entidade a cuja densidade semântica se apõe o modo-condição especificado.

Mais defensavelmente paratático é o funcionamento de

se

quando dito “conjunção integrante”:

não sei se vai chover:

“não sei *assim* :

vir a chover”,

ou seja,

“não sei **em** esta **condição** :
vir a chover”,

entendendo-se

“é **em** esta **condição** que não sei,
é **em** esta **condição** que sinto dúvida :
vir a chover”,

“*ad-sic*:-vir-a-chover não sei”,

entendimento que se formaliza

se | *vai chover não sei* ,
não sei se | *vai chover* ,

tratando-se, pois, da mesma entidade

se “conjunção subordinativa adverbial condicional”,

sempre embutida aí a gênese “assim”, a que se lateraliza o conteúdo do modo que *ad hoc* lhe corresponde, ou seja, embutido em *se* um “assim” genético, a que **se apõe**, como **aposto** arqueológico, *stricto sensu* **paratático**, o conteúdo do modo que será especializado em condição. É sempre essa genética, é a gênese da entidade

sei->-*sī*-“assim”-“se”,

é essa **ontogênese** o *terminus a quo* daquilo que semelha outro feixe mágico contido no hipotático desempenho ora da “conjunção integrante”, que integraria uma “oração interrogativa indireta”: novamente há que prescindir da ideia de conjuntividade e da ideia de subordinação para entender a natureza do **advérbio** *se*, a natureza paratática de uma entidade a cuja densidade semântica se apõe o modo da dúvida especificada. Não há nada de vazio no

se

dito “conjunção integrante”, que, em entendimento pré-hipotático, não precisa conjungir nada, porque nada precisa ser conjungido, bastando as relações laterais potencializadas pelas oposições paratáticas: a substantiva densidade semântica de

se, “assim”, “em esta **condição**”,

parece conferir-lhe certa ambiguidade de estatuto gramatical, fazendo-o estar entre uma espécie de arqueológico adjunto adverbial de “modo” a especializar-se em “condição” e algo que semelha um objeto direto a corresponder ao teor da dúvida, ou seja, estando-se entre nome advérbio e nome substantivo, de irmandade aí entrevista segundo a substantividade latente do advérbio, densidade semântica (vejam-se minhas reflexões *passim* neste estudo).

Igualmente, as mal denominadas preposições, antigos advérbios, gramaticalizaram-se, e a gramaticalização faz pensar na diversidade efetivamente ocasionada em sincronia — assim se diferenciam aquelas classes entre si —, mas gera esmaecimento da possibilidade de percepção de linhas de força primais. As preposições também “significam” justamente porque são antigos advérbios e exatamente porque a gramaticalização não faz chegar a zero, postulado que se pode defender com base não apenas perceptiva, mas propriamente histórica e depreensivelmente filosófica, haja vista a consideração aristotélica presente no capítulo 2º do livro XII de *Metafísica* (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.]), segundo a qual no processo de mudança há algo de subjacente que permanece, justamente **para** que, na substância, ocorra a mudança

entre os contrários, proposição que — estendida do âmbito substancial aristotélico para o âmbito relacional da Língua — dispensa a defesa da manutenção daquelas linhas de força primais, sobretudo porque, como composto de matéria e forma, a substância inclui, pois, a οὐσία.⁴⁰⁴ Veja-se que, novamente por sua vez, as ditas conjunções — à possível exceção de *e* e *ou* — em sentido amplo **são** advérbios, mesmo sincronicamente porque mantêm significação latente, na densidade de sua própria οὐσία.

A “conjunção”, segundo proponho, é, então, espécie de síntese adverbial. É, em percepção resgatadora, tão adverbial quanto foi em gênese, e a adverbialidade ora presente é adverbialidade em síntese porquanto ali concentrada, historicamente esmaecida para o olhar a olho nu e por isso mesmo concentrada na parataxe que propugno ali presente, o que significa permanência de carga semântica, portanto exigência de análise sensível a isso. Ernst Cassirer (2001 [1923], p. 170) ampara essa análise:

“(…) Aquilo que na linguagem é estável e se subordina a determinadas leis, podendo, assim, cristalizar-se sob forma de regras, não passa de simples petrificação; mas é por detrás deste produto acabado que se encontram os verdadeiros atos constitutivos da formação, os atos espirituais da criação que se renovam permanentemente. E é nestes, sobre os quais repousa essencialmente a totalidade da linguagem, que se deverá encontrar a verdadeira explicação para cada um dos fenômenos da linguagem. Inverte-se assim a orientação positivista, que caminha dos elementos para o todo, dos sons para as palavras e sentenças, e destas para o ‘sentido’ específico da linguagem. Trata-se, agora, de **compreender os diversos fenômenos da evolução e da história da linguagem a partir do primado do ‘sentido’ e do caráter geral da conexão entre as significações**. O espírito que reside na fala humana constitui a oração, as partes integrantes da oração, a palavra e o som. (...)” (o negrito é meu).

A identificação do advérbio com aquilo que seria “a conjunção” ou, em termos proto-historicamente suportáveis, a *interpretação* do advérbio *como* “conjunção” talvez seja mesmo um acontecimento que “não passa de simples petrificação” (*supra*), mas não se pode negar-lhe o estatuto de acontecimento, que restrinjo, no entanto, a duas instâncias interarticuladas: (1) a **interpretação** é inegável, integralmente registrada nos discursos

⁴⁰⁴ Quanto a mudança *lato sensu*, a defesa é, em termos contemporâneos, declarada por Austin (1961, p. 149): “One is that a word never — well, hardly ever — shakes off its etymology and its formation. In spite

gramáticos desde a Antiguidade, que, em suas *artes*, formulou diferentes quadros de *partes orationis*; (2) a origem da interpretação deve situar-se no fenômeno da **sensação** de continuidade, de ligação, de “conjunção” promovida pelo advérbio, por sua interposição sintagmática entre o já dito e o que se vai dizer, na chave de que o que se disse simplesmente já se disse e o que se vai dizer será modalizado pela noção trazida pelo advérbio, se a modalização não incidir sobre unidade específica de todo o conteúdo a ser veiculado. O advérbio não pôde “cristalizar-se sob forma de regras” (*supra*) que interviessem em sua ontologia, mas pôde cristalizar-se como categoria conjuntiva no discurso tradicional, todavia inócua para minha pretensão ontogênica. Para essa pretensão, se se pretende ontogênese, é imperativo condicional reevocar a densidade semântica daquilo que se considera conjunção (advérbio > “conjunção”), porque “é por detrás deste produto acabado que se encontram os verdadeiros atos constitutivos da formação, os atos espirituais da criação que se renovam permanentemente” (*supra*): aquela densidade semântica é a densidade semântica do advérbio, admitida por toda a tradição e reevocada por mim como condição para que se perceba a **manutenção da integralidade semântica do advérbio naquilo que se pretende funcionalmente conjuncional**, condição, por sua vez, para que se perceba a parataxe.⁴⁰⁵

of all changes in and extensions of and additions to its meanings, and indeed rather pervading and governing these, there will still persist the old idea. (...)”.

⁴⁰⁵ O alcance semântico do advérbio é o alcance semântico próprio das expressões de circunstâncias, em toda a sua amplidão. Relativamente a isso, aqui trago o relato de experiência ocorrida em 17 de novembro de 2019, em que, tratando-se de reunião de professores de Português, uma colega indagou sobre a validade de sequenciar, num texto, as expressões “*primeiramente (...) secundamente (...) terceiramente (...)*”, acrescentando que haveria aí certa estranheza. Gracejei que a estranheza adviria da lembrança da personagem Odorico Paraguaçu, de Dias Gomes, atreita à fala empolada (e de resultado canhestro). Em seriedade, proponho que o estranhamento advenha da sensação de inadequação que haveria em utilizar com finalidade ordenadora (*primeiro (...) segundo (...) terceiro*) palavras que deveriam indiciar a ideia (adverbial) de modo (*-mente*: “*primeiramente (...) secundamente (...) terceiramente (...)*”); o desacordo entre o uso dessas palavras e sua natureza seria a causa de certo mau gosto representado pelo procedimento linguístico-textual de formar de maneira equivocada advérbios em *-mente*, formação tida como culta. Não há desacordo: ordenar é um *modo* de agir; um dos possíveis componentes da amplidão do leque das circunstâncias é o *modo* ordenador; algo *primeiramente* ou *secundamente* expresso é algo expresso à maneira de “primeiro” ou à maneira de “segundo”, ao modo de “primeiro” ou ao modo de “segundo”. No caráter coesivo-textual da sequenciação “*Primeiramente (...); secundamente (...); terceiramente (...)*”, não se veja, todavia, nenhuma afinidade ontológica entre a natureza do advérbio e aquilo que seria a “conjunção”, afinidade que não há, se é que a dita conjunção possa guardar qualquer

Na esteira do alcance do advérbio, averigua-se frequente ausência de palavras ou expressões que a sintaxe normativa e corrente faz prever na formulação da frase. Da linha 59 à 62 da transcrição do texto oral⁴⁰⁶ que consta como “Diálogo 1” no Apêndice deste estudo —

“(...) eu acho essas pessoas diferentes de **nós lá**. Agora, se elas são **diferentes de cá** não sei, não é? As pessoas que foram de cá pra lá são diferentes de **nós lá**. Agora, se o resto é tudo igual não sei.”

—, ocorre, duas vezes, a expressão *diferentes de nós lá* e, uma vez, *diferentes de cá*. Em

diferentes de nós lá,

lá está, em sentido estritamente funcional, qualificando *nós*, o que não obedece a certo rigor da sintaxe do texto escrito, que decerto construiria

diferentes de nós de lá:

ontologia; veja-se, isto sim, a **densidade semântica do advérbio**, a **manter-se** no que eventualmente se pretenderá “conjunção”. O que há na sequenciação “*primeiramente (...) secundamente (...) terceiramente*” é **parataxe**, a que, ontogenicamente, se iguala a parataxe que propugno haver nas orações encabeçadas pela entidade *que*, à qual restituo plena densidade semântica.

Veja-se o uso francês daquela sequenciação, em que se logra efeito textual coesivo segundo atuação paratática:

“La grammaire est la connaissance empirique de ce qu’on lit couramment chez les poètes et les prosateurs.

Elle a six parties: d’abord, la lecture experte conforme à la prosodie; **deuxièmement**, l’interprétation des tours poétiques présents dans le texte; **troisièmement**, l’explication qui rend accessibles les mots rares et les légendes; **quatrièmement**, la découverte de l’étymologie; **cinquièmement**, l’établissement de l’analogie; **sixièmement**, la critique des poèmes — qui est, de toutes les parties de l’art, la plus belle.” (LALLOT, 1985, p. 10, tradução de fragmento inicial de Τέχνη γραμματική, de Dionísio da Trácia; os negritos são meus);

note-se aí a pontuação forte entre os blocos encabeçados pelas expressões adverbiais, cujo enfileiramento **para-tático** não enfraquece o efeito coesivo (ainda que não operativo-argumentativo), plenamente **mantida a densidade semântica própria à natureza do advérbio**.

⁴⁰⁶ a cujo segmento, para fins de análise, empresto aqui a grafiação típica do texto escrito

lá estaria substantivado⁴⁰⁷; **de lá** funcionaria como adjetivo, qualificativo de *nós*, análogo à construção *de* (+ artigo) + nome substantivo⁴⁰⁸.

A “preposição” *de*, que ora seria precedida pelo pronome demonstrativo *as*, também está ausente em

diferentes de cá,

em que o *de* constante é “regido” pelo adjetivo, e a inclusão de *as*, contraído com o *de* constante, e de *de* entre *diferentes das* e *cá*, produziria a construção

diferentes das [*de as*, subentendendo-se *pessoas*] **de cá**:

não se trata de pessoas diferentes do lugar — *cá* —, ideia potencialmente depreensível de *diferentes de cá*, em que *cá* estaria substantivado, se entendida a expressão sob certo rigor canônico da sintaxe do texto escrito, a menos que se considere *cá* equivalente à expressão *as* [*pessoas*] *de cá*, numa espécie de relação metonímica. Caso análogo é

“Lisboa vai tendo também já problemas desses, não tão **agudos como cá**, penso eu (...)” (linhas 84 e 85 da transcrição do “Diálogo 2” do Apêndice),

trecho a que “faltam” os termos *os* e *de* entre *como* e *cá*, por não se tratar de problemas agudos como o lugar: *cá*, “agudos como cá”, em que *cá* estaria substantivado. A presença do pronome demonstrativo *os* faria subentender *problemas*, *são* e *agudos*, e a construção seria

Lisboa vai tendo também já problemas desses, não tão agudos como os [*problemas*] **de cá** [*são*] [*agudos*], *penso eu*,

⁴⁰⁷ Em enunciados do tipo *eu adoro lá*, não raro ouvidos na oralidade brasileira, *lá* — não sendo o lugar onde se adora algo, mas o objeto da adoração — dir-se-ia “substantivado” não fosse a afinidade generosa entre o advérbio de lugar e o substantivo, já discursivamente contendo o primeiro ideia substantival, referindo-se, em princípio, a lugar concreto, **substantivo**.

⁴⁰⁸ Sobre translação, veja-se: CARONE, Flávia de Barros. “Translação de primeiro grau”. In: _____, 1988, p. 64-7. Para fins de meu interesse aqui, vejam-se minhas considerações no Capítulo I, *caput*.

mas a leitura metonímica também cabe aqui: *cá* equivaleria a *os* [*problemas*] *de cá*.

A mera descrição que realizo acima, pretendente a repor elementos “faltantes”, contém problema denso de interpretação quanto ao estatuto do advérbio locativo, imprimindo-lhe hipoteticamente um feixe de matizes semântico-funcionais conferidores de determinada compleição nominal “super-substantiva”: o que faz essa hipótese é propor uma espécie de super-complementaridade entre os nomes, em que o nome-advérbio se presta à funcionalidade nome-adjetival sem depor a densidade nome-substantival que lhe é própria. Ora, prestar-se à funcionalidade nome-adjetival pressupõe a presença do traço adjetivo naquele feixe de matizes (veja-se BOMFIM, 1988, p. 9, em referência aos “advérbios de modo”, na esteira de Pottier⁴⁰⁹ e de “vários autores antigos e modernos”) — aqui matizes funcionais porque semânticos —, e a negativa de que se deponha a densidade nome-substantival apenas confirma a substantividade ali presente — aqui definidora da adverbialidade —, uma substantividade que, como tal, é morfossemanticamente estática, não-movimental, representativa do *lugar onde*, e, por isso mesmo, pode ser posta em movimento, pode ser adverbialmente circunstancializada.

Circunstancialização da substância — *circunstante* para Tesnière (1969) —, expressão da substância como que des-centralizada, posta no “lugar” da *circun-stância*, ou seja, expressão da inserção da substância em um contexto, interação da substância com o mundo, o advérbio desempenha, na representação linguística, uma circunstancialização construída metaforicamente na dependência do estatismo morfo-semântico representado pelo não-movimento, que é o movimento *ex opposito*, “movimento” de *lugar onde*, proposição confirmada pela natureza do gerúndio, entidade verbo-nominal circunstancializadora de outra entidade verbo-nominal que é o infinitivo, ambos *lugares onde*, substantivo o infinitivo, advérbio o gerúndio; se o infinitivo, substancial, não-movimental, é o **nome** — como tal, não finito — do comportamento (verbal) de que se

⁴⁰⁹ POTTIER, Bernard. “Problemas relativos a los adverbios en -mente”. In: _____. *Linguística Moderna y Filología Hispánica*. Madrid: Gredos, 1968.

faz homônimo, o gerúndio é, formalmente, a enunciação **circunstancializante** do **nome** daquele comportamento, sendo a circunstancialização — aí, não-movimental, porque *lugar onde*, a distinguir-se da perambulação — metaforicamente inspirada (no nível, pois, da expressão representativa) pela aposição da expressão infinitiva, como, a título de exemplo, a expressão *andar*, a *con-formar-se* como gerúndio, *andando*, na expressão do lugar onde, como a expressão *estar*: ora, *estar andando* é “estar em certa circunstância”, e

estar — note-se o verbo de *lugar onde* — **em** *certa circunstância*

é “estar **aí**, estar **em** esse **lugar**”, de que resulta que, por exemplo,

estar em apuros

contém expressão de **lugar onde** tanto quanto *estar no Paraíso* e *estar andando*;

estar no Paraíso

é, sem esforço de análise, estar em um *lugar onde*, o lugar do Paraíso, não mais do que

estar em apuros,

que, discursivamente, é “**estar em** determinada circunstância, determinada *situ*-ação” e, ontogeneticamente, é, pois, **estar em** um **lugar onde**, o lugar de apuros, o lugar dos apuros que viria a ser abrigado pela discursividade, bem como

estar andando

é, ontogênica e molecularmente, “**estar assim**”, “**estar em** o lugar caracterizado por esse modo de estar”, acrescido que a expressão mesma

estar assim

— muito arqueologicamente, “estar para assim (*ad sic*)”,

“estar para (*ad*) [*ad sic*]

esse modo” —

é de todo equivalente a “**estar em** esse modo”, “**estar em** esse lugar”, o **lugar** do modo, passando-se pela equivalência a

estar a andar,

“estar *para (per ad)* andar”, estar *pre-parado para* o comportamento de andar, estar voltado para o **lugar** desse comportamento, *lugar para onde*.

À perfeita equivalência entre

estar andando,

estar assim

e

estar em esse lugar (podendo ser “o lugar do modo”)

pode subjazer a irmandade entre o nome substantivo, e também o nome adjetivo — estes talvez facilmente associáveis entre si —, e o nome advérbio (veja-se meu ensaio de teorização no subitem II. 1. 1). Já na memória dos mais diversos discursos gramaticais parece estar fixado o par “substantivo e adjetivo”, estando o advérbio como que ao lado, e sintomaticamente havendo usuários da Língua que identificam, por exemplo, *beleza* como adjetivo, já que “exprime qualidade”, denotando-se manquejar a tripartição dos nomes: esboço de especulação filosófica em prol da intelecção de que o trio “(1) nome substantivo, (2) nome adjetivo e (3) nome advérbio” possa compor trilogia convincente é entender

(1) o nome substantivo como expressão ou nome da substância, no plano da representação, e representante da própria substância no plano da intenção discursiva,

(2) o nome adjetivo como matizador daquela expressão ou daquele nome no plano da representação e representante do próprio matiz da substância no plano da intenção discursiva,

(3) o nome advérbio como circunstancialização daquela expressão ou daquele nome no plano da representação e representante da própria circunstância da substância no plano da intenção discursiva — funcionalmente incide sobre a expressão verbal do comportamento ou sobre o matizador adjetivo ou sobre outro circunstancializador advérbio ou, também, ademais da previsibilidade normativa, sobre a própria expressão substantiva da substância⁴¹⁰.

Note-se, pois, a ambiguidade do *status* gramatical do sintagma *vinte anos* em

João esperou vinte anos:

parece estar-se entre objeto direto e adjunto adverbial (de tempo), ou seja, entre nome substantivo e nome advérbio, o que emblema a irmandade entre os nomes e aponta para a substantividade latente do advérbio, densidade semântica. Veja-se a tipologia estabelecida em Ernout e Thomas (1953 [1951], p. 17) quando lecionam sobre “l’*accusatif*” em situações em que

“(…) la détermination était d’ordre spatial ou temporel: *accusatif d’étendue (tria milia recessit)*; *accusatif de durée (tres annos regnavit)*; *accusatif caractérisant le terme du mouvement (eo Romam)*, d’ordinaire avec préposition (*eo in urbem*) (...)”,

uma tipologia de orientação cabalmente discursiva, a não perceber que “o termo” — *terminus ad quem* — “do movimento” é corolário do próprio movimento não mais do que sua extensão e sua duração, ou seja, o “acusativo de extensão”, o “acusativo de duração”, o “acusativo que caracteriza o termo do movimento” são igualmente “de ordem espacial”, aí metonimicamente embutida a “ordem temporal”, e são igualmente “de ordem espacial” não mais do que qualquer acusativo; por isso, a consideração de “determinação de ordem espacial ou temporal”, *scilicet* adverbial, para a função propriamente nominal do acusativo se coaduna com minha proposição de ambiguidade entre objeto direto e adjunto adverbial (de tempo), que revela ambiguidade entre nome substantivo e nome advérbio, irmandade entre os nomes, reiteradamente substantividade latente do advérbio,

⁴¹⁰ Vejam-se os primeiros § do subitem II. 1. 5.

reiteradamente densidade semântica: “*tres annos*” é o termo do movimento de “*regnare*”, e “vinte anos” é o termo do movimento de “esperar”, assim como “*Romam*” é o termo do movimento de “*ire*”, todos movimentos de *lugar para onde*, “ir” não mais do que “reinar” e não mais do que “esperar”, movimentos metaforicamente correspondentes ao comportamento de “reinar”, ao discursivamente dinâmico comportamento de “ir” e ao discursivamente estático comportamento de “esperar”, todos *movimentos* metaforicamente desenhados segundo a imagem de que para eles estão as determinações respectivas, cujas expressões parataticamente se apõem às expressões dos comportamentos (amparada em Ernout e Thomas (*idem, ibidem*), veja-se, no item I. 2, minha reflexão “**sobre a natureza paratática do acusativo**”); cada uma daquelas determinações é imagetizada como **lugar**, lugar denso de **substancialidade**, pleno de **substantividade**, “Roma” não mais do que “x anos”, e é *para* o lugar-termo-do-movimento que metaforicamente se *volta* o comportamento, como que caminhando *para* lá, para aquele lugar-termo-*para-onde*, iconicamente expresso, pois, em *a(d)*cusativo. Esse acusativo, essencialmente nominal, essa representação do lugar denso *a(d)* o qual se *volta* o comportamento, é exata condição para a circunstancialização adverbial, para que se ponha o estatismo morfo-semântico nominal em circunstância adverbial. Aqueles “sintagmas nominais”, *tres annos, vinte anos, Romam* e *tria milia* (em “*tria milia recessit*”), estão a meio caminho entre objeto e adjunto adverbial pela razão específica da unidade entre os nomes, uma unidade que se subsume à densidade semântica do advérbio, à densidade essencial da parataxe, à densidade fundamental da própria substância que a Língua iconiciza.

Em estudo sobre o advérbio, de orientação estruturalista, marcada, ao mesmo tempo, por sensível preocupação quanto a aspectos semânticos, Bomfim (1988) relativiza fundamentalmente o caráter circunstancial daquela classe:

“(…) algumas palavras rotuladas como *advérbios* não expressam circunstâncias. Excetuam-se os *advérbios de modo, de tempo, de lugar* e acrescentaríamos os *de causa* (...)” (p. 14).

Parece-me que o problema esteja na amplitude da palavra *circunstância*. Essa amplitude é, todavia, bem-vinda, porque se coaduna com a amplitude das circunstâncias da vida; é isso mesmo o que o advérbio faz: indica **qualquer** circunstância da vida, qualquer modalização que, como *circunstante*, *circunde* a *actância* dos *actantes*, representando não aquilo ou aquele que se comporta nem o **lugar**-objeto sobre o qual atua o comportamento, mas o **lugar** — substantivo — que se põe em circunstância.

Vinculo aquela relativização proposta por Bomfim (*idem*) com a relativização que a autora propõe também quanto à incidência de certos advérbios sobre o comportamento expresso pelo verbo:

“(...)os *advérbios de dúvida* (...) não se relacionam com o processo verbal. A falta de certeza é do sujeito da enunciação.” (p. 7),

para o que a autora oferece como exemplo o enunciado

“*Talvez* ele não tenha conhecimento do fato.” (p. 6),

mas veja-se que, na ficção que é a formulação — ontogênica — da Língua, o que se faz aí, acionado o advérbio *tal-vez*, é dizer que “**em tal vez**”, “**em determinado turno**”, “**em algum lugar**” do imaginário discursivo, **aí** é que “ele não tenha conhecimento do fato”; ficcionaliza-se um **lugar** no qual pode dar-se “o processo verbal” *para representar* “a falta de certeza (...) do sujeito da enunciação”, fazendo as *vezes* desse **lugar** de dúvida: a formulação — ontogênica — faz o advérbio incidir, sim, sobre “o processo verbal”, **porque é sobre esse processo que o enunciador se sente duvidoso**, o que considero não uma espécie de limitação do advérbio à discursividade, como se o advérbio se restringisse à discursividade à qual discursivamente se presta, mas, ao contrário, considero aí a plena atualização de sua adverbialidade — substantiva, “(em) *tal vez*” —, iconicidade sofisticada e metaforicamente espacial. O que estou a propor, no limite da análise, é que não se tem de contraditar a incidência do advérbio sobre o engajamento do enunciador, um engajamento comprometido pela dúvida, ou seja, não se tem de contraditar a incidência do advérbio sobre o *modus*, proposta em outros

termos pela autora — “A falta de certeza é do sujeito da enunciação.” (*idem*, p. 7) —, mas não se tem de contraditar a incidência sobre o *modus* na mesma medida, porém, em que não se pode subtraí-la à exigência de submeter-se a uma ontogenia do *dictum* que espacialmente a representa. Ora, o que está nesse *dictum* é dizer que “**em tal vez, aí** nesse **lugar**, ele não tenha conhecimento do fato”; é para representar “a falta de certeza (...) do sujeito da enunciação” que se enuncia o comportamento de “não ter conhecimento do fato”, e para enunciar o comportamento de “não ter conhecimento do fato” se ficcionaliza um **lugar** no qual se dê esse comportamento.

Veja-se o expediente construído pela autora (*idem*) para ora relativizar a apreciação do comportamento dos “*advérbios de intensidade*” (p. 7), que

“(...) nem sempre (...) se relacionam, de fato, a um adjetivo ou a um advérbio.

Observemos os exemplos 6.

- 6. a) Andou *muito*.
- b) Comeu *pouco*.
- c) Amou *muito*.
- d) Trabalhou *pouco*.

Nos exemplos 6a e 6b não há incidência de *muito* e *pouco* sobre o verbo, mas sobre o resultado ou a conseqüência do processo verbal. Já nos exemplos 6c e 6d é o processo verbal que é atingido.

Acrescentemos, aos exemplos 6a e 6b, um substantivo no feminino plural.

- 7. a) Andou *muitas* léguas.
- b) Comeu *poucas* frutas.

A necessidade de concordância confirma a afirmação anterior. (...)
(...)

Nos exemplos 6a e 7a, expresso ou não o objeto, o que está em jogo é o espaço percorrido. Nos exemplos 6b e 7b, *pouco* e *poucas* referem-se ao volume do que foi comido. Consideramos que, nas estruturas que reagem dessa maneira a esse tipo de teste, não existem *intensificadores* nem *advérbios* de nenhuma natureza, mas *pronomes* indefinidos. (...)” (p. 7-8).

Ora, nos exemplos 6a e 6b, há, sim, incidência de *muito* e *pouco* sobre o verbo, e é **por isso** que “o resultado ou a conseqüência do processo verbal” é o que é; nos exemplos 6a e 7a, “o que está em jogo é o espaço *percorrido*” (o itálico é meu) **porque se percorreu**, assim como, nos exemplos 6b e 7b, “*pouco* e *poucas* referem-se ao volume

do que *foi comido*” (o itálico da locução é meu) **porque** *se comeu*. Parece, pois, que a “incidência (...) sobre o resultado ou [sobre] a conseqüência do processo verbal” não pode aí prescindir da “incidência (...) sobre o verbo”, que é o próprio indicador daquele “resultado” ou daquela “conseqüência”, é mesmo a representação do “processo” do qual aquele “resultado” ou aquela “conseqüência” é singelamente o produto. A substituição de advérbios por pronomes, se é que “confirma” algo, apenas confirma a afinidade entre os nomes, portanto a nominalidade, no limite substantiva, do advérbio, substancialidade posta em circunstância.

A densidade, substantiva, que proponho para a semântica do advérbio se coaduna — segundo interpretação que formulo — com minha proposição de movimentalidade dos casos, proposição caudatária de longa tradição que, entretanto, não tematiza o fenômeno como tal, não mais do que lhe descrevendo conseqüências de uso:

“COMPLÉMENTS DE TEMPS

RÈGLES GÉNÉRALES. — Le cas est, selon le sens, l’ablatif ou l’accusatif. L’ablatif exprime en général *le moment*, et l’accusatif *la durée*.

(...)

(...) *Accusatif*.

Question *quamdiu*.

Regnavit tres annos.

(...) L’*accusatif* avec le nombre *cardinal* exprime *la durée*.⁴¹¹

⁴¹¹ Na sequência do segmento de Georgin e Berthaut (1942, p. 175), há contraponto ao realce itálico imposto em “nombre *cardinal*”, então se falando de “nombre *ordinal*”, a que, por sua vez, se segue observação graciosamente representativa do discurso não reflexivo e mesmo protocolar da tradição manualesca componente do pensamento gramatical:

“**Question** a quo tempore.

Tertium annum regnat.

(...) L’*accusatif* avec le nombre *ordinal* indique *depuis combien de temps dure actuellement une action*.

Ex.: *Tertium jam annum regnat, voilà deux ans qu’il est roi.*

(On remarquera que, dans ces expressions, le latin compte une unité de plus que le français).”,

dando-se a entender a ideia destemperada de que línguas diferentes contem diferentemente o tempo do mesmo evento; ora, se se reina (já) (pel) o terceiro ano, então faz dois anos que se reina, singelo entendimento que parece esboçar interpretação da opção pelo **acusativo** do *ordinal*: se se iniciou há *n*

Ex.: *Regnavit tres annos, il a régné trois ans.*” (GEORGIN; BERTHAUT, 1942, p. 174-5)⁴¹²,

em que, sem tematização mínima, o que se faz é associar à movimentalidade negativa do ablativo-locativo a pontualidade do *lugar onde*, especializada na pontualidade do *tempo quando*, “*le moment*”, *le moment où*, e associar à movimentalidade positiva do acusativo o pro-longamento, *de agora para um lugar-tempo x*, correspondente à duração de um comportamento, representações da contiguidade semântica que é a manutenção do matiz de lugar na expressão de tempo, emblemas da iconicidade entre pontualidade e não-movimentalidade, entre duração e movimentalidade *para onde*. Expressar em *acusativo* a substantividade dos *annos tres* iconiza certo prolongamento próprio do lugar *para onde*, movimento metaforicamente extensivo do lugar-tempo **para** o ponto de início do comportamento, desde o “aqui-agora” **até** o “lá” em que o comportamento se iniciou, o que introduz alguma sorte de circunstancialização naquela substantividade, que se põe em circunstância, põe-se em movimento, mas não se oblitera, permanecendo em sua densidade.

Se, ao contrário da permanência, a gramaticalização é processo de esvaziamento semântico a bem da engrenagem gramatical, parece haver — processo análogo — certo esvaziamento semântico a bem da atuação interacional. Há palavras que sofreram esvaziamento a ponto de se ter estendido à classe morfológica — aí não gramatical — das interjeições, como o arabismo *oxalá* e a entrada *tomara*, em cujo verbete Houaiss (2001) insere o comentário “considerado cognato de *tomar*”. Estenderam-se à classe das interjeições; não migraram para lá: mesmo funcionando interjetivamente, mantêm-se em funcionamento sintático, porventura em relações de complexidade tão grande quanto a intenção enunciativa requerer e as possibilidades do sistema dispuserem; em

Tomara que algum dia se compreenda o que seja Língua!,

tempo, então o evento agora se prolonga **até** o *enésimo* tempo, movimento metafórico de **lugar para onde**, com especialização em *momento para quando*, mantido o “de **aqui** para lá” no “de *agora* para lá”, mantida, pois, a metáfora espacial, em contiguidade semântica.

⁴¹² Vejam-se minhas considerações acima sobre a citação de Ernout e Thomas (1953 [1951], p. 17).

é fato que o hipotético enunciador, em *modus* de projeção para pretérito talvez representativo de descrença posta em irrealidade, *toma*, para si, o desejo expresso pelo conteúdo da oração “subordinada” substantiva objetiva direta, cujo sujeito é especificado pela oração “subordinada” adjetiva restritiva. Penso que isso não invalide o postulado estruturalista segundo o qual, porque não desempenhem função sintática, as interjeições não deveriam compor classe morfológica; talvez as assim chamadas interjeições componham “classe interacional”, não **classe** morfológico-gramatical, mas certas “interjeições” parecem requerer cabal tratamento morfológico, porque guardam cabal comportamento morfossintático, o que equivale, aqui, a dizer que guardem integralidade semântica.

Corolário da gramaticalização, de validade ontológica dificilmente negável, é a redução funcional do estatuto do verbo que, já no silogismo, **identifica** dois elementos, dizendo e *logicamente* permitindo dizer “A é B” ou “A não é B”, mas verdadeiramente falaciosa para uma epistemologia de natureza arqueológica é a construção *teórica* da ideia de “verbo de ligação”, “verbo copulativo”, cujo exemplo assíduo é mesmo o verbo *esse*, formador do substantivo *essentia*, o que permite reputá-lo *o verbo da essência, o verbo essencial, o* verbo por excelência, o verbo “mais verbo”, inverso ontológico da redução a cópula; a inversão, entretanto, não constitui paradoxo ontológico, uma vez que a própria identificação de dois elementos, ao mesmo tempo que os coaduna identitariamente, assegura a identidade individual de cada um, e é isso o que deve ser enfatizado por uma teorização ontogênica. É previsível que o representante maior da falseada categoria “verbo de ligação” seja verbo **intransitivo**; não se imputaria erro ao Padre Bernardes (1644-1710) quando disse “Deus é”, na chave da “assolutezza ontologica in senso globale di ‘è’ e ‘non è’ ”⁴¹³ (PARMENIDE, 1992 [séculos VI-V a.C.], p. 91), hajam vista o “latim”, sobretudo o arcaico, o “grego”, o “árabe padrão”:

⁴¹³ expressão de Giovanni Reale presente em considerações sobre a filosofia de Parmênides [séculos VI-V a.C.], que secundam a tradução do poema que a veiculou

Deus est

//

Deus, (si) bonus, est

>

Deus bonus est,

ou seja, o concebimento *essencial* de Deus — propriamente o concebimento da *essência* de Deus, a possibilidade de conceber o ato ou o efeito de que Deus *seja* — é condicionado à associação com o ato e o efeito de ser bom; o “ser Deus” *é* se necessariamente associado ao “ser bom”, o que se idealiza

“Deus *é* se e apenas se (concebido como) bom; senão, não *é*”,

sinteticamente

“Deus *é* se bom”,

“Deus *é*, bom”,

de que se deduz que

“Deus *é* bom”.

Ora, se “Deus *é*, bom”, que se formaliza

Deus, bom, é / Deus, bonus, est,

então “Deus *é* bom”,

Deus bonus est,

havendo, sem paradoxo, concentração do interesse da mensagem na informação qualificativa: não há, pois, solução de continuidade entre a essencialidade do verbo e seu papel de identificar predicativo e sujeito, uma vez que esse papel não é um papel

desempenhado em cenário de descontinuidade de Língua e mundo, em que, na língua, o verbo seria mera peça de liame entre pedaços de sentença, mas é um papel exercido no sistema de *representação* que é a Língua; o liame sentencial *representa* a ligação identificadora entre os elementos do mundo e, ao interidentificá-los, identifica-os um a um intransitivamente, *essencialmente*.

Por meio daí se abole o falso problema que há em distinguir classificatoriamente *para mim* em

isto é útil para mim

de *para mim* em

isto é para mim.

É verdade que na primeira ocorrência o sintagma se liga ao adjetivo e na segunda, em princípio, liga-se ao verbo, mas essa distinção não toca a **semântica do sintagma, da construção**, construção que é a mesma: movimento sintático de *lugar para onde*, associado ao estatismo morfo-semântico e à substantividade primeva. Idêntico movimento de *lugar para onde* se dá em ambas as ocorrências:

“isto é útil relativamente **a(d)** mim, como que voltado **per a(d)** mim, caminhando **para** mim”, *isto é útil para mim*;

“relativamente **a(d)** mim, como que voltado **per a(d)** mim, caminhando **para** mim, isto é”, “isto é, relativamente **a(d)** mim, como que voltado **per a(d)** mim, caminhando **para** mim”, “isto é relativamente **a(d)** mim, como que voltado **per a(d)** mim, caminhando **para** mim”, *isto é para mim*.

A relação que proponho entre a mimese do movimento e a integralidade semântica de elementos intrassintagmáticos e de elementos interfrasais imputo ao que chamo **substantividade primeva**, à qual associo, também, o total afastamento da ideia de

subordinação para efeito de toda e qualquer análise e, em pé de igualdade, para esse mesmo efeito, o total afastamento da oposição entre aquela ideia e a ideia de coordenação, ou seja, o total alijamento da dicotomia ali presente (veja-se o Capítulo II, *caput*).

Boa representação da substantividade é o poder retomador do pronome relativo, que indicia mesmo o poder **demonstrativo** desse pronome, o que, por sua vez, equivale, aqui, à densidade semântico-referencial advinda de sua substantividade.⁴¹⁴ Observe-se, em Redação de concurso público (CEBRASPE, 2015), a seguinte construção:

“A herança cultural deixada [*sic*] pelos negros tem uma grande importância na formação do Brasil[,] e suas manifestações [*sic*] artísticas cada vez mais estão inserindo [*sic*] na sociedade, modificando e sendo modificada [*sic*], construindo assim um país com enorme riqueza cultural, as quais [*sic*] antes ficavam só em pesquisas e trabalhos escolares hoje [*sic*] podem ser apreciadas por todos.”.

Ademais da concordância da locução pronominal relativa *as quais*, a correção óbvia seria a sindetização da segunda oração adjetiva, fazendo-a coordenar-se aditivamente à primeira —

(...) *enorme riqueza cultural,*
a qual
antes ficava só em pesquisas e trabalhos escolares
e
hoje pode ser apreciada por todos

—; se a intervenção se abrandasse e a inteligência se aprofundasse, a coordenação poderia mesmo ser concebida como assindética, o que decerto faria a última oração ser percebida como coordenada, no período, à sequência de orações coordenadas, e não coordenada à

oração anterior imediata, ou seja, não coordenada à adjetiva anterior, cuja referência do sujeito é, entretanto, subentendida ali:

*A herança cultural dos negros tem grande importância na formação do Brasil,
e suas manifestações artísticas cada vez mais estão
inserindo-se na sociedade,
modificando
e sendo modificadas,
construindo assim um país com enorme riqueza cultural,
a qual
antes ficava só em pesquisas e trabalhos escolares
;
[a enorme riqueza cultural (do Brasil)] hoje pode ser apreciada por todos.*

Note-se que o sujeito da então única oração adjetiva está condensado na locução relativa *a qual*. Aí está ponto sintomático: a poderosa condensação pode dar lugar a “correção” que nega aquela ortodoxia, reatribuindo o caráter demonstrativo ao primeiro elemento, *a* (verdadeiramente demonstrativo), da então aparente locução *a qual*, o que afasta a ideia de subordinação, e conferindo a ele o papel de sujeito de uma (única) oração,

a [“esta” / “aquela” / “ela”] *hoje pode ser apreciada por todos,*

coordenada, no período, à sequência de orações coordenadas, desmembrando-se a expressão do sujeito da (única) oração adjetiva, “materializado” então pelo pronome relativo *qual*:

*A herança cultural dos negros tem grande importância na formação do Brasil,
e suas manifestações artísticas cada vez mais estão
inserindo-se na sociedade,*

⁴¹⁴ Veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002, *passim*.

*modificando
e sendo modificadas,
construindo assim um país com enorme riqueza cultural .*

A

*qual
antes ficava só em pesquisas e trabalhos escolares
hoje pode ser apreciada por todos.,*

entendido A como “esta”, “aquela”, “ela” e textualmente preenchido por *qual [que] antes ficava só em pesquisas e trabalhos escolares,*

ou seja,

(...) enorme riqueza cultural .

A

*qual antes ficava só em pesquisas e trabalhos escolares
hoje pode ser apreciada por todos.*

Quer dizer:

(...) enorme riqueza cultural .

A *hoje pode ser apreciada por todos.*

Entenda-se:

(...) enorme riqueza cultural .

Esta/Aquela/Ela *hoje pode ser apreciada por todos.*

Aí está aberto o caminho para total afastamento da ideia de subordinação, o que se efetiva no momento em que se (re)atribui caráter demonstrativo também ao segundo elemento, *qual*, da então aparente locução *a qual* e se confere a ele o papel de sujeito de uma (única) oração, coordenada, no período, à sequência de orações nele coordenadas, desmembrando-se a expressão de sujeito das duas últimas orações do período, como que materializando-se cada sujeito em pronome **demonstrativo**:

*A herança cultural dos negros tem grande importância na formação do Brasil,
e suas manifestações artísticas cada vez mais estão
inserindo-se na sociedade,
modificando
e sendo modificadas,
construindo assim um país com enorme riqueza cultural .*

A

//

Qual

antes ficava só em pesquisas e trabalhos escolares .

//

hoje pode ser apreciada por todos.,

ou seja,

(...) enorme riqueza cultural .

A

//

Qual *antes ficava só em pesquisas e trabalhos escolares .*

//

hoje pode ser apreciada por todos.

Quer dizer:

(...) *enorme riqueza cultural* .

A *hoje pode ser apreciada por todos* .

Qual *antes ficava só em pesquisas e trabalhos escolares*.

Entenda-se:

(...) *enorme riqueza cultural* .

Esta/Aquela/Ela *antes ficava só em pesquisas e trabalhos escolares* .

Esta/Aquela/Ela *hoje pode ser apreciada por todos*.

Esse percurso arqueológico-interpretativo dá conta de justificar o plural de *as quais* do texto original —

“A herança cultural deixada [*sic*] pelos negros tem uma grande importância na formação do Brasil_[,] e suas manifestações [*sic*] artísticas cada vez mais estão inserindo [*sic*] na sociedade, modificando e sendo modificada [*sic*], construindo assim um país com enorme riqueza cultural, as quais [*sic*] antes ficavam só em pesquisas e trabalhos escolares hoje [*sic*] podem ser apreciadas por todos.”

—, a que eu apusera quinau e sobre que propusera singularização: (re)atribuir caráter demonstrativo a cada elemento da então aparente locução *a qual* fortemente afasta de cada um dos elementos, bem como de todo o aparente conjunto locucional, a atribuição de caráter discursivo-gramatical desprovido de semântica, discursividade desprovida de semântica própria porque apenas preenchível no texto, gramaticalidade também desprovida de semântica própria porque funcionante sobre “atleta acéfalo” (ALONSO JÚNIOR, 2002, p. 14), que é como se vê o pronome relativo:

“À atuação fórica dos pronomes demonstrativos bem equivale a do pronome relativo; na ‘foricidade’ desse pronome bem pode haver uma ‘carga semântica’ equivalente à daqueles. Aproximar o pronome relativo à semântica dos pronomes demonstrativos é tentar dizer que a atuação dele não é a de um atleta gramatical, musculoso e acéfalo, que pule do enunciado e vá buscar algo perdido na arena: a atuação do pronome relativo é a própria ‘**significação**’, todavia inespecífica, **contida no pronome e evocadora de outro elemento porque consonante com ele**.

Quer-se dizer que o pronome relativo possui, *de per si*, certa compleição semântica, própria, prévia à atualização textual, e é isso que sustenta, em Latim, seu uso ‘como demonstrativo’ — expressão corrente nas Gramáticas tradicionais (...)” (ALONSO JÚNIOR, 2002, p. 14);

restitui-se, assim, a densidade semântica, **substantiva, paratática**, agora mais do que “coordenativa”, de cada um dos elementos, bem como de todo o aparente conjunto, e isso permite que o plural *as quais* se refira não apenas ao singular *enorme riqueza cultural*, anterior imediato, mas também a *a herança cultural deixada [sic] pelos negros* e a *suas manifestações [sic] artísticas*. Trata-se do escopo não de justificar o texto, mas de interpretar *linguisticamente* (não normativa nem sociolinguisticamente) a opção, marginal, ali presente, que, *possível* de algum modo, demanda interpretação linguística (ao arrepio da normatividade), porque o fato de *poder* ocorrer em ato diz algo sobre a potência sistêmica:

*A herança cultural dos negros tem grande importância na formação do Brasil,
e suas manifestações artísticas cada vez mais estão
inserindo-se na sociedade,
modificando
e sendo modificadas,
construindo assim um país com enorme riqueza cultural .*

As

*quais
antes ficavam só em pesquisas e trabalhos escolares
hoje podem ser apreciadas por todos.,*

entendido *As* como “estas”, “aquelas”, “elas”, e textualmente preenchido por *quais* [*que*] *antes ficavam só em pesquisas e trabalhos escolares,*

ou seja,

*A herança cultural dos negros (...),
suas manifestações artísticas (...)
enorme riqueza cultural .*

As

*quais antes ficavam só em pesquisas e trabalhos escolares
hoje podem ser apreciadas por todos.*

Quer dizer:

*A herança cultural dos negros (...),
suas manifestações artísticas (...)
enorme riqueza cultural .*

As *hoje podem ser apreciadas por todos.*

Entenda-se:

*A herança cultural dos negros (...),
suas manifestações artísticas (...)
enorme riqueza cultural .*

Estas/Aquelas/Elas *hoje podem ser apreciadas por todos.*

*A herança cultural dos negros tem grande importância na formação do Brasil,
e suas manifestações artísticas cada vez mais estão
inserindo-se na sociedade,
modificando
e sendo modificadas,
construindo assim um país com enorme riqueza cultural .*

As

//

Quais

antes ficavam só em pesquisas e trabalhos escolares .

//

hoje podem ser apreciadas por todos.,

ou seja,

*A herança cultural dos negros (...),
suas manifestações artísticas (...)
enorme riqueza cultural .*

As

//

Quais *antes ficavam só em pesquisas e trabalhos escolares .*

//

hoje podem ser apreciadas por todos.

Quer dizer:

*A herança cultural dos negros (...),
suas manifestações artísticas (...)
enorme riqueza cultural .*

As *hoje podem ser apreciadas por todos .*

Quais *antes ficavam só em pesquisas e trabalhos escolares.*

Entenda-se:

A herança cultural dos negros (...),

suas manifestações artísticas (...)

enorme riqueza cultural .

Estas/Aquelas/Elas antes ficavam só em pesquisas e trabalhos escolares .

Estas/Aquelas/Elas hoje podem ser apreciadas por todos.

Note-se que o afastamento da ideia de subordinação não está para a apreciação da *discursividade* da Sintaxe, em dimensão, pois, textual; inteiramente ligado à busca de uma **ontologia** da Sintaxe, está para a proposta de apreciação da **semântica sintática** que há **na Sintaxe**, o que pressupõe lacunas como as que se propuseram aqui, dado serem ramais ontogênicos, matrizes propriamente primevas, linhas de força iniciais e estruturantes, determinado encadeamento primal de formulações paratáticas que a própria discursividade parece que vai tratando de reencadear segundo a necessidade intelectual. Ressalte-se vivamente que, entretanto, não se apaga a arqueologia de uma gênese formuladora das metáforas e receptivamente recebedora de todo resultado destas, bem como acolhedora daquele reencadeamento “hipotaxizante”, justamente por ser uma gênese compatível com todo resultado discursivo desse reencadeamento.

Assim, a dicotomia aqui proposta entre discursividade e ontogênese sintáticas não guarda esquizofrenia, na exata medida em que é sobre a matriz, jamais dessemantizada, que se operam a sucessividade da metaforização e a sofisticação “hipotaxizante”. Isso quer dizer que essa sucessividade e essa sofisticação são mais do que compatíveis com aquela matriz; dela são **provenientes**, incluído o momento em que a metaforização gera significados aparentemente extravagantes e a sofisticação sintática produz construções aparentemente alheias a possível base anterior, quiçá “inanalísáveis”: a análise se faz se, em viés arqueológico, se reconhecem os preenchimentos “hipotaxizantes”, que atestam que a sensação de hipotaxe parte necessariamente da parataxe, e a análise se *perfaz* apenas se, em mesmo viés arqueológico, se considera

exatamente a metáfora geradora — promovida pela contiguidade semântica — como a promotora do resultado da inspiração espacial que, por mimese, constitui a Língua.

No processo efetivo de gramaticalização, como aquele que subsume o pronome demonstrativo *as* ao estatuto de componente do pronome relativo — *as quais* — segundo a sensação assim constituída, é indispensável verificar-lhe o que motivou a “mudança”, tão afeta à sensação e tão alheia à análise, e daí proponho que, em pé de igualdade, é imprescindível verificar-lhe o que motivou a manutenção. Ora, aí se têm as duas faces da mesma moeda: o que motivou a “mudança” de

se-advérbio (veja-se *supra*)

para

se-“conjunção” (veja-se *supra*),

ou seja, o que motivou a passagem discursiva de

se-“assim”

para

se-“se”,

é exatamente o que subjaz a essa passagem, e subjaz em imanência, então é exatamente o que se mantém;

“assim”-circunstância-de-modo

é

“se”-circunstância-de-condição,

pois que a condição é mesmo um modo, a circunstância condicional da realização de um comportamento não depõe seu caráter modal na medida em que a *con-dição* estabelecida é o modo de realização exigido, a *a-com-panhar* o comportamento, e então o que o *con-diciona* está *circun-scrito* e *circun-stancializado* naquela maneira de realização, *scilicet* naquela *adverbialidade*, **densidade substantiva posta em *circun-stância* e não por isso extraposta de sua coadunação paratática**. A passagem aparentemente hipotaxizante que

aí se vê como mudança de advérbio para conjunção só é possível como passagem de potência a ato, de advérbio para advérbio, de advérbio-que-é para advérbio-a-vir-a-ser, porque de circunstância para circunstância, de uma expressão de circunstância propriamente dita para uma expressão de circunstância reivindicada como elo entre a expressão do conteúdo circunstancializador e a expressão do conteúdo circunstancializado. O que então propicia a “mudança” é o que configurará o momento seguinte a ela, e o que configurará esse momento é o que já está no momento anterior (veja-se o item II. 4), ou seja, o que configurará a própria mudança é precisamente o que já existe e precede a ela, é aquilo com cuja semântica se coadunará a semântica da continuidade, a semântica do momento seguinte, a semântica da contiguidade em que a parataxe suficiente para as relações presentes no momento-1 permanece como suficiente para as relações presentes no momento-2. Essa mudança-que-não-muda, mudança semântico-discursiva caracterizada por manutenção semântico-ontológica, é fenômeno que me faz propor a gramaticalização como ponto de partida e não como ponto de chegada.

Perceber a gramaticalização foi importante como acontecimento teórico porque equivaleu a perceber a mudança acompanhada de suas consequências rigorosamente morfossintáticas, mas isso ainda não é entender a Língua em sua natureza molecular, em sua dimensão intra-motivacional, a prescindir de forças externas como uso e condições discursivas. Essa inteligência exige perceber a gramaticalização como ponto de partida porque isso equivale a perceber a semântica que estava lá, naquele momento-1, e então perceber que a semântica que está acá, neste momento-2, é ontologicamente a mesma, rigorosamente idêntica em sua interioridade, e essa identidade é que propicia, ela mesma, a “mudança”, e por isso ela continua e vigora no momento-2 e continuará e vigorará nos momentos seguintes, na cadeia de metaforizações, no processo, teoricamente contínuo, de abstratização re-metaforizante, e na manutenção de uma parataxe subjacente. A maravilha não está, portanto, em perceber a mudança em sua aparência de exuberância, mas está em entender a Língua em sua manutenção silenciosa, um silêncio molecular, invidente, exigente de um olhar penetrante e interpretante. A maravilha não está no gozo

da diversidade; está na inteligência da unidade, naquela espécie de imanência que transcende a si mesma e confere à Língua o estatuto de ser.

III. 1. A dialética entre a inspiração sensível-material e a imaterialidade da Língua

“(…) a vertigem de enxergar na matéria o nada ou o quase-nada como seu momento constitutivo” (BOSI, *in* NOVAES, 2000, p. 69);

“‘O Logos se fez carne. E habitou entre nós.’ Não só é afirmada a identidade dialética (‘se fez’: *egeneto*: transformou-se sem suprimir-se) de corpo e espírito, como é narrada a passagem pela qual a mente divina entra na historicidade concreta, intersubjetiva: *habitou entre nós*.” (*idem*, p. 71)

O uso da palavra *substância* e de palavras cognatas é recorrente neste texto, amiúde em sentido não rigorosamente aristotélico segundo *Metafísica* (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.]), mas francamente apropriativo daquela tradição, no intuito de evocar a ideia da *substancialidade* que há em uma “substância imaterial” e em “(…) Qualquer que seja a substância que consideremos, espiritual ou corporal (...)” (GILSON, 2006 [1929; 1943 (edição aumentada pelo autor)], p. 272) (vejam-se considerações minhas no Glossário). É, porém, em sentido *stricto sensu* aristotélico (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.]) que não me ponho a divergir da ideia de que a Língua não seja substância, uma vez que nem é nem sequer contém matéria, aqui já afastada a hipótese de que os sons, já desprovidos de estatuto material, componham a Língua. Considere-se o tripé aristotélico que define “substância” e que é constituído por

- ὕλη, “matéria”,
- εἶδος, “forma”,
- σύνολον (redundância reforçativa resultante da união do “prefixo” σύν- com o adjetivo substantivado, então no gênero neutro, ὅλον [ὅλος, -η, -ον], “todo”), “composto de matéria e forma”,

três modos de conceber o que seja uma substância, subsumidos à conclusão aristotélica — presente no livro VIII de *Metafísica* (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.]) — de que σύνολον é que seja *realmente* a substância, da qual ὄλη e εἶδος se separam apenas conceitualmente; como a substância aristotélica necessariamente então contém matéria — já que é σύνολον, “composto de **matéria e forma**” —, reiterado está que Língua não é substância, argumentação com que pretendo ressignificar a formulação saussuriana segundo a qual “la langue est une forme et non une substance” (SAUSSURE, 1955 [1916], p. 157, 169). Ora, apartada da Língua a possibilidade de composição material, então o que resta daquele tripé, ali constituído de elementos não excludentes, é o elemento formal, corolário que se coaduna com minha proposição de absoluta **imaterialidade** da Língua, que, então, **é forma**, relações puras.

O fato de não ser substância não retira da Língua seu estatuto de *ser*, já insistentemente defendida aqui não uma ontologização da Língua, mas sua ontologia *stricto sensu*. A Língua é *ser* e é *ser* em processo se se considera a historicidade, o que leva à suposição de certa *árvore ontológica* da Língua, certa imbricação de cadeias histórico-processuais centradas na parêntese — ainda aristotélica — consistente em *potência* e *ato*. Relativamente a essa parêntese, o papel da forma, constitutiva da Língua, é justamente *atualizar* as *potências da matéria*, que, entretanto, **não existe**. Isso parece conduzir-me à aporia de admitir para a Língua a existência de certos elementos — a potência, o ato e a forma — e não admitir a existência de um elemento — a matéria — sobre o qual deveria incidir a atuação de um daqueles, mas, porquanto há atualização histórica, como a exemplificada pela mudança linguística, entende-se que a Língua *possa* atualizar **as próprias potências**, bem como se deve reconhecer que podem não ocorrer certas atualizações, na pacificidade de que certas potências, exatamente porque são potências, podem não se atualizar, considerado que a atualização da potência é apenas a execução do que já estava previsto. Assim se devolve à Língua o *status* de pura potência — sobre o qual *passim* insisto ao longo deste texto —, pela razão de que, para Aristóteles (2001 [século IV a.C.]), **a forma é potência** ativa, ou seja, a forma é, ela mesma,

potência, a agir sobre si mesma, *scilicet* sobre a Língua; ora, a atualização da matéria pela forma é a atualização da própria forma, pois a capacidade material de receber determinação equivale estritamente à capacidade formal de imprimir determinação, outro modo de dizer que, se a forma atua, então se realiza, atualiza-se. Entenda-se, portanto, que aqui a forma não segue a aristotélica necessidade de atuar sobre matéria (que não existe), não submete matéria (inexistente) à necessidade de receber atualização; potência ativa, a forma atualiza-se, em prescindência de matéria.

Percorrido esse raciocínio, é cômodo acrescentar que Platão (2011 [1980] [séculos V-IV a.C.]) caracteriza as formas, elas mesmas, como substâncias, conferindo às formas-substâncias estatuto ontológico superior ao das substâncias sensíveis:

“Fixar o olho da mente nas formas puras é o método que conduz ao resgate da alma ameaçada pela desagregação do corpo. Transcender o olho físico é ter acesso a um mundo que desconhece a lei da morte. O platonismo é a educação desse outro olhar.

Nem todo olhar disporia da mesma capacidade de contemplar. Há o olhar-sensação, o ser tocado pelos raios da luz, matéria privilegiada da teoria sensista; mas esse ver-sentir é precário, segundo a tradição pitagórica que Platão recolhe. Precário porque não consegue dar, por si só, a idéia da coisa, o *eidos* que enforma cada ser. Dá-nos apenas uma sua aparência, reflexo diminuído, sombra insubstancial da essência imutável. Dá-nos o *eidolon*, a imagem, o simulacro, não a forma imperecível que o geômetra intui com o seu olhar capaz de abstrair dos objetos, que passam, os formatos, os números, as propriedades invariáveis. Com o número o geômetra pode pensar, liberto da contingência dos fenômenos — importuna, solicitante, dispersiva.” (BOSI, *in* NOVAES, 2000, p. 70).

Aí não está implicada, para aquilo em que porfio aqui, a proposição idealista de retirar a Língua de sua historicidade; não está aí a intenção de negar essa historicidade, que, como tal, não pode nem deve ser negada. Trata-se da atitude teórica não de desconsiderar a historicidade da Língua, mas de considerar a própria Língua em sua própria potencialidade, não porque aí se dê o truísmo de que a atualização se possa realizar sobre a potência e apenas sobre a potência, mas porque é a potência que, para mim, diz algo sobre a natureza ontológica do objeto, sobretudo em se tratando de objeto de natureza imaterial.

Nada disso contradiz a propugnação de que a metáfora da espacialidade seja precisamente inspirada pelo movimento de deslocamento no espaço físico, pela percepção desse movimento e então pela transposição metafórica da atitude físico-material, corpórea, para a representação que é a Língua. Uma vez realizada a transposição, uma vez efetivada a metáfora, tem-se o resultado linguístico, que é a constituição lexical de extensão de sentidos em pé de igualdade com a constituição sintática, muito sobremaneira formalizada por meio da chamada preposição. Aí se está, pois, no terreno do simbólico que é a linguagem e a Língua, acrescentando-se estar no potencializado nível desse terreno em que opera a produtividade metafórica, ou seja, está-se em nível em que a materialidade é como que superada pela metáfora que dela partiu e gerou não outra materialidade, mas uma produtividade simbólica. A aparente materialidade final que resulta do processo são os vocábulos formais, bem mais do que as estruturas sintáticas, sendo estas preenchidas por aqueles na atualização da Língua, mas a “materialidade” vocabular e a atualização das estruturas linguísticas resultam da própria condição material da experiência histórica, necessário efeito colateral da condição humana; não é a materialidade nem — menos ainda — sua representação gráfica o que define a Língua como fenômeno: o que assim a define é a produtividade metafórica, o desdobramento metafórico que parte da materialidade e de sua percepção mas chega ao material fônico e a sua representação gráfica apenas como meio de sedimentação, chega ao preenchimento verbal do sintagma e da cadeia sintagmática apenas como atualização da estrutura linguística em função da mensagem a que ela discursivamente se presta.

Se há paradoxo aí, não há contradição. Todo ao contrário, há a confirmação da coerência de que o processo metafórico não haveria de resultar no que motivara a própria metáfora; se a inspiração sensível-material da metáfora resultasse em materialidade, a metáfora seria redundante: ora, a materialidade resulta em seu exato contrário, a *imaterialidade*, no preciso sentido de coincidência zero entre entidade e prática articulatória, entidade e sequência fônica, entidade e *representação* fônica, entidade e necessidade de atualização; resulta na coincidência icônica entre entidade e plástica *representativa de imagens*, na extensão de “significados”, se se está no estrato lexical,

e na extensão da inspiração metafórica do espaço, se se está na formalização das relações sintáticas, muito produtivamente engendradas pelo poder de atuação das “preposições”, que nada têm de material, relevada a necessidade de se fazerem expressar, mediante corpos fônicos, medida da materialidade da condição humana.

Assim, uma vez realizada a metáfora, está-se no plano da abstração da materialidade, já desencadeado o processo de desdobramentos simbólicos. Ora sem paradoxo, o fato de a metáfora partir da materialidade espacial faz permanecer nos desdobramentos simbólicos a impressão da espacialidade, a lembrança — ela é que é produtiva — da metáfora do movimento, a lembrança da materialidade inspiradora: a materialidade inspiradora dá lugar à imaterialidade metafórica e, porque inspiradora, permanece como lembrança no processo produtivo de desdobramentos simbólicos, **imaterialmente**; em outras palavras, no processo de “imaterialização”, a lembrança **imaterial** da materialidade permanece porque a materialidade é originadora da metáfora espacial constitutiva da Língua.

Como causa eficiente, a inspiração sensível-material formalizadora do tecido linguístico associa à parataxe, na chave da primariedade de uma e da outra. Associação mais consistente é a aqui proposta analogia entre a substancialidade daquela inspiração, quanto ao que há de concretude no espaço físico e nas investidas corporais sobre esse espaço, e a substancialidade da parataxe quanto ao que há de metafórica concretude na centralização frasal nos substantivos — “(...) A palavra parece possuir aquela independência, aquela ‘substancialidade’ genuína, graças à qual ela ‘é’ em si mesma, e deve ser compreendida tão-somente a partir dela própria. As diversas palavras encontram-se simplesmente justapostas na frase, na qualidade de portadoras materiais de determinadas significações (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 392, citação inserida, e por mim parcialmente negritada, no segmento transcrito abaixo) —, na ausência da abstração caracterizadora da “hipotaxe”, ponto que gera a sensação de ausência de gramática na parataxe, equívoco contra o qual Cassirer (2001 [1923], p. 390-4) com justa percepção se manifesta:

“(...) o elemento genuíno e primordial de toda formação lingüística não é a palavra, e sim a frase. A compreensão desta realidade faz parte, igualmente, de uma das apercepções fundamentais formuladas cabalmente por Humboldt, no que concerne à reflexão filosófica sobre a linguagem. ‘É impossível conceber’, afirma ele, ‘a origem da linguagem como um processo que se inicia com a designação dos objetos por meio de palavras para, então, proceder à sua organização. Na realidade, o discurso não é composto por palavras que o precedem mas, ao contrário, as palavras é que nascem do todo do discurso.’ Esta conclusão, que Humboldt extraiu de um conceito especulativo básico do sistema da sua filosofia da linguagem — **do conceito da ‘síntese’, entendida como origem de todo o pensar e falar** [o negrito é meu] —, foi, a seguir, inteiramente confirmada pela análise empírico-psicológica. Esta também considera a ‘primazia da frase sobre a palavra’ como um dos seus mais seguros e importantes resultados. À mesma conclusão conduz a história da linguagem_[1] que, em toda parte, parece mostrar que o destaque de palavras isoladas no todo da frase e a delimitação entre as diferentes partes do discurso somente se processaram de modo gradual, inexistindo praticamente nas configurações lingüísticas primordiais [(...) Nas assim denominadas línguas ‘polissintéticas’ é conhecida a impossibilidade de estabelecer-se uma fronteira rigorosa entre a palavra isolada e a totalidade da oração; cf. especialmente a observação de Boas, *Handbook of American Indian Languages I*, pp. 27 ss., 762 ss., 1002 ss. etc., sobre as línguas indígenas americanas. Em relação às línguas altaicas, H. Winkler afirma que somente de modo deficitário chegaram ao desenvolvimento da palavra_[1] que, em geral, quase sempre só atinge este *status* por meio da sua incorporação à frase. (*Das Ural-altaische und seine Gruppen*, pp. 9 e 43 etc.) E mesmo nas línguas flexivas encontram-se comumente em toda a [*sic*] parte vestígios de um estágio arcaico da língua em que as fronteiras entre frase e palavra ainda eram completamente fluidas; cf., por exemplo, para as línguas semíticas as observações de Brockelmann, em sua obra *Grundriss*, II, pp. 1 ss.]⁴¹⁵. Aqui [“nas configurações lingüísticas primordiais”] a linguagem também revela ser um organismo no qual, de acordo com a célebre definição de Aristóteles, o todo precede as partes. A linguagem tem início como uma expressão global complexa que somente pouco a pouco se decompõe em elementos, em subunidades relativamente independentes.⁴¹⁶ Por mais que recuemos no tempo, buscando acompanhar sua evolução desde as suas origens, verificaremos que ela se nos apresenta sempre como uma unidade já constituída. Nenhuma de suas manifestações pode ser entendida como uma simples justaposição de diversos sons materiais significativos. Em cada uma, ao invés, deparamos simultaneamente com determinações que servem unicamente para expressar a *relação* entre os diversos elementos, estruturando e graduando esta mesma relação de múltiplas maneiras.

Tal expectativa entretanto parece não se realizar [o negrito é meu] ao considerarmos a estrutura das assim denominadas ‘línguas isolantes’_[1,2] que

⁴¹⁵ nota da citação

⁴¹⁶ A formulação *uma expressão global (complexa)* é deliberadamente vaga e constringe a indagar sobre seu próprio significado, sobre a significação do que poderia ter sido “uma expressão global (complexa)”, complexidade inaugural, que processualmente se teria decomposto em “subunidades”, oferecendo-se à análise a possibilidade de visualização das partes, o que me parece equivaler a certa simplificação, histórica, do originalmente complexo: de fato, o que há de anti-intuitivo na proposição não parece sustentar-se aí.

muitas vezes foram citadas como prova evidente da possibilidade e da existência efetiva de línguas totalmente ‘desprovidas de forma’⁴¹⁷. Aqui a relação acima descrita entre a frase e a palavra não apenas parece não se confirmar, como aparentemente até mesmo se converte em seu contrário. **A palavra parece possuir aquela independência, aquela ‘substancialidade’ genuína, graças à qual ela ‘é’ em si mesma** [o negrito é meu], e deve ser compreendida tão-somente a partir dela própria. **As diversas palavras encontram-se simplesmente justapostas na frase, na qualidade de portadoras materiais de determinadas significações, sem que a sua relação gramatical receba qualquer espécie de destaque** [o negrito é meu] explícito [*sic*]. Na língua chinesa, que constitui a principal referência para este tipo [*sic*] de línguas isolantes⁴¹⁸, uma mesma palavra pode ser empregada ora como um substantivo, ora como um adjetivo, um advérbio ou verbo, sem que esta diferença da categoria gramatical possa de alguma forma ser identificada na própria palavra. Da mesma forma, o fato de um substantivo ser utilizado neste ou naquele caso ou número, um verbo nesta ou naquela voz, em determinado tempo ou modo, não se expressa de maneira alguma na forma fonética da palavra.⁴¹⁹ Em razão desta característica da língua chinesa, durante muito tempo a filosofia da linguagem acreditou que poderia obter um vislumbre daquele período primordial da formação da linguagem, no qual todo o discurso humano ainda consistia na justaposição de ‘raízes’ simples e monossilábicas: uma crença que, é bem verdade, foi desfeita progressivamente pelas pesquisas históricas, as quais demonstraram que o isolamento rigoroso, tal como atualmente prevalece no chinês, não constitui um estado genuinamente original, e sim uma consequência indireta resultante [*sic*] de um processo de derivação. A hipótese de que as palavras no chinês nunca sofreram nenhuma modificação, e a suposição de que a língua nunca chegue a possuir qualquer espécie de morfologia são, como aponta G. v. d. Gabelentz, insustentáveis quando se compara o chinês com as línguas que lhe estão mais próximas e o [*sic*] analisa no âmbito geral [*sic*] destas últimas. De imediato — ainda segundo Gabelentz — evidencia-se aqui que o chinês ainda contém numerosos vestígios de formas aglutinantes mais antigas, e até mesmo de formas autenticamente flexionais. Neste sentido, frequentemente se acredita hoje poder comparar a evolução do chinês à do inglês moderno, no qual parece igualmente efetuar-se a passagem de um estágio marcado pela flexão para um de relativa ausência de flexão. Mais significativo, entretanto, do que estas transições históricas é o fato de que_[,] **também nos casos em que o isolamento puro se impôs de maneira definitiva, tal circunstância não significa, de modo algum, uma evolução rumo à ‘amorfia’: ao contrário, é precisamente aqui, em um material aparentemente resistente,**

⁴¹⁷ “(...) Podemos sorrir da ingenuidade dos europeus que, em face das línguas das sociedades orais ameríndias, acreditavam às vezes que elas não tinham gramática (...)” (AUROUX, 1992; 2001, p. 24)

⁴¹⁸ “*Monossilábicas* ou *isolantes* [segundo “O glotólogo alemão AUGUSTO SCHLEICHER”] se dizem aquelas línguas cujas palavras são constituídas por monossílabos, chamados raízes, línguas que têm por protótipo o chinês. Tais raízes são invariáveis, sugerem a idéia de um modo vago e impreciso, e nada têm que se pareça com desinências, isto é, elementos acidentais do vocábulo, que inculquem idéia de gênero, número, pessoa, caso, etc. (...) em chinês, um mesmo monossílabo pode ter quatro, cinco, seis sentidos diversos (...) [§] (...) o *isolante* praticamente só encerra o chinês (...)” (MELO, 1967a, p. 71-2)

⁴¹⁹ “(...) Segundo G. v. d. Gabelentz, *Chinesische Grammatik*, pp. 168 s., também no chinês é freqüente frases inteiras serem simplesmente justapostas, sendo que somente o contexto permite deduzir se se trata de uma relação temporal ou causal, relativa ou concessiva.” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 403, nota)

que o poder da forma ainda pode manifestar-se com a máxima nitidez e o máximo vigor. Isto porque o isolamento das palavras não suprime de modo algum o conteúdo e o sentido ideal da forma da oração — desde que os diversos nexos lógico-gramaticais entre as palavras individuais sejam indicados de maneira marcante e incisiva na *sintaxe*, mesmo que não se utilizem sons específicos para expressá-los [o negrito é meu]. Este recurso da disposição das palavras, desenvolvido pela língua chinesa ao mais alto grau de precisão, até mesmo poderia ser considerado, do ponto de vista lógico, como o meio efetivamente adequado de exprimir os nexos gramaticais. [*sic*] Porque exatamente na qualidade de nexos que, por assim dizer, **não** mais **possuem em si mesmos um substrato de representação próprio**, mas **se dissolvem em relações puras**, eles aparentemente podem ser indicados de maneira mais precisa e clara através do simples relacionamento de palavras e fonemas, manifesto na sua disposição, sem o subsídio de construções específicas dos mesmos. Neste sentido já Humboldt¹, que, aliás, considerava as línguas flexivas como expressão da forma perfeita, ‘verdadeiramente legítima’ da língua, ressaltou que a superioridade essencial do chinês reside na coerência com que aqui foi seguido o princípio da ausência de flexão. Ainda de acordo com Humboldt, **foi precisamente a aparente inexistência de toda e qualquer gramática que utilizou** no espírito daquela nação⁴²⁰ a **percepção da coerência formal do discurso** — como enfatiza Humboldt, **quanto menos gramática exterior existe na língua chinesa, tanto maior é a presença de uma gramática interior**. De fato, o rigor desta estrutura interna é tão abrangente, que da sintaxe chinesa já se disse que, em todas as suas partes essenciais, ela não é senão o desenvolvimento lógico e coerente de algumas poucas leis fundamentais, das quais, pela pura via da *dedução* lógica, se podem derivar todas as suas aplicações particulares. [O negrito e as sublinhas são meus.] (...)].

O que Cassirer identifica como “aquela **independência**, aquela ‘**substancialidade**’ genuína, graças à qual (...) [a palavra] ‘é’ em si mesma” (os negritos são meus), atribuindo às palavras “a qualidade de **portadoras materiais** de determinadas significações” (o negrito é meu), faz relacionar “independência” a “materialidade” e a certa (ali entre aspas) “‘substancialidade’”, estando a independência em função da materialidade e da substancialidade. Ou seja, Cassirer — não sei com que grau de consciência — estabelece o tripé independência-materialidade-“substancialidade”; eu, por minha vez, estabeleço a relação entre, de um lado, “independência” e, de outro, “materialidade e substancialidade”, precisamente uma relação de função de “independência” para com “materialidade e substancialidade”, como que estas a dar

⁴²⁰ A formulação de observações sobre língua diretamente associadas à ideia de estado-nação é um dos fatores que indiciam o que se costuma denominar “texto datado”, vaga categoria que, para mim, não se

suporte àquela, um necessário suporte material e substancial para que aquilo que se pretende independente de fato o possa ser, uma vez provido de certa corporeidade que lhe permita uma espécie de vida própria, na chave de que, para que algo possa ser independente, ele precisa de substancialidade, de alguma materialidade, pelo menos segundo o modo como nosso mundo não completamente imaterial parece organizar-se. Resta-me, aí, encontrar maneira de adicionar à articulação do tripé o elemento “minimalismo” com que caracterizo a parataxe, porque a parataxe é minimalista por definição, é o próprio desprovemento de nexos hipotáticos, desprovemento de *indicações* de relações, como se ela mesma fossem as relações, como se ela fosse *a relação* em si mesma; também isso é logrado por via da parêntese “materialidade-substancialidade” do tripé de Cassirer, certa “materialidade” que a i-materialidade da Língua me faz grafar entre aspas, o que torna aquela “materialidade” sinônima de “substancialidade”. Ora, essa *substancialidade* se impõe mesmo como a *substantividade* linguístico-nomenclatural, que não poderia ser senão uma *substantividade* adveniente do que é substantivo no mundo, uma *substantividade* icônica da *substancialidade* das coisas do mundo, e é essa *substancialidade-substantividade* que sustenta o caráter minimalista da parataxe, então caráter de **reducionismo substantivo** que a define, em relação segundo a qual o mínimo de “material” linguístico depende do máximo de densidade semântica.

Assim configuro o que, afinal, me parece ser o papel da parataxe, um papel minimalista, um papel reducionista no sentido de ali estar presentes tão somente elementos mínimos, pontos redutivos, que podem ser redutivos e mínimos porque são essenciais, e podem ser caracterizados como redutivo-mínimo-essenciais porque são substantivos, ainda não se expandiram em adjacência *explicitamente* relacional, *indicativamente* relacional; estão em momento inaugural da Língua em que ainda não se deu lugar à expansão indicativa de relações, e permanecem no desenvolvimento da Língua a representar aquele momento; bem mais do que isso, permanecem no desenvolvimento da Língua a representar *que aquele momento, ele mesmo, permanece*, porque permanece o caráter inaugural que o inspirou, **permanece a motivação**

metafórico-espacial baseada na mimese de elementos substanciais a se deslocarem no espaço, mimese do deslocamento cinemático-material, mimese do espaço físico-“material” ontogerador da Língua.

Ora, a própria parataxe, com a qual proponho coadunar-se a **materialidade** do que se poderia denominar “sopro original” glossogênico, abre caminho — ela mesma — para a preconização da **imaterialidade** da Língua, imaterialidade das “relações puras” que lhe conferem o caráter ontológico de sistema, à guisa de “encarnado”, mas tão só por necessidade de veiculação, não por essência, diga-se ilusoriamente encarnado quando visto como nervura de relações metafóricas, dialeticamente metafórico-espaciais.

Já por prescindir da expressão de nexos materiais, portadores de “substrato de representação próprio” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 394; *supra*), a parataxe há de conter, em si, nexos que “se dissolvem em relações puras” (*idem, ibidem; supra*), o que, ao contrário da desqualificação, absolutamente lhes valida a qualidade de orquestradores de “uma gramática interior”, como que embutida, por exemplo, na atitude discursiva de aproximar conceitos e na conseqüente atitude propriamente linguística de formalizar a aproximação conceitual mediante a justaposição, no nível da *representação*. Em

ars longa, uita brevis,

a parataxe é formalização linguística que parece simplesmente decorrer de intenção discursiva, daquela atitude — discursiva — de aproximar conceitos, mas acolhe particular apreciação *stricto sensu* linguística, porque na formalização particularmente transparece a relação tencionada, em processo de mimese: a intenção discursiva de aproximar conceitos é mimetizada na Língua por meio da atitude linguística de aproximar signos. Assim vista, ainda em relação dialética, a substancialidade da parataxe não só não a faz menos portadora de gramática, como também, em sentido oposto, assegura para si mesma, para a substancialidade que venho chamando substantividade, o caráter aqui pretendido, o *status* de **substantividade morfo-semântica** promotora do **movimento sintático**, ora acompanhada de expressões formais entre as quais atua a “gramática

interior”, de um ponto frasal para outro, de um lugar da expressão para outro, da representação de uma substância para a representação de outra substância, ou seja, acompanhada de suporte explícito para a atuação implícita, **imaterial**, de relações puras, entretanto engendradas por metáfora **sensível-espacial**. Hipostasio, assim, a **parataxe em pontos substantivos**, substanciais, que **sustentam relações**, sentido em que, então, de certo modo, devolvo substância à forma, uma substância, porém, de todo **imaterial**.

Radical exemplo do que nomeio *substantividade morfo-semântica* é dado pela ora chamada “conjunção” *caso*, que, resultado de clara gramaticalização, mantém em si a “materialidade” do *substantivo* “homônimo” de que “advém” e, aí desacompanhada de qualquer outro elemento “material”, estabelece, sozinha, a relação então entendida como subordinativo-condicional, mas, segundo o que proponho, exemplar de uma parataxe tão recente e “inovadora” quanto ontogênica:

“Caso queira receber reembolso, é necessário preencher e assinar o formulário.” (grafação de realização oral ouvida por mim);

“Nós avisaremos, caso ela vá sair mais cedo.” (grafação de realização oral ouvida por mim).

Para o que denomino “*Sintaxe discursiva*”, pode-se considerar que haja valor hipotético, e também condicional, em ambas as ocorrências de *caso*:

“na hipótese de ‘x’, ‘y’; então ‘x’ condiciona ‘y’;

se ‘x’, e apenas se ‘x’, ‘y’”:

caso x, y.

O fato, porém, de a hipótese “x” implicar “y” não equivale a uma ontologia segundo a qual “x” seja condição (necessária) para “y”, porque o fato de “y” decorrer, implicativamente, de “x” não indicia que “y” tenha de decorrer de “x” nem veta que “y”

possa decorrer de “z” — o calor decorre da incidência de sol, assim como pode decorrer da presença de fogo —, mas a formulação da hipótese

se x

ou

caso x,

na formulação integral

se x, y

ou

caso x, y,

é consuetudinariamente interpretada como condição exatamente necessária:

se não chover, nós vamos pescar

ou

caso não chova, nós vamos pescar:

“se não chover, e apenas se não chover, é que nós vamos pescar;

na hipótese de não chover, e apenas nessa hipótese, é que nós vamos pescar;

na condição de não chover (e apenas nessa condição), é que nós vamos pescar;

está dito que,

se **chover**, nós **não** vamos pescar;

igualmente, está dito que,

se **não** chover, **necessariamente** vamos pescar,

porque,

num mundo em que a palavra valha e seja informativa,

estamos afirmando que

vamos

e

estamos afirmando que

vamos **se não chover**”,

ou seja,

uma formulação como

se não chover, nós vamos pescar e, se chover, vamos também

parece que se justifica apenas em contexto discursivo em que esteja em questão a hipótese de chover como fator condicionante para o comportamento de ir pescar e se pretenda negar o condicionamento; fora de contexto como esse, tem-se uma espécie de formulação residual, quiçá redundante, em se explicitar para “y” a condição “x” e depois se explicitar para o mesmo “y” a inversão da mesma condição “x”; eliminado o resíduo, bastaria informar que *vamos pescar*. Então, valem as interpretações:

caso queira receber reembolso, é necessário preencher e assinar o formulário:

“se se quiser receber reembolso, e apenas se se quiser, é que será necessário preencher e assinar o formulário;

na hipótese de se querer receber reembolso, e apenas nessa hipótese, é que será necessário preencher e assinar o formulário;

na condição de se querer receber reembolso (e apenas nessa condição), é que será necessário preencher e assinar o formulário;

está dito que,

se **não** se quiser receber reembolso, **não** será necessário preencher nem assinar o formulário;

igualmente, está dito que,

se se **quiser** receber reembolso, **necessariamente** será necessário preencher e assinar o formulário,

porque,

num mundo em que a palavra valha e seja informativa,
estamos afirmando que

será necessário preencher e assinar o formulário

e

estamos afirmando que
será necessário **se** se quiser receber reembolso”;

nós avisaremos, caso ela vá sair mais cedo:

“se ela sair mais cedo, e apenas se ela sair mais cedo, é que nós avisaremos;
na hipótese de ela sair mais cedo, e apenas nessa hipótese, é que nós avisaremos;
na condição de ela sair mais cedo (e apenas nessa condição), é que nós avisaremos;
está dito que,
se ela **não** sair mais cedo, nós **não** avisaremos (haveria o que avisar?);
igualmente, está dito que,
se ela **sair** mais cedo, **necessariamente** nós avisaremos,
porque,
num mundo em que a palavra valha e seja informativa,
estamos afirmando que
nós avisaremos
e
estamos afirmando que
nós avisaremos **se** ela sair mais cedo”.

Assim, há de haver aí valor hipotético, e também condicional, em ambas as ocorrências de *caso*. Os verbos em questão, porém, talvez façam diferença discursiva: o verbo *querer*, volitivo, levaria a conjunção a estatuto de escolha, mais do que de hipótese, ao passo que não sabemos se *ela vá sair mais cedo* por querer ou por premência ou por acaso. De fato *nós não sabemos* por que ela sairia mais cedo; parece que, do ponto de vista do enunciador, isso não está em pauta, uma vez que ele — o enunciador, que ali é o formulador da Língua — não sabe **se** *ela vá sair mais cedo*, o que mantém a questão no indiferenciador âmbito da hipótese. Aí está: do ponto de vista do enunciador, também não está em pauta o grau de volição (o sotaque de linguista me faria dizer *volitividade?*) do interlocutor que *queira* [ou não] *receber reembolso*; é mesmo hipótese, porque esse enunciador também não sabe **se** o interlocutor quererá ou não reembolso.

Pode-se dizer que a resposta dependa do que se privilegia. Se se privilegia certa discursividade, então há “volição” *versus* “hipótese geral”. Se se privilegia uma sintaxe estabelecida e, como tal, não menos “discursiva” segundo a denomino, então há “hipótese” *versus* “hipótese geral”. O que, entretanto, aproveita à minha intenção ontogênica é perceber que sempre existe um “caso” aí, um *caso* que se põe e se impõe como *condição*, algo *caído* — *casum* — aqui, com o qual temos de lidar. A razão por que o purista lusófono impugna a gramaticalização

caso substantivo > *caso* conjunção

é a razão de não perceber que, em *caso* conjunção, como sói ocorrer, permanece a substantividade:

caso queira receber:

“**no caso** de querer receber; aí, nessa hipótese, nesse caso”;

caso ela vá sair mais cedo:

“**no caso** de vir a sair mais cedo; aí, nessa hipótese, nesse caso”,

em que, na ausência de “preposição”,

EM *caso de querer* [infinitivo, substantivo; veja-se “translação”] *receber*

>

caso queira [verbo conjugado em modo hipotético] *receber*,

EM *caso de ela vir* [infinitivo, substantivo; veja-se “translação”] *a sair*

>

caso ela vá [verbo conjugado em modo hipotético] *sair*,

se vê a **parataxe** que proponho como verdadeira e produtivamente ontogênica para a Língua e aí se mostra não em seu contrário, não como simples resultado (secundário) da

passagem de ***EM caso de x*** [infinitivo, substantivo] para *caso x'* [verbo conjugado], mas como **permanência** (primária) de sua natureza substantival. Ora, naquela passagem —

EM caso de x [infinitivo, substantivo]:

“**aí, em o lugar** de tal ‘caso’,

no lugar-onde-‘caso’ que, em movimento de *lugar de onde, de-riva de o lugar-**onde-***‘x’,

ou seja,

no lugar onde correspondente à substância representada por *caso* e *de-rivante de o lugar onde* correspondente à substância representada por *x'*”

>

caso x' [verbo conjugado]:

parataxe que, como tal, não se oferece a descrições explicitamente relacionais como a que aspeei acima

—, contraria-se o percurso aparentemente hipotaxizante das línguas. O que há é convivência de

EM caso de x [infinitivo, substantivo]

com

caso x' [verbo conjugado],

a dita subordinação e a parataxe que emerge porque sempre esteve aí.

III. 2. A dialética entre a movimentalidade sintática e o estatismo morfo-semântico, *scilicet* PARATÁTICO

A importância linguístico-ontogênica que atribuo à tríade

- **Estatismo morfo-semântico**
- **(não-)Movimento sintático**
- **Parataxe**

é uma importância que me faria mesmo propor a fórmula

$$\frac{\text{Ems} \cdot (\text{n})\text{Ms}}{\text{P}}$$

em que

Ems = Estatismo morfo-semântico,
 (n)Ms = (não-)Movimento sintático,
 P = Parataxe,

no mais singelo sentido de que a Língua não é sem ser a expressão de substâncias postas em relações de mobilidade sobre base paratática.

As substâncias, como tais, contêm a densidade própria do que é substância, material ou não. Materiais ou não, as substâncias movimentam-se em sua estaticidade e estagnam-se em sua mobilidade, ou seja, contêm em si o fator “mobilidade” como a potência de aquilo que está parado vir a mover-se, que é igual à potência de aquilo que se move vir a parar. Vistas, porém, a olho nu, as substâncias estão paradas em si mesmas, como que em si mesmas contidas, e assim são concebidas. Uma mesa é concebida como algo parado; o amor é concebido como algo concentrado em si mesmo, como que

guardado em nosso coração; uma roda de carroça é concebida como algo estagnado a ponto de desenharmos os raios de sua circunferência. Ocorre, entretanto, que a imagem da roda de carroça parece prestes a mover-se, como se solicitasse o movimento para o qual a roda foi destinada em sua razão mesma de ser, não mais do que o amor quer logo sabotar a insólita redoma em que o pusemos e salta em busca de um objeto amável, assim como pulsa o nosso coração; até à mesa, “burra como uma porta”, lhe é concedido o movimentar-se quando é arrastada, ou quando alguém diz

mesa de madeira,

fazendo a mesa *da madeira* derivar, ou quando eu digo que

da mesa de Bach vieram maravilhas do contraponto musical,

fazendo as maravilhas virem *da mesa* e fazendo a mesa vir *do oceano-Bach*. Temos aí a dialética essencial da mobilidade contida nas substâncias, que, num vislumbre, estão mesmo estagnadas em sua densidade e parecem requerer que o movimento seja impresso nelas como se imprime o sopro ao início da vida. É assim que se há de ter constituído a premência de que as substâncias sejam representadas segundo o que preconizo como **estatismo morfo-semântico**, um estatismo ultra-estático em sua morfologia cristalizada como representação, a refletir o estatismo representativo do próprio sentido ali embutido, a partir de uma semântica de base. É no mesmo campo da representação que esse estatismo, a um tempo morfológico e semântico, é exigência para que ali se imprima o **movimento sintático**, imagético da Língua, aquele movimento que mimetiza o espaço físico e os nossos deslocamentos aí realizados, aquele movimento que metaforiza a Língua e, ao metaforizá-la, a faz nascer metafórica. As substâncias assim representadas, ou seja, as *parabolaes*, são postas em relação, uma relação de mobilidade, uma relação de algum movimento,

o movimento de *lugar de onde*, que separa,

o movimento de *lugar para onde*, que aproxima,

o movimento de *lugar por onde*, que faz perambular,
o movimento de *lugar onde*, que é não-movimento;

então essa mobilidade não exclui o estatismo, porque não exclui de si mesma sua própria essência de ser uma mobilidade contida no que não se move. Ou seja, essa mobilidade não exclui a **parataxe**, suficiência minimalista constituída por aquilo que há de essencial para nomear as coisas do mundo, representando-as em *parabola*, densas de sua própria semântica, densas em seu **estatismo morfo-semântico**, fechando-se o círculo, num retorno ao ponto inicial, ou, rigorosamente, na manutenção de cada unidade-*parabola*-palavra em sua semântica fundante, em sua densidade de substância representada em Língua para dizer o mundo.

Ora, aquela fórmula é desnecessária, não porque o mundo já está dito por *parabola* que representam a densidade do sentido das coisas, postas em relações. Aquela fórmula é desnecessária porque, metaforizadas em movimento, essas relações, movimentais, não obliteram a plenitude daquele sentido e permitem que o círculo se feche em circular coerência. A fórmula é circular, exatamente em função do teor que ela sintetiza: **estatismo morfo-semântico** como condição para o **movimento sintático**, **movimento sintático** que mantém o **estatismo morfo-semântico** suficiente para a **parataxe**, ou seja, o movimento sintático, metafórico, de inspiração concretiva a manter-se na abstratização, é mobilidade em si mesma que mantém a estaticidade por ele exigida, mantém a densidade ali contida, mantém a substantividade subsumida à parataxe, subsunção à unidade imanente que constitui a Língua.

Este estudo não pretende adivinhar nenhuma fórmula, assim como não pretendeu ditar nenhum modelo; sobre um deliberado distanciamento do que se possa entender como “modelo de análise”, vejam-se minhas declarações no Capítulo I, *caput*, e no item II. 4, em que pretendo tecer uma “**Apreciação analítica da imanência**” (veja-se o título do item), não um “modelo de análise”. A *pequena* fórm-ula conteria a *grande forma* da

Língua, que lhe poderia caber, visto que é síntese: essa “*grande forma*”, síntese das relações que a constituem, síntese da própria Língua como arsenal de imagens, circunscreve-se na redução que aqui desenho. Ocorre, porém, a incontinência que se opõe e impõe: aquela síntese é síntese do mundo e, para dizê-lo, se faz inesgotável, rompe a própria circunscrição, ultrapassa a si mesma. Na *forma* da Língua se pode dizer o mundo, porque a Língua se presta a qualquer mundo que possamos imaginar. As imagens do arsenal são “pinceladas originais” que digo varrer o espaço em quatro movimentos reducionistas, virgens de qualquer circunstancialidade e prenhes de toda potencialidade, por isso mesmo infindáveis, redutos em sua essência, irreduzíveis em sua potência.

Para poder dizer as substâncias do mundo, a Língua as representa em **estatismo morfo-semântico**; para poder, a um só tempo, dizer as relações que as substâncias contraem entre si, a Língua representa essas substâncias pondo-as em **movimento sintático**, desenhando a imagem de algum daqueles poucos movimentos. Para poder dizer o que seria indizível em face da materialidade brutal do mundo, a Língua entretanto não abre mão dessa materialidade, mas poetiza-a com a verdade de quem tem a poesia nas mãos, porque toda a poesia está contida ali, o mais sutil no mais material, o mais abstrativo no mais denso, o mais movimental no mais paratático.

Entendida a Língua como arsenal de imagens movimentais que se *formalizam* em substrato paratático, entendo a *forma* como o desenho da alma. No que proponho, a alma guarda um desenho, um desenho *para nós*, porque dele precisamos segundo *nossa* materialidade. A *forma* da Língua é o desenho de sua alma, *para nós* um desenho simples, desguarnecido em sua estrutura primeva, em quatro traços movimentais, de cunho físico-concretivo, mantido no rendimento espiritual-abstrativo. Essa é a *forma* aqui buscada, um desenho recorrente, sempre presente porque sempre necessariamente reaproveitado como matéria-prima de toda a luxuosa possibilidade que temos de dizer o indizível. *Nós* dizemos o indizível, indizível *para nós*, e por isso inventamos a simplicidade do desenho, por isso inventamos a Língua em sua *forma*, em proveito da porção divina

que está *em nós* e que nos faz humanos. A linguagem nos humaniza quando a Língua nos diviniza — uma vez mais, duas faces da mesma moeda.

CONCLUSÃO ESSENCIALÍSSIMA

“(…) é preciso adquirir a ciência das causas primeiras. Com efeito, dizemos conhecer algo quando pensamos conhecer a causa primeira [ἡ αἰτία]. Ora, as causas são entendidas em quatro diferentes sentidos. (1) Num primeiro sentido, dizemos que causa é a substância e a essência. De fato, o porquê das coisas se reduz, em última análise, à forma [“τὸ τί ἦν εἶναι” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 14)]^[1] e o primeiro porquê é, justamente, uma causa e um princípio; (2) num segundo sentido, dizemos que causa é a matéria e o substrato [“τὴν ὕλην καὶ τὸ ὑποκείμενον” (*idem, ibidem*)]; (3) num terceiro sentido, dizemos que causa é o princípio do movimento [“ἡ ἀρχὴ τῆς κινήσεως” (*idem, ibidem*)]; (4) num quarto sentido, dizemos que causa é o oposto do último sentido, ou seja, é o fim e o bem [“τὸ οὗ ἕνεκα καὶ τὰγαθόν” (*idem, ibidem*)]: de fato, este [o bem] é o fim da geração e de todo movimento. (...)” (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.], p. 15)

Nessa passagem inicial e fundamental de sua *Metafísica*, Aristóteles parece predizer minha tese. Se “matéria” e “substrato” estão excluídos da natureza da Língua (veja-se a Introdução deste estudo), os outros sentidos em que se entendem as causas me aproveitam em seus próprios termos. Notavelmente, o “princípio do movimento” de geração da Língua, de sua gênese, da *ontogênese* que lhe confere o *ser*, é o movimento cinemático, ou seja, segundo meu intento de proposição teórica, **o princípio do movimento linguístico-ontogênico é o movimento**, é a mobilidade, e é também a mobilidade no que ela inclui de ausência de movimento, precisamente no que ela inclui daquele estatismo representado pela parataxe e pela “substância” (*supra*) que a possibilita, configurando-se a “forma” (*supra*) da Língua. É assim que, em termos não-aristotélicos, a *causa eficiente* da Língua é o movimento, a própria *causa movente*, “a causa que move, sinônimo “latino” da concepção aristotélica de *causa pro-dutiva, causa eficiente*, a causa que *produz e faz* porque é o **lugar de onde** provém a determinação impressa pelo movimento” (formulação minha que replico do item II. 5), ou seja, “o princípio do movimento” (*supra*) — em Aristóteles, ἡ ἀρχὴ τῆς κινήσεως — **é o movimento**; para a Língua, a causa que a faz, a causa que a move, **é o movimento**: “o princípio do movimento” que está para a Língua **é o movimento** que está para o mundo, um

movimento que se dá na substancialidade do mundo e é imagetizado pela substantividade da Língua, no seio da parataxe, inexistente a hipotaxe.

É fato que tomamos a hipotaxe como fato, um fato naturalizado, que, como tal, não se costuma pôr em chave de questionamento. Parece simplesmente não nos ocorrer que podemos olhar para qualquer fragmento de Língua e ingressar na apreciação de sua forma segundo a consideração dos elementos que ali estão, não necessariamente segundo sua presença explícita — porque a explicitude não é exigência, uma vez que a ideia precede sua própria expressão —, mas segundo as relações que possa haver entre eles; ora, em meio a essas relações não está nenhum comando subordinativo, não está nenhuma ordem de prevalência, não está nenhuma determinação hierárquica a bradar que isto tenha sido retirado da costela daquilo, como se por essa possível razão devesse pronunciar-se em tom menor. Não há nenhuma razão aí: pronunciamos em tonalidade rebaixada alguns elementos ditos subordinados porque nossa prolação é, ela sim, hipotático-hierárquica, uma vez que nosso discurso é formado pós-arqueologicamente, no ambiente de uma hipotaxe já inventada e criada, *creúda porque criada* por nosso espírito aderente à realidade imediata. Não há nada de “natural” na hipotaxe que *nós naturalizamos*, não há nada de ontogênico, porque a ideia de subordinação e qualquer ideia de “ancilaridade” embutida na hipotaxe são valores predeterminados, e na ontogênese não pode haver *predeterminação*: a gênese é a determinação como potência que se atualiza, e o que há na ontogênese de cada entidade linguística é seu próprio etos de entidade, individualidade que diz algo sobre sua mesma essência semântica, uma semântica sempre mesma porque sempre mantida em sua essencialidade, a essencialidade semântica da forma.

A forma linguística é semântica porque é entidade, *in-divid*-ualidade una segundo a inspiração de sua gênese. Assim como não há “semi-entidade”, não há “semi-existência”, não há “semi-inspiração” criativa, assim bem não há “semi-*in-divid*-ualidade” linguística; ora, uma unidade linguística “subordinada” entendida como geneticamente hipotática, por exemplo uma “oração subordinada”, dita “subordinada” e formalizada à maneira de “subordinação”, seria (des)legítimo representante daquilo que não há, seria produto da

improvável criação que conteria em si mesma a predeterminação de uma criatura *natu* mutilada porque predestinada a servir como parte de outra.

Nós naturalizamos a hipotaxe porque nós a sentimos natural segundo a prolação da fala, mas isso está para a realização, não para a forma. Está para o *ato de fala*, não para a *potência da forma*. É assim que uma análise que se pretenda *morfo-sintática* no sentido estrito de uma arqueologia que busque a *formação* lexical e a *relação* primeira que possa imagetizar-se entre um elemento e outro, ou seja, no sentido estrito de uma ontogenia linguística que busque a *formação imagética da forma* linguística, é uma análise que se preste a buscar a inspiração das imagens, imagens que não podem ter emanado do espaço etéreo, mas têm de haver provindo do espaço terreno onde o homem finca os pés, imagens de um deslocamento necessário para um homem que tem de peregrinar. Não parece possível que essa análise encontre a formação de “semi-imagens” a determinar a gênese de elementos “semi-icônicos”, portadores de uma “semi-semântica”, uma espécie de “semântica parcial” nascida para integrar a integralidade de outro. O que essa análise encontra são imagens terreno-espaciais inteiras, imagens inteiras de um espaço também inteiro, finito para o horizonte humano, mas inteiro em sua finitude, e na inteireza das imagens não cabe nenhuma determinação “ancilarizante”, não cabe a hipotaxe que nós inventamos depois. É assim, então, que essa análise não pode ser hipotática.

É assim, também, que essa análise *não deve* ser hipotática, não porque tenha de ser partidariamente paratática, mas porque deva ser (*juxta*)tática, (*juxta*)positiva, sensível não ao posicionamento (*sin*)tático dos elementos, mas à *natureza semântica daquilo que se (a)põe* e a *essa natureza em coadunação com a natureza daquilo a que se (a)põe*. Essa análise é, pois, uma análise semântica, uma análise da semântica da Sintaxe, da *semântica da forma*, segundo uma iconicidade propriamente mimética com relação à *forma* sob a qual se realizam os movimentos cinemáticos no espaço terreno-físico-concretivo, forma que se mantém na abstratização lexical que engendra a palavra e continua a manter-se na cadeia de re-abstratizações que engendram a multiplicação de sentidos semântico-discursivo-pragmáticos, assim como se mantém na própria metaforicidade que constitui a Morfo-Sintaxe, à aparente imagem daquele desenho que

concebemos como representativo daquilo que a Sintaxe seria, em verdade uma *imaginação de posicionamentos*, de *juxta-posições* que rigorosamente são *a(d)posições* próprias da ambiguidade *estático-a(d)proximativa* que, por sua vez, segundo o que proponho, constitui a parataxe.

Se está claro que afasto da pretendida análise qualquer resquício de concepção hipotática, a tarefa que se impõe é indagar o que legitima esse afastamento. A resposta é a ilegitimidade da própria hipotaxe. No elemento morfo-lexical

a(d),

que, posto em relação, é também elemento morfossintático, está inscrita a lembrança arqueológica do movimento de *a(d)proximação*, está inscrita, aí mesmo, a lembrança arqueológica do movimento de *lugar para onde*, movimento cinemático, físico-concretivo, mimetizado, aí já imagetizado em Língua, metaforizado na própria *parabola-palavra*

a(d)proximação,

na *sin-tag-matização*

a(d)proximação a(d),

por exemplo na *sin-tac-tização* “real”

a(d)proximação a(d) o monte,

a(d)proximação a(d) o monte sagr-ado,

a(d)proximação a(d) Deus,

abstratização máxima, em que, entretanto, se mantém a fisicalidade da inspiração primeva. Em nada disso, porém, está inscrita qualquer determinação hipotática. Não há, em nenhum rincão da Língua, nenhuma exigência hierárquica. O que há entre

a(d)proximação
 e
o monte
 é uma relação de *a(d)proximação*, que também há entre
chegada
 e
Deus,
 em
chegada a(d) Deus,

mas entre esses e entre aqueles elementos não há nenhuma, absolutamente nenhuma, relação de hierarquia. Não existe hipotaxe.

Para a Língua não existe hipotaxe. O que existe é uma *sensação* de hipotaxe, como tal legítima porque as sensações não guardam ilegitimidade. Essa sensação é tardia, uma vez produto de certa complexificação da consciência humana sobre possível ordenação das coisas do mundo e já sobre as possíveis coisas do mundo, mais deliberação do que percepção, determinada decisão de que uma coisa esteja na dependência de outra, bem se vendo tratar-se de um agir discursivo, mais do que um engendrar linguístico. Nem por isso aquilo que se passou a entender como hipotaxe se deva entender também como legítima inovação linguística, como se houvera ingressado na Língua já formado hipotaticamente; sua ontogênese é paratática e não poderia ser hipotática já porque aquilo que se considera hipotaxe não contém ontologia possível como ente linguístico, sendo exclusivissimamente produto do pensamento abstrativo, sem possibilidade de objetivação a não ser por meio de um esquema gráfico em que se posicione um elemento abaixo de outro: não há instância essencialmente abstrativa da qual poderia haver emanado uma entidade linguística de natureza também abstrativa a ponto de conter alguma determinação que a pusesse “abaixo” de outra entidade linguística, como se aí estivessem inscritos geneticamente o “vazio semântico” das “palavras gramaticais”, a “incompletude

sintática” dos “termos dependentes”, a natureza hesitante daquilo que não para em pé e mesmo assim foi gerado como que destinado a não significar nem realizar sintaxe por si mesmo em nível algum.

Ora, a **atribuição** do caráter hipotático é desdobramento de um processo real, a que chamamos gramaticalização, mas esse processo apenas se deve àquela **sensação** de hipotaxe, sensação que parece haver transferido a elementos da Língua aquela decisão de que, no mundo, uma coisa esteja na dependência de outra, ora por ser-lhe **sintaticamente secundária** na Língua, ou seja, por **seguir-lhe a sintaxe**, apresentando feição morfológica daquilo que funciona à dependência sintática de outro elemento, o que ocasiona o falso entendimento de que o “subordinante” seja semanticamente mais denso do que o “subordinado”:

“Oração principal

1 Gram. Aquela que expressa o núcleo da ideia da sentença, e da qual dependem subordinadas. [Cf.: *Oração subordinada.*]”
(DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital),

em que se vê um critério semântico insustentável, independentemente de qualquer contexto ocorrencial em que, numa sentença como

João disse que a vida é bela,

o ato de dizer seja “o núcleo da ideia” (*supra*), isto é, o fato de “João ter dito” seja mais informativo do que a opinião de que “a vida seja bela”. Mais suportável seria alguma tentativa de descrição daquilo que chamo “inteireza sintática” do “subordinante” *versus* o caráter contrário do “subordinado”, mas à possível descrição haveria de seguir-se uma tentativa de **interpretação** desse caráter contrário, uma **interpretação ontogênica** a inquirir a **natureza** do que acima designei como “feição morfológica daquilo que funciona à dependência sintática de outro elemento”. A “feição morfológica” por si mesma não diz nada, porque é resultado de algum processo, mas, aqui, também não é o processo o que responde à ontogenia buscada, sob o risco de se ter a gramaticalização como limite explicativo. Ora, é preciso realizar o movimento contrário para chegar àquele caráter contrário: **o escopo não pode ser a gramaticalização**, que muito não ultrapassa a

cristalização de certo acidente de uso, cuja possibilidade apenas indicia a ontogenia que busco; mais luminoso é **partir da gramaticalização e então recuar a seu possível fundamento ontológico**, que é, exatamente, a **densidade** que se subsumiu a alguma outra densidade que a ela se apôs. A subsunção “hipotaxizante” daquele

que

em

João disse que a vida é bela,

um elemento —

que

— a um só tempo descrito como pertencente à turba das vítimas *subordinadas* —

que a vida é bela

— e também descrito como capataz *subordinativo*, é, no limite, uma subsunção que propugno só poder ser inteligida se rememorada a densidade que aí havia e não se depôs, a menos que se acredite na hipotaxe como verdade inescapável, uma verdade construída precisamente por aquilo que a nega, que é a densidade, em si mesma, a acolher outra densidade, **a densidade a acolher a densidade que parataticamente a ela se apõe**:

João disse que = “isto” : “a vida ser bela”,

João disse que : “a vida ser bela”

>

João disse que : *a vida é bela,*

parataxe que indicia que a densidade semântica da entidade

que

é tão substantiva quanto a densidade semântica do comportamento

“ser”,

comportamento, como tal, exprimível pelo **substantivo** homônimo,

ser,

ou por toda a formulação comportamental

a vida é bela,

o que equivale a dizer que a densidade semântica de um

“isto”-*que*

é tão substantiva quanto a densidade semântica de um

“isto”-“a-vida-**ser**-bela”,

“isto”-*a vida é bela,*

e a afinidade entre as substantividades pares é o que ocasiona a paratática aposição de uma à outra, propriamente como um **aposto parataticamente justaposto**, em que uma substantividade acolhe aquela que se lhe apõe, e essa substantividade, acolhedora, ali se mantém, subjacente, nem subordinante nem subordinada, numa ontogênica *taxe*, não “hipotaxe”.

Não é surpreendente que a veiculação de mensagem tão complexa quanto

“alguém ter dito que ‘x’ seja ‘y’”,

numa frase a comportar a expressão de dois comportamentos,

o comportamento de “alguém ter dito algo”

e

o comportamento de “x ser y”, a definir aquele “algo”,

seja uma veiculação comprometida por uma espécie de *preparação enunciativa* daquele “algo”, que é justamente o conteúdo do que aquele “alguém” disse; ora, o modo como essa preparação enunciativa se realiza é um modo demonstrativo:

“alguém disse ‘x’ ser ‘y’”,

“alguém disse isto : ‘x’ é ‘y’”,

“alguém disse *quod* : ‘x’ é ‘y’”,

em que a substantividade desse “*quod*-isto” está emparelhada com a substantividade daquele “ser”, em “x-**ser**-y”, e ao mesmo tempo a prepara e enuncia, mas o próprio conteúdo desse preparo enunciativo já está lá, naquilo que se sequencia e aí revela o que se disse, pouco generosamente para com qualquer ênfase que se pretenda para a demonstração do tipo “*quod*-isto/*digo-quod*-isto/*digo-que*”. A falta de ênfase, ou seja, o esmaecimento da substantividade demonstrativa de “*quod*-isto” naquilo que se apreende como um “que”, é fruto, então, de uma *sensação* “hipotaxizante”, nada que guarde o poder de retalhar a natureza substantiva que ali há. O que, todavia, promove o que apresento como justaposição em

“alguém disse *que* : ‘x’ é ‘y’”

>

“alguém disse *que* ‘x’ é ‘y’”,

João disse que (:) *a vida é bela*,

é mesmo a afinidade entre aquelas substantividades pares, a substantividade de *que* e a substantividade de toda a formulação comportamental *a vida é bela*; é, então, a afinidade entre a **densidade semântica substantiva** de *que* — um “isto”, um “isto”-*que* — e a **densidade semântica igualmente substantiva** da formulação comportamental — também um “isto”, um “isto”-*a-vida-é-bela* —, segundo a paratática aposição de uma densidade à outra, ao modo de um ***aposto parataticamente justaposto***, substantividade a acolher aquela que se lhe apõe, acolhendo-a e ali se mantendo, subjacente, não subordinante, não subordinada, *tática*, não “hipotática”.

Não é necessário imaginar que um termo ingresse numa construção maior pela porta de baixo. Os termos entram a compor aquilo a que parataticamente *se apõem*, a que parataticamente *se aproximam*, densos de sua significação, numa espécie de lateralidade, que desconhece hierarquia.

Na instância da parataxe que proponho ambígua, estaticidade apositiva imbuída de movimentalidade aproximativa, movimentalidade imagética a *construir* imagens de aproximação, bem como de separação, de perambulação e do próprio estatismo, ou seja, a formular *construções* de

lugar *para onde*,

lugar *de onde*,

lugar *por onde*,

lugar *onde*,

lugares metafóricos a prestar-se a cadeias de re-metaforizações ancilares às injunções discursivas, é aí, nessa instância pré-propriadamente-discursiva, é nessa instância *stricto sensu* **metafórica**, é aí que localizo a ontogênese, paratático-movimental, da Língua.

É nessa instância, candidata a confundir-se com uma instância “estrutural”, invariavelmente considerada fria, branca, laboratorial, é aí que está a nossa alma. Não é nas ocorrências espirituosas que mora o nosso espírito, porque as ocorrências espirituosas, por mais que lhes haja sal, contêm algo da superficialidade imposta pela vida cotidiana em sua premência de ir à feira ou ao teatro. Não são as ocorrências vivas, sanguíneas ou aveludadas, não é esse o lugar de ontogenia aqui buscado, uma ontogenia linguística, “linguajal” mais do que languageira, espiritual mais do que vital. As ocorrências vivas são resultado de uma vida já vivida e imersa na ebulição de querer viver mais.

O lugar de ontogenia que busco é um lugar menos codificado, porque é o lugar da própria codificação. Ali um concebível falante inaugural *imagina* o que ainda não se

imaginara; o menino inaugura a Língua justamente porque desconhece as consequências da linguagem, enceta o ser porque desconhece a existência.

Não é no sal da vida que encontramos a ontogenia da Língua. Se a encontramos, ela está em certa essência quase imponderável daquele sal, o lugar de uma *essência* — *forma* — em que ainda podemos perceber que uma coisa *é* sem deixar de *ser a outra*, porque a dimensão de cada unidade não depõe a entidade do uno.

Ambiguamente, **a parataxe é movimental**, porque imagetiza a **aproximação apositiva** de um elemento a outro *na frase* e o faz porque, e apenas porque, *iconicamente* mimetiza, na Língua, a concepção daquela mesma aproximação apositiva, justapositiva, de um elemento a outro *no mundo*.

A densidade semântica dos elementos da Língua, que, sim, representam elementos do mundo, é o que fundamenta a parataxe, porque essa densidade, substantiva, estática em si mesma, é que imageticamente se apõe a alguma outra densidade, igualmente substantiva, igualmente estática em si mesma. Ora, o que pode *estar para outro* é aquilo que significa em si mesmo e apõe sua significação a alguma outra significação com a qual de algum modo se coadune; esse modo é um modo semântico, sempre denso de significação, densidade traduzida na primeva substantividade das entidades linguísticas. É incontornável, pois, que aí exista e se mantenha aquele “em si mesmo”, fundamentador da aproximação que é aquele *estar para*. O estatismo está na sub-*stância*, representada em Língua como um “isso” estático. É à representação dessa substância que outra representação de substância se aproxima apositivamente, *juxta*-positivamente, porque, e apenas porque, iconicamente se mimetiza na Língua a concepção da correspondente aproximação justapositiva no mundo. Tem-se, então, exatamente o que chamo *aproximação apositiva*, que é mesmo *juxta-positiva*, inevitável dialética em que só se movimenta o que está estático, aqui *o que é estático* em sua densidade substantiva, e, fundamentado no estatismo, o movimento é aquilo que, segundo o que proponho, faz a Língua ser o que é: uma **Língua paratática, porque engendrada pelo**

movimento das densidades semânticas, movimento daquilo que é denso em si mesmo, movimento cinemático, deslocamento no espaço.

O espaço exerce ascendência sobre nós, porque é ele que nos inspira a construir a Língua como ela é. Desse ponto de vista, nós pouco fazemos além de seguir a inspiração sugerida, mas isso não é apenas assim: a inspiração sugerida é sempre re-sugerida, porque a vida é sempre re-inventada, e nós estamos sempre a re-inventar a Língua, a cada re-metaforização, a cada percepção de que “dizer isto pode ser dizer aquilo”, porque “isto” contém algo d’“aquilo” na unidade do múltiplo. Assim se diz muito sobre a nossa capacidade de enxergar o uno na ilusão generosa da multiplicidade: de algum modo enxergamos que é na unidade que a generosidade está.

“Fora, no mundo, há também um caminho para o uno: é o que se trilha meditando sobre as propriedades imutáveis das coisas mutáveis. (...)” (BOSI, *in* NOVAES, 2000, p. 70)

Aí se implica o retorno de nosso antropocentrismo ao vislumbre de algo maior: não está em nós, mas está na unidade essencial do espaço a energia da *cri*-ação, como ato *se*-parativo fundante; nós, por nossa vez, fazemos parte dessa unidade, na qual reservamos para nós mesmos um **lugar** central de inteligência criativa. A *inter*-lecção do espaço e dos movimentos aí realizados

de

um **ponto**

a

outro **ponto**

é uma inteleccção que relativiza pontos do espaço infinito e uno, e a relativização inaugural é que foi mesmo fundante e por isso se re-duplica em todas as outras, numa espécie de vir-a-ser daquilo que *é* em si mesmo. Essa relativização inaugural nos teve de inspirar inauguralmente, propiciando a mimese do espaço e sua metaforização

primeira, e permitindo a intelecção de que ir de um ponto a outro no espaço co-responde à mesma parelha

separação-aproximação

que será metaforizada para expressar relações abstrativas em cadeias de re-abstratizações, sem deposição do carácter físico-concretivo da parelha sempre mesma.

Tão imenso quanto igual, é o espaço o que nos inspira a enxergar a unidade.

A forma da Língua é a forma do espaço.

GLOSSÁRIO

Neste glossário, estão presentes expressões altamente recorrentes neste estudo. Altamente recorrem porque veiculam ideias que fundamentam o que pretendo dizer, e por isso mesmo, algumas tantas vezes, as tomo em sentido mais apropriativo do que partilhado. Isso se aplica, por óbvio, às de grande, ou razoavelmente grande, circulação. É sintomático que a palavra *lugar*, grandemente circulante, seja aquela a que talvez eu empreste o sentido mais interessado.

ANALOGIA

“analogia

O termo *analogia* designou, entre os gramáticos gregos, o caráter de regularidade atribuído à língua. Nessa perspectiva destacou-se, por exemplo, um [*sic*] certo número de modelos de declinação, tendo sido também classificadas as palavras segundo estivessem ou não conforme um desses modelos. A analogia fundou assim a regularidade da língua. (...)” (DUBOIS *et al.*, 1978 [1973], p. 52)

CASO ACUSATIVO

“*Caso* é uma **categoria** gramatical associada ao sintagma nominal, cuja função sintática na frase ele traduz. (...)” (DUBOIS *et al.*, 1978 [1973], p. 99; o negrito é meu)

Sobre essa definição, veja-se a consideração que eu teço, no item I. 2, quanto ao que seja “caso” em geral:

“a virtude dessa definição me parece estar no fato de se entender ‘caso’ não como marca, mas como **categoria**, uma ‘**categoria** gramatical’ (*supra*; o negrito é meu), para mim sobretudo uma categoria metafórica, metafórico-movimental”.

Considere-se a definição que eu mesmo, amparado em Ernout e Thomas (1953 [1951], p. 17), formulei para o que entendo “**sobre a natureza paratática do [caso] acusativo**”, título do item I. 2, no qual a definição está enfaticamente expressa:

“(...) **todo e qualquer acusativo**, incluídos os dois acusativos ditos ‘duplo acusativo’, é ‘um elemento aposto para que *em relação ao que ele expressa* se enuncie como o comportamento se efetiva’; **todo e qualquer acusativo** é aquela ‘determinação autônoma’ parataticamente ‘aposta’ à expressão do comportamento, **aposição** que parataticamente define a **relação**, relação que é movimento de *lugar para onde* latente na ambiguidade estático-movimental da parataxe (...)”.

Essa definição estende-se, conforme se vê, à consideração da PARATAXE (veja-se abaixo) como fenômeno ambíguo, segundo a interpretação que proponho.

COMPORTAMENTO

Digo *comportamento* para referir-me a “oração”, na chave de que **sempre** estão presentes aí o comportamento em si e **a entidade que se comporta**, representada ou não (veja-se, no subitem II. 1. 5, minha objeção à chamada “oração sem sujeito”).

CONTIGUIDADE SEMÂNTICA

“(...) por convencionalização de implicaturas conversacionais, o elemento lingüístico passa a assumir um valor novo, que emerge de determinados contextos em que esse sentido novo pode ser inferido do sentido primeiro, independentemente do valor textual das sentenças envolvidas no processo (...)” (MARTELOTTA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 66):

aí está retratado o que chamo *contiguidade semântica*, à prescindência, segundo o que proponho, do advento de “determinados contextos”. Ao longo de todo este estudo, insisto numa ontogênese linguística fundamentada na própria ontologia de sua inspiração físico-concretiva, cujo teor se mantém na cadeia metafórico-abstrativa, e é essa manutenção o próprio fator de “mudança”, porque a manutenção é o que se presta à especialização. A mudança está na manutenção, não raro sob a suficiência da PARATAXE (veja-se abaixo), ainda que haja gramaticalização⁴²¹:

“(…) O que então propicia a ‘mudança’ é o que configurará o momento seguinte a ela, e o que configurará esse momento é o que já está no momento anterior (veja-se o item II. 4), ou seja, o que configurará a própria mudança é precisamente o que já existe e precede a ela, é aquilo com cuja semântica se coadunará a semântica da continuidade, a semântica do momento seguinte, a semântica da contiguidade em que a parataxe suficiente para as relações presentes no momento-1 permanece como suficiente para as relações presentes no momento-2. Essa mudança-que-não-muda, mudança semântico-discursiva caracterizada por manutenção semântico-ontológica, é fenômeno que me faz propor a gramaticalização como ponto de partida e não como ponto de chegada.”,

segundo o encadeamento que formulei no Capítulo III deste estudo, e replico aqui. Trata-se, pois, de uma *continuidade* que digo *contiguidade* para precisar que o significado *consequente* é mesmo *contíguo* ao significado *(ante)cedente*, rigorosamente é mesmo um significado nele *contido*, jamais obliterado.

DIALÉTICA

“Em Platão a dialética diz respeito ao diálogo, a contraposição de dois (ou mais) *logoi* que, em confronto, estabelecem sucessivas mudanças de posições, possibilitando a ascensão do sensível para o inteligível.” (CAIMI, 2002/2003, p. 100, nota de rodapé),

sentido fundamental, que, aqui, faço ceder o passo ao sentido de

⁴²¹ Veja-se ALONSO JÚNIOR, 2002 (Capítulo V: “E A GRAMATICALIZAÇÃO?”), a que aportei definições do termo, as quais procurei secundar de algumas relativizações minhas.

“contradição superada pela conservação do dado anterior”,

uma vez que

“(…) a forma de pensar em oposições é derivada da dialética platônica (…)” (CAIMI, 2002/2003, p. 114).

Ora, “a forma de pensar em oposições” é constitutiva deste estudo, já desde o momento em que proponho motivação físico-concretiva para a ontogênese da Língua com manutenção do caráter físico-concretivo no processo de abstratização.

(Veja-se o verbete **DIALÉTICA** em Williams (2007 [1983], p. 141-3)⁴²².)

⁴²² “*Dialect* surgiu no inglês no S14 [“século” (WILLIAMS, 2007 [1983], p. 49, “ABREVIATURAS”)], no sentido latino aceito para designar o que hoje chamaríamos de *lógica*. O francês antigo *dialectique*, o latim *dialectica*, o grego *dialektike* eram todos, em seus sentidos primários, a arte da discussão e do debate e, mais tarde, por derivação, a investigação da verdade por meio da discussão. Diferentes escolas fizeram diferentes glosas, e a versão de Platão tem uma importante história subsequente: *dialektike* significava a arte de definir *idéias* e, relacionado a isso, o método de determinar sua inter-relação à luz de um único princípio. Esses dois sentidos se distinguiam adiante como *lógica* e *metafísica*, respectivamente. Nos primórdios da língua inglesa, assim como via de regra no uso medieval, a **dialética** era a arte do raciocínio formal (...). Houve uma ampliação do sentido de **dialética** e **dialético**, a partir do S17 [“século” (*idem, ibidem*)], para referir-se à argumentação de modo mais geral, e esse sentido ampliado perdeu. [§] Adiante, registrou-se um uso especial e influente de **dialética** na filosofia idealista alemã. Isso ampliou a noção de contradição no transcurso de uma discussão ou debate para incluir a noção de contradições na realidade. Em consequência da complicação de muitas argumentações subsequentes, esse sentido ampliado de **dialética** (que tem **alguma relação com o sentido de Platão de determinar a inter-relação de idéias à luz de um princípio único** [este negrito é meu]) passou a ter uso bastante comum, ainda que difícil amiúde. Para Kant, a crítica **dialética** mostrava o caráter reciprocamente contraditório dos princípios do conhecimento quando esses eram estendidos às realidades metafísicas. Para Hegel, **tais contradições eram superadas** [o negrito é meu], tanto no pensamento como na história mundial, que era seu caráter objetivo, em uma verdade mais elevada e unificada: o processo **dialético** era, portanto, **a unificação contínua dos opostos** [este negrito é meu], na complexa relação das partes com o todo. (...) [§] (...)” (WILLIAMS, 2007 [1983], p. 141-2)

FORMA

“(...) Derivado da p.i. [“precursora imediata” da palavra (WILLIAMS, 2007 [1983], p. 49, “ABREVIATURAS”)] *forme* do francês antigo e esta do latim *forma*, **forma** repetiu em inglês as complicações de sua evolução em latim, das quais duas são particularmente relevantes: (i) uma forma visível ou exterior, com forte senso do corpo físico (...); (ii) um princípio conformador essencial, que transforma um material indeterminado em um ser ou objeto determinado ou específico — (...) ‘de acordo com a diversidade das formas interiores, as coisas do mundo distinguem-se em suas espécies’ (Hooker [Richard Hooker (1554-1600)], 1594 [*Of the Laws of Ecclesiastical Polity*]). É evidente que, nesses sentidos extremos, **forma** abrangeu toda a gama desde o externo e superficial até o inerente e determinante. (...)” (WILLIAMS, 2007 [1983], p. 186):

é no sentido da segunda “complicação” que tomo a palavra *forma* ao longo deste estudo, como “um princípio conformador essencial” (*supra*), forma que, em termos metafísicos, *atualiza* as *potências* da matéria, põe em *ato* o que a “matéria espacial” *pode* vir a ser, uma vez que mimetizamos o espaço físico e os deslocamentos nele realizados e com sua imagem empreendemos a **onto**-gênese da Língua, “transforma[ndo] um material indeterminado em um *ser* ou objeto determinado ou específico” (*supra*; o realce é meu). O espaço e os deslocamentos são determinados como tais, mas são indeterminados em sua potência de vir a ser metaforicamente *trans-formados* em Língua, segundo sua imagem se faz matéria-prima para aquela ontogênese representativa, a “determinar” o resultado-Língua que trato como **entidade** porque interpreto como representações de substâncias que se comportam movimentalmente no estabelecimento de suas **inter-relações**, representações portanto das próprias inter-relações imagetizadas pelos movimentos físicos: *a Língua se forma conforme se forma o arsenal imagético* a simular os movimentos realizados no espaço físico, em representação de **substâncias que se movimentam e relativamente às quais se realiza movimento**, tracejando-se o desenho da MOBILIDADE (veja-se abaixo); a imagem *desenhada* — a *designar* relações — é a imagem da movimentalidade no espaço físico, então a *forma* desse desenho é a *forma* da mobilidade. Ora, o fator da “determinação” da Língua é a *forma*, a *forma espaço-movimental* a vir a ser a *forma linguística*. Assim, “*forma*”, aqui, é, a um só tempo,

“princípio con-*forma*-dor” e resultado con-*forma*-do como *forma* da Língua, um princípio-resultado subsumido ao espaço-movimento, segundo o denominador *mobilidade*: os movimentos físico-espaciais de

lugar *de onde*,

lugar *para onde*,

lugar *por onde*,

lugar *onde*,

ou seja, os movimentos propriamente ditos e o não-movimento, mimetizados por nós e por nós trans-*formados* em Língua, são assim a *causa formal* da própria Língua, seu fator “determinante” (*supra*), essencialmente se confundindo com ela como *forma* partilhada, ontologicamente diversos, ontogenicamente identificados pela trans-*formação* linguístico-gênica. Os movimentos vieram a ser Língua porque lhe concederam a *forma*, sendo-lhe ontologicamente anteriores e então não lhe sendo causados, mas sendo-lhe causa; a *causa formal* dos movimentos é a própria cinemática, e sua causa final há de ser a realização da vida, não a confecção da Língua, mas a Língua os tem como causa formal, e aí está, segundo o que proponho, a razão da unidirecionalidade fundamentalmente defendida pelas orientações funcional-cognitivistas, razão situada na própria ontologia do conjunto em questão. É assim que a *forma* da Língua é a *forma* da mobilidade, *causa formal* e resultado ontogênico, porque a Língua é desenhada segundo o desenho dos movimentos, segundo a *forma* da mobilidade em si mesma.

Se os movimentos são o fator genético da Língua, eles deram-lhe a *forma*, “princípio con-*forma*-dor” (*supra*), *causa formal*

de mobilidade-mundo

para conformação-Língua;

ora, a causa, como tal, permanece no causado, assim como o ontológico lugar de origem permanece no ontológico lugar de chegada; então a *forma* permanece no que é *formado*,

a sustentar minha insistência em que a fisicalidade do fator inspirativo se mantém na remetaforização abstrativa: a *forma* do espaço permanece na Língua, a *forma relacional* do espaço aí se mantém, fazendo da Língua um sistema de *relações movimentais*. A Língua é, pois, uma *forma espacial* de relações sistêmicas, sobre a base de um espaço representado metaforicamente, remetaforizado em sua manutenção. A Língua é, pois, *metáfora do espaço*. A Língua é, pois, *a forma do espaço*.

Veja-se, no comentário que aponho à citação componente da nota 82, uma possibilidade de epítome do que é *forma* neste estudo:

“(…) Em uma acepção tradicional, a palavra *forma* opõe-se a *conteúdo*, a *sentido*; F. DE SAUSSURE fala, neste caso, de expressão oposta a conteúdo. A forma é então a estrutura da língua não interpretada semanticamente, que se opõe ao sentido, à significação.” (DUBOIS *et al.*, 1978 [1973], p. 288) e que se opõe também ao *sentido* em que eu tomo a palavra *forma* ao longo deste estudo: uma *forma, em si mesma, significativa*.” (Veja-se ainda a nota 48.)

HIPOTAXE

“hipotaxe

Hipotaxe é o processo sintático que consiste em explicitar por uma conjunção subordinativa ou coordenativa a relação de dependência que pode existir entre duas frases que se seguem num enunciado longo, numa argumentação, etc. Assim, *Esse homem é hábil, por isso ele se sairá bem*, *Esse homem é hábil e sairá bem*, *Esse homem se sairá bem porque é hábil* são formas diversas de *hipotaxe* (coordenação ou subordinação), opondo-se à simples justaposição das frases: *Esse homem é hábil, ele se sairá bem*, processo sintático chamado *parataxe*.” (DUBOIS *et al.*, 1978 [1973], p. 325)

ICONICIDADE

“Em lingüística, *iconicidade* é definida [*sic*] como a correlação natural entre forma e função, entre o código lingüístico (expressão) e seu *designatum* (conteúdo). Os lingüistas funcionais defendem a idéia de que a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência. Como a linguagem é uma faculdade humana, a suposição geral é que a estrutura lingüística revela as propriedades da conceitualização humana do mundo ou as propriedades da mente humana.

As discussões em torno da motivação entre expressão e conteúdo na língua remontam à Antigüidade clássica, com a famosa polêmica que dividiu os filósofos gregos em convencionalistas e naturalistas. Enquanto os primeiros defendiam que tudo na língua era convencional, mero resultado do costume e da tradição, os naturalistas afirmavam que as palavras eram, de fato, apropriadas por natureza às coisas que elas significavam. Essas especulações filosóficas têm seus desdobramentos no debate posterior entre anomalistas e analogistas acerca da (ir)regularidade da estrutura lingüística.” (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 29-30)

“(...) o princípio de iconicidade manifesta-se em três subprincípios, que se relacionam à quantidade de informação, ao grau de integração dos constituintes da expressão e [dos constituintes] do conteúdo e à ordenação linear dos segmentos.

Segundo o *subprincípio da quantidade*, quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma, de tal modo que a estrutura de uma construção gramatical indica a estrutura do conceito que ela expressa. Isso significa que a complexidade de pensamento tende a refletir-se na complexidade de expressão (SLOBIN, 1980) [SLOBIN, Dan Isaac. *Psicolingüística*. São Paulo: Nacional / Edusp, 1980.]: aquilo que é mais simples e esperado expressa-se com o mecanismo morfológico e gramatical menos complexo.

O *subprincípio da integração* prevê que os conteúdos que estão mais próximos cognitivamente também estarão mais integrados no nível da codificação — o que está mentalmente junto coloca-se sintaticamente junto.

O *subprincípio da ordenação linear* diz que a informação mais importante tende a ocupar o primeiro lugar da cadeia sintática, de modo que a ordem dos elementos no enunciado revela a sua ordem de importância para o falante.” (CEZARIO; COSTA; CUNHA, *in* CUNHA; MARTELOTTA; OLIVEIRA, 2003, p. 32)

A respeito dessa tipologia e dos valores aí envolvidos, veja-se, aqui, no “**Prefácio Personalíssimo**”, a ressalva que formulei quanto ao que não me aproveita:

“(...) pretendo, porém, assinalar certa apropriação especificativa que empreendo. Aqui não me aproveitam aqueles subprincípios, sobretudo o da

ordenação linear, que não desacredito mas não recobre meu interesse ontogenético: já a palavra *ordenação*, ‘ato de estabelecer certa ordem’, indicia uma incidentalidade que mais está para a realização do texto do que para qualquer sorte de gênese sistêmica; está para o uso da língua, não para a Língua, ela mesma, fato compatível com a alta valorização funcionalista do uso. O que proponho aqui é a *figuração, em Língua, daquilo que já é inspirado metaforicamente*, bem como a reduplicação *interna* [interior à Língua] de elemento que ecoa algo do mundo tão coerentemente quanto se faz ‘redundante’ no interior da Língua.”,

segmento final em que me refiro à reduplicação de “prefixo” como “preposição” (veja-se o “**Prefácio Personalíssimo**”), fenômeno que afirmo “testemunha[r] a estrutural legitimidade da *redundância*, fato genético da Língua que atesta — porque explicita — a coerência que a organiza” (veja-se o item II. 4).

IMAGEM

“O sentido mais antigo de *image* no inglês referia-se, desde o S13 [“século” (WILLIAMS, 2007 [1983], p. 49, “ABREVIATURAS”)], a uma figura ou semelhança física. Esse também era o sentido mais antigo da p.i. [“precursora imediata” da palavra (*idem, ibidem*)] latina *imago*, que, entretanto, também desenvolveu o sentido de fantasma e [o] de concepção ou idéia.⁴²³ Há uma provável relação da raiz [de *imago*] com o desenvolvimento de *imitate*⁴²⁴ [imitar]⁴²⁵, mas, tal como em muitas palavras que descrevem esses processos (cf. *visão* e *idéia*), há uma tensão profunda entre as idéias de ‘cópia’ e as de **imaginação** e **imaginário**. Em inglês, cada uma delas referiu-se desde sempre a concepções mentais, inclusive a um sentido bastante precoce de ver o que não existe, assim como o que não é claramente visível. (...)

O sentido físico de **imagem** predominou até o S17 [“século” (*idem, ibidem*)], mas a partir do S16 [“século” (*idem, ibidem*)] fixou-se o sentido mais amplo, com uma referência mental preponderante (...). O sentido físico ainda está presente no inglês contemporâneo (...). O sentido geral de concepção mental (...) ainda é normal (...)” (WILLIAMS, 2007 [1983], p. 219-20).

⁴²³ “**imāgō**, ñis [*im-: cf. *imitor*], f. **1.** Imagem; parecença; forma; aspecto; género. **2.** Representação; retrato. **3.** Fantasma; visão. **4.** Aparência (em oposição a realidade). **5.** Imagem, comparação (t. de ret.). **6.** Idea; pensamento; lembrança. **7.** Eco. (...)” (TORRINHA, 1945 [1937])

⁴²⁴ Veja-se, na nota imediatamente anterior, a posituação da hipótese em Torrinha (1945 [1937]).

⁴²⁵ inserção já presente na tradução do texto

“O sentido físico ainda está presente no inglês contemporâneo (...). O sentido geral de concepção mental (...) ainda é normal (...)” porque, segundo o que proponho, a “normalidade” está na manutenção, exatamente na manutenção do “sentido físico”, que, imagetivamente, se estende a um “sentido geral”, uma vez que a imaginação não advém senão do “sentido físico”, imagens pintadas com as tintas de sua própria fisicalidade, que *gera* um “sentido *geral*” que a inclui porque dela é *gerado*. Aí está a “tensão profunda entre as idéias de ‘cópia’ e as de **imaginação** e **imaginário**” (*supra*), uma tensão legítima e legitimadora da dialética que a constitui, na medida em que a “cópia” é que contém *ipsis formis* a matéria-prima do que será estendido pela “**imaginação**” e do que será abstratizado na constituição do “**imaginário**”.

Quanto à chamada da palavra *ideia* (*supra*, “*idéia*”), transcrevo a citação componente da nota 253 e o comentário que lhe apus:

“(...) A p.r. [“última palavra rastreável, da qual se derivam os significados de raiz” (WILLIAMS, 2007 [1983], p. 49, “ABREVIATURAS”)] grega *idea* vem do verbo ‘ver’ e tem uma gama de significados que vai desde aparência e forma até o tipo ou modelo platônico. (...)” (WILLIAMS, 2007 [1983], p. 210),

“‘uma gama de significados’ que subsumo à ideia de ‘imagem’, assim ligada à ideia de ‘visão’, portanto ‘significados’ de uma base visual etimologicamente estendida à

forma modelar platônica,

segundo a *contiguidade semântica* tal qual proponho (...)”.

LUGAR

Utilizo a palavra *lugar* no sentido mesmo de “local”, “ponto no espaço físico”, embora abstratizado como local *imagético*, ponto *relacional*, *relativamente* a que se *imagetiza*

- movimento metafórico de separação, *lugar de onde*,

ou

- movimento metafórico de aproximação, *lugar para onde*,

ou

- movimento metafórico de perambulação, *lugar por onde*,

ou

- “movimento” metafórico de estagnação, *lugar onde*.

Ainda que abstratizado, o sentido locativo permanece como função indispensável para mim, de que é exemplo a imagem de um *lugar* em que está concentrada a totalidade de determinada substância da qual se extrai uma parte, de lá se separando, em movimento metafórico de separação, *lugar de onde*.

METÁFORA / METONÍMIA

METAFORICIDADE

- “(...) Considerada como a *figura do discurso* mais importante, a **metáfora** primeiramente designou diversas transferências de denominação na *Poética* de Aristóteles, antes de referir-se apenas às *transferências por analogia*.

(...)

A *retórica tradicional* considera a metáfora como um *tropo* (...). A metáfora se apresenta (...) como *uma substituição de palavra por analogia*,

freqüentemente ligada a uma ‘comparação abreviada’ (Quintiliano, 1978: 106)⁴²⁶.

Os semanticistas modernos sistematizaram essa concepção trópica da metáfora segundo duas direções:

- *Seu caráter discursivo* fundamenta-se em uma fusão de domínios semânticos diferentes (...)

- *Seu processo trópico* consiste em estabelecer uma *intersecção analógica* entre os domínios estranhos conectados (...)

(CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008 [2004], p. 328-9);

“Em linhas (...) gerais, a teoria contemporânea da metáfora fornece evidências para o tratamento sistemático dos seguintes fenômenos:

(a) generalizações sobre polissemia, envolvendo o uso de palavras com significados relacionados

(b) generalizações nas quais padrões de inferência atuantes em um domínio são transferidos para outros

(c) generalizações envolvendo linguagem metafórica nova”

(FERRARI, 2011, p. 99);

“(...) a metáfora é, essencialmente, um mecanismo que envolve a conceptualização de um domínio de experiência em termos de outro. Sendo assim, para cada metáfora, é possível identificar um domínio-fonte e um domínio-alvo. O domínio-fonte envolve propriedades físicas e áreas relativamente concretas da experiência, enquanto o domínio-alvo tende a ser mais abstrato. Em exemplos como ‘Ele tem alta reputação na empresa’; ‘Ele despontou como o ator revelação este ano’; ‘João tem um cargo relativamente baixo’, o domínio-fonte é a dimensão vertical do espaço físico, e o domínio-alvo é o *status* social.” (*idem*, p. 92)

A respeito desse modo de definição, vejam-se comentários meus na Introdução deste estudo, bem como se veja, no item II. 4, minha objeção sobre o caráter do domínio-fonte, domínio que a Linguística Cognitiva considera trazer uma “delineação mais precisa”:

“A intuição de que conceitos mais abstratos ‘reclamam’ conceptualização metafórica resulta da observação do caráter mais difuso desses conceitos, os quais carecem de delineação mais precisa. Assim, a metáfora permitiria que um tipo de estrutura mais concreta e bem definida do domínio-fonte fosse projetada para o domínio-alvo, estruturando-o.” (FERRARI, 2011, p. 98).

Aqui replico o que objetei ali:

⁴²⁶ Nas referências bibliográficas de Charaudeau e Maingueneau (2008 [2004]), consta apenas a edição francesa “QUINTILIEN, *Institution oratoire*, trad.fr. [sem espaço tipográfico], Paris, Les Belles-Lettres

“(...) segundo o que proponho, não se trata de ‘delineação mais precisa’ do domínio-fonte *versus* ‘caráter mais difuso’ dos conceitos pretendidos para o domínio-alvo, porque, uma vez observada a generalidade do domínio-fonte, a generalidade que proponho caracterizar a fonte é justamente a *generalidade* ‘difusa’ e difusora que *se especifica* no alvo; assim, o domínio-alvo é que é mais precisamente delineado, porque *especificado*, à maneira de *espécies* que frutificam de um *gênero* comum, em cadeia de desdobramentos metafóricos (...)”,

objeção implicada numa objeção maior, que é a que interponho quanto à real necessidade da pressuposição de domínios, sobretudo quanto à real necessidade de pressupor *matrizes* culturalmente construídas a *projetar-se* sobre domínios carentes de especificação:

“*A concepção interativa* da metáfora estendeu o mecanismo ao *conjunto do enunciado*. Para Black (1962: 28-30)⁴²⁷, a metáfora consiste em *fazer interagir*, em um enunciado, dois **campos semânticos**, em que um forma o **foco** e o outro, a **moldura** da figura. Tal interação não substitutiva cria uma entidade conceitual inédita. Em ‘meu vizinho é um urso’, não somente a projeção de ‘urso’ (o foco) sobre ‘meu vizinho’ (a moldura) lança uma luz nova sobre esse último, mas o enunciado engendra uma *noção híbrida*: o vizinho-urso, irreduzível e não passível de paráfrase.

As abordagens pragmáticas da metáfora, estendendo o mecanismo ao *conjunto da comunicação*, vê [*sic*] nela um fenômeno linguageiro ordinário. (...) Para Sperber e Wilson, a metáfora constitui um caso de emprego fluido das palavras (Sperber e Wilson, 1989: 351)⁴²⁸ (...)

(...)

Atribui[*sic*]-se ordinariamente à metáfora três funções principais:

- *Uma função estética*. (...)
- *Uma função cognitiva*. A metáfora tem um forte *rendimento heurístico*, no sentido de que ela permite explicar analogicamente um domínio novo ou pouco definido por um domínio conhecido. Essa função cognitiva da metáfora foi colocada em evidência por Aristóteles (1973: 63)⁴²⁹ (...). A força conceitual da metáfora foi salientada em vários tipos de discurso: *filosóficos* (...), *científicos* (...), *pedagógicos* (...) ou simplesmente cotidianos: ‘ganhar tempo’, ‘economizar seu tempo’, segundo a matriz: *Tempo é dinheiro* (Lakoff e Johnson, 1985: 18)⁴³⁰.

[*sic*], 1975.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008 [2004], p. 542, “**Bibliografia**”).

⁴²⁷ BLACK, Max. *Models and metaphors: studies in language and philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1962.

⁴²⁸ SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *La pertinence: communication et cognition*. Paris: Minuit, 1989 [1986].

⁴²⁹ ARISTOTE. *Rhétorique*. Texte établi et traduit par Médéric Dufour. Paris: Les Belles Lettres, 1967-73 (3 v.) [1932].

⁴³⁰ LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Les métaphores dans la vie quotidienne*. Texte traduit par Michel de Fornel et Jean-Jacques Lecercle. Paris: Minuit, 1985 [1980]. (Collection Propositions.) (Vejam-se as edições citadas nas Referências.)

· *Uma função persuasiva. (...)*
(CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008 [2004], p. 329-30),

matriz cuja necessidade eu relativizo no item II. 3 (veja-se), quitando-lhe o estatuto de instância necessária entre motivação experiencial e formalização linguística, preconizando, ora sim, a suficiência de preconceber determinações *stricto sensu* físico-espaciais como (suficiente) fator inspirativo do que será representado em Língua.

- “(...) a essência da metáfora é experienciar uma coisa em termos de outra (...)” (FERRARI, 2011, p. 94),

essência que, essa sim, me aproveita grandemente: mais do que “experienciar uma coisa em termos de outra”, ora se trata, para mim, de constituir os termos da própria Língua e de estabelecer suas possíveis relações a partir de “outra coisa”, que é a experiência físico-concretiva em si mesma, inspirada pelo espaço e pela mobilidade que o essencializa.

- “Vários estudos em LC [Linguística Cognitiva] têm destacado o fato de que a metonímia tem *função referencial* – uma entidade substitui, ou identifica, outra entidade, como na escolha de *Proust* para identificar *a obra de Proust*. Em contraste, a metáfora tem sido apontada pelos estudiosos como um processo para enquadrar um alvo particular em termos de uma nova categoria (*‘Meu trabalho é uma prisão’*), ou analogia (*‘Meu chefe é uma águia’*). A metáfora prototípica apresenta o que se pode chamar de *função predicativa*.

Propostas recentes, entretanto, argumentam que, embora haja casos claros de metáfora e [de] metonímia, não há sempre uma distinção nítida o suficiente para identificar onde termina uma e começa outra (Evans, 2010⁴³¹; Barnden, 2010⁴³²). Os estudiosos propõem não só a existência de continuidade entre linguagem literal e [linguagem] figurativa, mas também uma continuidade entre metáfora e metonímia.” (Ferrari, 2011, p. 104),

haja vista o fato de que, na metonímia, “uma entidade substitui, ou identifica, outra entidade” (*supra*) exatamente por guardar com ela uma relação de contiguidade, o que

⁴³¹ EVANS, Vyvyan. “Figurative language understanding in LCCM [Lexical Concepts and Cognitive Models] Theory”. In: *Cognitive Linguistics*, 21 (4): p. 601-62, 2010.

⁴³² BARNDEN, John. “Metaphor and metonymy: making their connection more slippery”. In: *Cognitive Linguistics*, 21 (1): p. 1-34, 2010.

relativiza a “*função referencial*” da metonímia a uma estrutura tão sintagmática quanto a que há na “*função predicativa*” da metáfora.

- Denomino *metaforicidade* a potência de realização do processo metafórico no engendro da Língua e a conseqüente natureza metafórica que a caracteriza, então como um sistema que, *passim* neste estudo, não hesito em definir como “potência imagética”, “arsenal de metáforas”, “arsenal de metáforas possíveis”, “arsenal metafórico”, “arsenal *representativo*”, “*natu* metafórico arsenal de metáforas”, “arsenal de metáforas constitutivas dela mesma [da Língua]”, potência metafórica.

MIMESE

“No *Timeu* (28c-32c), quando discute a relação entre o mundo sensível e o mundo das formas, Platão apresenta a mimese como princípio criador do mundo sensível, pois as coisas se formaram no mundo sensível através da imitação que o Demiurgo (Deus), ao contemplar a beleza das idéias já existentes, fez à imagem e semelhança das mesmas. Nesse conceito amplo, que aparece nessa obra da maturidade de Platão, está presente a concepção positiva de mimese enquanto imagem e semelhança em relação ao modelo, bem como uma dimensão visual do conceito. Melberg (1995, p. 22-3) [MELBERG, Arne. *Theories of mimesis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.] observa que as metáforas usadas nesse diálogo são notadamente visuais e dão a impressão do primeiro criador como um artista pictórico (...)” (CAIMI, 2002/2003, p. 100):

sobre a “dimensão visual do conceito” (*supra*), veja-se, aqui, o item II. 3, “**Iconicidade: subsunção ao olhar na corporeidade ontogênica e sua ‘desleitura’**”.

“Anteriormente, no *Sofista* (234a,b,c), Platão aproxima a mimese da imagem, quando considera a [*sic*] mimética a arte das imagens, podendo essas ser produzidas pelos homens através da pintura ou da palavra. Nesse texto, a dimensão visual também pode ser decorrente da linguagem, pois através do discurso constroem-se imagens. (...)” (CAIMI, 2002/2003, p. 100-1):

aí, produzo a inversão segundo a qual a linguagem é que bebe na “dimensão visual” do mundo, sendo a Língua um arsenal de imagens *metafóricas* decorrentes dessa dimensão. Proponho que a Língua é que seja, pois, decorrente da “dimensão visual”, a partir da inspiração emanada do espaço físico e dos movimentos que nele realizamos, mimetizando esse espaço e esses movimentos e *trans-portando-os*, imitativamente, para o que seria a confecção da Língua, ou seja, realizando essa confecção *em termos espaço-meta-fóricos*.

“(...) Essa proposição também está no *Crátilo* (437-440), no qual Platão deixa claro que não está na linguagem o saber real, pois o nome é uma imagem do objeto representado, mantendo com ele uma relação de semelhança. Está, pois, alguém das coisas que imita, já que não é tão real quanto a essência do objeto imitado. Ou seja, a própria linguagem é imitação, sendo o nome uma imitação vocal deficiente daquilo que é imitado.

Também na relação entre a realidade (Idéias) e a linguagem (forma de expressão das Idéias) estabelece-se a mimese, como se pode concluir através do *Sofista*. (...)” (CAIMI, 2002/2003, p. 101),

a notar que aquela inversão que realizo não atinge “a relação entre a realidade (Idéias) e a linguagem (forma de expressão das Idéias)” (*supra*), mas incide sobre a relação entre a linguagem e a realidade como nós a percebemos, nomeadamente a realidade do espaço físico, que nos serve de “modelo” que, como tal, imitamos, mimetizamos para confeccionar nossa Língua metafórica porque imagética, desenhada segundo as imagens de mobilidade que o espaço nos inspira, à “imagem e semelhança em relação ao modelo” (*supra*, p. 100), definição que me aproveita como, quiçá, marco zero de minha tentativa de empreendimento teórico: percebendo-se a si mesmo como peregrino do mundo físico, o homem percebeu esse mundo como espaço a percorrer, e percorreu; pôs o espaço na Língua em formação como quem põe os pés numa grande caminhada, pés que servem de base para o nosso grande construto espiritual que a Língua é.

MOVIMENTO

MOVIMENTALIDADE / MOBILIDADE

MOVIMENTO DISCURSIVO

MOVIMENTO SINTÁTICO

Utilizo a palavra *movimento* no sentido mesmo de “movimento (...) considerado em abstrato como o deslocamento de um corpo no espaço” (MARCONDES, 2001, p. 140), “movimento cinemático”, “deslocamento no espaço físico”, embora abstratizado como movimento *imagético*, que se *imagetiza* como

- movimento metafórico de separação, *lugar de onde*,

ou

- movimento metafórico de aproximação, *lugar para onde*,

ou

- movimento metafórico de perambulação, *lugar por onde*,

ou

- “movimento” metafórico de estagnação, *lugar onde*.

Ainda que abstratizado, o sentido cinemático permanece como função indispensável para mim, de que é exemplo a imagem de um *movimento* mediante o qual *se separa* e *se afasta* uma parte de determinada SUBSTÂNCIA (veja-se abaixo), cuja totalidade está concentrada em um **LUGAR** (veja-se acima) do qual a parte *se extrai*, em movimento metafórico de *separação*, *lugar de onde*.

Essa função indispensável é, talvez sem exagero, o sentido fundamental do ato de criação da Língua, em que o impulso de movimento, mimetizado por nós, teria gerado a imaginação quadripartida em *lugar de onde*, *lugar para onde*, *lugar por onde* e *lugar onde*, incluído, sim, o *lugar onde* como componente do “*denominador comum* que venho

denominando ‘*movimentalidade*’ ou, com razão heideggeriana, ‘*mobilidade*’ (veja-se HEIDEGGER, 2008 [1967], *passim*), à inclusão do que digo ‘**não-movimento**’ ou ‘**movimento ex opposito**’, *repouso, lugar onde*”, consoante formulei no subitem II. 1. 1 (veja-se). Em comentário à citação componente da nota 26 (veja-se), designo esse *denominador comum* como “variável invariável” e qualifico-o como “espécie de variável teórica sob a qual se agasalha toda a questão do movimento e por meio da qual se pode, na esteira de Kant, afirmar a onipresença da questão na observação fenomênica”.

Denomino *movimento discursivo* aquilo que se entende como o movimento fenomenicamente realizado pelas coisas do mundo, o “movimentar-se das coisas”, fundamentalmente cinemático, observado pela discursividade corrente.

Denomino *movimento sintático* aquele que proponho como movimento cinemático metaforicamente realizado pelas entidades da Língua, tipologizado em

- movimento metafórico de separação, *lugar de onde*,
- movimento metafórico de aproximação, *lugar para onde*,
- movimento metafórico de perambulação, *lugar por onde*,
- “movimento” metafórico de estagnação, *lugar onde*.

ONTOGÊNESE / ONTOGENIA

“ontogênese

sf.

1. Biol. Evolução e processo de transformações biológicas de um indivíduo desde sua geração até o completo desenvolvimento; ONTOGENIA

[F.: *ont(o)- + -gênese.*]”

(DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital):

embora eu tome a Língua como *entidade*, um *ente* como tal provido de *onto*-logia, o sentido que pretendo para sua *onto-gênese* ou *onto-genia* não é o sentido biológico em que se insere a palavra, sentido devidamente apontado pelo dicionário de uso comum. Tiro partido da etimologia, que bem se presta ao sentido metafísico de “*gênese* de um *ente*”, mais do que ao sentido de “transformações” (*supra*) em sua “evolução” (*supra*) e em seu “completo desenvolvimento” (*supra*). A trinca formada por “transformações-evolução-desenvolvimento” evoca uma historicidade que não nego, tanto quanto não focalizo: a busca que empreendo aqui é arqueológica, não propriamente histórica; é a busca do primevo como índice do que seria a natureza espiritual dos elementos da Língua e de suas relações, uma busca mais espiritual do que terrena, para a qual a etimologia representa uma revelação possível. Aquela trinca não está alijada, mas tão somente me aproveita também como índice, um índice *consequente* da primariedade ancestral, *ontogênica*, um índice da coerência orgânica de todo “processo” (*supra*) linguístico, na chave da *CONTIGUIDADE SEMÂNTICA* (veja-se acima), no seio da manutenção da inspiração físico-concretiva no “processo” (*supra*) de (re)metaforização abstrativa.

PARATAXE

“(...) aparente ausência de movimento que identifico àquele ‘pôr-se lado a lado’ à guisa de estaticidade, um justapor-se aparentemente estático mas condizente com a movimentalidade relativa que há na *a(d)-posição* (...)”
(extraído do “**Prefácio Personalíssimo**” deste estudo)

“parataxe

A *parataxe* é um processo sintático que consiste na justaposição das frases sem explicitar, seja por uma partícula de subordinação, seja por uma partícula de coordenação, a relação de dependência que existe entre elas, num enunciado, num discurso ou numa argumentação; isto é, em termos de gramática gerativa, sem proceder ao encaixe de uma frase na outra, nem coordenar uma a outra [*sic: uma à outra*, a bem do paralelismo]. Existe parataxe quando tivermos [*sic: quando temos*, a bem do paralelismo] *Este homem é hábil, ele vencerá*, por oposição a *hipotaxe*, que constituem as frases *Este homem vencerá porque é hábil. Esse homem é hábil, por isso vencerá. Este homem é hábil e ele vencerá*, etc. Fala-se também de justaposição por oposição à subordinação e à coordenação.” (DUBOIS *et al.*, 1978 [1973], p. 456)

Para o sentido em que tomo o fenômeno, veja-se a caracterização que teci em minha “**Conclusão Essencialíssima**”, em que a parataxe

“que proponho ambígua, estaticidade apositiva imbuída de movimentalidade aproximativa”,

é a parataxe com que busco fundamentar outro fenômeno, este já considerado fundamental na Língua, que é o fenômeno da transitividade direta (veja-se o item I. 2, “**Sobre a natureza paratática do acusativo**”).

No interior daquela ambiguidade está o que, no item III. 2 (veja-se), proponho como minimalismo essencial da parataxe,

“(...) suficiência minimalista constituída por aquilo que há de essencial para nomear as coisas do mundo, representando-as em *parabola*, densas de sua própria semântica, densas em seu **estatismo morfo-semântico** (...)”,

“suficiência minimalista”, “minimalista por definição”, que, *passim* neste estudo, identifico como fator de base da ontogênese linguística, “fator fundante”, “fator primal constitutivo das relações”, “*parataxe* ontogênica”, “ontogenicamente definidora”,

“procedimento verbal primevo”, “parataxe primeva que entendo fundamentar a Língua em sua mobilidade intrínseca” (subitem II. 1. 6), “parataxe primeva, fundamental e fundante, minimalista, desguarnecida de nexos explícitos, abastecida por si mesma segundo os pontos substantivos essenciais à infância da Língua” (subitem II. 1. 5), “nossa primariedade linguístico-ontológica” (item II. 4).

“(…) Nas primeiras etapas da formação da linguagem, que podemos reconstituir de um ponto de vista psicológico, a simples *parataxe* constitui a regra básica para a construção da frase. (...)” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 401)

Fenômeno a um tempo minimalista e ambíguo — “ambiguidade estático-movimental” (veja-se o item I. 2) —, assim (a um modo muito particular, novamente no item I. 2, “**Sobre a natureza paratática do acusativo**”; veja-se) defino o sentido em que aqui tomo *parataxe* como

“(…) aquilo que, em si mesmo, é *ausência* de relação, à maneira de autonomia dos elementos, precisamente *ausência de explicitude relacional*, segundo a qual ‘os elementos lexicalmente fundantes da mensagem estão ali [assim como está ali a expressão da determinação acusativa], entregues em sua própria explicitude, mas suas relações não se doam àquilo que se diz, como que bastando-se a si mesmas, travando-se sobre autonomies ali presentes numa espécie de intercomunicação silenciosa (...) um arrançamento que, ao contrário da evidência, requer ser interpretado, *arrançamento de autonomies*’, definição reconhecidamente pessoal a que cheguei (...) segundo minha intuição prévia de uma notável ambiguidade (...) caracterizadora da parataxe, como aquilo que firmemente faz travar as relações sem as explicitar, como se *relacionasse sem relacionar*, ou, rigorosamente, sem dizer as relações as estabelecesse em profundidade. **A parataxe é que, segundo o que proponho, fundamenta a relação acusativa**, porque na ambiguidade da parataxe é que se dá a dialética de um estatismo morfo-semântico ser entendido como recebedor de movimento sintático, sendo polo desse movimento, lugar fixo correspondente àquela determinação autônoma sobre a qual se lança o olhar caminhante que vai do verbo ao ‘objeto’, caminha da expressão do comportamento em si à expressão do lugar-objeto que parece acolher a incidência desse comportamento.”

É assim que “na parataxe está a metaforicidade movimental” (novamente item I. 2) da linguístico-genia que pretendo. Ao lado do movimento, considero a parataxe como fator fundante da Língua.

REPRESENTAÇÃO

“representação

Na perspectiva associacionista de F. DE SAUSSURE, a representação é o aparecimento da imagem verbal mental no falante.” (DUBOIS *et al.*, 1978 [1973], p. 520)

Esse “aparecimento” imagético eu trato aqui como efeito do próprio ato de “re(a)presentar”, tomando *representação* rigorosamente como o ato e o efeito de inserir num sistema simbólico um elemento do mundo, bem como as relações que os elementos do mundo podem travar entre si. (Veja-se, aqui, a nota 20.)

Ao longo deste estudo, utilizo o itálico como recurso gráfico para referir-me não ao elemento do mundo (frequentemente aspeado), mas à sua representação, ou à representação de elementos do mundo inter-relacionados, ou à representação de elementos do mundo inter-relacionados já num COMPORTAMENTO (veja-se acima). Ou seja, tomo *representação* também para as relações.

SUBSTÂNCIA

Tomo a palavra *substância* não necessariamente em sentido aristotélico, liberdade em função da qual afasto como critério a ideia de “matéria”. Assim me expresso no início do item III. 1 deste estudo:

“O uso da palavra *substância* e de palavras cognatas é reincidente neste texto, amiúde em sentido não rigorosamente aristotélico segundo *Metafísica* (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.]), mas francamente apropriativo daquela tradição, no intuito de evocar a ideia da *substancialidade* que há em uma ‘substância imaterial’. (...)”,

em que “a *substancialidade* que há em uma ‘substância imaterial’”, por sua vez, pretende evocar *o que é*, a coisa mesma, que é em si mesma, desde um objeto material até um

comportamento, porque também um comportamento é provido da *substancialidade* que o faz ser um “isso”, que o faz ser o que ele mesmo é. Uma flor não é mais substância do que o comportamento de *florir*, forma nominal-substantival do verbo-comportamento.

TRANSLAÇÃO

Reporto o entendimento de *translação* conforme procurei resumi-lo na nota 169, em que digo “*translação* morfossintática”:

“(...) fenômeno segundo o qual um conjunto funciona como determinada classe gramatical sem que contenha nenhum elemento pertencente a essa classe, o que eu explico segundo a metáfora do movimento (veja-se o Capítulo I, *caput*), mas é canonicamente explicado em: CARONE, Flávia de Barros. ‘Translação de primeiro grau’. In: _____, 1988, p. 64-7 (...)”.

Às notas 118 e 408, também elas sobre *translação*, acrescento:

“(...) Para fins de meu interesse aqui, vejam-se minhas considerações no Capítulo I, *caput*.”,

e são essas considerações que ora replico “para fins de meu interesse aqui”; representam interpretação que esbocei no Capítulo I, e ora replico, tratando o fenômeno da *translação* de maneira a aproveitá-lo como emblemático da teoria que procuro desenvolver ao longo de todo este estudo:

“A análise, de orientação estruturalista, que disciplina o fenômeno da *translação* em termos processuais está (...) ‘a um passo da forma’ porque a um passo do processo; aí temos um passo bem largo entre o *procedimento* que essa análise representa e o alcance de alguma essencialidade. A própria cunhagem do termo *translação* tocara a essência se considerasse o espaço; o sentido atribuído ao termo não seria o sentido do *procedimento* por meio do qual se faz um elemento de uma classe morfológica *transladar* para outra classe morfológica numa espécie de mecanismo procedimental, mas seria o sentido da *intelecção* do movimento que a ontogenia da Língua aí opera. A formalização

menina de cabelos de ouro
 não faz trasladar o sintagma preposicionado
de cabelos
 para a classe dos adjetivos nem faz trasladar o sintagma preposicionado
de ouro
 para a mesma classe dos adjetivos na função de se lhes haver preposicionado um
 ‘translator’ operativo de uma engrenagem que simplesmente se descreve porque
 simplesmente seja assim, como um *passé* mágico em que preposição e nome
 substantivo *passem* a funcionar como nome adjetivo.⁴³³ O que ali *se passa* é o
movimento de

⁴³³ Aqui replico considerações que teci no mesmo ponto do Capítulo I, a propósito da descrição estruturalista do fenómeno da *translação*, descrição que qualifico como procedimental, uma vez que se põe em termos de uma *análise em constituintes imediatos*:

“(…) não importa, para a intelecção da ontogênese da Língua, a realização de uma *análise formal em constituintes imediatos*, em que, em termos *imediatos*, se demonstre a *constituição* sintagmática

- *ouro*;
- *cabelos*,

não quaisquer ‘cabelos’, mas

cabelos de ouro,

fazendo-se preposicionado, *de ouro*, o sintagma nominal *ouro*, na constituição do sintagma nominal maior *cabelos de ouro*, mediante a acoplagem do sintagma preposicionado, *de ouro*, ao sintagma nominal *cabelos*; não quaisquer ‘cabelos de ouro’, mas

‘*aqueles* cabelos de ouro’ que serão atribuídos à ‘menina’,

articulando-se o sintagma nominal *cabelos de ouro*, mediante, pois, o acréscimo do *artigo* definido,

os *cabelos de ouro*;

- *menina*,

não qualquer ‘menina’, mas

menina dos cabelos de ouro,

fazendo-se preposicionado, *dos cabelos de ouro*, o sintagma nominal *os cabelos de ouro*, na constituição do sintagma nominal maior *menina dos cabelos de ouro*, mediante a acoplagem do sintagma preposicionado, *dos cabelos de ouro*, ao sintagma nominal *menina*. Veja-se que, ao demonstrar aquilo que seria a constituição meramente *sintagmática* que aí se tem, procuro inserir algumas interpretações *discursivas* da *constituição imediata* dos sintagmas, associadamente com a *ordenação das ‘coisas’* presentes no discurso veiculador da porção de Língua em questão, como, por exemplo, a função discursivo-demonstrativa do artigo definido — confirmada pela origem no pronome demonstrativo —, mas a natureza dessa análise não propõe interpretação que ultrapasse a descrição dos procedimentos que ali se podem deprender como tais, por isso não importando para a intelecção da ontogênese da Língua. O que importa para essa intelecção não pode ser nenhuma sorte de contextual discursividade *ad hoc* nem um formalismo que pretenda explicar-se a si mesmo. O que importa é a perscrutação

lugar de onde,

em que *do* *arqui-frame* ‘ouro’ se *de*-riva um elemento possível, dentre teoricamente infinitos elementos possíveis, e esse elemento é o elemento ‘cabelos’, assim como poderia ser o elemento ‘riqueza’, e *do* *arqui-frame* ‘cabelos’ se *de*-riva um elemento possível, dentre teoricamente infinitos elementos possíveis, e esse elemento é o elemento ‘menina’, assim como poderia ser o elemento ‘cor’. Ora, uma vez que ‘ouro não tem cabelos’, não há discursividade previsível segundo a qual se associe ao elemento ‘ouro’ o elemento ‘cabelos’ em se pensando em algo como ‘cabelos do ouro’ à imagem de ‘barras de ouro encabeladas’, sendo, ao invés, previsível uma discursividade segundo a qual se associe, ora sim, ao elemento ‘cabelos’ o elemento ‘ouro’, porque estamos num mundo em que se pensa nos cabelos como algo necessariamente portador de alguma cor, e uma cor possível neste mundo é a cor dourada, a cor do ouro, algo como ‘o ouro dos cabelos’, ‘a cor dourada dos cabelos’, à imagem de ‘uma cabeleira loira’, mas isso não empenha a Língua a derivar do elemento ‘cabelos’ o elemento ‘ouro’ nem veta que ela derive do elemento ‘ouro’ o elemento ‘cabelos’, que é a derivação que proponho aqui. Semelhantemente, uma vez que ‘cabelos não contêm menina’, não há discursividade previsível segundo a qual se associe ao elemento ‘cabelos’ o elemento ‘menina’ em se pensando em algo como ‘menina dos cabelos’ à imagem de ‘cabelos que, em seu emaranhado, contenham alguma menina’, sendo, ao invés, previsível uma discursividade segundo a qual se associe, ora sim, ao elemento ‘menina’ o elemento ‘cabelos’, porque estamos num mundo em que se pensa em uma menina como previsivelmente portadora de cabelos, ‘os cabelos da menina’, à imagem de ‘uma menina encabelada’, mas isso não empenha a Língua a derivar do elemento ‘menina’ o elemento ‘cabelos’ nem veta que ela derive do elemento ‘cabelos’ o elemento ‘menina’, derivação que proponho aqui. Ocorre que aquelas imprevisibilidades não guardam nenhuma importância, porque não são elas o que está em jogo; não está em jogo a discursividade do nosso mundo formado por nós e para nós. Não importa a imprevisibilidade de associar ao elemento ‘ouro’ o elemento ‘cabelos’ para que a imagem formadora da Língua extraia ‘cabelos’ de ‘ouro’, porque é exatamente extraindo o elemento ‘cabelos’ do *arqui-frame* ‘ouro’ que se imagetiza a pretensão de representar, em Língua, ‘cabelos tão dourados’ que são *como que* advindos do ouro, *metaforicamente* retirados de todo o ouro que se possa conceber como aquilo que denomino *arqui-frame* ‘ouro’, cabelos **caracterizados pelo lugar** de onde provieram (vejam-se os § iniciais do subitem I. 1. 1), porque *como que* pertenciam a esse lugar, já que estavam ali, contidos num interior do qual foram afastados, interior-continente caracterizador de seu conteúdo, e é isso o que acima denomino ‘metáfora’ como ‘cristalização linguística do movimento discursivo’, uma metáfora cristalizada em Língua **muito aquém** da metáfora que associa a cor dos cabelos à cor do ouro, uma metáfora **muito aquém** da lição discursivo-cognitivista segundo a qual haja uma ‘projeção entre domínios’ (veja-se, aqui, minha Introdução), uma metáfora então

de uma semântica impressa na forma, constitutiva da própria forma, inspirada por uma percepção primeva daquilo que teria sido uma espécie de pré-contexto, o contexto espacial-concretivo *genérico* e *ge(ne)rador* de um já-discurso, daquilo que acima chamei ‘já-discursividade’, suficiente para mimetizar-se o espaço físico e os deslocamentos nele gestualizados, um espaço-movimento metaforizador da Língua nascente. (...).”

constitutiva do arcabouço da Língua, aquela argamassa em que está sua alma. Ora identicamente, não importa a imprevisibilidade de associar ao elemento ‘cabelos’ o elemento ‘menina’ para que a imagem formadora da Língua extraia ‘menina’ de ‘cabelos’, porque é exatamente extraindo o elemento ‘menina’ do arqui-*frame* ‘cabelos’ que se imagetiza a pretensão de representar, em Língua, ‘uma menina tão loira’ que é *como que* advinda dos ‘cabelos de ouro’, *metaforicamente* retirada de todo o conjunto ‘cabelos de ouro’ que se possa conceber como aquilo que denomino arqui-*frame* ‘cabelos (de ouro)’, uma menina **caracterizada pelo lugar** de onde proveio (vejam-se os § iniciais do subitem I. 1. 1), porque *como que* pertencia a esse lugar, já que estava ali, contida num interior do qual foi afastada, interior-continente caracterizador de seu conteúdo, e é novamente isso o que acima denomino ‘metáfora’ como ‘cristalização linguística do movimento discursivo’, uma metáfora cristalizada em Língua **muito *aquém*** da metáfora que associa a cor dos cabelos da menina à cor das barras de ouro, uma metáfora então constitutiva do arcabouço da Língua, aquela argamassa em que está sua alma.”.

Acrescento ainda outra réplica do mesmo Capítulo I, *caput*, reiterando que, para mim,

“(...) assim se realiza o fenômeno da *translação*, que, portanto, explico mediante (...) [o] caráter — espaço-movimentalizante, circunstancializante — da ‘preposição’ como entidade que (...) põe a substância em movimento metafórico (...)”.

A *translação* é, pois, para mim, um fenômeno altamente metafórico, que opera, na Língua, um traslado morfossintático porque os próprios elementos da Língua operam, no espaço, um traslado imagético.

REFERÊNCIAS⁴³⁴

Textos teóricos: Antiguidade Clássica

- AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução do Latim e Prefácio: Lorenzo Mammì. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 [séculos IV-V d.C.]. (Coleção Clássicos.)
- _____. *Solilóquios. A vida feliz*. Tradução e notas de *Solilóquios*: Adaury Fiorotti. Tradução e notas de *A vida feliz*: Nair de Assis Oliveira. 1. ed. São Paulo: Paulus, 1998 [séculos IV-V d.C.]. (Coleção Patrística.)
- ARISTÓTELES. *Categorias. Da interpretação*. In: _____. *OBRAS COMPLETAS DE ARISTÓTELES*. Coordenação: António Pedro Mesquita. v. I, tomo II. Introdução, tradução e notas: Ricardo Santos. Lisboa: Nacional / Casa da Moeda, 2016 [século IV a.C.]. (Biblioteca de Autores Clássicos.)
- _____. *Física: libros VII – VIII*. Traducción, introducción y comentario: Marcelo Boeri. Buenos Aires: Biblos, 2003 [século IV a.C.].
- _____. *Metafísica*. Introdução, tradução do Grego para o Italiano e comentários: Giovanni Reale. Tradução do Italiano para o Português: Marcelo Perine. ed. bilíngue. São Paulo: Loyola, 2001 [século IV a.C.].
- _____. *Poética*. Tradução: Paulo Pinheiro. ed. bilíngue. São Paulo: 34, 2015 [século IV a.C.].
- _____. *Poética. Organon. Política. A Constituição de Atenas*. Tradução: direitos exclusivos da Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo: Nova Cultural, 2000 [século IV a.C.]. (Coleção Os pensadores.)
- CICÉRON. *Tusculanes*. v. I. Texte établi par Georges Fohlen et traduit par Jules Humbert. Paris: Les Belles Lettres, 1931 [século I a.C.]. (Collection des Universités de France.)

⁴³⁴ Várias destas obras me foram doadas pelas Professoras Doutoras Angélica Chiappetta e Maria da Gloria Novak e pela família da Professora Doutora Vera Lúcia do Amaral, minhas ex-professoras, minhas sempre Mestras, minhas sempre Amigas em profundidade.

LALLOT, Jean. “Denys le Thrace: Techné Grammatiké: introduction, traduction, notes”.

In: Archives et Documents de la Société d'Histoire et d'Épistémologie des Sciences du Langage, 6: p. 1-104. Paris: Haroche, 1985. (Collection Histoire / Épistémologie / Langage.)

PARMENIDE. *Poema sulla natura: i frammenti e le testimonianze indirette*.

Presentazione, traduzione con testo greco dei frammenti del poema a fronte e note: Giovanni Reale. 2. ed. Milano: Rusconi, 1992 [séculos VI-V a.C.]. (Collana I Classici del Pensiero.)

PLATÃO. *ΦΑΙΔΩΝ / FÉDON*. Estabelecimento do texto grego: John Burnet. Tradução:

Carlos Alberto Nunes. Coordenação: Benedito Nunes; Victor Sales Pinheiro. 3. ed., rev. e bilíngue. Belém: Edufpa, 2011 [1980] [séculos V-IV a.C.].

PRISCIANI. *Institutionum grammaticarum Libri I – XII*. Recensão: Martin Hertz.

Leipzig: Teubner, 1855 [séculos V-VI d.C.]. (Coleção Grammatici Latini. Recensão: Heinrich Keil.)

SANT'AGOSTINO: Augustinus Hipponensis. Digital. Disponível em:

<<https://www.augustinus.it/latino/index.htm>>. Acesso em: 2 de setembro de 2021 [séculos IV-V d.C.].

SOUZA, José Cavalcante de (seleção de textos e supervisão). *Os Pré-socráticos*. São

Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores.)

Textos teóricos: Modernidade

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Grammaire generale et raisonne'e*

contenant Les fondemens de l'art de parler; expliquez d'une maniere claire et naturelle; Les raisons de ce qui est commun à toutes les langues, et des principales differences qui s'y rencontrent; Et plusieurs remarques nouvelles sur la Langue Françoise. Paris: Pierre le Petit, 1660.

_____. *Gramática de Port-Royal*. Tradução: Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano

Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1992] [1660].

- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Cursos de Estética*. v. I. Tradução: Marco Aurélio Werle. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001 [1835]. (Coleção Clássicos.)
- _____. *Cursos de Estética*. v. II. Tradução: Marco Aurélio Werle e Oliver Tolle. São Paulo: Edusp, 2000 [1835]. (Coleção Clássicos.)
- _____. *Cursos de Estética*. v. III. Tradução: Marco Aurélio Werle e Oliver Tolle. São Paulo: Edusp, 2002 [1835]. (Coleção Clássicos.)
- _____. *Estética: a Ideia e o Ideal*. v. I. Tradução: Orlando Vitorino. Lisboa: Guimarães, 1952 [1835]. (Coleção Filosofia e Ensaios.)
- _____. *Estética: a Arte Simbólica*. v. III. Tradução: Orlando Vitorino. 2. ed. Lisboa: Guimarães, 1970 [1835]. (Coleção Filosofia e Ensaios.)
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução e notas: Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2012 [1781-1787].
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Precedido de *Discurso sobre as ciências e as artes*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [*Discurso sobre as ciências e as artes*: 1750; *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*: 1755].

Textos teóricos: Contemporaneidade

- ALONSO JÚNIOR, Clóvis Luiz. *Reflexões sobre o Pronome Relativo e a Oração “Adjetiva” em Latim e Português* [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.
- _____. “Uma análise crítica sobre ‘The Origin of Suffixes in Romance’, de David Pharies”. In: *Linha d’Água*, São Paulo, 31 (2): p. 53-64, maio – ag. de 2018a.
- _____. “Grammatica philosophica: a um passo da forma”. In: *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, 20 (2): p. 273-91, ag. – dez. de 2018b.

- _____. “Língua, metáfora do espaço”. In: *Pesquisas em Filologia e Língua Portuguesa*. v. II. São Paulo: Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021, p. 304-17.
- _____. “E, por falar em ciência: resenha crítica de *Como uma língua funciona?*, de Luisandro Mendes de Souza”. In: *Revista do GEL*, São Paulo, 19 (2), 2023.
- AREAS, Eduardo Kenedy; MARTELOTTA, Mário Eduardo. “A visão funcionalista da linguagem no século XX”. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; MARTELOTTA, Mário Eduardo; OLIVEIRA, Mariangela Rios de (org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1992. Reimpressão: 2001. (Coleção Repertórios.)
- AUSTIN, John Langshaw. *Philosophical Papers*. Oxford: Oxford University Press, 1961.
- ÁVILA, Humberto Bergmann. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 12. ed., ampl. São Paulo: Malheiros, 2011.
- BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1942]. (Coleção Tópicos.)
- BARATIN, Marc; JACOB, Christian (org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução: Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- BARBOSA, Jerônimo Soares. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822.
- BENVENISTE, Émile. “Da subjetividade na Linguagem”. In: _____. *Problemas de Linguística Geral*. v. I. Tradução: Maria da Gloria Novak e Maria Luísa Neri. Campinas: Pontes, 1991 [1966].
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2. ed. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1939]. (Coleção Tópicos.)

- BOLINGER, Dwight. *Meaning and form*. Londres: Longmans, 1977.
- BOMFIM, Eneida. *Advérbios*. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios.)
- BOSI, Alfredo. “Fenomenologia do olhar”. In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BOURCIEZ, Édouard. *Éléments de Linguistique Romane*. Paris: Klincksieck, 1967 [1910].
- CAIMI, Cláudia. “A natureza flutuante da mimese em Platão”. In: *Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, São Paulo, 15/16 (15/16): p. 99-115, 2002/2003.
- CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Tratado de Eloquencia* extrahido dos melhores escriptores. In: _____. *OBRAS POLITICAS E LITTERARIAS*. Collecionadas pelo Commendador Antonio Joaquim de Mello. v. II. 1. ed. Recife: Mercantil, 1876.
- CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios.)
- CASSIRER, Ernst. *A filosofia das formas simbólicas: a linguagem*. Tradução: Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1923]. (Coleção Tópicos.)⁴³⁵
- _____. *Langage et mythe: à propos des noms de dieux*. Paris: Corbière, 1973 [1925]. (Collection Le sens commun.)
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. 1. ed., 4. reimpr. São Paulo: Contexto, 2016 [2010].
- CEZARIO, Maria Maura; COSTA, Marcos Antonio; CUNHA, Maria Angélica Furtado da. “Pressupostos teóricos fundamentais”. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; MARTELOTTA, Mário Eduardo; OLIVEIRA, Mariangela Rios de (org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- COELHO, Victoria Wilson; OLIVEIRA, Mariangela Rios de. “Linguística funcional aplicada ao ensino de português”. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da;

⁴³⁵ Revisadas por mim, mais de cinquenta páginas de fichamento dessa obra me foram ditadas por minha mãe, poucos anos antes de adoecer gravissimamente, em 2015, e deixar-nos, dois anos após: leitura atenta (para o que ela dizia “texto complicadíssimo”), dicção perfeita e amor de quem ajuda madrugada afora e vida adentro.

- MARTELOTTA, Mário Eduardo; OLIVEIRA, Mariangela Rios de (org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CONTRERAS, Heles. “Los fundamentos de la gramática transformacional”. In: _____ (compilador). *Los fundamentos de la gramática transformacional*. 5. ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1976.
- COROA, Maria Luiza. *O texto dissertativo-argumentativo*. Texto componente do Programa de Aperfeiçoamento e Qualificação da Equipe de Supervisores de Avaliação das Redações do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) 2015, promovido pelo CEBRASPE (Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos) / CESPE (Centro de Seleção e de Promoção de Eventos). 2015.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da; MARTELOTTA, Mário Eduardo; OLIVEIRA, Mariangela Rios de (org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- DEUTSCHER, Guy. *O desenrolar da linguagem*. Tradução: Renato Basso e Guilherme Henrique May. Revisão técnica: Mário Perini. Campinas: Mercado de Letras, 2014 [2005].
- ERNOUT, Alfred. *Morphologie historique du latin*. 3^e éd., revue et corrigée, avec un avant-propos par Antoine Meillet. Paris: Klincksieck, 1953 [1914].
- _____; THOMAS, François. *Syntaxe latine*. 2^e éd., revue et augmentée. Paris: Klincksieck, 1953 [1951].
- FARACO, Carlos Alberto. *A produção textual de um estudante ao final do ensino médio*. Texto apresentado na abertura do Encontro de Supervisores de Avaliação de Redações do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), promovido pela DAEB/INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Brasília, 30 de agosto de 2014.
- FERRARI, Lilian. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FERREIRA, Lucia Maria Alves. “Estabilidade e continuidade semântica e sintática”. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; MARTELOTTA, Mário Eduardo;

- OLIVEIRA, Mariangela Rios de (org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FLAM, Jack (editor). *Robert Smithson: the collected writings*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- FONTAINE, Jacqueline. *O Círculo Lingüístico de Praga*. Tradução: João Pedro Mendes. São Paulo: Cultrix / Edusp, 1978.
- FREGE, Friedrich Ludwig Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas: Paulo Alcoforado. 2. ed., ampl. e rev. São Paulo: Edusp, 2009 [1879]. (Clássicos.)
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação: Fernando Henrique Cardoso. Biobibliografia: Edson Nery da Fonseca. Notas bibliográficas revistas e índices atualizados: Gustavo Henrique Tuna. 48. ed. Recife: Global, 2003 [1933].
- GILSON, Étienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. Tradução: Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2006 [1929; 1943 (edição aumentada pelo autor)].
- GIORGI, Flavio di. “Os caminhos do desejo”. In: NOVAES, Aduino (org.). *O desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GIVÓN, Talmy. “From Discourse to Syntax: Grammar as a Processing Strategy”. In: _____ (editor). *Syntax and Semantics: Discourse and Syntax*. v. XII. New York: Academic Press, 1979.
- GOES, Carlos. *Método de análise: morfológica e sintática*. 25. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1965.
- HEIDEGGER, Martin. “A essência e o conceito de Φύσις em Aristóteles — Física B, 1”. In: _____. *Marcas do caminho*. Tradução: Enio Paulo Giachini e Ernildo Stein. Petrópolis: Vozes, 2008 [1967].
- HJELMSLEV, Louis. “Linguística estrutural”. In: _____. *Ensaio lingüísticos*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991 [1959]. (Coleção Debates.)

- _____. “Linguistique structural”. In: _____. *Essais linguistiques*. Copenhague: Nordisk Sprog- og Kulturforlag, 1959. (Coleção Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague.)
- _____. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2013 [1953].
- JUCÁ [filho], Cândido. *132 restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Les métaphores dans la vie quotidienne*. Texte traduit par Michel de Fornel et Jean-Jacques Lecercle. Paris: Minuit, 1985 [1980]. (Collection Propositions.)
- _____. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução: GRUPO DE ESTUDOS DA INDETERMINAÇÃO E DA METÁFORA (GEIM). Campinas: Mercado de Letras / São Paulo: Educ, 2002 [1980]. (Coleção As Faces da Linguística Aplicada.)
- _____. *Metáforas de la vida cotidiana*. Traducción: Carmen González Marín. 9. ed. Madrid: Cátedra, 2012 [1980]. (Colección Teorema.)
- LEWIS, Clive Staples. *A experiência de ler*. Tradução e notas: Carlos Grifo Babo. Porto: Porto, 2003.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. “Tópicos de história do português pelo viés da gramaticalização”. In: *Labor Histórico*, Rio de Janeiro, 1 (2): p. 197-209, jul. – dez. de 2015.
- MARCONDES, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. “A mudança lingüística”. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; MARTELOTTA, Mário Eduardo; OLIVEIRA, Mariangela Rios de (org.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MARTINS, Maria Cristina. “Os complementos de lugar em latim clássico e latim vulgar: uma comparação”. In: *Organon*, Porto Alegre, 44/45: p. 89-102, jan. – dez. de 2008.
- MEILLET, Antoine; VENDRYES, Joseph. *Traité de Grammaire Comparée des Langues Classiques*. 4. ed. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1966 [1927].

- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. 3. ed., melhorada e aumentada. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967a. (Coleção Biblioteca Brasileira de Filologia.)
- _____. *Novo manual de análise sintática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967b.
- NICHOLS, Johanna. “Functional theories of grammar”. *In: Annual Review of Anthropology*, 13: p. 97-117, 1984.
- NÚÑEZ, Rafael E.; SWEETSER, Eve. “With the future behind them: convergent evidence from Aymara language and gesture in the crosslinguistic comparison of spatial construals of time”. *In: Cognitive Science*, 30: p. 401-50, 2006.
- NYROP, Kristoffer. *Grammaire historique de la langue française*. Leipzig, New York, Paris: Copenhagen & Kristiania, Boghandel, Forlag, 1924.
- OSTROWER, Fayga. “A construção do olhar”. *In: NOVAES, Adauto (org.). O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. Tradução: José Teixeira Coelho. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1990 [1931-1935].
- _____. *In: BUCHLER, John (editor). The philosophy of Peirce*. New York: Harcourt and Brace, 1940.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva*. 65. ed. São Paulo: Nacional, 1945 [1907]. (Biblioteca Pedagógica Brasileira.)
- RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000. (Coleção Leituras filosóficas.)
- ROCA-PONS, Josep. *Introducción a la Gramática*. Barcelona: Teide, 1976.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de Linguistique Générale*. Publié par Charles Bally et Albert Sechehaye. 5. éd. Paris: Payot, 1955 [1916].
- _____. *Curso de Língua Geral*. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

- SOUZA, Luisandro Mendes de. *Como uma língua funciona?: fundamentos (muito básicos) de linguística*. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras / Abralín, 2021.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *Teoria da literatura*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios.)
- SVOROU, Soteria. *The grammar of space*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1993.
- SWIGGERS, Pierre. “Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística: nuevas aportaciones a la historiografía lingüística”. In: *Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*. La Laguna (Tenerife), 22-5 oct. 2003. Corrales Zumbado C., Dorta Luis J. et al. (editores). Madrid: Arco, 2005 [2004], p. 113-45.
- TALMY, Leonard. “Force dynamics in language and cognition”. In: *Cognitive Science*, 2: p. 49-100, 1988.
- _____. *Grammatical construal: the relation of grammar to cognition*. In: GEERAERTS, Dirk (org.). *Cognitive Linguistics: basic readings*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2006.
- _____. *Toward a Cognitive Semantics*. v. I: Concept Structuring Systems. Cambridge: MIT Press, 2000a.
- _____. *Toward a Cognitive Semantics*. v. II: Typology and Process in Concepts Structuring. Cambridge: MIT Press, 2000b.
- TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale*. 2^e éd. Paris: Klincksieck, 1969.
- TREVIZAM, Matheus. “Das especulações ‘etimológicas’ antigas: as contribuições de Platão e Varrão”. In: *Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, São Paulo, 15/16 (15/16): p. 179-88, 2002/2003.
- VASCONCELLOS, José Leite de. *Lições de Filologia Portuguesa*. 4. ed., enriquecida com notas do autor, prefaciada e anotada por Serafim da Silva Neto. Porto: Nunes, 1966. (Coleção Brasileira de Filologia Portuguesa.)
- VIARO, Mário Eduardo. “Linguística da comunicação e Linguística descritiva: os eixos sincrônico e diacrônico nos atuais modelos de Morfologia”. In: *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 41 (1): p. 277-90, jan. – abr. de 2012.

- VOTRE, Sebastião Josué. “A integração das objetivas diretas”. In: *Cadernos do CNFL*, Rio de Janeiro, 2: p. 71-87, 2000.
- WARTBURG, Walther von. *Problèmes et méthodes de la linguistique*. Traduit de l’allemand par Pierre Maillard. 2. éd. Avec la collaboration de Stephen Ullmann. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.
- WEST, John Anthony. *A serpente cósmica: a sabedoria iniciática do Antigo Egito revelada*. Tradução: Mário Molina. São Paulo: Pensamento, 2009 [1979].
- _____. *Serpent in the Sky: the High Wisdom of Ancient Egypt*. Wheaton / Chennai (Madras): Quest Books, 1993 [1979].
- WITTGENSTEIN, Ludwig Joseph Johann. “Some remarks on logical form”. In: PROCEEDINGS OF THE ARISTOTELIAN SOCIETY, Blackwell Publishing / The Aristotelian Society, 9: *Knowledge, Experience and Realism*: p. 162-71, 1929.
- YAGUELLO, Marina. “Não mexe com a minha língua!”. Tradução: “Atribuição não-comercial”. In: BAGNO, Marcos (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.

Obras de referência

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Coordenação e revisão da tradução da 1. ed. brasileira: Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução de novos textos: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALBUQUERQUE, Maria Manuela Barroso de; OLIVEIRA, Maria de Lurdes Flor de; BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Latim*. v. III. s. l.: Secretaria de Estado do Ensino Superior. Ministério da Educação (Portugal), 1980. (Coleção Textos pré-universitários.)
- ALMENDRA, Maria Ana; FIGUEIREDO, José Nunes de. *Compêndio de Gramática Latina*. 3. ed. Porto: Porto, 1982.
- ANDRÉS, Olimpia; RAMOS, Gabino; SECO, Manuel. *Diccionario abreviado del español actual*. Madrid: Aguilar, 2000.

- AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1958.
- AVANZADO: lengua española. 4. ed. Madrid: SM, 2000. (Diccionarios.)
- BAILLY, Anatole. *Dictionnaire GREC FRANÇAIS*. Paris: Hachette, 1950.
- BONOMI, Francesco. *Vocabolario Etimologico della Lingua Italiana*. Digital. Disponível em: <etimo.it/?term=attaccare>. Acesso em: 21 de outubro de 2022.
- CAMBRIDGE INTERNATIONAL DICTIONARY OF ENGLISH. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- CEBRASPE. *Programa de Avaliação Seriada*, 2015.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da tradução: Fabiana Komesu. 2. ed., 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2008 [2004].
- CLINTOCK, John M'; CROOKS, George Richard. *Grammatica Latina*. Tradução: Lucindo Pereira dos Passos. 12 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Francisco Alves, 1918.
- COROMINAS, Joan. *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*. Madrid: Gredos, 1961. (Biblioteca Románica Hispánica.)
- CROUZET, Paul. *Grammaire Latine: simple et complète*. 28. ed. Toulouse: Édouard Privat; Paris: Henri Didier, 1936.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em: 29 de março de 2019.
- DIZIONARIO ITALIANO OLIVETTI Digital. Disponível em: <<https://www.dizionario-italiano.it/>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.
- DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée; GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Christiane; MARCELLESI, Jean-Baptiste; MEVEL, Jean-Pierre. *Dicionário de Lingüística*. Tradução: Frederico Pessoa de Barros, Gesuína Domenica Ferretti, John Robert

- Schmitz, Leonor Scliar Cabral, Maria Elizabeth Leuba Salum e Valter Khedi. São Paulo: Cultrix, 1978 [1973].
- FERNANDES, Francisco. *Dicionário de verbos e regimes*. 6. ed. Rio de Janeiro / Pôrto Alegre / São Paulo: Globo, 1947.
- FREIRE, António. *Gramática Latina*. Porto: Apostolado da Imprensa, 1956.
- GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire illustré latin-français*. Paris: Hachette, 1970 [1934].
- GEORGIN, Charles; BERTHAUT, Henri. *Grammaire latine*. 5. ed. Paris: A. Hatier, 1942.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- LAROUSSE DICTIONNAIRE DE FRANÇAIS Digital. Disponível em: <<https://www.larousse.fr/dictionnaires/français>>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2022.
- LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert. *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon, 1985 [1843].
- LINGUATECA. Disponível em: <<https://linguateca.pt/>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2023.
- LIPPARINI, Giuseppe. *Sintaxe Latina*. Tradução e adaptação: Alípio R. Santiago de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 1961.
- LLORACH, Emilio Alarcos. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, 1995.
- LOS QUINCE MIL VERBOS ESPAÑOLES: su gramática, clasificación y conjugación. Barcelona: Ramón Sopena, 1984.
- LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Com a mais antiga documentação escrita e reconhecida de muitos dos vocábulos estudados. 1. ed. Lisboa: Confluência, 1952-9 (2 v.).
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966. (Coleção Dicionários Especializados.)

- PEREIRA, Isidro. *Dicionário grego-português e português-grego*. 3. ed. Porto: Apostolado da Imprensa, 1961 [1951].
- PUPPO, José; RAVIZZA, João. [Obra de José Puppo reelaborada por João Ravizza.] *Grammatica da Lingua Latina*. v. I. Nichtheroy: Salesiana, 1917.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la Lengua Española*. (Edición del Tricentenario.) Digital. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/.../Diccionario de la lengua española de la Real Academia>; www.rinconcastellano.com/drae.html. Acesso em: 25 de março de 2019.
- _____. *Diccionario de la Lengua Española*. 21. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1992.
- SAID ALI, Manuel. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SARAIVA, Francisco Rodrigues dos Santos. *Novissimo diccionario latino-portuguez*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier; Paris: Mellier; Lisboa: Bertrand, s. d.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed., rev. e ampl., 1. reimpr. São Paulo: Cortez, 2000 [1975].
- SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Grande Dicionário Etimológico-prosódico da Língua Portuguesa*. v. VI. 2. tiragem. São Paulo: Saraiva, 1968.
- TORRINHA, Francisco. *Dicionário latino-português*. 3. ed. Porto: Marânus, 1945 [1937].
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. Prefácio: Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Boitempo, 2007 [1983].
- ZENONI, G. *Gramática Latina*. Tradução: Nicolau Firmino. 3. ed. Cucujães: Missões, 1961.

Obra de crítica textual

- BARAHONA, Maria Alzira. *Para um estudo da expressão do tempo no romance português contemporâneo*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1968.

Textos literários / “literários”: Antiguidade Clássica

- CATULLO. *I Canti*. Introduzione e note: Alfonso Traina. Traduzione: Enzo Mandruzzato. 4. ed. Milano: Rizzoli, 1989 [século I a.C.].
- CÉSAR. *La Guerre Civile*. Tome I (Livres I et II). Texte établi et traduit par Pierre Fabre. 3. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1947 [século I a.C.].
- OVIDIO. *Fastos*. Introducción, traducción y notas por Bartolomé Segura Ramos. Madrid: Gredos, 1988 [século I a.C. - século I d.C.]. (Biblioteca Clásica Gredos.)
- TIBVLO. *Carmina / Poemas*. Introducción, notas y traducción de Enrique Otón Sobrino. ed. bilingüe. Urgel; Barcelona: Bosch, 1983 [século I a.C.]. (Colección Erasmo.)

Texto literário: Renascimento

- GIL VICENTE. *O Velho da Horta*. In: _____. OBRAS COMPLETAS. v. V. Prefácio e notas: Marques Braga. 4. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1968 [1512]. (Coleção de Clássicos Sá da Costa.)

Textos literários: Contemporaneidade

- BARROS, Manoel de. *Poemas rupestres*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- CAMPOS, Paulo Mendes. “O pombo enigmático”. In: _____. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 1960. (Acervo do Instituto Moreira Salles.)
- _____. “O pombo enigmático”. In: _____ *et al. Quadrante*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1962.
- CARVALHO, Maria Judite de. *Diários de Emília Bravo*. In: _____. *Obras Completas de Maria Judite de Carvalho*. v. VI. Lisboa: Leya, 2020.
- LARANJEIRA, Mário (seleção, tradução e introdução). *Poetas de França hoje: 1945-1995*. São Paulo: Edusp / Fapesp, 1996.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In: _____. *OBRA COMPLETA*. v. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992 [1881].

MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cien años de soledad*. Buenos Aires: Sudamericana, 1973 [1967].

PESSOA, Fernando. *Obra Poética*. 2. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.

Textos epistolares

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Carlos & Mário: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade [inédita] e Mário de Andrade*. Organização: Lélia Coelho Frota. Apresentação e notas às cartas de Mário de Andrade: Carlos Drummond de Andrade. Prefácio e notas às cartas de Carlos Drummond de Andrade: Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.

Referências audiovisuais

A ARTE DA FRANÇA. arte1 (TV). Transmissão em: 5 de março de 2023.

A CHEGADA (ARRIVAL). Direção: Denis Villeneuve. Culver City, CA: Sony Pictures, 2016. DVD.

CULTURA FM / FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA. São Paulo.

E O VENTO LEVOU (GONE WITH THE WIND). Direção: George Cukor, Sam Wood e Victor Fleming. Beverly Hills, CA: Metro-Goldwyn-Meyer, 1939. DVD.

ESTRADA DO SOL. Intérpretes: Carminho e Marisa Monte. Compositores: Tom Jobim e Dolores Duran. *In: Carminho canta Tom Jobim*. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2016.

FANUCCHI, Mario; CHAVES, Erlon. “Não espere mamãe mandar”. TV Tupi, 1950.

HAHN, Reynaldo. “L’heure exquise”. *In: _____*. *Chansons grises*. Paris: Heugel, 1893.

HOLLANDA, Francisco Buarque de; MORAES, Vinícius de. “Valsinha”. Philips, 1971. LP.

INTERESTELAR (INTERSTELLAR). Direção: Christopher Nolan. Los Angeles / Burbank, CA: Paramount Pictures / Warner Bros, 2014. DVD.

JOBIM, Antonio Carlos Brasileiro de Almeida; DURAN, Dolores [Adiléia Silva da Rocha]. “Estrada do Sol”. Polydor, 1958. 78 rpm.

O PASSADO ATRAVÉS DOS CÉUS. HISTORY2 (TV). Transmissão em: 10 de fevereiro de 2023.

PARASKEVAÍDIS, Graciela. *Un lado, otro lado*, 1984.

PERINI, Mário A. “Gramática: esquemas e atribuição de relações temáticas”. *In*: _____.

ABRALIN AO VIVO. *Linguistas on line*. Conferência proferida em 9 de maio de 2020. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=iQ8KLgqF3n0&t=850s>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

TV CULTURA / FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA. São Paulo.

VIVEMENT DIMANCHE. TV5MONDE. Transmissão periódica em: 2022.

APÊNDICE

Diálogo 4

L1 — Entrevistador

L2 — Técnica Administrativa

L3 — Amigo de L2

L1 — o que a trouxe ao brasil? as expectativas? as motivações?

L2 — ah eu vim de férias

[

L1 — tudo

5 L2 — (eu vim de férias)

L1 — veio de férias?

L2 — exato

L1 — por quanto tempo?

L2 — três semanas

10 L1 — bom... por que (é) que você veio pra cá? as motivos os motivos
todos se possível... tudo que a trouxe aqui

L2 — (sim) ((risos)) conhecer um país diferente... pra começar... é?
deve ser completamente diferente... nunca saí da europa... deve
estar bastante diferente agora... motivos motivos mais motivos não

15 sei ()

L1 — é:: então você acha que é um país diferente mas em que sentido?
diferente do seu? diferente dos da europa? em que sentido?

L3 — () não vai saber ainda

- L2 — como é que eu sei? ((risos)) não a cultura tem a cultura é diferente não é? completamente diferente... as pessoas são completamente diferentes... a maneira de pensar todo o emocional são pessoas diferentes... para mais não sei ((risos)) não sei
- 20
- L1 — e por que o brasil?
- L2 — porque toda gente diz que é bonito ((risos)) vale a pena visitar
- 25
- L1 — você associa o brasil ao fato... é:: de você querer conhecer um país diferente... por que (é) que o brasil é um país diferente? e não por exemplo... é:: o canadá... ou a austrália?
- L2 — porque é muito mais fácil arranjar aqui contactos... que no canadá
- 30
- ou austrália... por acaso estivemos a pensar em (virmos pra) aqui (e irmos) pra os estados unidos também tínhamos já uma pessoa conhecida... mas optamos por aqui porque temos mais pessoas conhecidas é:: é um uma forma de conhecer o país é* com as pessoas de cá e não ir sozinhos e descobrir tudo novo... é mais fácil... e:: com um país completamente diferente é é... torna-se um bocado difícil a pessoa ir a uma aventura não é? você não sabe o que é com que é que vai contar por mais rapariga não é? ((risos)) ()
- 35
- (a tirar) num país completamente diferente é difícil não é?
- L1 — é interessante que você frisa que é um país completamente

- 40 diferente se você nunca tinha vindo antes por quê?
[
- L2 — pelas pessoas pelas
pessoas pela maneira
como as pessoas são
45 como reagem... pessoas
que eu conheço de cá
- L1 — conhecia através de cartas telefônicas o quê?
L2 — ()
- L1 — foram lá... ficaram bastante tempo lá?
- 50 L2 — as pessoas que eu conheço que estão (ah ah) há de tudo há
pessoas que:: vão lá de férias há pessoas que te/ que:: foram pra lá
viver
- L1 — então você acha que você pode generalizar esse caráter de
diferença de completa diferença é:: dessas pessoas que você
55 conheceu pra um conjunto maior de pessoas que seriam a
população... é:: brasileira?
- L2 — não percebi
- L1 — você
- L2 — () eu acho as pessoas/ essas pessoas diferentes... de j/ de nós
60 lá... agora se eu/ se elas são diferentes de cá não sei ((risos))... não
é?... as pessoas que foram de cá pra lá... são diferentes de nós lá
agora se o resto é tudo igual não sei

L1 — é a pergunta é a seguinte se essa... diferença que você viu nelas
pode na sua opinião na sua impressão Estender-se... aos outros de
65 cá à maioria de cá a outros grupos de cá é::
L2 — penso que sim
L1 — pensa que sim
L2 — penso () não sei não é?
L1 — é isso que você veio ver?
70 L2 — é (num) uma das coisas ((risos))
L1 — e as Outras?
[
L2 — () paisagens e essas coisas todas
L1 — A paisagem
75 L2 — ()
[
L1 — na sua cabeça () quais são as nossas paisagens como é que
são? na sua cabeça no seu imaginário
L2 — são:: é::* muito amplas tudo muito grande ((risos)) (não) sei é que
80 eu (es)tou habituada a coisas pequeninas ((risos)) cidades
pequeninas tudo assim conheço tudo dentro da da cidade onde eu
vivo
L1 — bastante verde? selvagem? floresta? é isso? ((risos))
L2 — aqui também? será?... acho que sim pelo pelo que eu vi no avi/

85 do avião percebo bastante (que) não sei... tudo é tão grande não é possível tar... tão densamente populaça/ popula/ é::* habitado não é?... não sei

L1 — o que você viu no avião... corresponde ao que você imaginava ou frustra?... Ou nenhum dos dois?

90 L2 — nenhum dos dois não sabia o que é que ia ver ((risos)) não sabia o que é que ia ver ((risos)) pronto já é:: i:: ((risos))

[

L1 — ()

L2 — vais continuar a fazer perguntas? () ((risos)) ainda ainda não

95 acabou?

L1 — mais um pouquinho só

L2 — tá bom

L1 — não que você::

L2 — ((risos)) ele não para () tá

100 L1 — o que você imaginava

L2 — o quê?

L1 — o que você imaginava o que estava na sua cabeça (com base na) sua impressão mesmo

[

105 L2 — o quê? é que se eu acho diferente ou não? se eu

acho diferente o que eu vi até agora?... não eu não vi quase nada

[

L1 — ()

- L1 — não deu não deu pra sentir ainda?
- 110 L2 — não acho que não... (eu) acho que não... só mesmo um cisquinho
do avião... tava escuro já... escuro... ah:: bastante nuvens
- L1 — que é que você faz em portugal?
- L2 — sou técnica ((suspiro)) administrativa ((suspiro))
- L1 — trabalha em que área especificamente?
- 115 L2 — financeira
- L1 — está em férias?
- L2 — estou ()
- L1 — fale mais é preciso falar ((risos))
- L2 — () nós falamos pouco ((risos)) () é assim que nós somos
- 120 falamos pouco
- L1 — não não me parece são tão simpáticos
- L2 — é: * é... * alguns ((risos)) pronto... que mais?
- L1 — é: e que(m) mais?
- L2 — ()
- 125 L1 — não tá respondendo e aliás muito bem... aliás muito bem... é:: diga
uma coisa que me deixa assim um pouco curioso tá com pressa né?
- L2 — pois ()
- L1 — mas é é só mais um pouquinho é só mais um pouquinho... você
é:: fica até quando? e você já tem expectativa de voltar? eu
- 130 esqueci desculpe eu não sou repórter... e tem expectativa de
voltar?... JÁ tem?

- L2 — voltar onde ?
- L1 — pra cá... futuramente
- L2 — não
- 135 L1 — morar casar-se por aqui
- L2 — não não não não não não não não... não
- L 1 — não?
- L2 — não
- L1 — mas pode vir a ter... isso não é imutável
- 140 L2 — ah mas isso não é () verdade? ((risos)) ai que as perguntas são
um bocado assim um bocadinho:: indiscretas
- L1 — já deu obrigado

Diálogo 2

L1 — Entrevistador

L2 — Professor Gomes

L3 — Motorista

L2 — não mais

[

5 L1 — cinco minutos não mais... mas assim o que o senhor
disser é válido e aproveitável... seja bastante informal eu sou
estudante é um trabalho

[

L3 — dá licença?

L1 — pois não

L3 — eu tô com o carro da da da ()

10

[

L2 — pois é mas ...

L3 — sessenta zero sete... eu tô parado na porta

L2 — se/ sessenta?

L3 — zero sete

15 L2 — zero sete... Vai () por ali né? sessenta zero sete

L1 — é um trabalho pra universidade bastante é escolar bastante
informal

[

L2 — sim sim... sim sim

20 L1 — então fique à vontade como eu estou tentando ficar também eu

não sou repórter...

[

L2 — certo

L1 — então já gravando?... é só falar daqui e pronto?... bom então este
25 é o professor tomé?

L2 — tomé gomes

L1 — gomes a gente começa de novo agora que foi um fiasco... é:: este
 é o professor tomé gomes... ele é português está chegando agora de
portugal e vai falar um pouquinho pra nós sobre é:: as motivações
30 que o trouxeram aqui e sobre a expectativa ou as expectativas
 dele... professor por gentileza

L2 — portanto eu venho aqui ao brasil a convite do:: duns colegas... é::*
 para participar num congresso sobre sobre o ambiente sobre o
direito ambiente... é* o meu interesse é porque eu:: eu sou professor
35 na escola de magistratura... em portugal... e:: e portanto nós temos
 de lá relações a cá relativamente a este ao ambiente e sei que
 aqui no brasil na parte dos juristas não sei da outra da na na parte
científica não não não tenho muitas informações sobre isso mas na
 parte juri/ do/ dos juristas que há um trabalho bastante desenvolvido
40 no a na matéria do ambiente e portanto que há uma grande
 preocupação... em fazer face... é* aos problemas ambientais

L1 — o senhor já esteve no brasil antes?

L2 — estive também uma vez muito j/ muito:: foi uma uma passagem
 muito fugaz... também ligada a esta questão do ambiente... num
45 num encontro sobre ambiente

- L1 — sei... então esta é a segunda vez e a outra vez foi uma curta estada aqui também como esta vai ser?
- L2 — dois dias
- L1 — e esta vez?
- 50 L2 — esta vez será uma semana:: quer dizer o congresso são três dias mas u:: não arranjei... regresso... antes vou ficar por mais uma semana
- L1 — onde vai ser o congresso professor?
- L2 — aqui mesmo em são paulo
- 55 L1 — sei
- L2 — por enquanto não sei mas é em são paulo
- L1 — sei... agora uma:: revelaçãozinha... antes de vir pela primeira vez... pois não... qual era... a sua expectativa com relação ao brasil o seu imaginário... com relação ao brasil?
- 60 L2 — é eu via:: é:* das informações e enfim dos j/ noticiários... tinha uma idéia de tch/ de uma sociedade:: muito:: muito vasta com muitos problemas... então são paulo que é uma:: megalópole... e portanto estava curioso em ver como é que:: como é que se geria isto como é que se:: podia viver num mundo destes... é*
- 65 um:* e fiquei um bocadinho surpreendido em relação a sã/ a são paulo não sei se me adaptaria a viver num num num mundo destes
- L1 — por quê?
- L2 — é:: essencialmente muita massificação... é uma::

mesmo:: a p/ p/ as pessoas sentem sentem-se um bocado
70 oprimidas... portanto no seu dia-a-dia no seu cotidiano com com os
problemas ligados a um centro como uma grande cidade... Eu estou
habitudo a lisboa é uma cidade mais pequenina

L1 — o que é massificação no seu conceito? é essa opressão?

L2 — pode levar a isso não é? não é isso () a massificação é um
75 fenómeno do desenvolvimento das sociedades tecnológicas... é*
mas que leva pode levar a:: a essa é:* pode levar a uma certa::
é:* como é que disse? uma:: tinha dito que era^{VII}?

L1 — massificação?

L2 — sim mas é:* o efeito?

80 L1 — opressão o senhor disse?

L2 — a opressão... é:* quer dizer:: massificação não é opressão mas
pode levar à à opressão

L1 — e portugal... com relação a isso? lisboa com relação a isso?

L2 — lisboa vai tendo também já problemas desses não tão agudos
85 como cá penso eu... mas também... e agora está numa fase de
desenvolvimento... com a entrada portanto de portugal no cee com o
com os grandes problemas do da do do do grande mercado que é
europa também vai havendo problemas do gênero que embora:: em
menor em menor escala

90 L1 — muito bem ao chegar ao brasil pela primeira vez... na outra vez
portanto... a sua expectativa com relação ao imaginário... às

imagens que permaneciam... na sua concepção na sua cabeça...
foram correspondentes às que o senhor viu aqui Ou não?

95 L2 — é:* hoje em dia é muito difícil já não é tanto não há um grande
desfaçamento entre:: o imaginário e aquilo que se encontra porque
temos hoje... é:* as imagens por televisão de maneira que
correspondem em alguma medida àquilo que se vê e depois
alg/ aquela parte mais humana:: o sentir as coisas o sentir (os
fenômenos) o sentir das pessoas e nesse aspecto:: é:* tenho que
100 fazer justiça gostei de estar em são paulo porque:: é:* gostei gostei
das pessoas gostei de contactar com as pessoas achei-as é:* muito
abertas e muito hospitaleiras

L1 — muito obrigado professor

ANEXO

VALSINHA

Gravações | Chico Buarque de Hollanda - Philips

Cauby Peixoto - Odeon

Luizinho Eça - Odeon

Angela Maria - Copacabana

MPB-4 - Philips

Tito Madi - Odeon

Silvio Caldas - Continental

Musical score for piano, consisting of four systems of music. The score includes treble and bass staves with various chord markings (M.M., Lam, La7, Rem, Si.M) and first/second ending brackets (1.ª e 3.ª, 2.ª e 3.ª).

Copyright © 1974 by CARA NOVA Editôra Musical Ltda
Av. Ipiranga, 1216 - 5º andar - São Paulo - Brasil -
Todos os direitos reservados - Copyright Internacio-
nal Assegurado - Impresso no Brasil

L'HEURE EXQUISE – Reynaldo Hahn

Tranquillo e dolce possibile Reynaldo Hahn

Piano *pp*

La lu - ne blan - che Luit dans les bois;
The moon - beams whit - en Boughs all a - round,

De cha - que bran - che Part u - ne voix Sous la ra -
Whor - cer they light - en Voic - es re - sound Dim in the

piano

mi - ra
gloom - ing:

delicatamente *p*

O bien - ai - mé - - - - - el
Love, art thou com - - - - - ing?

pp

discreto

Lé - tang re - fié - te, Pro - fond mi - roir, La si - hou -
A cloud - y mir - ror, Wa - ters be - low Dark - ly the

et - - - - te Du sau - le noir Où le vent pleu - re... Rô -
- lar In out - line show, Where winds are weep - ing: Oh

vons! love! - - - - - art l'heu - sleep - - - - - ing?

pp *dim.*

ancor più tranquillo

Un vaste et ten - dre A - pal - se - ment Sem - ble des -
A deep and ten - der Calm now lies O'er - all things

ancor più p

rallent.

cen - dre Du fir - ma - ment Que l'astre i - ri - se -
un - der Yon arch - ing skies Where stars are gloam - ing:

a tempo

colla voce

pp

C'est l'heu - re ex - qui - - - - - of dream - ing?
Oh hour... di - vine

pp *sensu ritardare*

pppp

un lado, otro lado

graciela parakevaidis
1984

♩ = 60 MM

piano

mp *mp* *mp*

ppp

pp *pp* *pp* *pp*

2

3

4

5

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059

1060

1061

1062

1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

1072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082

1083

1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097

1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

1105

1106

1107

1108

1109

1110

1111

1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119

1120

1121

1122

1123

1124

1125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133

1134

1135

1136

1137

1138

1139

1140

1141

1142

1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149

1150

1151

1152

1153

1154

1155

1156

1157

1158

1159

1160

1161

1162

1163

1164

1165

1166

1167

1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185

1186

1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

1200

1201

1202

1203

1204

1205

1206

1207

1208

1209

1210

1211

1212

1213

1214

1215

1216

1217

1218

1219

1220

1221

1222

1223

1224

1225

1226

1227

1228

1229

1230

1231

1232

1233

1234

1235

1236

1237

1238

1239

1240

1241

1242

1243

1244

1245

1246

1247

1248

1249

1250

1251

1252

1253

1254

1255

1256

1257

1258

1259

1260

1261

1262

1263

1264

1265

1266

1267

1268

1269

1270

1271

1272

1273

1274

1275

1276

1277

1278

1279

1280

1281

1282

1283

1284

1285

1286

1287

1288

1289

1290

1291

1292

1293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

1300

1301

1302

1303

1304

1305

1306

1307

1308

1309

1310

1311

1312

1313

1314

1315

1316

1317

1318

1319

1320

1321

1322

1323

1324

1325

1326

1327

1328

1329

1330

1331

1332

1333

1334

1335

1336

1337

1338

1339

1340

1341

1342

1343

1344

1345

1346

1347

1348

1349

1350

1351

1352

1353

1354

1355

1356

1357

1358

1359

1360

1361

1362

1363

1364

1365

1366

1367

1368

1369

1370

1371

1372

1373

1374

1375

1376

1377

1378

1379

1380

1381

1382

1383

1384

1385

1386

1387

1388

1389

1390

1391

1392

1393

1394

1395

1396

1397

1398

1399

1400

1401

1402

1403

1404

1405

1406

1407

1408

1409

1410

1411

1412

1413

1414

1415

1416

1417

1418

1419

1420

1421

1422

1423

1424

1425

1426

1427

1428

1429

1430

1431

1432

1433

1434

1435

1436

1437

1438

1439

1440

1441

1442

1443

1444

1445

1446

1447

1448

1449

1450

1451

1452

1453

1454

1455

1456

1457

1458

1459

1460

1461

1462

1463

1464

1465

1466

1467

1468

1469

1470

1471

1472

1473

1474

1475

1476

1477

1478

1479

1480

1481

1482

1483

1484

1485

1486

1487

1488

1489

1490

1491

1492

1493

1494

1495

1496

1497

1498

1499

1500

1501

1502

1503

1504

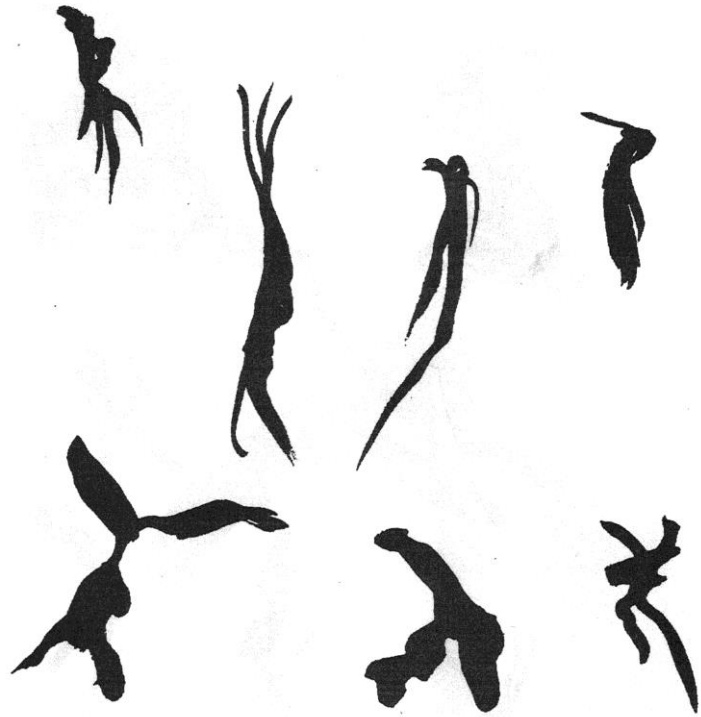
1505

I
MOVIMENTOS*
(Excertos)



* Escrito sobre sinais representando movimentos.











[...]

Festa de manchas, gama de braços
movimentos
salta-se no "nada"
esforços giratórios
estando só, está-se em multidão
Que número incalculável se adianta
acresce, se estende, se estende!
Adeus fadiga
adeus bípede econômico na postura de pilar de ponte
arrancada a bainha
a gente é outrem
não importa que outrem
Não se paga mais tributo
uma corola se abre, matriz sem fundo

[...]

Fête de taches, gamme des bras
mouvements
on saute dans le "rien"
efforts tournants
étant seul, on est foule
Quel nombre incalculable s'avance
ajoute, s'étend, s'étend!
Adieu fatigue
adieu bipède économe à la station de culée de pont
le fourreau arraché
on est autrui
n'importe quel autrui
On ne paie plus tribut
une corolle s'ouvre, matrice sans fond

O passo agora tem o comprimento da esperança
o salto tem a altura do pensamento
tem-se oito patas se é preciso correr
tem-se dez braços se é preciso fazer frente
está-se todo em raízes, quando cabe agüentar
Jamais batido
sempre em regresso
novo regresso
enquanto acalmado o mestre do teclado finge o sono.

Manchas
manchas para obnubilar
para rejeitar
para desabrigar
para instabilizar
para renascer
para rasurar
para calar o bico à memória
para recomear.

[...]

La foulée désormais a la longueur de l'espoir
le saut a la hauteur de la pensée
on a huit pattes s'il faut courir
on a dix bras s'il faut faire front
on est tout enraciné, quand il s'agit de tenir
Jamais battu
toujours revenant
nouveau revenant
tandis qu'apaisé le maître du clavier feint le sommeil

Taches
taches pour obnubiler
pour rejeter
pour désabriter
pour instabiliser
pour renâître
pour raturer
pour clouer le bec à la mémoire
pour repartir

[...]

(*Mouvements, em face aux verrous*, pp. 14-15)